Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG – PMUS)
Doutorado em Museologia e Patrimônio

A cidade de Paraty

como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Julio Cezar Neto Dantas

ORIENTADORA – Professora Doutora Teresa Cristina Scheiner

UNIRIO/ MAST – RJ, novembro de 2020

Julio Cezar Neto Dantas

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

UNIRIO/ MAST – RJ, novembro de 2020

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

Por
Julio Cezar Neto Dantas,
Aluno do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
LINHA DE PESQUISA 01 - MUSEU E MUSEOLOGIA

Orientador: Professora Doutora Teresa Cristina Scheiner

UNIRIO/ MAST – RJ, novembro de 2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

A cidade de Paraty como patrimônio integral: atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas, e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/ MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof.ª Dr.ª _____

Helena Cunha de Uzeda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof.º Dr.. _____

Ivan Coelho de Sá
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof.º Dr. _____

Percival Tirapeli
Universidade do Estado de São Paulo - UNESP

Prof.ª Dr. ª _____

Maria Isabel Roque
Universidade Católica Portuguesa de Lisboa

Prof.ª Dr.ª _____

Teresa Cristina Scheiner
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Suplentes :

Profª. Drª. _____

Maria Amélia Gomes de Souza Reis
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Profª. Drª. _____

Isabelle Cury
(IPHAN – MINISTÉRIO DO TURISMO)

PPG-PMUS, UNIRIO/ MAST – RJ, novembro de 2020

D192 Dantas, Julio Cezar Neto
A cidade de Paraty como patrimônio integral: atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais / Julio Cezar Neto Dantas. -- Rio de Janeiro, 2020.
1118 f.:il., 3v.

Orientadora: Teresa Cristina Moletta Scheiner.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2020.

1. Museu e Museologia. 2. Patrimônio Integral. 3. Musealização. 4. Rota do Ouro. 5. Irmandades e Procissões. I. Scheiner, Teresa Cristina Moletta, orient. II. Título.

A todos os que de alguma forma motivaram o meu crescimento intelectual e a concretização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Deixamos aqui registrada nossa gratidão a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho e sem cuja participação não teria sido possível desenvolver esta Tese.

Primeiramente, agradecemos à orientadora desta Tese, Prof.ª Drª. Teresa Scheiner, pelo seu carinho, paciência e dedicação. O seu trabalho foi além de simples orientação, sempre motivado de maneira atenciosa para os deslocamentos e apoios aos arquivos a serem consultados. Acrescente-se a isto o fato de ser grande especialista no tema pesquisado, ter sido nossa Professora na graduação em Museologia e incentivo para ingressar no curso de Mestrado, por conseguinte, constante estímulo a nossa caminhada, respeitando e acolhendo as informações coletadas e o acompanhamento na revisão final da Tese.

Agradecemos aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Professores Doutores Diana Farjalla Correia Lima, Marcos Granato, Maria Amélia Gomes de Souza Reis, Helena Cunha de Uzeda, e Ivan Coelho de Sá, pelas intervenções na qualificação e pela disposição, incentivando-nos a prosseguir, contagiando-nos com seu entusiasmo e afeto, já materializado por suas aulas na requalificação da Reserva Técnica do Museu de Arte Sacra de Paraty e no aprender – fazer de nosso cotidiano profissional.

Agradecemos ao Prof. Dr. Percival Tirapeli, pelos comentários e observações críticas no texto de qualificação, que resultaram na ampliação dos estudos e impulsos para sua maior abrangência, juntamente com a Profª. Drª. Isabele Cury.

Agradecemos à Prof.ª Drª. Maria Isabel Roque, da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, por elucidar e corroborar, através de informações e pesquisas, dados de grande importância relativos a imagens religiosas de Paraty e ornamentos de talha na rota do ouro.

No Rio de Janeiro, agradecemos profundamente às equipes de servidores do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo da Cúria Metropolitana, Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo do Exército. No Estado do Rio, em Angra dos Reis e Ilha Grande, a Marcos Cezar Cardozo e Alonso de Oliveira, guardiães daquele território, que ajudaram a desvendar as minúcias do local.

Em São Paulo, capital, agradecemos aos profissionais do Arquivo Público do Estado de São Paulo, DAESP, durante o tempo em que realizamos as consultas nos arquivos; ao Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, através de seu Diretor Técnico,

Jair Mongelli Junior, que sempre colocou com boa vontade e presteza seus serviços para o atendimento às pesquisas; e à Superintendência do IPHAN em São Paulo, na figura do Sr. Victor Hugo Mori, que autorizou a reprodução de fotos.

No estado de São Paulo, na cidade de Lorena, às equipes do Arquivo da Cúria Metropolitana, onde por diversas vezes fomos recebidos com muita cordialidade e gentileza em seus atendimentos. Esta situação também se repetiu na arquidiocese de Aparecida - Cúria Metropolitana, representada pelo Padre Narci Jacinto Braga, Chanceler da Cúria; e na acolhida cotidiana que nos foi proporcionada pela servidora Eliete Galvão Reis da Silva, responsável direta pelo arquivo e sua documentação. Ainda em Aparecida, os remanescentes da família de Dalmiro José Baronto, entre eles Gilsiléia Baronto, foram fundamentais pelas informações prestadas referentes a este encarnador de imagens, que atuou em Paraty no final do século XIX.

Na cidade de Guaratinguetá, a equipe do Museu Frei Galvão e de seu Arquivo Memória, com dedicada paciência, foi fundamental para encaminhar as pesquisas em direção aos grandes centros, como também ocorreu na cidade de Cunha, no Museu Municipal Francisco Veloso, ao qual registramos nossa gratidão, em especial a João José de Oliveira Veloso. Em Taubaté, as equipes da Cúria Diocesana e também do Arquivo Histórico Municipal Dr. Felix Guisard Filho foram imprescindíveis para a pesquisa.

No sul do país, tivemos o apoio de Lourdes Rosseto, Diretora do Museu Vitor Meirelles, que foi fundamental para os contatos no Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis e junto à responsável pelo Arquivo Histórico da Arquidiocese daquela cidade, Janice Marli da Silva Vieira. Agradecemos ainda ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, bem como, na cidade de Rio Pardo, RS, o apoio recebido por Terezinha Ana Limberguer Müller e Antonia Elisabete Pires Mendes Ribeiro.

Em Porto Alegre, no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana, nossos agradecimentos ao Chanceler Padre Carlos Steffen e à servidora Vanessa Gomes de Campos, que foram de uma cordialidade e presteza inestimáveis, situação que também se repetiu na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, com a atenção dispensada pelo Padre Edson Stein.

Em Paraty, tivemos o valioso apoio dos membros da comunidade e Paróquia de N. S. dos Remédios; das associações religiosas; dos antigos e atuais festeiros das festas do calendário anual; dos membros do Apostolado da Oração - entre eles Benedita Vieira de Oliveira, atualmente com 93 anos; e a Provedora da Irmandade de N. S. das Dores, Ana Maria dos Santos, a primeira com informações elucidativas das antigas famílias paratienses, engenhos e fazendas, entre elas a fazenda onde nasceu, na Olaria e as festas

religiosas da cidade e zona rural; e a segunda, com detalhes de sua gestão atual na Irmandade e da localidade de Graúna, de onde é oriunda.

Ao Presidente do Instituto Histórico e Artístico de Paraty, Amaury Barbosa, agradecemos por abrir as portas de seus arquivos, que genuinamente contam a história da cidade; e também às equipes do Escritório Técnico da Costa Verde IPHAN – Paraty, IBRAM – Sede, Representação Regional do IBRAM no Rio de Janeiro e do Cartório do Ofício Único da Comarca de Paraty.

Aos arquitetos Fernando Cesar de Mello e Marco Antonio Corrêa, bisnetos de donos de engenhos em Paraty - Fazendas Boa Vista e Moreira; Maria Thereza Corrêa Ermlich, filha de Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa, moradora na Fazenda do Fundão - que contribuíram com informações sobre as construções, famílias e costumes; a Maria José do Carmo Teixeira e Antônio Carlos de Araújo Marques pelos esclarecimentos prestados sobre o acervo fotográfico familiar.

Agradecemos também a Nilson Netto Dantas, que pacientemente e com maestria digitalizou e digitou, ao longo dos anos de realização desta Tese, centenas de documentos e o conteúdo das pesquisas.

E finalmente, a Melissa Aparecida de Oliveira, pela paciência e cumplicidade com que, com muita boa vontade, colocou seus serviços à nossa disposição e ainda a Raquel Villagran pelo tratamento de parte do acervo fotográfico integrante da Tese.

Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, - por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país – é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos.

Rodrigo M. F. de Andrade.

RESUMO

DANTAS, Julio Cezar Neto. **A cidade de Paraty como patrimônio integral**: atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais
Orientador: Professora Doutora Teresa Cristina Scheiner. UNIRIO/MAST, 2020. Tese.

A Tese analisa o Patrimônio Integral de Paraty, abordando seu surgimento no cenário histórico brasileiro e sua consolidação enquanto vila e depois cidade, fundada nos anos seiscentos. Focaliza especialmente os aspectos geo-ambientais e socioculturais que contribuíram para a definição e consolidação de Paraty como importante exemplo do patrimônio do país e da Humanidade. A partir da análise e interpretação documental, inclusive de documentos inéditos, da observação *in loco* e da integração de depoimentos dos moradores de Paraty e seu entorno, revela as especificidades das práticas culturais e formas de comportamento dos habitantes, viajantes, comerciantes, tropeiros e oficiais ali instalados e representados, no tempo, pelas culturas da cana de açúcar, do ciclo do ouro e do café, bem como por suas festas e Irmandades Religiosas – num amálgama cujo resultado é um impressionante conjunto de traços materiais, saberes e fazeres muito característicos da cultura "paratyense". Tomando como fio condutor a religiosidade, a pesquisa analisa o entorno do município de Paraty, em especial as vilas de Angra dos Reis e Cunha; Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté, no estado de São Paulo; e Florianópolis e Viamão, no sul do país. Mapeando os fazeres dessas antigas vilas, identifica administradores e artífices, representantes do clero, comerciantes e produtores de bens e serviços responsáveis pelas trocas econômicas e culturais que configuraram a identidade desse rico patrimônio. Utilizando-se de documentos manuscritos como cartas régias, documentos das Câmaras, livros de tombo, atas, eleições, posses e concordatas, cartas religiosas, certidões, censos de população, compromissos de irmandades, jornais e documentos iconográficos, apresenta dados que permitem visualizar os aspectos e elementos simbólicos do patrimônio material e imaterial dessas localidades e compreender as estreitas interfaces que desenvolveram, no tempo, com a cultura paratyense.

Palavras-chave: Museu e Museologia; Patrimônio Integral; Musealização; Paraty; Rota do Ouro; Irmandades e Procissões.

DANTAS, Julio Cezar Neto. **The city of Paraty as total heritage**: the influence of local community action on its register as heritage and on the valuation and preservation of its cultural representations
Supervisor: Prof. Dr. Teresa Cristina Scheiner. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, 2020. Thesis.

The Thesis analyses the total heritage of Paraty, its development in the Brazilian historic scenery and its consolidation, first as village founded in the 1600s, and afterwards as a city. It approaches the geo-environmental and sociocultural aspects that have contributed to define and consolidate Paraty as an important example of the country's heritage, and as World Heritage. Making use of analysis and interpretation of primary documents, some of them never studied before; of *in loco* observation; and integrating testimonies of the inhabitants of Paraty and its surroundings, it reveals the specificities of cultural practices and forms of behavior of inhabitants, travellers, merchants, troopers and officers that lived and passed through the area – and which action is represented in the cultures of sugarcane, in the gold and coffee economic cycles, as well as in the festivities and practices of religious brotherhoods, in a mixture that results in an impressive set of material traits, knowledge and practices very much characteristic of the "paratyense" culture. Taking as conducting thread the religious phenomenon, it analyses the surroundings of the county of Paraty, especially the historic villages of Angra dos Reis and Cunha; Guaratinguetá, Aparecida and Taubaté, in the state of São Paulo; Florianópolis and Viamão, in the South of the country. Mapping the cultural practices in those ancient villages, the thesis identifies administrators and craftsmen, representatives of the Church, merchants and producers of goods and services that were responsible for the economic and cultural exchanges which form the identity of this rich heritage. Through the analysis of historic manuscripts such as Royal letters, documents of Chambers, register books, proceedings of meetings, election documents, religious letters, land and property possession terms and concordats, legal certificates, population censuses, legal commitments of religious brotherhoods, as well as newspapers and iconographic documents, it presents data which allow to visualize the main aspects and symbolic elements of the tangible and intangible heritage of such localities, and to understand the deep interfaces they have developed, over time, with the "paratyense" culture.

Keywords: Museum and Museology; Total Heritage; Musealization; Paraty; Golden Route; Religious brotherhoods and Processions.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACRJ	Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APNRP	Arquivo da Paróquia de N.S. dos Remédios de Paraty
BN	Biblioteca Nacional
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arquitetônio e Artístico de SP
DA	Documento Avulso
DAESP	Divisão do Arquivo Público do Estado de São Paulo
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FRM	Fundação Roberto Marinho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional para a Museologia
ICOFOM LAM	Subcomitê Regional para América Latina e Caribe do Comitê Internacional de Museologia.
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICTOP	Comitê Internacional do ICOM para a Formação de Pessoal para Museus
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHAP	Instituto Histórico e Artístico de Paraty
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JOPACOL	Jovens Paratyenses para a Coletividade
MASDP	Museu de Arte Sacra de Paraty
MASP	Museu de Arte Sacra de São Paulo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PASCOM	Pastoral da Comunicação da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios
PPG – PMUS	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PÁG.

INTRODUÇÃO - 01

CAPÍTULO 1 - Antecedentes Históricos 14

1.1 - Ocupação do Território 17

1.2 - A Vila de Paraty 19

1.3 - Características Urbanísticas 34

1.4 - Os Engenhos, a produção de aguardente e a arquitetura rural de Paraty 43

1.5 - As Construções Religiosas, Igrejas, Capelas, Passos e Oratórios 82

1.6 - As Irmandades Religiosas e suas devoções 191

CAPÍTULO 2 - A implantação dos suportes da memória cultural, local e seu entorno

2.1 - O Porto, o caminho Velho e as Casas de Registro 289

2.2 - As antigas Vilas e Freguesias de Serra Acima 297

2.3 - O transporte, abastecimento e rotas usadas pelas tropas para Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Caminho para os Campos de Viamão, no Rio Grande do Sul 483

2.4 - A herança edificada dos suportes da memória cultural 505

CAPÍTULO 3 – A Patrimonialização da Cidade e dos seus monumentos

3.1 - Políticas Brasileiras de Preservação: o lugar do IPHAN 510

3.2 - Os Tombamentos e a Preservação do Monumento 513

3.3 - Planos Urbanísticos e Proteção Legal 529

3.4 - Paraty, cidade-patrimônio 535

CAPÍTULO 4 - A importância da memória na construção de formas de identidade coletiva

4.1 - De Villa Velha a Monumento Nacional 537

4.2 - As manifestações da devoção e sua permanência 553

4.3 - Registros materiais da ação humana e a importância das práticas religiosas 570

4.4 - Patrimônio da Humanidade 613

CONSIDERAÇÕES FINAIS 627

REFERÊNCIAS 633

ANEXOS

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Patrimônio Integral de Paraty, cujo município reúne, além de tradições associadas ao catolicismo urbano e rural, comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas, estas oriundas do entorno de antigas fazendas da região - entre elas Olaria, Itatinga, Pedras Azuis e Independência, integra importantes registros materiais e imateriais da natureza e dos processos culturais da região, ao longo de séculos, os quais chegaram até os dias atuais.

Este patrimônio já apresenta sinais de desgaste pela ação do tempo e do aumento e crescimento do fenômeno turístico no mundo contemporâneo, que pode vir a se tornar - e, em alguns casos, já constitui - uma ameaça à salvaguarda desses registros e processos, em especial das comunidades e dos museus. Neste sentido, concordamos com Herreman, quando afirma que

> *El turismo es un fenómeno social contemporáneo que ha tenido repercusiones en todos los países y en casi todas las comunidades. Considerado desde un punto de vista antropológico, es una actividad transcultural que está estrechamente ligada a los actuales mecanismos sociales de consumo propios de un mundo globalizado postmoderno, y ha florecido a lo largo de la mayor parte del siglo XX, un siglo que también se ha caracterizado por la intensificación de los flujos migratorios* (HERREMAN, 2001, p. 31)[1].

Desde a década de 1950, após a reforma da estrada Paraty-Cunha, ladeando a estrada para a serra do Facão, que liga Paraty às cidades do Vale do Paraíba paulista, e com o advento da BR-101, a estrada Rio Santos, no início da década de 1970, algumas populações caiçaras do município de Paraty vêm deixando e vendendo suas terras familiares na zona rural e costeira, algumas delas pressionadas por particulares e empresas de turismo, abrigando-se no entorno do bairro histórico e cidades vizinhas. Esse deslocamento, de certa forma, veio contribuir para o desaparecimento de algumas de suas tradições e ofícios manuais.

Nos dias de hoje são as festas tradicionais ancoradas à sua arquitetura, música, culinária, danças - entre elas a ciranda, e o belo artesanato que se materializa em objetos feitos de palha, cipó, argila e madeira, selecionados para o uso exclusivo das famílias, que mantêm suas técnicas e são passadas de geração em geração. Outro ponto de grande relevância a ser pensado como dado constituinte da identidade paratyense é a sua particularizada religiosidade, expressa através de festas, práticas e rituais fundamentados

[1] O turismo é um fenômeno social contemporâneo que teve repercussões em todos os países e em quase todas as comunidades. Considerado do ponto de vista antropológico, é uma atividade transcultural que está intimamente ligada aos atuais mecanismos de consumo social típicos de um mundo globalizado pós-moderno e floresceu durante a maior parte do século XX, século que também se caracterizou pela intensificação dos fluxos migratórios (HERREMAN, 2001, p. 31 [trad. nossa]).

nas crenças e crendices dos primeiros ancestrais e no tradicional cristianismo ibérico. Essas crenças, somadas às contribuições do continente africano, são elementos constitutivos entranhados na alma paratyense e influenciaram fundamentalmente a construção de seu perfil psicológico. Esta visão também é corroborada por Gonçalves, ao afirmar que

> Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para "agir" e não somente para se "comunicar". O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2007, p. 114).

Embora a permanência do atual Bairro Histórico de Paraty, bem como de suas igrejas e do casario sejam atribuídos ao isolamento pelo qual a cidade passou, e a seu posterior tombamento na década de 1940, observamos também que a grande ligação dos habitantes com a cultura e com o seu passado contribuiu para que houvesse uma continuidade de tradições, que foram passadas de pai para filho, dos mais velhos para os mais novos, em um processo de enculturação cuja transmissão era materializada no "lembrar" de uma memória coletiva, percebida como identidade cultural.

Neste processo, a comunidade acabou encontrando nos espaços da cidade velha e da zona rural o "verdadeiro" ambiente, onde também se verifica o grande entrelace de formas de "saber e fazer", local de realização de suas festas; e onde se poderia reafirmar a identidade local através dos fragmentos legados pelo tempo. Le Goff, ao tratar dos referenciais de memória e coletividade, nos ajuda a entender esta dinâmica, quando afirma que "a memória é processo da 'ordem dos vestígios' e 'releitura desses vestígios'" (LE GOFF, 1984, p. 11, apud LIMA, 2008, p. 38). A memória apresenta

> propriedades de conservação/persistência e atualização de certas informações - - o conhecimento do passado está em estado virtual de evocação. Também, possui função de comunicação entre as gerações, pois realiza a transmissão de um modelo existencial/ normativo (do mundo natural associado ao social) à maneira da já citada passagem da recordação. Comporta o conjunto das Manifestações Culturais relacionadas aos comportamentos sociais (Agir/práticas coletivas) e às mentalidades (Pensar/representações mentais coletivas) e, retornando a [...] Bourdieu, pode-se dizer que sua ambiência envolve o relacionamento simbólico das estruturas mentais e sociais (LIMA, 2008, p. 38).

Devemos reconhecer, neste processo, a importância do hábito[2], que configura ao longo do tempo comportamentos fundados na memória, os quais resultam em bens

[2] Segundo Bourdieu, ao tratar da reprodução do *habitus*, nos ajuda a entender melhor o processo do gosto individual ou coletivo, como suficientes para desmentir a ilusão de que objetos tão complexos como as obras

materiais e imateriais que são plenos de significado cultural e atuam como registros do instinto de memória coletiva. A preservação e o estudo aprofundado desses bens, no sentido de destacar as variantes culturais regionais para uma compreensão mais profunda e adequada de nossa realidade, implica contemplar a diversidade do patrimônio e também garantir a perpetuação dos vários processos e dinâmicas que constituem o modo de fazer do individuo, para si mesmo e em comunidade, possibilitando e permitindo o acesso às gerações futuras e à herança recebida como legado.

As formas coletivas, intimamente associadas à identidade dos membros de um grupo (comunidade), vinculam-se às referencias e registros tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais) ligados à ação cotidiana: em sua maioria os rituais e modos de saber e fazer ainda são vividos diariamente, as tradições estão vivas. Grande parte dos grupos formadores da sociedade brasileira que participaram, no passado ou no presente, de nosso processo cultural incluem-se neste contexto.

> Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em "patrimônio". Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de "representação" que funda a memória e a identidade (GONÇALVES, 2007, p. 155).

O território que hoje constitui o município de Paraty começou a ser povoado no século XVII e teve seu apogeu econômico e social no século XVIII. A cidade encontra-se localizada em uma região de povoamento remoto, cujos primeiros povoadores são também oriundos da baia da Ilha Grande. Entre eles está João Pimenta de Carvalho, integrante da Câmara de Angra dos Reis, que implantou o primeiro núcleo de povoamento na Chapada da Defesa em Paraty.

A posição relativamente privilegiada de Paraty nas principais rotas da mineração favoreceu certo isolamento, acentuado devido ao fato de todo o território ser cortado apenas por duas estradas calçadas de pedras, muito precárias, que eram fiscalizadas pelo Registro do Boqueirão do Inferno e pelo Registro Velho ou do Curralinho.

De meados do século XVIII ao início do século XIX consolidou-se a sua malha urbana e edificou-se a maioria das construções religiosas, o mesmo ocorrendo com as fazendas e engenhos na zona rural. Este período corresponde ao momento das intervenções mais significativas no patrimônio edificado e na confecção e aquisição da maior parte dos objetos pertencentes às Igrejas e Irmandades Religiosas, atualmente

---

de arte – confeccionadas conforme leis de construção, elaborados no curso da história, com certa autonomia – tenham capacidade de suscitar preferências naturais apenas pela força de suas propriedades estéticas.

abrigados no Museu de Arte Sacra de Paraty e ainda em uso no calendário litúrgico anual da cidade.

O desempenho do comércio e da agricultura canavieira em certas áreas e o desenvolvimento material propiciado pelo ouro garantiram a relativa estabilidade de Paraty até o século XIX, possibilitando o investimento na constituição do conjunto arquitetônico e ou acréscimo das igrejas, capelas, passos e oratórios, que expressavam o fervor religioso da comunidade, embora com construções modestas erguidas em processo lento e com dificuldades.

Ao longo dos seus setenta anos de tombamento a nível Nacional, os bens que se inserem no Patrimônio Integral de Paraty ainda não foram devidamente estudados dentro do contexto e instâncias das disciplinas que fundamentam os estudos do patrimônio: a museologia, os estudos culturais, a biogeografia, a ecologia humana, a história da arte. Os estudos existentes ficaram praticamente restritos ao campo da história e à documentação fotográfica para constituição do processo de tombamento pelo IPHAN, quando do início de sua patrimonialização na década de 1940, deixando indagações que nos possibilitaram confrontar o que foi investigado com a forma tratada por outros estudiosos. Outros estudos, de cunho mais abrangente e transversal, desenvolveram-se ao longo do processo que defendeu Paraty e seu entorno como Patrimônio da Humanidade, agregando preciosos dados ao contexto de conhecimentos sobre a região. Entretanto, muitos detalhes ainda carecem de resposta para a comunidade de Paraty e gerações futuras.

Cabe lembrar que um problema muito conhecido pelos pesquisadores no Brasil é o caráter limitado das fontes escritas para a compreensão dos fenômenos humanos gerados socialmente: relações, atitudes e crenças que possibilitem interpretar a realidade local. Para Scheiner

> Tal compreensão deve passar necessariamente pelo estudo e interpretação de fontes primárias, que permitam verificar com certa precisão os múltiplos detalhes constitutivos da complexa malha que se compreende, hoje, como “patrimônio”. No caso de Paraty, essas fontes são sempre de difícil acesso e demorada interpretação - já que constituem, em si mesmas, um todo multifacetado e difuso, configurado por fontes bibliográficas, iconográficas, documentais, relatos de atores de várias camadas sociais e gerações (com maior relevância dos idosos), observações de campo e registros *in loco* de vestígios materiais e imateriais desses processos, ao longo do tempo (SCHEINER, 2020 [inédito]).

Sabemos que Paraty, através de seus valores identitários, tem na cultura e nos seus bens patrimonializados a base de sustentabilidade da vida de sua comunidade, que se revela por meio dos bens que a representam, do reconhecimento de seus espaços e monumentos, assim como dos objetos materiais e práticas tradicionais, ainda mantidas.

Temos o entendimento de que em relação ao território, à cidade e aos seus costumes, passíveis de mudanças de acordo com as épocas e os imprevistos que possam surgir, verifica-se que a cidade de Paraty[3], juntamente com as festas religiosas, guarda uma sequência de rituais que se mantêm conservados há vários séculos.

Destacam-se neste processo dois períodos que julgamos pertinente lembrar: a cidade enquanto passagem obrigatória para Minas Gerais em seu período de prosperidade, com povoamento ainda remoto, realizando esforços desmedidos para construir e concluir seus templos e prédios representativos da administração colonial, preocupada com a implantação dos equipamentos necessários à sua melhoria e sobrevivência; e a cidade patrimonializada, a partir da década de 1940, após o longo período de isolamento que passou em consequência da abertura do Caminho Novo e da decadência e estagnação de seu porto, mantendo-se ligada ao Vale do Paraíba através da velha Estrada da Serra - desta vez, para o escoamento da produção de café.

No entanto, ao longo deste processo a comunidade não perdeu as referências que configuravam sua cultura, e a partir delas continuou a construir um mundo em que vivenciava seus encantos e dissabores, e a partir do qual dava sentido às suas vidas, fosse com uma sociabilidade solidária ou, por vezes, tensa, ou através das festas e procissões, que se constituem em elementos importantes para a compreensão da ocupação do território de Paraty, representando, para além de seu aspecto religioso, momentos de reencontro; e compreendendo, também, uma afirmação de identidade e pertencimento.

Tendo em vista a importância do Patrimônio Integral de Paraty, não só a nível local e nacional, mas também como parte do conjunto designado em 2019 pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, formula-se a seguinte **questão:** como as políticas públicas voltadas para o patrimônio e os representantes do Estado e da Igreja no Brasil se inserem, ao longo do tempo, no contexto da comunidade paratyense, interferindo nos seus processos de socialização?

A presente Tese, desenvolvida a partir de 2016 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, tem como **objetivo geral** investigar, com base nos pressupostos teóricos da Museologia e dos estudos sobre o Patrimônio, o papel desempenhado pelo tombamento do Município de Paraty na valorização e proteção do seu Patrimônio Integral, incluindo a atuação das comunidades locais. Os **objetivos específicos** da pesquisa de tese são os que seguem: a) Identificar e analisar, no contexto das reflexões e práticas museológicas, a natureza, significados simbólicos,

[3] Parte desse patrimônio é protegido e preservado pelo Museu de Arte Sacra, instalado na Igreja de Santa Rita, inaugurado em 1973 e dirigido pelo autor desta Tese.

potencialidades e valor histórico do patrimônio integral de Paraty, bem como as iniciativas realizadas para o cumprimento das funções que vem desempenhando até os dias atuais; b) Identificar os níveis de risco causados pela ação do tempo sobre esse patrimônio, dada a situação de Paraty como destino turístico-cultural e como polo de intercâmbio literário internacional; c) Analisar as comunidades rurais do Município de Paraty, assim como os seus sítios históricos a partir da compreensão da cidade como patrimônio integral, destacando, no tempo, suas relações em termos de sustentabilidade.

O desenvolvimento de Tese sobre o Patrimônio Integral de Paraty justifica-se pela relevância desse patrimônio, em contexto local, regional, nacional e global. As pesquisas sobre o município e a arquitetura de Paraty, que teve seu primeiro Tombamento pelo Governo Estadual em 1945 e pelo Governo Federal em 1958, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN[4], enfocavam de modo sistemático, mas ainda muito incipiente seu conjunto arquitetônico e paisagístico e, em data mais recente, seu patrimônio imaterial. A necessidade de reunião de dados sobre o conjunto patrimonial de Paraty - seu entorno natural, suas festas, seu acervo, seus modos e formas de preservar essa memória e seus vestígios como fontes documentais, especialmente no que tange aos objetos musealizados e práticas sociais, motivaram esta pesquisa de Tese.

Para a compreensão do Patrimônio Integral de Paraty e de seu entorno imediato - constituído por outras cidades, inclusive de outros Estados - fez-se necessário identificar, nas fontes consultadas, as iniciativas realizadas para a sensibilização e análise da importância das comunidades envolvidas nesse processo, desde o início das fundações das antigas freguesias, vilas e cidades até os dias atuais

Sob o aspecto dos registros materiais, a análise das manifestações artísticas em âmbito regional e local revelou o estilo individual de alguns artistas, representativos de grupos sociais e/ou períodos históricos específicos. Algumas dessas referencias ainda não haviam sido pesquisadas e investigadas através de fontes documentais primárias, que pudessem efetivamente constituir um instrumento comprobatório e subsídio para modificar os estudos existentes sobre essa produção. Esta foi uma das metas da pesquisa de tese, da qual julgamos ter apresentado resultados positivos, que serão mostrados adiante.

Os estudos desenvolvidos e as informações coletadas acerca da memória e do patrimônio paratyenses permitiram desenvolver uma ordem cronológica dos fatos e

[4] No dia 13 de fevereiro de 1958, Rodrigo Melo Franco de Andrade determina: “Proceda-se à inscrição nos livros do Tombo 1 e 3”. Essa solicitação é atendida por Carlos Drumond de Andrade: Feitas as inscrições, nesta data, sob o nº 17, às fls. 4 do Livro do Tombo nº 1 e sob nº 441, a fls. 82 do Livro do Tombo nº 3. Em correspondência enviada ao Prefeito de Paraty, Aloysio de Castro, NOTIFICAÇÃO Nº 788, de 7 de fevereiro de 1958, esclarece ainda: que o tombamento determinado compreende todos os logradouros e edificações situados nos limites do Bairro Histórico mencionado no Código de Obras desse município aprovado pelo Decreto-lei estadual Nº51, de 27 de maio de 1947 (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1945 - 1990, p. 7 a 9).

intervenções, com base nos registros existentes em arquivos e principalmente por meio de observações *in loco*, bem como em entrevistas com antigos membros remanescentes das comunidades que contribuíram e contribuem para configurar a tessitura identitária de Paraty: representantes de instituições, Irmandades Religiosas, donos de terras e usuários desses bens. O eixo estruturante desse contexto é a "religiosidade paratyense", uma característica marcante dessa sociedade, que contribui para o fortalecimento da importância do tema *Patrimônio* em Paraty.

Teresa Scheiner, ao tratar das estratégias possíveis para o estímulo a uma nova percepção do patrimônio, enfatizou que os museus também podem articular experiências que possibilitem percepções mais abrangentes e críticas das realidades direcionadas pelos grupos sociais, cujo objetivo comum seria a valorização das referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo real:

> Museus devem ter como característica essencial ser permeáveis a todas as formas de expressão humana. Nesse sentido, todos os museus têm importância para as comunidades a que servem. A mobilização em nível local na gestão e no trato dos patrimônios inclui, obrigatoriamente, a Museologia e os museus. Nada é mais poderoso que o sentimento de pertença, e não há política patrimonial, cultural ou ambiental que possa sobrepor-se ao cuidado que temos do que julgamos nosso, ao desvelo (*Da-sein*) pelo que nos pertence... Na experiência comunitária de âmbito local, não é imprescindível a aprovação de agentes externos: o importante é o que sente e faz a própria comunidade [...] (SCHEINER, 2011, p. 9).

Neste processo interpretativo do município de Paraty, espaço urbano e simbólico que envolve o cidadão, o território e o Patrimônio coletivo, verifica-se a possibilidade de identificação de uma "Cidade Museu", cujos habitantes figuram em um cenário de direitos e deveres políticos que o objeto "monumento" está demandando para si, devido a sua importância histórica como espaço de apropriação e memória.

Considerando os objetivos da presente Tese, pode-se afirmar que o desenvolvimento de pesquisa sobre a natureza e o valor histórico do Patrimônio Integral de Paraty efetivamente contribuiu para ampliar o conhecimento do potencial cultural do município, uma vez que as informações resultantes da pesquisa realizada somam-se àquelas já coletadas até a presente data. Uma grande quantidade de dados pode ser atualizada, complementada e aprofundada, garantindo fidedignidade interpretativa aos registros e fatos ligados à história e ao patrimônio de Paraty e permitindo a construção de uma relação mais próxima entre o pesquisador e a comunidade de Paraty - em um trabalho sistemático que constituiu uma relação de troca de saberes e experiências.

A pesquisa de Tese insere-se na **Linha de pesquisa 01 – Museu e Museologia**, do Doutorado em Museologia e Patrimônio, e está vinculada ao **projeto de pesquisa**

Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana, liderado pela Profa. Dra. Teresa Scheiner, orientadora desta Tese.

O recorte temporal adotado contemplou inicialmente o período compreendido entre a primeira metade do século XVIII e meados do século XX – período em que se consolidou o conjunto arquitetônico de Paraty, com as encomendas e confecção da maior parte dos bens móveis e integrados encontrados nos principais monumentos na cidade, no município e no Museu da Arte Sacra de Paraty. Ao longo do processo de produção da Tese foi necessário estender este recorte até os dias atuais, para incluir as manifestações dos grupos comunitários, especialmente no que tange às práticas religiosas; e para analisar alguns efeitos do uso turístico de Paraty e seu entorno sobre esse patrimônio.

A **metodologia** utilizada nas pesquisas buscou estabelecer uma abordagem precisa do universo simbólico que configura esse patrimônio. Optou-se por uma abordagem qualitativa, adotando-se a metodologia da pesquisa descritiva, conforme ensinam Minayo, Deslandes e Gomes:

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012, p. 21).

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira foram adotados os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, a partir do referencial teórico definido, que possibilitou compreender o Patrimônio Integral de Paraty em suas diversas dimensões e nas interpretações de vários autores; e projetou as investigações em direção ao trabalho com dados primários pertinentes ao tema. Confirmou-se aqui a ausência de dados mais precisos sobre o conjunto patrimonial de Paraty, especialmente no que se refere ao patrimônio arquitetônico – revelando o estágio ainda incipiente do conhecimento sobre a produção artística legada pelos antigos moradores de Paraty e pelas Irmandades Religiosas. Na segunda etapa procedeu-se a estudos de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores do Patrimônio, da Igreja e das comunidades selecionadas, de acordo com os objetivos do estudo.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos incluíram, portanto, pesquisa bibliográfica e documental sobre Patrimônio e Museologia, em especial Patrimônio Integral e Patrimônio Mundial, composta por livros, artigos acadêmicos, teses, documentos legais, cartas patrimoniais e Recomendações da UNESCO, do ICOM e do ICOMOS, do IPHAN – INRC 2.000, jornais do século XIX e primeira metade do século XX; e ainda a busca em fontes documentais primárias, datadas da primeira metade do século XVIII até meados do século XX, existentes nos diversos arquivos de Paraty, Rio de Janeiro, São Paulo e seus

Municípios, Florianópolis em Santa Catarina, Porto Alegre e Viamão no Rio Grande do Sul.

Foram pesquisados os acervos documentais das Irmandades Religiosas das Igrejas de Paraty; Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty; Cartório do Ofício Único da Comarca de Paraty; Arquivo do Instituto Histórico e Artístico de Paraty; Arquivo do Escritório Técnico Costa Verde, IPHAN - Paraty; Arquivo Central do IPHAN - Seção do Rio de Janeiro; Arquivo Nacional - RJ; Arquivo do Tribunal de Justiça – RJ; Biblioteca Nacional - RJ; Arquivo do Exército - RJ; Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro; Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Cunha - SP; Arquivo Municipal de Cunha Francisco Veloso; Arquivo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá - SP; Arquivo da Cúria de Lorena - SP; Arquidiocese de Nossa Senhora Aparecida; Arquivo da Cúria Metropolitana - SP; Arquivo da Paróquia de São Francisco das Chagas de Taubaté - SP; Arquivo Histórico Municipal Dr. Felix Guisard Filho em Taubaté - SP; Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Florianópolis - SC; Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, em Florianópolis - SC; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão - RS; e Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - RS.

No contexto dessas buscas, foi possível realizar uma análise mais detida dos três retábulos da nave e capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty, em especial os colaterais de canto, de São Benedito e São João - possivelmente os mais antigos de Paraty, bem como do acervo que integra os mesmos e os retábulos da Igreja de Santa Rita, sede do Museu de Arte Sacra de Paraty. Trata-se dos exemplares mais completos e harmoniosos de um conjunto existente em algumas igrejas do Vale do Paraíba, na rota do Caminho Velho ou do Ouro, atual Parque Nacional da Serra da Bocaina - em especial nas cidades vizinhas de Paraty: Cunha, Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté, em São Paulo; e ainda em Florianópolis, Santa Catarina e Viamão, no Rio Grande do Sul.

A pesquisa na região do entorno de Paraty e no sul do país, resultado de levantamentos feitos desde o início da Tese e de estudos efetuados a partir de viagens do autor, revelou a existência de nove exemplares de monumentos do século XVIII de alta relevância para esse estudo, por apresentarem as constantes arquitetônicas e de ornamentação interior. Essa semelhança muito grande nos levou a identificar a presença, no período analisado, de um mesmo grupo de entalhadores, escola ou oficina oriundos dos centros mais desenvolvidos, que executaram suas atividades na região, em igrejas com Irmandades de brancos, pardos e negros, primitivos núcleos de povoamento do Rio

de Janeiro, da Capitania de São Paulo no século XVIII, no caminho para Minas Gerais, escoadouro dos produtos da mineração e, no século XIX, do café, ambos pelo porto de Paraty.

Tais influencias estão presentes nas seguintes igrejas: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios em Paraty - RJ; Igreja de Santa Rita em Paraty - RJ; Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Paraty - RJ; Igreja de Nossa Senhora das Dores em Paraty - RJ; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cunha - SP; Catedral de Santo Antonio em Guaratinguetá - SP; Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida em Aparecida - SP; Catedral de São Francisco das Chagas em Taubaté - SP; Igreja de Nossa Senhora das Necessidades em Florianópolis - SC; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Viamão - RS; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis - RJ; Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo de Angra dos Reis - RJ; Igreja da Ordem Terceira de N.S. do Carmo de Angra dos Reis - RJ; Igreja e Convento de São Bernardino de Sena e Capela dos Terceiros de Angra dos Reis - RJ.

Analisou-se ainda a caracterização geral das realizações arquitetônicas da cidade, e as relações entre seu patrimônio cultural e o entorno geoambiental, já que Paraty se insere na Área de Preservação Ambiental – APA do Cairuçú.

Tais fontes mostraram-se fundamentais para a construção da Tese, já que o estudo desenvolvido, além de avaliar o universo simbólico de Paraty, suas articulações e as relações de pertencimento que deram origem à construção do seu patrimônio material e imaterial, avaliou também o que é típico de seu contexto e o que vem de outras influências, bem como permitiu realizar a análise dos graus e medidas em que o Estado e a Igreja assumiram/assumem, como sua, a responsabilidade pela proteção e difusão do patrimônio de Paraty. Os procedimentos metodológicos completaram-se com a pesquisa de campo, em Paraty e nas localidades acima mencionadas, incluindo observação *in loco*, participante e não-participante, bem como entrevistas abertas a atores dos diferentes grupos comunitários da região. Este momento da pesquisa alcançou resultados expressivos, que incluíram a confirmação de referências históricas e a cessão de imagens que constam da presente Tese, além da autorização para registro de depoimentos. A metodologia completou-se com a elaboração da Tese, que - acreditamos - inclui elementos inéditos, comprovados, sobre Paraty e o seu patrimônio integral.

Cabe ressaltar que as propostas desenvolvidas para a Tese foram viabilizadas pela proximidade do pesquisador com os temas e os atores investigados: arquiteto e museólogo, especialista em História da Arte Sacra, autor de Monografia sobre a Irmandade de Santa Rita de Paraty sua Igreja e imagens, pela Faculdade do Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, é responsável pelo patrimônio cultural de Paraty desde 1986

e autor de uma Dissertação sobre a utilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty pela comunidade, durante as festas e as procissões, desenvolvida e defendida no Mestrado em Museologia e Patrimônio, do PPG – PMUS. As reflexões elaboradas decorrem de observações feitas a partir de nossa experiência profissional e permitiram o aprofundamento das pesquisas, principalmente através da consulta a fontes primárias: foi-nos dado acesso a documentos originais existentes nos arquivos das cidades que eram objeto de nosso estudo, muitos deles inéditos - ainda não consultados em pesquisas com este mesmo objetivo. A leitura desses documentos permitiu identificar as relações de impregnação e socialização dos registros patrimoniais, nas suas relações com as crenças religiosas e os modos de saber e fazer dos muitos atores desse processo.

No decorrer da pesquisa percebemos que em um Município Tombado, como o de Paraty, importante monumento do século XVII, que ainda mantém seu conjunto arquitetônico, sua beleza cênica e paisagística, bem como suas tradições e festas religiosas anuais, deve haver uma articulação entre as múltiplas esferas do patrimônio, a ser sempre percebido e analisado de forma integral, permitindo traçar estratégias para o desenvolvimento sustentado desse conjunto.

De caráter essencial e determinante a pesquisa e a documentação de patrimônios culturais, são de extema importância em qualquer cidade tombada e nos Museus nelas inseridos. A partir de data mais recente, através das páginas virtuais, foi possível a divulgação dos monumentos e de seus acervos veiculados aos bancos de dados, mesmo com os estudos acadêmicos para esta área de conhecimento ainda incipientes.

As ações propostas envolvem o mapeamento de demandas e o levantamento das recentes produções acadêmicas relacionadas ao tema, oferecendo um olhar específico e a construção de uma forma própria de articulação da memória, aberta aos discursos, saberes e perspectivas. Verifica-se que a dimensão social buscada através do sistema documental parece ser o caminho mais adequado. Devemos ressaltar a relação intrínseca entre pesquisa e acervos:

> Não haveria sentido em apenas localizar, para interessados, documentos materiais e imagéticos sem qualquer decodificação, uma vez que tal decodificação, que está longe de ser de domínio comum, é necessária para tornar esses documentos mais compreensíveis. Dados sobre autores ou fabricantes e terminologia descritiva específica, por exemplo, são previstas no sistema como informações necessárias à compreensão do próprio objeto ou imagem; descritores orientados para a compreensão de padrões de representações sociais são uma meta. (BARBUY; LIMA; CARVALHO; ALMEIDA; RIBEIRO; MAKINO; BERALDO, 2002, p. 16-17).

Ao tratar da informação, objetivo de todo trabalho documental, Pinheiro aponta dois caminhos teóricos: um leva à consciência e o outro à criatividade. A autora ressalta que "[...] comunicar e informar, essenciais ao conhecimento, impulsionam o ato de criar, que é

a ação mais transformadora do indivíduo, em qualquer esfera, move a sociedade e a mantém viva [...]" (PINHEIRO, 2008, p. 93).

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta, referimo-nos especialmente ao pensamento de teóricos associados ao estudo de bens simbólicos e aos processos de ressignificação e de musealização - como Bourdieu, Certeau, Eliade, Desvallées, Gonçalves, Lima, Menezes, Pomian e Scheiner – os quais, através de seus pressupostos teóricos, nos auxiliaram a pensar na organização de um universo formado a partir das representações construídas, religião, significações expressas, linguagem e práticas sociais, permitindo situar o homem em seu mundo objetivo.

Segundo Michel de Certeau, existiriam nas sociedades os lugares estratificados, "[...] todavia, sob a escritura fabricadora e universal da tecnologia subsistem lugares opacos e teimosos. As revoluções históricas, as mutações econômicas, os caldeamentos demográficos, [...] ai permanecem ocultos nos costumes, nos ritos e práticas espaciais" (CERTEAU, 2014, p. 279). A comunidade de Paraty pode ser comparada a esses lugares vistos como "estratificados", uma vez que, mesmo diante de suas transformações, permaneceu ativa, embora adaptando algumas práticas, tolerando em outras, ratificando-se no contexto social. Scheiner, em sua análise do museu integral e seu modelo conceitual nos ajuda a entender melhor, quando assim o define:

> instância de proteção e uso controlado de todo um território, do substrato natural às manifestações tangíveis e intangíveis dos grupos culturais ali estabelecidos, considerados em extensão e historicidade, o museu integral é uma das mais abrangentes propostas modernas de conciliação entre Natureza e Cultura (SCHEINER, 2004, p. 96).

Esta abrangência é verificada quando, no Museu Integral, ocorre a mudança do foco de interesse das coleções compostas de objetos materiais para o patrimônio integral - e do visitante para toda a comunidade ou grupo social. A autora esclarece ainda que a experiência de patrimônio integral é a base conceitual dos parques naturais musealizados. Não se restringe ao ecomuseu, estende-se às cidades-monumento e aos bairros musealizados. Como ocorre também nas operações mais tradicionais de conservação do patrimônio, o conceito de conservação desloca-se dos bens unitários para os conjuntos, que agora deverão ser protegidos por uma moldura vegetal, um "cinturão verde de proteção" (SCHEINER, 2004, p. 97). Na década de 1960, esta intenção foi vislumbrada pelo arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum, da UNESCO, em seu plano urbanístico para a cidade, que não foi implantado, mas consta de uma separata da Revista Arquitetura, junto ao processo de tombamento de Paraty.

Pela valorização e divulgação do Patrimônio Integral do Município de Paraty e cidades vizinhas, inclusive do estado de São Paulo, que integravam a rota de viagem

duradoura de aproximadamente um mês com destino a Minas Gerais, algumas delas com monumentos tombados isolados, espera-se promover maior aproximação e integração entre os grupos e comunidade vizinhas, mesmo de municípios e estados diferentes, como é o caso de Cunha, Guaratinguetá, Aparecida, Taubaté, Florianópolis e Porto Alegre - bem como ressaltar a importância da memória na construção de formas locais de identidade coletiva, na história do município e das citadas cidades do Vale do Paraíba Paulista e Sul do País. As informações, práticas e vivências dessas comunidades promoveram articulações que resultaram também na constituição de seu patrimônio e em relações muito específicas de pertencimento, levando à constituição de registros patrimoniais que vêm sendo transmitidos a gerações mais novas e descendentes e/ou entre a população interessada de maneira geral.

Apesar da grande visibilidade do Município Tombado de Paraty e seu Bairro Histórico - inserido em paisagem ainda bem preservada, que integra o Parque Nacional da Serra da Bocaina - é notória a carência de pesquisas acadêmicas que possam contribuir para o fortalecimento da importância do tema da cultura local e regional, reforçando e qualificando a presença de conteúdos relacionados à memória dessas cidades, inclusive nas escolas e em outros âmbitos. Neste sentido, acreditamos que esta Tese estimulará e proverá material esclarecedor sobre o processo de formação e de evolução dessas vilas, freguesias e cidades, também visitadas por turistas brasileiros e estrangeiros, ajudando a compreender melhor os múltiplos aspectos do seu patrimônio integral.

CAPÍTULO 01

Antecedentes Históricos

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Paraty constituiu-se em um sítio histórico[5] que teve suas origens no século XVII e apogeu no século XVIII. Era ponto de passagem obrigatória dos viajantes e tropeiros[6] que demandavam para o interior do país e daqueles que, vindos do Rio de Janeiro, pretendiam chegar a Minas Gerais no auge da produção aurífera, utilizando-se do percurso marítimo - terrestre para a comercialização do ouro. Nesse período, Paraty viveu um período de grande prosperidade econômica, fato este que resultou na constituição de seu conjunto arquitetônico e na existência de tradições que permearam os séculos e que, ainda hoje, permanecem vivas, sendo transmitidas, com seus usos e costumes, de geração a geração.

A cidade encontra-se localizada em uma região de povoamento remoto. Foi descoberta nos primórdios da exploração aurífera. No século XVIII, conheceu seu apogeu face ao estímulo provocado pela procura de metais preciosos, levando à entrada dos paulistas sertão adentro, através das trilhas abertas pelos indígenas.

Uma das preocupações do período colonial até fins do século XIX, embora seu uso permanecesse até os meados do século XX, foi a Estrada Velha da Serra. A precariedade na manutenção dos calçamentos e pontes, muitas vezes questionada nos documentos, deixou um patrimônio de rara beleza no que concerne aos trechos de pavimentação em lajes de pedra – e, na subida da serra próximo ao bairro do Penha, em seixos rolados – técnica que possivelmente foi também adotada em Minas Gerais. Este patrimônio se revela também nas pontes, nos riachos com as passagens calçadas[7], nas muradas de contenção e nas barreiras de proteção e de fiscalização para o controle dos que ali passassem.

Esse controle, exercido pelas Guardas e Registros, nos deixou nomes de destaque: Boqueirão do Inferno, Cachoeira, Curralinho, Taboão da Serra - desativada

---

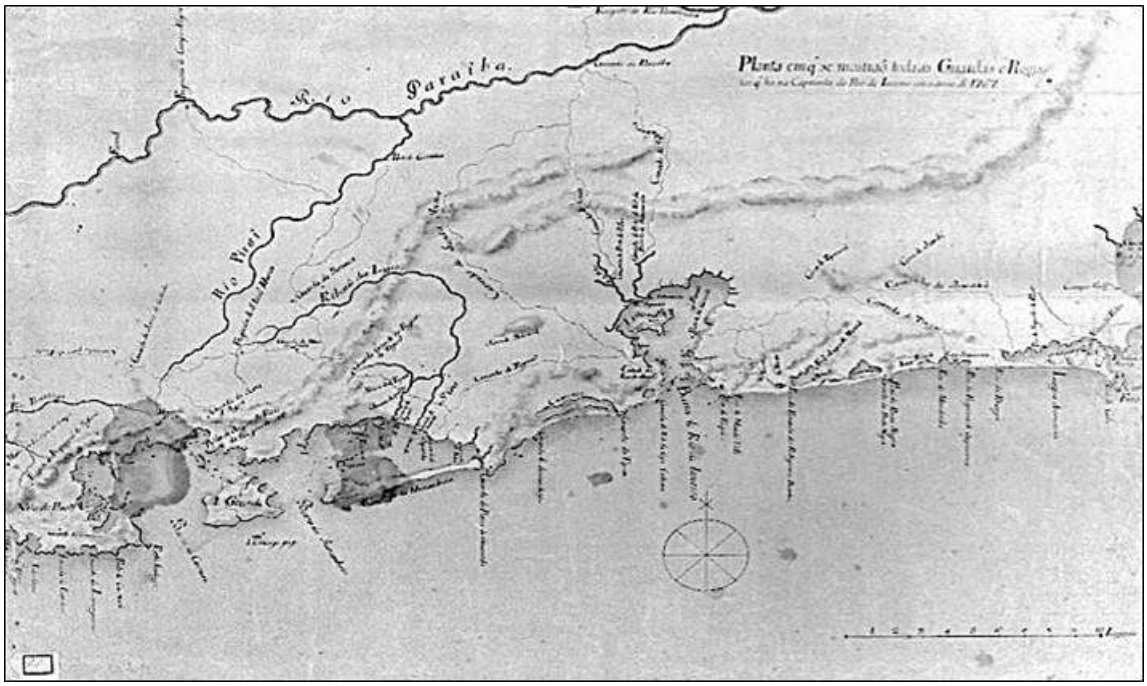
[5] O Jornal O Município deixou a referência do nome acostado em artigo de 12 de maio de 1921; a palavra “Pirá” significa – peixe; “tiz” é o diminutivo da palavra “tinga”, que significa – tanquinho. Ainda abunda no Baixio que enfrenta a actual cidade, essa qualidade de peixe. Por chamar-se – Paraty – (O Município, 1921, Nº II, p. 1). O baixio foi conhecido por todos os paratyenses até a década de 1970, área de retirada de mariscos na maré baixa, daí seu nome.

[6] Mettaphoricamente usam os conductores de fazendas para os lugares de Serra à cima, do nome = tropa = significando a multidão de bestas muares, ou cavallares, que tem á seu cargo, ou possuem, para transportarem d’uns, á outros sítios as fazendas, ou effeitos das lavouras. Os conductores mesmos se denominam = tropeiros = (ARAÚJO, TOMO III, 1799, p. 50).

[7] Em alguns trechos dos caminhos, no período colonial, em especial naqueles em que não era necessária a construção de pontes, o calçamento em lajes de pedra se estendia por dentro dos riachos, facilitando a não realização de paradas para dar de beber aos animais das tropas, bem como dos tropeiros que não tinham necessidade de apear de seus cavalos, lançavam nesses riachos as chamadas guampas, espécie de copos de prata com corrente, que retiravam as águas de seu curso, para beber. Em diversos trechos do Caminho Velho para o Registro do Boqueirão do Inferno e do Curralinho ainda existem trechos de riachos sobre o calçamento.

oficialmente desde 1877, estas últimas mantendo sua imponente construção, com a fachada principal assobradada e térrea na fachada posterior, obtida através da inclinação do terreno. A planta a seguir, datada de 1767, sinaliza, além do traçado dos caminhos a serem percorridos pelas tropas e viajantes, as Guardas e Registros na Capitania do Rio de Janeiro, inclusive nos caminhos para a Baía da Ilha Grande.

Fig. 1: Planta das Guardas e Registros da Capitania do Rio de Janeiro no Ano de 1767



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (nº 30.1.15-30.1.30/ CEH 2520)

No termo de arrematação da construção da nova casa do Registro do Curralinho[8] no caminho de Ubatuba, firmado em 02 de maio de 1801 por João Bonifácio Ferreira dos

[8] Em 12 de janeiro de 1816, o Registro do Curralinho encontrava-se comprometido em sua conservação e caminhos que levou ao registro de ofícios: Senhores Juiz pela Ordenação e mais Vereadores da Camara da mesma Villa. Francisco Correia Dantas, Coronel Comandante e eu Manoel Joaquim Pereira, escrivão o fis registrar, confery e assigney. (a) Manoel Joaquim Pereira. Registro da parte que o Officio retro menciona. Ilustrissimo Senhor Coronel e Comandante. Participo a Vossa Senhoria como o Quartel da Tropa fez hum pe de vento, que lhe levou a Comieira da Caza, que em toda parte lhe chove assim como também os caminhos estão muito cheios de matto, que custa andar por elles, principalmente a testada do Registo pertencente a Camara. Neste Vossa Senhoria determinará o que for servido. Registo do Curralinho em doze de Janeiro de mil oitocentos e desesseis. José da Silva Baião. Cabo. Está conforme. (a) Manoel Joaquim Pereira (LIVRO DE REGISTRO DE OFICIOS, 1816, p. 9 e 9v, DA). Francisco Corrêa Dantas (-1873), foi Coronel Comandante da Vila de Paraty em 15/10/1810 (LIVRO Nº 7 do 1º OFÍCIO, p. 120 e 121), irmão da Irmandade de Santa Rita em 1861 (LIVRO DE ENTRADA, 1852 a 1910, p. 29). Pela Lei de 26/08/1828, foi extinto o seu uso juntamente com o Registro da Cachoeira. No Livro Tombo da Paróquia de N. S. dos Remédios de Paraty, aparece o registro em 14/03/1965, de uma das visitas realizadas na zona rural pelo Padre João Hofimam ao Curralinho, verifica-se que já havia sido adaptado para uma residência rural, embora já fosse constante as realizações de Ladainhas para Santo Antônio, São João, São Pedro, Santana e Senhor Bom Jesus "[...] numa casa de fazenda, foi celebrada a S. Missa com boa assistência, com grande devoção do povo e cerca de 20 confissões e comunhão. Foi a primeira vez que se celebrou missa nêste lugar. O Sr. Agílio Ramos designou provisoriamente 2 senhoras para cuidar do nôvo núcleo de catequese popular (LIVRO TOMBO, 1924, p. 64v).

Santos e Luís Antonio de Mattos pela quantia de trinta e dois mil reis, fica claro o que segue:

> Aos dois dias do mês de mayo de mil oitocentos e hum annos nesta Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty em praça pública que fazia em ceremonia o Juiz Presidente Capitam José da Silva Paes e Vereadores, Procurador do Senado, e sendo assim por elles dittos Officiaes da Camara e mandaram meter a pregam a factura da Caza do Registo do Curralinho do Caminho do Batuba com o maior lanso que alcansarão foi o de trinta e dous mil reis por cuja quantia se offeresseo João Bonifácio Ferreira dos Santos a fazer de novo a ditta Caza do Registo do Curralinho do Caminho de Batuba e se obriga por sua pessoa e bens a fazela da mesma forma em que de novo foi construida com os mesmo repartimentos, e por não haver quem por menos fizesse a ditta obra com as mais Seremonias (TERMO DE ARREMATAÇÃO, IHAP, 1801, p.12, DA).

Além de porto escoador da exploração aurífera foi também através da cultura da cana de açúcar em seus solos favoráveis que o município de Paraty tornou-se conhecido pela grande produção de açúcar e aguardente, ainda de destaque no final do século XIX, embora em paralelo com as diversas plantações de café. “[...] Terras e terras ubérrimas, onde a canna cresce de modo esplendido com luxuriante e inescedivel desenvolvimento, e inescedivel viço, há em grande extensão proximas aos engenhos (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIO, IHAP, 1872, p. 69 a 70v).

Em 12 de maio de 1921, o Jornal O Município ainda comentava: “[...] Até 1870, segundo um documento que temos, essa contribuição foi effectuada, Era então a Fasenda da Barra Grande, a única de Paraty que tinha Engenho de fabricar assucar, cujos signaes ainda são vistos presentemente” (O MUNICÍPIO, 1921, Nº II; p. 1).

Cabe mencionar nesta trajetória a importância dos registros feitos por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, bacharel formado em Cânones, do Conselho de Sua Majestade, Monsenhor Arcipreste da Capela Real, que visitou Paraty em 1794 e 1799. Nessas ocasiões, levantou informações através de minuciosas pesquisas que são consideradas, hoje, as mais completas sobre a vila, costumes, enterramentos, igrejas e Irmandades Religiosas. No ano de 1794, o Livro das Visitas Pastorais à Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, orago da freguesia e Vila de Paraty, feitas por Monsenhor Pizarro, indica o local da primeira igreja de Paraty

> que da outra parte do Rio Piraqueguaçu, que fica para o rumo do N.n’ um morro, que chamam de Vila Velha, em distância do mesmo Rio 25 braças, pouco mais ou menos, esteve primeiramente fundada a Igreja de Parati, mas com o dito de S. Roque, que também foi o padroeiro da mesma Vila (ARAÚJO, 1794, p. 38 v - 45 v).

1.1 Ocupação do Território

Esta Capela no morro da Vila Velha ou Chapada da Defesa, primitivo sítio de Paraty (Fig. 2), serviu de Cura - Capela Curada[9] para administrar o pasto espiritual dos primeiros moradores, uma vez que o território de Paraty era sujeito à Vila de Angra, distante 13 léguas por mar. Monsenhor Pizarro, em suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, datadas de 1820, TOMO III, ao realizar as diligências para averiguar a fundação da vila, menciona a ausência de documentos comprobatórios do fato. Apoiado em informações dos moradores mais antigos da terra, deixou o seguinte relato:

> que o princípio desta povoaçaõ lho dera um Capitaõ mor, que aqui veyo nomeado pelo dito Conde Donatario, por nome Joaõ Pimenta de Carvalho, o qual fora dando estas terras de Sesmarias a uns homens, que moravaõ em Angra dos Reis e que estes vieraõ povoar esta terra, ficando sugeitos á dita Villa de Angra dos Reis; e que como lhes ficava longe o recurso para a dependência de Justiça, passados alguns anos levantavam o Pelourinho, e fizeraõ Villa (ARAUJO, 1794, p. 41).

Fig. 2: Foto do Morro da Vila Velha

Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ

Segundo a Carta Régia da criação da Vila de Paraty, datada de 28 de fevereiro de 1667 (Anexo 1), por parte de Martin Correa Vasqueanes foi concedida licença para

> fazer h'uma Villa a sua custa de quarenta moradores no sítio de Paraty que dista de Cabo Frio oito ou nove legoas para o Sul, aonde dis que tem suas terras desertas, e que se possa chamar Senhor della, com todas as patriminências concedidas aos que fundarão semelhantes Villas [...] (ANRJ, Códice 952, vol. 1, p. 59).

[9] Título oficial dado pela igreja católica à capela de vila no período colonial que realizasse celebrações regulares por um pároco. O aumento do povoado possibilitava aos políticos e moradores solicitar à Assembleia Provincial a ascensão a criação de Freguesia. A capela segundo tradição local teve sua implantação no dia 16 de agosto de 1630, dia de São Roque. A imagem primitiva pertence à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, encontra-se no Museu de Arte Sacra de Paraty.

Em cópia de Representação que fizeram os Oficiais da Câmara da Vila de Paraty contra o Padre Manoel Braz Cordeiro, consta que

> Este Padre descobre o Sigilo da confissão, tanto assim, que o Povo foge de se confessar com Ele; e já morreo nesta Fregª pessoa sem confissão, & de não querer confessar com ele. Este mesmo Pe. Costuma perder o juízo com bebidas, de sorte, que chegou a sahir, e já houve ocasião, que por não estar em seo acordo, o xegarão a despir, e descompor: He tão pouco honesto; que continuam.e tem de portas a dentro huma mulata xamada Anna, de quem tem hum filho publica, e escandalosame nos mais erros do Paroco são tantos, que por não cansar a V. Mag.e os não repetiremos (LIVRO DE REGISTRO DE ORDENS RÉGIAS, IHAP, 1726, p.95v e 105).

O padre, na ocasião Vigário da Igreja de N. S. dos Remédios, teve conduta considerada irregular, o que suscitou a emissão de carta pelo rei D. João V, juntamente com despacho do Tribunal da Mesa da Conveniência e Ordem, em cuja correspondência registrou-se o fato acima, levando-o a mudar-se para a Villa de Ubatuba, onde veio a falecer. No início da representação - documento acima, datado de 12 de junho de 1726 - faz-se menção à implantação do primeiro povoamento, assim registrado: "[...] Senhor Esta vila foi creada, e povoada á oitenta annos, os moradores della fizerão a Igreja com o Oº de Nossa Sra. dos Remédios para, como católicos, adorarem o verdadeiro Deos" (LIVRO DE REGISTRO DE ORDENS RÉGIAS, IHAP, 1726, p. 95v e 105). Esses dados vêm reforçar a possível datação feita por Monsenhor Pizarro de que em 1646 a Vila já havia sito implantada na planície, com seu novo orago, conforme veremos adiante.

O Governador Geral das Capitanias do Estado do Brasil, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, por ordem datada de 21 de agosto de 1680, mandava descobrir e abrir os caminhos da Vila de Paraty para o interior do sertão e caminhos para São Paulo, conforme relata Monsenhor Pizarro. Nesta ocasião já era tratado por Vila o Distrito de Paraty, possuindo igreja, bem como paróquia e pároco que, à semelhança de Angra dos Reis, nesta época, era pago à custa do Povo, e não por "El Rei", ainda que fossem todos providos anualmente pelos Administradores da Capitania. Observa-se que o povoado de Paraty surge durante a expansão dos caminhos da capitania, estando presente neste contexto a mão de obra indígena explorada pelos primeiros moradores até a abertura do Caminho Novo na primeira metade do século XVIII.

Constam na coluna do jornal o Pharol intitulada retrospecto do "*Guide de L'Etoile du Sud*". *L'Empire du Brezil*, publicado em 1887, na parte relativa ao Estado do Rio de Janeiro, informações sobre o Município e seus primeiros habitantes:

> A cidade de Paraty, acha-se situada nos limites das províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo, na margem occidental da bahia de Angra dos Reis. Os índios Goyanas ahi dominaram no tempo de sua descoberta; no princípio do seculo XVII os colonos portugueses foram-se estabelecendo

> pouco a pouco n'esse território, onde construíram a primeira capella com a invocação á S. Roque[10], vivendo por muito tempo sem dependência alguma legal, dos governadores do Rio de Janeiro (O PHAROL, 1907, Nº 27, p.1).

1.2 A Vila de Paraty

Aproximadamente em 1690 houve a mudança da Vila de São Roque (Fig. 3) para a planície, entre os dois rios que a cercam de um e outro lado e "[...] vão desaguar no mar, com o qual se comunicam pelo norte, o Piraqueguassú, e pelo sul o Patitiba, tendo de largura este plano todo, 459 braças e de comprimento 583 braças." (ARAÚJO, 1794, p. 38v. – 45v). Pelas descrições apresentadas, provavelmente datadas de antes de 1699, a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios[11], nova padroeira da Vila (Fig. 4), na porção de sesmaria doada por Maria Jácome de Melo[12] (ANEXO 2), encontrava-se num plano imediato ao mar; e o lado da Epístola[13] a pouca distância do Rio Perequê-Açú. Ali ancoravam as lanchas e sumacas, no antigo cais – que estava sempre sofrendo obras no muro do Paratyguassú, algumas vezes mencionadas no Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Paraty[14].

---

[10] São Roque (-c.1397) de família rica de Montpellier em Languedoc, repartiu seus bens e fez peregrinação à Roma, exerceu a caridade e contraiu a peste, sendo alimentado por um cachorro que lhe levava pão, apresenta na sua indumentária as conchas com que servia para beber água durante as peregrinações. Pertenceu a Ordem Franciscana.

[11] No registro histórico de Frei Agostinho de Santa Maria no Santuário Mariano, impresso nas oficinas de Antonio Pedrozo Galran, em Lisboa entre os anos de 1707 e 1733: "A Igreja Matris, & Paroquia desta Villa de Parathy he dedicada á Virgem Maria nossa Senhora com a invocação dos Remedios, que he toda consolação, & alivio, daquelles moradores. Jà hoje não consta quem foy o seu Fundador, que seria certamente algum dos Capitães, que povoarão aquella Villa, & teria grande devoção com esta Senhora, a qual naõ acaso dispoz a Divina Providencia que se lhe desse o titulo dos Remedios porque Ella naquella Villa he o remédio de todos. Santo Thomàs de Villanova, diz que Maria he o único remédio de todos os nossos trabalhos, de todas as nossas angustias, & de todas as nossas necessidades: *Remedium unicum nostrum*, *&* isto mesmo apregoa o seu Santíssimo Nome, que he remedio de todos os afflictos, & angustiados: *Remedium agris*, *& angustiatis*. (MARIA, 1723, p. 104 e 105).

[12] Segundo Amaral, Maria Jácome de Melo, filha segunda do Capitão-mor João Pimenta de Carvalho, recebeu a 4 de outubro de 1630 da Condessa de Vimieiro dona Mariana de Sousa da Guerra, bisneta do Colonizador Martim Afonso de Souza, e donatário da Capitania de São Vicente. Uma Sesmaria de légua e meia de terras por costa e sobejos, tendo o Rio Paratiiguaçú pelo meio, terras que iam da Bôa Vista ao final da Jabaquara. Dessas terras separou ela em 1635, uma gleba entre os Rios Paratyguaçú e Paratiitiba, onde hoje se encontra a Cidade de Paraty, dando-a ao Rocio da futura Vila ou a Vila Nova de Paraty, que começou a ser povoada (AMARAL, 1972, p. 1). Pizarro nos informa: o Capitão-mor era casado com D. Suzana Requeixa (PIZARRO, 1794, p.46 a 57v).

[13] Lado da nave das igrejas onde são lidas as Epístolas, lição do antigo ou do Novo Testamento, que precede o primeiro Evangelho da Missa – lado direito de quem olha para o retábulo.

[14] Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Paraty, 1831 – 1955 às p. 32 v. e 33.

Fig. 3: Imagem de São Roque. Madeira Policromada, séc. XVII

Fig. 4: Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, Terracota Policromada, séc. XVII

Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra de Paraty

No outro lado do adro encontrava-se a Casa de Câmara e Cadeia, com uma pequena praça servindo de Rocio[15] onde, nas tradicionais Festas do Espírito Santo, se apresentavam as cavalhadas e danças em homenagem ao Imperador do Divino, uma vez que o Império do Espírito Santo se localizava naquelas proximidades - conforme atesta o Livro de Atas da Câmara Municipal de 1853. Em sessão de 06 de outubro de 1855, o Secretário Joaquim José de Souza dirigiu Ofício ao seu procurador no seguinte teor:

> A Câmara Municipal desta Cidade, deliberou que V. S.ª, mande quanto antes, mandar tapar o lugar que serve de Império do Espírito Santo, afim de evitar que ali se continue a lançar immundicias, e tornar-se foco de infecção dannosa à saúde pública (REGISTROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY, 1853, p. 93 - 93 v.).

As rampas de embarque e desembarque do antigo cais, em pedras lavradas, semelhantes às que existiram no Largo do Paço Imperial no Rio de Janeiro, ainda existentes, foram construídas porque o lodoso espraiamento do porto na beira-mar não permitia a todas as horas do dia o carregamento e descarga das embarcações. Isso

[15] O grande largo da Casa de Câmara e Cadeia, e da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, transformado em jardim público, inaugurado em 23/07/1922, na gestão do Prefeito Samuel Costa, sendo inclusive arborizado como hoje o encontramos. Nesse mesmo período também foi inaugurada a luz elétrica da cidade de Paraty, instalada pelo Engenheiro Henrique Erismann no edifício da Municipalidade, ruas e praças. Este engenheiro também realizou trabalhos na Igreja Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá no início do século XX. (A RAZÃO, Nº 17, 1922, p. 1).

causava grande atraso e transtorno ao comércio, bem como à saúde pública, devido ao lamaçal que produzia “evaporações pútridas”, causa para o constante aparecimento das febres intensas que grassavam anualmente na cidade[16]. Outro dado importante no espaço urbano de Paraty foi a alteração do leito do rio “Perequê-açú”, em meados do século XVIII:

> Essas dolorosas inundações são conseqüências do grave erro commetido pelo Capião-Mór da antiga Villa de Paraty, de 1760 em diante, mandando desviar o antigo álveo do rio ‘’Perequê-açú’’para o local em que se acha presentemente. Esse gráve êrro deo lugar ficar esta cidade entre as margens do ‘’Perequê-açú e do “Patityba’’, não distando uma de outra 500metros (O MUNICÍPIO, 1922, Nº XVIII, p. 1).

Consta em notícia no Jornal O Município, datado de 12 de maio de 1921, que o leito do rio, antes descendo pelas encostas dos morros do Caborê e Forte Defensor Perpétuo, foi mandado desviar pelo Capitão-Mor da Vila de Paraty, “[...] para que seus navios mercantes – carregassem e descarregassem nos fundos de seus Armazens”. “O alvéo do Perequê-açú [foi desviado] para o lado Sul da supra citada collina, quando a fóz d’esse rio era na praia da Jabaquara, na parte Norte d’essa collina...” (O MUNICÍPIO, 1921, Nº II, p. 1).

Em 1836, uma grave epidemia de febre perniciosa dizimou muitas pessoas por dia, não havendo local suficiente para os sepultamentos, por ser estreito o cemitério implantado ao longo da praça pública, o que levou a Irmandade do Santíssimo Sacramento a franquear o corpo da igreja para sepultar os mortos, pois acreditava-se que sem o telhado os miasmas seriam dissolvidos mais facilmente pelos ventos.

> [...] foi proposto pelo mesmo Revendo Parocho, que em conseqüencia da grave epidemia de febres perniciozas, que hora grassava, flagellando a tempos os habitantes desta Villa, eseu termo, dezenvolvendo se progressivamente, a pontos de morrerem, já seis, já sétte, emais pessoas por dia além das muitas vitimas, que achavão se afectadas da sobre dicta epidemia; não havendo já onde se pôdessem sepultar os cadáveres dos finados pela estreiteza do actual Cemeterio, collocado ao longo da praça publica, por onde tranzitão frequentemente os póvos,[ilegível] a corrupção dos mortos; propunha elle Reverendo Parocho; que esta venerável Irmandade, em qualidade de Administradora da obra da nova Matriz, franqueasse o corpo da referida Matriz, para ahí sepultarem se interinamente os mortos, visto que, por ora senão trabalha na ditta obra, enum há outros recursos, de que lançar mão. Antevendo demais amais apról da salubridade publica, que posto não seja este recinto fóra da povoação, com tudo está cercado de altas e grossas

[16] Segundo notícias do Jornal *O Município* de 12 de maio de 1922, em 1777 uma terrível epidemia sobreveio a Paraty. Esta epidemia tornou-se periódica devido às águas do Rio Perequeaçú, que teve seu leito modificado, ficando estas empoçadas. Este episódio reforçou o culto a São Roque, considerado advogado contra as pestes e primeiro padroeiro da cidade, cultuado pelos habitantes que escaparam da epidemia: criaram a “Devoção” ao santo, que foi posteriormente elevada a “Confraria” através de provisão de D. Antonio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, tendo à frente o Padre Carrão e seu sobrinho Amorim Carrão, proprietário da Fazenda Barra Grande. Este determinou que fosse celebrada a festividade de São Roque na Vila e que seus agregados contribuíssem com a quantia de 45$000 rs para a festividade. Menciona ainda que até 1870 essa contribuição foi efetuada (O MUNICÍPIO, 1921, Nº II, p. 1).

> paredes, e que as emanações, ou miasmas corruptos, attrahidas pelo calor do Sol são elevados a huma altura considerável, e dissolvidos com mais facilidade pelos ventos; e que se pedisse á Câmara Municipal auctorização para esta medida preventiva, e de urgente necessidade [...] (LIVRO DE ELEIÇÕES, POSSES E CONCORDATAS DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, 1831 a 1955, p. 15v. - 16).

Quando examinamos os locais e documentação fotográfica da área observamos que até meados dos anos 1970 ainda existia um braço de rio que chegava até as encostas do morro do Caborê, e também ficou conhecido como do Peru[17]. De fato, as rampas em pedra que serviam para a chegada e saída das embarcações na margem do rio ainda são visíveis, bem como as fotos que apresentam os sobrados com armazéns em seu pavimento inferior e fachadas de fundo voltadas para o rio.

A Casa de Câmara e Cadeia de Paraty foi provavelmente construída em 1715, com a Câmara instalada no pavimento superior e a Cadeia no inferior, dando a fachada principal para o Largo da Matriz e a fachada de fundos para a Rua da Cadeia[18]. No ano de 1726, a Câmara já se encontrava na posse - havida judicialmente por seus antecessores - do terreno, feita por doação de Maria Jácome de Mello para a fundação da Vila de Paraty, tendo por Padroeira Nossa Senhora dos Remédios. Em conformidade com o auto de posse, passou o Dr. Ouvidor Geral e Corregedor da Câmara, no ano de 1756, a fazer medição do terreno e o tombamento dos chãos já edificados e por edificar, para imposição dos Foros e Laudêmios[19].

No Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal, datado de 1850, verifica-se que em 06 de dezembro de 1845, apresentava-se com as seguintes características:

> [...] ora achando-se o edifício que serve para a Casa da Câmara e Cadeia n'esta cidade, sem a necessária segurança e capacidade, por ser construída a cento e trinta e tantos annos (por isso que pello seu estado de ruína forçou a Câmara a alugar huma casa para fazer suas sessoens) e as prizoens que n'elle existem, sem as acommodações precisas, sem a ventilação e salubridade recommendadas; torna-se pois de necessidade a construção de hum novo edifício, em outro lugar differente, para a Cadeia, e Paço da Câmara, contando todas as proporções e commodidades próprias para os actos publicos instituídos pelo sistêma que felizmente nos rege (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1845, p. 32v, 33 e 33v.).

---

[17] Segundo informação verbal de Maria Luiza Costa Machado da Silva, filha de Samuel Costa, ali teria naufragado uma embarcação que tinha a proa esculpida em formato dessa ave.

[18] É um edifício antigo construído em 1715, que serve de prisão. Está bastante deteriorado, carece de reparos urgentes, tem no pavimento superior três pequenas salas ocupadas pelo carcereiro e pelo guarda. No pavimento térreo também três repartições muito úmidas, podendo conter cada uma delas até 12 presos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1758, JORNAL DE PARATY, ANO V, nº 41, 31/07/1989).

[19] Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal, 1850, p. 269/270.

Em 1848 foram realizadas obras no telhado do Salão da Cadeia, pois, segundo o fiscal Paranhos, quando chovia aquele espaço era alagado pelas águas, assim como a porta que servia ao depósito de azeite para iluminação da cidade[20]. Neste mesmo ano, foram feitos os levantamentos para a realização da obra da calçada da Rua da Cadeia, estendendo-a até o canto da Rua do Comércio, para melhor escoamento das águas e para evitar que ficasse defeituosa, o que ainda pode ser observado na foto do início do século XX (Fig. 5).

Após a demolição do prédio[21], a Câmara passou a funcionar em imóveis alugados. O primeiro situava-se na esquina da Rua da Matriz, (atual Marechal Santos Dias) com a da Ferraria, (atual Rua Comendador José Luiz) e o segundo à Rua do Comércio, (atual Tenente Francisco Antônio) com a Rua da Ferraria (Fig. 6). No final do século XIX, a Câmara passou definitivamente a ocupar um sobrado na esquina da Rua do Rosário (atual Samuel Costa) com a Rua do Comércio.

Fig. 5: Calçamento da Rua da Cadeia, década de 1930

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde – IPHAN/ Paraty

Fig. 6: Sobrado à Rua do Comércio que abrigou a Câmara de Paraty década de 1960

Fonte: Revista O Cruzeiro – Rio de Janeiro

[20] Documentos Avulsos da Câmara de Paraty - 26 de agosto de 1848. Constam no Jornal Paratyense informações também sobre o uso de querosene para iluminação: "[...] A iluminação desta semana não podia ser peior. A falta de aceio nos lâmpeões, de parceria ao mao Kerozene deu em resultado a se tornar ella verdadeiras lamparinas. A camara Municipal pedimos um seu olhar benefico para este fato para que não se reproduza (O PARATYENSE, 1883, Nº 3, p.2).

[21] Consta no livro de Registro de Documentos da Câmara de Paraty na Receita datada 1864 "[...] Venda das pedras do edifício que sérvio de Cadea Por não servirem para calçada a Antonio Joaquim Mendes de Magalhães.....30$000". No livro de 1865 a despesas "[...] com a remoção das pedras de cantaria do edifício que servio de Cadea.....10$000". "[...] Com a remoção das pedras de Cantaria do Edifício que servio de Cadea.....6$200". (LIVRO DE REGISTROS DE DOCUMENTOS, IHAP, 1864, DA). Ao que tudo indica possivelmente o prédio da Câmara possuía suas portas e janelas em cantaria que durante a demolição estas foram vendidas, inclusive para calçamento. Durante a manutenção do calçamento da Rua da Matriz na década de 1990 foram encontrados fragmentos dessas ombreiras de portas e janelas, que encontram se guardadas no sobrado que abriga o Escritório Regional do IPHAN em Paraty – RJ.

O Livro de Termo e Concordata da Irmandade de Santa Rita, datado de 1860, registra o desaparecimento da Casa de Câmara e Cadeia no Largo da Igreja Matriz, o que foi atestado documentalmente em 05 de maio de 1864 pelo Juiz da Irmandade, Sebastião José Miguel de Sousa, em documento deliberando sobre da festa do orago com Missa Cantada[22], Sermão e *Te Deum*[23]:

> [...] o Juiz fez ver que tendo recebido um ofício do Juiz de Capellas em dezembro de 1864, para tocar o sino da Torre nas horas da recolhida e a mesa tendo ouvido deliberou que se oficiasse ao mesmo Juiz de Capellas, visto estar o sino da Câmara, posto na Torre da Matriz (LIVRO DE TERMO E CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 205 v).

No Termo de Deliberação de 02 de fevereiro de 1881[24], foi registrado o ofício do Presidente Interino da Câmara Municipal solicitando consentimento da Irmandade de Santa Rita para o "toque da recolhida", no sino da torre da capela. Ouvida a mesa, esta ponderou que o capítulo número cinco de seu compromisso[25] proibia qualquer consentimento ou contrato com alguém de fora, a fim de evitar inconvenientes futuros, sugerindo que o Presidente e demais vereadores da mesma Câmara fossem cientificados.

Esta situação malogrou e até os dias atuais, conforme constatamos nesta pesquisa, o sino original da Casa de Câmara e Cadeia de Paraty permanece instalado no capialçado[26] da porta que serve de acesso à galeria lateral esquerda do pavimento superior, dando para as tribunas da nave (Fig. 7). Observamos uma preocupação com o cumprimento diário do dobre do sino da Casa de Câmara e Cadeia, uma vez que estas possuíam na sua torre os chamados sinos-do-povo ou sinos de correr, que eram dobrados para ajuntar a população e ou dar avisos importantes.

---

[22] Missa cantada: Missa com o canto de várias partes (*Kyrie, gloria, credo, sanctus, benedictus, agnus/ intróito, gradual, aleluia, ofertório, comumicic/ epístola, evangelho, prefácio, Pater Noster, Ite, missa ert*) cantadas pelo padre, ministros e cantores. Presença de orquestra. Não funcionam o diácono e o subdiácono. Na banqueta, quatro velas acesas. Missa solene: Missa com várias partes cantadas, oficiada por um presbítero assistido de diácono e subdiácono, e ainda cerimoniário, ceroferários (portadores de velas) e turiferário (turíbulo de incenso) (cf. RODRIGUES, Fábio Carneiro. Glossário de Arquiv. Ouro Preto: UFOP/DELET, 1995).

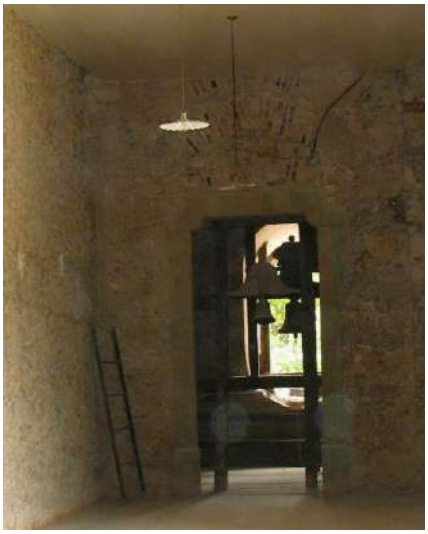
[23] *TE DEUM LAUDAMUS* "A vós, ó Deus, louvamos". Trata-se de um hino litúrgico tradicional de agradecimento, com texto que foi musicado por vários compositores, lamentavelmente, ainda não conseguimos localizar as partituras escritas para as festas de Paraty.

[24] Livro de Termo e Concordata da Irmandade de Santa Rita, 1860, p. 224 v.

[25] O Compromisso era uma espécie de lei que estabelecia o estatuto e deveria ser do conhecimento de todos os membros, para prestar juramento antes de sua entrada, integrando a Mesa composta de irmãos com direito de voto para resolver assuntos de interesse da Irmandade.

[26] Face inferior inclinada dos arcos e ombreiras de portas e janelas que permite maior abertura para a entrada de luz.

Fig. 7: Foto do sino da Casa de Câmara e Cadeia na Igreja Matriz



Fonte: Acervo Escritório do IPHAN - Paraty - RJ

Identificamos que o relatório datado de 1790 sobre a Vila de Paraty faz referência a sua povoação, termo e outras informações registradas pelo Capitão Manoel da Silva Mariz em fins do século XVIII. Este nos deixou importantes dados sobre o assentamento da Vila e seus limites, já bem definidos no que concerne ao quantitativo das construções erguidas dentro e fora da vila, ou seja, na zona rural e arrabaldes, compreendendo o seu distrito "[...] desde o Rio chamado Mambucaba para a pte. do Norte q' divide esta com a da Vª da Ilha Grde. até o lugar chamado de Calheta das Laranjeiras pª a parte do Sul q' divide com o termo da Vª de Ubatuba Capitania de S. Paulo 24 Rios" (IHGB/Lt 48/Doc.19 apud RAMECK E MELLO, 2011, p. 18). Pelo que se constata os dados constantes do mencionado relatório nos apresentam também as confrontações de Paraty com a Vila de Cunha, São Paulo e com Minas Gerais, elos de extrema importância para o desenvolvimento do comércio e da fisionomia da Vila de Paraty:

> Para o Sertão divide-se com terras da Villa de Cunha, Capitania de S. Paulo, por onde segue desta Vª aquella a Estrada Geral, q' se reparte por toda a Comarca de S. Paulo, e para Minas Geraes, e dista desta Vª as minas de sua repartição entre a mesma, e a dita Villa de Cunha seis legoas razas mais, ou menos. Tem desta dita Vª até o primrº Morro, de varge, legoa e meia raza mais, ou menos, e o mais caminho segue pela Serra, q' he a Geral desta Costa alta bastante me.; e a maior parte das terras da dª Serra infruticfera e agreste. Acha-se até o preze. com 392 Cazas edificadas, nas quaes estão 35 de Sobrado, e fogos do mato para dentro 230 por serem alguas das dª Cazas edificadas dos Lavradores, q' actualme. existem no Distrito, e dentro da mesma Vª se achão as pessoas seges. Meninos até 15 a. 183; e homens 276. Meninas até 16 a. 180, e mulheres 366. Escravos pardos 80. Escravas pardas 82. Escros. Pretos 430, Escras. Pretas 263. Pardos libertos 51. Pardas libertas 86. Pretos libertos 23. Pretas libertas 38. Compoem-se de 15 Cazas de negocio, nas quaes vendem Sal, Casco de pipa e compram águas-ardes. Da terra e

> tem entre sy 23 lojas de mercadorias, q' constam de baetas, panos de linho, Seda da fabrica, Setins, Riscados, Xitas, Retroz, Liage, Canelões, Draguetes, Tafetás e outras fazendas semelhantes de Seda, linho e algodões. Tem mais 14 Vendas, nas quaes se vende Vinho, Vinagre, azeite doce, azeite de peixe [...] peixe Salgado; fumos, manteiga do Reino, roscas, queijos, e outros viveres (IHGB, Lt 48, Doc.19, apud RAMECK E MELLO, 2011, p. 17 e p. 18).

É interessante anotar que, segundo o relatório, em 1790 Paraty já contava com 392 casas edificadas, sendo 35 de sobrado, assim como 230 construções fora da área urbana (fogos do mato para dentro). Os dados comprovam, portanto, a presença de um núcleo de povoação já considerável, com presença de centenas de moradores e uma atividade comercial sistemática e variada: a menção à venda de panos de seda e linho, bem como de roscas, queijos e manteiga do Reino atesta que pelo menos parte dos habitantes da cidade tinha razoável poder aquisitivo.

O relatório indica também as possíveis datações de monumentos importantes, como a igreja Matriz de Paraty. Segundo uma carta escrita em 04 de fevereiro de 1707, assinada por Francisco, Bispo do Rio de Janeiro, "[...] Na pedra q' serve de verga á porta principal de Igreja Matriz está gravada ao picão a era de 1712. Na verga de huás cazas mtº antigas q' forão do Tene. Coronel Afonço de Moraes da Fonseca, se acha esculpida a era de 1699" (IHGB, Lt 48, Doc.19, apud RAMECK E MELLO, 2011, p.19 e 20). Embora as construções religiosas sejam passíveis de intervenções e de ampliações, chama atenção a notícia assim registrada:

> Lhe noticio, q' de outra pte. do Rio Paratiguaçú pª a pte. do Norte até hum morro a q' chamão da Vª Velha em distancia do mesmo Rio 25 braças pouco mais ou menos, e nella esteve edificada esta Vª antes de se mudar para o lugar em q' hoje se acha, no qual se achão vestígios da dita Villa, cujo Padroeiro era então S. Roque. Deos Ge. AV. M.m.an. Vª de Paraty 27 de Março de 1790 (LIVRO DE REGISTRO DE CORREIÇÕES, IHAP, p. 10v a 13).

Segundo os capítulos da correição realizada em 1776 a pavimentação da maioria das ruas da Vila ainda não estava totalmente concluída e não ocorriam grandes avanços. É de notar que no Livro de Registros e Correições, nos provimentos para o bem comum dos moradores, que já se preocupavam com a passagem das procissões e a comunhão a ser levada aos enfermos, o Escrivão da correição Antonio Pinheiro Amado anotou

> que as Ruas publicas desta Villa se achavam sem calçadas e que as águas se empuçavão nas mesmas as veses, digo e que estas se conservavão sem sahida que com o tempo refervião e se faziao grandes lamasais que lançavam muyto mau cheiro prejudicial a saúde e que por cauza do mesmo se não podiam andar pellas mesmas Ruas de sorte que ainda qualquer Procissão ou Sagrado Viatico comudamente não podia pellas dittas Ruas passar para se adminystrar aos enfermos de dia o de noite com a decência devida por cauza das lamaseiras e imondisses (LIVRO DE REGISTRO DE CORREIÇÕES, IHAP, p. 15v a 16v).

Em 1769, verificou-se que uma preocupação ainda constante dos capítulos de correição era a pavimentação das ruas e calçadas, associadas com seus níveis. A responsabilidade por esta tarefa cabia ao Pedreiro Antonio Rodrigues da Costa, nomeado pela Câmara, que de maneira errônea, através das “Mestras” [27]

> não recomendou que as águas das chuvas se direcionassem para o mar, bem como das calçadas em níveis mais altos como constava do“[...] plano da Villa antes de as fazer, [...] sem que os moradores e suas moradas recebessem danno com as agoas, e nestes termos mandava elle ditto Menistro prover os dittos moradores no seu Requerimento mandan doce suspender o ditto Pedreiro para que nam continue na obra das calçadas (LIVRO DE REGISTRO DE CORREIÇÕES, IHAP,1769, p. 17V a 20).

Como se observou, a finalidade era fazer o declive do calçamento para o meio da rua, segundo o Plano da Vila, implantado em quase todas as ruas principais, acompanhando as calçadas as linhas das “esperas”[28] para a sua continuidade até se encontrarem com as águas do mar - e não para o mangue, como o pedreiro intencionava fazer, contrariando a curva natural das águas dos rios, das chuvas e da serra. Samuel Costa nos deixou importante relato desse período, associado também ao constante trânsito das tropas na vila, único meio de transporte terrestre junto com os carros de bois, liteiras e cadeirinhas de arruar. Segundo a tradição oral, temos notícias da presença, em certo momento, de um coche usado pela câmara; de uma berlinda que consta de inventário e da qual falaremos adiante; e de uma caleça, cuja lanterna se encontra hoje no acervo do Museu Forte Defensor Perpétuo. Estes são os registros de uso de meios de transporte até a chegada dos primeiros veículos, em meados do século XX.

> Em parte apenas, as ruas estavam calçadas, muito embora o particular a quem era concedido o terreno para edificar fosse obrigado a calçar a sua testada. A Câmara de quando em vêz mandava proceder ao calçamento de diversos trechos e, aos poucos, calçou-se toda essa grande extensão de ruas, algumas hoje margeadas de ruínas e terrenos abandonados. Naquele tempo, entretanto, se chovia, as ruas e terrenos mais transitados pelas numerosas tropas que “desciam” transformam-se em lamaçais terríveis, borrifando-se as paredes dos prédios de lama à passagem dos “lotes” carregados. Se era seco o tempo, levantavam-se nuvens de pó, ao tropel das alimárias. A Câmara, de vêz em vêz, mandava lançar areia da praia sobre os trechos mais difíceis, até que o calçamento fosse feito (A RAZÃO, 1922, Nº 27, p. 1 e 2).

[27] Também chamada a parede principal de uma construção, possivelmente seria no século XVIII as pedras de eixo que depois vieram a ser chamadas de CAPISTRANAS no século XIX, termo que deriva do Presidente da Província de Minas, Capistrano Bandeira de MELLO, que mandou adotar no centro das ruas esse detalhe de pavimentação, em 1878.

[28] Paredes de pedras em tijolos em que são deixados os engastes salientes para novas amarrações futuras, no presente caso, as pedras que eram instaladas na pavimentação para continuidade.

Fig. 8: Rua da Praia – atual Dr. Pereira

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN - Paraty

Fig. 9: Rua do Comércio com o burro Sereno, que pertenceu à Fazenda da Olaria

Fonte: Amaral, Gurgel – Paraty Caminho do Ouro

Na correição de 1783, novo provimento foi realizado e faz menção à localização do Pelourinho, que encontrava-se no meio da Praça,

> [...] impedindo o manejo das Tropas e todas outras funçoens publicas, e que era bem o mandasse para o lado da mesma Praça, immediato a Rua da Cadeia de fronte da grade della, ficando o primeiro degrao arreado, e determinou que assim se executasse (LIVRO DE REGISTRO DE CORREIÇÕES, IHAP, 1783, p.31 a 34).

Nesse mesmo ano observa-se que as áreas de expansão da Vila também eram objeto de determinações para conservação, a serem empreendidas pelos fiscais da câmara; entre elas estavam o Rocio[29] e as margens do Rio Bananal, no chamado sítio das laranjeiras, bem como os aterros que já se faziam necessários nos terrenos próximos ao oratório da Cruz das Almas, que na época já havia sido erguido[30]. Cury, ao tratar da expansão do sistema viário de Paraty, vem confirmar essas informações do início da segunda metade do século XVIII, já com a presença de monumentos emblemáticos, ainda

[29] O rocio da Villa, entre os Rios Piraqueguaçú, ao Norte, e Patitiba, ao Sul, que tendo-se demarcado no anno de 1719, foi de novo balisado à 16 de Março de 1726, e medido no dia 4 de Fevereiro de 1757, comprehende a largura de 455 braças, e o comprimento de 583, tendo capacidade para se alongar até 1 ½ legoa de vargem, que finaliza com o morro primeiro, d'onde principia o caminho geral para a Serra do Facão. As ruas sam delineadas com boa direcção, e quase todas calçadas, por zelar a Camara o aceio publico com actividade, e capricho mais excessivo, que a de Angra dos Reis, sua rival. O mesmo acontece com as estradas, que sempre se conservam desempedidas: e a da Serra sobredita (cujas terras agrestes não se cultivam, por negar fructo) He cuidadosamente tratada, em beneficio das passagens diárias dos moradores de S. Paulo, havendo para esse fim uma consignação. (ARAÚJO, TOMO III, 1799, p. 48 e 49).

[30] "[...] que o Escrivão da mesma Camara passara certidão no Livro das Correiçoens, que para isso há de haver; e tendo o mesmo Ministro visto o Rio do Bananal no sitio das laranjeiras, ahi achou a ruína que o mesmo Rio vai fazendo nas terras do Rocio desta Villa, [...] e por lugares mais baixos, como aquelle de fronte da Cruz das Almas do Caraguatá [...] lançarão alguns ramos dos mangues cortados com carros de arêas para aplainar o terreno e destruir o lameiro" (LIVRO DE REGISTRO DE CORREIÇÕES, IHAP, 1783, p. 31 a 34).

existentes, e sobre os quais falaremos adiante, no Capítulo II. A autora faz referência às rotas usadas pelas tropas:

> nesta época ocorreu a abertura da atual rua Dona Geralda, que se chamava rua Nova da Praya. Nos Livros de Notas, do período, os elementos de referência urbana são: a Cruz das Almas – no caminho de Laranjeiras, e Nossa Senhora da Lapa – que se localizava no caminho entre a sacristia da Matriz e Santa Rita, o primeiro um oratório e o segundo, quem sabe, uma capela (CURY, 2008, p. 247)

As Posturas Municipais contribuíram para a administração e ordenamento da vila, com destaque para o padrão de 1799 e 1829, a que as construções obedeciam e deveriam atender. Em fins do século XVIII não se levantava edifício novo sem que sua fachada obedecesse a um mesmo padrão. Gurgel e Amaral (1967, p. 105) comentam que a Câmara baixou uma postura segundo a qual os construtores de novas casas deveriam obedecer a um mesmo padrão de altura,

> que seria um para as casas de um só andar (Parati desde 1710 tinha prédios de 2 pavimentos) e outro para os sobrados. Pelo referido padrão só era permitida a construção de casas em terreno com a largura de 10 metros de testada, sendo que as casas deveriam ter, pelo menos, 17 palmos e meio a sua frente, 17 palmos e meio de altura de pilar de pé direito acima da soleira e as portas, 11 palmos e meio de alto por 5 palmos de largo e com vergas de volta" (GURGEL e AMARAL, In Op. Cit.).

O uso da pedra nas construções de Paraty era constante e atravessou séculos. Inicialmente utilizou-se a "pedra seca" sem adição de argamassa para os muros e embasamento dos Registros de Fiscalização, Fortes, Engenhos, sedes de Fazendas, Capelas, Igrejas e construções civis; depois vieram as ligas de cal, areia, barro e saibro, que foram sendo aprimorados com os trabalhos dos canteiros; e a pedra lavrada e soleiras, deixando niveladas e pintadas a cal somente as partes que eram rebocadas também com argamassa de cal e areia.

Uma técnica que foi conciliada à estrutura portante com o uso da pedra é a parede de pau a pique, que consiste no engradamento de paus roliços na vertical (pau picado) e ripas de palmito jussara ou bambu na horizontal, amarrados com cipó imbé. Era também chamada de taipa de mão, de sebe ou de sopapo, pela forma agressiva de jogar o barro amassado para o enchimento dos vãos, podendo este ser branco ou vermelho; as paredes eram depois rebocadas com argamassa de cal e areia. A esse sistema estrutural temos a junção de três etapas independentes: o embasamento de pedras, o engradamento de madeiras para paredes, seu preenchimento e a cobertura. No século XIX foi adotado o sistema de paredes de "enxaimel", termo usado em Portugal para as paredes internas. Em Paraty, também foi usado externamente. Consistia em uma Estrutura de madeira formada por caibros de seção quadrangular formando desenhos geométricos em "v" apoiados nas

laterais por esteios verticais. Os vãos são preenchidos com tijolos maciços, sendo estes rebocados com argamassa de cal e areia; existem exemplos em que essa estrutura também era assente somente em uma direção na horizontal.

Fig. 10: Parede de enxaimel – imóvel Rua do Comércio esquina com Santa Rita

Fig. 11: Parede de enxaimel – imóvel Rua do Comércio esquina com Rua da Ferraria

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No ano de 1829, novo Registro de Posturas Municipais foi implantado e ficou estabelecido em seu Artigo 3º que

> Os edifícios serão levantados sobre pilares de pedra e cal. As cazas térrea serão de altura de dezoito palmos, as de sobrado trinta e cinco incluída madeira em huas e outras. As janelas e portas terão cinco palmos de largo de altura estas doze e aquelas sete e meio podendo diminuir-se até meio palmo sómente na largura das portas e janelas, serão necessário as proporçoens relativas ao edifício e as portas dos Armazens ou cocheiras terão ao menos quatorze palmos de alto e nunca menos de dez de vão e o proprietario que o contrario fiser será condenado em 4 á 10$000 reis a dobrar na reincidência. A mesma pena sofrerá o official sendo livre, porem se for captivo 4 a 10 dias de prisão sòmente sendo os donos condenados igualmente a demolir (REGISTRO DAS POSTURAS DA CAMARA, IHAP, 1829, Artigo 3º).

Quando examinamos essas regulamentações e ordenamentos no exterior e interior do casario tombado, é possível identificar as fachadas dos meados e final do setecentos em sua modenatura, sendo estas mais acanhadas e despojadas, com cobertura em duas águas no corpo principal e puxada de serviços em meia água, estando neste a sala de visitas, alcovas e a sala de jantar nos fundos - área privativa da família, que era acessada por um corredor provido de ventilação natural. As fachadas eram definidas com apoio estrutural em pilar de pedras e portas e janelas inicialmente com vergas retas, depois em formato de canga de boi ou arco abatido, podendo também ser em forma de serpentina.

Fig. 12: Rua do Comércio

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

Fig. 13: Rua da Lapa

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde – IPHAN, Paraty

A cobertura em telha canal era apoiada em estruturas de madeira de lei, cuja terminação recebia como apoio os beirais em cachorros retos, depois chanfrados e perfilados ou em beira-seveira, obtida através de superposição de ordens de telhas e argamassa de cal e areia, passando as cimalhas simples e perfiladas geralmente com terminações nos ângulos das esquinas em telhas ponteagudas em forma de pomba açoriana como a que existiu no imóvel da Associação de Caridade São Vicente de Paulo. A vedação dos vãos poderia receber as folhas de fechamento cegas, de calhas ou almofadas, ou externamente - com treliças como as rótulas e almofadas simples, como era usual no Rio de Janeiro na mesma época. Eram pintadas nas cores: azul, verde, ocre, azul ultramar, cinza e sangue de boi. Assim comentou Samuel Costa neste período:

> Ao observador de hoje não escapa a impressão de que a antiga Vila era eminentemente comercial. As casas apinhadas uma ao lado das outras, algumas com frente de duas portas apenas, e, na sua maioria armazéns, comprovam a grande concorrência comercial. São visíveis em grande número dessas casas a adaptação posterior para habitação, com a colocação de peitoris postiços aos portais, conservadas porém, as portas inteiriças. As famílias dos negociantes modestos residiam nos fundos dos armazéns de negócio, que todos, aliás, tinham quintais ou “áreas”. Os mais abastados possuíam casas próprias para habitação com a família, ou moravam no sobrado, estabelecendo o negócio no pavimento térreo (A RAZÃO, 1922, Nº 27, p. 1 e 2).

As casas comerciais, de forma mais simplificada, dispunham somente das suas portas de acesso, podendo ser algumas mais largas para facilitar a entrada dos produtos e ou tonéis de cachaça. Observamos que na maioria dos casos as edificações se iniciaram com os armazéns, que aos poucos foram se adaptando como residências de morada, onde ainda são visíveis a continuidade das ombreiras das portas que foram transformadas em janelas.

Também nos deixou importante informação Zenária Maria do Carmo, - “Baiaia” - passada a sua filha Maria José do Carmo Teixeira: segundo ela, no imóvel térreo

localizado à Rua do Rosário, esquina com a Rua do Comércio Nº 36, atual Tenente Francisco Antonio embora já adaptado com armazém na fachada principal e residência na parte posterior, os proprietários Juvêncio de Oliveira Netto e Maria Eulália de Almeida Peixoto Netto cultuavam N. S. da Conceição no dia 08 de dezembro, com rezas e levantamento de mastro na rua (LIVRO Nº 3 C, Nº DE ORDEM 640 e 788, do Extinto Cartório do 1º Ofício, p. 1 e 55).

Fig. 14: Rua do Rosário atual Dr. Samuel Costa

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN - Paraty

Fig. 15: Rua da Ferraria atual Comendador José Luiz

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Quanto aos sobrados, no pavimento inferior abrigavam o armazém e no superior a moradia do proprietário - que em sua configuração interna poderia repetir uma planta de casa térrea, sendo diferente na fachada superior, onde a sala de visitas se abre para um balcão de treliça, conforme sinalizou Samuel Costa.

> Eram as casas quase todas térreas. Vêm-se porém ainda alguns poucos sobrados já edificados e que são dos mais solidamente construídos. De cerca de 1830 em diante, quando a atividade comercial foi se tornando mais intensa, é que começaram a levantar as numerosas casas de dois pavimentos que se espalharam pela cidade mais ou menos bem conservadas (A RAZÃO, 1922, Nº 27, p. 1 e 2).

O século XIX vai possibilitar um avanço na arquitetura paratyense - que embora acrescida de ornamentos, como gradis em ferro forjado, suportes para as luminárias em dias de festas e procissões, ainda mantém práticas construtivas setecentistas como as paredes de pau a pique, com ripas de juçara ou bambu, amarradas com cipó Imbé. Aos poucos, vai passar a adotar com maior freqüência os tijolos maciços nas paredes que ficaram conhecidas como de enxaimel.

D. Pedro Lacerda, em suas impressões sobre a cidade de Paraty, em 1875, menciona que na nova Cadeia havia “apenas três presos, como em Angra dos Reis – onde

a cadeia “costumava estar vazia”. Ao percorrer todas as ruas da cidade nos deixou as informações:

> Achei que é maior quase duas vezes que Angra, e maior que Mariana, e Olinda que são Episcopais e que outras muitas do interior ou roça. Há muitas casas de sobrado, mas a maioria são térreas, as ruas são calçadas, e de bom aspecto, e algumas direitas e largas. Há iluminação a querosene e letreiros nos cantos das ruas com os nomes das mesmas (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 339).

Fig. 16: Rua do Mercado, Atual Dona Geralda

Fig. 17: Rua do Comércio, atual Tenente F. Antônio

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

É de notar que a presença da religiosidade nas casas de família, no passado, era revelada pelo oratório móvel apoiado sobre as cômodas das alcovas; ou pelos oratórios internos, dos quais devemos destacar o ainda existente na Casa Paroquial e os que existiram em um sobrado à esquina da Rua de Santa Rita com D. Geralda, então de propriedade de Rodolpho Gibrail Tannus; no sobrado de Hélio Domingos Frasso Corrêa, também na Rua D. Geralda, outrora conhecida como Rua do Mercado, na esquina da Rua do Comércio Nº 48 esquina com a Rua Maria Jácome de Mello, que pertenceu ao casal Leontino Carlos de Mello e Souza[31] e Basildes Vieira de Mello (N. S. dos Remédios) este último possuía uma imagem oriunda da Fazenda Olaria de propriedade de José Vieira

[31] Neto de José Antonio de Mello, filho de Luiz Carlos de Mello e Souza. De seu casamento nasceram os filhos: Luiz Carlos de Mello e Souza Neto - “Luluzinho” - , Benedicta de Mello e Souza - “Filhinha” -, Floriano Carlos de Mello e Souza, Epaminondas Carlos de Mello e Souza - “Nondas” -, Áurea de Mello e Souza - “Aurinha” -, José Carlos de Mello e Souza - “Zé Mello” -, Donária de Mello e Souza, Basildes de Mello e Souza - “Neném” - e Alba de Mello e Souza. Uma das filhas de Benedicta, se chamava Graciema - “Ciema” - doou para a igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, na década 1940, uma imagem de N.S. de Fátima em gesso policromado datada do início do século XX, que até os dias atuais integra o acervo deste templo. Leontino Carlos era irmão de João Carlos de Mello e Souza, Tribunal Correcional (A RAZÃO 1919, Nº 35 p.3). Antonio de Mello e Souza, Tribunal Correcional (A RAZÃO 1919, Nº 35 p.3) Irineu de Mello e Souza, Engenhos D’Aguardente (O PHAROL, 1907, Nº 17, p. 3). Almerindo Mello e Souza (LIVRO DE CONTAS DAS OBRAS DA MATRIZ, 1904 – 1906, p.8), Benedicto Reis de Mello e Souza era irmão de N.S. dos Remédios e Maria Jesuína de Mello e Souza era irmã de São Miguel (LIVRO DE TERMOS DAS ELEIÇÕES, 1908, p.1).

Ramos e Julia Cândida Vieira, e estava instalado em uma alcova próxima ao corredor que dava para a sala de jantar e cuja janela se abria para a mesma. Registre-se ainda e um outro oratório, que existiu na esquina da Rua da Cadeia com a Rua do Comércio, em casa térrea e comercial que pertenceu à família de João Batista de Moraes e Hortência Magalhães de Moraes.

1.3 Características Urbanísticas

Em meados do século XIX, ao tratar do patrimônio e de seus bens no Município de Paraty, relatam os documentos a preocupação constante da Câmara sobre quais providências haviam sido tomadas para os devidos registros, em tombo, dos logradouros e servidões públicas. Em 09 de fevereiro de 1850, embora seus títulos fossem julgados como perdidos, esse patrimônio assim estava estabelecido:

> Que o seo patrimônio consiste em um terrêno com 455 braças de frente para o mar, com 583 braças de fundos para o interior, entre os dois rios Patetiba a Sul, e Pereque-assû a Norte, em que se acha edificada esta Cidade, cujo local a maior parte, bem como as chácaras comprehendidas nos subúrbios, pagão foros á esta Camara, e os respectivos laudêmios quando passão de hum a outro foreiro; e a parte não aforada, por serem terrênos alagadiços forão dadas pelas Camaras antigas sem ônus de foro pela vantagem do aterro e edifício que nelle se fiserão. Estes terrenos a Camara possûe por doação feita por Maria Jacome de Mello para fundação da Villa de Paraty, sendo por Padroeira Nossa Senhora dos Remédios; e suppôsto não existia título d'esta doação, por se julgar perdido, com tudo a Camara está na posse antiqüíssima havida judicialmente por seos antecessores no ano de 1726, como consta do respectivo auto junto por cópia em Nº 1. (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DA CAMARA, IHAP, 1850, p. 269 a 270).

Nesse reconhecimento as delimitações para uso da comunidade, em espaço que, embora distante, abrigou por muitos anos a forca e o Largo do Rocio, assim eram lembradas:

> [...] A respeito dos logradouros e servidões públicas, existe um espaçoso largo denominado do Rocio, no extremo da Cidade, que serve para pasto e descanso do gado que vem para abastecimento dos habitantes; assim mais existem a praça Municipal dentro da cidade (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DA CAMARA, IHAP, 1850, p. 269 a 270).

Na evolução urbana de Paraty houve preocupação, ainda na primeira metade do século XIX, com a manutenção e a conservação do prédio da Cadeia, das pontes do registro e da Vila, com as cheias dos rios e das ruas citadas, localizadas quase ao nível do mar; e ainda com a salubridade, iluminação, calçamento e aterro dos pântanos. No que se refere aos enterramentos, em 1841 já era dado o sinal de alerta, pelo fiscal da Câmara Municipal de Paraty, João Leite da Silva Paranhos:

> A salubridade, decência e moral publica, reclamao que seja quanto antes estabelecido hum Cemitério, para se enterrar os defunctos, porque hé publico e notório que muitos são enterrados a rua próxima a Igreja, d'esta pratica pode sobrevir huma triste e horroroza calamidade – a Peste. Salvai Snres., salvai a população d'esta Villa, d'este terrível flagelo; a humanidade reclama imperiosamente de Vós medidas promptas enérgicas. (PARANHOS, 1841, D.A).

As recomendações para instalação do novo cemitério fora do povoado também são de 1856, segundo o Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Paraty:

> Morro além do rio Pereque-Assú a esquerda da entrada que vai para a Jabaquara a demarcação do terreno necessário para o dito cemitério, contendo 25 braças de frente e 60 de fundos. E como o dito terreno seja propriedade do Cidadão Luiz Manoel de Almeida, residente na Côrte, com o qual tem esta Câmara ou o Governo Provincial de proceder as formalidades legais acerca da indenização e desapropriação de sua propriedade (REGISTRO DE OFÍCIOS, 1856, p. 108).

Os cortejos de sepultamentos saíam agora das residências, passando pelas igrejas no núcleo urbano e se dirigindo para o morro próximo. Até meados da década de 1960, os sinos, após a encomendação do corpo, não cessavam de tocar até que este baixasse à sepultura no novo cemitério, verificando-se aí a permanência de formas tradicionais de comportamento e, principalmente, do espírito de religiosidade.

Fig. 18: Cemitério construído no morro à entrada da Jabaquara em 1856

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde – IPHAN - Paraty

Ainda em 1841, uma preocupação após a construção do Hospital São Pedro de Alcântara, em 1822, eram as cheias, com os consequentes danos causados às pontes e acessos, bem como a necessidade de reparos e conclusão dos que estavam por fazer. Os assoreamentos nos Rios Matheus Nunes e Perequê-Assú eram prejudiciais ao entorno

e à vila: recomendações eram feitas[32], como se observa: "[...] Julgo ser indispensavel levar-se a effeito o mais breve possível, o corte das voltas do mesmo Rio, e abrir-se-lhe ao menos outra igual largura para seu leito (IHAP, 1841, DA). Esse projeto foi levado a efeito e Samuel Costa nos ajuda a entender essas transformações:

> Anteriormente o rio Matheus Nunes enviava parte de suas águas para o rio Perequê Açu por um braço que atravessava o lugar chamado "calçadinha", no início da Estrada do Bananal, hoje coberto por um pequeno bueiro. Esse braço chamava-se "Matheus Nunes Velho", o que faz presumir que esse rio passava todo ou quase todo por ali, em tempos mais afastados, mesmo quando o Perequê Açu encaminhava-se regularmente para a Jabaquara, por tráz do Morro do Caborê. Depois com o próprio aterro trazido pelas águas o Matheus Nunes, foi se fixando pela Patitiba, cujo curso, por oposição, seria o Matheus Nunes Novo. Mas o canal do antigo leito continuava a ser conservado para fácil expedição das águas na ocasião das cheias, e dessecamento e saneamento dos terrenos circunvizinhos, sendo obrigados os donos das chácaras por onde passava a conservá-lo aberto e limpo. Mas por fim foi tapado esse canal, desde o Matheus Nunes (atual) até a estrada, ficando aberto daí, (ponte da Calçadinha) para adiante, por dentro da chácara então de Felisberto do Amaral Brandão, conhecida depois por "Portão de Ferro". O Perequê Açu corre hoje por ele, desde que fugiu do seu leito antigo (não falamos do leito primitivo que devia ter sido pela Jabaquara e cujo desvio, já antes de 1822, não se sabia ao certo quando se havia feito). Os transbordamentos desses rios por ocasião das grandes chuvas já atemorizavam os moradores da Vila, e procurando preveni-los, providências eram de quando em vêz tomadas nas "Correições" que se faziam (A RAZÃO, 1922, Nº 28, p. 1 e 2).

Mesmo assim havia questionamentos, uma vez que a vila é localizada entre dois rios; e embora essas questões sejam oriundas do passado, repetem-se em data recente - desta vez não só com o assoreamento dos rios, mas dos canais fronteiros à cidade, devido à construção de estacionamentos, passarela e aterros inadequados.

> Vós não ignoraes que a Villa se acha assas baixa, quase ao nível do mar, circulada de grandes serras e morros e situada entre os rios que a cercão, e que amiudadas vezes a inundão a ponto de andar-se em canoas navegando pelas Ruas: a experiência tem mostrado que ella esta sujeita a ser submergida se acaso algum dia as chuvas se tornarem copiosas e geraes nas serras e morros que a dominão (IHAP, 1841, DA).

Uma outra necessidade reconhecida era o calçamento de algumas ruas, ou parte delas; e a conservação das que estavam danificadas. Em 07 de dezembro de 1842, na gestão do Engenheiro Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda[33], quando era chefe

[32] Tais procedimentos são hoje considerados inadequados.

[33] O Engenheiro Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda nasceu em Lisboa, no ano de 1802 e faleceu no Rio de Janeiro em 04 de março de 1867. Praça no 3º Batalhão de Fuzileiros da Côrte em 07/10/1820, reconhecido Cadete. Pelo Decreto de 04/11/1820 passou a Alferes, sendo promovido à efetividade do posto em 12/10/1823. Fez juramento à Constituição Política do Império, foi mandado estudar na Europa e, por Decreto de 02/08/1825, promovido a Tenente. Em 1828 regressou da Europa com patente de Capitão por despacho de 12/10/1827, seguindo para a Província do Piauí em 1829. Regressou à Capital por aviso de 05/06/1831, obteve licença para concluir seus estudos na França. Retornou em 04/07/1832, passando a 4ª classe do Exército. Por Decreto de 12/01/1834, transferido para o Corpo de Engenheiros, promovido a Major

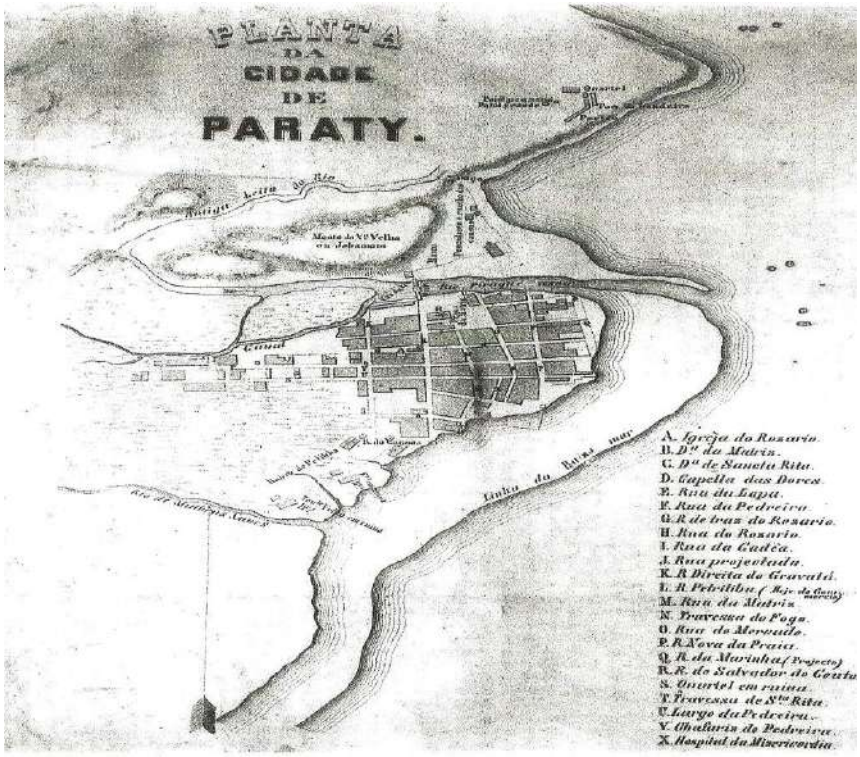
da 4ª Seção de Obras Públicas da Corte, foi realizado um “Termo de arruação dos chaons” em que o fiscal da Vila João Leite da Silva Paranhos, juntamente com o Secretário Joaquim José de Souza e o “Mestre Pedreiro Mariano de tal”, procedeu ao alinhamento das ruas e chãos que se encontravam fora de esquadro, inclusive em seus cantos. Ao que tudo indica, como já vimos anteriormente com as “MESTRAS” do calçamento, o casario vinha sendo implantado fora de esquadro, resultando na sinuosidade de algumas ruas:

> Em vista do que por ordem do dito Fiscal foi primeiramente alinhada á rua que atravessa áquella da Ferraria que faz canto nos chaons da Supplicante; e por isso correndo o Mestre Pedreiro a corda em direcção de Sul a Norte, hum gráo e trinta minutos a nordeste a findar no canto da casa do Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama, marcou-se dahi para a parte do Mar a fazer canto no terreno da Supplicante quarenta e cinco palmos, que deve ter da largura a rua, na forma da Lei Provincial de 24 de Dezembro de 1836, sob numero 41, e passou-se depois a arruar os chaons d’essa mesma parte do mar, que são os da Supplicante, fazendo frente e canto para a dita Rua da Ferraria, e fundos com a frente da rua da Lapa, e passando-se depois a arruar a frente para esquadrejar o canto na rua da Ferraria (IHAP, 1841, DA).

O Engenheiro Miranda também participou da direção das obras da estrada da serra em 1833: consta no Arquivo Histórico do Exército/RJ documento que faz menção à obra a ser feita “[...] segundo a planta levantada pelo Tenente Coronel João Vicente Gomes, e as despesas serão supridas pelo rendimento da respectiva barreira, consignação da Câmara Municipal, e direitos do sal, além do fornecimento que há de seu feito pelo Tesoureiro Público” (AHE, 1833, D.A).

por despacho de 13/09/1837. Foi promovido a Tenente Coronel graduado com antiguidade em 20/08/1842. Comandante do Corpo do Estado Maior do Exército em 11/03/1865. Através de inspeção de saúde foi julgado pela junta militar sofrer de moléstia incurável, sendo, pelo Decreto de 07/07/1865, reformado e passando a Marechal de Campo (SILVA, 1940, p. 84 e 85). Arquivo Histórico do Exército.

Fig. 19: Carta Chorográfica, retratando o Morro da Vila Velha, erroneamente no local do atual cemitério de Paraty e o leito do rio original, 1858 – 1861. Autor: Conrad Jacob de Niemeyer



Fonte: Biblioteca Nacional - RJ

Também identificamos o engenheiro mencionado atuando nas obras da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios em 1835, de que falaremos adiante; e a correspondência[34] que trata da encomenda da planta da Cidade de Paraty pelo engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer. Esta planta só veio a ser finalizada entre 1858 e 1861, constituindo-se em importante registro do traçado e evolução urbana da vila: nela aparecem os traçados das ruas, quadras e a mudança do antigo leito do rio e seus braços, que permitiam a entrada de pequenas embarcações até o Beco dos Tropeiros para descarregar o sal que abastecia as Vilas de serra acima. Tais registros assim foram descritos na sessão histórica em que se tratou do esboço histórico e geográfico do município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro:

[34] O Excelentíssimo Senhor Presidente da província tendo aceitado o oferecimento do atual administrador do Regimento de Paraty para construir provisoriamente a sua custa a nova Casa do Regimento no local por nós escolhido, me ordena haja de lhe indicar um local, o que rogo a Vossa Senhoria faça em meu lugar. Tenho ordem de Sua Excelência vinda pela Secretaria do Império para ir ver uns trabalhos e aí pretendo achar-me na 1ª barca de vapor que daqui partir depois de 5 do próximo futuro mês, e então comunicando a Vossa Senhoria tudo quanto ocorre. Ver se é possível então levantar com Vossa Senhoria a planta da vila, e se bem que a minha demora aí seja curta contudo espero que me seja proveitosa. Uma planta da parte feita da estrada não deixara de ser vantajosa para desvanecer os Zoilos de más intenções pouco justos; espero que os serviços, e talentos de Vossa Senhoria brilhem cada vez mais em despeito de seus inimigos – Deus guarde a Vossa Senhoria, Quartel no rio de Janeiro 18 de Abril de 1837. Ilustrissimo Senhor Ernesto Augusto Cesar de Miranda – Capitão engenheiro em Comissão na serra de Paraty - Conrado Jacob de Niemeyer (AHE, 1837, D.A).

> Em 1643, reconhecendo o capitão-mór de Paraty, João Pimenta de Carvalho, que o sítio por elle escolhido para a installação do povoado não era apropriado, por pequeno, para a Villa, que se ia desenvolvendo, approveitando-se da doação feita por D. Maria Jacome de Mello, em 1646, de suas terras situadas entre os rios Paraty-Guassu e Patitiva para nellas installar-se a Villa, tendo por padroeira Nossa Senhora dos Remedios, effectuou a mudança da referida Villa; e por essa razão, é que a Carta Regia de 28 de Fevereiro de 1667, assignada por D. Affonso VI de Portugal, dá o título de – Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty. Até o anno de 1630, o rio Paraty-Guassú tinha seu leito nas immensas vargens denominadas – Jabaquára; - e por isso, dissemos que João Pimenta de Carvalho havia se installado em uma collina situada á margem direita d'esse rio. Nesse anno, porém, por interesse próprio, entendeu o capitão-mór Domingos Gonçalves de Abreo que devia mudar o leito d'esse caudaloso e navegável rio, o que conseguio com grandes despesas e ao mesmo tempo em malefício da Villa. Mandando fazer, quase na encosta da serra, um grande corte no rio, com o tempo, foi elle formando seu leito actual. Com isso, dous males advieram á Paraty: - tornar febril as vargens da Jabaquára por falta d'agua no antigo leito do Paraty-Guassú, e sugeitar á innundações as vargens por onde actualmente se deslisa (O PARATYENSE, 1891, Nº 14, p. 2).

Segundo Samuel Costa, em 1822 já estavam traçadas e abertas ao trânsito todas as ruas atuais. Quando escreveu seu artigo para o Jornal "A Razão" em 1922, considerava o perímetro urbano como o da época, demarcado desde 1726 e ratificado em 1757, entre os dois rios. O autor relata que as ruas tinham denominações, mas as casas não eram numeradas:

> A rua "Fresca" que já fora rua do "Mar" e depois das "Dores", chamava-se rua Alegre; a atual rua Dr. Pereira, chamava-se rua "Nova da Praia"; a rua D. Geralda, rua da "Praia" e mais tarde do "Mercado"; a rua Tte. Francisco Antonio era a rua da "Patitiba", depois rua do "Comércio" e mais recentemente rua Governador Portella; a rua do "Pedreira", chamava-se do "Gragoatá"; a do "Comd. José Luiz" era a importante rua da "Ferraria" que mais tarde foi chamada "Direita", embora nada tenha de reta; a rua "Maria Jácome", intitulava-se rua da "Lapa" e ultimamente chamou-se "Cap. Epiphanio"; a rua "Aurora" era a rua "Salvador do Couto", depois simplesmente do "Couto"; a "Travessa de Sta. Rita" era a rua "por detráz de Sta. Rita"; como a "Travessa do Rosário" era a rua "por detráz do Rosário". O Rocio era conhecido pelo "Campo da Lavagem" e "Largo da Chácara". A Praça 15 de Novembro era a "Praça" simplesmente, depois "Largo Municipal" por estar lá situado o Paço Municipal; a rua General Deodoro era a "Rua da Cadeia", que funcionava nos baixos do Paço Municipal fazendo lado para a rua e frente para a Praça. Essa rua depois chamou-se "do Imperador". A rua "Municipal", que hoje já não existe, creio era a que dos fundos da "detráz do Rosário" seguia pela margem direita do braço meridional do rio Perequê Açu nos fundos das casas que faziam frente para a rua "Direita da Ferraria". As ruas do "Rosário", "Matriz" e "Fogo" conservaram sempre os mesmos nomes[35] desde os primitivos tempos da Vila (A RAZÃO, 1922, Nº 27, p. 1 e 2).

[35] Segundo Samuel Costa a Rua da Floresta cujo nome mantido até os dias atuais, anteriormente era chamada Nova do Ouvidor.

Propostas de renovações eram feitas e mudanças de nomes de ruas também[36], inclusive nos permitindo discordar de Samuel Costa, uma vez que em 12 de julho de 1872, por meio de Portaria da Presidência da Província, datada de 28 de fevereiro do mesmo ano, as despesas com os dísticos das ruas e os números dos prédios das cidades e vilas passaram a ser feitas através dos cofres das respectivas municipalidades. Ainda são visíveis os vestígios dessa numeração nas vergas das portas das casas e armazéns: consistem em oval preta com os números pintados de branco ao centro, conforme também retratou Jean Baptiste Debret, no Rio de Janeiro.

É interessante notar que dentro da malha urbana da cidade de Paraty, a Irmandade de São Roque, uma das mais antigas da Vila segundo Monsenhor Pizarro, fundada antes de 1721 - como falaremos adiante -, possuiu um terreno com um grande largo à frente e constituiu uma diretoria de obras, para construção de uma Capela que seria dedicada a São Roque, primitivo padroeiro, ainda do seiscentos, e que, após a mudança do povoado para a planície, foi entronizado em retábulo lateral da igreja Matriz, lado do Evangelho. A imagem primitiva, pequena, era usada nos tríduos e novenários, após a aquisição de outra em maiores dimensões, já de gosto setecentista. Este terreno[37], que já se encontrava com os alicerces iniciados para a construção descrita acima, passou a ser motivo de observação pela Câmara Municipal, por oferecer risco aos moradores e passantes[38]. Ao que tudo indica, as possibilidades para a instalação da capela acima eram excelentes, uma vez que contava com elementos importantes da malha urbana, pois à frente do terreno já existia um grande largo que possivelmente serviria de adro. Este espaço só viria a ser ocupado com uma praça na década de 1970, quando da transferência do Chafariz do eixo da Rua que recebia as tropas para o centro desse espaço.

---

[36] Registro do offício do Secretº da Camara ao Colletor, communicando a mudança dos nomes de diferentes ruas: Ilmº Snr. De ordem de Camara Municipal communico a V. Sª para seu conhecimento que, por deliberação tomada em Sessão de 5 do corrente mês forão substituídos os nomes das seguintes ruas: da Praia, do Commercio, da Cadea, do Gragoatá, do Couto e da do Ouvidor, pelos seguintes nomes: Dor Pereira, Tenente Francisco Antonio, do Imperador, do Pedreira, d'Aurora e da Floresta. Deus Guarde a V. Sª Secretaria da Camara Municipal, 7 de julho de 1873. Ilmº. Snr. Major João Manoel Antunes Pereira Peixoto. Digno Colletor d'esta Cide. O Secretario da Camara Hermenegildo José d'Almeida Peixoto. Confere. O Secretrº. H.J.Alm.da Peixoto (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, IHAP,1873, p.73).

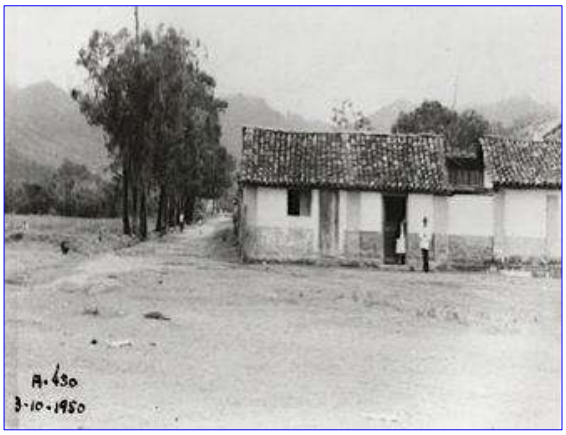
[37] Segundo os documentos, o terreno situa-se na esquina da atual Praça Governador Macedo Soares ou Rua da Patitiba, com a atual rua Maria Jácome de Mello, antiga Rua da Lapa.

[38]As Posturas da Câmara, através do Registro de Ofícios do então Fiscal da Cidade Boaventura Dias da Matta, em 13 de fevereiro de 1858 assim determinavam: Ilmº Sr. A Câmara Municipal manda que V. Mce se dirija a directoria da obra pª a Capella de S. Roque, a fim de que esta mande continuar os alicerces da refferida Capella, ou entulhar as cavas destinadas para isso ou então cercar o terreno na forma das Posturas d'esta Câmara [...] as cavas assim abertas tornão-se perigo aos viandantes e servem de deposito pª immundicies (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, IHAP, 1858, p. 41v).

Fig. 20: Vista do Largo do Pedreira com terreno da Irmandade de São Roque

Fonte: Museu de Arte Sacra de Paraty - 1930

Fig. 21: Vista do Largo do Pedreira à frente do terreno da Irmandade de São Roque



Fonte: Arquivo Noronha Santos - IPHAN - 3/10/1950

O terreno foi vendido pela Irmandade de São Roque ao Sr. Agílio Ramos em 1964 pelo valor de 1.000 (um milhão de cruzeiros), segundo consta em Ata[39] datada de 26 de novembro de 1964; e neste local inicialmente se instalou um pequeno armazém térreo e posteriormente um restaurante e uma pousada em dois pavimentos.

Nesse contexto, ainda no século XIX, o advento do ciclo do café possibilitou, através do movimento de seu porto, adaptações na arquitetura do setecentos, associando técnicas construtivas e tradicionais com os novos elementos e ornatos já de gosto oitocentista - como a substituição das sacadas dos sobrados em madeira por ferro forjado, com suportes para luminárias, engastados nos montantes e/ou nas próprias sacadas, formando caprichosos ornatos que serviam também para luminárias e globos de vidro a vela, usados nas noites de festas e procissões.

O emprego do vidro na caixilharia interna e externa dos edifícios públicos e igrejas deixou notáveis desenhos nas guilhotinas e bandeiras das portas e janelas. No escoamento das águas das fachadas foram empregados elementos em metal e cobre, como os buzinotes e as gárgulas ornadas com elementos fitomorfos em metal aplicado. Destaca-se o imponente sobrado situado à Rua do Comércio, conhecido como dos “bonecos”, em alusão às quatro estátuas representando as estações do ano ou os cinco continentes, que estavam assentes nos pedestais ainda existentes na platibanda.

Em meados do século XIX, segundo registros no Almanak de Laemmert para o ano de 1855, a cidade de Paraty estava assim caracterizada:

[39] Era Pároco na época Moacyr de Paula Duque e irmãos da Irmandade de São Roque: José do Espírito Santo Calixto, Secundino de Alvarenga Corrêa, José Carlos de Oliveira Freire, Alcebiades Tavares da Silva, Jorge Sérvulo da Costa, José Murilo Melo da Silva, João Jeremias, Durval Coupê Moreira, Benedicto Gomes Duarte Coelho, Valdemiro Braz da Conceição, Benedito Telmo Coupê, Hamilton José Mello Calixto, Manoel de Jesus Torres, Geraldo Gama e Hugo de Magalhães Miranda.

> Acha-se situada em um lugar aprazível e pittoresco, 36 legoas oéste sudoeste do Rio de Janeiro. Há 7 ruas que correm do nascente para o poente, que são as seguintes: da Capella, Cadêa, Rosario, Direita, Lapa, Santa Rita, e Couto; e 6 do Norte para o Sul que são: Fresca, Praia, Mercado, Matriz, Commercio, Craguatá, 4 Praças, Municipal, Mercado, Alegria, Rocio, e varios becos e travessas. As casas são bem alinhadas e excedem a 1.200, sendo uma grande parte de sobrado. Sua população é presentemente de mais de 16.000 habitantes. Seu districto, tem 14 legoas de costa nas margens oriental e septentrional da Baia de Angra dos Reis, entre o rio Mambucaba da Banda do Norte, e a ponta do Cairuçú, ao Sueste da cidade e 6 legoas desde a dita ponta até a summidades da Serra do Facão, por onde confronta com o districto da Villa de Cunha da Provincia de S. Paulo. Há 4 igrejas, a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, as Capellas de Santa Rita, de Nossa Senhora do Rosario, e a de Nossa Senhora das Dôres; um hospital de Misericordia e um theatrinho dramático de uma associação particular (ALMANAK DE LAEMMERT, 1855, p. 109).

Já no ano de 1856 ocorrem novas informações referentes à Freguesia de N. S. dos Remédios[40], que foi acrescida de mais duas ruas, do nascente para o poente: Rocio e Nova da Lapa - esta, possivelmente uma continuidade da rua que atualmente é denominada Avenida Roberto Silveira. Um dado interessante foi o registro de oratórios de missas em casas particulares, de que já falamos no início do capítulo, um teatro dramático de associação particular e uma sociedade de baile. Houve o equívoco do acréscimo de uma igreja de Santa Luzia na Fazenda da Boa Vista, o que não ocorre em Paraty e sim na vizinha Angra dos Reis, localizada na Rua do Comércio.

Em 1872, foi passada procuração ao Procurador da Câmara para receber em Niterói trinta lampiões nos modelos dos antigos da Capital, segundo consta no Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty em 14 de dezembro de 1872[41].

Anteriormente as residências se valiam das candeias em latão fixadas nas paredes ou de pendurar, oriundas da Ilha das Flores, nos Açores. Eram alimentadas com azeite de

---

[40] Acha-se situada em um lugar aprazivel e pittoresco, 36 legoas oeste sudeste do Rio de Janeiro. É banhada por 2 rios, ao norte pelo Pereque-Guasú, sobre o qual existe uma grande ponte onde seus habitantes na estação calmosa vão gozar a frescura da brisa da tarde, e recrear-se nas deliciosas noites de luar, e ao sul pelo Matheus Nunes. Ha 9 ruas que correm do nascente para o poente que são as seguintes: da Capella, Cadêa, Rosario, Direita, Rocio, Lapa, Nova da Lapa, Santa Rita, Couto; e 6 do Norte para o Sul, que são: Fresca, Praia, Mercado, Matriz, Commercio, Craguatá; 4 Praças: Municipal, Mercado, Rocio e Pedreira, onde se acha collocado um elegante chafariz de mármore e varios becos e travessas. As casas são bem alinhadas e excedem a 1.200, sendo uma grande parte de sobrado. Sua população é presentemente de mais de 16.000 habitantes. Seu districto tem 14 legoas nas margens oriental e septentrional da Bahia de Angra dos Reis, entre o Rio Mambucaba da banda do Norte, e a ponta do Cairuçú, ao Sueste da cidade, e seis legoas desde a dita ponta até as summidades da Serra do Facão, por onde confronta com o districto da Villa de Cunha da Provincia de S. Paulo. Ha 5 igrejas, a Matriz de Nossa Senhora dos Remedios, as Capellas de Santa Rita, de Nossa Senhora do Rosario, e a de Nossa Senhora das Dôres; e a de Santa Luzia (na Fazenda da Boa Vista), um hospital de Misericordia, oratórios de Missa em casas particulares, um theatrinho dramático de uma associação particular, e uma Sociedade de baile em casa própria (ALMANAK DE LAEMMERT, 1856, p. 74).

[41] "[...] authoriza ao seo Procurador, o Alfs. Carlos José dos Santos Dias, para receber da Directoria de Obras Públicas em Nitheroy, trinta lampiões e seus pertences, que lhe forão concedidos pela mesma directoria, dos que servião na antiga iluminação da Capital (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, IHAP, 1872, p. 50). Cabe acrescentar que eram três os modelos existentes em Paraty na época - os de braços retos com alavanca móvel como os do Rio de Janeiro, os de braços sinuosos em "S" e os fixos em postes com as terminações em cruz, cuja parte superior permitia o apoio de escadas para acender e fazer manutenção.

mamona ou baleia. Essas candeias foram sendo aos poucos substituídas pelos lampiões de querosene[42] colocados sobre as mesas de centro, consoles e aparadores importados de Brenner, na Alemanha, da Bélgica ou da França, com globos de opalina, bacarat ou porcelana denominada de Réaumur[43]; e pelos castiçais com velas protegidas por mangas de vidro, também chamadas donzelas "bordadas" - de vidro lapidado, assim chamadas para fazer diferença das "lisas". Havia ainda as serpentinas[44], castiçais com manga, lanternas de folha de flandres ou de cobre, que também eram usados nas janelas das casas na passagem das procissões. Existiam também os castiçais denominados de palmatórias, para serem transportados pelos ambientes das casas.

Constam dos inventários das famílias móveis e objetos de valor que, ao serem lançados para pregão de venda e arrematação ainda em 1912, nos permitem verificar o tipo de mobiliário e de objetos que guarneciam as casas, de gosto de meados do século XIX - ainda convivendo com peças toscas do século anterior, e estando presente entre eles uma berlinda, espécie de carro de quatro rodas, portas de vidro e quatro ou seis lugares. Um desses inventários incluía

> Um banco de madeira com encosto, avaliado por 5$000, 2 aparadores com tampo de madeira por 10$000, 1 cadeira de abrir, por 1$000, 1 mesa redonda e em mau estado por 5$000, 1 mobilia constando de: um sofá, duas cadeiras de braço, doze ditas simples, uma mesa de centro, e dois aparadores com tampo de mármore, por 100$000, 1 par de escarradeiras por 3$000, 2 mangas de vidro bordadas, por 4$000, 1 dita Liza, 14500, 1 par de jarras douradas por 5$000, 1 par de castiçaes galvanisados por 5$000, 1 espevitador de prata, completo por 15$000, 1 cama de construcção antiga por 50$000, 1 commoda com cinco gavetas, por 15$000, 1 armario pintado com portas de vidro por (ilegível), 1 sofá antigo, por 5$000, 1 dito dito(sic) por 5$000, 1 catre por5$000, 1 berlinda estragada, por 150$000 (O PHAROL, 1912, Nº 26, p. 4).

1.4 Os Engenhos, a produção de aguardente e a arquitetura rural de Paraty

De grande importância no contexto paratyense como atividade que atravessou séculos e ainda se faz presente nos dias atuais é a produção de aguardente, que elevou o nome da vila, e depois assumiu suas patentes específicas em alusão aos engenhos e fazendas que a fabricavam. Monsenhor Pizarro, ao informar sobre a produção nas

---

[42] Esses lampiões de querosene, substituindo a precária iluminação dos interiores das residências em Paraty, já começavam a indicar a prosperidade de seus moradores, conforme notícia de venda de lâmpadas e lampiões belgas de querosene na Rua Gonçalves Dias, 56 no Rio de Janeiro, nos Jornais em 1892 "[...] As imitações são todas inferiores, quer na brancura da luz, quer na construção de toda a lampada e facilidade de por e tirar a torcida. As legítimas trazem a marca do fabricante. Lempereur & Bernard – Unicos importadores – J. RICHSEN & Cª – DEPOSITO" (O PARATYENSE, 1892, Nº 53, p. 4).

[43] Foi inventada por René-Antoine Ferchaulte de Réaumur ainda na primeira metade do século XVIII.

[44] Denominação que se dava aos candelabros de três braços e três luzes, sendo estes em curvas sinuosas que lembram a cauda da serpente. Esses candelabros poderiam possuir mangas de vidro e também eram usados nas cerimônias religiosas sobre o altar.

planícies do Bananal, Paraty-Mirim e Mambucaba, nos idos de 1820, registrou que entre o cultivo de mandioca, milho, arroz, legumes, café estavam a cana e o progresso da aguardente "[...] cuja lavoura se cultiva com actividade maior, para dar exercício à 12 Engenhos. O assucar produz em annos communs 1:500 arrôbas: mas a aguardente progressa notavelmente" (ARAUJO, 1820, p. 30).

Para Amaral o açúcar era produzido da cana mélica, originária da Índia, que teve seu primeiro plantio na Ilha da Madeira e foi trazida para o Brasil na segunda década do século XVI: sua existência já é notada em 1533, na Capitania de Martim Afonso de Souza, primeiro engenho de açúcar do Brasil.

No relatório da Vila de Paraty, realizado por Manoel da Silva Mariz em 1790, constatamos nos distritos a presença de cinco "Engenhos"[45] de fabricar açúcar e oitenta e sete "Engenhocas" para fabricar aguardente, considerada comum exercício deste País. Entre os engenhos de açúcar está o que pertenceu ao Capitão-Mor Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel,[46] filho do Coronel Jorge Pedroso de Souza e D. Marcelina, que veio a reedificar a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Paraty-Mirim no início do século XVIII.

A documentação indica diversos registros desses proprietários de engenhos de açúcar e aguardente que, em sua grande maioria, estavam associados às principais Irmandades Religiosas da Vila de Paraty nos séculos XVIII, XIX e até meados do século XX, assumindo como irmãos os cargos de Provedor, Escrivão e Tesoureiro. Estes proprietários tiveram grande atuação principalmente na construção e administração das obras dos templos e capelas, a exemplo de Roque José da Silva (16/08/1777-22/12/1860), casado com Andreza Maria de São José e sua filha Geralda Maria da Silva (1807-20/02/1890), grandes benfeitores das obras da Matriz de N.S. dos Remédios, como veremos adiante. Consta em inscrição de lápide tumular em mármore de carrara, local onde está sepultado abaixo do primeiro lance da escada de acesso ao coro e tribunas superiores da referida igreja, após o degrau de convite: "AQUI JAZ Roque Jozé da Silva

[45] Os Engos de assucar são do Cap. Mor Salvador Carvº da Cunha Amaral Gurgel com 29 Escr.os entre grandes, e pequenos 18 machos, e 11 femeas, e faz anualm.e 6 Caixas de assucar. Do C. Miguel Dias Freire da Mata, com 45 escr.os entre grandes, e pequenos 20 machos, e 25 femeas, e faz anualm.e 5 Caixas de assucar. Do S.M. Antonio de Barros de Abreo com 21 escr.os entre grd.es, e pequenos 10 machos, e 11 femeas, e faz anualm.e oito Caixas de assucar. De Antonio Al'.es dos Santos com 17 Escr.os entre grd.es e pequenos 9 machos, e 8 femeas, e faz anualm.e trez Caixas de assucar. De Salvador Homem de Moraes administrador dos bens do falescido no paiz Sebastião Homem Cardoso com 17 Escr.os entre grd.es, e pequenos 11 machos, e 6 femeas e faz anualme. 7 Caixas de assucar, admitindo porem q' he este rendimtº huns por outros anos (IHGB, Lt 48, Doc.19, apud RAMECK E MELLO, 2011, p.18).

[46] Em 1771, Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel querendo provar em juízo que, por herança materna era dele e de sua irmã, Mariana, a sesmaria doada a seu padrasto e pai, Coronel Jorge Pedroso de Souza, em 1743, em Paratimirim, fez longa petição ao Senado da Câmara juntando registros e títulos que possuía de modo a provar o que alegava. Nessas terras, Salvador tinha além de uma grande fazenda com lavoura e criação, um engenho de açúcar e, na costa, um excelente ancoradouro (GURGEL e AMARAL, 1973, p. 34).

que nasceo em 16 de agosto de 1777 e faleceo em 22 de dezembro de 1860 – Tributo de Amor Filial".

Fig. 22: Ruínas de Engenho de Açúcar em Paraty-Mirim

Fonte: Arquiteta Deize Pavani

Fig. 23: Tachas para cozimento do caldo de cana para produção de açúcar. Museu Forte Defensor Perpétuo

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

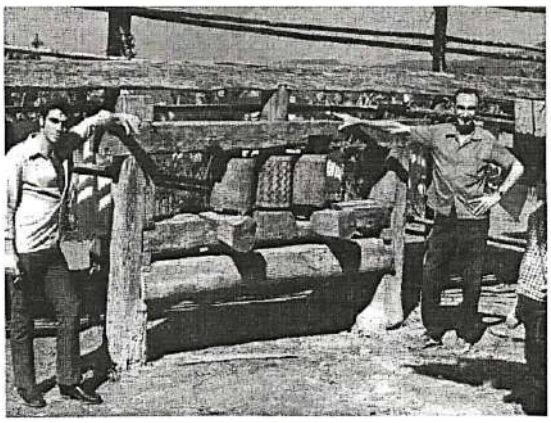
O estabelecimento de um engenho requer, além das extensas áreas de terras em suas adjacências para o plantio da cana de açúcar, que a construção tenha água disponível para fazer tocar as moendas através das rodas originalmente em madeira, depois em ferro de procedência inglesa, instaladas em profundas cavas revestidas de muradas de pedras chamadas de "Inferno da Roda", devido ao perigo apresentado pelo local. Estas mediam, nos engenhos maiores, aproximadamente 2,50m por 8,00m. Quando não eram tocadas a água, fazia-se uso de bestas para mover as moendas, que ficaram conhecidas como "Engenhos de Almanjarra"[47]. Todo esse agenciamento para produção de açúcar ou aguardente possuía cobertura de telhas de barro, assente em grande estrutura de madeira apoiada em pilar de pedra, chamada de Casa de Engenho. Esta poderia ser acoplada à casa principal do "Senhor de Engenho" ou isolada, conforme a tipologia adotada, geralmente a meia encosta, em nível mais elevado ou assobradado

[47] O **Engenho Real** ou **Engenho d'água** é o que tem roda d'água e dependia de um curso d'água ou uma represa ou açude para que este direcionasse através de canaletas de pedra ou cavada na própria terra e depois passada às calhas de madeira, chamadas de "CALIZ" que eram sustentadas em pilares de pedra. Os bicames eram as grandes calhas que conduziam água para os engenhos, após recebê-las dos açudes e represas - e lançavam a água sobre a roda, fazendo-a girar. Sua extremidade se chamava "FERIDOR", por onde a água cai sobre a roda. Era costume ter um "SANGRADOR", desvio das águas para evitar que durante as chuvas a roda d'água recebesse mais água que o necessário. Esse despejo de água fazia girar a roda grande, chamada "VOLANDEIRA", e a roda pequena, chamada "RODETE", que fazia a transmissão da energia d'água `a volandeira e desta para as moendas, que eram os cilindros em número de três, sobre uma mesa destinada à moagem da cana. O **Engenho de Almanjarra** era composto de uma estrutura de madeira assente no piso, de aproximadamente 1,70m de altura, apoiada em duas peças principais verticais de 20 x 20 cm, chamadas VIRGENS, com suas sapatas sob o solo e três vigas horizontais de 1,50m. A inferior servia de mesa para receber o caldo de cana e as duas superiores, de travas para os cilindros das moendas que são giradas através de eixo central com grande haste de madeira, medindo aproximadamente 6,90m, para ser girado por animais ou por escravos.

Fig. 24: Engenho D'água - Fazenda Itatinga

Fonte: Marco Antonio Gama Correa

Fig. 25: Engenho de Almanjarra em Paraty



Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Consta nos documentos do século XVIII, até a segunda metade do século XX, nas Partilhas de Inventários de Paraty, menção aos equipamentos necessários que integravam a Casa de Engenho - como a de José de Souza Gomes, datada de 1789, em que "[...] Fica mais pago com huma casa de Engenho e outra junto ao mesmo assobradada com todos os pertences do Fabrico de agoa ardente com o Vallor de duzentos e noventa e quatro mil reis.....294$000" (ARQUIVO NACIONAL, 1789, MICROFILME – 007.00073, DA). Esses equipamentos são visíveis nos autos de Inventário, como os deixados por falecimento de Gabriel Archanjo Lopes de Alvarenga, datado de 1936, referentes à Fazenda Itatinga, "Rio Turvo", em que verificamos

> Na instalação para a moagem de cana, avaliada por 3:000$000, constante de um engenho de ferro roda d'agua, de treis moendas, sòmente a quantia de 1:000$000, que sae a margem – 1:000$000. Na distillação de aguardente, avaliada por 6:000$000, constante de um alambique, um esquentador e uma serpentina de cobre, cinco coxos, dois tonéis e trinta pipas, somente a quantia de 2:000$000, que sae a margem: 2:000$000. à margem 4:900$000 (CERTIDÃO, 1936, p. 135 e 135v).

O sistema construtivo adotado na época deixou exemplares de sedes de engenhos em que a preferência maior eram as construções a meia encosta, obtida com corte de 45º no terreno e a elevação fronteira, a princípio tornando-se sobrado na fachada principal e térrea nos fundos; e nos exemplos mais antigos, com muro de pedra seca sem argamassa. No início estes muros eram apoiados em pilar ou em vazios obtidos com a sustentação dos terrenos; depois foi adotado o porão alto, que servia para abrigo de dornas, tonéis ou equipamentos de uso do engenho, ou para armazenamento de cachaça, uma vez que áreas distintas de confecção estavam interligadas entre si. A produção se iniciava com a moagem da cana, a fermentação e a destilação através dos alambiques, esquentadores e serpentinas de cobre, assentes em uma fornalha construída em tijolos ou pedra; era visível

o processo lento da evaporação, sendo o líquido extraído quase que pingando, daí o nome popular da aguardente ou cachaça, também conhecida como “pinga”.

Para os engenhos de açúcar, além da moagem havia o cozimento do caldo em grandes tachas[48] de ferro, assentes em fornalha de tijolos ou pedras, sendo este misturado e apurado com conchas de cobre com cabos de madeira, chamadas “pombas”, colher grande - “reminhol” - e as “escumadeiras” para limpeza do caldo em ebulição. O açúcar era posto para purgar, ou “branquear”, em formas de barro queimado ou cobre, em formato de cone ou sino, com um orifício na parte inferior. O produto dessa purga ficou conhecido como “pão de açúcar”, daí a denominação da rocha existente no Rio de Janeiro, no bairro da Urca, assim identificada pelos holandeses e portugueses, pela semelhança com os “pães” de açúcar produzidos.

Identificamos junto à documentação pesquisada que, em 12 de julho de 1872, foi realizado Registro de Ofício que a Câmara encaminhou à Presidência, prestando informações sobre a conveniência de se estabelecer um engenho central de produção de açúcar em Paraty. O documento foi embasado nas prescrições da Lei nº 1684, de 21 de abril de 1871, nas quais era necessário especificar o número de fazendas que cultivavam cana de açúcar, bem como a média de suas produções, pequenas lavouras de cana, terras próprias para o cultivo e suas extensões aproximadas e necessárias para efetivação da cultura. Desta feita a localização dos engenhos foi situada segundo a divisão do Município em três zonas distintas: “Zona Norte”[49] (10 engenhos), “Zona do Centro”[50] (22 engenhos) e “Zona do Sul” [51] (21 engenhos). Pelo documento, com as denominações dos “Engenhos”

---

[48] Essas tachas ou caldeirões para produção de açúcar, geralmente são oriundas da Inglaterra, fabricadas pela empresa Dawson, localizada em Low Moor, próximo à cidade de Bradford no norte da Inglaterra, cuja produção foi iniciada em 1789. Esta marca ainda é possível ver nas peças originais que vieram da Fazenda de Paraty-Mirim, recuperadas pelo arquiteto do IPHAN em Paaty, Edgard Jacintho da Silva e que atualmente integram a coleção do Museu Forte Defensor Perpétuo.

[49] Dos Jordões – 80 pipas, 38,52 kilolitros; Dos Barbosas – 200 pipas, 95,84 kilolitros; Taquari- 120 pipas, 57,50 kilolitros; Catimbao – 30 pipas, 14,37 kilolitros; Rio Pequeno – 50 pipas, 23,96 kilolitros; Graúna –250 pipas, 149,90 kilolitros; Mato Dentro –100 pipas, 47,91 kilolitros; Bettencourt – 35 pipas, 16,77 kilolitros; Garcez – 35 pipas, 16,77 kilolitros; Mato Dentro 100 pipas, 47,91 kilolitros. Total – 1.000 pipas; 479,16 kilolitros. (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, IHAP, 1872, p.69 a 70v).

[50] Bananal Novo - 400 pipas, 191,67 kilolitros; Miranda - 50 pipas, 23,96 kilolitros; Pedra Branca – 70 pipas, 33,54 kilolitros; Pau Grande – 50 pipas, 23,96 kilolitros; Martins – 60 pipas, 23,74 kilolitros; Lage – 30 pipas, 14,57 kilolitros; Bananal –200 pipas, 95,85 kilolitros; Mel. Gonçalves, 50 pipas, 23,96 kilolitros; Seven Avlis 50 pipas, 23,96 kilolitros; Mel. Fernandes – 50 pipas, 23,96 kilolitros; Pedraria –50 pipas, 23,96 kilolitros; Corisco 80 pipas 38,33 kilolitros; João Francº - 80 pipas, 38,33 kilolitros; João Marcelino – 150 pipas, 71,88 kilolitros; Chico de Barros, 10 pipas, 4,79 kilolitros; Boa Vista – 80 pipas, 38,33 kilolitros; Pedro de Barros- 20 pipas, 9,58 kilolitros; Cava – 70 pipas, 33,54 kilolitros; Mendes – 200 pipas, 95,84 kilolitros; Ticupê –50 pipas, 23,96 kilolitros; Praia Grande –35 pipas, 16,77 kilolitros; Praia Vermelha – 30 pipas, 14,37 kilolitros. Total – 1.865 pipas; 993,63 kilolitros (LIVRO DE REGISTROS DE OFICIOS, IHAP, 1872, p.69 a 70v).

[51] Praia do Demo – 40 pipas, 17,19 kilolitros; Arpoar, 40 pipas, 17,19 kilolitros; Sucury – 40 pipas 17,19 kilolitros; Olaria, 40 pipas 17,19 kilolitros; Porto Grande 80 pipas, 38,33 kilolitros; Diogo Vaz – 50 pipas, 23,96 kilolitros; D. Theodora - 20 pipas 9,58 kilolitros; Silvino, 40 pipas, 19,57 kilolitros; Galdino – 50 pipas, 23,96 kilolitros; Manoel Leite, 15 pipas, 7,18 kilolitros; Quintino – 50 pipas, 23,96 kilolitros; Caçada –150 pipas, 71,88 kilolitos; Independência – 80 pipas ,33,33 kilolitros; Pedras Azuis -150 pipas, 71,88 kilolitros; Itatinga –50 pipas23,96 kilolitros; Funil – 30 pipas,14,37 kilolitros; João Gomes- 30 pipas, 14,37 kilolitros; Paraty – Mirim – 200

conseguimos identificar a produção média, alguns de seus proprietários, número de pipas e quilolitros; e, pelos “infernos” das rodas d’água ainda existentes no município, foi possível saber se eram “Engenho Real” ou de “Almanjarra”.

Localizamos também no período de 1851 a 1880 diversos “Fazendeiros de Açúcar e Aguardente” bem como os “engenhos”; neste momento já estão presentes os “Fazendeiros de Café”, associados aos Engenhos de Aguardente, com o cultivo de ambos os produtos. Em 1867 ocorre uma queda da produção de açúcar permanecendo somente a de aguardente, segundo os registros da época (ANEXO 3).

Desse período restaram algumas sedes de engenhos na zona rural de Paraty, os quais, por sua situação privilegiada, em grande maioria a meia encosta dos morros, guardaram certa imponência e visibilidade, dadas as suas técnicas construtivas - com o uso da pedra, madeira, barro e cal. Obedeciam a um programa arquitetônico em que a fachada principal era voltada para um terreiro de forma quadrangular, algumas vezes com calçamento em pedras para passagem dos animais; e com a presença, na fachada lateral, de uma escada com aproximadamente dez degraus, vedada na lateral por muro guarda-corpo em alvenaria, para servir de acesso ao alpendre ou diretamente à sala de visitas, através de um patamar.

Fig. 26: Fachada lateral, escada e guarda corpo em alvenaria – Fazenda Rio dos Meros

Fig. 27: Fachada posterior, rampa calçada em pedras para o engenho e caliz da roda d’água

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Geralmente a construção também tinha preservadas as áreas íntima e social, que eram definidas com acesso permitido aos estranhos, o alpendre, a sala de visita, a sala comercial, o quarto para hóspedes próximo a esta, seguido da sala de jantar e os quartos dos membros da família. Chama atenção em alguns exemplos a presença de oratório[52] ou

pipas, 95,83 kilolitros; Mangue – 30 pipas, 14,37 kilolitros; Monteiro – 20 pipas, 9,58 kilolitros; Pacheco – 20 pipas, 9,58 kilolitros. Total – 1.225 pipas; 586,97 kilolitros (LIVRO DE REGISTROS DE OFICIOS, IHAP, 1872, p. 69 a 70v).

[52] Oratórios deste tipo existiram na Fazenda N. S. da Conceição de Cima, que pertenceu a Geralda Maria da Silva, em ambiente de aproximadamente 4,60m x 4,25m, com banqueta e trono com nicho dourado de gosto Joanino, segundo levantamento em planta ainda existente no arquivo do IPHAN /RJ, este nicho possui a talha

capela interna voltada para a sala de visitas: estes substituíam as idas à vila com celebrações e missas realizadas por padres, quando possuíam “Provisão”; e nas celebrações das ladainhas domésticas em que os vizinhos compareciam. Encontramos na documentação de Registro de Bulas, Breves e Beneplácitos a solicitação do Padre Manoel Alves Veludo[53], fazendeiro na região do Saco de Mamanguá, estabelecido com Engenho de Aguardente, datada de 1858 e 1859, fazendo menção de um Breve para celebrar missa em oratório particular. A documentação menciona também na coleção eclesiástica, de 1843 a 1881, registro de solicitação do mesmo padre, de licença para ter missas num desses oratórios: “[...] Presbytero secular – pede licença para ordenar-se e para impetrar da Santa Sé a graça de ter missas no Oratório de sua Fazenda (ARQUIVO NACIONAL, CX. 935, DA, p.1 e 2 e p. 78).

Fig. 28: Oratório da Capela interna da Fazenda Olaria

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

dos seus montantes semelhantes a do arcaz da sacristia da igreja de Santa Rita; na Fazenda Olaria, que pertenceu a José Vieira Ramos - com mesa, banqueta e trono com oratório de embutir e no interior nicho de gosto Joanino. Na Fazenda do Corumbê, da família de Benedito Malvão com retábulo, trono e nicho, voltado para sala de visitas, cujo o piso era em assoalho formando losângulos com tábuas claras e escuras; na Fazenda do Carretão, que pertenceu à família de Acácio Zózymo de Almeida Peixoto e Carolina da Costa Peixoto, com retábulo dourado, mesa, banqueta, trono e nicho; e no imóvel que pertenceu a Tharcilio Benedito Nascimento de Oliveira, casado com Zarife Miguel de Oliveira, chamado “Sobradinho” – neste, o compartimento do oratório mede 2,30m x 2,00m, voltado para o ambiente da sala de visitas. Na Fazenda Itatinga, que pertenceu a Manoel José de Souza, Gabriel Archanjo Lopes de Alvarenga, o ambiente da sala de visitas, voltado para o antigo acesso, tem forma de nicho rebaixado na parede para o retábulo ou oratório que ali existiu. Este imóvel ultimamente pertenceu a José Kleber Martins Cruz.

[53] Irmão da Irmandade de N. S. do Rosário em 1832 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1827-1881, p.14v).

Fig. 29: Capela de N. S. da Conceição de Cima com altar

Fig. 30: Nicho com a imagem de N. S. da Conceição

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Para a elevação do imóvel de um engenho, além do muro ou baldrame em pedras, se fazia necessária a sua amarração em esteios de madeira lavrada, vindo em seguida a armação do telhado, que podia ser em três, quatro ou em duas águas, no sistema de grandes oitões; após o telhado ser coberto com as telhas era confeccionado o engradamento das paredes internas, de pau a pique; e instalados os vãos de portas e janelas e o assoalho e forros, alguns em tabuado liso, saia e camisa ou mesmo em gamela, como na Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Cima, no Bananal, que pertenceu a Roque José da Silva e Geralda Maria da Silva.

A presença de um mestre carpinteiro para esses ofícios era imprescindível, uma vez que a madeira deveria ser retirada nos meses sem a letra “R”, de maio a agosto; depois entrava-se em processo de lavrar a machado e enxó e fazer a abertura dos encaixes para posterior utilização, após estar bem seca. Claval nos ajuda a entender esse processo, quando explica:

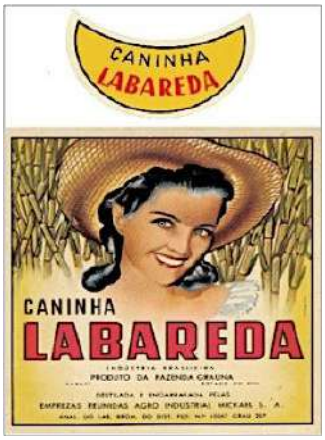
> Desde que as necessidades estejam estabelecidas e a casa concebida em função das referências locais, aquele que manda construir deve entrar em acordo com os artesãos que realizam a construção. Há às vezes um mestre de obras. Nos países onde a argamassa ou os tijolos servem de enchimento, é o carpinteiro que detém o papel-chave. Ele prepara durante o inverno a estrutura portante, montando-a e experimentando-a (CLAVAL, 2014, p. 307).

Na Zona Norte, a **Fazenda Graúna** foi construída sobre pilares de pedra, com telhado em quatro águas e alpendre na parte principal. Não fez uso da encosta: trata-se de edifício isolado, inclusive o engenho fica à esquerda da entrada, também separado da

sede onde está a roda d'água. Este engenho teve como proprietários Antonio Joaquim Alves de Andrade, Julio Honorato e o italiano Giuseppe Cambarelli, sendo adquirido posteriormente por Vicente de Paula Pennido, oriundo da cidade de Guaratinguetá. Esse engenho produziu por muitos anos a aguardente denominada "LABAREDA" e sofreu uma grande reforma em meados do século XX.

Fig. 31: Fazenda Graúna

Fig. 32: Rótulo da Cachaça Labareda



Fonte: Júlio Cezar Neto Dantas

Ainda na Zona Norte está a **Fazenda Moreira**, que pertenceu a José Antonio Moreira, conhecido como - "Juca Moreira"[54] -, construída a meia encosta, com engenho acoplado à construção principal, cobertura em três águas, telhado de copiar[55], com puxado para a roda d'água e ambiente de destilação. A residência destaca-se na paisagem pela situação de recuo da atual estrada, embora a sua fachada principal seja a que possui duas janelas inferiores e seis superiores para o caminho primitivo, direcionado a quem vinha da Vila, da direção do Caboclo. Hoje temos a visão da entrada de serviço para animais, com rampa de acesso calçada de pedras para o engenho, costume também adotado em outros exemplares.

O acesso para a casa de morada era por escada, que já não existe mais - e correspondia a uma porta externa para a sala de visitas, acessada através do patamar. A sala de visitas possuía acesso direto para a sala de jantar. Chama atenção a planta de quatro quartos que permitiam circulação interna entre si, uma alcova, uma dispensa e outra alcova junto à cozinha, possivelmente para escravos.

[54] Era casado com Rita Maria de Jesus (1873 -) pais de Bernardino Lopes Moreira (1879 -) irmão de Rita da Costa Moreira Vianna, pertenceu a Irmandade de São Roque (O PHAROL, 1912, Nº 38, p. 3). casado em 17/03/1900 com Victalina Peregrina Costa Moreira. A fazenda foi depois administrada por Antonio Josephá Gama casado com Nazir da Costa Moreira.

[55] O termo era usado no Rio de Janeiro para denominar a face triangular do telhado de três ou quatro águas, também denominada de tacaniça, de origem portuguesa. Segundo alguns estudiosos, Paulo Tedim Barreto também identificou no Estado do Rio essa referência para a tacaniça (CORONA E LEMOS,1972, p.146).

Fig. 33: Fazenda Moreira - fachada lateral

Fig. 34: Interior da Fazenda Moreira

Fonte: Marco Antonio Gama Correa

Na Zona Centro estava localizada a **Fazenda Pedra Branca**, que pertenceu ao Major Lourenço de Barros e Abreu em 1858 e, posteriormente, ao Coronel Francisco Manoel de Alvarenga e Souza, conhecido como - “Chico Souza” -. A construção é a meia encosta do terreno, assente em sete pilares de pedra, com telhado de copiar, onde estava acoplado na parte posterior o engenho, com sustentação em esteios de madeira. A fachada principal possuía duas portas no porão e cinco janelas em verga curva na parte superior. À lateral com quatro janelas e uma porta, estava a escada com degraus em pedra e guarda-corpo de alvenaria. Ao que tudo indica, apresentava ambientes amplos e com grande utilização dos porões para abrigar sua produção.

Fig. 35: Fazenda Pedra Branca - fachada principal

Fig. 36: Fazenda Pedra Branca - fachada lateral

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Em 16 de janeiro de 1907 caiu um grande temporal em Paraty, que deixou a cidade desolada. O Jornal O Pharol, em sua edição de número 23, registrou os efeitos desse temporal, que atingiu as fazendas do Coronel Apolinário Francisco de Paula e Silva na

localidade de Bananal. Foram levados pelas chuvas os bicames que conduziam água para os engenhos; e grande parte dos canaviais foi arrancada pela força das águas. Nas fazendas do Capitão Francisco Lopes da Costa e do Coronel Francisco Manoel de Alvarenga e Souza, na Pedra Branca, também houve estragos consideráveis. A Fábrica de tecidos Santa Tereza, de propriedade do Comendador Manoel da Silva Leitão, localizada nessas proximidades, sofreu danos no açude que conduzia água para o motor, da mesma forma que "[...] a ponte do Registro que dá passagem aos tropeiros e viandantes do E. de S. Paulo, na subida da Serra e a estrada do Bananal" (O PHAROL, 1907, Nº 23, p. 01 e 02). Chamam atenção a permanência do elo com as cidades da Serra acima, ainda no início do século XX, por meio das tropas e tropeiros; e as narrativas dos perigos enfrentados nos rios e pontes, principalmente nos dias de chuvas:

> Ainda ha poucos dias a Exm. Esposa do Snr. Coronel Souza que seguira apenas acompanhada de um pequeno pagem, para sua fazenda da Pedra Branca, ao atravessar aquelle rio que continha água bastante, afundou em um peráu, sahindo da sélla em que montava e, certamente seria arrastada pela correnteza se não fosse a sua coragem e a do pequeno pagem, que ajudou-a a apanhar a ribanceira do rio. (O PHAROL, 1907, Nº 23, p. 01 e 02).

Nesta mesma Zona do Centro estavam quatro importantes Fazendas de Aguardente: Martins, Carretão, Brandão e Mato Dentro, que pertenciam a Acácio Zózymo de Almeida Peixoto[56] (1869 -) e Carolina da Costa Peixoto também conhecida como -

[56] Era filho do Tenente Antonio Joaquim d'Almeida Peixoto (1827 -) e Rita de Cássia de Almeida Peixoto, neto do Alferes José Antonio de Almeida, natural de Paraty, e Margarida Rosa d'Almeida Peixoto, natural da Freguesia de São Nicoláo da Cidade do Porto. Teve como irmãos: o Alferes João José d'Almeida Peixoto (1831-), casado com Maria Delphina d'Almeida Peixoto, com quem teve os filhos: Arthur, nascido em 1859-20/01/1907 (O PHAROL Nº 23, 1898-1907, p.2); Américo d'Almeida Peixoto, nascido em 1862, casado com Anna Maria Guimarães Peixoto em 21/09/1907 (O PHAROL Nº 6, 1907, p.1); e Maria, nascida em 29/11/1864 (LIVRO DE BATISMO Nº 8,1864, p.3); Hermenegildo José d'Almeida Peixoto, foi Secretário da Câmara no período de 1873 a 1883, (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, IHAP, p. 73) casado com Carlota Leopoldina d'Almeida Peixoto, natural de Guaratinguetá, com quem teve o filho João nascido em 06/11/1865 (LIVRO DE BATISMO Nº 8, 1864, p.4v); Tenente Pedro Evaristo d' Almeida Peixoto, membro da Comissão de Alistamento Eleitoral da Paróquia em 1890; Benedicto de Almeida Peixoto (O PHAROL Nº25, 1910, p.3); Ernestina Eulália de Almeida Peixoto e Delphina Rosa de Almeida Moreira (1820 – 22/01/1910) casada com João José Moreira, mãe do Tenente José Antonio Moreira e Maria Zeferina Moreira Dias casada com o Capitão Luis J.dos Santos Dias (O PHAROL, Nº 20, 1910, p.1 e 2). O Tenente Antonio Peixoto era pai de Maria Eulália de Almeida Peixoto (24/09/__ - 12/01/1921), casada com Juvêncio de Oliveira Netto (1890 -) em 22 de fevereiro de 1913, no civil na casa do redator do Jornal A Razão, Major Duarte Coelho, cunhado da noiva. Teve como testemunhas, por parte do noivo, Flósculo de Oliveira Netto; e da noiva, Pedro Evaristo de Almeida Peixoto. Na igreja Matriz de N.S. dos Remédios o casamento foi celebrado pelo padre Bernardo Pires (O PHAROL, 1913, Nº 09, p.1). Entrou para o Apostolado da Oração, em 1928 (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 11, 12, 13), Maria Eulália era amiga íntima de Zulmira do Amaral Costa, fundadora desta devoção em Paraty. A família Almeida Peixoto & Cª possuía uma venda de gêneros, "seccos e molhados", líquidos, especiarias, alimentos e ferragens à Rua Direita; e um imóvel térreo à Rua do Rosário Nº 36 esquina com a Rua do Comércio e o sobrado à Rua do Rosário Nº 34 (LIVRO Nº 3 C, Nº DE ORDEM 640 e 788, p. 1 e 55) ambos de propriedade de Maria Eulália de Almeida Peixoto Netto e Juvêncio de Oliveira Netto. A lateral no sobrado à Rua do Rosário onde residiu com seu esposo Juvêncio de Oliveira Netto nasceram os filhos: Aparecida de Oliveira Netto, que veio a casar posteriormente com o ex padre José Saurer; Benedito de Oliveira Netto, nascido em 22/09/1920 (LIVRO DE BATISMO Nº 17, 1920, p.161). Acácio Zózymo, de seu casamento com Carolina Peixoto, teve os filhos: Maria José de Almeida Peixoto - "D. Zezé" - nascida em 17/03/1901 e falecida em 22/04/1981 (LIVRO Nº A-8, p.107/ Fv) casada com João José do Prado (CERTIDÃO DE CASAMENTO, LIVRO Nº 4, 1922, p.97, 1864-21/04/1937); Benedicta Pedrina Peixoto Netto, casada em 02/02/1901 (LIVRO Nº 5, 1901, p.12) com

“Sá Carolina” - e - "Velha Carolina” -, filha de Antonio Francisco da Costa e Maria Luíza da Silva Borba Costa, possivelmente descendente do Bandeirante Paulista “Manoel de Borba Gato”. Nascido em São Paulo, exerceu o cargo de juiz ordinário de Sabará – MG, seus pais eram oriundos da Ilha Terceira, estabelecidos na Capitania de São Vicente na década de 1630. Essas fazendas se localizavam, ao que tudo indica, na rota da subida do Caminho Velho. Segundo informações dos antigos membros da família dos proprietários acima referidos, entre eles os netos João André da Costa Prado, Carolina Setembrina da Costa Prado - “Carola” - e Lourival da Costa Prado - “Vavá” -, essas fazendas produziam aguardente; e na propriedade agrícola denominada “Carretão” o casal fixou residência. Com a decadência do engenho, mudaram-se para a cidade, passando a residir na esquina da Rua Presidente Pedreira com o Beco dos Tropeiros. É da fazenda do Carretão que foram trazidas as imagens que guarneciam o antigo retábulo da capela interna, inclusive com douramento. Esta capela teve como orago Nossa Senhora do Bonsucesso, devoção muito frequente no século XVIII, que se espalhou na rota do ouro, pelo Vale do Paraíba e Minas Gerais, associada às bandeiras e desbravamentos.

Fig. 37: Imagem de N.S. do Bonsucesso e membros das Famílias Almeida Peixoto e Costa

Fonte: Henrique Toledo Prado

Fig. 38: Altar de N.S. do Bonsucesso e membros da Família Costa, Prado e Netto

Fonte: Lenilza Netto Prado de Oliveira

Ribas, em seu registro do Caminho do Ouro em Paraty, ao tratar das rotas e locais do caminho, nos informa que

> Essa sesmaria foi vendida posteriormente para Antonio Martins dos Santos (Daí o nome Cachoeira do Martins, que será citada adiante), passou para sua viúva Maria Leite de Araújo e, mais tarde, foi revendida em suas partes: uma para Manuel Cardoso Borba e outra para Francisco

Deusdedt de Oliveira Netto – “Filhinho” - (14/10/1907-23/09/1967); Antonia da Costa Peixoto Dutra casada com Olivério Pinheiro Dutra; Anna Luzia da Costa Peixoto - “Doninha” - casada com José Severo de Almeida Costa, nascido em 1898 (LIVRO DE ÓBITO C. Nº29, 05/12/1969, p.296); tiveram os filhos: Paulo, Miguel, José, Manoel, Conceição e Maria Aparecida.

> João de Paula, ambos ancestrais de famílias que ainda têm representantes na cidade, como Seu Vavá do Lapeiro, descendente dos Borbas, e Dona Iracema de Paula Greffe, descendente de Francisco João de Paula (PARATY REGISTRO, 2001, p. 6).

Nesse contexto destaque-se a sede da **Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Cima**, que pertenceu a Roque José da Silva e Andreza Maria de São José, pais de Geralda Maria da Silva. Trata-se de imponente engenho setecentista que, dadas as suas características arquitetônicas, chegou a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[57], que ali pretendia instalar um Museu Rural de Paraty. Em data mais recente ficou também conhecido como Fazenda Bananal[58] e da Santa Casa, devido à doação de seus antigos proprietários para aquela Instituição de Caridade. Lamentavelmente a proposta do IPHAN não pôde ser executada, na ocasião, devido à fazenda encontrar-se invadida por jagunços, sendo as terras e ruínas da fazenda vendidas pelos irmãos da Irmandade de São Pedro de Alcântara da Santa Casa de Misericórdia de Paraty, detentora dessa propriedade, deixada em testamento pela antiga proprietária. Há registros entre os “Fazendeiros de Assucar e Aguardente” em 1865 de D. Jesuina Maria de São José, possivelmente irmã de Andreza Maria de São José no Bananal (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p.124); e de Ritta Maria de São José (- 04/07/1869), irmã de Santa Rita em 1849 (LIVRO DE ENTRADA, 1852 – 1910, p. 5).

Fig. 39: Engenho e sede da Fazenda N.S. da Conceição de Cima

Fig. 40: Sede da Fazenda de N. S. da Conceição de Cima

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

[57] Processo nº 783-T, Inscrição nº 407, Livro Histórico, fls. 66, datado de 20 de outubro de 1967. Tombamento como Casa da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, pelo arquiteto Edgar Jacintho da Silva.

[58] Na localidade de Bananal considerado primeiro distrito de Paraty, também existiram as Fazendas São João e a Fazenda Preta, conforme Escritura Pública lavrada pelo tabelião do 2º Ofício de Paraty, Registrada no Livro 3 C, eram duas fazendas São João que foi adquirida de João Silvanio de Castro e sua mulher e a outra de Apolinário de Paula e Silva e sua mulher Dorothéa Garcia e a Fazenda Preta de Pedro Peres e outros. (ESCRITURA PÚBLICA, 1943, p. 83). O Coronel Apolinário Francisco de Paula e Silva possuía um sobrado à Rua Dona Geralda nº 20 (LIVRO LANÇAMENTO DE DÉCIMAS URBANAS, 1900, p. 1v e 2v).

Figs. 41, 42 e 43: Rótulos de Aguardente - Fazenda N.S. da Conceição de Cima

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

A construção possuía cobertura em telhado de copiar, instalada a meia encosta, que permitiu o uso de porão alto e seu acesso por uma escada lateral, de pedra, com guarda corpo de alvenaria. Através do patamar, com cobertura formando um pequeno alpendre, entrava-se na sala de visitas - para onde era também voltado o ambiente da Capela interna, com mesa, banqueta e trono encimado por nicho dourado de gosto Joanino[59], abrigando a imagem de Nossa Senhora da Conceição. À lateral da sala de visitas e capela estava a grande sala de jantar, medindo aproximadamente 10,45m x 3,85m, para onde se abriam duas portas desses ambientes, seguida dos quartos, cozinha, despensa e sala de almoço. As vergas das portas e janelas para essa área social eram em forma de canga de boi e curvas. O teto da sala de visitas era em formato de gamela, e o da capela em saia e camisa. O engenho, de grandes proporções, avançou sua cobertura para a estrada, abrigando a grande roda d'água.

Fig. 44: Teto gamela da sala de visitas da Fazenda da N.S. da Conceição de Cima

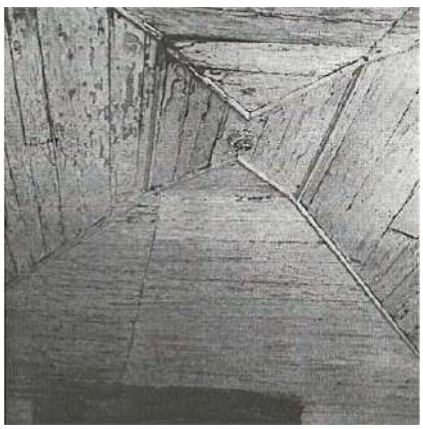


Fig. 45: Teto saia e camisa e nicho de N. S. da Conceição

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

[59] Este nicho foi entalhado pelos oficiais entalhadores que trabalharam na fatura do nicho do retábulo-mor e no arcaz da Igreja de Santa Rita, em Paraty.

Com a morte da herdeira da fazenda, D. Geralda Maria da Silva, ocorrida em 20 de fevereiro de 1890, em 14 de fevereiro de 1907 o arrendatário José Núbile, também na qualidade de procurador do usufrutuário Nicolau Tolentino da Silva, adverte aos agregados instalados na parte de fora da fazenda bananal que devem pagar seus arrendamentos:

> O abaixo assignado na qualidade de arrendatário de um dos usofructuarios da parte da fazenda que foi da fallecida D. Gerlda Maria da Silva, (parte de fóra), no bananal, e como procurador do usofructuario Nicolau Tolentino da Silva, previne aos Snrs. aggregados das mesmas terrras para virem pagar os seus arrendamentos que principiaram a correr de 1º de Janeiro findo e bem assim as pessoas que tiverem criações e animàes nas referidas terras, para retiral os e não derrubarem mattas virgens, isto para que mais tarde não queiram ter razão de queixa contra os direitos que ao abaixo assignado e seu constituinte assiste. Paraty, 14 de Fevereiro de 1907. José Nubile. (O PHAROL, 1907, Nº 26, p. 4).

Destaca-se ainda, com essas mesmas proporções, a **Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Baixo**, dos mesmos proprietários acima. Trata-se de construção de quatro águas com pilar de pedra e cunhal nos ângulos, isolada no terreno, com embasamento e calçada também em pedras lavradas. Suas dimensões, deixadas no verso de uma fotografia, eram de aproximadamente 22,60m x 10,60m, com um grande sobrado senhorial com cinco portas de frente no pavimento inferior e nove janelas no pavimento superior, todas em verga reta. Possuía escada de pedra, com patamar alongado servindo de alpendre, com uma porta central por onde se acessava a sala de visitas. O alpendre era vedado por um guarda-corpo montado com réguas de madeira. O terreiro era de grandes dimensões e ainda é visível ao centro um mastro de madeira, possivelmente de uma das festas religiosas que ali se realizavam.

Fig. 46: Fazenda N. S. da Conceição de Baixo

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Outro exemplo das técnicas construtivas e de produção dos séculos XVIII e XIX é a **Fazenda Boa Vista**, localizada do outro lado da baía de Paraty, na face voltada para a cidade. A construção inicial - sede do engenho - data do século XVIII, em situação de meia encosta, próxima ao mar, sustentada por um grande muro de pedras revestidas de reboco no pavimento inferior e laterais com pilares de pedra que servem de apoio ao alpendre, um prolongamento do telhado em copiar que contorna a fachada lateral esquerda. O telhado principal é sustentado por nove pilaretes em madeira biselada, com guarda-corpo formando desenhos geométricos na parte frontal.

Com fachada principal para o mar, a sede podia ser acessada ladeando-se o rancho de canoas, de onde chegava-se à parte plana e posterior da edificação entrando no alpendre lateral; ao passar para a sala de visitas, acessava se também um pequeno quarto para abrigar tropeiros. Entre o quarto e a sala de visitas estava outro cômodo, possivelmente para o oratório, por sua vez também acessado por meio de porta interna da sala de visitas e pelo quarto, além de um eventual abrigo para o capelão ou padres que ali realizassem os ofícios religiosos. Foi adotada na construção principal a verga em forma de canga de boi, e nas etapas posteriores a verga reta.

Fig. 47: Fazenda Boa Vista

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

Fig. 48: Rótulo de aguardente Azulada

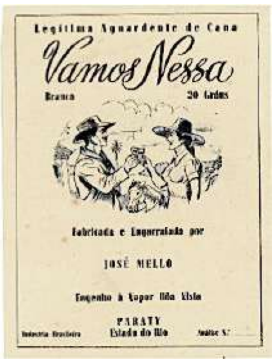
Fonte: Júlio Cezar Neto Dantas

A situação de meia encosta permitiu a utilização de três níveis no interior do engenho para abrigar os equipamentos de moenda, dornas, barris, fermentação, destilação e engarrafamento da produção, com os respectivos rótulos do fabricante. Uma rampa de pedras do lado do mar permitia o acesso ao pavimento inferior do sobrado através de duas portas e uma porta larga; e de duas janelas baixas no ambiente de destilação. Um terceiro telhado, de quatro águas, abriga a parte posterior do edifício, cobrindo parte de outro sobrado provavelmente do século XIX, tendo na parte inferior a Casa de Farinha. Este sobrado avança por trás do engenho, sustentado por colunas de

pedras, cobrindo inclusive o inferno da roda. Uma quarta coberta, em duas águas, fecha o perímetro das construções, que tem abaixo a bagaceira do engenho.

O engenho da Boa Vista teve diversos proprietários: Comendador Dr. João Lopes de Araújo, João L. G. Bruhns[60], sendo um dos últimos Irineu de Mello e Souza[61]. Hoje pertence a Amir klink e sócios e, embora restaurado, não funciona mais como engenho: seus equipamentos para produção de aguardente foram vendidos.

Figs. 49 e 50: Rótulos de aguardente branca produzida na Fazenda da Boa Vista



Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Figs. 51, 52 e 53: Fazenda Boa Vista e Rótulos de Aguardente

Fonte: Júlio Cezar Neto Dantas

[60]Johann Hermann Ludwig Bruhns (1821-1893) pai de Julia Mann, nascida da Silva Bruhns (1851-1923) casada com Thomas Johann Heinrich Mann (1840-1891) imigrou para o Brasil aos 19 anos e demonstrou ser um homem de iniciativa e dotado de espírito pioneiro e empresarial; primeiro como exportador de café, e açúcar em Santos; depois, como proprietário de engenhos de açúcar em Angra dos Reis e de fazendas de café em Paraty, finalmente por sua contribuição para a navegabilidade do rio Tietê. Julia tinha “muito orgulho de seu grande e sério pai! Ele dava à sua alma infantil um misto de respeito, amor e admiração”. Arquivo Thomas Mann (Zurich). (STRAUSS E SENE, 1997, p.50).

[61] Era casado com Alice Mello; passou o engenho a seu filho José Mello, casado com Maria Emília Corrêa de Mello. Este ficou conhecido como – “José Irineu” -. Consta no artigo Engenhos d’ Aguardente (O PHAROL, 1907, Nº 17, p.3).

Na região denominada Olaria, ainda em sua área plana, destacavam-se várias sedes de engenho. Entre elas estava o sobrado de propriedade de Pedro José dos Santos Dias. Em situação de meia encosta ainda está o engenho que pertenceu a João Francisco de Barros, conhecido como - “Jango da Ofrízia” -, com telhado de copiar, porão alto até o nível da encosta e duas portas de acesso mais largas em verga reta, no pavimento inferior. O acesso à sala de visitas era feito pelo patamar de uma escada com degraus em pedra e guarda-corpo de alvenaria. Este engenho foi adquirido pelo atual proprietário, Conde Frederic de Limburg Stirum, entrou em ruínas mas foi totalmente restaurado.

Sua compartimentação original permite fazer uma leitura dos ambientes internos existentes durante o período em que encontrava-se em ruínas. A figura abaixo apresenta a sala de visitas na fachada principal, seguida do ambiente da capela interna; junto ao corredor uma sucessão de quartos se abria para a fachada lateral. O primeiro deles, junto à sala com porta mais larga, servia aos visitantes e tropeiros. Esses quartos finalizam nos ambientes de sala de jantar e cozinha, um deles com uma janela que já havia sido fechada por parede de pau a pique. Todas as vergas das fachadas eram curvas, sendo que somente uma porta da sala de jantar era em verga reta. O engenho de almanjarra é separado da residência, com telhado de duas águas.

Fig. 54: Fazenda de João Francisco de Barros em ruínas

Fonte: Frederic de Limburg Stirum

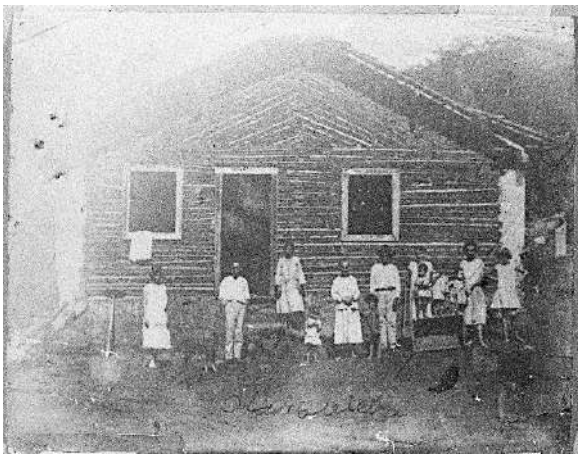
Fig. 55: Fazenda de João Francisco de Barros após restauração - década de 1980

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Existiram outros exemplares na região de Olaria, uma vez que a área era passagem para o Caminho Velho de Ubatuba e passagem obrigatória pelo Registro do Curralinho, portanto uma região povoada de engenhos e sedes de fazenda de aguardente e depois de café.

No alto da Olaria, em direção à localidade de Catituba e Sertão do Curralinho estava a **Fazenda Olaria**[62], construção a meia encosta, sobre alicerce e muro de onde partem quatro pilares de pedras, telhado em duas águas, porão alto obtido através de cava na encosta e muro de sustentação na parede de fundos em pedra aparente, vedado por uma parede frontal em pau a pique com uma porta larga central, ladeada por duas janelas. A parte assobradada possuía cinco janelas na fachada principal e na lateral do oitão uma porta ladeada por uma janela dava acesso à sala de visitas, formando conjunto com mais uma janela no ambiente da capela interna, sendo esta com mesa de altar, banqueta com castiçais e um grande oratório de embutir, com nicho de gosto joanino no seu interior.

Fig. 56: Fazenda Olaria, fachada lateral, com família de José Vieira Ramos



Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 57: Fazenda Olaria - fachada principal e lateral

Fonte: Frederic de Limburg Stirum

A capela era voltada para a sala de visitas. Ainda na parte social da casa existia um quarto para o capelão e/ou padre, junto ao ambiente da capela. Assim era preservada

[62] A Fazenda Olaria pertenceu a José Vieira Ramos (1872 - 1934), filho de Francisco Antonio Gonçalves e Isabel Maria de Jesus, casado com Julia Cândida Vieira Ramos, - “Mãe Julia, Velha Julia” -. Foi adquirida possivelmente após 1899, com a venda de um engenho do mesmo proprietário na localidade de “Barreiro”, sede assobradada próxima ao mar de onde das janelas do sobrado, era possível ver os “vapores” que vinham transportar a cachaça produzida. Neste engenho nasceram dois filhos do casal: Isabel Cândida Vieira Dantas, - “Bebé” - (LIVRO DE BATISMO Nº 11 01/03/1897, p.14) e José Vieira Ramos Filho, - “Zeca” - (LIVRO DE BATISMO Nº 13, 31/07/1899, p. 3v). Na fazenda Olaria, nasceram seus outros sete filhos: Luiz José Vieira Ramos, - “Lulu” - (LIVRO DE BATISMO Nº 14, 03/03/1904, p. 39v); Julio José Vieira, - “Julinho” - (LIVRO DE BATISMO Nº 14, 15/08/1905, p. 70v); João José Vieira (LIVRO DE BATISMO Nº 14, 26/07/1907, p. 120); Sylvio José Vieira (LIVRO DE BATISMO Nº 44, 13/02/1910, p. 239v); Alvaro José Vieira, - “Alvinho” - (LIVRO DE BATISMO Nº 15, 10/02/1912, p. 120); Basildes Vieira de Mello (LIVRO DE BATISMO Nº 18, 15/04/1921, p.31) e Francisco José Vieira, - “Chico” - (LIVRO DE BATISMO Nº 19, p. 113, 28/01/1923). O cargo de Vice Presidente da Câmara de Paraty, juntamente com o Presidente Samuel Costa, fez com que assumissem a fazenda os filhos José, Luiz e Julio, juntamente com Leontino Carlos de Mello e Souza esposo da recém casada Basildes Vieira, fabricou aguardente até 1938. José Vieira Ramos aparece como comerciante de secos e molhados, na relação de contribuintes de “Alvarás de Licença” e “Consumo de Aguardente” para o exercício de 1908 (O PHAROL, 1907, Nº 17, p.3). Foi indicado para membro da Junta Distrital do 1º Distrito em Junho de 1928 (DOCUMENTO AVULSO, 1928, p. 1). Atuou como Vereador e Vice Presidente da Câmara Municipal em 1929 (A VERDADE, Nº 24, 1929, p.1). Leontino Mello, atuou como Vereador da Câmara de Paraty em 1935 e pediu baixa no exercício do engenho em 1940 (DOCUMENTO AVULSO, 1940, p.1).

a parte íntima da família, separada por um corredor que levava aos outros quartos, à sala de jantar e à cozinha, sendo esta em nível mais baixo e abrigando em seu interior a Casa de Farinha e uma pequena moenda de cana. O engenho era separado da sede, um engenho d'água do qual ainda é possível ver os pilares de pedra próximos a uma cachoeira; havia ainda outro, a vapor, com belas muradas também em pedra. Na década de 1930 a fazenda foi administrada por três filhos do proprietário - José Vieira Ramos Filho[63], Luiz José Vieira Ramos e Julio José Vieira; e pelo genro Leontino Carlos de Mello e Souza[64]. Após o casamento com Basildes Vieira[65], houve a mudança da patente de "OLARIA" para "LEONTINO". No armazém do pavimento inferior de seu sobrado na Rua do Comércio esquina com a Rua Maria Jácome de Mello, era feito o engarrafamento, postagem dos rótulos e a comercialização sob a administração de Francisco José Vieira, esposo de Rita de Cássia Gonçalves Vieira – "D. Tintinha" - , que residiam na Rua do Rosário ao lado do sobrado de Juvencio Netto. Destaque-se que José Vieira Ramos foi Vice Presidente da Câmara Municipal de Paraty e recebeu um dos diplomas com que era usual seus membros integrantes serem agraciados durante a gestão em que serviam a cidade, no século XIX e início do século XX: o de Benfeitor do Progresso Brasileiro.

Além da Fazenda Olaria, foi proprietário de três imóveis à Rua Tenente Francisco Antonio n^{os} 23, 25 e 27, sendo duas casas térreas e um armazém, adquiridos em 27 de setembro de 1928. Junto ao imóvel de nº 27, seu neto Julio Correa Dantas adquiriu o imóvel de nº 29 que fazia o conjunto, assim descrito desde 1860: "[...] duas moradas de casas térreas contíguas uma a outra, partindo de um lado com a Rua do Couto, e do outro lado com a casa dos herdeiros do finado João Moreira de Carvalho e fundos de meia ilha (LIVRO Nº 26 Antigo 64, p. 142v e 143) estes imóveis pertenceram anteriormente ao Dr. Juvenal de Mello Carramanhos - em 1873. Juvenal Carramanhos foi Mordomo dos presos pobres da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paraty e integrava o grupo de advogados do Município (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 121 e 122); era filho de Manoel Antonio de Mello Carramanhos e Carlota de Alvarenga Carramanhos (LIVRO Nº 29, antigo 66, 1º Ofício, p. 44), também pais do Capitão Joaquim de Mello Carramanhos, casado pela

[63] Era casado com Benedicta do Amaral Vieira, - "Benedicta Donga" - filha de Manoel Soares do Nascimento - "Donga" - , com quem teve os filhos: Benedicta – "Filhinha" - (30/10/1927), Graciete (1929), Perolina (07/11/1936), José (21/06/1937), Helena (04/12/1939), Albertino (25/09/1940), Clementina (23/11/1941), Paulo (16/01/1942) e Mário Telmo (18/10/1945) foi irmão de N.S. dos Remédios (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1884, 42v), juntamente com seus outros irmãos: Luiz José Vieira Ramos - "Lulu" - e João José Vieira. Entrou para a Irmandade de Santa Rita em 1929 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1913-1950, p. 24). Era também irmão de São Roque (O PHAROL, 1912, Nº 38, p.3). Luiz José Vieira Ramos era também Irmão de N.S. dos Remédios (ANEXO 14).

[64] Entrou para a Irmandade de N. S. dos Remédios em 1886 (LIVRO DE ASSENTO DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1886-1913, p.11 e 80).

[65] Entrou para o Apostolado da Oração juntamente com sua irmã Isabel Cândida Vieira em 1924 e para a Irmandade de N.S. das Dores em 1930. Suas duas filhas Benedicta Vieira de Mello e Souza - "Filhinha" - e Áurea Vieira de Mello e Souza – "Aurinha" - entraram para o Apostolado da Oração a primeira em 03 de julho de 1930 e a segunda em 05 de junho de 1936.

primeira vez com Francisca Ignacia Mello Carramanhos, com quem teve os filhos Maria da Conceição, Manoel, Magdalena e Benedicto de Mello Carramanhos.

Fig. 58: Diploma de José Vieira Ramos
Século XX - 1929

Fig. 59: Rótulo de aguardente da Fazenda da Olaria

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Devemos destacar que na Zona Centro, no sertão do Curralinho, também existiu o engenho de propriedade de Joaquim Carvalho de Alvarenga e Dª Maria “Theodora” do Espírito Santo e Maria Luiza Pires, com engenho de almanjarra. Essas terras foram vendidas a João Facundo Netto[66] em 1896, conforme se verifica no documento apresentado a registro:

> uma situação de terras denominada “Catiferro” – Curralinho primeiro distrito, adquirida por João Facundo Netto, de Joaquim Carvalho de Alvarenga, Maria Theodora do Espírito Santo, Maria Luiza Pires, pela quantia de trezentos mil réis – 300$000 (LIVRO 3-C, ORDEM 652, 1940, p. 4v a 5).

Ainda na Zona Sul, nessas proximidades, na vertente voltada para o Rio dos Meros, estava o Engenho de almanjarra que pertenceu ao Alferes Quintino de Oliveira e Souza[67],

[66] Entrou para a Irmandade de N. S. dos Remédios em 1895 (LIVRO DE ASSENTO DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1886-1913, p.76), Irmandade de São Roque em 10 de setembro de 1911 (O PHAROL, 1911, Nº 48, p.1). Seu primeiro filho Jovino de Aquino Netto casou-se em 27 de dezembro de 1916 com a filha de João Pereira da Silva (-1894) e Jezuína Maria do Espírito Santo (1849 – 12/04/1902), chamada Maria Hermogênia Pereira da Silva Netto. Jezuína era possivelmente irmã e o parente de Maria Theodora do Espírito Santo, Maria Souza do Espírito Santo, Manoella Francisca do Espírito Santo, Delphina Maria do Espírito Santo, Emília Maria do Espírito Santo, Maria Francisca do Espírito Santo, Raquel Maria do Espírito Santo, Anna Maria do Espírito Santo, Joaquina Maria do Espírito Santo, Mário do Espírito Santo Rosário, Maria da Luz do Espírito Santo e Laurentina Maria do Espírito Santo, esses dez últimos eram irmãos da Irmandade de Santa Rita (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1852 a 1910 e 1913 a 1950, p. 11, 16v, 22v, 25, 54v, 56v e p.2, 24 e 31).

[67] Foi Irmão (1867-1894) Tesoureiro (1883) da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty. (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 100v, 104v, 105, 105v, 133v, 134, 134v,135, 156v e 157), Irmão da Irmandade de N. S. do Rosário e festeiro em 1855 (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA, 1827-1881, p. 95v), Irmão de Santa Rita, em 1842 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1852-1910, p. 10v).

casado com Maria Feliciana da Conceição, que o deixou como herança na partilha de seus bens para a filha Leopoldina Maria de Oliveira e Souza[68], assim descrito:

> Um sítio no lugar denominado São Francisco no morro do Rio dos Meros com 100 braças de terras de testada na Chapada do Morro com terras que foram do (ilegível) Firmo de Assis e Caminho Velho, dividindo de um lado com Mariana de Barros e Damiana Maria da Conceição e do outro com terras de Francisco de Barros Moreira, com casa de vivenda coberta de telhas. Uma situação com casas para vivenda e para engenho coberto de telha, engenho para fabrico de aguardente, constando alambique, moenda e bolandeira movida por animais no mesmo lugar ou sítio, fazendo testada com terras de Joaquim Lopes dividindo de um lado do nascente com terras deste inventário e do lado do poente com terras de Theresa Moura e Ricardo Ribeiro Netto[69], fundos a Cachoeira da Catituba. Comprada a Antônio de Barros de Abreu 12 de março 1899 (ARQUIVO DO TRIBUNAL DA JUSTIÇA RJ, INVENTÁRIOS CAIXA 888).

A região de Paraty-Mirim, localizada na Zona Sul do Município de Paraty, também era povoada de engenhos de açúcar, aguardente e fazendas de café. Ainda são visíveis

---

[68] Consta no inventário do Alferes Quintino de Oliveira e Souza, (/ /1810 - 03/03/1899) filho de Francisco Manoel de Souza e Verônica Francisca de Oliveira, casado com Maria Feliciana da Conceição (/ /1820-02/07/1889), seus herdeiros: Antonio de Oliveira e Souza, Leopoldina Maria de Oliveira e Souza (14/02/1848 -), América Maria de Oliveira, Verônica Francisca de Oliveira e Manoel José de Oliveira e Souza. A herdeira Leopoldina Maria de Oliveira e Souza, casou-se com Agostinho Ribeiro Netto (26/04/1840 - 06/04/1898), filho de José Ribeiro Netto e Claudina Maria de Jesus, tiveram os filhos: João Facundo Netto, - "João Agostinho" - (12/06/1866-27/02/1940), casado em 19/01/1890 com Eponina Rosa de Oliveira (28/09/1876 – 20/03/1958); Coletha Maria de Jesus (1870) casada com Manoel Pereira de Barros; Leopoldina Maria de Jesus (20/03/1875 - 1940) casada com Silvino Ferreira Soares; Manoel de Oliveira Netto (1878) casado com Francelina Ignacia da Silva (02/02/1901); Flósculo de Oliveira Netto (02/02/1883-1940) casado com Benedicta Zepherina de Andrade; Juvêncio de Oliveira Netto (19/09/1890) casado em 22/02/1913 com Maria Eulália de Almeida Peixoto (24/09__ - 12/01/1921) filha do Tenente Antonio Joaquim d'Almeida Peixoto. Além das sortes de terras, consta a descrição da casa de Agostinho Netto, "[...] com 2 portas e 2 janellas de frente com vinte e seis palmos de frente e 25 de fundos, com duas salas, 2 quartos e cozinha edificada sobre esteios (ARQUIVO DO TRIBUNAL DA JUSTIÇA - RJ). No Livro de Registro de Óbitos do 1º Distrito de Paz de Paraty, chama atenção o registro de falecimento de seu escravo José em 31/01/1852 "[...] Me foi dito que hoje as cinco horas da manhã, lugar denominado Registro Velho falleceu um seu escravo de nome José de nação, idade quarenta annos, solteiro, morreu de ataque apoplético, e faço este termo que assignou com as testemunhas Padre João Bernardo Martins, e João Luis Vieira Lima. Eu Joaquim Gomes Vieira, que escrevi e assigno. Joaquim Gomes Vieira, Jozé Ribrº Netto, P.eJoão Bernardo Martins, João Luiz Vieira Lima. (REGISTRO DE ÓBITOS, 1852, p.7) Ao que tudo indica, a documentação acima faz referência a presença e estabelecimento de duas famílias nas localidades do Sertão do Curralinho e Rio dos Meros, "OLIVEIRA E SOUZA" e "RIBEIRO NETTO", que ainda mantém as propriedades pelos seus membros remanescentes. Agostinho Netto também possuía na cidade uma casa à Rua Capitão Epiphânio Nº 31 e Nºs 100, 104, 106 e 108. Quintino de Oliveira e Souza, um prédio à Rua Tenente Francisco Antonio Nº 30.

[69] Irmão da Irmandade de N. S. do Rosário, foi Juiz Festeiro da Festa de N.S. do Rosário no ano de 1895 (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA, 1850-1904, p. 42v e 43). Filho de Elisiário José Ribeiro Netto e Maria Euphrasia Rosa de Oliveira, possivelmente irmã de Eponina Rosa de Oliveira Netto, Etelvina Rosa de Oliveira, (LIVRO DE BATISMO, 1883, Nº 10, 03/01/1883, p.56) e de Luíza Rosa de Oliveira; foi casado com Leonor Angélica de Toledo, natural de Cunha, tiveram os filhos: Benedicta (27/02/1891 -), Catharina (30/04/1893-) e José (17/08/1896 -); era irmão de José Ribeiro Netto casado com Claudina Maria de Jesus teve o filho: Agostinho Ribeiro Netto casado com Leopoldina Maria Oliveira e Souza, tiveram os filhos já mencionados acima. São também seus irmãos: Antonio Ribeiro Netto (LIVRO DE BATISMO, 1893, p. 49v) casado com Maria Souza do Espírito Santo, possivelmente irmã de Jesuína Maria do Espírito Santo e de Maria Theodora do Espírio Santo, possuidora de uma sorte de terras na propriedade agrícola denominada Catiferro; João Ribeiro Netto (1856 -), casado com Maria Rita de Araújo Toledo tiveram os filhos: Benedito (12/02/1892-), Cândido e Cândida, "gêmeos" (06/02/1894 -), Maria (25/03/1896 -), Luminata (09/12/1900 -), Manoel (04/04/1901 -), Castorina (18/10/1902 -); Elizeo Ribeiro Netto, casado com Theresa Maria de Jesus, pais de Clemencia Maria da Conceição; Benedicto Ribeiro Netto casado com Diva de Oliveira Netto e Manoel Ribeiro Netto.

os vestígios desses engenhos: um deles, no local denominado *morro dos índios*, era destinado à produção de açúcar - deste local o arquiteto do IPHAN, Dr. Edgard Jacintho da Silva, retirou as duas tachas que serviam para cozimento do caldo, como já foi mencionado, e tendo em vista medidas de proteção, transferiu-as para o Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty. A construção ao que tudo indica ocupava a encosta do morro, e hoje só restam as ruínas. A documentação aponta para a sesmaria doada ao Coronel Jorge Pedroso de Souza[70], em 1743, em Paraty-Mirim, que possuía engenho de açúcar, sendo inclusive fácil o transporte do produto pelo mar, devido à existência de ancoradouro.

> Em 1771, Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel querendo provar em juízo que, por herança materna era dele e de sua irmã, Mariana, a sesmaria doada a seu padrasto e pai, Coronel Jorge Pedroso de Souza, em 1743, em Paratimirim, fez longa petição ao Senado da Câmara juntando registros e títulos que possuía de modo a provar o que alegava. Nessas terras, Salvador tinha além de uma grande fazenda com lavoura e criação, um engenho de açúcar e, na costa, um excelente ancoradouro. A sesmaria em tela tinha "mais de meia légua de testada pela costa do mar com seu sertão até a serra, começando no rio Paratimirim correndo para Mamagoá com o dito sertão até a serra com suas águas vertentes para todos os lados e partes" (GURGEL E AMARAL, 1973, p. 34).

Já próximo à antiga Vila de Paraty-Mirim localizava-se outro engenho, possivelmente do mesmo proprietário. Em 1853 estava como proprietário da Fazenda de Paraty-Mirim Manoel José de Souza[71], que na ocasião tratou de dar andamento à ereção do templo dedicado a Nossa Senhora da Conceição, para servir de Matriz aos habitantes da Freguesia de Mamanguá. A opinião pública apontava a Fazenda de Paraty Mirim como

> ponto mais próprio para sua sede,[...] por sua posição vantajosa,[...] seu Templo e mais edifícios, dá de pronto socorro espiritual a todos aqueles povos, offerece o Templo que na sua Fazenda possue, [...] uma propriedade de casas para escola pública, que fique pertencente à Província e outra para o Vigário e igualmente será propriedade Provincial (SOUZA, 1853, p.1).

Em 1859 foi dirigido Ofício a Dona Thereza Maria de Jesus e Souza (1806 – 03/05/1884), na ocasião proprietária da Fazenda do Paraty-Mirim, relatando a urgente necessidade de cercar o cemitério da Freguesia, onde a Câmara pede "[...] a V.S[a]. para

---

[70] Jorge Pedroso de Souza, homem de recursos e influência junto aos Vice-Reis, português de Lisboa, "homem de luz e de fôrça de vontade", foi o segundo marido de D. Marcelina do Amaral Gurgel, filha do Capitão-Mor Francisco do Amaral Gurgel, que tinha de seu primeiro marido, o Cel. Lourenço de Carvalho e Cunha, dois filhos, Francisco e Salvador, ambos menores quando do segundo consórcio. Após atingirem a maioridade, os filhos de D. Marcelina acima mencionados propuseram em Juízo uma ação executiva contra o padrasto por se ter apropriado do que lhes deixara o pai. Falecendo antes de terminado o pleito judicial, Jorge Pedroso de Souza deixou à única filha de seu casamento com D. Marcelina, Mariana de Souza Vasconcelos Amaral Gurgel (nome do pai e da mãe) e à viúva bens que foram suficientes para pagar o que devia aos enteados (GURGEL E AMARAL, 1973, p.30).

[71] Foi Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty em 1857 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 80v,81).

mandar cortar em sua Fazda. as varas e mourões que forem percizos, pelo mto. agradecerá a V.Sª. Ds. Ge. a V.Sª. Paço da Camª. Mal. em 22 de Otbrº. De 1859 (LIVRO DE REGISTROS DE OFÍCIOS, IHAP, 1859, p. 92 e 92v).

Na região de Itatinga, devemos destacar a presença da Fazenda que pertenceu a Gabriel Archanjo Lopes de Alvarenga[72], também conhecido como - “Bié do Carmo” -; filho de José do Carmo Lopes de Alvarenga, irmão da Irmandade de Santa Rita em 1881 (LIVRO DE ENTRADA, 1852 a 1910, p.48v) e que, na década de 1970, foi adquirida por José Kleber Martins Cruz. Esta Fazenda teve uma implantação diferente das que conhecemos em nossos estudos, com fachada principal para a foz do Rio dos Meros, que recebe nas cheias a água do mar, facilitando o transporte das safras.

O aproveitamento de uma encosta proporcionou um porão bem alto e a lateral esquerda resultou em grande paredão cego, possivelmente para proteger a face voltada para a cachoeira do Rio Turvo e suas cheias, uma vez que esse acesso de serviços era feito pelos tropeiros e animais no transporte da cana, atravessando a laje de pedra. A cobertura é em quatro águas; há uma puxada em duas águas para cobrir o engenho, tocado a água através de grande roda, onde são visíveis os pilares de sustentação para os bicames e o feridor, que avança por cima do telhado. Junto à fachada lateral foi acrescida uma meia água para ampliar os suportes do engenho.

Fig. 60: Fachada principal da Fazenda Itatinga

Fonte: Frederic de Limburg Stirum

Fig. 61: Fachada lateral da Fazenda Itatinga

Fonte: Marco Antonio Gama Correa

A fachada principal possui no pavimento inferior para o porão três portas em verga reta, sendo a central mais larga. Quando examinamos esse ambiente verificamos que houve inicialmente uma escada interna por onde se chegava ao sobrado, em sua parte social. Sua fachada principal integra seis janelas e a lateral esquerda, cinco; e duas portas, sendo uma da cozinha; na lateral direita há quatro janelas. Seus ambientes internos

[72] Era casado com Eugênia de Alvarenga; passou a Fazenda a seu filho João Raineiro de Alvarenga, casado com Olímpia de Alvarenga. Ficou conhecido como - “João da Itatinga” -.

apresentam uma sala de visitas, sala comercial com recuo em forma de nicho para o oratório, quarto para visitantes e tropeiros e corredor central para onde se abrem os quartos. Nesta fazenda não identificamos o espaço da sala de jantar.

Fig. 62: Fazenda Itatinga - Sala de Visitas com recuo na parede para o oratório

Fonte: Marco Antonio Gama Correa

Figs. 63 e 64: Rótulos de Aguardente da Fazenda Itatinga

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

A região de Itatinga, através da Foz do Rio dos Meros, é acesso para o mar passando pela localidade de Barreiros, Funil e Fundão - onde estava localizado o engenho de Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa[73], conhecido como - "Peroca" -, casado com Domingas Ayres Corrêa. Este engenho, com a residência a meia encosta, possuía a cobertura em telhado de copiar, onde, junto à fachada lateral esquerda, estava situado o engenho com a roda d'água. A casa de morada era térrea, sobre alicerce alto com uma porta central ladeada por uma janela de cada lado, quatro janelas no lado direito e duas no esquerdo; à direita estava a sala de visitas, seguida do quarto do casal; no centro, um

[73] Entrou para a Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1923 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, IRMANDADE DO SANTISSIMO, 1892 a 1957). Entrou para a Irmandade de N. S. dos Remédios em 1923 (RECIBO DE ANUIDADE,1923, DA). Entrou para a Irmandade de São Miguel e Almas em 1914 (RECIBO DE ANUIDADE, 1919 DA). Entrou para a Irmandade de Santa Rita em 1942 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1913-1950, p. 69). Irmão de São Pedro de Alcântara, em 1929. Era também proprietário de sobrado à Travessa de Santa Rita Nº 20. Filho de Domingos Feliciano Corrêa e Maria Theresa de Alvarenga Corrêa, proprietário de sobrado à Rua Dr. Pereira Nº 25, Pedro Erasmo era irmão de Maria Emília Corrêa de Mello, - "Santa" -, Geralda Corrêa da Cruz - "Tia Geralda" -, Auta de Alvarenga Corrêa - "Pequenina" -, Sabina de Alvarenga Corrêa - "Vida" -, Maria Corrêa Coelho - "Nenzinha" -, Benedicta Corrêa Pinto da Fonseca - "Filhinha" -, Delgrácia Corrêa Borges, João Theófilo de Alvarenga Corrêa e Domingos de Alvarenga Corrêa. O casal Pedro (02/06/1888-28/07/1964) e Domingas (12/08/1895-29/05/1981) teve os filhos: Secundino de Alvarenga Corrêa (21/05/1917-23/03/1979), Sylvia Corrêa Gibrail (13/11/1918-31/12/2018), Maria Irmina Corrêa de Mello (24/11/1920-10/09/2014), Pedrina Corrêa Albino Moreira (31/01/1922-13/09/2000), Maria Amália Corrêa Gibrail (28/06/1923-06/11/2004), Domingas Corrêa dos Reis - "Doninha" - (02/11/1924-29/05/2007), Célia Corrêa Stanisce (11/06/1926-26/11/2009), Pedro Octávio de Alvarenga Corrêa - "Pedro Peroca" - (20/11/1927-30/03/2007), Anna Zitha de Alvarenga Corrêa – "Zitha" - (26/04/1929-09/05/1991), Irene Lioba Corrêa Cavalcante (28/09/1930-11/01/1986), Antonio Edson de Alvarenga Corrêa (1932-26/04/1937), Nancy de Alvarenga Perrone (20/02/1935-20/03/2010) e Maria Thereza Corrêa Ermlich (01/09/1937).

pequeno corredor; e à esquerda, dois quartos das mulheres. A sala de jantar ocupava todo o espaço de fundos, com uma despensa. Possuía no entorno pequenas construções para casa de farinha, galinheiro e escola. Conforme as cheias da maré as águas do mar chegavam abaixo do terreiro e nas imediações do engenho, facilitando o embarque de aguardente também pelo mar.

Destaque-se que, distante do mar, em direção à Freguesia de N.S. da Conceição de Paraty-Mirim, estava localizada a “Fazenda Pedras Azues”, construção a meia encosta assente sobre muro em pedras secas, a qual, como já dissemos acima, serviu de modelo e tipologia que se disseminou para vários exemplares no Município de Paraty. Esta Fazenda pertenceu ao Dr. Alfredo Sertã (O PRÉLIO, Nº 12, 1917, p. 3); este possuiu ainda na mesma Freguesia, próxima ao limite com Estado de São Paulo, a Fazenda das Laranjeiras, de propriedade do Dr. Luis Gomes Pereira, Secretário do Governo da Província do Rio de Janeiro, posta à venda em 1873 - conforme registro do Secretário da Câmara de Paraty, Hermenegildo José d’Almeida Peixoto (LIVRO DE REGISTROS DE OFÍCIOS, IHAP, 1873, p. 77 e 77v).

Fig. 65: Fazenda e Engenho do Fundão

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde - IPHAN – Paraty

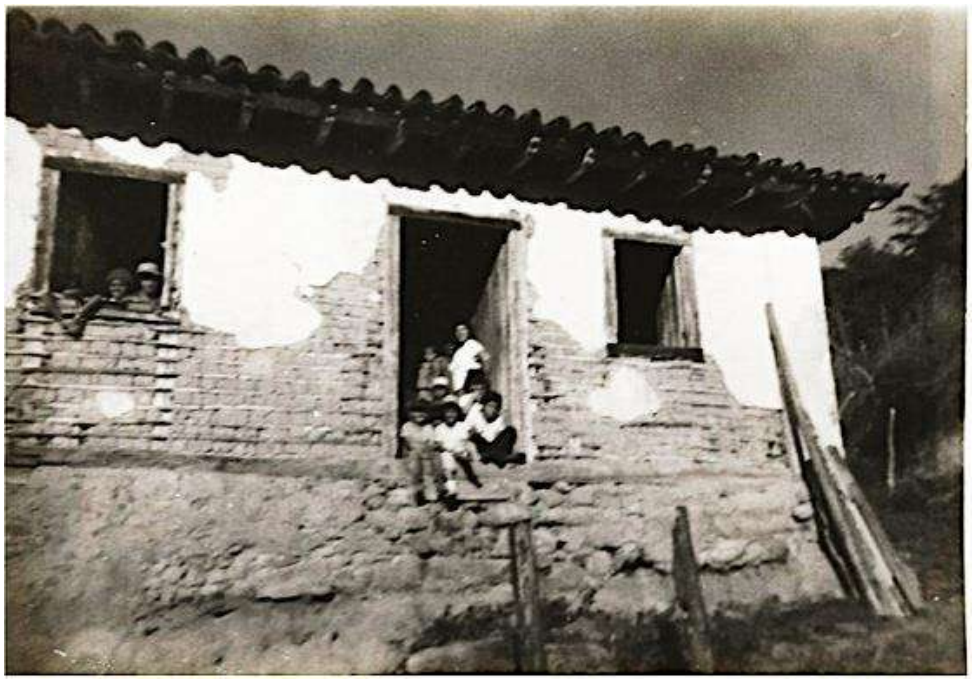
Figs. 66, 67 e 68: Rótulos de aguardente da Fazenda do Fundão

Fonte: Júlio Cezar Neto Dantas

Ao adentrar o Rio dos Meros, na área cuja divisão geográfica são os rios que vêm da cachoeira da Catituba e o Rio dos Meros, estavam os engenhos que pertenceram a Barnabé Ramos de Oliveira e Amando de Souza Magalhães, em cujas proximidades ainda se encontram os vestígios de uma Capela de “Santa Cruz”, cuja denominação ficou conhecida como Santa Cruz do - “Juca do Amando” - (José Costa Magalhães, filho de Amando de Sousa Magalhães e Maria das Dores Costa de Magalhães), e de que falaremos adiante. Os engenhos mencionados acima eram construções também a meia encosta, assobradadas, com vergas de portas e janelas em arco abatido, com terreiros na frente e lateral e engenho d’água.

Ainda na Zona Centro - em sua área plana - estava o engenho que pertenceu a João Eloy de Souza Magalhães. Este engenho também fez uso da meia encosta, foi erguido sobre muros de pedras em argamassa, com quatro pilares de sustentação e cobertura de quatro águas, com puxada para abrigar o maquinário do engenho, sendo este de almanjarra. Fato interessante neste conjunto era a inexistência de porão: foi construído sobre embasamento e muro de pedras, como nos Registros de Fiscalização dos antigos caminhos do período colonial. O interior possuía em um ângulo da fachada lateral esquerda a sala de visitas e, em sequência, os quartos e a sala de jantar; todas as portas e janelas eram em verga reta e a parte social era acessada por uma escada em pedras junto à fachada principal.

Fig. 69: Fazenda de João Eloy de Souza Magalhães



Fonte: Marco Antonio de Oliveira

Há registro no livro de Atas da Irmandade de Santa Rita de Paraty, entre as Missas para repouso (sufrágio) da alma do finado irmão benfeitor Felicíssimo José Alves Vieira[74] em 1913, de que este, ao falecer, deixa em seu testamento, como legado para a Irmandade de Santa Rita de Paraty, sua fazenda na localidade de Rio dos Meros - com casa, engenho, bens móveis e imóveis[75], conforme transcrevemos a seguir:

> Aos vinte e seis dias do Mez de Abril de 1913, as dez horas da manhã no consistório da Capella de Santa Rita, desta Cidade de Paraty, reunida a Irmandade da Meza Administrativa da Gloriosa Santa Rita, composta do Provedor Geral das Irmandades, Padre Elio Bernardo Pires, Provedor da Irmandade Hylario Pereira da Silva, Thezomiro Candido José Medeiros Coelho [...] a fim de deliberar sobre os interesses da mesma irmandade em motivo de ter o finado Felicíssimo José Alves Vieira, deixado em seu testamento um legado constando de sua fazenda onde o mesmo rezidia deixando para essa Irmandade, cujo testamento foi aberto por este Juízo, onde se está procedendo o respectivo inventário já tendo-se procedido o calculo da mesma. Pelo dito Provedor foi declarado em meza que era de urgente necessidade que a Irmandade deveria constituir um procurador para defender todos os direitos da mesma, visto não poder os irmãos tractar desse direito; e foi mais dito pelo mesmo Provedor que o procurador que a irmandade deveria constituir no seu parecer devia ser o Dr. Samuel Nestor Madruga Costa com poderes especiais para este fim, o qual foi aprovado pelos ditos irmãos, por unanimidade de votos e em seguida foi deliberado que imediactamente se passasse a procuração ao dito advogado para esse fim. E por nada mais de ser tratar por encerrada a sessão lavrando-se de tudo a presente acta que vai por todos assignada com o Provedor Geral das Irmandades. Eu José Miguel da Silva Pires, Secretário o escrevi e assigno. O Vigário-Elio Bernardo Pires. - Hilario Pereira da Silva - Gabriel Gomes Calixto (LIVRO DE ATAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1909 – 1951, p. 21 e 22).

Na ata da sessão ordinária de 29 de março de 1917, face à dificuldade orçamentária da Irmandade, que não possuía recursos para entrar na posse do legado, necessitando na época da importância de “400$946” a ser paga à Coletoria Estadual; e tendo em vista que os móveis e imóveis que constituíam o referido legado estavam entrando em processo de deterioração, foi submetida à apreciação da mesa a sua venda para pagamento dos impostos. O valor deveria ser escriturado na receita de conta da Irmandade. Em 1920 o referido imóvel foi vendido ao Sr. João de Souza Magalhães.

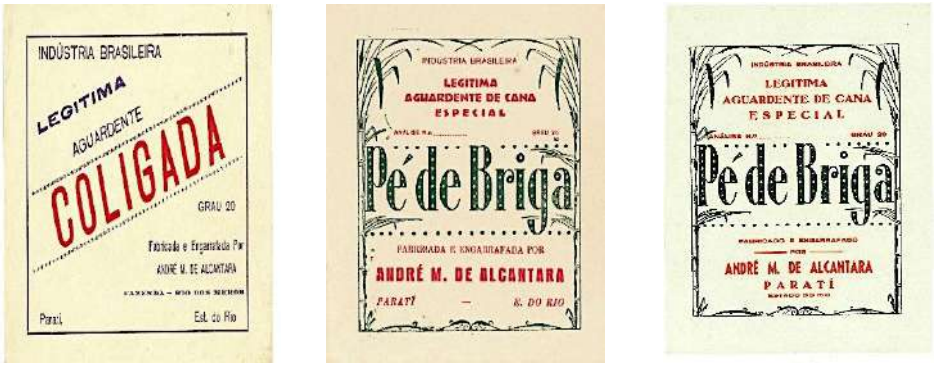
---

[74] Irmão da Irmandade de Santa Rita, esteve atuante na Irmandade até 1913, quando é aberto seu testamento (LIVRO DE ATAS, 1909 – 1951, p. 21 e 22). Foi Irmão da Irmandade de N.S. dos Remédios, (LIVRO DE ASSENTO, 1886, p. 72) e de N. S. do Rosário em 1894 (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA, 1850-1904, p.41 e 41v). Teve uma filha natural de nome Rita Maria de Jesus (1869-30/06/1909) e os relatos do triste episódio de sua morte vem atestar a residência em sua Fazenda no Rio dos Meros, assim narrada: de 40 annos de idade, viúva e filha natural do Sr. Felicíssimo José Alves Vieira, lavrador, residente no Rio dos Meros, deste Município, em cuja companhia vivia, achava se no dia 29 de Maio, a noite, costurando a luz de um lampeão de kerozene, quando por um accaso elle virou derramendo-se-lhe o líquido nas vestes e incendiando-as com rapidez espantosa. Aos gritos da infeliz acudiram as pessoas da família, quando, porém, ella já se achava horrivelmente queimada, vindo a fallecer no dia 30 ás 6 horas da manhã (O PHAROL, 1909, Nº 42, p.1).

[75] Livro de Atas da Irmandade de Santa Rita, datado de 1909–1951, às p. 21 e 22; e Registro de Imóveis (anexo nº. 12): Livro nº 3-fls. 09-ordem 09/Livro nº 3, fls. 24- ordem 102/Livro 3–A–Fls. 56 v/57, ordem 211, em data de 04 de dezembro de 1931.

A **Fazenda Rio dos Meros**, anteriormente de propriedade de Anibal Gama, Chrispim Raphael de Alcântara e André Monge de Alcântara, construção assente em meia encosta com telhado em duas águas, tinha o engenho à esquerda abrigado por um prolongamento dos telhados da fachada principal e de fundos. A roda primitiva era de madeira; a roda atual, de ferro, é de procedência inglesa. A parte assobradada teve um acréscimo em meia água que permitiu a ampliação do porão. Os vãos do engenho na parte original eram compostos de duas portas geminadas, ladeadas por uma janela de cada lado em verga curva e as do sobrado, correspondentes às duas salas de visitas e jantar, sendo os quartos localizados na parte posterior das salas. O acesso ao sobrado é feito por escada em pedra na fachada lateral do oitão. A rampa em pedras na parte posterior foi aterrada por corte inadequado no morro, atrás da fachada de fundos da construção. Infelizmente o proprietário atual deixou o prédio vir a estado de ruínas.

Figs. 70, 71 e 72: Rótulos de Aguardente do Engenho e Fazenda Rio dos Meros



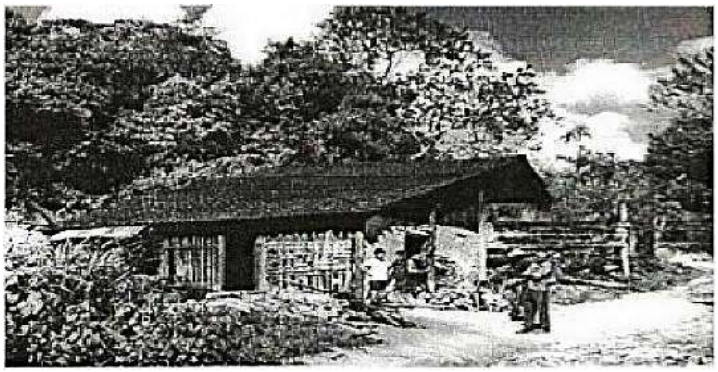
Fonte: Acervo Júlio Cezar Neto Dantas

Fig. 73: Fazenda Rio dos Meros

Fonte: Acervo Júlio Cezar Neto Dantas

Outra propriedade importante nesse contexto é a **Fazenda do Corisco**, que pertenceu ao Cônego Joaquim Mariano do Amaral Campos, a José Theophilo da Costa Moreira e a Werneck Aquino de Barros, casado com Fabíola da Silva Barros. Em meados do século XX, a sede já havia perdido uma parte de sua volumetria, restando somente um ângulo da construção correspondente à sala de visitas e duas alcovas, sendo esta assoalhada único remanescente da construção original. O prédio foi construído isolado, coberto com telha canal, todas as portas e janelas em verga reta e as folhas destas em almofada lisa. O engenho d'água foi construído distante da residência, talvez pela proximidade do deslocamento de água, embora de pequenas dimensões, e ainda produz a aguardente denominada "Corisco", estando parte da fazenda que restou e o engenho isolado.

Fig. 74: Fazenda Corisco



Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Figs. 75 e 76: Rótulos de Aguardente da Fazenda do Corisco

Fonte: Júlio Cezar Neto Dantas

O Arquiteto Edgard Jacintho da Silva documentou um detalhe da sala de visitas da Fazenda do Corisco, onde vemos um exemplar de cômoda ainda do século XVIII, que aponta para o tipo de mobiliário que guarnecia essas residências da zona rural de Paraty - e conforme se verifica nas Avaliações do Inventário datado de 18 de maio de 1789, em Paraty, aparecem na lista de Bens Móveis de Clara da Sylva Rangel:

> Quatro enchadas, tres enchadas, três machados, três foices, uma foice, uma caixa velha, uma caixa velha, um oratório com suas Imagens, um bufete velho, sete tamboretes de pau, um banco velho, um bofete, uma caixa com fexadura, outra caixa sem feixadura, um catre velho, um caixão velho com feixadura, uma roda com prença, um banco de encosto, um carro ainda em bom uso, outro carro velho, três cangalhas (ARQUIVO NACIONAL, 1789, p. 426, 427, 428).

Faz menção o inventário descrito acima à presença do "caixão com fechadura", denominação dada ao arcaz da sacristia das igrejas no período colonial e também às cômodas maiores dos engenhos e fazendas.

Fig. 77: Cômoda da Fazenda Corisco

Fig. 78: Engenho da Fazenda Corisco

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Há que se registrar também a presença de vários outros Engenhos e Fazendas que conseguimos levantar através da documentação original, da tradição oral e dos locais onde foi possível identificar os vestígios dessas construções, embora alguns apareçam somente com a denominação do local e de seus proprietários, como consta no Almanak de Laemmert, em "Fazendas de Assucar e Aguardente no Município de Paraty"[76]. Isto nos

[76] Entre eles estão: José Joaquim Pacheco, foi Irmão da Irmandade de N.S. dos Remédios e Santíssimo Sacramento em 1834 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 9 e 9v), casado com Aguida Vicencia de Vasconcellos (LIVRO Nº11, 1814, p. 11v), pais de Francisco Corrêa Dantas, casado com Marianna Alvarenga da Silva Barros (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 3, 1873, p. 44v); Roque José da Silva, (16/08/1777-22/12/1860) casado com Andreza Maria de São José, pais de Geralda Maria da Silva (1807- 20/02/1890); Foi Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty, em 1835 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 13v); Manoel Gonçalves Valladão (-1864) era filho de Vicente Coelho Valadão (-1836) e Ana (ilegível) Lourenço de Barros Moreira, era natural da Ilha Terceira, Bispado de Angra, em Portugal, casado com Francisca Maria da Silva Barros (Beata Angélica) natural desta cidade (LIVRO DE CASAMENTOS, Nº 1, 02/05/1819, p. 37) Irmão do Santíssimo Sacramento de Paraty em 1832 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 -1955, p.4) Irmão da Irmandade de N.S. do Rosário em 1820 (LIVRO DE ENTRADA, 1820, p. 36v); Vicente Coelho Valladão foi Irmão (1840-1852) e Provedor (1840-1841) da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p.29, 29v, 30v); Irmão da Irmandade de N.S. do Rosário em 1806 (LIVRO DE ENTRADA, 1806, p.7v); Angelo Maria Coupê foi Irmão, (1842-1864), Tesoureiro (1843-1844), e Escrivão (1853), da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 42); José Luiz Campos do Amaral foi Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty, em 1845 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 48, 48v, 49); João Teixeira da Silva Lemos, foi Provedor, (1875) Irmão e Escrivão (1885), da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty. (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 119v,120), Irmão da Irmandade de N.S dos Remédios (LIVRO DE ASSENTO DOS IRMÃOS, 1886, p.5v), Juiz da Festa de N.S. do Rosário em 1859, tinha um escravo de nome Raphael. Em 1865 aparece com loja de "Fazendas e Ferragens" na Rua do Mercado Nº 25 (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p.123). Em 1882 aparece

leva a crer, como mencionamos acima, na forte presença desses senhores de engenho, alguns deles de procedência açoriana, atuando em uma das mais importantes Irmandades Religiosas da Vila.

A produção de açúcar e aguardente deu prosperidade à antiga vila, levando à permanência de uma tipologia de arquitetura rural onde possivelmente há traços de diferentes regiões portuguesas e também das ilhas açorianas, em especial das ilhas Terceira e São Jorge; nelas, os exemplares de construções rurais em terrenos acidentados permitem o uso das escadas em pedra e guarda-corpo de alvenaria acostados à fachada lateral, e o uso dos porões para abrigar os equipamentos agrícolas de animais e as colheitas. Não há na iconografia exemplo de construção de engenho com capelas externas: todos os registros de capelas são no interior das sedes.

É possível que esses exemplares fossem readaptados no Brasil e sua assimilação resultou em um padrão que em certos casos adquiriu proporções avantajadas, como é o caso do Engenho em Martim de Sá, na costa de Paraty, pertencente a Jerônimo da Costa Pombo[77]. Os engenhos deste padrão, entre outros, utilizavam-se também dos rios, conforme mencionou Samuel Costa:

> Nas ilhas do Algodão e Araújo havia engenhos de aguardente, e assim na Boa Vista, Ribeirinho, Rangel, Faria, Mamanguá e outras paragens hoje quase desabitadas. - No Corisco, Bananal, Pedrarias e litoral Sul, por exemplo, encontram-se numerosos vestígios de pequenas fábricas de aguardente desses tempos. Um dos engenhos que produzia mais açúcar era o do Espólio do finado Miguel Dias Freire da Matta, falecido em 1820, no Rio de Janeiro que ultimamente pertencia à Companhia Agrícola Industrial Fluminense (1892), de triste memória, e, depois de Manoel da Silva Leitão, que demoliu as sólidas e vastas edificações. A exportação da fazenda fazia-se também pelo rio Pereque-Assu que por ela passava com o leito mais fundo nesse tempo. (MF) tempo (A RAZÃO, 1922, Nº 22, p. 1 a 3).

A costa de Paraty em direção do “mar alto”, “ilhas da baía” e da “barra”, conforme relatou Samuel Costa, também foi muito povoada de engenhos. Entre eles estava o **Engenho D’água**, na localidade de Jurumirim, que teve como proprietários Gregório Alves, Valladão, Hipólito Sampaio e Luiz José Gonçalves - este último irmão de Julia

com loja de “Fazenda e objectos de armarinho” (TABELA DE CASA DE NEGÓCIOS, OFICINAS, BOTEQUINS E BILHARES, 1882, IHAP, DA). Em sua lápide tumular de mármore de carrara existente sob o trono do retábulo-mor da igreja Matriz de N.S. dos Remédios, está a inscrição "AQUI JAZEM os restos mortaes de João Teixeira da Silva Lemos, nascido em 1827 na cidade do Porto e fallecido em 28 de janeiro de 1904 nesta cidade”; Seven Avliz foi Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty em 1864 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 96v).

[77] Foi Irmão (1867-1894) Tesoureiro (1883) da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty. (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 104v, 105, 134, 156v, 157). Entrou para a Irmandade de N. S. dos Remédios em 1886 (LIVRO DE ASSENTO DOS IRMÃOS, 1886 - 1913, p.10) e para a Irmandade de N. S. do Rosário em 18 de abril de 1864 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃO DA IRMANDADE DE N.S. DO ROSÁRIO, 1827-1881, p.114).

Cândida Vieira, casado com Clara da Gama Gonçalves[78]. O engenho era separado da residência, na tipologia do chamado Engenho Real ou Engenho D'água que lhe deu o nome; e destacava-se na paisagem de quem olha do mar pela imensa roda d'água em ferro e pela casa térrea assente em embasamento de pedra, elevado, com cobertura em quatro águas, janela e portas com vergas retas possuindo nas extremidades os pilares de pedras, cunhal revestido de argamassa com a parte superior e inferior formando desenhos sinuosos pintados de ocre. Um dos últimos administradores dessa fazenda foi o casal Ormindo M. Brasil e Henriqueta Gonçalves Honorato, cujas filhas ainda residem no local.

Figs. 79, 80 e 81: Rótulos de Aguardente da Fazenda Engenho D'Água

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Para o contexto relatado acima muito se contou com a mão de obra escrava, desde o plantio até a produção do açúcar e da aguardente; e ainda com a adoção de novos produtos como o café, no século XIX, que também proporcionou em alguns casos a conjugação de ambas as lavouras. Mesmo após a decadência desses ofícios, os remanescentes de algumas famílias persistiram em sua permanência nas terras até que fosse concretizada a especulação imobiliária, pois nesses locais também eram realizadas as festas, rezas e ladainhas dos santos populares, como falaremos adiante. A persistência dessas tradições foi documentada no flagrante realizado por Marcel Gautherot em meados do século XX, quando registra uma Dança dos Velhos no terreiro de uma fazenda, antes desta entrar em total decadência. Curiosamente, após análise em outra fotografia da mesma época, vemos que os figurantes ainda estão dançando nos moldes tradicionais: desta dança somente participavam homens em seus pares, sendo metade vestidos com trajes de mulher.

[78] Seus herdeiros: Henriqueta Gonçalves Honorato - "Quita" -; Luíza Gonçalves Vieira - "Gaúcha" -; Zélia Gonçalves da Gama Souza (24/01/1921); (A VERDADE, 1930, p.2), (BATISMO, 07/06/1924, LIVRO 18, p. 128). Acyr Gonçalves da Gama - "Cici" - e Francisco de Paula Gonçalves da Gama - "Tico" - (28/01/1923), (A VERDADE, 1930, Nº 31, p.2), (BATISMO, 449, 1926, LIVRO 19, p. 113).

Fig. 82: Dança dos Velhos em Fazenda de Paraty

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

Fig. 83: Fazenda em Início de ruína

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Alguns exemplares de arquitetura rural, embora não abrigassem engenhos, são dignos de nota - como o chamado "**Sobradinho**"[79], na subida para o Caminho Velho, próximo ao Bairro do Penha. Construção a meia encosta, cobertura em quatro águas e meia água dos puxados e possíveis ampliações a meia encosta, era composta de porão alto que, pelo número de portas - duas na fachada principal, quatro na lateral e duas na de fundos - nos faz lembrar uma venda ou armazém, pelo fato de estar nas proximidades do caminho, para abastecimento dos que por ali passassem. Os cunhais nas extremidades são em cantaria e o acesso ao sobrado é feito por uma escada com degraus em pedra, guarda corpo de alvenaria e patamar coberto por um alpendre que serve de acesso à sala de visitas, onde está o oratório, como já dissemos acima - e pequena circulação que serve para a sala comercial. Os quartos são na mesma sequência para a lateral acidentada do terreno, onde estão a sala de jantar, a cozinha e uma dispensa.

Fig. 84: Sobradinho na subida para o Caminho Velho

Fig. 85: Sobrado da Sinhá de Madureira

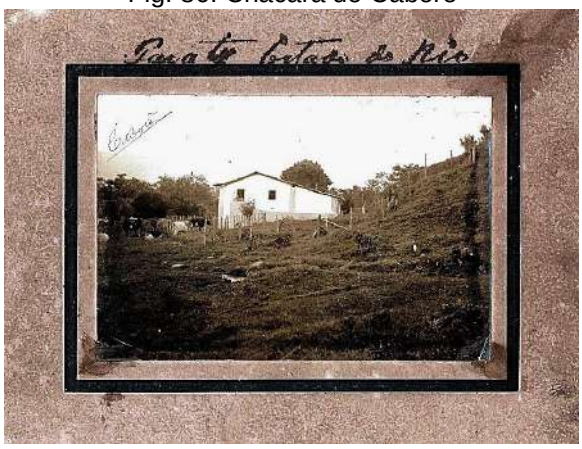
Fonte: Escritório Técnico do IPHAN - Paraty

[79] Pertenceu a João Carlos de Mello e Souza, comerciante de Secos e Molhados (O PHAROL, 1907, Nº 17, p.3), era pai de João de Mello e Souza, também negociante (A RAZÃO, 1919, Nº 45, p.1) o prédio foi vendido para o Dr. Alfredo Lima de Morais conhecido como - "Dr. Coutinho" - e depois para Tharcílio Benedito Nascimento de Oliveira, casado com Zarife Miguel de Oliveira, últimos proprietários.

Ainda em proporções mais reduzidas estava o sobrado que ficou conhecido como da - "**Sinhá de Madureira**" - e possivelmente pertenceu a João Francisco Pinto Madureira[80], esposo da proprietária. O sobrado foi erguido em embasamento de pedras com quatro pilares, telhado de quatro águas acoruchado[81], possuía no pavimento inferior uma porta com rótula e duas janelas com caixilho de vidro na fachada principal, na parte assobradada, três janelas com caixilhos, e uma janela em cada extremidade das fachadas laterais, junto ao pilar, todas em verga reta. Pelo que se percebe a escada era interna. Verificamos na fotografia que as paredes laterais do pavimento inferior eram em alvenaria de pedra e as do pavimento superior no sistema de enchaimel, com armação de madeira e tijolos rebocados.

Em menor proporção, já nos arrabaldes da cidade de Paraty, está a sede da propriedade **Caborê**, que é do espólio de Otávio Gama e, ainda com os remanescentes de seus familiares, também situada em meia encosta com cobertura em duas águas, fachada com pilar de pedras e porão com parede de fundos em alvenaria de pedra. O acesso à parte superior é feito por uma pequena escada de pedras à lateral do oitão com guarda-corpo de alvenaria, para os ambientes da sala de visitas, alcovas, quartos e cozinha na fachada de fundos.

Fig. 86: Chácara do Caborê



Fonte: Família de Otávio Gama

Fig. 87: Chácara da Jabaquara

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Na região da praia de Jabaquara, próximo à encosta do Morro da Vila Velha, atual Forte Defensor Perpétuo, está a construção que ficou conhecida como "Casa da Jabaquara", que pertenceu a Otávio Gama, construção assente em embasamento e

[80] Foi irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1871 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 113), entrou para a Irmandade de N. S. dos Remédios em 1886 (LIVRO DE ASSENTO DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1886-1913, p.11 e 80).

[81] Telhado que não possui cumeeira, com arremate de forma cônica, lembrando o arremate arquitetônico de nome coruchéu.

pilares de pedra, telhado de copiar com fachada principal para o morro da Vila Velha, esta com duas janelas e nas fachadas laterais cinco janelas para a direita e cinco para a esquerda. Era acessada na parte frontal pela sala de visitas que possuía caixilhos nas janelas e as vergas eram todas retas. A modenatura foi marcada pela pintura em ocre no revestimento dos pilares das extremidades.

Com algumas semelhanças, estavam à frente do chamado Largo do Rocio e após ele, em sequência, as chácaras que pertenceram ao Coronel Cezar da Gama, Olga e Maria Antonieta Veiga Gama - “Maroca Gama” - e Francisco Alves Carneiro - depois passando a de Virgílio Alves Correa. A propriedade foi herdada pela filha Benedicta Angelina Correa de Mello, casada com Antonio de Mello e Souza, conhecido como - “Seu Niquinho” -. Eram casas térreas, erguidas sobre embasamento elevado acessado por três degraus, telhado em quatro águas com janelas na fachada principal em arco abatido e em canga de boi, beiral de cachorro com as terminações chanfradas. A primeira delas, no sentido de quem sobe em direção à serra, com três janelas de frente e porta lateral, com janelas em sequência; a segunda, com cinco janelas de frente e uma porta, todas com verga em forma de canga de boi e arco abatido.

Fig. 88: Chácara de Cezar da Gama

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde IPHAN - Paraty

Fig. 89: Chácara de Virgílio Alves Correa

Fonte: Sônia Maria Corrêa Maranhão

Ao que tudo indica, essas chácaras foram se posicionando no entorno da antiga vila e cidade, com uma tipologia inspirada na arquitetura rural dos engenhos e fazendas de maiores proporções, adotando elementos da área urbana como os vidros, caixilhos e desenho da modenatura. Destacam-se por seus portões com montantes e muros de alvenaria de pedra, com caprichados desenhos sinuosos e cobertura de telha canal.

Com o desenvolvimento do plantio do café no século XIX, muitas dessas sedes se readaptaram para a colheita do café; e ao que tudo indica embora com essa junção e o

destaque para o produto já em grande produção no Vale do Paraíba, fez integrar em Paraty os Fazendeiros de Café (ANEXO 4), personagens também de destaque, que, aliados ao novo produto agrícola, também deixaram marcas na arquitetura urbana e rural do município – já que o Caminho Velho ainda continuou viabilizando o transporte e escoamento do café do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, pelos portos de Paraty, Mambucaba e Ubatuba. Até início do século XX, o transporte de café ainda era feito pelo Rio de Mambucaba, assim comentado através de expediente datado de 16 de setembro de 1906:

> Território de Paraty entre o Rio Mambucaba e Tarituba – Existência de um Registro no 4º Distrito para cobrança de portagem do café, gêneros de toda espécie, e assim como, gado, porcos, animais cavallares e muares sem reserva de qualquer outro gênero. O café, pagão os exportadores 240 rs por arroba e se tão entregados que acompanhão ao mesmo café para o destino de embarque, não possa dar um resumo dos mais direitos por ter oficiado ao dito Collector Paula e este ao me ter respondido, é no entanto o que tenho por agora a informar a V.V. Sertão de Mambucaba,. 15 de Outubro de 1835. Ilmos. Snrs. Presidente e Vereadores da Comarca Municipal da Villa de Paraty – Dr. Juiz da Paz do 4º districto do mesmo Município- Manoel Jordão da Silva Vargas (O PHAROL, 1898-1907, Nº 04, p.1).

No ano seguinte, 1907, Samuel Costa, ao nomear a lavoura da cana de açúcar, em especial a “Aguardente de Cana” ou “Paraty” [82], como bebida nociva à saúde pública, devido aos estudos realizados pelo Dr. Oswaldo Cruz, em grande artigo intitulado “A aguardente e a tuberculose” que faz referência a uma lei proibitiva da venda de aguardente de “Cana” ou “Paraty”, noticia o estado de decadência do município e da população, apresentando registros de nascimento e óbito de 1902 a 1906, e destacando que

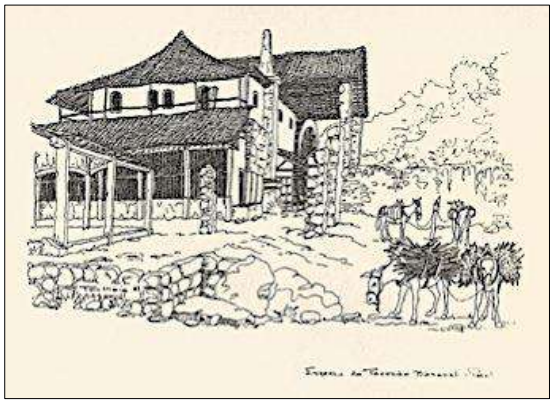
> Observamos o que mais nos entristece é que para a morte, o contingente dos pequeninos é maior: d’elles de quem esperamos o conforto dos nossos, últimos dias, a quem legamos o dever de proteger as nossas cinzas e de cuidar do progresso d”essa terra que amamos.- E para completar o quadro de todas essas mizerias sociais: falta de escolas e conseqüente embrutecimento dos que vingam. Tendencia a discriminação da tuberculose, principalmente onde não há organizados meios de defesa visto que cada contaminado constitue-se por sua vez em foco de contaminação para os que o cercam. (O PHAROL, 1898-1907, Nº 36, p. 1).

[82] A aguardente ficou famosa e passou a ser chamada de Parati, que virou sinônimo de cachaça e preferida pelos negociantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre as suas especialidades estavam a “Branca” e a “Azulada”, que era obtida através do processo em que eram adicionadas as flores de laranjeira removidas dos pés sobre lonas colocadas no chão para essa finalidade. Célebres são os relatos dos cargueiros em tropas que eram levadas da propriedade agrícola denominada “Catiferro”, de João Facundo Netto casado com Eponina Rosa de Oliveira Netto, para a Fazenda do Fundão, de Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa casado com Domingas Ayres Corrêa. João Facundo Netto era proprietário de sobrado à Rua de Santa Rita nº 3 e imóvel térreo na Patitiba nº 6. Estes imóveis eram utilizados para servir como abrigo durante as festas religiosas e quando vinham à cidade (LIVRO DE LANÇAMENTO DAS DÉCIMAS URBANAS, 1900, p.1v e 2v).

A **Fazenda Bananal** pertenceu ao Capitão Francisco Lopes da Costa[83] e Maria Luiza Ferreira Madruga Lopes da Costa (- 09/05/1884), filho de Francisco Pereira Madruga e Luiza Alexandrina Ribeiro Madruga, avós de Samuel Nestor Madruga Costa[84] (18/11/1882 – 24/09/1930) casado com Zulmira Penna Firme do Amaral[85] (15/05/1883–05/03/1920), filha do Alferes João Francisco do Amaral e Edwirges Claudina Penna Firme do Amaral, tiveram os filhos: Paulo, José, Heitor e Maria Luiza. Trata-se de sede que se utilizou de meia encosta, com telhado em copiar, estendido à lateral direita, com fachada principal contornando parte da casa com amplo alpendre, e todas as vergas de portas e janelas internas e externas em curvas. O engenho localizado em sua parte posterior possibilitou a instalação da roda d'água e equipamentos de moenda de maneira ampla, fazendo uso do porão para abrigar as dornas e tonéis de aguardente. A parte assobradada era acessada por uma escada com degraus de pedra pela qual se chegava ao alpendre e à sala de visitas e jantar, seguidas dos quartos. A lateral do engenho possuía um grande terreiro que em parte foi ocupado por um lago. Foi administrada por Samuel Costa e sua residência por um tempo e, em data mais recente, por Osmar Mury e Angelita Alves Feitosa, produzindo durante anos a aguardente Murycana.

Figs. 90 e 91: Fazenda Bananal

Fonte: https://1.bp.blogspot.com/-muFBVX2vR8k/TvNBSVLOvMI/AAAAAAAAGIo/GOBf16Sc-JA/s1600/Murycana%2B1.JPG



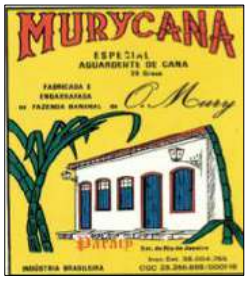
Fonte: Tom Maia

[83] Foi Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty, em 1886 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 139, 139v, 140), irmão da Irmandade de Santa Rita em 1848 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1852 -1910, p.43v). Era casado com Maria Luiza Madruga Lopes da Costa, filha de Francisco Pereira Madruga, faleceu em 09/05/1884 (O PARATYENSE, 1884, Nº 28, p.2). Luiza Alexandrina Ribeiro Madruga foi Irmã da Irmandade de Santa Rita em 1890 (LIVRO DE RECEITAS, 1855, p. 61v).

[84] Era filho de Francisco Lopes da Costa e Maria Luiza Ferreira Madruga naturais desta; Avós paternos: Joaquim Lourenço da Costa e Maria Theófila de Assis Borba naturais desta; Avós maternos: Francisco Pereira Madruga natural de Portugal e Luiza Alexandrina Ribeiro Madruga natural desta; Padrinhos: Francisco Pereira Madruga natural de Portugal e Proctetora N.S. dos Remédios (LIVRO DE BATISMO, Nº 10, 1883, p. 54).

[85] Era filha de João Francisco do Amaral natural desta e Edwirges Claudina Penna Firme natural da Freguesia de N. S. da Conceição da Ribeira Termo da Cidade de Angra dos Reis; Avós paternos: Joaquim Miguel do Amaral e Francisca Maria da Conceição naturais desta; Avós maternos: Claudina Maria do Nascimento Pinto natural de Angra dos Reis; Padrinhos: Alexandre Luiz Agostini natural da Itália e D. Catharina de Jesus Pereira (LIVRO DE BATISMO, Nº 10, 1883, p. 62).

Figs. 92, 93 e 94: Rótulos de Aguardente da Fazenda Bananal



Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Entre esses engenhos, foram construídos novos engenhos. Devemos registrar um novo exemplo que foi de Douglas James Myles Reid, localizado nas proximidades do Bananal. Já existia nos anos 1970 e produziu por décadas a aguardente Paraty, que imprimiu em seu rótulo o sobrado de sua propriedade à Rua Dr. Pereira, com a maré alta - daí o nome da aguardente, “Maré Alta”.

Figs. 95, 96 e 97: Rótulos de Aguardente

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Em 1982 a ACIP – Associação Comercial e Industrial de Paraty realizou seu primeiro Festival da Pinga, objetivando dar visibilidade à produção da aguardente local, através de seus engenhos ainda em atividade. O Festival é realizado em meados de agosto e já com 37 anos de edição, atrai grande número de turistas da região. Seus engenhos, atualmente em número de seis: Eduardo José Melo e filhos (Cabral – Engenho Coqueiro), sucessores de Anibal Gama (Engenho Corisco), Norival Carneiro (Engenho D’Ouro) Maria Izabel Gibrail Costa (Engenho Maria Isabel), Carlos José Gama Miranda (Alambique Paratiana) e Lucio Gama Freire (Alambique Pedra Branca), somente um encontrado em terras do antigo proprietário com seu engenho. A produção dos atuais engenhos atende a grande demanda do comércio local.

1.5 As Construções Religiosas, Igrejas, Capelas, Passos e Oratórios

Em 1646, foi iniciada a construção da Igreja Matriz[86], sobre esteios, obra precária; em 1668, deliberou a Câmara fazer nova Igreja com paredes de pedra e cal, tendo como encarregado Raphael de Souza e o Padre Anacleto de Oliveira administrando a Paróquia. Apresentava-se na época a Capela-mor com 40 palmos de comprimento e 28 palmos de largura[87]. Assentou-se o madeiramento em 1682 e, enquanto aprontavam-se as telhas, o edifício teve cobertura de palha. Com o desenho de continuação do corpo, foi iniciada em 1703 e finalizada no ano de 1712, com 100 palmos de comprimento e 38 de largura: "[...] Sete Altares ornam este Templo; e n'uma Capella funda[88], ao lado da Epístola teve assento o Sacrario, onde perpetuamente se adora o SS. Sacramento[89] [...]" (ARAÚJO, 1820, T. III, p. 21).

Em 29 de setembro de 1746, foi traçada a fundação de um novo templo, próximo ao antigo, para Matriz, face ao estado de ruína em que o mesmo se encontrava - sem espaço para atender, na ocasião, a cerca de 2.700 pessoas existentes dentro da Vila. Em 1787, nova programação para um templo majestoso foi lançada e, por ser obra de vulto, sua construção foi paralisada diversas vezes. Possivelmente neste momento houve o acréscimo frontal da capela-mor e a substituição da imagem do século XVII em terracota[90] pela imagem datada do século XVIII em madeira policromada, que lá se encontra em seu nicho do retábulo mor (Fig. 98).

Segundo Flexor, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em suas relações com as devoções e a arte, zelavam pela aparência dos templos, das imagens e

---

[86] Monsenhor Pizarro, em suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, fixou o ano de 1646 como de fundação da Igreja Matriz. Relata também que no Livro de Assentamentos dos Falecidos pelo Pároco Padre Simão Peres, estes dão certeza do tempo da obra e no termo de André Rodrigues de Abreo, falecido a 4 de março de 1703, consta que o mesmo" não pagou cova, por ter cova, e por ajudar a fazer esta Igreja" (Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 1820, TOMO III, p. 20).

[87] Transformações das medidas da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios: 1668 – 8,80 comprimento X 6,16 largura; 1712 – 22,00 comprimento X 8,36 largura; 1794 – 22,00 comprimento X 8,36 largura da porta principal até o arco cruzeiro; 8,80 comprimento X 6,16 largura do arco até o fundo da capela mor.

[88] Capela que nas igrejas é destinada a abrigar o altar com o sacrário e a lâmpada do Santíssimo, devendo estar acesa dia e noite. Geralmente situada em local de destaque ou reservado do público em formato de capela interna, com acesso pela nave denominada capela funda. É neste local que podem também ser realizadas a exposição, guarda e benção com o Santíssimo Sacramento em especial na Quinta-feira Santa após a missa e transladação seguida de seu depósito em uma urna denominada urna do Santíssimo. Nesta Capela podem ser também destinada a outros retábulos de Irmandades no interior da Igreja.

[89] Atual retábulo de Nosso Senhor dos Passos, tendo em vista que o retábulo de Nossa Senhora das Dores ainda permanecia na capela funda em frente ao mesmo.

[90] A imagem primitiva em terracota policromada, datada do século XVII, foi transferida para a localidade de Corumbê em fins do século XIX e abrigada em casa de particulares, até a construção da capela - que só teve início com o lançamento da pedra fundamental, em 24 de maio de 1919. Parte dos elementos integrados do antigo retábulo-mor da primitiva Matriz de 1646, entre eles as duas colunas salomônicas contornadas por ramos de videira e duas volutas do coroamento que serviram de inspiração para o retábulo executado no século XIX, ainda permanece na capela, como veremos adiante. Essa substituição também ocorreu com as imagens primitivas de São Roque, Santa Rita e de N. S. do Rosário de Mambucaba, em Angra dos Reis, com a mudança do século e a possibilidade de aquisição de imagens de maior porte, já de gosto dos setecentos, também cumprindo as duas funções, retabular e processional.

dos seus ornamentos, promovendo as modificações e substituições provocadas pelas modas devocionais e estilísticas. “Deviam estar sempre decentes para manter o respeito, a fé e piedade dos fiéis e afastar as superstições ou atitudes não condizentes com a purificação do culto” (FLEXOR, 2009, p. 16).

Em 1794, a Igreja possuía desde a porta principal até o arco cruzeiro 100 palmos e de largura 38 palmos. Do arco até o fundo da capela maior tinha 40 palmos de comprimento e 28 de largura, com pia batismal em pedra mármore muito boa, coberta e recolhida entre grades, embora em 1812 a Confraria do Santíssimo Sacramento de Paraty já relatasse o estado de ruína na Igreja, que não tinha capacidade para receber os fiéis, conforme constatamos nos documentos da Mesa do Desembargo do Paço no ANRJ (Fig. 99).

Fig. 98: Nossa Senhora dos Remédios, madeira policromada - séc. XVIII

Fonte: Arquivo MASDP - Paraty – RJ

Fig. 99: Nossa Senhora dos Remédios, fins do século XIX, ainda com o rocio

Fonte: Arquivo IHAP - Paraty – RJ

O desempenho do comércio e da agricultura canavieira em certas áreas e o desenvolvimento material propiciado pelo ouro resultaram em relativa estabilidade até o século XIX, possibilitando o investimento na construção e ou acréscimo de igrejas, capelas, passos e oratórios que expressavam o fervor religioso da comunidade, embora com construções modestas erguidas em processo lento e com dificuldade. Nos últimos anos do século XVIII e início do século XIX houve a consolidação e destaque para o culto a Nossa Senhora das Dores, com a construção em 1800 de sua Igreja[91], conhecida atualmente como “Capelinha”.

[91] O pesquisador localizou no ANRJ – Mesa do Desembargo do Paço vasta documentação referente a esta Igreja e à transferência das imagens de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Piedade para a Igreja

A elevação da Igreja de N. S. das Dores pelo Padre Antonio Xavier da Silva Borges foi possível através de Escritura de Doação que fez D. Inez de Sousa Caldas à Irmandade de Nossa Senhora das Dores de um terreno na "Marinha da Villa de Paraty em 1798[92]". Esclarece ainda a documentação pesquisada a origem da imagem de Nossa Senhora da Piedade, que povoa o retábulo do lado do evangelho desta Igreja, como oriunda de Oratório de esquina do imóvel da proprietária. Esta Igreja prosseguiu sua construção sem a devida autorização oficial do Tribunal da Mesa da Consciência de Ordens do Brasil[93] e do Alvará de 11 de outubro de 1786, que exigiam a regularização das Igrejas e Irmandades Religiosas do Brasil, através do envio de seus compromissos a Lisboa para confirmação régia, assim anotada por Monsenhor Pizarro:

> Convenho, que se conceda aos sup^{es} Provisão de revalidação do eregimento da Capella de N. S^{a} das Dores, e sob a administração da Confraria do Senhor dos Passos, declarando se porem salvos os direitos parochiaes, e os das Fabrica da Igreja Matriz, e inhibido o uso de Sepultura dentro do Templo. Pizarro (ARQUIVO NACIONAL, 1822, CAIXA 290, DOC 032).

Para essas obras a documentação afirma que a Capela de Nossa Senhora das Dores, já construída com um Columbário junto à fachada lateral e posterior, teve sua elevação confirmada em 4 de agosto de 1823, foi benta em novembro de 1823 e começou a ter funções de culto em abril de 1824. Esta capela foi erguida pelo Padre Antonio Xavier da Silva Borges e para ela, foi transferida a imagem de Nossa Senhora das Dores, da Igreja Matriz. Entre os documentos está a Portaria datada de 1799, nomeando o procurador das obras (ARQUIVO NACIONAL, 1799, CAIXA 290, p. 4v). Para confirmar a ereção da Capela em 18 de outubro de 1810, encaminhada para o Desembargador e Provedor de Capelas o documento indica que

> O Padre Mestre fez Joaquim de São José e Silva religioso franciscano d'esta Provincia, aqui residente, na qualidade de Esmoler, para se erigirem Altar na Igreja Matriz por maior veneração, sem que esta perdesse o domínio e direito, por que o não o cedeo = Que com effeito foi erigido o dito Altar por aquele Religioso e colocado nelle a referida Imagem na Igreja Matriz d'esta Villa, do qual sempre tratou e zelou o

---

de Nossa Senhora das Dores no século XIX, bem como doação de imóveis para Patrimônio da Capela, no final do século XVIII e início do século XIX.

92 Saibam quantos este publico Instrumento de Escriptura de Doação Voluntária virem que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e noventa e oito aos quatorze dias do mês de Dezembro do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Parati em casa de morada de Dona Ignez de Souza Caldas onde eu Tabeliam vim a seu chamado e sendo por Ella apresentado o bilhete da Distribuição do teor seguinte: D. a Azevedo D. Ignez de Souza Caldas faz Escritura de Doação de huns chaons na marinha desta Villa a Nossa Senhora das Dores em quatorze de Dezembro de mil setecentos e noventa e oito. (ARQUIVO NACIONAL, 1798, CAIXA 139, DOC. 19, p. 01, 01v, 02 a 02v).

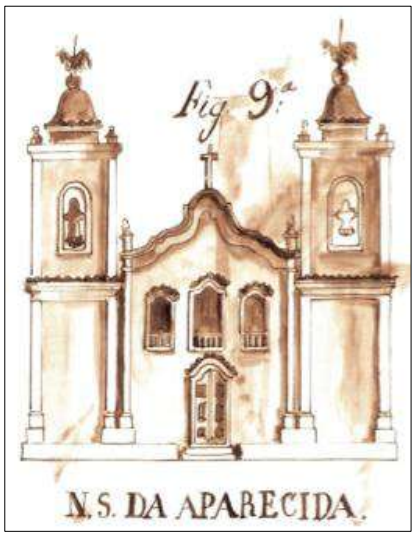
93 Para o controle das Irmandades, deveriam ser seguidas as prescrições do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, instituída por D. João III em 1532, para auxiliá-lo na resolução dos problemas jurídicos e administrativos. Esta, além de aprovar a ereção dos templos, também deveria ter confirmados os seus Compromissos. A Mesa de Desembargo do Paço foi criada pelo Alvará de 22 de abril de 1808 e instalada no Brasil com a vinda da Corte Portuguesa.

> referido Padre e por sua ausencia continuou o Reverendo Francisco Vieira do Espírito Santo tratando do altar na ausencia do franciscano Padre Mestre Frei Joaquim de São José e Silva. (ARQUIVO NACIONAL, 1811, CAIXA 290, p. 6v).

A modenatura da fachada foi inspirada curiosamente no mesmo desenho utilizado para construção da Igreja de N. S. Aparecida em 1745; e possivelmente pela falta de recursos não foi possível executar a segunda torre, cujo embasamento em cantaria ainda é visível para o seu assentamento - mas o frontão sinuoso, coruchéus e a torre com o galo da grimpa[94] estão bem representados (Figs. 100 e 101).

Como veremos adiante existiu um grupo de oficiais trabalhando em Paraty e que também se deslocou pela rota do Caminho Velho, executando trabalhos em Cunha, Guaratinguetá, Aparecida, Taubaté, Florianópolis e Viamão, deixando através do patrimônio edificado, as mesmas semelhanças nos trabalhos executados, principalmente na talha dos retábulos e até mesmo na modenatura dos edifícios religiosos, como no caso da presente fachada.

Fig. 100: Igreja de N. Srª. Aparecida 1821



Fonte: Arnaud Julien Palliere (IEB/USP)

Fig. 101: Fachada principal da Igreja de N.S. das Dores

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

Em 1822, Monsenhor Pizarro e Araújo inibe o uso de sepulturas dentro do templo, razão da construção do columbário nos fundos da Igreja. Em 1898, os jornais locais registravam os donativos arrecadados para as obras da capela de Nossa Senhora das

[94]Elemento recortado em chapa de ferro, cobre ou metal, com a forma de um galo, que aparece frequentemente nas grimpas das igrejas, parte mais alta da construção associado à esfera armilar ou outros objetos. É o símbolo da vigilância em despertar os que vivem no sono do pecado e esquecimento de Deus. Emblema da altivez, seu canto anuncia o sol e tem poder contra as influências maléficas da noite; pode evocar a supremacia espiritual na vida humana, vigilância da alma que percebe nas trevas da noite os primeiros clarões do espírito que se levanta. Esta peça pode ser giratória objetivando marcar a direção do vento. Pode ser visto nas torres das igrejas, encimado pela cruz.

Dores[95]. Em 1901, a capela passou por grandes reformas coordenadas pelo Padre João César Iera, oriundo de Natividade do Carangola/ MG, juntamente com a Sr.ª Maria Feliciana da Costa Lima[96] que integrou a Irmandade de N. S. das Dores.

Consta no Livro de Receita e Despesa com que fez a "Devoção" da Coroação de Nossa Senhora das Dôres, no ano de 1878 o pagamento a "[...] Bento Carpintrº de desp.as pª o dito – 19$000 e a Geraldo S. Sabbas de pintar e dourar a capella - 185$000 (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1876 a 1908, p. 2v). A capela também passou por obras em 1898, pagas por uma subscrição agenciada por D. Maria Delfina da Cunha Freitas[97] conforme notícia do Jornal O Pharol.

No início do século XX, a igreja estava em estado precário de conservação possivelmente devido à proximidade com o mar e à salinidade do ar marinho, provocando inclusive a degradação das paredes externas. Na gestão da Tesoureira Maria Feliciana da Costa Lima diversos pagamentos foram feitos, entre eles a "[...] importância de vinte alqueires de Cal que vendi para a reconstrução das Paredes externas da Capella, e para verdade passo o presente que assigno. Paraty, 21 de Maio de 1904, Angelo Gonçalves da Silva (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1876-1908, p. 40). Em 1910, houve a oferta de um forro com dourados registrado no Jornal "O Pharol"[98] e, na década de 1930, providências foram tomadas para o conserto da imagem e do altar do Senhor Bom Jesus[99] ocasião em que foi instalada pela primeira vez a luz elétrica na igreja.

---

[95] JORNAL O PHAROL, 1898, Nº 68, p. 2.

[96] Entrou para a Irmandade de N. S. das Dores, como Aia em 1892 (PARATYENSE, 1892, Nº 53, p.3), Irmandade de N. S. dos Remédios, em 17/11/1905 (LIVRO DE ASSENTO DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1886-1913, p.86), Irmandade de N. S. do Rosário em 1891 (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA, 1850-1904, p.40), Irmandade de São Roque em 1911 (O PHAROL, 1911, Nº 48, p.1); Thezoureira desde 21/05/1904 a 03/04/1907 (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1876 a 1908, p. 40 a 45v).

[97] Donativos para as obras da capella de N. S. das Dôres. Subscripção agenciada pela Exma. Sra. D. Maria Delfina da Cunha Freitas, a saber: Pae e filha- 10$000, João Firmino dos Santos-1$000, José Antonio Machado- $500, Delfina- $500, Francisca M. dos R. Vieira Lima- 5$000, João A. Vieira Lima- 5$000, Magdalena Carramanhos- 2$000, Cecilia Marinho- 1$000, Izabel Carramanhos e filha- 4$000, Maria Clara Valladão- 5$500, Dr. Arthur Pillar Muniz- 10$000, João Passos do Amaral- 2$000, Maria J. P. Barata- 2$000, João Graciano- 5$000, Acacio Barreto, agenciado em 1 cartão - 12$000, Arlindo Gilly, idem, idem- 50$000 = 120$500; Donativos agenciados pela Ex.ma Sra. D. Maria da Costa Pinto- 260$000, Remettido pelo Rev. Padre Caramurú- 30$000, D. Paula M. da C. Cruz Fonseca- 10$000= 420$500; João G. da Rosa agenciado em um cartão- 18$000, J. M. Antunes P. Peixoto- 5$000= 443$500; quantia já publicada no n. 40 d'O Pharol- 922$540= 1:366$040. Quantia fornecida a Joaquim Marcellino de Oliveira para tirar madeiras, contratadas por 1:135$000= 631$000. Saldo existente= 735$040 (O PHAROL, 1898, Nº 68, p. 2).

[98] O Sr. Alberto Arthur Dias e sua Exma. Familia offertaram a Irmandade de N. S. das Dôres, um rico forro com dourados, para o teto da respectiva Igreja (O PHAROL, 1910, Nº 30, p. 1).

[99] Em 1935, recebido de D. Luiza de Souza saldo da subscripção que angariou para o concerto da imagem do Snr. Bom Jesus- 7.000; Idem da irmã Cecilia do Espírito Santo de esmolas que angariou para auxilio do concerto do altar do Snr. Bom Jesus- 61.000; pago ao Snr. João Pimenta pelo concerto do altar do Senhor Bom Jesus – 80.000 (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1930 a 1957, p.19v e 21v).

Fig. 102: Igreja de Nossa Senhora das Dores

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 103: Retábulo de Nossa Senhora das Dores – séc. XVIII / XIX

Fonte: Irênio de Araújo Marques – Paraty, RJ

Conforme se verifica no Livro das Visitas Pastorais à Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios no ano de 1794, feitas pelo Monsenhor Pizarro e Araújo, a imagem de Nossa Senhora das Dores, datada do século XVIII, povoava o terceiro retábulo[100] lateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, atualmente do Santíssimo Sacramento, instalada em capela funda, no lado do Evangelho. A imagem de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira, achava-se colocada no primeiro.

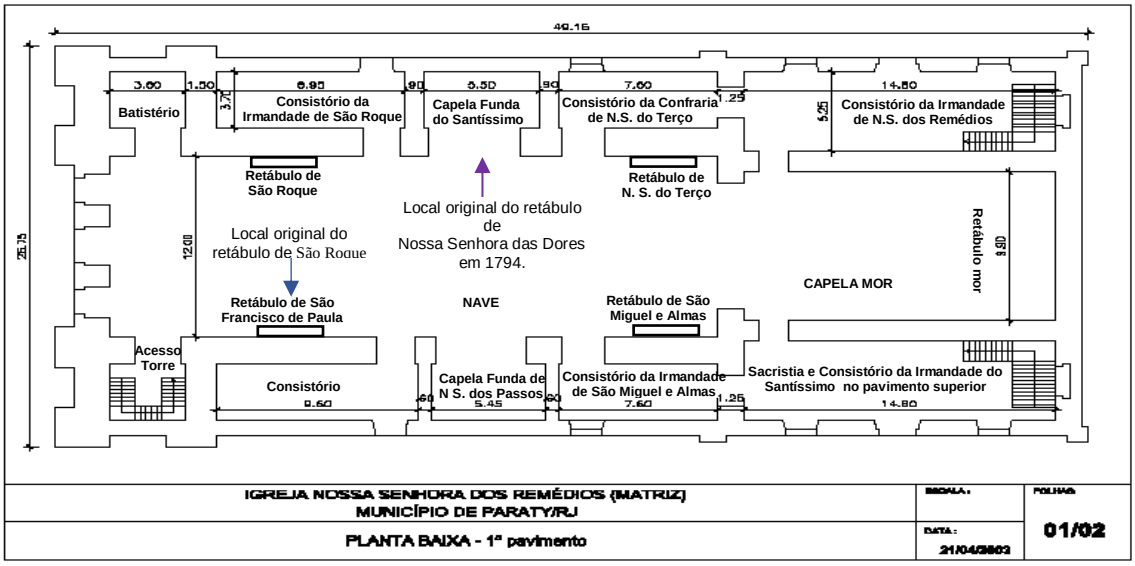
A imagem de Nossa Senhora das Dores teve seu culto iniciado na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios pelo Padre Mestre Frei Joaquim José e Silva, religioso,

[100] Móvel que fica colocado por trás do altar, encostado à parede posterior no caso do altar-mor e nas laterais no caso dos altares ou capelas laterais, em madeira, pedra ou estuque, onde são colocados painéis com representação do orago da Igreja ou altar ou escultura dos mesmos. O termo provém do latim *retabulum*, de retro (atrás) e tabula (quadro).

franciscano, esmoler que construiu o retábulo, embora pertencesse à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Após a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, no início do século XIX, a imagem foi transferida para o local em que se encontra até os dias atuais[101]. Monsenhor Pizarro e Araújo confirma ainda o local dos retábulos originais da Igreja Matriz:

> Altares tem 1º o Maior: neste axa-se colocada a Imagem da S.ra dos Remédios, Padroeira. O ornato dos degraos da banqueta, e trono eraõ de papeis pintados, e doirados, como costumaõ fazer as crianças com os seos Oratorios: eu os fiz tirar a m.ª vista, e prohibi a continuação deste uso, recomendando em Cap.º de Vis.ª ao R.do, Vig.º, debaixo da pena de quarenta cruzados para a Fabrica, a observância desta proibição. 2º, da p.te do Evang.º, da Snrª do Terço: 3º da Srª das Dores: 4º de S. Francisco de Paula: 5º de S.Miguel, da p.te da Epistola, 6º do Senhor Bom Jezus dos Passos, em Capela fundada, onde se vê colocado o Sacrário; 7º de S. Roque, que foi antigo titular do terreno em que esteve uma Capela da qual veio a Irmandade. Em alguns deste, axei as Imagens de Christo com os braços quebrados, e outras necessitadas de reforma nas suas pinturas; que p.r isso as fiz retirar para se reporem outras perfeitas. A banqueta, ou degrao, em que estava o Sacrário, também se encontrava coberto dos mesmos papeis pintados (ARAÚJO, 1794, p. 38v. a 45v).

Fig. 104: Planta baixa da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios com o local do retábulo de N. S. das Dores



Fonte: Escritório Técnico Costa Verde IPHAN - Paraty – RJ, complementação: Julio Cezar Neto Dantas e Melissa Aparecida de Oliveira

Esta transferência ocorreu após a conclusão das obras da Igreja de Nossa Senhora das Dores, na primeira metade do século XIX, pois através de análise do nicho ocupado pela imagem podemos datá-lo da segunda metade do século XVIII. Os degraus do trono

[101] Consta no inventário da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos datado de 1823 a presença de uma imagem de Nossa Senhora do Parto que, juntamente com outra de Nossa Senhora dos Remédios em madeira policromada, com suas coroas e resplendor de prata, povoavam as peanhas do retábulo mor; a imagem de N.S. do Parto encontra se desaparecida (LIVRO DE INVENTÁRIO, 1823, p.8v).

possuem semelhanças com alguns ornatos existentes no retábulo de São Miguel da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios na tampa do lavabo da sacristia que também estão inseridos nos degraus do trono do retábulo de Nossa Senhora das Dores e o "coração transpassado por uma espada", atributo da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, alusivo à Profecia de Simeão, atualmente instalado no meio do degrau do trono. Anteriormente ficava no coroamento do retábulo, antes de sua ocupação pelo atual ostensório do Santíssimo Sacramento, conforme se verifica nos demais coroamentos de retábulo da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

As dimensões dos retábulos apresentam semelhanças nas medidas: o do Santíssimo Sacramento 4,33cm x 1,67cm e o de Nossa Senhora das Dores 4,55 cm x 1,62 cm. É interessante observar que esta transferência de função de imagem retabular e processional, povoando um retábulo lateral para um retábulo mor em outra igreja na época recém construída, se dá após o início em Portugal, no Século XVIII, da devoção do Setenário de Nossa Senhora das Dores através da Congregação do Oratório de Braga, sob a responsabilidade do Padre Martinho Pereira, cerimônia ainda realizada em Paraty.

Há que se falar também na presença marcante da Ordem Franciscana em Paraty, cujo contexto litorâneo possibilitou a passagem de outras ordens religiosas, entre elas jesuítas, carmelitas e beneditinos. Coube aos franciscanos a responsabilidade e visibilidade pelo culto da Virgem Maria, intitulada de N. S. da Conceição, devoção da ordem e dos santos populares como São Francisco de Assis, São Domingos de Gusmão, Santo Antonio, São Benedito e ainda Santa Rita, que embora da ordem Agostiniana, agregou em Paraty brancos e pardos. A presença franciscana é também constatada em Paraty em requerimento existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no qual os moradores da localidade do Pouso da Cajaiba pedem que o Pasto Espiritual seja administrado pelo Padre Frei Mariano do Rozário Moraes, Religioso Franciscano[102]. Esta solicitação é assim considerada por Neves:

> Excepcional, no que toca ao sacerdote envolvido, mas não quanto às condições do culto, é a consulta sobre uma representação dos moradores do Pouso da Cajaíba, distrito da vila de Parati. Distantes quatro ou cinco léguas da matriz, eles careciam de um capelão para administrar um oratório na casa de José Mariano de Oliveira Maia, o qual, juntamente com seu pai, o capitão Atanásio José, comprometiam-se a sustentá-lo. Após procurarem em vão por algum tempo, oferecera-se o padre mestre

[102] **Frei Mariano do Rosário Moraes**. Natural de Paraty-RJ, e batizado em Angra dos Reis. Foi Lente de Teologia e Moral. Em 1819 foi nomeado pelo Núncio Apostólico Teólogo da Nunciatura. No Capítulo de 20 de 1821 foi condecorado com as prerrogativas de uma guardiania. Fez solene sermão na Missa Cantada do dia 19 de outubro de 1822, na igreja Matriz, durante as comemorações promovidas em Angra dos Reis pela nossa independência política, vindo especialmente da corte do Rio de Janeiro para tal fim e ficando hospedado no Convento de São Bernardino. Grande orador sacro, foi nomeado Pregador da Capela Imperial por Carta-Régia datada de 21 de agosto der 1822. Como Visitador-Delegado esteve no Convento de São Bernardino em 3 de fevereiro de 1824 em Visita Canônica. Este religioso faleceu no ano de 1828, como Capelão de uma ermida particular, nas cercanias de Paraty, no local denominado Cajaíba. (MENDES, 1991, p.168).

> frei Mariano do Rosário Morais, religioso franciscano, e pediam que fosse nomeado. Segundo o bispo capelão-mor, Pouso da Cajaiba compunha-se de 400 almas, “ávidas de serviços religiosos”, cuja pobreza impedia a manutenção de um coadjutor. Apesar de não se tratar de benefício colado, a Mesa fugiu ao padrão habitual de negar provimento a regulares e opinou pelo deferimento, sancionado pela resolução de 4 de dezembro de 1824 (NEVES, 1995, p. 266 e 267).

Para Mendes, esse Frei de grandes prerrogativas, inclusive na oratória sacra, faleceu como capelão naquela localidade, em 1828.

Observamos que a atuação dos franciscanos na Vila de Paraty já era constatada no interior da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios, quando os Irmãos da Irmandade de N. S. dos Passos vêm requerer a confirmação da ereção da Capela de N. S. das Dores e assim fica justificada a instalação do retábulo de sua propriedade e sob sua responsabilidade, montado para abrigar a referida imagem na nave da igreja já existente. Ao que tudo indica, desde meados do setecentos

> a imagem de Nossa Senhora das Dores é pertencente a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos desta Villa, por quanto aos seus Administradores foi pedida a dita Imagem pelo **Padre Mestre Frei Joaquim de São José e Silva Religioso Franciscano** desta Província, aqui residente, na qualidade de Esmoler para erigir hum Altar na Igreja Matriz por maior veneração, sem que esta perdesse o e direito, por que o não cedeo= Que com effeito foi erigido o dito Altar por aquele Religioso, e collocado nelle a referida Imagem na Igreja Matriz desta Villa da qual sempre tratou e zelou o referido Padre, e por sua ausência continuou o **Reverendo Francisco Vieira do Espírito Santo**, por cuja morte estava na administração e Procuradoria d’elle o Padre **Antonio Xavier da Silva Borges**, autorizado por Despacho Provisorio e Portaria de sua Excellencia Reverendissima **Dom José Joaquim Justiniano Bispo** que foi desta Diocesi zelando o mesmo Altar, e recebendo as Esmolas e legados dos fieis devotos para conservação e augmento do Culto da mesma Senhôra, ereção e continuação da sua Capella =Quer para Patrimônio da mesma Capella foi deixada huã morada de Casas por aquelle **Francisco Vieira do Espírito Santo**, que he a mesma que servio de residência ao dito Padre nesta Villa, e por **Dona Ignez de Souza Caldas**, outra na rua da Praia d’esta Villa, fazendo canto, e lado para a rua do Rosario, com a condição de se collocar em hu Altar da ditta Capella a **Imagem de Nossa Senhora da Piedade**, que se acha em hu **Oratório** na esquina das mesmas Casas; assim mais foi doado para o Serviço da Mesma Senhora hum escravo de nome Joaquim por Domitilla d’e Alvarenga e mais algumas Alfaias que por outros fiéis foram dadas para os Officios Divino = Que fallecendo o Padre Antonio Xavier determinou por Verba Testamentaria que se entregasse ao Reverendo Parocho desta Villa as Chaves das Casas, e Capella, e todas as Alfaias acima, declarando = Que sendo necessário desmanchar-se o Altar da Mesma Senhora, passou a Imagem para o Altar da Capella desta Irmandade, onde está a mais de dois annos (ARQUIVO NACIONAL, 1811, CAIXA 290, p. 6v). Grifos do autor

Pela informação acima, o Padre Mestre Frei Joaquim de São José e Silva pertencia à comunidade do Convento Franciscano de São Bernardino de Sena em Angra dos Reis,

da qual ausentou-se nos anos de 1778 e 1781[103]; esteve atuando na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, quando solicitou a imagem de N. S. das Dores pertencente à Irmandade de N. S. dos Passos para integrar o retábulo que construiu na capela funda, atualmente do Santíssimo Sacramento, após as obras empreendidas por Geralda Maria da Silva, como veremos adiante. Em sua ausência coube ao Reverendo Francisco Vieira do Espírito Santo continuar a zelar pelo retábulo; na sua morte o conjunto passou a ser administrado pelo Padre Antonio Xavier da Silva Borges, que erigiu a Capela após a doação do terreno por Francisco Vieira do Espírito Santo e Dona Ignez de Souza Caldas.

O retábulo de N. S. das Dores, cujos elementos integrados oriundos da Igreja Matriz ainda estão presentes na sua remontagem, ao que tudo indica é o remanescente da talha rococó que existiu nos retábulos da referida igreja, datada da segunda metade do século XVIII: estão presentes os elementos em "C" e "S" associados à decoração fitomorfa, que também apareceram no retábulo-mor e colaterais da Igreja de Santa Rita e se disseminaram pelas igrejas das Vilas de Serra Acima. Como a Igreja Matriz passou por sucessivas obras na segunda metade do setecentos, também é possível que estivessem trabalhando na Vila entalhadores que atendiam às contratações das irmandades e também, através de esmolas, realizassem a sua produção artística. Entre eles, como já vimos, encontrava-se o Mestre Frei Joaquim de São José e Silva, que depois ficou ausente entre os anos de 1778 e 1781.

Identificamos na face posterior da mesa do retábulo da Capela de N. S. da Conceição da Várzea do Corumbê, atualmente na Capela Mor da Igreja Matriz, a assinatura e a data de seu entalhador "JOAQUIM F. E. 1.778". Trata-se de mesa com talha de gosto rococó, com tarja central ladeada por palmas que em muito se assemelha à decoração das mesas dos retábulos de N. S. do Carmo e N. S. da Conceição da Igreja de Santa Rita e com a mesa do retábulo mor da Igreja de N. S. do Rosário. As mesas dos

[103] E também com naturalidade de Paraty e os que atuaram no Convento de São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis: **Frei Antonio do Lado de Cristo**. Natural de Paraty-RJ. Foi eleito Guardião do Convento de São Bernardino no Capítulo de 28 de maio de 1853. Renunciou a guardiania; não sabemos se chegou a assumir o cargo, pois, já no mês seguinte vamos encontrá-lo como Superior do Convento de Nossa Senhora do Amparo, em São Sebastião, no litoral paulista. É com reserva que incluímos seu nome neste rol; **Frei Joaguim de São José Silva**. Pertencia a comunidade do Convento de São Bernardino nos anos de 1778 e 1781. **Frei Luiz de Santa Luzia**. Natural de Paraty RJ. Pregador. Era o Porteiro do Convento de Bom Jesus da Ilha; quando doente obteve permissão para ir até sua terra natal. Caminhando pelo litoral, de Angra dos Reis para Paraty, tendo antes pousado no Convento de São Bernardino, quando estava ainda nas cercanias de Angra dos Reis, no lugar denominado "Piraquara", foi acometido de uma hemoptise, falecendo naquele local, em dias do mês de junho de 1816. Seu corpo foi transladado para o Convento de São Bernardino, onde jaz sepultado na quadra dos religiosos, num dos corredores do claustro; **Frei Luiz de São José**. Irmão-Leigo, esmoler em Paraty-RJ, faleceu no Convento de São Bernardino em 28 de dezembro de 1796, sendo sepultado na quadra dos religiosos, num dos corredores do claustro; **Frei Manoel de Santa Apolônia**. Natural de Paraty-RJ. Designado Presidente do Convento de São Bernardino na Congregação de 14 de abril de 1810. (MENDES, 1991, p. 153, 166, 168, 169).

retábulos colaterais de São Benedito e São João possuem tarjas, que foram aplicadas em desenhos diferentes das mesas mencionadas acima.

Fig.105 e 106: Mesa do retábulo-mor da Capela de N.S. da Conceição da Várzea do Corumbê e face posterior da mesa

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig.107: Tarja do retábulo de N.S. do Carmo – igreja de Santa Rita - Paraty

Fig.108: Tarja do retábulo de N. S. da Conceição – Igreja de Santa Rita - Paraty

Fig.109: Tarja do retábulo Mor da Igreja de N.S. do Rosário - Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

É possível que a referência deixada por esse entalhador tenha servido de modelo e inspiração para a execução dos outros exemplares na Vila ou tenha saído mesmo de sua lavra, antes de ele se ausentar para o Convento de São Bernardino de Sena em Angra dos Reis. O registro compreende um período em que ainda não havia chegado à Vila de Paraty o entalhador Goardiano José das Chagas, registrado no recenseamento de Maços de População da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, datado de 1809. Possivelmente esse entalhador realizou trabalhos de talha em Paraty em 1788, 1789 e 1791, quando nasceram seus três primeiros filhos[104].

[104] No recenseamento de 1809 encontramos Goardiano José das Chagas com 63 anos, natural do Rio de Janeiro, casado com Izabel Maria, com 40 anos, sua mulher, natural da Villa de Paraty, cadastrado sob o número 103, em suas ocupações e casualidades, da seguinte maneira: como “Vive do seu Oficio de Intalhador”, já possuía cinco filhos, João, natural de Paraty, 18 anos; Manuel, natural de Guaratinguetá, com 14 anos; Joaquina, natural de Paraty com 21 anos; Maria, natural de Paraty com 20 anos e Ana, natural de Guaratinguetá, com 9 anos, possuíam um escravo de nome Antonio (Crioulo), com 24 anos e Anna, sua agregada de Paraty com 49 anos (Maços de População, 1809, p. 312, 05204-0278).

Salta aos olhos entre as condições da doadora a entronização de uma imagem de N. S. da Piedade[105] no interior desta Capela, que era pertencente a um oratório[106] de esquina na Rua da Praia, canto com a Rua do Rosário. Segundo a documentação, esta faz menção à realização de terços diante do mesmo e à transferência do oratório, imagem, cera e azeite que possivelmente abasteciam a lanterna diante do mesmo.

Consta no Jornal O Pharol, datado de 23 de dezembro de 1906, a notícia da presença em Paraty do "Irmão Joaquim do Livramento"[107], esmoler chamado pela comunidade de "santo varão"[108], que tinha como objetivo a construção de locais para abrigos dos desvalidos, hospitais e exercia a prática do terço diante dos oratórios de rua, em Paraty.

> Com seus hábitos talares cantava o terço pelas ruas da cidade, diante dos oratórios que para esse fim, e, conforme era uso então, existiam collocados em algumas esquinas, sendo nesse serviço religioso acompanhado sempre por grande numero de devotos. Já n'esse tempo o irmão Joaquim era tido como homem de virtudes celestes. (O PHAROL, 1906, Nº 18, p. 2 e 3).

As informações acima vêm reafirmar a presença franciscana em Paraty, oriunda de Santa Catarina esmolando na região, construindo estabelecimentos pios como o Seminário da Santíssima Trindade em Jacuecanga – Angra dos Reis e a presença de mais de um oratório de rua na vila de Paraty, um deles abrigou a imagem de N.S. da Piedade.

---

[105] Esta imagem foi roubada da Igreja de N. S. das Dores em 1985 e passou 10 anos desaparecida do seu local de origem, sendo encontrada no ano de 1994 pelo Arquiteto/Museólogo Julio Cezar Neto Dantas em um brechó localizado no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro. Através do IPHAN, foi recuperada juntamente com a Polícia Civil e Federal, na gestão do Superintendente Regional do IPHAN Arquiteto Cyro Lira. Foi reentronizada em 04 de junho de 1995 durante os festejos do Divino Espírito Santo, Domingo de Pentecostes, com a presença de grande parte da comunidade paratyense, sendo o fato assim registrado nos jornais locais e do Estado e também no Guia Cultural "Paraty para ti", assim registrado: Voltou a Paraty em dia de festa do Divino, saindo em procissão pela cidade emocionada, nos braços do paratiense Julio Cezar Neto Dantas-arquiteto, museólogo e diretor do IPHAN na cidade, que foi quem a encontrou entre tantos e tantos antiquários da Capital. Às solenidades compareceram o Bispo Diocesano e o Diretor Geral do Patrimônio Histórico, que foi quem conduziu na procissão a artística e pesada peanha da imagem que voltava para seu altar. O encontro da imagem em um antiquário da capital fluminense foi explicado na cidade por antiga tradição oral: "Santo é assim mesmo. Quando quer ser encontrado, ele sempre se mostra para a pessoa certa..." (MAIA, 2000, p.49).

[106] Esses oratórios eram construídos em algumas esquinas de ruas das antigas cidades do período colonial. Dos 73 que existiam no Rio de Janeiro só restam dois, um sob a invocação de N. S. do Cabo da Boa Esperança, atualmente na Rua do Carmo e o de Santo Antonio, ainda na fachada do Convento no Largo da Carioca, que abriga a imagem de Santo Antonio em terracota policromada - possivelmente modelada por Frei Agostinho de Jesus. Geralmente à sua frente existia uma lanterna de pendurar com iluminação de azeite, que era acesa e os fiéis se congregavam diante dos mesmos, para rezar o terço ou recitar a ladainha. Para Coaracy, "Durante muitos e muitos anos, os edifícios religiosos e os oratórios foram para a cidade a única fonte de iluminação. Diante deles, todas as noites, se acendiam lampadários e como grande era a sua procura, aqui e ali, mais perto ou mais longe, servia sempre uma luzinha a bruxulear" (COARACY, 1965, p. 286 e 287).

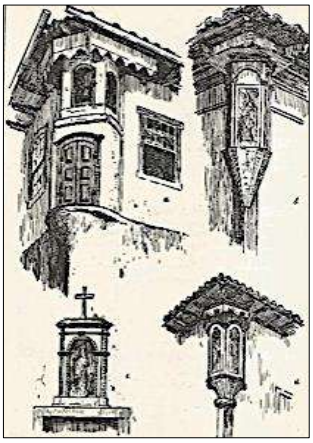
[107] Nasceu na cidade de N. S. do Desterro, Santa Catarina, em 22 de março de 1751, mudou seu nome de Costa para "Livramento", devido a existência de um oratório a ele confiado por sua família. Na Bahia fundou o Seminário de São Joaquim, por solicitação do príncipe regente D. João VI, esteve à frente da educação de órfãos. Em São Paulo, fundou também um seminário em Itú e outro em San'Anna. Participou do adiantamento do seminário de Jacuecanga, sendo esta sua última atuação em obras pias. Faleceu em Marselha, em 1829. (O PHAROL, 1906, Nº 16, p. 2 e 3).

[108] Na igreja, para a doutrina cristã evangélica, essa palavra, muito utilizada na Bíblia, faz referência ao homem digno de fé e com temor à Deus: "Disse então o varão: esta, sim, é osso dos meus ossos e carne de minha carne. Ela será chamada varoa, porque ele varão foi tirado. "(GÊNESIS 2.23).

Fig.110: Reintronização de N.S. da Piedade em 1995

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig.111: Oratórios de rua em Minas Gerais



Fonte: José Wasth Rodrigues

Fig.112: Oratório de rua de N.S. do Cabo da Boa Esperança, RJ

Fonte: Vivaldo Coaracy

Quando examinamos os ornatos que integram o nicho que abriga a imagem de N. S. das Dores, verifica-se em seu coroamento e na renda da tribuna a mesma tipologia de rosas e margaridas utilizadas nos retábulos de N. S. da Conceição e N. S. do Carmo da Igreja de Santa Rita e nos antigos retábulos da Matriz de Taubaté. Inclusive a pomba do Divino Espírito Santo, acima do nicho, possui fortes semelhanças com as do abaixa-voz dos púlpitos da Basílica Velha de Aparecida, atualmente em São Paulo.

Fig.113: Detalhe do Camarim e Renda da Tribuna do Retábulo de N. S. das Dores

Fig.114: Divino Espírito Santo do Coroamento do Nicho de N.S. das Dores

Fig.115: Divino Espírito Santo. Abaixa-voz do Púlpito da Basílica Velha de N.S. Aparecida

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Para a remontagem do retábulo verificamos que foram reaproveitados os degraus do trono, renda da tribuna e nicho, sendo este acessado pela porta frontal em vidro e também pela porta posterior, possibilitado pela adaptação realizada na capela mor da nova igreja. Os outros dois retábulos laterais, como já foi dito acima, são dedicados a N. S. da Piedade, ali entronizada em seu oratório no lado do Evangelho. Essa peça possivelmente foi executada pelo mestre de Angra, que teve atuação na primeira metade do século XVII, até aproximadamente 1680; e apresenta semelhanças, no que diz respeito ao tratamento

escultórico, com as imagens de Santa Catarina e São Domingos de Gusmão, que integram o retábulo de N. S. do Rosário da igreja Matriz de N. S. da Conceição, da cidade vizinha de Angra dos Reis.

Fig.116: Imagem de N. S. da Piedade Século XVII

Fig.117: Detalhe da face de N. S. da Piedade e do Cristo

Fonte: Acervo MASDP

Fig. 118: Imagem de Santa Catarina de Sena – Séc. XVII

Fig. 119: Detalhe da face da imagem de Santa Catarina

Fig. 120: Imagem de São Domingos de Gusmão - Séc. XVII

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O mesmo ocorre com a imagem de Nossa Senhora da Conceição (Fig. 121), do retábulo da Ordem Terceira de São Francisco do Convento de São Bernardino, e o São Francisco das Chagas, da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos em São Paulo – atualmente, no Museu de Arte Sacra de São Paulo (Fig. 122). A imagem apresenta elementos formais que remetem a este mesmo escultor[109]. As semelhanças entre eles

[109] Estes escultores foram pesquisados por Dom Clemente Maria da Silva Nigra, historiador e pesquisador de origem alemã, Schomach, Baden, região da Floresta Negra, ou “Silva Nigra”, daí o sobrenome que foi adotado em 1933, ao naturalizar-se brasileiro. Em 1922, aos 19 anos, veio para o Brasil, ingressando na Ordem Beneditina, onde foi também nomeado arquivista mor, obtendo licença para ser funcionário do SPHAN; como perito em “Belas Artes”, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, dedicando-se a pesquisa de temas ligados à Arte Sacra Brasileira.

podem ser vistas na postura hierática, no panejamento contido, na predominância frontal e na face posterior, algumas vezes com pouco tratamento, sem detalhamento e finalização, uma vez que ficavam ocultas, posicionadas contra os nichos dos retábulos, conforme enfatizou a Prof.ª Dra. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira:

> Ao que tudo indica, uma escola de escultores ceramistas difundiu-se na segunda metade do século XVII a partir dos conventos franciscanos de Cabo Frio, Rio de Janeiro e Angra dos Reis, cujas imagens, refinadas e com um certo ar altaneiro, são bem conhecidas dos colecionadores. Entre elas, Dom Clemente identificou uma série que atribuiu a um escultor denominado por ele de Mestre de Angra, a partir da Imagem da Virgem da Conceição do Convento de São Bernardino, de Angra dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p. 9).

Fig.121: Imagem de Nossa Senhora da Conceição - Século XVII / XVIII

Fonte: Inventário da Arte Sacra Fluminense 2008 vol. 1 - p. 173

Fig.122: Imagem de São Francisco das Chagas - Século XVII

Fonte: Livro MASP – 2014 - p. 47

A imagem do Senhor Bom Jesus[110] que integrou o inventário da Irmandade de N. S. dos Passos da Igreja Matriz, datado de 20 de fevereiro de 1823[111], foi entronizada no retábulo do lado da Epístola. A imagem é datada do século XVIII, possui as características formais das imagens pernambucanas e, possivelmente foi encomendada no período em que havia grande trânsito de embarcações de Pernambuco e da Bahia no porto de Paraty, conforme relata Samuel Costa

[110] Possui as características formais das imagens pernambucanas em especial é muito semelhante ao Cristo da Coluna existente na Capela Dourada do Recife em um dos retábulos laterais dos Passos da Paixão.
[111] Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 1823, p.2 a 56v.

> Os portos extremos do Norte que mais comerciavam com este eram os de Pernambuco e da Bahia. Sumacas e bergantins como “Rainha dos Anjos”, com equipagem de quatorze pessoas, “Ventura Feliz” (10 pessoas), “União do Sul” (10 pessoas), “Nova Glória” e outros faziam a cabotagem de Pernambuco até o Rio Grande do Sul, com escala por este porto. O seu carregamento consistia principalmente em sal, amarrados de piassava, anil, etc (A RAZÃO, 1922, Nº 22, p. 1 a 3).

A imagem, através de seus milagres, integra o conjunto das que eram veneradas em várias cidades do Brasil através de registros em litografias de papel que ficaram conhecidos, no século XIX, como “registros de santo”; no presente caso, trata-se do “Senhor Bom Jesus que se venera em Paraty”. A imagem recebeu um manto de veludo com galões dourados ainda no século XIX e foi suprimida a coluna.

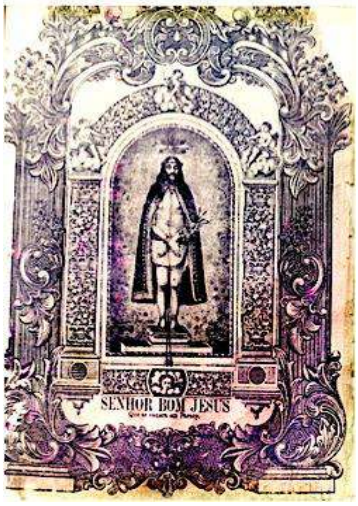
Fig. 123: Imagem do Senhor Bom Jesus Igreja N.S. das Dores Paraty - RJ

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

Fig. 124: Imagem do Senhor Bom Jesus – Capela Dourada Recife - PE

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/-vHl3xJUMpfk/UBcYjYq6X9I/AAAAAAAAAhE/o8Nzmvd8U94/s1600/DSC0378.jpg

Fig. 125: Litografia do Senhor Bom Jesus – Paraty - RJ



Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Devemos destacar que a imagem foi encarnada pelo artista João de Freitas Magalhães[112] em 13 de novembro de 1941, conforme notícia do Jornal O Sul Fluminense, da cidade vizinha de Angra dos Reis. A imagem do Senhor Bom Jesus foi benta após a encarnação pelo Vigário Cesar João Iera. As missas e ladainhas do Senhor Bom Jesus em 06 de agosto, seu dia de comemoração, continuaram a ser realizadas, inclusive com orquestra e foguetes durante o período em que a Paróquia esteve sob a administração do

[112] Por uma distinta paratyense, cujo nome a pedido deixamos de declinar, a Irmandade de N. S. das Dores acaba de receber valioso donativo. As expensas desta senhora foi reformada e incarnada a bela imagem do Senhor Bom Jesus que se venera na capela daquela Irmandade. O primeiro trabalho foi caprichosamente preparado pelo hábil artista Sr. João de Freitas Magalhães. A benção da dita imagem realizar-se-á por estes dias e na ocasião será celebrada uma missa insensada, acompanhada de cânticos sacros (O SUL FLUMINENSE, 1904, p.1). Era casado com Ernestina Eulalia da Rocha Peixoto Magalhães, realizou trabalhos nas Igrejas de Paraty, encarnando imagens, pinturas de retábulos e bandeira de mastro, entre outros.

Monsenhor Hélio Bernardo Pires (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1930 a 1957, p. 6 e 56), inclusive já mencionadas anteriormente em jornais do início do século XX (O PHAROL, Nº 47, 1910, p.1).

Os retábulos laterais da igreja de N. S. das Dores são encimados por um dossel servindo de guarda pó, para ser utilizado com cortinas, possibilitando que estas sejam abertas ou fechadas durante as cerimônias da Quaresma. Também são dignos de nota no interior da capela os rendilhados em madeira recortada, que servem de guarda corpo para as tribunas, coro e um largo matronéu[113] existente no lado do Evangelho.

Fig. 126: Matronéu e Coro da Igreja de N.S. das Dores - Paraty

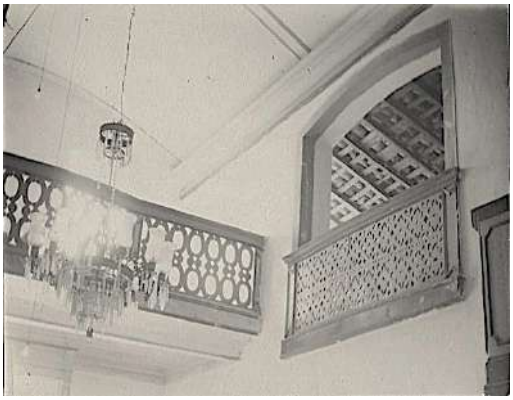
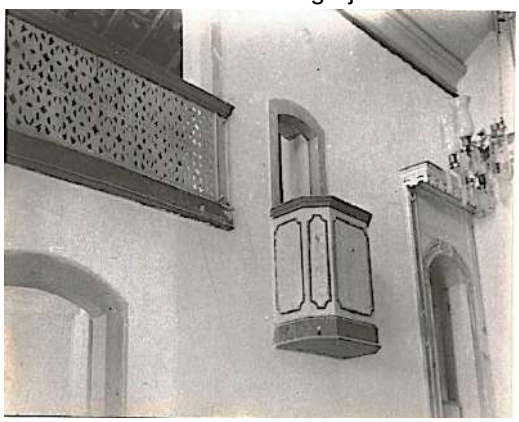


Fig. 127: Matronéu púlpito e dossel retábulo de N.S. da Piedade na Igreja das Dores



Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Na segunda metade do século XVIII, em 1789, era Alcaide[114] na Vila de Paraty Antônio Barbosa. Observamos ainda que junto à documentação pesquisada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que faz referência à Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, entre as citações de Inventário de Testamento chama atenção o de Domingos da Fonseca Santos, proprietário de Fazenda em cujas declarações há a informação do trabalho de um escravo seu nas “casas do Santíssimo”, possivelmente o local que funcionou também como canteiro para as obras da igreja Matriz

[113] Tribuna larga existente no lado esquerdo das igrejas, destinada às virgens consagradas a Deus, matronas de distinção e às aias de Nossa Senhora que eram as responsáveis por suas vestes e indumentária: a elas cabia a função de vestir a imagem para as cerimônias litúrgicas e procissões, entre elas o Setenário das Dôres, Procissão de Passos ou do Encontro e a Solene Coroação no Domingo da Ressureição. Alguns desses matronéus, quando se tratava de Conventos, eram fechados com grades de ferro, para evitar aproximação e acesso. Podem ser vistos no Convento das Carmelitas Descalças, no morro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro e na Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Paraty-RJ, geralmente ligados a irmandades em que só eram admitidas mulheres. Em 1892 eram aias de Nossa Senhora das Dores em Paraty: D. D. Maria F. da Costa Lima, Maria F. de Oliveira Lopes, Maria da Gloria Graça de Miranda, Maria Zepherina de Lemos Dias, Maria Joaquina Izabel de Souza, Aurea Amelia de Magalhães, Maria Silvana da Costa Nunes, Maria Candida de Magalhães, Ernestina Cabral de Almeida Carvalho, Maria Antonia Pinto Vieira, Umbelina Rosa da Costa, Sara Candida do Nascimento (O Paratyense, 1892, Nº 53, p.2).

[114] Funcionário designado para cumprir as determinações judiciais nas antigas vilas do período colonial.

> José era natural da Freguesia de Santa Luzia da Ilha da Madeira do Funchal filho legítimo de Jose de Gouvea e sua mulher Michaela que por sobrenome não perca. Declaro que fui casado nesta Villa com Anna de Jesus, foi amortalhado com o hábito de São Francisco e levando na tumba das almas de quem era Irmão, sepultado na Igreja Matriz, tinha um escravo de nação Banguella e João criolo. Declaro que me deve mais Francisco Tanoeiro que trabalha nas casas do Santissimo mil e seis centos reis (ARQUIVO NACIONAL, RJ, MICROFILME 0007000-73, 1788, p. 391 a 412).

Com a sucessão aberta pelo falecimento de D. Maria Rangel, que era proprietária da Fazenda do Morro, próxima à localidade de Mato Dentro, neste município, que faz divisa com Cunha, no Estado de São Paulo - sua morada nos idos de 1788 - anotamos a presença do mestre carpinteiro Manoel Carvalho e do Mestre Carpinteiro Antonio Fernandes. No decorrer da avaliação para efeito de inventário

> Diz Clara da Silva Rangel, Inventariante por falecimento de D. Maria Rangel, que Ella tem dado principio ao d.to Inventário neste Juízo, e pª efeito de o conciliar se faz necessário avaliar as moradas das Cazas tanto da Vª como da Roça, o engenho, echãos, para oq. torna-se a Sup.e em Manoel Carvalho Carpint.ro e requer a V. M.q por parte do Juízo de..... se em Pedreiros aos do arbítrio (ARQUIVO NACIONAL, 1788, p. 415, 417 e 425).

Além dos carpinteiros mencionados acima também estavam trabalhando na Vila de Paraty, como já mencionamos, os Oficiais de Carpinteiro Lourenço de Aguiar e Sebastião Rodrigues de Souza "[...] casado, morador desta Villa natural da Ilha da Madeira que vive do ofício de Carpinteiro de idade de quarenta e dois annos. (ARQUIVO NACIONAL, RJ. MICROFILME 1007.000.73, 1789, p. 506 e 507).

Conforme mencionamos acima, em 1812 a Igreja Matriz encontrava-se arruinada, o que levou à emissão de correspondência à Mesa de Consciência e Ordens relatando o estado em que se encontrava. Foi sugerida a realização de Loteria no valor de 5000$000 réis: "[...] Constava de 2.000 Bilhetes assignados pelo D.es Juiz de Fora, ou quem suas vezes, fizer; pelo Thezoureiro, e Escrivão de valor de 2500 (ARQUIVO NACIONAL, RJ., 1807, DOC 24, p. 4). Verifica-se no despacho de Monsenhor Pizarro que a atuação precária do momento era verdadeira, uma vez que já havia presenciado em sua visita em 1794, em que relata o estado de ruína na igreja, que não tinha capacidade para receber os fiéis:

> O arbitrio, à que recorrem os supes para se concluir a obra da Matriz da Villa de Paratii, me padece ser mto bem lembrado: porque de outro modo nunca, ou mto tarde haverá Casa decente para os officios Divinos, equando menos se esperar, sob as ruínas da Igrª existente acabará infelizmente grande parte do povo em occasiaõ do concurso. A necessidade, que se representa, He tão verdadeira, que eu mesmo posso attestalla, por ter visto o estado de ruína, em que já se achava no anno de 1794. Pizarro (ARQUIVO NACIONAL, 1812, DOCUMENTO 24, p. 1 a 16).

Em 1831, o Livro de Eleições, Posses e Concordata da Irmandade do Santíssimo Sacramento, datado de 1831 a 1955, menciona a "[...] fatura de hum gradio e muro sobre o Rio a fixar na direção do muro arruinado [...] se fassa hum aterro de barro seco, pello menos da espessura do muro para impedir, ou deficultar a fácil communicação da agoa com o terreno do adro, que deverá ficar isolado (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1835, p. 2). Observa-se que medidas vinham sendo tomadas para evitar a infiltração das águas do Rio Perequê Açú junto ao adro da Matriz; nesse período estava atuando como escrivão Roque José da Silva, importante Senhor de Engenho, como vimos acima, pai de Geralda Maria da Silva, que em muito contribuiu para o andamento das obras da igreja.

É de notar também no mencionado livro - como já dissemos acima – que estava integrada a Irmandade do Santíssimo, ocupando, além de irmãos, mesários, comerciantes, capitães, coronéis, vigário, padres, senhores de engenho e fazendeiros de açúcar e aguardente e também de café[115]. Em 1835, foi oficiado à Sra. Anna Maria de Almeida Cruz que entregasse os recursos que seu finado marido havia deixado para as obras da igreja Matriz, assim relatado por Samuel Costa em 1922:

> Dera-se início à construção da atual Matriz em 1787. Em 1822 iam já bem adiantadas as obras, embora, de quando em vez se paralizassem por falta de recursos. Não regateava o povo auxílio para a construção do belo templo, ainda hoje um dos mais majestosos deste Estado. Esmolas avulsas, contribuições mensais, disposições de última vontade e promessas, formavam a receita para a grande obra. Posteriormente loterias autorizadas pelo Governo vieram dar grande impulso aos serviços. As obras continuavam, nesse tempo, sob a administração da Irmandade do S.S. Sacramento de que era tesoureiro José Luiz Campos do Amaral. Raros eram os homens ricos da terra que, ao morrer, não legavam alguma coisa para "as obras da nova matriz". Eram elas também objeto de promessas dos devotos, algumas curiosas pelo cunho de documentação solene que lhes imprimiam, como fez o Guarda Mór Francisco Cardoso Borba, assinando uma promissória de 600$, que era sem dúvida um donativo valiosíssimo para aqueles tempos (A RAZÃO, 1922, Nº 24, p. 1 e 2).

Ainda em 1835, em Termo datado de quatorze de março, verificamos outro importante dado:

> [...] na mesma ocasião foi apresentada a Mesa hum Officio da Câmara Municipal desta Villa pedindo o orçamento das cúpulas previstas para acabar a mesma Obra, orçamento veio enviado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Presidente da Provincia e deliberação que com (ilegível) responder ao dito Officio, com a brevidade possível, para constar mandarão lavrar este Termo (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1835, p. 12).

[115] Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama, Coronel João Aires da Gama, Manoel Gonçalves Valadão (Senhor de Engenho), José Joaquim Pacheco (Senhor de Engenho).

Trata-se da execução das cúpulas em estuque do Batistério[116] e da face posterior do retábulo de N. S. dos Passos. Curiosamente a decoração central da Cúpula do Batistério, uma Glória[117] do Espírito Santo assente em uma abóboda com estrelas, em muito se assemelha à existente na Igreja de N. S. da Lapa dos Mercadores no Rio de Janeiro, executada pelo estucador Antonio Alves Meira[118] no período compreendido entre 1869 a 1872: "[...] executor das figuras dos quatro Evangelistas e mais adornos na cupola como também da figura do Espírito Santo no zimbório, da ornamentação da lanterna e do teto da Capela Mór" (HEITGEN, 1950, p. 29 e 30).

Para Mircea Eliade, ao tratar do espaço geométrico e do significado cosmológico da parte do teto que se encontra acima do "ângulo sagrado" podemos entender que "[...] os santuários mais antigos eram a céu aberto ou apresentavam uma abertura no teto: era o "olho da cúpula", simbolizando a rotura dos níveis, a comunicação com o transcendente (ELIADE, 2013, p. 55). O autor afirma ainda que a simples contemplação da abóboda celeste é suficiente para desencadear uma experiência religiosa onde o céu revela o infinito, o transcendente, representando também a força, a eternidade, portanto eterno e poderoso.

---

[116] O Batistério, segundo informações de Monsenhor Pizarro, a Pia Batismal era de pedra mármore, muito boa, coberta e recolhida entre grade, na verdade, trata-se de peça em mármore de Lióz, oriunda de Portugal, datada do século XVII, ainda da primeira Matriz; serviu no batismo de sucessivas gerações de paratyenses e ainda continua em função.

[117] Círculo de luz representando a visão aberta do centro do universo formada por blocos de nuvens podendo ser adornadas por anjos e figuras celestiais. Geralmente tem ao centro o Divino Espírito Santo, a Santíssima Trindade o Delta Místico - símbolos da eucaristia, visões de São Francisco e São Domingos, entrega de escapulários por N.S. do Carmo, N.S da Conceição, Ascensão e coroação de Nossa Senhora de onde partem diversos raios formando um resplendor. Costuma aparecer no coroamento de retábulos e portadas, simbolizando a unidade, o princípio, a ruptura entre o plano celeste e o terreno. A pintura de perspectiva arquitetônica, em trompe l'oeil, anteriormente uma trama compacta e de colorido sombrio em "glória", abre-se em vários espaços vazados, emoldurados e em rocalhas e guirlandas onde estão presentes personagens celestiais da igreja e um muro parapeito servindo de moldura às laterais da abóboda.

[118] Trabalhou nas obras da Igreja de N. S. da Lapa dos Mercadores, quando estas estavam sob o comando de Antonio de Pádua e Castro, professor da Academia de Belas Artes, nas obras de talha, administração e riscos. Segundo Ana Maria dos Santos e Ana Lucia Vieira dos Santos, esse estucador consta do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, lançado por Eduardo e Henrique Laemmert em 1843. Foi extinto em 1840 e integra o grupo dos "AFIFENSES" do Brasil, atuantes de 1870 e 1880 no Rio de Janeiro, com sobrenome Meira – Antonio Alves Meira, Bartolomeu Meira, Meira Lopes & Irmão de tradicional família de estucadores de Afife, freguesia do Conselho de Viana do Castelo, norte de Portugal. Antonio Alves Meira era filho de Domingos Alves Meira, era casado com sua prima Maria Quitéria Alves Meira (DOS SANTOS, Ana Maria Pessoa; DOS SANTOS, Ana Lucia Vieira, 2014, p. 7 e 10). Encontramos Maria Quiteria Alves Meira como Vice Provedora da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores na Administração de 1864 a 1865 (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1865, p. 378).

Fig. 128: Cúpula com a Glória do Divino Espírito Santo na igreja de N.S. da Lapa dos Mercadores - RJ

Fig. 129: Cúpula com a Glória do Divino Espírito Santo no Bastitério da Igreja Matriz de N.S. dos Remédios - Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

É possível que no período de 1863, conforme está registrado na data existente na cimalha de estuque do Batistério, esse estucador tenha recebido encomenda para sua execução e depois a repetiu no Rio de Janeiro, tamanhas a semelhança e policromia, uma vez que os contatos com a Corte do Rio de Janeiro eram constantes e as deliberações em mesa para orçamentos das despesas necessárias objetivando finalizar as obras da "Nova Matriz" eram assim registradas:

> [...] que se está edificando a expensas dos fiéis, depois de ouvir pessoas inteligentes conhecedoras da matéria, bem como o parecer do **Capitão Engenheiro Ernesto Augusto Cezar Eduardo de Miranda**, havendo outro sim balanceado os Livros das dispezas feitas athé aqui com a referida obra, com cheio em rezultado ter se desprendido a quantia de 46:405$285, e confrontando o que está feito com o que está ainda por fazer, a diferença somão a obra, preços correntes de materiais e utencilios para o seu andamento regular, acha a Comissão e hé de parecer, que com outra igual quantia repartida em prestações pode ultimar-se a referida obra, e pôr-se em estado de ter uzo em maior ou menor período de annos, segundo a cotta respectiva que fora arbitrada pela Administração Provincial sêm, contar com ornatos interiores que por agora ainda não pode a "Comissão" entrar em justo calculo, por falta de seus efficientes feitos. A Comissão não pode deixar de fazer sentir onde convier que o Edifício apesar de algus defeitos salientes oriundos de cauzas diversas e que se tem procurado remediar; quanto hé possível contudo hé construído com ellegancia, belleza e solidez, como hé vezivel e foi reconhecido pelo Exmº Prelado falecido e por todos os diferentes Engenheiros que tem vindo nesta Villa, e que depois reconhecido offerece espanção e como da para huma linda Cathedral. Villa de Paraty 24 de Março de 1835 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1835, p. 12 e 13).

Em 1834, as obras encontravam-se paralisadas e os documentos mencionam as dificuldades para extrair as cinco loterias que ainda faltavam junto ao Governo Imperial. Recorrendo ao Poder Geral Legislativo, respostas e informações desanimadoras enfatizavam que "[...] se hé mais vantajozo, e promette menos dispêndio demolir a Obra da Igreja Matriz da Villa de Paraty afim de se edifficar nova, e mais proporcionada ás

circunstancias do Termo, ou se ao contrario convem continual-a (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 - 1955, p.22).

Pelo que se percebe - e por ser uma obra de vulto, na cópia do oficio assinado pelo Procurador da Irmandade, José Antonio de Mello, assim registrado, este apresenta uma grande preocupação com os esforços e afetividade do povo paratyense, afirmando que a demolição

> traria consigo além da perda total desta quantia dispendio considerável, e doloroso Sacrificio ao Povo deste Municipio, que vendo perdido, e talvez para sempre o fructo de seus suores, e objeto de suas mais claras esperanças, verá igualmente com disgosto esfriar a sua piedade e Sentimento Religioso, de que fora sempre animada ainda mesmo por entre os golpes com que a impiedade pertende cercear a florescente arvore do Christiannismo. Deus Guarde a V.V^as S S^a muitos annos. Em - Consistorio da Igreja Matriz 9 de Abril de 1838= III^mos Senr^es Presidente, e mais Vereadores da Camara Municipal desta Villa (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 22v e 23).

Em 1840 o Visconde de Baependy, Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro, concedeu cinco loterias de 120 contos de reis para a continuidade das obras[119]. Ainda no Termo de Eleição datado de três de julho de 1840 aparece como Provedor o Reverendo Irmão Vicente Coelho Valadão e, como Irmão, Roque José da Silva, pai de Geralda Maria da Silva e escrivão João Leite da Silva Paranhos[120] (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 29 e 29v).

Destaque-se que o Termo datado de quatorze de maio de 1841 é bem esclarecedor, pois em minúcias de detalhes apresenta a trajetória arquitetônica da igreja, cujo patrimônio chegou até os dias atuais, conforme a concepção descrita no que concerne ao ambiente onde está inserida a sua elevação - embora tenha sofrido algumas alterações no risco e planta, devido aos abalos provocados em sua estrutura face ao uso da alvenaria de pedra em grandes dimensões. O referido termo diz que

> 1º Se antes de prencipiar-se a trabalhar nas obras da Igreja, seria mais conveniente para segurança da mesma obra, reedificar o muro, que fica à margem direita do Rio Paratiguassú arruinado pellas cheias do mesmo

[119] [...] São concedidas à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Villa de Paraty para a conclusão da respectiva Matriz, e sua decoração interior cinco Loterias de cento e vinte contos de reis cada hûa, sobre o plano das Loterias concedidas a Santa caza da Misericórdia da Côrte. (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 - 1955, p. 27).

[120] Foram nomeados para administrar as obras: O P.^dor Vicente Coelho Valladão; O R^do Fran^co Baltazar de Souza; R^do Marcellino José Bragança; O R^do Joaquim Mariano do Amaral Campos; Cap.^m José Luiz Campos do Amaral; Antonio Fran.^co Pinto; Manoel do Nascimento Salles; Angelo Maria Coupê; Antonio José de Oliveira Corumba; Joaquim Alves da Silva Barreto; José Antonio Caparica; Manoel Rodrigues d' Azevedo (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 32v e 33). Angelo Maria Coupê era proprietário de loja de Fazendas e Ferragens à Rua da Praia nº 43 (IHAP, 1883, DA), conforme Relação das Casas de Negócios existentes na Villa, por classificação de rua. Possuiu também uma escrava de nome Emiliana, que foi Rainha da Festa de N.S. do Rosário em 1859; e outra de nome Benedicta, nascida em abril de 1868 (LIVRO DE BATISMO Nº 9, 1868, p.1). Possivelmente filho de Luiz Alfredo Maria Coupê (-1872), natural de França e Manuela Josefina Pieracini Coupê natural desta. Teve um irmão de nome Pedro Maria Pieracini Coupê casado com Bibiana Joaquina Bittencourt Coupê; Luiz Alfredo Maria Coupê, foi irmão da Irmandade de N.S. do Rosário em 1846 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DE N.S. DO ROSÁRIO, 1827 A 1881, p.69v).

> Rio? Depois dediscutido este artigo, foi unanimemente decedido pella afirmativa, acrescentando-se que sendo necessário aproveitar para esta obra o tempo seco, marés baixas em caso contrario e empregacem os obreiros em trabalhar no frontespicio do Corpo de Igreja. 2º Se as paredes lateraes do Corpo da Igreja devem subir mais acima, ou receber o madeiramento n'altura, em que se achão? Decidio-se plenamente que visto achar-se o risco da Obra alterado muitas partes do seu todo, principalmente no comprimento da Capella Mór, e Corpo da Igreja, para uniformizar a obra, mesmo para não acumular mais pezo sobre as refferidas paredes, ficassem mas n'altura em que se achão, elevando-se a mesma altura o Frontespicio, PA então receber madeiramento. 3º Se os oficiais de Pedreiros, e Carpinteiros, que existem no Pais serião Capases de des-empinhar as obras, que se temem vista atenta a necessidade que há de alguma Cantaria para o Frontespício? – Resolveo-se que por agora bastava que se mandacem vir de fora hum bom Mestre Canteiro, e outro de Alvenaria somente, aproveitando-se os Oficiaes de Pedreiros que houvessem na terra, para trabalharem de abaixo dos riscos dos mesmos. 4º Se para ad'ministrar asobras seria mais conveniente pagar-se á custa da obra hum homem habil e inteligente para ad'ministra-la, ou convidarem-se Irmãos da Irmandade, mais pessoas interessadas, para cada hum ad'ministrar o seu mês, sem estipêndio algum? Depois de algum debate na discução deste artigo resolveo-se que senomiassem d'entre os Irmãos da Irmandade, outras pessoas residentes na Villa, para ad'ministrarem a obra, cada hum pôr espaço de hum mês, segundo as bases estabelecidas pella Irmandade, a quem fica reservado o Direito de Consulta em qualquer duvida essencial, que possa ocorrer relativa á mesma obra: e propondo-se anomear as referidas pessoas foram elleitos os Sem^{res} abaixo transcriptos. 5º Se desde já se devem arrecadar os dinheiros, legados mais utencilios pertencentes a obra, e com os fundos que houveram, mandar o Thezoureiro actual da mesma obra o Capitão Francisco Antonio Pereira Lisboa prontificar o massame, ferramenta, e materiaes necessários para a construção da mesma? Resolveo-se pella afirmativa, para esse fim se entenderião o Thezoureiro da Obra, com o da Irmandade entregando este áquelle todos os livros, relação e mais esclarecimentos necessários para essa arrecadação, para constar se mandou lavrar este Termo de Concordata, em que todos assignarão e Eu José Joaquim Pereira da Cruz, Escrivão da Irmandade que o escrevi e assignei. Valladão – Provedor; José Joaquim Pereira da Cruz; Manoel Al^{ves} Vieira Procurador O Procurador José Joaq^{m} dos Santos; Vig^{rio} Coll^{do} Ant^{o} Jorge da Costa; O Thezoureiro João Luis Alexandre Ribeiro; O Tizoreiro da Obra Francisco Ant^{o} Per^{a} Lisboa (LIVRO DE ELEIÇÕES DA IRMANDADE DO SANTISSIMO SACRAMENTO, 1831,1955, p. 32v e 33).

Observa-se pelo documento acima que havia uma grande preocupação com as margens do Rio Perequê Assú, constantemente afetado pelas cheias e a intenção da ampliação de extensão da capela-mor, que não ocorreu devido ao acúmulo de peso sobre as paredes, levando à alteração do "risco da obra". É possível que nesse momento já tivessem sido instaladas as janelas do clerestório[121] tanto da nave quanto da capela-mor. Ainda são visíveis na fachada posterior as esperas em pedras aparentes e as portas que

[121] Janela situada acima das ilhargas da cimalha da nave e capela-mor das igrejas em alusão à galeria dos clérigos nas igrejas ogivais. Do inglês clerc-story, pavimento dos clérigos. Pode aparecer em algumas igrejas brasileiras, servindo para entrada de luz para a nave e capela-mor. Seu uso tem origem nas basílicas romanas. São janelas altas com vedação em vidros fixos, permitindo a iluminação através da parte mais alta da igreja.

seriam abertas posteriormente foram assentadas com suas ombreiras e vergas em cantaria, semelhantes às de outros monumentos no Rio de Janeiro.

Fig. 130: Janelas do clerestório na nave da Igreja Matriz N.S. dos Remédios - Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 131: Teto e janelas do clerestório na nave da Igreja Matriz N.S. dos Remédios - Paraty

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Em 1841, através do encaminhamento do ofício do Sargento Mor do Corpo de Engenheiros Ernesto Miranda, procedeu-se a um "[...] novo exame nas paredes do corpo da igreja e frontispício pelos Mestres Canteiros e Alveneiros[122] [...] e propor os meios ad'quados a remediar qualquer defeito, que por ventura se possa encontrar, afim de continuar com segurança e regularidade a referida obra (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 34).

Em virtude da Lei Provincial nº 36, sancionada pelo Presidente da Província em 19 de dezembro de 1836, a direção e inspeção das obras estavam a cargo da Diretoria das Obras Públicas, que nesse momento constatou o que poderia ser exequível, estando atento ao "[...] estado de fendilhamento em que se achão todas as pedras e mesmo o abatimento de algumas partes pelo que mostra o desenho de plano horizontal de algumas peças de cantaria, assim como se V.V. S. S^{as} já se fizerão examinar se as paredes se tem observado na devida linha do Prumo (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 34v). Embora com as obras em andamento, observe-se que o peso da cantaria e cimalha, com frontão triangular de gosto neoclássico, era motivo de atenção e "[...] projetou-se igualar as paredes do frontispício, e torres à altura das do corpo da Igreja conformando-se quanto possível fosse com o risco da obra (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 35).

[122] Os que realizavam os trabalhos de cantaria e alvenaria nas obras arquitetônicas.

Fig. 132: Cimalha e frontão da Igreja Matriz de N.S. dos Remédios Paraty - RJ

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

Fig. 133: Fachada principal e lateral da Igreja Matriz de N.S. dos Remédios Paraty - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Em 1842, durante a administração do Thezoureiro Angelo Maria Coupê, foi sugerida a nomeação de Luis Marques Fernandes de Sousa para o Foro Judicial, que tinha como objetivo o controle das contas, produtos de esmolas e legados recebidos - ainda persistindo a velha preocupação que a Irmandade tinha com a estrutura arquitetônica:

> tem graves pensamen[tos] a supor que os alicerces da Obra, collocada em terreno arenoso e muito imediato á margem do rio Paratiguassú não possão suportar o demarcado peso das paredes, e torres, Cantaria das grades, semalhas, e empena, que se tem ainda a cumullar, seguindo-se o primeiro risco; posto que para evitar essa desconfiança se mandara fazer hua forte muralha á margem do referido rio (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 - 1955, p. 41v - 42).

D. Pedro Lacerda, em visita a Paraty em 1875, nos confirma o local do Consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que era acima da sacristia durante as obras ocorridas no templo, no lado da Epístola. Essas obras ocorreram em 1843, quando houve a transferência do Santíssimo para esse Consistório.

> No Consistório que deita para as três janelas do lado da Epístola da Capela-Mor é que por 32 anos, disse o Vigário, esteve o SS., enquanto se trabalhava na fábrica da Matriz. Disse o Vigário que o Sr. Bispo D. José Caetano, que muito gostava de Parati e se desvelou por esta bela Matriz, é que trasladou o SS. da antiga velha Matriz para esse consistório, e que então da janela do consistório deu com o SS. a bênção à tropa e povo que estava embaixo no largo de relva entre a Matriz e o rio Piraquéguaçu (LACERDA apud LEMOS, 1987, p. 341).

O Termo de 08 de janeiro de 1843 recomenda a suspensão da obra, mas que se fizesse o acautelamento dos “maçames” e utensílios pertencentes à mesma, em seu canteiro de obras, bem como a conservação do “telheiro” e na pedreira os canteiros e serventes que queriam continuar em seus jornais até que aparecessem novos meios e

entre eles os “combuqueiros” e serventes necessários para a extração da cantaria[123]. Em 09 de fevereiro de 1845, foi realizado Termo para aquisição de madeiras para a cobertura, com Miguel Vidal, sendo que essa compra só foi concretizada em 1846, com a aquisição feita a João Revilet[124] de “Ca (sic) de sessenta pernas de asna”[125], pelo preço de dois contos e duzentos e oitenta mil reis. Na ausência do Engenheiro Ernesto Miranda, assumiu a obra o Tenente Eugenio Joaquim José Cabral Filho, cuja comissão encarregada deveria ser dirigida e inspecionada pelo respectivo Engenheiro, estando como Tenente Coronel Chefe do 1º Distrito Manoel Stanislau de Castro e Cruz.

No período que compreende os anos de 1847 a 1849, verificamos que já não havia mais recursos para a continuidade da obra; nesse momento foram dispensados o apontador[126] e operários, conservando-se três canteiros. Embora passando dificuldades, a Irmandade tomou ciência da existência de terras de sua propriedade na localidade de Mamanguá[127] e realizou subscrição para aquisição de um pálio e alfaias. Segundo os documentos, em 1852 estava administrando a Obra do Cais e Ponte de desembarque o Comendador José Luiz Campos do Amaral, uma vez que o Engenheiro Francisco Januario Passos havia mandado entregar os equipamentos da Obra da Matriz.

Fica evidenciado que em 23 de janeiro de 1853, segundo o escrivão Angelo Maria Coupé e o Padre João Bernardo Martins, as obras estavam paralisadas, com seus materiais e ferramentas expostos às intempéries e ervas daninhas sobre as paredes. E foi determinado que, “[...] por estar expostas ao rigor do tempo, os utensilios da mesma mandasse recolhe-los todos e pôr debaixo da coberta enxuta, e bem accondicionados; e bem assim mandar retelhar o telhado da Capella Mor, e Consistório do lado do Sul, e arrancar as figueiras, que se achão nas paredes” (ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 71v). No início da segunda metade do século XIX, a presença do Irmão Tesoureiro José Antonio de Mello é notada para tomar conta dos objetos pertencentes à obra; e mesmo estando esta paralisada, determinou-se que fossem feitas duas doações para o templo em construção,

[123] O acervo da Paróquia de N. S. dos Remédios de Paraty, guarda em sua coleção, hoje no Museu de Arte Sacra de Paraty, diversos objetos, ferramentas, moitões, cordas de piaçava e fragmentos de um carro de madeira, que foram utilizados na obra da Matriz, no século XIX.
[124] João Revilet era Fazendeiro de café, açúcar e aguardente em 1851 e 1855, possivelmente irmão de Jerônymo Revillet, proprietário de armazém de molhados, em Paraty.
[125] Espécie de armação em madeira que forma a sustentação do telhado, as asnas eram as pernas triangulares formando seus vértices e apoiando sobre os frechais nas extremidades inferiores. Para a união das pernas de asna, utiliza-se uma viga horizontal que recebe o nome de linha.
[126] Oficial que “apontava” as ferramentas e ponteiros a serem utilizados para os serviços de cantaria na obra.
[127] Localizadas entre as terras da situação de José Donato Francisco dos Santos e seu irmão, o finado Manoel Izidoro dos Santos (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 62,62v).

um tapete pelo Provedor Comendador José Luiz Campos do Amaral[128] e pelo Padre Lourenço Ferraz Campos da Gama um “baldaquino”[129].

Em diversos momentos foram cancelados alguns atos da Festa da Semana Santa, entre os quais os Ofícios de Ramos e de Trevas. No ano de 1860 a ausência de recursos para essas solenidades foi atribuída à baixa do preço das lavouras, uma vez que os irmãos, em sua maior parte, eram lavradores e estavam em atraso com suas mensalidades. Ainda em 1861, mesmo com a supressão de alguns atos da Semana Santa, foi apresentado Ofício fazendo ver que

> Na Capella mor e Consistório da Igreja Matriz existem muitas goteiras, as quaes estão danificando, não so o trono da Capella mor, como as madeiras que nella e no Consistório estão depositados, a vista do que, a Mesa deliberar que se determinasse ao Thesoureiro da Obra que, quanto antes, mandasse retelhar a Capella mor e Consistório e bem assim arrancar todo o matto que existe no telhado e paredes do edifício (ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 89v).

Apesar das dificuldades para cumprir os atos litúrgicos, a preocupação com o trono e a capela-mor onde estavam instaladas as duas principais Irmandades Religiosas da Vila, a do Santíssimo Sacramento[130] e Nossa Senhora dos Remédios[131], era um assunto constante de vários termos da irmandade. Esta primeiro se instalou no templo em andamento, cuja finalidade era a Adoração Perpétua,[132] tendo em vista o dossel encimando o trono e o nicho da padroeira acima da banqueta. Cabe destacar que em 23 de junho de 1861, segundo consta no Termo de Concordatas da Irmandade, através do escrivão e irmão Procurador João Manoel Antunes Pereira Peixoto, conforme consta em Ofício, passa a integrar a administração das obras e com forte atuação a Benemérita Geralda Maria da Silva, filha de Roque José da Silva, Irmão do Santíssimo e proprietária de dois dos maiores engenhos de aguardente de Paraty, dos quais já falamos acima. O ato foi assim descrito:

> foi lido pelo Irmão Provedor, hum officio da Il^{ma}. S^{ra} D. Geralda Maria da Silva em que pede para que esta Irmandade nomeie Irmãos para mensalmente administrarem a obra a Igreja Matriz que Ella a sua expensa

[128] Segundo o Termo de Dádiva, ficaria pertencendo também a Irmandade de N. S. dos Remédios, também atuando na capela mor da Igreja Matriz (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 80).
[129] Segundo registro no Termo de Concordata, este menciona que havia sido oferecido por seu pai o Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama, esta peça era utilizada para condução do Santíssimo, no interior das igrejas que, em forma de missal, ao abrir possibilitaria seu uso, ou também o baldaquino fixo integrando o trono dos retábulos.
[130] Segundo Monsenhor Pizarro, essa é a mais antiga Irmandade Religiosa de Paraty, com Compromisso aprovado pelo Exmo. Sr. D. Francisco de S. Jerônimo em data provavelmente anterior a 1722, uma vez que este faleceu no ano de 1721.
[131] Foi fundada em 04 de agosto de 1729, conforme seu compromisso, confirmado por Autoridade do Sr. Fr. Antonio de Guadalupe, com provisão no ano de 1768.
[132] A Adoração Perpétua consiste na devoção com exposição do Santíssimo por longas horas e suas origens na Adoração das quarenta horas, em alusão e comemoração às quarenta horas em que Jesus esteve no sepulcro. Para esta cerimônia durante o dia ardem vinte velas e, durante a noite, pelo menos dez velas de cera no altar. Esta Adoração tem semelhanças com as adorações realizadas na Dalmacia no século XIII.

> vai fazer; a procedendo-se a esta nomeação foram nomeados os seguintes Irmãos. O Reverendo Vigario José Aberto da Silva; Angelo Maria Coupé; José da Silva Figueiredo; João Manoel Antunes Perª Peixoto; Antonio da Sª Mª Torres Mendengue; Raymundo Ignacio da Silva; Sebastião José Miguel de Souza; P.e José Matheus Alv.es Velludo; P.e Manoel Joa.m Xavier Valladão Balieiro; Domingos José Gomes; Cap.m Antonio José Epiphanio de Souza (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 90v – 91 - 92)

No transcurso das obras do camarim providências foram tomadas deixando transparecer que o trono do retábulo-mor estava sendo finalizado em 1863, quando foram encomendadas as escadas para o seu acesso, uma cortina de damasco para a "boca do trono", o emboço e reboco das portadas das tribunas, bem como da escada que serve de acesso para o Côro. Chama atenção o fato de que os serviços executados acima ainda encontram-se nos seus respectivos locais e o uso da cortina de damasco ainda permaneceu no trono da capela-mor, substituída conforme as cores litúrgicas[133] do calendário religioso e das festas anuais. O documento abaixo é bastante revelador das ações efetivadas por Geralda Maria da Silva e foi remetido à Assembleia Legislativa Provincial; e dessa vez nas referidas obras da nave e capela-mor da nova Matriz ainda restavam por encerrar os consistórios laterais, encontrando-se estes sem o telhado, conforme se verifica:

> Quando D. Geralda Maria da S.ª por effeito de sua philantropia e sentimentos religiosos concluídos a expensas suas, o Corpo e todo o interior a nova Igreja Matriz d'esta cidade, que fundada é mais de sessenta annos, não dava esperanças de que n'ella se funcionaria os Oficios Divinos e em cuja obra desprendeo aquella benfeitora, grande parte de sua fortuna; feito ainda por fazer se os consistórios laterais, que se achão apenas em paredes, que com toda a urgência se faz preciso, gerando não a conclusão d'ellas ao menos providenci-ar-se de modo a ficarem cobertos, pois do contrario, com as águas pluviaes, que em seos pateos se derramão, e que se encaminhão imediatamente para o interior da Igreja, ficará estas em pouco tempo arruinadas, tornando-se infructifera a custosa Obra se Ella feita, em estado de ter exercício e culto religioso. Esta Irmandade Sant. S. - que foi a fundadora deste templo, e administradora de suas Obras, quando tinhão andamento com as

[133] Inicialmente só era adotada a cor branca para os paramentos, que era a cor do vestuário da Antiguidade clássica. Pelo ano de 1200 foram adotadas outras cores litúrgicas. Houve deformações do Papa Inocêncio III (1190 – 1216), até a reforma do missal, depois do Concílio de Trento. Desde então existem cinco cores litúrgicas: o branco simboliza alegria, pureza, majestade, inocência e imortalidade. Emprega-se nas festas de Nosso Senhor (menos da Paixão), de Nossa Senhora, dos Confessores, das Santas Mulheres não mártires e nos domingos, desde a Páscoa até a Ascensão. O vermelho simboliza o fogo da caridade, o sacrifício e o amor divino. Emprega-se nas festas da Cruz, do Preciosíssimo Sangue, dos Apóstolos e dos Mártires e desde a véspera de Pentecostes, até do Domingo da Santíssima Trindade. O verde simboliza a esperança, a vida da alma e por isso é adotado durante o tempo depois da Epifania e Pentecostes, para indicar a vida de graça fundamental da nossa esperança comunicada a alma pela fé em Cristo e a vinda do Espírito Santo. É reservado a quase todos os domingos menos os que usam o branco, no tempo pascoal, ou o violeta. O roxo simboliza a tristeza, a mortificação e é adotado nos dias de tempo e penitência e luto, durante o Advento, desde a septuagésima até a Páscoa, a Têmporas e nas Rogações. O preto significa o luto e sinal de dor. É usado nos ofícios para os defuntos, nas cerimônias da Sexta Feira da Paixão e nos ofícios fúnebres. Usava-se também o chamado pano de ouro ou amarelo, que podia ser equiparado ao branco. Era permitido usá-lo no lugar do vermelho, nas ocasiões solenes, quando já existia esta prática. A cor preta foi abolida após o Concilio Vaticano II.

> esmollas dos fieis e depois com subvenções do Governo Provincial por prestações mensaes, no anno de 1840, devendo com prescrição o quanto antes a cautellar quaes que dannos que poderão sofrer a Nova Matriz sem o amparo de seos Consistórios; vou supostamente impetrar-vos a consignação de dez contos de reis em prestações de um conto mensalm.te para serem desprendidos com a obra dos referidos consistórios, a fim de que com um tal auxilio possa o templo de que se trata ir obtendo seu último. Sendo pois, Ilmº, a Irmandade supp.e demonstrando as rasões que justeficão a sua rogativa, espera que por vosso zelo patriótico e fervor religioso vos dignais de aceitar a prestação que implora, e conforme fazeis um importante serviço a este Municipio. Cidade de Paraty em Mesa conjuncta, aos 20 de outubro do anno de 1863 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 a 1955, p. 96).

Ainda em 1863 a nave da igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios já estava concluída, as imagens instaladas em seus novos retábulos[134] e os dois consistórios laterais expostos às intempéries[135], comprometendo os alicerces e paredes do templo. Conforme verificado no livro de Registro de Ofícios de 05 de dezembro de 1863, a Câmara Municipal de Paraty, vem expor que

> havendo uma Senhora d'esta Cidade, D. Geralda Maria da Silva, com o dispendio de cerca de 25 contos de reis, concluido o corpo principal da Matriz, cujas obras estavam paralizadas desde 1848, havendo transladado para ahi as imagens Sanctas, e estando já a funcionar o Templo, ocorre que é de urgentíssima necessidade cobrir-se, ao menos, os dois consistorios lateraes, pois que descobertos como se achão, recebem todas as aguas das chuvas, que cahem sobre o telhado do corpo principal da Igreja e ahi se precipitão e conservão estagnadas, alluindo não só os alicerces e paredes dos referidos consistorios, como ainda as proprias do corpo principal do Templo [...] pede a V. Excia. se digne mandar cobrir os referidos consistorios, dignando-se attender que prezentemente ainda se pode aproveitar todo o material de que dispôs aquella referida Senhora, na obra que fez, e em cuja adquirição mais tarde seria mister fazer-se dispêndio (LIVRO REGISTRO DE OFÍCIO IHAP, 1863, p.91v).

Isso explica, por exemplo, a instalação no templo inacabado dos retábulos das Irmandades Religiosas da Igreja Matriz, que lá já estavam funcionando e realizando suas festas e em plena atividade, apesar das obras ainda necessárias e por finalizar. A Igreja Matriz abrigava o maior número de Irmandades e neste templo eram realizadas as três festas mais importantes da cidade: a Festa da Semana Santa, a Festa do Divino Espírito Santo e a de Nossa Senhora dos Remédios. Devemos destacar que a Festa do Divino

---

[134] Móvel que fica colocado por trás do altar, encostado à parede posterior no caso do altar-mor e nas laterais no caso dos altares ou capelas laterais, em madeira, pedra ou estuque, onde são colocados painéis com representação do orago da Igreja ou altar ou escultura dos mesmos. O termo provém do latim *retabulum*, de retro (atrás) e tabula (quadro).

[135] No livro de Registro de Oficio da Câmara de Paraty consta o registro de uma Portaria do Exmo. Prezᵉ. da Província datada de 04/03/1864, relativamente aos materiaes do Antigo edifício que servia de Cadêa, consta: e sendo a mesma Directoria de parecer que devem esses materiaes ser empregados na conclusão dos dois consistorios da Igreja Matriz d'aquella Cidade, cumpre que a mencionada Camara Municipal emitta sua opinião a este respeito, comprovando o direito que tiver a esses objetos (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS, 1864, p. 99v).

Espírito Santo não era realizada por Irmandade, pois não constatamos este dado na documentação pesquisada. Sempre foi realizada por festeiro.

Para a conclusão dos serviços dos consistórios houve manifestação do Presidente da Província que faz menção à utilização dos materiais de demolição da casa que serviu de Câmara e Cadeia, a serem empregados na conclusão dos dois consistórios. Esses materiais teriam como destino o calçamento de algumas ruas e reparos em pontes municipais[136].

Ao que tudo indica, os retábulos da nave e capela-mor já se encontravam executados, restando por executar a Capela Funda do Santíssimo Sacramento e seu retábulo - que só foi concluído em 1873, como veremos adiante.

Cabe aqui comentar que, em meados dos oitocentos, as melhorias proporcionadas pelo advento do café possibilitaram, além da instalação de equipamentos urbanos, praças e pontes, a presença dos seguintes profissionais e serviços, registrada no Almanak Laemmert: advogados, agência de Correios, médicos e cirurgiões, ourives, olaria de fabricar tijolos, vidraceiro, lojas de fazendas e ferragens, instrução pública e particular, marceneiros, imaginário, dourador e florista[137], fazendeiros de café[138] e a continuidade manutenção dos serviços que já vinham sendo feitos desde o século XVIII, como os de fazendeiros de açúcar e aguardente[139] e de engenhos de aguardente[140].

As reuniões para tomada de decisões anuais consistiam em dois momentos: o primeiro, antes dos festejos da Semana Santa, em especial o Domingo de Ramos, Ofício de Trevas, “Adoração do Santíssimo” intercaladas pela Procissão do Fogaréu e continuadas internamente até o dia seguinte; e no Domingo da Ressurreição às 5 horas da manhã. O segundo, na véspera de Corpus Christi - para eleição da nova Mesa anual,

---

[136] Reconhece esta Camara a urgente necessidade de cobrirem se os consistorios da Matriz, sob pena de perdimento da obra feita, mais reconhece igualmente a urgencia daquella outra obra, que aliás se prende á salubridade publica.-:V.Excia. decidirá o melhor e o mais justo, tanto mais q.to se dignará attender que os materiaes de que se tracta insignificantes para a obra dos consistórios são por demais importantes para os reparos de calçadas e pontes (LIVRO DE REGISTROS DE OFICIOS, IHAP, 1864, p. 99v e 100).

[137] No Almanak Laemmert está registrado: Aureliano Joaquim de Gusmão com endereço à Rua da Matriz nº 11, nos anos de 1856, p.74 a 77; 1858, p.166 a 170; 1859, p. 91 a 96 e 1860, p. 130 a 133.

[138] In Loc. Cit: João L. G. Brunhs (1855 p.55); Angelo Maria Coupé (1855, p.59; 1859, p.91 a 96; 1860, p.130 a 133); Manoel Gonçalves Valladão (1851, p. 44,1855, p.109 a 112).

[139] In Loc. Cit. João Revilet (1851, p. 144 e 145; 1855, p. 109 a 112); Padre José Alves Velludo (1851, p. 144 e 145; 1855, p. 109 a 112); Bento José da Silva (1851, p. 144 e 145; 1855, p. 109 a 112); José Joaquim Pacheco (1851, p. 144 e 145; 1855, p. 109 a 112, 1858, p. 166 a 170; 1859, p.91 a 96); Manoel José de Souza (1851, p. 144 e 145) e Roque José da Silva (1856, p.74 a 79; 1858, p. 166 a 170 e 1860, p. 130 a 133).

[140] In Loc. Cit. José Joaquim Pacheco (1851, p. 144 e 145; 1855, p. 109 a 112 e 1856, p. 74 a 79); Bento José da Silva (1851, p. 144 e 145; 1855, p. 109 a 112; 1856, p. 74 a 79; 1859, p. 91 a 96 e 1860, p. 130 a 133); Manoel José de Souza (1856, p. 74 a 79;); Padre Manoel Alves Velludo (1858,p.166 a 170; 1859, p. 91 a 96; 1860, p. 130 a 133; 1867, p. 84 a 87; e 1880, p. 183 a 186); D. Jesuina Maria de São José (1867, p. 84 a 87 e 1869, p. 172 a 174); Angelo Maria Coupé (1867, p. 84 a 87 e1869, p. 172 a 174); Manoel Gonçalves Valladão (1867, p. 84 a 87; 1869, p. 172 a 174 e 1880, p. 183 a 186); D. Geralda Maria da Silva (1869, p. 172 a 174 e 1880, p. 183 a 186); Jerônymo da Costa Pombo (1869, p. 172 a 174 e 1880, p. 183 a 186); João José de Almeida Peixoto (1869, p. 172 a174 e 1880, p. 183 a 186) e Alferes Quintino de Oliveira e Souza (1880, p. 183 a 186).

que era empossada. No período de 1864 a 1873, novos irmãos entraram para a Irmandade[141].

Devemos destacar que em 1873, conforme foi constatado em Termo de Declaração datado de 14 de setembro, já estava concluída a "Capela Funda do Santíssimo Sacramento", inclusive seu retábulo e com douramento. Foi benta em sete de setembro, véspera da festa de N. S. dos Remédios do ano de 1873, às cinco horas da tarde, por provisão do bispo do Rio de Janeiro, vigários locais e em missão na cidade. O traslado do Santíssimo para a Capela ocorreu no dia oito de setembro durante a Procissão solene de N. S. dos Remédios[142].

A conclusão das obras da Capela do Santíssimo e seu retábulo vem atestar que este foi um dos últimos retábulos a serem construídos na segunda metade do século XIX, tendo em vista a conclusão do retábulo de São Roque, por José Marçal de Lima em 1863, conforme vimos acima. Também é possível que até a finalização da capela a Irmandade principal e primeira desse templo estivesse abrigada na capela-mor, juntamente com a Irmandade de N. S. dos Remédios, comprovada também pelo lampadário[143] em prata, até

---

[141] Entre eles estão: José Luiz Campos do Amaral, Gabriel Ribeiro Torres, Padres Custódio José Pereira da Cruz e Francisco Justino do Amaral Vianna, Manoel José dos Santos Porto, Manoel Antonio de Miranda, Quintino de Oliveira e Souza, Padre José Matheus Alves Velludo, Jeronymo da Costa Pombo, Antonio da Silva Maia Torres Mendengue, José Augusto do Amaral Peixoto, Apolinário Francisco de Paula e Silva e José Antonio de Oliveira Caixa, este último um dos Comandantes de um dos Vapores que aqui aportavam e, Manoel Antonio Ferreira dos Santos Pádua, pai de João Apolônio dos Santos Pádua, líder na política local no início do século XX. Os remanescentes familiares dos paratyenses ainda existentes no município de Paraty, atualmente através da constante permuta de nomes, existe a possibilidade de serem parentes.

[142] Visto achar-se concluída a Capella Funda do Santíssimo Sacramento e funcionando desde o dia oito do corrente, fazer um pequeno esboço de sua conclusão, e das pessoas que para esse fim concorrerão com suas oblatas. A obra do retabolo para o Altar da Capella Funda do Santíssimo Sacramento teve princípio a treze de Janeiro de mil oito centos setenta e três, concluída a vinte seis de Julho do mesmo anno de 1873. Importou o total da obra, inclusive o dourado, uma e mais trabalhos, na quantia de dous contos cento noventa e cinco mil quinhentos e quarenta reis (2:195$540 rs) Concorrerão para Ella o Ten.te João Francisco dos Santos, com a oferta de 400$000, Francisco de Paula e Silva, cem mil reis (100$000) Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis, quarenta mil reis (40$ rs) e a Ex.ma Snr.ª D. Geralda Maria da Silva um conto seiscentos cincoenta e cinco mil quinhentos e quarenta reis (1:655$540) consta do Livro de receita e despesa da obra da Igreja da Nova Matriz. Recebeu a Capella Funda a Benção prescripta pela Igreja no dia sete de Setembro do referido anno de mil oito centos setenta e três, as cinco horas da tarde, e por provisão de S. Ex.cia R.ma D. Pedro Maria de Lacerda Bispo da I.m Sebastião do Rio de Janeiro. Capitulou na Benção o R.do Vigrº Collado desta Freguesia, José Alberto da Silva, acompanhado de seu R.do Coadjuto Francisco Justino do Amaral Vianna e m.os R.dos Sacerdotes Custodio José Pereira da Cruz, José Matheus Alvares Velludo, Sub-Diacono Joaquim Peixoto Lopes, e R.dos Missionarios Victor Simão e Berardini Achiles, em Missão, n'esta Cidade. A Transladação do Santíssimo Sacramento para Sua Capella Funda, teve lugar no dia seguinte oito de Setembro, em Procissão Solene de Nossa Senhora dos Remédios Padroeira. Do que para constar se lavrou este termo, que assignão. Eu Jose Fran.co Pinto da Si.ª, Escrivão Subscrevi e Assino. José Franc.co Pinto da Silva (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 117).

[143] Considerada prescrição rigorosa pela igreja era conservar uma lâmpada acesa sem interrupção no interior do santuário, diante do altar onde estava instalado o Santíssimo Sacramento. O óleo que deveria alimentar essa lâmpada era o azeite de oliva, colocado em recipiente de vidro localizado em seu bojo, formado por elementos sinuosos dos quais saem três suportes curvos, suspensos por correntes e arrematados na parte superior por um sombreiro. Seu uso surgiu no século XIII, tornando-se geral no século XVI, com peças em metal ou prata confeccionadas com grandes lavores. A lâmpada serve para ficar de sentinela e guarda nobre de honra, junto de Nosso Senhor Jesus Cristo, simbolizando "luz do mundo" e as três virtudes teologais: fé, esperança e caridade, para abrasar o coração de amor com a Hostia Sagrada. Por isso se encontra sempre no arco cruzeiro da capela. O lampadário é datado de 1809, conforme marca e contraste existente na peça, e possuí arandelas para velas.

os dias atuais instalado no arco cruzeiro da capela-mor, atestando o seu lugar no trono para Adoração Perpétua, com o dossel ainda existente.

Em 1875, durante a visita à Igreja Matriz de N. S. dos Remédios, após celebrar[144] no dia 10 de março, chama atenção o relato de uma Missa por alma de Monsenhor Dr. Miguel Ferrini. Ao que tudo indica e pelos relatos apresentados, tratava-se de cerimônia das exéquias, na qual a eça era montada com um pano mortuário "preto" com cruz ao centro em galão dourado. Esta armação representava um catafalco, encenação de uma missa de corpo presente:

> Do arco cruzeiro para dentro estava armada uma eça sobre um estrado forrado de preto ornado de galão, e entre 4 tocheiros. Em cima da eça achava-se uma tumba ou como melhor se chama coberta de pano preto com sua Cruz entre 4 ramos fingindo ciprestes e oito castiçais pequenos de prata. O altar estava de frontal preto e velas amarelas com ramos verdes, e a boca do trono coberta de pano roxo (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 340).

No período de 1875 a 1876 estava como Provedor João Teixeira da Silva Lemos, e como Irmãos de mesa o Alferes Apholinário Francisco de Paula e Silva e Hermenegildo José de Almeida Peixoto. Este foi o período em que houve maior entrada de irmãos e o recebimento de objetos,[145] como os pálios ofertados por Geralda Maria da Silva, para cerimônias internas e externas da igreja, com as especificações dos tecidos. De 1878 a 1879 estava como Provedor Jeronymo da Costa Pombo e as atas de reuniões fazem menção ao "Consistório da Capela Funda" do Santíssimo Sacramento na Igreja Matriz - possivelmente o ambiente superior do lado da Epístola da igreja, acima da sacristia, uma vez que atrás de cada retábulo lateral existe um espaço destinado ao consistório da respectiva Irmandade.

Ainda nos legados deixados para a obra da Igreja Matriz, embora com várias etapas já concluídas, o irmão e Alferes João Gonçalves de Caldas Valladão deixa em testamento um sítio com lavoura, casa de morada e seus escravos em usufruto da

---

[144] "Depois da Missa fui ver os largos consistórios ou corredores de cima que dão para as 6 tribunas do corpo da Igreja e 6 da Capela-Mor. Falta o forro do teto e a obra ainda está por acabar. Tive ocasião de ver as largas e grossas paredes de pedra deste vasto templo. Vi os sinos que não estão em torres porque não as há, mas em dois grandes óculos aos lados do coro, sendo que um está dentro no começo do corredor que do coro vai para o lado do Evangelho da Igreja. Das janelas da Matriz descobre-se parte do mar e da Cidade" (LACERDA apud, LEMOS, 1987, p. 341).

[145] Receber a offerta de um Pálio de Ló offerecido pela mesma Ex.ma Snr.ª a esta dita Santa Irmandade e sendo ahy foi entregue ao referido Thezoureiro o mencionado Palio de Ló, com a condição de servir somente nas Porcições do Sm.º dentro da Igreja Matriz, todas as vezes que fosse perciso recebendo o Irmão Thezoureiro, alem de um outro de damasco que a mesma Ex.ma Sn.ra deo, para servir nas ocaziões que tiver de sahir o Smº para os Irmaos e mais pessoas que desejão sacramentar-se, quando enfermo, levando em números das alfaias da dita Irmandade no Livro de Inventário. E para constar faço este termo que assigna a doadora e Thezoureiro e com migo o Irmão Procurador Fran.co Ayres da Gama Bastos, servindo o Escrivão. Geralda Maria da Silva (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 124).

propriedade, sendo que após sua morte todos ficariam “fôrros e libertos como se nascessem de ventre livre”, morando e tomando conta desse sítio.

> Deixo o dito meu sitio a Irmandade do Santíssimo Sacramento desta Cidade, e com todas as terras e benfeitorias, enfim de com o produto do dito sítio possa socorrer com a parte que puder a obra da nova Matriz d’esta Cidade, o qual sítio a dita Irmandade não poderá vender por pretexto algum, e se o contrario fizer contra esta minha determinação os meus parentes que forem vivos deverão logo annular esta venda, tomando a si poderão então vender amigavelmente a quem mais der, e dividirem entre si em igual parte, a saber os meus parentes mais chegados (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 126v,127).

Entre 1880 e 1896 ocorreu um acréscimo de irmãos, entre os quais está José dos Santos Porto, por nós identificado como um dos encarnadores de imagens, constando nas publicações, a pedido, do Jornal O Paratyense: “[...] José dos Santos Porto, Rua do Imperador Nº 31 n’esta Cidade de Paraty, com arte, encarna e doura Imagens por comodo preço” (O PARATYENSE, 1883, Nº 20, p. 3); era também irmão da Irmandade de Santa Rita em 1869 (LIVRO DE ENTRADA, 1852 a 1910, p.35) e ainda o Capitão Francisco Lopes da Costa, Alferes João Pereira da Silva[146], Luis de Chaves Mello, José Rodrigues de Aquino, João José do Prado[147], Antonio Joaquim da Silva Miranda. Em 1890, com a

[146] Entrou para a Irmandade de Santa Rita de Paraty em 1848 (LIVRO DE ENTRADA, 1852 a 1910, p. 43v); Irmão da Irmandade de N.S. dos Remédios (LIVRO DE ASSENTO, 1886 a 1913, p. 14v); Irmão do Santíssimo Sacramento “Provedor” em 30/06/1886 e 31/12/1892 (LIVRO DE ELEIÇÕES, p.139, 139v, 140 e 155v). Faleceu em 1894, era casado com Jezuína Maria do Espírito Santo em cuja lápide tumular de mármore de carrara existente sob o trono do retábulo-mor da Igreja Matriz de N.S. dos Remédios está a inscrição “AQUI JAZEM os restos mortaes de Jezuína Maria do Espírito Santo nascida em 1849 e falecida em 12 de abril de 1902”. Do casamento nasceram os filhos: **Hilário Pereira da Silva** (1889-07/12/1937), casou em 28/12/1912 com Maria José Pimenta (1891-) onde nasceram os filhos: João (04/05 -); Benedicto Eusébio (15/12/1913); Norival (30/06/1917 -); Gilberto em 16/09/1927 (LIVRO A, Nº 21, p.54) casado com Maria de Salete Almeida em 27/02/1954 (LIVRO DE CASAMENTO Nº 31, p. 454); Judite - “Jotinha” - em 23/01/1923 (LIVRO DE BATISMO Nº 18, 1923, p.80) e falecida em 12/07/1985. Era casada com Manoel Ribeiro dos Santos e teve os filhos: Maria Helena, Maria Elisabete e Maria Aparecida; Osmar em 1925 e falecido em 09/05/1993 (LIVRO DE ÓBITO C, Nº 099, p. 234-F) era casado com Adeilde de Meneses Silva com quem teve os filhos: Célia Regina, Osmar Jefferson, Lucy Mara e Marina da Silva Pádua casada com Fernando dos Santos Pádua e teve o filho Jorge da Silva Pádua; **Rita Emília Pereira da Silva** (16/08/1892 - 28/04/1976) casada em primeiras núpcias em 08/01/1921 com Domingos Ignácio de Castro e teve os filhos, Euclides da Silva Castro, Valeriano Narciso de Castro e Fabíola da Silva Castro. Em segundas nupcias com Tibúrcio de Alcântara Ramiro (14/04/1881 - 10/06/1961) nasceram os filhos: Ernani de Alcântara Ramiro (29/02/1922 – 03/01/1973), Décio Ramiro de Alcântara (29/12/1922 - 10/12/1985), Argeu de Alcantara Ramiro (29/03/1927 - 05/01/2007), Clesmina Ramiro Menin (25/06/1929 - 11/03/1995), João Ramiro (25/08/1931 - 18/08/2010), Dulce Ramiro (18/11/1933- 30/12/2011); **Maria Hermogênia Pereira da Silva** - “Iaiá” -, - “Sá Mariquinha” -, (01/04/1894-22/09/1965) casada em 27/12/1916 (LIVRO DE CASAMENTO Nº 3, 1916, p.189 e 190) com Jovino de Aquino Netto (07/03/189-10/05/1949); e tiveram os filhos: Julieta Netto – “Dete” - (10/01/1915 - 09/12/1989), Adelino de Oliveira –“Dute” - (27/06/1916 - 09/11/1992), Dorvalina Braga – “Ama” - (25/12/1918 – 09/06/1956), Martinha Netto – “ Tinha” - (15/11/1922-29/11/1980), Célia Netto – “Neneia” - (16/12/1923 - 25/12/2007), Benedito Netto - “Nego” - (10/12/1925 -), Nolga Netto (29/12/1927 - 01/03/2000), Judite Netto (25/11/1929-13/04/2004), Domingos Netto – “Loro” - (13/12/1931), Alvina (05/07/1934-14/06/2015) e Laurita (27/07/1937-11/03/2014); e **Rosa do Espírito Santo** (21/06/1897 -), sem sucessão. Foi proprietário de sobrado à Rua Dona Geralda Nº 62 e um prédio térreo na mesma rua, Nº 75, possuiu também uma venda de “Seccos e Molhados, líquidos especiais e alimentos, à Rua Dr. Pereiro em 1882”, comprava também ovos e aves, segundo consta na Tabela das Casas de Negócios, Oficinas, Botequins e Bilhares, sujeitos ao pagamentos de impostos do ano de 1882 (IHAP, 1882, DA). Em 1900 possuía dois imóveis térreos na mesma rua sob os Nºs 70 e 72 (LIVRO DE LANÇAMENTO DAS DÉCIMAS URBANAS, 1900, p. 1v e 2v).

[147] Entrou para a Irmandade de São Miguel em 22 de setembro de 1912 (LIVRO DE TERMOS DAS ELEIÇÕES E POSSES, 1908, p. 2), Irmandade de N.S. do Rosário em 1922 (LIVRO DE NOMES DOS IRMÃOS, 1850-

morte de Geralda Maria da Silva, ocorrida em 20 de fevereiro daquele ano, observa-se que apesar dos avanços empreendidos nas obras da igreja Matriz, por seu pai e depois em sua administração, a presença e personalidade desses religiosos permaneceu no imaginário dos paratyenses, sendo narrada por sucessivas gerações, até os dias atuais.

Quando examinamos o porte arquitetônico da construção, feita de maneira avantajada, com muito uso de pedras aparelhadas e altura descomunal para os padrões da cidade, é preciso enfatizar que os caminhos traçados em vida por Roque José da Silva e por sua filha envolvendo os negros, senhores de engenho, oficiais da obra, irmãos, doações em dinheiro e objetos se estendeu não somente às duas Irmandades que promoveram a construção do templo, mas para as outras ali instaladas, em número de seis. Assim foi descrito no Termo de Gratidão datado de 12 de março de 1890:

> A Memoria da Ex.ma Senª D. Geralda Maria da Silva. A Mesa do S. Sacramento reunida no Consistório da Igreja Matriz em acto de Deliberação da Festa da Semana Santa deliberou q. fosse lavrado um termo, em que se manifeste a jurisdição desta Irmandade, nos muitos e relevantes serviços, q a mesma presta esta digna Irmãn e dedicada benfeitora. Deliberou mais, q no primeiro aniversário fosse resada uma Missa Solene, com libera-me convidando-se a Musica a acompanhar o acto. Assim como q fossem convidados todos os Irmãos q revestidos com suas insigneas assistissem a esse acto de Caridade e Religião a Memoria dessa afectuosa Senhora. Assim como, q logo que a Irmandade tivesse recursos e em comum com as demais Irmandades beneficiadas pela mesma Sen.ra promovessem no melhor meio de perpetuar a sua Memoria afim de q os vindouros conheção o quanto devem a essa Senª mãe da nossa Santa Madre Igreja. Como esta cidade. As Mesas fucturas fica lhes a responsabilidade de comprirem fielmente esta deliberação sob responsabilidade de consciência. (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 147v).

Essa responsabilidade e consciência para a continuidade ainda é verificada na utilização desse monumento e dos seus espaços - que inclui o batismo, casamento, frequência às festas comuns e solenes da comunidade e ainda na morte, com o ofício dos defuntos para encomendação do corpo antes do sepultamento, como descrito por Mircea Eliade:

> O homem religioso vive assim em duas espécies de Tempo, das quais a mais importante, o Tempo sagrado, se apresenta sob o aspecto paradoxal de um Tempo circular, reversível e recuperável, espécie de eterno presente mítico que o homem reintegra periodicamente pela

1920, p. 52). João José do Prado (1864-1937) filho de Carolina Maria da Conceição, esta filha de João Malaquias Teixeira e Clemência Maria de Jesus, era irmão de Antonio José do Prado. Das primeiras núpcias de João José do Prado com Carlota Chaves de Araújo Prado nasceram os filhos: Bráulio, Benedicto, Antonio e Castorina. De seu segundo casamento, com Maria José de Almeida Peixoto, - "D. Zezé" – (17/03/1901 - 22/04/1981). Em 1922, nasceram os fihos: Carolina - "Carola" - (07/09/1925-20/08/2010), Lourival - "Vavá" - (10/08/1928-22/07/2020), João (30/11/1930-01/04/2011), Geraldo (1934 - 30/12/1979) e Benedicto. Nos anos de 1882 e 1883 aparece como proprietário de venda de "Seccos e Molhados" à Rua Direita (IHAP, 1882 e 1883, DA). Em 30 de março de 1915 foi proprietário de armazém à Rua Tenente Francisco Antonio nº 29, esquina com à Rua Aurora juntamente com o imóvel de Nº 27, antes do mesmo ser adquirido por José Vieira Ramos (LIVRO Nº 23, 2º OFÍCIO, 30/03/1915, p.12 a 13v e p. 13v a 15).

> linguagem dos ritos. Esse comportamento em relação ao Tempo, basta para distinguir o homem religioso do homem não religioso (ELIADE, 2013, p. 64).

O autor esclarece ainda que existe o tempo predominante, monótono, do trabalho, o tempo do lazer e dos espetáculos, o "tempo festivo"; e para o homem não-religioso o Tempo não pode apresentar rotura e nem mistério: "[...] constitui a mais profunda dimensão existencial do homem, está ligado à sua própria existência, portanto tem um começo e um fim, que é a morte, o aniquilamento da existência" (ELIADE, 2013, p. 65).

Ainda em 1890, a Sra. Maria da Anunciação Pereira da Silva ofertou à Irmandade do Santíssimo Sacramento, na gestão do Tesoureiro Capitão Antonio Joaquim da Silva Miranda, duas toalhas de crochet[148]; e o Sr. Dr. João Cândido Royz de Andrade[149], quatorze toalhas grandes com cercaduras de rendas. O Termo de Doação abaixo vem reforçar esta prática de artesanato da cidade, iniciada em meados do oitocentos e existente até os dias atuais. Esse artesanato ainda é realizado por algumas senhoras da cidade[150] e as peças podem ser vistas durante as festas religiosas, quando são utilizadas nas mesas dos altares, com acabamento em bainha de laçada e ponto Paris, envolvendo assim uma questão devocional e educativa que já perpassa mais de um século.

> Tendo o Reverendíssimo Vigário Francisco Justino do Amaral Viana, obtido por instrumento fazer que algumas Ex.^{mas} Sen.^{as} offertassem qualquer donativo para ornamento de Nossa Matriz nos actos de solenidade religiosa, lhes aquecendo no pedido, offertaram ao R.^{do} Vigário, treze toalhas de crochet, primoroso trabalho de paciência e gosto o qual denota o adiantamento de educação Escolar entre nós e o interesse pelo Culto Divino, livrando-se de qualquer interesse pecuniario que h'ali adoectou, tendo somente o sentimento religioso invocado pelo Digno Vigario para objetivo de dadiva tão preciosa. Fez saber o Digno Vigario Vianna offertasse toalhas a Irmandade do S. Sacramento para suas solenidades não podendo esta por sua vez emprestar a outrem, ou para qualquer solenidade de actos profanos. O que deseja que se cumpra atribuindo o Irmão Thezoureiro a responsabilidade dos objectos, offertados a sua conservação. Paraty, 31 de Dezembro de 1890. Eu, José

---

[148] Aos quinze dias do Mês de Março de 1890 lavramos este Termo para que conste, que a Ex^{ma} D. Maria da Anunciação Pereira da Silva offertou a Irmandade do Santíssimo Sacramento sendo Thesoureiro o Irmão Cap.^{tam} Antonio Joaquim da Silva Miranda, a quem a mesma Ex.^{ma} Snr^{a} fez entrega: Duas Toalhas tamanho regular feitas a Chochet a fim de serem aplicadas no serviço da Irmandade. Para que conste a todo o tempo lavramos este termo e fazemos inserir em o Livro de Inventario da mesma Irmandade fls. 21- Igual Declaração. Consistório da Irmandade do Santissimo Sacramento, digo, Consistório da Igreja Matriz desta Cidade. Eu, Escrivão subscrevo assignando-me José Rodrigues de Aquino (Escrivão) Maria d'Annunciação Pereira da Silva. O Vig.^{ro} Fran.^{co} Justino do Am.^{al} Vianna, O Thesoureiro Antonio Joaquim da Silva Miranda (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 148). Foi proprietária de imóvel térreo à Rua Dona Geralda Nº 49 e sua irmã Rita Emília Pereira da Silva possuíu o de Nº 48 (LIVRO LANÇAMENTO DE DÉCIMAS URBANAS, 1900, p. 1v e 2v).

[149] Aos 30 de Março de 1890 foi entregue ao nosso digno Irmão Thesoureiro para ser applicado no Culto de Nossa S^{ta} Irmandade pelo Ex^{mo} Dr. João Candido Rodrigues de Andrade 14 toalhas grandes com cercaduras de rendas, e sendo doze para uso nas tribunas, uma para o Altar e outra para o Pulpito. Esta Irmandade agradece esta valiosa offerta e faz lavrar este termo para que a todo o tempo Conste. Consistório da Igreja Matriz desta Cidade. E eu subscrevo assignando-se José Roiz de Aquino, escrivão (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 148v).

[150] Alza Luiza Vieira Calixto, Benedicta Corrêa de Mello, Clotilde Corrêa de Oliveira, Luiza Gonçalves Vieira, Maria das Dores Lessa, Melissa Aparecida de Oliveira, Maria Aparecida da Silva e Nicéa Cananéa Dantas.

> Rodrigues de Aquino, Escrivão que subscrevi e assino. (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 150).

Em 1891 foi determinado ao tesoureiro da Irmandade que fosse adquirido outro livro de Entrada de Irmãos, visto que o anterior estava em má conservação: "[...] Fica o Irmão Thesoureiro authorizado a troucar o livro de entrada de Irmãos devido ao seo mao estado, authorizado a aquisição de outro q tenha a mesma aplicação de menor formato" (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p.152, 152v, 153). Conseguimos consultar o livro de 1892 a 1957 (ANEXO 5) e assim temos o registro iniciado em 1892 até a década de 1950. Solicitações foram feitas para nova aquisição de um "pano de damasco" para colocar no altar-mor, possivelmente a cortina que veda o camarim; e para a criação de uma "Capelania[151]".

Em 02 de março de 1892, ocorreu uma redução do número de Irmãos, segundo consta, por falecimento ou mudança da cidade, sendo sugerida a entrada de Irmãs para integrar a Irmandade. Devemos destacar que de maneira geral esta Irmandade somente agregava homens e a sugestão da entrada de mulheres assim foi justificada:

> [...] Deliberou que atendendo a deficiência de pessoal onde se possa angariar Irmãos para esta Irmandade pois que do grande numero q tinha, acha-se hoje muitíssimo reduzido, por terem falecidos e por mudança desta Cidade: que fosse admitidas como Irmãos toda Senhora que tivesse os requesitos necessarios em suas qualidades moraes e social e gosando ellas de todas as regalias a q tem direito os de mais Irmãos, ficando-lhe unicamente prohibido terem direito em actos deliberativos, não podendo serem elleitas e nem ellegerem. E assim tudo deliberado pede que as Mesas suas sucessoras tomem em consideração este acto e fação comprir tendo em vista o augmento desta Irmandade q se, seos Irmãos compenetrarem-se de sua Missão poderá ser de grande utilidade aos mesmos. Eu escrivão o escrevi e assigno e mais mezarios. Paraty 2 Março 1892 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 154).

Situação semelhante ocorreu entre 1759 e 1804 com a Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, que agregou mulheres na Irmandade do Santíssimo: podemos verificar nas grades de anuais que suas anuidades eram pagas com o fornecimento de azeite para a lâmpada do Santíssimo, conforme veremos adiante no Capítulo II - Quadro Nº 18.

Em 1892, foi autorizado ao tesoureiro mandar fazer um caixão e uma eça[152] para serviço dos irmãos, ficando claro que "[...] as pessoas que não pertencerem a esta Santa Irmandade só poderão utilizar-se a Eça mediante um aluguel ao arbítrio do Irmão Thezoureiro que dará o competente recibo e levará a receita desta Irmandade a quantia

---

[151] Eram as Missas para Irmãos vivos e defuntos todas as 5.as feiras às 9 horas sem que deixassem de serem cumpridas as do Compromisso. Essas deveriam ser acompanhadas de cânticos religiosos e com a assistência dos Irmãos revestidos com suas insígnias (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 152, 152v, 153).

[152] Móvel de madeira para colocar o caixão do defunto durante os serviços fúnebres, geralmente pintadas de preto com decoração alusiva à morte, alguns exemplares possuem elementos de talha dourada e policromada com figuras zoomorfas e símbolos fúnebres.

obtida" (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 154v). Situação semelhante e que provavelmente se estendeu à segunda metade do século XIX, conforme verificamos no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita, datado de 1855, foi a arrecadação e diversos pagamentos de aluguel de caixão, urna, eça, realização de missas e importe da Música para o *Liberame*[153], com o seguinte destaque: "[...] no dia 20 de dezembro, foi vendida uma sepultura a Geraldo Braga de S. Sabbas[154], - 1.320 reis (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p.3); este realizou a pintura e douramento do retábulo de Nossa Senhora das Dores, conforme registro no Livro de Receitas e Despesas daquela Irmandade, já mencionado acima. Em 1856, no dia 28 de agosto, foi realizada a venda de uma "[...] urna para a mãe de João Agostinho" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p.5). Este era filho de Agostinho Ribeiro Netto e Leopoldina Maria de Oliveira e Souza, filha do Alferes Quintino de Oliveira e Souza, também integrantes da Irmandade. Verificamos que os caixões e urnas eram de uso comum a todos, conforme citado acima[155], através dos "aluguéis"[156].

No Termo de Concordata de 03 de setembro de 1868, o Padre Custódio José Pereira da Cruz chama atenção para o mau estado em que se encontravam "as vestimentas da Urna e dos Caixões desta Irmandade", a fim de deliberar ao tesoureiro as despesas necessárias para as reformas das vestimentas desses objetos.

Em 1892 foram doados pelo Irmão José Finamore um Missal, "Estante" ou porta missal, um conjunto de Sacras e um par de galhetas, objetos estes ainda usados nas cerimônias litúrgicas e que ainda constam do acervo da Paróquia de Paraty. Ao assumir a Provedoria da Irmandade em 31 de dezembro de 1892 o irmão João defendeu com muita insistência a manutenção dos atos de Semana Santa. Neste momento estavam também atuando João José do Prado, José Joaquim Avelar, Manoel Bento dos Santos, Quintino

---

153 *LIBERAME, Domine, Jesu Christe, ab omnibus iniquitatis meis et universis malis, fac me tuis semper inhaerere mandatis ET a te numquam separari permittas*. Amen – Livrai-me Senhor, Jesus Cristo, de todas as minhas iniquidades e todos os males, dai-me estar sempre seguro aos vossos mandamentos e não permitais que jamais me separe de vós. Amém.

154 Chamava-se Geraldo Braga Bispo de S. Sabbas era casado com Candida Thereza de Jesus, possuía um filho de nome Manoel Braga de S. Sabbas. (A RAZÃO, 1918, Nº 52, p. 3).

155 LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA – 1855, p. 5.

156 Em 21 de setembro de 1872, foi feito o "[...] Aluguel de caixão para o genro do Alferes Quintino de Oliveira e Souza" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855 p. 34); em 22 de abril de 1873, "[...] aluguel de Urna para o filho do Capitão Epiphanio" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855 p. 34 v); em 01 de maio de 1873 "[...] Aluguel de Caixão para o filho de Manoel Vieira e Aluguel de Urna para o Tenente Francisco Antonio" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p. 34 v. Em 1877, nos dias 05 e 17 de novembro, foram pagos "[...] Aluguel de Caixão para a escrava de Antonio Monteiro e para a crioulla da Casa do Medeiro" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p. 41). Em 1884, no dia 03 de abril, foi pago aluguel de Caixão para Epaminondas, escravo de Gerônimo da Costa Pombo, proprietário de um dos grandes engenhos de aguardente e açúcar em Paraty. Em 1880, no dia 12 de julho, foi realizado o pagamento de "Sete Missas", inclusive pela alma de Roque José da Silva, pai de Geralda Maria da Silva, que também integravam a Irmandade de Santa Rita de Paraty, como veremos adiante.

de Oliveira e Souza, Pedro Evaristo de Almeida Peixoto, Alexandre Conrado Ribeiro Torres e João Silvano Peixoto de Castro.

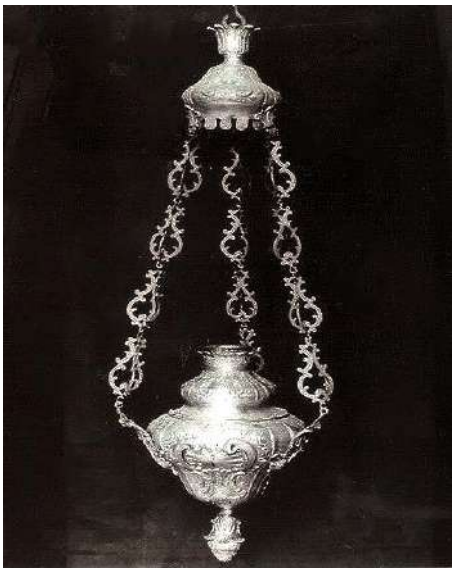
Ao que tudo indica, a ausência de pároco e o pouco saldo existente em poder da Irmandade motivaram a supressão de alguns atos da Semana Santa, causando maior preocupação. Em 1894 somente foi realizada a Procissão da Ressurreição, durante a festa da Semana Santa. O saldo era de setenta e seis mil e oitocentos reis a favor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, valor considerado "[...] extremamente exíguo para accorrer as despesas das supraditas solenidades attento a sua importância que é superior a um conto de reis do que inteirada e sufficientemente esclarecido a Mesa, resolveu unanemente mandar celebrar" (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831-1955, p. 158).

No período que corresponde a 1894 e 1895, a cidade encontrava-se sem celebrar suas festas em alguns momentos. Tal situação parece ter se prolongado até a chegada do Rev.^{mo} Frei Willibrord Van Eyk, em 23 de setembro de 1906, conforme notícia do Jornal O Pharol: "[...] Acha-se n'esta Cidade, Freri Willibrord, da Ordem Carmelitana, encarregado das Parochias d'este município, chegado no vapor Garcia, no dia 23 do corrente" (O PHAROL, 1906, Nº 6, p. 06). Constatamos que esses serviços vinham sendo anteriormente realizados de maneira esporádica por vigários, entre os quais Frei Serapião de Lange; e já se anunciava a nova administração do Frei Willibrord.

No inventário da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty[157], datado de 1823, verificamos a presença de "1 lampada de prata" e "1 Dita velha de latão" no retábulo da referida imagem. Em 1850 esta mesma lâmpada aparece instalada no altar do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios: "1 lampada de prata, que se acha na Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, servindo ao S. S. Sacramento", atestando a alteração já realizada, impulsionada pelo profundo sentimento religioso que levou à constituição de Irmandades Religiosas, erigindo igrejas matrizes e muitas vezes suas próprias capelas (Fig. 134).

[157] Livro de Inventário da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty (ACRJ – 1823, p. 2).

Fig. 134: Lâmpada em prata pertencente ao retábulo do Senhor Bom Jesus dos Passos – Séc. XVII. Peça desaparecida



Fonte: Arquivo Noronha Santos - IPHAN - RJ

Fig. 135: Retábulo Mor - Igreja Matriz de N. S. dos Remédios

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No século XIX a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios passou por grandes reformas e ampliações que a deixaram com certa unidade formal em seu interior. O retábulo-mor (Fig. 135) serviu de protótipo para os retábulos da nave em dimensões menores e também para as duas capelas fundas do Senhor dos Passos e do Santíssimo Sacramento, que foram decoradas após 1800, estendendo-se estes serviços até meados do século - aproximadamente 1863, quando foram concluídos.

Foram adotados na ocasião elementos do vocabulário do estilo vigente, o neoclássico, com uma simplificação na tipologia, policromia em marmorizados, inclusive nos trabalhos de cantaria das portas internas, semelhantes às de outros monumentos no Rio de Janeiro[158] (Figs. 136 a 139); e do arco cruzeiro, bem como a decoração em estêncil nas paredes da nave, capela-mor e capelas fundas - técnica usada antes do advento do papel de parede, embora alguns nichos como o de Nossa Senhora dos Remédios e o de Nosso Senhor dos Passos, inclusive o sepulcro no interior da mesa, fossem forrados com esse material.

[158] As ombreiras e vergas das portas da fachada principal e lateral da nave são semelhantes às da Capela do Menino Deus, localizada na Rua do Riachuelo, no Rio de Janeiro, datadas do século XIX, possivelmente do mesmo canteiro e ou mesmo desenho. As portas das tribunas da Capela Mor são semelhantes ás do Paço Imperial na Praça XV, datadas do século XVIII.

Fig. 136: Capela do Menino Deus
Rua do Riachuelo - RJ

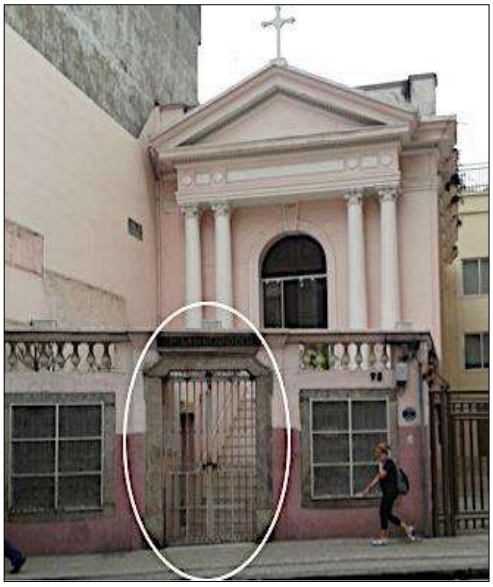


Fig. 137: Porta da nave da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios de Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 138: Decoração em estêncil na capela-mor e tribunas - Matriz de N.S. dos Remédios - Paraty

Fig. 139: Decoração em estêncil na capela funda do Santíssimo Sacramento - Matriz de N.S. dos Remédios - Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O único retábulo que permaneceu com a mesa de altar datável do final do século XVII é o de Nosso Senhor dos Passos, com frontal retangular e decoração acantiva, tendo ao centro a crescente lunar, símbolo de transformação e de crescimento, de mudanças e restituição das formas, castidade e nascimento, “passagem da vida à morte e da morte à vida”, uma vez que no seu interior está o sepulcro que abriga o esquife com a imagem do Senhor Morto, usada na procissão de mesmo nome ou do “Enterro” (Figs. 140 e 141). Segundo Mircea Eliade, não podemos esquecer que “[...] a Lua revela ao homem religioso não somente a ligação indissolúvel entre a Morte e a Vida, mas também, e, sobretudo que

a morte não é definitiva, que é sempre seguida de um novo nascimento” (ELIADE, 2013, p. 130).

Figs. 140 e 141: Mesa e Sepulcro do retábulo do Senhor Bom Jesus dos Passos
Igreja Matriz de N. S. dos Remédios - Séc. XVII

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Esta decoração é encimada por uma carântula[159], expelindo pela boca mandorla em arrecada[160], que contorna a crescente lunar. Toda a composição é dividida em painéis contornados por sebasto[161]. A Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios ainda guarda em seu acervo o sacrário original, datado do século XVIII, que integrava este retábulo quando o mesmo também serviu ao Santíssimo Sacramento (Fig. 142). Deve-se relatar que algumas peças do acervo descrito por Monsenhor Pizarro em sua visita encontram-se no interior da Igreja Matriz e outras integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty (ANEXO 6).

Os retábulos da nave da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios permaneceram com as características dos demais retábulos, inseridos em arcada, com enquadramento em pilastras retas, capitel jônico, entablamento clássico com friso e cornija, arremate superior em elementos sinuosos com as terminações em volutas, encimando frontão triangular tendo ao centro o atributo das imagens oragos desses retábulos. O conjunto é arrematado na parte superior por tarja formada por feixe de folhas de acanto.

[159] Espécie de máscara apresentando figuras e caracteres mágicos dos feiticeiros com forte expressão cabalística.
[160] Elemento decorativo em forma de losango, cujos ângulos laterais foram arredondados simbolizando a união entre o céu e a terra; pode ser constituído por volutas, flores e elementos sinuosos.
[161] Faixa de tecido ou galão de cor diferente aplicada nas vestes, paramentos e frontal de altar; pode vir acompanhada de franjas.

Fig. 142: Sacrário que integrava o retábulo do Senhor Bom Jesus dos Passos Igreja Matriz de N. S. dos Remédios - Séc. XVIII

Fig. 143: Capela Funda que abrigou o retábulo de N. S. das Dores, atualmente do Santíssimo Sacramento

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

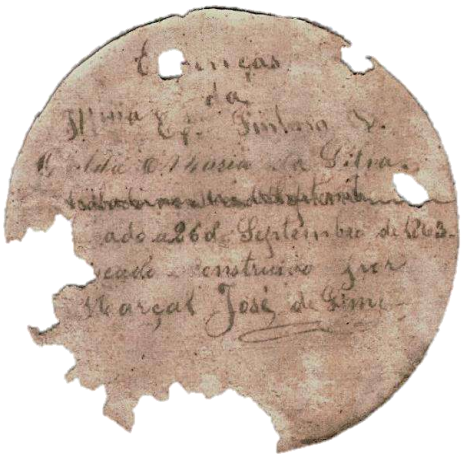
No retábulo de São Roque (Figs. 144 e 145), já mencionado acima, em 1794, por Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, quando faz a descrição do interior da Igreja Matriz - durante a restauração estrutural empreendida na década de 1990, foi encontrada no interior do atributo do santo “chapéu de peregrino” [162] o registro abaixo, em papel recortado, atestando o legado e a presença do autor do risco e construção do referido retábulo, encomendado em outro momento, e cujo carpinteiro foi identificado como Marçal José de Lima. Este posteriormente integrou o grupo de empreiteiros e profissionais que trabalharam nas obras da Igreja de Santa Rita de Paraty.

[162] Consta no registro: Lembranças/ da/ Illma. Bf. Sinhora D. Geralda Maria da Silva/ Sábado a 26 de Septembro de 1863/ riscado e construído por/ Marçal José de Lima/ (DOCUMENTO AVULSO, 26/09/1863 - Transcrito na forma original).

Fig. 144: Retábulo de São Roque Igreja Matriz de N. S. dos Remédios

Fonte: Acervo Antonio Carlos de Araújo Marques

Fig. 145: Documento avulso recortado em papel circular encontrado no interior do chapéu de peregrino do coroamento do retábulo



Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra de Paraty

Destaque-se que D. Geralda Maria da Silva, benfeitora da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em seus legados para as Irmandades Religiosas de Paraty, deixa também exigências. Entre elas estão as solenidades para as festas de São Roque e de Nossa Senhora dos Remédios, primitivos padroeiros, ambos de sua devoção particular. Em 26 de janeiro de 1884[163] fez a oferta de uma bacia e um par de serpentinas, ambos de prata, e trinta e quatro castiçais galvanizados à Irmandade do Santíssimo Sacramento, sediada na citada igreja, conforme verificamos no Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1831 a 1955, p. 134 v. a 135 - peças que integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty e ainda são usadas nas cerimônias litúrgicas, em especial nas principais festas de Paraty: Semana Santa, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário.

Devemos destacar que em 1853 foi instalado na cidade novo equipamento urbano, o “Chafariz” (Fig. 146), mandado construir pelo Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (ANEXO 7), segundo relatório apresentado ao vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, Comendador João Pereira Darrigue Faro. Instalado no centro da Rua da Pedreira, rumo ao caminho da serra, local de passagem de tropas e animais de montaria que

[163] Aos vinte dias do méis de Janeiro de mil e oito centos e oitenta e quatro, foi offertado a ésta Santa Irmandade, pela Exma Snrª D. Geralda Maria da Silva, uma bacia de prata, pezando dous Killos trezentas e setenta gramas, um par de serpentinas também de prata pezando dous quilos e trezentas gramas, trinta e quatro Castiçaes galvanizados, tudo como consta do livro d’actas e folhas 134 v. e 135 ecom as mesmas condicções que a hy se áchão escriptas as quáes devirão estar sempre em vistas para serem executadas. E para constar se lavrou o presente termo em que assigno com o Thesoureiro e Eu Manoel Justino de Freitas escrivão que o escrevi e assigno. Manoel Justino de Freitas. Antonio Joaquim da Silva Miranda. (LIVRO DE INVENTÁRIO DA IRMANDADE DO SANTISSIMO SACRAMENTO, 1863, p. 20v).

também faziam uso do chamado tanque da lavagem[164] existentes nestas proximidades, veio amenizar as necessidades enfrentadas no século anterior:

> Concluiu-se também o chafariz que mandei construir na cidade de Paraty; e em abril p. findo fui pessoalmente assistir á sua abertura, que leve logar em sua presença de muitas pessoas desta côrte, que se achavam naquella cidade, na da camara municipal, autoridades, habitantes do logar, que todos se mostraram satisfeitissimos e reconhecidos para com a assembléa provincial e o governo, pelo beneficio que lhes fizeram, accudindo á sua mais imperiosa necessidade. Este chafariz é seguramente o mais elegante que há na provincia. E' de forma quadrangular com uma torneira em cada face, e um repucho que lança agua em uma bacia na parte superior. E´todo de mármore branco, e a água que o alimenta percorre a extensão de uma légua, pouco mais ou menos (RELATÓRIO, 1853, p. 63).

A execução da obra e as dificuldades enfrentadas em sua execução valeram elogios ao capitão Francisco Januario dos Passos e ao fazendeiro João Reveillet, merecedores pela presidência. No relatório há também o registro das obras para a construção da Praça do Mercado e a ponte de desembarque de Paraty. Assunto que até os dias atuais ainda é comentado na cidade é o desaparecimento do cálice de ouro oferecido pela comunidade para o Conselheiro Pedreira beber água na inauguração: este foi doado para a Santa Casa e possivelmente vendido:

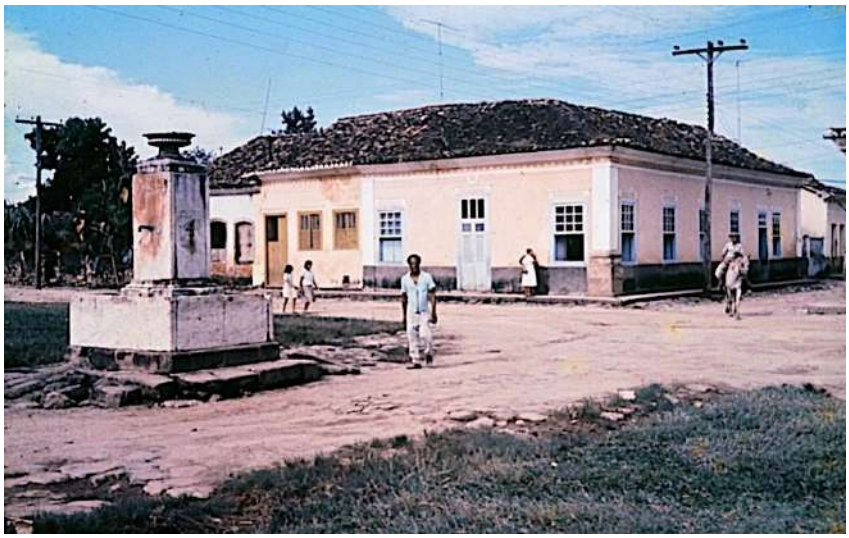
> Tendo-se assoalhado pelos corredores da Casa de Caridade, no dia 19 do corrente, que o Revmo. Conego Dr. Cesar João Iera, quando provedor da dita Casa vendera um cálice de ouro, a elle pertencente, venho a bem da verdade e na defeza d'aquelle amigo ausente, declarar que semelhante allegação é simplesmente falsa. A administração da Casa de Caridade, querendo dar-se ao trabalho de rever seus livros de actas e contas, verá que o cálice de ouro, offerecido ao Conselheiro Pedreira, Presidente da Provincia, pelo povo de Paraty, por ocasião de inaugurar-se o chafariz desta cidade em 1854, e pelo dito Sr.doado àquella Casa, foi vendido antes do Snr. Conego Cesar ter nascido na Italia:- e assim ficará destruída a torpe calunnia. Paraty, 29 de Outubro de 1909. Francisco Souza (O PHAROL, 1909, Nº 11, p. 3).

Consta no Diário de D. Pedro II – Décimo Volume Manuscrito da Coleção do Museu Imperial de Petrópolis, informação que faz menção de viagem à região de Angra dos Reis no período de 05 a 10 de dezembro de 1863, transcrição da pesquisadora Begonha Bediaga, publicada pelo Museu Imperial de Petrópolis em 1999:

> "[...] A misericórdia é maior que a de Angra, admitindo até 60, mais tendo já 15 doentes. Havia em cima da mesa um copo de ouro oferecido pelo Pedreira à Misericórdia, dissera que a cidade de Parati oferecera ao Pedreira. Não sei por que não venderam o copo e o mais conforme era a vontade do doador a fim de ter mais algum dinheiro havendo déficit anual para a Sta.Casa (BEDIAGA, apud, COTRIN, 2012, p. 211).

[164] Tanque de forma quadrangular ou pedras lavradas que servia para dar de beber aos animais.

Fig. 146: Largo e Chafariz do Pedreira



Fonte: Escritório Técnico Costa Verde – IPHAN - Paraty

No início do século XX, segundo o Termo de Deliberação de 02 de outubro de 1904, novas obras de conservação do templo foram empreendidas, fazendo-se necessária a junção e apoio de duas Irmandades ali instaladas nos seus retábulos, São Roque e São Miguel. Novas mudanças foram feitas com as imagens e possivelmente a Igreja de Santa Rita novamente abrigou essa "trasladação", já

> Que estando a Matriz em obras e sendo de urjente nessecidade a mudança das imagens, alfaias e mais objetos pertencentes ao culto Divino para uma das Capellas filiaes desta Cidade, em quanto durar os trabalhos de reconstrução da mesma Matriz propõem que a meza de ampla autorização ao R. Vigario para fazer a respectiva mudança para qualquer das referidas Capellas, correndo as despesas da trasladação por conta dos cofres da Irmandade na parte que lhe diz respeito, ficando tudo sob a responsabilidade do mesmo R.^{do} Vigario, a quem se dará sciencia desta deliberação (LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÕES, 1887 a 1917, p. 43).

Consta das despesas para obras em 1905 o registro de pagamentos dos operários, dos Mestres de Obras João Mazza, cuja presença já havia sido notada na igreja de Santa Rita no ano de 1898, prestando serviços inclusive na decoração da igreja: "[...] Imp.^{cia} de seos honorários como Mestre das obras João Mazza desde Janeiro do corrente até 27 de Maio deste anno, conf.^{e} o r.^{o} nº 61" (LIVRO DE CONTAS DAS OBRAS DA MATRIZ, 1904-1906, p. 3v). Para essas obras consta o registro de diversos operários com atuação efetiva nos trabalhos[165]; entre eles está João de Freitas Magalhães, atuando como pintor.

[165] Recibo Nº 43 – pintar a urna da Igreja Matriz, por João de Freitas Magalhães, em 12/02/1906; Recibo de ordenados como Pedreiro por ter feito caiação na Igreja Matriz e telhado, por João dos Santos Christino, em 15/08/1908; Recibo de doces fornecidos para a festa, por Maria Rosa de Oliveira, em 10/09/1908; Recibo de damasco para cortina do Altar mór, galão e franja p^{a} o mesmo e duas p.^{s} de ceda e 12 Cordãos para opa, em

Em 1910 a igreja Matriz de N. S. dos Remédios ainda se encontrava com o seu piso em assoalho, embora já apresentando necessidade de manutenção e conservação, levando à contratação de serviços de carpinteiro no barroteamento do assoalho e de pedreiro no telhado da nave e capela-mor[166]. Na década de 1930, na gestão do Vigário da Paróquia, Padre Hélio Bernardo Pires, verificou-se a necessidade de novas obras, constando das atas de reuniões a intenção de "[...] demonstrar aos católicos Paratienses a necessidade que havia de providenciar-se sobre as obras que a nossa Igreja matriz estava precisando, como fossem a reforma geral do telhado, ladrilhamento de todo o Corpo da Igreja, bancadas, púlpitos, etc." (LIVRO DE ATAS DAS REUNIÕES, 1931, p. 1). Em 1933 as obras foram iniciadas pelo Mestre Oscar Lopes, pela comissão de obras. Entre os irmãos presentes, estavam o Secretário Eduardo Pinto Vieira e o Tesoureiro Antonio Ferreira França. Após terem angariado os recursos, assim ficou deliberado:

> 1º - fazer-se o serviço por dia sobre administração. 2º Para Mestre das obras o Snr. Oscar Lopes com o salario de 14$000 por dia. 3º que os salários dos Pedreiros fossem de 8$000 por dia. 4º que os salários dos ajudantes homens a 4$000 por dia. 5º que os salários dos menores fossem de 3$000 por dia. 6º que os pedreiros e ajudante quinzenalmente fossem substituídos por outros, a fim de que não se descontentasse a nenhum, dando trabalhos a todos, 7º que os pagamentos fossem semanaes. 8 (sic) que fosse iniciado os trabalhos na primeira semana. 9º que se comunicasse por escripto a Irmandade que terminada a encombencia da comissão, será prestada a Conta de Receita e Dispesas das obras para constar de acta (LIVRO DE ATAS DAS REUNIÕES, 1931, p. 2 e 2v).

A aquisição dos ladrilhos foi realizada em etapas[167] e ainda permanece na nave da igreja, formando uma cruz grega[168] cujo estípe faz ligação com a entrada e a capela-mor e o patíbulo com as duas capelas fundas. Seu assentamento foi realizado por Seraphim

---

m12/09/1908; Recibo para pintura ou douração da cúpula da mesma Santa (nicho), por João de Freitas Magalhães em 26/12/1909; recibo de trinta açucenas, por Rafael Fornitano em 11/03/1910; Recibo de pinturas feitas em 18 succenas, digo, trinta sucenas e uma banqueta, por João de Freitas Magalhães em 02/04/1910; Recibo de doces para os leilões por Francisca Amélia Peixoto da Silva, em 10/09/1910; Recibo de armação dos andores e foguetes por Benedito Moreira de Carvalho em 12/09/1910; Recibo de encarnar diversas imagens, em crucifixo e assim concertar a Lâmpada, por João de Freitas Magalhães, em 27/03/1911; Recibo de limpeza da lâmpada grande de Nossa Senhora, por Pedro José Antonio de Oliveira, em 11/09/1911. (LIVRO DE LANÇAMENTO, 1905, p. 7v, 17v, 20v, 21v, 287v, 29, 29v, 33v, 34v, 38v, 40).

166 Consta no Livro de Lançamento das quantias que foram pagas pelos Cofres da Irmandade de N. S. dos Remédios de Paraty, os recibos de pagamento dos que lá trabalharam e compra de materiais, à Victor Pinto da Silva (ilegível) como pedreiro; Manoel Hilário dos Santos, como carpinteiro; Victor Paulino dos Santos, barrotes para o assoalho ;Manoel José de Souza, 20 alqueires de cal; José Fernandes dos Passos, na retificação do assoalho; Gabriel Gomes Calixto, venda de 50 telhas; Antonio Francisco da Silva, serviços de pedreiro no telhado, retificação da obra(LIVRO DE LANÇAMENTO, 1905, p. 31 e 31v).

167 Em 03 de outubro de 1932, pago a Vicente Torres, descarga de ladrilhos, 25.600 reis; Em 23 de novembro de 1933, pago aos Srs. J. M. Mello e Cia., segunda compra de ladrilhos, 882.000 reis; em 17 de julho de 1935, de 30 engradados que conduziu ladrilhos, 3.000 reis; em 07 de dezembro de 1935, pago a Seraphim Sergio, p.ª assentar ladrilhos 140.000 reis; em 31 de dezembro de 1937, Crédito de 120.000 reis do Thesoureiro da Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito, Sr. Rangel Paulo, de 10 m.tros de ladrilhos que sobraram e que foram aplicados na Igreja de N. S. do Rosário (LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1931, p. 5, 14, 25, 28 e 35).

168 Cruz cujos braços possuem as mesmas dimensões, podendo estar centrada em um quadrado. É muito usada nos paramentos, palas ou gravada em objetos litúrgicos, entre eles a patena.

Sérgio em 1935. Os ladrilhos instalados na capela-mor foram retirados na década de 1970 pelo IPHAN, que retornou o piso em assoalho.

Devemos destacar que na época dessa obra o ambiente da nave da matriz ainda possuía as grades de madeira; e as recomendações eram "[...] mandar-se concertar a grade de madeira, aproveitando-se a mesma madeira que estivesse perfeita e se completasse o resto em madeira nova, mandando-se tirar a tinta a óleo da madeira velha para depois mandar-se envernizar toda a grade" (LIVRO DE ATAS DAS REUNIÕES, 1931, p. 4v). Como já mencionamos, as naves das igrejas não possuíam bancos e a separação era evidente, feita por meio de grades, com as mulheres ao centro e os homens às laterais, principalmente nas grandes matrizes. Em Paraty os bancos passam a fazer parte do pouco mobiliário existente a partir de 1935.

> Percizando também mobilhar-se a Igreja e havendo grande defficuldade de angariar-se dinheiro, ficou a comissão de obras, encumbida de pedir não só na Paróchia como também pessoas de fora o donativo de um ou mais bancos de acordo com as posses, cujos bancos deverão ser feito a capricho de madeira de lei e obedecendo todos o mesmo feitio (LIVRO DE ATAS DAS REUNIÕES, 1931, p. 4v).

Nas visitas do Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo também figura o que provavelmente é o primeiro registro sobre a Igreja de Santa Rita em Paraty:

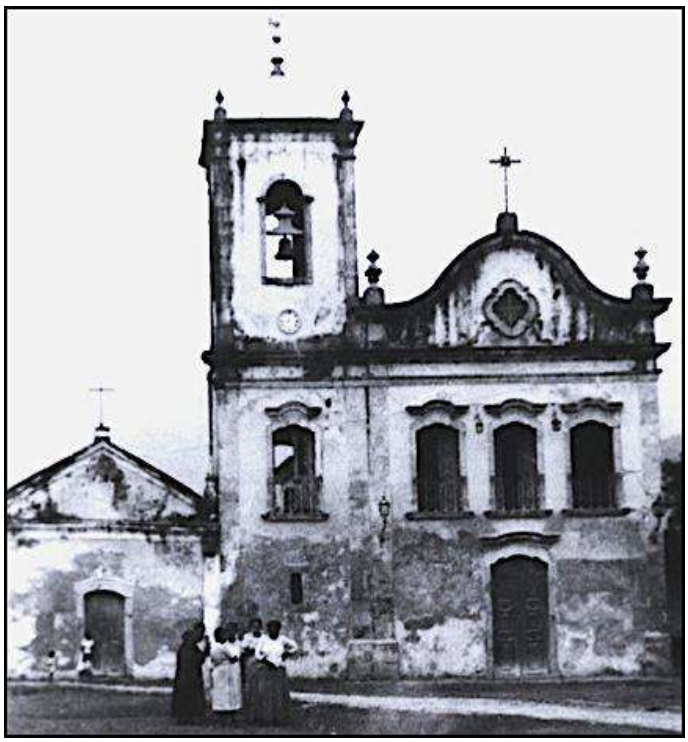
> 2ª____de S. Rita e S. Quitéria. Procurando eu, pelos t.os da sua ereçaõ, naõ me foraõ apresentados, p.r se ignorar onde existiaõ: p.r esta causa tambem ignorei o tempo da fundaçaõ desta Capela; e só pelos Capítulos da Visita em 1749 sei que ela já então existia, bem q' fosse posteriorm.e reformada, e reedificada. Tem patrimonio em duas moradas de casas novas sobre pilares, e 9 braças de terra junto ao Adro da mesma Capela. Está m.to bem sortida de paramentos, com muito asseio, e riquesa, e de trastes de prata, como saõ uma Custodia m.to bem feita, uma Pixide, Turíbulo, naveta, vaso para o lavatorio da Comunhaõ e outras mais peças que me foraõ apresentadas; e constaõ do seo Inventário. / Vid. fol. 217v.ª (ARAUJO, 1794, fols. 38v. a 45v).

Com a Provisão do Cabido Sede Vacante, datada de 30 de julho de 1722, a Igreja de Santa Rita foi fundada sob o título do Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria, sendo vigário o Padre Manoel Braz Cordeiro; passou posteriormente à Venerável Irmandade da Gloriosa Santa Rita (Fig. 147). Nas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, datadas de 1820, Monsenhor Pizarro e Araújo relata ainda que

> Dentro da Villa estam as Capellas 1ª de Santa Rita de Cássia, fundada sob o titulo do Menino Deos, Santa Rita, e Santa Quitéria, pelos Homens pardos libertos do districto, com Provisaõ do Cabido Sede Vacante, datada à 30 de Julho de 1722, sendo Vigário o padre Manoel Braz Cordeiro: mas esfriando a devoçaõ dos fundadores, sentiu algum damno, que outros devotos brancos, reparáram, reedificando-a com augmento em annos posteriores; e supprimindo-lhe entaõ o titulo originário, a fizeram conhecer só com o de Santa Rita. Tem o patrimônio de duas

> moradas de Casas, e nove braças de terras juntas ao seu Adro (ARAUJO, T. III 1820, p. 28).

Fig. 147: Largo e Igreja de Santa Rita em Paraty Década de 1930



Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Já em 16 de outubro de 1817, conforme observamos em requerimento enviado à Mesa do Desembargo do Paço, a Irmandade de Santa Rita era possuidora de bens de raiz[169], os quais era necessário constar do seu patrimônio, uma vez que não possuía outros bens para sua conservação. Tais bens assim estão registrados:

> Dizem o Juiz, e Mesarios da Irmandade de S.ta Rita da Villa de Parati desta Provincia do Rio de Janeiro, cuja Capella he situada na Freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da mesma Villa, de que a mesma Capella he filial, que os Irmãos da mesma Irmandade possuem os bens de raiz constantes do Inventario junto, e por isso implorão a V. Mag.e lhes faça a graça de lhe conceder licença para que nos ditos bens se possam estabelecer o patrimônio da dita Capella; pois que não tem outros bens em fundos, e precisa para sua decente conservação dos rendimentos dos supracitados bens, e se achar a Capella huma legoa da Matriz de que he filial como fica dito, e ser muito freqüentada em razão de não haver naquelle arredor alguma outra Igreja, nem Capella; á vista de que os Supplicantes. P.a V. Mag., que por Sua Real Piedade, e Devoção pelo

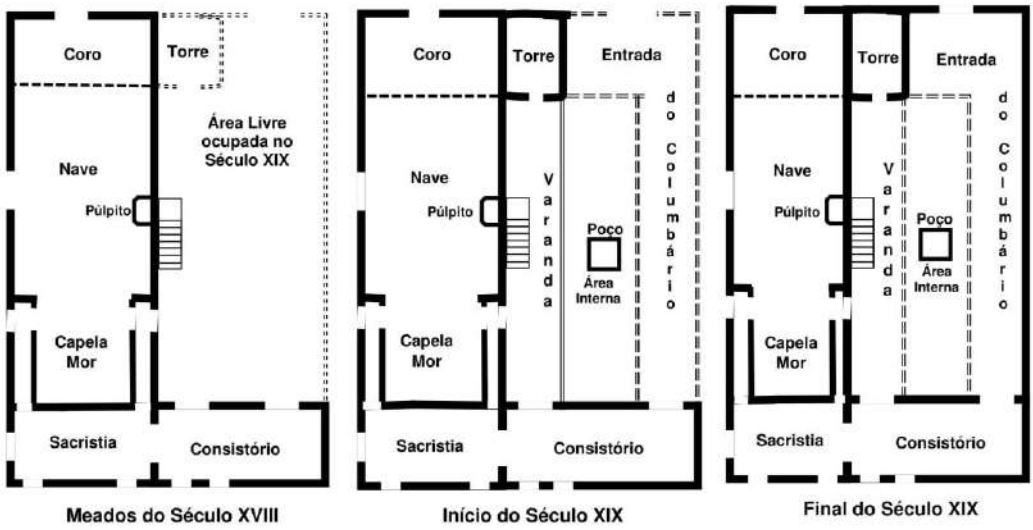
[169] Assim descrito: Inventário dos bens de raiz que possue a Irmandade de Santa Rita da Villa de Parati, da Provincia do Rio de Janeiro= Huma morada de Cazas térreas na rua da Matriz, na esquina da de Santa Rita, com a frente para o mar, e fundos para a Serra; Huma morada dita na rua do Fôgo, na esquina da de Santa Rita, com frente para o mar; e fundos para a Serra; Duas moradas ditas, na rua do Fôgo, com a frente para o mar, e fundos para a Serra; Dois armazéns na rua da Praia, com frente para o mar, e fundos para a rua do Fôgo; Quatro braças de chãos na rua da Praia, fazendo esquina no Adro da Capella da mesma Santa com frente para o mar, e fundos para a Serra, até a rua do Fôgo; Duas braças de Chãos unidos á Capella Mór da mesma Santa, com frente para o mar e fundos para a Serra; Tres braças ditas na rua da Praia, com frente para a Serra, e fundos para o mar. Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty (ARQUIVO NACIONAL, 1817, DA).

> Culto da Mãe de Deos, e zelo da Religião, Haja por bem de lhes Conceder a graça implorada. E.R. Mᵉ (ARQUIVO NACIONAL, 1817, DOC 16).

Em 20 de outubro de 1819, a Irmandade faz requerimento à Mesa da Consciência e Ordens[170] de Lisboa sob o nº 1089, para fazer jazigos[171] na parte externa, objetivando o sepultamento dos irmãos, uma vez que o seu Compromisso impedia que o fizesse "dentro da Igreja" desde 14 de agosto de 1810, por ser nocivo à saúde pública:

> Diz a Irmandade de S.ta Rita da Villa de Parati que pedindo licença a Vossa Magestade para poder fazer fora da Igreja jazigos para poder sepulthar seos Irmãos fallecidos, visto que o seo Compromisso, que Vossa Magestade Se Dignou Confirmar prohibe, que se sepulte dentro da Igreja; Foi Vossa Magestade Servido, por Despaxo de 22 de Setembro, Mandar que viesse com os mais papeis, ao qual satisfazendo a dita Irmandade; appresentão a Certidão junta, extrahida do dito Compromisso, orando novamente a Vossa Magestade Haja por sua nata Piedade de lhe conceder Licença para poder fazer fora das paredes da Igreja Jazigos para poder sepulthar Seos Irmãos fallecidos; por tanto. (ARQUIVO NACIONAL, 1819, DA).

Fig. 148: Plantas com evolução arquitetônica da Igreja de Santa Rita - Paraty



Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas - Desenho: Melissa Oliveira

[170] ANRJ – Mesa do Desembargo do Paço – Estes enterramentos foram realizados na área externa até a construção do Columbário, recentemente em 2014, foram identificados os sepultamentos através de prospecções arqueológicas na lateral da Igreja, inclusive de crianças, confirmando o que diz o Compromisso no que se refere ao acompanhamento debaixo de sua cruz até lhe dar sepultura a mulheres e filhos legítimos até a idade de doze anos, dos que eram irmãos (COMPROMISSO, 1811, p. 18 – 23v).

[171] O conjunto foi erguido em forma de columbário, encostado à parede lateral da área destinada aos sepultamentos – os quais, segundo o compromisso em 1809 com a chegada do rei Dom João VI no Brasil, não foram mais autorizados no interior da nave, capela-mor e junto ao piso externo das igrejas.

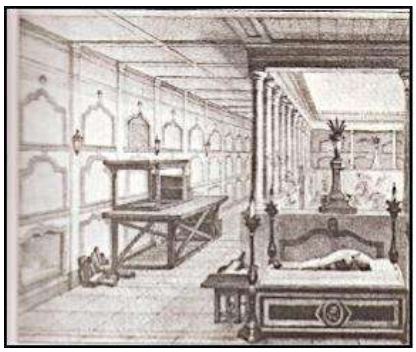
Figs. 149 e 150: Fachada e Interior do Columbário da Igreja de Santa Rita - Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Paraty, datado de 1853, o tesoureiro da Irmandade de Santa Rita foi intimado a cobrir com reboco a parede das catacumbas, objetivando impedir as exalações desprendidas em razão dos sepultamentos:

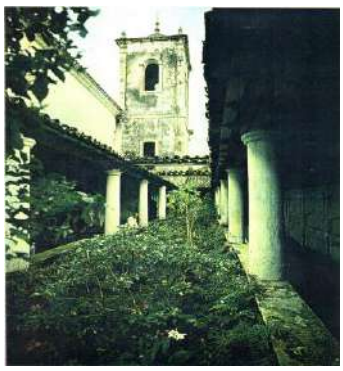
> Achando-se em máo estado a parede do lado Sul, das Catacumbas da Igreja de Santa Rita, de que resulta haver exalações pútridas em danno da saúde dos habitantes mais próximos áquelle lugar ordena que V. Mce passe a intimar ao Thesoureiro da Irmandade de Santa Rita para que mande rebocar a dita parede com a grossura sufficiente a obstar a continuação de ûm mal que tanto affeta a salubridade publica (LIVRO REGISTRO DE OFÍCIOS, IAHP, 1853, p.376v).

Fig. 151: Catacumbas da Igreja do Carmo no Rio de Janeiro



Fonte: Jean-Baptiste Debret

Fig. 152: Interior do Columbário da Igreja de Santa Rita - Paraty



Fonte: Folhinha Anual Brown Boveri – SP - 1965

O columbário de Santa Rita possui na entrada uma espécie de vestíbulo, provavelmente usado para velarem os corpos dos irmãos falecidos, conforme registrou Jean Baptiste Debret, em sua Prancha 28 do livro Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,

intitulada “Catacumbas”. Verifica-se certa semelhança e inspiração nesses ambientes, principalmente no modelo da igreja do Carmo no Rio de Janeiro e na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

Na história da construção da Igreja de Santa Rita foram identificados alguns pontos que servirão para ilustrar o processo de produção artística nos setecentos, oitocentos e novecentos. Um deles é a presença de alguns elementos da mesma equipe responsável por grande parte dos trabalhos, executando serviços nas outras igrejas da cidade. Outro ponto interessante é que uma Irmandade de pardos pudesse contratar o trabalho dos mesmos artistas contratados pelas irmandades poderosas, como é o caso do carpinteiro Marçal José de Lima, que recebeu encomenda do risco e construção do retábulo de São Roque da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, pela benfeitora D. Geralda Maria da Silva; e concluiu seus trabalhos em 26 de setembro de 1863. Este risco serviu de protótipo para mais outros três retábulos existentes na nave da Igreja Matriz, podendo ser atribuídos à sua autoria: Nossa Senhora do Terço, São Miguel e São Francisco de Paula.

Outro integrante da equipe é o artista João de Freitas Magalhães, que realizou diversos trabalhos para as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, executando inclusive pinturas nos retábulos e púlpito da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1900. Encarnou também a imagem de São Miguel e Almas, que integra o retábulo da mesma Irmandade na Igreja Matriz - serviços pagos pelo tesoureiro José Fernandes Passos, conforme noticiado no Jornal “O Pharol” [172].

A demanda por serviços nas construções religiosas de imagens, retábulos, ornatos, douração, pintura e objetos de culto possibilitou a integração de elementos que, de outro modo, ficariam à margem de obter *status* social; portanto era esta a melhor maneira de um forro ou pardo exercer seus dons, uma vez que esses individuos eram dotados de forte inteligência e imaginação e tinham aí a oportunidade de esmerar-se na execução dos serviços encomendados. Os Livros de Irmandade dos oitocentos fazem menção a pagamentos de ourives, douradores, carpinteiros, doação de objetos litúrgicos, ornamentos para os retábulos, toalhas para os altares, além da confecção de andores e “enfeites” para os mesmos, objetos que irão integrar o espaço religioso e sua decoração. No Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita, de 1855, anotamos diversos pagamentos - que reproduzimos no quadro abaixo:

[172] Jornal “O Pharol” de 9 de setembro de 1906, Nº. 3, p. 2.

Quadro Nº 01

PAGAMENTOS - LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA – 1855

ANO	DATA	ASSUNTO	PÁGINA
1856	25 de fevereiro	foi concertada a naveta e turíbulo	03 v.
1856	25 de fevereiro	1 copo para a lâmpada	03 v.
1856	31 de maio	1 talha com torneira vinda do Rio	04
1856	19 de junho	concerto do ferro de hóstias	04
1856	31 de junho	1 hissope para a Caldeirinha	04
1861	1º de Maio	2 Espelhos para a sacristia	11
1862	17 de dezembro	1 tranqueta para o nixo do Carmo	15
1863	02 de janeiro	1 par de sacras para o Altar-Mór para Missa de 2 de janeiro	15
1863	26 de janeiro	dinheiro para um missal	15 v.
1863	22 de agosto	ourives José Francisco de limpar o turíbulo, a naveta emblema da bolsa	17 v.
1864	28 de fevereiro	rendimento do espelho que se vendeo	18
1869	22 de maio	4 lampeões	28
1872	22 de maio	Esmola dada no dia 3 e 4 deste para gastar-se no Altar de Santa Rita.	32 v.
1871	em julho	18 Placas pintadas por Joaquim, escravo do Domingos José Gomes	31 v.
1873	02 de maio	Tramoca (16M) para toalhas dos altares	34 v.
1875	18 de abril	Imposto de trimestre vencido nesta data do Harmônio ao Nascimento	38 v.
1876	22 de maio	Imposto de 6 meses vencidos em 18 de maio do Harmônio ao Nascimento	38 v.
1881	14 de junho	10 palmas[173] para os Altares	45
1883	7 de fevereiro	aquisição de material para obras	47 v
1885	20 de julho	importância que se deu a José da Rocha Brasil para pintar a illuminação	51 v.

Fonte: LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS – 1855

No quadro acima observamos que, além da manutenção e aquisição de objetos para a decoração do templo - como naveta, turíbulo, talha para água, conserto do ferro para hóstias, aquisição de um hissope para a caldeirinha, tranqueta para o nicho de N. S. do Carmo, sacras para o altar-mor, missal, lampiões e tramoca (16M) para toalhas dos altares - está presente o pagamento efetuado em 1863 ao ourives José Francisco por limpar do turíbulo, naveta e emblema da bolsa, bem como em 1871 a Joaquim, escravo de Domingos José Gomes, pela pintura de “18 Placas” [174]. Estas em 1885 são novamente pintadas por José da Rocha Brasil, e registradas no livro como importância para “pintar a iluminação”.

A Igreja de Santa Rita abriga em seu interior o retábulo-mor e os retábulos colaterais de canto de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Carmo, que ali

[173] As “palmas para os altares”, adquiridas no dia 14 de junho de 1881 fazem referência ao objeto decorativo confeccionado em diversos materiais como a madeira, malacacheta, couro, papel-lata, pedra sabão, papel laminado, prata ou outro metal, em forma de uma palma de flores recortada e vazada que se coloca em um suporte de madeira torneada ou em ânfora ou vaso de prata ou outro metal que se põe entre os castiçais, na banqueta e nos degraus do trono dos retábulos das igrejas. O uso das palmas de altar foi muito difundido no século XVIII, não havendo altar que não tivesse este tipo de enfeite, pois não se usavam flores naturais.

[174] As placas mencionadas no texto são as chamadas arandelas ou palmas-castiçal em madeira recortada e policromada, usadas nas paredes das igrejas para iluminar os ambientes, ainda presentes junto ao acervo da Irmandade.

eram comemoradas anualmente, em suas festas nos dias 16 de julho e 08 de dezembro. O retábulo-mor em muitos dos seus ornatos se assemelha aos colaterais de canto da Igreja de N. S. das Necessidades em Florianópolis, SC; e ao retábulo-mor da Matriz de N. S. da Conceição em Cunha. Assim como no retábulo-mor e altares colaterais de canto da Igreja de N. S. das Necessidades, os únicos retábulos que adotaram a coluna salomônica foram os retábulos-mor das igrejas de Santa Rita e N. S. da Conceição em Cunha, todas com o terço inferior estriado.

Em Paraty, observamos diversos elementos que integram a composição dos retábulos que, de maneira muito similar, se repetiram nessas igrejas. As mesas de altar, em alguns casos com decoração fitomorfa, possuem uma tarja central contendo ou não os atributos das imagens. Na igreja de Santa Rita, a mesa do retábulo-mor possui decoração fitomorfa muito semelhante à das mesas dos retábulos colaterais de São Miguel e Santo Antonio da Igreja da N. S. das Necessidades em Florianópolis, SC.

Fig. 153: Mesa do retábulo de Santo Antônio da Igreja de N.S. das Necessidades em Florianópolis - SC

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 154: Mesa do retábulo mor da Igreja de Santa Rita em Paraty - RJ

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

O retábulo mor da igreja de Santa Rita, como dissemos acima, insere-se em uma tipologia que adotou as colunas torsas como elementos de sustentação em seu enquadramento, sendo estas decoradas com elementos fitomorfos, decoração que se repete nos retábulos-mor e colaterais de Santo Antonio e São Miguel da Igreja de N. S. das Necessidades de Florianópolis; e na Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Cunha, com altar em forma de urna, frontal decorado com frisos e volutas, centrado por tarja com uma rosa ladeada por rocalhas e angras. A banqueta, com decoração em rocalhas, tem o registro inferior decorado com elementos assimétricos e moldurados por frisos e rocalhas, onde está o sacrário, cujos montantes em elementos sinuosos em forma de “C” e “S” adornados por cabeças de querubins. O conjunto em muito se assemelha aos existentes nos retábulos colaterais de Santo Antonio e São Miguel da igreja de N. S. das Necessidades de Florianópolis; e com a composição estrutural do sacrário da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá.

Fig. 155: Detalhe - retábulo de São Miguel da Igreja de N.S. das Necessidades – Florianópolis, SC

Fig. 156: Detalhe - retábulo mor da Igreja de Santa Rita – Paraty, RJ

Fig. 157: Detalhe – retábulo-mor da Igreja Matriz de N.S. da Conceição de Cunha

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fonte: Percival Tirapeli

Fig. 158: Detalhe - retábulo de N. S. das Dores. Matriz de N.S. da Conceição de Cunha

Fig. 159: Retábulo de N. S. do Carmo. Igreja de Santa Rita – Paraty, RJ

Fig. 160: Detalhe - retábulo de São Francisco de Paula. Basílica Velha de N.S. de Aparecida

Fonte: Percival Tirapeli

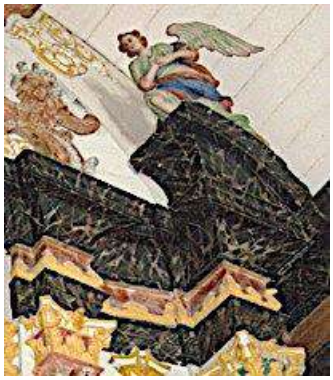
Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Os elementos de sustentação - um par de colunas salomônicas com o terço inferior estriado, decorado com guirlanda de flores, como já dissemos acima, só verificamos no retábulo-mor da Igreja de N. S. das Necessidades e em seus dois colaterais. O capitel é compósito e estas colunas são ladeadas por dois quartelões decorados com rocalhas, guirlandas de flores, encimado por cabeças de querubins. Intercolúnio levemente côncavo, com peanha curva decorada com angras e cabeça de querubins encimada por coifa arqueada com as terminações em volutas. O entablamento é em cimalha modulada e escalonada, com frisos encimados por fragmentos de frontão interrompido onde estão assentes dois anjos adoradores ou prosternados[175].

[175] Para Monteiro de Carvalho, os emaranhados de espinhosas folhas de acanto (consciência da dor do pecado) e de videira (sangue de Cristo), feixe de palmas (triunfo do martírio sobre a morte), grinaldas e festões de flores (rosas, margaridas e girassóis, símbolos de centralização da alma e da fugacidade das coisas) folhelhos e botões de plantas, substituem os emaranhados e espinhosos acantos. O torcido do fuste, com o terço inferior estriado e o restante com enrolamentos em guirlandas de flores, destaca o movimento da espiral em ascensão. Destaca a autora a utilização de elementos ornamentais ambiguamente representativos da

Figs. 161 e 162: Coroamento do retábulo Mor da Igreja de Santa Rita – Paraty, RJ e detalhe da Glória do Divino Espírito Santo

Fig. 163: Anjo adorador - entablamento do retábulo-mor Igreja de Santa Rita – Paraty, RJ



Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O coroamento é em arco pleno, ladeado por elementos curvos, arrematado por cornija arqueada[176], decorada por elementos aplicados e três cabeças de querubins, centrado por uma glória do Divino Espírito Santo, com raios e nuvens decorados com elementos fitomorfos em relevo. A renda da tribuna possui elementos fitomorfos em “S” e “C” e trono escalonado com quatro degraus, decorado com entalhes em elementos aplicados. Nicho central em verga curva fechado por vidro, montantes entalhados conforme modelo adotado para o arcaz da sacristia, para o nicho da capela da fazenda de N. S. da Conceição de Cima e, de forma mais simplificada, para os sacrários do retábulo de São Benedito da Igreja do Rosário e da Matriz de Paraty. Observe-se que esse conjunto manteve a policromia nos tons de fundo - claros, e tons pastel - se restringindo aos querubins e decoração fitomorfa. Na cimalha real foi adotado o marmorizado preto[177] e nos elementos do coroamento o tom rosa; o douramento ficou restrito à mesa, banqueta e nicho com a imagem devocional de Santa Rita[178].

estética rococó e da simbologia cristã: na estatutária do coroamento, nos emoldurados dos ovais e medalhões e nos apliques, hierarquia angélica nas categorias de tronos (anjos adultos prosternados), anjos meninos e querubins (cabeça de criança com duas asas), volutas (alento, espírito); festões de folhas e buquês florais (rosa/martírio; margarida/inocência); feixes de palma (triunfo do martírio sobre a morte); penachos de pluma (fé, contemplação); laçadas de fita (ligação a algo superior); “cabeças de mulheres elegantes enfeitadas de pluma” (Smith, 1962:131), também chamadas de “espagnolettes” (França, 1965), numa forma que se deixa ver simultaneamente como símbolo sagrado e alegoria profana (REVISTA GÁVEA, PUC, RJ., 1983, Nº 10).

[176] Esse tipo de coroamento sinuoso foi também empregado no retábulo mor da Igreja de N.S. do Rosário de Paraty e no retábulo mor da Matriz de Santo Antonio em Guaratinguetá. Curiosamente seus arremates lembram a verga da porta da galilé do Convento de São Bernardino de Sena em Angra dos Reis, em cujo retábulo-mor foi empregado.

[177] Essa policromia em marmorizado preto foi visualizada também na cimalha da nave da Igreja de N. S. do Rosário em Tiradentes – MG.

[178] Imagem datada do século XVIII em madeira policromada e dourada, com a função retabular e processional, ainda utilizada até os dias atuais nas cerimônias e procissões. Trata de imagem expressiva e de confecção muito bem elaborada com bela policromia. Entronizada já na definição da atual igreja, substituindo a imagem primitiva ainda existente, de menor porte.

Os retábulos de N. S. da Conceição e do Carmo são belos exemplares que possivelmente foram realizados em data posterior aos da Igreja de N. S. do Rosário, de que falaremos adiante. Nesses retábulos foram adotadas as colunas retas e estriadas e dois quartelões junto ao nicho das imagens, encimadas por cabeças de querubins. O coroamento formado por amplo frontão sinuoso tem ao centro, no de Nossa Senhora da Conceição, um coração racionado; e no de N. S. do Carmo, uma glória do Divino Espírito Santo. Esses modelos de quartelões com cabeças de querubins dos retábulos de N. S. da Conceição e N. S. do Carmo se repetiram nos retábulos colaterais de N. S., do Rosário e N. S. das Dores da Matriz de Cunha, de São Miguel e Divino Espírito Santo, da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá e de Santana - que existiu no lado do Evangelho da Matriz de Taubaté; e no retábulo de São Miguel da Igreja de N. S. das Necessidades de Florianópolis. Da mesma forma as coifas e peanhas dos retábulos de N. S. da Conceição e N. S. do Carmo da Igreja de Santa Rita se repetiram nos retábulos colaterais da Matriz de Cunha e nos retábulos da Basílica Velha de Aparecida, na Capela de São Gonçalo em São Paulo, com um detalhe que denuncia o mesmo modelo do entalhador: estas são encimadas por uma margarida com três folhas.

Quanto ao coroamento, tem frontão sinuoso ladeado por volutas e encimado por elemento triangular ou em forma de arco abatido com raionados, para os retábulos colaterais de canto ou laterais, sendo estes centrados pela glória do Divino Espírito, em alto místico, podendo possuir a tarja com o atributo do orago. Observamos que tornou-se constante o emprego deste modelo, visível nas Matrizes de Cunha, Guaratinguetá, Basílica Velha de Aparecida e Igreja de Florianópolis.

As portas dos Sacrários e espelhos das fechaduras de todas as igrejas das cidades estudadas também constituem importante documento de pesquisa, pois aparecem com particularidade dos detalhes que se materializam em objetos artísticos, com grande repetição dos seus elementos de talha, bem como pela simbologia representada através do teor educativo e catequético empregado pela doutrina da igreja. Estas portas, de forma retangular em arco abatido, podem aparecer com o cálice assente em bloco de nuvens e a hóstia contornada por um resplendor ou sem ele; da mesma forma a cruz, com suas ponteiras, também pode aparecer assente em bloco de nuvens ladeadas com espigas de trigo ou ramo de videira. Os montantes do sacrário do retábulo de São Benedito da igreja do Rosário de Paraty são semelhantes aos do nicho de N.S. da Conceição de Cima da Fazenda do Bananal, do arcaz da sacristia da igreja de Santa Rita e do sacrário do retábulo do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios.

Chamam atenção as portas dos sacrários dos retábulos colaterais da Matriz de Cunha, em que a cruz aparece ladeada pelas Armas Christi [179] - semelhantes às dos retábulos colaterais da Basílica Velha de Aparecida e a da Capela do Santíssimo da Igreja de N. S. das Necessidades - peça de gosto rococó de rara beleza, em que a cruz raionada assente em bloco de nuvens está contornada por pequenas cabeças de querubins. Da mesma forma estão os espelhos de fechaduras dos mesmos, em sua maioria um coração flamejante “O coração de Jesus”. Nessa visão do registro material deixado pelos construtores e oficiais entalhadores dos antigos templos das cidades objeto de nossos estudos, está o valor intrínseco observado pela geração atual e de um passado recente.

> Santa Rita de Cássia, num dos extremos, é a mais valiosa, tanto pelo apuro da cantaria e do trabalho de madeira, nas portas, e do ferro na sóbria elegância das sacadas do côro, quanto pela talha dos altares colaterais de canto, com belas imagens de Nossa Senhora e enquadrando, na forma usual, a capela mor. Disposição e tratamento que se repetem na modesta capela do Rosário, localizada ao fundo, enquanto a das Dôres, harmoniosa e branca, limita junto ao mar o outro extremo da cidade, onde está a matriz inacabada ladeando a fós do Perequê-Assu, construção de vulto e vazia que, conquanto não seja a primitiva, conserva algumas alfaias e imagens de valor (COSTA, 1960, p. 78).

Fig. 164: Sacrário do retábulo de N.S. do Rosário da Matriz de Cunha - SP

Fig.165: Sacrário do retábulo de São Fcisco. de Paula da Basílica Velha de N. S. Aparecida - SP

Fig. 166: Sacrário do retábulo de São Benedito - Igreja de N.S. do Rosário de Paraty - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

[179] Conjunto de instrumentos, objetos e ferramentas utilizados na Paixão e Morte de Jesus Cristo, que adornam os cruzeiros, os retábulos, pinturas e objetos em prata ou em madeira. Também são conduzidos pelos anjos na Procissão do Triunfo na última sexta feira da Quaresma, do Senhor Morto, na Sexta Feira Santa em alusão aos martírios de Jesus.

Fig. 167: Sacrário do retábulo mor da Igreja de Santa Rita de Paraty - RJ

Fig. 168: Retábulo do altar de Santo Antônio da Igreja de N. S. das Necessidades Florianópolis, SC

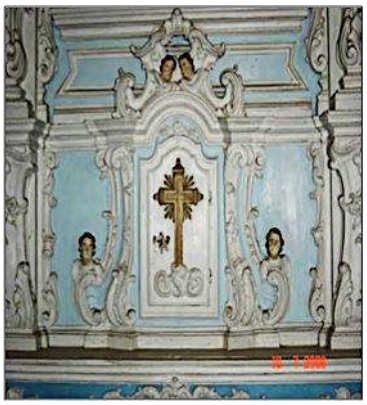


Fig. 169: Retábulo do altar de São Miguel da Igreja de N. S. das Necessidades – Florianópolis, SC

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Na abordagem do acervo religioso da Igreja de Santa Rita de Paraty, não podemos deixar de enfocar o conjunto de imaginária que integra os retábulos da nave e capela-mor, além de outros ambientes daquele templo, ressaltando a boa qualidade das peças, que vão desde as grandes e suntuosas imagens que povoam os camarins do retábulo-mor e retábulos colaterais de canto às imagens de médio e pequeno porte que adornam as peanhas de todos os retábulos. O conjunto é composto, na seguinte ordem, por: retábulo - no trono do retábulo-mor está a imagem de Santa Rita em um nicho, possivelmente portuguesa, peça digna de nota pela qualidade de fatura e execução, em madeira dourada e policromada, datado do século XVIII e medindo 1.40cm altura x 65cm largura x 34cm profundidade; está ladeada na peanha à direita pela imagem de Santo Antonio, peça em madeira policromada, datado do século XVIII, oriunda de Portugal, medindo 70cm altura x 41,5cm largura x 23,5cm profundidade; e na peanha à esquerda pela imagem de Santa Cecília, em madeira dourada e policromada, datado do século XVIII, de origem baiana. [180]

Nos retábulos colaterais de canto, no lado do Evangelho, no trono, está a imagem de Nossa Senhora da Conceição, em um nicho, peça em madeira dourada e policromada, datada do século XVIII, oriunda de Portugal, medindo 1.26cm altura x 47cm largura x 26cm profundidade; é ladeada na peanha à direita pela imagem de São Brás, datada do século XVIII, em madeira policromada com vestígios de douração, medindo 58cm altura x 21cm largura x 15cm profundidade; e na peanha à esquerda pela imagem de São Sebastião em madeira policromada, dourada, datada do século XIX, medindo 65,5cm altura x 28,5cm largura x 16,5cm profundidade.

[180] O Museu Dom José em Sobral no Ceará integra em seu acervo uma imagem de Santa Luzia, de procedência baiana, que pelos aspectos formais e estilísticos, provavelmente é da mesma autoria da imagem de Santa Cecília da Igreja de Santa Rita de Paraty.

Figs.170 e 171: N. S. da Conceição e Detalhe

Figs.172 e 173: N. S. do Carmo e Detalhe

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

No lado da Epístola, no trono, está a imagem de Nossa Senhora do Carmo em um nicho, peça em madeira policromada com douração em reservas, datada do século XVIII, de origem sergipana, medindo: 1.30cm altura x 60cm largura x 39cm profundidade; ladeada na peanha à direita pela imagem de Nossa Senhora da Lapa, em madeira dourada policromada, datada do século XVIII, de origem portuguesa, medindo 55cm altura x 28cm largura x 15cm profundidade; e na peanha à esquerda, pela imagem de Santa Quitéria, em madeira policromada, datada do século XVIII, medindo 43cm altura x 18,5cm largura.

ig.174: Santa Cecília

Fonte: Igreja de Santa Rita

Fig.175: Santa Luzia

Fonte: Museu D. José Sobral

Fig.176: N.S. da Lapa

Fonte: Igreja de Santa Rita

Fig.177: N.S. da Conceição

Fonte: Museu da Inconfidência - Ouro Preto

Está entronizado em um dos degraus do retábulo-mor o Menino Jesus, em madeira policromada, datado do século XVIII, medindo 43cm altura x 18,5cm largura x 13cm profundidade; e ainda Santa Rita, em madeira policromada dourada, datada do século

XVIII, medindo48cm altura x 27cm largura x 23,5cm profundidade. Existe também um Crucifixo da Sacristia, em madeira policromada, datado do século XVIII, possivelmente do Consistório, medindo 1,02cm altura x 43,5cm largura x 19,5cm profundidade; e um Calvário em madeira dourada e policromada, datado do século XVIII, medindo 1,23cm altura x 51cm largura x 36cm profundidade. Um Menino Jesus ficava entronizado em uma peanha no Consistório - peça em madeira policromada, datada do século XVIII, medindo: 34cm altura x 14,5cm largura x 0.08cm profundidade.

Destaque-se que as imagens de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Carmo possuíam nas fímbrias do manto, túnica; e no escapulário, rendas metálicas aplicadas, que foram removidas em meados da década de 1960. A imagem de Nossa Senhora dos Remédios da Igreja Matriz possuía essas rendas que, também, foram removidas, únicos exemplares de imagens em Paraty com este tratamento. As imagens que povoam os retábulos da nave e capela-mor possuem dupla função, retabular e processional, pois como vimos acima integram as procissões solenes de Santa Rita até os dias atuais, fato curioso pelas suas proporções e medidas. Formam uma ordem crescente, encerrando com a imagem de Santa Rita, a maior delas.

As primeiras informações sobre tratamento e ou intervenções nas imagens da Igreja de Santa Rita estão no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita de 1855, com o pagamento, em 28 de fevereiro de 1857, “[...] para encarnar a Imagem pequena de Santa Rita” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA. 1855, p. 5 v). Esta é possivelmente a imagem primitiva, ainda da primeira capela, da primeira metade do setecentos. Em 04 de outubro de 1883, no Livro de Posse e Concordata da Irmandade de Santa Rita, verificou-se a necessidade de tratamento na imagem de Santa Rita, provavelmente a de maior tamanho.

> O actual Thesoureiro fez ciente a mesa, que estando a Imagem de Santa Rita deteriorada pelo cupim havendo no lugar hum perito para concertar a dita Imagem assim a Mesa deliberasse a respeito, o que sendo ouvido, a mesa ordenou ao respectivo Thesoureiro que mandasse concertar quanto antes a dita Imagem a fim de evitar maiores reparos que para o festeiro pudessem apparecer, satisfazendo a despesa com o dito concerto (LIVRO DE POSSE E CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 227 v).

No Livro de Tomadas de Contas da Irmandade de Santa Rita, 1876-1901, constatamos, no assentamento de Receita e Despesa da Irmandade referente ao Ano Compromissal de 1882 a 1883, feito pelo Irmão Thesoureiro Padre Custódio José Pereira da Cruz, o registro de “[...] que a Imagem de Santa Rita, necessitando de concerto, o actual Thezoureiro pediu consentimento a Mesa, que foi concedido, por ser uma despesa maior do que a Mesa ela authoriza” (LIVRO DE TERMO DE POSSE E CONCORDATA, 1882 a

1883, 227v). A despesa ficou registrada no Ano Compromissal de 1883 a 1884 com recibo de número 5, no valor de 100.000 réis, como “importância para retocar a Imagem de Santa Rita” (LIVRO DE TOMADAS DE CONTAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1876 a 190l, p. 92v, 93 e 96v).

Em 1886, a imagem de Santa Rita passou por nova encarnação, conforme verificamos no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade – 1855. Foram gastos 8.000 réis com “incarnação da imagem de Santa Rita” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA - 1855, p. 53 v).

O resplendor da imagem de Santa Rita, orago da Igreja, peça datada da primeira metade do século XVIII, em prata repuxada, recebeu douração em 1863, segundo autorização constante do Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita – 1860: “[...] Foi autorizados reparos na Irmandade, mandasse dourar o resplandor de Santa Rita, compra de 1 par de Sacras para o Altar-mor, concertar dois Missais e mais quatro pares de Caixilhos para as janellas do Consistório” (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 204). Encontramos também informações da aquisição, em 1882, de “huma grinalda branca” para Santa Rita, adotada como acessório para esculturas religiosas, e associadas aos resplendores e coroas. Em 1862, no dia 21 de fevereiro, foi paga a quantia de 8.000 réis a Aurelianno Joaquim de Gusmão referente “[...] à incarnação duma imagem do Sr. Crucificado” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA - 1855, p. 13). Possivelmente esta imagem é de um Calvário que pertence ao arcaz da Sacristia e ainda integra o acervo da Igreja.

Fato significativo é que identificamos no Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita, 1860, a doação à Irmandade em 03 de janeiro de 1895, da imagem de Nossa Senhora da Lapa[181] (Fig. 176), que integra a peanha à direita do retábulo de Nossa Senhora do Carmo da nave e da imagem do Menino Jesus, pela Senhora Joaquina Julia Carneiro de Souza, esposa do Capitão Antonio José Epiphanio de Souza. Estas imagens foram entregues dentro de um nicho envidraçado, possuindo cada qual a sua coroa de prata. Tinham como destino o altar-mor da Igreja ou onde achassem conveniente colocar e, uma vez que a doadora se encontrava no último quartel da vida, tinha como objetivo a continuidade da sua veneração, conforme consta do Termo de Concordata e doação[182].

[181] A Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Antônio Dias em Ouro Preto – MG, integra em seu acervo uma imagem de N. S. da Conceição em madeira dourada e policromada, também da primeira metade do século XVIII, medindo: 66cm x 32cm, muito semelhante a N. S. da Lapa da Igreja de Santa Rita de Paraty.

[182] Aos dez dias do mez de Maio de 1895 em Consistório da Capela de Santa Rita na Cidade de Paraty achando-se reunido o Juiz Thesoureiro Escrivão e mais mesários abaixo assignado e assim constituída a mesa da Irmandade da mesma Santa foi pelo irmão Thezoureiro João Francisco do Amaral apresentado e lido

Um dos integrantes da equipe de empreiteiros[183] que atuou na decoração da Igreja de Santa Rita é o artista João de Freitas Magalhães, que atuou também juntamente com João Mazza, Pedro Delfino e Braz Rodart encarnando seis imagens e fazendo a pintura de dois florões, conforme se verifica do Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita[184]. As imagens encarnadas são as imagens pequenas e médias que povoam as peanhas do retábulo mor e retábulos colaterais de canto da nave da igreja: Santo Antonio, Santa Cecília, São Brás, São Sebastião, N. S. da Lapa e Santa Quitéria. No ano de 1896, no dia 2 de setembro, também foi realizada a despesa de 5.000 réis com a Imagem do Divino Espírito Santo que pertence à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios e no dia 27 de outubro a despesa de 4.000 réis, para ajudar na encarnação da imagem de Nossa Senhora da Conceição, imagem benzida no dia 29 de outubro, obtendo a receita de 5.700 réis (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894-1925, p. 9 v, 10 v e 21 v).

A presença de João Demétrio realizando serviços na Igreja, além da instalação do primeiro relógio da fachada, em 1904, é novamente registrada em 18 de fevereiro de 1905, conforme despesa de 40.000 réis, por serviços de “encarnação” (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p. 21v).

Durante a pesquisa na documentação fotográfica do Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro, identificamos que existiu também nesta Igreja, sobre o arcaz da sacristia, uma imagem de São Sebastião, em madeira policromada, datada do século

---

um officio da Exmª Senhora Dnª Joaquina Julia Carneiro de Souza pela qual declara fazer doação a Irmandade de Santa Rita desta Cidade de uma Imagem de Nossa Senhora da Lapa com uma Coroa de prata acompanhada da Imagem do menino Jesus também com uma Corôa de prata, ambas em um nixo envidraçado em virtude da leitura e conteúdo deste officio deliberão a mesa que fosse ele integralmente transcripto no respectivo livro para seus aferidos effeitos e assim procedeu-se como adiante se vê. Ilmos. Snrs, Pelo presente por meu marido o Captm. Antonio José Epiphanio de Souza, escripta e por mim asssinado faço Doação a Irmandade de Santa Rita desta Cidade de uma Imagem de Nossa Senhora da Lapa com uma Corôa de prata acompanhada da Imagem do Menino Jesus também com uma Corôa de prata ambas em um Nixo envidraçado, a fim de ser collocada no altar mor da Igreja da mesma Irmandade ou onde acharem Conveniente. Sendo a mesma Senhora minha protectora a quem muito venero e considerando-me no último quartel da vida, com aprovação do dito meu marido a entrega a mesma Irmandade continuará para sempre a ser venerada. Assim peço vos aceitai-a nas condições supra. Paraty 3 de Janeiro de 1895. A mesma Irmandade de Santa Rita mostrando-se reconhecida deliberou por unanimidade conceder a V. Exª de bom grado aceitarão. Paraty, 10 de maio de 1895 (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 243 v e 244).

[183] Constatamos no Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, 1894-1925, a presença de João Mazza, Tertúlio e Pedro Delfino, trabalhando na decoração da Igreja. Em 12 de agosto de 1898 foi feita a despesa de 20.000 reis “[...] Impª para Tertulio, de 2 floroes para o teto”, Idem de 2.000 réis de u/cruz, Idem de 400 réis para 2 metros de renda. Neste mesmo ano, no dia 19 de agosto, foi feita a despesa de 9.000 réis, para um Quadro (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894-1925, p. 9). A autoria dos “florões” ou rosáceas do teto para suporte de lustres da nave da Igreja de Santa Rita de Paraty, pode ser atribuída a Tertúlio nesta data, bem como uma cruz e 2 metros de rendas, possivelmente as rendas das tribunas do camarim dos retábulos de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Carmo. O pagamento efetuado em 19 de agosto revela suas habilidades também como pintor, pois a encomenda do quadro também está documentada no Livro Caixa acima referido. A presença de João Mazza realizando serviços para a Irmandade de Santa Rita é registrada em 10 de maio de 1898, recebendo como pagamento a quantia de 35.000 réis, para conserto de castiçais e mais objetos.

[184] Consta no Livro Caixa, no dia 16 de agosto de 1896 dinheiro aos trabalhadores João Mazza, 15.750 réis; Pedro Delfino, 12.000 réis; Braz Rodart, 2.000 réis e a Jªº Magalhães para incarnar 6 imagens e pintar 2 florões, 80.000 réis. (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p. 9).

XVIII, medindo: 51cm altura x 17cm largura x 12cm profundidade. O arquiteto Edgar Jacintho da Silva, durante sua atuação em Paraty, através do IPHAN, documentou esta peça, que desapareceu da igreja. Em data recente foi localizada no Museu Regional de São João Del Rey em Minas Gerais.

No Ano Compromissal de 1904 a 1905, diversos questionamentos ocorreram pela não execução do inventário dos objetos e alfaias pertencentes à Irmandade de Santa Rita, ocasionando a exoneração da responsabilidade do Tesoureiro Álvaro Conrado Ribeiro Torres, sendo na ocasião da entrega dos objetos, lavrado um termo de Exibição.

O acervo, em sua maioria, ainda está presente na Igreja de Santa Rita. É usado anualmente nas festas, cerimônias e procissões solenes de Santa Rita, conforme anotamos no Livro de Atas da Irmandade de Santa Rita, 1909 a 1951. Em 1911, na gestão do Thesoureiro Hilário Pereira da Silva, foi feito o Inventário dos bens e alfaias da Irmandade de Santa Rita[185].

O controle dos bens da Irmandade era constante, embora com empréstimos de objetos às outras Irmandades da cidade. Algumas vezes geravam polêmica entre os irmãos, levando a reuniões extraordinárias convocadas pela Provedoria, como a realizada em 14 de abril de 1935, envolvendo o Irmão Mesário Francisco Sotto Mayor, cuja carta transcrevemos a seguir e consta do Livro de Atas da Irmandade de Santa Rita:

> Paraty, 12 de Abril de 1935, Ilmo. Sr. Nestor Miranda, D. Provedor da Irmandade de Santa Rita. Nesta. Tendo sido eu e meu irmão Miguel Sotto, acusados em uma carta assignada por Osvaldo Maximiliano para o arauto de Nictheroy, de termos assaltados a igreja de Santa Rita no dia 17 de Março p. passado e roubado alguns objectos de valor, venho, pela presente pedir-vos que vos digneis dizer, ao pé desta, o que a respeito dessa calunnia se offerecer justo affirmardes. Peço, outrossim, licença para fazer uso de público, de vossa resposta, para defesa de minha honra e brios de homem, infimamente ultrajados pelo covarde missivista [...] Francisco Sotto (LIVRO DE ATAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1909 a 1951, p. 76, 77, 78 e 79).

Na ocasião, após a leitura, a carta foi posta como matéria em discussão, pedindo a palavra o vigário Padre Hélio Bernardo Pires. Disse que era de opinião que a Diretoria da Irmandade, ao tomar conhecimento da correspondência, reafirmasse a gratidão aos Irmãos Francisco Sotto Mayor e Miguel Sotto pelas visíveis obras realizadas em benefício da Igreja. Cabe registrar que, da coleção de ex-votos que decoravam as paredes da sacristia, nada restou - somente um deles está registrado, em fotografia, perda lamentável,

[185] Aos seis dias do mez de Janeiro de mil novecentos e onze, nesta Cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, as quatro horas da tarde no consistório da Capella da Gloriosa Santa Rita, Ao novo Thezoureiro Hilário Pereira da Silva foi entregue a quantia de Vinte mil e setecentos reis, saldo existente nesta data, sobre administração do Provedor Evencio Campos do Amaral e bem assim como todas as Imagens, alfaias e objetos pertencentes a esta Irmandade, conforme consta do inventário da mesma (LIVRO DE ATAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1909 a 1951, p. 11).

pois constituíam também preciosas informações, retratando o mobiliário que guarnecia os ambientes das casas de Paraty, como vemos ilustrado no ex-voto: “M. QUE FES S. RITA A PRETA JOSEFA”, datado do século XVIII.

Identificamos na documentação pesquisada a existência de uma capela com altar nos fundos da Igreja de Santa Rita, onde era venerada a imagem do Senhor Bom Jesus da Paciência (Fig. 178) e que tinha como encarregado Clemente Alves Velludo. Além da imagem integrante do altar, possuía também objetos litúrgicos e a caixinha de esmolas que em muito contribuiu para as economias da Irmandade de Santa Rita, conforme verificamos em julho de 1872: “esmola do Senhor Bom Jesus da Paciência” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1855, p. 33 v). Em 1904, no dia 30 de novembro, foi retirada da quantia de 2.800 réis, “dinheiro retirado da Caixa do Sn. B. Jesus” (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894-1925, p. 21 v).

Neste mesmo livro está registrado que no dia 23 de maio de 1864 foi feito “pagamento ao Pedreiro de caiar a sacristia e a Capela do Senhor Bom Jesus” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1855, p. 19). Já em 07 de julho de 1867, no Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita, 1860, a Irmandade ponderou sobre o esfriamento da devoção à venerável imagem do Senhor da Paciência, deliberando a entrega da “imagem, altar e respectivos utensílios” à Irmandade de Santa Rita, ficando esta responsável por celebrar uma missa com ladainha em louvor à referida imagem, conforme se depreende do Termo de Posse e Concordata, em cujo expressivo trecho final se destaca

> Nesta mesma ocasião, ponderou mais o irmão Thezoureiro, que tendo arrefecido a devoção da venerável Imagem do Senhor da Paciência, collocada no altar erecto nos fundos desta Igreja, visto pelo pouco ter somente atividade da pessoa encarregada de vellar na conservação do mesmo Altar, por isso submetia a consideração da Meza para que a vóque para esta Irmandade administração da Imagem, Altar e mais pertences. O que sendo ouvido pela meza deliberou unanimente quis o Irmão Thezoureiro tratasse deste objeto ainda mesmo requerendo ao Juiz de Capellas quando o encarregado Clemente Alves Velludo a opponha à entrega da Imagem, Altar e respectivo utencilios, que effectuado a entrega, a Irmandade sob sua imediata administração os já refferidos objetos, ficará a seu cargo mandar celebrar annualmente uma missa com Ladainha em louvor da Sagrada Imagem Orago do mesmo Altar (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 210).

A permanência desta Capela ocorreu até meados do século XX, conforme atestam as retiradas da Caixa de esmolas existente no altar desta invocação. Esta capela, segundo a pesquisa, estava instalada em um cômodo abaixo da escada que serve de acesso às tribunas e galerias superiores, pois a documentação acima menciona sua existência nos fundos da igreja e no pagamento para caiar a sacristia e a “Capela do Senhor Bom Jesus”. O arquiteto do IPHAN Edgar Jacintho da Silva chegou a conhecer a imagem com

resplendor de prata, dentro de um nicho sobre o arcaz da sacristia, no início de suas viagens a Paraty, quando efetuava os relatórios e documentação fotográfica para instrução do processo de tombamento da cidade. Em um dos seus retornos à cidade, já não encontrou mais a imagem, permanecendo somente o nicho, presente até os dias atuais; obteve a informação de que havia sido roubada. No ambiente da capela foi instalado em 1977 o banheiro para atender às funções de apoio aos visitantes, ali previstas.

Fig. 178: Nosso Senhor da Paciência

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida ainda na primeira metade do século XVIII através de requerimento de Manoel Ferreira dos Santos e de seu irmão Pedro Ferreira dos Santos "[...] que, zelosos do culto desta Senhora, lhe fizeram patrimônio em oito moradas de Casas e três e meia braças de chãos para sua subsistência".[186] No Registro da Carta de Sesmaria das terras de Manoel Ferreyra dos Santos consta que o mesmo era morador do distrito da Vila de Paraty já em 1711, assim documentado:

> Ouvida a Camara da Villa de Paraty a quem se nam offereceo Duvida, nem o Provedor da Fazenda Real, e Provedor da Coroa a quem se deo vista hey por bem dar de Sesmaria em nome de Sua Magestade, em virtude da ordem do dito Senhor de quinze de Junho de mil setecentos e onze aos ditos **Manoel Ferreyra dos Santos** e **Manoel Muniz**, huma legoa de terras em quadra pouco mais ou menos na parte asima declarada, e com as confrontaçoens expressadas sem prejuízo de terceiro ou do direito que alguma pessoa tenha a ellas com declaração que as cultivaram e mandaram confirmar nesta minha carta por Sua Magestade dentro de dous anos e nam o fazendo se lhe denegarâ mais tempo e antes de tomar a posse delas a faram medir e demarcar judicialmente. (LIVRO DE REGISTROS DE DOCUMENTOS, 1784, DA).

[186] Memórias Históricas do Rio de Janeiro, por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Tomo III, 1820, p. 28.

Em certidão datada de 16 de agosto de 1870 (ANEXO 8), registrou-se que a Irmandade recebeu da Câmara de Paraty, em 1745, "[...] quatro braças de chãos por detrás da Capella, que foram doados para Adro". Esta Irmandade foi erigida em 20 de agosto de 1750 com Compromisso confirmado em 11 de agosto de 1786[187].

Fig. 179: Igreja de N. Sra. do Rosário de Paraty - 1986

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Em 1767 a Igreja passou por obras de reedificação, conforme se verifica no Livro de Concordatas e Eleições da Irmandade de N. S. do Rosário de Paraty, datado de 1850 a 1904 (Fig. 179). No Termo de Concordata de 25 de abril de 1852, foi proposto pelo Juiz da Irmandade de N. S. do Rosário, Geraldo Braga de S. Sabbas, que a mesa deliberasse sobre a feitura de uma

> [...] torre que se faz necessária nesta Capella não só para seo aformoseamento, como tambem para a mudança dos sinos do lugar improprio em q' se achão; cuja proposta merecendo a approvação da Mesa deliberou esta q' se fizesse a dita torre junto a mesma Capella com frentes e no mesmo alinhamento, em q' esta se acha, pª a rua do Commercio [...] propôz mais o dito Juiz q', pª melhor decencia d'esta Capella e brilho de suas festividades, tambem julga necessario q' a Meza tomasse alguma deliberação sobre o possivel meio de ser mandar forrar o técto da mesma Capella do arco pª baixo (LIVRO DE CONCORDATAS, ELEIÇÕES DA IRMANDADE. DE N. S. DO ROSÁRIO DE PARATY, 1850 a 1904, p. 3v e 4).

[187] Esta Igreja abriga em retábulo lateral, lado do evangelho, a Imagem de São Benedito e sua Irmandade com Compromisso confirmado em 1814 (ANRJ – MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO).

Em 1851, segundo o Recibo 5º do Padre José Matheus Alves Velludo, consta do Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, datado de 1847 a 1914, que ainda estavam presentes as tábuas das campas para enterramentos no assoalho da igreja, embora necessitando de constante manutenção. Este foi assunto de muitas “querelas” entres as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, abrigadas no mesmo espaço para evitar que seus rigorosos deveres não fossem tornados sem efeitos no que se refere aos enterramentos.

Fig. 180: Retábulo de São Benedito da Igreja de N. S. do Rosário - Paraty, RJ

Fig. 181: Capela-mor e retábulo de N.S. do Rosário – Paraty, RJ

Fonte: Arquivo Noronha Santos - IPHAN - RJ

Observamos que até 25 de abril de 1852, pelas descrições contidas no documento acima, a Igreja de N. S. do Rosário ainda não possuía forro no espaço correspondente à nave, ou seja, do arco cruzeiro para baixo. Identificamos também, em fotos da década de 1950, que na lateral da Igreja onde foi construída a torre e galeria, esse espaço integrava a rua, inclusive com calçamento em pedras irregulares (Fig. 182), além da porta datada do século XVIII com ombreiras e verga em forma de canga de boi em pedra lavrada abrindo para o interior da sacristia. Esta situação se repetiu até os dias atuais na Igreja do Rosário, em Diamantina, MG, onde este espaço ainda se encontra descoberto.

Fig. 182: Espaço a lateral da Igreja do Rosário, ocupado após a elevação da torre

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Fig. 183: Igreja de N.S. do Rosário em Diamantina com espaço a lateral sem ocupação

Fonte: https://cdn-0.mapio.net/images p/7122973.jpg

O retábulo-mor da Igreja de N. S. do Rosário possui em sua composição elementos que também foram feitos para a igreja de Santa Rita, com mesa em forma de urna semelhante à da Capela de N. S. da Conceição da Várzea do Corumbê e dos retábulos colaterais da Igreja de Santa Rita, banqueta com ornatos aplicados ao centro e extremidades, registro inferior decorado por painéis emoldurados, onde está o sacrário. Este retábulo não possui colunas: seus elementos de sustentação são dois quartelões junto à renda da tribuna, ladeado pelas peanhas e coifas onde estão abrigados os dois santos da ordem franciscana, Santo Antonio e São Francisco de Assis[188].

O entablamento em cimalha de perfil singelo não corresponde à cimalha real da capela-mor, que está mais acima. O coroamento é em arco pleno, ladeado por elementos curvos com terminação em volutas, arrematada por cornija arqueada, cujos exemplares muito semelhantes ainda são visíveis nos retábulos-mor da Igreja de Santa Rita e Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá. O camarim, com parede plana, possui trono escalonado em cinco degraus, emoldurado por frisos, bem como nicho central em arco sinuoso fechado por vidro, com montantes em colunelos estriados e coroamento em guirlanda de flores de gosto D. Maria.

Os retábulos colaterais de canto são dedicados como segue: o do lado do Evangelho, a São Benedito[189] e o do lado da Epístola, a São João. Estes exemplares

[188] Segundo Augusto de Lima Júnior, (2008, p. 90 – 92) como os dominicanos não fundaram conventos no Brasil coube aos frades franciscanos a evangelização dos negros africanos na devoção da Senhora do Rosário, razão pela qual entendemos a entronização das imagens de Santo Antônio e São Francisco nas peanhas do retábulo-mór da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty. A imagem de Santo Antonio foi confeccionada em barro, datada do século XVII e atribuída por Rafael Schunk como sendo do escultor Frei Agostinho de Jesus; e a imagem de São Francisco é em madeira policromada, datada do século XVIII e de origem portuguesa.

[189] A imagem recebeu intervenção em 1827, segundo Recibo de Pagamento e Ignacio Antunes Feijó: Recebi do Sr. Manuel Ignacio de Loyola, seis e quatro centos reis do concerto de madeira e retoque de pintura da Imagem de S. Benedicto, e por verdade de q.receby arreferida quantia de dº como Thezoureiro actual da

possivelmente são os primeiros retábulos dessa tipologia que serviram para os de N. S. da Conceição e Carmo, na Igreja de Santa Rita; N. S. do Rosário e N. S. das Dores na Matriz de Cunha[190]; São Miguel, Divino Espírito Santo, N. S. do Rosário, N. S. das Dores em Guaratinguetá[191] e os de Santana e São Francisco de Paula na Basílica Velha de Aparecida[192].

Fig. 184: Retábulo de São Benedito da Igreja de N.S. do Rosário de Paraty, RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 185: Retábulo de N. S. das Dores da Igreja de N. S. da Conceição de Cunha, SP

Fonte: Acervo Percival Tirapeli

Fig. 186: Retábulo de São Francisco de Paula da basílica velha de N.S. Aparecida, SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Salta aos olhos que em sua grande maioria esses retábulos adotaram os elementos estruturais e formais que se repetem constantemente em suas colunas estriadas, quartelões[193] com cabeças de querubins ou sem elas, tarja acima do camarim, presença da glória do Espírito Santo ladeada por nuvens, sendo que somente o de São Benedito apresenta três cabeças de querubins. Outro exemplo semelhante foi encontrado em um remanescente de talha da antiga matriz de N. S. do Rosário de Rio Pardo, RS.,

---

Irmandade do mencionado Stº lhe passei este aos oito dias domes de Fevereiro de mil oito centos e vinte sete. Villa de Paraty-Ignacio Antunes Feijó (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1827, p. 13v).

190 Na Igreja de N. S. da Conceição de Cunha, identificamos que os retábulos laterais de Santana e São Miguel não são mencionados na documentação consultada e possivelmente de construção posterior. Nesses retábulos foram utilizados diversos ornatos que iriam ser empregados em outros retábulos de proporções semelhantes aos retábulos colaterais de N. S. do Rosário e N. S. das Dores, construídos no primeiro momento, e foram usados em dois pequenos retábulos de N. S. Aparecida e Santo Antonio e fizeram uso dos fragmentos em madeira entalhada muito semelhantes aos existentes nos retábulos colaterais de canto de São Benedito e São João, da Igreja de N. S. do Rosário de Paraty.

191 As tarjas das mesas dos retábulos de N. S. do Rosário e N. S. das Dores da Matriz de Cunha são semelhantes às tarjas das mesas dos retábulos de N. S. do Rosário e N. S. das Dores de Guaratinguetá.

192 Os coroamentos dos retábulos colaterais de canto, de Santana e São Francisco de Paula da Basílica Velha de N. S. Aparecida, possuem ao centro da Glória um delta contendo nas extremidades do triângulo três chamas, em referência à Santíssima Trindade.

193 Os quartelões dos retábulos de São Benedito e São João da Igreja de N. S. do Rosário de Paraty, se assemelham aos de Santana e São Francisco de Paula da Basílica Velha de N. S. Aparecida.

registrado por Eduardo Etzel como arte missioneira; trata-se de uma glória contendo ao centro um delta místico ladeado por seis cabeças de querubins.

Fig. 187: Coroamento do retábulo de São Benedito - Igreja de N.S. do Rosário Paraty, RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 188: Glória do Espírito Santo. Retábulo de São Benedito - Igreja de N.S. do Rosário - Paraty, RJ

Fig. 189: Glória com Delta Místico. Igreja Matriz de N.S do Rosário de Rio Pardo, RS

Fonte: Antonia Elisabete Pires Mendes Ribeiro

Ao que tudo indica, no início do século XIX já havia intenções de realizar o douramento do retábulo de São Benedito, pois encontramos registros da aquisição do caderno de ouro, gesso e o bolo armênio para preparar a base do douramento

> Recebi do Sn.r Capitão José Luiz Campos do Amaral o actual Tezour.ro da Irm.de de S. Benedito a quantia de onze mil, quinhentos e sessenta reis a saber= do Concerto de hum Missal cinco mil dusentos e oitenta= seis mil reis de quatro Livros de pão d'oiro= cento vinte reis de duas Libras de Geço, e cento e secenta reis de hua libra de bolo, os 3 parcelas todas fazem total de 11$560, e por verdade passo o presente por mim assignado. Vª de Paraty 25 de Janeiro de 1819 (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1819, p. 7).

Consta no livro de Termo de Concordata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que o douramento do retábulo de São Benedito já se encontrava finalizado em 08 de dezembro de 1897, através de pagamento de voto do pai do Tenente Francisco Manoel de Alvarenga e Souza, o finado Sr. Manoel Joaquim de Souza[194].

[194] A possibilidade de execução do douramento dos retábulos da Igreja de N. S. do Rosário ficou no âmbito da família do Tenente Francisco Manoel de Alvarenga e Souza conforme registro no Termo datado de 15 de agosto de 1898, em cujas lembranças fazia apelo para que fossem também dourados os retábulos de N. S. do Rosário e São João. O Termo de Concordata datado de 08 de dezembro de 1897 trata de reunião da "Meza Administrativa da Irmandade de N. S. do Rosario em sua capella ahi o respectivo Thesoureiro fez sciente que o saldo da Irmandade sendo apenas de 160$193, lhe parecia não se poder no corrente anno realizar-se a festa costumada da mesma Senhora e lembrava que achando-se dourado o altar de S. Benedicto as expensas do Snr. Tenente Francisco Manoel de Alvarenga e Souza, cumprindo o voto de seu finado pai o Snr. Manoel Joaq.mde Souza, lembrava para que se fizessem apelo aos Irmãos desta Santa Irmandade e ao povo cathólico para se dourar os altares de N. S. do Rozario e de S. João, e que fosse convidado o ex thezoureiro benfeitor o Snr. Antonio José de Avellar para ainda numa vez auxiliar-nos nesta santa missão: aplicando-se todas as

> reunida a mesa administrativa o “Thezoureiro” fez ciência que o Snr. Tenente Francisco Manoel de Alvarenga Souza pretendia lhe entregar-lhes a quantia de quinhentos mil reis que sua finada mãe a Ex.ma Snrª D. Maria Clara do Nascimento havia lhe pedido que entregasse a esta irmandade afim de ser aplicado no douramento dos altares de que se tratou na ultima reunião que teve lugar no dia 8 de Dezembro de 1897, foi respondido afirmativamente e na reunião de ontem foi autorizado a receber do mesmo Snr. T.te Souza, igual quantia de esmola deixada pela sua finada mãe aquela irmandade e assim reconhecendo a necessidade de dourar-se os altares de que se tem tratado emprestava a referida quantia para o fim alludido até MS. Tarde ser depositada quantia igual na caixa econômica para com outros rendimentos compra-se uma apólice para patrimônio do mesmo Santo, por isso consultou a meza sobre a proposta daquella irmandade – foi aceito com especial agrado por unanimidade de votos da Meza, ficando o respectivo Thezoureiro a fazer a transação respectiva. Eu Eduardo Sydônio Lopes de Araújo escrivão o subscrevo (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA, 1898, p. 44v).

No Livro de Receitas e Eleições da Irmandade consta o Recibo de Pagamento sob o número 05, de “[...] vinte mil e oito centos reis, sendo 15.800 de circular pedindo auxilio para dorar-se os altares de N. Sª do Rozario e S. João e 5$000 por capinar o adro da Igreja. E para constar mandei passar o prezente que firmo. Paraty 20 de Junho de 1898. João José Ferreira” (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1898, p. 45).

O Termo de Concordata de 06 de novembro de 1898 menciona que não seria possível tratar da festa de N. S. do Rosário daquele ano, pois o douramento dos retábulos ainda não se achava completo. Consta no recibo sob o número 06, que em fevereiro de 1899 os serviços já estavam concluídos pelo pagamento da “[...] quantia de Dois contos quatro centos e noventa e cem, mil reis. Importancia dos Douramentos dos dois Altares de Nª Sª do Rozario e S. João. Por ser verdade passo o presente que assigno. Paraty... de Fevereiro de 1899 - Manoel de Olivª Souza” (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1847-1914, p. 45v). Pelos recibos acima, constatamos que, no final do século XIX e início do XX, os serviços de douramentos dos retábulos foram executados por dois douradores: João José Ferreira e Manoel de Oliveira e Souza[195].

O púlpito da Igreja de N. S. do Rosário só recebeu douramento em janeiro de 1900, segundo o recibo assinado por João José Ferreira, sob número 13, no valor de 50 mil reis

importâncias que se possão obter bem como o saldo presente na respectiva obra. Finda essa obra fosse caiada interna e externamente a respectiva capela e realizasse uma festa as expensas dos Juizes e mais festeiros de N. S. do Rozario. Sendo essas propostas postas em votação forão unanimente aprovadas, achando-se dentro da Capella o Snr. Antonio José de Avellar foi convidado para o fim acima declarado e prezente aceitou de bom grado essa sagrada missão. E para constar lavrou-se o presente termo. E eu Eduardo Sydonio Lopes de Araujo, escrivão subscrevo. Antonio Joaquim da Silva Miranda. A rogo de Bento Cypriano por não saber ler nem escrever-Lindolpho Pinto da Silva. A rogo do Rei Thomé Correia Vianna e dos procuradores Manoel Bernardo da Conceição e Bento Domingos Pinto por não saberem ler nem escrever Manoel Walfrido da Silva (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA, 1850 a 1904, p. 44).

[195] Era irmão de Quintino de Oliveira Souza, fazendeiro estabelecido com lavoura e engenho de aguardente na localidade de Rio dos Meros.

e para as tintas, 38.380 réis[196]. Em 30 de dezembro de 1900, a igreja de N. S. do Rosário já havia passado por obras de manutenção e conservação, sob a coordenação de João de Freitas Magalhães. O Recibo número 15[197] do Livro de Recibos e Eleições, datado de 30 de dezembro, apresenta em minúcias de detalhes os materiais empregados e os locais em que eram adquiridos. Constatamos diversos pagamentos a João de Freitas Magalhães, artista que atuou nos templos de Paraty e, segundo identificamos, deixou sua assinatura na face posterior da mesa do retábulo-mor da Igreja de N. S. do Rosário no ano de 1898, assim registrada "JOÃO d F. M. Na 98" (Fig. 191).

Fig. 190: Mesa do Retábulo Mor da Igreja de N.S. do Rosário – Paraty, RJ

Fig. 191: Face Posterior da mesa do Retábulo Mor - Igreja de N.S. do Rosário com assinatura de João de Freitas Magalhães. Paraty, RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

[196] Recebi do Ilmº Cap.m Antonio Joaq.m da Sª Miranda a quantia de setecentos e dous mil trezentes e oitenta reis sendo: Pago por mim e do carpinteiro por reformar o caixão da irmandade 55$280, por douramento do púlpito 50$000, tintas 38,380, reforma de ramos 18$600, 12 laços para ramos 10$800 a Benedito Miranda, de tapar goteiras 2$000, um barrote e mão de obra 6$000, estampilhas 600 rs, roupa engomada 1,800, vinho e água 800, a João Eusebio Pereira da Fonseca por servir na festa como sacristão 7$500, a João Fr.co Amaral gratificação 12$000, a Bras Rodarte gratificação 6,000a Lindolpho Pinto da Sª gratificação 6$000, a Caetano Madeira gratificação 10,000, doces para anjos 8$000 a Henrique J.e da Motta por limpar o adro da igreja 11$000, cera e composição comprada por Antonio Ol.ª de Avellar 272$500, concerto na igreja digo de lampião a Oseas Martins de Almeida 15.000 cal e trabalho a João dos S.tos 5$500, diversos pagamentos de compras feitas por Antonio José de Avellar conforme sua conta 169$720. Todas estas contas são com documento a irmandade de N. S. do Rosario e forão..... o presente que firmo. Paraty....de Janeiro de 1900 - João José Ferreira (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1900, p. 47v).

[197] Recebi do Snr. Antonio Joaquim da Silva Miranda Thezoureiro da Irmandade de N. S. do Rosario desta cidade a quantia de 521$470, sendo 7:980 por lavagem e engomado de roupa, 21;000 por capinação por duas vezes nos lado da Igreja, 3:600 de anuaes para Missa de Antonio Avellar, 1:100 para imbé, 1 barril e uma barrica vazia, 3:000, carretos diverços 6:160, 3 latas vazias 900, uma peneira e sabão 800, cimento 1:000, duas taboas a Ignacio During 10:000, 6 barrotes a Luiz Pereira de Jesus... 15:000, cal 29:000, aguarraz a João José do Prado 7:500, pregos á Alvaro Torres 2:400, pregos á Manoel José Ferreira 10:240, taboas, tintas e barrotes ao expolio baptista 30:000, cola 3:800, vinagre, salamoniaco e tigolo 2:740, 2 barrotes á João Barreto 6:000. Aos operários, Caetano Xavier Caparica, 69:000, João de Freitas Magalhães 74:500, Gustavo de Souza 59:500, Salvador Lopes 58:500, Augusto Feliciano 6:000, Bras Rodarte 35:250, Eduardo Miranda...11:500, Benedicto Caricati 22:500, Sebastião Lopes 22:500, Sommam todas estas parcellas na de quinhentos e vinte e um mil quatrocentos e setenta. E por ser verdade mandei passar o presente que firmo. Paraty 30 de dezembro de 1900. João de Freitas Magalhães (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1900, p. 48).

Em 1794 existia fora da Vila, na antiga Vila de Parati-Mirim, distante de quatro léguas da cidade, somente a Capela de Nossa Senhora da Conceição. Segundo registro de Monsenhor Pizarro

> Ao Sudoeste da Matriz, acha-se a 3ª dedicada a N. Senhora da Conceiçaõ, que Antonio da Silva criou com Provisaõ de 23 de Fevereiro de 1720. Renovada com paredes de pedra, e cal, pelo Coronel Jorge Pedrozo de Souza foi benzida a Capella mór á 16 de Novembro de 1731; e concluído o Corpo posteriormente, teve igual benção no dia 8 de Dezembro de 1746 (ARAUJO, 1820, TOMO III)

Esta construção, de pau-a-pique, foi fundada por Antonio da Silva, proprietário da Fazenda de Parati-Mirim, em 23 de fevereiro de 1720. Foi reedificada com paredes de pedra e cal pelo Coronel Jorge Pedroso de Souza, após a compra da Fazenda, sendo a capela-mor benzida em 16 de novembro de 1731. Após a conclusão da nave, recebeu nova bênção no dia 8 de dezembro de 1746, dia de "Nossa Senhora da Conceição" (Figs. 192 e 193). Esta Fazenda foi vendida posteriormente ao Sargento-Mor Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel em 1752.

Em 1853, Manoel José de Souza, proprietário da Fazenda de Paraty-Mirim, tratou do andamento da ereção do referido templo[198], para servir de Matriz aos habitantes da Freguesia de Mamanguá. A opinião pública apontava a Fazenda de Paraty-Mirim como

> [...] ponto mais próprio para a sua sede, [...] por sua posição vantajosa, [...] seu Templo e mais edifícios, dá de pronto socorro espiritual a todos aqueles Povos, offerece o Templo que na sua Fazenda possue, [...] uma propriedade de casas para escola pública, que fique pertencente à Província e outra para o Vigário e igualmente será propriedade Provincial (SOUZA, 1853, D. A., p. 1).

Neste documento, o proprietário da Fazenda exige da Província, como indenização, a quantia de vinte contos de réis. O templo apresentava-se com as seguintes características: "[...] solidamente construído de pedra e cal[199], com abóboda de tijôlo; coro, pulpito, pia baptismal e todas as suas alfaias; terrêno em frente ao Templo que sirva de area, e Patrimônio à Freguesia; dito, convenientemente situado, para Cemitério Público" (SOUZA, 1853, D. A., p.1). Estas transformações obedecem às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia[200] (1853), que estabeleciam e regulamentavam a ação da Igreja,

---

[198] O retábulo deste templo possui grandes semelhanças com a talha que reveste o interior dos Passos da Paixão de Paraty em estilo joanino, verificando-se a presença do dossel com sanefas em madeira recortada, possivelmente do mesmo entalhador.

[199] Elemento importante na composição das argamassas, pode ser obtida das conchas do mar que são queimadas em fogueiras armadas nos moldes de uma oca de índio; após esse processo é peneirada, sendo a mais clara separada para pintura e as sobras para argamassa. Existe também a cal obtida dos calcários. Há relato na documentação pesquisada de que o porto e a Vila de Paraty, em muito contribuiram para o atendimento aos moradores e obras de Serra Acima através dos tropeiros.

[200] As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia realizaram a adaptação das normas tridentinas aos usos e costumes da Arquidiocese.

com cerimonial próprio para os sacramentos, objetos litúrgicos[201], construção, decoração das igrejas e na vida cristã.

A fachada, de formato singelo, possui somente uma porta central e duas janelas no coro; o frontão é triangular encimado por cruz e coruchéus em pedra aparelhada e à lateral está o campanário em arcada, à moda franciscana. Sua modenatura foi destacada através de pintura no tom ocre, muito usual para solucionar a imitação da cantaria. Mais uma vez a documentação pesquisada aponta para a presença dos franciscanos em Paraty, disseminando o culto a Nossa Senhora da Conceição, santa de sua devoção que encontramos em mais duas outras capelas de que falaremos adiante.

Cabe ressaltar que conforme menciona o documento enviado à Câmara Municipal de Paraty em 1853, são realmente dignos de nota a abóbada em tijolos[202] construída ainda na primeira metade do setecentos, a bacia do púlpito em único bloco de pedra lavrada engastado na parede no Lado do Evangelho, bem como a pia de água benta; e a porta principal em "canela preta" almofadada, com duas folhas de fechamento cujas almofadas foram esculpidas nas próprias pranchas de madeira. A sacristia era a lateral da capela; infelizmente foi suprimida em uma das restaurações do IPHAN, permanecendo ainda a porta original de acesso à mesma.

O retábulo desta capela possui enquadramento em colunas retas com caneluras, encimadas por capitel coríntio, decorados com elementos fitomorfos; entablamento clássico com friso e cornija, arremate superior recortado em elementos assimétricos. Respaldo reto, sem decoração, possuindo no intercolúnio duas portas com a verga decorada por dossel muito semelhante ao dos Passos da Paixão[203] de Paraty com (16

---

[201] Inventário das Alfaias pertencentes a Capela de Nossa Senhora da Conceição, erecta na Fazenda de Parati-Mirim. 1 Casula de damasco branco e vermelho com seus pertences, frontal do mesmo, e pano de estante. Outra de sêda verde e roxa com seus pertences, frontal do mesmo. 3 Alvas de bertanha de bom uso arrendadas. 3 Amictos da mesma com rendas. 3 Corporais com suas guardas.5 Sanguininhos. 3 Purificadores. 3 Toalhas de altar de bertanha arrendadas. 1 Calix de prata com sua patna, digo patena. 1 Par de galhetas com seu prato, tudo de prata. 6 Castoçais (sic) de estanho pequenos. 1 Cruz do mesmo Sacras com guarnição de jacarandá. 1 Imagem da Conceição com sua coroa de ouro. 2 Mantos de seda com franja da mesma Snra. 6 Ramilhetes novos de cores. Manoel Rosa de Carvalho. (Cópia autêntica, extraída do livro do PATRIMÔNIO da Capela de Nossa Senhora da Conceição, que o Sargento Mor Salvador Carvalho da Cunha tem no destrito da Vila de Parati, segundo frontispício do mesmo livro com datas de 1752 em diante). Do Arquivo da Curia Diocesana do Bispado de Barra do Pirai. Cidade de Barra do Piraí, 17 de março de 1960. Visto + Agnelo Rossi. O Sargento-Mor Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel, em 1752 (mil setecentos e cinqüenta e dois), doou para PATRIMÔNIO da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Parati-Mirim, "100 - cem braças de terras de testada, na paragem chamada de Pedra de Arpoar, que principiam virando a ponta para Parati-Mirim, em uma praiazinha correndo para o Sítio de Antonio Nunes Pereira e da outra com terras do mesmo." Tabelião: Francisco Soares Ano: 1752. Livro de Notas, a.f.225. (Dados extraídos da escritura de venda de umas terras que fez Domingos Coelho Guimarães ao Sargento Mor Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel, em 1752). Do arquivo da Curia Diocesana do Bispado de Barra do Piraí. Cidade de Barra do Pirai, 17 de março de 1960. Visto + Agnelo Rossi.

[202] Na última intervenção de restauro por que o templo passou foi identificada na abóbada uma pintura central retratando de maneira singela uma Cruz de Malta contornada por moldura circular e contendo nos vértices decoração fitomorfa.

[203] Pelas constantes características formais apresentadas, é possível constatar a participação de um mesmo entalhador e ou entalhadores na confecção da talha do retábulo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Paraty-Mirim, após a confecção dos Passos da Paixão no perímetro urbano de Paraty, em data posterior:

sanefas), acima destas, duas peanhas em madeira recortada. As duas colunas junto ao camarim estão assentes em suas respectivas mísulas. As das extremidades aparentemente não foram confeccionadas: só possuem as mísulas e duas pilastras falsas, assentes em soco com almofadas aplicadas e com cantos recortados, atestando que o trabalho não foi totalmente concluído. O altar é em forma de urna, sem decoração e banqueta com a face frontal arredondada, servindo de apoio ao primeiro degrau do trono, os montantes semelhantes ao recorte do dossel, tendo ao centro uma porta de sacrário fixa, com a parte superior arqueada e a inferior com os cantos recortados e pintura alusiva à eucaristia - “um cálice com hóstia entre nuvens, encimado por uma cruz”.

Fig.192: Porta do Sacrário Falso com pintura alusiva à Eucaristia

Fig.193: Coroamento do retábulo-mor e pintura da abóboda da Igreja de N.S. da Conceição de Paraty-Mirim

Fonte: Arquivo MASDP - Fotógrafo André Rosso

coroamento em dossel, com sanefas de madeira recortada (24 sanefas), parte superior sinuosa espraiando-se para as laterais e apoiando-se nos montantes das colunas e do entablamento tendo à frente duas mísulas com talha semelhante às existentes no Museu de Arte Sacra, que provavelmente pertenceram ao VI Passo da Paixão; banqueta com a face frontal arredondada, como nos Passos da Paixão, servindo de apoio ao primeiro degrau, com os montantes semelhantes ao recorte do dossel, onde estaria o sacrário, que foi transformado em peça falsa, com porta fixa; o segundo degrau possui um nicho que abriga imagem de Santana Mestra, obra do Mestre Bolo de Noiva em terracota policromada, datável do século XVIII, hoje integrante ao acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, por medidas de segurança. Este nicho não possui a cobertura, o coroamento é entalhado em motivos fitormorfos; as peanhas à da esquerda de quem olha o retábulo, abrigava a imagem de São Sebastião e à da direita a imagem de São Francisco de Assis, datáveis do século XVIII, portando inclusive resplendores de prata, encontram-se desaparecidas; o centro do trono abrigava um nicho em madeira entalhada e envernizada com a imagem de N. S. da Conceição em madeira policromada datável do século XVIII atualmente no Museu de Arte Sacra de Paraty; a renda da tribuna é em madeira recortada, em elementos assimétricos; o perfil das cornijas do entablamento é semelhante aos dos Passos da Paixão de Paraty; o intercolúnio é amplo, atestando que o mesmo não foi concluído, pois faltam às colunas das extremidades, restaram apenas as mênsulas de sustentação e o encaixe no entablamento; as duas portas abaixo das peanhas, pelo recorte no intercolúnio, pelas semelhanças, o dossel que encima as mesmas, (02 sanefas), provavelmente foi confeccionado pelo mesmo entalhador; estão encimando o dossel duas silhuetas de anjos anunciando o coroamento e duas nas extremidades, deixando ver parte de um filatério, portando nas mãos, uma o sol e a outra a lua; o camarim possui teto em abóbada de berço é revestido de tábuas com a junção em cortes chanfrados à diagonal, bem como a parede de fundos, fixada com cravos em ferro forjado, presos na face posterior das paredes em barroteamento fixado na mesma, situação semelhante aos camarins dos Passos da Paixão de Paraty; as madeiras empregadas na confecção do retábulo foram o cedro, louro e para os elementos de sustentação a canela parda e preta. Merece destaque o piso do presbitério em madeira lavrada com recortes sinuosos de gosto setecentista.

O segundo degrau possui um nicho sem cobertura, com coroamento em arco trilobado, encimado por decoração entalhada em motivos fitomorfos; renda em madeira recortada em motivos assimétricos e camarim com o teto abobadado, revestido de talha; fundo com tábuas em corte chanfradas à diagonal, presas em barroteamento fixo na parede. Coroamento em dossel com sanefas de madeira recortada (24 sanefas), parte superior sinuosa espraiando-se para as laterais com apoio acima do entablamento, tendo à frente duas mísulas. O arremate superior do coroamento apresenta dois anjos em silhueta de madeira recortada anunciando o altar, seguidos por mais dois anjos deixando ver as pontas de um filatério e portando nas mãos um sol e uma lua, símbolo das litanias de Nossa Senhora. Verificamos em nossa área de pesquisas que essa decoração e a montagem em madeira recortada no coroamento só são encontradas na Capela do Santíssimo Sacramento da igreja de N. S. das Necessidades de Florianópolis, SC, embora em conjunto muito repintado, com sucessivas camadas recentes de tinta.

Ainda longe da cidade, não podemos deixar de fazer menção à Capela[204] de Nossa Senhora dos Remédios do Corumbê, construção datada do século XX, que integra no retábulo duas colunas torsas ornadas com ramos de parreira e a imagem de Nossa Senhora dos Remédios[205] em terracota policromada, datadas do século XVII, oriundas da primeira Matriz de Paraty (Figs. 194 e 195). As primeiras notícias sobre essa Capela datam de 1882, quando já havia intenção dos moradores do Corumbê de iniciar a construção. Segundo o noticiário do Jornal “Paratyense”

> Os moradores do lugar denominado – Corumbê,- pretendem erigir uma capellinha com a invocação de N. S. dos Remédios. O Sr. A.J. da Silva Miranda já ofereceu, para tal fim, o terreno pr (sic) caso, madeira e mais materiais que forem necessários. Oxalá que este cavalheiro encontre adeptos de iguaes sentimentos. (PARATYENSE, Nº 4, 1882, p. 2).

[204] Em setembro de 2020, foi identificado na parede lateral da capela de N.S. dos Remédios que suas paredes laterais são em pau a pique com pilares de sustentação em pedra.

[205] Pela sua importância histórica e datação, dessa rara escultura em terracota policromada do século XVII, por medidas de proteção, na década de 1970 diversas vezes houve tentativa pelos técnicos do IPHAN em Paraty, o Arquiteto Dr. Edgar Jacintho da Silva e a Museóloga Maria Emília de Souza Mattos para trazer a imagem para o Museu de Arte Sacra de Paraty sendo estas infrutíferas. Como a peça estava sendo muito assediada inclusive para roubo, em 2007 o Arquiteto/Museólogo Julio Cezar Neto Dantas juntamente com o Assessor Jurídico do IPHAN Nelson Lacerda Soares, Representante do CAP Alcebíades Tavares da Silva e o Padre Roberto Carlos Pereira, conseguiram trazer a imagem para o Museu. Em 2014, foi realizada uma réplica em terracota para suprir a lacuna no retábulo esculpida pelo santeiro Felipe dos Santos Alcântara, natural de Paraty, nascido em 04/12/1983 e policromada por Isaac José Pádua Silva 04/12/1980, também paratyense, foi reentronizada em 20/09/2015 com translado do Museu e Missa na Capela com a presença da comunidade do Corumbê e da cidade.

Fig.194: Igreja de N. S. dos Remédios do Corumbê

Fonte: Arquivo MASDP - Fotógrafo André Rosso

Fig.195: Retábulo e imagem de N. S. dos Remédios na Capela do Corumbê

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O Jornal A Razão, de 1 de junho de 1919, nos esclarece sobre a construção desta capela, cuja tipologia arquitetônica guarda muita semelhança, em suas características, com as capelas oitocentistas da região, pois possui em seu interior precioso acervo do seiscentos. Sua construção teve início no dia 24 de maio de 1919 com o lançamento da pedra fundamental da nova capela. Estes atos religiosos, na ocasião, foram celebrados pelo Padre Hélio Bernardo Pires (informação verbal)[206] e a iniciativa da edificação foi do Sr. Manoel Alves Cananéia em um terreno doado pelo proprietário Sr. Fernando Manoel Caetano (ANEXO 9), à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, Padroeira de Paraty.

[206] Depoimento de José Luiz Giudice, natural de Paraty, com 73 anos, concedido ao pesquisador em 30/01/2015, frequentava a residência do Padre Hélio, foi coroinha, era chamado por ele de - “doutorzinho” -. O Padre Hélio Bernardo Pires, de origem portuguesa, nascido em 08/05/1878, chegou à cidade de Paraty no dia 17 de julho de 1909 (O PHAROL, Nº 45, 1910, p.1), permanecendo até sua morte, em 21/07/1952. Além de pároco e diretor espiritual das Irmandades Religiosas, foi também fazendeiro, administrando sua chácara na atual Avenida Roberto Silveira, dividindo a moradia do sobrado à Rua Dr. Pedreira Nº 17 com suas irmãs Maria Aurora Pires (/ /1879 - 05/1910), Eduarda Pires, em residência oficial, que pertenceu anteriormente a Jorge de Mello Carramanhos (02/02/1894 -) casado com Silvina Rodrigues Carramanhos. Presenciou a chegada dos primeiros representantes do Governo do Estado e do IPHAN em Paraty para o processo de Tombamento a nível Federal. Muito assediado pelos compradores de antiguidades, partiu de sua liderança a construção da primeira caixa-forte da Igreja Matriz e o zelo pelo acervo que chegou até os dias atuais. Na Igreja Matriz seu alerta de preservação, fez nascer o embrião do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Fig.196: Padre Hélio Bernardo Pires na Sacristia da Igreja Matriz de Paraty - década de 1930

Fonte: Arquivo Central do IPHAN – RJ

Para essa construção foram empregados materiais diversos, tipologia e técnicas construtivas utilizadas nas construções mais antigas de Paraty, nas zonas urbana e rural, inclusive as telhas e a varanda lateral que serve de sacristia, vedada por balaustres de madeira recortada, muito comum nas construções religiosas do município. Sua planta singela e o camarim do retábulo, com estrelas, nos levam a refletir as observações que Mircea Eliade aponta em *O Sagrado e o Profano*, ao tratar dos simbolismos da Igreja e da estrutura cronológica do edifício sagrado que reproduz o paraíso ou o mundo celeste.

Os dados acima nos trazem detalhes importantes, que fazem referência à construção da terceira Matriz em 1794: a chegada da nova imagem da padroeira e sua entronização no nicho em que se encontra até os dias atuais; e o envio para a Barra do Corumbê da imagem primitiva e das colunas salomônicas da igreja seiscentista - transferidas, após a sua troca, para aquela localidade.

> Data de muitos annos aquela devoção e até agora a bella Imagem tem permanecido em uma casa particular destinada para esse culto nesse local. A sagrada Imagem acha-se atualmente em um prédio de propriedade de D. Maria Malvão, onde funcionou a escola pública, na Barra do Corumbê, até findarem os trabalhos da nova igreja, para o qual já foi transladada. O acto foi bastante concorrido (A RAZÃO, 1919, Nº 36, p. 1).

Ao que tudo indica, a imagem foi transladada para a localidade de Corumbê em fins do século XIX, quando os moradores já se manifestavam em construir a Capela que só foi finalizada na primeira metade do século XX. Essa transferência fica atestada, conforme já mencionamos acima, pelo envio de duas colunas torsas que integravam o retábulo-mor da primeira Matriz, únicos remanescentes de talha barroca do século XVII da

antiga matriz, juntamente com a mesa do retábulo de Nosso Senhor dos Passos, na Capela Funda.

Após mais de dois anos de início das obras da Capela, em 11 de setembro de 1921, o Jornal A Razão já noticiava, na sua seção Factos & Fitas, a inauguração da mesma, com a festa de N. S. dos Remédios, embasada no espírito religioso da comunidade de Corumbê[207], que ainda a realiza até os dias atuais. Menciona ainda o traslado da residência de D. Maria Malvão para a Capela recém construída:

> A se julgar a civilização de um povo por seu espírito religioso, o do Corumbê bateu o record, e ao mesmo tempo deu uma lição de mestre, ao pessoal aqui da cidade que só tem na conta de muito adiantado. Naquella paragem a festa da Padroeira teve grande brilhantismo e concurrencia, sendo inaugurada a elegante capelinha, para onde foi transladada a imagem da Virgem, em procissão, com muito respeito e devoção, ao passo que aqui o dia 8 passou quase despercebido, havendo uma missa na igreja Matriz, completamente desnudada de seus ornamentos. Como os tempos se mudam.....Queiram nos desculpar a Irmandade, se esta fita não lhe agradar, mais fique sabendo que este facto é digno de uma sarabanda (A RAZÃO, 1921, Nº 32, p.3).

Dignas de nota também são a Capela da Santa Cruz da Várzea do Corumbê, que abrigava no seu interior a imagem de N. S. da Conceição, o retábulo e a mesa, datadas do século XVIII[208]; e que teve a construção demolida à revelia do IPHAN, durante a abertura da Rodovia BR-101, na década de 70, sendo reconstruída entre os anos de 1983 e 1987. Essa capela, juntamente com as de Paraty Mirim e da localidade de Barra Grande eram todas sob a invocação de N.S. da Conceição. A do Corumbê possuía em seu interior o retábulo e a mesa com a inscrição e assinatura do entalhador e a data 1778; ao que tudo indica, como já dissemos acima, possivelmente é obra do Mestre Frei Joaquim José e Silva, que construiu o retábulo de N.S. das Dores na igreja Matriz, e possivelmente da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos (Figs. 105 e 106). Sua fachada guarda a tipologia das capelas da Zona Rural de Paraty: cobertura em duas águas com frontão triangular ladeado pelos coruchéus, óculo circular ao centro e a torre sineira. É possível que com a presença franciscana em Paraty no ideário da ordem, a intenção de disseminação do culto mariano se tenha feito representar por essas capelas em pontos estratégicos do município, para sua expansão.

---

[207] O Capelão Ramiro Lima nascido em 1907 teve participação ativa na comunidade de N.S. dos Remédios do Corumbê, entre os anos de 1950 e 1989 - quase 40 anos atuando como capelão, rezava aos domingos e nas novenas em honra à N.S. dos Remédios (JORNAL DE PARATY, Nº 823, 17 a 23/07/2012, p.7).

[208] A imagem em madeira e a cruz em ferro encontram-se no Museu de Arte Sacra de Paraty e são ainda usadas pela comunidade nas festas solenes.

Fig. 197: N. S. da Conceição da Capela de Santa Cruz da Várzea do Corumbê – Século XVIII

Fonte: Acervo MASDP - Fotógrafo André Rosso

Fig. 198: Capela de Santa Cruz da Várzea do Corumbê - década de 1950

Fonte: Acervo MASDP

Fig. 199: Capela de Santa Cruz da Várzea do Corumbê - 1984 - 1987

Fonte: Acervo MASDP - Fotógrafo André Rosso

A primitiva capela de N.S. da Conceição da Fazenda Barra Grande estava situada na região do Rio Pequeno[209], entre as localidades das Fazendas Barra Grande e Graúna, segundo consta de um Registro de Batismo realizado pelo Vigário Francisco Justino do Amaral Vianna, datado de 25 de Janeiro de 1881. Esta Capela havia sido construída possivelmente ainda no século XVIII, devido à datação das imagens que a guarneciam e dos batizados que lá se realizavam: "[...] na Capella de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pequeno, Filial desta Igreja Parochial, com Provisão do Reverendo Vigário da Vara,

[209] Em 08 de fevereiro de 1925, encontramos o registro no Livro Tombo da Paróquia, de requerimento da Capella de Nª Senhora da Conceição no lugar denominado Rio Pequeno, Fazenda Barra Grande, com licença e autorização do Exmº Revmº Adm. Apostolico de Barra do Pirahy, Mons. José Maria Pareira Lara, do dia 5 de Fevereiro de 1925. (Livro de Tombo, 1924, p. 31). Nesta capela encontramos também o batizado de José, branco, nascido em 05 de novembro de 1880. (LIVRO DE BATISMO, Nº 10, p.3v).

baptizei e solenemente puz os Santos óleos a Theodora, branca, nascida a quatro de novembro do anno passado (BATISMO, LIVRO 10, p. 3v).

Em 29 de novembro de 1908, constatamos no Jornal O Pharol a intenção de construir mais uma Capela na zona rural de Paraty, desta vez na localidade de "[...] S. Gonçalo, vai correr n'este município uma subscripção para a edificação da egreja de S. Gonçalo no 3º districto deste Municipio". (O PHAROL, 1908, Nº 15, p. 1).

Das décadas de 1920 e 1930 em diante começam a ser realizadas construções de novas capelas e visitas aos núcleos de catequeses nas antigas comunidades de Paraty, no continente e na região costeira. É nesse momento que, segundo as informações do Livro Tombo da Paróquia de Paraty, são construídas as capelas de Graúna (1930), a nova Capela de Barra Grande (1930) e a de Tarituba[210] (1946, já com ampliação da Capela atual). A documentação de Batismo, no período do Padre José Saurer, ainda na década de 1920, faz menção a Batismo em Fazenda, na "Capellinha" de Santo Antonio e nos Cruzeiros de Mamanguá, Itaoca e Sono. Essas construções algumas vezes eram erguidas também em terrenos adquiridos por meio de doações para as Irmandades, como ocorreu na localidade de São Gonçalo com o Irmão do Santíssimo Sacramento, Sebastião José Ferreira de Athaide em seu inventário de "[...] cem braças de terras no lugar denominado Sa^{n} Gonçalo no valor de dezoito mil reis e como não convinha a Irmandade possuir estas terras e num as pode possuir em vista da Ley por mais de dois meses sem dispensa da Ley (LIVRO DE ELEIÇÕES E POSSES, 1831-1955, p. 114).

Na Capela de Santa Cruz da Graúna[211], no dia 14 de março de 1937, foi fundada a Conferência Vicentina, composta de diversos moradores do local, com a assistência dos confrades presidente, tesoureiro e secretário, além do confrade visitante[212], que tinha

---

[210] Comunidade que surgiu em torno de duas famílias: Meira e Bulhões, no interior de uma fazenda que existiu nas proximidades, de propriedade de Tertuliano Marins de Bulhões. Este possuía uma escrava de nome Eva e no local de seu sepultamento foi erguida a "Capela de Santa Cruz" em pau a pique, com a cruz que foi usada para marco do seu sepultamento. Na gestão do Prefeito João Apolônio dos Santos Pádua, em 1945, foram feitas melhorias na Capela – incluindo a construção de um chafariz e a delimitação do atual cemitério, que teve sua capela construída em 1950. Essa comunidade ainda mantém os remanescentes da família de Tertuliano Bulhões, cujos irmãos eram Anacleto Marins de Bulhões e Carlos Marins de Bulhões, que além de possuir escravos, cultivavam a terra com muitas criações, entre elas gados, porcos e galinhas. Seus filhos eram Guilherme Próspero de Bulhões, Martiniano de Bulhões e Benedito Próspero de Bulhões, casado com Luciana Meira de Bulhões; atuava como capelão e tocava na folia, era possuidor de um oratório do século XVIII, peça de gosto Joanino, muito semelhante a um "Passo da Paixão" do núcleo histórico de Paraty, ainda de propriedade da família. A comunidade ainda preserva suas tradições e saberes, como a trezena de Santo Antonio, cujo nome do santo ainda se mantém nos parentescos na localidade, festa de São Pedro, Senhor Bom Jesus e a tradicional festa de Santa Cruz. A culinária local também é preservada, assim como as danças, entre as quais o "Xiba Cateretê", que era coordenada por Francisco José de Bulhões (1906-1992) – Mestre Chiquinho, casado com Maria Raimunda Meira de Bulhões. Mestre Chiquinho deixou essa herança que vem sendo passada em todas as gerações.

[211] Informações de Juliana dos Santos moradora da comunidade, da existência e utilização de uma "peça" de artilharia para a marcação dos momentos das Missas e Ladainhas em seu início, meio, fim e na hora do Santo. O Membro da Conferência Vicentina José Rufino de Almeida passou a ser o capelão daquela comunidade, rezando terços e via sacra na quaresma.

[212] Consta da Ata de Fundação, entre homens e meninos: Honorio Pereira Leite, Lourenço Pereira Leite, João Pereira Leite, Honorio Pereira Filho, Benedito Paulo da Silva, Deocleciano da Silva, Henrique José da Costa,

como função prestar auxílio aos pobres no que concerne aos alimentos e remédios, sendo assim necessário o reconhecimento dessas famílias - que era feito através dos confrades e do pagamento de suas anuidades. Em 1938 a Conferência Vicentina angariou recursos através de uma relação de contribuintes (ANEXO 10) para aquisição de uma imagem de São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, para integrar a capela[213].

Fig. 200: Santa Cruz da Graúna

Fig. 201: Capela N. S. da Conceição da Barra Grande (demolida)

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Fig. 202: Atual Capela de N.S da Conceição da Barra Grande

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Guarneciam o interior da Capela da Barra Grande - construída na década de 1930 - além da imagem da padroeira, N. S. da Conceição, do início do século XVIII, em terracota policromada, medindo aproximadamente 48cm, outra um pouco menor de gesso de barbotina, datada do século XIX, um par de castiçais Império em prata moldada e burilada com pés de garra, datado do século XIX e uma imagem de Santa Luzia[214] em terracota policromada, datada do século XVII, de aproximadamente 70cm. Pelo que se verifica pela datação do acervo, acreditamos que essa capela já existisse na localidade desde o século

João José da Costa, Joaquim de Oliveira Netto, José Primo de Oliveira, Octavio de Oliveira, Manoel Ignacio de O. Castro, José Carvalho de Alvarenga, Benedicto Carvalho de Alvarenga, Marçal Carvalho de Alvarenga, Manoel Santos, José Elias, Paulino de Oliveira, Cecilio Ignacio de Castro, João Pereira, Benedicto Candido da Silva, Antonio Januario Pereira, Joaquim José de Lara, Francisco Pires da Silva, João Alves da Costa, Silvio de Oliveira, Manoel Eurico, Antonio Philippe Porfirio Gomes, Mario Euzebio de Oliveira, José Oliveira (ilegível), Manoel Bilena (ilegível), Carlos Prudencio, Domingos do Espírito Santo, Carlos José Correia, Manoel Rodrigues do Nascimento, Manoel (ilegível), Ignacio de Castro, Vergilio da Silva Vaz, Agustinho José de Oliveira, Raymundo Angelo de Amorim, Luiz Gonzaga, Almerindo Raymundo da Cruz, Antonio Nunes dos Santos, João Santana dos Santos, Manoel Ignacio de Castro, Manoel Luiz, Zito dos Santos e Osmar Gustavo. Confrade visitante: Joaquim de Oliveira Netto (LIVRO DE ATAS, 1937, p. 3 e 3v).

[213] Apresentamos a todos os senhores o recibo da Casa Cruz, constando o seguinte: uma imagem de São Vicente, 150$000, passagem do Rio de Janeiro até Paraty- 10$000. A mesa administrativa desta Conferencia muito agradece e pede ao patrono São Vicente que rogue a Deus muitas benças para todos. Graúna 19 de Fevereiro de 1938. O secretario Benedicto José de Souza. O Presidente José Rufino de Almeida. O tesoureiro Manoel Antonio Castro (RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES, 1938, DA).

[214] Essa peça encontra-se desaparecida da capela. Identificamos que está registrada na página 15 do livro intitulado “Em torno da Escultura no Brasil”, de P.M. Bardi, editado em 1989 pelo Banco Sudameris Brasil e constante da coleção João Marino em São Paulo - SP.

XVIII. Infelizmente a segunda capela, de 1930, foi demolida à revelia do IPHAN pelo atual Vigário Padre Roberto Carlos Pereira, e no local foi construída outra capela de gosto que não condiz com o contexto do município tombado de Paraty, no que se refere também à zona rural.

Fig. 203: Manoel Gil Brás com as imagens de Santa Luzia e N. S. das Dores – Paraty - RJ

Fonte: Acervo Conde Frederic de Limburg Stirum

Fig. 204: Santa Luzia – terracota policromada, séc. XVII- Capela de N.S. da Conceição da Fazenda Barra Grande – Paraty - RJ

Fonte: *Em torno da Escultura no Brasil*, de P.M. Bardi

No Livro Tombo da Paróquia há um registro em 28 de julho de 1924 de visita do Monsenhor José Maria Pareira Lara a Mamanguá, na localidade de Cruzeiro, freguesia de Paraty-Mirim. Ao que tudo indica, até a referida data ainda estava presente a Capela de Santa Cruz, remanescente com o cruzeiro que servia às Ladainhas e Festas de Santa Cruz, algumas delas celebradas ainda pelo Capelão Manoel de Jesus Torres[215] - "Maneco"

[215] Nasceu no Portão Vermelho, 1º Distrito de Paraty aos 06 de agosto de 1881, dia do "Senhor Bom Jesus", filho de Benedicto Ãngelo Torres e Maria Cândida de Jesus, ainda jovem residiu em Cunha para servir de tropeiro, foi morador de Mamanguá, costa de Paraty, nesta localidade nasceram suas três filhas: Maria da Conceição Torres – "Catão" – (11/12/1914), Pedrina Torres e Benedicta Natividade Torres – "Binta Torres", "Dita Torres" - (08/09/1923-05/04/2005), foi Juiz de Paz e Oficial do Registro Civil, veio residir na cidade em 1926, residindo inicialmente em uma casa quase no final da Rua do Comércio, que pertenceu a Maria Passos. Posteriormente mudou-se para a casa de João Gibrail, conhecido como – "João Turco" -, na Rua D. Geralda, esquina com Maria Jácome de Mello. Em 1928, assume o Cartório do Registro Civil do 2º Distrito, foi também membro das Irmandades: Santíssimo Sacramento, São Miguel e Almas, São Roque, N. S. do Rosário, Santa Rita, N. S. dos Remédios, São Benedito e São Pedro de Alcântara, da Santa Casa. Tinha conhecimento profundo dos ofícios e modos de fazer da comunidade paratyense, bem como das celebrações e formas de expressão, uma vez que, como capelão atuava também como benzedor rezando diversas gerações de crianças e adultos de "quebranto, vermes e olhado de raiva". Como membro de irmandade realizou e integrou festas religiosas, entre elas a do Divino Espírito Santo de 1973. Cultuou o Senhor Bom Jesus, através de um registro de papel, na data de seu aniversário durante anos, rezando a Ladainha. Atendia as rezas de N. S, do Bonsucesso na residência de Carolina da Costa Peixoto e Maria José de Almeida Peixoto - "D.Zezé" - , até a década de 1960, e também de São João no Rio dos Meros, para a família de Maria Hermogênia da Silva Netto, quando esta deixou de ser realizada no Curralinho, na década de 1950. Após a Ladainha participava do baile e xiba tocando pandeiro, se destacando também como cirandeiro. Nessa data se dirigia aquela localidade acompanhado da filha Benedicta Torres, que também continuou a cultuar o Senhor Bom Jesus até 2004. Na década de 1970, rezava também em cumprimento de uma promessa para São João no dia 23 de junho, na residência de Rita Emilia Emília Pereira da Silva Ramiro, continuada por Laura dos Santos Alcântara e Geisa Ramiro. Serviu também como Capelão na Capela de Santa Cruz da Generosa, no Beco do Propósito. A permanência de duas danças folclóricas em Paraty das que eram dançadas para o "Imperador do Divino" e nas festas da Padroeira, foram por ele passadas a Geisa Panaro Ramiro a "Dança das Fitas" e "Dança da Jardineira", ambas dançadas por meninos e meninas, a primeira com um pau de fitas coloridas acompanhada

-, que ali residia. Um dos grandes anciãos e patrimônio vivente de Paraty, chegou aos 103 anos de idade: a comemoração de um século, no dia 06 de agosto de 1981, ocorreu em praça pública, com corte de bolo comemorativo, ladainha e apresentação de danças folclóricas, inclusive as que foram dançadas por ele em sua infância.

Figs. 205 e 206: Corte do bolo no aniversário de 100 anos de Manoel de Jesus Torres – 06 de agosto de 1981

Fonte: Themilton Tavares

Consta também do noticiário do Jornal O Município registro de missa celebrada pelo padre Hélio Pires, assim descrita: "[...] Na pequena capella de Santa Cruz no Mamagua foi, no dia 3 do corrente, celebrada uma missa pelo nosso Vigario Helio Bernardo Pires, em devoção a Santa Cruz, tendo assistido a mesma, avultado numero de fieis" (O MUNICIPIO, 1923, Nº 39, p. 2).

Existem, ainda, vários exemplares de pequenas Capelas remanescentes dos séculos XIX e XX que apresentavam as constantes arquitetônicas regionais, construções intituladas de Santa Cruz: Boa Vista: (gruta), Rio dos Meros - "Juca do Amando" - caminho, Cabral – caminho; Curralinho – caminho para a Lagoa do Sapo, conhecida como do – "Tioió" -, Olaria[216] – caminho, Pau-d'Alho – caminho, Corisco[217] – caminho, São Roque,

pela Banda de música e a segunda com arcos de flores de papel crepom ao som de um minueto. Em recente depoimento da Professora Geisa Panaro Ramiro a Dança da Jardineira foi dançada por Manoel Torres pela primeira vez em 1904, segundo ele ao ensinar a dança, ficava muito emocionado pela lembrança. Após um longo período novas apresentações foram feitas a partir de 1974, até os dias atuais. No aniversário de 100 anos foi realizada uma grande festa com Ladainha do Senhor Bom Jesus, um grande bolo comemorativo na quadra de basquete, apresentação das Danças Folclóricas de Paraty, inclusive a Jardineira. Manoel Torres veio a falecer em 27 de setembro de 1983, com 102 anos de idade.

[216] A Santa Cruz da Olaria teve sua benção no dia 01 de agosto de 1907, com missa rezada por Frei Willbrordo Van Eyck, abrilhantada pela Corporação Musical Lyra da Juventude, leilão de prendas em benefício da ermida (O Pharol, 1907, Nº 49, p. 1). O encarregado pelos trabalhos da construção foi Victor Paulino dos Santos que segundo o anúncio do jornal na época este já convidava "os devotos e a todos que contribuíram com esmolas para a edificação" (O PHAROL Nº 44, 1907, p. 3). Em 1908 estava celebrando como Capelão nesta localidade Pedro de Almeida e Silva (O PHAROL, 1908, Nº 37, p.4).

[217] Localizamos uma mesa de altar que pertenceu a Santa Cruz da localidade do Corisco, que se encontra na Igreja de São José do Corisco. No Livro de Tombo da Paróquia consta a inauguração da Capela no dia 06 de

Taquari, Graúna, Mamanguá, Pouso da Cajaíba, Ilha do Algodão, Ponta Grossa e a capela de Santa Cruz da Generoza, algumas delas já desaparecidas, como explica Maria Helena Flexor, em o Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, ao relatar que

> A cruz não podia estar em lugar que se pudesse pisá-la, ou debaixo de janelas, nem sob paredes ou lugares sujos ou indecentes. Não eram proibidas as cruzes, de pau ou pedra, ou mesmo pintadas, em lugares públicos, estradas, ruas, caminhos, mas sempre quando for possível estarão levantadas do chão, o que explica sempre a cruz estar representada com o seu calvário, isto é, sobre um pedestal significativo de algum relevo. A cruz e o Santíssimo tinham enorme valor simbólico (FLEXOR, 2009, p. 16).

Em 23 de setembro de 1924 foi autorizada a benção da Capelinha no lugar denominado Sono; recomendações foram feitas ao Vigário Padre José Saurer, de origem alemã, recém chegado a Paraty. Para essa benção reafirmava-se o que já foi dito acima, no que concerne às Constituições Primeiras, objetivando a decência e respeito nesses toscos ambientes da zona rural.

> Autorizamos ao Ver. Vigario P.^{e} José Saurer a proceder a Benção da Capella do Sono de sua Parochia seguindo o que prescreve o Rito Romano, se estiver bastante solida e de acordo com a prescripções canônicas. Não estando em condições ou havendo probabilidade de não se manter o devido respeito, ex. perigo de ser profanada pelos hereges, dará a Benção-Loci em quo transitória, etc. Poderá administrador digo administrar os demais sacramentos quando ahí estiver a serviço do ministério. Ita serv. serv. Uma vez benta a Egreja, conforme julgar consciente, enviará a esta Nossa Camara Eclesiastica o que tiver a respeito da mesma Capella. Si é part. ou publ., si tem terreno, patrimônio, paraventos, Pedra d altar e o que constar. Barra do Pirahy 20 de Set. 1924.- Mons. José Maria Pareira Lara.- Adm. Apostolico. (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 27)

Na década de 1920, este acervo, embora registrado em livros de Inventário para evitar dispersões, com a chegada em Paraty do Padre José Saurer, em 07 de abril de 1924 foi registrado também no 1º Livro de Tombo da Freguezia de N. Sra. dos Remédios da cidade de Paraty, iniciado em 26 de maio de 1924, pelo mencionado vigário (informação verbal)[218], com autorização do Prelado da Diocese da Barra do Pirahy, D. José Maria

abril de 1968, com a presença do Bispo Diocesano D. Waldyr Calheiros de Novaes (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 81).

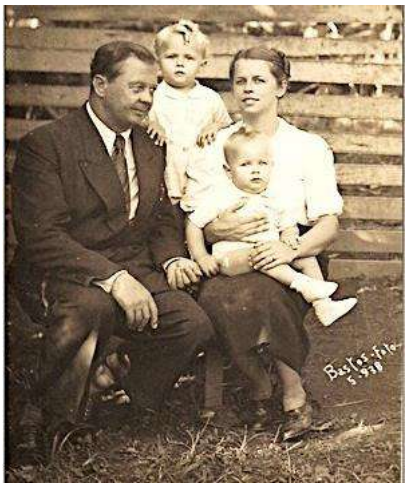
[218] Depoimento de João Apolônio dos Santos Pádua Neto, paratyense, concedido ao pesquisador em 19 de fevereiro de 2013. José Saurer era oriundo da Alemanha, atuou como padre em Paraty na década de 1920, na ocasião substituindo antigo Padre da Paróquia, afastado por motivo de querelas com o Delegado de Polícia. Finalizando o processo e absolvido, este retornou a sua função de pároco. Neste momento, o Padre Saurer deixou a batina e casou-se com Lucília de Andrade Netto (26/10/1908-19/01/1930), filha de Flósculo de Oliveira Netto, e tempos depois ficou viúvo, voltando a casar-se com Aparecida de Oliveira Netto, filha de Juvêncio de Oliveira Netto e Maria Eulália de Almeida Peixoto Netto, prima da falecida. Foram moradores da Rua do Rosário Nº 34, em belo sobrado setecentista, em frente ao Paço Municipal. Trabalhou no Moinho Sul Fluminense em Angra dos Reis. Com a 2ª Guerra, em razão de ser alemão, teve que ser demitido. Voltou para Paraty, onde passou a lecionar Linguagem (Português) e Aritmética (Matemática) até após a guerra, quando conseguiu um emprego como Contador na empresa AEG, do engenheiro paratyense Gibrail NubileTannus -

Parreira Lara - na ocasião, Administrador Apostólico. Neste instrumento de preservação, o vigário (Fig. 207), em correspondência trocada com os Arcebispos e Bispos do Brasil, documenta, na abertura do livro Tombo, a importância do arquivo para registro de todo o movimento religioso:

> Em todas as Parochias haverá archivo parochial em sala para isso destinada, na casa parochial ou sacristia da matriz e nelle se conservarão entre os outros livros, o livro do Tombo em que se lançarão o titulo ou jurisdição da parochia e demarcação de seus limites, as provisões dos Parochos e dos coadjutores, **o inventário das alfaias, objetos de ouro, prata e outros quaisquer bens móveis e imóveis** e seus títulos que pertencem à Egreja e sua fábrica, um histórico da mesma e das igrejas ou capellas existentes no seu território, quer sujeitos à jurisdição parochial, quer isentos della, os relatórios apresentados a Câmara eclesiástica, o movimento religioso e tudo mais queinteressar o bem das almas, os decretos e provimentos das visitas pastorais; e em geral todas as provisões, portarias, despachos e quaisquer peças officiais registradas exclusivamente referentes à parochia e suas obrigações ou ônus (LIVRO TOMBO, I, 1924, p. 1, grifo nosso).

Na ocasião, chamou a atenção o documento, em sua visão possivelmente avançada para a época, destacando a importância da escrituração no livro de Tombo, no qual deveriam ser registrados todos os atos emanados da autoridade diocesana, bem como todos os fatos que se referissem à vida íntima da paróquia, da diocese e mesmo os que se relacionassem com a vida civil.

Fig. 207: Vigário José Saurer e família em Paraty – 1938



Fonte: Acervo de João Apolônio dos Santos Pádua Neto

em São Paulo, indo assim com toda a família para lá fixar residência. Flósculo Netto (02/02/1883 - 1940) era casado com Benedicta Zepherina de Andrade Netto; tiveram também os filhos: Benedicto 19/03/1907, Nahir 15/09/1911, Nadir 03/11/1916 (LIVROS DE BATISMO, N^{OS} 14, 15 e 16, 1907, 1911 e 1916, p. 109, 62 e 113v). Flósculo Netto entrou para Irmandade de Santa Rita em 1904 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1852-1910, p. 67). A filha Lucília Netto entrou para o Apostolado da Oração de Paraty em 27/07/1924 (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 28 a p. 37v). Em 02 de fevereiro de 1930 o Jornal "A Verdade" fazia o agradecimento: José Saurer agradece de coração a todas as distinctas famílias que durante a enfermidade de sua inesquecível esposa D. Lucília Netto Saurer, lhe trouxeram palavras de conforto e auxílios e que acompanharam os seus restos mortaes ao Campo Santo (A VERDADE Nº 31, 1930, p.1).

O Vigário destaca como isso deveria ser feito em dois parágrafos: no primeiro, afirma que o livro de Tombo deveria ser o histórico, a crônica fiel de todo o movimento paroquial, devendo ser nele registrado tudo o que a ela se referia, mesmo os fatos de aparência insignificante, que no futuro poderiam ser de importância capital, o que incluía as correspondências oficiais entre o bispo e o pároco. No segundo parágrafo, informa que o Livro Tombo deveria ser reservado e escriturado pelo próprio Pároco, com sinceridade e verdade "*in fide parochi*", sem referências pessoais ou apreciações desairosas e individualidades. Finaliza esta solicitação que hoje nos soa tão atual, relatando: "Começo, pois *in domini Domini* o trabalho procurando daqui dalli dados etc., que convenha estar no Livro do Tombo pedindo perdoar meu pobre estylo, erros da língua porque não sou desta nobre nação generosa da Terra de Sta. Cruz" [...] (I LIVRO TOMBO, 1924, p. 1v).

Na região da costa de Paraty, consta em registro de domínio da União, no relatório Silveira da Motta 1900, da Fazenda Santa Luzia, a presença de terras que integram esse documento, em cujo cartão nos informa que envia dados relativos à Fazenda Santa Luzia, por Jayme Almeida Rabello: "[...] Terras que pertenceram a Capela de Santa Luzia, situadas no Município de Parati, localizadas entre o Saco de Jurumirim e Ponta Grossa, e destinadas a fundação de um patronato agrícola. Acha-se arrendadas a diversos mediante o arrendamento anual de 150$000" (Acervo Paróquia, 1944, DA).

Como não havia núcleo de catequese na localidade de Boa Vista, em 12 de abril de 1959, por solicitação do Padre Raimundo Peretti Guimarães, foi encomendada uma cruz para o local da futura capelinha. Ao que tudo indica, é a cruz de ferro que se encontra em uma gruta voltada para o mar, com um altar de alvenaria e que ficou conhecida como Santa Cruz da Boa Vista - local de celebrações, inclusive de missas. Nesse mesmo ano, em 21 de agosto de 1959, a imagem da padroeira foi levada para o povoado de Patrimônio e lá permaneceu até 01 de novembro, pois naquela ocasião essa comunidade tinha um grande número de protestantes e já contava com uma casa de orações Batista, da Assembléia de Deus e Presbiterianos. Houve uma procissão acompanhada por 150 cristãos católicos. Faz menção o Livro Tombo, em outubro de 1959, ao fato de que o "povo da Ilha do Araújo já estava trabalhando para construir uma capela" e em novembro daquele ano às 9 horas já estava sendo celebrada missa por Frei Niceto[219]. Consta também, no livro de construção da capela, datado de 29 de junho de 1955, no termo de abertura, a presença de Adelino de Matos e do Catequista José Virgolino Pacheco, rezando as

[219] Colocou a pedra fundamental da igreja no local em que seria construída após autorização do Bispo Diocesano de Barra do Piraí, D. Agnelo Rossi, em 1958. No ano de 1956, o devoto catequista da Ilha do João Araújo, Antonio Virgolino dos Santos Pacheco Sobrinho, bem como os tesoureiros Antonio Francisco da Silva e Maria das Dores de Caldas e os fiéis Waldemiro Pimenta, Alziro Galindo de Caldas já haviam solicitado autorização ao padre Gino Cechim para fixar o cruzeiro no local.

ladainhas para São Pedro; e de Rufina da Costa Cabral, doadora do terreno para construção da Capela.

No ano de 1963, a partir de outubro, estava atuando na Paróquia de Paraty o Padre Magno de Lara[220]. Nascido em 11de abril de 1918 em Iguape, SP, foi ordenado em 19 de março de 1953 e veio a falecer em 12 de junho de 1964, vitimado por um derrame cerebral. Era oriundo da Paróquia Cristo Redentor no Rio de Janeiro e também atuou na Paróquia de N. S. das Neves da Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape, em SP. Após a construção da Capela em 29 de junho de 1964, foi realizada a primeira procissão no dia de São Pedro - inclusive com missa curiosamente celebrada em pleno mar, com a benção do anzol pelo Padre Moacyr de Paula Duque

> Pela manhã tivemos uma procissão e uma missa em pleno mar. Celebrei a missa em português, tendo na frente e aos lados várias embarcações. Um alto-falante permitia a todos ouvirem a santa missa. Após a missa foi feita a benção do anzol. O texto foi improvisado. À tarde houve uma missa na Ilha do Araújo. Voltamos depois do leilão, já noite (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 61v e 62).

Esse costume da benção do anzol, que é levado por um anjo em uma almofada, ainda é mantido até os dias atuais: após bento, é lançado ao mar para que a pesca seja propícia durante o ano todo. Cabe aqui anotar que, durante a pandemia do Covid-19, em 2020, a comunidade da Ilha do Araújo realizou uma procissão de canoas conduzindo as imagens de São Pedro e São Paulo em frente à ilha, fazendo votos para livrá-los do vírus.

[220] "Esteve dirigindo os destinos da Paróquia desde outubro do ano passado. Em tão curto espaço de tempo, conseguiu atrair os corações para Nosso Senhor. A sua caridade foi algo de deslumbrante. O seu zêlo se estendeu a todos os recantos da Paróquia. Foi levar a mensagem de Cristo ao Sono, onde há 18 anos não chegara um Sacerdote. Percorreu todas as capelas. Pensou nos pobres, seus amigos prediletos e cuidou deles. Conquistou a mocidade estudantil da cidade. O seu espírito admirável fez esquecer feitos desagradáveis do passado. Nada faltou nos momentos dolorosos de sua enfermidade. Todos os recursos lhe foram aplicados. Adoeceu ao meio dia de 11 de junho, falecendo pela madrugada seguinte. O seu sepultamento ocorreu às 16 horas do dia 12. Parati em peso pranteou a sua morte. A voz do povo é a voz de Deus: É um Santo que volta para o céu. O povo permaneceu o dia todo em torno da Casa Paroquial. O enterro foi uma apoteose. O clamo geral se levantou: Perdemos um pai. Estiveram presentes os seguintes sacerdotes: P^{e}. Francisco, Pároco de Cunha, a quem nós enviamos o testemunho da nossa gratidão pelo que fez pelo P.^{e} Magno, assistindo os seus últimos momentos, o P.^{e} Provincial da Sociedade do Amor Divino, o P.^{e} Humberto, P.^{e} Osvaldo e outro sacerdote da Congregação. Rezei, pela manhã, a missa de corpo presente e encomendei o corpo na Matriz do Rosário. Ao P.^{e} Magno a eterna gratidão da Diocese pelo benefício inestimável feito ao bom povo de Parati. Tenho a certeza que a Paróquia não o esquecerá jamais. A memória do justo nem o tempo a consome. Dom Altivo Pacheco Ribeiro". (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 61).

Fig. 208: Capela de São Pedro - Ilha do Araújo. Paraty, RJ

Fonte: http://garupa.org.br/noticias/ilha-do-araujo-paraty/

Fig. 209: Traslado de São Pedro para Paraty na véspera da festa

Fonte: Acervo José Virgulino Pacheco

A década de 1960 foi marcada pela presença em Paraty de um outro padre de origem alemã, o Padre João Hoffmann, que depois de quatro anos de serviço militar e três em um campo de concentração na União Soviética, ordenado sacerdote, esteve no Brasil desde 1950 e veio para Paraty. Para realizar o reconhecimento das áreas onde residiam os católicos da paróquia realizou diversos deslocamentos pela zona rural. Nessas ocasiões, era acompanhado do líder da Catequese Popular Agilio Ramos.

Consta no mapa do Município de Paraty, datado de 1963, desenhado pelo Seminarista Tarcisio Antonio[221], a pontuação dos locais de Capelas e das comunidades com o quantitativo das famílias por elas atendidas. Segundo a abrangência do registro estes já eram feitos conforme orientação da paróquia[222] e vêm trazer imagens concretas dos espaços de referência nas comunidades visitadas. Segundo Claval esta orientação é a marca da institucionalização e apropriação do espaço; neste caso, no que concerne aos núcleos de catequese de Paraty daquela época.

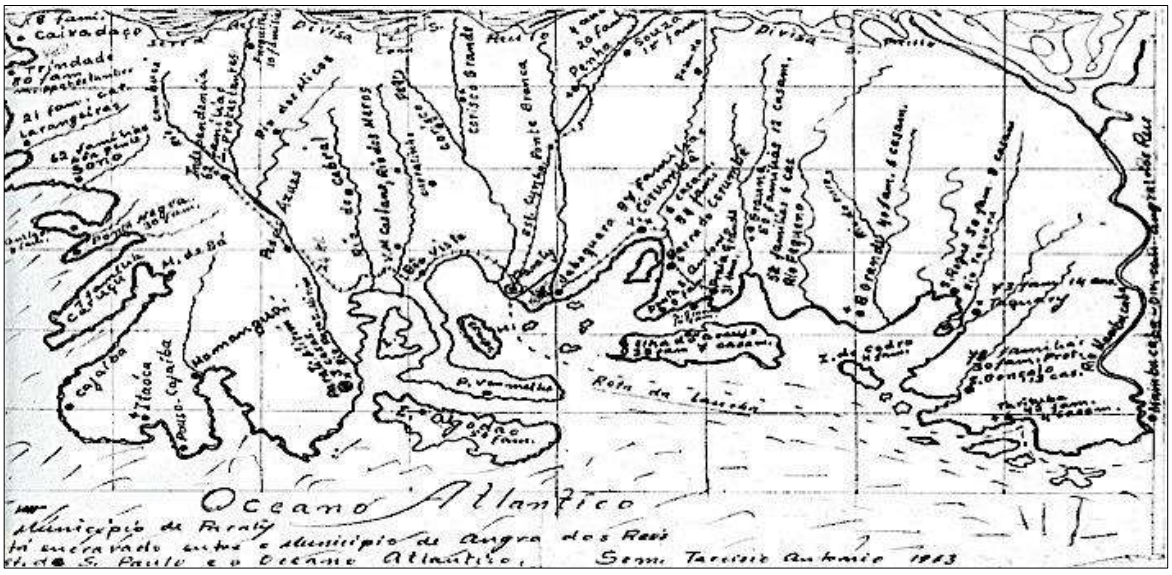
[221] Esse seminarista, quando percorreu a zona rural de Paraty na década de 1960, amealhou diversas imagens em terracota, madeira, marfim e porcelana, trocando-as com os seus proprietários por imagens de gesso, na ocasião consideradas recentes. Essas imagens passaram a integrar o acervo do primeiro Museu montado em uma das salas da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, intitulada Capela do Tesouro da Paróquia, embrião do atual museu de Arte Sacra de Paraty.

[222] **Olaria** – Srta. Cenita de Oliveira Dantas (professora) para as crianças, Srta. Engracinha Albino (juntamente com a professora), para as moças e o catequista José **Corumbê** – Professora Euydas Maria de Moura França, Zélia, Esmeralda de Souza e Elidia Soares, Clementino Soares, filho do Tesoureiro Izidro Soares; **Araújo** – Professora Zélia de Souza, do Corumbê; **Várzea do Corumbê** - Prof. Catarina Magalhães Alvarenga, Maria Inêz, filha do Catequista e as irmães Maria e Elza Correia; **Praia Grande** - A professora Rosely, Raema Cruz de Alcantara e Amélio de Almeida, juntamente com o Sr. João Ramiro; **Barra Grande** - A professora Jane do Prado Novaes, Hilda e Nicéia dos Santos. **Graúna** - Os catequistas de lá são formidáveis, dedicados, seguros e estimados, Claudete da Conceição e Therezinha, filha do Sr. Chrispim. O Sr. Manuelzinho Mauricio dos Santos e o irmão dele Benedito é uma força a ser explorada; **Corisco 1º**- O catequista João Batista e a irmã Rita e a Sra. Ivone Damásia do Carmo; **Corisco 2º** - Benedito Sotero do Carmo e Manoel Alves Viana; **Corisco 3º** - O Sr. Elisiário José Martins, Sr. Orlando, juntamente com Arvarina, (MASDP, 1960, DA).

> Todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente, há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores. Um verdadeiro tapete de nomes recobre a Terra, que se torna, assim, objeto de discurso. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se localizar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (CLAVAL, 2014, p. 197).

Claval menciona ainda que não basta se situar e se orientar, é importante conservar na memória as terras e locais que se descobriu e fazer com que todos os conheçam narrando espaços distantes[223]. Isto na década de 1960 até 1970 ainda se fazia a cavalo, dada a ausência de estradas e veículos, cuja construção só veio a ocorrer na década de 1950, e mesmo assim de maneira incipiente[224].

Fig. 210: Mapa com os locais de capelas e comunidades da zona rural em Paraty desenhado pelo seminarista Tarcisio Antonio - 1963



Fonte: Acervo Paróquia de N.S. dos Remédios de Paraty

Observe-se ainda a grande frequência de realizações de Festas de Santa Cruz no dia três de maio, na zona rural de Paraty, além de missas na denominada “Sala da Santa”, que foi construída para abrigar a imagem de N. S. do Bonsucesso, oriunda da Fazenda do Carretão. Constatamos que no aniversário da pintora Djanira Show da Motta e Silva, que fixou residência no Corumbê, no dia 20 de junho, foi realizada missa na Capela. Na

[223] Entre eles estavam o Sono, Cajaíba, Furquilha, Curralinho e Souza. A primeira visita, ao sertão do Curralinho aconteceu em 27 de setembro de 1964 e a segunda em 14 de março de 1965 como já dissemos acima; e ao Rio dos Meros em 08 de novembro de 1964, ainda passando pelo caminho e localidade de Olaria (ACERVO PARÓQUIA, 1960, DA).

[224] O primeiro veículo a motor só chegou a Paraty na década de 1950.

localidade do Penha, a primeira missa e provisão em honra a N. S. da Penha ocorreu em 31 de agosto de 1965.

Fig. 211: Capela de N. S. da Penha

Fonte: Folhinha Anual Brown Boveri - SP - 1965

Fig. 212: Capela de N. S. da Penha - 2014

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Em 08 de novembro de 1964 a localidade de Rio dos Meros também foi visitada, sendo celebrada a Santa Missa na Fazenda do Sr. André Monge de Alcântara. Ainda no caminho da Olaria, foi realizada visita à capela que estava em construção na localidade: "[...] Subimos morro e descemos morro. Estrada! Só o trilho onde as tropas passam. Chegamos às 13,30 à casa do Sr. André. Pouco a pouco foi chegando o povo. Celebrei em uma tôsca mesa [...] fomos ao local onde está sendo construída a capela" (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 75v). Em 1967, a capela do Taquari ainda estava em construção.

Constam da documentação informações sobre pesquisas realizadas em 20 de dezembro de 1967, sobre músicas da região, que vinham sendo realizadas pelo musicólogo Régis Duprat:

> Este professor de música, e por sinal um grande musicólogo, o Sr. Régis Duprat, veio a Parati a fim de procurar músicas da região. Por incrível que pareça não encontrou nem uma. Procurei, em companhia dele, diversas pessoas. A resposta foi sempre negativa. Nos arquivos, o Sr. Régis Duprat encontrou diversos nomes que deixaram assinados no Livro de Contas, selado, recibos de importâncias, por terem produzido músicas. Só o Sr. Odilon Rubem, possuía algumas músicas. Diga-se, de passagem que o Sr. Odilon Rubem, no seu Cartório, tem catalogado processos exarados pelo Exmo.Sr Dr Sylvio Romero. (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 79).

Em 1975, chegaram a Paraty padres e irmãs missionárias de países diversos, entre os quais o Padre João Bernardo Peters; as irmãs Jacqueline Ohdeweegh e Edwiges Dekie, de origem belga; o Padre Pedro Geurts, de origem Holandesa; o Padre Joel e as irmãs

Betty e Jô, de origem Filipina; a irmã Malathi, da India; e o Padre Frederico, do Congo. Encontraram uma comunidade um tanto fragilizada, embora não tivesse ocorrido a interrupção de seus compromissos. No calendário religioso havia lacunas, sendo estas readaptadas ao novo momento pelo qual vinha passando a cidade. Portanto essa gestão foi firme e respeitadora, conseguindo dar novo impulso ao contexto encontrado, realizando batismos, casamentos, encomendações e dando continuidade às festas religiosas.

Este grupo conseguiu também fazer a manutenção das capelas já existentes no município e construir outras, com os recursos da Paróquia e o auxílio de membros conhecidos, inclusive dos Estados Unidos e de países da Europa[225]. Conforme se depreende da documentação fotográfica, verifica-se que a atual Igreja de S. José Operário foi inicialmente uma pequena capela no bairro de Ilha das Cobras[226], dedicada ao Corpus Christi, mais tarde São Pedro; e como os dois padroeiros já eram festejados no município, optou-se por nomeá-la São José Operário.

[225] Essas manutenções levaram a execuções de obras que foram registradas no interior das capelas através de placas em azulejos com as datações e inscrições: **Várzea do Corumbê** - A Comunidade de Santa Cruz na **Várzea do Corumbê** construiu esta Casa de Deus nos anos 1984-87 com a ajuda dos católicos da Alemanha. Bispo D. Vital Wiederink.- Pároco Pe. João B. Peters.- Arquiteto Francis Brevillac; **Praia Grande** - A Comunidade de N. S. dos Navegantes e S. Cristovão na Praia Grande construiu esta Casa de Deus nos anos 1988-94 com a ajuda dos católicos dos Estados Unidos. Bispo: D. Vital Wilderink.- Pároco: Pe. João B. Peters.- Arquiteto: Francis Brevillac; **Bairro do Penha -** A Comunidade de N. S. da Penha "nos Penha" construiu esta Casa de Deus com a ajuda dos católicos da Alemanha nos anos 1983-85. Bispo: D. Vital Wilderink.- Pároco: Pe. João B. Peters.- Arquiteto: Francis Brevillac**; Patrimônio -** A Comunidade de N. S. das Graças no Patrimonio construiu esta Casa de Deus nos aos 1981-82 com a ajuda dos católicos da Bélgica. Bispo: D. Vital Wilderink.- Pároco: Pe. João B. ; Peters.- Arquiteto: Abílio Alapenha; **Laranjeiras -** A Comunidade de N. S. do Carmo em Laranjeiras construiu esta Casa de Deus nos anos 1993-94. Bispo: D.; Vital Wilderink.- Pároco: Pe. João B. Peters.- Arquiteto & Obras: Condomínio de Laranjeiras - A Comunidade de N. S. Aparecida no **Parque da Mangueira** com a ajuda dos Católicos da Áustria & Alemanha construiu esta Casa de Deus nos anos 1990-93. Bispo: D. Vital Wilderink.- Pároco: Pe. João B. Peters.- Arquiteto: Jorge Miura.

[226] Segundo informações de Sebastião Cezar Costa, a primitiva capela da Ilha das Cobras foi erguida nos anos de 1974 e 1975, por iniciativa do Sr. Genésio dos Santos, Benedita Emilia e Pedro Martins e apoio do Padre João Bernardo Peters. No início da obra, já com as paredes erguidas, um forte vento as derrubou e foi reconstruída novamente. As mudanças dos padroeiros - inicialmente Corpus Christi e São Pedro - deve-se à existência de muitos moradores operários, carpinteiros e marceneiros na localidade. Com o aumento da população da Ilha das Cobras foi necessária a construção de uma igreja maior, tendo sido adquiridos dois terrenos, um do Sr. José do Nésio e o outro do Sr. Theóphilo Hilário dos Santos (Theofinho). A construção da nova igreja ocorreu nos anos de 1983 a 1985 com a ajuda de paroquianos e das igrejas da Bélgica e Holanda. O projeto foi de um arquiteto francês, que morava em um sobrado no Largo do Rosário. A atual imagem do padroeiro foi doada pelo Sr. José Carlos Melo Marques, no ano de 1975. Além de festejar o padroeiro, a comunidade festeja também N. S. da Conceição, cuja imagem foi doada por Aparecida da Silva Coupê e Sirley de Fátima Coupê Dantas, no ano de 1988. Consta na placa de azulejos: A comunidade de S. José Operário, com a ajuda dos católicos da Bélgica construiu esta Casa de Deus nos anos 1983-85, Bispo: D. Vital Wilderink, Pároco: Pe. João B. Peters, Arquiteto Francis Brevilac.

Fig. 213: Capela Primitiva da Ilha das Cobras 1974 a 1975

Fonte: Acervo Sebastião Cezar Costa

Fig. 214: Capela de São José Operário

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Entre os anos de 1983 e 1985, foi erguida a atual igreja de São José Operário, com a ajuda de paroquianos das igrejas da Bélgica e Holanda, na gestão do Padre João Bernardo Peters, que também construiu a Capela de N. S. dos Navegantes e São Cristóvão, na Praia Grande, entre 1988 e 1994; a Igreja de N. S. Aparecida, no Parque da Mangueira, de 1990 a 1993; e a Igreja de N. S. do Carmo em Laranjeiras, de 1990 a 1993. Foram estas as heranças deixadas por este grupo, além da manutenção, requalificação e melhorias nas Capelas existentes e a reorganização da Paróquia, conforme dissemos acima.

Fig. 215: Capela São Cristóvão – Praia Grande

Fig. 216: Capela N.S. Aparecida – Mangueira

Fig. 217: Capela São Benedito - Campinho

Fig. 218: Capela N.S. do Carmo - Laranjeiras

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Fonte: Ellen Conceição

Fig. 219: Capela de Santana - Cabral

Fig. 220: Capela São Judas Tadeu Independência

Fig. 221: Capela de São José - Corisco

Fig. 222: Capela N.S. das Graças - Patrimônio

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Em 1990, chegaram a Paraty as irmãs Domingues, Ceça e Neusa, acompanhadas dos Padres Bernardo Masson e Henrique Hoogland[227], que foram substituídos em 2001 pelos Padres Roberto e Marcio. A herança deste último é ainda visível até os dias atuais, na formação de crianças que servem na Liturgia da Igreja, denominadas Pastorinhas. Com a saída de Padre Márcio, este veio a ser substituído pelos Padres Milton da Silva Fontella e Pedro dos Santos, permanecendo nos dias atuais somente os Padres Roberto e Milton.

Fig. 223: Capela São João - Pantanal

Fig. 224: Capela São Roque – São Roque

Fig. 225: Capela São Vicente - Sertão do Taquari

Fig. 226: Capela de N.S. da Penha - Taquari

Fonte: Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Na capela do Pouso da Cajaíba identificamos uma imagem em terracota policromada datado do século XVII, que faz referência a um momento muito incipiente de instalação dos núcleos de catequese e religiosidade em Paraty, ainda no início de sua implantação, conforme mencionamos acima - com a instalação de um Pasto Espiritual pelo

[227] A Capela de São João Batista na Jabaquara teve sua fundação na gestão do Padre Henrique Hoogland, após iniciativa de membros da comunidade em 1999 entre elas o casal Domingos dos Santos e Naide José dos Santos que escolheram como padroeiros São João Batista e Nossa Senhora do Carmo considerada protetora da comunidade segundo informações consta a existência de uma pequena capela naquela localidade, sendo que o primeiro padroeiro já avia sendo cultuado por Bento Cananéia a construção da capela teve o apoio de Ozório Gonçalves e em 2000 já estava concluída (ATA DE FUNDAÇÃO, 2006, p.1 e 2).

Padre Frei Mariano do Rozário Moraes, religioso franciscano. Trata-se de imagem seiscentista, provalmente do Mestre de Angra, um dos santeiros que estavam atuando na região da baía da Ilha Grande e Paraty. A peça encontra-se no Museu de Arte Sacra por medidas de proteção.

Figs. 227, 228, e 229: São Domingos de Gusmão – Detalhe e Face posterior

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 230: Capela S. João Batista - Jabaquara

Fonte: Acervo MASDP André Rosso

Fig. 231: 1ª Capela São Sebastião - Pouso da Cajaíba

Fonte: Sueli Amaral Mello

Fig. 232: 2ª Capela São Sebastião - Pouso da Cajaíba

Fig. 233: Capela de Santa Cruz – Itaoca, Pouso da Cajaíba

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

A ausência de Igrejas Conventuais e Ordens Terceiras em Paraty é decorrente do Édito de 1711, renovado em 1715 e 1721,[228] através do qual a administração real proibiu, de forma mais restrita, a fundação de conventos, bem como a presença de religiosos regulares na região das minas e vilas por onde circulasse o minério recém descoberto.

[228] Ver Cartas Régias de 9 de novembro de 1709, 12 de outubro de 1710 e 9 de junho de 1711; Ordens Régias de 12 de novembro de 1713, 12 de novembro de 1714, 12 de novembro de 1715, 12 de julho de 1721, 23 de outubro de 1721, 19 de maio de 1723, 27 de julho de 1723, 9 de novembro de 1723, 10 de maio de 1725, 16 de fevereiro de 1732, 21 de fevereiro de 1738 e 28 de abril de 1744; Aviso Régio de 4 de dezembro de 1739; e “Coleção Sumária... Titulo 1º - Governadores e Título 7” (RAPM, 1911, vol. 16, p. 335 e 393 - 400).

Somente eram admitidos padres seculares, curas ou vigários[229] de paróquias; até os jesuítas foram interditados. Segundo Bazin (1971, p. 72), “a Igreja estava desarvorada com os escândalos dos monges giróvagos[230] que, desviados de seu ideal primitivo, ficavam entrando e saindo das casas religiosas, se escondiam nos conventos das regiões vizinhas para irem lavar ouro nos rios de Minas”.

Esta ocorrência possibilitaria também, além dos contatos, o envio de ouro e diamantes para fora dos locais por onde circulavam os metais, ou de onde eram extraídos - e até mesmo para fora do país, além do envolvimento dos eclesiásticos em rebeliões, uma vez que as ordens primeiras Jesuítas, Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas[231] eram subordinadas a sua própria hierarquia, não se reportavam à Coroa e aos Bispos Diocesanos.

A zona rural de Paraty configurou-se também através das sedes dos engenhos de aguardente e açúcar espalhados pelos diversos distritos do município. Muitos, aproveitando a meia encosta dos terrenos acidentados, constituíram-se em construção em que a parte principal da sede, com sala de visitas, demais quartos e alcovas, era assobradada, e as salas de jantar e cozinha, térreas. Algumas delas chegaram ao requinte de possuir em seu interior a capela[232] e oratório ou um cômodo reservado para esta função; outras, em quarto voltado para as salas principais que era denominado **“**quarto do santo**”**, montavam também um altar sobre mesa onde era venerado o santo de devoção.

---

[229] Foram vigários em Paraty: 1811-1846, Pe. Antonio Jorge da Costa; em 1813 Vigário Colado; 1813- Pe. Modesto Souza Moreira- Coadjutor; 1813- Pe. Manoel Octávio Moreira- Coadjutor; 1822- Pe. Marcelino José Bragança-Coadjutor; 1832- Pe. José Alberto da Silva- Coadjutor; 1846 -1878 - Pe. José Alberto da Silva – Vigário encomendado e colado; Francisco Justino do Amaral Vianna- Coadjutor; 1878-1895- Pe. Francisco Justino do Amaral Vianna- Vigário; 1895-1896- Pe. José Lopes Garcia- Vigário; 1896-1897- Pe. Reis, vigário de Angra- Vig. Delegado; 1897-1898- Pe. Perilli-Vigário; 1899 - Pe. Reis; 1899 - 1903 - João Cezar Iera-Vigário; 1903-1904- Pe. Francisco Justino do Amaral Vianna-Vigário encomendado; 1904-1906- João Cezar Yera- Vigário; 1906 – Frei Pe. Serapião Lange do Carmo- Vig. del.; 1906-1908- Willibrordo Ord Carmo- Vig. Del.; 1908-1909 – Frei Constantino- Vig. Del.; 1909-1924 – Mons. Helio Bernardo Pires - Vigario; 1924 – 1925 - Pe. José Saurer – Vigario; 1925 – 1952 – Pe. João Evangelista Paranhos- Vigario. (LIVRO DE TOMBO, 1924, p. 5v e 6). Samuel Costa relata que não havia menos de dezessete padres em 1822, eram eles: Manoel Antonio da Silva, (vigario), José Maria de Moraes Garcez, Manoel Octavio Moreira, Joaquim Mariano do Amaral Campos, Modesto de Souza Albino, Marcellino José Bragança, Francisco Antonio da Silva-(vigario de Mambucaba), Domingos Novaes Mendonça, Francisco Antonio de Carvalho, Manoel Alves Carneiro, Jeronymo de Barros Vellozo, Antonio Norberto da Alfonseca, Francisco Balthazar de Souza, Francisco de Barros Abreu, Manoel Coelho Valladão, Vicente Coelho Valladão, e Jorge Antonio da Costa - (Vigario collado) (A RAZÃO, 1922, Nº 24, p. 1 e 2) Há registros no Livro de Tombo, da presença dos Padres Manuel Alves Velludo e José Matheus Alves Velludo que embora tenham tido presença marcante na comunidade do Mamanguá, atuavam também nas Irmandades Religiosas de Paraty, em especial na Irmandade de N. S. do Rosário. Cf. lista do ANEXO 11.

[230] Uma das espécies de monge, segundo a Regra de São Bento, que os classificou em: cenobitas, anacoretas, sarabaítas e giróvagos.

[231] As Ordens Primeiras congregavam religiosos reunidos em uma “família”, segundo ideais evangélicos e contraindo votos públicos. À Ordem Segunda pertenciam as religiosas reclusas. As Ordens Terceiras, fundadas por São Francisco de Assis, compunham-se de leigos – homens e mulheres que seguiam o ideário das Ordens Primeiras, às quais se vinculavam (cf. RODRIGUES, Fábio Carneiro. Glossário de Arquivo. Ouro Preto: Universidade Federal, ICHS, Delet, 1995).

[232] A Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Cima, que pertenceu a Dª Geralda Maria da Silva, no Bananal, a Fazenda Olaria, de José Vieira Ramos e a Fazenda Carretão, de Carolina da Costa Prado, possuíam em seu interior a capela interna voltada para a sala de visitas.

Este altar era usado para rezas, ladainhas domésticas e/ou nos dias próprias em que eram festejados os santos, como veremos no capítulo dedicado à religiosidade, durante as festas que ainda são realizadas.

Este ambiente, local de reunião da família e descanso nos fins de semana, após a lida da roça e as moagens de cana para cachaça, recebia também a visita anual da Folia do Divino Espírito Santo que, durante as esmolas, pernoitava nas casas por uma ou mais noites, nas quais eram oferecidos o tradicional café de caldo[233] e jantares, animados por bailes de violas, rabecas[234], pandeiros e os chamados chibas, que só encerravam sua função quando o dia estava amanhecendo. Na chegada com a Bandeira Mestra, a caixa, a viola e os foliões saudavam o dono da casa e seus familiares com cantos e versos - que seguiam um ritual próprio de receber, segurar e beijar a bandeira e depositá-la em local de destaque junto ao oratório, até sua saída para outra casa, como também ocorre na passagem das peças em prata do Imperador do Divino, do Rei e Rainha de Nossa Senhora do Rosário e com as bandeiras e faixas dos festeiros na cidade.

Benedicta Natividade Torres Pádua, natural de Paraty, referindo-se a esta tradição vivenciada desde sua infância e também com seu pai Manoel de Jesus Torres, tropeiro, Juiz de Paz e antigo capelão[235] da cidade e zona rural, nos deixou a anotação:

> Aconteceu também numa festa em homenagem a São Roque, onde na casa de dona Candoca, cunhada da Joaninha Ferraz, o altar arrumado onde havia um Oratório Colonial, o que era visto em quase todas para não dizer em todas as casas, neste oratório São Roque, rodeado de açucenas, Coroa Imperial, Mimos, Bananeira do Mato e outras flores, trazia no pescoço dois ovos de jacú passado por um cordel e que ficava-lhe a altura do ventre. Então foi ele versado: Vejam São Roque Bendito/como está tão bem ornado/Em frente ao seu oratório/Com os ovos pendurados (PÁDUA, 2000, p. 1).

De caráter rural, embora localizada nas imediações da cidade, no Beco do Bom Propósito, a Capela denominada de Santa Cruz da Generozza foi erguida em fins do século XIX, conforme atesta a data existente na face posterior do seu retábulo: “sabado dia 23 de outubro de 1895 à noite”, com letras pintadas na cor sanguínea, também utilizada na pintura do retábulo, estando este possivelmente abrigado naquelas imediações.

---

[233] O café tradicional de Paraty não adota água e nem açúcar. É coado com o caldo de cana fervido e apurado, daí seu nome de “café de caldo de cana”.

[234] Há registros fotográficos no Museu de Arte Sacra de Paraty do antigo tocador de rabeca na folia do Divino Espírito Santo, conhecido como José Leonardo Martins – “Zé Leonardo” -, residiu em sobrado da Rua Presidente Pedreira, próximo ao Largo do Rocio, datado do século XVIII com características de residência rural, embora na malha urbana, possuía escada de acesso no exterior com degraus em pedras, cachorros chanfrados como nas antigas fazendas e engenhos de Paraty, no pavimento inferior duas portas, no pavimento superior duas janelas todas em vergas curvas, possivelmente único remanescente de sobrado nessa rua. Seu neto Manoel Carlos da Silva Paz ainda guarda este instrumento musical de propriedade da família.

[235] O termo capelão muito usado em Paraty até os dias atuais nas Ladainhas domésticas, vem designar os membros da comunidade com certo conhecimento religioso, em especial o latim, destacando-se na zona rural, na condução das rezas, suprindo a ausência dos padres.

Fig. 234: Capela Santa Cruz da Generozza, década de 1950

Fig. 235: Face posterior do retábulo da Capela Santa Cruz da Generozza

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Construída por Dona Maria Generozza de Jesus, moradora do local, esta capela está vinculada a um incidente ocorrido em uma Sexta-Feira Santa, nas margens de um braço do Rio Perequê-Açú, denominado Rio Morto[236], ao lado da capela. Neste local foi encontrado agonizando um negro, de nome Theodoro Dias Villela. Ocorre que, ao lançar nas águas do rio uma tarrafa, esta enganchou-se em um dos botões de sua camisa, levando-o para o fundo das águas. Theodoro faleceu após o fato, em 05 de abril de 1895. Segundo Maia, a ocorrência deste incidente "em uma Sexta Feira Santa, desafiando os conselhos dos mais sensatos" (MAIA, 1974, p. 120), contrariava a tradição local: não era costume pescar nesse dia. Provavelmente o nome Beco do Bom Propósito faz alusão ao fato ocorrido às margens do rio e sua posterior intenção de erguer a capela (Figs. 234 e 235). Destacamos a presença de Theodoro Dias Villela como rei da Irmandade do Rosário; era escravo, liberto em 08 de dezembro de 1891, e passou a integrar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário como irmão mesário (ANEXO 34).

[236] O Rio Morto outrora servia para o trânsito de canoas, baleeiras e pequenas embarcações, até o Beco dos Tropeiros, onde existiu um pequeno depósito de sal que abastecia as antigas vilas e cidades do Vale do Paraíba paulista e mineiras, existentes no circuito do Caminho do Ouro. Lamentavelmente, este rio foi aterrado pelos moradores do entorno para um estacionamento de carros, mesmo após a legislação decorrente de tombamento e a relevância do monumento tombado - fazendo desaparecer um dado histórico de grande importância que levou à construção da capela. Informações fornecidas pela Sra. Maria Luiza Costa Machado da Silva, em 1979.

Fig. 236: Leito do Rio Morto e Capela de Santa Cruz da Generozza - década de 1960

Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ

Ainda em fins do século XIX, em 1895, conforme já foi relatado, foram confeccionados o retábulo e a Santa Cruz em madeira policromada, “objeto de devoção” após a morte de Theodoro Dias Villela e posteriormente o local de culto, que ficou popularmente conhecido como Capela da Generozza[237].

Universo simbólico dos Passos da Paixão

Além dos monumentos religiosos de vulto, existem em Paraty importantes espaços artísticos dos Passos da Paixão. Esses Passos, remanescentes do conjunto de seis que existem no perímetro urbano, pertencem à Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, fundada pelo Bispo D. Fr. Antônio de Guadalupe antes do ano de 1721, e cujo compromisso foi aprovado em 22 de novembro de 1726 e confirmado em provisão de 11 de agosto de 1768.

A pesquisa realizada em Paraty, na Região Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, revelou até o presente momento a existência de duas tipologias de Passos - em forma de capelas e nichos, exemplares inseridos em monumentos e conjuntos arquitetônicos datados dos séculos XVII e XVIII, protegidos ou não pela legislação decorrente de tombamento a nível Federal ou Estadual. Tais registros nos interessam nesse estudo por

[237] Localizamos a petição de Maria Generozza de Jesus em Ata de Cessão Ordinária da Câmara de Paraty, datada de 05 de junho de 1901 solicitando “[...] concessão a esta Camara para erguer uma pequena casa afim de privar uma Santa Cruz “que se acha” no lugar denominado Caraguata e authorizada em tempo por esta Camara a collocação da referida Santa Cruz, (LIVRO DE TERMO DE NOMEAÇÃO E ORÇAMENTO, 1901, p. 58v, 59 e 60). A comissão foi de parecer que não poderia deliberar sobre tal pedido, porque não só ignorava a quem pertencesse aquele terreno, bem como no caso atendido declarar a natureza da casa em tamanho ou sobre esteio ou pilares. Conforme constatamos em escritura, somente foi registrada no Livro Nº 3-E- fls. 153 sob nº de ordem -2.034 em 05 de janeiro de 1968.

apresentarem as constantes arquitetônicas nas fachadas e ornamentação, com identidade muito grande entre si, ficando esclarecido que os Passos de Paraty tiveram como fonte de inspiração e/ou modelo os que existiam no Rio de Janeiro e os que ainda existem no claustro do Convento de Santa Tereza em Salvador, bem como no Paço do Saldanha, no Pelourinho, sendo importante destacar, conforme o levantamento e feições pesquisadas, as suas características.

Quadro Nº 02 - Tipologias de Passos da Paixão

CIDADE	ESTADO	TOTAL	TIPOLOGIA / CARACTERÍSTICAS
Rio de Janeiro	RJ	--	Em forma de nicho, portal com moldura de cantaria, folhas de fechamento em almofadas. Os existentes no claustro do Convento das Carmelitas descalças em Santa Tereza também são em forma de nicho com retábulos e esculturas no interior.
Paraty	RJ	06	Em forma de nicho, portal com moldura de cantaria e madeira, folhas de fechamento em almofadas e calha. O VII Passo é o "Calvário" no interior da Igreja Matriz.
Angra dos Reis	RJ	01	Em forma de nicho, portal com moldura de madeira, folhas de fechamento em calha, não possui o retábulo no interior.
Barbacena	MG	02	Em forma de capela, portal com moldura de madeira.
Tiradentes	MG	05	Em forma de capela, portal com moldura de madeira e cantaria, folhas de fechamento em almofadas e frontão sinuoso, possuem retábulo no interior.
Prados	MG	05	Em forma de capela, portal com moldura de madeira, folhas de fechamento em almofadas, cobertura em abóbada.
São João Del Rei	MG	05	Em forma de capela, portal com moldura de cantaria, folhas de fechamento em almofadas, frontão sinuoso decorado ao centro com as Armas Christi.
São Tomé das Letras	MG	04	Em forma de capela, portal com moldura de madeira, folhas de fechamento em calha, frontão triangular, pelo menos dois não possuem mais os retábulos.
Paracatu	MG	02	Em forma de capela, portal com moldura de madeira, folhas de fechamento em almofadas, frontão triangular.
Mariana	MG	05	Em forma de capela, portas com moldura de cantaria e madeira, folhas de fechamento em almofadas, frontão triangular.
Congonhas do Campo	MG	06	Em forma de capela, portal com moldura de cantaria, folhas de fechamento em almofadas, possuem cartelas alusivas aos "Passos". Acabamento superior em cimalha com platibanda vazada, cobertura em abóbada, barrete de clérigo, decorada com coruchéus. Projeto com inspiração em dois santuários do Norte de Portugal: Bom Jesus de Matosinhos, no Porto e Bom Jesus de Braga, em Braga. Interior com esculturas em madeira policromada de Antônio Francisco Lisboa e sua oficina. O VII Passo é o "Calvário" no interior da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos.
Sabará	MG	04	Em forma de capela, portal com moldura de madeira, folhas de fechamento em calha, frontão triangular.
Caeté	MG	01	Em forma de capela com moldura de madeira em verga reta, folhas de fechamento em calha, frontão triangular, não possui mais o retábulo.
São José das Três Ilhas	MG	05	Em forma de capela, revestida de azulejos, portal com moldura de cantaria, folhas de fechamento em almofadas, frontão sinuoso, decorado com as Armas Christi.
Ouro Preto	MG	05	Em forma de capela, nicho, portal com moldura de cantaria, madeira e alvenaria, folhas de fechamento em almofadas, calha, frontão triangular, decorado com as Armas Christi.
Salvador	BA	01	Em forma de nicho, na fachada lateral do Paço do Saldanha, com moldura de cantaria e folhas de fechamento em calha. Os existentes no claustro do Convento de Santa Tereza, são em forma de nicho, porta com moldura de cantaria e folhas de fechamento em almofadas.
Olinda	PE	05	Em forma de capela, porta com moldura em alvenaria e folhas de fechamento em almofada, um deles possui decoração em alvenaria de gosto rococó, embora capela recebeu tratamento em forma de nicho com pilastras misuladas à lateral da porta e frontão sinuoso com Armas Christi ao centro.
Alcântara	MA	05	Em forma de capela, porta com moldura de alvenaria, folhas de fechamento em almofada, não possui mais os retábulos, o piso é em ladrilho de barro.
São Luís	MA	03	Em forma de capela, porta com moldura de madeira e cantaria, folhas de fechamento almofadadas.

Goiás	GO	02	Em forma de capela, porta com moldura em madeira e folhas de fechamento em almofada. O Passo localizado nas proximidades do Chafariz de Caldas, possui tratamento externo de gosto neogótico, os dois não possuem mais os retábulos, o revestimento interno é em madeira recente.
Sobral	CE	06	Em forma de móvel, montada em uma estrutura de retábulo, revestida de tecido e fixadas as telas, hoje guardadas no acervo do Museu Dom José. O VII Passo é o "Calvário" no interior da Igreja Matriz.
São Sebastião	SP	01	Em forma de nicho, de pequenas dimensões, todo em madeira, face interna das folhas de fechamento com pintura representando centuriões, no interior uma tela e uma cruz pintada de preto.
São Luis do Paraitinga	SP	06	Em forma de móvel, é montada uma estrutura de retábulo revestida de tecido, com os quadros dos Passos. O VII Passo é o Calvário no interior da Igreja Matriz.
Oeiras	PI	05	Em forma de capelas, porta com moldura de alvenaria, folhas de fechamento em almofadas, frontão triangular.

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas, 2020

A Irmandade de Nosso Senhor dos Passos e a de Nossa Senhora das Dores - anteriormente uma devoção, constituída em Irmandade em 1901, pelo Padre Cezar João Iera - eram responsáveis pelas cerimônias da Semana Santa de Paraty, embora a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a mais antiga da cidade, com Compromisso aprovado pelo Exmo. Sr. D. Francisco de S. Jerônimo, provavelmente anterior a 1722, tenha tomado as deliberações sobre as mesmas, quando a de Nosso Senhor dos Passos entrou em decadência. O momento maior para a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, durante os atos da Quaresma e Semana Santa, era a Sexta-Feira de Passos (última Sexta-Feira da Quaresma antes do Domingo de Ramos), quando saía às ruas a Procissão de Nosso Senhor dos Passos ou do Encontro, percorrendo os Passos da Paixão e finalizando no interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, com a encenação do Calvário, VII Passo. Estavam presentes na cena a imagem do Senhor Crucificado, toda articulada e as imagens de Nossa Senhora e São João, imagens de roca, datáveis do século XVIII, esta última recuperada na restauração dos objetos litúrgicos promovida pelo Museu de Arte Sacra de Paraty em 2008; e a de Nossa Senhora das Dores, da qual conhecemos o busto em madeira, guardado em um baú no salão inferior da Igreja de Nossa Senhora das Dores, à esquerda de quem entra; e uma foto das mãos desta imagem existente no acervo do Museu.

Para compreender a importância dos "Passos" nesta Procissão é necessário verificar quais são os maiores momentos que compõem o conjunto da Paixão de Jesus Cristo. Existem variações em torno das representações dos Passos, mas a grande maioria se concentra nos principais episódios, perfazendo o número de **sete**. Os mais representados são: Horto das Oliveiras, Prisão, Flagelação, Coroação de Espinhos, *Ecce Homo* ou Pretório, Cruz às Costas e Crucificação, tema também adotado pelas Ordens Terceiras do Carmo, nas Procissões do Triunfo e nos retábulos da nave de suas Igrejas, totalizando o VII Passo no retábulo-mor. Essas representações ainda podem ser vistas nas Igrejas: da Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro, RJ; Salvador, BA; Ouro

Preto, MG; Santos e Itu, SP; Capela de São Francisco de Assis de Rio Pardo, RS; e também nas Igrejas de São Francisco das Chagas de Taubaté, SP, (armário com imagens, como veremos adiante), Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, BA, (armário com imagens), todos com esculturas de madeira policromada, além das telas nos retábulos laterais da nave da Igreja do Senhor do Bonfim, também em Salvador, e um conjunto de seis quadros - pinturas sobre madeira -, que estão no Museu Histórico Nacional, RJ e que, segundo alguns estudiosos, pertenceram aos Passos de Salvador.

Em algumas cidades brasileiras uma constante no total de Passos é o número de cinco, visto ser rezado um na saída da procissão e o último na entrada, perfazendo um total de sete. Ainda não sabemos o total dos Passos do Rio de Janeiro, mas pelos levantamentos realizados, muitas cidades perderam alguns exemplares.

A numeração fixada em sete se relaciona ao fato de que a tradição dos Passos da Paixão de Cristo remonta ao período medieval, tendo sua origem na chamada Peregrinação de Substituição. As dificuldades de acesso aos lugares santos pelos fiéis despertaram em determinadas pessoas, beneficiadas com as graças obtidas na Peregrinação, a necessidade de reproduzi-los em seus países, o que possibilitaria aos demais fiéis o ato da Peregrinação à Terra Santa. Percebe-se desta forma que o impulso inicial à Peregrinação de substituição era, geralmente, promovido por um peregrino quando de sua volta ao seu país de origem. Havia uma preocupação grande com a reprodução exata das distancias entre as estações e com a localização do Caminho da Cruz na encosta de uma montanha, para melhor simbolizar o Calvário. Para a ordenação das estações muito contribuiu a enumeração das quedas de Jesus Cristo, fixadas em sete. Na construção dos Passos da Paixão de Paraty, no século XVIII, verifica-se a adoção de um mesmo modelo de tipologia para execução, conforme se verifica em fotografia de Gilberto Ferrez, retratando a Casa dos Contos no Rio de Janeiro, localizada na antiga Rua Direita, atual Primeiro de Março. Estes Passos eram em forma de nicho nas paredes das construções, com moldura de cantaria, portas altas de madeira almofadada abrindo para o exterior, com retábulo em madeira policromada e dourada no interior. Fato inédito nesta pesquisa é a identificação de um dos nichos desses Passos do Rio de Janeiro, na esquina da Rua Dom Gerardo com a Rua Primeiro de Março, no muro do Mosteiro de São Bento, medindo 3,18cm de altura por 1,55cm de largura, com mesa medindo aproximadamente .84cm de altura, correspondendo estas às dimensões também presentes nos Passos de Paraty, conforme veremos no quadro abaixo Nº 03 (pág. 183).

Fig. 237: Passo da Paixão na Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março - RJ

Fonte: Gilberto Ferrez - final do século XIX

Fig. 238: Nicho de Passo da Paixão à Rua Dom Gerardo com Primeiro de Março - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Outro elemento estrutural verificado nesses nichos é a presença da alvenaria de pedra no revestimento de fundos e arco em tijolos maciços, além da estrutura em pedras para fixação da mesa.

No acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, existe um par de folhas de fechamento de um Passo da Paixão, medindo 3,14cm de altura por 2,20cm de largura e que possui fortes semelhanças com os Passos da Paixão que existiram no Rio de Janeiro e em Salvador, nos séculos XVIII e XIX, até o início do século XX. As portas têm almofadas no exterior, com as faces internas pintadas em seis registros, três em cada lado, representando o Horto, a Prisão, a Flagelação, a Coroação de Espinhos, o *Ecce Homo* e a Cruz às costas. Verifica-se também a presença das ferragens, ferrolhos, dobradiças e fechaduras que todos possuíam.

No caso do retábulo do Passo da Paixão localizado na fachada lateral da Igreja de Santa Rita e sobrado situado na Rua do Comércio, próximo à esquina com a Rua de Santa Rita; e no dos fragmentos e pilastras misuladas que foram encontradas recentemente junto ao nicho de Nossa Senhora da Soledade, correspondente a dois Passos, localizados à Rua do Comércio na antiga Loja Maçônica e no imóvel à Rua Dona Geralda, esquina com a Rua Maria Jácome de Mello, apesar de não haver prova documental, certamente foi trabalho executado pelo mesmo entalhador que executou o retábulo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Paraty-Mirim, como veremos adiante. As folhas de fechamento do Passo do “Horto das Oliveiras”, Passo da “Coroação de Espinhos” e do “*Ecce Homo*” revelaram, durante a sua restauração, pinturas na face interna datadas do século XVIII, que estavam encobertas por sucessivas camadas de tinta, sendo a última na cor vinho ou sangue de boi - cor do “balandrau”, indumentária usada pelos membros da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos. Esta cor também aparece no exterior, embora o Jornal “A RAZÃO”, de Paraty, em edição de 19 de novembro de 1922, nº 24, na sua página 03, faça menção à cor verde no exterior, que pode ser aceita como daquele momento - “1922”.

Acompanham estas portas ferragens, dobradiças, ferrolhos e fechadura em ferro forjado e respectivas chaves.

No Passo do Horto, a pintura encontrada em uma das folhas de fechamento faz alusão à negação de São Pedro antes que o galo cantasse três vezes e seu "arrependimento". A imagem é retratada na face com as visíveis lágrimas e o clarão da fogueira junto à qual ficou próximo após o episódio, sugerindo que a cena se passava no meio da noite.

Fig. 239: Detalhe de pintura da folha de fechamento do Passo do Horto das Oliveiras

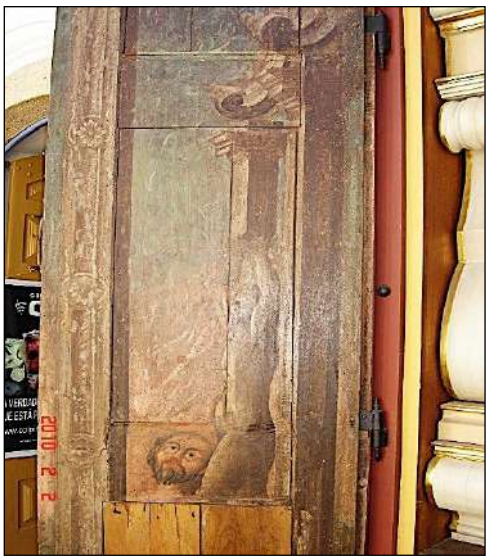
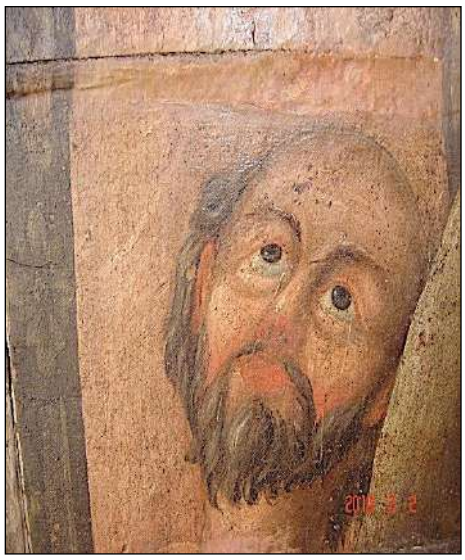


Fig. 240: Face de São Pedro arrependido na folha de fechamento do Passo do Horto das Oliveiras



Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Nas folhas de fechamento do Passo da Prisão, revelou-se em sua face externa, no enquadramento das almofadas, uma "flor de lótus", símbolo da pureza que vence a impureza (provavelmente relacionada à prisão), uma vez que surge da obscuridade e desabrocha em plena luz - símbolo do crescimento espiritual. No Passo da Coroação de Espinhos, a pintura revelada após prospecções adotou o tema da cartela, ressaltando três registros em cada folha de fechamento, em composição ornamental de rocalhas sobre fundo claro das superfícies, contendo no interior as Armas Christi (conjunto de instrumentos, objetos e ferramentas utilizadas na Paixão e Morte de Jesus Cristo), podendo ser identificados: a coroa e os três cravos, atributos da "Irmandade de Passos", o martelo, a torquês, uma coluna, um chicote e a cana do reino que foi usada à guisa de cetro.

Fato notável neste Passo é a tonalidade da policromia dos marmorizados usados nos elementos do retábulo, com a mesma palheta dos mochos do presbitério da capela-

mor da Igreja de Santa Rita, local onde está inserido; e molduras das portas internas da capela-mor, datáveis do século XVIII.

Fig. 241: Passos da Coroação de Espinhos. Igreja de Santa Rita – Paraty, RJ

Fig. 242: Cartela com armas Christi na porta do Passo da Coroação

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No Passo *Ecce Homo* ou Pretório foi revelada, nas duas folhas de fechamento, a presença de centuriões com suas armaduras e couraças, portando lanças, todos com olhar voltado para a cena central (Jesus flagelado e coroado de espinhos, sendo apresentado aos Pretores), registrando a cena do julgamento. Percebe-se que as duas cenas formam um tríptico com a central, aliado aos fragmentos arquitetônicos, entablamento e cimalhas, encimadas por modilhões, embora com perdas na parte inferior das almofadas, devido aos desgastes provocado pela ação do uso e do tempo.

Fig. 243: Passo do Ecce Homo ou Pretório

Fig. 244: Detalhe de pintura do Passo do Ecce Homo “Centuriões”

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No Passo Cruz às Costas só restaram duas pequenas mísulas, fragmentos de cimalhas e uma foto com a moldura de tela, que encontra-se desaparecida. Verificamos que possuía grandes semelhanças na sua montagem estrutural com o retábulo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Paraty-Mirim.

Os Retábulos dos Passos de Paixão de Paraty

As condições econômicas da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, como caminho oficial para o escoamento do ouro das minas, que juntamente com a antiga estrada para Ubatuba auxiliava no embarque do metal para o Rio de Janeiro e daí para Portugal, não permitiram um tratamento altamente requintado para as Igrejas, fazendo-se perceber que a intenção decorativa era levada conforme os limites materiais possíveis e posses das Irmandades Religiosas.

Os Passos da Paixão de Paraty, atualmente tombados pelo IPHAN, foram construídos para o culto pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos constam de seu inventário, inclusive com a denominação das ruas onde estão situados e o frontal que decorava os mesmos, para a Procissão de Passos ou do Encontro e do Enterro. Estiveram fechados por muitos anos e foram reabertos na década de 1970 por um grupo de "jovens", intitulado JOPACOL[238] – Jovens Paratyenses para a Coletividade. São atualmente de propriedade da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty e abertos anualmente para as Procissões de Passos ou também do Encontro e do Enterro, durante todo o dia, sendo visitados pela comunidade, turistas brasileiros e estrangeiros - afirmando as recomendações constantes da Conferência Geral da UNESCO, em sua 15ª sessão, realizada em Paris, de 15 de outubro a 20 de novembro de 1968, que destaca:

> Considerando que os bens culturais são o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos; Considerando que é indispensável preservá-los, na medida do possível e, de acordo com sua importância histórica e artística, valorizá-los de modo que os povos se compenetrem de sua significação e de sua mensagem e, assim, fortaleçam a consciência de sua própria dignidade (CURY, 2000, p. 123).

Observamos que a comunidade de Paraty apresenta-se ainda como detentora de seu patrimônio cultural e participa deste uso com seus diversos grupos, reforçando as crenças e os laços sociais. Caple traça um breve panorama dessa dinâmica, relacionado ao uso dos objetos o bem imaterial: "o bem imaterial deve ser preservado e, quando

[238] Integravam o Jopacol, na década de 1976. Presidente: José Cláudio de Araújo, membros: Ana Julia Vasconcellos, Ana Corrêa Magalhães, Benedito Cláudio de Aquino, Deborá Guedes de Oliveira, Eliana Vieira Duarte Coelho, José Sebastião Maximiliano, Julio Cezar Neto Dantas, José Henrique Menezes de Oliveira, Paulo Sérgio Costa de Souza, Rita de Cássia Melo Marques, Vander Oliveira Duarte Coelho, entre outros.

possível os objetos que o produzem devem ser colocados em funcionamento para melhor entendimento da prática cultural" (CAPLE, 2000, p. 140).

As técnicas empregadas para a ornamentação dos interiores dos Passos estudados seguem a orientação adotada nas construções religiosas do setecentos, com retábulo em talha policromada e dourada medindo aproximadamente 3,32cm de altura por 1,65cm de largura, assente em banqueta de aproximadamente .32cm de altura, sobre mesas retangulares com medidas variando entre .86cm de altura até 1,65cm de largura, conforme quadro abaixo:

Quadro Nº 03 - Retábulos dos Passos da Paixão de Paraty

LOCAL	ALTURA TOTAL	LARGURA	PROFUNDIDADE	MESA (altura)	BANQUETA (altura)
I – PASSO DO HORTO	3,11cm	1,47cm	.45cm	.84cm	.32cm
II – PASSO DA PRISÃO	3,02cm	1,48cm	.42cm	.85cm	.28cm
III – PASSO DA FLAGELAÇÃO	3,31cm	1,56cm	.69cm	.84cm	.31cm
IV – PASSO DA COROAÇÃO	3,32cm	1,57cm	.52cm	.86cm	.32cm
V – PASSO DO ECCE HOMO	3,27cm	1,48cm	.53cm	.85cm	.32cm
VI – PASSO DA CRUZ ÀS COSTAS	2,68cm	1,65cm	.46cm	.79cm	.24cm

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas, 2020

Os retábulos são confeccionados em madeira recortada, entalhada, ensamblada e fixada com cravos em ferro forjado, presos na face posterior dos nichos através de barroteamento existente junto aos tijolos maciços de vedação. Foram adotados em grande quantidade, para confecção dos elementos de sustentação, pilastras misuladas, mísulas, renda da tribuna, molduras, mesa e banqueta, as seguintes madeiras: o cedro, o louro e a canela parda para as estruturas e partes planas de apoio às banquetas. Geralmente estão pintados com uma cor branca, e os elementos de sustentação, pilastras misuladas, mísulas em marmorizado nos tons verde, azul, com frisos em dourado e imitação de travertino. As banquetas, dossel e moldura das telas são geralmente em tons verde claro, azul e dourado.

A estrutura dos Passos compõe-se de mesa retangular, sem decoração, pois eram usados frontalmente, sendo esta provavelmente em tecido, conforme mencionam os inventários da Irmandade de Passos. Banqueta com a face frontal, arredondada, parte posterior lisa, possibilitando ampliar, apoio aos castiçais e a Cruz Relicário, durante os Motetos[239] que eram cantados nas paradas diante dos Passos. A Cruz Relicário com a

[239] Neste momento são cantados os Motetos de Passos, cânticos alusivos às cenas existentes no interior, acompanhados de alguns instrumentos musicais. Os Passos são adornados com manjericão conforme costume local, referência à profilaxia para a cura das chagas de Jesus Cristo.

relíquia do Santo Lenho, uma das mais importantes para o Cristianismo, face a uma lenda da redescoberta da Cruz, incentivou as dioceses e paróquias ao longo dos séculos para obtenção de um fragmento desta relíquia que era colocada em altar, Passo ou usada em procissões, conduzida sob pálio, para adoração por parte dos fiéis.

Esta banqueta possui como decoração frisos perfilados policromados e dourados. Seu montante é liso e decorado por elementos de sustentação, um par de pilastras misuladas que se projetam para o exterior. Somente as pilastras misuladas do Passo do Horto são semelhantes às do Passo da Coroação. Todas são apoiadas em mísulas policromadas. O Passo da Flagelação possui renda da tribuna em madeira recortada com elementos curvos, flores e elementos sinuosos, com policromia de gosto rococó; e entablamento com ábaco e cimalha perfilada com frisos em marmorizado e dourado. Coroamento em dossel recortado, preso em cimalha arqueada, escalonada e frisos dourados. Camarim com teto em abóbada de berço, na maioria das vezes revestido de tábuas com a junção em cortes chanfrados à diagonal. Somente o Passo da Flagelação não possui revestimento na parte de fundos e abóbada: o camarim está pintado de azul ultramar (pintura lisa). As molduras possuem perfil em meia cana com frisos dourados e pintura em verde claro. A pintura é a têmpera, em tons predominantes e originais: para as partes planas são o branco de titânio, para os ornatos e flores os tons pastel em verde, ocre, marfim, vermelho, azul e branco, a cimalha o entablamento e o dossel, são em marmorizados e frisos dourados. O uso de dourado, na técnica do ouro brunido sobre bolo armênio é uma constante em toda a peça, com exceção da mesa.

Os retábulos dos Passos da Flagelação e do *Ecce Homo* estavam encobertos com uma camada de repintura que os desfigurava de suas feições originais, inclusive comprometendo seriamente a sua leitura. Recentemente, após processo de restauração, foram recuperadas sua policromia e as suas feições originais, bem como as sutilezas de seu entalhe. A peça encontrava-se muito atacada pelos cupins e foi totalmente imunizada.

O estilo dos retábulos dos Passos da Paixão de Paraty obedece ao repertório e vocabulário formal de gosto joanino, assim denominados por terem sua expansão atrelada à vigência do reinado deste monarca, no século XVIII. O estilo é caracterizado por uma composição que rompe completamente com a geometria do maneirismo: suas linhas principais são as verticais, horizontais e curvas, atingindo o auge de formas e curvas variadas com grande profusão de reentrâncias e saliências, obtidas também pelos elementos de sustentação, no embasamento, em forma de mísulas estilizadas, servindo como suporte as pilastras misuladas, que sustentam o entablamento, as cornijas e o dossel. Esta visão é corroborada por Oliveira, ao afirmar que

> A composição do retábulo lateral do rococó mineiro deriva do tipo estabelecido na região na fase joanina, que determinava sua inserção em um enquadramento retangular com terminação em cornija, as vezes coroada por um frontão. Alguns retábulos dos primórdios do estilo na região conservam essa estrutura, como as das matrizes de Itaverava e Itatiaia, datados de cerca de 1.765 (OLIVEIRA, 2003, P. 265).

Na sua iconografia, os Passos da Paixão de Paraty têm como ornamentos, arqueados, frisos, côncavos e convexos, volutas, angras, frisos em meia cana e reentrantes, elementos em rocalha pintados na renda da tribuna do Passo da Flagelação - que foi confeccionada em madeira recortada e vazada em elementos sinuosos -, além dos registros com as Armas Christi, na face interna das folhas de fechamento do Passo da Coroação, pilastras misuladas, mísulas, marmorizado nos tons verde, ocre, azul, imitação de travertino e douramento, elementos fitomorfos singelos formando arrecadas pintadas. Verifica-se a presença do dossel com sanefas de madeira recortada, obtida por desenho sinuoso na parte superior, espraiando-se para as laterais e apoiando-se nos montantes das pilastras misuladas, situação que se repete também no retábulo da Igreja de N. S. da Conceição de Paraty-Mirim, tendo à frente duas mísulas semelhantes às que pertencem ao VI Passo da Paixão, “Cruz às Costas”,

Em Paraty, no contexto dos oratórios de rua ainda está presente o oratório de São Miguel e Almas, datado do século XVIII, conforme aponta a documentação existente - com sua presença já na área de expansão da Vila. Segundo a tradição portuguesa, estes oratórios eram também denominados “Alminhas”, em alusão ao local utilizado pelos tropeiros e transeuntes para realizar suas orações antes de seguirem, e ao chegar de suas longas viagens pela Serra. Por isso eram localizados geralmente à beira de caminhos rurais, estradas, encruzilhadas[240] ou no acesso a esses caminhos. No presente caso o oratório está no caminho para a Serra ou Caminho Velho, e em sua representação interna estava sempre presente uma estampa de São Miguel e Almas como referência à proteção das almas do purgatório, que assim suplicam rezas e esmolas; daí a presença de caixas para óbulos para missas. Neste imaginário setecentista foi também institucionalizada a crença no “Purgatório” e na elevação das almas através de orações e esmolas que eram

[240] Na cidade de Ouro Preto, MG, Rua Santa Efigênia, 141, Bairro de Antonio Dias, residiu em uma casa com embasamento de pedra seca, janelas de vergas retas, datada do século XVIII, Antonio Francisco Alves, que ficou conhecido como chefe do bando de interceptadores de tropas, no caminho de Minas para o Rio de Janeiro. Curiosamente, no interior dessa construção há um pilar na área interna, com placa em pedra sabão, onde está a inscrição: “ANT ALVES OFES A SUA CUSTA PELLAS ALMAS PNAVM – 1741”/ ANTONIO FRANCISCO ALVES O FEZ A SUA CUSTA. PELAS ALMAS PADRE NOSSO AVE MARIA – 1741. Na rua defronte ao imóvel, nas esquinas da Rua Santa Efigênia com a Rua Barão de Ouro Branco, existe um oratório de alvenaria que abriga a imagem de “Nossa Senhora das Almas”. Essa imagem era utilizada como código para as passagens que a caravana iria seguir, através de sua “virada de costas” daí o nome de “VIRA E SAI, que ficou conhecido como “VIRA SAIA”. Em Paraty, no sertão do Curralinho, segundo informações de Severo de Oliveira Netto, na encruzilhada com o caminho de Olaria e da Pedraria para o Registro do Curralinho, também se usava essa denominação (VASCONCELLOS, 1977, p. 183).

doadas pelos vivos, fazendo valer o lema: “Ó vós que ides passando, lembrai-vos de nós, que estamos penando”.

Fig. 245: Oratório de São Miguel e Almas

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

Fig. 246: Alminha de Póvoa do Varzim, Portugal

Fonte: https:/.wikipedia.org/wiki/Alminhas_da_P%C3%B3v

1.6 – As Irmandades Religiosas e suas Devoções

Conforme se observa no Registro das Posturas da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, aprovado em 25 de outubro de 1831, esta disposição, além de garantir a ordenação do núcleo no que se refere às construções, conservação das casas, higiene, proteção, silêncio e sossego público, ordenava também a moral e a religião:

> Hé prohibido a todo o negociante de fazendas seccas, ter francamente as portas de suas lojas abertas nos dias de Natal, Páscoa, Espírito Santo e Padroeira, pena de 1$000 reis de condenação. Na mesma pena incorrem todos os das demais casas de negocio, que as não fecharem na acção de passar qualquer Procissão, ou o Santíssimo Sacramento (REGISTRO DAS POSTURAS, DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DE PARATY 1831, ARTIGO 39, p. 9).

Eram obrigados os moradores da cidade a deixar livre o trânsito nas ruas e lampiões acesos nas noites em que não houvesse lua, desde seu início até as 10 horas; e, sendo rua por onde passassem as procissões, eram obrigados a tirar tudo quanto pudesse impedi-las ou fazê-las menos decentes. Este serviço público muito preocupava a Câmara de Paraty com relação ao cumprimento pelos arrematantes, conforme se verifica no Contrato de Arrematação de Iluminação Pública[241].

[241] Este Contrato assim estabelecia: 1ª Obriga-se a conservar os lampiões existentes em boa guarda e fazer n’estes os concertos necessários, sendo substituídos por outros quando imprestáveis à custa da Câmara; 2ª Acender todos os combustores existentes durante 20 noites cada mês, principiando a iluminação um dia depois

Na implantação das antigas vilas do período colonial, uma das primeiras irmandades religiosas a funcionar, juntamente com a do padroeiro do local, era a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em Paraty esta irmandade teve seu Compromisso aprovado pelo Exmo. Sr. D. Francisco de S. Jerônimo, em data anterior a 1722[242]. Instalada na Igreja de N. S. dos Remédios, possuía seis sepulturas na capela-mor em fins do século XVIII e constava de seu patrimônio em 1$969 braças de terras e 800$rs em crédito.

O Compromisso, datado de 1733 (ANEXO 12), em seus 22 Capítulos, além dos cuidados com a manutenção constante da lâmpada do Santíssimo sempre acesa à custa da Irmandade, preocupava-se com os enterros dos irmãos, inclusive das mulheres e filhos "[...] dos ditos Irmôns e não tendo outra Irmandad[e] será esta obrigada a carregalos a sepultura recomendamos muito aos nossos Irmôns, e que não faltem a esta obra de caridade que he de grande serviço a D.[s] (COMPROMISSO, 1733, p. 179). A Irmandade do Santíssimo Sacramento era a responsável pelas cerimônias principais da igreja em especial de Adoração Perpétua, Semana Santa, na exposição e guarda do Santíssimo Sacramento conforme se verifica nos antigos programas publicados nos jornais da cidade[243], e também das cerimônias de Corpus Christi, costume das antigas matrizes do período colonial, como ocorreu nas cidades vizinhas de Cunha, Guaratinguetá, Taubaté,

---

da lua cheia e terminando 4 dias depois da lua nova; 3ª Os lampiões serão acesos ao escurecer, e serão apagados as 4 horas da manhã; 4ª O Farol da Banca do Pescado será aceso todas as noites, cuja luz durará o tempo dos demais lampiões, quer haja luar ou não; 5ª Além das noites marcadas na condição 2ª serão acesos todos os lampiões quando fôr ordenado pelo Presidente da Câmara, sendo esse serviço retribuído com 4$000 por cada noite; 6ª Incorrerá na multa de 1$000 por cada um lampião que fôr encontrado com pouca lus ou apagado nas noites especificadas e na de 10$000 por cada tendo elle conserto; 7ª Fornecerá 7 luseiros, vidros, torcidas e o pessoal necessário para o trabalho de iluminação; 8ª Perceberá pelo serviço assim feito a quantia de um conto de réis em quatro pagamentos trimestrais de 250$000 Rs. Cada um; 9ª Dará fiador idôneo, a juiso da Câmara que se obrigará pelo cumprimento do contrato (CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY, IHAP, DA).

242 Segundo Monsenhor Pizarro, a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada, pelo que mostra seu antigo Livro da Receita e Despesa, desde o ano de 1722, ou antes deste tempo, já que seu Compromisso foi aprovado pelo Exmo. Sr. D. Francisco de S. Jeronimo - e este faleceu no ano de 1721. Este Compromisso sumiu-se "em maons do R. Vig.º que foi Gabriel Gonçalves Lobo, quando se auzentou em razão do crime, q' lhe resultou d'uma Devaça; p.r esta causa, foi reformado pelo R.do Gov.or do Bispado Dr. Manoel de Andrada Warneck/ em ausência do Il.mo S.r Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe, q.do foi visitar as Igrejas de Minas no dia 22 de 8.bro de 1733: e este m.mo , axa-se oje confirmado p.r S. Mag.e em Provisaõ de 10 de Agosto de 1768 (LIVRO DE VISITAS PASTORAIS, 1794, p. 38v a 45v).

243 Em 1892, o Jornal Paratyense anunciava que "[...] A Mesa Administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, commemorou este anno com toda a pompa e magnificencia os actos sollemne da Semana-Santa pela maneira seguinte: Domingo de Ramos - Officio de ramos, benção, procissão das palmas em roda da matriz e missa solemne. Quinta-feira Santa- As 11 horas da manhã missa solemne, communhão geral, procissão e exposição do Santissimo Sacramento; as 4 horas da tarde serimonia do lava-pés, subindo a tribuna sagrada o Rmo. Padre Mestre Custódo José Pereira da Cruz. As 9 horas da noute procissão da Prisão. Sexta-feira-Santa- As 10 horas da manhã, Paixão, adoração da cruz e missa dos Presantificados. As 10 horas da noute procissão do Senhor Morto, sermão de lagrimas pelo Rmo. Padre Mestre Custodio José Pereira da Cruz, exposições do Senhor no sepulcho e da imagem de N. S. da Soledade. Sabbado da Alleluia- As 10 horas da manhã, benção do fogo novo, da pia baptismal e cirio, Exultet, prophecias e missa solemne. Domingo da Ressureição- As 5 horas da manhã procissão da Ressureição e missa solemne subindo a tribuna sagrada o Rmo. Vigario Francisco Jutino do Amaral Vianna. As 8 horas da noute, coroação de Nossa Senhora, na capella das Dores, pela Devoção de N. S. das Dores (PARATYENSE,1892, Nº 53, p.2).

Angra dos Reis e também nas distantes N. S. das Necessidades em Florianópolis e N. S. da Conceição de Viamão, do que falaremos adiante.

Fig. 247: Capa do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento Século XVIII

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana - RJ

Fig. 248: Diploma da Irmandade do Santíssimo Sacramento

Fonte: Acervo Paróquia N.S. dos Remédios

Outros itens que nos chamaram atenção no mencionado Compromisso eram as esmolas doadas - a metade no segundo domingo da quaresma, para se fazer os gastos da Semana Santa; e a outra metade na véspera do Corpo de Deus, pagos pelos Irmãos de Mesa, Provedor e Thezoureiro. A assistência aos irmãos que estivessem servindo à Irmandade, caso caíssem em pobreza, necessitando de esmolas, ou em caso de enfermidade, era assunto a ser contemplado: segundo suas posses este conforto era prestado através do "Santo Viático", comunhão que o sacerdote levava aos enfermos moribundos para extrema unção em casa[244]; a hóstia era conduzida em uma píxide[245] de prata que o padre portava ao pescoço sob o pálio[246], sendo precedido por membros da irmandade, trajando opas na cor púrpura, com as campainhas e velas acesas, como uma pequena procissão (Fig. 249).

[244] Esta cerimônia foi registrada em aquarela por Jean Baptiste Debret, no Rio de Janeiro, no início do século XIX, com riqueza de informações e detalhes, principalmente do acervo móvel que a compunha. O Santo Viático pode ser transportado sob a umbela (grande sombreiro); encontramos também informações em transporte de tração animal como as seges e traquitanas.

[245] Pequena caixa de prata com o interior dourado ou toda dourada, geralmente circular ou oval, podendo ser lavrada ou não, tendo na parte superior uma argola para o sacerdote levar pendente do pescoço. No interior encaixa-se uma luneta para colocar a hóstia consagrada que se leva aos enfermos nas residências – o Santo Viático. O termo deriva de *pixys* (do grego caixinha).

[246] Baldaquino móvel sustentado por quatro, seis ou oito varas ou hastes de madeira ou metal com ganchos nas extremidades, onde se encaixa o pano ou cobertura em tecido rico, geralmente retangular, com as bordas em safenas com franjas, às vezes ricamente bordadas com fios de ouro e emblemas religiosos.

A passagem do pequeno préstito anunciado pela campainha cessava o burburinho da rua e os transeuntes ajoelhavam-se diante do Santo Viático. Em Paraty, o Artigo 142º dos Registros de Posturas de 1836 alertava: “[...] Tôdas as cazas de negocio, por cujas frentes passar prossissão do Sagrado Viático, serão fechadas à essa occazião. Pena aos donos, administradores ou caixeiros de 6$000 reis de muta [...]” (REGISTRO DAS POSTURAS, IHAP, 1836, ARTIGO 142). Em 1910 a comunhão aos doentes ainda era realizada em Paraty, através do viático[247]. Esta peça ainda integra a coleção de prataria da Paróquia de Paraty, sendo mantida hoje no Museu de Arte Sacra de Paraty (Fig. 250).

Fig. 249: Extrema unção levada a um doente

Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil - Jean Baptiste Debret - p. 189

Fig. 250: Píxide – século XVIII

Fonte: Acervo Paróquia N.S. dos Remédios

Neste universo, a religiosidade e as festas também representam esse cenário “patrimonial” envolvendo a cidade, seus espaços e suas práticas de celebração, tanto no interior como no exterior das igrejas. É notória em Paraty a manutenção de seu traçado urbano que se manteve original, abrigando em sua malha quatro igrejas, passos e capelas que ainda são utilizados anualmente, tendo sido, no passado, também muito frequentados pelos que possuíam propriedades na zona rural, cumprindo os ritos de toda sua vida, desde o batismo ao enterro. No primeiro caso, no interior da igreja ou capela; no segundo, em seu interior, uma vez que as naves das igrejas serviam a esta função e, posteriormente, no cemitério atual.

Michel de Certeau, ao refletir sobre os conceitos de espaço e lugar, nos ajuda a esclarecer a questão quando diferencia lugar e espaço, ao afirmar que o lugar seria o estável, e o espaço, o movimento: “[...] Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 2014, p. 184). Quando partimos desse pressuposto, constatamos

[247] Gravemente enferma, recebeu o Sagrado Viático hontem, a senhorita Corina David, filha do finado Francisco David de Oliveira (O PHAROL, 1910, Nº 17, p.1).

que os espaços são socialmente construídos e estão relacionados a esforços pessoais de uma comunidade de determinado grupo social, o que nos leva a pensar na questão do "espaço e da identidade". Porém cabe ressaltar, ao percebermos que a religiosidade teve seu papel estruturante, que esta ao mesmo tempo sofreu influências, sendo fundamental identificar como uma identidade religiosa pode reforçar e ser reforçada pelas relações do cotidiano.

Para essa assistência aos enfermos, no Capítulo Décimo Quarto do Compromisso fica dito: "[...] e assim há de aplicar todo cuidado em não faltar acompanhar ao Senhor quando for fora aos enfermos ordenado e dispondo a Irmand.^{e} de tal maneira que vã o Snr acompanhado com adecencia necessária" (COMPROMISSO, 1733, p. 182). Em caso de falecimento, percebe-se que, no cotidiano setecentista, uma grande preocupação permanecia no imaginário dos moradores das antigas vilas: a saída do mundo dos vivos e a sua entrada no celestial. A igreja representava o suporte para servir a essa transição, prestando contas dos ofícios, enterramentos, acompanhamento com a cruz da Irmandade ou Cruz da Fábrica[248], encomendação, cera, missas e os dobres dos sinos, assim observados por Monsenhor Pizarro em 1783

> Daqui procedia, para o que se perceberem avultados 80 rs. Não cessavam os sinos desde o instante do falecimento, até ser enterrado o cadáver à sepultura. Esta insuportável prática proibi e recomendei ao pároco a observância da mesma determinação, que se cingiu só naquelas ocasiões próprias, e que são do prudente costume geral (ARAÚJO, 1794, p. 38 v. a 45 v).

Em 18 de abril de 1835, foi assinada a Portaria do Governo Provincial que mandava proibir os enterramentos dentro dos "Templos", ou no interior da "Cidade", e fundar em lugar conveniente um cemitério, que levou a encerrar posteriormente as atividades dos columbários das igrejas de Santa Rita e Nossa Senhora das Dores no perímetro urbano:

> Fallecendo algum Irmão desta Irmandade ou sua mulher ou filhos antes de tornar estado que são som.^{te} as pessoas que a Irmandade deve hir acompanhar e encorporado dar-sehá recado ao Thezoureiro para que prepare a cruz e avize ao andador para que vá dar recado ao Provedor e mais Irmaõns o que fará tangendo a Campainha pella freguesia com sua Opa vermelha o chapéu na cabeça pª q^{e} se ajuntem os Irmaõns na Igreja de nossa Srª dos Remedios e tão bem serão pª todos emcorporados saírem acompanhando o corpo do defuncto e o Provedor levará a sua vara na mão, em sua falta o escrivão o Thezoureiro Procurador assim farão os Irmaõns em suas allas mui compostos e depois de enterrado o defuncto se recolherão na mesma forma pª a dª Igreja (COMPROMISSO, 1733, p. 180 e 181).

[248] Era conhecida como Cruz da Fábrica a cruz alugada pelos desprovidos que não eram filiados às Irmandades Religiosas. O acervo da Paróquia de N.S dos Remédios de Paraty ainda integra uma cruz da fábrica datada do século XVII, possivelmente da primeira Matriz e curiosamente desmontável: o patíbulo e o estipe são encaixados para facilitar seu transporte após os enterramentos.

Eram as Irmandades encarregadas dos atos litúrgicos e das festas religiosas em homenagem aos seus oragos. A mais antiga delas, a do Santíssimo Sacramento, com compromisso aprovado pelo Exmo. Sr. D. Francisco de S. Jerônimo, provavelmente anterior a 1722, e instalada na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, possuía 06 sepulturas na capela-mor e em fins do século XVIII seu patrimônio consistia em 1$969 braças de terras, 800$rs em crédito. Era incumbida da divulgação do mistério do sacramento da eucaristia. Era responsável, também, pelas cerimônias principais da igreja, em especial a do Corpo de Deus, que desfilava pelas ruas enfeitadas, com tapetes de folhagem coloridas, sob o pálio, a rica custódia em prata da primeira metade do século XVIII com o Santíssimo Sacramento, ladeada pelas lanternas processionais e precedida de guião e cruz alçada; além de alguns atos da Semana Santa - como o Ofício de Trevas, na Quarta-Feira Santa, cerimônia realizada no interior da Matriz, com a instalação do Candelabro de Trevas, ou Tenebrário, composto de quinze bocais para velas, escalonadas, que vão sendo apagadas uma a uma no fim de cada leitura, exceto a do vértice, que representa Jesus Cristo.

Fig. 251: Custódia – Matriz de Paraty - Séc. XVIII

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Fig. 252: Procissão de Corpus Christi - década 1970

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

A transladação e guarda do Santíssimo Sacramento era realizada na Quinta-Feira Santa, no interior da igreja, durante toda a noite até o dia seguinte, em altar montado com esta finalidade. A cerimonia transcorria algumas vezes no altar-mor, outras no altar de Nosso Senhor da Cana Verde, no Consistório da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, que se situava no pavimento superior da sacristia da igreja Matriz, uma vez que neste dia a imagem do Senhor da Cana Verde não se encontrava no local, já que participava da Procissão do Fogaréu. Este tipo de ordenamento, cuja permanência se deu até meados do século XX, é visível pela trajetória da Igreja Matriz, que abrigou inclusive outras

devoções, funcionando em seu interior através de capelas fundas e retábulos laterais. Uma delas veio a ter seu templo próprio como a devoção de N. S. das Dores, administrada economicamente pela Irmandade de N. S. dos Passos, de que já falamos acima.

A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios foi fundada em 04 de Agosto de 1729, conforme seu Compromisso

> confirmado p.r Autorid.e do Il.mo S.r D. Fr. Antonio de Guadalupe, e ultimam.e por S. Mag.e em Provisaõ do ano de 1768. Tem esta de patrimônio duas moradas de casas de sobrado na Rua da Praça, q' de uma e outra banda, partem com casas do Guarda-Mor Domingos Jozé Vieira: três lanços de casas térreas, na Rua, q' vai da Igreja do Rozario pª a Boa Vista: três ditos, mais fronteiros áquelas que se fizeraõ no ano de 1792,: e 4 braças de xaons na frente das mesmas casas que de um lado partem com Domingos Fernandes Vieira, e de outro, com xaons do Cap. Manoel de Almeida Cruz. Tem 12 Sepulturas, das grades pª sima; e 6 ditas junto a caza da Fabrica. As suas alfaias saõ boas, e nem foraõ apresentadas. (LIVRO DE VISITAS PASTORAIS, 1794, p. 38v a 45).

O culto de Nossa Senhora dos Remédios teve origem em Lamego, no alto do monte denominado Santo Estevão. A primeira capela de Nossa Senhora foi edificada pelo Bispo D. Manoel de Noronha, no ano de 1568. As invocações ficaram instaladas ou se deslocaram de seus locais de origem, sendo estabelecidas, segundo a História do Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego, da seguinte forma: imagem de Nossa Senhora do Leite, entronizada no retábulo mor; imagem pequena em caixa de lata, para coleta de esmolas; imagem do século XIV, primitiva, que foi destinada aos doentes, possuindo o Menino Jesus nas mãos.

Curiosamente, em Lamego estão presentes na igreja e constam do Inventário da Irmandade as imagens de São Joaquim, Santana e São José (ANEXO 13). Em Paraty sua primitiva igreja foi edificada em 1646 num terreno doado pela Sra. Maria Jácome de Melo, sob a condição de que fosse dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. As proporções de seu culto foram ampliadas pela benfeitora D. Geralda Maria da Silva, filha de Roque José da Silva e Andreza Maria de São José, que em seus legados para as Irmandades Religiosas de Paraty deixa também exigências. Entre elas estão as solenidades para as festas de São Roque, no dia 16 de agosto e de Nossa Senhora dos Remédios, no dia 08 de setembro - primitivos padroeiros, ambos de sua devoção particular.

Fig. 253: N. S. dos Remédios – Nicho do retábulo mor

Fonte: Noronha Santos IPHAN - RJ

Fig. 254: N.S. dos Remédios - Processional

Fig. 255: N. S. dos Remédios – Novenas e Ladaínhas

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 256: N.S. dos Remédios – Igreja das Dores - Peregrina

Fonte: MASDP – Paraty RJ

No livro de lançamento das Contas de Receitas e Despesas da Irmandade de N. S. dos Remédios, verifica-se que alguns objetos da irmandade eram colocados à venda para aumento da receita; entre eles estão o produto da venda de um sino velho[249] em 1884 a 1885; de uma banqueta de prata velha (6 castiçais), esmolas do Menino Jesus em 1886[250], e ainda conserto de uma Sacra e um Crucifixo[251].

Destaque-se que no ano Compromissal de 1888 a 1889 a lâmpada de prata da capela-mor passou por intervenções, bem como os ciriais, cruz e opas - adicionando-se as esmolas doadas ao Menino Jesus na noite de Natal[252]. Para esses serviços houve a contribuição de Geralda Maria da Silva, considerada nos anos de 1888 e 1889 “protectora da Irmandade”, uma vez que a Irmandade integrava mulheres, conforme se verifica no livro de assento das anuidades dos irmãos datado de 1886 - 1913 (ANEXO 14). A peça, datada de 1809[253], teve suas três arandelas douradas, sendo estas com três luzes, tendo sido feito o pagamento para os dourados e o douramento dos anjos e metais da lâmpada. Este serviço foi realizado no Rio de Janeiro, sendo que constam também as despesas com passagem e aquisição de opas de seda branca com borlas.

---

[249] LIVRO DE LANÇAMENTO DE CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE N. S. DOS REMÉDIOS, 1884, p. 8v

[250] Op. Cit., p. 10v.

[251] Op. Cit., p. 11.

[252] Na noite de Natal era incumbência da Irmandade de N. S. dos Remédios a realização da Missa do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, cantada ou rezada e no encerramento a procissão com a imagem do Menino Jesus, para a manjedoura do presépio armado no interior da igreja (O PHAROL, 1907, Nº 19, p2). Esta Missa também ficou conhecida como “Missa do Galo”, o acervo da Banda de Música Santa Cecilia de Paraty ainda guarda as partituras da Missa do Galo, que eram usadas nessa ocasião, datadas de 05 de janeiro de 1908.

[253] Ibid. p. 18v e 19.

Figs. 257, 258 e 259: Lâmpada de Prata da igreja Matriz de N.S. dos Remédios e detalhe com data “ANNO 1809” - Paraty - RJ

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN – RJ

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

A documentação aponta que em 1889 havia a intenção de cunharem moedas com o desmanche das peças

> Tendo a Ex^{ma} Dª Geralda Maria da Silva offerecido a mesa da Irmandade a quantia de um conto de reis para o concerto da que careciam a Alampada Ceriaes e outros objetos a fim de voltarem para o servicio da Igreja e Irmandade, entendendo a meza admenestrativa que é de mais vantagem ser concertadas e voltarem para o servicio da Irmandade do que mandar cunhar em moeda, ficando assim por esta forma a Irmandade com o seu patrimônio mais garantido e seguro atendendo também aos grandes benefícios que a Ex.^{ma} Dª Geralda tem feito e continuará a fazer a Irmandade, ficando por esta forma sem efeito a Deliberação do Termo anterior ficando em vigor o actual. (LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÕES, 1887 a 1917, p. 6).

Nos anos de 1890 a 1891, conforme se verifica na figura Nº 98 da imagem no interior do nicho, foram adquiridos dois ramos e grinalda de flores para ornamentá-la, costume que não é mais conservado[254]. No período de 1893 a 1894, foram recebidos dos devotos espórtulas para compra da cortina, conforme talões referentes à compra. Ao que tudo indica os enterramentos eram feitos durante a noite, pois consta o aluguel de 10 tochas para o funeral do Tenente Coronel Manoel Francisco de Magalhães[255]. Nos anos de 1896 a 1897 foi realizada despesa de aquisição de tochas, conserto de guião e pagamento a Manoel Valentim Lopes com música para benzimento do andor[256], essa solenidade de benzimento do andor deve-se ao fato, segundo o Termo de Deliberação de

[254] LIVRO DE LANÇAMENTO DE CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE N. S. DOS REMÉDIOS, 1884, p. 22.
[255] Op. Cit., p. 28v.
[256] Op. Cit., p. 35.

27 de agosto de 1897 e a doação oferecida pelo Irmão José Joaquim Henrique, assim registrado:

> declarando que tendo um voto a comprir em offerecer a Irmandade um rico andor para nelle sahir a Gloriosa Padroeira, e não tendo tempo de aprontar se pª o dia oito de Setembro, pedia a Meza que avista de não poder, devido ao estado financeiro, realizar a festa completa, que adiasse para Dezembro, comprometendo-se o referido Irmão, a trazer em um Vapor especial o povo de Angra dos Reis e Capital Federal, para auxiliar o Leilão, Uma Banda de Muzica para coadejuntar a d'esta localidade, concorrendo com uma esportula e esmolas com a bolça da Irmandade (LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÕES, 1887 a 1917, p. 28v).

Doações ainda continuavam a ser feitas para a Irmandade: entre elas está a doação de jóias e cordões de ouro, muito usados pelas mulheres nas festas religiosas, costume estendido às imagens até os dias atuais, nas procissões solenes.

> Pelo Irmão Thezoureiro foi dito que havia recebido da Ex.ma Srª D. Maria Antonia da Silva um cordão de ouro tendo de comprimento=um metro e noventa centímetros equivalente o peso de=dezoito gramas e seis graõs= e bem assim que recebera do ex-Thezoureiro o Sr. João da Fonseca Pinto Madureira, ouro, prata e paramentos constantes do livro de inventário (LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÕES, 1887 a 1917, p. 9).

Encontramos cópia de uma certidão *verbo ad-verbum*, em breve relatório, extraída dos autos de inventário do ano de 1879, que tramitou pelo antigo Cartório do 2º Ofício desta Comarca, relativa aos bens deixados por falecimento de Marianna Alves Carneiro, dos quais foi inventariante Pedro Alves Carneiro. Deste documento consta a doação para o referido inventariante, seu irmão, de um rosário de contas, laço e cruz de ouro, passando por sua morte à Gloriosa Virgem dos Remédios, Padroeira de Paraty[257].

Chama atenção que imóveis e apólices também eram deixados para a Irmandade da padroeira, como os legados em testamento. Entre eles está o de Catharina de Jesus Vianna, constando de uma situação no lugar denominado Engenho e um sobrado à Rua D. Geralda; e as apólices deixadas por Nicolau Tolentino da Silva, usufrutuário vitalício de Geralda Maria da Silva, possivelmente seu irmão "[...] que por falecimento da mesma passarão trez delas a Santa-Anna, S. José e S. Sebastião, cujas imagens estão sob a guarda decência e soleminisação desta mesma Irmandade de N. S. dos Remédios assim consulto qual a attitude a tomar-se" (LIVRO DE ATAS E ELEIÇÕES, 1887 a 1917, p. 58).

Ainda no início do século XX, em 1905, a Irmandade de N. S. dos Remédios, na gestão do Tesoureiro Silvino Antonio do Carmo, adquiriu objetos para decoração do

[257] Dizem os autos de inventário datado de 1879 dos bens deixados por D. Marianna Alves Carneiro do qual foi inventariante Pedro Alves Carneiro, que consta do testamento de fls. 3v a 4 o seguinte tópico: "Possuo um ROSÁRIO de contas, laço e cruz de ouro, o qual me foi dado por minha finada mai, o deixo em lembrança ao meu irmão PEDRO ALVES CARNEIRO, que terá uzo fructo, passando por sua morte a GLORIOZA VIRGEM DOS REMÉDIOS NOSSA PADROEIRA" (CERTIDÃO, 1959, p.1 e 2). A peça integra a coleção da Paróquia de Paraty e ainda é usada na imagem nas procissões solenes.

templo[258] após as obras empreendidas, conforme mencionamos acima. Neste ano, em cumprimento ao voto do Irmão José Joaquim Henrique, a festa da padroeira somente foi realizada no período de 29 de novembro a 08 de dezembro, com o benzimento da igreja e transladação das imagens. Nos anos de 1906 e 1911 novos serviços foram registrados: entre eles estão os pagamentos a João de Freitas Magalhães, João dos Santos Christino, Maria Rosa de Oliveira, Benedito Lopes da Costa, Rafael Fornitano, Francisca Amelia Peixoto da Silva, Benedito Moreira de Carvalho e Pedro José Antonio de Oliveira[259].

As solenidades em comemoração à padroeira de Paraty eram de responsabilidade da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Realizavam-se no dia 08 de setembro, dia da "Natividade de Nossa Senhora", sendo que nos séculos XIX e XX as festas tinham grande proporção e brilhantismo. A Irmandade era integrada por homens e mulheres residentes na área urbana e rural. Trajavam opa branca e possivelmente murças, com as iniciais NSR no lado esquerdo e portavam a vara de provedor em prata, encimada pela efigie da santa. Era a responsável pela Festa da Padroeira, cujo culto e devoção à santa também se estendia, como constatamos, aos moradores, que ao batizarem seus filhos não elegiam a madrinha de batismo e sim a "protectora N. S. dos Remédios"[260]. O Museu

[258] Recibo Nº 16 – Lampeão belga, vendido por Manoel Walfrido da Silva em 16/09/1905; Recibo Nº 19 – duas mangas de vidro, vendidas por Ernani Amaral em 14/11/1905; Recibo Nº 21 – licença de benzimento da Matriz e procissão das imagens pelas ruas, em 29/11/1905; Recibo Nº 30 – venda de 2 Serpentinas para três velas cada uma, 1 dicta para uma vela, três vasos usados, 2 metros de cetim, 7 cartas de alfinetes de ferro e 1 ½ metro de fita, em 15/12/1905 (LIVRO DE LANÇAMENTO, 1905, p. 4, 4v, 5v).

[259] Recibo Nº 43 – pintar a urna da Igreja Matriz, por João de Freitas Magalhães, em 12/02/1906; Recibo de ordenados como Pedreiro por ter feito caiação na Igreja Matriz e telhado, por João dos Santos Christino, em 15/08/1908; Recibo de doces fornecidos para a festa, por Maria Rosa de Oliveira, em 10/09/1908; Recibo de damasco para cortina do Altar mór, galão e franja pª o mesmo e duas p.ˢ de ceda e 12 Cordãos para opa, em m12/09/1908; Recibo para pintura ou douração da cúpula da mesma Santa (nicho), por João de Freitas Magalhães em 26/12/1909; recibo de trinta açucenas, por Rafael Fornitano em 11/03/1910; Recibo de pinturas feitas em 18 succenas, digo, trinta sucenas e uma banqueta, por João de Freitas Magalhães em 02/04/1910; Recibo de doces para os leilões por Francisca Amélia Peixoto da Silva, em 10/09/1910; Recibo de armação dos andores e foguetes por Benedito Moreira de Carvalho em 12/09/1910; Recibo de encarnar diversas imagens, em crucifixo e assim concertar a Lâmpada, por João de Freitas Magalhães, em 27/03/1911; Recibo de limpeza da lâmpada grande de Nossa Senhora, por Pedro José Antonio de Oliveira, em 11/09/1911 (LIVRO DE LANÇAMENTO, 1905, p. 7v, 17v, 20v, 21v, 287v, 29, 29v, 33v, 34v, 38v, 40).

[260] O casal João Facundo Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 8, 12/06/1866, p.31v, LIVRO DE ÓBITO Nº 8, 28/02/1946, p.150v) e Eponina Rosa de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 9, 28/09/1876, p.65, LIVRO DE ÓBITO Nº C 27, 20/03/1958, p.42v) não possuíam madrinha de batismo, ambos foram batizados em 1866 e 1876 (LIVRO DE BATISMO, Nº 8 e 9, 1866 e1876, p. 31v e 65). Sua "protectora" era N.S. dos Remédios. O costume originou-se na família Ribeiro Netto, e também foi passado a alguns de seus filhos durante o batismo. São eles: Jovino de Aquino Netto (LIVRO DE BATISMO Nº10, 07/03/1891, p. 235v, LIVRO DE ÓBITO Nº C 24, 10/05/1943, p.132v); Antonio Emílio Netto (LIVRO DE BATISMO Nº11, 25/05/1893, p.65, LIVRO DE ÓBITO Nº C 19, 25/05/1925, p.47); Evêncio Netto (LIVRO DE BATISMO Nº11, 19/11/1894, p.114v); Estanislau de Oliveira Netto, - "Nenzinho" - (LIVRO DE BATISMO, Nº 12, 07/05/1897, p.31); Umbelina de Oliveira Netto - "Nenzinha" - (LIVRO DE BATISMO Nº13, 01/03/1899, p. 27, LIVRO DE ÓBITO Nº C 28, 19/03/1964, p.120); Berlino de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 13, 02/02/1901, p. 99v); Nemesio (LIVRO DE BATISMO Nº 13, 13/08/1902, p. 176); Rosa Babilas de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº14, 24/01/1905, p.34, LIVRO DE ÓBITO Nº C 25, 23/09/1947, p.122); Deusdedt de Oliveira Netto - "Filhinho" - (LIVRO DE BATISMO Nº14, 14/10/1907, p.126, LIVRO DE ÓBITO Nº C 28, 23/09/1967, p. 295v); Zilda de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº14, 28/01/1910, p. 214, LIVRO DE ÓBITO Nº C02/31, 07/11/1987, p. 167v); Agostinho de Oliveira Netto - "Tinho" - (LIVRO DE BATISMO Nº15, 12/01/1913, p.126); Severo de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 16, 06/11/1914, p.19); Zicta de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº17, 26/04/1917, p. 9v, LIVRO DE ÓBITO Nº C 74, 04/10/1974, p.227); Arminda Rosa de Oliveira Netto (LIVRO DE BATISMO Nº18, 24/08/1923, p.114v, LIVRO DE ÓBITO Nº C 03/32, 21/09/1991, p.190); A documentação consultada aponta

de Arte Sacra ainda guarda a medalha da bolsa para as esmolas em prata, decorada com a efígie da Santa.

A festa era realizada com ladainha durante nove dias, iniciando-se no dia 30 de agosto e encerrando-se no dia 7 de setembro, com a transladação da imagem de Nossa Senhora dos Remédios da igreja de Santa Rita para a igreja Matriz - costume que se mantém até hoje e faz referência aos períodos do século XIX e início do século XX em que a Matriz esteve em obras e a igreja de Santa Rita serviu a todos os atos; no encerramento das obras, as imagens retornavam para a Matriz em procissão. Conforme se verifica no estatuto da Irmandade de Santa Rita, uma das obrigações dos irmãos desta Irmandade era acompanhar a imagem de Nossa Senhora dos Remédios durante a transladação para a Matriz, “revestidos de opas com os brandões acesos”.

Fig. 260: Andor de N. S. dos Remédios em procissão - década de 1950

Fig. 261: Andor de N. S. dos Remédios - década de 1970

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O encerramento da festa era com missa solene e procissão no dia 8 de setembro, dia da Natividade de Nossa Senhora, com a imagem ladeada pela Irmandade com as insígnias e guião, percorrendo o itinerário de costume[261], precedida dos andores de São

para essa prática em Paraty, inclusive com outros oragos das igrejas. Eponina Rosa de Oliveira Netto ficou também conhecida como - “Velha Eponina” e “Madrinha” - , por ter servido de parteira durante o nascimento de todos os seus netos do casamento de Jovino de Aquino Netto e Maria Hermogênia da Silva Netto (LIVRO Nº3, 27/12/1916, p.189 e 190), Julieta Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 16, 10/01/1915-09/12/1989, p.18v), Adelino de Oliveira (LIVRO DE BATISMO Nº 16, 27/06/1916-09/11/1992, p.92), Dorvalina Braga (LIVRO DE BATISMO Nº 17, 14/12/1918-09/06/1956, p. 103v), Martinha Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 18, 15/11/1922-29/11/1980, p.56), Célia Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 18, 16/12/1923-25/12/2007, p.114), Benedicto Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 19, 10/12/1925, p.103), Nolga Netto (REGISTRO CIVIL 1829 - 2012, 29/12/1927-01/03/2000, p. 74v e 75), Judite Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 20, 25/11/1929-13/04/2004, p.21), Domingos Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 20, 13/12/1931, p.94), Alvina Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 917, B-8, p.295) 05/07/1934-14/06/2015) e Laurita Netto (LIVRO DE BATISMO Nº 24, 27/07/1937-11/03/2014, p.06).

[261] Compreendia a Rua do Comércio, atual Tenente Francisco Antonio, Rua do Couto, atual Rua Aurora, Travessa Santa Rita, Rua do Mercado, atual Dona Geralda e Praça da Matriz, em meados da década de 1950,

Joaquim, Santana e São José, além de virgens e anjos, que após o *Te Deum* recebiam os famosos cartuchos de doces em formato de cornucópia. Em 1897 a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios distribuiu trinta cartuchos. Existem relatos nos jornais do início do século XX sobre a presença da Câmara, ladeando o andor de Nossa Senhora com as suas varas e pavilhão. Após a procissão solene e *Te Deum Laudamus* de encerramento, fazia-se leilão de prendas. Por ser realizada em setembro, era costume apresentar as danças típicas desta época – Jardineira, em homenagem à primavera; e Dança das Fitas, em homenagem à árvore, encerrando com a queima de fogos de artifício.

Figs. 262 e 263: Procissão de N.S. dos Remédios na rua Domingos Gonçalves de Abreu

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

Fato notável é a presença do andor de São José na procissão de Nossa Senhora, desta vez sem o Menino Jesus no braço esquerdo, peça removível que era substituída por um breviário com capa de madrepérola, atado por laço de fita azul, uma vez que a imagem da padroeira já transportava o Menino Jesus. No dia 19 de março, dia de São José, em sua procissão, a imagem desfilava pelas ruas da cidade, portando o Menino Jesus.

principalmente nas solenes procissões de N. S. dos Remédios, Divino Espírito Santo esses cortejos passaram a percorrer também a Rua da Cadeia, atual Marechal Deodoro, Rua Domingos Gonçalves de Abreu, Rua Aurora, Travessa Santa Rita, até alcançar a Rua D. Geralda e Igreja Matriz. Na década de 1960, novas ampliações foram feitas, chegando inclusive a percorrer a Rua da Cadeia na sua totalidade até a Rua João Luiz do Rosário, descendo na Rua Jango Pádua, Rua Aurora, Travessa Santa Rita até alcançar a Rua D. Geralda e a Igreja Matriz. Há registros fotográficos de Procissões de N.S. do Rosário e São Benedito passando na Rua João Luiz do Rosário. A denominação de Rua João Luiz do Rosário (1847-1919) é homenagem ao Vereador e Presidente de Câmara Municipal, provedor de diversas Irmandades inclusive a de Santa Casa de Misericórdia. Foi também Irmão da Irmandade de Santa Rita em 1848 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1852-1910, p. 44); era natural da Freguesia de Santana da Ilha Grande faleceu com 72 anos de idade, foi casado em terceiras núpcias com Maria Zeferina Dias dos Rosário, do seu primeiro consórcio tiveram dois filhos: José Borges do Rosário "Vereador" e Maria da Conceição Oliveira casada com Arthur Epiphanio de Oliveira, primeiro suplente de Juiz Municipal. A Rua Tenente Francisco Antonio é possivelmente homenagem à Francisco Antonio Álvaro de Souza, em 1865 estava no 28º Batalhão de "Infantaria do Serviço activo da Província de Paraty" como "Tenente – Ajudante" do Comandante: Tenente – Coronel Manoel José de Souza, foi também Juiz de Paz na Freguesia de N.S. da Conceição de Paraty-Mirim (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 39 e 125). Encontramos também informações da presença do Capitão Francisco Antonio Pereira Lisboa em 1832 na obra da "Nova Matriz" de N.S. dos Remédios; a Rua Domingos Gonçalves de Abreu referência a este Capitão-Mor que promoveu a retirada da jurisdição de Paraty vinculada à Ilha Grande com a elevação do Pelourinho em 28 de fevereiro de 1667; a Rua Aurora possivelmente pela "claridade" que aponta em sua direção no início da manhã, antes do nascer do sol.

Fig. 264: Andor de São Joaquim

Fig. 265: Andor de Santana

Fonte: Acervo Maria Inez França de Oliveira

As residências das ruas por onde passavam as procissões exibiam às janelas colchas, toalhas, castiçais e jarros com flores (Fig. 266). Até meados do século XX, os jornais locais, em seus programas de festa, ainda solicitavam aos moradores por onde esses cortejos transitassem o favor de observar "[...] o itinerário do costume e, por onde tenha de passar, pede-se ao moradores que tenha as frentes de suas residências em completo asseio e as janelas ornamentadas" (O PHAROL, 1906, N° 1, p. 4). Costume ainda mantido em Paraty, desde do século XVIII, nas festas solenes é revestir o piso das igrejas com folhas de canela, para a missa de encerramento.

Fig. 266: Procissão do Divino Espírito Santo à Rua da Cadeia - atual Marechal Deodoro

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde – IPHAN – Paraty - RJ

Conforme se verifica no estatuto da Irmandade de Santa Rita, uma das obrigações dos irmãos desta Irmandade era acompanhar a imagem de Nossa Senhora dos Remédios durante a transladação para a Matriz. Os irmãos eram revestidos com suas opas e traziam os brandões acesos[262]. Durante a novena, uma imagem pequena de Nossa Senhora dos

[262] Círio em forma de uma grande vela que era conduzida pelos irmãos de uma Irmandade.

Remédios visitava as casas da cidade, e outra, de menor porte ainda, visitava os doentes em peregrinação durante todo o ano - costume que se mantém até hoje na região de Lamego, em Portugal. A imagem era chamada pelos antigos paratyenses de Nossa Senhora dos Remédios Peregrina.

Existem relatos nos jornais do início do século XX da presença da Câmara e Vereança ladeando o andor de Nossa Senhora com as suas varas e pavilhão. Nos séculos XVIII e XIX, a Câmara fazia os moradores observarem os editais e ordenações para veneração com o dia da festa de Nossa Senhora dos Remédios, conforme constatamos no Registro do Edital de seis de setembro de 1775:

> Fazemos saber a todos os moradores desta Villa, que no dia que se contarem sette do corrente mez de Settembro deste prezente anno de setenta e cinco, que vem a ser o seis para o dia de Nossa Senhora dos Remedios seram todas as ruas iluminadas com luminárias cada hum dos moradores em suas casas, dando assim por este meyo e demonstraçons de devido culto com que veneramos tam Soberana Senhora, para que assim [...] os [...]de todos os moradores e no dia que se contem oito dias do mesmo mes [...] todas as suas testadas com todo aseyo varridas e limpas, e alcatifadas com folhas, junco e flores, e as portas e janelas adornadas de modo melhor e mais possível a tempo que passe a Solenne procissam da Rainha dos Anjos: e assim esperamos de todos os sobreditos moradores se desempenhem na parte a cada hum e obrar o que de sy He; E todo aquelle que assim o nam fizer, e obrando o contrario será in remidiavelmente condenado em trinta dias de Cadea e seis mil reis de condenaçam para as despesas do Sennado da Camara dessa mesma Villa (LIVRO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS, IHAP, 1775, DA).

No Compromisso datado de 1728, em seu Capítulo Décimo Terceiro, que trata da festa de Nossa Senhora, os Irmãos são direcionados a emitir correspondência ao Bispo do Rio de Janeiro, para autorização e participação da “Custódia” com o Santíssimo nessa procissão solene:

> Tendo a Irmandade de Nossa Senhora dos Remedios, Padroeira d’esta Parochia, de festejar a mesma Gloriosa Santa no dia 8 de Setembro próximo futuro, com novinario, Missa solene, Procissão a tarde e Te Deum, na recolhida da mesma Procissão, e sendo esta a principal festa da cidade, que se celebra n’esta Parochia, com todo o explendor do culto divino, venho rogar e implorar de V. Ex.^{cia} se digne conceder me a graça de, na referida Procissão, sahir o Santissimo Sacramento em Custódia. A maior veneração e respeito ao Augustissimo Sacramento saberei guardar, como me cumpre, procurando que os fieis igualmente o guardem e lhe rendao as adorações que lhe são devidas. Deus guarde a V. Ex.^{cia}. Cidade de Paraty, 10 de agosto de 1881. Ex.^{mo} e R.^{mo} Snr. Commendador Dom Pedro Maria do Sacramento digno Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro Capellão Mór de Sua Magestade O Imperador (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1881, DA).

Fig. 267: Dança das Fitas – década de 1970

Fig. 268: Dança da Jardineira – década de 1970

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Na década de 1960, outro momento foi inserido dentro desta festividade: a Procissão de São Cristóvão, no dia 06 de setembro, que chegava à igreja Matriz composta de diversos automóveis, coincidindo com o advento deste novo meio de transporte na cidade. Este momento de festejo em Paraty era brilhante e marcado pelo retorno à cidade dos membros das famílias, parentes e amigos que residiam fora. Retornavam para pedir alguma graça, "pagar promessas", amenizando a distância, desfrutando de dias alegres de confraternização, além de reforçar sua fé pela padroeira. O evento, caracterizado com o nome de "Caravana da Saudade"[263], era um acontecimento de vulto na cidade: além de se reunirem por meio do sentimento de pertença, os membros da comunidade paratyense integravam a festa, tocando na banda de música ou na orquestra durante as cerimônias religiosas, bailes nas residências e no clube local (ANEXO 15). Eram recebidos no cais da

[263] Segundo notícia do Jornal "O Paratiense", datado de setembro de 1955, era promovida pela diretoria do Centro Paratiense, e como se verificava todos os anos, seguiu para Parati a 7 e regressou a 9 do corrente, a "Caravana da Saudade", sob a direção dos nossos distintos conterrâneos Srs. Horácio Walfrido e Oscar Rosario. Bastante satisfeitos voltaram os paratienses de mais essa excursão, onde foram em adoração à nossa padroeira N. S. dos Remedios, em visita a parentes e amigos e ainda, matar as saudades da terra querida, da qual o paratiense jamais esquece, esteja ele onde estiver. Abrilhantou, não só a excursão, mas, também, as festividades em louvor a Nossa Senhora dos Remédios, o afinadíssimo conjunto musical, levado pelo Centro e sob a direção dos Almeida Cruz, que nunca medem sacrifícios para a realização dessas excursões à nossa terra. Dessa caravana participavam as filhas do casal Leontino Carlos de Mello e Souza e Bazildes Vieira de Mello, residentes no Rio de Janeiro, uma delas, Benedita Vieira de Mello, casada com Horácio Walfrido, traziam corbélias de flores para o andor da padroeira e estendiam assim a devoção à Nossa Senhora dos Remédios, imagem cultuada em altar doméstico em sobrado à Rua do Comércio Nº 48, esquina com a Rua da Lapa (O PARATIENSE, 1955, Nº 2, p. 2). Horácio Walfrido era filho de Manoel Walfrido da Silva casado com Maria Gama da Silva; ocupou o cargo de Serventuário Vitalício do Primeiro Ofício de Justiça de Paraty, foi Secretário de Samuel Costa em 1917 (O PRÉLIO, 1917, Nº 6, p.3), Vereador em 1922 e seus filhos tiveram como irmãos: Lindonor, nascida em 17 de agosto de 1906 (O PHAROL Nº 1, 1906, p.2) e Claudionor Walfrido (A VERDADE Nº 10, 1929, p.1), foi casado em segunda núpcias com Jovelina da Costa Walfrido com quem teve um filho chamado Ismael (LIVRO DE BATISMO Nº 18, 1923, p.84v). No noticiário do falecimento do Capitão Antonio Joaquim da Silva Miranda (/1851-23/01/1914), agente do Correio em Paraty, casado com Francisca Amélia Peixoto da Silva e falecido com 63 anos, consta a informação de que deixa de seu consórcio os seguintes filhos: Antonio Joaquim da Silva Miranda Junior, José Alberto da Silva e João da Silva Miranda, casados; Anízio da Silva Miranda e senhorita Polucena Miranda, solteiros; e mais um filho "adoptivo" Sr. Manoel Walfrido da Silva (O PHAROL Nº 6, 1914, p.1).

cidade, o vapor e depois a lancha da Carreira, com banda de música e discurso, somados às cestas de flores que traziam para ornamentar a igreja e o andor de Nossa Senhora. Na zona rural a padroeira também era cultuada na Capela do Corumbê, construída no século XX e na Várzea do Corumbê, na residência do Sr. Manoel Avelino do Nascimento, *conhecido como - "Jovelino" -, em cujo altar doméstico ficaram célebres as ladainhas e* comemorações a esta invocação, proporcionando assim a participação dos que não podiam vir à cidade (Figs. 269 e 270).

Fig. 269: Imagem de N. S. dos Remédios
Século XVIII

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 270: Altar doméstico de N. S. dos Remédios

Fonte: Acervo MASDP – André Rosso

Considerada por Monsenhor Pizarro como a terceira da Igreja Matriz, a Irmandade de São Miguel e Almas foi fundada em 07 de julho de 1728[264], conforme compromisso confirmado pelo Sr. Fr. Antonio de Guadalupe (ANEXO 16). Com Provisão datada de 11 de agosto de 1768, possuía 12 sepulturas e não prossuia de Patrimônio. Com altar próprio na Igreja Matriz, esta irmandade comemorava seu orago no dia 29 de setembro e tinha como incumbência sufragar as almas[265] dos irmãos falecidos, acompanhando enterros e

[264] Alipio Mendes, em "O Velho Convento", atribuiu a fundação da Confraria das Almas da Igreja Matriz de Paraty ao Vigário Padre Simão Peres e ao tropeiro João Barbosa - que futuramente seria Frei Fabiano de Cristo (MENDES, 1991, p.43,44 e 45). Encontramos referências ao Padre Simão Peres com atuação em Paraty no ano de 1699, cf. Relação de Padres que atuaram em Paraty.

[265] No Capítulo 2: Que todas as segundas feyras do anno mandarão dizer hua missa rezada no altar do Santo e a ella assistirão quatro Irmãos com todas as tochas acezas, e suas opas verdes, e esta será dita pelo R.do Vigario, e não querendo ele dizella pela esmola de trezentos e vinte reis hua poderão eles ditos oficiais a chamar em tão hum Sacerdote que a diga. No Capitulo 3: Todas as vezes que falecer algú Irmão ou Irmaã serão obrigados os oficiais que servirem a mandarem dizer dez Missas pela sua alma e se for possível o dizerem se todas no dia do seu falecimento, aliaz no dia seguinte, e acompanharão seu corpo à sepultura todos os Irmãos que se acharem presentes com suas opas tendo as que cheguem a todos com suas velas para o que será obrigada a ditta Irmandade a sua custa a ter sempre promptas doze opas para com ellas suprir aquelles Irmãos pobres que na ocasião prez.te se acharem para assim poderem acompanhar (COMPROMISSO, 1728, DA).

realizando ofícios aos mortos. Sua festa compunha-se de tríduo, celebração de missa incensada acompanhada de cânticos em louvor a São Miguel e leilão após a procissão, que saía às ruas da cidade conduzindo a imagem com os seus atributos principais - a balança, símbolo do julgamento e da aceitação precedente da Justiça Divina, destinada à pesagem das almas boas e más; e o estandarte que o santo traz na mão direita, com a inscrição latina: *Qui/ut/Deo,* ou - "quem como Deus".

Figs. 271, 272 e 273: Capa do Compromisso da Irmandade de São Miguel – séc. XVIII

Fonte: Arquivo da Cúria - RJ

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde – IPHAN – Paraty - RJ

Esta Irmandade trajava opa na cor verde; era composta de homens e mulheres e possuía a vara de provedor encimada pela efígie do santo, em prata. Sempre realizava ofícios no oratório público, denominado Cruz das Almas - localizado na Rua Presidente Pedreira, antiga rua de acesso à entrada da cidade e saída para a serra, em direção ao Largo do Rocio, ou campo de execução. Segundo informações de antigos moradores, este oratório possuía ao centro tampa em metal com fenda, destinada à coleta de esmolas para as almas e era local das últimas orações pelos condenados, conforme mencionamos anteriormente. Em seu ano compromissal integrava um Juiz, Juíza, Ajudante de Juiz, Ajudante de Juiza, Thesoureiro, Escrivão, Procurador, Irmãos de Mesa e Irmãs de Mesa, além do Provedor[266]. Em 1906 a imagem foi encarnada, conforme registro no Jornal O Pharol nº 03, serviço contratado a João de Freitas Magalhães

[266] Consta no **Termo de eleição**: Aos vinte e dois dias do mez de Setembro de mil novecentos e onze, reunidos no Consistório da Egreja Matriz d'esta cidade de Paraty, o Snr. **Provedor** Thesoureiro e mais irmãos Mezarios da Irmandade do Glorioso São Miguel e Almas foi aberta a sessão afim de proceder-se a eleição dos novos Juizes, Mezarios, e mais funcionários para servirem no anno Compromissal de 1911 a 1912. Sendo eleitos os seguintes: **Juiz** – o Sr. Coronel Francisco Manoel de Alvarenga Souza; **Juiza**- A Ex.ma Snrª Dª Maria Jesuina de Mello e Souza; **Ajuda Juiz**: O Snr. Almerindo Mello; **Ajuda Juiza**: A Ex.ma Srª Dª Antonia Serpa

> O Snr. José Fernandes Passos, Thesoureiro da Irmandade de S. Miguel e Almas, da Freguezia de N. S. dos Remedios, mandou reformar a encarnação d'aquella imagem, orago da mesma Irmandade, trabalho esse executado pelo artista João de Freitas Magalhães. No dia 6 do corrente, o Revmo. Frei Serapião de Lange procedeu a respectiva benção, celebrando a missa no altar do Santo, ricamente adornado de flores. O acto sagrado teve bastante concurrencia de fieis devotos, sendo abrilhantado pela banda de musica 25 de Dezembro, que executou lindas peças de seu repertorio (O PHAROL, 1906, Nº 3, p. 2).

Fig. 274: Transladação da imagem de São Miguel para a Igreja Matriz

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 275: São Miguel e Almas

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Pinto; **Thesoureiro**- O Snr. José Fernandes Passos (reeleito); **Escrivão** - O Snr. Aurelino de Oliveira Gilly (reeleito); **Procuradores**- Os Snr.s Benedicto Jordão dos Santos e Benedicto Moreira de Carvalho; **Irmãos de Meza** – Snr.s José Victal da Costa Braga, Antonio Francisco Martins, Pedro Judice, Serafim Sergio, Juvencio Malvão de Oliveira, Arthur Epiphanio de Oliveira; **Irmãs de Meza** – Dª Emilia Passos do Amaral, Dª Emygdia da Matta de Castro Barreto, Dª Maria Zeferina do Rozário, D. Maria das Dores Pinto Vieira, D. Luiza Madruga, D. Augusta Torres Padua. E não havendo mais nada a tratar-se lavrou-se o presente termo o qual assignãram commigo escrivão que escrevi e assigno. O Escrivão Aurelino de Oliveira Gilly.- Provedor. Antonio Joaquim de Oliveira.- Candido José Avelino Coelho.- José Augusto Borges do Rosário; Manoel Soares de Oliveira; Manoel José Ribeiro. (LIVRO DE TERMOS DAS ELEIÇÕES E POSSES, 1908, p.1).

A Irmandade de São Roque foi fundada antes do ano de 1721, sendo o seu Compromisso aprovado em 06 de novembro de 1722[267] pelo Revmo. Governador do Bispado Dr. Warnek, por Portaria de 04 de setembro de 1752, mandada passar pelo Bispo D. Fr. Antonio do Desterro, em provisão de 10 de agosto de 1768 (ANEXO 17) Esta Irmandade possuía altar próprio na igreja matriz, e sendo São Roque o primeiro padroeiro da cidade e protetor dos doentes com feridas incuráveis, era comemorado no dia 16 de agosto com missa incensada, algumas vezes precedida de um tríduo. À tarde era realizada a procissão com a imagem conduzida em rica charola de madeira entalhada; esta, além de seus atributos, levava na mão uma quantidade de fitas, conhecidas como medida de "São Roque", que eram distribuídas aos fiéis após o *TE DEUM LAUDAMUS* no interior da Igreja. Esta procissão era precedida pela cruz em prata e pelo estandarte do santo. Os irmãos, homens e mulheres, trajavam opa azul ultramar e possuíam a vara em prata da provedoria. Em 1913 a festa consistiu em uma missa incensada no altar do santo, uma vez que o saldo existente na Irmandade foi destinado para a "[...] reconstrução do andor que se acha completamente estragado, encarnação da sagrada imagem, organisação da banqueta e pintura que muito precisa o dito altar" (O PHAROL, 1913, Nº 32, p. 4).

Em 1908, o cronista do Jornal O Pharol faz a descrição das cerimônias do dia de São Roque em Paraty, detalhando todos os momentos, inclusive as "fitas" intituladas pelos portugueses e de longa data como "medidas de São Roque[268]" feitas a partir da imagem seiscentista do primeiro padroeiro, circulando pelas ruas da cidade e por entre gerações de moradores da zona urbana e rural

> De São Roque foi cantada, uma missa em seu louvor, de uma orchestra acompanhada e afinada com primor; dessa musica excelente, e que muita gente gosta, lá no coro foi regente o sympathico João Costa. Houve á tarde procissão, entre flôres, luzes, fitas, os anjos foram na mão das mimosas senhoritas. La o préstito passando, pelas ruas, com encanto, a "Lyra" marchas tocando, parando de canto em canto. As senhoritas trajavam brancas vestes, cinto azul, da fita os laços beijavam as auras brandas do sul. Pisando leve subtil, uma virgem caminhava; e assim meiga e gentil, o estandarte carregava. Da festa religiosa, a ladainha fez ponto; que foi bem harmoniosa, com prazer aqui vos conto. Em seguida foi o povo, para o baixo da Intendencia, que repleto como um ovo, limpo estava e com decência: depois seguio-se o leilão de varias prendas mimosas... um grandíssimo pão e um lindo bouquet de rosas: pão de Lot doces, brinquedo; crochetts, botão, gravata; uma caixa de segredo, com alguns ovos de pata. Gaiolas e passarinhos, uma caneca de folha, cinco garrafas com vinhos, de cheiro um vidro sem relha. De papel vistosa bola,

[267] O compromisso da Irmandade foi reformado em 17 de junho de 1939 e registrado em 09 de Janeiro de 1940 às folhas 85 a 90 do Livro de Notas numero 110 do extinto Cartório do 1º Oficio desta Comarca. Integravam a Mesa Administrativa o Provedor Cleantho Maranhão, Manoel de Jesus Torres, Felix Leonel de Souza Filho, Benedicto Feliciano Corrêa, Alberto Maranhão, Antonio Ferreira França, Vicente Vilella Bastos, Jesuino de Castro Rubem, José Augusto Borges do Rosário, José Conti, Gabriel Gomes Calixto e Aurelino Gilly (COMPROMISSO, 1939, p.3).

[268] Essas medidas de fita azul estreita eram atadas no pescoço, braço, pernas, contra doenças incuráveis, pestes, vírus entre outros.

> boneca gorducha e pampa, e um palhaço de cartola, da caixinha erguendo a tampa. Que o leilão foi animado, minha penna não se ilude, numa estante estava ao lado a Lyra da Juventude. Sempre lesto e mui brejeiro fazendo seu pé de alferes, das prendas foi leiloeiro, o suplente Pedro Peres (O PHAROL, 1908, Nº 1, p. 4).

Na reforma do Compromisso da Irmandade ocorrida em 1939, chama atenção o cabeçalho de abertura "[...] instalada na Matriz de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty em 10 de Março de 1715 – auctorizado pelo Exmo. Revmo. D. José André Coimbra, Bispo da Diocese de Barra do Pirahy, em virtude do antiquado do compromisso primitivo, já inadaptado á actualidade (COMPROMISSO, 1939, p.1) A informação aponta para a instalação, na Vila de Paraty, de uma das mais antigas Irmandades, devido à datação apresentada, como ocorreu com a vila de Santo Antonio de Guaratinguetá - SP e a Irmandade de Santo Antonio, fundada em 1701, como veremos adiante.

Chama atenção a existência junto ao acervo dessa Irmandade de emblema em prata, datado do século XVII, que era usado na bolsa de esmolas. Trata-se de peça em prata moldada, fixada em uma oval também em prata, sendo portanto um dos primeiros objetos, junto com a imagem primitiva e a cruz de banqueta em marfim, também do século XVII, do acervo que faz referência à instalação do primeiro núcleo de povoamento, como já mencionamos acima (Fig. 276).

Fig. 276: Medalha da Bolsa - Século XVII

Fig. 277: São Roque - Séc. XVIII

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Observa-se que no início do século XX e após a gestão do Padre José Saurer em Paraty, novos impulsos foram dados às irmandades na realização das festas e administração dos bens que a elas competiam. O quadro abaixo ilustra bem o acréscimo de irmãos e irmãs de mesa, inclusive com a presença dos Juizes, suplentes e procuradores.

QUADRO Nº 04 - RELAÇÃO DOS FESTEIROS DA IRMANDADE DE SÃO ROQUE

Relação dos festeiros e membros da Mesa Administrativa da Irmandade de S. Roque que hão de servir no anno compromissal de 1911 a 1912:
Juiz Tenente Luiz Campos
Juiza D. Florisbela da Silva Cruz
Supplementares: Eduardo Pinto Vieira. D. Dalila Mathias de Souza
Provedor José Perfeito Pimenta
Escrivão Francisco Moreira Lopes de Alvarenga
Thesoureiro Gabriel Gomes Calixto
Mesários: Francisco de Almeida Cruz, Francisco José Bernardo de Almeida Cruz, Antonio Joaquim da Silva Miranda, Luiz Pereira de Jesus, Pedro Manoel de Angrade, João Facundo Netto, João Acacio de Andrade, João de Souza Mattos, Antonio Luiz de Moraes Braz, Miguel Pereira Lima, Joaquim Mariano de Almeida Cruz, João Luiz do Rosário.
Irmãs de Mesa: D. Maria Feliciana da Costa Lima, Maria Rita dos Santos Calixto, Aurelina Passos do Amaral Cruz, Arlinda do Amaral Braga, Maria Rita do Carmo, Maria Zeferina Dias do Rosario, Mariana F. de Almeida Siqueira, Marietta Ayres de Magalhães Reis, Francisca dos Reis, Rachel Judice, Benedicta Tavares de Almeida, Paulina da Silva Costa
Procuradores: Pedro Jordão dos Santos, Joaquim Dias de Oliveira, Benedicto Amaral.

Fonte: O PHAROL, 1911, Nº 48, p.1.

Consta no Livro de Atas do ano de 1936 uma relação de bens do patrimônio da Irmandade[269], entre os quais está o emblema da bolsa em prata, datado do século XVII. Esses bens até os dias atuais integram o acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Paraty, peças dignas de nota, esclarecendo a trajetória do acervo adquirido durante séculos - desde a construção da primitiva capela no Morro da Vila Velha e sua posterior instalação na nave da igreja Matriz, na planície, após a mudança do padroeiro. Ainda estão presentes no acervo desta igreja as duas cruzes de banqueta com os cristos em marfim, datados dos séculos XVII e XIX, e as respectivas banquetas - assim descritos no Livro de Atas:

> produto da troca de 1 cruz de madeira, 6 castiçais de madeira e 2 banquetas do altar de São Roque [...] doação de um terreno ao patrimônio de São Roque e uma obrigação dos proprietários da Fazenda de São Roque para contribuições anuais destinadas ao culto do Santo Patrono da Irmandade (LIVRO DE ATAS, 1936, p. 2v).

[269] São eles: 3 apolices federaes de números 302988, 302989 e 302990, 1 Terreno na rua Jacome de Mello, 1 altar de S. Roque na Matriz, com imagens de S. Roque com Vara, cabaça e resplendor de prata, imagem de S. Sebastião com comenda da Cruz, banqueta com 3 castiçaes, Cruz dourada, 3 sacras e 3 toalhas, 1 andor, 1 caixa para esmolas, bolsa com emblema de prata de S. Roque, 2 castiçaes altos de madeira e 10 castiçaes de mão, 6 opas, inclusive a do provedor oferecida pelo mesário Gabriel Gomes Calixto. (LIVRO DE ATAS, 1936, p. 2). Este mesário era proprietário de um armazém “Seccos e Molhados” e consta da relação dos contribuintes dos impostos de “Alvarás de licença” e “Consumo de Aguardente” para o exercício de 1908 (IHAP, DA).

Fig. 278: Banqueta do retábulo de São Roque da Igreja Matriz – Séc. XIX

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 279: Crucifixo de Banqueta da Capela Primitiva de São Roque – Séc. XVII

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 280: Crucifixo de Banqueta do retábulo de São Roque – Séc. XIX

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Em 02 de outubro de 1904, a Mesa Administrativa da Irmandade de N. S. dos Remédios, reunida em Consistório, estando presente o Thezoureiro Silvino Antonio do Carmo, firmou Termo de Deliberação no qual consta o encaminhamento de ofício às duas Irmandades de São Roque e São Miguel, ali instaladas no interior da Igreja Matriz, para pagamento - curiosamente - de uma “penção” a ser empregada nas obras:

> [...] Arbitrar uma quota para pagar uma penção a esta Irmandade de N. S. dos Remédios de que vai ser carretada na obra que vai ter na Matriz na conservação do templo para estas duas Irmandades do Glorioso São Roque e S. Miguel e Almas que se achão nos seos altares na referida Matriz (LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÕES, 1887 a 1917, p. 41v).

A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos foi fundada pelo Sr. Bispo D. Fr. Antônio de Guadalupe, antes do ano de 1721. O seu Compromisso foi aprovado em 22 de novembro de 1726, e foi confirmada em Provisão de 11 de agosto de 1768 (ANEXO 18). Esta Irmandade e a de Nossa Senhora das Dores eram as responsáveis pela Semana

Santa de Paraty. No final do século XIX entrou em decadência e a Irmandade do Santíssimo Sacramento assumiu essa responsabilidade, conforme se verifica nesta notícia de 01 de maio 1892: “[...] A mesa Administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, comemorou este anno com toda a pompa e magnificência os actos solenes da Semana Santa” (PARATYENSE, 1892, nº 53, p. 2). A decadência da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, no final do século XIX, também fica evidenciada na notícia seguinte: “[...]Irmandade de Passos consta-nos que por estes dias, vae se reunir essa Irmandade afim de reorganiza-la convinientemente” (PARATYENSE, 01/05/1892, nº 53, p. 2).

Trajava esta Irmandade balandrau em tafetá na cor púrpura, forrado internamente de palha de seda na cor roxa, espécie de opa com murça e capuz atada por cordão de seda com borla que cobria a cabeça dos irmãos, quando conduziam o esquife e o pálio do Senhor Morto nas procissões do Enterro na Sexta-Feira Santa. No lado esquerdo estava bordado o símbolo da Irmandade em fios metálicos, seda e aljôfares, simbolizando uma coroa de espinhos, tendo ao centro os três cravos encimados pela cruz. Embora esta Irmandade integrasse homens e mulheres conforme atesta o livro de irmãos datado de 1800 a 1831, a Procissão de Passos, quando saía da igreja da Matriz, só era acompanhada por homens.

Das cerimônias sob a responsabilidade da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos tem-se destaque para a “Sexta-feira de Passos”, última Sexta-feira da quaresma, antes do Domingo de Ramos, quando saía às ruas de Paraty a Procissão do Encontro ou de Passos, percorrendo os seis Passos da Paixão existentes no perímetro urbano, no itinerário de costume das procissões - e encerrando no interior da Igreja Matriz, onde era exposto o Senhor Crucificado no Calvário, correspondente ao último Passo da Paixão. Após o sermão, as cortinas eram descerradas e só ocorria o Descendimento da Cruz na Sexta-Feira Santa, para a Procissão do Senhor Morto ou Enterro.

Figs. 281, 282 e 283: Imagens de N.S. dos Passos (vestir) e detalhe da face

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Fonte: Flávio Santos de Paula

A documentação da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Paraty, datada do início do século XIX, aponta para a realização, com o rigor e respeito devidos, das Via Sacras nas sextas feiras da Quaresma, Setenário das Dores e também a "Procissão do Depósito[270]", (ANEXO 19), que já não é mais realizada e de cuja existência poucos sabem. Esta era assim descrita na petição datada de 11 de fevereiro de 1825:

> Fazemos saber, que, atendendo "Nos ao que por sua petição Nos enviou a Dizer a Irmandade do Bom Jesus dos Passos desta Villa, e desejando Nos condescender com os seos justos, e pios motivos; Havemos por bem conceder licença, como pela prez.^{e} N Prov.^{am} concedemos para que o seo R.^{mo} Parocho possa permitir, que ali se fação, depois do sol posto, todas as funções que estão a cargo da d.^{ta} Irmandade como são as Vias sacras nas 6.^{as} feiras da Quaresma, a Procissão do Deposito, e o Septenário das Dores, não só porque Nos constou por informaçoens do m.^{mo} Rev.^{mo} Parocho, como por Prezenciarmos algumas vezes que ali se fazião estes e outros actos de Religião com toda rigorosidade e respeito devido, e sem os abusos que se costumão praticar em outras partes, e que nos tem obrigado a prohibir para q mais se não pratiquem. E esta Nova Graça especial será o seo rigor enquanto não mandarmos o contrario, ou em quanto Nos não constar que dela se abuze, sobre o que Recommendamos mui particular.^{te} ao Rev.^{mo} Parocho afim de vigiar como 1º Zelador do Culto Divino...Fregg^{a} Dada, e passada na Previdencia Episcopal da Villa de Paraty aos 11 de Fevereiro de 1825 (IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS, AR 197, DA).

O seu novo Compromisso, requerido em 5 de fevereiro de 1893, juntamente com os livros para escrituração, conforme já mencionamos acima, no momento em que estava sendo reorganizada, menciona também a observância à Procissão de Passos, do Enterro com Sermão da Paixão e exposição do Senhor Morto. A irmandade de Passos promovia ainda a festividade anual de N. S. das Dores, cuja devoção e capela administrava, antes da aprovação do Compromisso desta última.

Através da documentação consultada fica evidente que a Procissão do Depósito era realizada na sexta feira que antecede o 4º Domingo da Quaresma, como ainda ocorre em algumas cidades de Minas Gerais e do Nordeste, uns dias antes da Sexta Feira de Passos, última da Quaresma, quando saía a Procissão de Passos ou do Encontro. Possivelmente esse Depósito era feito na Igreja de N. S. do Rosário, pela rua do mesmo nome; e após alguns dias ou semanas, dali saía para fazer o percurso nos Passos na sexta feira seguinte. Constam do inventário da Irmandade, datado de 20 de fevereiro de 1823 (ANEXO 20), objetos, alfaias e damascos que eram utiizados na charola[271] e cujos

---

[270] Depósitos: Seguindo uma longa tradição local, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos realiza na sexta-feira da quaresma, dia que antecede o IVº Domingo da Quaresma, os chamados "Depósitos" onde as imagens ficam depositadas para a veneração dos fiéis até o dia da procissão solene (PÍEDOSAS E SOLENES DEVOÇÕES DA NOSSA TERRA, 1892, p. 53).

[271] Espécie de andor ou trono portátil, com varais, geralmente constituído de madeira, podendo ser decorado com talha ou não, onde se levam as imagens dos santos ou relíquias em procissão. Existem exemplares de charolas com revestimento em prata repuxada como a de N. S. das Dores da Ordem Terceira do Carmo no Rio de Janeiro e do Sr. dos Passos da igreja de N. S. da Ajuda em Salvador – BA.

locais ainda são visíveis para a montagem do baldaquino em que a imagem era encerrada para o "Depósito" e depois retirada de seus locais de encaixe: "[...] 1 Dossel de Damasco roxo com galão, renda de ouro fino para armações [...] 4 Sarrafos e 4 Maçanetas doiradas [...] 8 Sanefas bordadas, com galão de oiro e renda do mesmo" (INVENTÁRIO DE N.S. DOS PASSOS, 1823- 1893, p. 5v).

D. Pedro Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, em visita a Paraty, nos deixa importantes relatos durante o período em que esteve na cidade, abrangendo as cerimônias da Semana Santa. Após visitar a Igreja das Dores no Domingo de Ramos, 21 de março de 1875, celebrou a Missa às 10 horas na Matriz e considerou estranha a solenidade pouco frequentada - "[...] e sendo aqui tão extraordinária a presença de um Bispo, e estando na Cidade numeroso concurso de gente, [que] a Igreja estivesse com muito pouca gente. Mas que quer? O povo assenta que não tendo vestido preto não deve mostrar-se de dia na igreja" (LACERDA apud, LEMOS, 1987, p. 342).

O visitador nos vem confirmar a realização da Procissão do Depósito em Paraty, quando se dirigiu para a igreja de N. S. do Rosário no Domingo de Ramos à tarde e acompanhou a imagem do Senhor dos Passos para o "Encontro" com a imagem de N. S. das Dores, assim descrita:

> À tarde desse dia, foi à Igreja do Rosário, acompanhado de vários sacerdotes, com velas acesas, ao acompanharem a procissão que daí saiu com o andor do Senhor dos Passos, vindo-lhes ao encontro, da Igreja das Dores, o andor com a imagem de N. Sra. das Dores. As senhoras estavam vestidas de preto. O encontro deu-se no largo de Santa Rita. Durante a procissão, apesar do grande concurso de povo, reinava completo silêncio. A procissão chegou finalmente à Matriz, que logo ficou "cheia de povo". Lacerda subiu novamente ao púlpito e pregou aí o sermão do Calvário (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 342).

Tudo nos indica que a imagem de Nosso Senhor dos Passos havia sido depositada na Igreja do Rosário na Sexta Feira antes do início do Setenário; e ali seguia abrigada para a "Procissão dos Passos[272]" ou do "Encontro". Conforme se verifica, essa procissão, no século XIX, era realizada no Domingo de Ramos à tarde, como ainda é em Ouro Preto, MG e São Luiz do Paraitinga, SP.

Os irmãos de Passos, inspirados no modelo da religião católica dos portugueses, nos deixaram importantes informações sobre seus cultos em momento ainda incipiente da Vila, sobre os quais nos fazem pensar os objetos constantes do seu inventário, indicativos

---

[272] Seu itinerário para percorrer os "Passos da Paixão" seguia a Rua do Rosário, entrava à esquerda na Rua da Matriz, à esquerda para a Rua da Cadeia e Rua do Comércio até a Rua Aurora, Travessa de Santa Rita, Rua de Santa Rita e Rua do Mercado para chegar à Igreja Matriz. Consta do Iventário da Irmandade de N.S. dos Passos, datado de 1823, "6 Passos nas ruas da Cadeia, Commercio, S. Ritta, e Mercado e 4 frontaes de madeira dos mesmos" (INVENTÁRIO DE N.S. DOS PASSOS, 1823 a 1893, p. 7v).

das possíveis práticas e rituais por eles proporcionados. Já no seu início constam duas imagens de Nosso Senhor dos Passos - "[...] 1 Imagem do Senhor dos Passos do Andor [...] 1 Dita de roca, q.^{e} serve no Altar (INVENTÁRIO DE N.S. DOS PASSOS, 1823 a 1893, p. 2v). As informações atestam que a primitiva imagem de roca, quando aqui chegou, peça datável do início do século XVIII, cumpria, além de imagem retabular, a função processional de "Senhor dos Passos", "Senhor da Prisão" e "Senhor Morto". Quando analisamos seus encaixes para essa montagem ficam claras as transformações e/ou adaptações para cerimônias de imagem, com possíveis representações diferentes - como ocorre com a imagem do Senhor dos Passos da Matriz de N. S. do Pilar em Ouro Preto, MG.

A visita de D. Pedro Lacerda à Paraty, iniciada em 02 de março, encerrou-se em 06 de abril, com desembarque em Paraty-Mirim, acompanhado do Frei Ângelo e Pedro Teles. D. Pedro termina seu caderno de anotações dizendo: "[...] Eis o que há a respeito de Paraty onde chegamos no dia 2 de março e do qual nos retiramos a 6 de abril. Seja por tudo Deus louvado" (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 344).

Fig. 284: N. S. dos Passos adaptado para Senhor da Prisão

Fonte: Flávio Santos de Paula

O Senhor dos Passos de roca apresenta articulações em toda a sua estrutura e membros, inclusive na cabeça, com modelos em macho/fêmea, em esfera maciça e bipartida que possibilita a representação também na horizontal, como um ser morto. O sistema é bem caracterizado por sua articulação no pescoço em coluna, podendo a imagem ser coberta com tecido, em um esquife, levando a crer que esta era a primitiva imagem usada na Semana Santa de Paraty, cumprindo pelo menos três funções[273]. Com a aquisição de novas imagens de vestir, inclusive de um outro Senhor dos Passos, na

[273] Representações da imagem de Nosso Senhor dos Passos, Senhor na Prisão e Senhor Morto.

segunda metade do século XVIII, a imagem de roca do Senhor dos Passos foi fixada somente para a Procissão da Prisão ou Fogaréu, ficando conhecida como Nosso Senhor da Cana Verde[274] até os dias atuais.

Figs. 285 e 286: N. S. dos Passos adaptado para Senhor Morto e detalhes das articulações

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Consta também do inventário a menção às imagens do Senhor *Ecce Homo* (Jesus diante de Pilatos) [275], de Nossa Senhora da Soledade e de um Senhor do Calvário que também era usado no Descendimento da Cruz - e possivelmente na Procissão do Enterro, até a aquisição da imagem do Senhor Morto, de menor tamanho e mais leve, para as procissões.

Fig. 287: Senhor do Calvário

Fig. 288: Senhor Morto

Fonte: Acervo PASCOM

Devemos destacar que as imagens de Nosso Senhor dos Passos e N. S. da Soledade são da mesma autoria e procedência, tendo como característica, além da

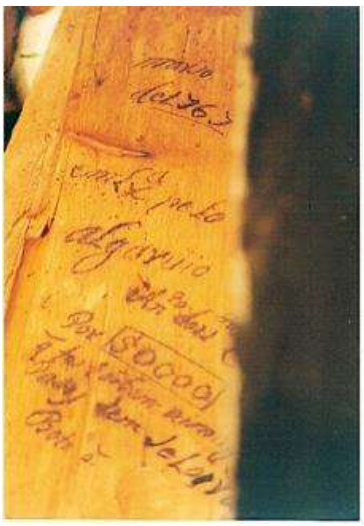
[274] A Cana do reino (*Arundo donax*), planta nativa do Sul da Ásia e da bacia do Mediterrâneo, segundo a tradição, foi utilizada pelos algozes de Jesus Cristo durante sua Paixão, sendo colocadas em suas mãos à guisa de cetro e durante os açoites.

[275] Possuiu também uma coluna registrada no inventário como “Colluna do Snrº Ecce homo” e uma “Capa de Cambraia encarnada”, “o nicho em que estão o Senhor Ecce Homo e a Sn.ra da Soledade. Esse nicho, com a construção da igreja de N.S. das Dores, passou à imagem de N.S. dos Remédios. Atualmente a imagem está na igreja de N. S. das Dores e foi entronizada como Senhor Bom Jesus, conforme já mencionado acima (INVENTÁRIO DE N.S. DOS PASSOS, 1823 a 1893, p 3).

construção de corpo inteiro e traços anatômicos bem definidos, terem sido concebidas para receber vestes em tecidos. Durante uma intervenção estrutural na imagem de Nossa Senhora da Soledade, encontramos em seu interior a inscrição “marso /del 767/ em L[l]x[bo]a pelo / algaruio / Ant[oni]o dos s[na]tos Crus / Por 50000 / q[eu] fez taão bem a image dos / Pasos sem seLoiras nem / Bota as./”[276]

Figs. 289, 290 e 291: Inscrição no interior da imagem de N.S. da Soledade

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ



Fonte: Museu de Arte Sacra de Paraty - RJ

Em consulta à Profª Drª. Maria Izabel Roque, especialista da Universidade Católica Portuguesa, esta nos ajudou com muita presteza nas informações[277] sobre a possível autoria, origem e procedência dessas obras de culto ainda usadas nas cerimônias religiosas da Semana Santa em Paraty

> Na Colleção de memorias..., de Cyrillo Volkmar Machado, autor do século XVIII, há notícias de um “António dos Santos da Cruz, Escultor natural de Faro” (p.172) e, mais à frente , “António dos Santos da Cruz, natural de Faro, e foi discípulo de Manoel Vieira, fez a Senhora do Rosario, e o S. Roxas na Trindade: morreo em 1805, de 60 e tantos annos” (p.208). Segundo a mesma obra, fazia parte de um grupo de escultores ativos na

[276] A palavra seloiras era possivelmente para designar o perizônio, do latim *perizonium* - faixa branca que envolve a cintura ou a região do perônio, osso da perna, situado na parte externa ao lado da tíbia dai o nome perizônio. Esta faixa aparece nas imagens ou representações de Jesus Cristo, no momento da Paixão, como Jesus atado à coluna, Jesus na Pedra Fria, No Calvário e mesmo nas imagens de vestir, como o Senhor dos Passos, pode ser atado por cordas ou nó do próprio tecido. O mesmo que cendal ou pano da pureza.

[277] Cf. Lameira, F. (1999). A talha no Algarve durante o Antigo Regime (Dissertação de Doutoramento em História da Arte Moderna apresentada à Unidade de Ciências Exactas e Humanas da Universidade do Algarve). Lopes, João Baptista da Silva (1841). Corografia, ou, Memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve. Lisboa: Na Typografia da Mesma Academia. Machado, Cyrillo Volkmar (1922). Colleção de memórias relativas ás vidas dos pintores, e escultores, architetos e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidas e ordenadas...Coimbra: Imprensa da Universidade. S. José, Fr. Jeronymo (1789). Historia chronologica da esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal [...], Tomo I. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

> calçada de Santo André, em Lisboa, no século XVIII. “S. Roxas na Trindade” – refere-se à imagem de Beato Simão de Roxas [Simonis de Roxas], existente na igreja do Convento de Nossa Senhora do Livramento de Lisboa, também conhecido como Convento da Santíssima Trindade, e referida na obra de Fr. Jeronymo de S. José (p.311), mas que terá desaparecido (o próprio convento já não existe) Na Corografia, ou, Memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve, de João Baptista da Silva Lopes, a referência, sumária, é feita a partir de Volkmar Machado, acrescentando “escultor de bom nome” (p.412). No mesmo sentido, Francisco Lameira refere que “artistas locais [Algarve] saíram da região atraídos pela aventura ou por melhores condições de trabalho. Como exemplos referem-se [...] e António dos Santos da Cruz, e o pintor Pedro Alexandrino, estes últimos em Lisboa” (p.206). Não acrescenta mais do que isso e deve ter-se baseado também em Volkmar Machado. Atendendo ao arco cronológico, parece tratar-se do mesmo escultor (ROQUE, UCP, 2019).

Pelas informações acima e o contato com o mundo português, através dos séculos, as possíveis encomendas de outras imagens de origem portuguesa ainda existentes junto ao acervo da Paróquia, de pequeno, médio e grande porte, os relatos, informações e exame dos dados deixados vêm confirmar a datação da obra como sendo da segunda metade do século XVIII, de origem Lisboeta; e face às suas características formais, estilísticas e técnicas, muito semelhantes, podem ser atribuídas ao escultor António dos Santos da Cruz.

Existem informações que denotam a persistência, ainda na primeira metade do século XX, de uma grande preocupação em persuadir e atrair emocionalmente, como era típico da cultura do século XVIII:

> Os andores em que foram collocadas as sagradas imagens, assim como o Calvário, o esquife e o sepulchro onde foram expostas as imagens do Senhor Crucificado e Senhor Morto, foram confeccionados e ornamentados caprichosamente athraindo a atenção de todos os presentes (A RAZÃO, 1918. Nº 33, p. 3).

No Sábado de Aleluia, também chamado de Sábado Santo, era realizada a bênção do fogo novo, da pia batismal e do círio pascal[278]. Havia também as Profecias e Missa Solene - que ostentava um caráter de extremo júbilo, em contraste com a mágoa interna da Sexta-Feira Santa, como podemos observar no seguinte noticiário:

> Tiveram logar no Sabbado d’Alleluia as seguintes cerimônias: a benção d’agua, do novo fogo, do círio pascal, officio d’Alleluia, ladainha de todos os Santos e em seguida a missa cantada, descobrindo-se o majestoso e bem ornado throno do altar mor e todas as imagens por ocasião do Gloria in Excelsis Deo, soando ao mesmo tempo, as campas e sinos de todos os templos d’esta cidade (O PHAROL, 1907, Nº 33, p.1).

[278] Círio em forma de grande vela, benta na quinta-feira santa e mantida acesa no tempo pascal e nos batizados. Símbolo de Jesus Cristo ressuscitado, tem como adornos uma cruz com cinco cravos de cera, contendo cinco grãos de incenso e as letras alfa e ômega, indicando que Cristo é o princípio e o fim.

A Festa da Semana Santa, realizada 40 dias depois do carnaval, ficava sob a responsabilidade de três importantes irmandades: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Nosso Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores. Das cerimônias sob a responsabilidade da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos destaca-se a “Sexta-feira de Passos”, última Sexta-feira da Quaresma, antes do Domingo de Ramos.

A Procissão do Encontro, ou de Passos, saía às ruas de Paraty, percorrendo os seis Passos da Paixão existentes no perímetro urbano, no itinerário de costume das procissões e encerrando no interior da Igreja Matriz, onde era exposto o Senhor Crucificado no Calvário, correspondente ao último Passo da Paixão. Após o sermão, as cortinas eram fechadas e só ocorria o Descendimento da Cruz na Sexta-Feira Santa para a Procissão do Senhor Morto ou Enterro (Figs. 292 e 293).

Fig. 292: Procissão de Passos

Fonte: Acervo Décio Ramiro de Alcântara

Fig. 293: Passo da Flagelação

Fonte: Acervo PASCOM

Em programa da Festa da Semana Santa, publicado no jornal A Razão de 1918, quando já não existia mais a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, podemos verificar que era a Irmandade do Santíssimo Sacramento a responsável pelas cerimônias da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo na Igreja Matriz. O programa chama a atenção para a Sexta-Feira de Passos:

> Procissão do Encontro, sahindo a sagrada imagem do Senhor do Passos, as 16 ½ do dia, da Egreja Matriz e a Santíssima Virgem, da Capela de N.S. das Dores, tendo logar o Encontro na Praça Maurício de Abreu, esquina da rua D. Geralda sendo pregado nessa ocasião sermão allusivo ao acto, em tribuna armada para esse fim. Em seguida a procissão percorrendo a dita rua Dona Geralda, Praça 15 de Novembro, entrará na Igreja Matriz sendo, nessa ocasião, exposto o Senhor Crucificado no Calvário, havendo sermão ao entrar da procissão. A Igreja Matriz assim como os demais passos bem ornamentados, serão franqueado aos fiéis que queiram visitá-los, depois da procissão (A RAZÃO,1918, Nº 27, p. 3).

À frente dessa procissão, além da cruz processional ladeada pelos acólitos, seguia um irmão ostentando um enorme estandarte ou pendão em tecido roxo, tendo ao centro,

bordadas a ouro, as iniciais S.P.Q.R. (*Senatus Populusque Romanus*), que significa o senado e o povo romano, para manifestar que aquela sentença havia sido imposta pelo senado e pelo povo romano. Na Procissão do Enterro, o estandarte costumava ser carregado na posição horizontal em sinal de luto. Em algumas cidades do interior do país, esta peça é também chamada de guião. Encerrava o cortejo o pálio com a Cruz Relicário, que era depositada no interior dos Passos antes das orações.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento também era responsável por alguns atos da Semana Santa, como o Ofício de Trevas[279], na Quarta-Feira Santa. A transladação e guarda do Santíssimo Sacramento era realizada na Quinta-Feira Santa no interior da igreja, durante toda a noite até o dia seguinte. Ficava no retábulo construído para esta finalidade, algumas vezes no altar-mor; outras, no altar de Nosso Senhor da Cana Verde, no Consistório da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, que se situava no pavimento superior à sacristia da igreja Matriz. Neste dia, a imagem do Senhor da Cana Verde não se encontrava no local por estar participando da Procissão do Fogaréu. Este tipo de organização, que muitos membros da comunidade chegaram a conhecer até meados do século XX, é reminiscência da trajetória que o templo sofreu. Abrigava, inclusive, outras devoções que posteriormente vieram a se instalar em templos próprios. Conforme se verifica nos documentos, em 1794 ainda não existia a Igreja de Nossa Senhora das Dores, não havendo sequer sido iniciada sua construção.

Esta Irmandade realizava também a Procissão da Prisão ou do Fogaréu[280] na Quinta-feira Santa, com a imagem de Nosso Senhor da Cana Verde. Durante a procissão as ruas escuras só eram iluminadas por grande quantidade de archotes e velas que os fiéis conduziam. Veio daí o nome da procissão: Fogaréu. Visitava todas as igrejas de Paraty, entrava pela porta lateral, saía pela porta da frente entoando a Ladainha de Todos os Santos.

Era também chamada de Procissão de Endoenças, devido a ser a Quinta-Feira Santa denominada Quinta-Feira de Endoenças, dia de indulgência e penitência, dia de

---

[279] Essa cerimônia é realizada no interior da Matriz, com a instalação do Candelabro de Trevas, ou Tenebrário, composto de quinze bocais para velas, representando os Apóstolos, distribuídas de forma escalonada, que vão sendo apagadas uma a uma, ao fim da leitura de cada Salmo. A última vela, no ápice do triângulo, não se apaga: é levada à parte posterior do retábulo. Representando Jesus Cristo, que foi retirado, ocultado e retornou a aparecer como luz do mundo. A última vela permanece acesa no candelabro para iluminar todos os homens. Quando é retirada, simbolizava as trevas, momento em que as pessoas provocavam ruídos com os pés no assoalho da igreja. A matraca é tocada para lembrar o tremor e o transtorno no momento da morte de Jesus Cristo.

[280] Em sua feição original, era frequentada apenas por homens que, em passos acelerados, conduzindo archotes e velas, carregavam a imagem de Nosso Senhor da Cana Verde, entoando a Ladainha de Todos os Santos, com as ruas da cidade às escuras ao som das matracas, entravam pela porta lateral e saiam pela porta da frente das igrejas. A presença de mulheres e crianças não era permitida no cortejo. Era-lhes proibido até mesmo assistirem a passagem da procissão, ainda que fosse através das frestas das janelas, pois segundo as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, 1758 “a noite era do domínio do Príncipe das trevas, o Demônio”, (CONSTITUIÇÕES, 1758, p. 193 apud FLEXOR, 2009, p. 18).

visitas às igrejas e ao Santo Sepulcro em que estava exposto o Santíssimo Sacramento (Fig. 294).

Fig. 294: Procissão do Fogaréu

Fonte: Acervo PASCOM

Na Sexta-Feira Santa, também chamada de Sexta-Feira Maior, às 10 horas da manhã, era realizada a Paixão, adoração da cruz e missa dos Pressantificados, que tem este nome devido às hóstias serem consagradas na missa de Quinta-Feira Santa. Às 21 horas era realizado o “Descendimento da Cruz” (Fig.295).

A imagem do Senhor Crucificado em tamanho natural, com articulações nos braços, pernas e cabeça, anteriormente exposta no Calvário que compreendia ao último Passo da Paixão, correspondente à Procissão do Encontro realizada na Sexta-Feira de Passos, era então descida da Cruz, em cerimônia que guarda até hoje um cunho teatral e emocional, inteiramente ligada aos desejos, sempre crescentes no desenrolar da vida religiosa dos séculos XVII e XVIII, de atingir maior perfeição, naturalismo e dramaticidade. Esta imagem era descida pelos braços e depositada em um esquife na presença de personagens figurados, como Nossa Senhora, São João, Maria Madalena e Verônica que é representada por um Anjo Cantor. Isto ocorre até os dias atuais. Fato curioso nesta cerimônia é que essa imagem de Cristo, utilizada no Calvário, não sai às ruas na procissão do Senhor Morto (Fig. 296), pois atrás das cortinas que vedam esta cena, já está preparado outro esquife para essa finalidade, com outra imagem de Cristo, também de época, só que em tamanho menor e mais leve. Fica assim evidenciado o caráter dramático e teatral desta cerimônia.

Fig. 295: Calvário e Descendimento da Cruz

Fonte: Acervo PASCOM

Fig. 296: Procissão do Senhor Morto ou do Enterro

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Às 22 horas, saía às ruas de Paraty a comovente procissão do Senhor Morto ou do Enterro, segundo verificamos nos jornais do início do século XX. Algumas senhoras da cidade chegavam a sentir mal-estar durante a passagem do cortejo, descrito por Samuel Costa, em 11/04/1907. O autor nomeou essas reações como “faniquitos”, afirmando

> Que todos os annos por ocasião da procissão solenne da sexta feira santa, logo que se põe em caminho o prestito religioso e que a banda de musica encarregada de abrilhantar a solennidade com as bellas peças de seu vasto repertorio, rompe os primeiros compassos de uma marcha funebre, uma sucessão de sentidas e agudas lamentações vocaes que se faz ouvir – são os faniquitos que acabam de se incorporar a procissão. E assim ao menos por tradição tornam-se elles figuras indispensaveis nessas solennidades annuaes (O PHAROL, 1907, Nº 33, p. 1).

O esquife era carregado pelos irmãos que, trajando o balandrau, com a cabeça coberta pelo capuz e protegidos sob o pálio, eram seguidos pela imagem de Nossa Senhora da Soledade. A esta procissão compareciam as outras irmandades das igrejas de Paraty. O préstito era composto por cruz processional, pelo guião da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, na posição horizontal em sinal de luto, seguido de anjos que portavam os símbolos da Paixão de Cristo[281].

Esta procissão fazia paradas diante dos Passos da Paixão “para exposição da Verônica[282] e também em uma contagem de pontos nas esquinas que eram direcionadas

[281] Segundo as informações dos mais velhos, são chamados Armas Christi, as armas que levaram Jesus Cristo á morte.

[282] Esta exposição é realizada com o cântico em latim: *O vos onnes qui transitis perviam, attendite et videti si est dolor sicut dolor meus* (Vós todos que passais pelo caminho, olhai e vede se há dor semelhante à minha dor). Em 1892, consta o registro: a Exma. Sra. Cecilia Carvalho, que este anno sahio de anjo cantor na procissão do Senhor Morto, não enganou a expectativa geral, sahindo-se perfeitamente da missão que foi encarregada, não só cantando perfeitamente bem como pela maneira como foi vestida. A D. Cecilia e seus paes enviamos nossos sinceros parabéns (O PARATYENSE, 1892, Nº 53, p. 3). Nos pontos em que a procissão do enterro parava fazia exposição da Santa Verônica a Senhorita Adelaidinha Alvarenga, bellamente vestida de anjo cantor. (A RAZÃO, 1918, Nº 33, p. 3).

para esta exposição[283]. Ao entrar na Igreja Matriz era realizado o Sermão de Lágrimas ou da Soledade, com a exposição do Sudário[284] em tamanho natural e as imagens do Senhor Morto no sepulcro e de Nossa Senhora para o "Beija-Mão"[285], quando todos os presentes beijavam a mão do Senhor Morto.

Fig. 297: Verônica usado na procissão de Passos e do Enterro

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 298: Sudário usado na procissão do Fogaréu em Goiás

Fonte: Revista Cultura 1980, p.125

Fig. 299: Sudário usado após a procissão do Enterro em Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Existem informações que denotam a persistência, ainda na primeira metade do século XX, de uma grande preocupação em persuadir e atrair os fiéis emocionalmente, como era típico da cultura do século XVIII:

> [...] Os andores em que foram collocadas as sagradas imagens, assim como o Calvário, o esquife e o sepulchro onde foram expostas as imagens do Senhor Crucificado e Senhor Morto, foram confeccionados e ornamentados caprichosamente athraindo a atenção de todos os presentes [...] (A RAZÃO, 1918, Nº 33, p. 3).

No Sábado de Aleluia, também chamado de Sábado Santo, era realizada a Bênção do Fogo Novo, da pia batismal e do círio pascal. Havia, também, as Profecias e a Missa

[283] Já representaram o papel de Verônica, também conhecida como Anjo Cantor em Paraty: Adelaide Alvarenga, Ana Maria Nubile, Benedita Alcobaça dos Reis, Benedita Imperatriz Costa (Dedé), Benedita Malvão, Benedita Tanus, Cecilia Dias, Eliane Vieira Duarte Coelho, Glácia Maria de Souza, Helena Vieira Duarte Coelho, Herondina Costa, Idelma Passos, Ieda Rubem dos Santos, Lenise Maria Coelho, Lucineide Penha Dias, Maria dos Remédios Freire Rameck, Maria Julia Calixto, Maria Leni Ayres de Aquino, Natalina Maria da Conceição, Regina Antonia de Souza Pádua, Rita Alcobaça dos Reis, Rosinha Jordão, Selma Coupê Duarte Coelho, Sonia Maria Vieira, Tereza Sales da Costa (Fon Fon), Therezinha França, Therezinha Gomes Duarte Coelho, Therezinha Rubem, Waldemira Lacerda, Zilda de Almeida Cruz (Pesquisa realizada pelo autor e Maria José do Carmo Teixeira no ano de 2017).

[284] A prática da exposição do Sudário em tamanho natural após a chegada da Procissão do Enterro, para o sermão da Soledade, foi uma constante no período colonial, tendo o protótipo de pintura em tecido se disseminado pelo Brasil. O de Goiás foi atribuído ao artista Veiga Vale, possivelmente de forma errônea, visto ser muito semelhante ao de Paraty.

[285] Somente o braço direito desta imagem é articulado e quando está exposto no sepulcro para que os fiéis possam beijar a mão do Senhor Morto.

Solene, que ostentavam um caráter de extremo júbilo em contraste com a mágoa interna da Sexta-Feira Santa, como podemos observar no seguinte noticiário:

> Tiveram logar no Sabbado d'Alleluia as seguintes cerimônias: a benção d'agua, do novo fogo, do círio pascal, officio d'Alleluia, ladainha de todos os Santos e em seguida a missa cantada, descobrindo-se o majestoso e bem ornado throno do altar mor e todas as imagens por ocasião do Gloria in Excelsis Deo, soando ao mesmo tempo, as campas e sinos de todos os templos d'esta cidade (O PHAROL, 1907, Nº 33, p. 1).

A cerimônia que a Irmandade do Santíssimo desenvolvia com o maior brilhantismo possível era a Procissão da Ressurreição, no Domingo de Páscoa, às cinco horas da manhã, depois da qual era celebrada a missa solene. A procissão era realizada após o celebrante ter entoado três vezes na urna do altar-mor o *Surrext Dominus* - "A Ressurreição do Senhor", comparecendo a ela todas as Irmandades religiosas de Paraty. Sob o pálio era conduzida a custódia, com o Santíssimo Sacramento. Em todas as cerimônias da Semana Santa em Paraty, além da orquestra e do coral, participavam as duas bandas existentes na cidade: a Lira da Juventude e a Vinte e Cinco de Dezembro, tendo a primeira maior participação nas cerimônias religiosas.

Embora se tenha notícias da existência da Confraria de Nossa Senhora do Terço,[286] como relata Samuel Nestor Madruga Costa, no artigo "Paraty no ano da Independência V – O Distrito e a Vila" – e da existência da vara de provedor em prata, bem como do retábulo deste orago, encontramos como referência documental a esta invocação uma arrecadação do Promotor de Capelas contra a Irmandade de N. S. do Terço, cujo processo tramitou por esta Comarca de Paraty no ano de 1880, encontrando-se atualmente no Museu da Justiça do Rio de Janeiro[287]. Monsenhor Pizarro não faz menção à existência da Confraria de Nossa Senhora do Terço, que ocupa o primeiro retábulo do lado do Evangelho da Igreja Matriz. A confirmação da Irmandade e seu Compromisso ocorreram em 1812, conforme documentação existente na Mesa do Desembargo do Paço e identificamos também uma Procuração datada de 20 de novembro de 1885, Outorgada pela Irmandade do Terço, representada pelo Juiz Capitão João Francisco Peres dos Santos; Escrivão Antônio Ferreira Brandão e o Tesoureiro João Luiz do Rosário[288].

Ao procurar entender a entronização de Nossa Senhora do Terço na Igreja Matriz de Paraty, verificamos em nossas pesquisas que essa devoção também ocorreu em vários

---

[286] No Código do Direito Canônico de 1917: **Confrarias** "Can – 707 – § 1º – As associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam pias uniões; as quais se estão constituídas em organismos, chamam-se *irmandades*. § 2º – E as irmandades que tenham sido eretas ainda mais para o incremento do culto público recebem o nome de *confrarias*.

[287] Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro à Rua Dom Manoel, nº 29 - 3º andar, antigo Palácio da Justiça.

[288] LIVRO DE PROCURAÇÕES DA IRMANDADE DE N.S. DO TERÇO, Nº 34, p. 53, 82v e 83v, Cartório do 1º Ofício de Paraty – RJ.

estados brasileiros para distinguir das imagens de N.S. do Rosário dos Pretos, como ocorreu em Paraty e na Matriz de Santo Antonio em Guaratinguetá – SP, cujo retábulo foi denominado de N.S. do Rosário dos Brancos ainda na primeira metado do século XVIII; tal é o caso da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais, e da Igreja do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, esta última ladeada com as imagens de vestir de São Francisco e São Domingos de Gusmão, como em Paraty.

As imagens que integram este retábulo[289] inserem-se na tipologia de imagens "narrativas": trata-se da imagem de N. S. do Terço ladeada pelas imagens de São Francisco de Assis e São Domingos de Gusmão, em alusão às aparições de Nossa Senhora e suas recomendações para as orações da Ave Maria e a prática do Terço aos dois santos da Ordem Franciscana e Dominicana - cuja prerrogativa era baseada não somente na pregação e instrução da doutrinação religiosa, mas na imitação de conduta cristã, a exemplo da pobreza de Jesus Cristo e seus apóstolos.

Fig. 300: São Francisco de Assis

Fig. 301: N. S. do Terço

Fig. 302: São Domingos de Gusmão

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O retábulo de Nossa Senhora do Terço da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty ficou sob a responsabilidade da Pia União das Filhas de Maria, local de sua fundação no dia 15 de agosto de 1933, que constava de dezesseis associadas, uma vez que já havia sido dissolvida a Confraria.

[289] São as imagens de São Francisco de Assis e São Domingos de Gusmão, peças de roca, datáveis do século XVIII, com os hábitos em tecido natural. Este retábulo possui também um par de arandelas abaixo do nicho, para duas velas cada uma, em madeira revestida de prata repuxada, tendo ao centro o anagrama de Maria contornado por um terço. Integram a coleção da Paróquia de N. S. dos Remédios, e hoje estão sob custódia no Museu de Arte Sacra de Paraty, por medidas de proteção.

Quando examinamos a documentação da Confraria de N.S. do Terço, constatamos que este retábulo já estava ali instalado desde o século XVIII no lado do Evangelho na Igreja Matriz de N. S. dos Remédios, e a Confraria era regida pelo Padre Mestre Frei Jerônymo do Monte Real, autoridade apostólica que realizava os “Terços e Festividades” do orago.

> Dizem os Confrades da Confraria da Santissima Virgem Maria Senhora Nossa, em o Sublime titulo do Terço instituída na Igreja Matriz da Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Parati Districto da Corte, e cidade do R.º de Janº que tendo-se eles piamente regido pella Instituição, que retro se vê por Copia, há muitos anos do Padre Mestre Frei Jeronimo de Monte Real, por Auctoridade Apostolica a ele commetida fazendo os Terços, e as Festividades da Mesma Senhora conforme se lhe determinou, sucede porem que conhecendo a devoção, a piedade dos Fieis Confrades, tem de algum modo crescido bens, alfaias a mesma Confraria, pelo que se achão os Sup.es na obrigação de sujeitar-se por Estatutos Confirmados por Vossa Alteza Real á boa guarda e conservação, e aumento do Patrimonio da Senhora portanto fizeram os seg.es Artigos, em congresso com assistência de seo Reverendo Parocho, os quais apresentão a Vossa Alteza Real, pedindo a sua Real Confirmação (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1812, DOC. 36).

Ao que tudo indica a confraria estava sendo acrescida de bens, alfaias outros itens de patrimônio os quais deveriam estar sujeitos aos Estatutos Confirmados. Monsenhor Pizarro comenta: “[...] Passada a Provisão de Ereção de Irm.de à vista dela direi sobre o Compromisso (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1812, DOC 36). Este compromisso foi confirmado em 11 de março de 1813[290] pelo Príncipe Regente D. João VI, Ministros, Conselho de Deputados do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e assinado por Faustino Maria de Lima Fonseca e Gutierres.

Anotamos que em 29 de dezembro de 1907, segundo notícia do Jornal O Pharol em seu número 19, o nicho do retábulo de N. S. do Terço havia sido violado, tendo desaparecido seus objetos de adorno, que consistiam em um rosário de contas de ouro, um cordão, duas cruzes e um par de brincos do mesmo metal. Este episódio foi constatado no dia 23 de dezembro de 1907, durante a ornamentação da Igreja Matriz para a Festa de Natal, sendo identificado como meliante Agapito Penha. Em 24 de agosto de 1911 novo furto ocorreu, com a subtração de um cordão de ouro, um par de brincos e uma coroa. Pelo que se verifica, a imagem era possuidora de diversos objetos em ouro e prata,

[290] Dom João por graça de Deos Principe Regente de Portugal e dos Algarves d’aquem, e d’alem Már em Africa Senhor de Guine V.W.E do Mestrado, Cavallaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo Faço saber, que atendendo a nulidade com que se acha Erecta a Irmandade de Nossa Senhora do Terço, instituída na Igreja Matriz da Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Parati deste Bispado e as mais que Me Representarão os Irmãos da mesma Irmandade Hey por bem Confirmar a Ereção da refferida Irmandade, revalidando lhe com esta Minha Real Approvação a nulidade com que se acha Erecta, e esta se cumprirá sendo passada pela Chancellaria da Ordem. O Principe Regente Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo assignados do Seu Conselho, e Deputados do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens Faustino Maria de Lima e Fonseca Gutierres a fez no Rio de Janeiro aos onze de Março de mil oito centos e treze. (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1813, DA).

amealhados através de doações por promessas dos fiéis e pela trajetória da confraria. Consta no Livro de Lançamento das quantias pagas pela Irmandade de N. S. dos Remédios o recibo de pagamento efetuado por Silvino Antonio do Carmo, Tesoureiro da Irmandade, da "[...] quantia de cem mil réis de uma encarnação de uma imagem de N. S. do Terço em 31 de março de 1909, a João de Freitas Magalhães" (LIVRO DE LANÇAMENTO DOS COFRES DA IRMANDADE DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1909, p. 24). Infelizmente uma intervenção realizada na peça em data recente, sob a coordenação do Escritório Técnico Costa Verde (IPHAN – Paraty, RJ,) resultou na perda da policromia original da peça, deixando-a inclusive sem a encarnação realizada há mais de cem anos.

Identificamos no Livro de Contas da Obra da Matriz de 1904 a 1906 realizada pela Irmandade de N. S. dos Remédios, na Receita, o pagamento "[...] recebido da Irmandade de N. S. do Terço e do Santissimo Sacramento pelo Thesoureiro João Rosario 1.979.000 [...] Idem João Luis do Rosario de N. S. do Terço 400.000" (LIVRO DE CONTAS DAS OBRAS DA MATRIZ, 1904 a 1906, p.3), nos levando a crer que a Irmandade ali permaneceu até o início do século XX.

Na Igreja Matriz também eram realizadas outras festas que, embora não tivessem Irmandades próprias, agregavam um mesmo espaço e compartilhavam com as Irmandades atuantes um mesmo objetivo: a fé cristã. Quanto às informações encontradas referentes à realização de Missa para São Francisco de Paula[291], que se encontra em retábulo lateral, não encontramos a comprovação da existência de irmandade, a qual, ao que tudo indica, não se formou. Esse retábulo era da responsabilidade da Irmandade de N. S. dos Remédios e a documentação aponta que funcionou originalmente até aproximadamente 1794 no local onde está atualmente o de São Roque. As missas eram realizadas no próprio retábulo no dia 02 de abril.

Integra o acervo da igreja de N.S. dos Remédios um ex-voto em madeira policromada datado do século XVIII, com a inscrição: "Milagre que fez São Francisco de Paula a Isabel estando com huma ferida em seu dedo logo apegou se com ele logo ficou boa". A peça mede 16,5 cm/H x 23,5 cm/L. Esse orago foi o fundador da Ordem dos Mínimos *"ORDO MINORUM"* – Franciscanos ou Frades Menores reformados, em 1435 sendo aprovada em 1474. A ordem, além dos três votos dos franciscanos: pobreza, obediência e castidade, acrescentou mais um em seu cordão, o da humildade - considerado voto de S. Francisco de Paula (1416-1507). S. Francisco era eremita e taumaturgo napolitano de Paola, na Calábria; apresenta-se com o hábito negro com capuz

[291] Missa de S. Francisco de Paula (O PHAROL, 1898, Nº 71, p.2) A imagem retabular e processional, pelas características formais estilísticas e técnicas, provavelmente é de origem Pernambucana.

e escapulário curto com as terminações em semicírculo. Apresenta ao centro do peito um resplendor dourado com a palavra *CHARITAS – CARIDADE.*

Fig. 303: São Francisco de Paula - Séc. XVIII Igreja Matriz

Fig. 304: Ex voto – igreja Matriz N.S. dos Remédios

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Nesta visita pastoral Monsenhor Pizarro nos deixou ainda o seguinte relato:

> Todas elas, pelo que me constou da informação do Revdº. Pároco, festejam seus Oragos com a devoção possível, e igual as suas possibilidades, e procuram cumprir com as suas obrigações, posto que muito mal. As suas contas estão todas presentemente sujeitas ao Juízo da Correçam (ARAÚJO, 1794, p. 38v - 45v).

Nas informações acima, fica clara a expressão externa da devoção, aliada às práticas do catolicismo tradicional, cujas festas tinham seu lugar de destaque nas Irmandades. O aspecto de confraternização garantia a estabilidade do grupo e a proteção na vida e na morte, sendo seu auge a data de comemoração solene, momento de sair às ruas com as procissões, como testemunho de devoção aos santos, bem como buscar proteções divinas e amenizar as angústias durante a liturgia festiva. Para este cerimonial havia uma indumentária própria[292] com as cores e insígnias bordadas no lado esquerdo. Os provedores e os festeiros portavam varas de prata encimadas pelas efígies dos oragos,

[292] A Irmandade do Santíssimo, constituída por homens, opa na cor púrpura com emblema em forma de custódia bordada com galões metálicos e aljôfares; Nossa Senhora dos Remédios, constituída por homens, opa na cor branca com as iniciais N.S.R. bordadas; São Roque, constituída por homens, opa na cor azul; São Miguel, constituída só por homens, opa na cor verde; Senhor Bom Jesus dos Passos, constituída por homens e mulheres; os homens portam o balandrau na cor púrpura e roxa, com capuz para as procissões do Fogaréu e Enterro; Pia União das Filhas de Maria, uniforme branco com faixa azul na cintura e fita com a medalha da devoção.

sendo que através de suas dimensões é possível visualizar a hierarquia e o poder exercido entre brancos, negros e pardos.

Foram ainda abrigadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios três Irmandades fundadas no século XX: a Associação do Sagrado Coração de Jesus, atual Apostolado da Oração[293]; a Pia União das Filhas de Maria, fundada em 15 de agosto de 1933, integrada por dezesseis associadas; e a Congregação Mariana (Fig. 305), fundada em 29 de novembro de 1952, (ANEXO 21), presidida pelo Bispo diocesano Dom José André Coimbra[294]. A solenidade da bênção das fitas, diplomas e manuais se deu no retábulo-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios[295], às 21 horas, após o canto do *"Veni Creator Spiritus".* Registre-se também a Cruzada Eucarística, fundada em meados de 1950 pelo Padre Gino Ceccin e composta de meninos e meninas[296] envolvidos com a catequese e atividades da Igreja, entre elas um pequeno coro. Seu cumprimento diário em encontro nas ruas da cidade era "Cristo Rei".

Fig. 305: Congregação Mariana de Paraty – RJ – 1950

Fig. 306: São Tarcísio – Matriz

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

[293]As fitas variam em sua largura de acordo com o grau hierárquico: presidente (essa é passada na posse), zeladoras e zeladas (levam quando morre. Usa uniforme preto e portam ao pescoço, uma fita vermelha e a medalha em relevo representando a efígie do Sagrado Coração de Jesus.

[294] A primeira Congregação Mariana, teve início em Roma, no ano de 1563, por iniciativa do padre jesuíta Jean Leunis. Os colégios da Companhia de Jesus, tiveram importante papel na divulgação da Congregação Mariana no mundo, constituindo uma associação pública de leigos católicos que vivem a fé, consagrando sua vida à Mãe de Deus. No Brasil, foi iniciada em 1583, pelos padres Jesuítas, vivenciando fases de crescimento e decadência, em 1870 teve seus trabalhos reiniciados na cidade de Itu, interior de São Paulo. Em Paraty, o uniforme era branco e azul marinho com fita e medalha da devoção.

[295] A Congregação Mariana de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty ocupava o Consistório da Irmandade, atual Salão João XXIII, foi oficializada recebendo os Marianos a fita azul, entregue pelo R.m Bispo D. José Coimbra (ATA DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1937 – 1956, p. 76v, 77). A primeira Congregação Mariana teve início em Roma, no ano de 1563, por iniciativa do padre jesuíta Jean Leunis. Os colégios da Companhia de Jesus tiveram importante papel na divulgação da Congregação Mariana no mundo, constituindo uma associação pública de leigos católicos que vivem a fé, consagrando sua vida à Mãe de Deus. No Brasil, foi iniciada em 1583, pelos padres Jesuítas, vivenciando fases de crescimento e decadência. Em 1870 teve seus trabalhos reiniciados na cidade de Itu, interior de São Paulo. Em Paraty, o uniforme era com camisa social branca, gravata e calça azul marinho, portavam fita azul e medalha da devoção.

[296] As meninas vestiam uniforme branco, portavam boina branca, meia ¾, sapato preto e fita amarela no pescoço. As meninas do coral vestiam saiam verde, portavam boina verde, meia ¾, sapato preto e fita amarela no pescoço. Em 05 de dezembro de 1952 muitas crianças receberam as fitas das mãos do padre Félix (LIVRO DE ATAS DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1937 – 1956, p.76v e 77).

Em Paraty, a Associação do Sagrado Coração de Jesus foi fundada[297] em 1906 por Frei Willibrordo de Van Eyk e Zulmira Vivianna do Amaral (11/05/1884-05/03/1920), filha do Major João Francisco do Amaral e Edwirges Penna Firme do Amaral (A RAZÃO, 1920, Nº 13, p.1), casou-se com Samuel Nestor Madruga Costa, teve 3 filhos: Paulo, Heitor e Maria Luiza. Foi irmã de João M. do Amaral e irmã da Irmandade de N.S. dos Remédios em 26 de agosto de 1906 (LIVRO DE ATAS DE ELEIÇÕES, 1887- 1917, p.53v). Em 1907, o Jornal O Pharol já anunciava a chegada da imagem à cidade: "[...] chegou no paquete 'GLÓRIA', a linda imagem do Sagrado Coração de Jesus. Foi depositada na Igreja de Santa Rita, d'onde será conduzida procissionalmente para a Igreja Matriz, em dia que fôr designado pelo Reverendo Vigário..." (O PHAROL, 1907, Nº 6, p. 1).

Esta imagem foi adquirida através de subscrição dos devotos em Paraty. Foi esculpida em madeira policromada e dourada pelo escultor italiano Marino Del Favero, autor de outras obras em diversas Paróquias do Brasil, em especial São Paulo. Houve a bênção, a transladação da Igreja de Santa Rita para a Matriz e foi realizada a primeira missa festiva do Apostolado, com a presença das irmãs (O PHAROL, 1907, Nº 7, p. 3). Esta peça foi restaurada pelo Museu de Arte Sacra de Paraty, em 2013. O andor que anualmente conduz a imagem, em forma de baldaquino, pertence ao emblema do Divino Espírito Santo e também passou a ser usado pelo Apostolado da Oração nas procissões.

A devoção ao "Coração Sagrado de Jesus Cristo" ferido pela lança é muito antiga[298], recomendada por alguns santos, como São Bernardo, São Boaventura, Santa

---

[297] Em 06/09/1907, estavam: Fundadores: Frei Willibrordo de Van Eyk e Zulmira Vivianna do Amaral; Julia dos Reis Brito; Maria Thereza de Alvarenga Corrêa; Olga da Gama; Faustina Agostini Cruz; Clementina de Souza; Durvalina do Nascimento Barreto; Antonietta Hortencia do Amaral; Maria Feliciana da Costa Lima; Maria Benedicta da Costa; Benedicta Costa; Maria Justina Gonçalves; Luzia de Souza; Ernestina Peixoto Magalhães; Marianna Rodarte; Maria dos Remédios Carvalho; Maria Freitas; Mercedes Barreto; Maria Justina Pinto; Idalina Chaves Mello; Rosa Martins Torres (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 1 e 1v). Na Ata de 30/10/1908, foram eleitas como Zeladoras, as irmãs D. Rita Cândida de Miranda e Maria Joaquina de Oliveira Carramanhos (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p.15 e p.15v). Essa irmã, Maria Joaquina Carramanhos, por residir na zona rural apresentou solicitação registrada na Ata de 30/07/1910, costume que se mantém até os dias atuais no Apostolado da Oração: "[...] Mediante proposta aprovada pela Zeladora D. Maria Joaquina de Oliveira Carramanhos, foi aprovada pela Mesa Administrativa, a transferência das reuniões para serem feitas em primeira sexta-feira, por ser mais conveniente para as Zeladoras que residem fora da Cidade". (LIVRO DE ATAS, 1907-1917, p. 38 e 38v). Também conhecida como - "Quininha" -, foi casada com Antonio Emílio Netto, teve os filhos: João 24/09/1915 – 04/01/2005, Joaquim 02/07/1917- 24/03/1996 (LIVROS DE BATISMO, Nº 16, 1915, 1917, p.59 e p.133) e Geraldo 24/03/1921 – 07/07/1996 (LIVRO DE BATISMO, Nº18, 1921, p.14v). Foi também irmã da Irmandade de N. S. das Dores (LIVRO DE NOMES DAS IRMÃS, 1901 a 1917, p.2). Era filha do segundo casamento de Joaquim de Mello Carramanhos (22/03/1843-17/08/1919) com Maria Izabel de Oliveira Carramanhos, com quem teve cinco filhos: Jorge (- 02/02/1894), Juvenal (- 13/06/1889), Maria Joaquina (14/10/1888-14/08/1940), Carlota e Alcides (06/09/1893) este foi residir em Santos em 1910 (O PHAROL, Nº 35, 1910, p.3). Carlota foi casada com Honório Fidelis Lapa e teve os filhos: José, Maria Antonia, Jorge e Luiz. Joaquim de Mello foi Presidente da Câmara Municipal de Paraty em 1906 (O PHAROL Nº 19, 1906, p.4 e Nº 5, 1910, p.2), seus familiares em grande maioria foram integrantes da Irmandade de N.S. das Dores e do Apostolado da Oração; entre eles os filhos de Leonel e Felizarda, pais de Julieta de Oliveira Pinto e Maria Justina de Oliveira Pinto (O PHAROL, Nº 14, 1909, p.2), esta casada com João Maria Lobo Botelho, com quem teve dois filhos: Benedicto e Cezar.

[298] Também conhecido como Liga do Coração de Jesus, o Apostolado da Oração, foi fundado em 03 de dezembro de 1844, pelo Padre Francisco Xavier Gautrelet S. J. e um grupo de estudantes religiosos da Companhia de Jesus, reunidos no Colégio Máximo de Vals, na França – Criando-se ali uma pequena

Catarina de Senna, São Francisco de Sales e Santa Gertrudes. Sua difusão para as grandes massas só ocorreu a partir do século XVII, por uma religiosa salesiana do Convento da Visitação na França - Margarida Maria Alacoque, escolhida para ser a mensageira da devoção ao 'SAGRADO CORAÇÃO'[299]. Em Portugal a devoção ao Sagrado Coração teve início no ano de 1864, estendendo-se a todo o país. No Brasil, o primeiro centro do Apostolado foi fundado em 30 de junho de 1867, em Recife, PE, na Igreja de Santa Cruz, pelo Padre Bento Schembri. Depois, na cidade de Itú, SP, o Padre Bartolomeu Tadeei, S.J. fundou, em 01 de outubro de 1871, o primeiro centro do Apostolado da Oração que havia de se expandir ao nível nacional, ficando ele considerado o fundador e o mais iminente propagador do Apostolado no Brasil.

Fig. 307: Apostolado da Oração de Paraty - RJ - Década de 1950

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O Apostolado era dirigido pelo próprio vigário, como diretor espiritual (Fig. 307) - e tinha o inteiro apoio das senhoras católicas destacadamente atuantes na comunidade, além da presença de homens, que seguiam a tradição dos rituais com perseverança, visitando as famílias pobres e os enfermos. Tinha responsabilidade sobre alguns altares das igrejas e alfaias, cumprindo com os deveres de "Comunhão Mensal" e reunião. Destacava-se nas intenções do mês, na Via-Sacra nas Sextas-Feiras da Quaresma, com

associação, que em 1849, foi aprovada pelo Bispo de Le Puy, onde o Papa Pio IX concedeu as primeiras indulgências e, rapidamente, o Apostolado foi divulgado pelo mundo, através do Padre Henrique Ramiere, organizando a promoção da associação e difusão da sua doutrina de forma mais acessível, inclusive pelo "Mensageiro do Coração de Jesus", revista editada pela primeira vez em 1861, em diversos idiomas.

[299] Nascida a 22 de julho de 1647, em Verosvres, região da Borgonha, faleceu em 17 de outubro de 1690. No final de sua vida, Margarida Maria Alacoque, nomeada mestra das noviças ainda pode assistir a propagação da devoção ao Sagrado Coração e ao ser Canonizada em 1920, foi considerada um exemplo de "fé e amor" ao Sagrado Coração de Jesus, sendo venerada pelo "Apostolado da Oração".

Benção do Santíssimo, nas festividades do Mês de Maria e na Missa em louvor a Santa Margarida Maria Alacoque, no dia 17 de outubro, bem como na promoção da Festa do Sagrado Coração de Jesus, na primeira sexta-feira, após Corpus Christi. Esta festa contava com tríduo no próprio altar da imagem, missa incensada, acompanhada de orquestra, quando se entoava o hino “Coração Santo” e, na procissão de encerramento pelas ruas da cidade, participavam os andores do Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora dos Remédios e sob o pálio a custódia com o Santíssimo Sacramento, Banda de Música e exposição e bênção do Santíssimo no final, sendo esses atos realizados na Capela funda do Santíssimo Sacramento, em cujo retábulo foi entronizada a imagem do Sagrado Coração de Jesus até os dias atuais.

Fig. 308: Transladação da imagem do Sagrado Coração de Jesus – 2013

Fig. 309: Assinatura de Marino Del Favero na imagem do Sagrado Coração de Jesus - 1907

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Esta Associação possuía os cargos de Presidente, Secretária, Tesoureira, Zeladora, Zeladas e Associadas. Usavam o uniforme preto ou azul marinho, e em seus trabalhos sociais o Apostolado tinha destaque e forte atuação. Encaminhava para Itú, em São Paulo, o auxílio anual da Irmandade e a esmola para os famintos da Rússia; em 1922, zelava pelo futuro do catolicismo entre os Eslavos. Na 1ª missa celebrada pelo paratyense Padre Francisco Gentil da Costa em 1920, o Apostolado estava presente. Era de sua responsabilidade a guarda do Santíssimo na Quinta-feira Santa até as 24 horas, quando era substituído pelos irmãos até o dia seguinte.

As fitas denominadas *insígnia*, com a efígie do “Coração”, que diferem em largura conforme o grau das associadas, têm origem no chamado ‘*Détente*’, ou Escudo do

Sagrado Coração de Jesus, também conhecido como bentinho, salvaguarda, ou mesmo como pequeno escapulário do Sagrado Coração. É um emblema com a imagem do Sagrado Coração e a divisa: “Alto! O Coração de Jesus está comigo. Venha a nós o Vosso Reino!” afirmando continuamente: Alto! Detenha-te, demônio; detenha-se toda maldade; todo perigo; todo desastre; atenham-se todos os assaltos; todas as balas de bandidos; todas as tentações; detenha-se todo inimigo; toda enfermidade; detenham-se nossas paixões desordenadas – pois o Sagrado Coração de Jesus está comigo!” [300]. Nos sepultamentos, uma das incumbências do Apostolado é carregar o caixão das irmãs na saída da igreja, após a encomendação, com bandeiras e insígnias. O corpo é sepultado com a fita, só não é enterrada a fita de Presidente, para não haver a interrupção da devoção.

A Irmandade comemorou seus 100 anos em 2007, com grandes festejos, sob a Presidência de Rosalina Nunes da Silva, estando presentes associadas (ANEXO 22) que receberam as insígnias e integraram até o posto de Presidente, a exemplo de Wanda Conti, Helena Miranda (28 de julho de 1935), Cilencina Rubem de Oliveira (04 de fevereiro de 1938), Benedita Amaral Vieira (07 de julho de 1939), não deixando, portanto, levar ao desaparecimento total esta devoção, como ocorreu com outras importantes Irmandades de Paraty.

Na Ata de Fundação da Pia União da Filhas de Maria, em agosto de 1933, consta que a cerimônia foi realizada à noite no altar de Nossa Senhora do Terço, hoje considerado como pertencente à Pia União

> Depois de havermos entoado o hynno Ave Maria Stella rezamos o nosso acto de consagração a Virgem Immaculada para recebermos a fita azul, o symbolo de Filha de Maria, o Manual e o Diploma das mãos do Revmº Frei Bernardino, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, que se encontrava entre nós, pregando as Santas Missões. A fundação foi assistida pelo nosso Diretor. (LIVRO DE ATAS, 1933, p. 1).

[300] São notáveis as citações existentes nos livros de Atas do Apostolado de Paraty. Entre elas destacamos, Apostolado da Oração: 1ª prática - Rezar todos os dias o oferecimento; 2ª prática - Comunhão reparadora pelo menos mensal e freqüência à Santa Missa; 3ª prática - Rezar ao menos uma dezena do terço cada dia, em honra de Nossa Senhora. Tesouro do Coração de Jesus: Missas ouvidas, Comunhões, Terços, Visitas ao Santíssimo Sacramento, Atos de caridade, Atos de zelo, Mortificações, Jaculatórias. Ata de 03 de maio de 1957 – Padre Gino Cechin:. ”Pediu para que rezássemos muito para nossa bôa Mãezinha do Céu, para conseguirmos neste lindo mez renovar o que há de espiritual em Paraty! Cultivar: almas, rezando por elas é o dever de um perfeito Apostolado! Explicou-nos que o dever de uma perfeita Zeladora é guiar suas Zeladas” [...]. Nessa mesma Ata ficou resolvido que a Zeladora D. Olga da Gama presenteará ao Apostolado com a Bandeira em memória de sua irmã Maria da Gama Veiga em virtude desta oferta as zeladora se cotisarão para compra de um tapete para o Apostolado (LIVRO DE ATAS, DE ATAS,1957, p.7v e 8). Ata de 01 de abril de 1958 – Padre Antonio Junior: ...Revelações que o Coração de Jesus fez à Santa Margarida Alacoque, numa das quais disse: “Cuidai das minhas coisas que eu cuidarei das vossas” (LIVRO DE ATAS, 1958, p.13 e 13 v). Em 1960 segundo determinação do Teólogo Raymundo Peretti na Igreja das Dores o retábulo de N.S. da Piedade estava a cargo da “Zeladora” Silma Duarte, o de Senhor Bom Jesus, Aparecida Coupê; na Igreja de Santa Rita o de N.S. do Carmo, Benedita Mello Marques e Maria Eugênia (LIVRO DE ATAS, 1956 a 1967, p. 26v e 27).

Fig. 310: Diploma da Pia União

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 311: Folha de Rosto do Livro de Atas

Fonte: Acervo Paróquia N. S. dos Remédios

Fica constatado na documentação que essas associadas[301] já estavam com um ano de noviciado, e haviam recebido a fita de aspirante em 31 de maio de 1932. O retábulo de N. S. do Terço, nesse momento, passou para a responsabilidade dessa irmandade, onde foi entronizada uma imagem de N. S. das Graças. Essa irmandade foi sucessivamente se expandindo até seu encerramento no ano de 1960 (ANEXO 23).

Na Ata Nº 1 da Congregação Mariana consta o nome de "Congregação Mariana de Nossa Senhora dos Remédios e Frei Fabiano de Cristo", referência ao tropeiro João Barbosa que aqui residiu até o início do século XVIII. Era composta de doze congregados e quatro aspirantes[302] e, segundo os discursos proferidos, estes eram considerados os novos soldados do exército de Maria Santíssima.

Outras cerimônias também eram feitas na igreja Matriz, algumas delas com a presença de Irmandades, outras através de comissões encarregadas. Como se constatou após a aquisição da imagem de São José, no final do século XIX, sua festa[303] era sempre realizada no dia 19 de março. Em 1898, o Jornal O Pharol registrava os tríduos e novenas que se estenderam durante todo o século XX, culminando com solene procissão pelas

[301] FUNDADORAS ASPIRANTES: Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Spittel e Maria Julia Calixto. FILHAS DE MARIA: Benedicta Mathias de Alvarenga, Benedicta Vera de Aquino, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Glória Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Nair Floresta dos Anjos, Olga Gama e Rita Vilela. DIRETORIA CONSTITUIDA: Director – Padre Hélio Bernardo Pires; Presidente- Nair Floresta dos Anjos; Assistente- Maria do Carmo Reis; Secretária- Josephina Gibrail Costa e Thezoureira – Maria da Glória Gama (LIVRO DE ATAS, 1932, p. 1 e 1v).

[302] São eles: Benedito Martinho da Silva; Abilio Pinheiro Dutra Junior; Leopoldo Pinheiro Dutra; José Ivo Vieira; João da Cruz Penha; Joaquim Arsenio dos Santos; João Batista dos Santos; Francisco de Paulo Sena; João André da Costa Prado; Benedito Germano dos Santos; Almir Tavares da Silva; Valdemiro Braz da Conceição; José Rosa Lopes; Geraldo da Costa Prado; Lourival da Costa Prado; João Evencio Lopes. (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO MARIANA, 1952, p. 5).

[303] Segundo consta no noticiário do Jornal O Pharol de 1907, "[...] Será realizada este mez a festa do glorioso patriarca S. José, promovida pelo Snr. Victor Manchester auxiliado pelos carpinteiros d'esta cidade (O PHAROL, 1907, Nº 28, p.2).

ruas da cidade, banda de música, e encerrando com leilão de prendas. Na década de 1950, a festa foi transferida para o dia 1º de maio, e atualmente é celebrada pela comunidade da Ilha das Cobras.

Fig. 312: São José – Séc. XIX – igreja Matriz

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN – RJ

Fig. 313: Programa – Festa de São José

Fonte: Livro de Tombo da Paróquia

Na Visita Pastoral de D. Pedro Maria de Lacerda[304] a Paraty em 1874, ainda era realizada a Festa de São Sebastião, com a bela imagem que integrava o retábulo de São Roque, na Igreja Matriz, até a década de 1950, e podemos considerar a primeira celebração litúrgica anual do calendário da Vila de Paraty: "[...] No dia 13 dirigiu-se à Ilha Grande. É sua intenção, lê-se em O Apóstolo de 27 de dezembro, ir a Parati em janeiro, onde pontificará no dia 20, festa de São Sebastião" (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 325). O culto a essa imagem retabular e processional, ao que tudo indica, teve sua interrupção em fins do século XIX. Além do resplendor em prata, possui a condecoração da Ordem de Cristo e na base o orifício para fixá-la em andor[305].

[304] Ultimo bispo do Rio de Janeiro no I*mpério (1868-1890), nasceu no Rio de Janeiro, t*eve como antecessor o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, que também visitou Paraty em 1843 e realizou a trasladação do Santíssimo da Velha Matriz para o Consistório acima da Sacristia

[305] Esta imagem consta do Inventário da Irmandade de N. S. dos Remédios (LIVRO TOMBO, 1924, p. 7v) e Inventário da Irmandade de São Roque "[...] imagem de São Sebastião com comenda da Cruz (LIVRO DE ATAS, 1936, p. 2). No registro do Inventário de 16 de agosto de 1924, foi entregue pelo Sr. José do Espírito Santo Calixto, provedor da Irmandade de S. Roque, no dia 19 de fevereiro uma cruz de malta cravejada de pedras preciosas estando, porém, desfalcada na parte central e na base. Na parte central faltava a cruz de pedras preciosas, na base falta uma pedra que estava justamente ao lado esquerdo. Atesta o Sr. José do Espírito Santo Calixto que assim a recebera das mãos do Mons. Hélio Pires. Recebi também uma cruz de prata das procissões de S. Roque, 3 apólices de um conto de reis cada uma. José do Espírito Santo Calixto. Teó. Raymundo Peretti Guimarães (LIVRO TOMBO, 1924, p. 9v). Integra a coleção da Paróquia de N. S. dos Remédios de Paraty, atualmente abrigada no Museu de Arte Sacra.

Fig. 314: São Sebastião – Século XVIII

Fig. 315: Cruz de Malta – Século XVIII

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN – RJ

Impressões deixadas pelo Engenheiro Emilio Cunha em seus estudos preliminares, registrados em correspondência datada de 28 de agosto de 1947, ao Diretor Geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade: “[...] São Sebastião tem ao peito condecoração antiga, de ouro, em forma de cruz, articulada com uma medalha cravejada com mais de 80 brilhantes e cuja origem é inteiramente desconhecida (IPHAN, CORRESPONDÊNCIA, 1947, p. 9).

A segunda visita de D. Pedro Maria de Lacerda a Paraty foi no dia 02 de março de 1875, considerada a 6ª Freguesia visitada. Sua recepção foi na rampa de pedra que ainda se encontra submersa na pequena praia da atual Praça da Bandeira. A visita foi assim descrita:

> Era mais ou menos 1 hora da tarde quando nossa canoa atracava na rampa de pedra que fica perto da igreja de Santa Rita. Ali havia uma coberta que serve para as cargas, e uma pequena escada segura em ganchos de ferro, por onde subimos. Na coberta, rampa, e praia tudo era gente de todas as classes. Os Padres da Cidade ali estavam embaixo da dita coberta. Subiam foguetes ao ar, repicavam os sinos de todas as Igrejas da Cidade, e uma banda de música alegrava os ânimos, os ares ressoavam com estrondos e repetidos vivas à Religião Católica Apostólica Romana, e outros ao Sr. Bispo do Rio de Janeiro, ao Sr. Bispo que visitava seu povo e também outro ao grande e imortal Pontífice Pio IX.” Toda aquela gente se atropelava para beijar-lhe o anel. “Por entre aquela massa compacta de numeroso povo romperam por umas 3 ou 4 vezes grupos de meninas as quais de suas salvas tiravam flores com que a mancheias me lançavam um chuveiro de flores, e bem cheirosas que eram. A custo cheguei à Igreja de Santa Rita, a cuja porta recebeu-me o Revdo. Pe. José Alberto da Silva, Vigário da Freguesia e Vara, de capa de asperges, que me deu a beijar a Cruz. Fui depois à Capela Mor tomar pluvial, Mitra preciosa e báculo (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 337).

Os relatos mencionam ainda a presença, na Igreja de Santa Rita, das irmandades de N. S. do Rosário, São Roque, Passos, N. S. dos Remédios, São Miguel e Almas, São Benedito e Santíssimo Sacramento, todas com suas cruzes alçadas, o pálio, sendo conduzido pelo Presidente da Câmara e outros senhores da cidade vestidos de casaca acompanhados pela banda de música e a presença de muitas pessoas no largo da igreja. Esta procissão seguiu pela "Rua do Mercado", atual D. Geralda, após passar por um primeiro "arco de folhas[306]" - sendo que "[...] de algumas casas, atiravam-se flores das janelas onde havia senhoras; passamos depois por outro segundo e último arco na entrada da espaçosa e aprazível praça da Matriz" (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 338). Lacerda passa a descrever o interior e decoração da igreja Matriz, preparado pelos membros religiosos da cidade:

> Entramos na alta, larga, vasta, espaçosa e magnífica Matriz de Parati, que estava com colcha nas 12 janelas do interior, e tinha acesa as banquetas dos 4 Altares laterais e 2 Capelas fundas abertas no meio das paredes laterais, e estava com o alto trono todo aceso. Feita a oração na Capela funda do Sacramento, subimos os muitos degraus do vasto presbitério e aí cantou-se o Te-Deum a música alternada com canto-chão, depois do que pondo-se de joelhos o Vigário leu a oração da Visita, e em seguida eu ao lado da Epístola cantei a oração do orago que é N. Sra. dos Remédios, e subindo ao trono concedi os 40 dias de Indulgências, e cantado o Confiteor dei a absolvição e a Bênção solene. Não se expôs o Ssmo. como seria fácil por estar tudo preparado para que adiante do Sacramento exposto não se embaraçassem as próprias cerimônias do ato. Depois de despir os paramentos subi ao púlpito e tomei por texto as palavras Multifariam multisque modis etc. e falei da missão da Igreja e da dos Bispos, mormente em Visita. Quando tornei para casa que é fronteira à Matriz acompanhou-me a música e numeroso concurso de Fiéis que alvoroçados me beijavam o anel (LACERDA apud LEMOS, 1987, p. 338).

O Mês de Maria foi iniciado em 1907 na Igreja de Santa Rita, no altar de Nossa Senhora da Conceição, sob a liderança de Zulmira do Amaral Costa. Durante todo o mês de maio eram realizadas ladainhas, terço, ofertas de flores e, no dia 31 de maio, Missa Solene e procissão, terminando a festividade com a Coroação de Nossa Senhora e *Te-Deum*[307]. Em comentário do paratyense Samuel Nestor Madruga Costa, intitulado "A Procissão das Moças[308]", verificado no Jornal "O Pharol", Paraty, 9 de junho de 1907, Nº

---

306 Até a década de 1996, durante as festas de N. S. dos Remédios e Divino Espírito Santo, ainda eram presentes estes arcos de bambú no largo e entrada da igreja Matriz, na igreja de Santa Rita e nas capelas da zona rural de Paraty.

307 Constavam também de Missas acompanhadas de órgãos, cântico e bênção com o Santíssimo Sacramento, quando foi celebrada na Igreja de Santa Rita.

308 Brancas, muito brancas, suavemente brancas, lá iam as duas filas cândidas de moças, mas de uma brancura puríssima de neve banhada de luar. Apenas interrompia este harmonizar de alvuras o tremeluzir dos cirios vacilantes porque ainda eram claros, muito claros, cristalinamente claros, os cânticos suaves. Dir-se-hia um desfilar sonoro de açucenas. De quando em vez surgia do meio das flores animadas o andor, de um santo, que parecia repousar em pedestal de pétalas castíssimas. E logo após anjos, creanças meigas de azas tenras pequeninamente abertas, - o batalhão da inocência. E desfilava a procissão das moças. As vezes no trajecto, flores alcatifavam o solo onde passava o prestito; as vezes no trajecto, pétalas cabiam esparsas sobre as flores que passavam – Eram então: flores, flores e flores. E a imagem da Virgem era docemente meiga

42, p. 3, o autor deixa evidenciados os detalhes da procissão de encerramento do “Mês de Maria” em Paraty, iniciado na Igreja de Santa Rita no início deste século, com a participação da imagem de Nossa Senhora da Conceição no cortejo. Posteriormente, em 1908, essa cerimônia passa a ser realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, com a imagem da padroeira (Figs. 316 e 317), contando com a coordenação de Maria Thereza de Alvarenga Corrêa. Tais informações estão registradas em programas da Festa do Encerramento, publicados nos jornais locais, descrevendo o modo como eram realizadas as procissões, com Missa Solene e Coroação. Data deste momento um arco curvo instalado na face posterior da imagem, em que durante os 31 dias do mês era depositado um lírio de papel por um dos anjos que integravam o cortejo para a oferta da palma e a coroa, finalizando com aspersão de pétalas de flores ao dobre de campainhas, sinos e espoucar de foguetes. Em 1919 o festejo esteve a cargo da Presidente do Apostolado da Oração, Maria Antonietta da Gama Veiga, - “Maroca Gama” - (A RAZÃO, 1919, Nº 34, p.1).

Esse modelo, com a participação de muitas crianças vestidas de anjo e destaque de uma flor vinculada aos hinos Marianos, foi também seguido pela professora Geisa Panaro Ramiro nas décadas de 1960 e 1970; e por Sirley de Fátima Coupê Dantas, Lucília Maria Cananéa da Costa e Edson José de Oliveira na década de 1990.

Fig. 316: N. S. da Conceição

Fonte: Acervo MASDP

Fig. 317: Cerimônia do mês de Maria
Igreja Matriz

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

embalada pela cadencia religiosa daqueles cânticos, e pela marcha cadenciada daquele prestito. E como um murmuroso ceciar de brisas perpassando em campo de açucenas uma sucessão moduladissima de vozes percorria o imponente sequilo em um relevar solene de harmonias:- era quando se evolava em busca do infinito em porções chromaticas de amor o hymno... No céu, no céu, com minha Mãe estarei...Fallavam no futuro, no tempo mysterioso das duvidas...Mas naquele momento sublime de transporte, naquele pedaço de terra, onde havia, virgens de branco, anjos alados, flores esparsas, muito amor em mystica concentração religiosa, seria diferente o céu?...Não sei...o que sei é que...brancas, muito brancas, suavemente brancas là iam as duas filas candidas de moças, mas de uma brancura pussisima de neve banhada de luar. Paraty, 3 de Junho de 1907. Sam. Costa (O PHAROL, 1898-1907, Nº 42, p. 3).

Quando passou a ser realizada na Igreja Matriz, a celebração ficou sob a coordenação do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus - que, na época, estava recém fundado em Paraty. O Mês de Maria era o momento para congregar as senhoras e os jovens da cidade, com uma grande quantidade de crianças vestidas de anjo e moças vestidas de Virgem. No último dia da festa, os participantes ainda são contemplados com os tradicionais cartuchos de doces, em forma de cornucópia, lembrando a fartura.

A Festa do Espírito Santo constituía, juntamente com a da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, as maiores celebrações de Paraty, embora não possuísse Irmandade; até os dias atuais ainda é realizada por um Festeiro e comissão de encarregados. Conseguimos realizar um levantamento de seus festeiros desde 1818 até os dias atuais que, embora com lacunas de informação, dá uma noção de sua permanência dentro da comunidade, atravessando séculos conforme podemos verificar na listagem de festeiros que constam do (ANEXO 24).

Encontramos junto à documentação da Paróquia de N. S. dos Remédios a 1ª via de recibo de pagamento da cera adquirida para os festejos, levando a crer que, além da preocupação com as solenidades, está registrada sua realização por um festeiro anual:

> Receby do Senhor Manoel Joaquim Alz Leite com a ajª de seo cunhado Arceno da Silva Soares, duas libras de sera q.e emportou hum mil quatro centos e quarenta Reis para o Espirito Santo, que como festeiro este anno recebi a dita Sera, e para sua clareza passo este que assignei. Paraty 13 de Junho de 1818. José Luiz Campos do Amaral. (PAROQUIA DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1818, DA).

Consta do Inventário dos bens, joias e alfaias pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios "[...] Uma Imagem de São Francisco de Paula [...] Um nicho com Emblema do Divino Espírito Santo" (INVENTÁRIO DOS BENS DA IRMANDADE DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1933, p. 1 e 4). O nicho com o emblema do Divino era instalado no retábulo de São Francisco de Paula.

No Balancete da Festa do Divino Espírito Santo de 1920, encontramos nas Despesas realizadas, além dos gastos com objetos que fazem referência à parte religiosa da festa - como a reforma da bandeira para esmolar na Costa, a pintura do mastro e sua "ascensão", a cera e o incenso - vinhos, queijos do reino e cerveja. Chama atenção o "Auxilio a 18 marujos da contradança[309]" e a construção da barca "Imperial" para os

[309] Em artigo sobre a festa do Divino no Jornal a Razão de 1920 consta "[...] bem ensaiada sob a direção do Sr. Nestor Torres, salientando-se a barca "Imperial" do comando de Horácio Walfrido da Silva. (A RAZÃO, 1920, Nº 31, p. 1). Esta dança dos Marujos em sua apresentação utilizava uma pequena barca de madeira. Seu uniforme era de marujos e do oficial. A cidade vizinha de Angra dos Reis, ainda realiza essa apresentação durante os festejos do Divino. Devemos registrar também a presença da "Dança do Caiapó", em que seus figurantes vestidos de índios apresentavam a simulação que antecede os preparativos para uma guerra, com arcos e flecha, levando na cintura um pedaço de cipó caboclo que, no final era trançado por todos os seus

marujos. Chama atenção ainda que, nesse mesmo ano, foi feita a aquisição de "[...] Pannos, galões, pregos etc., para o trono, Imperial e tablado, 94$500; "[...] "Reforma e douragem da Custódia do Divino, 40$000; Acquisição de um nicho dourado para a mesma 140$000" (A RAZÃO, 1920, Nº 33, p.3). Em 1922 constam das Despesas itens como reformas de bandeiras, instrumentos da folia, a confecção de emblemas do Divino (pequenas medalhas que eram distribuídas) e "um andor para o Divino" (A RAZÃO, 1922, Nº 48, p.3).

De origem portuguesa, em especial da Ilha dos Açores e Madeira, quando o gado bovino passa a ser trazido para o Brasil[310], a festa do Divino é comemorada 50 dias após a Páscoa, no Domingo de Pentecostes ou Domingo do Espírito Santo, em homenagem à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Não encontramos informações sobre a existência da Irmandade do Divino Espírito Santo em Paraty. Segundo Gonçalves, é vasta a área de ocorrência dessa festividade: Açores, Canadá, Estados Unidos e Brasil, em especial no Sul e Sudeste. Sua origem é situada no século XIV, associada à Rainha Santa Isabel (1271 - 1336), esposa do Rei Dom Diniz: "[...] Os mitos de origem da festa referem-se à sua criação no século XIII, em Portugal. Mas há referências à sua existência na Alemanha e na França, ainda no século XII [...]" (GONÇALVES, 2007, p. 197).

Esta festa praticamente é iniciada no Domingo da Ressurreição. O mastro pintado de vermelho e branco ostenta em sua extremidade uma bandeira em folha de flandres, originalmente tendo em uma face a pomba do Divino em forma de vôo, no centro de um triângulo representando o delta místico ou a Santíssima Trindade e, na outra, a coroa e o cetro do Imperador do Divino. É também encimado por uma pomba em madeira entalhada em atitude de vôo, assente sobre um globo pintado de azul. O mastro[311] é erguido ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

Fato curioso é que a referida peça sempre constou do Livro de Inventário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - e era de lá que saía em procissão para ser erguido; e após o arreamento, ali novamente era depositado. Muitos fiéis fazem promessa para carregá-lo ou simplesmente tocá-lo com as mãos. A bandeira original,

componentes e ali era assentado o cacique e elevado para o alto. Até a década de 1970, ainda era possível assistir essa apresentação durante os festejos da Padroeira e do Divino no adro da Matriz sob a coordenação do Mestre Pedro Severino.

[310] Consta que teria sido em 1534 por iniciativa de Martim Afonso de Souza, quando começaram a ser trazidos do arquipélago de Cabo Verde para a capitania de São Vicente. É interessante observar, pois junto com o gado consta que vieram carpinteiros especialistas na confecção de carros de bois.

[311] Coluna de madeira lavrada de seção circular geralmente pintada nas cores referente às Irmandades e aos oragos. Mircea Eliade, ao analisar os três níveis cósmicos – Terra, Céu, regiões inferiores, relata a comunicação entre eles através de uma coluna universal, AXIS MUNDI, que liga e sustenta o Céu e a Terra, e cuja base se encontra cravada no mundo inferior que se chama "Infernos" (ELIADE, 2010, p. 38, grifo do autor).

datada do século XIX, integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty (Figs. 318 e 319).

Segundo Câmara Cascudo, “a bandeira do santo no alto do mastro informa que ele está presente na sua festa e aguarda o concurso de seus fiéis”. (CASCUDO, 1962, p. 469). A partir desse momento, inicia-se a folia - bando volante que, com uma bandeira e alguns instrumentos musicais - percorre o município, angariando donativos para o Divino. Estas visitas culminavam com jantares e bailes tocados a viola, ocorrendo na zona rural de Paraty, nos locais onde pousavam os músicos.

Fig. 318: Divino no triângulo entre nuvens

Fig. 319: Coroa e Cetro do Imperador

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Nos dias atuais, aproximando-se o período da Festa, a cidade se prepara para viver intensamente esses dias de celebração, sob o comando de um festeiro que ainda é escolhido entre as pessoas de destaque da cidade. As ladainhas são iniciadas nove dias antes do Domingo de Pentecostes, com a igreja ornamentada na cor vermelha. Os fiéis partem todos os dias da casa do festeiro, local onde também é montado uma espécie de trono, ou altar, em que ficam expostas a salva, coroa e cetro do Imperador do Divino, para as orações e as bandeiras. Essa novena possuía música própria, conforme atestam as partituras intituladas “Novena do Espírito Santo”, ainda existentes no arquivo da Banda Santa Cecília, atualmente sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Paraty (Figs 320 e 321).

Fig. 320: Trono da Casa do Festeiro - 1982

Fig. 321: Coroa, cetro e salva do Imperador do Divino Espírito Santo - 1982

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Devemos destacar que o atual altar ou trono montado na casa do festeiro veio substituir o antigo Império do Divino, que existiu até meados do século XIX nas imediações da Matriz, costume ainda mantido na Ilha Terceira dos Açoites. No fundo do atual altar ou trono do Divino é usado um estandarte com pintura de vista panorâmica de Paraty, encimada pela pomba do Divino Espírito Santo e a inscrição em latim *Sub Umbrae Alarum. Tuarum. Protege-nos*[312]*.*

No Sábado havia distribuição de carne e pão aos pobres, como era costume ser feito na Corte do Rio de Janeiro, sendo que lá, esses eram distribuídos aos presos da cadeia (Figs. 322 e 323). O bando precatório nas ruas recolhia esmolas para a festa. Era também servido o almoço do Divino na casa do festeiro e, no período da tarde, havia jogos e brincadeiras, como o pau-de-sebo, corrida de saco e o leitão ensebado.

Fig. 322: Viveres levados aos prisioneiros no Na dia de Pentecostes

Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Jean Baptiste Debret - p. 227

Fig. 323: Distribuição de carnes aos pobres na Festa do Divino - 1982

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

[312] Quer dizer: Sob vossas asas protegei-nos, pintado em 1962 pela pintora Fogaça que esteve em Paraty durante os festejos do Divino e doou para a Igreja Matriz de N. S. dos Remédios.

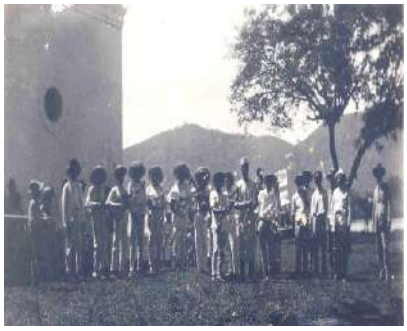
Neste dia, era costume aparecerem as figuras do boi[313], acompanhado do cavalinho e da Miota, e um rapaz tocando caixa, que divertia as crianças e molecadas com suas correrias. Este boi de pano faz referência ao gado que vem para o país no século XVI. Durante as brincadeiras ou no encerramento da festa, o boi de pano é também dividido em pedaços, através de versos alusivos às pessoas de destaque da cidade, ao modo dos repentistas do Nordeste do Brasil, intitulada: Embolada para ser cantada pelo capinha do boi, nas festas do Espírito Santo – Letra de Cleantho Maranhão, década de 1940.

O Domingo do Espírito Santo, último da Festa, é despertado com alvorada pela Banda, pela Folia, pelo repicar dos sinos das igrejas e por um grande foguetório. A missa solene é iniciada às 10 horas, após a chegada do andor em forma de baldaquino encimado por cruz torneada, peça datada do início do século XX, anteriormente com belo douramento conduzindo o emblema do Divino Espírito Santo; do "Imperador", herança portuguesa representada por um menino ou adulto, vestido a caráter com calções de veludo, sapatos de entrada baixa, meias e o manto púrpura decorado com arminho, acompanhado dos vassalos e seus pagens, conduzindo a coroa, o cetro e a salva. O Imperador coroado ao final da missa e seguindo para o "Império do Divino" na Praça da Matriz, onde se senta para assistir as danças (Figs 324, 325 e 326) em sua homenagem: Dança dos Velhos, Fitas, Jardineira, Cayapô, Marrá Paiá e Xiba Cateretê[314].

Fig. 324: Dança Xiba Cateretê

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 325: Dança dos Marujos



Fonte: Escritório Costa Verde IPHAN – Paraty - RJ

Fig. 326: Dança dos Velhos

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

[313] Figuras em tamanho natural montadas em estruturas armadas com taquara e revestidas de tecido pintado. Para a cabeça do boi, usa-se uma caveira do animal e reveste-se de tecido. Este é sempre acompanhado do capinha, "seu dono" e do cavalinho que o direciona, possivelmente em alusão às touradas. A miota, de grandes dimensões, segundo a tradição, para olhar o interior dos sobrados. Apresenta-se sempre enfeitada, portando "anquinhas", enchimento na parte posterior da indumentária feminina, muito em uso no século XIX.

[314] A primeira era uma farsa dançada com música própria, inspirada nos saraus do século XIX, na Corte do Rio de Janeiro, originalmente integrada apenas por homens, metade vestidos de mulher e a outra de homens. Com o passar dos anos foi agregada a participação de mulheres; a segunda homenagem à árvore; a terceira, homenagem à primavera; a quarta, a dramatização de uma preparação para uma guerra; a quinta, grupo de Moçambique de Cunha – SP, em Paraty, conhecido como Marrá Paiá, referência aos guizos de bronze que são presos a uma correia e amarrados à perna. Tradicionalmente vêm dançar nas festas do Divino, Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; e a sexta, grupo de Tarituba em Paraty, que se apresenta com suas danças de roda também executadas em salão.

Alguns jornais do final do século XIX mencionam a realização de cavalhadas na praça, assim como de uma marujada em 1920. O Imperador distribuía medalhas e lembranças da festa, exibindo na mão um anel, que era beijado por todos. Havia, também, o costume de soltar presos comuns por indulgência "imperial". Após as diversões, o Imperador se dirigia para a casa do festeiro, onde participava de uma mesa de doces acompanhado pelos convidados. É possível que durante as obras da igreja Matriz de N.S. dos Remédios de Paraty em 1840 os festejos de Pentecostes tenham sido realizados na igreja de N.S. das Dores, localizamos Ofício em que a Câmara de Paraty solicita aos Mesários da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, para "[...] facultar a capella de Nossa Snra. das Dores, q' VV. SS. administrão, para a celebração da missa do Espírito Santo na forma determinada nas Instruçõens de 26 de Março de 1824 (LIVRO DE REGISTRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA, IHAP, 1840, p.139).

À tarde, era realizada a procissão solene com a imagem do Divino Espírito Santo com bandeiras, a presença do Imperador, de anjos, de meninas vestidas de virgem e de outras irmandades incorporadas, que eram convidadas a comparecer. Após a chegada da procissão na igreja, era realizado o *Te Deum Laudamus*. Anteriormente, a entrega da Coroa e da Bandeira ao novo festeiro era feita no período da manhã, passando, posteriormente, a ocorrer após as cerimônias do período da tarde. A Festa do Divino Espírito Santo encerrava-se com um grande leilão de prendas e com uma queima de fogos de artifício.

Fig.327: O Imperador do Divino e Vassalos

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 328: Andor do Divino Espírito Santo

Fonte: Themilton Tavares

Devemos destacar também a festa de Santa Terezinha, celebrada em 1.º de outubro com a distribuição de rosas. Essa devoção foi iniciada em Paraty através da oferta da imagem da Santa à cidade por Nilton Martins Giglio, em 8 de setembro de 1929 (Fig. 329) e foi reativada por Maria Gibrail Rameck na décata de 1970. O Jornal "A Verdade" de 15 de setembro de 1929, ao mencionar a Festa de N.S. dos Remédios registrou: "[...] Teve

grande concurrencia a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, realisada domingo passado. Entre as imagens que sahiram em procissão, destacou-se a de Santa Therezinha. Essa imagem foi offertada pelo menino Nilton, filho do Sr. Luiz Giglio de Castro (A VERDADE, Nº15, 1929, p.2).

Fig. 329: Andor de Santa Therezinha - anos 1930

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Dentre as festas religiosas realizadas em capelas nas imediações da cidade ou na zona rural, não podemos deixar de citar a de São Pedro de Alcântara, patrono da Santa Casa de Misericórdia, celebrada no dia 19 de outubro. Nesse dia era eleita a nova Mesa Administrativa da Irmandade para o ano compromissal, que se iniciava no dia do santo, e rezada uma missa pela manhã e uma ladainha à noite na capela, que ficava aberta à visitação durante todo o dia. À noite, geralmente, era realizado um leilão de prendas em benefício da Casa de Caridade, acompanhado por uma banda.

A Irmandade de São Pedro de Alcântara, instalada em edifício iniciado em 1822 e cuja pedra fundamental foi lançada somente no dia 13 de outubro devido a “copiosa e duradoura chuva”, tem por patrono o Glorioso São Pedro d’ Alcântara, santo que guarda o nome da família de Sua Majestade Imperial. No dia anterior seria data da aclamação de D. Pedro I.

Benedito Freitas, membro do Ateneu Angrense, nos informa que o fundador da Santa Casa de Paraty foi o Irmão Lourenço (na vida civil Lourenço Pereira): “[...] Sabe-se que em 1767 estava no Serro Frio onde recebera o hábito de São Francisco (FREITAS,

1977, p. 40 a 44). Verifica-se aí que essa instituição de Misericórdia[315] foi iniciada por um franciscano; e para sua continuidade contou com o apoio do Guarda-Mor Domingos José Vieira, proprietário de Sesmarias no final do século XVIII e início do XIX, entre elas a sesmaria da Graúna, recebida através de Carta Régia de 02 de março de 1796. Em seu Compromisso (ANEXO 25) constam 18 Capítulos e foi encaminhado para confirmação à Mesa do Desembargo do Paço em 22 de setembro de 1828; e após a provisão de confirmação foi constituída a mesa que prestou juramento[316], em 15 de maio de 1832. Deveria integrar a Irmandade suficiente número de irmãos para que houvesse maior desempenho nas obras de Misericórdia.

O juramento dos Irmãos, com as mãos sobre os Santos Evangelhos, era realizado na antiga capela interna, de joelhos diante do retábulo do padroeiro, passado na década de 1940 à capela externa ainda existente, ali confirmando o serviço de Deus e bem da Irmandade, bem como os segredos em seus atos. A principal obrigação era acudir a Santa Casa, quando eram chamados pelo toque da campainha com a insígnia da Irmandade. Vários eram os encargos dos irmãos e quatro vezes ao ano deveriam comparecer à Santa Casa; entre elas estavam os que não podiam usar ou prevalecer de dispensa alguma:

> A primeira vez será o dia de São Pedro d'Alcantara Padroeiro desta Sancta Casa para assestirem a Festividade; a segunda dia de Todos os Santos a tarde para acompanharem a Procissão dos Ossos; a Terceira a 8 de Dezembro para assestirem a posse dos Definidores, que hão de aconselhar a Meza nos negócios da importância da Irmandade; a Quarta será Quinta-feira d'Endoenças para visitarem o Sancto Sepulchro nas Igrejas, em que estiver exposto o Santissimo Sacramento (COMPROMISSO, 1828, p. 2 e 3).

[315] As Irmandades de Misericórdia em seu ideário e compromissos deveriam realizar boas ações e as chamadas obras corporais: 1 - dar de comer aos famintos, 2 - dar de beber a quem tem sede, 3 - cobrir os nus, 4 - dar pouso aos peregrinos, 5 - curar os enfermos, 6- visitar os presos e 7- enterrar os mortos.

[316] O Provedor, Manoel Joaquim Pereira da Silva; O Escrivão, José Luiz Campos do Amaral; O Thesoureiro, Luiz Manoel de Almeida; Os Conselheiros, Padre Joaquim Marianno do Amaral Campos; Padre Francisco Antonio de Carvalho; João José da Motta; Manoel Francisco de Carvalho; Manoel Joaquim Alvarez Leite; José Joaquim de Souza; José Ayres da Gama; João Rodrigues Ferreira; Os Definidores, Francº Alvares da Cunha Castello Branco; Antonio José Pereira da Cruz; Padre Antonio Abi de Souza; João Ayres da Gama; Antonio d'Azevedo Fonseca; João Luiz Vieira Lima; Manoel Antonio Vasco da Gama; Domingos Fr. Vrª; José Antonio da Silva; Luiz Pavão de Moraes; O Benfeitor Domingos José Vieira Lopez (COMPROMISSO, 1828, p. 13).

Fig. 330: Retábulo de São Pedro de Alcântara

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 331: São Pedro de Alcântara

Fonte: Flávio Santos de Paula

Essa obrigação da Quinta-feira de Endoenças para visita aos sepulcros das igrejas faz menção às obrigações da Irmandade da Misericórdia, também responsáveis pela Procissão de Endoenças, cujo nome popular também fiou conhecido, como visto anteriormente, como Procissão do Fogaréu[317]. No Rio de Janeiro, era da responsabilidade da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia, assim descrito o cortejo:

> "Diante irá a bandeira (da Misericórdia) a qual levará um irmão nobre e às ilhargas da bandeira irão dois irmãos, um nobre e um oficial, com dois toucheiros e diante da mesma bandeira irão outros irmãos com suas varas pretas, um nobre e um oficial, e um homem de azul, e detrás dois clérigos cantando a Ladainha. Depois se seguirão, por intervalos acomodados, seis insígnias da Paixão de Cristo, que levarão seis irmãos, três nobres e três oficiais, de maneira que a primeira leve um irmão oficial e a última um irmão nobre. Às ilhargas de cada uma destas insígnias, irão dois irmãos, um nobre e um oficial, com suas varas pretas e detrás dois clérigos cantando a Ladainha. Da bandeira da Misericórdia até à primeira insígnia irão as pessoas que por sua devoção quiserem ir, e da primeira insígnia até a sexta irão os disciplinantes. Seguir-se-á logo a Irmandade da Misericórdia por uma parte e outra sem insígnia no meio. No fim da Irmandade irão quarenta tochas e no remate a imagem de Cristo conduzida pelo Escrivão e ladeada por quatro tocheiros. Diante da imagem irá o Provedor, seguido pelos capelães cantando a Ladainha. Depois destes irão duas insígnias de Cristo Morto, ladeadas pelos competentes tocheiros e precedidas de dois irmãos com varas pretas, e detrás mais dois clérigos" (COARACY, 1965, p. 330).

[317] Nos informa o autor que embora o documento faça menção à presença da imagem no final do cortejo, essa peça era um painel com a representação do Senhor da Cana Verde, como eram os outros, retratando as cenas dos Passos da Paixão em moldura oval. Esses painéis ainda estão guardados na Igreja de N. S. do Bonsucesso no Rio de Janeiro, de onde saía o cortejo. Em Paraty, como a Irmandade da Santa Casa se reunia originalmente no consistório da igreja Matriz, possivelmente seus irmãos eram os responsáveis pela procissão e acompanhavam a visita aos sepulcros, conforme determinava seu compromisso e como ainda visita a Procissão do Fogaréu, as outras igrejas da cidade até os dias atuais.

D. Pedro Lacerda, em visita à Santa Casa de Misericórdia, realizada em 3 de março de 1875, percorreu todos os ambientes e registrou a presença do acervo da Irmandade ainda no local[318]: “[...] Viu um retrato antigo do Imperador em fumo, e outro a óleo do atual Barão do Bom Retiro, Benfeitor da Casa. “O médico assistente é o Dr. Antonio Constantino do Vale Guimarães, que foi companheiro de estudos do meu mano Dr. Vicente” (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 339).

No dia dois de novembro, os mortos eram reverenciados com missa na Matriz e com uma procissão que seguia até o cemitério, onde era celebrada outra missa, na capela de São Francisco de Assis. Era costume cobrirem os túmulos neste dia com toalhas, candelabros, jarros com flores, bem como a aspersão com água benta sobre os mesmos, que tinha como destaque sobre a cruz uma coroa de folha de flandres com flores esmaltadas. Exemplares dessas coroas ainda podem ser vistos no Museu Casa da Hera em Vassouras – RJ e no Museu Jaguaribano no Aracati – CE.

O ano se iniciava com as visitas às casas onde se armavam o presépio, desde o Natal até o dia de Reis, em seis de janeiro, assim noticiadas “[...] Conclusão de presépios nas casas particulares (O PHAROL, 1906, Nº 19, p. 3). Grupos que poderiam ser compostos por senhoras e senhoritas, algumas vezes acompanhados das corporações musicais existentes na cidade ou de instrumentos musicais muito simples despertavam alegria na vida tosca do interior com a Folia de Reis, sob a direção da Senhora Faustina Agostini e do Professor Benedicto Borges, algumas vezes acompanhada da corporação musical “25 de Dezembro”, na década de 1910.

A **Irmandade de Santa Rita e Santa Quitéria**, pelo que registram os Capítulos da Visita de Monsenhor Pizarro em 1749, já existia, passando posteriormente por reedificações e reformas. Possuía inicialmente como patrimônio duas moradas de casas novas sobre pilares e nove braças de terra junto ao adro da capela. Possivelmente esta Irmandade teve momentos de dificuldade, ocorrendo a necessidade de dispor de seus bens, conforme se verifica nos autos de arrematação de imóveis, datado de 1833, feito em praça pública pelo Porteiro José Joaquim de Souza, em pregões iniciados em 04 de novembro de 1833. Foram vendidos cinco imóveis pertencentes à Irmandade de Santa Rita: três à Rua da Praia, atual Rua Dona Geralda um a Rua do Fogo e outro à Rua da Lapa esquina com a Rua da Ferraria.

Consta no Livro nº 19 de Notas do extinto Cartório do 2º Ofício desta Comarca, hoje Ofício Único, às folhas 18/23 v., o registro nº 4, de 12 de julho de 1910 – Registro do Compromisso (ANEXO 26) da Irmandade de Santa Rita, datado de 1809:

[318] Este acervo encontra-se sob a guarda e proteção do Museu de Arte Sacra de Paraty, trata-se do retrato a óleo de Luís Pedreira do Couto Ferraz e litografias de D. Pedro em três momentos de sua idade: jovem, adulto e idoso.

> Senhor – Dizem os irmãos da Irmandade da Gloriosa Santa Rita de homens pardos, erecta na Capella da mesma Santa, na Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, districto da Corte e Cidade do Rio de Janeiro que começando aquella Irmandade, no principio do seculo passado, com a invocação do Menino Deos, Santa Rita e Santa Quiteria e tendo os antecessores dos Suplicantes obtido do muito reverendo Cabido que então governava aquelle Bispado em sé vaga, licença para edificar uma Capella propria da mesma Irmandade, o fizeram com toda a decencia, onde se conservão em corpo de Irmandade desde o anno de 1792, sendo aquela Capella bem paramintada, festejando com toda a decencia e a maior solenindade a sua Padroeira a Gloriosa Santa Rita, acompanhando as procissões regias dando sepultura aos irmãos que fallecem, sufragando as suas almas, vindo por estes princípios a ser muito util aquella Irmandade. Como porém, para regencia certa dos irmãos, necessitam os Supplicantes ter estatutos approvados por Vossa Alteza Real, para que se digne pela sua real clemencia approvar o compromisso e estatutos que os Supplicantes offerecem, feitos por todo o corpo da Irmandade, presidido pelo seu muito reverendo parocho. Pedem a Vossa Alteza Real, se digne approvar os ditos estatutos na forma requerida (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1809, p. 18/23 v).

No referido Compromisso verificamos que, além da organização em Irmandade, a citação de “Confraria de Santa Rita dos homens pardos da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Villa de Paraty” atestava a importância atribuída pelas Irmandades brasileiras às categorias raciais e sociais, inicialmente servindo de vínculo de organização, com o qual chamavam à ordem os seus associados.

Cabe pontuar que as Irmandades possuíam personalidade jurídica: seu vínculo tinha como referência as confrarias iniciadas na Idade Média e que tiveram seu auge no decorrer do século XVIII. Os modelos eram os existentes em Portugal e adaptavam-se às circunstâncias das vilas, freguesias ou arraiais, sem perder as características de seu modelo de origem. Garantir a estabilidade social, proteção divina, propagação da vida espiritual, educação religiosa, assistência nas moléstias e enfermidades era seu objetivo principal. Sua organização é baseada nos Compromissos lavrados, examinados e passados pelo “Tribunal da Meza da Consciência e da Ordem” para revalidação e aprovação. Os sufrágios, constantes dos estatutos e compromissos, consistiam em missas que a Irmandade mandava celebrar, após o falecimento. Eram anotados no Livro de Entrada de Irmãos, como “sufragado”, após a morte. A quantidade variava conforme a hierarquia e posses das Irmandades. Outras não mencionavam a quantidade, mas sempre tinham como meta esta obrigação[319].

Em 27 de março de 1904 foi apresentado à Mesa da Irmandade o novo Compromisso, constando de 28 artigos e mais parágrafos. Depois de lidos e submetidos

[319] Anotamos diversos pagamentos ao organista para tocar nas Missas de Quinta Feira, realizada pela Irmandade anualmente, na Igreja de Santa Rita. No Capítulo 13º do Compromisso consta: “celebrar-se-hão em cada anno doze missas pelos irmãos vivos e defuntos e mais quando a Irmandade melhor puder” (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1809, p. 21).

ao Escrivão, o documento foi aprovado, sendo ordenada à Mesa a realização de cópia a ser remetida ao Bispo Diocesano, para aprovação e provisão.

> [...] Se assim entender e alcançar esta graça ficarão revogados os artigos e demais reposições contidas nos antigos estatutos organizado no ano de 1809 e que possam constar foi este Termo. Aparece a rogo de Virgulino Alves Marinho por não saber ler nem escrever – Álvaro C. Rib. Torres (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 253).

Mantenedoras de grandes e fortes elos entre os irmãos, estavam os brancos integrados nas Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora dos Remédios, as mais importantes, que tinham como destaque os homens de maior influência em Paraty. Fato inédito revelado na pesquisa é a presença de homens e mulheres na Irmandade de Santa Rita, além de escravos - alguns deles membros, outros doados à mesma pelos seus senhores.

Segundo o Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita, datável de 1860, em 01 de janeiro de 1862 a mesa deliberou sobre a indumentária que os irmãos deveriam usar - o hábito dos Agostinianos, ordem da qual Santa Rita era adepta:

> A mesa deliberou que hora em diante seos Irmãos possam usar da vestimenta seguinte: “de fazenda de loã, túnica preta comprida, capa da mesma cor, cinto de couro envernizado de pollegada e meia de largura, com fivella de osso, meias pretas de algodão ou de loa e sapatos pretos com fivellas e não havendo mais a tratar mandou que se lavrasse o termo que todos se assignarão. Eu, José Miguel de Alvarenga que no impidimento do escrivão sobiscrevy e assigney – p. 202 v. (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 202 v).

Em 02 de janeiro de 1863, através de deliberação da Mesa, foram confeccionados quatro hábitos, segundo concessão feita pelo Bispo, para as funções da Irmandade. No Termo de Concordata de 23 de junho de 1863, uma vez que os irmãos não haviam se apresentado com os seus hábitos, a mesa colocou em vigor o Capítulo sexto do Compromisso, mandando fazer “opas” para assistir e acompanhar as “funções Divinas”:

> 6º- Será esta Irmandade obrigada a acompanhar em bem composta e devota corporação debaixo de crus as procissões regias e a de Nossa Senhora dos Remédios como Padroeira desta Villa, somente com suas opas brancas que terão no lado esquerdo uma palma enlaçada com três coroas emblema dos três estados em que os quaes deu a Gloriosa Santa Rita virtuosos exemplos (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1809, p. 19 v. e 20).

A cor branca foi posteriormente substituída pela cor palha, possivelmente pela existência do branco nas opas das Irmandades de Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora do Rosário. Em 20 de junho de 1889, no Termo de Deliberação e Concordatas, o tesoureiro declarou que a Irmandade tinha falta de Opas e tochas. Ouvida a Mesa,

ordenou que se suprisse as Opas necessárias com borlas e emblemas de Santa Rita, sugerindo que se fizesse uma com distinção para o "Juiz" da festa[320]. Em 27 de novembro de 1902, o irmão Thezoureiro Álvaro Conrado Ribeiro Torres apresentou as cartas do Revmº. Padre Cezar João Iera, enviadas da Itália, tratando do preparo de opas para a Irmandade, destacando: "cuja falta tem ocupado seriamente o espírito de todos os Irmãos e dificultado esta associação religiosa solenizar as festas de seu orago". Em 31 de julho de 1903, foi efetuado o pagamento registrado no Livro Caixa de Irmandade de Santa Rita.

> Deve esta Irmandade de S.ª Rita ao Reverendo Padre Sezar João Iera a Importância de 680 liras de 30 opas de seda que esta Irmandade mandou vir da Europa por intermédio do mesmo Iera Dinhº a Eduardo Pinto da Fonseca para direitos da Alfândega mais despesas - 248$800 réis (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 – 1925, p. 15 v).

Os integrantes da Irmandade de Santa Rita de Paraty, segundo seu Compromisso, eram os pardos libertos do sexo masculino e feminino, os escravos, padres, bem como homens e mulheres brancos que por sua devoção queriam integrar a citada Irmandade. Todos tinham que dar pela sua entrada seiscentos e quarenta réis e anualmente trezentos e vinte reis. Não temos dúvidas de que durante todo o setecentos, seus membros na maioria eram do sexo masculino. Os Livros de Entrada de Irmãos da Irmandade de Santa Rita, datados de 1852 e 1910 e de 1913 a 1950, fazem referência apenas ao século XIX e primeira metade do XX (ANEXO 27).

Ainda na primeira metade do oitocentos, ao contrário das épocas anteriores, quando a atuação do sexo masculino era maior, constatamos um número crescente de mulheres que iriam caracterizar esta Irmandade, cujo espírito religioso transformar-se-ia de forma mais abrangente em "devoção", levando as pessoas da área urbana e rural a participar de várias associações - sobretudo as mulheres, que integravam diversas Irmandades Religiosas. Algumas mulheres já eram atuantes em outros templos da cidade, como é o caso de Geralda Maria da Silva, a grande benfeitora da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. D. Francisca Maria do Amaral Cruz, mãe do Marechal Manoel Euphrásio dos Santos Dias, um dos heróis da Guerra do Paraguai, que também tomou parte nos combates de Itororó e Avaí, teve a urna de seus despojos, confeccionada em mármore de Carrara, transformada em pia batismal, integrando o batistério da Igreja de Santa Rita. Por sua atuação e presença na cidade, transcrevemos seu registro no quadro constante dos anexos citados acima.

A aquisição de recursos financeiros era fator importante para a sobrevivência de qualquer irmandade e sua ascensão posterior. Um dos meios utilizados era a contribuição

[320] Anotamos o pagamento de seda para Opas, 12 borlas, cadarço, linhas gratificação, 1 borda dourada e 1 emblema de Santa Rita. (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1889, p. 58).

pessoal na entrada (jóia), mesadas e anuais (ANEXO 28), além de doações e legados em testamento, como vimos acima com o Irmão Benfeitor Felicíssimo José Alves Vieira. Destaque-se a doação de escrava de nome Maria, constante do Termo de Posse e de Concordata datável de 15 de agosto de 1872, conforme segue:

> [...] Thezoureiro fez ver a mesa que dos bens da Falecida Maria Lodovina Zefferina de Morais, como devedora a esta irmandade recebera a quantia de trezentos e treis mil reis, e que entre estes bens da mesma falecida achava-se "epotechada" e Penhorada a esta irmandade uma escrava de nome Maria já idosa a qual se acha vendida sem autorização dessa irmandade, o que a meza deliberará. Ouvi da mesa ella autorizou ao Thezoureiro para tratar com um advogado p. afim de arrecadar a ditta escrava. Tendo em vista o mesmo Thezoureiro que esta irmandade não tenha prejuízo. Autorização para despezas necessárias na Capella (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 216).

O valor das importâncias dependia da Irmandade, dos cargos ocupados e do poder econômico dos que a integravam, bem como o que estava registrado no Compromisso, conforme anotamos abaixo:

> Capítulo 1º - Serão obrigados todos os pardos de um e outro sexo, assim libertos, como escravos que quizerem entrar nesta Irmandade, a dar pela sua entrada, seiscentos e quarenta réis e annualmente trezentos e vinte réis; e o mesmo se observará com os homens e mulheres brancas que por sua devoção quizerem entrar na dita Irmandade (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1809, p. 19).

Pelos Livros de Entrada de Irmãos da Irmandade de Santa Rita verificamos, além da presença das pessoas de destaque na cidade, como a Sra. Geralda Maria da Silva - benfeitora da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, proprietária de duas fazendas na zona rural de Paraty, a Fazenda Nossa Senhora da Conceição de Cima e a de Baixo – e a irmã de sua mãe Rita Maria de São José (LIVRO DE RECEITA E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1855, p.21), seu pai Roque José da Silva e provavelmente seus irmãos: Maria Antonia da Silva, Maria José da Silva, Brígida Maria da Silva, Anna Francisca da Silva, D. Januária Maria da Silva, Appolinário José da Silva e Manoella Rosa da Silva (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1852 a 1910, p. 5v, 9, 10v, 12, 15v, 16, 23, 29v, 37v e 45). Anotamos também a presença do Alferes Quintino de Oliveira e Souza, casado com Maria Feliciana da Conceição, seu filho Antônio de Oliveira e Souza; Manoel José de Oliveira e Souza, sua filha Beatriz Antonia de Oliveira e Souza; Joaquim Braga de Oliveira[321] (1837-) casado com Geralda Rosa de Oliveira, pais de Eponina Rosa de

[321] Joaquim Braga de Oliveira (LIVRO DE ALISTAMENTO ELEITORAL,1890, p. 20v e 21); irmão de Etelvina Braga de Oliveira; Benedicta Braga de Oliveira e Juvenal Braga de Oliveira casado com Maria Rita da Conceição tiveram o filho Antonio nascido em 05/07/1896 (LIVRO DE BATISMO, Nº 11, 1896, p. 154v); entrou na Irmandade de Santa Rita juntamente com Quintino de Oliveira e Souza; (LIVRO DE ENTRADA, 1842, p. 10v, 64); Antonio de Oliveira e Souza (LIVRO DE ENTRADA, 1867, p. 32v); Manoel José de Oliveira e Souza

Oliveira Netto e outros descendentes (ANEXO 27). O Alferes era irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty: em 1867, proprietário na localidade do Rio dos Meros, conforme se depreende da 'TUTELA' do Juízo de Orphãos da Cidade de Paraty

> Diz o Alferes Quintino de Oliveira e Souza Estabellecido com lavoura e engenho de aguardente no Rio dos Meros, deste Município, que achando-se na Casa de Claudino de Medeiros, um menor de nome Clemente, filho do finado Manoel José de Medeiros e sua mulher, em estado de pobreza, quer o Suppe. Tomando por Soldada, pegando o que for V. Sª abstrago, dando-se-lhe Feito (TUTELA DO JUÍZO DE ORPHÃOS DA CIDADE DE PARATY, 1878, CAIXA 884).

Participaram também diversos membros da família Pereira da Silva[322], integrantes da Irmandade do Santíssimo Sacramento, com destaque para o Alferes João Pereira da Silva, Rita Neves Pereira da Silva Coelho, Maria da Anunciação Pereira da Silva, Maria Rita Pereira da Silva e Hilário Pereira da Silva, casado com Maria José Pimenta da Silva, famílias "Espírito Santo" e "Maria de Jesus"[323] O Capitão Francisco Lopes da Costa, pai de Samuel Nestor Madruga Costa, Presidente de Câmara e primeiro Prefeito de Paraty e sua avó Luiza Alexandrina Ribeiro Madruga, eram integrantes da Irmandade de Santa Rita.

Destacaram-se na Irmandade os Padres: o Revº. Domingos Fernandes Vieira, Revº. Manoel Alves Velludo, Custódio José Pereira da Cruz, Vigário Francisco Justino do Amaral Vianna, Hélio Bernardo Pires e o Irmão Pedro Alves Carneiro, em cujo Termo de Concordata de 25 de setembro de 1884, segundo o despacho do Juízo da Provedoria, foi intimada a Mesa a requerer os direitos sobre os seus legados deixados à Irmandade de

---

(LIVRO DE ENTRADA, 1891, p.61v); Beatriz Antonia de Oliveira e Souza (LIVRO DE ENTRADA, 1868, p. 34); Joaquim Francisco de Oliveira Braga (LIVRO DE ENTRADA, 1891, p. 63v).

322 João Pereira da Silva, entrou para a Irmandade de Santa Rita em 1848 (LIVRO DE ENTRADA, 1852 - 1910, p. 43v); Irmandade de N.S. dos Remédios (LIVRO DE ASSENTO, 1886, p.14v). Em 1867 entraram para a Irmandade de Santa Rita, suas irmãs Rita Neves Pereira da Silva Coelho e Maria Rita Pereira da Silva; em 1868 Maria da d'Anunciação Pereira da Silva, também filhas de Antonio da Silva Maia Torres Mendengue (LIVRO DE ENTRADA, 1852-1910, p. 32 e 34). Antonio Mendengue era irmão de Antonio da Silva Maya Torres Junior e Elias da Silva Maya Torres membros da Irmandade de Santa Rita (LIVRO DE ENTRADA, 1852 – 1910, p. 46 e 47); integrava a Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1870 (LIVRO DE ELEIÇÕES, 1831 – 1955, p. 108); foi proprietário do imóvel à Rua do Comércio Nº 58, fazendo canto da Rua da Lapa, com 03 (três) portas e 03 (três) janelas de frente, e um armazém nos fundos com duas portas, com frente para a Rua da Lapa (LIVRO Nº 28, 1º Ofício, 1872, p.193 a 194v). Na esquina do imóvel descrito, em 1865 funcionou uma loja de "Fazendas e Ferragens" de Antonio Mendengue (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p.123). Hilário Pereira da Silva filho de João Pereira da Silva entrou para Irmandade de Santa Rita como "Mesário", em 1910 (LIVRO DE ENTRADA, 1913 a 1950, p.13); foi eleito por unanimidade de votos como "Thezoureiro" em 1911, passando a "Provedor", sem interrupção, até o ano de 1920, tendo neste período de 10 anos como Provedor Geral da Irmandade o Padre Hélio Bernardo Pires, também de outras Irmandades Religiosas das Igrejas de Paraty. Entrou para a Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1910 (LIVRO DE ENTRADA, 1892 a 1957, p.7).

323 Possivelmente irmãs e familiares de Isabel Maria de Jesus que integravam a Irmandade de Santa Rita: Leopoldina Maria de Jesus; casada com Silvino Ferreira Soares, teve um filho Antonio em 20/10/1902 (LIVRO DE BATISMO, Nº 13, 1902, p.175); Anna Maria de Jesus; Perpétua Maria de Jesus; Theresa Maria de Jesus casada com Eliseo Ribeiro Netto; Ritta Maria de Jesus; Delfina Maria de Jesus e Emerenciana Maria de Jesus (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1852 – 1910 e 1913 – 1950, p. 2, 4v, 11v, 12v, 14, 22, 23v e 24); Maria Antonia de Jesus; Carolina Maria de Jesus Souza e Coletha Maria de Jesus casada com Manoel Pereira de Barros; teve uma filha Luisa em 21/07/1895 (LIVRO DE BATISMO, Nº 11, p. 123v); Carolina Maria de Jesus, foi "Ajuda Juíza" da Festa de N.S. do Rosário em 1899 (LIVRO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE N.S. DO ROSÁRIO, 1850-1904, p.44v e 45).

Santa Rita e a Nossa Senhora do Carmo, imagem que integra o retábulo no lado da Epístola da nave da Igreja de Santa Rita.

Até a segunda metade do século XIX, anotamos a presença de diversos escravos e escravas, seguidos dos nomes de seus proprietários, com registro de entrada e pagamento, bem como o sufrágio após a morte. Dentro de uma Irmandade Religiosa todos usufruíam dos mesmos direitos, sendo escravos ou livres, mas verificamos na Irmandade de Santa Rita de Paraty uma distinção nos “cargos ocupados”, mesmo antes da Abolição da Escravatura.

As Festas Religiosas realizadas no templo eram custeadas com os saldos da Irmandade. Segundo o Compromisso da Irmandade, anualmente era feita a Festa da Gloriosa Santa Rita em seu próprio dia:

> Cahindo em domingo ou em outro domingo próximo, em razão ser a Irmandade também para os escravos pardos, com a Missa cantada, sermão e o Santíssimo Sacramento exposto todo o dia e de tarde procissão e para assistência do mesmo Senhor, servirão os irmãos desta Irmandade com suas opas e brandões accesos conforme o costume (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1809, p. 19).

O sermão era o momento das cerimônias internas de grande relevância e importância. Havia preocupação com a pregação, uma das formas de atualizar e de obter informações sobre as comunidades religiosas, vilas, arraiais mais distantes e até mesmo outros estados, pois os sermões não abordavam exclusivamente assuntos religiosos. A palavra servia como meio de instrução, para conhecimento dos mistérios da fé e da vida dos santos. Neste momento entrava o cargo de Capelão, cujas funções específicas, eram ligadas com o culto, defendendo os interesses e ideais das Irmandades de qualquer intromissão, razão pela qual verificamos nos Termos de Concordata e Deliberação do século XIX, para as festividades, o destaque - “sendo pregador ao Evangelho o Capellão da Irmandade”, termo que alguns autores atribuem por engano a alguns padres que residiam nos engenhos, fazendas e locais distantes, para atendimento ao culto nas capelas domésticas da zona rural.

A data de comemoração era originalmente o “seu próprio dia”, 22 de Maio, dia de Santa Rita, como foi dito acima. Em 1862, na deliberação das festividades do orago, recomendava-se a exposição do Santíssimo Sacramento no dia da festa. Uma vez que a data havia caído em “dia de serviço”, era transferida para o mês de junho ou julho. Esta situação perdurou por todo o século XIX, com sucessivos registros em diversos Termos de Deliberação e Concordata, sendo a festa transferida também para o Domingo da Trindade (primeiro domingo depois do domingo de Pentecostes), quando a mesma coincidia com o período da Festa do Divino Espírito Santo - situação que permanece até

os dias atuais, quando é comemorada no mês de julho. No Termo de Deliberação e Concordata de 10 de maio de 1877 esta situação é novamente registrada:

> com a quantia de cento e setenta e cinco mil reis, para a festividade de Santa Rita, ouvida a Mesa deliberou que se fosse feita no dia 15 de Julho do corrente anno, principiando as novenas no dia seis do mesmo mez, visto não se poder fazer no dia marcado pelo Compromisso, não só porque cahia em dia de serviço como tãobem por causa da festa do Espírito Santo (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 223 v).

Fato notável é que, no Termo de Eleição da Mesa Administrativa, de 1904[324], pela primeira vez aparece o termo “Venerável” Irmandade da Gloriosa Santa Rita. Embora com transferência da data de sua festa, o dia de Santa Rita não passava em branco, pois encontramos vários registros de despesas feitas até a década de 1950, com a Missa do dia 22 de Maio e pagamento ao vigário - na época, Padre Hélio Bernardo Pires.

As festas de Santa Rita consistiam em cerimônias religiosas internas, novenário, Missa Cantada com comunhão, Sermão ao Evangelho, exposição do Santíssimo Sacramento após a missa da manhã até o horário da procissão, à tarde, e *Te Deum* no encerramento, conforme se verifica no programa constante do (ANEXO 29). Após o novenário, com a imagem pequena visitando as casas, no dia de encerramento, geralmente em julho, percorria as ruas da cidade, no itinerário de costume, uma grandiosa procissão de encerramento com a participação de todas as imagens da igreja que integram os três retábulos da nave e capela mor, a saber: Santa Rita, Menino Jesus, Santo Antonio, Santa Cecília, Nossa Senhora da Conceição, São Brás, São Sebastião, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Lapa e Santa Quitéria. As imagens eram precedidas da Irmandade vestida de suas opas e conduzindo sua cruz, tocheiros processionais e vara de provedor, fechando a procissão com o pálio que conduzia o ostensório usado na Exposição do Santíssimo, durante todo o dia.

[324] Termo de Eleição da Mesa Administrativa, 02 de julho de 1904, p. 254.

Fig. 332: Imagem de Santa Rita - 2015

Fonte: Acervo PASCOM

Integravam o cortejo crianças vestidas de anjo, que eram contempladas com os "cartuchos de doces", que as atraíam e sempre em número crescente[325]. Estes cartuchos eram confeccionados em papelão em forma de cornucópia, lembrando a fartura e revestidos de papel crepom colorido repicado. Milagres são atribuídos durante o parto de Luís Antonio de Cássia Judice, Regina Rita Peres dos Santos e Rita de Cássia Vargas da Silva, na passagem da procissão solene pela Rua Dona Geralda.

A música para abrilhantar as cerimônias também era serviço indispensável. Sua execução não se restringia ao coro das igrejas, mas também à parte externa das festas, com acompanhamento às procissões, tocatas durante os leilões e apresentações de danças folclóricas, fechando assim o círculo com a parte profana das comemorações. Constatamos também o "[...] pagamento ao organista João Marçal em 1895 e no dia 30 de julho de 1908 "[...] Pago a D. Faustini da Cruz (da orchestra)". (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA – 1894 a 1925, p. 1v e 2) destaque-se que D. Faustina Agostini da Cruz, era irmã de Santa Rita.

---

[325] Consta os pagamentos em 1869 – 10 cartuchos; 1871 – 12 cartuchos; 1888 – 25 cartuchos; 1891 – 32 cartuchos; 1892 – 30 cartuchos. (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p.26v, 31v, 57, 63v e 65). Verificamos no Livro de Receita e Despesas da Irmandade de Santa Rita o pagamento no dia 16 de Agosto de 1891, de 03 "pandeló" para o dia da festa. (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p. 63v). No Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, de 10 de setembro de 1910, foi feito o pagamento à - "Sinhá Hi" - e -"Sinhá Bá" -, pela feitura de doces (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p.40). Encontramos em 1928 o pagamento de doces que foram fornecidos por D. Maroca Gama e D. Iracema Aquino, (D. Benzinha), provavelmente para os cartuchos. (LIVRO DE RECEITA E DESPESAS 1925 a 1939, p.12). Foi pago através do documento nº 24 a despesa de 60.00 cruzeiros no dia 05 de agosto a D. Matilde Rubem de Oliveira, por doces para o leilão. Este costume também se estendia às outras Irmandades da cidade. (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1940 a 1959, p. 26).

Havia ainda as despesas com pagamento de foguetes e incenso para as cerimônias religiosas e profanas, bem como para a pintura do templo[326]. Os foguetes também eram lançados ao ar nas cerimônias litúrgicas, novenas, ladainhas para anunciar o início, meio (quando era cantada a Ladainha) e fim dos rituais. Tornaram-se momento especial das Missas Solenes, na hora do "Santo", quando eram feitas as "Salvas" de 21 tiros; nas procissões eram também usados os foguetes, montados em flechas de ubá. Nas Ladainhas domésticas, na zona rural de Paraty, em especial nas festas de Santa Cruz, Santo Antonio, São João, São Pedro, Sant'Ana, Senhor Bom Jesus, São Roque, Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora da Conceição, são lançados no início da ladainha, saudando as três pessoas da Santíssima Trindade, na hora da Glória da Virgem e no encerramento. Os dobres de sinos para funeral e repiques para missas e festas também eram constantes, sendo registrados nos Livros da Irmandade.

Para maior brilhantismo das festas, eram necessários gastos que, em alguns anos, a Irmandade não possuía em sua receita própria, como ocorreu em 1903, no Termo de Deliberação e Prestação de Contas:

> Apresentação do livro de receitas e despezas da dita Irmandade, apresentação de saldo, apresentado diversos pareceres relativos ao programa da festividade do Orago no corrente ano, em vista a absoluta falta de recursos da Irmandade, ficou deliberado o seguinte: quatro ladainhas que deverão ter logar nas noites de 25, 26, 27 e 28 do futuro mês de Junho, acompanhada a órgão; missa a cantochão no dia 29, as nove horas da manhã e as 7 desse dia à noite, deverá ser entoada uma ladainha que terminará a festividade (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 251).

Observamos que, além da restrição e ou supressão de alguns atos da festa, neste ano a Exposição do Santíssimo Sacramento e a procissão solene não foram realizadas. Em 28 de junho de 1883, no Termo de Deliberação e Concordata, o Irmão João Pereira da Silva declarou que se houvesse a "festa do costume daria a quantia de cem mil reis"(LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 226 v).

Passagem curiosa é a que ocorreu na Ata da Eleição da Mesa Administrativa da Irmandade da Gloriosa Santa Rita, para o período compromissal de 1925 a 1926, que transcrevemos a seguir:

> O Sr. Reverendo Provedor Geral, pedindo a palavra, scientificou a Mesa que a festa realisada no dia 5 do corrente em louvor da Gloriosa Santa Rita, havia sido feita pelo irmão Antum Gibrail, em cumprimento de um voto, nada tendo despendido a Irmandade, lembrando a urgência em seu providenciado para o recebimento dos juros de uma apólice pertencente a N.S. do Carmo (LIVRO DE ATAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1909 a 1951, p. 54 e 55).

[326] Anotamos o pagamento de "10 dúzias de foguetes para as festividades". (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1855, p. 26 v).

Na janela de fundos da sacristia, foi colocado entre as barras de ferro um “Anjo Esmoler” (Fig. 333) que, além de ser a atração das crianças, também contribuiu para arrecadar esmolas para a Irmandade durante muitos anos, até a década de 1960. Com sua cabeça articulada, agradecia a todos os fiéis, conforme atesta o Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita (1940 a 1959), com as “esmolas do Anjinho”.

Fig. 333: Anjo Esmoler

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

A extração da Tômbola, espécie de loteria para fins beneficentes, com prêmios em objetos, também arrecadava fundos para a Irmandade, com seu resultado registrado no Livro de Receita e Despesas de 1925 a 1939.

A Irmandade de Santa Rita, além da festividade de seu orago, promovia ainda as festas de Nossa Senhora da Conceição, no dia 08 de dezembro; de Nossa Senhora do Carmo, no dia 16 de julho; de Santo Antonio, no dia 13 de junho e de Santa Cecília, no dia 22 de novembro. As festas de Nossa Senhora da Conceição consistiam em novenas, Missa Solene realizada no próprio altar da invocação, retábulo no lado do Evangelho da Igreja e, em alguns anos, quando era possível, a imagem saía em procissão[327]. São constantes os pagamentos de velas para banqueta e até mesmo aluguel de cera para as Missas de Nossa Senhora da Conceição registrados[328].

[327] Consta nos editais da Tribuna de Paraty: Os devotos que se encarregaram de promover o anno passado uma subscripção para os festejos da gloriosa Virgem Sra. da Conceição, vêm hoje de novo pedir a todos os fieis devotos uma esmola para se festejar a mesma Virgem Sra. no dia 8 de Dezembro próximo futuro: podendo entregar quaisquer donativos na typographia da Tribuna, onde se acha uma lista para o alludido fim. A festa constará de missa rezada com muzica, procissão e ladainha a noite. Rogam igualmente a todos os fieis devotos que quiserem concorrer com as suas esmolas o favor de o fazer o mais breve possível afim de haver tempo para se poder deliberar a festa. Paraty 28 de novembro de 1883 .- Os devotos (TRIBUNA DE PARATY, 1883, Nº 23, p.3).

[328] No dia 06 de dezembro “6 vellas de ½ para o altar de N. Sa. da Conceição”, (LIVROS DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA 1862, p. 15, 16). “Aluguel de Cera para N. Sa. da Conceição”

Ao que tudo indica, conforme registro no noticiário do jornal O Paratyense, as novenas iniciavam-se em 29 de novembro e encerravam-se dia 08 de dezembro, com a presença das comunidades urbanas e rural. Na ocasião já havia questionamento com os gastos dos recursos:

> Principiaram dia 29 do passado, na igreja de Santa Rita, as novenas de N. S. da Conceição, Padroeira do Império. A festa terá lugar no dia 8 decorrente, e segundo nos informaram constará de missa, ladainha a noite, repiques de sinos, alguns foguetes e mais ou menos povo da roça e da Cidade! Já foi o tempo em que Paraty primava em suas festas, porém hoje... gasta-se muito e nada se faz! (O PARATYENSE, 1882, Nº 6, p.2).

Esta imagem também integrava as procissões de Santa Rita. Fato que nos chamou atenção foi o registro no Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita, datado de 1860, em 02 janeiro de 1863:

> Termo de Concordata, para deliberação sobre um officio de Leôncio Manoel da Costa, dirigido ao Juis desta Irmandade, pedindo concessão para que a Imagem de Nossa Senhora da Conceição sahisse em Procissão no dia seis de Janeiro do corrente ano. A mesa deliberou com a condição de que os devotos depositassem quatrocentos mil reis na mão do Atual Thesoureiro, como provisão foi assinado um termo de responsabilidade (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 204).

As festas de Nossa Senhora do Carmo consistiam em Missa incensada realizada no próprio altar da invocação, retábulo no lado da Epístola da igreja, com distribuição de "escapulários". Os documentos indicam que era uma devoção[329] com irmãs recebendo o escapulário no dia da festa (Figs. 334 e 335).

(LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1863 a 1872, p. 34). Encontramos o registro de 30 de novembro de 1905, com a despesa de 2.000 réis de "4 metros de fita pª. o Andor de N. S. da Conceição e Dinhº para Severino arrumar o andor para o dia 8 do corrente digo mês seguinte". (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p.27). Em 08 de dezembro de 1908, foi "pago o Vigário para celebrar missa N. S. da Conceição", pago ao cantor e foguetes. (LIVRO CAIXA, 1894 a 1925, p. 27, 36).

[329] São constantes as informações referentes às Apólices de Nossa Senhora do Carmo, bem como de seus juros desde 1886, seguido pelos anos de 1887, 1888, 1890, 1891, 1892, 1894. (Livro de Receitas e Despesas, 1855, p.53v, 55, 57, 60, 62, 62v, 64 e 68).

Fig. 334: Andor de N. S. do Carmo - 1930

Fig. 335: Missa Incensada de N.S. do Carmo - 1996

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Localizamos, no Cartório do 1º ofício de Paraty, procuração datada de 29 de julho de 1889 à Mesa Administrativa da Irmandade de Santa Rita de Paraty, tendo como outorgado, José Antonio Gonçalves Santos & Cia. Estavam representando a Irmandade o Juiz João Teixeira da Silva Lemos, o Escrivão João Francisco Pereira da Cruz, o Tesoureiro Padre Custódio José Pereira da Cruz, os Procuradores Joaquim Gomes do Carmo e Francisco Miguel da Cunha Freitas; e como objeto, concediam "[...] Poderes para receber juros vencidos e que foram vencendo das Apólices Gerais da Dívida Pública averbados em nome da Devoção de Nossa Senhora do Carmo, da qual a Irmandade é Administradora (LIVRO DE NOTAS, Nº 37, ANTIGO 75, 1889, p. 50 e 50v).

Destaque-se que em 05 de março de 1887 foi feito registro sobre os "Direitos pagos a Colletoria de uma Apólice deixada em Testamento à Nossa Senhora do Carmo, por Pedro Alves Carneiro" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p. 54). Em 25 de setembro de 1884 esta situação ainda perdurava, conforme se depreende pelo Termo de Concordata

> despacho do Juízo da Provedoria, tendo sido intimada a Mesa para requerer o seu direito que tem sobre os legados deixados a esta Irmandade e a Nossa Senhora do Carmo, cujo altar se acha erecto n'esta Capela, pelo falecido irmão Pedro Alves Carneiro, assim a Mesa deliberasse a qual ficando inteirada resolveu que se passassem uma Procuração ao Irmão Antonio Luiz Ferreira de Moura, para requerer o que de direito fosse afim de arrecadar os ditos legados (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 229).

O irmão Pedro Alves Carneiro tinha grandes envolvimentos com a Irmandade de Santa Rita. Além dos relevantes serviços prestados à mesma, possivelmente era devoto de Nossa Senhora do Carmo. Carneiro era farmacêutico aprovado pela Faculdade de

Medicina da Corte, conforme consta de seu Diploma datado de 28 de novembro de 1836, o qual foi apresentado e reconhecido pela Câmara Municipal em sessão de 24 de dezembro de 1838. Residiu com Botica aberta em Paraty[330] até o final do século XIX. Em 10 de maio de 1877, doou uma nova banqueta que foi integrada ao retábulo para ser usada nos dias de festa solene, uma vez que esta invocação já possui sua banqueta de uso diário[331]. No dia 23 de novembro de 1883, o Jornal O Paratyense noticiava seu falecimento:

> Na sexta-feira 23 do corrente, das 6 para 7 horas da noite, falleceu de insuficiência tiscupide, o distincto pharmecautico desta cidade, Pedro Alves Carneiro. Caráter probo, cidadão caritativo e bem quisto de todos, deixando uma lacuna no seio deste povo, das mais difficeis de preencher-se. Cremos que não haverá em todo este município uma única pessoa que não lamente a morte de Pedro Alves. Temos sido testemunhas de sinceras lagrimas vertidas ao narrar-se o triste acontecimento e a muitas pessoas temos ouvido dizer:- Quem nos valerá em nossas dores? Quem curará nossos filhos com aquelle carinho e desinteresse com que fazia Pedro Alves? E realmente, elle nunca encontrou desculpa para negar-se a soccorrer ao necessitado que bateu á sua porta. Dorme o sonno dos justos, cidadão honrado, que este povo, unanimemente conservará gravado em seus corações o teu nome abençoado. O Paratyense curva-se reverente ante a louza que guarda teus venerandos restos (O PARATYENSE, 23/11/1883, Nº 4, p. 1).

Embora a imagem fosse detentora de Apólices, verificamos no Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, referente ao período de 1894 a 1925, que em 30 de Junho de 1909, foi feita a despesa de 4.000 réis com a Irmandade de N. S. do Carmo, não tendo sido encontrado qualquer documento ou livro que fizesse menção à existência de Irmandade legalizada. Entre as Irmandades mencionadas na Ata de 30 de agosto de 1908 do Apostolado da Oração está: [...] Procedida a leitura da acta S. Excia Revma. discorreu sobre as vantagens do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, da associação do Escapulário de Nossa Senhora do Carmo e a congregação das Filhas de Maria declarando ser o Apostolado a menina dos olhos do Bispo de Nictheroy, e que como Director diocesano desta associação todo seu zelo lhe pertenciam (LIVRO DE ATAS, 1908, p.13 e 13v).

Em 19 de setembro de 1909, foram pagos 40.000 réis a Severino da Silva Campos por "[...] ornamentos de 3 andores de N. S. da Conceição e N. S. do Carmo e St. Rita", atestando a presença da imagem na festa de Santa Rita (LIVRO CAIXA, 1894 a 1925, p.

---

[330] Residiu a Rua Tenente Francisco Antonio, Nº 58 atual Rua do Comércio, deixou entre as disposições de seu testamento, 3 apólices de 1.000 réis para N.S. do Carmo, um paliteiro de prata a Santa Casa de Caridade e a segunda parte de seus bens a Irmandade de Santa Rita. (O PARATYENSE, 1883, Nº 4, p.2).

[331] [...] o Thezoureiro fez ver que o Irmão Pedro Alves Carneiro alem dos relevantes serviços de tem feito a esta Irmandade a pouco doara com dez castiçaes galvanizados, hum crucifixo, e seis vasos, com seus competentes ramos os quaes existem no altar de Nossa Senhora do Carmo, e assim propunha para que o mesmo Irmão Pedro Alves Carneiro fosse considerado desde esta data como remido, o que a Mesa julgando ser mui justa aproposta, deliberou que o mesmo Irmão fosse remido e declarado no Livro das entradas (LIVRO DE TERMO DE CONCORDATA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1860, p. 220v).

37). O Livro de Receitas e Despesas de 1925 a 1939 também registrou o pagamento ao Padre Hélio Pires e sacristão para celebrar missa a Nossa Senhora do Carmo, bem como a Benedito Moreira, por 12 foguetes.

A festa de Santo Antonio, de caráter mais intimista, consistia em Missa Solene com distribuição de “pão bento” aos devotos que portavam a fita verde, com medalha do santo em uma das extremidades. Esta imagem integra a peanha à direita do retábulo-mor e, no dia da festa de Santa Rita, participava da procissão solene[332] (Figs 336 e 337). No Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita, datável de 1925-1939, verificamos no dia 13 de junho o resultado de uma subscrição para Missa de Santo Antonio no valor de “[...] 87.200, dia 14 despª pagamento ao padre: 15000, coroinhas; 20.000, foguetes: 10.000, cantores 20.000, pães distribuídos na missa 16000, dia 17 de junho: saldo do resultado da missa: 22.200, dádiva de um devoto: 2.800” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1925 a 1939, p. 10). Em julho de 1928, aparece o registro: “[...] Offerecido pª Santo Antonio pelo Thezoureiro” - CRÉDITO: 10.000” (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA – 1925 a 1939 p.10). A Sra. Lindalva Maria de Aquino, natural de Paraty, hoje com 87 anos de idade, informou que também havia uma devoção particular no dia de Santo Antonio, promovida por Jesuíno de Castro Rubem, conhecido por - “Seu Zizinho” -, irmão de Santa Rita, deixando pela manhã, nas janelas das residências, pães para as famílias mais necessitadas da cidade.

Fig. 336: Andor de Santo Antônio – década de 1950

Fonte: Arquivo Noronha Santos - IPHAN

Fig. 337: Andor de Santo Antonio na procissão

Fonte: Irênio de Araújo Marques

[332] Despesas com aluguel da cera para a Missa de Santo Antonio que, em 1863, 1865 e 1873 teve a música a cargo de Quintino de Oliveira Freitas (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1855, p.17, p. 21 e p. 34).

A festa de Santa Cecília[333] também já era citada no oitocentos, com aluguel de cera para a "Missa de Santa Cecília", nos anos de 1869, 1870. O Jornal "O Paratyense" de 23 de novembro de 1883 já realizava o registro destas comemorações:

> S. Cecília – O dia de Santa Cecília, não passou desappercebido nesta cidade. Ao romper da aurora a muzica percorreu algumas ruas desta cidade, e em frente a casa da sociedade muzical, foi levantado um coreto onde a noite a mesma banda tocou algumas peças do seu repertorio. As 9 horas foi também celebrada uma missa solemne na igreja de S. Rita (O PARATYENSE, 23/11/1883, Nº 4, p. 2).

Esta santa, cuja imagem integra a peanha à esquerda do retábulo-mor, é padroeira dos músicos. Era celebrada no início com cerimônias internas, passando posteriormente a ser objeto de procissões nas ruas da cidade, conforme se verifica nas fotos das décadas de 40 e 50, com a presença das duas corporações musicais existentes na cidade até o início do século – Lira da Juventude, Vinte e Cinco de Dezembro e, na década de 50, com a Sociedade Musical Santa Cecília (Fig. 338).

Fig. 338: Procissão de Santa Cecília - década de 1958

Fonte: Acervo Banda Santa Cecília de Paraty

Em 1940 foi fundada a **Irmandade do Menino Jesus**, sob a direção de Nestor Benedicto de Miranda, à época, provedor da Irmandade de Santa Rita. Era composta de crianças, meninos em uma faixa etária de 5 a 7 anos, que participavam das cerimônias realizadas no interior da Igreja e integravam as procissões de Santa Rita, levando a imagem em andor em forma de coreto (Fig. 340); vestiam opas na cor azul claro, que

[333] Constatamos que em 26 de novembro de 1898, nas arrecadações o dinheiro recebido da gratificação da corporação musical Carlos Gomes pela festa de Santa Cecília no valor de 50.000 réis; e no dia 27 de novembro a gratificação de 2.000 réis ao sacristão, pela festa de Santa Cecília (Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, 1894 – 1925, p. 11). Em 1903, neste mesmo livro, no dia 18 de outubro, foi registrado "[...] Esmola da Joiza – Delfina Rosa de Sª Cecília" receita 5.000. Em 22 de novembro "[...] Producto da salva durante a Festividade de S. Cecília". Receita- 340 (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 - 1925, p. 18 v). Em 1939, no dia 22 de novembro foi pago ao vigário Hélio Pires uma missa para Santa Cecília, no valor de 25.000 réis. (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1925 – 1939, p. 44).

representavam a pureza e a castidade, com o emblema da Irmandade em uma pequena esfera branca contornada em amarelo ouro, representando o “Mundo”, tendo no interior, as iniciais IMJ, encimadas por uma cruz. Este emblema era fixado no lado esquerdo da opa. Levavam à mão pequenos tocheiros pintados de azul e branco, com açucena em folha de flandres, onde eram colocadas as velas, semelhantes aos tocheiros das Irmandades adultas. A imagem integra o centro do trono do retábulo-mor de Santa Rita.

Fig. 339: Diploma da Irmandade do Menino Jesus

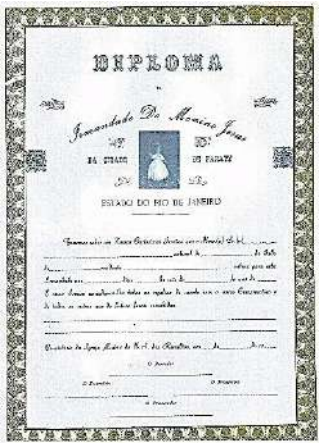


Fig. 340: Andor do Menino Jesus – 1930

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 341: Saída da Procissão e Irmandade do Menino Jesus

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

No Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita (1940 a 1959), no dia 16 de agosto de 1940, há registro de que foram pagos 7.000 cruzeiros por 2 talões para a Irmandade do Menino Jesus. Em 1948 foi feito o pagamento de velas para a Irmandade do Menino Jesus na ocasião da procissão do Divino Espírito Santo. Anotamos também, em 1949, despesas com velas de composição para a Irmandade. No dia 05 de agosto de 1951 há registro de esmolas do Menino Jesus, e em 10 de julho e 23 de dezembro de 1959 as anotações: "[...] Recebi do irmão Provedor esmolas do Menino Jesus", documentos nº 57 e nº 58, nos valores de 302,00 e 924,00" (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1940-1959, p. 28v).

Na década de 60 passou a ser coordenadora desta Irmandade a Sra. Silma de Oliveira Duarte Coelho, por ter alcançado uma graça, cumprindo o voto feito por oito anos. No dia 1º de janeiro realizou a procissão do Menino Jesus. Em 1988, através da presença das crianças da catequese de Paraty, foi possível o resgate da Irmandade do Menino Jesus, com o trabalho desenvolvido sob a coordenação dos catequistas Sirley de Fátima Coupê Dantas, Edson José de Oliveira e Lucília Maria Cananéia da Costa.

Datam do século XVIII as **Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty**, cujo objetivo fundamental era o de reunir os negros em local próprio, amparando-os, inclusive após a morte, enterrando os que não tinham Irmandade, como já faziam os brancos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi fundada em 20 de agosto de 1750 e teve seu Compromisso confirmado pelo Procurador Geral da Mesa de Consciência e Ordens em 17 de maio de 1768 (ANEXO 30). Nas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, datadas de 1820, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo nos deixa o segundo relato:

> 2º - de N. Senhora do Rosário, levantada pelo mesmo tempo da antecedente, a requerimento de Manoel Ferreira dos Santos, e seu irmão Pedro Ferreira dos Santos, que zelosos do culto d'esta Senhora, lhe fizeram patrimonio em oito moradas de Casas, e três e meia braças de chaons, para sua subsistencia. Ao cuidado de uma Irmandade, erecta à 20 de Agosto de 1750, está a conservação do Templo, que se reedificou no anno de 1757 ou pouco mais [...] (ARAUJO, 1820, p. 28).

No livro de lançamento das Capellas existentes em Paraty consta o assentamento da "Capella de Nossa Senhora do Rosário", ficando registrado que havia sido construída há mais de "hum século com esmolas sob administração e proteção dos finados Manoel Ferreira dos Santos e Pedro Ferreira dos Santos, não se encontrando provisão de sua creação"[334]. O primeiro aparece em Registro de Carta de Sesmaria datada de 15 de junho

[334] Certidão extraída do Livro de Lançamento das Capellas existentes na cidade de Paraty, do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, 1931, p. 9 - 10. O original encontra-se desaparecido.

de 1711, ao lado de Manoel Muniz, “como morador no deztrito da Villa de Paraty” (LIVRO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS, 1784, p.73 a 75v).

A Irmandade de São Benedicto dos Homens Prettos de Paraty teve seu Compromisso encaminhado para confirmação em 29 de Janeiro de 1814 (ANEXO 31) embora sem estatutos, já instalada na Capela de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, conforme verificamos:

> Nos, o Juiz, Procurador e mais Irmãos e Mordomos, que este prezenteanno servimos a Confraria de S. Benedicto dos Pretos da Freguezia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Parati, desejando q. esta Santa Irmandade se augmente no Serviço a Deos, e tenha estatutos, pelos quais se governe, e saiba cada hu dos Irmãos as obrigações, que lhe competem; para que assim se sirva ao GloriozoS. Benedicto, q. veneramos e exercitamos seu maior culto, e veneraçoens, q. puder ser, com as nossas devotas assistências, e demonstraçoens desta Santa Irmandade para maior gloria de Deos, e do Glorioso S. Benedicto, ordenamos os estatutos seguintes, para que com a approvação de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor que Deos guarde, possão ter validade perpetua (COMPROMISSO, 1814, p. 3).

O documento acima é bem revelador: ao ser encaminhado para confirmação, cita os termos “Irmandade” e “Confraria”, que embora na prática tenham funções similares, apresentam diferenças em seus aspectos legislativos e organizacionais. É muito comum encontrá-las nas fontes dos séculos XVIII e XIX, onde é possível verificar suas diferenças entre Irmandades de “devoção” e de “obrigação”, sendo as de “obrigação”, estruturadas com estatuto, livros de registros e constituição da Mesa do Ano Compromissal. As Irmandades de “devoção” estavam isentas destas formalidades e as de “obrigação”, eram atreladas as instâncias dos tribunais esclesiáticos e seculares.

A folha de rosto do Compromisso desta Irmandade é ilustrada com pintura datada do século XVIII, tendo ao centro a figura de São Benedito, inspirada na imagem retabular e processional, orago da Irmandade, inserida em bela cartela de gosto rococó, encimada pela coroa real de Nossa Senhora do Rosário, em alusão ao sinal da salvação alcançada, separando o terrestre do celestial, o humano do divino – representação que também aparece nos registros dos diplomas dos irmãos (Figs. 342 e 343).

Segundo Boschi, nas ordenações do Reino, as associações leigas já eram definidas em seus aspectos jurídicos, já que ali se estabeleceu a distinção entre os sodalícios “[...] fundados e instituídos por autoridades e consentimento dos prelados” e aqueles “fundados por leigos simplesmente” sendo também por estes administrados. Os primeiros são chamados eclesiásticos, os segundos, seculares (BOSCHI, 1986, p. 15). No Jornal Tribuna de Paraty datado de 29 de novembro de 1883 há, informações de terços com festividades e procissões que eram realizados na igreja do Rosário (ANEXO 32).

Fig. 342: Folha de Rosto do Compromisso da Irmandade de São Benedicto de Paraty - RJ

Fonte: Arquivo da Cúria - RJ – (Banner)

Fig. 343: Diploma da Irmandade de São Benedito

Fonte: Acervo Hilton José Melo da Silva - 1940

Em ligeiro esboço sobre o Distrito e a Vila, no artigo intitulado “Paraty no Anno da Independência” – V, Samuel Costa relata a prosperidade e o prestígio que desfrutavam o clero e a grande massa da população com o culto católico, através da educação ou ausência de outro culto ou seita, anotando que

> Já contava a Vila em 1822 com as Irmandades do Santíssimo Sacramento, de N. S. dos Remédios, de N. S. dos Passos, de S. Roque, de Santa Rita, das Almas, de S. Benedito e a Confraria de N. S. do Terço. A mais importante era a do Santíssimo. Ùltimamente é que se organizou a irmandade de N. S. das Dores, que era então uma “simples” devoção administrada economicamente pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Quase todas tinham bens imóveis, inclusive a “devoção” das Dores, que tinha “moradas” de casas na vila. Raro era aquele que não estava filiado a alguma ou algumas delas [...] (A RAZÃO, 1922, Nº 24, p. 1 - 2).

Embora no início do artigo tenha sido feita referência à fundação da Capela de Santa Rita pelos “homens pardos libertos”, sob a invocação do Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria e sua conclusão pelos “devotos brancos”, observamos que o autor não mencionou a Irmandade do Rosário em 1822, afirmando que

> a devoção dos homens “pardos” teve origem, sem dúvida, por emulação das irmandades dos “brancos” que era por excelência a de N. S. dos Remédios, (Padroeira) e a de São Benedito, na Capela do Rosário, constituída pelos “negros”. Os pardos fraquejaram, e nem puderam concluir a obra que iniciaram, mas persistem até hoje as irmandades dos brancos e dos pretos, embora hajam pretos, brancos e pardos em todas elas (COSTA, A Razão, 1922, Nº 24, p. 1 - 2).

Como se pode observar, há um fato inédito que verificamos nos Compromissos estudados, como veremos adiante: embora a Irmandade do Rosário seja intitulada “dos

Pretos" e São Benedito também seja dos "Homens Pretos", ambas aceitavam brancos em sua composição e, como estavam previstos nos estatutos, com os cargos que lhes eram atribuídos (ANEXO 33). Em sua estrutura organizacional, estas irmandades possuíam cargos distintos que eram distribuídos em eleições e regidos pelo Compromisso. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty agregava o cargo de um Juiz e uma Juíza, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores na Vila, um nas "roças", um em cada bairro, um andador morador da Vila e quatro irmãos e quatro irmãs de mesa. Além destes, havia um Rei e uma Rainha negros. Nas vésperas da Festa de Nossa Senhora, na primeira oitava do Natal, com a presença de todos os irmãos da Irmandade na Capela, era feita pelo Juiz e Escrivão uma nominata com três nomes de propostas para os cargos de Juiz, Juíza, Procurador, Andador, Escrivão e Tesoureiro. Em segredo, cabia ao Juiz realizar a eleição, perguntando a cada um dos Irmãos o seu voto e, no caso de empate, este emitia a sua decisão.

O Escrivão e Thezoureiro deveriam ser homens brancos[335], "sem inclinação de consciência e desocupados". O cargo de Juiz era o de maior importância, bem como o de Thezoureiro, identificado como de "muita consideração", porque dele dependia a conservação dos bens da Irmandade e da Fábrica. Existiam também os cargos de Juiz e Juíza pretos, que no dia da Festa contribuíam: o Juiz com dez patacas[336], a Juíza com cinco e o Rei e a Rainha, com quatro mil e oitocentos réis cada um. Na documentação estudada, verificamos que em 1847, o cargo de Tesoureiro da Irmandade foi ocupado pelo Padre Manoel João Antonio da Cunha; de 1848 a 1849, por Francisco José Barbosa; de 1850 a 1865 por Padre José Matheus Alvares Veludo, sendo que, a partir desta data, passaram a ocupar o cargo pessoas de destaque na cidade, algumas delas possuindo a patente de Major e Capitão.

A Irmandade de São Benedito agregava os cargos de Juiz, Escrivão, Tezoureiro, Procurador e Mesários, aparecendo também o de "Mordomos". Observamos certa flexibilidade no Capítulo 1º do Compromisso dessa Irmandade, agregando Irmãos Pretos de ambos os sexos, tanto libertos como escravos, assim como a admissão como "[...] Irmãos todos os homens e mulheres brancas de todas as classes, que quizerem ser, assignando termo no livro competente, e sujeitando-se huns, e outros ás obrigaçoens deste Compromisso" (COMPROMISSO, 1914, p. 3v). Observamos ainda a ocupação de cargos por "devoção" e "promessa", também presentes nos Termos de Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cuja estrutura de eleições apresenta similaridades com as do Compromisso da Irmandade de São Benedito.

---

[335] Esta função era reservada aos brancos, o escravo não tinha personalidade jurídica, não poderia exercê-la.
[336] Pataca, moeda antiga de prata que valia trezentos e vinte réis.

No ambiente setecentista, além das obrigações terrenas, havia uma constante preocupação com a passagem do mundo dos vivos para o mundo celestial e, neste caso, a igreja representava o portal do paraíso, fato este comprovado nos testamentos deixados por brancos e negros, como o de João Dias, preto forro, datado de 29 de maio de 1791: "[...] Meo corpo será amortalhado em pano de Linho e Sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de quem sou irmão e acompanhado da mesma Irmandade, e do seo Reverendo Páraco" (LIVRO DE REGISTRO DE TESTAMENTO, 1791, DA).

Diante do exposto, podemos dizer que estes rituais contribuíram para a ressignificação das diversas culturas negras vividas no Brasil, diferente do que ocorreu com seus antepassados. Segundo Burque, nas tradições das confrarias da Europa central, especialmente ao sul da Alemanha, era um costume observado pelos pastores "[...] escolher seu rei e sua rainha, banquetear-se e dançar suas danças próprias" (BURQUE, 1989, p. 59 – 60) no dia da festa em que homenageavam seus santos.

As festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário foram instituídas pelo Papa Pio V, no dia 07 de outubro, nas igrejas que abrigassem Confrarias do Rosário, em comemoração à vitória da batalha de Lepanto, em 1571. Em Lisboa, a festa já era celebrada na Confraria do Rosário na Igreja de São Domingos, em meados do século XVI, disseminando-se depois pela África. Segundo Ribeiro, "a festa já estava presente no Brasil, no século XVII, introduzida pelos jesuítas" (RIBEIRO, 1960, p. 684). As confrarias reproduziam nas colônias os rituais comuns em Portugal, com toda a complexidade coreográfica que eles comportavam, mesclando ao culto católico elementos das culturas de origem africana. Ao fazer referência às festas religiosas nas antigas vilas do período colonial no Brasil, Gilberto Freire já observava as mudanças que ocorriam no cotidiano ainda incipiente desse contexto: "[...] Era o que dava brilho ou ruído de festas às ruas das antigas cidades do Brasil: a religião. A religião dos pretos com suas danças, a dos brancos com suas procissões e Semana Santa" (Freire, 1977, p. 43).

A documentação pesquisada aponta para a realização das Festas de Nossa Senhora do Rosário em Paraty no dia 26 de dezembro, 1ª oitava do Natal, em sua Capela, com Missa Cantada, sermão na forma de costume e procissão à tarde. Verificamos que eram constantes os gastos com a conservação do templo, havendo referências a despesas com "pinturas", limpeza à volta do prédio, incenso, foguetes, cera, tocha, vinho, hóstias e ornamentação. Conforme o Compromisso, também eram rezadas as "[...] Missas de Capellania em hum Domingo de cada mez, no decurso do anno pelos Irmãos da Irmandade e irmãos falecidos" (LIVROS DE RECIBOS, 1847 – 1914, p. 7v). Para maior brilho, além dos gastos mencionados, às vezes, pagava-se o aluguel de objetos que a

Irmandade ainda não havia adquirido, como banquetas[337], tecidos, paramentos, sacras etc.

Constatamos, também, que havia encomendas de cartuchos de doces para os anjos, de assados, empadas e vinho para o padre e para a festa, assim como o pagamento de música, sendo esta dividida entre o acompanhamento das cerimônias litúrgicas e do Te Deum; "orquestras" e "bandas" para as procissões. Outro fato importante também observado foi a referência à "armação do Dossel" para o "Rei e Rainha", nas festas que presidiam o Ano Compromissal da Irmandade.

Embora em um período ritualmente demarcado do ciclo anual, essas festas iniciavam-se no dia 13 de dezembro dia de "Santa Luzia" conforme noticiava os jornais, "constando de missa rezada as 9 horas da manhã e ladainha a noite" (O PHAROL, 1906, Nº 15, p. 4). As 4 horas da tarde do mesmo dia, depois de percorrer as ruas da cidade, acompanhado da Banda de Música quando era erguido um "mastro" pintado de azul e branco, encimado pela bandeira das duas Irmandades com as efígies da Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, uma de cada lado, inspiradas nos registros de santos, feitas em papel muito usual no século XIX (Fig. 344) e encomendados pelas Irmandades[338].

Na folha de rosto do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Barbacena, região de São João Del Rey, MG – datado de 1809, obra de Lupoli S. Biagio – identificamos, também, que no lugar do crucifixo, no início do Rosário, há um búzio, elemento usado para consulta do destino nas comunidades africanas e possivelmente faz referência ao catolicismo associados as comunidades negras por meio das "exterioridades do culto", relatando que os negros elegeram N.S. do Rosário para padroeira devido ao estabelecimento de relação direta entre o Rosário de Nossa Senhora e o Rosário de Ifá, espécie de colar aberto montado em um fio trançado de palha da costa ou de algodão tem, pendente oito metade de fava de opele, instrumento divinatório dos tradicionais sacerdotes de Ifá responsáveis pelos rituais de iniciação (Fig. 345). Os registros, em papel, da imagem de Nossa Senhora do Rosário, venerada na Vila de Mambucaba, vizinha a Paraty e Angra dos Reis, não possuem este elemento simbólico - encerram com uma cruz (Fig. 346). Estes foram impressos em dois momentos, o segundo em 1864, como veremos adiante e também mantêm seu encerramento com a cruz.

---

[337] Conjunto de castiçais, geralmente em número de seis e um crucifixo ao centro, para o degrau estreito e comprido acima da mesa do altar, chamado banqueta, o mesmo que predela.

[338] Em 08 de janeiro de 1903, o "artista e dourador" João de Freitas Magalhães, recebeu do Snr. Victor Paulino dos Santos, Thesoureiro de N. S^{ra} do Rozario a quantia de céte mil cete centos e cincoenta reis mettade da pintura da bandeira do mastro. Livro de Recibo e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1847-1914, p. 58. Esta peça integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty. O Recibo nº 32, do Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, menciona apenas "metade" da pintura, pois a outra metade (face) da bandeira fora paga pela Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos. Isto ocorreu também em relação a despesas com objetos em prata, como turíbulos, navetas, entre outros.

Fig. 344: Registro de São Benedito

Fonte: Acervo Valdemiro Braz da Conceição

Fig. 345: Folha de rosto do Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário de Barbacena - MG

Fonte: Acervo do arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, MG - COD. 53

Fig. 346: Registro de N. S. do Rosário que se venera em Mambucaba

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

As festas da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos de Paraty, embora atuando em um mesmo espaço, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, realizavam-se no dia 27 de dezembro, com Missa Cantada, Sermão na forma do costume e procissão à tarde. Na documentação pesquisada até o momento, verificamos que seus gastos apresentam semelhanças com os da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Além da aquisição de cera, ornamentos, vinho, foguetes e armação do andor, estavam presentes "cartuchos de doces para os anjos e a encomenda de 'doces finos' que vinham para as duas Irmandades do Rio de Janeiro" (LIVRO DE RECIBOS, 1814 a 1884, p. 27 v). Os atos litúrgicos eram realizados no retábulo lateral do orago, localizado no lado do Evangelho[339] desta Igreja, constatando-se assim a hierarquia superior do branco na pirâmide social local, o que se refletia na ocupação do espaço arquitetônico.

A sobrevivência das Irmandades dependia de suas fontes de renda, que seriam capazes de levá-las a um grande desenvolvimento e poder. Um dos meios utilizados para isso era a contribuição pessoal quando da entrada na Irmandade, pelo pagamento de "joia", mesadas e anuais, além de doações, aluguéis[340], legados em testamento, como as quatro apólices deixadas pela Sra. Geralda Maria da Silva, benfeitora da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios à escrava Manoela, irmã de Nossa Senhora do Rosário - ao falecer, foram cedidas à referida Irmandade, segundo narra o documento: "respeitando-

[339] Lado da nave das igrejas onde se lê ou se canta o Evangelho, do grego: Boa Nova. É o lado esquerdo de quem olha para o altar.
[340] A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty, tinha usufruto em rendimentos de aluguéis de uma casa à Rua D. Geralda, nº 59, cuja legatária foi D. Maria Izidora da Silva, em 1895.

se os desejos da testadora e minhas crenças religiosas"[341]. O valor das importâncias relativas às joias e anuidades dependia dos cargos ocupados e do poder econômico dos que integravam a Irmandade, bem como do que estava registrado em seu Compromisso.

Entre os rituais da festa, destaca-se a "prática de coroação de Reis e Rainhas do Congo", o que é confirmado por um irmão do "Rosário da Igreja de Santa Joana em Portugal, ao cronista Ribeiro Guimarães" (BORGES, 2005, p. 174 a 175). Borges salienta que o surgimento da prática da coroação de reis e rainhas nas confrarias do Rosário divide os especialistas. José Ramos Tinhorão, ao estudar o negro em Portugal, associa o aparecimento dessa "eleição" dos reis à criação, em 1551, de uma representação política do soberano do Congo, "promovida por D. João III, com o objetivo de levar a Roma uma embaixada, e mostrar ao Papa a submissão e adoção do catolicismo por aquele povo africano" (TINHORÃO, 1988, p. 143, apud BORGES, 2005, p. 174), verificando-se aí o empreendimento de uma missão no Congo, objetivando manter relações comerciais com a África.

Como já foi mencionado acima pelos autores, estes apontam para um contexto em que os negros já apresentavam suas danças nas festas oficiais, reafirmando, desta forma, o poder do Império português sobre territórios distantes, incorporados à Coroa por meio de relações comerciais, diplomáticas e pela evangelização. Como estratégia política dos reis de Portugal, "os irmãos passaram a eleger uma realeza do Congo, agregando, a isso, outros significados simbólicos" (BORGES, 2005, p. 176).

Lima, ao tratar das diferentes áreas de significação da realidade, demarcadas pelas fronteiras do conhecimento, institucionalizadas no universo cultural e fundamentadas no poder simbólico, nos ajuda a entender melhor:

> [...] é um sistema de poder que delimita (protege) o conhecimento de um espaço do saber, determinando a "propriedade" de um enfoque especializado que, deste modo, formaliza-se como marca de "distinção", isto é, "posição" da diferença indicativa da exclusividade de um espaço do conhecimento [...] (LIMA, 2010, p. 3).

Uma vez que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito dos Homens Pretos agregavam homens e mulheres de etnias distintas, para escolha de um rei e de uma rainha e, consequentemente, de sua "autoridade", havia a necessidade de um processo de trocas simbólicas entre universos culturais diferentes.

Os sufrágios, constantes dos estatutos e compromissos, consistiam em missas que a Irmandade mandava celebrar, após o falecimento de um de seus membros, sendo anotado, no Livro de Entrada de Irmãos, como "sufragado", após sua morte. A quantidade

[341] No Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paraty. 1850 - 1904, p. 38 v. é possível verificar os tramites deste processo.

variava conforme a hierarquia e posses da Irmandade. São constantes os recibos de pagamento das missas pelos irmãos vivos e defuntos, missas de esmolas, nos permitindo verificar integrantes e proprietários de escravos pretos e forros, bem como sua etnia, conforme registros nos livros consultados.

Cena muito comum no cotidiano setecentista, oitocentista e mesmo no início dos novecentos, e ainda realizadas na atualidade, essas contribuições ocorriam somente nas vésperas das festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: são as “esmolas”. Registradas por pintores como Debret, Chamberlain, entre outros, as “esmolas” consistiam na angariação de dinheiro pelos fiéis e escravos, para o que se utilizavam pequenos oratórios, chamados de “esmoler” ou “caixinha”, levados pelos membros das Irmandades e fiéis, ou das bolsas em tecido, nas quais eram fixadas as estampas ou medalhas de prata[342], (Fig. 347) com a efígie do Santo da Irmandade, objetivando identificar para qual finalidade estavam esmolando. Dentre estes registros está a célebre obra de Jean-Baptiste Debret “Coleta para a manutenção da igreja de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre” (c. 1828), representando o recolhimento de donativos em um domingo, à porta da Igreja do Rosário, no Rio Grande do Sul, com a presença do Rei, Rainha e seus pajens (Fig. 348).

Fig. 347: Medalhas de Bolsa de esmoler, a Terceira da esquerda para a direita, pertence a Irmandade de N. S. do Rosário de Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 348: Coleta para manutenção da Igreja do Rosário no Rio Grande do Sul

Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Jean Baptiste Debret - p. 259

Uma curiosidade era o fato de, em 1820, haver registros de esmolas conseguidas pelos escravos através da venda de aguardente, conhecidas como “esmola da

[342] Recibo 7º - Pagamento de “11$000, de huma estampa de prata para a bolsa”. Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1847-1914, p. 8.

aguardente”[343], possivelmente provenientes da produção dos engenhos, que era escoada pelo mesmo porto de escoadouro da exploração aurífera.

As festas representavam o momento máximo de uma Irmandade Religiosa. Uma vez votada a Mesa para o Ano Compromissal, os Reis e Rainhas que haviam sido eleitos deviam ter meios para pagar sua contribuição às Irmandades, que seria usada nas festividades dos oragos. Sobre as eleições dos reis negros em Paraty só encontramos informações mais concretas nos séculos XVIII, XIX, até o início do XX. O fator primordial dessas eleições era a escolha de um rei e de uma rainha, cuja inspiração e perenidade remetesse à realeza do Congo, aos quais à Irmandade pudessem recorrer para resolver as questões internas, sem necessidade de intervenção das autoridades senhoriais na Vila, conforme o Compromisso[344] em seu capítulo I:

> Haverá nesta Sancta Irmandade hum Juis, hu’a Juiza, hum Escrivão, hum Tezoureyro, dous Procuradores na Villa, hum por fora della nas roças em cada bayrro, um Andador que seja morador da V.ª, quatro Irmãs e quatro Irmãos de Meza, e alem destes haverá hum Rey e hu’a Raynha (COMPROMISSO, 1750, p. 26 v - 27).

Os reis e rainhas, uma vez eleitos para o ano de seu reinado nunca mais perderiam sua majestade, passando a gozar de direitos majestáticos durante todo o período das festas posteriores, e após o encerramento nas atividades rotineiras, mesmo já tendo passado o reinado para outros irmãos. Trajando indumentária suntuosa, que legitimava e difundia o seu poder, os reis e rainhas eram acolhidos em local de destaque na igreja de Nossa Senhora do Rosário, sentando-se em trono encimado por dossel, portando o cetro e as coroas (Fig. 349) depositadas nas salvas[345], objetos e elementos atribuidores de identidade ao grupo. “[...] Assim é por exemplo, que os negros forros da fazenda do Corisco, do Padre Manoel Coelho Valladão, que viveu até perto de 1850 enthusiastas destas festas, já possuíam suas vestimentas, mas o manto imperial, si eles queriam era D. Genoveva quem o fornecia” (O PHAROL, 1907, Nº 19, p. 1).

Nos cortejos e procissões o rei e a rainha são conduzidos cercados por uma barreira, denominada “quadro” feita por hastes de madeira roliça pintadas em azul, formando um quadrado, que é carregado pelas aias, que também protegem as cabeças “reais” cobrindo-as com a umbela, guarda-sol que é uma referência ao pálio utilizado nas festas e procissões solenes (Fig. 350).

---

[343] Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de São Benedito, 1814-1884, p. 8, aparecem muitos pagamentos relativos a essas esmolas.

[344] Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Villa de Paraty – 1750 – 14 folhas- Acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, atualmente abrigado no Museu de Arte Sacra de Paraty.

[345] Peças datadas do século XVIII, em prata repuxada, integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty, são usadas há aproximadamente mais de 290 anos, nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Paraty.

Fig. 349: Coroas do Rei e Rainha da Irmandade de N. S. do Rosário de Paraty Século XVIII

Fig. 350: Quadro com o Rei e a Rainha da Festa de N. S. do Rosário de Paraty – 2008

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Este cerimonial ainda mantém, até os dias atuais, um caráter muito intimista e de profundo sentimento de pertencimento na comunidade de Paraty, tratando-se de cerimônia emblemática, que, observada com mais atenção, permite perceber que é a transmissão das insígnias reais e toda essa simbologia do poder que permite a perenidade dessa manifestação através das gerações, entre os membros da Irmandade.

Lima, ao falar sobre a Memória, elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual e coletiva, comenta:

> Trata-se do problema do desenho e da posse de um patrimônio social para os grupos sociais baseado na determinação de conjunto de atributos comuns, que são apontados como necessários à construção de identidades pessoais e coletivas. É o que se entende pela noção de pertencimento [...] (LIMA, 1997, p. 38).

A memória é uma construção em que os fatos ficam registrados e são transmitidos entre indivíduos de um grupo social sob a forma de práticas re-atualizadoras desses fatos, refletindo a posse coletiva de valores, comportamentos e atributos que são comuns a todos os membros e que se constituem, por meio de sua transmissão, em herança coletiva toda a comunidade é detentora dessa memória cultural. Esta visão também é corroborada por Gonçalves:

> Afinal os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para “agir” e não somente para se “comunicar”. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom-para-agir. Ele faz a mediação sensível entre os seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas [...] (GONÇALVES, 2007, p. 119).

A presença de reis e rainhas nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito também foi mencionada por Antonil[346], conforme relato:

> Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente, em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gastos dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juízes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juízes e juízas da festa houverem de gastar o seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que podem licitamente ajudar (ANTONIL, 1977, p. 224).

O relato acima mostra a realização das festas pelos negros – já presentes no Brasil no final do século XVII – nas quais rendiam homenagem a seus oragos, com eleição de reis, danças, cantos e atribuição dos Juízes, conforme os Compromissos, fazendo alusão ao orago da capela do engenho, onde também era cultuado. A documentação pesquisada até o momento aponta a presença de reis e rainhas escravos, com registros de seus nomes, alguns deles seguidos dos nomes de seus proprietários, na maioria, proprietários de engenhos e irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty[347] (ANEXO 34). No final do século XIX, aparece a palavra “Festeiro,” termo que permanece até os dias atuais: “[...] tendo como Juiz Festeiro, o Alferes Quintino de Oliveira e Souza, que também era irmão de Nossa Senhora do Rosário” (LIVRO DE ELEIÇÕES E POSSE, 1885, p. 33v e 34).

Destacamos a presença do rei Theodoro Dias Villela, escravo liberto em 08 de dezembro 1891, que passou a integrar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, como irmão mesário[348]. Este veio a falecer em 05 de abril de 1895, às margens de um braço do Rio Perequê-Açú como já vimos acima (ver pág. 180).

Um bom exemplo de fonte elucidativa para o estudo das festas de Nossa Senhora do Rosário é a gravura de Rugendas (Fig. 351) que representa estas festividades, mostrando ao centro o rei e a rainha, com seus trajes de gala, sapatos de entrada baixa, joias, ambos portando suas coroas, estando o rei com o cetro nas mãos. Em meio à presença de muitos negros, que são a maioria na imagem, estão também brancos,

---

[346] Jesuíta italiano que residiu no Brasil de 1681 até 1716, quando veio a falecer.
[347] Livro de Termo de Concordata, 1850-1904, 51p. Entre eles estão: Geraldo Braga de S. Sabas, Luiz José Campos do Amaral Gurgel, Ananias José Ferreira, Florisbela Maria do Amaral Cruz, Izabel de Alvarenga Carramanhos Magalhães, Francisco Justino do Amaral Vianna, Capitão João Ayres Cezar da Gama, Angelo Maria Coupé, Francisco Pacheco Bastos, Francisco Pereira Madruga, Geralda Maria da Silva, Jerônimo da Costa Pombo, José Narciso Vieira Correa Vianna, João de Souza Pinto Madureira, João José do Prado, Luisa Alexandrina Ribeiro Madruga, Silvino Antonio do Carmo, Caetano Xavier Caparica Madeira, Alferes Quintino de Oliveira e Souza, Francisco Miguel da Cunha Freitas, Pedro de Almeida e Silva, Felicíssimo José Alves Vieira, Ricardo Ribeiro Netto, Antonio José de Avellar, José Olympio do Amaral Vianna.
[348] Ibid., p.181.

curiosos, um deles montado a cavalo. Envolve a cena a fumaça de muitos fogos, como era usual na época nessas festas; há ainda a presença do guião[349] e dos estandartes de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, além da "folia com seu tocador de caixa" (LIVRO DE RECIBOS, 1847 a 1914, p. 43), também encontrada na documentação pesquisada[350]. Todos estes elementos ainda estão presentes nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na cidade de Paraty.

Chama atenção o caráter festivo desse dia, fragmento da socialização dos negros que nos esclarece também sobre o pagamento das armações de fogueiras nos dias de festa, que está registrado nos livros de recibos e eleições - possivelmente, para a dança do Jongo à sua volta.

Fig. 351: Festa de Nossa Senhora do Rosário – Século XIX

Fonte: João Mauricio Rugendas – Viagem Pitoresca através do Brasil - 1967

Lima, ao tratar dos objetos materiais reinterpretados como bens culturais, ressalta que estes referem-se a variadas modalidades de significados, criados pelo ser humano em sua trajetória histórica:

> O que se verifica, e assim se entende, são as significações relacionadas aos objetos (vinculação de simbologias/signos), querendo dizer que tais artefatos se tornaram expressões materializadas destas ideias; passaram a ter sentidos específicos (= códigos culturais) definidos e estabelecidos para fins de reconhecimento (= decodificação) junto ao seu meio-ambiente social [...] (LIMA, 1997, p. 36).

[349] O Museu de Arte Sacra de Paraty guarda 05 guiões das igrejas. No livro de Recibos e Eleições da Irmandade de São Benedito, 1814-1884, encontramos o pagamento de "sete mil e seis centos reis pela pintura da Estampa do Stº para o Guião." Villa de Paraty, 29 de Dezembro de 1830, Benedicto Pereira da Cruz, p. 17. São usados para abertura de cortejos e procissões solenes até os dias atuais.
[350] Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, p. 43.

Costa também nos deixou importante registro datável de 1907, intitulado “Coisas Antigas”, (ANEXO 35) no qual descreve os personagens da manifestação: Reis, Rainhas, Aias, Imperadores, Vassalos e Pajens, que fazem parte das Festas de Paraty, inclusive com detalhes dos tecidos, acessórios, diademas (Fig. 352), cores usadas, ateliers de costura e os nomes de modistas que confeccionavam essa indumentária no século XIX.

> A tradição ainda conserva entre nós, pelas festas de S. Benedicto e do Divino Espírito Santo o costume pitoresco de ainda presenciarmos em pleno regime republicano, reis e rainhas que perambulam solemnes pelas ruas nos dias de festa, assistem missas em logares privilegiados nos templos e, embora com todos os monarchas, cheios de vaidade, sendo reis uma vez apenas no anno, são de resto, ao contrário daquelles, inoffensivos por serem quando muito estupidamente ingênuos e não estupidamente vaidosos [...] (O PHAROL, 1907, Nº 19, p. 1 e 2).

O relato acima deixa visível uma característica marcante da sociedade paratyense, ao contrário de outras cidades tombadas - o reconhecimento da comunidade pelo patrimônio legado (Figs. 352 e 353), mantido em uso por sucessivas gerações.

Fig. 352: Diadema da Rainha da Irmandade de N. S. do Rosário de Paraty – Século XVIII

Fonte: Acervo MASDP

Fig. 353: Rei e Rainha da Festa de N. S. do Rosário em Paraty – Década de 1960

Fonte: Acervo de João Batista da Silva

Conforme se depreende da documentação analisada, a **Irmandade de Nossa Senhora das Dores de Paraty** é a mais recente das quatro Igrejas existentes no perímetro do Bairro Histórico de Paraty. Foi anteriormente uma devoção administrada economicamente pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, como podemos notar no relato dos atos solenes da Semana Santa de 1892, no Domingo da Ressurreição, citado no Jornal Paratyense, datado de 01de maio de1892, nº 53: “[...] Às oito horas da noite, coroação de Nossa Senhora, na capella das Dores, pela devoção de N.S. das Dores” (O PARATYENSE, 1892, Nº 53, p. 2).

Percebe-se que esta devoção é reminiscência da trajetória pela qual passou o culto a esta imagem no final do século XVIII em Paraty, ainda permanecendo na igreja Matriz

no período de construção de sua capela, até a segunda metade do século XIX[351]; e só tomando foros de Irmandade com a aprovação de seu Compromisso, em 24 de agosto de 1901, (ANEXO 36), um século depois por D. Francisco do Rego Maia, Bispo de Petrópolis, após a reconstrução da Igreja "[...] com óbulos do povo, angariado pelas Senhoras piedosas e devotas da Escelsa Virgem, sob a direção do Vigário da Parochia Rvmo. Padre Cezar João Iera, inaugurada em vinte um de julho do vigente anno (COMPROMISSO, 1901, p. 7). O Compromisso enviado através de petição pelo Padre Cesar João Iera para provisão, impresso em Niterói, composto de oito capítulos[352], tinha como determinação a ser seguida o culto à Excelsa Virgem das Dores; a Irmandade era composta somente de "[...] Senhoras que professassem a Religião Cathólica Apostólica Romana observantes, sendo condição essencial a desobriga pela quaresma" (COMPROMISSO, 1901, p.7).

Menciona o Compromisso em seu Capítulo II, dada a sua rigidez, propostas para conferências especial e "secreta" por uma irmã "matrona". Tais propostas eram aprovadas por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, o que nos leva a entender a presença do matronéu - que era ocupado pelas matronas durante as cerimônias no ambiente da nave da igreja, como já mencionamos acima. No Capítulo III é solicitada para as irmãs (ANEXO 37) a confecção de uma murça de seda ou lã roxa, com cordões e borlas da mesma fazenda ou dourados, tendo à frente, "[...] do lado esquerdo, o emblema da Irmandade, que será: um coração atravessado por uma espada e circundado de uma grinalda bordada a ouro sobre fundo de seda branca, com esta murça assistirão a todos os actos e funções da Irmandade e esmolarão para a mesma (COMPROMISSO, 1901, p. 9). Recebiam também o Diploma da Irmandade, como registro de sua inserção e formalização dos compromissos assumidos em juramento (Figs 354 e 355).

Nossa Senhora das Dores era festejada com o chamado Setenário das Dores[353], devoção iniciada em Portugal. No século XVIII vem para o Brasil, através da Congregação

---

[351] Foram nomeados Juizes de N. S. das Dores para o anno de 1893, a Exma. Sra. D. Maria Zepherina dos Santos Dias e o Sr. José Joaquim de Avellar. Para a devoção da Coroação da mesma Senhora foram nomeadas as seguintes irmãs: PROVEDORA - D. Etelvina Dias dos Santos; VICE-PROVEDORA - Maria Zepherina da R. Pereira; SECRETARIA - D. Elvira de Azevedo Pinto da Silva; PROCURADORA - D. Maria Delfina da Cunha Freitas; THEZOUREIRA - D. Theodora Leonor L. de Castro; AIAS - D. Maria F. da Costa Lima; Maria F. de Oliveira Lopes; Maria da Gloria Graça de Miranda; Maria Zepherina de Lemos Dias; Maria Joana Izabel de Souza; Aurea Amelia de Magalhães; Maria Silvana da Costa Nunos; Maria Candida de Magalhães; Ernestina Cabral de Almeida Carvalho; Maria Antonia Pinto Vieira; Umbelina Roza da Costa; Sara Candida do Nascimento. Entraram como irmãs as Exmas. Sras. Julia Nogueira Barbosa, Palmira Emydgia de Castro, Maria R. dos Santos Pádua, Francisca Adelaide de Araujo e Silva, Cecilia Carvalho, Geralda Braga dos Santos, Gemeniana Maria do Espírito-Santo, Francisca Roza Malvão, Maria das Dores dos Santos, Rita Maria do Rozario Lopesa. (O PARATYENSE, 1882 a 1892, Nº 53, p. 3).

[352] Está assinado solicitando provisão: O Vigario Cesar João Iera; Maria Feliciana da Costa Lima; Theodora Leonor Lopes de Castro; Maria Delfina da Cunha Freitas; Maria José Ayres de Magalhães; Maria Borges de Oliveira Lima; Roza Hermenegilda Martins Torres; Maria Antonieta da Gama; Maria Margarida de Castro e Souza; Maria Eulalia de Paiva Pinto; Vicentina Olympia Padua de Castro (COMPROMISSO, 1901, p. 3 e 14).

[353] O Setenário de Nossa Senhora das Dores além das Vias Sacras é a primeira celebração religiosa, ainda no período da quaresma, na semana precedente à Semana Santa ou Semana Maior, devoção iniciada em Portugal. O culto a Nossa Senhora das Dores, tomou representatividade no Brasil após a realização do

do Oratório de Braga, sob a responsabilidade do padre Martinho Pereira, onde cada dia é dedicado a uma dor de Nossa Senhora. Iniciava na semana que antecede o Domingo de Ramos, terminando na Sexta-Feira de Passos. Era acompanhado por cânticos e coro, às sete horas da noite, com a capela ricamente paramentada e profusamente iluminada, conforme relatam os jornais da época; encerrava-se com "Missa Solene de Nossa Senhora". Às dez horas da manhã e à tarde desse mesmo dia saía em procissão a imagem de Nossa Senhora das Dores para a Procissão do Encontro ou de Passos (Figs 356 e 357).

Fig. 354: Murça da Irmandade das Dores

Fig. 355: Diploma N.S. das Dores

Fonte: Acervo Paróquia N.S. dos Remédios

No livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, datado de 1876 – 1908, constatamos os gastos com a realização do Setenário das Dores, que vão desde o pagamento e providência para os festejos até os pagamentos feitos a Geraldo S. Sabbas com a pintura e douração do retábulo, como já mencionamos acima (ANEXO 38).

primeiro "**Setenário**", baseado no livro **"Gemidos da Mãe de Deus Aflita"** do **Padre Theodoro de Almeida** em 1785, responsável pela difusão das devoções à Virgem Maria, Cristo Crucificado e ao Sagrado Coração de Jesus em suas obras de espiritualidade. O Padre Theodoro de Almeida (1722 – 1804) nasceu e faleceu em Lisboa. Era padre integrante da Congregação do Oratório e a perseguição que foi movida pelo Marquês de Pombal, à Congregação, obrigou-o a exilar-se na França. Foi muito influenciado pelas ideias **Iluministas**, que o levaram a escrever a Recreação Filosófica - obra publicada em dez volumes, compêndio enciclopédico que foi apoiado nas ciências experimentais. Estas obras de cunho filosófico lhe deram certa reputação na Espanha e na França, além das obras de espiritualidade.

Fig. 356: Setenário de N. S. das Dores, realizado em 2010

Fig. 357: Procissão de Passos ou do Encontro

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Parte integrante das cerimônias do Setenário das Dores era a “Solene Coroação de Nossa Senhora” que ocorria no Domingo da Ressurreição, à noite, na própria capela, conforme se verifica no livro de receita e despesa da Irmandade, com o registro dos gastos com doces para os anjos, velas, incenso, orquestra e foguetes. São notáveis as informações sobre esta cerimônia em que meninas vestidas de virgens retiravam o lenço, a espada e o manto azul e colocavam a coroa de rainha, em filigrana dourada[354], aspergindo sobre a imagem pétalas de flores - ao toque dos sinos, campainhas e espocar de foguetes. A festa se encerrava com leilão de prendas no adro da Igreja.

> O Templo na forma do costume sempre fulgurante achava-se bem ornamentado, profusamente iluminado e asseiado. Os actos religiosos foram celebrados pelo nosso estimado vigário o Rev. Carmelita Frei Willibrord Van Eyck. A orchestra esteve bem organizada sob a regência do maestro major João Francisco do Amaral e dela fizeram parte a Exma. Sra. D. Faustina Agostini e as Senhoritas Zulmira Amaral, Edith e Clarice Rocha, Maria Luiza de Souza, Antonietta do Amaral, Guiomar Soares, Anna da Silva Flôres, Maria dos Remédios Carvalho, Mercedes e Durvalina Barreto. (O PHAROL, 1898-1907, Nº 31, p. 2).

Para o Setenário, ao que tudo indica no início do século XX havia uma frequência muito grande dos moradores, principalmente da área urbana, os quais se dirigiam à Igreja de Nossa Senhora das Dores durante a sua realização. Sobre essa prática, ficaram registrados episódios que confirmam a participação na cerimônia litúrgica:

[354] Foi passada uma subscrição em 1888 para aquisição dessa coroa ainda usada na coroação até os dias atuais, peça de rara beleza em filigrana “[...] Dinheiro que entregou D. Luluca produto de uma subscripção pª a corôa de N. S. das Dores (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1876-1908, p. 15v). O trabalho de ourivesaria feito em filigrana com seus fios delgados e por vezes pequenas bolas de ouro ou de prata são entrelaçados e soldados e formam desenhos rendados aplicados sobre metal e vazado. Esta prática tem origem na antiguidade e foi empregada para a confecção de jóias e objetos de adorno. As peças existentes no Brasil são oriundas da região do Porto em Portugal.

> Um cavalleiro que trazia em disparada o animal, na noite de 21 deste mez, ao passar pela rua da Matriz, esquina da do Rosario ia victimando a Exma. Sra. D. Rita de Souza, digna esposa do nosso amigo o T. Coronel Francisco M. de Alvarenga e Souza, que acompanhada de suas criadas por ali passava para sua residência apos o ultimo setenario de N. S. das Dôres (O PHAROL, 1898-1907, Nº 31, p. 2).

Nesta igreja também era comemorado, no dia 06 de agosto, o Senhor Bom Jesus, com missa incensada, no próprio altar do santo, conforme já mencionamos acima.

Integra a igreja de N.S. das Dores a imagem do orago[355], peça de roca montada com uma estrutura de réguas de madeira. Durante a sua permanência no retábulo-mór, no "Setenário" e na Procissão de Passos ou do Encontro, porta na cabeça, resplendor raionado em prata, adornado por nimbo com estrelas e no lado esquerdo uma espada, também em prata (Fig. 358). Para a cerimônia da Solene Coroação de Nossa Senhora das Dores no Domingo da Ressurreição a imagem veste indumentária na cor branca, composta de túnica e manto, adornado por galões metálicos; o resplendor, espada e lenço são retirados durante a cerimônia paralitúrgica da coroação e substituídos pela coroa de filigrana dourada e um ramo de flores que traz às mãos (Fig. 359). É curioso observar que a tentativa de dar às esculturas a aparência de "figurações vivas" tem seu auge nas imagens processionais destinadas às festividades, em especial, na "Semana Santa", com o uso de cabeleiras naturais e vestes suntuosas complementadas por ricos acessórios, além de seus atributos.

[355] Trata-se de imagem de vulto redondo em madeira policromada, imagem de roca, de pé, posição frontal. Cabeça ligeiramente inclinada para esquerda, com orifício para resplendor e coroa, olhos abertos, de vidro, com lágrimas, olhar voltado para a esquerda, nariz aquilino, boca entreaberta, queixo em bola, orelhas delineadas com ganchos para brincos, fisionomia angustiada. Na altura do coração, uma chaga com vestígios de sangue, para fixar a espada. Usa cabelos humanos, em forma de cachos. Pescoço curto atarracado, braço e antebraço direito e esquerdo articulados, mãos em atitude de segurar com articulações nos pulsos. Abaixo da cintura, presa por cinto em tecido, estrutura de apoio em réguas de madeira, revestida com tela encolada, proporcionando modelado e drapeado no corpo, pintada de verde escuro. Os pés são aparentes, calçando sandálias marrom, confeccionadas em gesso. Está assente em base retangular com os cantos facetados, pintada de marmorizado azul com duas placas de ferro para fixá-la no andor. Esta imagem possui sua indumentária própria em tecido, composta de roupas íntimas; anágua e combinação em cambraia de linho branca com barras e entremeios de crochet, além de afogadeira e nervuras na sua decoração. Para as cerimônias litúrgicas sobrepõe as íntimas à túnica e manto em tafetá e veludo roxo, decorados com galões metálicos e porta véu branco de filó com renda na cabeça, além do cinto atando à túnica com lenço que segura com as duas mãos.

Fig. 358: N. S. das Dores – Séc. XVIII

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 359: N. S. das Dores – Coroação

Fonte: Acervo PASCOM

A peça datada do século XVIII, de fatura erudita, medindo 1.28 X.46 X.32 cm, é uma representação de Nossa Senhora, popularizada na Espanha e em Portugal. Recebeu o nome de Nossa Senhora das Dores porque se apresenta ferida por “uma” ou “sete” espadas no seu coração, em alusão à Profecia de Simeão, em que “seu coração seria transpassado por uma espada de dor”, unindo-se, portanto, ao sacrifício de seu filho. Nas representações do Calvário aparece contemplando o sofrimento e morte de Jesus Cristo na Cruz, que serviu de inspiração para o hino medieval *STABAT MATER*; ou segurando Jesus morto nos braços após o seu descenso da Cruz, que deu origem à temática da “Pietá”, ou Piedade. Maria Helena Flexor, em “Imagens de Roca e de Vestir na Bahia”, explica porque as imagens eram essenciais:

> Criadas e enfatizadas pela matriz sensorial das procissões, provocavam emoções e lágrimas nos fiéis. E essas lágrimas, inclusive recomendadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, surgiam diante das cenas de sofrimento de Cristo e de Maria. Outros levavam à meditação. Criavam, por assim dizer, o cenário propício (FLEXOR, 2005, p. 165).

Conforme determinavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, referindo-se às antigas imagens de vestir, ressaltava-se que seu uso era antecedente à aprovação das mesmas, datando de 1707. As Constituições do Arcebispado de Braga já faziam referência aos vestidos[356] para imagens dos santos, que algumas pessoas costumavam oferecer, em 1538 (ROCHA, 1996, p.198), ordenando que fossem

[356] De acordo com suas tipologias específicas, essas esculturas podem ser classificadas como “imagens de vestir”, com seu traje apenas esboçado esculturalmente, ou “imagens de roca”, em que seu tronco é obtido através de armação em ripas ou réguas de madeira revestidas algumas vezes, de tela encolada e pintada,

> de tal modo, que não se possa notar indecência nos rostos, vestidos, ou toucados: o que com muito mais cuidado se guardará nas imagens da Virgem Nossa Senhora, porque assim como depois de Deos não tem igual em santidade, e honestidade, assim convêm que sua Imagem sobre todas seja, mais santamente vestida, e ornada. E não serão tiradas as Imagens das Igrejas, e levadas a casas particulares para nellas serem vestidas, nem o serão com vestidos, ou ornatos emprestados, que tornem a servir em usos profanos (CONSTITUIÇÕES, Livro 4º. Tit. XX, item 698, p. 256-257; Reycend, 1786, Conc.Trid., sessão XXV).

Em 1883, estava trabalhando em Paraty Dalmiro Joseph Baronto[357], nascido em Londres, na Rua Oxford, perto do Pantheon, com residência fixa à Rua do Rosário nº 4, sobrado. Com a profissão de fotógrafo, fabricava, pintava e "conncertava" imagens de todas as qualidades e tamanhos por "preços commodos", segundo seu cartão encontrado no interior da imagem de Nossa Senhora das Dores pelo restaurador Gilson Silva Andrade, durante a restauração empreendida pelo IPHAN em 08 de fevereiro de 1996. Outros documentos que fazem alusão a sua biografia e serviços, quando realizou a intervenção nesta imagem por encomenda da tesoureira da Irmandade, "Donna Tiodoninha", podem ser vistos no (ANEXO 39) e verificados na tradução abaixo:

> en 20 de Dezembro de 1.883 eu preparei esta Virgem, Denominada nossa senhora das dores, que estava muito estragada, eu fixei seu pescoço que estava descolado e repintei a cabeça e as mãos, fiz os pés de pasta Paris (1) e a vesti com uma roupa de algodão grosso pregando-a e colando-a, pus um novo pedestal no meio e duas lâminas de ferro embaixo de tudo. Todo este trabalho para Receber cem mil réis de Dona Tiodoninha que é a Tesoureira. Sou inglês nascido em londres na rua Oxford perto do Pantheon meu nome é Dalmiro Joseph Baronto. Casei no sertão da Bahia e tenho oito filhos. Sou Photógrafo faço santos pinturas e douração de todo tipo falo inglês português francês alemão e italiano graças a Deus estou no Brasil a 33 anos. Nasci em Londres, me criei em Nova York e casei no Brasil. Deus abençoe minha alma (1) Pasta Paris era o nome usado para gesso (DOCUMENTO AVULSO, 1883, TRADUÇÃO DO ANEXO).

Acostado a esta documentação estava também um pequeno documento mencionando que, além da imagem de N. S. das Dores, havia encarnado as imagens de

---

possibilitando aliviar o peso nas procissões, como é o caso da imagem de Nossa Senhora das Dores da Igreja das Dores de Paraty.

[357] Dalmiro José Baronto (30 /09/1837 - 28/05/1919), nasceu em Londres, em Oxford, filho legítimo de Luiz Barunto e Eliza Barunto, ele italiano e ela inglesa, foi casado em primeiras núpcias com Anna Ritta Baronto, de cujo casamento nasceram oito filhos, entre eles: Cezaria, nascida possivelmente em janeiro de 1882 (BATISMO, 28/09/1882), foram seus padrinhos o Barão e a Baronesa de Cananéa Jerônymo Pereira de Araújo de Dessil, e Dª Agueda Maria da Conceição, consta que o Barão de Cananéa era amigo e protector de Vassouras (GAZETA DE NOTICIAS, 1882, Nº 284, p. 2) e João Alfredo Baronto (/ / - 22/01/1941) casado com Cecilia Marcondes Baronto , Luiz Miguel Baronto, (12/09/1866- / /) casado com Avelina Dina de Meirelles em 26 de julho de 1888 (Livro 24, 1888, p. 181v). Em segundas núpcias casou-se com Rita Maria e teve dois filhos e em terceiras núpcias com Benedicta Maria dos Reis, com quem teve seis filhos, menores à época do óbito. Faleceu em Aparecida – SP., na Rua do Gado nº 19 (ÓBITO, Livro C-38, p. 139v., Nº 283). São avós paternos de Dalmiro Baronto: Luigi Baronto e Elisa Baronto, aquelle natural de Levornio no reino da Italia, esta de Londres, na Inglaterra; avós paternos Francisco dos Reis e Gertrudes Maria Ferreira, ambos naturaes deste districto (INVENTÁRIO, 1919, p. 51v).

Santa Rita “grande” e “pequena”, Senhor Bom Jesus, São Roque, Nossa Senhora da Soledade, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e mais 50 santos pequenos - imagens que integram os retábulos das igrejas de Paraty; e as duas imagens citadas acima: “[...] Isto hé umma lembrança do Dia que eu incarnei esta immagem i também incarnei santa Rita grandi i pequena O Bom Jesuz são Roque, a solidade, são Benedicto, a do Rosário, e mais 50 santos pequenos” (DOCUMENTO AVULSO, 1883, ENCONTRADO NO INTERIOR DA IMAGEM DE N. S. DAS DORES).

A presença de Dalmiro José Baronto é atestada também no Jornal “O Paratyense”, no setor de anúncios, em edições de 21 de outubro de 1883, nº 48, p. 4; 28 de outubro de 1883, nº 49, p. 1; 23 de novembro de 1883, nº 4, p. 4; e 3 de dezembro de 1883, nº 3, p. 4, como vemos abaixo:

> Dalmiro José Baronto previne ás pessoas que tem em sua casa imagens para incarnar, que já estando promptas 40 e tantas; são convidados seus donos a procurarem as mesmas. O annunciante previne mais, que logo que termine a encarnação das imagens de N. S. do Rozario, N.S. das Dores e Santa Rita, estará a disposição dos Srs. Fasendeiros, que tenham qualquer trabalho concernente ao seu officio, contanto que seja prevenido com antecedência. Continua a receber encommendas de imagens de qualquer invocação e tamanho, garantindo a perfeição do trabalho e comodidade dos preços. Paraty, 24 de Novembro de 1883. Dalmiro José Baronto (O PARATYENSE, 23 DE NOVEMBRO DE 1883, Nº 4, p. 4).

Algumas imagens encarnadas por Baronto ainda conservam a sua policromia original; outras tiveram perdas, como a Santa Rita pequena, São Roque e São Benedito (ANEXO 40). A qualidade da policromia utilizada nas encarnações realizadas por esse artista nas imagens de Paraty há mais de 130 anos apresenta um grande requinte, levando-as para uma carnação porcelanizada, que infelizmente não foi respeitada pelo IPHAN em algumas restaurações recentes. No Jornal O Paratyense de 3 de dezembro de 1883 foi anunciada sua retirada da cidade: “[...] Continua a receber encommendas de imagens de qualquer invocação e tamanho, garantindo a perfeição do trabalho e comodidade dos preços. Aproveitem que brevemente me retiro, Dalmiro José Baronto” (O PARATYENSE, 1883, Nº 3, p. 4).

Constatamos que também residiu em Vassouras (ANEXO 41), Estado do Rio de Janeiro e Guaratinguetá, Estado de São Paulo, faleceu em Aparecida – SP na Rua do Gado Nº 19 conforme sua certidão de óbito. Os remanescentes de sua família ainda residem no Vale do Paraíba. Seu nome consta também no Almanak Laemmert de 1911 a 1912, na confecção de “imagens e estampas” (ALMANAK LAEMMERT, 1911 a 1912, 6º ANNO, p. 309). Em seu inventário aberto em 5 de dezembro de 1919, consta a informação

“[...] Intalhador e photographo, e esta de serviços domésticos” (INVENTÁRIO, 1919, p. 51v).

CAPÍTULO 02

A implantação dos suportes da memória cultural, local e seu entorno

Introdução

Este capítulo, intitulado “A implantação dos suportes da memória cultural, local e seu entorno”, está dedicado à evolução urbana do sitio histórico de Paraty, após a transferência da povoação do Morro da Vila Velha ou de São Roque para a planície, incluindo seu contato com as vilas e freguesias de Serra Acima. Nossos estudos se concentraram no porto de Paraty, no Caminho Velho e nas casas de registro, dando destaque para a formação da Freguesia de Cunha, transformada em Vila em 1785. As vilas de Guaratinguetá e Aparecida, a ela vinculadas, juntamente com Taubaté, serão também abordadas nas duas Seções que aqui apresentamos, complementando a cronologia evolutiva da área.

Apesar da visibilidade que as cidades vizinhas de Serra Acima sempre tiveram, por sua relação com a história do Município de Paraty e da região da Costa Verde, de maneira geral, essas cidades só têm tombamento a nível estadual, tombamento esse que é pontual, resumindo-se a alguns monumentos; desta forma, as pesquisas realizadas com certeza irão promover maior aproximação e integração entre grupos de pesquisadores e comunidades de municípios diferentes. Consideramos as informações amealhadas de grande significado e importância para possíveis esclarecimentos sobre esta região, sendo algumas inéditas - ainda não trazidas à luz até o presente momento pelos estudiosos do campo. Tais informações irão complementar as demais Seções deste Capítulo e poderão ser material relevante para estimular a realização de novas iniciativas de pesquisa, nos seus diversos âmbitos.

2.1 O Porto, o Caminho Velho e as Casas de Registro

Uma das Freguesias da Capitania de São Paulo situada no Caminho Velho da Serra era a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão. Foi desmembrada da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá em 1785; sua posição estratégica de localização entre a Vila de Guaratinguetá e a Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty era o único meio de se chegar à cidade por terra e pelo mar, tendo tornado significativo o movimento do seu porto desde o século XVII até a década de 1960.

Por ali, além do ouro e de pessoas eram também transportados: aguardente, banana, milho, farinha, ovos, algodão, feijão, galinha, palmitos, polvilho, beijus, marmelos, leguminosas e, no século XIX, o café e outros produtos, plantados, colhidos e produzidos pela mão de obra local. Monsenhor José Pizarro de Araújo, em 1820, por ocasião de sua passagem por Paraty, nos deixa o relato:

> O Seu Commercio consiste na permuta dos gêneros, que baixam de Minas Geraes, Santos, e São Paulo, levando generos Europeos, e com preferencia o Sal, que de Pernambuco para alli vai, cujas embarcaçoens carregam, em troca, farinha, e outros mantimentos. O povo não he tão abundante, como parece em consequencia de um commercio tão amplo. Na mão de bem poucos fica toda a riqueza; porque encadeados de tal forma os demais habitantes com os principaes do negocio, em suas maons depositam os fructos de suas lavouras, sem vantagem consideravel, e sempre com forçosa dependencia (ARAÚJO, 1820, p. 31).

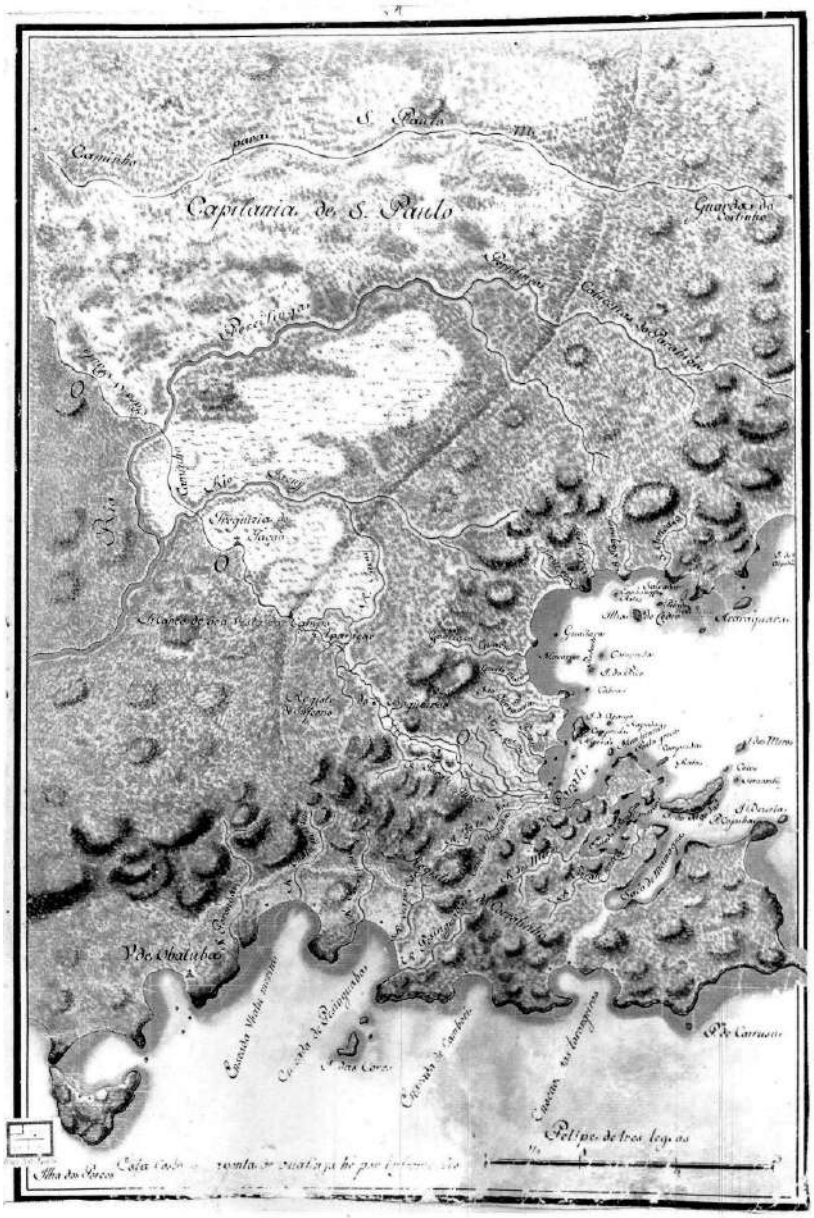
Ainda no final do século XIX o jornal O Paratyense, datado de 1892, na Seção Histórica de Paraty, narrava as confrontações do distrito da Vila de Paraty, tecendo comentários sobre a Vila de Ubatuba como um dos portos de mais destaque da província de São Paulo. Alertava, ainda, que o reparo e conserto das estradas do sertão para as vilas de Ubatuba e de Mangaratiba foram a causa da decadência do comércio e do isolamento de Paraty.

Com efeito, a posição relativamente privilegiada de Paraty nas principais rotas da mineração favoreceu certo isolamento, acentuado pelo fato de todo o território ser cortado apenas por duas estradas calçadas de pedras, muito precárias em alguns trechos (Fig. 360), que eram fiscalizadas pelo Registro do Boqueirão do Inferno e “Registro Velho” ou do “Curralinho”[358]. O relato desta prática ainda é feito em 1804:

> Passados algus annos por requerimento, que fes o Dezembargador Intendente do Ouro ao Sr. Vice Rey do Estado se estabeleceo o novo Registro no caminho que segue da sobredicta vila de Parati para a de Ubatuba no lugar chamado o Curralinho, compondose a sua guarda de hum Official Inferior, e quatro soldados para impedir a passagem dos escravos novos, que se estraviarão para a Capitania de S. Paulo, por ficar o dito caminho próximo a marinha, e haver então noticia que por ele se extraviava também ouro em pó, ficando por esta forma a referida Vila com três guardas, ou registos, os quaes se regulão pelo Regimento de 9 de Novembro de 1726, cujas disposiçoens são as que actualmente se observao (ANRJ, 1804, pc. 1).

[358] Os Registros eram construções erguidas em locais estratégicos das estradas e caminhos do período colonial para controle e fiscalizações dos passageiros. O mapa apresenta a localização de dois importantes registros erguidos no século XVIII: Boqueirão do Inferno e Curralinho.

Fig. 360: Parte das Cartas Topográficas da Capitania do RJ – 1767
retratando as estradas e Registros de Paraty



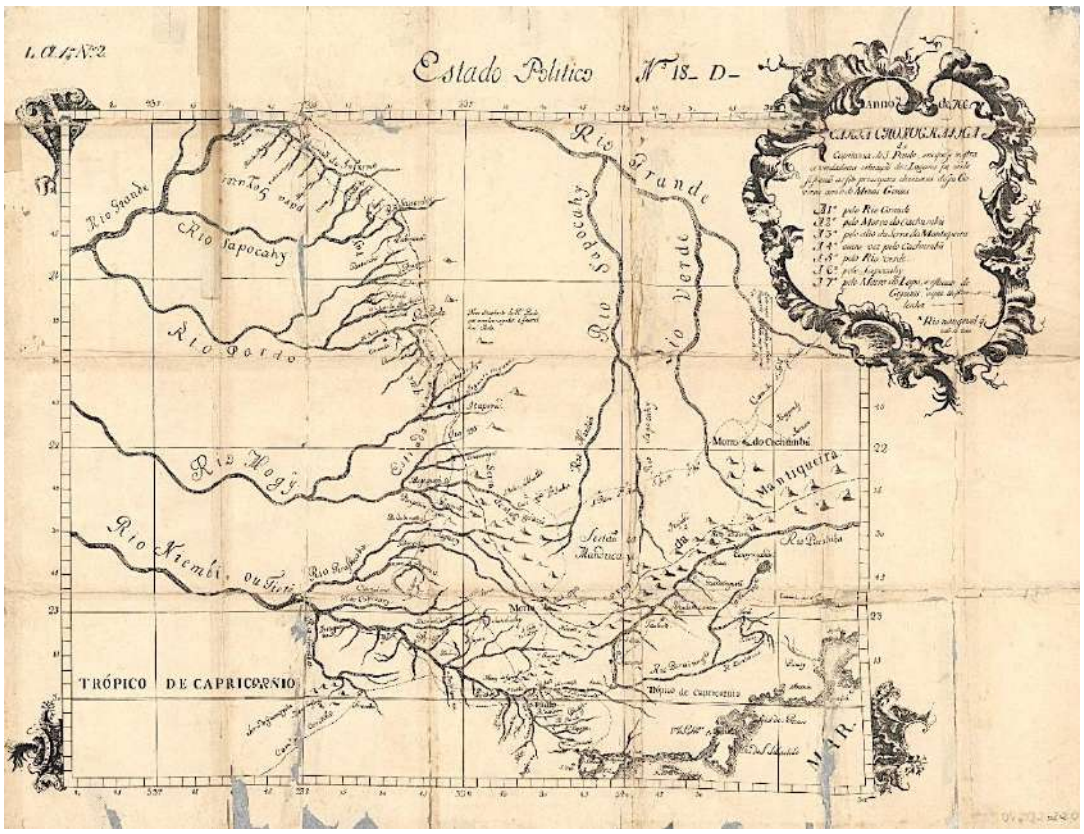
Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (nº 30.1.15-30.1.30/ CEH 2520)

A Lei de 26 de Agosto de 1828, criada pela Assembleia Geral de D. Pedro I e decretada por José Clemente Pereira (ANEXO 42), aplicou vários subsídios para a fatura da estrada da serra de Paraty, extinguiu os Registros da Cachoeira e do Curralinho e os empregos de Provedor e Escrivão dos mesmos, bem como o imposto de 40 réis por pessoa e por animal - que neles passavam anteriormente pelo valor de 80 réis. Este valor também era cobrado por alqueire do sal para consumo, que se vendia na Vila de Paraty (PEREIRA, 1828, p. 8 e 9).

Há no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo duas Cartas da antiga Capitania de São Paulo, datadas de 1766 e 1874. A Carta Chorográfica da antiga

Capitania de São Paulo, datada de 1766, apresenta detalhes das regiões do Alto e Médio Tietê e Vale do Rio Paraíba do Sul e registra o local das antigas Vilas e Freguesias de Serra Acima, bem como o Caminho Velho que proporcionava o grande contato dos povoados seiscentistas com a freguesia do Facão - atuais Cunha, Paraty e Ubatuba (Fig. 361).

Fig. 361: Carta Chorográfica da antiga Capitania de São Paulo - 1766



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

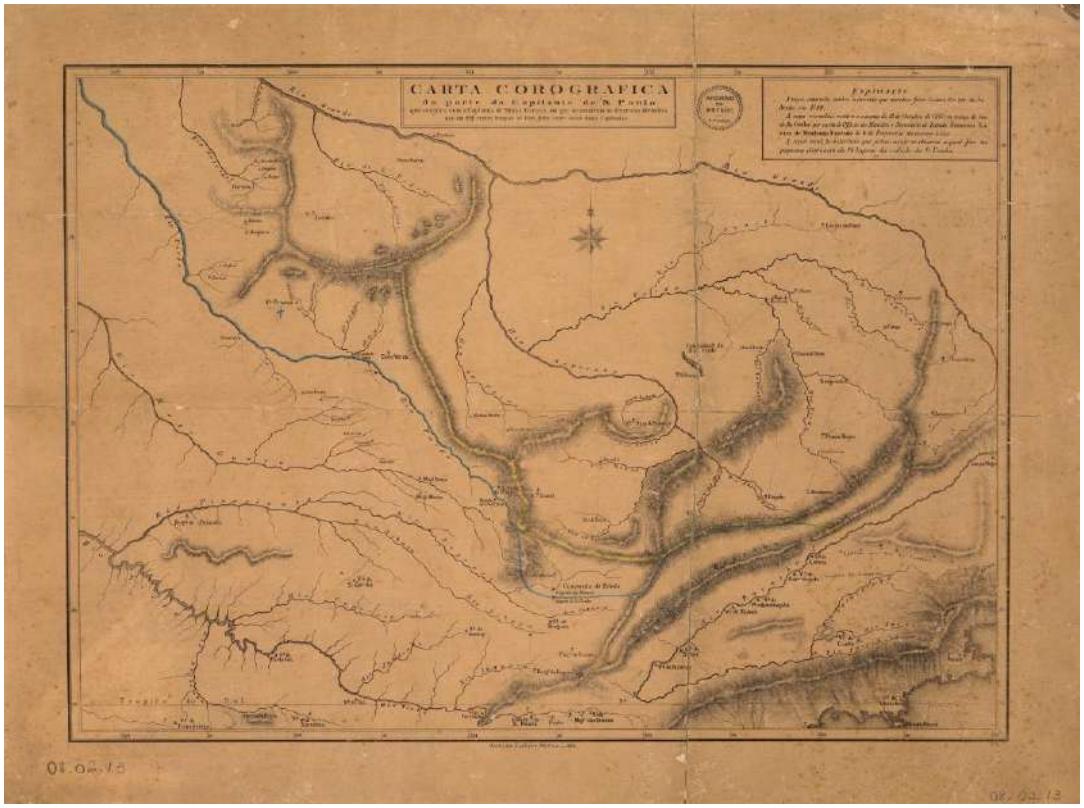
Vinculadas a este caminho estão nitidamente visíveis as Vilas de Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Piedade (Lorena), alto da Serra da Mantiqueira e o Caminho Novo para o Rio de Janeiro, aberto em 1725 por ordem do Governador de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, saindo de Guaratinguetá e atravessando o Rio Paraitinga. Verifica-se no referido mapa que as localidades de Facão e Piedade ainda estão sem as capelas, conforme registros feitos nas Vilas: há somente um pequeno círculo, bem como o vínculo com o sul do país, passando por Sorocaba e pelo caminho para Curitiba.

A Carta Corográfica de parte da Capitania de São Paulo com a Capitania de Minas Gerais, datada de 1874, registra as diversas divisões que foram feitas em diferentes momentos entre as duas Capitanias. A raia amarela registra a marcação feita por Gomes

Freire de Andrade em 1749; a vermelha indica o registro de 12 de outubro de 1765 pelo Conde da Cunha, através de carta de ofício ao Ministro e Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 04 de fevereiro de 1765; e a azul marca a divisão considerada na época atualizada com pequena distância de 14 léguas da cidade de São Paulo.

Estão registradas nesta Carta, através de pequenas capelas, em sequência, as Vilas de Jacareí, São José, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena. Na parte inferior aparecem as Vilas de Cunha, Paraty e Ubatuba, os caminhos que ligavam as Vilas de Cunha a Paraty e Ubatuba, bem como o Caminho da Bocayna - que ligava com Mambucaba e com o Caminho para o Rio de Janeiro, desta vez saindo da Vila de Lorena. Percebe-se pela ligação com Ubatuba e Mambucaba que estes caminhos atendiam às demandas para o transporte do café através do litoral fluminense e paulista (Fig. 362).

Fig. 362: Carta Corográfica de parte da Capitania de São Paulo com a Capitania de Minas Gerais - 1874



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Affonso Taunay considera como sendo o mapa mais velho da região fluminense a parte topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, feita por ordem do Conde da Cunha, Capitão General e Vice Rey do Estado do Brasil, sendo o registro executado por Manuel

Vieira Leão, Sargento Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião do Rio de Janeiro, no ano de 1767:

> Tem notavel valor como repositorio de informes e exactidão considerável e é uma das maiores preciosidades da rica mappotheca do Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Representa real esforço, numa época em que a mais densa floresta cobria a zona fluminense, do Valle do Parahyba, onde viviam tribus numerosas de índios selvagens, embrenhados em territórios ainda não devassados pelos brancos. Neste mappa há valiosas indicações sobre o caminho terrestre de São Paulo e Rio, mostrando duas estradas que se bifurcavam acima de Cunha, segundo cremos, pois, a sua juncção está fora dos limttes da carta. Os dous "caminhos para S. Paulo" estão assim assignalados: o primeiro, de Paraty, pelo Valle do Paratyguassú, Registro do Boqueirão do Inferno, pouso Apparição, rio Jacuhy, Marco de Boa Vista do Campo e freguezia do Facão, que e hoje a cidade de Cunha; d'hai seguia rumo norte, cortando os rios Jacuhy e Parahytinga (TAUNAY, 1926, p. 215, 216).

Por causa dos naufrágios e para evitar a ação dos piratas, o trecho marítimo de Sepetiba-Paraty foi substituído, a partir da segunda metade do século XVIII, por outra via que contornava a Serra da Bocaina e alcançava o caminho dos paulistas na altura de Cachoeira Paulista. Mas, para transpor a Serra da Mantiqueira, até o início do século XVIII, seja indo ou vindo das minas, era necessário alcançar a região de Taubaté, depois Guaratinguetá, para retornar ou seguir para as minas pelo antigo caminho dos paulistas. Segundo relato de Antonil,

> Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais, porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E, por relação de quem andou por ele em companhia do governador Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de agosto de 1699 da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao Rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dois em Guaratinguetá, dois nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinqüenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias (ANTONIL, 2001, p. 184).

A circulação de mercadorias e o comércio com as vilas e freguesias de serra acima levou a episódios com tropeiros que, face à extinção dos Registros no início do século XIX, derrubaram práticas de controle anteriormente empreendidas e nas quais se conseguia algum sucesso. Em 1882, o Jornal Paratyense ainda noticiava:

> Consta-nos por pessoa competente, que nas estradas da visinha Cidade de Cunha, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, têm sido assaltados alguns tropeiros. Os tres sujeitos vão vender na província de Minas o que roubam na de S. Paulo e vice-versa; portanto previnam-se os viajantes (PARATYENSE, 1882, Nº 7, p. 2).

As primeiras preocupações urbanísticas dos colonizadores para organização e ordenação do arruamento das Vilas e Freguesias diziam respeito à reserva de locais para o estabelecimento de praças e construção dos equipamentos emblemáticos e representativos do poder da Metrópole instituído na colônia, como as Casas de Câmara e Cadeia, Igrejas, Alfândega e Pelourinho - este último atestando a legalidade e autoridade do poder e sendo instrumento, também, de castigo.

No período colonial, para que um povoado pudesse ter seu reconhecimento e apoio administrativo, objetivando receber alguns serviços administrativos do Estado com a presença das Casas de Câmara e Cadeia, Juiz de Paz e Vereança, era necessária a sua organização em freguesias, como referência à divisão territorial que, embora em momento incipiente, já obedecia à sessão XXV do Concílio de Trento (1545 - 1563)[359] e às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, impressas em Lisboa em 1719 e Coimbra em 1720.

As Constituições realizavam a adaptação das normas tridentinas no que se refere aos usos e costumes da Arquidiocese; e orientavam para a escolha do local da fundação de Igrejas. Segundo Flexor, as Constituições, em suas ordenações para ocupação e edificação do edifício religioso, recomendavam:

> Precederia à construção uma licença das autoridades eclesiásticas que se encarregariam de mandar levantar Cruz no lugar, aonde houver de estar a Capella maior, e demarcarão o âmbito da igreja, e adro della. Deveriam ser edificados em lugares decentes, bem acomodados e, a partir do Sinodo, recomendava-se que se construíssem, especialmente as igrejas paroquiais, em sítio alto, livre de umidade e longe de lugares immundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes em distância que possão andar as Procissões ao redor dellas, porém em lugarpovoado (FLEXOR, 2009, p. 13 e 14).

Das nove cidades pesquisadas - Paraty, Cunha, Guaratinguetá, Aparecida, Taubaté, Angra dos Reis, Mangaratiba, Florianópolis e Viamão, quase todas tiveram seus primeiros núcleos de povoamento com as capelas primitivas em um promontório. Algumas delas mantiveram sua Igreja Matriz até os dias atuais, outras mudaram seu assentamento para a planície. Devemos observar que as vilas e freguesias paulistas de serra acima seguiram as normas eclesiásticas na sua forma de implantação - em lugar elevado; e as vilas situadas junto ao mar, com as fachadas voltadas para o nascente.

> A estrutura das igrejas paroquiais seria em forma de cruzeiro, com capela-mor, sendo esta colocada de tal forma que o sacerdote no altar ficasse com o rosto para ooriente, ou para o Meio-dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente (FLEXOR, 2009, p. 14).

[359] Essa sessão reafirmou ou deu origem às devoções, formas de representação, de religiosidade e comportamentos, toda arte e iconografia empregados e adotados na arquitetura, escultura, talha, pintura, ourivesaria e mobiliário, no século XVIII.

Destaque-se que um instrumento que contribuiu para a estruturação urbana das cidades brasileiras no período colonial foram as Cartas Régias, que orientavam o planejamento dessas primeiras implantações urbanas, tentando evitar, a princípio, um crescimento desordenado. O sítio a ser escolhido para a elevação das primeiras vilas deveria ser seguro, sendo geralmente um local no alto de um morro, por questões de defesa, como nas cidades medievais, objetivando proteção contra ataques de inimigos, indígenas e invasores estrangeiros.

Mircea Eliade, ao tratar das defesas dos lugares habitados e das cidades, considera provável que tenham sido defesas mágicas, dispostas a impedir a invasão dos demônios e das almas dos mortos: os muros eram consagrados como uma defesa contra o demônio, a "Doença e a Morte", uma vez que o pensamento simbólico não encontra nenhuma dificuldade em assimilar o inimigo humano ao Demônio e à Morte. "[...] Afinal, o resultado dos ataques, sejam demoníacos ou militares, é sempre o mesmo: a ruína, a desintegração, a morte" (ELIADE, 2013, p. 48).

Ainda em 1891 em Paraty, na seção histórica do Jornal O Paratyense, o artigo intitulado: "Esboço Histórico e Geográfico do Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro", faz menção à Carta Régia datada de 20 de abril de 1703, assinada por D. Pedro II de Portugal, pelos seguintes motivos:

> No auto da Collina em que foi installada a antiga Villa com a invocação de S. Roque; a instancia do povo que de continuo era assaltado pelos piratas do Rio da Prata [...] foi mandado construir um pequeno Forte com o título – Defesa, que só ficou concluído em 1706, e atilhado com canhões de ferro de calibre 12, como tudo lê-se no livro 16 do Registro Geral da Provedoria, a flª. 53 (O PARATYENSE, 1891, Nº 14, p. 2).

A partir da tendência portuguesa para implantação dos sítios urbanos, oriunda de uma conduta dos militares cuja finalidade era a defesa, essas vilas eram assentes em locais elevados e tinham primitivas capelas erguidas valendo-se da topografia. Essas capelas eram depois transformadas em matrizes, com seus grandes adros, a partir dos quais se irradiava o traçado do principal acesso às vilas e seus arruamentos. Nas Visitas Pastorais realizadas na cidade de Cunha em 1877, salta aos olhos a lembrança e registro, a visibilidade, eternidade e perpetuidade do edifício da igreja, edificada no alto de um monte ou elevação, segundo os preceitos do evangelho.

> Eis amados Filhos por que Sam Paulo o grande apostolo das nações, fallando sobre a igreja, a d'nomina: Igreja de Deos vivo colunna e firmamento da verdade. Representada por Isaias como a casa do Senhor plantada sobre o cume das montanhas, elevada a cima das collinas a onde deveriam reunir-se um dia todas as nações; descripta por Daniel sob a forma de um reino que há de durar eternamente; comparada no envangelho a uma cidade edificada ao alto de um monte a onde não pode ocultar-se as vistas de ninguém; a Igreja é por isso mesmo uma sociedade visivel, permanente e indefectível, e essa visibilidade que é um

> de seus principais distintivos, constitue igualmente no dogma da vossa fé. Visivel, como é a Igreja em seu chefe, na pessoa de seus ministros, e nos mesmos fiéis, que profesam a sua doutrina, visível em seu governo, sua disciplina, suas leis e decizões; vizivel nos seus symbolos, em seus Sacramentos, nas funções de seu Culto, no ministério da predica e em tudo o que tem relação com a parte exterior e sensível de sua mesma constituição, ella não é amados Filhos, como pretendem alguns de seus adversários uma associação permanente espiritual e sua relação alguma com as couzas da terra; mas como vos discemos, uma sociedade de homens perfeitamente organizada e que perpetuando-se pela suscessão, hade durar tanto quanto o sucessor segundo a promessa de seu divino fundador (PASTORAIS, 1877, p. 12).

2.2 As antigas Vilas e Freguesias de Serra Acima

A Freguesia do Facão teve seu primeiro assentamento ainda na primeira metade do século XVIII[360]; entre a documentação pesquisada, no Livro de Registro das Pastorais encontramos menção às "advertências necessárias" em seus "Capítulos da Visita", ainda sob a administração do primeiro Bispo de São Paulo, D. Bernardo Roiz Nogueira: “[...] fazer rol de todas as cazas, pessoas mayor, menores, citios, bayrros q. se ficão comprehendendo dentro de urna de suasfreg.ªs, como tão bem os termos dividentes entre ellas, quantas legoas tem de Norte a Sul, e do Nascente ao poente na formada divisão q della mandamos fazer [...]” (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 55v).

A Igreja era a instituição que absorvia também a parte escriturária das Freguesias, Vilas e Cidades – como ocorre até os dias atuais - com seus livros de Tombo, Atas, Eleições e Concordatas, Batismo, Matrimônio, Óbito, Receita e Despesa, Entrada dos Irmãos e Inventários[361]. O Livro Tombo geralmente era iniciado pelos padres, sendo um

---

[360] Integra o Relatório da Estrada de Ferro de Pindamonhangaba a Paraty, pelo engenheiro Benjamim Franklin, importante descrição sobre a cidade de Cunha: "O primeiro povoado foi principiado em Abril de 1730, por uma família portuguesa chamada de Falcon, composta de Falcon, mulher, filha, genro e irmão Frei Manoel de N. S. da Conceição de Falcon, nome depois adulterado para Facão, sendo elevado a freguesia em 1748, segundo consta do termo de posse de seu primeiro vigário João Velho da Costa. A freguesia foi erecta em Villa, a 28 de outubro de 1785, pelo capitão general Francisco da Cunha Menezes; de então em diante começou a denominar-se vila de N. S. da Conceição de Cunha. Obteve os foros da cidade pela lei provincial n° 30, de 20 de abril de 1858". A cidade de Cunha está situada a E.N.E. da Capital do Estado, a 3,100 metros acima do nível do mar. Tem casa de Câmara e Cadeia, em edifício próprio, e igrejas matriz, de N.S. do Rosário, de N.S. da Lapa e N.S. dos Remédios. O Munícipio é montanhoso, com matas, algumas virgens. Alguns de seus campos são atravessados pela serra do mar e do Quebra Cangalha, na direção de L. para O. e pela Serra da Bocaina, que segue a direção de N. a S. (O PHAROL, 1898, Nº 67, p. 1).

[361] Para a regularização plena de uma Fábrica de uma Freguesia, além do Livro de Tombo eram necessários: Acento de Dívida, Receita e despesas, Inventário. Sobre estas práticas fala por si própria a Irmandade: De Inventário = Deve lançar tudo quanto pertence e que tiver a Fabrica, a saber, “na primeira classe serão lançados todos os bens, Alfaias, jóias e ornamentos, em geral, tudo o que serve imediatamente ao culto Diário, que em Direito Canônico se denominão coisas sagradas. Na segunda claçe se deverão escrever todos os mais bens e mais e genero, que tiverem a representação e o decorozo ornato do culto Divino, que em Direito Canônico se denominão coisas Religiosas. Na terceira claçe se deveram escrever generos e bens profanos em qualidade e de móveis. Na quarta claçe se deveram escrever todos os bens de Ray, em que vão expressados todas as suas confrontações, nomes do Cartorio, foros que pagam; em cujo termo ordenava elle Menystro, que no Livro destinado para a Escripturação do Inventario deverão da a outro diverso uso” (TOMBO,1805 - 1864, p. 3v, 4).

dos primeiros da Vila do Facão João Velho Cabral, que manteve grande zelo e cuidadoa administração dos Sacramentos, assistindo aos enfermos e mais obrigações do seu cargo. Estes livros deveriam ser conservados em móvel próprio, denominado bufete[362], com o devido controle pelos Párocos. Na visita Pastoral de 20 de setembro de 1782, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia do Facão, em presença do Reverendo Páraco Bartholomeo de Carvalho Pinto, Clero, Irmandade e demais povo, foi feita a procissão dos defuntos, visita ao Sacrário, Pia Batismal, Santos óleos, imagens, altares, paramentos, livros, alfaias - e

> Constatou-se a "falta dos assentos dos baptismos, óbitos e cazamentos; portanto mandamos que dentro de hum mês, e ainda mais breve o R^{do} Parocho mande fazer a custa da Fabrica hum bofete com duas gavetas fechadas, e nellas se conservão os Livros respectivos, e mandamos que o R^{do} Parocho faça os assentos antes de menystrar os ditos Sacramentos (PASTORAIS, 1736 – 17854, p. 103).

Uma das determinações da visita de Dom Antonio da Madre de Deos, Bispo do Bispado de São Paulo, em 24 de agosto de 1757, definia que "[...] O R^{do} Par^{o} fabriqueiro pelos bens da fabrica mandarão fazer huma tumba com,seu pano, p^{a} nella irem a sepul^{Ra} as pessoas falecidas, por della m^{to} se carecer" (PASTORAIS,1736 - 1854, p. 69v). Este acessório já constava na Visita Pastoral de 15 de dezembro de 1742, como necessário à Capella de N. S. da Conceição para conduzir, nos enterros dos membros da Freguesia, os mortos à sepultura. De variados modelos, existiram também o esquife de madeira de lei e o bangüê, confeccionado com madeira mais ordinária, utilizado para a condução de escravos e indigentes.

A tumba possuía um pano[363] próprio ou "coberta" na cor preta, para o cadáver; e pagava-se a chamada "esmola da tumba" para o seu uso. Em 1790, aparecem com freqüência nos maiores centros os registros de caixão; e nos acompanhamentos de funerais estava presente a Cruz da fábrica, com sua manga roxa ou preta[364], para atendimento aos que não integravam as Irmandades.

Os enterramentos eram feitos na nave da Igreja, nas campas existentes no assoalho; e os Livros de Registros de Óbitos faziam menção à situação do enterrado: pai, negra, filha, cunhado, anjinho, filho, sobrinho, crioulinho. Alguns lugares eram identificados como "campa da Irmandade", "debaixo do Coro", "entre as Grades", "do Arco para baixo", ou "entre o Arco". Verificamos que os valores cobrados nesses enterramentos eram mais

---

362 Móvel de utilidade que aparece nos inventários paulistas do século XVII, podendo ser feito em cedro, vinhático, jacarandá ou canela preta, com ou sem gavetas em sua caixa, tampo de balanço acentuado nas cabeceiras, para servir de suporte para oratório, escritório de meio-corpo e de contador.

363 Chamado de "coberta ou pano de tumba", servia para cobrir o féretro nas exéquias, em tecido ou gorgurão, geralmente com cruz no meio, bordada ou feita de galão metálico

caros entre as grades e na parte superior da nave, espaços que não dispunham de bancos, conforme o costume da época.

Observe-se que um costume muito comum nos séculos XVIII e XIX era a construção de capelas[365] ou oratórios particulares nas sedes de fazendas e engenhos, como forma de garantir a presença de um sacerdote para servir de cura às almas dos moradores e administrar os sacramentos. Na Visita Pastoral de 26 de junho de 1851, o Bispo de São Paulo, Dom Antonio Joaquim de Mello, faz menção às funções dos Bispos, sua rotina de trabalho e ao Pároco, como o "Cura de almas" (PASTORAIS, 1736-1854, p. 151v a 155).

Considerada pelos visitadores como um abuso intolerável, que já vinha criando raízes na Paróquia de Cunha, era a ausência de licença especial para as construções de capelas e oratórios domésticos, associada à soma pecuniária com os fazendeiros, que podiam somente levantar altar para sacramentar enfermos. Em 1852, esta prática foi expressamente proibida, com ameaças de suspensão de cargo:

> Quem desprezar esta lei, ficará privado dessa faculdade, os que tem licença de levantar Altar, não administrarão Sacramento algum sem nossa expressa licença, os que contrariem sejão suspensos pelo Vigário da Vara competente. Os Fazendeiros que morarem distante da Parochia, e que sentissem grave incomodo em levar a Matriz seus domésticos, para a confissão annual, podem requerer Provisão de oratório, que será visitado, e nelle poderão os Parrochos, ou Sacerdotes de sua licença, desobrigar os dos mestiços de sua Fazenda ou mesmo agregados e pobres dos devedores: Ficão suspensas todas as graças em sentido contrario. Os Reverendos Vigarios da Vara redobrarão de vigilância a este respeito. Quando algum Sacerdote com legitima causa disser Missa em Caza dentro da Parochia, os dezempedidos que ouvirem, não satisfarão o preceito (PASTORAIS, 1736-1854, p. 165v).

Na Freguesia do Facão as Capelas de Jesus Maria e José da Boa Vista e a de Nossa Senhora Sant'Anna do Paraitinga são mencionadas na documentação pesquisada. A primeira, na Visita Pastoral de 10 de dezembro de 1749, registrava seus lançamentos, citados pelo visitador João Lopes Franca, como: "Livro para lançamento das Pastorais e Capítulos de Visitas", afirmando "[...] ser necessário na Nova Matriz desta Freguesia de N. S.^{ora} da Conc.^{am} do Facão [...]" (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 51).

Constatamos, no Livro do Tombo de 1877, que a Capela de Jesus Maria José da Boa Vista tornou-se notável para os fiéis da Paróquia por ter sido a sua primitiva sede paroquial, ainda na primeira metade do século XVIII em que foi publicada a 1ª Pastoral do 1º Bispo da Diocese, Ir D. Bernardo Rodrigues Nogueira (TOMBO, 1877, p. 2v).

---

[365] Capela Curada - título oficial dado pela igreja católica a capela de vila no período colonial que realizasse celebrações regulares por um pároco. O aumento do povoado possibilitava aos políticos e moradores solicitar à Assembleia Provincial a ascensão à criação de Freguesia, considerada como primeira unidade de divisão territorial da Colônia e da Metrópole, com equivalência aos distritos na atualidade.

Em 1747 era vigário na Capela de Jesus Maria José da Boa Vista o Pároco João Velho Cabral, que vivenciou um período ainda muito incipiente da freguesia. Embora sua atuação fosse pautada pelo grande zelo e cuidado com a Igreja e na administração dos Sacramentos, assistência aos enfermos, recomendações eram feitas para que no sábado de tarde ou à noite se cantasse o "Terço de Nossa Senhora" com Ladainha, convocando os fregueses que viviam junto à Matriz, com suas famílias; e obrigando inclusive os mais idosos e capazes para Irmãos do Santíssimo Sacramento, como determinavam as Constituições, a ter nas sacristias as orações para "antes" e "depois" da Missa.

O ordenamento do edifício religioso, em relação à vizinhança, atesta o diálogo constante e inicial entre as primeiras autoridades locais e religiosas[366] e os moradores da freguesia, aos quais se estendiam as recomendações e obrigações compartilhadas. A esse respeito, Claval comenta:

> A cultura é constituída de realidades e dos signos criados para descrevê-las, dominá-las e verbalizá-las. Carrega-se, assim, de uma dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais, gerando em quem os pratica ou os assiste um sentimento de comunidade compartilhada. À medida que a recordação das ações coletivas se funde aos caprichos da topografia, às arquiteturas marcantes e aos monumentos criados para alimentar a memória grupal, o espaço torna-se território (CLAVAL, 2014, p. 22).

Não podemos deixar de mencionar a existência, desta vez na Vila de Cunha, de outras capelas erguidas em meados do século XIX, com as invocações de Nossa Senhora dos Remédios de Campos de Cunha, Nossa Senhora da Lapa e Senhor Bom Jesus[367], cujas imagens de rara beleza ainda podem ser vistas na documentação fotográfica realizada pelo fotógrafo paulista Germano Graeser, contratado pela antiga SPHAN do Estado de São Paulo - onde trabalhou até sua morte em 1966, realizando diversos serviços em algumas cidades objeto de nosso estudo. Chamam atenção algumas imagens de origem portuguesa, semelhantes a outras existentes em outros Estados, como um Santo

---

[366] O seguinte documento dos Capítulos de Visita Pastoral de 15/12/1742 é bem revelador: "Também lhe encarregamos que obrigue a José Alves de Oliveira, José Gomes Granitto, Nuno dos Reis, José dos Santos Souza, os quais se obrigarão em sua presença e do R. D^{or} Vigr da Vara que então era Gaspar de Souza Leal, a reparar do necessário a Capella de N. S. da Conceição que serve de Matriz e que ponha justamente todas as couzas de que a Capella carece, que são as seguintes: Hú Cordão de Algodão, Hua Ambula p^{a} os frascos dos S^{tos} Oleos de pratta q tem a Capella, Uma dita com frascos p^{a} se conduzir os S^{tos} Oleos q^{do} vire novos, Hum Ornamento verde int com frontal, Huma Capa de Asperges branca, vermelha p^{a} administrar os Sacram^{tos}, Húa ditta roxa p^{a} os defuntos, e mais funções, Hum ferro de Hostias, Húa Credencia, Hum Missal, Hú Baptistério, Hu Officio de defuntos com as estações p^{a} aprocissão das Almas, Hua Cruz da fabrica com Manga, ou rocha, ou negra, Hua tumba com sua coberta, Hu sino p^{a} chamar os fregueses p^{a} as suas obrigações, Hú Armario junto á pia emq se guarde os S^{tos}Oleos, e os Livros dos baptizados" (PASTORAIS 1736 - 1854, p. 62, 62v).

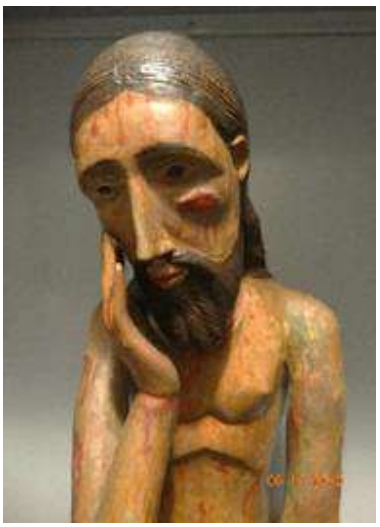
[367] Segundo Veloso, os povoados de Campos de Cunha e Bocaina tem muita importância para a história do município de Cunha. Num segundo momento de povoação do município a partir de 1800, quando se desenvolvia a região da Bocaina, no roteiro dos caminhos que se dirigiam para o porto de Mambucaba, muitos povoadores estabeleciam-se nessa região e, mesmo mais abaixo, na região do atual Distrito de Campos de Cunha (VELOSO, 2010, p. 313).

Antonio e uma Nossa Senhora dos Remédios; e as imagens de Nossa Senhora da Lapa, Senhor Bom Jesus e Santa Rita, de fatura semi-erudita, possivelmente do mesmo escultor do Senhor da Paciência oriundo da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, hoje no Museu de Arte Sacra da cidade (Figs. 363 e 364).

Fig. 363: Igreja de N. S. de Cunha/ SP - Imagens Sacras

Foto Germano Graeser - 1939 – Arquivo IPHAN - SP

Fig. 364: Imagem de Nosso Senhor da Paciência – Museu de Arte Sacra de Paraty



Acervo Julio Cezar Dantas - 2018

Fig. 365: Imagem de Santo Antonio Igreja de Santa Rita

Fonte: André Rosso

Fig. 366: Imagem de N. S. dos Remédios
Igreja Matriz de Paraty

Fonte: Acervo MASDP

Fig. 367: Imagem de N.S. do Rosário – Fazenda do Laranjal Paraná - PR

Fonte: Lourdes Pinto, In: Antigas Fazendas do Rio Grande do Sul

Fig. 368: Imagem de N.S. dos Remédios – Mosteiro de São Bento - RJ

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas

Ainda na primeira metade do século XVIII, localizada na rota das tropas que transitavam entre Paraty, Vila do Facão e Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, existiu importante Capela de Nossa Senhora Sant'Anna, cuja documentação, localizada nas pesquisas, não podemos deixar de mencionar:

> [...] O sítio ou Posto de Paraitinga, encimado pela Capela de Nossa Senhora Sant'Anna, era ponto estratégico e pouso obrigatório para as tropas que transitavam entre Paraty, Facão e Guaratinguetá. As missas celebradas na Capela eram muito concorridas, além de nela se realizarem, com frequência, casamentos e batizados (VELOSO, 2010, p. 156).

Na documentação que faz alusão à Capela deparamos com a Provisão de Dom Frei Antonio de Guadalupe, Bispo do Conselho de Sua Majestade no Rio de Janeiro, para ereção da mesma, na forma da Constituição concedida a Raphael da Fonseca, esposo de Francisca Leme, "Protector da Capela, morador da Freguesia de Guaratinguetá em 22 de setembro de 1739, no seu sítio da Paraitinga, distante da Vila cinco léguas", não prejudicando os direitos paroquiais:

> [...] e em lugar decente apartado das casas e dos usos domésticos o qual assignará o Páraco como Sacerdote porem de que não será de Pau a pique e não terá tribuna alguma e depois de edificada, com Escritura do lote [...]descentemente paramentada com as vistimentas das coatro cores Principais que mandam as rubricas do Missal como a Igreja e mais cousas necessárias (INVENTÁRIO E PROVISÃO, 1749, p. 2v).

A Capela foi benta em 28 de agosto de 1740, com determinação para serem inventariados todos os bens pertencentes ao culto da Igreja. Chama atenção, entre os diversos itens do inventário, a presença de “uma pia de pau de batizar” e de um caxan na sacristia, com doze gavetas”. Para a pia, devido à distância do litoral e à ausência dos canteiros, adotou-se a madeira - também adotada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Paraty - e no “caxan”, denominação dada aos primeiros arcazes das sacristias das Igrejas e Capelas.

Fig. 369: Ruinas da antiga Capela de N. S. Sant’Anna, construída entre 1736 – 1740

Fig. 370: Capela atual de N.S Santana

Fonte: VELOSO – 2010 - p.155

Na visita de 17 de setembro de 1768, o Visitador Gaspar de Souza Leal chama atenção para o iminente estado de ruína que já se iniciava na Capela, alertando:

> O Protector e administrador da Capella de S.ta Anna do Paraitiga, logo antes, que cheguem as agoas, mandará concertar o telhado e reparar o pórtico em roda, antes, q de todo se arruíne, fazendo-lhe encostar alguns paos grossos pª afastar os animaes das paredes; tudo com a perfeição da espera de seu zelo (PASTORAIS, 1736-1854, p. 89).

A Capela de Santana do Paraitinga, importante monumento da primeira metade do século XVIII, construída de taipa de pilão, segundo a primeira Provisão, com forro em madeira, era assoalhada em tábuas de cedro em sua nave e capela-mor; possuía coro, púlpito e sacristia com piso em pedras. Muitas comemorações eram realizadas para Nossa Senhora Sant’Anna em 26 de julho. A capela entrou em decadência na década de 1940, sendo demolida em 1947. Durante a demolição, informações sobre os enterramentos naquela região foram reveladas:

> De comum acordo com p P.e Rodolfo, o Sr. José Verreschi contratou os serviços do Sr. Afonso Bento e família, para demolirem a capela e a quem, depois de algum acerto, vendeu o telhado e o madeiramento ainda em condições de ser reaproveitado: tábuas do forro, do assoalho – tudo de cedro – vigotes de cabriúva, peroba e outras madeiras de lei. As telhas comuns de tamanho grande foram salvas e vendidas, perfazendo, um

> total de 2.600 telhas. Sob as madeiras do assoalho, encontraram-se muitos esqueletos – prova de que pessoas da região eram enterradas no seu interior, separadas de acordo com o nível social da pessoa falecida, numa época em que nem mesmo o Cemitério de Cunha, havia sido construído. Curiosamente, embaixo das tábuas do altar, surgiu uma poça de água. Colocava-se terra sobre essa água, e a água sempre voltava. Esse fato foi presenciado por várias pessoas. Demoraram mais de uma semana para desmanchar a capela. No final, só restaram as paredes de taipa (VELOSO, 2010, p. 168).

O culto a Santana não deixou de ser realizado, face à reconstrução da capela em frente às ruínas da original.

Destaque-se ainda que na Visita Pastoral de 24 de agosto de 1757, o Vigário Antonio de Medeiros, da Igreja de Nossa Senhora da Candelária da Vila de Itú, visitador ordinário das Vilas e freguesias dos Recôncavos de São Paulo e Comarca de Guaratinguetá; e Dom Fr. Antonio da Rocha de Deos, Bispo de São Paulo, realizaram pessoalmente visitas à Igreja Parochial de Nossa Senhora da Conceição do Facão, em presença do Vigário Domingos Rodrigues da Costa. Após percorrer os ambientes da Igreja e fazer o reconhecimento dos objetos ali existentes, consideraram-na conveniente para o serviço de Deus e bem das almas, determinando que

> Os Irmãos da Irmd^{e} das Almas pelo dr^{o} da mesma mandarão fazer o altar p.^{a} S. Miguel ao pé do arco da parte da Epístola com seu retabulo de mad^{Ra} lisa que mandarão pintar, ou dorar, e o paramentarão de toalhas e frontões de damasco, ou chamalote de todas as cores, q usa a Igreja (PASTORAIS, 1736-1854, p. 71).

Na mesma visita também foi determinado aos Irmãos do Santíssimo Sacramento:

> [...] Pelos bens, ou P^{o} da mesma mandarão fazer hum retablo de mad^{ra} lisa e camarim com seu trono de degraus, p^{a} se expor nas festivid^{es}, Semana S^{ta} o mesmo S^{mo} Sacramento, e será no altar onde está o Sacrario, o q tudo mandarão pintar, e com seus frisos de ouro o trono. Mais comprarão hum paramento int.^{ro} de damasco branco: a saber vestim^{ta} com sua estola, e manipulo, dalmáticas, frontal, pano de estante, manga de cruz,bolsa de corporaes, capa de asperges, e pano de pulpito, e também véo de hombros, por se carecer m^{to} de tudo (PASTORAIS,1736 -1854, p. 71).

E ainda à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário:

> Os Irmãos da Irm^{de} da Sr^{a} do Rosário dos Escravos pelo P^{o} da mesma mandar-lhe-ão também fazer hum altar com seu retablo liso de mad^{ra} ao pé do arco da parte do Evangelho, o q tudo mandarão pintar, e paramentar de toalhas, e frontaes das cores qe. usa a Ig^{a}, de sorte, q. fique em tudo similhante, e correspondente ao de S. Miguel, para cuja obra aplico todas as esmolas, que se tem tirado, e tirarem, e darem os devotos da S^{ra} do Rosário daqui por diante (PASTORAIS, 1736-1854, p. 71, 71v).

Fica-nos claro, pela documentação analisada, que naquele momento em que foi registrada a visita, apesar da Freguesia do Facão ser um território de passagem de tropas

com comércio intenso com o porto e o litoral, já estavam sendo fundadas e organizadas três importantes Irmandades Religiosas para representar seus grupos sociais[368]: Santíssimo Sacramento, São Miguel e Nossa Senhora do Rosário dos Escravos, através de retábulos laterais, estando a principal no retábulo-mor. Esta pratica foi anotada por Fátima Justiniano em "As Esculturas de São Miguel Arcanjo no Rio de Janeiro Setecentista", onde a autora indica que uma delas era direcionada às práticas da morte e dos enterramentos:

> No Brasil colonial, cada templo acomodava diversas irmandades, que veneravam seus santos patronos em altares laterais. Elas tinham, dessa maneira, a função implícita de representar, social e politicamente, os diversos grupos sociais e ocupacionais da Colônia. A irmandade de São Miguel e Almas cuidava de proporcionar aos seus irmãos uma boa morte e, mais importante, supria os mortos de uma quantidade suficiente de missas para o alivio e redenção das almas pecadoras (CEIB, 2001, p. 95).

Na documentação pesquisada sobre a Visita Pastoral de 20 de janeiro de 1766 há menção à existência, na Freguesia e no ambiente da sacristia, de um retábulo, há anos feito, que achava-se por assentar no lugar do retábulo da Irmandade de N. S. do Rosário; e que pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Foi paga pela confecção das colunas torças a quantia de "setenta e oito mil réis". Seu último pagamento foi realizado pelo Presbítero Secular e também fabriqueiro Antonio Galvão Freire, antes de seu assentamento (PASTORAIS, 1766, p. 86). Verifica-se que as Irmandades, embora possuíssem relativa autonomia, sempre estavam atreladas à jurisdição eclesiástica e temporal:

> Já na visita passada se mandou assentar o Retabolo, q. está amontoado na Sacristia, no pzº de dois meses, de cuja determinação não fizerão os Irmãos do Smº Sacramtº aqm o Retabulo pertence, caso alguem athe o presente; por que dividido em diversas opiniões, o q. já é a mtos annos abominar S. Paulo querem uns, q se assente na Capella mor, outros no arco com o pretexto de ser feito pª aquelle lugar, supposto o projeto em q. estava de fazer igreja nova, e ficar servindo da Capella mor a Igreja que existe; pelo que, attendendo o que não será fácil [ilegível] suposto, q. não é dificultoso officiou-se que a feitura do novo Corpo da Igreja pela Ordem, que ajuntando-se os moradores desta fregª a fazer nova Igreja, e havendo deste ajuste obrigação (PASTORAIS, 1736 – 1854, p. 87v).

Observamos também na documentação estudada que em 1768 os Irmãos de N.S. do Rosário já apresentavam disponibilidade financeira para construírem a sua Capela, independente da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Este anseio de obter seu templo próprio era muito comum no imaginário social do século XVIII, pois assim que as

[368] Em 1768 já havia recomendações para os irmãos das Almas fazerem ao menos "três opas verdes" de tafetá e os Irmãos da Confraria do Santíssimo para vestirem nas ocasiões em que fossem levar o Senhor (comunhão) a algum enfermo.

Irmandades atingiam situação social elevada, recursos, maior prestígio e fervor religioso, deixavam de alocar-se em altares laterais das Matrizes.

> Tenho sido importunado e dos homens pretos, irmãos do Rosario, pois se persuadem, que tem milhões de dinrº pª fazerem a sua Capella, arguindo de falta de intereza da contas aos brancos, que lhe tem vellado o pouco rendimento; que há: sendo tanto contrario, que venho examinando os Livros desta irmandade no da entrada dos irmãos consta, q nem os seus a meses pagou: por esta razão mando, que completa a pouca obra, que resta, com assimadigo, se no pco de seis meses não pagarem ao menos a metade do que devem, se são passada á factura da nova Capela, nem se há de principio nem q. hoje ao menos, dinro pª taipas, madeira e telha; pª que não succeda o que tenho observado em outras irmandades de homens pretos, nesta visita (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 88, 88v).

Esta situação se repetiu com o retábulo de Nossa Senhora das Dores, anteriormente abrigado na Capela funda da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, no lado do evangelho - cuja devoção deu início em 1798 à construção de sua Igreja, desta vez em outro terreno, pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, até sua regulamentação oficial, pelo Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens do Brasil[369].

Em 1768, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição encontrava-se ainda com as paredes em taipa[370], sem reboco e o telhado com as vigas expostas ao tempo, levando o registro seguinte:

> Com grande mágoa de meu coração tenho visto o quase total desamparo, em que se acha esta Matriz, as taipas sem reboque as vigas ao tempo, o telhado todo aberto, e as madeiras de cima quazi podres; epª evitar total ruina, mando o q. antes das águas se retelha e reboque nas partes em q está ataipa, descoberta, e athe o fim de Novembro se lhe fará calçada de pedra toda em volta, para q as águas não levem a terra, como athe o

[369] Para o controle das Irmandades, deveriam ser seguidas as prescrições do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, instituída por D. João III em 1532, para auxiliá-lo na resolução dos problemas jurídicos e administrativos, que além de aprovar a ereção dos templos, também deveriam ter confirmados os seus Compromissos. A Mesa de Desembargo do Paço foi criada pelo Alvará de 22 de abril de 1808 e instalada no Brasil com a vinda da Corte Portuguesa. Em Taubaté pediram confirmação: Consª Nº 138 – de 8 de Novembro de 1809.- Confraria de Nossa Srª da Boamorte.- Confraria de Nossa Srª das Dores.- Confraria do Srº Bom Jesus.- Confraria do Sr. dos Passos.- Confraria do S. Sacramento. Pedem Confirmação de Compromissos (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC. 40, DA). Senhor = Em observancia da Regia Provizão de Vinte e hum de Abril do corrente anno da copia incluza pela qual V. A. R. Manda que eu informe com meu parecer sobre a Confirmação do Compromisso da Irmandade do Senhor dos Paços erecta na Freguezia e Villa de Taubate o qual se me inviou por copia: informo a V. A. R. que hé verdadeira a existência da Irmandade dos Supplicantes e que nos Capitulos de seu Compromisso nada encontro que possa obstar a Concessão da Graça que suplicao huma vez que para se obviarem quaisquer contestaçoens entre os supplicantes e o seo Parocho, seja este o que precisa ás Congregaçoens da Irmandade e não o seu chamado Prezidente ou Juiz querendo o dito Parocho nada o que a Irmandade sera obrigada a fazer lhe aviza quando se congrega e ficando salvos os Direitos Parochiaes (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC. 40, DA).

[370] Sistema construtivo em que se emprega a terra umedecida ou molhada para a construção de paredes e muros. Existem dois tipos de taipas: a de pilão e a de mão, a taipa de mão, também conhecida como de sebe, ou de sopapo. A taipa de pilão empregada em São Paulo e Serra acima, desde o século XVII, estendeu-se por Minas Gerais e utilizou-se de forma em madeira denominada taipal, onde era socado o barro em camadas, até adquirir consistência para a continuidade da elevação. Segundo a tradição, era usada no oriente e veio com os árabes. A taipa de mão, de sebe ou sopapo, de execução mais rápida, requer a elevação de estrutura com paus roliços na vertical, ripas de palmito jussara ou bambú na horizontal, amarrados com cipó imbé e preenchida com barro molhado, daí o nome paredes de pau-a-pique.

> presente: o que tudo se fará á custa da fabrica, cobrando-se as dividas desta, como acima digo, sem falta alguma. Havendo créditos da mesma fabrica se fará da parte da Epistola, outra casa com a Sacristia, para nella se guardarem as tumbas, e todas as mais alfayas pertencentes á fabrica; por ser indecente estar a casa de Deos feita casa de fabrica ou de despejos. E por q neste continente há madeiras perduráveis, se pode fazer com bons esteyos um baldrame, e com duas ordens de pao a pique, a cuja duração não excedem as paredes de tayppa de pilão (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 87v).

Esta técnica construtiva, embora reconhecida nas cidades de Serra Acima, deixava dúvidas quanto à sua durabilidade, conforme registrou Germain Bazin:

> Pouco existe para dizer sobre a arquitetura no Estado de São Paulo, no século XVIII. Empobrecida pelo espírito de aventura de seus bandeirantes, que iriam povoar os sertões das minas, a região não assistiu ao empreendimento de grandes monumentos. O caráter sensacional da construção da torre do colégio dos jesuítas, de pedra e cal, em 1701, mostra bem o atraso desta região que, carente de bom material lapidar, se manteve fiel à taipa e ao adobe, até o último século (BAZIN, 1983, p. 250).

Devemos ressaltar que houve discórdia de votos, e apesar da recomendação para que se assentasse o retábulo no arco, no prazo de dois meses; e, se não estivesse a obra pronta, que se assentasse na Capela-Mor. Esta instalação poderia ser feita através do rebaixamento de terra que excedia os batentes das portas e que serve de sacristia e capela-mor em um mesmo andar - esta não foi cumprida. Foi advertido que o retábulo fosse assentado junto à parede, devendo

> [...] fazer-se o camarim para traz; pª cujas despezas sobra dinhº, pagando tudo o q, devem a Irmandade e os irmãos[...] Esta determinação se observará, como fica ditto, pena de cincoenta cruzados pagos pelos bens de cada um dos quatro irmãos da mesa actual, Provedor, Escrivão, Thesouro e Procurador, pagando cada um por apredº quantia, pª cuja arrecadação do Rº P.º dará parte (PASTORAIS, 1736-1854, p. 88).

Observamos nas fotografias ainda existentes no arquivo do IPHAN de São Paulo e *in loco*, que o camarim do retábulo-mor possui acentuada profundidade, decorrente da determinação abaixo (Figs. 371 e 372). O trono escalonado infelizmente perdeu um de seus degraus ornamentados com rocalhas e auriculares[371], muito semelhantes às existentes no retábulo da Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida e de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. O retábulo foi confeccionado para ser instalado no local da antiga Igreja; mas ao ser esta ampliada, teve que ser complementado com outro arco em madeira, junto ao existente e nítidamente visível.

---

[371] O elemento denominado auricular está descrito no Livro “A Talha em Portugal”, de Robert C. Smith, como Ohrmuschelstil ou style auriculaire. O termo se deve à semelhança dessa forma decorativa com a conformação de uma orelha. Foi adotado a partir das gravuras divultadas por Friedrich Unteutsch de Francfort, ca. 1660. Há reproduções de gravuras com ornatos desse tipo em R. Berliner, in Ornamentale Vorlage-Blätter, Berlim, 1926, II, est. 389-416 (SMITH, 1963, p. 152).

> Houve ordenação para que se assentasse o retabulo no arco, no prazo de dois meses e se não estivesse a obra pronta que se assentasse na Capela mor, onde não teria implicância de não caber, da mesma sorte, que no arco, rebaixando-se a terra que sobra e excede aos batentes das portas, que vae da sacristia a capela mor, ficando esta com a sacristia em um mesmo andar, advertindo que neste caso, deve ser assentado o retabulo junto a parede, e fazer-se camarim por traz, pª cujas despesas sobra din^{ro}, pagando tudo o q. devem á Irmandade e os irmãos que tem se ocupado do pecado da intervenção o alheio estar conservando em si, o q. pertence a Deos pª o seu devido culto. Esta determinação se observará, como fica ditto, pena de cincoenta cruzados pagos pelos bens de cada um dos quatro irmãos da mesa actual, Provedor, Escrivão Thesour^{o} e Procurador, pagando cada um por si apredª quantia, pª cuja arrecadação o R^{do} Paro^{co} dará parte (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 88).

Figs. 371 e 372: Camarim e trono do retábulo mor da Igreja Matriz de N.S da Conceição de Cunha/SP

Fonte: Arquivo IPHAN – Germano Graeser - 1939

Fonte: Percival Tirapeli - 29/05/2011

A capela-mor é considerada o espaço mais valorizado da igreja: sua importância como local principal do templo se destaca pela visibilidade dos complementos que integram a sua tipologia, em cuja parte central estão a mesa, a banqueta e o trono com o nicho, sendo os degraus do trono de forma sinuosa escalonada e sucessiva, em altura; a largura tem na sua parte inferior uma base acima do sacrário. Nas matrizes abriga o nicho do padroeiro e, no alto do trono, um dossel para abrigar a custódia, como o Santíssimo Sacramento, para Adoração Perpétua e nas festividades da Semana Santa. Sandra Poleshuck de Faria Alvim transmite essa visão: “[...] Ocasionalmente, um camarim neste local assume papel de destaque, em um outro, de menor porte, chamado camarim inferior, pode localizar-se logo acima do frontal, próximo ao sacrário” (ALVIM, 1997, p. 86). Esta disposição no interior da Igreja é explicada pelas Visitas Pastorais de 1768, da seguinte forma:

> Em qualquer dos predictos casos se deve mudar o Smº Sacrmto p. o altar Collateral da parte do Evangº durante a obra; pª o que se mandará acabar o altar complectando-se o nicho da SnRa do Rosario, collocando-se esta; e preparando interinamte para Sacrario o vão que oculta a porta por traz do Santo Cristo do altar porque pª toda esta obra sobeja o liquido que fica nas contas, q tomei a Irmandᵉ do Rosario. Da mesma sorte se acabará o nicho de S. Miguel no seu altar da parte da Epistolla e se collocará o Santo Arcanjo no seu lugar, de sorte, que em seu outro altar estejão as imagens collocadas no pº de vinte dias, pena de ficarem suspensos, em qto assim o não cumprirem as duas Irmandades (PASTORAIS, 1736-1854, p. 88).

Observamos que não só a edificação da igreja estava preocupando os visitadores, em meados do século XVIII: chamam atenção as solicitações para a encomenda de uma nova pia batismal, por encontrar-se incapaz e indecente a que estava em uso; de uma cortina de seda branca para a porta do tabernáculo do Santíssimo Sacramento; e de uma âmbula pequena, portátil, para levar o Santíssimo fora da freguesia ao pescoço, e quando não pudesse ser de prata que fosse de estanho.

> Já na visita passada se mandou fazer uma pia baptysmal de pedra, por estar incapaz, e indecente a que o presente sirva; e como estou informado, que há pedra boa pª a obra, e perto da Igreja: ordeno que o mesmo fabriqueiro logo no pº de dois meses mande fazer huma pia de pedra com grandeza suficiente, e perfeição necessária de sorte, que logo se no seu principio fique com aptidão pª ter porta e ser fechada; sendo assentada em sapata de pedra com sumidouro sufficiente pª a agoa benta; e todas estas obras pertencentes á fabrica se fará logo (PASTORAIS, 1736 – 1854, p. 89).

Em 18 de julho de 1771 foi encaminhado à Freguesia do Facão um Breve Apostólico que declara privilegiado o “Altar da Senhora das Dores” da Igreja Matriz da então Freguesia, para que todo sacerdote secular ou regular realizasse a celebração de Missas de defuntos pela Alma dos fiéis; ao falecer readquiria indulgência plenária através de sufrágio. Este documento iria provocar novas transformações na locação do retábulo - anteriormente dedicado a São Miguel, que cumpria funções semelhantes na liturgia da Igreja - para abrigar a imagem de Nossa Senhora das Dores até os dias atuais, embora esta concessão fosse por tempo de quinze anos. A Carta Pastoral que concedia o privilégio do Altar de Nossa das Dores declarava

> Ao Revmº Parocho, Clero e Parº da Freguezia do Facam deste Bispado saúde, e bençam em o Snr.. “Fazemos saber, que uzando da faculdade permitida pelo S.S. Padre Clemente XIV le[ilegível]dir. memória pelo breve Apostolico, que nos foi dirigido datado a 18 de Julho de 1771”, aqual principia= Dilacti fillie= Dezignamos, e declaramos privilegiado o Altar da Senhora das Dores da Igreja Matriz da sobre ditta Villa, para que todo o Sacerdote Secular, ou Regular, que nelle cecebrar Missa de defuntos pela Alma de qualquer dos Fiéis de Christo, que faleceo em graça readquira sua indulgencia plenária do Tezouro da Igreja por modo de sufrágio, seja ella livre das penas do Purgatório pelo merecimento de Nosso Senhor (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 102).

Observe-se que no centro da tarja existente no coroamento do retábulo foi substituído o emblema de São Miguel - que consiste em uma balança com dois pratos contendo as almas[372] -, por um coração transpassado por uma espada (Fig. 373), atributo de Nossa Senhora das Dores; e foi mantido o de Nossa Senhora do Rosário, com a coroa real fechada.

Fig. 373: Atributo de Nossa Senhora das Dores no coroamento do retábulo acima do camarim

Fonte: Percival Tirapeli - 29/05/2010

Em 21 de agosto de 1818, a Irmandade de Nossa Senhora das Dores realizou requerimento à Mesa de Desembargo do Paço, objetivando Provisão de Licença para poder tirar esmolas nos Domingos e Dias Santos. Neste requerimento percebe-se que a Irmandade da Vila de Cunha, do Bispado de São Paulo, já estava com seu Compromisso confirmado e regimentado. A Confraria foi instituída em 10 de outubro de 1783, por autoridade e consentimento de D. Fr. Manoel da Ressurreição, bispo que foi desta Província.

> Dom Frei Manoel da Ressurreição da Sagrada Ordem dos Menores observantes [...] confirmado p. V. Mag^{e} como se mostra pelo docum.^{to} junto, que Ella preciza p^{a} o aum.^{to} do Culto Divino dam.^{ma} Senhora que V. Mag.^{e} lhe conceda Prov.^{em} p.^{a} poder tirar esmolas pelos Fieis de Deos da quella Villa nos Domingos, Dia Santos (ANRJ, MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO, 1819, DOCUMENTO 07).

Em 1809, verificamos em preciosos documentos que o Procurador e Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora das Dores da Vila de Cunha, da Capitania de São Paulo,

[372] No final do século XVIII foram construídos mais dois retábulos de dimensões menores no Lado da Epístola e do Evangelho, para São Miguel e Santana.

bem como os Irmãos de outras Irmandades da Vila, fizeram requerimento para confirmação de seu Compromisso, objetivando cumprir com os Capítulos de Correição do Corregedor da Camara, porque a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, onde estava sediada a Irmandade, foi desmembrada da Vila de Guaratinguetá em 1785, da qual era filial. Os Reverendos Párocos seguiam os enterramentos, os usos e costumes da Vila de Guaratinguetá, bem como as festividades, enterros, acompanhamentos aos defuntos; e segundo se observa, com a continuidade do tempo perderam-se as declarações constantes do Livro do Tombo.

Em 1818, o Fabriqueiro José Gomes de Siqueira Motta[373] estava como Procurador da Irmandade de Nossa Senhora das Dores e realizou representação junto às autoridades do Desembargo do Paço, face às dúvidas encontradas sobre alguns dos Capitulos do Compromisso já confirmado e aprovado: temendo que a Irmandade viesse cair em erro pela imprudência do Reverendo Vigário, a que a "razão não acudia", requereu na ocasião a permissão para poder tirar esmolas nos Domingos e dias Santos para o mesmo altar.

Pela Provisão de 26 de setembro de 1809, que foi encaminhada para a Mesa de Consciência e Ordens, informando o requerimento do Provedor e irmãos da Irmandade de N. S. das Dores, queixando-se do Páraco da Vila, porque alterou os usos e costumes nos benesses e mais pé de altar[374], ficou evidenciado sério embate entre o páraco e o Capitão Mór José Gomes de Siqueira Motta, considerado na ocasião célebre intrigante e inimigo do Vigário - conforme se verifica no despacho exarado por Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo[375]. Diz ele:

> Conformo-me com a informação do R. Vig.º à respeito da supplica da Irmandade da Sª das Dores da Villa de Cunha para que se continue alli o mmo uso, e costume relativo aos emolumentos, prochides, q segundo os documentos juntos em nada tem sido alterados. E para q cesse a intriga urdida por José Gomes de Siqueira, me parece conveniente e necessário ordenar ao Ouv.or da Com.ca rtespectiva, que lhe dê as providencias

[373] Gomes da Mota – Gomes de Siqueira e Mota – 1. José Gomes da Mota, nascido em 20/03/1707, na Freguesia de São Martinho de Arrifaina de Souza, Bispado do Porto e falecido em 1769. Casado, em 1746, em Guaratinguetá, com Catarina Gomes de Siqueira, filha de José Gomes de Gouvêa e de sua mulher Maria Nunes de Siqueira. Pais de: 1. Capitão-Mor José Gomes de Siqueira e Mota, batizado em 19/03/1747. 2. Mariana Gomes de Siqueira, nascida por 1751 e falecida em 02/01/1775. 3. Francisco, nascido por 1752. 4. Guarda-Mor Antônio Gomes da Mota e Siqueira, nascido por 1754. 5. Ana Gomes de Siqueira, nascida por 1756. Casada com o Guarda-Mor José Lopes dos Santos. 6. Teodora Maria de Siqueira, nascida por 1758 e falecida em 26/01/1832. Casada com Francisco Pinto dos Santos. 7. Maria Jacinta de Siqueira, nascida por 1760 e falecida em 02/03/1818. Casada com o Guarda-Mor Manuel Lopes Monteiro, filho do Tenente Nicolau Monteiro e de sua mulher Florência da Silva Bicudo. 8. Francisca, nascida por 1762. 9. Catarina, nascida por 1764. 10. Capitão Joaquim Gomes de Siqueira e Mota, batizado em 01/09/1765. Casado com Maria Felizarda dos Reis, filha do Tenente Luiz da Silva Ferreira e de sua mulher Mônica Felizarda da Cruz. 11. Joaquina, nascida por 1767 (VELOSO 2010, p. 233).

[374] Rendimentos arrecadados pelos párocos em cerimônias como batizados e casamentos.

[375] Filho do Coronel Luiz Manoel de Azevedo Carneiro da Cunha e Maria Josepha de Souza Pizarro, nasceu no Rio de Janeiro em 12/10/1753. Após a conclusão dos primeiros estudos foi para Coimbra e recebeu o titulo de bacharel formado em Cânones em 1776 e foi nomeado cônego da Sé do Rio de Janeiro em 20/10/1780. Entre 1794 e 1799, visitou diversas igrejas e comarcas do recôncavo do bispado. Em 1801 foi para Portugal e promovido a cônego da igreja patriarcal e pelos serviços de seu pai que conduziu o príncipe D. João do Brasil, foi nomeado Monsenhor presbítero com o título de tesoureiro mor, depois com o de arcipreste.

> competentes, inibindo o m.mo sujeito do cargo de Fabriqueiro, de que faz tanto abuzo com demaziada indiscripção. Pizarro (ANRJ, CAIXA 292, 1810, DOC. 45).

Está apensada a esta Tese, para consulta, a Cópia do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Dores da Freguesia do Facão, erigida por Dom Frei Manoel da Ressurreição da Sagrada Ordem dos Menores observantes, Bispo de São Paulo. Observe-se que, segundo o referido Compromisso, este foi instituído no dia 10 de outubro de 1783 (ANEXO 43) e que nesta data a imagem de Nossa Senhora das Dores já ocupava o retábulo do arco cruzeiro. Portanto, somente 11 anos após a mudança anteriormente ocorrida com a chegada do Breve Apostólico, declarando privilegiado o "Altar da Senhora das Dores", o Compromisso foi enviado para receber provisão real, recurso muito utilizado pelas Irmandades já existentes há muitos anos, vivenciado em seus regimentos sobre o cotidiano:

> Comovidos, os Moradores, Habitantes na Freguesia do Facão do Cardial affeto, e devoção que tributão a Santissima Virgem e Senhora das Dores cuja Sagrada Imagem se acha colocada em seu próprio Altar, na Matriz da perdita Freguesia e desejando efficasmente, que o seu Culto Louvor, e veneração, sempre exista, mais se.....informes procurão erigir e fundar huma Irmandade para cujoa effeito se dignou sua Encellencia conceder-lhes a licença junto por sua Provisão e para o bom regimem e governo della ordenarão este Compromisso que consta dos seguintes Capitulos (ANRJ, CAIXA 292, 1807, DOC. 45).

Essa situação de competência jurídica também ocorreu na cidade vizinha a Cunha, São Luiz do Paraitinga - desta vez com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, face à necessidade de Provisão e Licença Real para erigir a Irmandade dos pretos:

> Dizem os devotos de Nossa Senhora do Rozario que elles obsiverão a Provisão e Licença para poderem irigirem a Irmandade dos pretos de Nossa.....da Villa de São Luiz de Peratinga comarca de S. Paulo; eporq os Sup.es precisão queV.A.R. lhefaça Agraça demandar passar Provizão d'approvação e Confirmação de Compromisso quejunto apresentar, porisso (ANRJ, CAIXA 292, 1815, DOC. 48).

Em alguns momentos observamos maior ação por parte das intervenções propostas, levando a despachos incisivos em suas análises: "[...] Revalidada a ereção da Irmandade, pela incompetência da Autoridade com que foi instituída direito sobre o Compromisso. Pizarro" (ANRJ, CAIXA 292, 1815, DOC. 48).

Chama atenção o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Dores de Cunha, em algumas cláusulas: embora não expusesse o limitado poder de interferência do vigário no cumprimento dos capítulos, naquela vila a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, ao contrário da Irmandade de Nossa Senhora das Dores de Paraty, admitia homens e mulheres, havendo um Juiz, uma Juiza, um Escrivão, um Thezoureiro, um Provedor e doze Irmãos de Mesa, eleitos por votos de todos os Irmãos - exceto os de Mesa, os quais

elegeriam a Mesa que presidisse; e além destas pessoas haveria um número de irmãos de ambos os sexos, que por sua devoção quizessem ser irmãos, sendo porém excluídos os pardos e pretos.

Para os rituais da festa a recomendação dada era a realização do Setenário das Dôres, ainda realizado em Paraty e diversas cidades brasileiras – e que, segundo o compromisso, abrangia Missa Cantada, Sermão, exposição do Santíssimo Sacramento e também "Procissão". Em alguns casos "[...] nos sete dias antecedentes se fará o Setenário da Santíssima Senhora no seu Altar com toda a possível Solenidade, e aplauzo o que muito se recomenda aos Juizes, Provedor, e mais Oficiais, e Irmãos da Meza" (ANRJ, CAIXA 292, 1807, DOC. 45).

O culto a Nossa Senhora das Dores ganhou representatividade no Brasil após a realização do primeiro "Setenário"[376], baseado no livro "Gemidos da Mãe de Deus Aflita", do Padre Theodoro de Almeida - publicado em 1785 e responsável pela difusão das devoções à Virgem Maria, a Cristo Crucificado e ao Sagrado Coração de Jesus em suas obras de espiritualidade[377]. Quanto à devoção ao Sagrado Coração de Jesus, já era recomendada na Freguesia do Facão desde 10 de dezembro de 1778, com os seguintes rituais:

> [...] que com El Rey Fidellíssimo nosso Snr sempre tiver e justm^{te} na orda da devoção no San^{mo} Coração de Jesus alcançou do m^{mo} Padre Pio 6 a graça de selebrar com rito de dupla Missas em todos os seus reynos e domínios, na p^{ra} Sexta f^{ra} depois do dia oitavo da festa do Corpo de Cristo Sacramentado (...) e Missa própria do mesmo Santissimo Coração de Jesus, que já se axava aprovado p outras Igrejas da Orbe.....Romana conformando=nos pois com a concepção do Beatissimo Papa Reyonte mandamos que assim se observe neste Bispado, também Ordenamos, que em todos os annos se guarde e Santifique como os mais de preceito o dia assignado p^{a} a Resa do mesmo, esta para que seçando nelle as Obras servis e os extréptos (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 101v).

Integra a decoração interna da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha a decoração do arco cruzeiro, que tem nas ilhargas a simbologia mariana e a parte superior encimada por uma elegante tarja ladeada pelas aletas[378]; e ao centro a

---

[376] Devoção iniciada em Portugal, no século XVIII, vem para o Brasil, através da Congregação do Oratório de Braga, sob a responsabilidade do padre Manoel Martinho Pereira, onde cada dia é dedicado a "pregação" a uma dor de Nossa Senhora, fixadas em sete: 1- A Profecia de Simeão, quando previne o martírio de Cristo (Lucas, 2, 34 - 35), 2 – A Fuga para o Egito (Mateus, 2, 13-21), 3 – A Perda do Menino Jesus no Templo (Lucas, 2, 41-51), 4 – O Encontro da Virgem Maria com o Filho no Caminho do Calvário ou Caminho da Amargura (Lucas, 23, 27-31), 5 – A Crucificação de Jesus no Calvário (João, 19, 25 - 27), 6 – A Colocação do Corpo de Jesus Morto no Colo de Maria (Mateus, 27, 55 - 61, 7 – A Soledade de Maria, sem o Filho Vivo ou Morto e seu Sepultamento (Lucas, 23, 55 - 56).

[377] O Padre Theodoro de Almeida (1722 - 1804) nasceu e faleceu em Lisboa. Era integrante da Congregação do Oratório; e a perseguição que foi movida pelo Marquês de Pombal à Congregação obrigou-o a exilar-se na França. Foi muito influenciado pelas ideias Iluministas, que o levaram a escrever a "Recreação Filosófica", obra publicada em dez volumes, compêndio enciclopédico apoiado nas ciências experimentais. Estas obras de cunho filosófico obtiveram certa reputação na Espanha e na França, além das obras de espiritualidade.

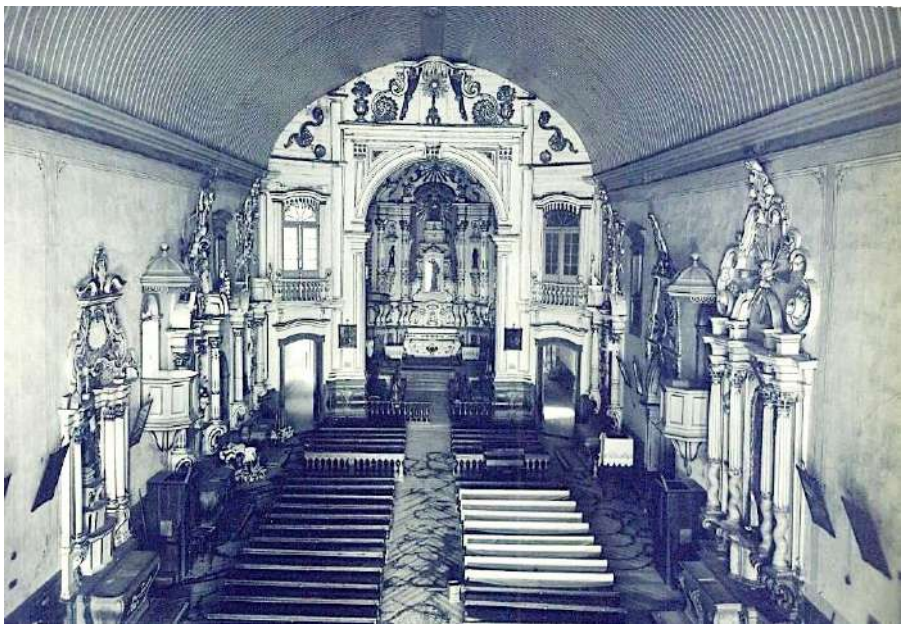
[378] Elementos em curva e contracurva ou em voluta, colocado junto a elemento retilíneo para suavizar a clareza desta linha, usado em frontões, retábulos e arcos-cruzeiro.

custódia do Santíssimo Sacramento (Fig. 374), anunciando também naquele espaço a vocação para a Adoração Perpétua, costume muito usual nas antigas Matrizes e já verificado em sete igrejas de nossa pesquisa: Paraty, Cunha, Guaratinguetá, Aparecida, Taubaté, Angra dos Reis e Florianópolis.

Fig. 374: Tarja do Arco Cruzeiro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha - SP

Fonte: Percival Tirapeli, 29/05/2010

Fig. 375: Retábulo-mor da Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté com o trono para a custódia do Santíssimo



Fonte: Germano Graeser, 1939 - Arquivo IPHAN, SP

Na Catedral de São Francisco das Chagas em Taubaté, segundo foto do IPHAN, da década de 1939 (Fig. 375, acima), a decoração que revestia todo o arco, em forma de uma grande portada, era encimada por um dossel[379], com a custódia entalhada. Esta ornamentação se repetia na parte superior do trono do retábulo-mor, para abrigar a custódia em prata, no presente caso com blocos de nuvens entalhados a sua volta e um resplendor, decorados por cortinas em tecido. A Matriz de Cunha e Guaratinguetá também possui esses elementos, de forma mais simplificada.

Localizamos no interior da nave da Basílica Velha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, no lado do Evangelho, um dossel que foi retirado do trono do retábulo-mor, antes de sua desmontagem para ser levado para a Igreja de São Gonçalo Garcia em São Paulo, posteriormente adaptado em mesa, datada do século XIX, quando houve outras reformas no interior da Igreja. Observe-se que o elemento superior entalhado acima do dossel possui as iniciais “SC” de N. S. da Conceição Aparecida. Este retábulo está atualmente na igreja de São Gonçalo em SP (Figs. 376 e 377).

Fig. 376: Trono do retábulo-mor da Basilica Velha de N. S Aparecida (antes da restauração)

Fonte: Cláudia Rangel

Fig. 377: Trono do retábulo-mor da Basilica Velha de N. S Aparecida (após restauração)

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Além dos arcos-cruzeiros que possuem semelhanças em sua talha, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha e Catedral de Santo Antonio de Guaratinguetá, estão os guarda-corpos e sanefas das tribunas, em especial das Igrejas acima, os da

[379] Peça ornamental na parte superior do retábulo, tronos, púlpitos ou nichos, encimada por cobertura, reta ou curva, com gomos ou sem gomos e uma sanefa à volta, recortadas em curvas ou em lambrequins. No período colonial foi comum o uso de dossel no coroamento de retábulos estilo D. João V.

Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida e os da Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté. Esses elementos são visíveis nas fotos do IPHAN datadas de antes das reformas realizadas na década de 1940, as quais desfiguraram o espaço da nave e capela-mor, só permanecendo o retábulo-mor com algumas intervenções.

Pela documentação pesquisada sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, já nos é possível afirmar que sua decoração interna - envolvendo os três retábulos, arco-cruzeiro, guarda-corpo das tribunas e suas sanefas - data do início da segunda metade do século XVIII. As determinações nos documentos das Visitas Pastorais para a sua confecção se iniciaram em 1757, e nove anos depois já estavam concluídas, embora em 1766 o retábulo-mor ainda se encontrasse desmontado no ambiente da sacristia, há anos feito. Nos registros constantes dos documentos essa decoração é extremamente significativa, aparecendo em importantes momentos da Freguesia do Facão, e vem demonstrando situações e indicadores do processo de obras e decoração dos templos religiosos na rota do ouro. Há diversos documentos que comprovam essas atividades e suas contratações, feitas por autoridades eclesiásticas e a fábrica da Igreja, conforme indicaremos adiante, neste mesmo Capítulo.

O modelo adotado como referência para os retábulos da Freguesia do Facão insere-se em uma mesma tipologia da talha do estilo então vigente no período do rococó. O retábulo-mor, juntamente com o da Igreja de Santa Rita de Paraty e o da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades em Florianópolis, são os únicos que adotaram a coluna salomônica em sua composição. Os retábulos laterais adotaram a coluna reta, juntamente com os laterais da Catedral de Santo Antônio de Guaratinguetá, Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida, Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté, Igrejas de Santa Rita e Nossa Senhora do Rosário, ambas em Paraty (Figs. 378 a 381).

Fig. 378: Retábulo de São Miguel - Catedral de Santo Antonio de Guaratinguetá, SP

Fig. 379: Retábulo de São Francisco de Paula Basílica Velha de N. S. Aparecida, SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 380: Retábulo de N. S. das Dores da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha, SP

Fonte: Arquivo IPHAN/SP

Fig. 381: Retábulo de São Benedito da Igreja de N. S. do Rosário de Paraty, RJ

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN/ RJ

Myrian Andrade Ribeiro de Oliveira salienta, com referencia ao Rococó Religioso do Brasil litorâneo, que

> O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a conhecer as manifestações do rococó, introduzido a partir de 1753 na talha da matriz de Santa Rita, praticamente na mesma época em que fazia suas primeiras incursões em Lisboa. Dez anos mais tarde seu domínio nas decorações internas das igrejas cariocas era fato consumado, domínio esse que deveria prolongar-se por quase um século, enfrentando vitoriosamente a concorrência de outros estilos, notadamente o pombalino e o neoclassicismo (OLIVEIRA, 2003, p. 183).

É interessante observar que os artífices, em sua atuação nas cidades que foram objeto desta pesquisa de Tese, adotaram também um padrão regional e muito próximo na decoração dos templos, uma vez que, estabelecidos no cenário artístico do período, deixaram em seus trabalhos características muito visíveis das influencias recebidas, além de toda a composição estrutural. Essas características são facilmente detectáveis e foram materializadas em elementos confeccionados quase sempre com as mesmas dimensões: cabeças de querubins nos quartelões, peanhas e junto ao capitel; buquê com três flores, algumas delas em formato de dália[380]; decoração das mesas; coroamento dos retábulos, quase todos com resplendor e pomba do Divino Espírito Santo ao centro, que pode aparecer também no abaixa voz do púlpito, ou no coroamento do nicho de imagens e tampa de pia batismal, porta de sacrários com espigas de trigo ou folhas de videira, ou ainda, as Armas Christi; ornatos à lateral das colunas no corpo do retábulo; tarjas na parte

[380] Planta ornamental da família das heliantoides, originária do México, introduzida na Europa no século XVIII. cujas flores se apresentam em pétalas alongadas em vários círculos com centro em disco amarelo. Em fins do século XVIII esta flor foi usada na decoração dos retábulos de gosto rococó e neoclássico.

superior do camarim, muito semelhantes algumas delas aos atributos dos oragos (Figs. 382 a 385).

Fig. 382: Igreja de N. S. da Conceição de Cunha - SP - detalhe de quartelão

Fig. 383: Igreja de N. S. da Conceição de Cunha - SP - detalhe do coroamento

Fonte: Percival Tirapeli - 29/05/2010

Fig. 384: Igreja de Santa Rita de Paraty - RJ – Sacrário

Fig. 385: Igreja de N. S. das Necessidades de Florianópolis - SC – Sacrário

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Percival Tirapeli salientou o fato de existirem influências de outras cidades vizinhas na ornamentação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, especialmente nos altares da nave, com coroamento similar a tantas outras do Vale do Paraíba, incluindo a inserção do resplendor do Divino Espírito Santo - muito festejado no Vale, Paraty, Florianópolis e Viamão, no Sul do País:

> A Matriz de Cunha se apresenta exemplar em sua conservação de uma só nave, ampla e iluminada. Na ornamentação ao altar-mor, nota-se a influência da Igreja de Santa Rita, da vizinha e litorânea cidade de Parati (RJ), com as colunas salomônicas. Nos altares do arco-cruzeiro, verificam-se elementos semelhantes nos arremates superiores dos

> retábulos com a presença constante do símbolo do Espírito Santo – uma pomba -, com resplendores que se multiplicam em outras igrejas. A festa do Divino Espírito Santo no Vale do Paraíba é a mais celebrada das festas em todo o Estado de São Paulo (TIRAPELI, 2003, p. 278).

Em nossas pesquisas foi encontrada a peça-chave para nos auxiliar na tentativa de desvendamento do mistério que envolve a transferência dos retábulos da Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida para a Igreja de São Gonçalo Garcia, em São Paulo. Trata-se de correspondência datada de 12 de maio de 1880 aos Presidentes e Membros da Mesa Administrativa de Nossa Senhora Aparecida, na qual o Re^{mo} Dr. Joaquim do Monte Carmelo (ANEXO 44), na ocasião administrador e empreiteiro das obras de reforma do templo, oferece aprovação às propostas de serviços a serem executados; entre elas está a de incineração do retábulo-mor:

> O retabulo da capella mor pretende o abaixo assignado construi-lo de mármore e de scarioli de tal sorte, porem, que feita a obra pareça toda d'aquela matéria. Como se vê das estampas offerecidas, o retabulo será de forma semicircular e rematará em forma de coroa. Para compensação das grandes despezas a que o abaixo assignado se obriga alem de seus contratos, pede a Meza Administrativa de Nossa Senhora que lhe ceda o antigo retabulo do velho templo o qual para nada mais servirá a igreja, e que por sua imprestabilidade, seja de um dia para outro convertido em lenha para o fogo (CARMELO, 1880, p. 4).

O ofício da Mesa Administrativa em resposta ao Dr. Joaquim Monte Carmelo é bem esclarecedor em sua negativa, razão pela qual comprovadamente os retábulos que encontram-se na Igreja de São Gonçalo Garcia em São Paulo são oriundos da Basílica Velha, que não autorizou a queima dos mesmos, segundo se verifica:

> A Meza Adm. de Nossa Sra. da Conceição Apparecida acaba de receber o officio de V. Srª e dando todo o apresso e atenção a elle devido responde. Que sempre conhecedora de alto interesse que V. S. tem tomado pela perfeição, sollidez e belleza desse mesmo Santuario, onde é publico uma abnegação hoje tão rara em nossos dias, acha razoável o pedido de V. S. quanto ao retabulo antigo da Capella mor evitando assim qualquer fim menos decoroso a esse material que nos merece respeito por ser parte de um templo evitando sua queima, como V. S. pondera em seu honroso officio (ATAS, 1880, p. 242).

Segundo Leonardo Arroyo, a Igreja de São Gonçalo Garcia de São Paulo, em 07 de agosto de 1893, passou por obras; e através de comissão constituída por João Mendes de Almeida e Antonio Gabriel Franzen já registrava a presença de dois retábulos laterais da Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida:

> Todavia a Igreja ficou melhorada em obras; e deixamos erguidos dois altares lateraes, vindos da antiga Igreja de N. S. Aparecida, e cedidos pelo Com. Joaquim do Monte Carmello, já então restituído a sua antiga Ordem Benedictina (ARROYO, 1954, p. 225).

Um fato que nos ajudou a detectar as similaridades nas obras, de acordo com as características estilísticas e morfológicas dos mestres e seus artífices, foi a constatação,

além das identificações já mencionadas acima, da representação doutrinária e iconográfica dos símbolos marianos (ANEXO 45) entalhados que ladeiam o retábulo-mor da Basílica Velha de Aparecida, em seu corpo e coroamento: neste retábulo, além da “Torre de Marfim” e da “Torre de Davi”, está inserida uma terceira torre de igreja que é uma reprodução fiel da torre do campanário da Igreja de Santa Rita de Paraty, inclusive com seu sino e cabeçote e parte da verga da janela inferior do campanário (Figuras 386 e 387). Como será visto adiante, essas similaridades de representação foram verificadas também na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida, Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, Igreja de Nossa Senhora das Necessidades - no bairro de Santo Antonio de Lisboa, em Florianópolis - e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, cujos colonizadores doaram as terras para a construção da Basílica de Aparecida.

Figs. 386 e 387: Igreja de São Gonçalo Garcia - SP

Símbolo Mariano

Retábulo-mor

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 388: Vista de Paraty - RJ com a torre da Igreja de Santa Rita

Fonte:https://odis.homeaway.com/odis/listing/432f8a9d-3e35-4e2e-8bfa-20a42af1ab67.c10.jpg

Em 22 de setembro de 1757, era Vigário na Freguesia do Facão Domingos Roiz da Costa, dois anos depois do Terremoto que destruiu a parte baixa de Lisboa, quando, no dia 1º de novembro de 1755 chegou essa notícia na Freguesia. O Papa Benedito XIV mandou por Breve de 24 de maio de 1756 que São Francisco de Borja, da Companhia de Jesus, fosse invocado e venerado como patrono protetor dos seus reinos e domínios, contra os terremotos; e no dia de sua festa, a 10 de outubro, se rezasse o seu ofício, em que deveriam assistir à Missa as Câmaras das Cidades e vilas, respectivamente.

Considerada como especial proteção dos Reinos e Domínios de Portugal foi também a intercessão de Nossa Senhora do Patrocínio. Para preservar a maior e última ruína e para renovar a memória do benefício recebido, foi ordenado aos Prelados do Reino que em todas as povoações, dioceses, Igrejas e Freguesias se realizasse uma solene procissão no “Domingo de Novembro”, data em que a Igreja celebra a festa do Patrocínio de Nossa Senhora, devendo esta ter a maior pompa e solenidade que permitisse a sua possibilidade, convocando todo o clero secular e regular que nelas houvesse, passando inclusive pelas mesmas ruas, as quais eram ornamentadas na forma do costume[381].

Na visita à Freguesia do Facão em 20 de setembro de 1761, o Cônego da Catedral de São Paulo, Luiz Teyxeira Leitão, Comissário do Santo Ofício e visitador ordinário das

[381] O itinerário das procissões solenes obedecia geralmente às mesmas ruas durante séculos, por isso eram considerados “itinerários do costume”.

Igrejas e freguesias da Câmara de Guaratinguetá e de outras do Bispado e pelo Exº. e Sr. Dr. Fr. Antonio da Madre de Deos Bispo de São Paulo, menciona que visitou pessoalmente a Igreja de N. S. da Conceição do Facão, em presença do vigário Domingos Roiz da Costa, e ordenou que

> Louvasse o R^do Páraco o zello com que se dá com seus fregueses em ordem a Salvação de suas almas, advertiu que pesasse bem as obrigações do seu ofício devendo como Bom Pastor declarar-lhes os mistérios sagrados, dispensar-lhes os Sacramentos, socorrer aos enfermos com a sua assistência principalmente no artigo da morte em que tanto carecem dela, bem como no seguro de sua consciência, preservando até o fim no exercício da oração mental e Santo Terço (PASTORAIS, 1736-1854, p. 76v).

A instrução e ensino, bem como a capacitação necessária para se confessarem, eram uma constante no cotidiano setecentista da Freguesia do Facão. Os pais de família e senhores de escravos eram assim aconselhados:

> admoesto e recordo o cuidado que devem ter de evitarem semelhante erro com os que ensinarem em suas casas ou os mandarem a doutrina todos os Domingos, e dias Santos, para o que o R^do Parocho assignará e ora para também avizar fazendo tocar o sino para se ajuntarem e a todos os que faltarem, não tendo justa causa, condenará em uma pataca e dos Senhores de Escravos e Pais de família que não manifestarem, todos os menores de sete anos para se matricularem, ou assentarem no rol da desobriga em dez patacas que tudo aplico para a Fabrica desta Igreja e os declarará incursos na Escomunhão que lhes impõem a Pastoral de 16 de setembro de 1728 (PASTORAIS, 1736-1854, p. 76v-77).

Lastimavam-se também os Paroquiais da igreja da pobreza de sua freguesia; mas, por outro lado, não recorriam a Deus pelo remédio dessa necessidade, o que resultava, talvez, na decadência da Freguesia - precedida pelo fato de não disporem do possível para o asseio da igreja e de nela ser venerado ao menos Deus, com o maior culto. E, como além de ser a igreja edificada para o proveito espiritual de todos os fregueses, deveriam estes, conforme determinava o Concílio Tridentino em seu Capítulo 7º., concorrer para a sua reedificação:

> [...] por tanto os exorto e admoesto queirão todos liberalm^te concorrer com o q apossibilidade de cada hum sepermitir na certeza de querendo podem com outro agradecimento e mayor agrado e Deos dispender dos seus bens, do que no culto de dar casa aquem tudo de graça nos dá, e q^m mais se avantejar para sua esmola, terá por certo merecedor mayor premio no Ceo (PASTORAIS, 1736-1854, p. 77v).

Observamos que na primeira metade do século XVIII eram constantes as Visitas Pastorais[382]. Estas eram deveres a ser cumpridos, segundo as determinações dos Bispos

[382] Integram as Visitas Pastorais ainda na primeira metade do século XVIII na Freguesia do Facão: - Luiz Teyxeira Leitão – Comissário do Santo Ofício / - José Antonio da Silva – Escrivão da Câmara Capitular/- Vigário José Gomes da Silva Granitto – Páraco da Freguesia do Facão - Manoel José Vaz – Cônego Penitenciário da Sé Catedral da Cidade de São Paulo - D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão – Governador e Capitão

do Brasil; e esclarecem bem o modo de vida do clero e das povoações, tornando-se ações incisivas, objetivando consolidar ordem moral nas primitivas freguesias e vilas do período colonial, que se encontravam em formação.

Entre os visitantes, estava José Antonio da Silva – Escrivão da Câmara Capitular, Irmão da Irmandade de São Miguel e Almas de Guaratinguetá, que faleceu em 1835 no Bairro dos Mottas, (ANEXO 46) área plana da vila, que posteriormente se expandiu. Na parte da expansão estava localizada a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja do Rosário, como veremos adiante.

> Aos quatro de junho de mil oito centos e trinta cinco nesta Freguezia bairro dos Mottas com todo os sacramentos e edade de setenta annos de enfermidade interna faleceu da vida presente **José Antonio da Silva**, branco, viúvo por falecimento de Dona Thereza [ilegível] foi seo corpo envolto em hábito dos Padres de S. Francisco e acompanhado por mim e por todos os Reverendos Sacerdotes que cantaram na missa de corpo presente, e foi sepultado dentro desta Matriz em campa da Irmandade das Almas donde era irmão. E sua alma foi recomendada por mim e que para contar fis este assento que assigno. Vigº Coadr.^{or} P.^{e} M.^{el} da Costa Couto (LIVRO DE ÓBITOS nº 14, 1835, p. 22v).

Para administrar o pasto espiritual dos primeiros moradores, a presença dos Curas no Brasil Colonial teve seu papel de importância, pelo viés ideológico e hierarquia perante os fiéis - aparecendo na figura do Bom Pastor. O Cura da Sé Catedral da Cidade de São Paulo, Gaspar de Souza Leal, do bispado, formado nos Cânones, promotor e procurador da Mitra, foi visitador das Igrejas do Norte de Serra Acima e da Comarca de Guaratinguetá. Pierre Bourdieu ajuda-nos a compreender melhor este episódio ao verificar que

> Por outro lado, fazendo com que a salvação dependa muito mais da recepção dos sacramentos e da profissão de fé do que da obediência às regrasmorais, a Igreja encoraja esta forma de ritualismo popular que consiste na busca das indulgências: “as multidões do século XI ao século XV tinham plena confiança na benção do padre para a remissão dos pecados, seja no caso de absolvição no sentido sacramental do termo, seja a absolvição dada aos defuntos, as indulgências concedidas sob certas condições e capazes de perdoar a pena, as peregrinações visando obter as “grandes indulgências” (BOURDIEU,1930-2002, p. 62- 63).

Para a celebração dos cultos eram ordenados aos fabriqueiros das Igrejas a confecção, conserto e encomendas de objetos litúrgicos e vestes[383]. Entre eles estavam as Âmbulas, Vasos dos Santos Óleos, Chaves de Sacrário, Pia Batismal, Pedra d’Ara, Cruz para Fábrica, Manga ou Saia da Cruz, Opas, Crucifixo e Imagens, conforme se verifica na encomenda da imagem de Nossa Senhora do Rosário para integrar a sua igreja, já em fase de construção, na Freguesia do Facão:

General da Capitania / - D. Manoel Joseph – Comissário do Santo Ofício-Cônego Penitenciário da Sé Catedral da Cidade de São Paulo / - Gaspar de Souza Leal – Cura da Sé Catedral da Cidade de São Paulo.

[383] Âmbulas, vasos de Santos Óleos, chaves de Sacrário, pia batismal, pedra d’Ara, cruz da Fábrica, manga da cruz, opas (Ver Glossário).

> Consta-nos que os Paroquianos desta Fregª tem dado esmola pª adquirir huma Imagem de N. Srª do Rosário e como athé o[ilegível]aguardando o Rmº Paroco mandou fazer a dª Imagem, ou mandará empregar o dn^{RO} por todos dado (PASTORAIS,1736-1834, p.91v).

Cena do cotidiano setecentista, oitocentista e ainda remanescente no século XXI, embora de forma mais comedida, mantida em algumas paróquias brasileiras, em especial em Paraty, é a comunhão levada nas casas dos enfermos e dos que não podem se locomover até as igrejas. As visitas pastorais fazem menção sobre o conhecimento da veneração e acatamento com que os fiéis deveriam se portar no interior e exterior dos templos, inclusive em seus adros: "[...] Mando todos os clérigos Fregueses desta Catedral e a todo o Clero respectivo as suas freguesias que todas as vezes que sahir fora o Santíssimo Sacramento accompanhem de sobre pelizes, o que executaram todos com pena de Santa obediência" (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 93).

A desobediência por parte dos sacerdotes sem causa alguma ou por mera negligência, deixando de acompanhar os sacramentos por três vezes consecutivas, incorreria em pena de suspensão; e os que integrassem as ordens sacras e os tonsurados pagariam "[...] dez tostões, em que os [ilegível] por condenados para o Meirinho Geral[384] pagos do Aljube e os de Coroa de licença não poderão usar della" (PASTORAIS,1736-1854,p.93).

Da mesma forma os documentos também mencionam o uso de adornos excessivos e vestimentas conforme a Constituição do Bispado, objetos em ouro ou pedras (o que não se estendia aos anéis e medalhas respectivos aos que tem privilegio para os trazerem) e somente poderiam usar de fivela de sapatos, calções, esporas "... e voltando, indo de viajem, ou vestido de campo, bastões e coletes com castoens tudo de prata lisa, e de nenhuma sorte botas" (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 94).

Como vimos anteriormente, a proteção e poder de cura representados nas Missas, nas celebrações e nos santos, no imaginário social do século XVIII, devido à representatividade que adquiriam, levavam inclusive à mudança de invocação nos retábulos. A documentação pesquisada menciona o desejo dos fieis de poder conseguir as inumeráveis graças, indulgências e sufrágios ao se aceitarem por Servos das Dores da Mãe de Deus. Segundo a faculdade concedida pelo Padre Faustino Xavier do Prado, datada de 27 de fevereiro de 1777, no lançamento dos Escapulários e Contas Dolorosas - exceto uma légoa em circulo, onde houvesse instalada a Irmandade da Senhora -, determina-se que

---

[384] *Representava o Oficial de Justiça durante a Idade Média portuguesa. Tinha a função de executar prisões, citações, penhoras e mandados judiciais. No período colonial a figura de Capitão Mor era o Meirinho.*

> tambem poderam aplicar a Indulgência Plenaria in articulo morty, aos que são Irmaons da Senhora, tudo em quanto se não mandar o contrario, com tanto, que me remeta amin, epor meo falecimeto aquém me substituir os nomes das, que os tomarem parte se transladarem no Livro da Irmandade sem o que não podem lucrar graça alguma. E para constar mandei passar esta, por mim somente assignado. Sam Paulo 27 de Fevereiro de 1777. Faustino Xavier do Prado (PASTORAIS, 1734-1854, p. 100v).

Observamos que, de um lado, as práticas para a concessão de graças e indulgências proporcionavam um pouco o alivio na vida terrena; de outro, o pessimismo e angústia, representados nos rituais da morte, eram sempre lembrados no cumprimento e ordens remetidas aos fregueses - como na morte de D. José I, ocorrida em 24 de fevereiro de 1777, que, precedida de ofícios, missas, seria um “luto forçado de seis meses e outros seis aliviado”.

Em Decreto datado de 17 de fevereiro de 1781, a Rainha D. Maria I, ao solenizar as Festas do Corpo de Deus em seus reinos e domínios, apresenta o mencionado decreto como que imbuída de extrema devoção religiosa - o que foi seguido por diversas Igrejas e Câmaras do Brasil Colonial, e resultou nas solenes Festas de Corpus Christi, ainda realizadas nas cidades de Paraty, Cunha, Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté. Diz ele:

> Faço saber que a Rainha Nossa Senhora movida de ardentissima devoçam que prossessa em seu Regio Coraçam ao Corpo de Chrysto Sacramentado, suplicou ao Santissimo Padre Pio VI a Graça para q. no dia vigésimo quarto do mez de Março se pudesse Recitar o Ofício Divino, e celebrar a Missa do Santissimo Sacramento em cada hum anno assim, e da mesma sorte que se costuma solenizar no dia de Corpo de Deos em toda a orbe Catolica na quinta feira depois de Domingo da Santissimma Trindade durante este indulto perpetuamente em todas as Igrejas de seos Reinos e Dominios com faculdade de se poder transferir para outro dia na ocurrencia de ser empedido o assinalado dia de vinte e quatro de Março; a cuja suplica enviou benignamente sua Santd.^{e} por Decreto de 27 de Fevereiro de 81 (PASTORAIS, 1736-1854, p. 104).

A partir de 1790, não aparece mais o termo Freguesia e sim Villa de Cunha, ou Villa de N. Senhora da Conceição de Cunha. Em 27 de agosto de 1803, durante a visita realizada por D. Mattos, bispo e visitador, foi constatado que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição se encontrava em total decadência, inclusive a Pia Baptismal [sic], em péssimo estado de conservação. Neste momento estava como presbítero Secular o Vigário Colado, Antonio Galvão Freire. Em 28 de outubro de 1803, ao certificar que leu os capítulos dos registros, solicitou que fosse remetida à Secretaria do Governo uma certidão jurada capaz de ser levada ao Real Termo de Sua Alteza e que na sua contestação satisfizesse aos seguintes itens:

> Primeiro: quanto percebe o Reverendo Parocho de côngrua[385] da Real Fazenda. Segundo: quanto percebe a oferta de cada baptizado de livre ou escravo e qual o valor da Villa, estabelecido na Sua Freguezia. Terceiro: quais são os emolumentos Parochiais de cada interro de livre, ou de escravo e do menor ou adulto, e quais as ofertas funerais que secompetem em cada oficio de freguez, e porque qualid[e] de pessoas.....a fazer este officio. Quarto: quanto hé estabelecido para o matrimonio ou os contra dotes sejão livres, ou escravos. Quinto= quanto o que cada noivo paga por cada proclamação. Sexto: quanto paga cada pessoa a título já de conhecença, já de..... Setimo= quanto percebe de cada festa solene e na sua Igreja, ou capellas filliais e qual o rumo delas. Oitavo: se recebe dos títulos acima dizignado o Reverendo Parocho por algum outro titulo percebe mais algum emolumento proveniente do Ministério Parochial; se a titulo de Direitos Parochiais recomputa alguma porção ou rendimento já das Capellas filiais, já das caixas de devoção, promessas estabelecidas na Sua Freguezia. Nono= qual a maior distancia da sua Freguezia tanto em cumprimento como em largura. O Muito Reverendo Senhor Vigario que receber esta sem perda de tempo copiará no livro competente preparará certidão nas costas destas deste Termo afim de cumprir e remetterá com a devida segurança ao Muito Reverendissimo (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 120v).

Na visita de 05 de junho de 1805, foram estabelecidos os Dias Santos com dispensa para o trabalho. O documento trata do cuidado e diligência em dar o culto e louvores a Deus, ficando desembaraçado das obras servis incompatíveis com a solenidade e dos dias Santos[386].

As notícias que chegaram, embora com atraso, na antiga Freguesia, agora Villa de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, remetiam a momentos históricos conturbados na Europa, como o Terremoto de 1755 e, dois anos depois, à morte de D. José - 1777. Há que se registrar também a invasão de Napoleão Bonaparte em Portugal, onde novamente poderes sobrenaturais foram atribuidos à proteção da Família Real, conforme se verifica:

> Não e he isto e nos que, nos vimos no presente tempo em que Deos pos no altar, juizou permithio que se levantasse da revoltosa Ilha da Corsega este Leão feroz que insaciável do Sangue Umano quer tragar todas as Nações, até das.....,mais soberbo, que como outro dom, de que falla o Profeta Abdias, se lisongea no numero dos Seos Choches, na força de Suas tropas, querendo p. hum inaudito orgulho para o seu ninho sobre as estrelas arrogando ahi os atributos da própria Divindade Suprema. Debalde se junthou elle no seo ímpio Consp[o] meditando projectar contra o nosso amado Principe e Senhor D. João e a Rainha Fidelissima nossa Senhora e a todos da Augusta Casa Real. O Senhor quitou todos os Seus Laços que elle tinha armado para os captivar e desta sua em provar-lhe

---

385 Salário recebido pelos párocos ou presbíteros em pagamento aos serviços prestados na paróquia, quando ministrava os sacramentos e ensino religioso. No regime das capitanias, eram os donatários que cumpriam essa função, diferente da espórtula espécie de gratificação e retribuição em dinheiro por alguma atividade realizada.

386 Dias Santos dispensados para trabalhar com obrigação de ouvir Missa= Fevereiro 24 S. Mathias Apostulo. Abril = Segunda Oitava da Paschoa = Maio: o primeiro S. Felippe S. Tiago Apostolo:= três Invenção de Santa Cruz = Junho dous = dito digo 2ª 8ª do Espirito Santo, treze Santo Antonio = Agosto 06 S. Lourenço Martir. 24 São Bartholomeu apostolo = Setembro 24 S. Matheus Apostolo 29 dedicação da Igreja a S. Miguel = Outubro 28 S. Simão e S. Judas Apostolo, Novembro 30 Santo Andre Apostolo = Dezbro 28 S. Thomé Apostolo 27 S. João Apostolo e Evangelista= 28 os Santos Inocentes= 31 S. Silvestre Papa (PASTORAIS, 173, 12736 - 1854, p. 121).

> não resultou mais, que hua....ira contra estas Sagradas Pessoas. O Senhor livrou de cahir as naçoens dos Barbaros, que não queria Senão sangue e carceragem, e cuja .....só procura saciar no Sangue inocente e sagrado dos Principes Augustos para com seo Throno introduzir a sua Família contra todos os Direitos, e por hua ampliada ambição. Porem o nosso amado Principe Soberano a Rainha Nossa Senhora e Toda Augusta Familia Real entre muitos perigos e aflições chegaram nesta America por huma espiritual Provid^{Cia} do Soberano: esta tão agradável noticia soou no Vaticano chegando nos ouvidos do Vigario da Igreja.....chefe da Igreja Chatolica Pai dos fiéis (PASTORAIS, 1736-1854, p. 122).

Na visita de 24 de julho de 1811, o visitador Antonio Joaquim de Abreu Pereira, em sua observância a respeito da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha, constatou que estava para arruinar-se o frontispício[387] - que se encontrava inacabado e era considerado como se não houvesse aperfeiçoamento – e que o telhado deteriorado estava danificando a Igreja com as águas das chuvas. Recomendações[388] foram feitas aos "fregueses [...] para concorrerem a aperfeiçoar e conservar hum Santuário tam Sumpthuoso para que nelle resplandeça a Santidade da Religiam Christam, e a piedade, e devoção de hum povo fervoroso" (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 124v).

As representações simbólicas de atos piedosos – comprovação do fervor religioso do povo - estendiam-se, com efeito, a essas comunidades: em 13 de janeiro de 1816, com a morte de D. Maria I, recomendações foram feitas aos Párocos e clero e todas as Villas e Freguesias do Bispado, fazendo saber através de "El Rey Nosso Senhor" que havia sido participado pelo Secretário de Estado dos Negocios do Reyno do Brasil, que ao

> mandar fazer os Sufragios pela alma da nossa Senhora Nós já temos determinado fazer na Nossa S^{a} com aquella grandeza; e aceo possível, resta agora, que ordenamos que também se facão por todas as Villas e Freguesias do Nosso Bispado. Portanto mandamos que em cada Freguesia se faça hum officio solene de Defuntos onde houverem sacerdotes sufficientes para isso, e cada Sacerdote dirá trez Missas pela Alma da mesma Augusta Senhora (PASTORAIS, 1736-1854, p. 126-126v).

Se nos rituais da morte as Missas e sufrágios são recomendados, nos casamentos bençãos também são solicitadas - como a do casamento de D. Pedro I com a Arquiduquesa da Austria, através de Carta Régia de 03 de setembro de 1817, em que foi servido anunciar ao Bispo Diocesano que

---

[387] O frontispício é o frontão da fachada principal, este foi concluído de forma triangular, já de gosto neoclássico, estilo vigente que se niciou em 1809, após a chegada da corte portuguesa no Brasil, trazendo também arquitetos da Academia de Belas Artes.

[388] Entre essas recomendações estava a importância nos livros competentes:Em 1809 aparece como Despeza:D^{ro} disp^{za} de tantas dúzias de Assoalho, r^{bo} no Res p^{o} L^{o} a tantos a 4000 = 16$000; D^{o} de tantos milheiros de Telhas, r^{bo} no Resp^{o} L^{o} a p. tantas a 8000 = 32$000; D^{o} em tantos milheiros de pregos, r^{bo} no Resp^{o} L^{o} a tantos a 1280 = 5$120; D^{o} de.....Alfaia, r^{bo} no Resp L^{o} a p. tantas = 8$000; D^{o} desta c Concerto, r^{bos} no Resp^{o} L^{o} a p. tantas = 1$600; D^{o} em tantos Tb. de Sera, r^{bo} no Resp^{o} L^{o} p. tantas = 4$800 (tombo, 1805 – 1864, p. 14).

> [...] teve celebrado felizmente o Casamento do Sereníssimo Senhor Principe Real, com a Serenissima Senhora Arqueduqueza d'Austria, recomendando muito que sua Excelentíssima Reverendissima fizesse mandar fazer em todo o Bispado Solenes Assoens de graças ao todo e Poderoso pedindo abençoar este Consórcio (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 126 - 127).

Nesse contexto, os dias do Entrudo[389], assim como os feriados e dias santos deveriam ser guardados e liberados das obras servis; o período que antecedia a Semana Santa, chamado de Quaresma, instituído pela Igreja, proporcionaria aos fiéis meios de praticar a penitência e o jejum, os quais já eram tratados nos documentos desde 1751, seguindo a Bula[390] do Sumo Pontífice Benedito XIV. Trata o documento da subsistência das mesmas razões que

> nos obrigarão a dispensar para se comer carne huma vez no dia da Quaresma nos Domingos, Segundas, Terças e Quintas feiras, enceto[sic] a Semana Santa, guardando-se sempre a formalidade do jejum; levadas pois dos mesmos motivos, consideramos a mesma dispensa a todas as pessoas pelo tempo de oito annos, da mesma forma da nossa Pastoral (PASTORAIS 1736 - 1854, p. 128).

Em documento datado de 6 de agosto de 1822, um mês antes da Proclamação da Independência do Brasil, D. João VI concedeu por seis anos, para os Reis de Portugal, Brasil e Algarve e seus Domínios, autorização para comer carne nos dias que eram de abstinência: com exceção das quatro Temporas[391] do ano, das Vigilias de Natal, de Nossa Senhora da Anunciação e Assunção, São Pedro e São Paulo, Todos os Santos e quarta-feira de Cinzas, "Todas as Sextas Feiras da Quaresma", na quarta, quinta e sexta feira da Semana Santa.

---

389 Introduzido no Brasil pelos portugueses no século XVI, compreende uma série de brincadeiras populares no período do Carnaval, fazendo uso dos "limões de cheiro", espécie de bolas de cera preenchidas com perfumes, que eram atiradas nos transeuntes. Jean Baptiste Debret (1768-1848) retratou esta prática no Rio de Janeiro, durante sua estadia no Brasil.

390 A Bula foi passada para que os Fregueses não perdessem grande benefício espiritual como por ela se ganhasse, porque fariam ofício de bons e zelosos Pastores, assim estabelecida:"Dias, em que se ganha Indulgencia Plenaria: Todos os quatro Domingos do Advento, Quarta, Sexta, Sabado da Tempora do Advento Vespera de Natal,Dia de Natal em cada huma das três Missas, Nas três Oitavas do Natal, Dia da Circunsisão, Dia de Reis, Domingo da Septuagésima; Neste dia se tira huma alma do Purgatorio: Domingo da Sexagesima, Quarta frª de Cinza e todos os mais dias da quaresma athe Sabado de Allelluia inclusive, Dia de Páscoa em todo o Oitavano athe Domingo inclusive, Vespera do Espirito Santo, Dia do Espirito Santo e os dias seguintes ao seu oi tavario ate o Sabbado inclusive, Quarta, Sexta, Sabbado das Temporas de Setembro, Dia de S. Marcos Evangelista e 25 de Abril; Dias em que se terá huma alma do Purgatorio: Domingo da Septuagesima, Terça feira depois do primeiro Domingho da Quaresma, Sabado depois do 2º Domingo, Terceiro Domingo da Quaresma, Quarto Domingo da Quaresma, Sexta, Sabbado depois do Domingo da Paixão, Quarta feira do Oitavario da Pascoa, Quarta feira depois do Espirito Santo, Alvaro Xer Botelho Villa de Cunha, 25 de Março de 1828 O Vigro Cllº Antonio Galvão Fre." Cabe esclarecer que Vigário Collado é o que já é o designado pela Mitra (PASTORAIS, 173 – 1854, p. 128v e 129).

391 Do latim temporã [sic] "tempos", corresponde a cada um dos períodos penitenciais de três dias observados pela Igreja Católica no início de cada uma das quatro estações do ano. As Temporas foram introduzidas para substituir os préstitos com sacrifícios feitos pelos pagãos em junho, setembro e dezembro, cujo objetivo era pedir ou agradecer bençõs sobre os campos, dias de jejum (quarta, sexta feira, sábado) em quatro épocas do ano, fixados por Gregório VII, em 1078 para a primeira semana da Quaresma, a primeira depois de Pentecostes a terceira de setembro e a terceira do Advento (ROWER, 1943-1947, p. 204).

Ainda sobre as questões de abstinência, cabe destacar que em 1829 a falta de peixe e outros gêneros em Cunha levou o Bispo de São Paulo do Conselho de sua Majestade Imperial, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, a fazer uma Pastoral com concessão para comerem carne no tempo da Quaresma, exceto nas 4as, 6as feiras e sábados da mesma até a quinta feira de Domingo de Ramos. Esta Pastoral foi prorrogada pelo Governo da Província, onde foram vistas as necessidades que estavam passando os diocesanos pela falta de peixe e outros gêneros apropriados para poderem se sustentar nos dias proibidos de comer carne. Esse costume ainda é observado em algumas das cidades objeto desta pesquisa, uma vez que no período iniciado na quarta-feira de cinzas e prolongado até a Semana Santa é comum não se fazer uso da carne nas refeições, principalmente nas quartas e sexta feiras; estas ficaram conhecidas como “Sexta Feira de Passos”, por sair neste dia, último da Quaresma, a Procissão de Passos, percorrendo os Passos da Paixão das Vilas e Cidades do período colonial.

O controle exercido pelos Bispos no interior dos templos também avançara para as áreas externas das Freguesias e Vilas, conforme o documento datado de 24 de [...] de 1823 do Bispo D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, que ao expedir uma carta circular ao Vigário Antonio Galvão Freire, solicita informações do estado das Freguesias, fogos que denominavam as unidades domésticas e ou famílias, declarando a utilidade de sua existência: “[...] a Igr^{a}, no Estado, se deve ser suprimida ou conservada, mencionado quantos fogos que se teve Freguesia, os passos que nele se correspondem, sua executiva e Território” (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 142v).

Segundo Nireu Cavalcanti, quando se falava em “fogos” estava implícito que o uso do imóvel era “residencial”. No entanto, casos havia em que se poderia caracterizá-los como de uso misto, quando, além de moradia da família, o prédio também servia para abrigar um comércio ou a sede de uma firma. “Quantificar o número de ‘fogos’ nem sempre foi fácil. Havia casos, por exemplo, de chácaras serem lançadas como um único imóvel, isto é - um único ‘fogo’, quando, na verdade se tratava de uso multi-domiciliar” (CAVALCANTI, 2004, p. 277 e 278).

Deveriam obedecer também ao Bispado e as Freguesias do Império, para os “Casamentos”, às disposições do Concilio de Trento, em sua cessão [sic] vinte e quatro, Capítulo primeiro da Reforma, posse Matrimônio da Constituição do Arcebispado da Bahia no Livro primeiro, título sessenta e oito, parágrafos dezoito e noventa e um. Essas disposições tridentinas, que também exerciam o controle da religião iniciado no Brasil no século XVIII, só obtiveram efeito no século XIX.

Em 1850, na Pastoral datada de 10 de abril, o documento menciona que foi sempre costume na Igreja recorrer à Divina Clemência nas grandes e ordinárias calamidades, que

afligem a qualquer hora a Família Cristã; e pede com reverência por meio de preces, súplica e toda a sorte de boa obra ao “Senhor Pai Misericordioso” e benigno que se compadecesse dos que sofriam, colocando termo a sua miséria e infortúnio.

Observamos que na quarta década do século XIX as cidades marinhas vinham passando por grave episódio que Paraty também presenciou, levando a sérios transtornos no seu controle e nos enterramentos: a peste. Na ocasião a Câmara Capitular de São Paulo ilustrou muito bem a situação através do Chantre[392] da Catedral de São Paulo, Lourenço Justino Ferreira, que convocava a exposição do Santíssimo Sacramento por três dias, assim elucidando:

> Conformando-me com este Santo Costume e vendo o estrago que a peste tem feito actualmente, em quase todas as povoações de beira mar deste Império, para implorar a concissão do Eterno, em favor dos habitantes destas Povoações e mesmo para que este terrível flagello não se comunique com outros que actualmente se achão isenta della: Os Revd^{os} Parochias e Capellães Curador Celebrarão preces nestes três dias sucessivos convocando para ellas o Clero da Parochia expondo a celebração publica ao Augusto e Divino Sacramento (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 149v).

Chama atenção que não só os mais idosos eram cobrados nas disciplinas e na definição de seu comportamento, observando que os mais jovens também deveriam seguir as determinações:

> Os moços que servem de coroinhas nas Igrejas, sujeitar-se hão nellas ao mesmo trajar dos Padres, que Prohibimos aos nossos Rev^{dos} Parochos que consintão em suas Igrejas que algum Sacerdote diga Missa sem habito talar, ainda estando de viagem. Todos os nossos Irmãos beneficiados sabem, ou devem saber até onde o Santo Concilio de Trento nos arma para que os mesmos obedeção a esta lei deixando ao nosso arbítrio a correção contra os infratores, o que não são beneficiados (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 156v -157).

Esta determinação levou à expedição de circular do Vigário Geral do Bispado, fazendo menção ao Vestuário Público e ao uso do *clergyman* (gola branca encorpada) à volta do pescoço, como distintivo religioso.

> [...] Faz menção o documento ao Vestuário Publico, permitindo não só, que os Clérigos “possão usar de sobrecasaca de cor não viva em viagem a Cavallo, como tão bem todas as vezes que sahirem para fora do povoado m^{mo} a pé trazendo sempre volta no pescoço, que He um distintivo indispensavel aos Clerigos” (PASTORAIS, 1736 - 1854, p. 173v).

[392] O Chantre na hierarquia católica, é um título que serve para designar uma dignidade dentro de alguns cabidos, originalmente representam o papel de mestre do coro, cantor de salmos e responsórios nos templos. Significa o Prelado que desde o século V ao X século, dirigia uma freguezia importante fora da cidade. Geralmente era verdadeiro Bispo, mas subordinado ao Bispo da cidade (ROWER, 1947, p. 73).

As reverências ao Santo Sacrifício eram realizadas nos ambientes das sacristias das Igrejas e vilas do período colonial. Consistiam em orações realizadas diante do arcaz, encimado por nicho com as imagens primitivas dos oragos, imagens de São Miguel ou um crucifixo. Geralmente possuem respaldo em madeira, adornado por dossel com cortinas que podem ser fechadas ou abertas, conforme o tempo litúrgico[393].

As pastorais registram muito bem e com detalhes a vida do clero e da população, destacando os serviços de clérigos que atuavam nas freguesias, seja na instrução, seja em atos de desmobilização, caçadas, comércio, embriaguez, concubinato, espetáculos e a indumentária a ser usada segundo o Concilio Tridentino e a Constituição do Bispado, que apresentamos em anexo. Essas orações, constantes também do Missal, eram feitas antes e depois da Missa, associadas ao uso do lavabo[394] em pedra lavrada, instalado nas paredes ou isolado. Esses lavabos geralmente possuíam duas torneiras e, nas laterais à direita e à esquerda, porta-toalhas com inscrições latinas - *"ANTE MISSAN' e 'POST MISSAN'* - que poderiam estar nas barras de crochet das toalhas usadas para enxugar as mãos antes e após as missas, conforme o ritual a ser seguido.

> O Sacerdote, que celebrar na Igreja, ou onde tem de dizer Missa, oração, antes e depois della, ao menos as que se achão no Missal. O tempo do sacrifício será pelos menos de 18 minutos, os que disserem Missa em menos tempo, uma vez avisado, pelo Promotor, ou Vigário da Vara, não obedecendo, serão suspensos. Incluimos neste Mandamento, como Delegado da Sé Apostolica os mesmos Regulares (PASTORAIS, 1736-1854, p. 157v).

Recomendações eram feitas para que fossem seguidas no Bispado a teologia dogmática de Gousset e sua moral, juntamente com a leitura da obra de Ambrozio Guiloes, publicada em 1851 em Paris, em sua 6ª edição. Todos os confessores deveriam ter "A Vida Devota" por São Francisco de Salles, livro que teve sua primeira publicação em 1609, recomendando exercícios, práticas das virtudes e orações para a boa condução da alma a Deus.

Tema então atual e já muito questionado pela Constituição do Bispado em meados do século XIX era o destino dado às oblações, "esmolas doadas aos santos" e arrecadadas

---

393 Os tempos do culto ou tempo litúrgico podem ser considerados em relação ao dia, a semana e ao ano. O ano litúrgico compreende o período do primeiro domingo do Advento (do latim "*adventes*" chegada, vinda) ao mesmo dia do ano seguinte, integrando todas as solenidades religiosas instituídas pela Igreja.

394 Os lavabos podiam ser confeccionados em pedra aparelhada, mármore de lioz, madeira ou pedra sabão e embrechados de várias cores. Sua composição pode ser simples, em rocalhes, conchas, flores, volutas, anjos com filacterios e atributos das Irmandades e Ordens Terceiras. Foram construidos em sua maioria antes do advento da água encanada e eram geralmente constituídos de uma caixa em pedras aparelhadas embutidas na parede, com abertura na parte superior para abastecimento. Apresentam na parte central as torneiras, algumas vezes com terminações em cabeça de delfim ou serpente, coroamento com elementos esculpidos em relevo e predominância de ornatos fitomorfos e zoomorfos. Na parte inferior fica a bacia que recebe a água, em formato de concha ou apenas a pedra lavrada e recortada.

nas festas religiosas, motivo de muitas querelas e insatisfações entre as Irmandades e Vigários. O documento é muito elucidativo sobre esse costume:

> Tem sido mal entendido o que determina a Constituição do Bispado – Tit. 27 n.433 – Presuadindo-se [sic] alguns Reverendos Parochos que toda oblação feita aos Santos lhes pertence de direito. Pedião em antigos tempos tomal os para si, e tão bem não obrigados a acodir a Igreja com as mesmas oblações mais hoje que tem congrua sufficientes, hoje que tem emolumentos, hoje que propriamente faltando no Brasil há somente empregado, e, não beneficiados as oblações devem ser applicadas só a beneficio do Santo ou da Igreja; nem o fiel que faz oblações a quer dar ao Parocho. Assim pois o entenderão, ficando-lhes obrigados a constituição, mse obrarem pelo contrario. Onde não há Irmandades para receberem as oblações, aos Reverendos Vigarios compete a administração oblações. Por delicadeza deverão fazer publico seo uso, afim de evitar suspeitas de que converteu em proveito próprio, e bem assim lavrarão em livro competente todas as despezas com taes dinheiro em beneficio da Igreja ou do Santo, que examinaremos (PASTORAIS, 1736-1854, p. 166v).

As qualidades morais e religiosas para aqueles que deveriam servir de padrinho de batismo também eram observadas. Conforme o Ritual Romano, a Constituição do Bispado e as Regras do Direito, os párocos ou sacerdotes não poderiam sem a devida licença batizar ou aceitar padrinhos que possuíssem concubinas públicas dentro ou fora de casa, quando a tivessem "teúda e manteúda"[395], vivendo constantemente embriagados, ou que tivessem passado sem justa causa três anos sem confessar-se, bem como hereges que ignoram inteiramente a doutrina Cristã. Esses costumes seriam desaprovados e passados entre os párocos por meio de informes.

Conforme constatamos, as recomendações e qualidades morais observadas nas Pastorai apresentavam também outras nuances, que fazem referência à dignidade e direitos exclusivos dos párocos durante a condução das celebrações e atos religiosos; e aos conflitos gerados com a presença dos filhos ilegítimos deles, padres, no interior das Igrejas. Em 23 de novembro de 1852, a reclamação registrada por Antonio Joaquim de Mello, Bispo e o Vigário Manoel Rodrigues da Silva, ordenava que

> Tanto tem subido o esquecimento de nossos deveres, tanto se desprezão as Leis da Igreja, que muitos de nossos Irmãos Sacerdotes não sepejão de servir-se de seus filhos illegitimos em actos religiosos e pertencentes a igrejas facto este demaziadamente se provado é reprovável. Portanto ordenamos que em acto religioso possa o filho estar com seu Pai, servindo-o; não possa ser seu escrivão; cantar como musica onde o Pae officia, ser seo Sacristão... se ambos são Presbiteros, havendo so huma Igreja, um não poderá dizer missa, estando outro dentro da mesma, não poderão juntos acompanha enterros, e procissões. Se algum contrariar a este mandamento se nos dará parte para ser punido (PASTORAIS, 1736-1854, p. 167v).

[395] Expressão na língua portuguesa arcaica, significa "tida e mantida" - pessoas que são sustentadas financeiramente por um indivíduo na forma de ausente.

O Regulamento do Clero também impunha restrições quanto ao vinho a ser usado para o Sacrifício nas Missas e Oratórios particulares: este poderia enganar os párocos, deixando-os viciados, devido a sua qualidade e provocando alteração física naqueles que porventura fizessem uso da bebida:

> Tendo perguntado a pessoas entendidas, sabemos que exapto o vinho chamado do Porto e de Lisboa ou vinho branco propriamente dito, todo outro é sucptivo de alteração que vicia na qualidade; e que mesmo os vinhos de fructas que podem enganar; e por que tal engano resulta grande mal, prohibimos para uso da Missa todo vinho que não foram os mencionados e sobretudo quasquer vinhos brancos doces. Serão os responsáveis os Reverendos Parochos que em suas igrejas. Sacerdotes que em Oratorios disserem missas com vinhos brancos ainda que temos escaptuado (PASTORAIS, 1736-1854, p. 167v-168).

A circular de D. Antonio Joaquim de Mello, datada de 14 de fevereiro de 1853, acrescenta outras disposições no que se refere à redução dos dias Santos de Guarda e à obrigação de ouvir Missa, considerando essencial

> 1º Que se guardem por toda a parte nos Dominios do Brasil, além de todos os Domingos, as festas do Natal da Circunsizão, da Epiphania, da Asceçam, do Santissimo Corpo de Nosso Senhor Jesus Christo, da Conceição, da Natividade, da Anunciação, da Purificação Bem aventurada Virgem Imaculada, da Assumpção, do Nascimento ou San João Baptista, dos Santos Apóstolos São Pedro, e Sam Paulo, e da Celebração de Todos os Santos, como tão bem que seja de guarda a Quinta Feira Santa desde o meio dia; e que na Diocese de Sam Salvador do mesmo Imperio, a festa da Vizitação da Bem aventurada Virgem Maria, assim como na Diocese do Rio de Janeiro, ou de Sam Sebastião, a festa do mesmo Santo, permaneção firmes como dantes, sendo consideradas como de preceito da Igreja com todas as uzuais obrigações que incumbem aos fieis Christãos. 6º que as festas dos Santos Patronos, ou Orágos dfas diversas Cidades lugares Parochias do Imperio do Brasil, sejão transferidas um quando que é extrincico para o respectivo Domingo que emediatamente seguisce, sómente com missa Solene dos mesmos segundo as rublicas (PASTORAIS, 1736-1854, p. 173-173v).

O Livro Tombo de Cunha, datado de 1805 a 1864, composto de 149 folhas, foi intitulado para servir à Fábrica da Freguesia da Senhora da Conceição da Villa de Cunha e nele ser escriturada toda a Receita e Despesa que a fábrica tivesse e fizesse, sendo rubricado pelo Ministro e Provedor da Comarca Joaquim Procópio Picão Salgado, apresentado pelo Fabriqueiro Coronel Antonio José de Macedo e assinado pelo escrivão José da Silva Meceana. Faz menção o importante documento à existência de um único livro da Fábrica da Igreja Matriz da Freguesia; e os Provimentos nele externados sempre denotam em seus capítulos, e em destaque no 8º Capítulo que, findo qualquer dos Livros, deverão ser criados outros novos, conservando os findos; e à abertura e rubrica de todos os Livros, bem como todos os Antigos de Economia, Administração e Arrecadação da Fábrica e de todos os mais lugares Pios que pertencem à Real Jurisdição.

Destaque-se que as Ordens Régias a que se refere o Capitulo oitavo dos Provimentos deveriam se reportar ao controle exercido pelo Tribunal da Mesa de Consciência e Ordem nas Irmandades e administração da Igreja, que prescrevia:

> Fica estabelecido segundo o documento por seu oficial mandado por Manoel Veloso da Costa e Domingos Pires Monteiro Bandeira.....apresentado do Tribunal da Mesa da consciência e ordens Raymundo Ignacio Telles Corte Real e em Lisboa a Treze de Fevereiro de mil oitocentos e hum (TOMBO, 1805-1864, p. 07).

Tudo o que era feito às expensas das Fábricas, excluído o que pertencia às Irmandades, estava obrigado, por força de sua administração e provimentos, a ser inventariado; as Fábricas exigiam ainda a boa regularidade de suas administrações, devendo fazer seus Inventários nos livros destinados. Se os retábulos fossem feitos às expensas das Irmandades, o registro no Livro de Inventário deveria ser feito da seguinte forma: [...] “Tantos Altares, os quais pertencem a tais Irmandades e forão feitos por Conta da Fabrica;... com Irmandades nelles estabelecidas, redigirá = Tantos Altares, a saber, tantos de cada Irmandade, tantos” (TOMBO, 1805-1864, p. 9v).

A questão dos enterramentos também foi motivo de determinações que, embora deixando claro com bastante visibilidade alguns privilégios e restrições pela Igreja, elucidam bem o modo como se enterrava os desprovidos, no adro fronteiro às Igrejas. O Capítulo 11 dos Provimentos é bem esclarecedor quanto a essa prática:

> Proveo mais elle o Ministro que por enquanto será informado parece de humanidade, e falta de Caridade que [....] ficava com os Cadaveres das pessoas pobres, indigente, e miseráveis e outros que se enterravão no Pateo fronteiro a Igreja Matriz a titulo de Adro, quando será huma parte de servidão publica, bem do que ainda de alguém se exigia mais por força do que por direito, emolumento com que eram da [.....] a Caridade (TOMBO, 1805-1864, p. 17v).

Em 1810 constatamos registro de pagamento de dinheiro ao Manoel Coveiro [...] de 3 tres enterros para 03 Anjinhos, e de cruz, Vella, Ladainha no Rosário, em sepultura da Irmandade – 2$83 (TOMBO 1805 - 1864, p. 23v). Segundo o documento observamos que em 1810 a Igreja de Nossa Senhora do Rosário já estava possivelmente concluída e realizando enterramento em sepultura da Irmandade no interior do Templo.

Segundo Reis, “As autoridades eclesiásticas também impunham regras inibindo a profanação do cemitério”. Este teria de ser murado de forma a tornar-se “inacessível não só aos viandantes, como também e mui principalmente aos animais” (REIS, 1991, p. 304). Os provimentos determinavam ao Fabriqueiro

> que logo logo (sic) sem perda de tempo a expensa do rendimento da Fabrica mande cercar e murar um semiterio para sepultarem todos aquelles que sem possibilidade, para cuja obra se entenderá com o Reverendo Vigário a respeito do Citio em que se deve ser feito sua

> construçõao que represente lugar de Jazigos de Christão. E como no dito Semiterio se hão de enterrar pobres, indigentes e mizeráveis, nada devem ostentar natureza contribuir com coisa alguma para a Fábrica, seja qual for o pretexto (TOMBO, 1805-1864, p. 18).

Cabe destacar que para os provimentos acima eram registradas as mudanças dos Fabriqueiros do Coronel Antonio José de Macedo para o Capitão Mór José Gomes de Siqueira Motta.

No período de 1809 a 1810, no Livro Tombo - 1805-1864, encontramos diversos registros de Despesa, assinados pelo Fabriqueiro José Gomes Siqueira, com os respectivos valores de pagamento; entre eles está o pagamento a Francisco João Mª de dois gradis para as portas travessas e 10 dobradiças para as janelas, pagamento do concerto de duas alvas e à Thomé Rafael pela encomenda de tijolos para as obras da Igreja pelo fabriqueiro:

QUADRO Nº 05 – REGISTROS DE DESPESA (1809 -1810)

RECEITA	DESPESA
Dro que se pagou ao Francisco João Mª de dois gradis	
pª as Portas transversas e 10 dobradicias pª as Jane	
lãs conf. No Lº nos Recibos f. 8 vº	3$520
Dro do Trablº J.S.de ...linhas, Na....a Custureira pª concerto	
de duas Abas a f. 7vº	1$72
Dro de Thom´r Rafael p. Conta do tijolo q. mandou fazer o	
Fabriqueiro pª as obras da Igreja costa do Lro dos Recibos	13$000
f. 1 Lº	
O Fabriqueiro José Gomes de Siqueira	

Fonte: Arquivo da Cúria de Lorena, SP, 1805-1864, p. 23

Em abril de 1816, foram feitos diversos pagamentos com tecidos, galão, franjas, assim especificados: tafetá branco, tecido encarnado, damasco branco, varas de galão, franjas, tecido carmesim para o feitio de estola, capa de asperges, palas, obedecendo as cores litúrgicas da época para a confecção de peças de indumentária das celebrações. A obra foi conduzida com os recursos amealhados através de esmolas e doações e entre elas constatamos que o Alferes Lourenço Dias, Juiz de uma festividade de N. S. da Conceição, embora não tenha feito a festa entregou 25$600 réis e somado os de esmolas foi destinado para as obras perfazendo um total de 26$000 réis, foi pago ao Sr. Salvador de trabalhar cinco dias no serviço da Igreja a 160 um total de $800 réis.

São constantes as doações da Sra. Izabel Cardoso Leite para as obras da Igreja de N. S. da Conceição de Cunha, e o pagamento aos oficiais da Obra - que embora não citem seu nome registram o valor de 12$800 réis.

QUADRO Nº 06 - PAGAMENTOS E DOAÇÕES PARA AS OBRAS DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DE CUNHA (1805-1864)

ANO	DESPESAS	VALOR	PÁG.
1816	Pelo que deo para as obras da Igª D. Izabel Cardoso		
	Leite	4$000	27v
	Drˆ. ao Senhor Sabˆ de trabalhar no serviço		
	da Igª 5 dias a 160	$800	27v
	Pelo que deo pª as obras da Igª a Senhora		
	D. Izabel Cardozo	4$100	28v

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 27v.

Em 1817 foram feitos pagamentos a José Marcelino em 05 parcelas, em um total de 13$040, possivelmente de obras. Em 1818 foi pago pelo Tenente José Bonifácio pelo enterro de sua mãe, na cova da Irmandade das Dores, o valor de $320 reis e pelo sepultamento de uma Tia do Padre Pinto, chamada Maria Jacintha, 320$ reis. Observamos que, para os sepultamentos nas campas da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, era cobrada a quantia de 320$, um dos locais mais caros no interior da Igreja devido às indulgências por ele concedidas.

Após nove anos da determinação da construção de um cemitério para enterrar pobres, indigentes e miseráveis, identificamos o pagamento feito por Manoel Lopes dos Santos no valor de "$480 [...] de enterro de hum preto João forro no Cementerio no Lº comp.a fl. 48 [...]" (TOMBO, 1805 - 1864, p.33). Registramos ainda o pagamento de D. Theodora Maria de Siqueira no Livro competente à folha 61, do valor de 1$440, possivelmente para obras na Igreja[396].

Em 1819, foi realizado o pagamento da quantia de treze mil seiscentos e seis contos de reis a Francisco José Fernandes, referentes a "[...]vinte e hum bicos grandes de vellas, três canteiros e de bem recebido assignamos [...]" [397]. Em 1820 verifica-se que a torre sineira estava passando por obras de construção e ou conservação, pois na despesa de 1820, com resto de 1819, foram pagos a Antonio José de Lorena 2$680 reis pelo concerto do galo e cruz. Ainda em 1820, mesmo com as obras em andamento, verificamos novos gastos, desta vez com itens a que faz referência a mesma: verifica-se no quadro 3 que alguns objetos litúrgicos e peças de mobiliário passaram por manutenção.

[396] No capítulo XVII dos Estudos sobre a Genealogia Cunhense está registrado que nasceu em 1758 e faleceu em 26/01/1832, foi casada com Francisco Pinto dos Santos e era filha de José Gomes de Mota, nascido em 20/03/1707, na Freguesia de São Martinho de Arrifaina de Souza, Bispado do Porto e falecido em 1769. Casado em 1746, em Guaratinguetá, com Catarina Gomes de Siqueira, filha de José Gomes de Gouvêa e de sua mulher Maria Nunes de Siqueira (VELOSO, 2010, p.233).

[397] Segundo Velloso, a família Fernandes teve origem no casamento do português, o Alferes Francisco José Fernandes, casado em 01/10/1797 com Joaquina Maria de Toledo, filha do Tenente Luiz da Silva Ferreira e de sua mulher Mônica Felizarda dos Reis e o casal teve seis filhos (VELOSO, 2010, p. 244).

QUADRO Nº 07 – DESPESAS ENTRE 1805 E 1864

Dispeza	
Vem somando a dia..... a fl. 37	
Por d^{ro} que dei a Fran^{co} de Paulo pelo concerto do Toribolo 2$600	
Por.....Covado de bilhete Carmesin e	
275 para os doirados e 4 varas de fita para	
o concerto das Cadeiras	3$040
Por 10 varas de Renda para Concerto dos Alves a 183	1$585
P^{a}....terça de Canela lavrada	1$280
D^{ro} que pg a quem os concertou	$480
D^{ro} ao .....de c oncerto da colher do Caliz	$320
P 1 Caneca de folha para lavatório	$400
P. 3 folhas de Bertarda para os Corporais fa =	
zenda renda feitio	$660
P. 1 folha de flandres pintada p^{a} S^{tos} Oleo	$600
P. 1 Livro p^{a} assunto de baptizado Rubrica e feitio do livro	3$440

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 38.

Em 1823, ainda na gestão do Fabriqueiro Francisco José Fernandes, identificamos pagamentos de [...] “P. 1 Fechadura para a porta da Sacristia - $960 reis, P. d^{ro} q’ se pagou a Antº Chavier de cuidar dos C^{vos} e ordenado de Sacristão dos [...] q’’ se lhe [....]the o ultimo de Des^{bro} de 1823” (TOMBO, 1805-1864, p. 41). Neste período observa-se que a escada e forro da torre não estavam concluídos, que foram confeccionadas duas rótulas[398] para as janelas da sacristia e adquiridas tabuas para o conserto de uma porta; e ainda que o frontispício apresentava problemas.

Foi necessário reentelhar a Igreja, construir um paredão na coxia[399] e colocar três gatos de ferro para fixar a grade do côro. A construção ainda não possuía calçada ao redor, escada da torre e forro da pia. Estavam integrando a obra neste momento Antonio Boeno, carpinteiro, José Marcelino possivelmente mestre de obras, Antonio José de Lorena, ferreiro, Elias, pedreiro, José Vicente, carpinteiro e Joaquim José Vas, que forneceu os Jornais[400] de seus escravos e doou cal para a obra da Igreja. O quadro 4 é bem esclarecedor quanto às etapas, materiais, nomes dos oficiais, descrição dos serviços e total dos gastos empregados nas execuções.

[398] Espécie de vedação em madeira no formato de uma porta com almofadas na parte inferior e treliças na parte superior, podendo ser aberta para o interior, exterior ou totalmente fixa.
[399] Corredor existente junto as galerias superiores dos teatros e das igrejas que servem de acesso aos camarotes e tribunas.
[400] Jornais eram os pagamentos feitos aos empregados nas obras e construções.

QUADRO Nº 08 – DESPESAS 1805 - 1864

Dispezas	
Vem em frente excedendo a dispeza e receita	$175
P. 412 pregos para a Escola e forro da torre	2$780
P. 1 Estola	$880
Pelo que paguei a Antonio Boeno de fazer duas Rotulas para as Janelas da Sacristia 3 e 1 dias a 800	2$800
Pelo que paguei a hum oficial para ajudalo 1 dia	$640
Pelo que dei a Joq^{m} Vaz que a Fabrica lhe devia	7$040
P. hum vazo que mandei vi do Rio, custo	2 $880
P. .....de Retros para cordão da Caminha de S^{tos} Oleos	$960
Pelo que paguei do Feitio do d^{to} cordão	$640
P. 4 Taboas que comprei p^{a} conserto de huma Porta	$560
P Sr. Que paguei a Jose Marcelino para concertar o frontespicio	$880
Pelo que paguei a Fra^{co} Gomes de Na de hum anno q^{e} sérvio	12$000
Pelo q^{e} paguei a José Marcelino p^{a} retelhar a Igreja	2$800
Pelo q^{e} paguei ao dito mais de fazer paredão q fez na Coxia	10$960
Pelo que paguei a Antonio J^{e} de Lourena de treis gotas de ferro para segurar a grade do Coro	9$720
Pelo que paguei ao Pedreiro Elias para fazer huma Calçada ao redo da Igreja	28$240
P. 1 Fexadura para a porta da Sacristia	$960
P. d^{ro} q' se pagou aAnt^{º} chavier de cuidar nos L^{vros}	
E ordenado de Sacristão dos .....q. se lhe ar	
via the o ultimo de Des^{bro} de 1823	
o atual Fabriqueiro	
Francisco José Fernandes	

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 41.

No auto de Contas tomadas ao Fabriqueiro do Rendimento de 1816 a 1828 pertencente à Fábrica da Matriz da Vila de Cunha, a página 49 do Livro Tombo menciona o uso da Casa de Aposentadoria[401] do Doutor Francisco de Paula Cerqueira Leite - Juiz de Fora, de Órfãos e Provedor dos Deficientes e Ausentes, capelas e dízimos da Vila.

Em 1829, verificamos na Receita diversos pagamentos feitos que apresentam os nomes das famílias de Cunha e que nos possibilitam verificar a trajetória do apoio recebido para as obras da Igreja Matriz de N.S. da Conceição de Cunha. Pela genealogia apresentada, a informação remete aos antecedentes dos primeiros povoadores: D. Izabel Cardoso, Massimo Monteiro de Toledo, Francisco Monteiro, Salvador José de Siqueira, D. Theodora Maria de Siqueira, Francisco José de Cardoso, Manoel Gomes de Siqueira. Nas despesas de 1829, verifica-se que as obras se encontravam já bem adiantadas: foram feitos gastos com aquisição de cal[402], tijolos, telhas, andaimes e camadas de pedra, além

[401] As Casas de Aposentadoria eram espaços construídos exclusivamente para os Ouvidores, Juízes designados pelos Donatários, para nela serem hospedados.

[402] Elemento importante na composição das argamassas, pode ser obtida das conchas do mar que são queimadas em fogueiras armadas nos moldes de uma oca de índio, após esse processo é peneirada e a mais clara era separa para pintura e as sobras para argamassa. Existe também a cal obtida dos calcários. Há relato na documentação pesquisada que o porto e a Vila de Paraty, em muito contribuiu para o atendimento aos moradores e obras de Serra Acima através dos tropeiros.

do pagamento de pedreiro e serventes para toda a obra. Salta aos olhos o pagamento de pregos e carpinteiros para repregar o forro da Igreja, como para a confecção de cola e compra de uma estampa que serviu de modelo para a pintura do forro, pagamento de pintor e as tintas para as pinturas, inclusive com os valores mais altos, segundo se observa nos quadros abaixo (Quadros 09 e 10), de modo sobejo e ilustrativo:

QUADRO Nº 09

Dispezas	
P. que pagou-ce a Cal pª as Obras da Igreja	16$630
P. que pagou-ce de Tijolos eTelhas	21$170
P. que pagou-ce ao Pedreiro	42$900
P. que pagou-ce seis Carradas de Pedras	5$760
P. que pagou-ce Madeiras pª o Andaime	16$000
P. que pagou-ce a Estampa pª o forro	14$250
P. que pagou-ce a Pregos	2$000
P. que pagou-ce a Coro pª Cola	3$120
P. que pagou-ce ao Pintor	154$700
P. que pagou-ce as Tintas pª as Pinturas	217$100
P. que pagou-ce o Carpinteiro de repregar o forro	5$940
P. que pagou-ce aos Serventes pª toda a Obra	80$540
P. que pagou-ce de Lavar as Roupas da Igreja	2$560
P. que pagou-ce de huma feixadura	$800
P. que pagou-ce pª vir os Stos Olhos	$640
P. que pagou-ce a provisão do Fabriqueiro	1$360
P. que pagou-ce de huma Enchada	1$360

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 55.

QUADRO Nº 10

Receita	
Transportes da receita	198$160
P. que cobrança deixada In verba do Testamto do Falecido Coronel José dos Stos Souza	90$000
P. que cobrança deixada In verba do Testamto da Falecida Dona Anna Maria do Carmo	90$000
P. que vendo as Esmolas que se tirou pª a Hobra da Igreja	116$530
P. que dechou de Esmola o Captam Vitoriano Mel de Andde	12$000
P. que deixou em testamto D. Emiliana Maria de Toledo	23$040
Somma	506$690
	529$730
Somma	586$680

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 55v.

Em 1830, no dia 14 de janeiro, faleceu o Sargento-Mor Francisco Lourenço Guimarães, então Fabriqueiro da Vila de N. S. da Conceição; foi realizada uma Petição e Despacho no seguinte teor:

> [...] Ilustrisimo Senhor Doutor Provedor = Dis o Tenente Coronel José Francisco Guimarans dest Villa filho do finado Fabriqueiro o Sargento Mor Francisco Lourenço Guimarães que falecendo este a quatorze de Janeiro

> do presente anno de mil oito centos e trinta, estando as colunas da mesma Fabrica paradas por falta de Fabriqueiro, que o Sujeito cante prestar as contas da mesma como... (LIVRO DO TOMBO, 1805 - 1864, p. 57, 57v e 58).

O Auto de Contas tomadas ao Tenente Coronel José Francisco Guimarães prescrevia:

> Na Casa de Aposentadoria do Ministro Doutor Provedor Francisco de Paula Cerqueira Leite e o Escrivão da Provedoria desse Cargo, bem como as Receitas e Despesas do ano de 1829 desde agosto do mesmo ano até 15 de Janeiro de 1830, de que se veio de Fabriqueiro o finado Sargento Mor Francisco Lourenço Guimarães, desta Freguesia. Joaquim José de Jesus Silva "escrivão". Contas examinadas pelo Ministro em que foi Fabriqueiro o Sargento Mor Francisco Lourenço Guimarães. Proseo e determinou elle Ministro que d'Ora em diante servisse Fabriqueiro João José da Silva que seria notificado para prestar Juramento (TOMBO, 1805-1864, p. 57v, 58, 58v e 59).

Ainda na Despesa de 1830, encontramos referência ao pagamento do pintor por retocar as pinturas da Igreja e do pedreiro Thomás Afonso por consertar o paredão da Igreja. Na Despesa do ano de 1832 foram feitos pagamentos pela compra de madeiras para o andaime, objetivando rebocar a Igreja, aquisição de couro para confecção de cola e 30 alqueires de cal. Devemos observar que a Igreja ainda estava com as paredes em taipa para rebocar, com problemas de retoque nas pinturas, onde eram adicionadas as tintas, a cola feita com couro de boi ou de carneiro; em paralelo, havia grande preocupação com os objetos litúrgicos com o [...] "Que se pagou de Concertar o Toribo" (TOMBO, 1805 -1864, p. 66).

Em 1834 foi adquirido um sino pelo Tenente Coronel José Francisco Guimarães, bem como feito o pagamento da condução para transportar o sino para a Vila de Cunha, cal para a obra, além de objetos como 2 espelhos - possivelmente para a sacristia[403], lanternas de folhas de flandres, uma caixa para folhas de ouro, par de galhetas, 30 cachimbos para velas, possivelmente das arandelas, livros, rituais e até enchadas. O Quadro abaixo apresenta as aquisições de objetos e materiais diversos, objetivando dar dignidade e suntuosidade às celebrações litúrgicas e complementações arquitetônicas.

QUADRO Nº 11 – DISPEZAS DO ANNO DE 1834

Que importou o Sino q' mandou vir o Tenᵉ Coronel José Francᶜᵒ Guimᵉˢ	274$960
Que Pagou de Condução de Vir o Sino Que Pagou o Temᵉ Coronel Jᵉ Franᶜᵒ Que Pagou de Selo de 2 Livros pª a Igreja	11$880
Que Pagou de 20 Alqueires de Cal	15$200
Que Pagou de 2 espelhos Grandes	10$000
Que Pagou de 6 lanternas de Folhas	5$000
Que Pagou de hum Ritual pª Batizados	3$000

[403] Esses espelhos possivelmente eram adornados por molduras entalhadas em madeira, com policromia e douramento.

Que Pagou de hum Livro pª assentos	2$240
Que Pagou por hua Caixa pª Stos oiro	1$000
Que Pagou de hum Par de Galhetas	$400
Que Pagou de 100 Cachimbos pª Vellas 30	3$000
Que Pagou de duas enchadas	1$440
Somam	482$520

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 67.

Em 1835, reparos e consertos foram feitos no ambiente da Sacristia, para o que foram pagos 22$700 réis; e também obras na Capela-mor, com o apoio do Procurador da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Francisco Roiz Corrêa, nas quais foram gastos 75$000 réis. Na Receita de 21 de Junho de 1837, consta o Dº que a Brize do Sino rendeu 6$260 réis.

Em 1841 e 1842, verificamos que uma ou outra peça de indumentária religiosa foi encomendada no Rio de Janeiro; e como a estrada de ferro ligando o Rio ao Vale do Paraíba ainda não tinha sido implantada, as encomendas possivelmente faziam uso de embarcações pelo mar e das tropas que subiam Serra Acima: "[...] Dispesas de 28 de 8bro de 1841, P. que importou huma Capa das perges que mandou vir do Rio- 97$000, Dispesas de 5 de Fevro de 1842 que importou 3 Cordão pª alva q~ mandou vir do Rio pª a Igreja...2800 – 2$400, Dº de concertar, a Igreja... 4$200" (TOMBO, 1805 - 1864, p. 86).

Ainda em 1842, constatamos gastos com dinheiro para consertar a Igreja, aquisição de alqueires de cal e pagamento dos sacos para o transporte da mesma, madeira e cipó para amarrar os andaimes. Em 1844, novas aquisições de cal para obra da Igreja foram feitas e inclusive a sua condução por vários tropeiros; e ao Tenente Francisco, pedreiro das obras, os dois negros de Salvador Gonçalves e um negro de José Manuel da Silva, que se ocupava do andaime. Neste momento, a fachada principal estava sendo pintada, com tintas cujo costume denominava tintas para "oliar" - com óleo de linhaça, e havia a participação de escravos nesses serviços. A lista inclui menção à aquisição de madeira, o cedro para a confecção de janelas, lixa e pregos para acabamento; neste sentido o quadro a seguir é bem esclarecedor.

QUADRO Nº 12 - AQUISIÇÕES PARA OBRAS - 1844

Drº cº Sacristão do ano de 1843 Liberasão de 5 de Fevereiro 1844	16$400
110 Alqueires de cal q~ Comprei pª obra da Igreja a 400	44$000
Dro de Condussão do mmo pago a varios Tropeiros a 400	44$000
Dro ao Temte Francco Pedreiro 52/2 das a 2$000	105$000
Dro a 2 Negros de Salvador Gonçalves, 85 dias a 280	108$800
Dro a hum Negro de Jose Mel da Sª no andaime 22 tos 500	11$000
Dro de Tintas pª oliar a frente da Igreja	16$800
Dro de oliar a frente ao Davi Mulato	9$800
Dro 5 Taboas de Sedro pª huma Janella da frente 800	4$000
Dº 2 Pares de Lixa e Pregoss pª a mma	1$000
Dº de Lavagje de Ropa da Igreja	2$560

Somma	415$580
A Receita pella soma enfrente	396$104
Encede a dispezas a Receita	19$476
Fabriqueiro João Joze da Silva	

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864, p. 88

Em 1848 foi adquirido outro sino, sendo as despesas assim registradas: [...] “Dispezas do 1º Trimestre de 1848, em que pagou a Condução do Sino novo [ilegível] 20$000 João José da Silva – Fabriqueiro” (TOMBO, 1845-1869, p.101). Em 1850, no trimestre isolado de 1º de outubro a dezembro de 1851, a Câmara ordenou ao Alferes Nuno dos Santos Pires entregar o valor de R$ 3674334 que encontrava-se em seu poder para a obra da Matriz, recebendo essa importância o Fabriqueiro João José da Silva (TOMBO, 1805 - 1864, p. 112).

As correições dos Juízes de Direito da Comarca também eram feitas nas Vilas no período colonial pelo Promotor de Capella e Residência quando do Termo de suas Visitas. O Termo de Visitas do Dr. Promotor de Capelas José Candido de Azevedo, datado de 25 de outubro de 1854, menciona:

> nesta Vila de Cunha Comarca de Guaratinguetá, em Casa da aposentadoria do Doutor Juiz de Direito da Comarca em Correição Afonso [...] de Negreiros Lobato e onde eu Escrivão interino ao diante nomeado Juiz [...] Menciona o documento da assinatura deste e outros livros pertencentes a Fabrica requerendo que se notificasse o Fabriqueiro da Matriz para apresentar os documentos que comprovam ter elle prestado suas contas desde o anno de 1830 até o presente (TOMBO, 1805 - 1864, p. 122 - 122v).

O interior das Igrejas no período colonial não possuía bancos ou cadeiras: algumas vezes poderíamos encontrá-los bem poucos ao centro e também junto às paredes, como já identificamos em fotos do interior da Igreja de Santa Rita em Paraty. Os fiéis ficavam de pé para assistir as Missas ou ajoelhados e quando cansados, conforme o ritual, sentavam-se no chão, sobre os assoalhos divididos em uma trama retangular que eram as sepulturas com números entalhados na própria tampa[404] em madeira na parte superior para evitar aberturas antes do tempo e na parte inferior recorte retangular, para inserir a chamada “chave de campa”, objetivando abrir as tábuas para novos sepultamentos. Quando esta divisão espacial possuía grades ou cancelas, nas cerimônias religiosas, os homens e mulheres de Irmandades ficavam acima das mesmas; e as mulheres, no centro da nave.

[404] As tampas das sepulturas em madeira, no formato de campas com incisões em números para identificação e o local onde eram inseridas as chaves das campas, eram chamadas de taburno (THESAURUS, 2004, GUEDES, ROQUE, GUERREIRO, p. 39).

Fig. 389: Manhã de Quarta-Feira Santa na Igreja de N. S. Mãe dos Homens no Rio de Janeiro

Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil
Jean Baptiste Debret

Fig. 390: Interior da Igreja de Santa Rita – Paraty - RJ

Fonte: Arquivo Noronha Santos
IPHAN - RJ

Era papel da Igreja patrocinar, através dos enterramentos no seu interior, "[...] a aproximação física entre mortos e vivos com base na doutrina do Purgatório, destino da maioria dos que enfrentavam o julgamento individual, logo após a morte" (REIS, 1991, p. 172). Segundo as Constituições, as sepulturas no interior e adro dos templos católicos eram consideradas um costume pio, antigo e louvável. Os quadros a seguir apresentam a localização espacial de enterramentos em Cunha, SP, entre 1855 e 1864, mencionando as receitas e despesas a eles relacionados.

QUADRO Nº 13
LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DOS ENTERRAMENTOS EM CUNHA – 1855 - 1864

Receita do 1º Trimestre do Anno de 1855	
Treze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de pai, mãe, filha, filho, sobrinho, Anjinho, sogra, irmão, inclusive com os locais "de Baxo do Coro", "Entre as Grades", Cova, Cruz e Vella.	
Dº de Joaqm de Seu Irman interrado, Entre as Grades Cova, Cruz e Vella	(p.131v)

Receita do 2º Trimestre do Anno de 1855	
Dezessete pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de "Pai", "Negra", "filha", "Cunhado", "Anjinho", filho, sobrinha "Criolinho", inclusive com os locais de "Baxo do Coro", do "Alco pª Baxo", Cova, Cruz, Vella, de huma Cova de Sacramto	
	(p.132v)

Receita do 3º Trimestre do Anno de 1855	
Dezessete pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de filho, finado Pai, mulher, Anjinho, "Creolinho", inclusive com os locais, de "Baxo do Coro", Entre as Grades, Cova, Cruz, Vella.	
	(p.133v)

Receita do 4º Trimestre do Anno de 1855	
Dezessete pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de sogra, “Creolinha”, filho, mulher, “Creolinho”, “criansa”, Anjinho, inclusive com os locais, de “Baxo do Coro”, “Entre as Grades”, Cova, Cruz, Vella.	
	(p.134v)

Receita do 1º Trimestre do Anno de 1856	
Treze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de filha, Anjinho, ‘huma Creolinha”, filha, filho, Neto, filho, sub^{ho}, filho, mulher, filha, filho, Irmão, inclusive com os locais: de Baxo do Coro, do Alco para Baxo.	
Dº de Joq^{m} Galvão de seu Irmão do Alco pª Baxo	2$320
	(p.135v)

Dispezas do 1º Trimestre de 1856	
P” Que dispendi na Obra da Matriz por ordem, do Juiz Municipal desta Villa Como Consta, do Seu ofisio de 17 de Dezembro, de 1855.	851$240
João Jose da Silva	
	(p.136)

Fonte: LIVRO 29 – TOMBO CUNHA, 1805 – 1864

QUADRO Nº 14
LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DOS ENTERRAMENTOS EM CUNHA – 1855 - 1864

Receita do 2º Trimestre do Anno de 1856	
Trinta e cinco pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramento de: filho, sogra, filho, filho, filho, filho, filha, pai, 2 Criolinhos, filho, Mãe, filho, Negra, filho, Negro, filho, filho, filha, hum Anjinho, filho, filho, filho, filho, filho, filho, seu mulato, filho, Subrinho, Anjinho, filho, inclusive com os locais: de baxo do Coro, do Alco pª baxo, entre as grades, enterrado fora.	
Dº de João Pires Querido, de 2 Criolinhos enterrado fora	1$000
Dº de Quintino Teras, de hua Negra de baxo do Coro	1$120
Dº de Manoel Marselino Duarte, 1 fº entre as grades	1$440
Dº de Luiz Galvão de hu Anjinho de Baxo do Coro	1$170
Dº de Galdino Luiz de 1 fº entre as grades	1$440
	(p. 134)

Dispezas do 2º Trimestre de 1856	
Pello que se pagou-se Ajustificação feita do Legado, dechado pello finado, Antº Joze de M^{co} Sampaio	17$760
Pello que pagou-se de ferro pª furar o Corro da Igreja	35$250
Pello que despendi mais na obra da Matriz Segundo a ordem do m^{mo} Juis Municipal, Constante do ofisio, do m^{mo} de 17 de Dez^{bro}de 1855, das férias apresentadas por Joze M^{el} de Sª	1.099$950
M. Receita pella soma infrente =	1.152$960
João José da Silva	
Fabriqueiro	(p.135)

Receita do 3º Trimestre do Anno de 1856	
Vinte e oito pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a interramentos de: filho, mulher, 1 Negro, 1 Creolinha, filho, 1 Creolinha, sua escrava, seu Negro, filho, 1 Anjinho, mulher, seu Mulatinho, mulher, mulher, filho, 1 Mulatinho, filho, filho, filho, 1 Agº, sua negra, filha, 1 Negro, filho, inclusive mencionando: Cova, Cruz e Vella	
	(p.137v)

Dispezas do 3º Trimestre de 1856	
Pello que despendi na obra, da Matriz Segundo, a ordem do Juis Municipal, como consta do seu ofisio de 17 de Dezembro de 1855	48$320
A Receita pella soma infrente	48$320
João José da Silva	(p.138)

Receita do 4º Trimestre do Anno de 1856	
Dezenove pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: hum negro, seu Negro, filho, filho, filho, seu Negro, 1 filho de cadavi na Capela Mor, mulher, filho, filho, Seu Negro, hum Negro,, hum Negro,, 1 Negro, filho, Creolinha, filho, mulher, filho., Inclusive mencionando os locais: de Baxo do Coro, Capela Mor, entre o Alco, entre as Grades, entre o Altar.	
Dro de Bonifácio Monteiro de 1 fº entre as grades	1$170
Dro Anto Mendes de seu Negro de Baxo do Coro	1$170
Dro de Bonifacio Monteiro de sua me entre o Alco	4$000
Dro de Herculano Je Vieira de sua mer entre o Altar	2$370
	(p.138v)
Dispezas do 4º Trimestre de 1856	
Pº que despendi na obra da Matriz	
Segundo a ordem do Juiz Municipal	
Como Consta de seu Oficio de 17 de Dezembro de 1855	27$200
João José da Silva	
Fabriqueiro	(p.139)

Receita do 1º Trimestre de 1857	
Dezessete pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: hum Anjinho, hum Criolinho, filho, filho, Anjinho, filho, filho, filho, subrinho, filho, filho, mulher, filho, criansa, seu Negro, filho, seu Negro, inclusive com os locais: Baxo do Coro, entre as grades, entre as grades.	(p.139v)

Dispezas do 1º Trimestre de 1857	
Pello que paguei, com o Conserto do Raio	
Cal e Pedreiros Segundo a ordem do Juiz Municipal,	
como Consta de Seu Oficio em Meu poder de 17 de Dezbro de 1855	11$800
João José da Silva	
Fabriqueiro	(p.140)

Receita do 2º Trimestre de 1857

Dez pagamento com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: 1 Criança, Pai, Seu Negro, filha, filha, hua Agregada, filha, sua filha, seu filho, inclusive com os locais: Baxo do Corro, entre as Grades.

Receita do 3º Trimestre do Anno de 1857	
Doze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: filho, filho, filha, hua criança, filho, hua criança, 1 criança, 1 criança, hum filho, 1 filho, inclusive com os locais; de Baixo do Coro, entre as grades,	
Pello que pagou Antº Galvão de 1 fº interrado de baxo do Coro, Cova, Cruz e Vella	1$120
	(p.140v)

Receita do 4º Trimestre do Anno de 1857	
Onze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: filho, mulher, 1 filho, Negro, 1 Negro, 1 Negro, 1 Criança, 1 filho, 1 filho, 1 filho, 1 criança, inclusive com os locais: entre as grades, entre as grades,	
Dº que pagou João José S. de 1 fº entre as grades	2$320

Receita do 1º Trimestre do Anno de 1858	
Doze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: filho, 3 crianças, 3 filhos, Mulato, 3 crianças, nos locais: entre as grades, Baxo do Coro,	
	(p.141v)

Receita do 2º Trimestre do Anno de 1858
Doze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: Mulata, 2 pai, seu Creolinho, filho, Negro, Criança, Agregada, Criança, Criança, filho, Criança, inclusive com os locais: entre as grades e baxo do Coro.

Receita do 3º Trimestre do Anno de 1858	
Quatorze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção à enterramentos de: filho, agregada, 3 filhos, hum Anjinho, inclusive com os locais de enterramento: Baxo do Coro, Entre as Grades,	
	(p.142v)

Receita do 4º Trimestre do Anno de 1858	
Dezessete pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: filho, Irmão, Agregado, Mulher, Criança, 1 Negra, inclusive com os locais de enterramento: Baxo do Corro, Entre as Grades,	
Dro de JoaqmRoiz hum fº de Baxo do Coro	1$120
	(p.143v)

Receita do 1º Trimestre do Anno de 1859	
Vinte e seis pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: “creança”, quatro filhos, 1 criança, 2 filhos, Negro, mulher, 4 filho, Irmão, Neta, Negro, Mulher, Pai, 2 criança, filho, subrinho, filho, Negro, inclusive com os locais de enterramento: baxo do coro, entre as grades.	
	(p.144v)

Receita do 2º Trimestre do Anno de 1859	
Oito pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: criança, filho, quatro crianças, inclusive com os locais de enterramento: Baxo do Coro,	

Receita do 3º Trimestre do Anno de 1859	
Oito pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: quatro crianças, Pai, deis crianças e um filho, inclusive com os locais: Baxo do Coro.	
Dº de Anᵗᵒ Roiz de huma Criança de Baxo do Coro	1$120
Dº de João Pires Querido de huma Criança do.de	1$120
	(p.145v)

Receita do 4º Trimestre do Anno de 1859	
Treze pagamentos com nomes de familiares, fazendo menção a enterramentos de: vigário, criança, 3 filho, 2 Anjinhos, mulher, 1 filho, subrinho, inclusive com os locais: entre as grades, Baxo do Coro	
Dº do finado Vigario Mᵉˡ Roiz da Sª	9$440
Dº Joaqᵐ Jᵉ da Cruz de sua mᵉʳ entre as Grades	2$320 (p.146v)
V. em Corrⁿ em 1864	
Observem-se o Prem	
C. Campos	(p.147v)
Pg. Dois mil quinhentos e quarenta reis de Sellos de.....	(p. 148)

Fonte: Livro Pastoral de Cunha, 1805 - 1864

Em 1855, uma descarga elétrica atingiu a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, embora não esteja mencionado o local exato e que partes da igreja foram danificadas. O Fabriqueiro João José da Silva fez registrar o fato nas Despesas do 1º Trimestre de 1856 e do 1º Trimestre de 1857: “[...] Pelo que paguei, com o Conserto do Raio. Cal e Pedreiros Segundo a ordem do Juiz Municipal, como consta de seu Oficio em Meu poder de 17 de Dezbro de 1855 – 11$800 reis” (TOMBO 1805-1864, p. 136, p. 140).

Consta do Livro 45, de Provimentos de Visitas Pastorais – 1853-1857, que em 25 de janeiro de 1854 foi realizada pessoalmente Visita à Igreja Matriz da Vila de Cunha, em presença do Reverendo Pároco encomendado[405] Manoel Rodrigues da Silva. Houve recomendação para a substituição dos vasos dos Santos Óleos, anteriormente de folha de Flandres, considerada imprópria para contê-los; e que, da quarta parte que fosse oferecida para a obra do frontispício, deveria ser retirado o dinheiro preciso para comprar os vasos de prata.

[405] O vigário encomendado era o sacerdote provisório que atuava em comunidades e vilas ainda sem provisão de paróquia constituída. Eram assim chamadas por serem solicitadas pelas comunidades. Seu sustento era obtido através de cobrança de taxas da população pelos serviços que eram prestados e não eram funcionários públicos, diferente dos vigários colados que recebiam salários do Governo.

Observamos que o documento faz menção à existência somente de dois retábulos na nave da Igreja, os quais ainda não possuíam nomes, conforme sua configuração atual, por tratar-se de Igreja que teve início ainda na primeira metade do século XVIII. Sua tipologia arquitetônica obedecia ao padrão das antigas Matrizes do período colonial: ainda permanecia a capela-mor muito escura, razão pela qual foi recomendado que comprassem telhas de vidro, para iluminar melhor as galerias superiores das tribunas da capela-mor, em suas seis janelas.

Fato inédito é a identificação da presença da imagem de Santo Antônio, também colocada em uma peanha à direita do retábulo-mor, situação que se repete em Paraty, nas Igrejas de Santa Rita (à direita) e Nossa Senhora do Rosário (à esquerda); e em Guaratinguetá, no retábulo-mor, como orago da Igreja; em Taubaté, na Igreja de São Francisco das Chagas (à direita) e em Florianópolis, na Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, em um retábulo (à esquerda) junto ao arco-cruzeiro, no lado do Evangelho. Esta composição e ordenação nesses espaços religiosos pode ser atribuída à influência e sugestão de um grupo ou ordem franciscana:

> [...] Temos as alfaias, ornamentos, Missaes, Calices, ambulas, Custódias, não tendo nada a notar. Existem dois Altares q~ha nesta Igreja e tiramos hua Imagem do S^{or} Crucificado com defeito a ser enterrado em baixo do Throno. A Capela-mor da Matriz é muito escura, por isso mandamos que do dinheiro que deixamos se comprasse telhas de vidro p^{a} collocar quantas bastem frontaes as janelas da mesma Capela-mór. Tão bem achei a Imagem de Santo Antonio collocada a direita do Altar-mór muito negra. Do mencionado dr^{o} se tirará p^{a} novo incarne, e depois de benta, concedemos 4 dias de Indulgências a quem devotam^{te} rezar o Responsorio do mesmo Santo diante da Imagem. Todo o dinheiro, q deixamos é 197$720 r^{eis} O restante applicarão, não para festas, mas para alguã outra cousa que servir a Igreja (PASTORAIS, 1853-1857, p. 14-15).

O Sacristão também deveria obedecer à Constituição do Bispado no que concerne à abertura da Igreja Matriz, seus horários e dobres de sinos:

> [...] O Sacristão, segundo a Constituição do Bispado sempre abrirá a Matriz as tardes hua hora pelo menos para os fiéis q. quizerem adorar o SS^{mo} Sacram^{to}, ou outra qualquer devoção. Deixamos hum Cathecismo pequeno aos Revd^{os} Parochos, pelo q. ensinará aos domingos a Doutrina aos meninos e escravos (PASTORAIS, 1853 - 1857, p. 14v).

Cabia aos visitadores e ministros eclesiásticos zelar pela decência das imagens e templos religiosos, conforme determinava a Constituição do Bispado, sendo considerado indecentíssimo estar na Igreja o Santíssimo Sacramento exposto, sem a devida licença e higiene, assim como das imagens que povoam os retábulos e seu interior. Este motivo levou ao surgimento das capelas do Santissimo Sacramento, que logo foram sendo implantadas nas laterais das Igrejas do período colonial.

> [...] Sendo pelos abusos q. há nas eleições indescentes fizemos anotar na Igreja para q. o SSm^{o} Sacram^{to} e outros signaes de nossa inspeção as

> mesmas Imagens de Santos mandamos debaixo da restricta responsabilidade do Revndº Parocho, que dicta a Missa, se tire o SSmº Sacramtº para outro lugar conveniente ou Capella, e todas as Imagens até que seja acabada melhor (PASTORAIS, 1853-1857, p. 15).

Observamos que em 1854 a Igreja de Nossa Senhora do Rosário não estava concluída, sendo sugerida a retirada das suas imagens e pertences, não podendo ser realizados atos religiosos até que fosse reedificada e se pedisse provisão de benção, com informações do Pároco sobre sua decência, bem como a apresentação de seus Compromissos para aprovação.

Embora a data de sua primitiva construção seja 1793, conforme está inscrita em um filactério[406] em argamassa sobre a verga da porta principal da Igreja, segundo informações constantes do Jornal "O Cunhense", nº 14, datado de 1878, em sua página 03, a Igreja do Rosário teve seu altar bento em 1804.

> A Egreja do Rosário, que foi edificada com o producto das esmollas dos devotos pretos, cujo altar-mór benzeo-se em 1804, como consta do respectivo livro da irmandade, necessitando de grandes reparos, está actualmente em obra e a frente della o incansável Thesoureiro B. Rodrigues da Silva, que não tem poupado esforços á realisar taes reparos. A' esta obra o nosso prestimoso conterrâneo J. A. Pereira Querido, adiantou de seu bolço aquantia de um conto e tanto, pelo que é digno de louvor (O CUNHENSE, 1879, nº 14, p. 3).

Observe-se que estiveram comandando essas obras o Tesoureiro e os Srs. Balthazar Rodrigues da Silva e José Augusto Pereira Querido, ambos naturais de Cunha. Segundo Veloso, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos teve como fundador o Coronel José dos Santos Souza (VELOSO, 2010, p. 205).

Em 1855, através de ofício datado de 29 de março, solicitou-se a intercessão junto à Assembleia Provincial objetivando apoios financeiros à Rua Direita, para aterros na referida rua e reparos nas calçadas arruinadas. Essa rua era o primitivo acesso das tropas que vinham de Paraty para Cunha e seguiam em direção à Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, sendo, portanto, o antigo percurso do Caminho do Ouro ou Estrada Real. Diz o ofício:

> A Câmara Municipal solicita ao Dr. José Antonio Saraiva que interceda junto à Assembléia Provincial a fim de decretar lei que dê alguma quota para a rua Direita, mormente a sua entrada na extensão de 60 braças em estado lastimável, quase intransitável, com profundidade de braça e meia de cada lado, devido ao transito das tropas e bem assim as chuvas. A Câmara Não tem fundos. E já tem solicitada ajuda dos governos anteriores, e solicita algum fundo para essa obra de utilidade pública e de gravíssimo perigo. Que as ruas e o templo do Rosário estão quase a

[406] Ornamento em forma de fita esvoaçante, ondulada ou plana, com as pontas recortadas, algumas vezes decoradas, apresentando uma inscrição emblemática, data ou dístico. Foi muito frequente sobre as vergas das portas e portadas das Igrejas, pode aparecer nas mãos de anjos e pinturas de forros. Tem origem nos pergaminhos usados pelos Judeus nas orações das manhãs.

> desmoronar “pois a torre já está pensa, única mão travessa para rua, tanto que já conduzirão as Imagens para a Matriz”. E com 1000$000 réis se poderá aterrar pelo menos a entrada da dita rua e repararem as calçadas arruinadas[ilegível]JoaquimJosé de Siqueira França, Francisco José da Silva, Bernardo José Ribeiro, Antonio M. Alves de Andrade, José Vaz Pinto Villela (DAESP, Ofício Diversos. Cunha, 1850-1855, C00997).

Segundo Veloso, o sino desta Igreja foi uma doação do Sr. José Pinto Rodrigues e, em 1902, a Igreja passou por novas obras, reparos internos e de pintura, envolvendo inclusive o telhado e o assentamento do lajeado em pedras na calçada, ainda visíveis até os dias atuais.

> O empreiteiro dessa obra foi um senhor de nome Leonório, que contratou os serviços de tropa do Sr. Marcolino Veloso para transporte das ditas pedras. Este último, juntamente com o irmão José Veloso e o cunhado Filhinho, utilizaram seis bois e bestas que puxaram as pedras em “zorras”, atreladas aos animais. As pedras vinham da grota de São Benedito (sítio do Dr. José Serafim), e ara com muita dificuldade que os animais subiam o morro do Chico Pedreiro (Av. Tiradentes). Houve relativa demora nesse trabalho, haja vista ser feita apenas uma viagem ao dia, dada a morosidade e dificuldade enfrentada em decorrência do percurso acidentado. Para a colocação das pedras viera de Paraty, o Sr. José Português – prático nesse oficio. Contudo, esse oficial não pode terminar o trabalho, vindo a falecer por intoxicação, depois de certo tempo. Substituiu-o o Sr. Caetano Madeira, que finalizou a obra (VELOSO, 2010, p. 281).

Na documentação pesquisada para Monografia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, intitulada “A Irmandade de Santa Rita de Paraty, sua igreja e imagens”, encontramos menção ao Sr. Caetano Madeira trabalhando na Igreja de Santa Rita no final do século XIX e início do XX. Esse templo, segundo se observa em sua fachada, passou por intervenções que foram registradas em seu frontispício com as datas 1793, 1887, 1974, 1998 e 2005. Encontramos no arquivo do IPHAN em São Paulo preciosa documentação fotográfica - do fotógrafo que trabalhou na antiga SPHAN, Geraldo Graeser - datada de 1931, registrando cenas do interior da igreja, em que aparecem os retábulos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Chama atenção nas fontes documentais pesquisadas que a construção, em 1804, dos mencionados retábulos bentos, conforme identificado acima, obedeceu ao repertório utilizado na talha da capela-mor e nave da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha: embasamento reto, elementos de sustentação com a adoção de colunas torças e das estriadas, de formas estilizadas, com decoração em palmetas nos fustes. Os elementos estão assentes em mênsulas, com enrolamentos para o interior. No coroamento também são visíveis o resplendor com o Divino Espírito Santo, alguns elementos sinuosos com terminações em volutas, além da tarja que encima o arco do

camarim, com o anagrama de Maria[407]. Enquadram as extremidades junto ao forro[408] dois abacaxis estilizados, semelhantes aos existentes no forro na nave da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Paraty, para suporte da corrente do lustre central.

O retábulo de São Benedito passou, algumas décadas atrás, por grandes intervenções, como pode ser visto nas fotografias pesquisadas. Seu embasamento reto com banqueta e mesa em forma de urna também servia para apoio das quatro colunas retas e estriadas com entablamento estilizado, que anteriormente apoiava coroamento inspirado nos dois retábulos da nave da Igreja Matriz de Cunha - em cujas amarrações laterais estão duas volutas estilizadas com as terminações encimando um arco em forma de canga que fecha a composição, tendo ao centro o resplendor do Divino Espírito Santo (Figs. 393, a seguir).

Fig. 391: Capela mor da igreja de N.S do Rosário – Cunha - SP

Fonte: Germano Graeser, 1939. Arquivo IPHAN, SP

Fig. 392: Suporte para lustre – Igreja de N.S. do Rosário de Paraty - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Esse resplendor agrega elementos dos resplendores usados nas igrejas que são objeto do nosso estudo: o bloco de nuvens de forma circular, com raios a toda a volta; e o triângulo que representa a figura do Deus Pai, desta vez com a pomba do Divino Espírito Santo. Este mesmo elemento pode, em outros casos, aparecer com o olho da verdade no seu interior ou pequenas chamas para as três pessoas da Santíssima Trindade, como é o caso do retábulo-mor da Igreja de S. Francisco das Chagas, em Taubaté.

[407] Anagrama: Palavra ou frase formada pela transposição das letras de outra palavra ou frase. No coroamento dos retábulos, elementos decorativos, toalhas, objetos, pinturas, molduras, são visíveis os ornamentos com as iniciais das imagens, proprietários e invocações. A mais comum delas é o AM, que simboliza a Ave Maria ou Maria.

[408] O forro original em suave abóbada de berço foi substituído por forro plano.

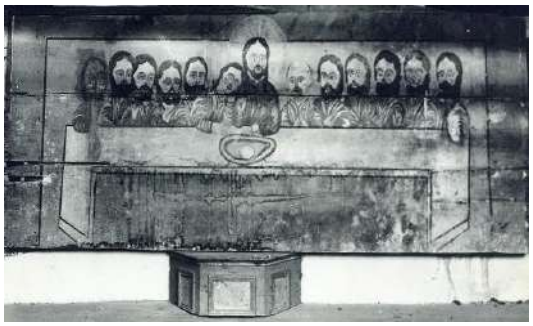
Fig. 393: Retábulo de São Benedito da Igreja de N. S. do Rosário de Cunha - SP

Fig. 394: Igreja Matriz de N.S da Conceição, Cunha - SP

Fonte: Germano Graeser - 1939 Arquivo IPHAN/SP

Chama atenção nas pesquisas realizadas a presença em fotografias de quatro telas de Passos da Paixão que integravam as cerimônias da Semana Santa de Cunha: Santa Ceia, Horto das Oliveiras, Ecce Homo e subida para o Calvário, além das imagens de vestir, ainda utilizadas até os dias atuais, nas procissões da Prisão, Encontro e Enterro.

Figs. 395, 396 e 397: Telas dos Passos – Subida para o Calvário, Horto, Santa Ceia e Ecce Homo



Fonte: Germano Graeser - 1939 Arquivo IPHAN/SP

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá

Contemporânea da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, também foi fundada ainda na primeira metade do século XVII a Freguezia de Santo Antonio de Guaratinguetá, elevada à categoria de Vila em 13 de fevereiro de 1651. Seus primeiros povoadores, ao receberem as sesmarias, estabeleceram-se na região do Vale do Paraíba;

e como já era usual, eram emanadas através do poder instituído e instalado nas sedes das Casas de Câmaras e Cadeia, as primeiras diretrizes para controle do povoado.

Foi também a Igreja suporte ideológico do colonizador, que em paralelo às determinações eclesiásticas fez surgir no litoral e interior do Brasil as primeiras capelas que, instaladas nos cumes das montanhas, remetem ao que nos esclarece Mircea Eliade ao tratar do simbolismo do Centro do Mundo:

> O mesmo simbolismo do Centro explica outras séries de imagens cosmológicas e crenças religiosas, entre as quais vamos reter as mais importantes: (a) as cidades santas e os santuários estão no Centro do Mundo; (b) os templos são réplicas da Montanha cósmica e, consequentemente, constituem a "ligação" por excelência entre a Terra e o Céu; (c) os alicerces dos templos mergulham profundamente nas regiões inferiores. Alguns exemplos serão suficientes. Em seguida trataremos de integrar todos esses diversos aspectos de um mesmo simbolismo; veremos então mais claramente como são coerentes essas concepções tradicionais do Mundo (ELIADE, 2013, p. 40).

A Freguesia de Santo Antonio de Guaratinguetá surge neste contexto, inicialmente no alto de uma colina, com uma pequena capela coberta de palha e de "parede de mão", conforme consta do Livro do Tombo nº 02, datado de 1757-1858 e assim registrado:

> Titulo da Matriz, Fregª de S. Antº de Guarª...Tem trez Irmandes Eclas com Compromisso como estitº pellos se declara teve principio esta Freguesia mais ou menos em 1630, sem ser desmembrada deoutra Fregª, sendo aqeª Igrª de palha, e parede de mão, no lugar que hoje é o Adro [...] Para o sul tem sinco Legoas calgús moradores poucos seis Legoas e parte com a Fregª do Facão, desmembrada desta, E a diviza do Rio de Paraitinga Pª o Norte E certão e tem moradores até Sinco Legoas, despersos por toda a mãe Fregª (TOMBO, 1757-1858, p.1).

Em 1770, a igreja se encontrava em estado precário, necessitando de obras de conservação, na época consideradas de reedificação, conforme foi constatado pelo Reverendo Visitador Policarpo de Alves Nogueira; foi então solicitada uma arrematação judicial, autorizada com a assistência do senado e Oficiais da Câmara para maior validade, ordenando ao porteiro do Juízo Ordinário João Barreto de Menezes a transcrição com pregão de renda e arrematação. Diz a petição dos Autores:

> Dizem o Capitão-mor Manoel da Silva Reis e o alferes Manoel Alves Franco da Vila de Guaratinguetá, o que sendo-lhes encarregado pelo Reverendo Visitador Policarpo de Alves Nogueira, em visita à dita Vila, em concordata dos oficiais da Câmara, e bens do povo dela a reedificação da Igreja Matriz pela danificação em que se achava por sua antiguidade para o que fabricou capítulos condecentes [sic] ao tal fim em razão dos tempos e sua decadência (PROCESSO, DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 8v-9).

Segundo o libelo cível na ação processual, o Capitão-mor Manoel da Silva Reis e o Alferes Manoel Alves Franco, procuradores, zeladores e administradores da obra da

nova Matriz estavam contra os Irmãos do Santíssimo Sacramento[409] da Vila de Santo Antonio.

A constatação do estado de decadência em que se encontrava o corpo da Igreja Matriz fez estabelecer obrigações e compromissos após a convocação do Juiz Presidente e mais Oficiais da Câmara para uma concordata feita na Capela-mór, onde foi exposta aos paroquianos a necessidade das obras da Nova Matriz, iniciadas em 1771 e prolongadas até 1774. Nesses anos foram os Provedores[410] que contribuíram com esmolas, conforme o costume da época – sendo que estas ficavam em poder da Irmandade.

Embora a Irmandade mais antiga de Guaratinguetá, segundo o "Título das Irmandades ou Confrarias e suas penções", conforme consta do seu Livro de Tombo, tenha sido a de Santo Antonio, fundada em 1701, o ambiente da capela-mor estava a cargo e responsabilidade da Irmandade do Santíssimo Sacramento[411], instituída em data posterior, 1714, conforme se verifica:

> [...] e concordarem a respeito de contar-se se aplicado as esmolas dos Irmãos Provedores e rendimentos dela para a obra do corpo da Igreja, desta Matriz, por não constar de termo algum, nos livros desta Irmandade, desse a dita Irmandade consentimento para a aplicação de tal esmola, quando é certo não dever ter lugar a tal aplicação, pela razão de estar a Capela-mor à cargo da dita Irmandade e o reparo dela, e para que a todo o tempo conste desta concordata, foram chamados todos os Irmãos que se acharam presente nesta Vila à presente mesa, e nela votaram sobre o exposto (DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 7-8).

Como já dissemos anteriormente, o ambiente da capela-mor era sempre considerado como de mais destaque nas Igrejas: este assume papel especial nas antigas Matrizes do período colonial, principalmente pelas Irmandades do Santíssimo Sacramento, nas cerimônias de Adoração Perpétua e na Quinta Feira Santa, durante a Guarda do Santíssimo até às 15 horas da Sexta Feira Maior.

---

409 Réus citados: Antonio da Silva Bravo, Domingos Gonçalves, Domingos Rodrigues Sanches, o Capitão Galvão de França e Antonio de Espindola Castro.

410 Gonçalo do Rego Barbosa com Manoel Pereira Fialho, Sebastião Francisco Pereira com João Soares Machado, o Capitão Luiz Dias de Almeida com Amaro Barbosa de Vasconcelos, e o alferes Domingos Rodrigues Sanches com Francisco Alvares de Araujo, dos quais só cobraram os Autores de Gonçalo do Rego Barbosa e Sebastião Francisco Pereira, e o mais que os ditos Provedores deram de esmola, conforme o costume, se acha em poder da dita Irmandade, ou em dinheiro, ou em créditos que passaram os ditos Provedores. (PROCESSO, DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 2v).

411 Como Capelão da Irmandade do Santissimo Sacramento Antonio Antunes de Campos. Luiz Dias de Almeida,Bernardo Pereira da Silva, Manuel Antonio dos Santos, Antonio José da Silva Antunes, Pe. José Soares Leite, Luiz Ramos Barbosa, José Galvão de França, Antonio da Mota Barros, Domingos Rodrigues Sanches, Francisco José Pereira, Inácio José Ferreira Coutinho, Manoel da Silva Neves, Antonio Cordeiro Coutinho, Antonio Pereira Leite, Matias Pires de Souza, Antonio de Moura, José Gonçalves da Cruz, João da Silva Cavaco, Antonio (ilegível) da Costa Cruz, Domingos Gonçalves,Manuel Garcia de Souza, André de Matos Faria, Angelo José Bittencourt, Manuel Soares dos Santos, José Pinto de Gusmão, Tomaz Pereira, Manoel Pires Romeiro, Gaspar Vaz de Siqueira, Manuel José Bittencourt, Manuel José Teles, Matias Barbosa Vilela da Silva,Inacio Bicudo Leme, Manuel Nogueira da Silva, Francisco da Silva de Siqueira, Manuel Gonçalves Franco, Manuel Rodrigues da Fonseca, Antonio Alvares de Toledo, Manuel Martins de Brito (DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 7v).

Em um local onde os símbolos eram utilizados para intenção e catequização chama atenção a decoração do arco cruzeiro, que já remete a um possível impacto visual, com a tarja central, face interna no arco e seu intradorso - nos quais ainda é possível visualizar os entalhes em *rocaille* com os símbolos marianos (Matriz de Cunha) e seu ostensório ladeado pelas aletas, como ocorre nas Matrizes de Cunha, Guaratinguetá[412] e Taubaté, "esta última já desaparecida, como salientou Oliveira: "Essa primordial composição ornamental, além de possuir forte impacto visual, tem o mérito de integrar visualmente as decorações da nave e da capela-mor" (OLIVEIRA, 2003, p. 188-189).

No ano de 1772, o Mestre Carpinteiro Matheus Machado Pacheco arrematou em hasta pública as obras da Igreja Matriz de Santo Antonio por 2.870$000, conforme risco apresentado pelos Administradores ao Capitão Mór, Manoel da Silva Reis e Juiz de Orfãos Manoel Alves Franco[413], "[...] dando-lhe as condições que lhe parecessem necessárias para melhor êxito da dita obra" (DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 10v). Em 1760, Pacheco já havia trabalhado em Campanha, MG, em seu Ofício de Carpinteiro, assim registrado: "[...] 1760 - ...casado, morador neste arraial e natural da Ilha de São Jorge, que vive do seu officio de carpinteiro, de edade de 45 annos" (Lº de "Devassas, fls. 164, arquivo da Cúria de Mariana, apud MARTINS, 1974, p. 100, VOL. II). Em 13 de abril de 1789, passou a integrar a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Guaratinguetá, pagando suas anuais de 1790 a 1797 (LIVRO CAIXA, 1789, p. 69).

O auto de arrematação de 1772 é muito elucidativo a esse respeito e nos deixou informações preciosas sobre os ambientes e modenatura arquitetônica, definindo

> [...] que terá o corpo da Igreja cento e trinta palmos de comprido e cinqüenta de largura e cinquenta e cinco de altura, sendo os alicerces de dez palmos craveiros[414]em quadra, tendo os thaipais de largura fora dos alicerces seis palmos com corredores de uma banda e de outra, os quais terão dez palmos de vão e as paredes dos ditos corredores terão quatro palmos e meio de grossura, os quais corredores serão assoalhados por cima e terá a Igreja cinco janelas rasgadas por banda, e outras tantas ou corredores sendo as ditas janellas com seus parapeitos e pela parte de fora dos corredores terão outras tantas janelas correspondentes às de cima e o frontispício da Igreja terá quatro janelas com a das torres e no meio o seu óculo e o madeiramento da Igreja será coberto com guarda-pó. Terá dois púlpitos com suas cúpulas e pé, tudo refendido. A porta

[412] A decoração da tarja compõe-se de um cálice com uma hóstia, vendo-se os braços de Santo Antonio em alusão ao momento da consagração, vocação ao Santíssimo Sacramento e conversão à fé na presença real de Cristo. Nas ilhargas do arco cruzeiro e do transepto há uma talha de data posterior onde verificamos símbolos litúrgicos: fé, esperança e uma cornucópia, símbolo e atributo da fortuna está associada à abundância e colheita farta, aparece nas igrejas de forma retorcida também portada pelos anjos tendo ao centro uma vela. Em suas origens era considerada com chifre da cabra Amaltéia ou do deus do rio Aquedaoo que foi quebrado por Hércules em uma luta.

[413] Em 1773, era vigário na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Antonio Antunes de Campos, como Irmão Provedor Dr. Luiz Dias de Almeida e como Escrivão Bernardo Pereira da Silva, como Thezoureiro Manuel Antonio dos Santos e como Procurador Antonio José da Silva.

[414] Na Idade Média, aquele que fabricava cravo, ou "prego" para ferraduras. O significado de craveiro pode ser atribuído também ao "palmo" que tem 12 polegadas e da "braça" que tem 10 palmos.

> principal será de almofadas e refendidas, assim como todo o mais que forem necessários, menos o refendimento, porém serão todos de voltas com cimalha por cima.Terá seu coro com duas escadas, o qual será direito e com grades torneadas, além disso terá mais uma pia batismal que levará grades torneadas, cujas grades chegarão ao côro e o assento da pia ficará na altura de trez degraus. O frontispício da Igreja será de cimalha, que irá atornear nas torres e as beiradas dos corredores serão de cachorrada forrada por baixo e além dessas condições se há de expressar mais alguma declaração que for precisa a beneficio da melhor forma da dita Igreja. A qual deve ser entregue de portas fechadas e o arrematante a põe capaz de receber feita (PROCESSO, DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 10v-11).

As informações constantes da arrematação para as obras realizadas a partir de 1772 ajudaram a compor uma construção religiosa que, embora adotando técnicas construtivas tradicionais em seu embasamento e alicerces, como a taipa de pilão, tinha modenatura[415], segundo se verifica, inspirada em um protótipo de fachada que podemos situar, em nossa área de estudos, com fortes semelhanças com as da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, da Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté, da Basílica Velha de Nossa Senhora de Aparecida e da Igreja de N. S. das Dores em Paraty, como vimos acima, antes das intervenções sucessivas pelas quais todas passaram. A fachada da igreja de N. S. das Dores de Paraty não foi alterada.

Devemos ressaltar que, ao examinar as gravuras do pintor austríaco Thomas Ender, que em 1817 retratou as mencionadas igrejas antes das intervenções realizadas nos séculos posteriores, verificamos que as fachadas das mesmas possuíam frontão curvo ladeado por coruchéus com óculo quadrilobado no tímpano, uma porta principal almofadada e três janelas rasgadas no pavimento superior, também almofadadas com parapeitos torneados, abrindo para o coro e perfazendo um total de quatro janelas com a da torre - podendo possuir uma ou duas torres. Observe-se que a adoção de cimalhas servindo de adorno aos elementos das torres também nos remete aos primeiros beirais de cachorros forrados por baixo na fachada externa, surgindo o primeiro perfil de cimalha simples - que nos séculos seguintes ficaria mais elaborado (Figs. 398 e 399).

[415] Modenatura = perfil arquitetônico formado por suas linhas estéticas através das molduras.

Fig. 398: Igreja de Santo Antonio - Guaratinguetá, no Paraíba, 1817. Thomas Ender - Aquarela

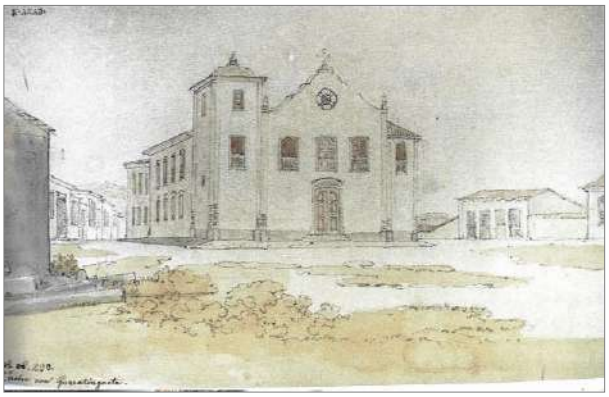


Fig. 399: Vista da Igreja e Capela de N.S de Apparecida, 1817. Thomas Ender - Aquarela

Fonte: Academia de Artes de Viena - Austria

No que concerne ao interior das igrejas havia uma preocupação com a instalação dos forros e dos assoalhos, sendo estes dispostos em trama, com os tampos para servir de sepultura; e também com as ferragens necessárias à obra. As Igrejas de Serra Acima, assim como as do litoral de Paraty, possuem plantas de nave única e capela-mor menor e um pouco mais profunda. Em reformas posteriores foi introduzido o transepto na Matriz de Santo Antonio e Basílica Velha, para onde foram deslocados os retábulos colaterais de canto de N. S. das Dores, no lado da Epistola e de N. S. do Rosário, no lado do Evangelho - conforme se constata no corte diagonal, ainda visível junto ao entablamento dos dois retábulos. Como salientou Percival Tirapeli,

> As igrejas de nave ampla e corredores laterais abertos com arcos, na sua maioria reformadas, apresentam a capela-mor menor que a nave única principal e altares tanto na nave principal como no transepto. Há também as igrejas que atualmente apresentam uma nave única, ampla, e aberturas posteriores na taipa simulando três naves que, anteriormente, possuíam corredores laterais fechados. Durante as reformas, abriram-se arcos e, desta maneira, atualmente elas têm uma nave e dois corredores amplos (TIRAPELI, 2014, p. 69).

Para Benedito Dubsky Coupê essas reformas ocorreram no século XIX, e segundo o autor se justificam como segue: “[...] Ainda no final do século XIX houve abertura dos arcos nos corredores laterais, abrindo-se as tribunas superiores para as distintas famílias assistirem comodamente a solenidades maiores” (Coupê, 1978 p. 3).

Fig. 400: Detalhe do entablamento do retábulo de N.S das Dores da Matriz de Santo Antonio em Guaratinguetá, SP onde são visíveis os cortes em diagonal

Fig. 401: Detalhe do entablamento do retábulo de N.S do Rosário da Matriz de Santo Antonio em Guaratinguetá, SP onde são visíveis os cortes em diagonal

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

A igreja Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá havia sido construída de taipa de pilão com o corpo em nave única, já estando a capela-mor forrada por cima, com sancas e painéis pintados indo o forro do arco até as grades, não estando ainda forrada a sacristia, mas já definido o Consistório da Irmandade do Santíssimo e a Casa da Fábrica. Nessa época, possivelmente devido ao isolamento e à dificuldade de canteiros, a pia batismal era de madeira, como ocorreu com a Capela de Santana do Paraitinga. Na época, verifica-se que existiam apenas dois sinos, um meião[416] e outro pequeno.

Dessa forma constata-se que elementos e resoluções arquitetônicas muito similares, existentes nas diferentes igrejas, na ocasião, eram resignificados, permanecendo as similaridades das informações. Para a fatura da obra da Igreja, adições de esmolas eram prometidas e constavam dos Livros de Receita e Despezas. Chama atenção o fato de que em 28 de maio de 1774 foi registrada “[...] uma esmola de um boi e outra de três cabeleiras que tudo consta no mesmo livro” (PROCESSO, DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 12). Faz menção a documentação consultada, no que concerne ao interior da igreja, à instalação de dois púlpitos “[...] com suas cúpulas e pé, tudo refendido” (PROCESSO, DAESP, 1770, CAIXA 122, p. 10v-11). A porta de acesso ao púlpito ainda

[416] *O sino meião é o sino médio do campanário. Segundo a tradição os repiques e dobres são realizados geralmente com três sinos que dialogam entre si: o “primeiro” é o mais agudo para a “marcação”, o “médio”, chamado de “meião”, realiza a pergunta e o grande responde. Os sinos eram benzidos pelos bispos em ritual próprio, incluindo recitação de sete salmos, com água benta, unção, incenso e leitura do Evangelho.*

é a original, almofadada, com seu tambor e bacia, com decoração acantiva e querubins[417]. Observe-se que do abaixa-voz ou "cúpula" original só permaneceram a pomba do Divino Espírito Santo, após reformas que foram empreendidas no século XIX. A pia batismal, segundo a arrematação, deveria estar assente entre as grades e com destaque de três degraus em sua altura, conforme determinavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1853.

Figs. 402 e 403: Púlpito e abaixa-voz da Igreja Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá - SP e Detalhe da bacia do púlpito

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas – 24/03/2009

Na busca de sua autonomia no período colonial, inclusive para limitar o poder do vigário nos assuntos das irmandades, estas discordavam do poder eclesiástico:

> Aqui, tanto o poder eclesiástico como o temporal, se achavam de acordo, procurando um e outro combater o espírito de independência que se manifestava em várias irmandades. Estas, por sua vez, também tentam escapar ao controle dos Vigários que, por mais próximos, procuravam de todas as formas colocar esses grupos sob a sua jurisdição. As confrarias, por sua vez, tentavam transformar os padres em elementos contratados, pagos para exercer funções determinadas (SCARANO, 1975, p. 21).

A Coroa, ao combater as intenções de independência, exigia que os Compromissos fossem enviados para Lisboa para receber confirmação pela Mesa de Consciência e Ordens. Um instrumento que também auxiliou muito nessas questões foi o Livro de Tombo, que na Vila de Guaratinguetá é antecedido por Diversas Pastorais relacionadas a embriaguez, modo de pregar, altar portátil, oblações, padrinhos, vinho para

[417] Essa decoração em folhas de acanto inicialmente serviu de inspiração aos artistas para ornar capitéis das colunas de ordem coríntia e compósita da arquitetura clássica, detalhes arquitetônicos, retábulos podendo aparecer em pinturas, azulejos e decorações da talha. Seu nome vem do grego "*AKANTHA*", que deriva de espinho ou planta espinhosa. Existem dois tipos: o cultivado e o silvestre, que serviu de modelo para os escultores. O cultivado inspirou os artistas gregos.

o sacrifício, bênçãos de capelas, provisão de oratórios e ereção de cemitérios, entre outras. Nesse contexto fala por si só o documento, na sua parte 2:

> Daqui para diante fará o R^{do} vigário o Tombo dessa Matriz, seguindo a norma, q a este Rev^{do} mandou o Exm^{o} Snr. D. Bernardo Roiz Vigario da Gloriosa memória expressando todas as couzas com individuação. Cabem do que elle detreminou sobre as Irmdes lhe ordeno ponha cada hua dellas em folhas distintas, expressando em cada huma q.^{do} teve principio e provisão com q. foi erecta se tem ou não compromisso: que missas e obrigaçoens pias tem cada huma. No regresso da visita me apresentara este L^{o} p^{a} ver se tem.....ao q. se lhe ordena. Guar.^{tá} em visita de 2 de Ag^{to} de 1757 (TOMBO, 1757-1873, p. 90).

É através dos registros no Livro do Tombo datado de 1757-1873, cujo relato reporta a presença das Irmandades no interior da Igreja Matriz de Santo Antonio, que verificamos a possibilidade de montagem e comportamento espacial do início da primeira metade do século XVIII até a segunda do Século XIX, também na Vila. Nessa época a Vila de Santo Antonio já realizava os Festejos do Divino Espírito Santo, uma das grandes festas locais; segundo observamos é neste período que o retábulo do Divino Espírito Santo vem ocupar o espaço da nave da Igreja.

Há questionamentos sobre a irreverência e trato da imagem do Menino Deus nesses festejos, também presente no trono da Igreja de Santa Rita de Paraty e Basílica de Nossa Senhora Aparecida na peanha à direita do retábulo-mor, como falaremos adiante: Consta do Livro de Inventário das Capelas, Matriz e Irmandades da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá o registro de duas imagens do Menino Jesus "[...] 2 Imagens do Sinhor Minino uma Colocada no Altar do Divino outra no Trono de S.t^{o} Antonio" (LIVRO DE INVENTÁRIO, 1920, p. 1).

> Com bastante magoa em que sentimos fui informado da grande irreverência como esta Villa se trata a Imagem do Menino Deos na occasiao da Festa do Espírito Santo, levando-se em um andor da Casa do Emperador p^{a} a Igr^{a} e aly ser coroado em lugar daquelle indo nesta occasião os homens cubertos, acrescendo mais deixarem por alguns dias a mesma Imagem do Menino Deos na caza ou trono do Emperio, que se acha sem decencia algua pela publicid^{e} em q' esta e por sim exposta a mayor e real irreverência, porq simillante abuso se deve levar aos catholicos ordeno e mando que o Vigr^{o} desta Fgs^{a} não consinta por daqui em diante se der similhante função com a Imagem do Menino Deos, para se lhe dar em culpa e quando cuja (ilegível) imagem (ilegível) que se forem impostas (TOMBO, 1757-1873, p. 5).

No índex do Livro Tombo[418], além do inventário da Matriz, vamos encontrar menção aos usos e costumes de párocos, sacerdotes, sacristão e fábricas. Aparecem as Igrejas

[418] Index do Tombo da Matriz a fl.98, Invt^{o} da Matriz a f. 105, dos usos e costumes da Matriz, Parochos, Sacerdotes, Sacristão, fábrica, 22; S. Gonç.lo a f. 24; Invent^{o} de S. Gonçlo 169; N.Sr^{a} do Roz^{o} dos Pretos, 25; Invent^{o} do Roz^{o} dos Pretos-171; Apparecida a f. 93; Invent^{o} da Apparecida- 138; S. José – 100; Inventr^{o} de S. José- 135; Irmande do S.mo- 102; Irmande do S.mo – 174; Irmande de S. Ant.^{o} - 104; Inventr^{o} de S. Ant^{o} - 175; Irmande de S. Migl e Almas-106; Inventr^{o} de S. Migl e Almas- 176; Altar do Roz.^{o} dos Brancos;

de São Gonçalo, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Nossa Senhora Aparecida, com seus respectivos Inventários; e as Irmandades que já estavam atuando e seus bens registrados[419]. Chama atenção a existência - além da Igreja do Rosário dos Pretos e seu inventário, que era filiada à Matriz, como foi inicialmente em Cunha a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, até adquirirem autonomia para futura mudança - o registro do "Altar do Rz^ro dos brancos e Inventário dos Rozr.^o___177" (LIVRO TOMBO,1757-1873, p. 90v), situação já verificada na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Como já dissemos no Capítulo I – Antecedentes Históricos, era usual na primeira metade do século XVIII, em quase todas as Matrizes, que para distinguir das imagens de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, entronizassem a de Nossa Senhora do Terço ou Rosário dos Brancos[420].

Consta do Livro Tombo (1757 – 1873), no Título da Matriz da Freguesia de Santo Antonio de Guaratinguetá, a descrição da Igreja, deixando ver de forma esclarecedora a decoração interna, com o retábulo-mor em que se encontra a Imagem de Santo Antonio; e o Sacrário dourado interna e externamente, com "conopeu" de seda vermelho, costume muito frequente nas portas dos sacrários no período colonial (TOMBO, 1757 – 1873, p. 91).

Figs. 404 e 405 - Sacrário e nicho com a imagem de Santo Antônio do retábulo-mor da Catedral de Santo Antônio de Guaratinguetá - SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas – 24/03/2009

Inventr^o do Rozar.^o- 177; Penções perpetuas – 108; Noticia da Aparição da Sr^a Apparecida f.98v-98; N. Snr^a do Carmo – f.40; Inventario dos bens jacentes da ordem extinta do Carmo aplicado p.^a a Fabrica a f.130; Inventario dos bens jacentes de Santa Anna queimada, aplicada p^a a Matriz a f. 134; Inventario geral de todos os Benz que estam em poder do Sacristam a f. 132 (TOMBO, 1757-1873, p. 90v).

419 Ver anexo 47.

420 No relatório dos bens que possui a Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, datado de 30 de junho de 1920 consta uma "Imagem de N. S. do Terço com uma Coroa na Cabeça" (LIVRO DE INVENTÁRIO DAS CAPELAS, MATRIZ E IRMANDADES, 1920, p. 1).

Faz menção o documento à presença de duas importantes Irmandades setecentistas, uma delas sem compromisso, embora com recursos, depois chamada de confraria, instaladas em dois retábulos colaterais: o do lado do Evangelho de Nossa Senhora do Rosário, na ocasião liso e pintado; e o do lado da Epístola, de São Miguel e Almas, que já se encontrava dourado. Esta disposição interna, segundo observamos, se repetiu em Cunha, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, da qual era filiada, seguindo a determinação da Visita Pastoral do Vigário Antonio de Medeiros da Vila de Itú em 24 de agosto de 1757, na Vila do Facão. O retábulo-mor estava dourado e pintado com as tribunas também pintadas. Integravam os retábulos já instalados as imagens mencionadas no quadro a seguir (p. 133 do Livro Tombo).

QUADRO Nº 15
IMAGENS DA MATRIZ DE SANTO ANTONIO – GUARATINGUETÁ - SP

No Altar mor huã imagem de Sancto Antonio
Hua dita da Senhora da Conceição
Outra de Sancta Margarida
No Altar da Senhora das Dores a imagem da mesma Senhora
Hua dita da Senhora Santa Anna, ambas com diadema e uma coroa de prata e espada também de prata
No Altar da Senhora do Rosário, a imagem da mesma Senhora com coroa de prata e rosário
Huã dita da Senhora da Piedade
Outra de S. Matheos
No Altar de S. Miguel, imagem do mesmo Archangelo
Huã dita de S. Anna
Outra dita de S. João
Outra da Senhora das Candeias com coroa de prata
Outra da Senhora do Carmo
Na Sacristia hua imagem de S. Antonio de barro e tem ainda outra que tem os Irmãos para servir nas procissões.
Huma imagem da Senhora das Dores vestida em seu Oratório dourado.
Tres arcazes, do Rosario, das Almas e de Santo Antonio.
Dous armários muito velhos de parede
Hua alampada de prata e (ilegível)
Dous sinos, hum maior, outro pequeno
Duas duzias de placas pintadas porta velas para paredes
Hum esquife com seo pano de (ilegível) e franjas amarellas
O Vigário Joan Gonçalves Lima

(LIVRO TOMBO, 1757, 1873, p. 133 e 133v)

Saltam aos olhos as reveladoras ações e orientações passadas através das Pastorais e dos Visitadores no período colonial - e nisto o Livro de Tombo é bem esclarecedor, ao registrar o Título da Matriz da Freguesia de Santo Antonio de Guaratinguetá:

> A Igreja desta Freguesia e da invocação de Santo Antonio q está no Altar mor da parte do Evangº - Tem esta Igja o Altar Mor e dous collateraes. No Altar Mor está Sacrario dourado por fora e por dentro forrado de seda vermelha, em q. se conserva sempre o Santissimo Sacramento. O Altar

> collateral da parte do Evangº é da invocação de nossa Snrª do Rozrº com seo retabulo lizo, e pintado. Outro Altar de S. Miguel e Almas q. tem Irmandde, com seu retabulo dourado. O Altar mor é de retabolo dourado e pintado: tem tribuna pintada. A Igreja é toda de taipa de pilão, ao corpo da Igreja de nave. A Capella mor toda de forrada por cima e sancas e pintada com painéis: do Arco athe as grades também forradas e pintadas. Tem Sachristhia q. não está forrada: tem caza de consistório da Irmandde do Santismo e caza de fabrica. Tem lâmpada de prata da Irmandde de S.Antº q. está no Arco actualmte acesa ao S.mo. Tem pia batismal de pao com fechaduras e Almario com fechaduras dos Stos Oleos. Tem dous sinos hú Meão, outro pequeno. Tem Ornamtos e mais Moveis q. constão do inventrº a fls 165. Tem três Irmandes. Estas com Comprimisso como no titº dellas se declara. Teve seu principio esta Freguezia pouco mais ou menos em 1630, sem ser desmembrada de outra Fregª, Sendo aprª Igrª de palha, e parede de mão, no lugar, q. hoje e o Adro.Depreste tem esta Frgª quinhentos e setenta e seis fogos, q. em hus annos são menos e noutros maes, e consta de parentes de três mil e trezentas e tantas pessoas de Sacramto – As distancias desta Fregª da Matriz pª o Poente tem quatro legoas, e parte com a Fregª de Pindamª no Rio Pirapitinga, q.he a divisa e pª ....tem legoa e mays a parte com a Fregª da Piedde, desmembrada desta, e a divisa na parage Casa branca – Pª o Sul tem sinco legoas, calgús Moradores poucos seis legoas, e parte com a Fregª do Facão, desmembrada desta até a diviza o Rio de Paratinga. Pª o Norte e o certão e tem moradores athe sinco legoas, dispersos, como por toda a mães Fregª. Todos os freg.es de Sacramto pagão oitenta reis cada hum e não tem mais Congrua, e nem será hú anno por outro com pe de Altar 375 (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 91).

Analisando o documento acima e os registros nele inseridos, observa-se a composição social das Irmandades em meados do século XVIII, em que os irmãos dividiam o espaço interno das igrejas por meio dos retábulos; e ainda a introdução de novos cultos, celebrações[421], altares e sepulturas. Estes procedimentos indicavam uma convivência e uso que não estavam registrados somente nos livros e juramentos neles proferidos, e que comprovam a atuação de homens, mulheres, crianças, negros, brancos e pardos, com seus valores e objetivos:

> Se diversos grupos dividiram o espaço confrarial, isso significou convivência e uso de uma linguagem que, decerto, não era só verbal. O encontro de homens e mulheres portadores de valores e visões distintas do mundo com certeza gerou um tipo de negociação cultural. Símbolos e signos culturais e religiosos passaram por um processo de resignificação, que se renovou no contato interétnico, adquirindo na comunicação novos significados (BORGES, 2005, p. 135).

Assim, podemos deduzir que o retábulo-mor da Igreja Matriz de Santo Antonio insere-se em uma produção que envidou esforços para a construção da Matriz ainda na primeira metade do século XVIII, momento este em que estão sendo instaladas as primeiras Irmandades Religiosas no contexto da Vila e da Igreja. Nos usos e costumes

[421] A representatividade adquirida com o culto à N. S. das Dores em Portugal a partir de 1770 e do primeiro "Setenário" realizado pelo Padre Theodoro de Almeida a partir de 1785, provocou alocação do retábulo de São Miguel para o de N. S. das Dores, como ocorreu em Cunha. Em Paraty, foi construída igreja própria; em Guaratinguetá, a abertura do transepto teve novo deslocamento, que hoje funciona como capela funda.

dos tesoureiros, párocos, sacristãos, fábricas, nomes de culto, legados para as igrejas, observamos que as Irmandades e a rotina da fábrica possuíam uma autonomia maior que em outros lugares da Colônia: podemos verificar que na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá não eram feitas cobranças aos pobres, nem para tumba nem sepultura, conforme o quadro abaixo:

QUADRO Nº 16 – DESPESAS RELATIVAS A ENTERROS

FÁBRICA	
De tumba	2$000
Pel Irmão da fal^{da}, pela tumba própria, nada	
Da Cruz nos enterros hua velha	$ 32
Da sepultura da porta Pr.^{al} athe as travessas___	$ 64
Das portas travessas até as grades.	$ 96
Das grades athe o arco	2$.....
Sendo pobres, tumba e sepulturas nada	
Sepultura de crianças e a metade das mayores	
Os Irmaos do S^{mo} S.^{to} An^{to}, Almas, suas	
Molheres e f^{os} tem Sepulturas 364ães364ias das Ir	
mandades	
A Fabrica tem obrig^{om} so de assistir com	
Guiza.^{to} pª os dias Santos, pª os 364ães dias	
Assiste o Parocho	

Fonte: LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 93

Ao analisar o quadro abaixo (Quadro Nº 17), chama a atenção o fato de que os pagamentos eram feitos, à época, em patacas[422]. Quanto às diversas atividades, usos e costumes da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, são bem reveladores, como as cerimônias do Santíssimo Sacramento, “exposto todo dia na Festa do Corpo de Deos” e do Espírito Santo, encomendação dos defuntos, batizados, óbitos e casamentos, com suas admoestações ou dúvidas.

Devemos registrar que, no início da segunda metade do século XVIII, a Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, além da Festa de Corpus Christi, realizava também com solenidades a festa do Glorioso Divino Espírito Santo, toda a Semana Santa, Cinzas, Procissão dos Passos, Ramos e a da Ressurreição, inclusive. A Trezena de Santo Antonio era realizada com o Santíssimo Sacramento exposto todos os dias. Durante as festas para as Missas Cantadas, tinham as seis velas da Banqueta e, nas procissões e acompanhamentos, usava-se velas de meia libra, dando-se aos Padres velas de quarta. Nas exposições do Santíssimo, usava-se as seis velas da banqueta somente. As quatro

[422] Moedas que tiveram circulação pelo país por mais tempo, de 1695 a 1834. Sua série era composta por moedas de 20, 40, 80, 160, 320, e 640 réis. O valor de 320 réis – pataca – deu nome à série. Pesava 8,96 gramas (em média) com teor de prata de 917 por mil. De 1810 a 1834, surgiu o Patacão, com valor de 960 réis ou 3 patacas.

velas de junto ao Santíssimo pertenciam à fábrica; e as de cera das tribunas pertenciam à Irmandade do Santíssimo, sendo a dos retábulos laterais pertencentes às suas Confrarias.

QUADRO Nº 17 – DOS USOS DE COSTUMES DA FREGª, O PAROCHO, OS SACRISTÃES, FÁBRICA...

O PAROCHO	
Tem de cada pessoa do Sacramento na Quaresma	$ 080
Tem de hua Missa cantada	1$ 920 seis patacas
Tem de despezas	3 $200 dez patacas
Tendo com incenso Sˢexposto todo o dia com provisão a tarde"	4$800
Na festa de Corpo de Deos e do Espº S.to em cada hua	3$200
De hu officio de 9 liçoes, missa cantada, e recompensa no fim	4$000
De missa de corpo presente	$640
De acompanham.to e recomendação dos def.tos	$960
Se trazem o def.to a Ig.ia sem acompanham.to a recomendar	$320
A esmola comua de eua missa	$320
Tem de qualquer certidam ou dos q. se confessao pª ficarem noutras	
Freg.as ou dos L.os dos batizados, óbitos, e casamtos	$320
Tem de aumenthar trez vezes, ou denunciar casam.tos	$860
Tem da certidam da amostração ou denunciação	$320
Da certidam de dezobriga q. se passa nos bancos nada	
Da assistência, e Prezidir toda a Somana S.ta, Cinza, Passos,	
Ramos athe o Dª Ressurreiçam inclusive	20$000
Da Trezena de S. Anto Padroeiro com S. expostho todos os dias	6$400
Nas festas e Missas cantadas bem assim vellas da banqueta	
Nas prosições, acompanhamentos. se tem vella de meia libra	
Santos e aos mais Padres de quartas	
Detoda a funçãm da Semana Santa tem Secenta Vellas	
Demeya libra ou o brandão dequarta	
tem as seis vellas da banqueta maiz cera as quatro	
junto ao S.mo pertencem a fabrica e a somente	
da tribuna pertence a Irmand.de do S.mo e a dos Al	
tares as suas confrarias	
Aos q' falecem abintestados, tendo q' dam dez mil reis dos	
quais por determinação do Ex.mo Sr. D. Bernardo, sinco mil reis Sam pª	
Missas, vella, esmola com eia dous mil reis pª a fabrica, tres mil reis	
Da oferta p.ª Pharoco com obrigação se dar aos Sacristãos hua	
pataca.	

Fonte: LIVRO TOMBO, 1757 – 1873, p. 92

Verifica-se no Título das Irmandades ou Confrarias e suas funções, constantes do Livro Tombo da Freguesia de Santo Antonio de Guaratinguetá, que a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi fundada em 1714 pelo Vigário Padre Fr. Ivan da Costa de Almeida, com Compromisso encaminhado para aprovação e confirmação - que na época,

segundo o costume, se oferecia, para “melhor serviço de Deos e conservação da dita Irmandade”. Constata-se que no quesito autonomia, as dificuldades decorrem do uso das sepulturas e seus rendimentos, levando à renovação dos Compromissos em 1734, vinte anos depois:

> Renovarão os Irmo’s do S^mo os seos Estatutos nos Annos 1734 como consta das provizoes cujos theores se seguem. O Fr. Antonio de Guadalupe por M.^ce de D.^s, e da S.^ta Se App.^ª B^po deste Bp^bo.de S. Se b.^m do R. de Jan^ro. ev^o de serv. e do Conc. de S. Mg^e. Aos q. esta nossa Provisão virem saúde e paz em o Sr. q. de todos servirem o remédio e Salvação. Faremos saber q. attendendo nos aoq por sua pet.^m nos enviarão o direito do Provedor, Escr.^m emaes Irmãos da Irmand.^de do S.^moSacram.^to da Freg.ª e Villa de Guarª, e vista a licença q. lhe foi concedª e provisão de renovação pello Il.^mo S.^r D. Fran.^co de S. Seven Nosso Ansensor: havemos por bem delle conceder provisão de renovação da Antiga e p.ª atodos p.ª constar sempre a cota no principio do Compromisso. Dada nesta Cid.^de de Sam Seb^m do R J sob nosso sinal e sello da nossa chamª aos 8ºdia do mês de Junho de 1734. Eu José da Fon.^ca Lopes Escr.^m da Camª ecclezª o escrevi= Rubrica do S. Bispo (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 102v).

O Compromisso enviado para confirmação constava de 24 capítulos, e na sua renovação foi ampliado para 31 capítulos, aprovados no dia 16 de junho de 1734, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sob o sinal e selo da Chancelaria, pelo Escrivão da Câmara Eclesiástica, José da Fonseca Lopes. A licença foi concedida pelo Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro e do Conselho de Sua Magestade. Pelo Compromisso a Irmandade tinha como obrigação mandar dizer a cada ano duas Capelas de Missa,[423] sendo uma Capela pelos Irmãos vivos e defuntos e outra Capela pelas Almas dos Irmãos defuntos. Além destas obrigações consta também uma anual, considerada perpétua, para que fosse realizada a Festa de Santa Margarida[424], na ocasião colocada no “Altar-Mor da parte da Epístola”. A festa deveria realizar-se com missa cantada e Sermão, segundo o Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe[425]. Observa-se que a data da entronização da imagem de Santa Margarida no retábulo-mor da Matriz deve-se ao fato de esta ter ocorrido provavelmente após sua canonização pelo Papa Bento XVI, em 1728, quatro anos após essa oficialização da Igreja. Considerada como a “Margarida da Seráfica Ordem”, Butler nos ajuda a compreender a trajetória da santa na Ordem Franciscana[426].

---

[423] No Brasil, uma capela de Missas era um total de 50 Missas, segundo Monsenhor Pizarro.

[424] Santa Margarida de Cortona foi uma religiosa Francisca italiana, cuja canonização é realizada em 22 de fevereiro dia de sua morte. Nasceu em Laviano na Itália, em 1247, sua vida foi marcada pela penitência, foi canonizada pelo Papa Bento XIII, em 1728.

[425] Havia na cidade do Rio de Janeiro um legado de [...] seiscentos e oitenta mil réiz, ou o oq. Melhor consta do termo e o brig.m q. passarão os Irmãos do S.mo, q. tinha deixado Margarida Bicuda pª todos os Annos se Festejar a S.ta, a Irmandad.e, ag.m o S.or Bpª Concedeo, tou este d.ro com a Obrg.m de a festejar todos os Annos com missa cantada e sermão (LIVRO DO TOMBO, 1757-1873, p. 103).

[426] Na antífona do “Benedictus”, no seu oficio, S. Margarida de Cortona é descrita como “a Margarida da Seráfica Ordem”, e, em uma de suas conversas com ela, Cristo teria dito “Tu serás a terceira luz concedida à

Constatamos que geralmente as Irmandades do Santíssimo Sacramento, em sua configuração inicial, eram integradas apenas por homens. No Livro Caixa da Irmandade verificamos também a presença de 18 mulheres, conforme se depreende do quadro abaixo. Constata -se ainda que os pagamentos de seus anuais, registrados em suas grades de anuais, eram realizados com “azeite para lâmpada” em barril.

QUADRO Nº 18 - GRADE DE ANUAIS DO LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DO SANTISSÍMO SACRAMENTO – 1759 A 1804

Maria Pedroza de Barros Data de Entrada: 14/08/1761 Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa- 1759-1804, p. 7v	Pagou de 1762 a 1767
Maria Pires Bueno Data de Entrada:11/04/1773 Batismo: Casamento: Óbito: 1799 Ofício: Dona de casa Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p.33	Pagou de 1775 a 1796 – Pagou os anos de 1776 a 1777 em um barril de azeite. Faleceu em 1799. Assinou como arrogo – Manoel Joze Bitencourt Custo de sua entrada que era dona de casa que ficou do Irmão o Sargento Mor Francisco Nabo Freire. Em 1782 doou 1 barril. Em 1783 azeite. Em 1784 e 1785, barril de azeite
Rita Alves de Araújo Data de Entrada: 05/04/1779 Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 49	Este Irmão e sua Irmã Rita Alves de Araújo estavam desonerados de pagar anuais por terem perdoado a Irmandade hum crédito que ainda divia do Provedor cujo credito ainda na mão de mim Tezoureiro.
Maria Xavier Barros Data de Entrada: 18/04/1786 Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte:Livro Caixa- 1759-1804, p. 60v	1787 – Pagou a entrada e o annual de 1787 com hu barril de azeite pª a lâmpada.
Anna Pereira de Moraiz Data de Entrada: 03/04/1787 Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 61v	Pagou de 1788 a 1801
Madalena da Cruz Data de Entrada: 09/04/1787	Pagou de 1788 a 1802

Ordem do meu amado Francisco. Ele foi a primeira, entre os Frades Menores; Clara foi a segunda, entre as irmãs; tu serás a terceira, na Ordem da Penitência”. Margarida foi filha de um pequeno agricultor de Laviano na Toscana. Com apenas sete anos de idade, teve a infelicidade de perder a mãe, que era uma pessoa boa, enquanto a madrasta, que o pai trouxe para casa dois anos depois, foi uma mulher estúpida, dominadora e que pouco simpatizava com a criança alegre e amante da vida que era Margarida. Moça de boa aparência e carente de um afeto que em casa lhe era negado, não é de admirar que se tornasse presa fácil para o jovem cavaleiro de Montepulciano, que certa noite a induziu a fugir com ele para o castelo situado entre as colinas. Além de oferecer-lhe uma perspectiva de amor e luxo, prometeu também, seghundo parece, casar-se com ela. Isso, porém, nunca chegou a se realizar, de modo que durante nove anos Margarida viveu publicamente como sua amante, e causou muito escândalo, especialmente quando passava pelas ruas de Montepulciano montada num soberbo cavalo e esplendidamente vestida (BUTLER, 1981, p. 211, 212).

Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804 p. 62v	
Joanna Maria Barbosa Data de Entrada:09/04/1787 Batismo: Casamento: Óbito: 1800 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 63	Pagou de 1788 a1799 – falecida em 1800, era viúva do Irmão falecido Gaspar Vas Rodrigues
Ignez Barbosa de Lima Data de Entrada: 12/04/1789 Batismo: Casamento: Óbito: 29/05/1801 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 65	Pagou de 1790 a 1801 – Era viúva do Tenente Irm.^{n} Joze Alves da Cruz- Faleceo esta Irmã em 29 de Maio de 1801.
Anna de Almeida Silva Data de Entrada: 05/04/1795 Batismo: Casamento: Óbito: 13/11/1822 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 80v	Pagou de 1776 a 1822 – Faleceu a 13 de Nov.^{bro} de 1822
Luzia Palma Data de Entrada: 21/10/1797 Batismo: Casamento: Óbito: 1807 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 86.	Pagou de 1796 a 1807 – Faleceu em 1807
Maria Alvares de Araújo Data de Entrada: 27/12/1797 Batismo: Casamento: Óbito: 1798 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 86v	Falecida em 1798
Izabel Alvarez de Araújo Data de Entrada: 27/12/1797 Batismo: Casamento: Óbito: 1805 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 87	Pagou de 1798 a 1805 – Falecida em 1805- Esta Irmam as.^{a} faleceo em 1805 e ficou devendo de seos anuais oito annos. Pg.
Rita Alvarez de Araujo Data de Entrada: 27/12/1797 Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 87v	Pagou de 1798 a 1820. Esta Ir. assima não paga seus anuais pello motivo exarado também na folha 116 de seu Ir. Ignácio Alvares de Araújo e para constar passou –se este hoje 4 de Abril de 1825
Maria Nogueira França Data de Entrada: 20/08/1798 Batismo: Casamento: Óbito: 1803 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 92.	Pagou de 1799 a 1802- Esta Irmã faleceo em 1803 e ficou devendo 2$000

Anna Nogueira França Data de Entrada: 21/05/1799 Batismo: Casamento: Óbito: 14/08/1847 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 95v	Pagou de 1800 a 1835 – Faleceo aos 14 de Agosto de 1847, ficou devendo de annuaes a q.ta de 12$000 – Costa Campos.
Escolástica de Godoy Siqueira Data de Entrada: 03/04/1800 Batismo Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 98v	Falleceo. Escolástica irmã até Março de 1801 e ficou devendo de sua entrada 2$380.
Quitéria Maria da Incarnação Data de Entrada 10/04/1803: Batismo: Casamento: Óbito: Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 108	
Anna Maria da Silva Data de Entrada: 12/04/1804 Batismo: Casamento: Óbito: 1812 Ofício: Fonte: Livro Caixa – 1759-1804, p. 108v	Pagou de 1805 a 1811 – Era viúva de Manoel Carvalho da Silva, Morreu em 1812, seu genro Luiz Mize de Carvalho pagou os Annuais de dois annos que devia

Nesse contexto estava integrado à Irmandade do Santíssimo Sacramento o Capitão Victoriano José da Costa, natural da Cidade do Rio de Janeiro, casado com Ignez Teodora da Silva, natural de Guaratinguetá, recenseado em Maços de População de 1809, com quatro filhos: "[...] Victoriano – Soldado Meleciano, natural de Guaratinguetá, Francisco – Soldado Meleceano, natural de Guaratinguetá, Manuel....Dito e Gregório...Dito" (MAÇOS DE POPULAÇÃO 1809, p. 294). Em suas ocupações e cazualidades aparece como "[...] Mercador de loja, Tem seu negócio de fazenda, em o preze anno não meteo fazenda alguã para o dito negocio. Acresce o Escravo João, que o rematctou em prassanesta mesma Vª". (MAÇOS DE POPULAÇÃO 1809, p. 294). Sua entrada na Irmandade ocorreu em 04 de abril de 1790, foi Provedor em 1791 e veio a falecer em 02 de março de 1811, com 55 anos (LIVRO DE ÓBITO, 1811, p. 111).

Faz menção o Livro Tombo da Matriz de Santo Antonio à "[...] Noticia da Igreja de Santa Ritta sita no soburbio desta cidade alem da agoa denominada = lava-pés = mais não foi realizado seu registro de construção que segundo consta é a origem do bairro em que foi construída" (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 180). A igreja dedicada a Santa Rita "teve sua construção terminada em 1846 pela devota Ignez Theodora da Silva (ANEXO 48), com o auxílio de seus escravos e esmolas do povo" (MAIA e FAGUNDES, 2010, p.

114). Essa devota de Santa Rita era irmã de Caetano Alberto Correa[427] que fez sua entrada na Irmandade do Santíssimo em 16 de abril de 1775, foi Provedor em 1785 e 1786, Thezoureiro em 1792 e veio a falecer em 07 de dezembro de 1816[428].

Conforme consta no livro de termo de Óbitos realizados na Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá, aos 09 de março de 1846,

> [...] no bairro de Saõ Gonçallo com todos os sacramentos, de hydropegia faleceu D Inez Theodora da Silva, branca, viúva que foi do finado Capitaõ Victorino José da Costa: seo corpo envolto em hábito de Saõ Fracisco de que era devota foi sepultada em huma catacumba na sacristia da Igreja de Santa Rita, filial a está Matriz em caixão acompanhada por mim emais sacerdotes e irmandade do Santissimo com musica e coros da Fabrica cantando sete quatro mementos, sendo recomendada a sua alma. Vigº Antonio Martiniano de Oliveira (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 15, 1848, p. 21).

O retábulo-mor da igreja, em madeira policromada, é datado do século XIX e a imagem de Santa Rita possivelmente é de procedência baiana. A igreja passou por reformas no início do século XX, adquirindo as características que hoje encontramos, com a fachada e frontispício de gosto eclético, conforme salientou Tirapeli:

> Nos frontispícios das capelas de São José, de Pindamonhangaba, e de Santa Rita, de Guaratinguetá, e da Igreja de Bom Jesus, de Tremembé, encontram-se esclarecedores exemplos. Em todos esses casos, os mestres de obras obtiveram, com a sobrecarga de elementos nas fachadas, boas soluções plásticas. Os frontispícios ecléticos foram concebidos para puro embelezamento e, por vezes, sem levar em conta o suporte de taipa de pilão das construções coloniais. Não raro, as fachadas são praticamente novas, ou, ainda, a superfície neutra da parede foi sobrecarregada com elementos, o que modificou a qualidade estrutural (TIRAPELI, 2014, p. 91).

Além dos diversos ofícios relacionados à execução de trabalhos que envolvem a construção arquitetônica e sua decoração interna, chama atenção a presença, na Irmandade do Santíssimo Sacramento, de músicos como João da Silva Cavaco - já mencionado anteriormente - e também de Manoel da Silva Neves, com sua entrada em 14 de janeiro de 1768 em que registra que "[...] Deu entrada 1$000 pag. na musica q. com novenas na Semana Santa q fez mais barato corre o anual da Pascoa de 6ª por diante. Provedor em 1775 e 1795" (LIVRO CAIXA 1759-1804, p. 25v). Outro integrante de destaque da Irmandade do Santíssimo foi o pintor Ignacio Joaquim Monteiro, Thezoureiro

---

[427] Livro Caixa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1759-1809, p. 36v.

[428] No centenário da igreja de Santa Rita, em 1946, foram ofertados 22 bancos pelos festeiros Maria Lopes Sacramento, Rita Maria Lopes Penteado, Rosina França Meirelles, Francisca Guimarães Vaz, José Lino Ferreira Pedro, José Manoel Martins, José Leduino Salles, Agostinho Barbosa e João Darrigo Filho, conforme registro na placa de mármore ao lado do túmulo de Ignês Theodora da Silva, em cuja inscrição latina consta: "Hic sita est Agnes Theodora Silva, quae templum Beatae Ritae. Fundavit. Requiscens. Clamito Precesque supplex flagito= Aqui jas Ignes Theodora Silva, fundadora do templo de Santa Rita. Aqui clamo e rogo suplicando preces".

da Irmandade, que assinou recibos com Caetano Alberto Correa e fez menção à encomenda de telas para a Igreja de Santo Antonio:

> [...] Rec. na mão do Pintor Ign.ço Joaquim Monteiro que o mesmo lhe hera devedor em 4 de junho de 1809.....3$200 – O Tiz.ro. Recebeu da Irmandade.....cinquenta do seo oficio 3.8$035 resta a Irmandade se abater nos anoais 2.6$305.[...] O Irmão Caetano Alberto Corrª assignou com o Thezo.ro Ign.cio Joaq.m Monteiro no anno de 1812 as contas q esta Irm.de lhe deviam no seu Cartorio decorria exculsoies, q. assim não mandara fazer as telas em 20 de No.bro do d.to anno e se achou a dizer-lhe a q.ta de 380,35 reis (LIVRO CAIXA, 1759-1804, p. 36v).

Ignacio Joaquim Monteiro era alferes, oitavo filho do cabeleireiro Antonio Monteiro, natural da Villa do Barreiro, que se exilou da cidade de Lisboa e veio para o Brasil, casando-se com Mônica da Silva Passos[429]. Foi batizado em São Paulo em 21/12/1766. Possivelmente adquiriu seus conhecimentos artísticos de forma autodidata, com outros pintores contemporâneos, também presentes naquele estado - entre eles o capitão das ordenanças de São Miguel e Penha, chamado João Pereira da Silva, que vinha realizando diversos trabalhos para a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco. Segundo Marcondes de Moura, possivelmente o alferes esteve ao lado de José Patrício da Silva Manso e Jesuino do Monte Carmelo; este, ainda jovem, ajudou José Patricio da Silva Manso, que se instalou em São Paulo de 1776 até 1801 e trabalhou na pintura do forro da Capela-mor da igreja da Ordem do Carmo, em Itú.

> [...] Em São Paulo, entre 1795 e 1798, Jesuino pintou na igreja do Carmo (teto da igreja do convento do Carmo, teto da Igreja do Carmo, teto da igreja da Ordem Terceira carmelitana) e no convento das freiras de Santa Teresa (quadros e um teto em caixotões). Ignacio Joaquim, rapaz de 18 anos ao tempo em que José Patricio da Silva Manso pintou na Ordem Terceira, teria sido seu discípulo? Apenas uma cogitação que não se pode comprovar. De seguro, o que se sabe é que de outubro de 1789 até outubro de 1792 o pintor Inácio Joaquim e seus oficiais executaram várias obras na Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, em São Paulo. Cumpre notar que o título de pintor, conferido a Inácio Joaquim e aos artistas de seu tempo, refere-se não só ao artista plástico, mas também ao dourador e encarnador de imagens e ao pintor de paredes (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 13).

Foi casado com Ana Joaquina do Amor Divino, nascida em 1783, natural da Freguesia de Nossa (Santa Catarina)[430] e falecida em Guaratinguetá em 16 de julho de 1835. De seu casamento com Ana Joaquina nasceram nove filhos[431], entre os quais

---

[429] Mônica da Silva foi "[...] batizada na capela de São Bernardo, Séde São Paulo, aos 13 de maio de 1731, falecida em São Paulo aos 27 de junho de 1796 e sepultada na capela da Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco" (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 134).

[430] Ana era filha do Sargento Mor José de Oliveira Borges casado com Francisca Clara de São Bernardo, nascida em São João Del Rei, Minas Gerais.

[431] 1 - Joaquim Anselmo de Oliveira, nascido em 07/11/1802, falecido em 20/06/1872; 2– Padre Antonio Martiniano de Oliveira, nascido em 05/10/1804, falecido em 22/04/1863, em Guaratinguetá; 3 - Comendador Francisco de Assis e Oliveira Borges, Visconde de Guaratinguetá, nascido em 25/03/1806, falecido

devemos lembrar a figura marcante do Arcipreste Joaquim Anselmo, importante pregador e autor de publicações na arte da oratória e sermões religiosos para as festas principais do calendário litúrgico; o Padre Antonio Martiniano de Oliveira, que atuou como inspetor durante as obras da Matriz de Guaratinguetá, conforme veremos adiante - e na fundação do Asilo Religioso das Irmães do Bom Pastor em 21 de outubro de 1856; e ainda o Comendador Francisco de Assis e Oliveira Borges Senhora do Bom Sucesso da Vila de São Francisco Xavier do Sul, Bispado do Rio de Janeiro, Visconde de Guaratinguetá, que atuou na Administração da Mesa Protetória da Capela de N. S. Aparecida e na aquisiçãodoterreno para a construção da Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá em sua provedoria e como inspetor geral dos extratos.

Para Marcondes de Moura, o estabelecimento do pintor Inácio Joaquim Monteiro em Guaratinguetá pode ser compreendido pelas razões e motivações abaixo:

> [...] Acresce que lá havia amplo campo de trabalho à sua espera, com a matriz passando por grandes reformas, sendo forrada, branqueada, oleada, ganhando no corpo principal, junto ao adro, capelas novas de talha e retábulo, forradas, douradas e mobiliadas; ou ostentando sacrários doirados e forrados de seda vermelha e até mesmo com a capela-mor forrada e pintada com painéis sacros. E não é de todo descabido imaginar que Inácio Joaquim, para os romeiros que afluíam à vizinha capela da Aparecida, pintasse ex-votos sobre madeira ou papel, esses mesmos ex-votos que em 1854 foram inexplicavelmente banidos da Casa dos Milagres, lá ficando somente representações de cera e madeira, mas que Zaluar encontrou em 1860 pendurados nas paredes da igreja. É de supor também que o pintor estofasse imagens, dourasse banquetas, castiçais e pequenos altares que guarneciam os oratórios dos engenhos da região, as igrejas da vila, a capela de Aparecida e as pequeninas capelas disseminadas pela zona rural. Entre essas imagens, quem sabe, a de São Brás, da matriz de Santo Antonio, o São Bom Jesus da igreja de Santa Rita, a Nossa Senhora da Ajuda e o São Gonçalo, da igreja de São Benedito, o São Francisco, da igreja do Rosário, a magnífica Santana Mestra sentada em soberba cadeira de espaldar, o São José com o Menino Deus, levando coroa e sapatinhos de ouro maciço, a Santa Rita e a Santa Bárbara, todas elas ricamente esculpidas e estofadas, até muito recentemente guardadas na capela de São José, e que faziam parte do patrimônio artístico setecentista de Guaratinguetá (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 23).

Ao compararmos as pinturas ainda existentes no teto do camarim do retábulo-mor da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá com as atribuídas ao pintor acima, encontradas no forro da capela do Convento de Santa Clara, ou na Igreja do Rosário em Sorocaba, realizadas no início do século XIX, veremos que as similaridades de traços e

---

em19/04/1899 em São Paulo; 4 – Manuel Antonio Monteiro, nascido em 1808 e falecido em 26/09/1854; 5 – Maria Benedita Monteiro, nascida em 1810 e falecida em 30/01/1869, em Guaratinguetá; 6 – Ana Luisa de Oliveira, nascida em 1812 e falecida 16/06/1874, em Guaratinguetá; 7 – Benjamim, nascido em 1813 e falecido em 1820; 8 – Rosa Maria do Carmo, nascida em 1814 e falecida em 09/02/1884, em Guaratinguetá; 9 – Teresa Maria de Jesus, nascida em 1814 e falecida em 26/03/1898, em Guaratinguetá. (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 136 e 137).

composição permitemque estas sejam atribuídas a Inácio Joaquim Monteiro[432], no período em que trabalhou na Matriz de Santo Antonio.

Embora Marcondes de Moura mencione que o pintor Inácio Joaquim Monteiro

> [...] teve enterro dos mais solenes, assistido por todos os sacerdotes que se encontravam no lugar, com quatro mementos cantados na rua, missa de corpo presente, sepultura na capela-mor da matriz e banda de música tocando tanto no acompanhamento quanto durante a missa (MOURA, apud O Visconde de Guaratinguetá, 1976, p. 25),

Em certidão extraída do Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá (ANEXO 49) verifica-se que alguns atos foram cancelados:

> [...] Aos quinze de Julho de mil oito centos e quarenta ehum nesta Villa com todos os sacramentos, edade de setenta cinco annos de infermidade interna, faleceo da vida presente **o Alferes Ignácio Joaquim Monteiro**; branco natural da cidade de S. Paulo, casado que era com D. Anna Joaquina do Amor Divino: foi seo corpo envolto com hábito dos Padres de S. Francisco conduzido em caixam, sepultado dentro desta Matriz em campa dos irmãos do Santissimo, donde era irmaõ acompanhado por mim e por todos Reverendo sacerdotes, que se acharam nesta Villa os quais se disseram misca de corpo presente, faleceu no dia treze foi depositado no dia quatorze e sepultado dia quinze, deveria ter ofícios e misca cantada, tanto o acompanhamento como oficio foi cancelado, não fez testamento e para constar fis este assento que assigno. Vigº M.el da Costa Pinto (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 14, 1841, p. 135).

Em 1793 há também o registro de entrada de alguns irmãos para o apostolado, possivelmente com a introdução do Culto do Sagrado Coração de Jesus, já em fins do século XVIII.

Além dos ornamentos necessários que a Irmandade do Santíssimo possuía para suas funções religiosas, constantes do Livro de Inventário, este faz menção à documentação de legados de um valor de “quatrocentos mil réis” a juros, determinado para fazer “a lâmpada”[433], existindo outro legado de 200 réis a juros para ornamentos e outro de 400 reis que já estava a juros deixado por Thomé Ferreira, com a averbação seguinte:

> Deixo a Irmandde do S.mo 400$ aplicados pa. os seus Ornatos sem se poder fazer deste dro outra Aplicação e se mandarão vir com a maior grandza q. possivel for. Este drº determinou o R. B. Vigº An.to de Med.os Pra no Provimto q. da Mesma Irmandde fez q. estavam a juros com fiança e não pudesse a Irmandde dispor delles por estar bem para....por estar esta

[432] O pintor foi considerado pelo Arcipreste da Sé de São Paulo, Joaquim Anselmo de Oliveira que em sua trajetória de finalização da vida terrena “[...] acabou por consagrar-se exclusivamente à vida contemplativa, tornando-se notável por sua fervorosa devoção ao augusto sacramento da Eucaristia” (Apud O ARCIPRESTE DA SÉ DE SÃO PAULO, 1873, p. 13).

[433] Considerada prescrição rigorosa pela igreja era conservar uma lâmpada acesa sem interrupção no interior do santuário, diante do altar onde estava instalado o Santíssimo Sacramento. O óleo que deveria alimentar essa lâmpada era o azeite de oliva em recipiente de vidro localizado em seu bojo, formado por elementos sinuosos dos quais saem três suportes curvos, suspensos por correntes e arrematados na parte superior por um sombreiro. Seu uso surgiu no século XIII, tornando-se geral no século XVI, com peças em metal ou prata confeccionadas com grandes lavores. A lâmpada serve para ficar de sentinela e guarda nobre de honra, junto de Nosso Senhor Jesus Cristo, simbolizando “luz do mundo” e as três virtudes teologais: fé, esperança e caridade, para abrasar o coração de amor com a Hostia Sagrada. Por isso se encontra sempre no arco cruzeiro da capela.

> Irmand.de com apenção de festejar todos Annos a Sta Margarida, por ter recebido 680$ pertencentes a mesma Sta e requerendo a Irmandde a S. Exª R.ma L.ça pª dispor deste drº ou p.te ficaria obrigado o Pharoco a informar a S. Exª com o theor do tal provim.to aplicado no Lº da Receita a f. 43vº e 44 (LIVRO DE TOMBO, 1757-1873, p. 43v e 44).

A Irmandade de Santo Antonio, segundo o registro no Livro de Tombo, é considerada a mais antiga da Freguesia, por ser ele o "Santo Padroeiro" da localidade. Foi fundada em 1701 e a confirmação de seu Compromisso ocorreu em 03 de novembro do mesmo ano, pelo Reverendo Visitador Geral, o Cônego Manoel da Costa Escobar, Cônego Ordenado da Santa Sé de São Sebastião do Rio de Janeiro e visitador geral das "Minas Novas do Nascente" e mais Vilas, Capelas e Oratórios da repartição do Sul[434].

O documento faz menção à importância da igreja como dado histórico de controle da rota do ouro - considerada, pelo visitador, "Minas Novas do Nascente". A igreja se orienta na direção da aurora do dia, para onde está voltada sua fachada principal, no sentido do Norte magnético, indicando Minas Gerais atrás da Serra da Mantiqueira. O trajeto podia ser acessado pelo Caminho Velho, passando por Cunha. Miran de Barros Latif nos ajuda a entender esta formação e controle:

> Pelas estradas que vão ter, uma a Ubatuba e a outra, pela garganta do Cunha, a Parati e Angra dos Reis, essa região do alto Paraíba manteve-se em contato com os tamoios da orla litorânea, inimigos ferozes dos habitantes de São Vicente, o que deve ter contribuído para que persistisse, entre os guaianases, a antiga aversão à gente de Piratininga. No começo do século XVIII os taubateanos ainda conservam estes mesmos sentimentos. A casa de fundição de Taubaté, que em pouco sobrepuja a de São Paulo, e a emancipação do alto Paraíba, em contato direto com o Rio de Janeiro por Parati, basta para despertar entre os membros dos dois núcleos paulistas toda espécie de rivalidades. E neste espírito regionalista, herdado dos índios, raiz vinculando realmente o homem à terra, revelam-se os primeiros indícios de uma nacionalidade em formação (LATIF, 1960, p. 54).

Através da aprovação e confirmação dos vinte e quatro capítulos do Compromisso da Irmandade de Santo Antonio, foram concedidas seis covas no corpo da Igreja para enterrar os Irmãos; e duas no arco da capela-mor para dentro, para se enterrarem os irmãos que tivessem sido Provedores, dividindo assim o mesmo espaço com os Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento - que, embora não seja a primeira Irmandade, como se verifica acima, tinha posição de relevância dentro do templo.

---

[434] Além das Minas Novas do Nascente, visitava também Vilas, Capelas, Oratórios na repartição do Sul, com jurisdição espiritual e temporal pelos muitos Reverendos – sendo nomeado Senhor do Cabido Sede Vacante.

Fig. 406: capela mor e retábulo de Santo Antônio da Catedral de Guaratinguetá - SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas – 24/03/2009

Além da imagem de Santa Margarida, em uma das peanhas do retábulo-mor estava também a imagem de São Matheus, apóstolo de Cristo, rico coletor de impostos, que deixou sua vida ligada ao dinheiro e poder para os serviços de uma perfeita pobreza, nos moldes dos votos franciscanos - e é festejado no dia 21 de setembro. Santa Margarida, além de ser cultuada, recebeu bens para a continuidade de seus cultos através de Matheos Leme do Prado: pela tradição lhe foram apensadas terras para os festejos desse santo, conforme se verifica:

> Tem esta Matriz no Altar Mor huá Imagé de S. Matheus, aqual tem huá sorte de terras de quatrocentas brassas de testada do barranco Foz do Parahiba partindo com as terras do defto. Joam Ferr.ª q hoje são de Lour.so de As, e com terras da defunta Lucrecia Leme, q. hoje são de José Barbosa e huá legoa de certão athe o Ribeirão dos Mottas. Destas terras não ha títulos, serão tradição e posse com q. dellas está Lourenço de Sá e a trinta, ou perto de trinta Annos por determinação do S.r Bispo D. Fr. Anto de Guadalupe com obrim do dtº Sá dar todos os Annos Seis Mil e quatrocentos p.ª se contar e hua rifa no dia do Santo, oq athe hoje se tem cumprido, mays não há documentos, por onde conste essa obrig.m, e permissão do S.r Bpº serão por tradição (LIVRO DE TOMBO, 1757-1873, p. 108).

Certamente a família de Lucrécia Leme, natural de Viamão, foi doadora das terras para a construção da Igreja de Nossa Senhora Aparecida; e como constituidor desse legado, Pedro Leme do Prado[435], casado com Francisca de Arruda em 16 de abril de 1726, faz esse apontamento, que também é passado a seu filho Ivam de Arruda, nomeado

[435] Consta na documentação Maços da População de Guaratinguetá, datada de 1776, a presença de Pedro Leme do Prado com 70 anos de idade, casado com Izabel de Souza, “proprietário de Engenho de Cana que fará por ano 50 barris de aguardente” (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1776, p. 674).

protetor de contas, e cujos testamenteiros foram a mulher e os filhos Francisco de Arruda e Ivam de Arruda. Na ocasião encontrava-se ele como morador no Serro do Frio, em Minas Gerais.

Chama a atenção, com base na documentação consultada, que na construção da unidade formal da Igreja Matriz da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá integravam a Irmandade do Santíssimo Sacramento membros da sociedade local. Alguns deles tinham funções de prestígio no cotidiano setecentista, e seu envolvimento e serviços prestados nos remetem a uma população já organizada e apegada a suas crenças em poderes milagrosos das imagens dos santos. Estes eram entronizados nos retábulos e peanhas da Igreja, alguns deles com heranças terrenas para sua perpetuidade, a ser continuada pelos herdeiros e filhos das gerações sucessivas, conforme vemos acima com os cultos a Santa Margarida e São Matheus, nos moldes franciscanos do retábulo-mor da Velha Matriz.

O ingresso dessa população que se deu via Caminho Velho ainda no século XVII, possivelmente oriunda de Portugal, em busca do minério recém descoberto nas “Minas Novas do Nascente”, estava atrelado a um catolicismo muito arraigado nas crenças e festas de santos, conforme se fazia no Velho Mundo e posteriormente no litoral brasileiro, até chegar ao interior.

É de notar que cada irmão que integrava a Irmandade do Santíssimo nas antigas Vilas do período colonial, além de seu registro em livro próprio para entrada dos irmãos, também tinha o controle da sua participação exercido pelos Livros Caixa, que em muito nos ajudam a entender esse contexto com o estabelecimento das famílias na região. Na segunda metade do século XVIII, eram membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento músicos, carpinteiros, pintores, fazendeiros, representantes da Câmara, conforme se depreende do quadro abaixo (Quadro nº. 19)

QUADRO Nº 19 – GRADE DE MEMBROS DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO

NOME	DATA DE ENTRADA NA IRMANDADE DO S. S.	OFÍCIO	OBSERVAÇÃO	FONTE
Joze de Lima Araújo Batizado: Casamento: Óbito:	13/04/1759 p.2V Provedor em 1764	Carpinteiro	Trabalhou em Ouro Preto em 1730/31. Figura a fls. 43v., Lº nº 26, “Contribuintes do Real Quinto”, Arquivo Público Mineiro	MARTINS, 1974, p.52, Vol. I
José Antonio Machado Batizado: Casamento: Óbito:	22/05/1761	Pedreiro	Trabalhou em Ouro Preto-Chafariz de Henrique Lopes – 1753. Recebeu 90$000 “da obra do Chafariz de Henrique Lopes preso de sua arematação” (Códice nº 51, fls. 203, “Receita e Despesa”, Seção Colonial, Arquivo Público Mineiro). Trabalhou em Sabará – 1756-“Manoel Fernandes, solteiro, morador nesta freguezia”...”disse que José Antonio Machado, official de pedreiro, e morador no Arraial Velho é casado no Reino, e não sabe	MARTINS, 1974, p. 11 e 12, Vol.II

			tenha licença para estar separado de sua mulher" (Lº de "Devassas em visita", fls. 136, arquivo da Cúria de Mariana).	
Jose da Silva Barbosa Batizado: Casamento: Óbito:	11/04/1762 p. 8V	Pedreiro	Trabalhou em Mariana – 1756-1804 – Registrou carta de exame do oficio de pedreiro (Lº de "Registro de cartas de exames", fls. 5, arquivo da Prefeitura de Mariana)	MARTINS, 1974, p.97, Vol. I
José Enrique de Souza Batizado: Casamento: Óbito:	11/12/1763 p.9V Pagou o ano de 1763 AUZENTE	Pedreiro	Trabalhou em Sabará – 1740 – 1776 – Figura, com a respectiva indicação do oficio, Lº nº 40, "Receita e Despesa", Arquivo Público Mineiro	MARTINS, 1974, p. 264, Vol. II
Manoel Joze da Cunha Batizado: Casamento: Óbito:	24/06/1763 p.13V AUZENTE Pagou o ano de 1764	Ferreiro	"AUZENTE"- se deslocou para Mariana e Ouro Preto. Em Mariana – 1738 – Registrou carta de exame do ofício de ferreiro, passada em Portugal em 1715 e confirmada pela Câmara da Vila do Carmo (Lº nº 97, "Exame de ofícios", arquivo da Prefeitura de Mariana. Ouro Preto, 1816-1817- Igreja de S. Francisco de Assis. Recebeu 8$400 "de ferragens, dobradiças epregos, e feitio de tudo para as Candeias do Guarda vento" (Lº 2º de "Receita e Despesa da Ordem 3ª, fls. 33	MARTINS, 1974, p. 234, Vol. I
Francisco da Silva Batizado: Casamento: Óbito: 13/06/1810	04/04/1765 p.17V Foi Escrivão	Pintor	Trabalhou em Tiradentes na Matriz de Santo Antonio em 1737/1738. Recebeu 12$800 "de dourar epintar as espheras e grimpas" (Lº 2º de "Receita e Despesa" da Irmandade do S.S. Sacramento, fls. 15v.)	MARTINS, 1974, p. 227, Vol. I
Francisco Alvarez de Araújo Batizado: Casamento: Óbito: Nov. 1816	04/04/1765 p.18	Ferreiro	Trabalhou em Ouro Preto em 1746/1747- Morador no Bação, figura no Censo Geral dos Ofícios, realizado na Comarca de Vila Rica (Códice nº 90, D.F., "Avulsos, fls. 49, Arquivo Público Mineiro.	MARTINS, 1974, p. 50, Vol. I
Manoel Royz da Fonseca Batizado: Casamento: Óbito: 1803	15/01/1776 p.21V	Carpinteiro	Trabalhou em Ouro Preto de 1776 a 1788- Figura, com a respectiva indicação do ofício, a fls. 122 v., Lº nº 108, "Exames e Ofícios", Arquivo Público Mineiro.	MARTINS, 1974, p. 290, Vol. I
Domingos de Bastos Antunes Batizado: Casamento: Óbito:	15/01/1768 p.26V	Carpinteiro	Trabalhou em Monsenhor Horta (Mariana), de 1755-1756 – Recebeu, juntamente com Manoel Fernandes e José B. das Neves, a importância de 64 e ½ 8ªs., "do reparamento da Igreja" (Lº de "Receita e Despesa" da Irmandade dês.S. Sacramento de S. Caetano de Mariana, fls. 9v.)	MARTINS, 1974, P. 44, Vol. I
Francisco Xavier dos Santos Batizado: Casamento: Óbito:	21/04/1772 p.31 Provedor em 1789	Pedreiro	Trabalhou em Ouro Preto, de 1801 a 1830 – Figura, com a respectiva indicação do ofício, a fls. 28, Lº nº 130, "Provisões, patentes, cartas de exames" etc., Arquivo Público Mineiro	MARTINS, 1974, p. 200, Vol. II
Miguel MartinsCorrêa Batizado: Casamento: Óbito: 06/07/1809	06/10/1778 p.46V	Carpinteiro	Trabalhou em Ouro Preto, de 1733 a 1736. Figura, com a respectiva indicação do ofício, a fls. 28v., Lº nº 31, "Licenças e Provisões" Arquivo Público Mineiro.	MARTINS, 1974, p. 195, Vol. I
José Alves de Araújo Batizado: Casamento: Óbito:01/12/1812	04/03/1779 p.48	Carpinteiro	Trabalhou em Ouro Preto, de 1730 a 1731. Figura a fls. 43v., Lº nº 26, "Contribuintes do Real Quinto", Arquivo Público Mineiro.	MARTINS, 1974, P. 52, Vol I
Antonio dos Santos Silva Batizado: Casamento: Óbito:	20/09/1789 p.70V Provedor em 1801	Carpinteiro	Trabalhou no Serro em 1736 a 1737. Figura com a respectiva indicação do ofício, a fls. 19, Lº nº 60, "Registro de petições e despachos – ofícios e lojas no Serro-Frio", 1ª Seção Colonial, Arquivo Público Mineiro.	MARTINS, 1974, p. 221, Vol. II

Antonio Gonçalves da Costa Batizado: Casamento: Óbito: Jan.1795	27/04/1791 p.64V	Carpinteiro	Trabalhou em Sabará – Ponte do Rio das Velhas, em 1743 – Fez os concertos da ponte do Rio das Velhas (Lº nº 55, "Receita e Despesa", Arquivo Público Mineiro).	MARTINS, 1974, p. 200, Vol.
Manoel Joze da Costa Batizado: Casamento: Óbito:	05/04/1795 p.79V Provedor em 1804	Pedreiro	Trabalhou no Serro – Matriz de N. S.ª da Conceição – 1796 – Trabalhou nas obras da igreja (Códice nº 9, fls. 50v., "Despesa da Confraria do Santíssimo Sacramento" – 1767 a 1820, arquivo eclesiástico).	MARTINS, 1974, p. 217, Vol I
Manoel Martins Nogueira Batizado: Casamento: Óbito:	06/04/1795 p.81V Provedor em 1803	Ferreiro	Trabalhou em Mariana – Catedral, em 1776 a 1784- Recebeu 5$100 de "obras de seu officio de ferreiro" (Lº de "Receita e Despesa" da Sé Catedral, fls. 117v., arquivo da Cúria de Mariana).	MARTINS, 1974, p. 71, Vol. II
Antonio José dos Santos Batizado: Casamento: Óbito:	08/04/1796 p.82	Pedreiro	Trabalhou em Ouro Preto – Igreja de S. Francisco de Assis – 1771 a 1772 – Recebeu $600 "depintar o lavatorio" (Lº de "Receita e Despesa" da Ordem 3ª, fls. 108v.)	MARTINS, 1974, p. 196, Vol. II
Manoel Miguez de Andrade Batizado: Casamento: Óbito:1827	05/04/1800 p.102V	Mestre de Obras	Trabalhou em Monsenhor Horta – Matriz (S. Caetano) – 1735 a 1736- Recebeu, como mestre de obras da igreja, 305/8ªs. e ½ e 2 vs.; 1736/1737 – recebeu mais 100/8ªs. e ¼ (Lº de "Receita e Despesa" da Irmandade do S.S. Sacramento, fls. 62, 65 e 68).	MARTINS, 1974, P. 41, Vol I
Joze Soaresda Silva Batizado: Casamento: Óbito:1831	07/04/1801 p.103	Carpinteiro	(Oficial de Antonio Francisco Lisboa) Trabalhou em Sabará – Igreja de N. Sª do Carmo - 1781 – novembro 25 – A Mesa da Ordem 3ª ajustou seus serviços por 70/8ªs. anuais, juntamente com os de outros oficiais do Aleijadinho (Lº de "Termos" da Ordem 3ª, fls. 72). 1872 – Recebeu (quantia ilegível), por conta desse serviço) Lº 1º de "Receita e Despesa" da Ordem 3ª, fls. 196. 1873 – Recebeu 50/8ªs., ¾ e 2 vs., ou 60$975, pelo mesmo serviço (Lº cit., fls. 207)	MARTINS, 1974, p. 237, Vol. II
Manoel José de Souza Lima Batizado: Casamento: Óbito:	20/04/1802 p.106V Auzente para Minas 1803	Carpinteiro	Trabalhou em Ouro Preto – 1801 a 1830 – Figura, com a respectiva indicação do oficio, a fls. 5v., Lº nº 130, "Provisões, patentes, cartas de exames, etc.", Arquivo Público Mineiro.	MARTINS, 1974, p. 362, Vol. I

Fonte:LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO E DICIONÁRIO DE ARTISTAS E ARTÍFICES DOS SÉCULOS XVIII e XIX.

Em 1783 os Sargentos andavam visitando as casas e moradores para o Inventário das vilas e freguesias do atual Vale do Paraíba, entre elas as Vilas do Facão, de Santo Antonio de Guaratinguetá, de Nossa Senhora da Piedade (Lorena) e Taubaté. Vários eram os ofícios[436] registrados na documentação intitulada "Maços de População dos Inventários das Vilas na segunda metade do século XVIII".

Quando examinamos a Planta da Vila de Guaratinguetá realizada pelo artista Arnaud Julien Palliere[437] em 1821, observamos ao centro a Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, com nave e capela-mor, ladeada por linha sinuosa e tendo na fachada posterior a representação do acesso intitulado "para São Paulo" e à esquerda do "largo" a

[436] Oficial de sapateiro, ferreiro, pescador, seleiro, alfaiate, músico, dizimeiro, canteiro, carpinteiro, entalhador, serrador, imaginário, arriador, cangalheiro, ensinar meninos, mascataria, Fabriqueiro da Matriz, pintor, capelão, sacristão, fazer telhas.

[437] Arnaud Julien Palliere, filho de Jean Baptiste Palliere (1755-1827) nasceu em 09/01/1783 em Bordeam principal porto e terceira cidade francesa mais populosa depois de Paris e Marselha.

Rua das Tropas, seguindo em direção à lateral do campo (atual Mercado) “para Lorena”; e Igreja de São Gonçalo, que, segundo consta no Livro de Tombo datado de 1757-1873, “[...] Foi erecta no anno de 1726 pouco maez, ou menos pella devoção dos homez [sic] de Caminho, [grifo nosso], sendo o principal motor desta Capella o defunto Manoel da Sylva Braga” (LIVRO DE TOMBO, 1757-1873, p. 97).

A Igreja de São Gonçalo e os homens de caminho a que faz menção o documento acima e consta do titulo das Capellas da Freguesia representa a saída de Guaratinguetá para a última freguesia de Nossa Senhora da Piedade – atual Lorena -, antes de alcançar a Serra da Mantiqueira para adentrar o estado de Minas Gerais, contexto de uma outra longa jornada a ser vencida[438]. A Capela de São Gonçalo foi construída de taipa de pilão, com retábulo-mor e dois colaterais; era forrada, com coro, púlpito e sacristia. O retábulo-mor possuía ornamentos e, segundo o inventário[439] dos bens pertencentes a esta Igreja, estava completa para o atendimento aos cultos, celebrações e tropeiros que demandavam o interior.

> Em 1757, junto à capela de São Gonçalo, foi fundada a Irmandade de São Benedito, para os “homens pretos e pardos, assim forros como cativos”. Com a abolição do cativeiro, as festas realizadas em louvor ao santo tiveram grande expansão social, sendo hoje um acontecimento importante no calendário da religiosidade brasileira (MAIA, FAGUNDES, 2010, p. 29-30).

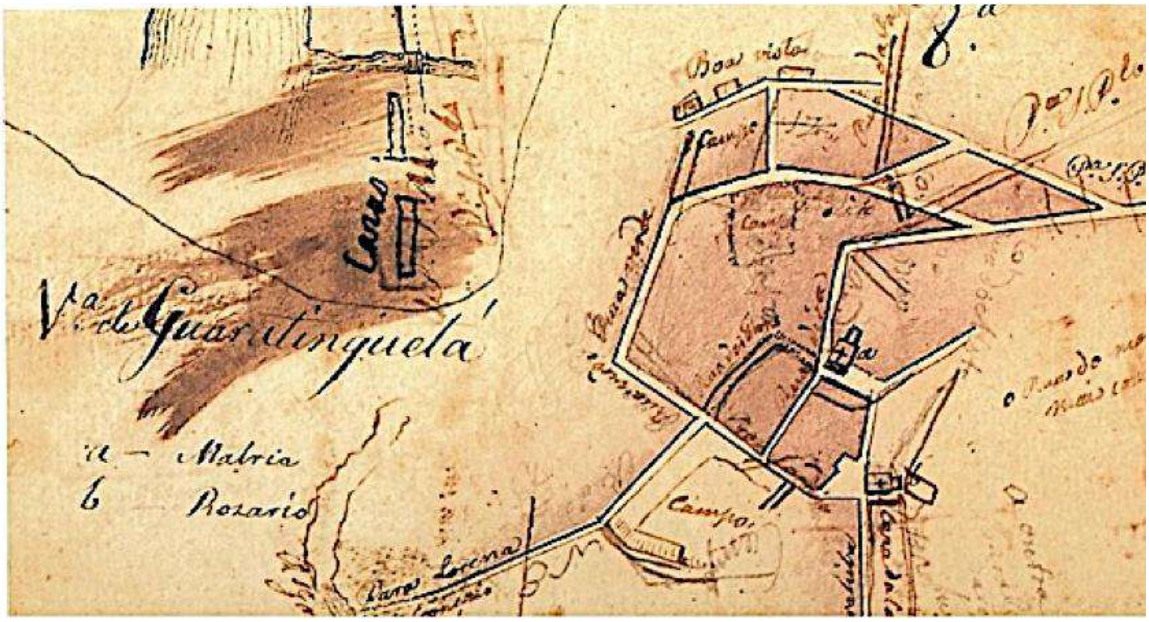
Chama atenção a inserção na planta do edifício da Casa de Câmara e Cadeia com acesso para o Rio Paraíba, acesso para o campo onde hoje se encontra o atual Mercado Municipal, o Ribeirão dos Mottas e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

---

[438] São Gonçalo pertencia a Ordem Dominicana (- 1259) teve um papel muito importante nas questões das peregrinações quando ordenou-se sacerdote e peregrinou a Roma e Terra Santa ao entrar para Ordem dos Pregadores levou vida eremítica nas proximidades de Amarante entre Douro e Minho onde lhe é atribuída a restauração da ponte de Amarante e também a graça de Nossa Senhora para que lhe mostrasse “o caminho” que necessitava em sua vida religiosa (LORÊDO, 2002, p. 157-158).

[439] Integrava o retábulo mor da Igreja de São Gonçalo a imagem de São Gonçalo com resplendor de prata, um crucifixo, uma imagem de Nossa Senhora com coroa de prata, uma de São Sebastião, uma de Santo Antonio, possivelmente pertenciam aos retábulos colaterais uma imagem de N. S. da Lapa e outra de Santa Rita (LIVRO DE TOMBO, 1757-1873, p. 169). A imagem primitiva de São Gonçalo datada do século XVII, em barro policromado ainda encontra-se na atual igreja de São Benedito.

Fig. 407: Villa de Guaratinguetá - SP - 1821



Fonte: Mapa elaborado a partir da obra de Arnaud Julien Pallière

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, segundo a documentação consultada no Livro Tombo, foi construída na segunda metade do século XVIII, com provisão do Bispo D. Fr. Antº de Guadalupe, datada de 02 de dezembro de 1727, sendo visitada por Provisão do Sr. Bispo D. Fr. João da Cruz em 7 de junho de 1744. Foi benta em 20 de fevereiro de 1753 pelo Bispo de São Paulo, D. Fr. Antonio da Madre de Deus, uma vez que se achava decentemente paramentada com os ornamentos das quatro cores necessárias para a celebração do sacrifício da missa[440], cuja função foi realizada em 23 de abril de 1753, segundo registro de José Alves Vilela, presbítero do cabido de São Paulo e Vigário do Cura de Guaratinguetá; e em cuja Comarca foi passada a certidão para funcionamento[441].

Os documentos deixam bem claro duas questões muito importantes no funcionamento das Irmandades Religiosas: uma delas faz referência a sua transferência e saída para templo próprio das antigas igrejas do período colonial; a outra faz referência aos acréscimos que eram feitos nas construções religiosas, quando as naves das capelas

[440] No Inventário dos Ornamentos pertencentes a Capela de N. S. do Rosário dos Prettos de Guaratinguetá está registrado: Húa [sic] Imagé [sic] do Rozº de pao com coroa de prata com menº e resplandor, Dous Mantos da Srª , outra Imagé [sic] da mesma Srª, Hú [sic] Santo Christo do Altar, Quatro casulas das quatro cores com os aparelhos, Dous [sic] frontaes com as quatro cores, Hua [sic] alva, Dous [sic] cordões, Hua [sic] pedra de Ara, Hú [sic] calis e patena de prata, Hú [sic] Missal, Hú [sic] Corporal, Hú [sic] Amicto, Quatro Sanguinhos, Dous [sic] planetas, Húa [sic] Campainha, Hú [sic] par de galhetas de vidro, Húa [sic] caixa em que se guarda o Ornamtº, Tres pares de cortina (LIVRO DE TOMBO, 1757-1873, p.170).

[441] No processo de crescimento e aceleração da cidade no início do século XX, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi demolida em 1935, após sua venda em hasta pública pelas autoridades religiosas.

eram transformadas em capela-mor e a parte frontal era ampliada para servir de nave, como ocorreu na igreja de N. S. do Rosário de Sabará – MG, que não foi finalizada e permanece inacabada até os dias atuais, mantendo a capela primitiva no interior dos acréscimos realizados.

> Esta ditta Capella tem hú Altar e nao está forrada, e tem os Ornam^{tos} q. consta do Invent^{o}a f. 173. He pequena, e de presente andão os Pretos aquerer fazer corpo da Igr^{a} p.^{a} a Capella servir de Capella Mor. Tem de dotte cem braças de terras de testada e cem de certão alem do Paraiba, q. partem principiando de hú Corrigo, com terras de Pedro Nunes de huá banda, e doutra o Ribeirão de Guaratinguetá, doadas por escritura publica nas Notas por Ivam Francisco do Prado e sua molher Thereza Maria aos dous de Fev^{ro} de 1753 Annos (LIVRO DE TOMBO, 1757-1873, p. 96).

Fig. 408: Igreja de N.S. do Rosário de Guaratinguetá - SP

Fonte: Foto de Erwin Schellenberg - década de 1930 - Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida/SP

Fig. 409: Igreja de N. S. do Rosário – Sabará - MG

Fonte: Victor Hugo Mori. Disponivel em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.115/2

Na iconografia dos diversos viajantes e escritores que passaram por Guaratinguetá entre os anos de 1817 e meados do século XIX[442], chama atenção o registro de Jean Baptiste Debret em que aparece a Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá assente em um promontório, encimado pela fachada posterior da capela-mor da Matriz de Santo Antonio e com um casario mais adensado no entorno. A imagem se contrapõe à vista de onde foi feito o desenho, que tem em primeiro plano a Ponte sobre o Ribeirão dos Mottas e uma série de casas esparsas na colina; e o largo acesso ao centro, ladeado por uma série de ranchos com suas cercas, onde é nítida a presença de várias tropas que ali acabam de chegar: animais sendo ferrados, carros de boi, tropas já arreadas e algumas delas subindo a ladeira em marcha para o centro da vila e ou Minas Gerais, por ser esse o acesso a ser percorrido, curiosamente até os dias atuais. À esquerda da gravura está uma construção assobradada em quatro águas com puxado, e no terreiro à frente ranchos e ou senzalas para escravos, cujo acesso se faz por um grande portão de chácara encimado por coruchéus prismáticos.

Observamos que esses fazeres e saberes ficaram registrados nas estatísticas de Maços de População realizadas pelas Ordenanças da Câmara de Guaratinguetá, nos séculos XVIII e XIX, nas quais aparecem as roças nas encostas em sua transição para as matas nativas que as revestiam. Nestas, os povoadores mencionam o cultivo de milho, feijão entre outros, bem próximos à Vila. Identificamos que o músico João da Silva Cavaco, em 1778, estava assim recenseado [...] Possue hum citio em que principia atrás da morada de casas na Villa com cabeças de gado de carro (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1778, p. 898).

Fig. 410: Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá

Fonte: Guaratinguetá – Debret - 1827 – Acervo Museus Castro Maya/ Ibram/ MinC

[442] Conde de Assumar (1717) Thomas Ender (1817) Spix e Martius (1817), Padre Manoel Aires do Casal (1817) Arnaud Julien Palliere (1821) Auguste de Saint-Hilaire (1822) Jean Baptiste Debret (1827), Marechal Daniel Pedro Muller (1838) Miguel Benício Dutra (1840), Manoel Elpídio Pereira de Queiroz (1854) Emilio Augusto Zaluar (1861) Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (1876), Alfredo Moreira Pinto e diversos fotógrafos do final do século XIX e início do XX.

Com respeito a esse recenseamento realizado nos séculos XVIII e XIX, encontramos na documentação pesquisada registros de vários ofícios de povoadores oriundos da Europa, do litoral paulista e fluminense e do sul do país, que durante anos - ou atravessando os séculos - deixaram as marcas dos trabalhos realizados nas antigas vilas e freguesias, à época em grande isolamento e comunicação precária, tendo como único acesso o Caminho Velho, o mar, os rios e as trilhas para a recém descoberta Minas Gerais[443] (ANEXO 50).

QUADRO Nº 20 – ARTESÃOS REGISTRADOS NO CENSO DE GUARATINGUETÁ

Vila de Guaratinguetá-SP			
Nome	**Data de Nascimento**	**Ofício**	**Fonte**
Manoel Luiz de Carvalho	1693	Canteiro	M. P. 1767, p. 414
Clemente Cordeiro	1701	Carpinteiro	M. P. 1767, p. 416
Manoel Antunes da Rocha	1705	Imaginário	M. P. 1768, p. 274
André de Souza Neto	1707	Canteiro	M. P. 1767, p. 431
Salvador Mendes	1716	Carpinteiro	M. P. 1768, p. 324
Valerio da Silva	1716	Camarada de Tropas	M. P. 1783, p. 786
Antonio da Rocha	1720	Carpinteiro	M. P. 1782, p. 498
Antonio (ilegível)	1720	Oficial de Serrador	M. P. 1778, p. 910
João Ribeiro	1720	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 16
Manoel Lopes dos Santos	1722	Carpinteiro	M. P. 1782, p. 500
João Pedroso da Silva	1722	Capelam (sic) formado em pintura	M. P. 1776, p. 603
Antonio Fernandes	1724	Canteiro	M. P. 1767, p. 441
José Pinto	1724	Oficial de fazer telhas	M. P. 1767, p. 1.562
Severino de Araujo	1724	Carpinteiro	M. P. 1782, p. 500
José Marcondes de Oliveira	1725	Carpinteiro	M. P. 1767, p. 426
José Roiz Santiago (soldado)	1725	Serrador	M. P. 1767, p. 437
João da Silva Cavaco (1º Sargento)	1726	Músico	M. P. 1776, p. 616, 1778, p. 898, 1782, p. 340, 1783, p. 707
Martinho do Amaral Gurgel	1730	Fazer Violas	M. P. 1784, p. 1.239
Thimotio Váz Fernandes	1733	Pintor	M. P. 1784, p. 1.843
Ignácio Corrêa Barbosa	1733	Carpinteiro	M. P. 1791, p. 289, 1795 p. 653
José Barbosa	1735	Oficial de Carpinteiro	M. P. 1780, p. 33
José Moreira	1736	Canteiro	M. P. 1767, p. 422
João Germano	1736	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 14
Manoel Pinto	1739	Carpinteiro	M. P. 1779, p. 1.561
Joaquim Francisco Perez	1739	Escultor	M. P. 1782, p. 351
Matheos de Souza Lima	1740	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 14
João (José?) da Sylva Ramos	1740	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 14
João da Silva Ramos	1740	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 14, 1.792, p. 208, 1793, p. 398
Antonio Nogueira	1742	Carpinteiro	M. P. 1784, p. 1.299
Francisco (preto forro)	1743	Carpinteiro	M. P. 1783, p. 730
José da Sylva Ramos	1743	Carpinteiro	M. P. 1793, p. 565
Manoel Alves Cruz	1744	Serrador	M. P. 1768, p. 325
José Alves da Costa	1744	(ilegível)	M. P. 1768, p. 305
Goardiano Jozé das Xagas	1744	Entalhador	M. P. 1792, p. 206, 1793, p. 566, 1809, p. 312
Ignácio José Vieira	1750	Carpinteiro	M. P. 1782, p. 640
Manoel de Souza Lima	1750	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 13

[443] Os diversos ofícios poderão ser consultados no anexo da tese em ficha própria contendo os dados pessoais, familiares, filhos, escravos e agregados.

Joaquim José Roiz (Soldado Auxiliar)	1750	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 20, 1792 p. 214
Matheos de Souza	1752	Carpinteiro	M. P. 1792, p. 207
José das Neves	1752	Oficial de pedreiro	M. P. 1780, p. 33
Antonio Correa	1754	Músico	M. P. 1783, p. 716
Matheos de Souza Caetano	1755	Carpinteiro	M. P. 1792, p. 207, 1793, p. 565
Manoel Ferreira da Sylva	1758	Carpinteiro	M. P. 1793, p. 562
Francisco Leme Barbosa	1758	Tropeiro	M. P. 1795, p. 648
Salvador Rodrigues	1760	Carpinteiro	M. P. 1792, p. 394
Joaquim Jozé	1762	Carpinteiro	M. P. 1792, p. 214
José Roiz	1762	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 38, 1792 p. 229
João Barbosa Almeida	1762	Carpinteiro	M. P. 1792, p. 208
José Rodrigues da Silva	1762	Carpinteiro	M. P. 1793, p. 590
Joaquim de (ilegível) Garcia	1765	Carpinteiro	M. P. 1793, p. 565
José Joaquim	1765	Entalhador/Pintor	M. P. 1793, p. 596
Salvador Roiz Leite	1768	Carpinteiro	M. P. 1790, p. 28, 1792 p. 223
Joze Rodrigues	1768	Carpinteiro	M. P. 1792, p. 401
Gabriel Alves da Silva	1770	Entalhador / Carpinteiro	M. P. 1792, p. 204
João Fernandes Ramos	1770	Tropeiro	M. P. 1795, p. 650
Francisco Paullo de Siqueira	1771	Carpinteiro	M. P. 1793, p. 570

Fonte: Maços de População

Este contexto nos induz a acreditar que os trabalhos realizados por esses oficiais de diversas qualificações movimentaram - e de certa forma consolidaram - a produção artística dessas nascentes Freguesias, Vilas e cidades, que tinham como economia de subsistência suas roças de milho, feijão, arroz, algodão, fumo ou seus engenhos para produção de aguardente e açúcar. A partir de 1765, essa produção agrícola torna-se muito grande, servindo inclusive para ser direcionada através das tropas para as minas nascentes, objetivando o seu abastecimento.

Consta do Arquivo Técnico e Administrativo do IPHAN no Rio de Janeiro pesquisa ainda inédita realizada pela funcionária Judith Martins, intitulada “Artistas e artífices dos séculos XVI a XIX” no Rio de Janeiro - que em muito nos ajudou a esclarecer o trânsito realizado por diversos oficiais, entre carpinteiros, entalhadores, pintores, canteiros e pedreiros que perpassaram pelas áreas que são objeto desta tese, deixando informações preciosas durante seus percursos no setecentos e no oitocentos, entre Rio de Janeiro, Paraty, Vale do Paraíba Paulista e Minas Gerais. O Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, organizado por Martins e composto de 1940 a 1960, a partir de consultas em documentos originais em diversos arquivos públicos civis e eclesiásticos, teve como orientador o fundador e primeiro Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Já em 1767 encontramos os registros de Manoel Luiz de Carvalho[444], com 74 anos, vivendo de seu Ofício de Canteiro; Manoel de Carvalho foi admitido como “PEDREIRO” em 1798 “[...] – “Assistente na Rua do Ouvidor official de pedreiro” na Irmandade de S. José (Lº de Contas Correntes, 1746-1820, fls.326, arq. da igreja de S. José) e como

[444] Maços de População, DAESP, 1767, p. 414.

"OURIVES", realizando trabalhos na Santa Casa de Misericórdia em 1745 – "[...] Por dr.º que deu ao ourives M.el de Carvalho de alimpar duas alampadas da Igreja – 2$000 (Lº de Receita e Despesa.....) (MARTINS, PASTA Nº 16, CX 419, p. 66). E também de Clemente Cordeiro[445], com 66 anos, casado com Maria da Silva, com oito filhos: Pedro, Clemente, Mazimo, (ilegível), Clemente, Rita Anna, Izabel e Maria, vivendo de seu ofício de Carpinteiro; (ilegível)[446], com 31 anos, com duas filhas, Anna e Maria, vivendo de seu ofício de Canteiro; e José Moreira, (ilegível)[447], casado com Anna e possuindo dois filhos: Francisco e Joaquim. Identificamos que em 1741 José Moreira estava trabalhando em Mariana, na Catedral, onde "[...]- Recebeu 13/8ªs., e ¼ por trabalho não especificado (Lº de Receita e Despesa" da Catedral, fls. 101, arquivo da Cúria de Mariana)" (MARTINS, 1974, p. 59, Vol. II). José Moreira, apresenta-se também no Rio de Janeiro com três registros: o primeiro, de "MARCENEIRO", datado de "[...] 1795 – maio 23 – Eleito por um ano escrivão do ofício de marceneiro; 1797 – outubro 16, Idem Idem (Lº de Registro e Provisões, 1703-1796, fls. 208 e 1796 – 1801, fls. 70v. arq. da Prefeitura do ex Distrito Federal); o segundo datado de 1814, na Igreja de São José como "CARPINTEIRO": "[...]1814 – Trabalhou nas obras da igreja, percebendo as diárias de $800 (Lº de Férias da nova igreja, 1807-1826, fls. 78, arq. da respectiva igreja; e o terceiro datado de 1825, como "PEDREIRO", também na igreja de S. José "[...] 1825 – Trabalhou nas obras da igreja, percebendo a diária de $640" (Lº. de Férias da nova igreja, 1807-1826, fls. 264, arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA nº 17, CX 419, p. 237).

Os registros apontam ainda José Marcondes Oliveira[448], com 43 anos, casado com Maria (ilegível) com nove filhos: Domingos, José, Luiz, Joaquim, (ilegível), (ilegível) Rosa, (ilegível), Maria e Mario, vivendo do seu Ofício de Carpinteiro; o "Carpinteiro" José Marcondes de Oliveira em "[...] 1799 – Admitido na Irmandade de S. José. (Lº de Contas Correntes, 1746-1820, fls. 329, arq. da Igreja de S. José) (MARTINS, PASTA nº 16, CX. 419, p. 258). Anotamos também André de Souza Neto[449], com 60 anos, com uma filha chamada Anna, vivendo de seu Ofício de Canteiro; José Roiz Santiago[450], soldado, casado com Joaquina de Oliveira, com três filhos: Hilário, José e Maria, vivendo de seu Ofício de Serrador; Antonio Fernandes[451], com 30 anos, casado com Heolanda e dois filhos: João e

[445] Ibid., In loc. Cit., p. 416.
[446] Maços de População, DAESP, 1767, p. 426.
[447] Maços de População, DAESP, 1767, p. 431.
[448] Maços de População, DAESP, 1767, p. 437.
[449] Maços de População, DAESP, 1767, p. 441.
[450] Além dos censos realizados anualmente nas Freguesias, Vilas e Cidades, dois eram os registros para atuação e deslocamento nos séculos XVIII e XIX, intitulados "Contribuintes do Real Quinto e "Registro de carta de "Exames de Ofícios".
[451] Maços de População, DAESP, 1767, p. 441

Clara, vivendo de seus Ofícios de Canteiro e Carpinteiro, com os quais também atuou em Ouro Preto, Mariana e Monsenhor Horta.

Destaque-se que Antonio Fernandes trabalhou em Mariana, no Palácio do Bispado em 1735 e em 1747 registrou carta de exame de Ofício[452]. Nos anos de 1746/47 e 1749 novos registros foram feitos e, em 1763/64, estava trabalhando em Monsenhor Horta – Matriz, onde "[...] Recebeu 15/8ªs. e ¾ de "31 dias e meio que trabalhou na Igreja e calçadas" (Lº de "Receita e Despesa" da Irmandade do S.S. Sacramento de S. Caetano de Mariana, fls. 114) (MARTINS, 1974, p. 264, Vol. I). Na segunda metade do século XVIII, encontramos o "Canteiro" Antonio Fernandes, trabalhando na Igreja de N. S. do Carmo do Rio de Janeiro: "[...] 1761 – Trabalhou nas obras da igreja (Lº de Receita e Despesa da O. 3ª, fls. 81v., arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA nº 16, CX 419, p. 119).

Neste mesmo ano também se encontrava vivendo de seu Ofício de Carpinteiro José Alves da Costa[453], com 24 anos, casado com Rosa Pinto, de 18 anos e Salvador Mendes[454], com 52 anos, casado com Maria de Moraes, de 22 anos; e Manoel Alves da Cruz,[455] com 27 anos, vivendo de seu Ofício de Serrador.

Chamada em 1768 de Relação do povo da Freguesia da Villa de Guaratinguetá, onde se acha com sua idade e bens, nesse ano encontramos Manoel Antunes da Rocha, com 63 anos, casado com Felipina de Lima do Prado, com 50 anos, com seis filhos: Luiz, Manoel, Anna, José, Bonifácio, Francisca, vivendo de seu ofício de Imaginário[456]. Possivelmente esse escultor deve ter trabalhado na confecção de imagens para a Vila ainda na primeira metade do século XVIII, como as imagens de Santo Antonio - hoje localizada à direita do templo, abaixo da torre sineira; as de São Miguel e de Nossa Senhora do Rosário, ainda em seus retábulos, mencionados na disposição registrada no Livro do Tombo da antiga Matriz, às quais pode ser atribuída a mesma autoria, da primeira metade do século XVIII - tendo em vista que o orago Santo Antonio, peça em barro que se encontra no nicho abaixo do trono e datada do século XVII, possivelmente deve ter sido confeccionada por um monge ceramista. Constam dos livros de Termo de Batizados e de Óbitos realizados na Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá o registro de batismo de seu filho Luis[457] (ANEXO 51) o registro de falecimento de Manuel[458]. Nesse

[452]Martins, 1974, p. 264, Vol. I.
[453] Maços de População, DAESP, 1768, p. 305.
[454] Ibid., p. 324.
[455] Maços de População, DAESP, 1768, p. 326.
[456] Maços de População, DAESP, 1768, p. 274.
[457] Aos vinte e nove dias do mês de Setembro, baptisou e pos os Santos Oleos, na Capela Jesus, Maria, José, da Boa Vista Vero Domingos Gonçalves Naves a Luis, filho de Manoel Antunes e sua mulher Fillipinnna da Silva. Padrinhos Luis da Silva (ilegível), e Helena da Silva. Todos moradores e fregueses desta Villa. O Vigrr José Alves Vilella. (LIVRO DE TERMO DE BATIZADOS, nº 02, 1742, p. 20v).
[458] [...] Aos vinte e sete de Março de mil oitocentos e quarenta nesta Freguesia no bairro dos Mottas com todos os sacramentos, digo com sacramento da penitencia e unção, edade de oitenta annos com infermidade interna, faleceo da vida presente Manuel Antunes da Rocha; branco natural desta Villa, casado que era com Catharina

mesmo ano também se encontrava vivendo de seu ofício de carpinteiro Salvador Mendes, com 52 anos, casado com Maria de Moraes, de 22 anos.

Em 1775 estavam morando na Vila de Guaratinguetá José Gomes de Siqueira, com 64 anos, casado com Maria da Silva, com 63 anos. O casal possuía quatro filhos: Catharina, Francisco, Ignácio e Salvador, este último doente dos olhos[459].Nesse mesmo ano encontrava-se como Capitão da Cavalaria Manoel Galvão de França, com 26 anos, nono filho do casal Antonio Galvão de França (1706) e Isabel Leite de Barros (1733), pais de Antonio Galvão de França, quarto filho, que ao adotar o nome da padroeira da família "Sant'Ana", ficou conhecido como o padre Franciscano Frei Antonio de Sant'Ana Galvão (1739 - 1822), beatificado em 11 de maio de 2007.

Ainda em 1775, no Livro das Companhias de Ordenações da Vila de Guaratinguetá e seu distrito encontramos, como Capitão Mor, Manoel da Silva Reys[460] e Sargento Mor José Galvão de França (1734-1782), primogênito da família Galvão de França, casado com sua prima Maria Xavier de Barros, de quem teve oito filhos. Era Alferes da 1ª Companhia Francisco Nabo Freire; havia também os Sargentos Manoel José Telles, Supra Caetano Machado, e na 1ª Esquadra o Sargento João da Silva Cavaco[461]. Em 1776, encontrava-se como Capelão formado em "pentura" [sic] João Pedroso da Silva, com 54 anos, casado com Florência Maria de Jesus, com 43 anos. O casal possuía três filhos: Maria, Jacintho e Izabel. Destaque-se que em meados do século XVIII ocorre uma grande produção de aguardente, farinha, arroz, feijão, com muitos cavalos e bois para carro.

Um dos senhores de engenho da Vila de Guaratinguetá era Pedro Leme do Prado, com 70 anos, casado com Izabel de Souza, 38 anos. Possuía filhos com sua primeira mulher - Antonio, Hilário, José, Anna, Pedro e Pedro. Tinha como escravos Manuel e Joanna. Os filhos da segunda mulher eram: Izabel, João Miguel, Lazaro, João, Roque e Jorge. Este engenho produzia 50 barris de aguardente por ano[462]. Consta do Livro de termo de Óbitos (ANEXO 52) realizados na Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá que

> [...] Aos vinte e seis de Abril de mil oitocentos e quatorze nesta Matriz de Guaratinguetá faleceu Maria Leite de Jesus, mulher de Pedro Lemes do Prado de edade de quarenta anospouco mais ou menos faleceu de huma frebre maligna com todos os sacramentos, seu corpo envolto em pano

Gonçalves: foi seo corpo envolto com hábito dos Padres de S. Francisco conduzido em procissão, acompanhado por mim e por mais três Reverendo sacerdotes, sepultado nesta Matriz dos púlpitos pra bacho em campa dos Irmaõs das Almas donde era irmão, sua alma foi recomendada de que para constar fis este assento que assigno. Vigº M.el da Costa Pinto (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 14, 1840, p. 109).

[459] Maços de População, DAESP, 1775, p. 482. (ibid., in loc. Cit.)

[460] Foram capitães-mor de Guaratinguetá:1. Domingos Antunes Fialho – Patente confirmada em 10/11/1725/ 2. João Pinto da Costa – Patente de 15/5/1744 / 3. Antonio Galvão de França – Patente de 23/10/1765 / 4. Manuel da Silva Reis – Patente de 01/04/1771 / 5. Jerônimo Francisco Guimarães – Patente de 08/11/1802 (MOURA, 1993, p. 30).

[461] Maços de População, DAESP, 1775, p. 565.

[462] Maços de População, DAESP, 1776, p. 674.

> branco e sepultada nesta Matriz dos púlpitos para baixo, para constar fiz este assento. O Coadjutor Victoriano José dos Santos (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 11, 1814, p. 41).

No ambiente da Igreja estava como sacristão Antonio Corrêa Leite com 25 anos, possuindo dois escravos: Salvador e Constantino; e como Escrivão Eclesiástico Francisco Lescura Banher[463], com 23 anos, casado com Maria Nogueira, de 17 anos, possuindo o casal uma filha de nome Ana. Seus escravos eram Pedro, Anna, Teresa, Luciano e Simão. Como Meirinho da Igreja, Lourenço Pereira dos Santos, com 24 anos, oficial de sapateiro, tinha agregado Francisco Pereira, considerado também oficial desamparado. Neste momento o Sargento João da Silva Cavaco encontrava-se com 50 anos e exercendo o ofício de músico[464]. Em 1778, Cavaco encontrava-se com 53 anos, casado com Francisca Maria de Jesus, com 54 anos e com três filhos - Maria, Francisco e Domingos; e três agregados, Francisco, (ilegível) e Anna, residindo em um sítio próximo à Vila, como já foi mencionado acima, e vivendo de música[465]. O Escrivão Eclesiástico Francisco Lescura Banher já possuia seis éguas, sendo três que iriam dar crias[466].

Identificamos o Oficial de Serrador Antonio (ilegível)[467], com 58 anos, casado com Maria da Conceição, com duas filhas - Anna e Maria, uma neta de nome Margarida, uma agregada e um escravo, Manoel, assim recenseado: trabalha na “M” (Matriz), possivelmente no preparo das madeiras para as obras que deixaram a igreja com as feições que hoje encontramos.

Em 1779, era Vigário da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá o Reverendo Valentim de Prados Aranha. Com 40 anos, possuía dois escravos – Joaquim e Pedro. Era Alcaide na Vila João Ferrª Sª, com 54 anos[468], e estava atuando como sacristão Salvador José de Oliveira, solteiro, com 28 anos. Acrescente-se ainda a presença de três Vigários: o Reverendo Francisco Ang Xer, com 69 anos, Vigário da vara da Vila, possuindo cavalos; o Vigário Manoel Xer de Aguiar, com 34 anos; e o Vigário Mariano, com 80 anos - que possuía três escravos: Apolinário, Rafael e José[469]. Devemos registrar ainda que em 1779 aparece como Oficial de Carpinteiro, vivendo de seu trabalho, Manoel Pinto, pardo forro à época, com 40 anos; e José Pinto, com 55 anos e um filho chamado José, com 18 anos, vivendo do ofício de fazer telhas. O Dizimeiro da Vila, chamado José Bruno de Morais,

---

[463] LESCURA BANHER: DATAÇÃO, 1775, origem Freguesia de Saint Jacques, cidade de Causses, Bispado de Cahors, França e Freguesia de S. Julião, Patriarcado de Lisboa (MOURA, 1993, p. 316 – 317).
[464] Maços de População, DAESP, 1776, p. 592, 608, 616.
[465] Maços de População, DAESP, 1778, p. 898.
[466] Maços de População, DAESP, 1778, p. 903.
[467] Maços de População, DAESP, 1777, p. 910.
[468] Maços de População, DAESP, 1779, p. 1073.
[469] Maços de População, DAESP, 1779, p. 1256, p.1259.

com 38 anos, casado com Joanna Maria, de quem tinha quatro filhos - Francisco, Rosa, João e Anna - possuía uma morada de casas[470].

No ofício para confecção de telhas, intitulado de “fazer” telhas, identificamos Manoel Pinto trabalhando em Diamantina, na Igreja de N. Sª do Carmo: no ano de 1766, “[...] - Recebeu 26/8ªs. de “Abrir a intalha na tarja do Arco Cruzeiro e na Cruz da Ordem” (Lº 1º de “Receita e Despesa” da Ordem 3ª, fls. 7). (MARTINS, 1974, p. 135, Vol. II) e José Pinto em Ouro Preto – 1730/31 – figurando com a respectiva indicação do Ofício (MARTINS, 1974, p. 134, Vol II). Esses dados nos levam a deduzir que possivelmente o trabalho de abertura das talhas dos arcos cruzeiros das igrejas de nossa área de estudo tenha sido realizado por esse “Oficial de Carpinteiro”. Manoel Pinto aparece também como “OURIVES”: “[...] 1794 - Depôs no processo de devassa instaurado pelo Vice Rei Conde de Rezende” (Anais da Biblioteca Nacional, vol.LXI, 1939, p. 239-523) (MARTINS, PASTA Nº 17, CX 419, p. 291).

José Pinto trabalhou na Igreja de S. José como “CARPINTEIRO”, em 1769 e em 1813: “[...] 1769 – junho – Recebeu 53$240 por 122 dias de trabalho não especificado, Capellla mor” (Lº de Receita e Despesa, 1746-1796, fls. 150v., arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA nº 16, CX 419, p. 290); “[...] 1813 – Trabalhou nas obras da igreja, percebendo a diária de $720” (Lº de Férias da nova igreja, 1807-1826, fls. 92v., arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA nº 17, CX 419, p. 291).

Em 1780, estava trabalhando como Oficial de Pedreiro na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Jozé das Neves, com 28 anos, casado com Ana Maria, de 20 anos; e como Oficial de Carpinteiro José Barbosa, com 45 anos – soldado auxiliar. Eram Vigários da Vara da Vila o Reverendo Páraco Angelo, com 70 anos, e Manoel Xavier de Aguirre, com 32, com um agregado chamado Mariano e três escravos: Apolinário, Rafael e José[471]. Em 1782, João da Silva Cavaco encontrava-se com 56 anos, sua esposa Francisca Maria com 57 anos, com os filhos Maria, Domingos e Francisco; tinha como agregados Francisco, Felipe, Manoela, Maria; e já possuía um escravo de nome Antonio. Ainda residia em seu sítio, colhendo alqueires de feijão, algodão, com quatro cavalos e vivendo de sua música. Os Vigários da Matriz da Vila eram o Reverendo Valentim de Quadros, com 43 anos, que possuía dois escravos - Joaquim e Pedro - e dois cavalos; o Reverendo Francisco Angelo Xavier, com 74 anos; e Manoel Xavier de Aguirre, com 38 anos, com um agregado chamado Marianno e três escravos - Apolinário, Rafael e José[472].

[470] Maços de População, DAESP, 1779, p. 1561 e 1562.
[471] Maços de População, DAESP, 1780, p. 33 e 38.
[472] Maços de População, DAESP, 1782, p.340, 397, 354, 351, 498.

Em suas achegas Musicais ao período colonial em Guaratinguetá, Régis Duprat nos traz a informação que João da Silva Cavaco era também alfaiate, embora a documentação de Maços de População não faça menção a esse dado:

> Outro músico que vive em Guaratinguetá desde pelo menos 1765 é João da Silva Cavaco, nascido em Taubaté 40 anos antes. Com dupla profissão de músico e alfaiate vive, em 1783, de cantar. Faleceu na vila, em 1794 (DUPRAT, 1985, p. 73).

O Musicólogo também nos diz sobre a presença na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, na última década do século XVIII, de um entalhador e um carpinteiro: "[...]estão na vila um entalhador, Goardiano José das Chagas e um carpinteiro, Joaquim José Rodrigues, ambos trabalhando nas obras da matriz de Santo Antonio" (DUPRAT, 1985, p. 75).

Chama atenção que em 1782 estava vivendo no ofício "de suas esculturas", Joaquim Francisco Perez de Almeida Corrêa, com 43 anos, casado com Thereza Maria de Jesus, de 35 anos e uma filha chamada Marianna, possuindo quatro escravos: Ignacio, Margarida, Anna e Clara[473]. Esse escultor entrou para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá em 1779 "[...] pagou a entrada com suas penturas [sic] pª a Irmandade" (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DO SANTISSIMO SACRAMENTO DE GUARATINGUETÁ, 1779, p. 49v) e faleceu em 1785. Possivelmente atuava também como "pintor" nos serviços contratados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio; aparentemente são de sua produção as belas e elaboradas imagens conhecidas como "Bolo de Noiva" que se disseminaram pelas Vilas e Freguesias de Serra Acima e em Paraty.

[473] Maços de População, DAESP, 1782, p.351.

Figs. 411, 412 e 413:

Imagens de Santana atribuidas ao Mestre Bolo de Noivas

Fonte: Museu de Arte Sacra de São Paulo - SP

Fonte: Palácio da Alvorada Brasília - DF

Fonte: Igreja de N. S. da Conceição de Paraty Mirim/ Museu de Arte Sacra de Paraty, RJ. André Rosso

Também encontrava-se vivendo de seu ofício de Carpinteiro Antonio da Rocha, com 62 anos, casado com Maria Tereza da Conceição, com 33 anos; possuíam dois filhos: Manuel e Antônio e uma escrava de nome Maria. Manuel Lopes dos Santos, com 60 anos, possuía nove escravos: João, Joaquim, Joaquim, Francisco, João, Anastacio, Benedito, Manoel com 80 anos e Izabel, com 50[474]. Identificamos ainda Antonio da Rocha trabalhando em Itabirito – Igreja de N. Sª do Rosário em 1788: "[...] Recebeu 5/8ªs. "de seis tamboretes[475], que fez para a Capela" (Lº de "Receita e Despesa" da Irmandade do Rosário, da freguezia da Boa Viagem de Itabira, fls. 48, arquivo da Cúria de Mariana, apud MARTINS, 1974, p. 168, Vol. II). O "Carpinteiro" Antonio da Rocha trabalhou na Igreja de S. Francisco de Paula: "[...] 1812- maio 1 a 1813 – abril 30 – Recebeu 89$040 por 116 dias de trabalho não especificado" (Lº 2º de Receita e Despesa da O. 3ª, fls. 44, arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA nº 17, CX 419, p. 307).

Outro fato notável é a presença do carpinteiro Severino Araújo com 52 anos[476], casado com Tomazia de Alvarenga, 30 anos e cinco filhos: José, Joaquim, com 7 anos, Anna, Ritta e Maria. Possuía dois escravos, Anna e Pedro; foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, com entrada em 14 de janeiro de 1768; estava ausente de 1769 até 1781 conforme registro em seus anuais, compreendendo o período em que se retirou

[474] Maços de População, DAESP, 1782, p. 498, 500.
[475] Móvel que tem origem na segunda metade do século XVIII, inicialmente confeccionado em madeira nobre com assento de sola lavrada, sem braços, para acomodar as saias de armação usadas pelas damas da corte e a indumentária religiosa nas igrejas.
[476] Maços de População, DAESP, 1782, p. 500.

para a Vila do Facão. Na confecção de sua talha a datação é anterior à da Matriz de Guaratinguetá. Esse carpinteiro também trabalhou na Vila do Facão: em 1776, estava com 29 anos e casado com sua mulher Tomazia de Alvarenga, com 25 anos de idade e com os filhos José e Joaquim. Seus escravos eram Anna, Elena e Marcelino.

QUADRO Nº 21
ARTESÃOS REGISTRADOS NO CENSO DA FREGUESIA DO FACÃO CUNHA - SP

Freguesia do Facão – Cunha-SP			
Nome	**Batismo**	**Ofício**	**Fonte**
Manoel (escravo)	1724	Carpinteiro	M. P. 1778, p. 1.162
Manoel Lopes dos Santos	1726	Carpinteiro	M. P. 1776, p. 765; 1778, p. 1162; 1783, p. 880; 1784, p. 1044
Lourenço Alves de Aguiar	1726	Carpinteiro	M. P. 1776, p. 771
Antonio da Rocha	1726	Carpinteiro	M. P. 1776, p. 770; 1783, p. 877; 1784, p. 1042
Severino de Araujo	1730	Carpinteiro	M. P. 1776, p. 770; 1783, p. 879
Thimoteo Vaz Fernandes	1733	Pintor	M. P. 1783, p. 881; 1784, p. 1043
Manoel Leite de Miranda	1750	Músico	M. P. 1776, p. 768
Antonio Alvarenga de Crazto	1752	Carpinteiro	M. P. 1784, p. 1044
José Gomes Botelho	1754	Músico	M. P. 1784, p. 1046
Maximo Cordeiro (soldado da cavalaria)	1757	Carpinteiro	M. P. 1776, p. 783, 1778, p. 1.182
Anna Jasintha de Gal.	1761	Ourives	M. P. 1806, p. 108
Salvador Pereira da Silva	1765	Tropeiro	M. P. 1806, p. 175
Francisco Gomes de Araujo (cabo)	1786	Marceneiro/Entalhador	M. P. 1806, p. 106 e 130

Fonte: Maços de População

Anotamos também outro carpinteiro, de nome Ignacio José Vieira, com 32 anos e um escravo de nome Antonio, com 30 anos, embora com seu ofício, há o registro [...] Vive de seu officio de Carpinteiro (Esse está no Caminho Novo) (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1782, p. 640). Com o término das obras do Caminho Novo deslocamentos nítidos já eram vistos na segunda metade do setecentos:

> O caminho por Parati, no entanto, não foi ainda de todo abandonado, nem mesmo depois de 1767, quando terminaram afinal as obras mais importantes da nova estrada, mas seus efeitos começaram a se fazer sentir cada vez mais e mais na terra paratiense, paralisando aos poucosseu ativíssimo comércio e incentivando a venda da escravaria desnecessária já às “tropas”. Em 1751, ainda se preferia o caminho Marítimo-Terrestre para as Minas, mas com o correr dos anos foi ele sendo trocado pela via inteiramente terrestre, caindo em desuso. Mas era tal a pujança de Parati, tão grandes eram suas riquezas e poderio econômico, tantos eram os produtos de sua lavoura exportados, que Parati resistiu quase um século a um crescente esvaziamento, e a debacle final só chegou mesmo após o advento da Lei Áurea (GURGEL e AMARAL, 1975, p. 47-48).

É de notar que na década de 1780 a 1792 há maior concentração de carpinteiros, escultores e entalhadores na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, alguns deles possuindo muitos escravos, inclusive quatro anos depois de possivelmente concluída a talha da Matriz de Cunha. Somos levados a deduzir que houve o deslocamento, novamente para Guaratinguetá, de Severino Araújo, num período de efervescência para a conclusão dos retábulos da igreja Matriz.

Em 1783, aparece como 1º Sargento João da Silva Cavaco, com 58 anos, casado com Francisca Maria, com 59 anos e possuindo quatro filhos, a saber: Maria, Domingos, Manoel e Francisco, e com quatro escravos: Antonio, Francisca forra sua mulher, uma filha de nome Uelipda, Marcelina e Maria. Ainda "[...] Possue hum cítio colhe alqueires 20, de Arroz 10, Cavallos 3, Algodão 3, Morador de cazas na V.ª 1, Vive de cantar" (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1783, p. 707). O Reverendo Izidoro Royz Leite com 51 anos, encontra-se na Vila vivendo de sua ordem, possivelmente a Ordem Franciscana e possui três escravos, a saber: José, André e Francisco[477]. Curiosamente registramos Antonio Corrêa, com 29 anos, identificado como cunhado de Constantino – escravo de 15 anos, vivendo de sua música, o que comprova a presença de familiares de outras etnias na parte social de igreja[478]. Francisco, preto – forro, com três filhos José, Marcelino e Marianna, este era Capitão do Mato e vivia também de seu ofício de carpinteiro[479]. Valério da Silva era viúvo, com 67 anos e cinco filhos: Anna, Rosa, Gertrudes, Diogo e Manoel e vivia na ocasião de ser camarada em tropas[480].

Em 1784, era Capitão Mor Manoel de Souza, com 50 anos, casado com D. Ignez Galvez da Cruz, com 41 anos. O casal tinha seis filhos: Manoel, Antonio, Anna, Escolástica, Mercínio e José, possuidor de muitos escravos, com duas casas na Vila, era proprietário de um sitio no Caminho Novo em que colhia o milho e feijão em alqueires[481]. Identificamos ainda Antonio Nogueira, com 42 anos, casado com Francisca Pereira da Silva, com 38 anos, atuando como Auxiliar de (ilegível), possuindo cinco filhos: Antonio, Anna, João, Gertrudes, May do (ilegível) 88. Possuía uma chácara em que colhia milho em alqueires, escrevia e tinha seu ofício de Carpinteiro[482]. Este carpinteiro trabalhou no Palácio do Bispado, em Mariana, em 1753: "[...] Trabalhou nas obras do palácio" (Autos do Libelo Cível, em que é Autor Francisco Ribeiro da Silva e Réu D. Frei Manoel da Cruz, fls. 24, arquivo da Cúria de Mariana, apud MARTINS, 1974, p. 69, Vol. II). Também identificamos Thimotio Váz Fernandes, com 40 anos, casado com Rita de Siqueira, com

[477] Maços de População, DAESP, 1783, p. 709.
[478] Ibid., p. 716.
[479] Maços de População, DAESP, 1783, p. 730.
[480] Maços de População, DAESP, 1783, p. 786.
[481] Maços de População, DAESP, 1784, p. 1293, 1294, 1295.
[482] Ibid., 1784, p. 1299.

30 anos, com uma filha chamada Anna e um neto de nome Francisco; consta no recenseamento de 1783 e 1784 como possuidor de um sítio na Vila do Facão [...] “vivia de sua arte de pintor” (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1783, p. 1043).

Como Capitão de Cavalaria, vamos encontrar Manoel Galvão de França, com 33 anos e possuindo escravos. Curiosamente vamos encontrar também um membro da família Amaral Gurgel, do Inconfidente Salvador Carvalho da Cunha Amaral Gurgel[483], chamado Martinho do Amaral Gurgel, que “[...]. Vive de fazer violas” (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1784, p. 1239).

Segundo Gurgel e Amaral “[...] nos limites de Guaratinguetá – Paraty fixaram-se no decorrer do século XVIII vários outros membros da já numerosa família AMARAL GURGEL radicados em São Paulo” (GURGEL e AMARAL, p. 29 – 30). Nesse mesmo ano de 1784, um dos mais importantes Senhores de Engenho da Vila era Antonio da Silva Bravo, com 70 anos, casado com Maria Manoela, 70 anos, possuindo três filhos: Antonio, Mariana e Margarida; e escravos. Apresenta-se registrado com um Sítio, possuindo um “Engenho de Cana” e faz aguardente em barris[484]. Em 1789, era Capitão Mor na Vila Manoel da Silva Reiz.

Constatamos que estavam presentes os ofícios de carapina[485], carpinteiro, marceneiro, ferreiro, Senhor de Engenho, fábrica de açúcar, e ganham de salários como camarada no “caminho”, atestando essas atividades no caminho que ligava as vilas e freguesias[486] de Serra Acima.

Em 1790, encontramos também Manoel de Souza Lima, com 40 anos, casado com Marianna Leme, com 30 anos, possuindo quatro filhos: Joaquim, Anna, Maria e Vitoriano, vivendo de seu ofício de Carpinteiro; João Germano, com 54 anos, casado com Maria Domingas, com 56 anos e com uma filha de nome Maria e quatro agregados: João Barbosa, Anna Francisca da Silva (ANEXO 53), que tinha um filho de nome João e Bárbara Maria. Possuía uma morada de casas, vivendo de seu ofício de carpinteiro.

Outros moradores da Vila de Santo Antonio foram: Matheos de Souza S., com 50 anos, que possuía uma morada de casas e vivia de seu ofício de carpinteiro; João da Sylva

---

[483] Era filho do capitão-mor Salvador Carvalho Cunha do Amaral Gurgel e de Domiciliana de Jesus. Residiu no Rio de Janeiro, e após tirar a carta de praticante de cirurgia em 1787, mudou-se para Vila Rica entrando em contato com os movimentos das ideias iluministas. Em 1792, teve a pena comutada para degredo na na Ilha de Moçambique onde viveu até sua morte em 10 de dezembro de 1812.

[484] Maços de População, DAESP, 1784, p. 1498.

[485] Segundo Caio Boschi, eram os profissionais no exercício da profissão do trato da madeira, deviam ser menos qualificados que os oficiais de carpintaria e marcenaria. No período colonial vamos encontrar também o termo “carapina”, designando o carpinteiro de obras de madeira em geral, exceto as construções e reparações navais. Segundo consta a diferença entre o carpinteiro e o marceneiro está no processo de trabalhar a madeira, onde na carpintaria a madeira é beneficiada para ser utilizada nas coberturas, assoalhos e forros enquanto que na marcenaria o trabalho é mais direcionado para a confecção de objetos complementares a arquitetura, porta, janelas, armários, cômodas entre outros.

[486] Maços de População, DAESP, 1790, p. 1.

Ramos, com 50 anos, casado com Joana Antunes de Siqueira, de 32 anos, com quatro filhos: Anna, Ignacia, Roza e Joaquim e um escravo de nome Gregorio, também vivendo do ofício de carpinteiro. Era possuidor de uma morada de casas, cabeças de gado, éguas produzindo crias e vivia de seu ofício de carpinteiro.

Encontramos outro carpinteiro de nome João Ribeiro, com 70 anos, vivendo de seu ofício; e Joaquim José Roiz, com 40 anos e sua mulher Brízida Joaquina, com 29 anos, possuindo quatro agregados: Francisco de Paula, Domingos José, Manoel e José; tinha por escravos Joaquim, Catarina e Maria. "[...]. Vive do Seu ofício de carpinteiro, trabalhando na obra desta Matriz" (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1790, p. 20). Joaquim Roiz trabalhou também na Igreja de São José como "CARPINTEIRO" em 1814: "[...] Trabalhou nas obras da igreja, percebendo a diária de $560" (Lº de Férias da nova igreja, 1807-1826, fls. 78, arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA nº 17, CX 419, p. 312. Devemos destacar que em 1790 estava como Tenente agregado Francisco Lescura Banher, com 37 anos, casado com Maria Nogueira de França, com 30 anos, com cinco filhos: Anna, Teodora, Maria, Manoel e Francisco - e doze escravos: Pedro, Antonio, Simão, Luciano, André (ilegível), Antonia, Esperança, Joaquim, Germana e José. Nesse momento possuía um sítio em que colhia alqueires de milho, feijão, arroz e com cabeças de gado em que possuíam crias, bem como cavalos. Era Páraco e Vigário da Matriz Joaquim (ilegível), com 36 anos e um escravo de nome João, possuindo cavalos. Anotamos ainda a presença de mais dois carpinteiros, possivelmente irmãos: Salvador Roiz Leyte, com 22 anos, casado com Maria, de 20 anos, possuindo dois filhos, Margarida e Inez; e José Roiz, com 28 anos, "Cabo de Esquadra", casado com Izabel, com 21 anos de idade, possuindo duas filhas: Mariana e Anna. Ambos possuiam morada de casas na Vila, cavalos e viviam de seu ofício de carpinteiro[487].

O Carpinteiro José Roiz residiu e trabalhou na localidade de Tapera, próxima a Conceição do Mato Dentro – MG., na região da Estrada Real "[...] 1736 – "mor. na Tapera, com o seu offº de Carpintrº, e pagou duas outavas e meya, e outo grãos de ouro" (Códice nº 53, fls. 37, Arquivo Público Mineiro) (MARTINS, 1974, p. 179, Vol. II) e no mesmo ano registrou seu oficio: "[...] 1736 – Figura, com a respectiva indicação do oficio, a fls.. 6v., Lº nº 60, "Registro de petições e despachos – ofícios e lojas no Serro-Frio, fls. 6v., 1ª Seção Colonial, Arquivo Público Mineiro" (MARTINS, 1974, p. 179, Vol. II). Curiosamente, devido aos deslocamentos que faziam os profissionais para exercer seus ofícios, vamos encontrar esse carpinteiro em Tiradentes, Matriz de Santo Antonio, com os seguintes registros: "[...] 1749/1750 – Recebeu 15/8ªs. "por jornais" que venceu nas obras da Igreja" (Lº 2º de "Receita e Despesa" da Irmandade do S.S. Sacramento, fls. 97v) (MARTINS, 1974, p. 180,

[487] Maços de População, DAESP, 1790, p. 13, 14, 16, 20, 23, 26, 28 e 38.

Vol. II) e pelos acréscimos realizados na referida Matriz [...] 1750/51 – Recebeu 15/8ªs. de jornais que venceu na obra do acrescentamento da igreja (Lº cit., fls. 97) (MARTINS, 1974, p. 180, Vol. II). Consta no livro de termo de Óbitos realizados na Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá que

> [...] Aos dezessete de Abril de mil oitocentos e quatorze nesta Freguesia de Guaratinguetá faleceu José Rodrigues de idade sincoenta anos para mais ou menos casado com Barbara Raposo faleceo de tumor maligno, seu corpo foi envolto em linho sendo sua alma Recomendada, para constar fiz este assento. O Coadjutor Victoriano José dos Santos (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 11, 1814, p. 41).

Em 1791, estava vivendo de seu ofício de carpinteiro Ignácio Correa Barbosa, com 58 anos e um agregado, Manuel de Paula[488]. Em 1792, encontramos como Capitão-Mor da Vila Manoel da Silva Reis, casado com Ignez Galvez da Cruz, com filhos e muitos escravos. Anotamos ainda a presença de Gabriel Alves da Silva, auxiliar de ajudante com 22 anos, casado com Margarida Nunes da Silva, com dois filhos, Anna e Maria e dois escravos: Benedicta e José: "[...] Possue morada de Caza na Vila e Vive de seu officio de entalhador" (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1784-1792, 07.02.058, p. 204); e também de Goardiano Jozé das Xagas[489], com 48 anos: "[...] Vive de Seu officio de entalhador" (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1792, p. 206). O Reverendo José da Costa Portella, com 41 anos, com um agregado chamado Manoel e um escravo de nome João, possuía cavalos e está caracterizado como "Vive de sua Ordem", possivelmente a Franciscana.

Os registros de Batizados de Manoel e Anna, filhos de Goardiano das Chagas e Isabel Maria da Conceição em 1796 e 1800 (ANEXO 54) já denunciam a presença desse entalhador realizando trabalhos de talha em Guaratinguetá, no período de 1792 a 1800, conforme as certidões assim registradas nos livros de termos de Batizados da Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá:

> Aos vinte e ham diaz do mês de fevereiro de mil sete centos, noventa seiz annos nesta Matris de Santo Antonio de Guaratinguetá baptisei e pus os Santos Oleos a **Manoel**, filho legitimo de Gordiano José das Chagaz, e Isabel Maria da Conceiçam, moradores desta Villa: foram padrinhos Reverendo Vigario da Vara Manoel Marques, e Ritta Maria de Araujo, solteira; todos fregueses desta Matris. P Vigario Joam Gonçalves Lima (LIVRO Nº 08, TERMO 33, 1796, p. 17v).

---

[488] Maços de População, DAESP, 1791, p. 289.

[489] Possivelmente esse entalhador realizou trabalhos de talha em Paraty em 1788, 1789 e 1791, quando nasceram seus três primeiros filhos. No recenciamento de 1809 encontramos Goardiano José das Chagas com 63 anos, natural do Rio de Janeiro, casado com Izabel Maria com 40 anos sua mulher, natural da V. de Paraty, cadastrado sob o número 103, em suas ocupações e casualidades como "Vive do Seu Ofício de Intalhador", já possuía cinco filhos, João, natural de Paraty, 18 anos, Manuel, natural de Guaratinguetá, com 14 anos, Joaquina, natural de Paraty com 21 anos, Maria, natural de Paraty com 20 anos e Ana, natural de Guaratinguetá, com 9 anos, possuíam um escravo de nome Antonio (Crioulo), com 24 anos e Anna, sua agregada de Paraty com 49 anos (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1809, p. 311, 05204-027).

Acreditamos que, na finalização da talha setecentista e oitocentista da Matriz de Guaratinguetá, tenha havido a participação de Goardiano das Chagas, juntamente com outros oficiais desse período. Sua atuação em Guaratinguetá, conforme os recenseamentos de Maços de População, teria ocorrido a partir de 1792, após o nascimento de seu filho João, em Paraty, em 1791 - e de sua filha Ana em 1800, em Guaratinguetá:

> A dezenove de julho de mil eoito centos, nesta Matris baptisei e pus os Santos Oleos a **Anna**, filha de Gordiano José das Chagas e sua mulher Isabel Maria da Conceicao, moradores desta freguesia, nascida a dous do corrente: padrinhos Manoel Gonçalves Franco, e Maria filha solteira de Manoel Gonçalves Franco todos moradores e fregueses desta Villa. O P.^{e} José de Faria (LIVRO 10, TERMO 1º, 1800, p. 20v).

Os anos de 1792, 1793 e 1794 podem ser caracterizados em nossas pesquisas como sendo os de maior concentração de carpinteiros e entalhadores na Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá; constatamos também a presença de Matheos de Souza Machado com 40 anos como "Auxiliar de [ilegível]" com um agregado de nome José, possuindo moradas de casas na Vila e "Vive de Seu offício de Carpinteiro". Devemos destacar que Matheos de Souza Machado entrou para a Irmandade do Santissimo Sacramento da Vila em 13 de abril de 1789 e "[...], assinou com uma cruz por não saber ler nem escrever" (Livro Caixa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1759 - 1804, nº 01, p. 69). João da Silva Ramos, com 52 anos, casado com Joana da Silva, 43 anos e com quatro filhos: Anna, Ignacia, Roza e Joaquim, possuía moradas de "Cazas na Vª e Vive de Seu officio de Carpinteiro"; João Barboza Almeida, com 30 anos, casado com Anna Francisca, com 24 anos e dois filhos, João e Manoel, "Vive de Seu offício de Carpinteiro".

A presença de Joaquim José é novamente constatada, desta vez com 30 anos e casado com Brízida Joaquina, com 27 anos e quatro escravos: Niculáo, Joaquim, Catharinae Maria, possuindo dois cavalos, com três agregados, Manuel, Francisco e José e vivendo "de Seu offício de Carpinteiro". O Reverendo Francisco Joaquim de (ilegível), 38 anos e com dois escravos Caetano e João, possuía três cavalos e "Vive de Cer vig^{ro} desta Matriz"; Salvador Roiz Leyte, com 28 anos, casado com Maria da Silva com 22 anos e os filhos: Margarida e Ignez, "possuía uma morada de Cazas na vila e vivia de "Seu offício de Carpinteiro". Consta no livro de termo de Óbitos (ANEXO 55) realizados na Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá que

> [...] Aos dois de fevereiro de mil oito centos edois nesta Freguesia bairro da Villa, sem sacramento faleceu da vida presente por morte repentina em sua casa Salvador Rodrigues Leite, natural desta freguesia dele que casado era com Maria da Silva, tinha ele a edade de quarenta sete annos e seo corpo foi amortalhado em pano de linho e sepultado no adro da Matriz sua alma foi recomendada, sem testamento por ser pobre. Vigº Coad.^{tor} José de França Costa (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 07, 1802, p. 13).

Encontramos ainda menção ao reverendo Izidorio Leyte, com 54 anos, com um escravo de nome Onore e do qual se afirmava que “Vive de sua Ordem”; José Royz, com 24 anos, casado com Izabel Maria, 16, e três filhos - Marianna, Anna e Jozé, “Possue morada de Cazas e Vive de Seu offício de Carpinteiro”; Francisco Lescura Banher, com dois agregados, José e Maria Nogueira, ainda permanecia como “Escrivão da Igreja”; Salvador Rodrigues, com 32 anos, casado com Maria Gomes de Siqueira, com 23 anos e dois filhos - Margarida e Ignes - “Vive de Seu offício de Carpinteiro”; João da Silva Ramos, com 52 anos, casado com Joana Antunes, de 56 anos e com três filhos, Joaquim, Anna e Rosa, “Possue moradas de Cazas, Vive do seu Offício de Carpinteiro”; Joze Rodrigues da Silva, Cabo de Esquadra, com 24 anos, casado com Izabel Maria, de 22 anos, com três filhos - Joze, Mariana e Anna, “Vive de Seu offício de Carpinteiro”[490].

Destaque-se que Jozé Rodrigues da Silva trabalhou em Minas Gerais, nas cidades de Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete e Sabará. Sua primeira atuação ocorreu em Ouro Preto, como Oficial de Antonio Francisco Lisboa, na Igreja de São Francisco de Assis: “[...] 1773/74 – Recebeu 9$000 de “Jornais dos Andaimes do Bart.[e] e mais 18$000 do andaime do barrete”[491] (Lº 1º de “Receita e Despesa” da Ordem 3ª, fls. 115 e 115v.) (MARTINS, 1974, p. 236, Vol. II). Na Matriz de Conselheiro Lafaiete observamos que embora em Maços de População seu registro seja de Cabo de Esquadra[492], era reconhecido também como mestre carpinteiro, como se verifica:

> [...] 1772 – agosto 8 – “Auto de vistoria que se procedeu na igreja, em 8 de agosto de 1772, feito pelos mestres pedreiros Teotonio José de Oliveira, Mel. Fernandes Torres e Pedro José Ribº e pelos mestres carpinteiros José Ferreira de Pinto e José Rodrigues da Silva”, alegando os referidos mestres que a igreja vinha sendo construida há 17 anos e que as obras de douramento e talha atingiram a quantia de 4:920$000; o corpo da igreja, inclusive o frontispício de cantaria, a 8:400$000 e, para terminar a obra e completar o dito frontispício, rebocar o corpo da igreja e retelhá-la, necessitavam de 4:813$600. Alegaram ainda que o trabalho devia ser executado imediatamente, em virtude estar paralizado há 12 anos (Lº nº 175, Maço 14, “Originais de ordens regias e cartas e avisos”, Seção Colonial, S.G., Arquivo Público Mineiro, apud MARTINS, 1974, p. 236, Vol. II).

---

[490] Maços de População, DAESP, 1792, p. 198, 199, 204, 206, 207, 208, 214, 220, 223, 224, 229, 362, 368, 379, 394, 398, 401.

[491] O texto faz referência à abóboda em forma de barrete de clérigo da Capela-mor da Igreja de São Francisco de Ouro Preto, confeccionada em estuque, conforme desenho dos arquivos da Ordem Terceira de São Francisco quese encontram no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. A abóbada foi decorada ao centro com um anjo florista e frutescências (amarrado ou feixe de frutos) e nos pedantifes quatro medalhões de gosto rococó contendo imagens de Santos Franciscanos Doutores da Igreja em baixo relevo, cujos nomes são identificados: São Boaventura (1221-1274), considerado o maior teólogo e segundo fundador da Ordem Franciscana; Santo Antonio de Lisboa (1195-1231), famoso taumaturgo e pregador; Santo Ivo (1270-1310), patrono dos Advogados dos Pobres; São Conrado (– 1351) confessor e modelo de desapego aos bens materiais.

[492] Espécie de graduação existente nas forças armadas que faz referência à primeira ou segunda graduação a ser obtida por um soldado. Este termo vem do latin “caput” (cabeça) para designar as esquadras constituídas pelas companhias de Infantaria.

Em Sabará na Igreja de N. Sª do Carmo, trabalhou com o mestre, Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho: "[...] 1781 – novembro 25 – Tendo como mestre o Aleijadinho, foi ajustado ao mesmo tempo que outros oficiais para as obras das grades do corpo da igreja, púlpitos, coro e campamento, com o salário de 12 vinteins por dia (Lº de "Termos" da Ordem 3ª, fls. 72)" (MARTINS, 1974, p. 236, Vol. II). Este carpinteiro também trabalhou na Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, em Ouro Preto na segunda metade do século XVIII e, pelo que se constata em seus pagamentos, o referido carpinteiro também realizava outros serviços além de altares, castiçais de madeira entalhada, e a confecção de alcatruzes[493] para a condução de água, como se observa a seguir:

> 1789/90 – Recebeu 12/8ªs. e ½ "de varias obras que fes para a Irmandade" (Lº de "Receita e Despesa" da Irmandade do Rosário, fls. 50);
> 1790/91 – Recebeu 52/8ªs. "da fatura dos dous Altares Colaterais junto ao Arco Cruzeiro"; 6/8ªs. e ½ e 4 vs. "de seu officio de carpintrº"; 96/8ªs. "pelo feitio de três Altares que se fizerão de novo na Capella desta Irmandade" (Lº cit., fls. 55, 65 e 66);
> 1795/96 – Recebeu 6/8ªs. do "feitio de Alcatruzes pª o repuxo da água" (Lº cit., fls.90);
> 1798 a 1799 – Recebeu 14/8ªs. "da Fatura de dez castissaes de Madrª de Talha"" (Lº cit., fls. 112, apud MARTINS, 1974, p. 237, VOL. II).

Germain Bazin, ao discorrer sobre a escultura monumental de Antonio Francisco Lisboa, também nos deixou preciosas informações, nas quais menciona os operários que com ele trabalharam, além dos aprendizes:

> Conhecemos seus nomes: José Soares, Thomas Vellasco, José Roiz, Joachim da Silva. Êstes são, segundo a deliberação da mesa, "seus operários habituais"; os três mais experientes recebem um salário mais elevado; os aprendizes são só alimentados Cf. ZOROASTRO VIANNA PASSOS, em torno da história do Sabará (42), págs. 158 - 159. Sabemos, aliás, por Brêtas, que ele tinha um escravo negro de nome Maurício, que trabalhava como entalhador, que o acompanhava para todo lado e com quem dividia os salários. Êle teria morrido em Congonhas quando seu mestre trabalhava no Santuário. Brêtas assinala mais dois escravos negros, Januário e Agostinho; este último foi encontrado no obituário da paróquia de N. S. da Conceição, onde está mencionado como tendo morrido a 10 de julho de 1794 (Cf. A.F. LISBOA (16) pág. 39, nota 12). Conhecemos ainda Justino Ferreira de Andrade que, no fim da vida, abandonou seu mestre (BAZIN, 1971, p. 155).

Conforme Certidão de Óbito extraída do Livro de Termo de Óbitos da Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá, verifica-se o nome de José Rois (ANEXO 56), com a idade de 50 anos, casado e falecido em 1814:

> [...] Aos dezessete de Abril de mil oitocentos e quatorze nesta Freguesia de Guaratinguetá faleceu José Rodrigues de idade sincoenta anos para

[493] Manilhas que eram utilizadas como condutores de água, podendo ser confeccionadas em pedra, pedra sabão ou louça vidrada. Em Minas Gerais foram adotados os alcatruzes em pedra sabão de forma hexagonal ou octogonal, medindo aproximadamente 10cm de diâmetro e 50cm de comprimento, sendo as suas juntas fixadas com cal e areia, betume e azeite de mamona.

> mais ou menos casado com Barbara Raposo faleceo de tumor maligno, seu corpo foi envolto em linho sendo sua alma Recomendada, para constar fiz este assento. O Coadjutor Victoriano Je. dos Stos (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 11, 1814, p. 41,).

Em 1793, era dizimeiro da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá Joaquim de Souza Matheos, com 38 anos, casado com Anna Maria, com 38 anos. Residia também em sua casa uma sobrinha de nome Gertrudes. Possuindo três escravos - Rosa, Francisca e Angela, era proprietário de bestas, mulas e cavalos. Anotamos Manoel Ferreira da Sylva, com 35 anos, casado com Anna Caetana (ANEXO 57), com 22 anos e três filhos, Manoel, Maria e Tiodora e uma escrava de nome Valéria, o qual "Vive de Seu officio de carpinteiro"; Joaquim de (ilegível) Garcia, com 28 anos, casado com Marianna Rodrigues, com 30 anos e dois filhos, Manuelina e Maria, tendo o registro "Nada Possuem e Vive do offício de Carpinteiro". Este carpinteiro realizou seu casamento em 13 de janeiro de 1789, com Anna Caetana de Jesus[494]. Em sua Certidão de Casamento, extraída na Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá, (ANEXO 58) fica evidenciado o elo que se fez entre os artífices no setecentos, através do trajeto percorrido pelo mar - Rio de Janeiro, Ilha Grande, Paraty, Caminho Velho e freguesias de Serra Acima, áreas objeto de nossos estudos, bem como Lisboa, Ilha da Madeira e Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores, assim descritos:

> [...] se receberam solemnemente por palavras de presente **Manuel Ferreira da Silva** e **Anna Caetana de Jesus**. Elle contrahente natural da Villa de Paraty do Bispado do Rio de Janeiro, filho legitimo de Nicolao Ferreira Freire, e de Francisca de Jesus, ambos naturaes da mesma Villa de Paraty do supradito Bispado do Rio de Janeiro. Avôs paternos Felipe Freire e Margarida Gonçalves, aquelle natural da Ilha Grande, e esta da Vila de Paraty do já dito bispado. Avôs paternos, digo, avôs maternos Domingos da Silva Camaxo, e Anna de Freitas, aquelle natural da Ilha da Madeira e esta da Villa de Paraty: e ella contrahente natural da freguesia de Nosa Senhora da Candelaria da cidade e Bispado do Rio de janeiro, filha do Alferes Caetano Alberto Correa, natural da mesma freguesia da Candelaria da mesma cidade e Bispado já dito e sua mulher Maria de Almeida de Gusmão, natural desta Villa. Avôs paternos Antonio Francisco da Costa natural da freguesia de São Julião ou de São Nicolao da Costa, e cidade de Lisboa, e Isabel Maria de Jesus natural ou da Ilha Terceira ou da Ilha do Farol: Avôs maternos Joseph Pinto de Gusmao natural da Villa de Taubaté deste Bispado e Maria da Motta, natural desta Villa. E logo receberao as bençans de que para constar fiz este asento que asigno com suas supras testemunhas. O Vigrº Manuel Lescura Banher.- Manoel da Silva Neves.- Victoriano José da Costa (LIVRO DE CASAMENTOS, Nº 03, 1789, fl. 43).

Manoel Ferreira da Silva aparece também como "Marceneiro" em 1752: "[...] Morador na rua do Sabão, foi admitido na Irmandade de S. José" (Lº de Contas Correntes, 1746 - 1820, fls. 151v., arq. da igreja de S. José); trabalhou também como Entalhador na Igreja de S. Francisco de Paula: "[...] 1802 – Trabalhou nas obras da igreja, como oficial

[494]Anna Caetana de Jesus, faleceu com 40 anos em 15/04/1811 (LIVRO DE ÓBITOS, 1811, p. 113).

de Valentim da Fonseca e Silva" (Lº 1º de Receita e Despesa da O. 3ª, fls. 5, arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA Nº 17, CX, 419, p. 363).

Consta no Livro de termo de Óbito da Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá – SP, o registro do óbito de Anna Caetana de Jesus. Embora sua Certidão de Casamento faça menção a sua naturalidade como sendo do Rio de Janeiro, o documento de óbito menciona a Vila de Guaratinguetá como local de nascença:

> Aos quinze de Abril de mil oito centos e onze annos, nesta Freguesia de baixo da Villa com, todos os sacramentos de idade de quarenta anos pouco mais ou menos de Hidropisia faleceo da vida presente **Anna Caetana**, branca, casada que era com Manuel Ferreira da Silva, natural desta Villa e filha do Alferes Caetano Alberto Correa: foi seo corpo amortalhado em habito seráfico; acompanhado do Merito Reverendo Parocho, e mais de seis Reverendos Sacerdotes, e tão bem acompanhado da Irmandade do Santíssimo Sacramento, e sepultada em huma das Campas da mesma Irmandade donde seo marido hera Irmão, sua Alma foi por mim; digo foi encomendada;de que para constar fiz este assento que assignei. O Coadjutor Mel. Da Costa Pinto (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 11, 1811, p. 113).

Identificamos também José da Silva Ramos, com 50 anos, casado com Joana Antunes, de 52 anos e três filhos: Joaquim, Anna e Rosa - e "Possue Eú Sítio em que colhe o milho em alqueires, feijão e Vive do Seu Offício de Carpinteiro"; Matheos de Souza Caetano, com 58 anos, servindo de auxiliar de ajudante, com dois escravos, Maria e Teodoro e como agregado José e "Possue morada de Cazas na Vila, Vive de Seu Offício de Carpinteiro".

Destaca-se que em 1793 o entalhador que possivelmente trabalhou nas obras da talha da Igreja Matriz de Santo Antonio, Goardiano José, já estava com 56 anos, casado com Izabel Maria e com três filhos - João, Joaquina e Maria. Era possuidor de dois escravos, Antonio e Francisco e registrado como: "[...] Nada possue, Vive de seu offício de entalhador" (MAÇOS DA POPULAÇÃO, 1793, p. 566). Chama atenção ainda, em 1793, o registro de Brízida Joaquina, com idade de 30 anos, como "viúva", com um agregado e quatro escravos: Niculáu, Joaquim, Catarina e Maria; devemos registrar que encontrava-se vivendo de suas costuras, pois que pelo que se percebe já havia ocorrido o falecimento de Joaquim José Roiz, integrante das obras da Matriz de Santo Antonio, em 1790. Seu Óbito ocorreu em 1834 (ANEXO 59), como irmã da Irmandade das Almas da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá:

> Aos catorze de Dezembro de mil oito centos etrinta quatro nesta Villa com todos os sacramentos de edade deoitenta annos ao que parecia, faleceu da vida presente Brigida Joaquina da Conceiçaõ viúva por falecimento de Joaquim José Rodrigues natural da cidade de S. Paulo: foi seo corpo envolto com hábito seráfico e conduzido na tumba da fabrica e depositado dentro desta Matriz abacho do coro na campa da Irmandade das Almas donde era irmã, acompanhada por mim e por oito reverendo sacerdotes

> e sua alma foi recomendada. Não fez testamento e de que para constar fiz este assento que assigno. O Vigº M.el da Costa Couto (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 14, 1834, p.14).

Encontramos também Francisco Paullo de Siqueira, com 22 anos, com a identificação “Não possue Vive de Seu offício de Carpinteiro”; o Cabo de Esquadra José Rodrigues da Silva, com 26 anos, casado com Izabel Maria, com 22 anos e com três filhos, a saber: José, Mariana e Anna. Segundo seu registro “Possue moradas de Cazas, Vive do Seu Offício de Carpinteiro”.

Salta aos olhos a presença de mais um entalhador trabalhando na Vila, provavelmente na Matriz: trata-se de José Joaquim, com 28 anos, que “[...] Nada possue Vive de Seu offício de entalhador” (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1793, p. 596). Identificamos no início do Século XIX a atuação deste entalhador em Mariana, MG, na Catedral de N. S. da Assunção, também com o ofício de pintor: “[...] - 1821 – Recebeu 2$400 “de olear a porta da Sacristia” (Lº de “Receita e Despesa” da Sé Catedral, fls. 152v., apud MARTINS, 1974, p. 344, VOL. I). José Joaquim trabalhou na Igreja de São Francisco de Paula como “CARPINTEIRO” em 1803 – “[...] maio 1 a 1804 – maio 3 – Recebeu 132$160 por 236 dias de trabalho não especificado” (Lº 2º da Receita e Despesa da O. 3ª, fls. 8, arq. da respectiva igreja) na Igreja de S. José. Em 1809 trabalhou nas obras da igreja, percebendo a diária de $880 (Lº de Férias da nova igreja, 1807-1826, fls. 36, arq. da igreja de S. José). Em 1815, trabalhou como “MARCENEIRO” “[...] maio 27 – Registrou carta de exame de ofício de marceneiro” (Lº de Registro e Provisão, 1815-1818, catálogo Nº 76, fls. 43v., arq. da Prefeitura do ex-Distrito Federal) (MARTINS, PASTA Nº 16, CX 419, p. 178).

Na época estavam oficiando como Vigários na Matriz o Reverendo Vigário Francisco Joaquim de Toledo, com 34 anos e três escravos, Caetano, José e Manuelino. “[...] Possue Cavallos de servir, Vive de ser vig. nesta Vª” (Maços de População, 1793, p.596) e o Reverendo João da Costa Portella, com 39 anos e dois escravos: João e Manuel “[...] Possue cavallos de servir Vive de Coadijutor[495] nesta Matriz de Sº Antonio” (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1793, p. 596).

Há também referência a Francisco Nabo Freire, com 44 anos, casado com Francisca Xavier França, com 42 anos, neste momento com 2 moradas de Cazas na Vª de Aparecida; e o Reverendo Padre Jozé Soares Leyte, com 82 anos, com 10 escravos: Domingos, Luiz, Roque, Antonio, Joze Domingos, Anna, Domingos, Joaquim, Salvador, tendo como agregada Ritta e seus filhos: Floriano, Jacinto, Antonio e João. “[...] Possue Eú Sitio em que colhem milho em alqueires, feijão, gado cabeças com que entrará o ventre que produzirão arroz, Cavallos e Morada de Cazas na Parecida” (Maços de População,

[495] Sacerdote que se manda para ajudar e ou substituir um prior ou um prelo no exercício de suas funções.

1793, p. 607). Observe-se que nesse momento já está havendo a consolidação da Villa de Aparecida[496].

Em 1794 estavam exercendo seus ofícios na Igreja Matriz de Santo Antônio quatro vigários: o Reverendo Vigário Francisco Joaquim de Toledo, com 44 anos e quatro escravos: Caetano, João, Jacinto e Manuelino; o Reverendo Pároco Antônio Jozé de Mendonça, com 64 anos e duas irmãs, Rosa Jacinta e Francisca; o Reverendo Vigário da Vara Faustino Xavier de Moraes, com dois escravos, Dionisio e Izidorio; e o Reverendo Manoel Marques de Miranda, com seis escravos, a saber: Simão, Silvestre, Salvador, Bento, Francisco e Ignacio[497].

Consta da "Lista Geral da 4ª Companhia da Vila de Guaratinguetá", datada de 16 de dezembro de 1795, a presença de Francisco Leme Barbosa, com 37 anos e um escravo de nome Sebastião, possuindo sítio onde colhia 50 alqueires de algodão e possuindo uma tropa no caminho; seu óbito (ANEXO 60) ocorreu em 1835:

> Aos nove de dezembro de mil oitocentos e trinta cinco nesta Freguesia bairro dos Piloins, com todos os sacramentos de edade de setenta eoito annos para mais ou menos faleceu da vida presente Francisco Leme Barbosa, natural desta vila casado que era com Maria Nunes: foi seo corpo envolto em habito dos Padres de Saõ Francisco, acompanhado por mim e por Reverendos Sacerdotes desta Villa que se achavaõ presentes. Foi sepultado na Capella Mor desta Matriz em campa dos Irmaõs do Santissimo donde era irmão e foi acompanhadol pelos irmãos que carregaram o corpo. Não fez testamento, sua alma foi recomendada, de que para constar fis este assento que assigno. Vig. Coadj.^{or} P.^{e} Mel da Costa Couto (LIVRO DE ÓBITOS, Nº 14, 1835, p. 29v).

Identificamos ainda João Fernandes Ramos, com 25 anos, casado com Genoveva de Jesus, com 23 anos e dois filhos: Manoel e Francisca: "Vive em terras afora da V. e de sua tropa no camº" (MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1795, 07.02.059, p. 650). Neste mesmo ano anotamos a presença de Ignacio Correa Barbosa, com 61 anos, vivendo de "seo ofício de carpinteiro"[498].

Na "Lista Geral de todos os habitantes da Vila de Guaratinguetá" feita em 22 de dezembro de 1795, estavam servindo como religiosos o Reverendo Padre – Vigário João Gonçalves Lima, com 33 anos de idade, cujo nome aposto grifado e identificado é "Diogo Antonio Feijó", com quatro escravos: Domingos, Pedro, Francisco e Francisca. Consta também o Reverendo Padre Antonio de Mendonça, com 61 anos, duas irmãs, Rosa e Francisca e dois sobrinhos, Antonio e Rosa. Consta também o Reverendo Vigário da Vara Manoel Marques de (ilegível), com 71 anos e dois escravos, Salvador e Bento[499].

---

[496] Maços de População, DAESP, 1793-1797, 07.02.059, p. 560, 562, 565, 566, 570, 590, 596, 606 e 607.
[497] Maços de População, 1793 - 1797, 07.02.059, p. 774, 776, 778 e 795.
[498] Maços de População, 1793 - 1797, 07.02.059, p. 653.
[499] Maços de População, 1793 - 1797, 07.02.059, p. 965, 972, 973, 645, 648, 650 e 653.

Os registros constantes do Livro Tombo de 1757 - 1873, nos trazem importante dado que faz alusão à administração real e religiosa: constatamos que, ainda na primeira metade do século XVIII, existiu na Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá uma Congregação de Irmãos Terceiros de Nossa Senhora do Monte do Carmo, realizando seus exercícios na Capela de São Gonçalo. Esses irmãos tiveram concessão para fazê-los na Matriz enquanto tratavam da construção de uma capela própria, objetivando maior comodidade, mediante termo de sujeição à jurisdição Ordinária do Bispado de São Paulo e de seus visitadores. Em 13 de março de 1755, em casa de morada do Reverendo Vigário da Vara, José Alves Vilela, os Irmãos Terceiros prestaram juramento

> [...] nos S^{tos} Evang^{os} en hú livro delles com que puzerão suas mãos direitas, sob cargo ao qual foram encarregados pelo vigário da Vara dizerem de suas livres vontades e sem o menor constrangimento querer sujeitar-se a jurisdição do Ex^{mo} R^{mo} Sr. Bispo deste Bispado de São Paulo e seos sucessores se obrigarão a dar conta aos Ex^{mos} e R.^{mo} S.^{r} Bispo deste Bispado e aos seos Visitadores todas as vezes que lhes forem pedidos, e que assim mesmo se obrigarão a em nenhum tempo prejudicarem os direitos Paroquiais. O termo foi feito pelo Vigário da Vara em que assinaram os Irmãos, foi escrito por Joam Manuel Machado Caldeira Escrivão da Câmara Eclesiástica = Vilela = Sup^{os} Anº (ilegível) = Secret^{ro} Agostinho Machado Fagundes Neiva = Definidor Manoel Antº Franco = Definidor Manoel Luiz Ferreira = Definidor José Tavares da Silva Procurador Antonio Gomes Guimarães (TOMBO, 1757-1873, p. 110).

Na Provisão de Ereção da capela, verifica-se que os Irmãos Terceiros de N. Senhora do Carmo da Vila de Guaratinguetá realizavam seus exercícios anteriormente na Igreja Matriz de Guaratinguetá, sendo-lhes facultada licença para exercerem seus atos na Igreja de São Gonçalo da mesma Vila; e para maior comodidade queriam erigir capela própria “sujeita a nos” para o que lhe assinava patrimônio, como constava da escritura que apresentaram, fazendo petição para passar Provizão de Ereção da Capela. Foi concedida licença para que, sem prejuízo dos direitos paroquiais, pudessem fundar, edificar e erigir a mencionada Capela, no lugar em que já se havia feito vistoria; e depois de acabada, não poderia nela ser realizada Missa sem nova licença, para o que receberia somente informação da capacidade da Capela

> [...] visto achar-se esta com dote competente para sua fabrica, reparação e ornamentos. Dada nesta Cidade de São Paulo sob nosso sinal e sello a 19 de Agosto de 1755. De mando de S. Ex^{a} R^{ma} Ferndº P.^{to} de Almeida. Rubrica de S. Ex.^{a} R.^{ma}. O Termo de sogeição se acha na Cam.^{a} Episcopal. Tem esta Irmand.^{e} suas Actas por onde se regem” (TOMBO, 1757-1783, p. 110v).

Segundo consta em despacho assinado pelo Vig.^{ro} João Gonçalves Lima, da Provisão, a Ordem foi extinta; e após quarenta anos os seus bens jacentes foram aplicados

na Igreja Matriz da Vila - em cujo documento, um pouco danificado, nos foi possível verificar o que segue:

> [...] do Bispado Diz Joam [...] Vigario em a Igreja Matriz [...] da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá que tem plena noticia (ilegível) quarenta anos, ou perto delle, foi extinta a Ordem 3ª do Carmo em a ditta Villa por hum visitador da Provincia do Rio de Janeiro para onde condusio todos os livros e selos da mesma 3ª Ordem, a cujo Provincial se requereo, instantem.e por a conservação da mesma a q. não quis anuir; pelo q. os Irmãos Terceiros puserão em mão de Manuel José Telles, também 3º hua arca com alguns ornamentos e paramentos de Altar, Calix, pedra Consagrada castiçaes e alvas o qual requer V. Sup.e alicença de Vª Sª aplicação dos ornamentos e vasos sagrados pª a Igrª desta Fregª pq. Já q. não se espera haja mais ereção da dita Ordem e se estão consomindo os ditos param.tos sagrados supposto que postas em dita arca, fazendo juntamente applicação dos castiçaes deixados à Irmandade do S.mo Sacramento o qual sem elles não pode apromptar o Throno com as luzes devidas pelo que – Pede V. Sª seja attendendo ao exposto dignasse fazer applicação requerida. [...] Os ornamentos e vasos sagrados com tudo o mais dedicado para o culto Divino, não deve se conservar fora da Igreja em casa particular e sim recolher a Matriz tomando o R.do Parocho com o Fabriqueiro conta de tudo q.e existir na Arca, d q' faz menção (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 129).

Os motivos constantes do documento acima chamam atenção para a presença dos "Visitadores" nas vilas e igrejas do período colonial, pois o visitador Antonio de Medeiros Pereira, possivelmente do Rio de Janeiro, em sua visita de 01 de agosto de 1757, assim relata: "[...] fiz este t.mo de encerramento quan.do em visita de 1 de agosto de 1757 An.to de Med.ros Perª – visit.or" (LIVRO TOMBO, 1757 - 1873, p. 128v).

Como já mencionamos anteriormente no Capítulo I, a ausência de Igrejas Conventuais e Ordens Terceiras em Paraty e em Freguesias e Vilas de Serra Acima faz alusão ao Edito de 1711, renovado em 1715 e 1721, em que a administração colonial controlava e proibia a presença de religiosos regulares em regiões de minas e vilas em que circulasse o minério, dada a sua hierarquia e autonomia. Esse momento de efervescência e trânsito pelas rotas de circulação do ouro levou provavelmente à extinção de uma Ordem Terceira sob Jurisdição do Bispado e Visitadores, e que pode ser identificada pelos bens jacentes de seu Inventário - em poder do Thesoureiro Manuel José Telles e que foram recolhidos à Fabrica quarenta anos depois. Registre-se a presença de elementos arquitetônicos que levariam a sua consolidação para um futuro convento. Além da imagem do Senhor Crucificado de dois palmos, existiu uma imagem de Santa Ana de barro com resplendor e coroa de ouro que possivelmente integrava o centro do trono, disposição adotada nos retábulos carmelitas, tema que trata da infância de Maria e da ciência infusa através do Espírito Santo - algumas vezes decorando o espaldar da cadeira

ou trono onde está sentada Santa Ana[500], ou inscrições latinas constantes no livro. Constam do inventário, além de paramentos, objetos litúrgicos em ouro, prata e metal, mobiliário, missais e ainda

> [...] Hun nicho de dez palmos, forrado por fora com panos carmesim velho - 1, Hun manto de seda branca com seu galão fino – 1, três fechaduras grandes com todo seu preparo -3, oito ferros para grahdez grandes-8, seis lemes[501] grandes da porta principal – 6, quatorze lemes pequenos – 14, Huã argola grande da porta principal-1, Duzentos e quarenta pregos de cabeça de porta – 240, Hun ferro grande ou feicho[502] da porta Pr.[al] – 1 (TOMBO, 1757-1870, p. 129).

O Vigário João Gonçalves Lima deixa registrado à margem do inventário que todas as ferragens foram vendidas por ordem do Governador de São Paulo, sendo o produto da venda aplicado nas obras da Igreja Matriz. Face ao volume de material a ser destinado para construção, verifica-se que seria obra de proporções avantajadas.

A Ordem Terceira de N. S. do Carmo ficou restrita a um retábulo lateral da nave da Igreja Matriz no lado da Epístola, com datação do século XIX. Trata-se de retábulo datado do século XIX, com enquadramento em colunas retas, com caneluras e capitel jônico, possuindo no terço inferior anel em perolados. O entablamento é clássico, com frisos em escócias e bocelões, arco pleno com decoração em palmetas que contorna toda a renda da tribuna e aparece também de forma invertida junto aos capitéis das colunas e pilastras. O respaldo é reto, decorado com frisos e elementos fitomorfos sinuosos com as terminações em “C”. O altar é em forma de urna ou sarcófago, decorada com apliques em rosetas circulares, palmetas e elementos fitomorfos. Em sua parte superior, possui larga faixa em palmetas, a banqueta é reta emoldurada com apliques em elementos fitomorfos. O registro central com duas pilastras retas com capitel jônico e caneluras tem ao centro pequenas rosáceas e é decorado com palmetas, possuindo no intercolúnio duas peanhas com decoração fitomorfa e perolados. O registro inferior é decorado com elementos assimétricos emoldurados por entalhes formando drapeados decorando as bases das pilastras. O coroamento com frontão em arco abatido encimado por decoração fitomorfa, contornado por palmas, tem nos seus enrolamentos apliques em forma de rosetas circulares eablongase, no centro a tarja circular decorada com palmetas e perolados, onde

---

[500] A imagem de Santana do Convento Franciscano de São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis, peça datada do século XVIII, possui o braço direto erguido para o alto, em atitude de chamar atenção para a voz ou sinais que vem do alto: *“AUDI FILIA E VIDE ET INCLINA AUREM TUA”* = OUVE FILHA, INCLINA TEUS OUVIDOS – Salmo 45,10. Outra imagem identificada com a mão direita elevada a meia altura é a imagem de Santana mestra da igreja Matriz de N.S. da Conceição de Resende datável do século XVIII.

[501] Os lemes são exemplares de dobradiças em ferro a serem empregados nas portas e janelas em dimensões grandes e pequenas, em formato de leme de embarcação, podendo ter os maiores a denominação de leme de nó de fixa mais alongada, ou bisagra, leme de rabo ou sem ele denominado também de minhoto.

[502] Os ferros ou ferrolhos eram usados para o fechamento das portas, algumas vezes conjugados com as fechaduras.

está o escudo da Ordem do Carmo[503]. Segundo Myriam Ribeiro de Oliveira e Fátima Justiniano, essa decoração pode ser classificada como neoclássica,

> na esteira do neoclassicismo francês, conhecido no mobiliário e nas artes decorativas como estilo Luís XVI. Conserva ainda algo da leveza do estilo Luís XV (rococó), notadamente a escala intimista e os ornatos delicados, em destaque contra fundos brancos. Introduz, entretanto, novos ornatos do repertório clássico, como rosáceas, ânforas e os vasos floridos, que nos retábulos ocupam o lugar normalmente destinado às imagens devocionais. Os altares, em forma de sarcófagos, têm desenho de linhas retas, e não sinuosas como no rococó. (OLIVEIRA E JUSTINIANO, 2008, p. 34 e 35).

O nicho em arco pleno, fechado por porta de vidro, com moldura em meia cana e friso dourado em forma de torçal é enquadrado por decoração acantiva aplicada em forma de “S” e “C”, formando entrelace ao centro e encimada por feixe de flores e margaridas; seu interior é pintado de azul, com estrelas em dourado.

Esta tipologia de retábulo também foi adotada na Igreja de N. S. do Terço no Rio de Janeiro, originalmente Capela de Nosso Senhor dos Passos, localizada na Rua do mesmo nome, no centro do Rio de Janeiro; nos retábulos de São José e Nossa Senhora das Dores; inclusive a mesa do retábulo dessa invocação serve de sepulcro para a imagem do Senhor Morto, objetivando ser visitado pelos fiéis durante as celebrações litúrgicas. Os retábulos mencionados acima em muito se assemelham aos da Igreja de N. S. do Terço e de N. S. do Carmo e da Sagrada Família da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, principalmente nos elementos do coroamento, do registro inferior e da mesa em forma de sarcófago - e também nos ornatos e aletas do arco cruzeiro. Devemos destacar que a peanha[504] onde está a imagem de Nossa Senhora do Carmo tem grandes semelhanças em sua talha com a da imagem de Santa Rita de Paraty, sendo esta um pouco mais alongada, devido às suas proporções avantajadas, visto que iria integrar um retábulo da Ordem Terceira, como já mencionamos acima.

---

[503] Assim denominados em seus campos: o branco (representado pelo dourado) a Virgem Maria, livre de todo o pecado que cobriu o Carmelo com sua proteção, lembrando a capa branca que os carmelitas levam sobre o hábito, o campo marrom com a um monte ponteagudo, lembra o monte Carmelo, lugar de origem da Ordem do Carmo e o hábito com o escapulário em sinal de penitência e fiel cumprimento a regra de Santo Alberto. As duas estrelas localizadas no campo branco os Profetas Santo Elias iniciador da Ordem e seu sucessor Santo Elizeu, propagador da mesma. A coroa encimada do escudo é a coroa de Nossa Senhora Rainha do Céu e da Terra.

[504] Pedestal que serve de apoio a vasos, bustos, estátuas e elementos colocados em fachadas e frontões de edifícios. É também denominada peanha a peça onde se assentam as imagens religiosas. As peanhas no interior dos nichos dos retábulos para as imagens de São Miguel, do Divino Espírito Santo e N. S. Aparecida, são semelhantes, a de N. S. das Dores, N. S. do Terço e Sagrada Família (atual de Santa Terezinha) são diferentes. Os corações da tarja do retábulo da Sagrada Família, fazem alusão ao símbolo TRICORDIANO, representação dos corações de Jesus, Maria e José. As imagens de São Miguel e Divino Espírito Santo, além da peanha possuem espécie de docel entalhado também para cortinas.

Fig. 414: Retábulo de N.S do Carmo - Matriz de Santo Antonio de Guaratingueta - SP

Fig. 415: Retábulo de N.S das Dores Igreja de N.S do Terço - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Chama atenção que o fechamento dos camarins dos retabulos laterais da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá com porta de vidro é uma constante no interior desta igreja - e foi adotado no século XIX como padrão, após a confecção e modelo do retábulo de N. S. do Carmo, na mesma época, embora o retábulo da Sagrada Família, que se localiza em frente, não tenha adotado as peanhas. Nos retábulos datados do século XVIII da nave e que são semelhantes aos da Igreja de Santa Rita, N. S. do Rosário de Paraty, N. S. da Conceição de Cunha, Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo, SP e Taubaté, conforme se verifica nas fotografias do IPHAN, não foi adotado este tipo de fechamento: em sua maioria os retábulos da Matriz de Guaratinguetá ainda possuem as sanefas para cortinas a serem instaladas nas cerimônias litúrgicas, em especial na Semana Santa.

Há na documentação pesquisada importantes informações sobre a existência de uma capela em Guaratinguetá, que tinha por orago São José. Ficava situada na Fazenda do Reverendo Padre Jozé Alves Vilela e por ele foi erguida distante da Matriz légua e meia; não registra a data da elevação e foi benta em 20 de Março de 1747, um dia depois da comemoração deste orago[505]. Conforme verificamos a capela foi erguida em taipa de pilão, possuía em seu interior um retábulo onde estava entronizada a imagem, não possuía

[505] Segundo o Martirológio Romano, 19 de março é o dia do nascimento de São José, esposo da Virgem Maria e confessor, proclamado pelo Sumo Pontífice Pio IV como patrono da Igreja Universal. Foi também considerado o depositário dos segredos celestiais e pai adotivo de Jesus. Em 1621, o Papa Gregório XV fez da festa de S. José dia Santo obrigatório levando a construção de numerosas igrejas dedicadas a São José e congregações religiosas de homens e mulheres (BUTLER, VOLUME III, 1987, p. 223 a 226). A imagem original da capela em madeira policromada da primeira metade do século XVIII encontra-se exposta no Seminário Bom Jesus de Aparecida.

sacristia, embora tivesse ornamentos e alfaias registrados em inventário próprio, com a presença de imagens e diversos parentes:

> [...] He feita esta Capella de taipa de pilan, tem hu Altar em q está o Santo, Não tem Sachristia e.....se está formando ao tetho e tem as Irmand^{es} e alfarjas q.constao do Inventr^{o} a fls. 173 Tem de sobra uma sorte de terras, q.doou o mesmo Instituidor o V, G.^{al} Jozé Alr^{o}.Vilela.. (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 100, 100v).

É visível na Provisão de Ereção a preocupação em obter licença para benzer o terreno necessário para o adro e cemitério, cujo objetivo era a comodidade de enterramento dos pobres daquela vizinhança. Esses espaços foram bentos em 28 de setembro de 1799, conforme descrito: "[...] o Adro e Cemitério da Cap^{a} de S^{o} Joze sita nesta minha Fazenda, a saber quinze brassas cravinas de fronte da porta principal, sinco brassas p.^{a} ap.^{te} direita da mesma Capella, quatro brassas p^{a} a parte esquerda e outras quatro brassas p^{a} trás da mesma Cap^{a}" (LIVRO TOMBO, 1757 - 1873, p. 100v).

Quando analisamos os Recenseamentos realizados nas Vilas de Cunha e Guaratinguetá durante o século XVIII e início do século XIX, faz menção a documentação pesquisada - que pode ser consultada no volume de Anexos da Tese, nas fichas extraídas de "Maços de População" - à presença constante dos engenhos de açúcar, seus senhores, senhoras, tropeiros e suas exportações de açúcar, inclusive para o Rio de Janeiro[506], atividades marcantes até o advento do café, conforme salientou Marcondes de Moura ao discorrer sobre a presença das lavouras pioneiras de café em Guaratinguetá:

> [...] O primeiro registro documental da presença do café em Guaratinguetá remonta a 1806 e refere-se a plantações na região dos Pilões (outro lado do rio, ao pé da serra), à margem esquerda do Paraíba, e nos bairros da Rocinha, Pau Grande e Morro Cavado, no caminho do mar, em direção a Cunha. Pode-se, portanto, datar o início do plantio por volta de 1802, pois a produtividade, em média, só é alcançada após quatro anos. São portugueses os dois cafeicultores pioneiros: Luís Ribeiro Guimarães, soldado de cavalaria miliciana, colhe em 1806, no seu sítio dos Pilões, vinte arrobas de café, e o guarda-mor do ribeirão da Bocaina, Manuel Teixeira Guimarães, consegue seis arrobas a mais do que seu compatriota, na propriedade da Rocinha. Mas esta não é ainda a principal atividade em que se empregam. Ambos são senhores de engenho, pois o açúcar ainda é e durante algum tempo permanecerá como a grande força econômica da região (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 25).

[506] Em todo caso esses cafeicultores incipientes já conseguem lucrar com a nova cultura, exportando-a integralmente para o Rio de Janeiro. Muito lentamente outras regiões, debaixo da retração e cautela dos naturais da terra, vão sendo ocupadas pelo plantio do café. Assim é que Antônio Rodrigues Maia, igualmente português, natural do Porto, colhe em Aparecida, em 1808, 30 arrobas de café; no ano seguinte o mineiro Pedro Dias de Siqueira retira 6 arrobas do café por ele plantado no seu sítio, naquele mesmo bairro. Esta modestíssima produção mantém-se quase inalterada até o ano de 1818, que marca também o apogeu da cultura canavieira em Guaratinguetá. A partir desta data verifica-se um declínio na lavoura do açúcar, que já em 1825 vê-se amplamente superada pelo café, o qual invadiu todos os bairros do distrito da vila, passando a ocupar o primeiro lugar na pauta de exportações (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 25).

O autor nos ilustra com um quadro que é bem esclarecedor da produção do açúcar e do café, em arrobas e sua baixa no ano de 1809 para 1810, devido às geadas, o que não impediu a adesão de forma incipiente do produto, iniciada por dois plantadores pioneiros em 1806 e muito avançada na terceira década do século XIX: o “Mapa comparativo das produções da Parochia da Villa de Guaratinguetá com especificação do que se consumio na mesma, e della se exportou no anno de 1829”.

QUADRO Nº 22 - PRODUÇÕES DE CAFÉ EM GUARATINGUETÁ - 1829

GÊNEROS PRODUZIDOS	
Milho	23 823 alqueires
Feijão	6 710 alqueires
Arroz	10 927 alqueires
Farinha	3 315 alqueires
Algodão	646 arrobas
Café	13 984 arrobas
Açúcar fino	2 430 arrobas
Açúcar mascavo	58 arrobas
Fumo	24 arrobas
Rapadura	2 547 cruzados
Aguardente	1 191 barris

A N I M A I S	
Capados	774
Gado vacum	158
Cavalos	160
Muares	10
Avaliação aproximada do valor dos produtos	157:374 cruzados
Valor dos produtos consumidos na paróquia	128:298 e 200 rs.
Valor da exportação dos produtos para a Corte do Rio de Janeiro	29:075 rs

GÊNEROS EXPORTADOS	
Café	7 585 arrobas
Açúcar fino	900 arrobas

Fonte: MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 31

Em 1834 novas obras foram realizadas no interior da Igreja Matriz, intituladas no Livro Tombo como “Noticias da mesma obra no corpo d’esta Matriz da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá”, iniciadas em julho de 1834, com esmolas dos fiéis, ajutório provincial e produto da arrematação das terras de São Matheus, ordenado por lei provincial. Foi modificado o velho frontispício, que encontrava-se já em iminência de ruína, anteriormente em taipa de pilão; foram erguidas paredes de sustentação em pedra até a altura da cornija[507], sendo adotados travessões de ferro e construida uma nova sacristia na parte posterior da capela-mor; foi assoalhada a velha e as entradas das portas traseiras e da principal até as colunas do coro, que também foi recuperado, forrado e assoalhado

[507] No entablamento clássico é a moldura superior que arremata as obras de arquitetura e também a decoração interna e externa das portas, janelas e retábulos, sendo considerado todo o conjunto de molduras salientes que serve de arremate superior.

todo o interior, inclusive rebocado e “branqueado” todo o interior e exterior. Destaque-se que o telhado também passou por intervenções que o mantiveram, conforme registro no Livro Tombo:

> [...] Hum devoto do S. Sacramento o Alferes Antonio de Paula e Silva fez a sua custa somente sobre a sacristia e Ella ao lado do Evangelho huma nova Capella ..... em que poem o S. Sacramento pela Irmandade e nas occasioens que se fazem precisas ..... ocupada a Igreja (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 178, 179).

As implantações das Capelas do Santíssimo em ambientes reservados no interior das igrejas, no século XIX, tomaram vulto com as cerimônias da Transladação, Exposição e Adoração do Santíssimo na Quinta Feira Santa até Sexta às 15 horas, conforme já foi mencionado no capítulo 01- Antecedentes Históricos. Durante essa exposição é norma arderem no altar pelo menos seis velas de cera.

Em 07 de outubro de 1856, foi instalado na primeira torre o novo sino grande, pesando em metal 105 arrobas e confeccionado em São Paulo em 1854, por Henrique Henriquesen. O pagamento foi possível através da concorrência dos fiéis da Paróquia e com parte do metal e seu importe através dos legados para alfaias e ornamentos deixados para a Matriz pelo Comendador Jozé Manuel de França, natural de Guaratinguetá. Nesta ocasião foi também realizado o documento de três cálices, aquisição de paramentos, pavilhão para âmbula, reforma do cofre ou “urna” para exposição do Santíssimo na Semana Santa, banquetas, cruz e quatro candelabros para o altar-mor, além dos legados de 540.000 réis deixados por D. Margarida de Moura. Na ocasião pretendia-se elevar a outra torre no lado da Epístola, uma vez que a existente abrigava os sinos velhos que existiam na Igreja.

Tocou-se pela primeira vez o sino em 09 de outubro, instalado na sineira voltada para o rio Paraiba, para a Missa do Santíssimo, encerrando com um *Te Deum* em ação de graças. Sua condução foi em carro de São Paulo até Jacarehy e depois pelo Rio Paraiba até a igreja, com grande concorrência, acompanhado de música e fogos. Foi adquirida também uma chave de prata dourada para o Cofre[508] da Exposição “urna” do Santíssimo Sacramento na Semana Santa, com fita de galão largo. Veio também do Rio de Janeiro o sino pequeno, confeccionado com metal do sino velho, sendo este instalado na janela voltada para o poente em 19 de julho de 1858.

---

[508] O Cofre faz alusão a Urna do Santíssimo, espécie da caixa com tampa para servir de sacrário e encerrar as hóstias consagradas, também chamadas de consagradas reservas, na quinta feira santa após a Missa do Lava Pés, sendo transladadas para a Capela do Santíssimo, onde se tem início a “Adoração”. As urnas ou cofres podem possuir formas variadas, algumas com talhas rococó ou neoclássica e em certos casos revestidas de prata lavrada, geralmente encimadas pelo Cordeiro de Deus sobre o livro dos sete selos, símbolo de Jesus imolado e seu interior é dourado ou revestido de tecidos, veludos, damasco. Sua chave também pode abrir o Sacrário da Igreja.

Os documentos fazem menção, além da presença de diversas peças da indumentária religiosa, ao mobiliário para a capela-mor, missais e sacras. Com a quantia de "trezentos e sessenta mil réis deixados por D. Maria Clara foi adquirido um paramento vermelho para a Festa do Divino Espírito Santo e um preto completo para a Semana Santa e ainda uma cortina de seda para a 'Machineta'"[509] do Trono para a exposição do Santíssimo Sacramento, copiado do antigo, o que comprova as cerimônias da Adoração Perpétua realizadas na Igreja. Foi confeccionada também uma imagem nova de Nosso Senhor Crucificado para a boca do trono.

Importante registro de localização de época é a imagem de São Sebastião[510], confeccionada com esmolas dos fiéis, encomendada por José Rodrigues Pitta. A imagem possuía mais de três palmos de altura, e povoava o altar do Divino Espírito Santo; um cálice de prata doado pelo Capitão Mor Manuel José da Costa, bem como um presépio doado pelo Convento da Luz de São Paulo, pelo capelão Frei Lucas José da Purificação[511], descrito como um dos bens da matriz:

> Assim mais um oratório em que está o Presépio bem preparado com as imagens de Nosso Senhor Jesus Christo, nascido, de Nossa Senhora, de São José; dos Santos Reis, e mais figurantes, dado do Convento da Luz de São Paulo, por seu Revdº Capelão Fr. Luccas da Purificação (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 179).

Novo registro faz menção ao legado deixado pelo Padre Antonio Martiniano de Oliveira desde 1863, que se encontra até os dias atuais no local ao que foi destinado:

> [...] Possue mais esta Matriz desde hoje (22 de Abril de 1863) inquanto vive no qual nos deixou pª sempre o virtuoso Vig.ro collado desta Parochia o Padre Antonio Martiniano de Oliveira) possue digo um crucifixo dado pelo mesmo R.do Vig.ro, o qual declarou que era a sua vontade que o mº fosse collocado no Altar-Mor da Matriz (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 179).

A presença do Padre Antonio Martiniano de Oliveira é destacada em meados do século XIX quando o telhado do "Corpo da Igreja" (nave) vinha apresentando problemas, conforme se depreende do recibo de pagamento que assinam o Vigário Antonio Martiniano

---

[509] Para exposição do Santíssimo Sacramento seguida de benção é imprescindível o uso de uma Machineta, espécie de trono portátil com dossel adornado por cortinas de seda branca, colocado sobre a mesa do retábulo onde se deposita a custódia, quando esta não vai para o trono em que está a machineta já integrante do retábulo.

[510] Esta imagem encontra-se atualmente em exposição no Seminário Bom Jesus em Aparecida, curiosamente possui grandes semelhanças em sua escultura, com o pda igreja Matriz de Paraty, que encontrava se entronizado em um dos degraus do retábulo de São Roque.

[511] Natural de Guaratinguetá, Lucas José dos Santos, filho do Capitão Manuel Antonio dos Santos, senhor de engenho e de Catarina da Assunção, seus avós maternos eram Manuel de Vargas Leal e Maria Nunes Rangel. Entrou para a Ordem Franciscana no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, recebeu o nome de Frei Lucas José da Purificação ou somente Frei Lucas. Esteve a frente do Mosteiro da Luz por mais de 26 anos onde substituiu o Frade Guaratinguetaense Frei Antonio de Sant'Ana Galvão após sua morte em 1822. Faleceu Frei Lucas em 29 de Abril de 1879 (FABIANO, 1993, p. 1, 1v, 2 e 2v).

de Oliveira, o Mestre de Carpinteiro Anastacio Pinto Soares e o Padre Antonio Caetano Alves Correa (Carvalho); e segundo o qual são efetuados pagamentos a JoãoSerrador, Joaquim, Ignácio, Anicetto e Julião. Pagou-se ainda a Agostinho Galvão pelo tabuado de cedro para a cimalha, conforme o quadro abaixo:

QUADRO Nº 23 - DESPESAS NAS OBRAS DA NAVE DA IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTONIO DE GUARATINGUETÁ - 1850

Despesas que se fez com humas mans de Remos Para segurar e escorar o telhado do Corpo de Igreja	
João Serrador3 dias a 1000	3$000
Joaqm J.e2 " 640	1$280
Ignacio3 "1000	3$000
Anicetto3 " 500	1$500
Julião3 " 500	1$500
	10$280
Agostinho.....pelo tabuado de sedro p. simalha	2$000
Esta conforme Somma	12$280
O resp.vel Manuel de Oliv.a Antonio Pinto Soares O P.e Antonio Caetano Alves Carvalho	

Fonte: DAESP, 1850, D.A, CX 294

Em 1851 o Vigário Antonio Martiniano de Oliveira, Inspetor das Obras da Matriz de Guaratinguetá, encaminhou correspondência ao Conselheiro Vicente Pires da Motta, Presidente de São Paulo

> [...] Junto envio o orçamento das obras precizas nesta Matriz na importância de 8:000000 para ser presente á Assembléa Legislativa Provincial em sua próxima reunião com o requerimento, que á Mesma a respeito endereço, e que há pouco enviei a V. Ex.cia, que Deos guarde. Guarat.a 6 de Fevereiro de 1851 (DAESP, 1851, CAIXA 84, D 7).

As obras foram iniciadas em 22 de maio de 1850 e recebeu-se da thezouraria da Providência 1:500.000 réis. Foram também creditados da Fabrica da Igreja 380:000 e os excedentes de esmolas de fieis. Como a obra não foi concluída recorreu à Assembléia solicitando novo quantitativo

> [...] pa concluir o forro do corpo da Igreja, já acabado em sua maior parte, reparar o telhado, e o mais que convém a aquelle templo não só para proveito do que p.a com elle se tem já despendido, como tão bem para sua decência. Espera pois o Supp.edo espírito religioso que nutre a esta Assemblea, ser benignamente attendido; pelo que Antonio Martiniano de Oliveira (DAESP, 1851, CAIXA 23, D 7 B).

No documento que faz alusão ao orçamento da obra em meados do século XIX, há informações precisas que nos permitem situar as intervenções ocorridas no interior e exterior do templo em 1851. Ainda não estavam completos o teto e o simalhão (cimalha da nave), corredores e folhas de portas para as janelas do frontispício, bem como o emboço das telhas no telhado, a pintura a cal da fachada, calçamento à volta da igreja,

acabamento das torres já iniciadas, bem como na pintura do interior, assim descritas em seu importe:

> [...] Para mão de obra de Carpintaria em tudo que falta fazer.....2:000$000. Para mão de obra de Pedreiro e compra de cal e todos seos materiaes.....4:000$000. Para mão de obra de Pintor e compras de tintas para todo ointerior do templo....2:000$000....RS...8:000$000. Guaratinguetá, 3 de Fevereiro de 1851 (DAESP, 1851, CAIXA 234, D 7 A).

Nesse momento estavam atuando nas obras da Matriz o Mestre de Carpintaria Anastacio Pinto Soares, o Mestre de Pedreiro Jozé Pinto dos Santos e o Mestre Pintor Thomaz Jozé da Cunha Mendes. Nas “Contas de Receita e Despezas das Obras da Igreja Matriz da cidade de Guaratinguetá”, iniciadas desde 22 de maio de 1850, até 24 de janeiro de 1851, tendo como inspetor o Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e como Thezoureiro Antonio Caetano Alves Correa, constam as Despesas que fez o inspetor com compras de materiais, férias dos oficiais e empregados na obra; constam ainda os registros de nº 1 a 37, de 22 a 25 de maio de 1850 da fatura do telhado no corpo da igreja (ANEXO 61).

Entre esses oficiais anotamos a presença do carpinteiro Francisco das Chagas. Este carpinteiro foi também identificado realizando trabalhos no Rio de Janeiro, no início do século XIX e provavelmente era irmão de Goardiano José das Chagas, identificado também como oriundo do Rio de Janeiro, que executou trabalhos nas igrejas de Paraty e Guaratinguetá até a década de 1830. O “Carpinteiro” Francisco das Chagas trabalhou na Igreja de São Francisco de Paula no Rio de Janeiro de “[...] 1803 - maio 1 a 1804 – maio 3 – Recebeu 52$800 por 93 dias de trabalho não especificado; 1805 – maio 1 a 1806 – abril 30 – Idem, 53$760 por 112 dias de trabalho não especificado” (Lº 2º de Receita e Despesa da O. 3ª, fls. 8 e seguintes, arq. da respectiva igreja) (MARTINS, PASTA Nº 16, CX 419, p. 71).

Destaque-se que, pelos Oficiais e materiais registrados, o telhado e algumas paredes e forros do templo estavam sendo providenciados com afinco, inclusive com a adoção de estrume de animal na sua composição, possivelmente para paredes, o que nos sugere a abertura do transepto dos arcos para os corredores nesse momento, conforme se observa no Quadro Nº 24 – Despesas para complementação arquitetônica da Igreja Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá.

QUADRO Nº 24 – MATRIZ DE SANTO ANTONIO DE GUARATINGUETÁ - 1851

D E S P E Z A S	
Alugueis do carro de caregar areia e estrume	27530
Despezas pª pagar-se ao Sr. Fran.co Villela	
1 Ferro .....pª a porta da Pia – vindo do Rio	4$200
100 vidros p. medida.....100	10$000
Huma fechadura Gr.de	2$000

de pregos ripares e galiota	1$200
3 vigas grd^{es}p.^{a} o coalho a 1$000	3$000
1 .....grd.^{e}	$640
Carreto dos vidros e o ferro pedras	2$000
	123$350
Anastacio Basto Soares	
Despezas q.^{e} se pagou a do ferreiro Sn.^{r} João Chrisostimo	
para aprontar os Ferros travessos da Igreja compreendendo	
duas grades de Ferro p.^{a} Sacada	150$000
q.^{e} se pagou ao Sn.^{r} Jozé Pinto da S.^{a} em a (ilegível)	
o mastro	32$400
q.^{e} pagouse ao S.^{r} Sinha por 500 telhas	10$000
	202$400
Está conforme:	
Oliv.^{a} SoaresP.^{e} Antonio Caetano	

Fonte: DAESP,1851, CX 234, DA

Em 1859 a Irmandade de São Miguel e Almas, representada pelo Tezoureiro da Irmandade, Antonio Martins de Abreu, realizou petição ao Bispo de São Paulo para Benção e Celebração dos Ofícios Divinos na Capela do novo Cemitério de São Miguel da cidade de Guaratinguetá, fazendo-se constar no livro Tombo conforme segue:

> [...] ca e Celebração dos Officios Devinos na Capella do novo Cemiterio erecto pela a Irmandade de São Miguel e Alma na Cidade de Guaratinguetá. Para Vossa Excelencia Reverendissima ver e assignar. Certifico que benzi solenemente esta Igreja na presença do povo ao vinte de outubro de mil oito centos e sincoenta e nove em que pela primeira vez celebrei o Sancto Sacrificio da Missa tão bem O Vigario Collet^{or} Antonio Martins de Oliveira (TOMBO, 1757 -1873, p. 160).

Assim como a Irmandade de São Miguel possuía capela em Cemitério da Irmandade, essa situação se repete com a Irmandade do Senhor dos Passos, representada por João Galvão de França Costa, que solicitou faculdade para erigir uma Capela no interior do Cemitério da Irmandade, já existente em Guaratinguetá; esta faculdade lhe foi passada na Câmara Episcopal de São Paulo, em 18 de agosto de 1865, que não concedeu autorização para o Santo Sacrifício da Missa e demais Oficios Divinos sem nova Provisão.

A Instituição da Capela de Nossa Senhora Aparecida

Consta no Livro Tombo da Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá, a notícia da “Aparição da Imagem de Nossa Senhora” que ocorreu ainda no início do século XVIII e é assim registrada:

> No ano de 1719 pouco maes, ou menos, passando por esta Villa p.^{a} as Minas, o Gd.^{or} dellas e de S.P.^{lo} o Conde de Assumar D. Pedro de Almd.^{a} forão notificados pella fam.^{a} dos pescadores p.^{a} apresentaren todo o peixe q. pudessem haver p.^{a} o d.^{o} Go.^{dor}. Entre m.^{tos} forão a pescar Dom.^{gos} Alves Garcia, Joan Alv^{es} e Felippe Pedrozo com suas canoas e principiando a lançar suas redes no porto de José Corrêa L^{te}, continuaram

> ate o porto de Itaguassú, distancia bastante sem tirar peixe algú, e lançando João Alves a sua rede de arrasto, tirou o Corpo da Snrª, sem Cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede tirou a Cabeça da mesma Snrª, não se sabendo nunca quem ali a lançasse. Guardou o inventor esta Imagem em hú tal ou qual pano, e continuando a pescaria, não tendo athé então tomado peixe algú dali por diante foi tão copiosa a pescaria em poucos lanços, q., receosos, ele os companheiros, de naufragarem pello m.to peixe q. tinham nas Canoas, se retiraram às suas vivendas, admirados deste Sucesso (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 98v e 99).

A conservação da imagem se deu na casa de Felippe Pedrozo por mais ou menos seis anos, junto a Lourenço de Sá, passando posteriormente para Ponte Alta, conservando-se por cerca de nove anos. “[...] Daqui se passou a morar em Itaguassú, onde deu a Imagem a seu filho Athanasio Pedrozo, o qual lhe fez um oratório tal e qual, e em um altar de páos colocou a Senhora, onde todos os sabbados se ajuntava a vizinhança a cantar o terço e mais devoções” (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 98 e 99).

Fig. 416: N.S. da Conceição Aparecida (primitiva) barro - Séc. XVII

Fonte: Acervo da Cúria Metropolitana de Aparecida - SP

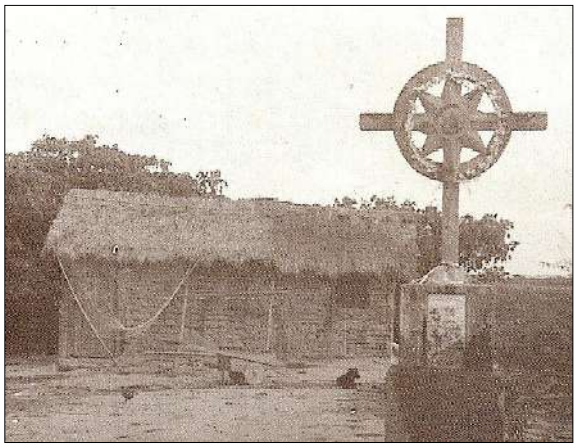
Fig. 417: Fragmento de Imagem de N.S da Conceição – barro - Séc. XVII

Fonte: Coleção Rafael Schunk - SP

Segundo os documentos, prodígios ocorreram no local onde estava abrigada a imagem: entre eles, chama atenção o fato de as duas luzes de cera da terra que iluminavam a imagem terem se apagado repentinamente, reacendendo-se sem nenhuma intervenção humana; e os tremores que ocorriam no nicho da imagem que segundo consta parecia que ia cair e com as luzes tremulas, estando a noite serena[512].

[512] Em outra semelh.e occasião em huá sexta f.ra pª o Sábado (o q. sucedeo varias vezes) juntando-se alguas pessoas p.ª cantarem o terço, estando a Snrª em poder da May Sylvana da Rocha guardª em huá caixa, ou baú velho, ouvirão dentro da Caixa m.to estrondo, m.tas pessoas, das quaes se foi dilatando a fama athe q. patenteando-se m.tos prodígios q. a S.ra fazia, foi crescendo a fé e, dilatando-se a not.ª e chegando ao R. Vigº José Alves Vilela, este, e outros devotos lhe edificarão huá Capelinha e depois demolida esta, edificarão no lugar como hoje esta com grandeza e fervor dos devotos, com cujas esmolas tem chegado avista do (ilegível) de prez.te está. Os prodígios desta Image forão authenticados por test.as q. se acham no Sum.º sem Sn.ça e

Fig. 418: Porto de Itaguassú



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

Há menção, no Livro de Instituição da Capela de Nossa Senhora Aparecida, datado de 1743, ano em que foi autorizada a sua construção, sobre a presença, na região, de Religiosos da Ordem Franciscana - e determinações para que, sem qualquer hesitação de interpretação, lhes ministrassem paramentos e

> [...] guizamentos necessários a todo e qualquer Reverendo Sacerdote, que lh'os pedir, franqueando-lhes suas Igrejas e prestando-lhes todo o auxilio para lançarem os hábitos de Terceiros, e acceitarem suas respectivas Profissões, assim como pedirem esmolas, confessarem e pregasrem, tendo para isso faculdade Nossa (LIVRO DE INSTITUIÇÃO DA CAPELA DE N.S.ra APARECIDA, 1743-1867, p. 2 e 2v).

O documento faz ainda menção ao Titulo original das terras das Pitas e Aroeiras, doadas condicionalmente a Nossa Senhora Aparecida por Jeronymo Ornellas de Menezes e sua mulher, Lucrecia Lemes Barbosa[513].

---

ainda continua a Sr.ª com seos Prodígios, acudindo a sua S.ta Casa Romeiros de p.tes m.to distes agratificar os benef.os recebidos desta Snr.a (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p.98 e 99).

[513] Digo eu Geronymo Ornellas de Menezes e minha mulher Lucrecia Leme Barbosa, que nós somos os verdadeiros Senhorios de umas terras que partem com as terras que foram do defunto Pedro da Mota Paes, e para a parte das pitas com as terras que forão da defunta Lucrecia Lemes Barbosa, e para a parte do Paraiba e suas margens do dito Rio, e para a parte do Sertão. E conforme a Escriptura que no cartório se acha nessa villa, e as comprei a João de Campos Sogro de João Leal. E por eu ser o verdadeiro Senhorio e minha mulher Lucrecia Leme Barbosa, das ditas terras mencionadas acima de minha própria vontade e da dita minha mulher Lucrecia Leme Barbosa, e sem constrangimento de coisa alguma mas sim de nossa própria vontade as démos a Nossa Senhora Apparecida, com condição que os pobres que estiverem nas ditas terras se não botarão fora só sim pagarão de foro a Nossa Senhora Apparecida, cada morador que estiver nas ditas terras dois cruzados para dita Senhora, sem deste poder levantar, nem mais do que aqui se declara. E quando algum dos ditos moradores sahir das ditas terras não poderá vender as benfeitorias, só sim deixal-as na forma em que achoes, digo, na forma em que estiver para qualquer pobre que n'ellas quizer estar. Outro sim que não havendo n'esta terra Tabellião para se passar esta doação em publica forma, ficamos ambos obrigados, digo, forma que tenha esta tinta o mesmo vigor de Escriptura publica, ficando toda obrigaçois a quem tiver a seu cargo as dependências da Sr.ª, mandar lançar a presente e mandar-me o translado em publica forma, para se saber se está conforme e o que n'ellas se contem. E por assim ser eu na verdade me, digo, na verdade eu Jeronymo Ornellas de Menezes e minha mulher Lucrecia Lemes Barbosa declaramos de hoje para todo sempre haver feito doação das ditas terras, para que ninguém, nem nossos herdeiros as tornem recadar em tempo algum, fazemos copiar na forma acima esta escriptura a Manoel Gonçalves de Mesquita, pedimos assignasse Nossa Sr.ª – Campos do Via-mão 17 de Abril de 18, digo de 1752 Manoel Gonçalves de Mesquita-Jeronymo Ornellas

Na provisão de Dom Frei João da Cruz, Bispo do Rio de Janeiro, foi concedida em resposta à petição do Padre José Alves Vilela, Vigário de Guaratinguetá e dos devotos de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a licença para edificar a capela

> com o titulo da mesma Senhora na dicta Freguesia, em lugar decente, designado pelo Reverendo Parocho, e não será a dita Capella de páu a pique, mas sim de material durável; e depois de edificada, e preparada com ornamentos das quatro cores, cálice de prata, e as mais cousas necessárias e feita escriptura do dotte, recorrerão com petição a nós para a mardarmos visitar, e benzer (LIVRO DE INSTITUIÇÃO DA CAPELA DE N.S.ra APARECIDA, 1743-1867, p. 5v a 8v).

Conforme se verifica na escritura de Margarida Nunes Rangel, viúva de André Bernardes de Brito, Lourenço de Sá, casado com Maria da Conceição de Jesus e Fabiana Fernandes Telles, mulher de Domingos da Costa Paiva, uma das preocupações no período colonial - como já dissemos acima - era o sítio a ser escolhido para implantação das vilas e igrejas, conforme determinavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e a Mesa de Consciência e Ordens: deveriam ser locais descentes e elevados, inclusive para sua visibilidade e eternidade. Salta aos olhos que, assim como em Paraty, Cunha, Guaratinguetá e Taubaté, cujos assentamentos se deram anteriormente, a Capela de Aparecida no chamado morro dos Coqueiros não fugiu a essa tendência (ANEXO 62).

Fig. 419: Largo da Capela de N.S Aparecida com visão panoramica do Vale do Paraíba final do Séc. XIX

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

de Menezes-José Leite d'Oliveira-Miguel Antonio Barbosa-Luiz Gomes Barbosa (LIVRO DE INSTITUIÇÃO DA CAPELA DE N. Sra. APARECIDA, 1743-1867, p. 2v e 3).

Fig. 420: Romeiros na lateral da capela de N.S. Aparecida – final do Séc. XIX

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

O Livro de Instituição da Capela de N. S.ra Aparecida, datado de 1743 - 1867, menciona ainda que no dia vinte e seis de julho de 1745, dia da Senhora Santa Anna, foi celebrado o Santo Sacrifício da Missa, na forma do Ritual Romano e Missa para benção no período da manhã, em cumprimento ao mesmo Ritual e Provisão. Observamos que o retábulo de Santa Anna foi instalado na Capela no lado da Epístola, devido a essa comemoração; e o de São Francisco de Paula, no lado do Evangelho. Há no acervo do Museu da Basílica de N. S. Aparecida duas imagens emblemáticas, uma de Santana Guia[514] e outra de São Francisco de Paula, de procedência baiana, que possivelmente - dadas as sua caracterísiticas formais, ambas datadas do século XVIII, medindo aproximadamente 1,10 cm - eram as que integragavam os retábulos colaterais da capela, conforme veremos adiante, com a encomenda ao ourives “José de tal” de seu resplendor em prata (Figs. 421 e 422).

[514] A imagem de Santana, apresenta-se guiando Maria com o livro fechado, sendo esta invocação denominada Santana Guia.

Fig. 421: Santana Guia

Fig. 422: São Francisco de Paula

Fonte: Acervo do Museu do Santuário Nacional de N. Sra. da Conceição de Aparecida

Chamam atenção as primeiras manifestações de doações de objetos litúrgicos emblemáticos para os cultos religiosos, deixados em vida nos testamentos, para o templo que acabava de ser erguido por João Rois Souza:

> Declaro e deixo de esmolas a Nossa Senhora da Conceição Apparecida em Itaguassú, para uma a lampada de prata duzentos mil reis se ella não tiver, dado no tempo de meu fallecimento e se no mesmo tempo tiver a dita Senhora – Alampada que algum devoto tenha dado, será os duzentos mil reis para uma Custódia, para se expor o Santissimo Sacramento, no dia de sua festa; e como a Senhora tenha alampada, que em ausência do dito defunto lhe deu um devoto digo, algum devoto tenha dado será os duzentos mil reis para uma Custodia, digo, fica servindo os duzentos mil reis para a Custódia (LIVRO DE INSTITUIÇÃO DA CAPELA DE N. S.ra APARECIDA, 1743-1867, p. 19, 19v).

Segundo o registro no Livro Tombo de 1757-1873, a Capela de Nossa Senhora Aparecida, em 25 de Maio de 1756, já possuía compromisso confirmado e com descrição de suas características internas e externas, estando situada em lugar decente, escolhido pelo Padre José Alves Vilella:

> Está situada esta Capella huá Legoa, pouco menos da Matriz em Lugar Alto, aprazivel e Naturalm.te Alegre. He a Igrª de taipa de pilam: tem o Altar Mor com tribuna, em q. está a Image da Snrª, com dous Altares Collateraes, todos pintados, e o teto da Capella Mor; He toda forrada a Igrª e por baixo assoalhada de mad.ra com Campas: tem coro, dous pulpitos, Sachristia com duas Vias Sacras, corredores assobradados de ambas as partes com casas por baxo: tem huá torre a Sachristia pintadas: e Ornam.tos de todas as cores, os quaes e os mais moveis constão do Inventrº a f. 179 (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 97v).

Embora a documentação faça referência ao templo e às reformas pelas quais o mesmo passou, conforme já mencionamos acima, o retábulo-mor e os colaterais da Basílica Velha foram vendidos, em 1893, para a Igreja de São Gonçalo Garcia, em São Paulo, pelo Cônego Dr. Joaquim do Monte Carmello. Note-se que o retábulo-mor e seus

colaterais correspondem à transição do estilo Joanino para o Rococó, estando ainda presentes a mesa em forma de urna, com moldura em espinhas, tendo ao centro tarja com rocalhas e angras, ladeadas por palmas com filatérios, contendo ao centro uma rosa – “rosa mística”. O conjunto possui grande semelhança com a mesa da Matriz de N. S. da Conceição em Cunha: a banqueta é reta com decoração em rocalhas e frisos; ao centro, o sacrário - com decoração em “S” e “C” e porta em madeira entalhada - possui um cálice assente em bloco de nuvens, semelhante aos sacrários da citada Matriz e aos retábulos de Nossa Senhora das Dores e Rosário da Matriz de Guaratinguetá, ao retábulo de N.S. da Conceição da Igreja de Santa Rita em Paraty e ao retábulo-mor da Igreja de N. S. da Conceição de Viamão.

Fig. 423: Retábulo mor da Capela de N.S Aparecida na Igreja de São Gonçalo - SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Acima da banqueta há dois degraus, o inferior com auriculares ao centro dos painéis e o superior formado por seis painéis, sendo quatro decorados por auriculares em “S” e “C” semelhantes ao da Matriz de N. S. da Conceição de Viamão; e os das extremidades com feixes de lírios, semelhantes ao retábulo-mor da Matriz de São Francisco das Chagas em Taubaté. No centro há uma base abaulada com o trigrama IHS (Jesus Salvador dos Homens), arrematado por cruz, tendo na base três cravos da crucificação invertidos. Os elementos de sustentação são representados em dois pares de colunas retas, capitel compósito, caneluras com arremates e decoração semelhantes ao do retábulo de São Benedito e São João na Igreja de N. S. do Rosário de Paraty; e aos de N. S. das Dores, N. S. do Rosário, São Miguel e Divino Espírito Santo, da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá. O intercolúnio é levemente côncavo, com peanhas curvas decoradas com concheados e plumas invertidas; a coifa da peanha é encimada por feixe de plumas e o dossel é curvo, com sanefas bem semelhantes aos do tronete que encimava

o trono principal para abrigar a imagem de N. S. Aparecida, quando este retábulo ainda se encontrava na Basílica Velha. São elementos semelhantes aos do retábulo-mor da Matriz de N. S. da Conceição de Viamão e das coifas das peanhas do retábulo-mor da Catedral de Taubaté.

Fig. 424: Desenquadramento da cimalha real em alvenaria como entablamento do retábulo

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O entablamento é em cimalha modulada e escalonada com frisos decorados, encimado por fragmentos de frontão interrompido. Percebe-se nitidamente que a cimalha real em alvenaria da Capela-mor da Igreja de São Gonçalo não se enquadra no entablamento, que para ali foi levado em data posterior. Centrando a tarja há duas cornijas arqueadas com as terminações em volutas, tendo ao centro o anagrama de Maria entalhado. O camarim possui renda da tribuna entalhada em “S” e “C”, como na Igreja de N. S. da Conceição de Viamão. Chama atenção que a renda da tribuna é encimada por dois fragmentos de capitel, como ocorre nas Matrizes de Viamão e de Taubaté. O trono é escalonado em três degraus entalhados, como ocorre na Matriz de Cunha, mas com fortes semelhanças com o das Matrizes de Viamão e Taubaté; e as bases para as imagens dos retábulos laterais de Guaratinguetá, com exceção de N. S. do Carmo, são semelhantes à base da imagem de Santa Rita de Paraty e à Sagrada Família, atual Santa Terezinha, da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá.

Observe-se que o fundo do camarim é liso, em alvenaria, pintado de azul: o único remanescente deste retábulo que ficou em Aparecida foi o tronete, pois já na II Visita Pastoral, datada de 6 de novembro a 1º de Dezembro de 1768, Gaspar de Souza Leal, Cura da Santa Sé da Catedral da cidade de São Paulo, formado nos sagrados cânones,

Visitador ordinário das freguesias de “serra acima” e de toda a Comarca de Guaratinguetá, no final de sua visita, lavrou, entre outros, um capítulo referente a Aparecida, nos seguintes termos:

> O Juiz e mais irmãos da Meza de Nossa Senhora Apparecida, logo, logo mandarão pintar o tecto do corpo da Igreja e compor ou retocar a pintura do tecto da Capella onde estiver danificada: e porque o throno do Camarim está improporcionado, e sem regra alguma, mandarão fazer risco por pessoa intelligente e lançar fora o throno velho, e fazel-o de novo de sorte que a mesma banqueta fique no mesmo lugar onde está a velha, e d’ahi se vão seguindo as mais conforme pedir o risco, até chegar em cima na ultima banqueta a ficar recuado para traz três palmos, para o que tem lugar sufficiente o camarim advertindo que póde servir o mesmo thronête em que está a Senhóra, e depois de completa esta obra pôr-lhe o ultimo fim com pintura competente, o que tudo se fará pelos créditos da Senhora. Advirto ao irmão thesoureiro que de mez em mez, ponha os ornamentos a tomar ar fora dos caixões e na casula da gala se introduzir-lhe por dentro um panno branco para não chegar o ouro um a outro, isto para evitar em todos os ornamentos o mofo com que os achei na visita que fiz na Capella. Guaratinguetá, ao 1º de Dezembro de 1768. Visitador Gaspar de Souza Leal (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 12).

Outro dado importante por nós identificado foi a presença, na nave da Igreja de São Gonçalo, dos dois púlpitos também oriundos da Capela construída pelo Padre Vilella em 1745, no Morro dos Coqueiros: estes são os dois púlpitos[515] originais do lado do Evangelho e lado da Epístola, ambos com seus abaixa-voz, que os cobrem em forma de cúpula ou dossel. O conjunto é composto de bacia, tambor ou caixa em bela talha de gosto rococó; verifica-se em seu frontal que a temática do tambor foi inspirada nas tarjas confeccionadas para as mesas e retábulos da mesma igreja e de Guaratinguetá, e o abaixa-voz possui na face inferior o Divino Espírito Santo - muito semelhante aos do coroamento do retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário em Paraty e do nicho da imagem de N. S. das Dores de sua igreja, também em Paraty, já mencionado acima, bem como de suas referências e semelhanças para construção de seu frontispício.

Natalia Guedes, Isabel Roque e Dália Guerreiro, ao discorrerem sobre o púlpito, nos trazem novas denominações que também são usadas nesta tribuna em Portugal: “[...] Adossado a um muro ou pilar, é fechado por parapeito (parapeito de púlpito) e integra, com freqüência, uma escada de acesso, um espaldar e um guarda-voz (abaixa voz) que funciona como concha acústica. Pode ser revestido com tecidos, ornamento de púlpito, pano de púlpito, toalha de púlpito” (THESAURUS, 2004, p. 53, p. 67).

[515] Tribuna elevada nas naves das igrejas destinadas as pregações ou sermões dos sacerdotes. Geralmente as igrejas possuem dois púlpitos nos lados do Evangelho e no lado da Epístola. O púlpito situado no lado da Epístola é usado quando o bispo se encontra presente.

Figs. 425 e 426: Pulpito original da Capela de N.S Aparecida - Igreja de São Gonçalo, SP, com detalhe do Abaixa-voz

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Também foram destinadas à Igreja de São Gonçalo as duas credencias[516] em madeira entalhada e policromada datadas do início da segunda metade do século XVIII, com a caixa abaulada, tendo ao centro o anagrama de Maria, semelhante aos da tarja do coroamento do retábulo-mor, pernas curvas suaves fazendo corpo com a caixa, com frisos descendo da aba aos pés e terminando em volutas. As abas são recortadas com entalhes assimétricos altos em colcheados e elementos fitomorfos semelhantes às rosas e margaridas existentes nos retábulos da nave e capela-mor. No dia 16 de março de 1852 foram pagos "[...] 24 covados de chita pª coberta dos altares e credencias – 5$760 reis" (II LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1844 a 1873, p. 114).

[516] Mesa sem gaveta colocada ao lado do altar, para servir de apoio dos objetos litúrgicos que são usados durante a Missa, o cálice, o Evangeliário à direita, as galhetas com manustérgio e a campainha à esquerda e por detrás os castiçais. Sua origem vem do termo italiano CREDENZA – CRENÇA – fé, e está associado ao móvel que serve de apoio aos alimentos e a figura dos provadores objetivando que os mesmos eliminassem a suspeita da comida envenenada que, ao crer dessa hipótese poderiam ser ingeridas pelos reis e nobres. Deve ser coberta com toalha de linho pendente até o piso do presbitério.

Fig. 427: Mesa do retábulo mor da Capela de N.S Aparecida – Igreja de São Gonçalo - SP

Fig. 428: Credencia do retábulo mor - Capela de N.S Aparecida – Igreja de São Gonçalo - SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

De 1760 até 1805, a capela primitiva construída pelo Padre José Alves Vilella passou por ampliações e reformas, assim descritas: “[...] Um templo em que se acha tudo o que referido fica neste inventário, com Capella Mor, com altar mor e dous collateraes, todos com retabulos doirados, com seu coro e duas torres” (LIVRO DE INSTITUIÇÃO DA CAPELA DE N.S. APARECIDA, 1743-1867, p. 34). Esta descrição foi constatada por Thomas Ender, que a retratou em 1817 e deixou seu relato:

> Logo ao pé de Guará chegaram ao arraial de Aparecida, num outeiro dominado pela importante igreja do mesmo nome, parcialmente construída de pedra no último quartel do século 18. A fama da milagrosa imagem exposta no altar-mor, atraia de longe romeiros, principalmente de Minas, a viajar segundo velhíssimo hábito, o marido trepado no burro e a mulher na garupa, segurando os trastes do casal. Homens e mulheres usavam chapeus de feltro cor cinza, de largas abas presas à copa por cordéis de que Ender desenhou curiosos aspectos. Desenhou também o traje de paulistas e sulistas em geral, encontrados pelo caminho protegidos das intempéries pelo indefectível poncho azul, comprido e amplo, com abertura por onde enfiavam a cabeça. O traje era tão comum na capitania que foi chamado paulista por excelência, até cair em desuso em S. Paulo com o desaparecimento das tropas passando então a ser considerado sul-rio-grandense (PRADO, 1973, p. 48).

Fig. 429: Vista da Igreja e Capela de N.S Aparecida – 1817 - Aquarela de Thomas Ender

Fonte: Acervo da Academia de Artes de Viena - Austria

Destaque-se que a mesma moderatura de fachada que consta na gravura de Thomas Ender serviu de inspiração, como já dissemos acima, para as Matrizes de Santo Antonio de Guaratinguetá, Taubaté (em maior proporção) e depois, em fins do século XVIII, para a Igreja de N. S. das Dores em Paraty - estando presentes o frontão curvo, ladeado por coruchéus, óculo quadrilobado no tímpano, uma porta principal, janelas rasgadas no coro com muchetas[517], podendo ser duas ou três, conforme extensão. É importante observar o frontispício registrado na gravura acima, nítidamente visível, para cuja composição foram utilizados materiais como a madeira para os vãos de portas e janelas em tons mais escuros e a alvenaria e cantaria nos tons mais claros. As torres são encimadas por cúpulas tendo na grimpa o galo e a esfera armilar. No entorno da igreja estão as primeiras casas para o abrigo dos romeiros que constantemente freqüentavam a capela.

Quanto aos retábulos, estes já se encontravam dourados, o que nos leva a acreditar na possibilidade de que se a inauguração da Capela de N. S. Aparecida ocorreu no dia 26 de julho de 1745, como afirmam os documentos, os retábulos colaterais da Igreja de N. S. Aparecida são muito semelhantes e talvez anteriores aos da Igreja de Nossa

[517] Adorno usado nas vergas de portas e janelas, podendo ser entalhado junto as mesmas ou aposta quando em madeira e, no presente caso em alvenaria, a peça compõe-se de filete em forma de gola reversa que também ficou conhecida como papo de rola.

Senhora do Rosário de Paraty e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Cunha. Seus elementos principais e passíveis de comparação são a base, o coroamento e corpo e também os quartelões.

Diz o primeiro Livro de Receitas e Despesas da Administração Pública, datado de 1805-1845, implantado pelo Ministro Provedor Dr. Joaquim Procópio Picão Salgado quando foi realizada a correição geral na vila de Guaratinguetá, no mês de setembro de 1805; nesta ocasião também foi feita a visita à Capela de Nossa Senhora Aparecida, sendo inventariados todos os seus bens, conforme consta nos "Autos de Inventário" e transcritos no Livro de Instituição da Capela na página 22. Nesse livro já aparece em 04 de fevereiro de 1812 o pagamento a "[...] Manuel Gomes da Sil.^{vra} de Incarnar 4 Imagens pª a Capella...74$000" (LIVRO I – RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 1805 - 1845, p. 09). Em 05 de julho de 1817 foi realizado Edital para cobrança dos devedores para com a Capela. Estavam como Capelão o Padre Lourenço Marcondes de Sá, como escrivão o Padre Vitoriano José dos Santos Dias e como tezoureiro Francisco Gerônimo Guimarães.

No ano de 1820, deliberações foram tomadas pela Mesa Protetória para ajuste das madeiras que faltavam para obra da empena da Capela. Estes serviços foram ajustados com Pedro Borges e José Pereira de Castro pelo Padre Victoriano José dos Santos Dias, bem como a deliberação dos escravos de Nossa Senhora Aparecida para "reparação" da ruína que estava ameaçando a parede da sacristia. Em dezembro do mesmo ano novas providências foram tomadas, para a encomenda de mais madeiras para obras da Capela uma vez que houve necessidade de aquisição. Em fevereiro e março de 1821 deliberações foram tomadas para o conserto do órgão e do relógio que estavam desmontados, bem como para obtenção das pedras que seriam necessárias para as obras da Capela. Nesse momento foi adquirida a pedreira no lugar chamado "Cachoeira".

Em 22 de junho de 1822, já com prenúncio de criação da "Mesa Protectória"[518], deliberações foram tomadas para discutir e prover obras necessárias, bem como para fazer o conserto de objetos litúrgicos, adorno de imagens, intervenções arquitetônicas e aquisição de alizares para as tribunas, púlpitos da nave e tribunas da capela-mor. Devemos destacar que, dos elementos integrados internos da antiga capela, ainda permanecem em seus locais de origem as tribunas com seus alisares, o guarda-corpo e sanefas entalhadas na nave e capela mor, bem como um par de arandelas de nove braços, instaladas na parte inferior das ilhargas do arco cruzeiro. Sobre essas obras, o Livro de Atas da Mesa Protetória indica:

[518] Em 1825, foi criada a Mesa Protectória para discutir e providenciar o que fosse necessário em benefício da Capela de N. S. Aparecida.

> [...] nella se deliberou o concerto de hua Alampada já refaça com o Ourives José de tal, dando-se lhe de feitio cinco doblas, assistindo-se lhe com a prata; e do mesmo modo hum resplendor para a Imagem de S. Francisco de Paula, dando-se lhe de feitio meia dobra Deliberou-se tão bem tirar os adobes de cima da taipa do Corpo da Igreja da Capella, por ameaçar grande ruína, e em seo lugar levantar-se hua parede de pão a pique barreada: tão bem por vinte alizares nas Tribunas, o púlpitos do corpo da Igreja e Capella mor; a que tudo isto He, paredes e alizares, se justou com o Alferes Antonio P.to por preço de cincoenta e sinco mil reis, ficando elle obrigado a barrear as ditas paredes feitas de pão a pique. Tão bem se ajustou com José Francisco Guimarães a tirar cincoenta e nove paos por preço de sete contos e vinte cada hum para forro, e assualho do corredor. Providenciem-se tão bem mandar-se tirar a jornal hum formigueiro que principião a danificar o pasto da Senhora com prejuízo dos romeiros. E por não haver mais, que propor além do declarado, fiz este termo, que escrevi e assignei na falta do Escrivão, segundo oprovim. Do (ilegível) Provedor das Capellas (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 12 e p. 12v).

Ainda no início do século XIX, em 03 de janeiro de 1825, observamos na documentação pesquisada que a Capela já vinha apresentando problemas que deveriam ser sanados; e que na ocasião o Provedor de Capelas José Gonçalves Gomes deveria ser comunicado por ofício e Requerimento da necessidade de “continuar e ultimar” as obras da Capela, nas pinturas internas e externas; e fazer a aquisição de algumas alfaias indispensáveis ao culto. Neste momento aparece pela primeira vez o uso da palavra “SANTUÁRIO”.

Chama atenção que em fevereiro do mesmo ano o frontispício já apresentava problemas estruturais. A Mesa Protectória se reuniu e mandou vir da Imperial Corte e Cidade do Rio de Janeiro “[...] as xapas e arame de cobre, que devem estar pregados nos lados do frontispício, desta Capela, afim de deliberarem Manoel José Bitencourt e Luiz Antonio de Camargo – P. Claro Francisco de Vasconcellos” (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 21v).

Em 30 de maio de 1825, a Mesa Protectória assinou contrato com o Administrador Alferes Manoel Alves da Silva para tirar as pedras, transporte e demolição do frontispício; e se fosse necessário, fazer a calçada do Morro, paredão ou peitoril, bem como administrar a diária dos oficiais e serviços semanalmente. Foi preciso adquirir mais um carro de bois para condução das pedras e fazer requerimentos relativos aos toneiros para serrar e lavrar as madeiras, bem como o estabelecimento de foros annuaes aos moradores no pátio da capela e na ladeira de acesso, com a demarcação dos quintais das casas.

Para a realização dos trabalhos de cantaria e alvenaria no frontispício da Capela houve necessidade de tratar com o Condutor João Ferreira, objetivando contatos com oficiais oriundos do Rio de Janeiro, para a fatura dos serviços:

> A Mesa Protectória e Administrativa angregou-se (sic) a fim de tratar-se com o Conductor João Ferreira, para hindo a Corte do Rio de Janeiro com

> cinco animais aparelhados, ou a ajaezados, conduzir a esta Capella os três Officiais de cantaria e alvenaria, que se achão tratados a vir, para a factura da obra do Frontespicio, Peitoril da Ladeira que esta em vista de abalar esta Capella, por tanto esta Meza convencendo se com o dito Condutor, deliberou satisfazer-lhe a quantia settenta e seis mil e oitocentos réis, pela condução e a fim de contribuir com o sustento, e algumas despesas a (ilegível) dos ditos Officiaes, do que para constar lavrei o presente Termo em que o assignam e eu Padre Claro Francisco de Vasconcellos, Escrivão que o escrevi. Capellão Lour^co^ Marcondes de Sá. Manoel José B.^court^ Claro Francisco de Vasconcellos (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809 -1852, p. 24v).

É de notar que no Rio de Janeiro, bem como quase em toda a costa brasileira, o contato com os portos da Europa e as rotas propiciava, através de Portugal, e dava destaque para os trabalhos em pedra - ainda visíveis até os dias atuais nos monumentos de arquitetura militar, religiosa e civil. Esses trabalhos em anseio para as vilas distantes do interior de São Paulo e Minas Gerais, que se esforçavam - em tempos difíceis e com deslocamentos precários - para a contratação desses serviços, conforme se verifica no "Termo de trato com os Officiais vindos do Rio, datado de 14 de novembro de 1825", para a construção do novo frontispício de gosto neoclássico que veio substituir o remanescente da Capela do século XVIII; e teve como Mestre Oficial Bento José Teixeira e os Oficiais José de Oliveira Maia e Joaquim Gonçalves[519].

Nessa nova etapa de obras, em 26 de janeiro de 1826 foi necessária a aquisição de mais três juntas de bois para andamento e transporte de pedras e, em 04 de fevereiro, de materiais, ferramentas e ouro do Porto, possivelmente para douramentos no interior da Capela. Em seu estado de obras, deliberou-se

> [...] mandar vir para a factura das ditas Obras mais somente hua perna de cabo de linho; hua dita de Beta; três arrobas de xumbo; dous cadernos

[519] Aos catorze dias do mes de Novembro de mil oitocentos e vinte e cinco annos, a fim de não só de contratar-se com os três officiaes de cantaria e alvenaria, vindos da Corte do Rio de Janeiro, o Mestre Bento José Teixeira e os Officiaes José de Oliveira e Joaquim Gonçalves, mas também de estabellecer-se e firmar-se os jornaes que cada hum deve perceber diariamente, pagos pela Administração deste lugar Pio, pela factura e lapidamento não só das pedras de cantaria para o Frontespicio todo, como também pela do mesmo Frontespício; assim o dicto M.e Official Bento José Teixeira, lavrando e lapidando as pedras necessárias, tem de receber para jornal diariamente a quantia de mil novecentos e seiscentos reis, e pelo levantamento do Frontispício a quantia de vinte reis uma e outra quantia a seco. Os officiais José de Oliveira e Joaquim Gonçalves lavrando e aparelhando pedras, tem de receber por jornal diariamente a quantia de mil trezentos e vinte reis, a seco, cada um e pela factura do Frontespício a quantia de mil quinhentos, e sessenta reis a cada um; e a tem dicto a quantia de trezentos e vinte reis a cada um destes dous Officiaes, para a sua sustentação, e com a Ilegível) em os Domingos, e Dias Respectivos ficando outro sim esta Mesa Administrativa cingida do dever de finalizada esta, e outras qualquer obra desta Capella fazer-lhos regressar a dita Corte, a custa desta mesma Administração e a contribuir diariamente com jornal, ou quantia de mil e seiscentos reis, ao Mestre Official Bento José Teixeira, e aos dois com a quantia de mil trezentos e vinte reis, a cada hum, ficando assim e por tanto o Produto Administrado e Thesoureiro desta Administração e Lugar Pio oultorizado (sic) para fazer mez, e a outros qualquer officiaes que entrarem, e se fizerem pedreiros, semanário e ferialmente os pagamentos após o dia competentes a cada hum dos ditos officiaes mencionados, a por este Termo estabelecido e Contractado, de que para constar lavrei o Presente Termo em que assignarão Oficiaes, Comigo Escrivão Parocho Francisco de Vasconcellos, que escrevi. O Capellão, Lourenço Marcondes de Sá, Manoel José Betencourt, Claro Francisco de Vasconcellos, José de Oliveira Maia, Joaquim Gonçalves, O Mestre Bento José Teixeira (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 25 e p. 25v).

> bronzeados; hum moitam[520]; dez parafuzos e mais cousas, e necessárias a dita obra, como também dous milheiros mais d'oiro do Porto de dourar, e outros objetos relativos a pintura (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 26).

Em 06 de março de 1826 foi necessário contratar mais Oficiais Pedreiros, para maior agilidade na execução das obras e menor dispendio para a caixa das oblações e o Cofre Patrimonial da Capela. Em 02 de março de 1827, novo termo foi realizado na presença Ministro Provedor para continuidade da obra:

> [...] para tanto afim de serem admitidos no andamento e conclusan delle não somente o Official Mestre de Cantaria Manoel José Gonçalves, vindo de Minas para este fim como também outros Officiais da mesma profissão e pedreiros indispensáveis a esta obra; e assim mais sob condução de todo e qualquer material para as mesmas (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 26v).

Note-se que um ano depois do Termo de Trato com os oficiais do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1827 novo termo de admissão do Ofício de cantaria foi firmado, desta vez com o Mestre Manoel José Gonçalves e outros oficiais da mesma profissão, oriundos de Minas Gerais - para recompor a obra do Frontispício, da arquitrave inferior para cima até a conclusão, assim descrito:

> Aos vinte dias do mês de agosto de mil oitocentos e vinte sete annos, menciona o registro e comparecimento a esta Mesa Proctetória e Administrativa não somente o Oficial de Cantaria Manoel José Gonçalves, vindo de Minas a Convite, e chamamento desta Mesa, mas também os oficiais artifices Joaquim Gonçalves, denominado o "Velho" e Joaquim Gonçalves o "Moço" para efeito d'aquele tendo em vista o formado e risco da presente e já iniciada obra do Frontespício, que se lhe apresentou, e sempre debaixo da direção e vistas desta Mesa, não só (ilegível). Menciona o documento em boa e louvável (ilegível) continuar o trabalho em a mesma obra e debaixo das direções, comparo a manufactura pessoal do dicto Mestre Official de Cantaria Manoel José Gonçalves, tudo com perfeição e a maior segurança (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 26v e p. 27v).

Em 27 de agosto de 1827 a Mesa Protectória congregou-se para realizar o douramento e pinturas interiores e exteriores do teto e forros dos corredores da capela. Para essa nova etapa foi contratado o pintor Alferes Ignacio Joaquim Monteiro que, como vimos acima, já estava exercendo suas atividades na Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá e assim era reconhecido:

> De profissão pintor que entrando na intiligência(sic) do que se tratava, queria, havia (ilegível) nesta parte tratou-se, e juntou-se a factura do doiramento (sic) a pintura de simalhas, Tarja, Tecto, forros dos corredores, portas, e janellas pela quantia de trezentos, e cincoenta mil reis, concorrendo e com oiro, tintas, e utensílios. Ainda mais com auxiliares para constar lavrei esse termo de Trato deliberativo, com o dito

[520] Peça confeccionada em madeira e ferro em forma de carretilha usada para a passagem de cordas objetivando erguer pesos, pedras e peças de madeira em uma construção.

> junto c Alferes que juntam.e assignou, eu o Padre Claro Francisco Escrivão que o escrevi (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 28).

A documentação consultada menciona que em 10 de dezembro de 1827 abusos estavam ocorrendo no lugar chamado Cachoeira, próximo à Vila de Guaratinguetá, com desvio das pedras para alguma obra pública ou particular. Foi deliberado a benefício da Capela e de seu Cofre Patrimonial que, uma vez pagas pela Administração, deveriam ser aplicadas nas obras do "Pateo e Ladeira" ou para serem vendidas a quem quisesse comprá-las, pela quantia de 160 mil reis.

No início do século XIX, vários fatores tiveram sua parcela de contribuição para ampliar o desenvolvimento das antigas vilas e estimular melhorias e transformações no que concerne aos avanços provocados com a abertura dos portos em 1808 e a assinatura de tratados de comércio para importações da Europa e Estados Unidos. A vinda da família real portuguesa, sobretudo no Rio de Janeiro, levou ao abandono de hábitos setecentistas, que foram substituídos por novas aquisições, já de acordo com o gosto oitocentista que estava se implantando. A suntuária da igreja se fez vestir de novos paramentos, com tecidos importados; e seus retábulos, que já possuíam os suportes para essa complementação, entre eles as sanefas de madeiras recortadas, o púlpito, o dossel, o guarda-pó e as coifas das peanhas, também permitiam a adoção de cortinas de damasco com franjas e galões de ouro, conforme as cores litúrgicas da igreja. Tais cortinas eram abertas ou fechadas conforme as cerimônias, principalmente na Semana Santa. Da mesma forma as tribunas internas também se revestiam com alcatifas[521] para compor os ambientes a serem freqüentados pelos dignatários da igreja; nas ruas, durante a passagem das procissões, as casas ornavam suas janelas e o itinerário com tapetes e folhagens. Nesse sentido a documentação é bem esclarecedora e revela em pormenores este tipo de melhoria na Capela de N. S. Aparecida em 1825:

> Corroborado pelo Requerimento e despacho de 22 de abril de 1825, o Senhor Administrador fará comprar e vir da Cidade do Rio de Janeiro não só as alfaias ou porções de damasco de seda carmesin legítimo e oiro de qualidade estreito e, primeira sorte em padrão, com pendentes, guarnições e franjas já de oiro e galão de qualidade e legítimo, pode (ilegível) de renda, e pessas de (ilegível) amarella para forros, afim de se ornar somente este Santuário em os dias festivos do modo seguinte:= 2 Sanefas com competentes cortinas guarnecidas de franjas de oiro, e gallão de palheta para os nixos e os dous Altares lateraes: 4 Sittiaes 1 de meio círculo e pendente para guarn.cer o retabulo da Capella Mor; outro semelhante para servir-se o Arco Cruzeiro, e mais 2 para cada hum dos ditos e Altar Mor, de meio Círculo sin acomodados a talha e a autura (sic) (ilegível) superior como triangular dos mesmos: Colxas para todas as

[521] Tapete ou tecido para uso em pisos e também nas janelas durante as procissões solenes. Muito comum em Portugal, tem suas origens na Idade Média em alusão a simbologia de riqueza e pode ser também chamado de alfombra, termo de origem árabe.

> tribunas da Capella Mor; e Corpo: Sanefas de volta e Cortina para os mesmos e portães que entrão a Capela Mor, e Sanchrystia (sic) os que podem ser guarnecidos de franjas e galão de (ilegível) bem como para os Pulpitos cujas sanefas de volta e Cortinas serão guarnecidas de franjas e galão de oiro, e palheta, e assim mesmo os ditos Sitiaes, por isso q. são postos com lugares mais notáveis, e que ocupão a maior attenção do Auditório: pretendendo que tão bem, e destinando os antigos ornatos, existentes para o ornato interior a 4 – O altar da Sachristia, digo, dos Corredores devendo tóbem os da Sachristia serem e terem novos, semelhantes aparelhos e ornatos. Da mesma sorte toda e qualquer porção de oiro, tintas e utensílios, indispensáveis para o princípio, continuação e conclusão de doiramento e pinturas interiores, e exteriores, que se tem em vista por isso o que o Templo todo esta exigindo hum novo, e bem trabalhado retoque, mormente em os retabulos e urnas: objetos estes sobre que já se deliberou em sessão 3 de Janeiro de 1825 (LIVRO DE ATAS DA MESMA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 31).

Cabe observar que as romarias para culto à imagem de Nossa Senhora de Aparecida – hoje, passados 275 anos, cada vez mais intensas e frequentadas por devotos e fiéis durante todo o ano e principalmente no dia 12 de outubro, com afluxo de pessoas de vários estados do Brasil – se iniciaram após a construção da Capela e a entronização da imagem, em 1745. Durante a visita de Luiz Teixeira Leytão, comissário do Santo Ofício, Cônego da Catedral de São Paulo e Visitador Ordinário da Freguesia de Santo Antonio de Guaratinguetá, ficou assim registrado:

> Da mesma sorte fui informado que algumas pessoas a quem se tem encarregado o cuidado e zelo da Imagem de Nossa Senhora Aparecida, preocupados da sua cegueira, permitem que os romeiros durmam e habitem nos corredores da mesma Capela, de que resulta muitas vezes entrarem no Camarim em que está a Senhora e do Trono a tiram e trazem nas mãos (sem reverência) a Imagem da Senhora, e estas se devam evitar para atalhar maiores irreverências; portanto, ordeno e mando que daqui em diante pessoas alguma, de qualquer condição que seja, não consinta que sem o beneplácito do R. Vigário desta Igreja Matriz se continue no referido, sob pena de excomunhão maior esse fato; e havendo-se de dar a oscular a mesma soberana Imagem será com decência devida, tendo primeiro luzes ou velas acesas, estando o sacerdote de sobrepeliz e estola; incensando primeiro a Imagem e fazendo as mais cerimônias em semelhantes atos, para o que o mesmo R. Pároco terá em sua mão a chave da porta do Camarim ou tribuna, e assim o cumprirá logo sob pena de obediência e de lhe dar conta na futura visita (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 5v e p. 6).

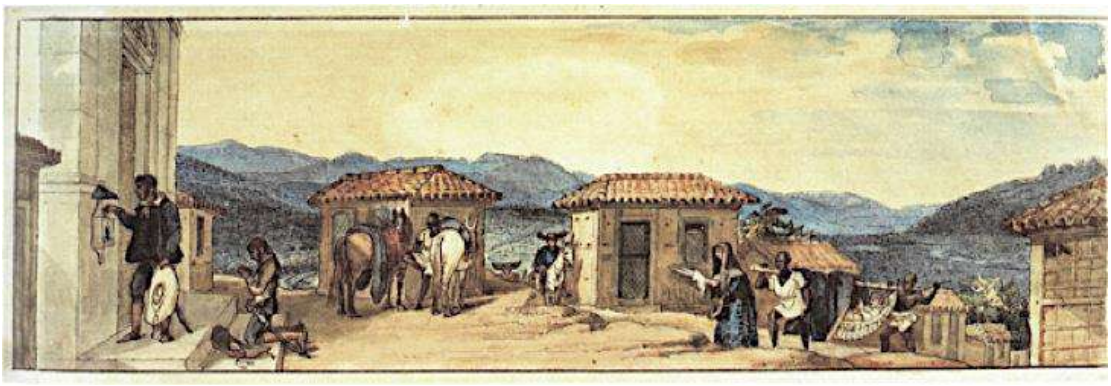
Como vimos acima, os relatos fazem referência às visitas dos Romeiros à imagem e aos seus pernoites nos corredores da Capela. Estes, além de depositarem suas esmolas nas chamadas “CAIXINHAS” atiravam suas jóias, cordões e objetos de adorno nos degraus do trono. Os documentos também mencionam que “[...] Por detrás do altar-mor havia uma escadinha[522] que conduzia ao nicho da Santa, dando acesso e os fiéis subiam

[522] Depois do atentado à imagem em 1978, por Rogerio Marcos, a imagem entronizada no Santuário permite a passagem dos Romeiros por uma rampa bem elevada na frente do nicho. Esse sistema antigo com acesso por escada ainda permenece em Santos, com a imagem de N. S. de Monteserat, em Iguape –SP com a imagem do Senhor Bom Jesus e em Tiradentes – MG com a imagem da Santíssima Trindade.

por um lado e desciam por outro, ao beijarem a Imagem de N. Sra." (DOCUMENTO AVULSO, 1919, p. 184).

Quando Jean Baptiste Debret visitou a Capela em 1827, pintou uma aquarela que representa muito bem esse cotidiano oitocentista em seu adro, onde estão presentes as pequenas casas vedadas por rótulas e cobertas de telha canal, que abrigavam os romeiros e tropeiros; animais que estão sendo apeados e conduzidos por seus donos; um senhor sendo conduzido em rede por seus escravos e a senhora à frente, tendo nas mãos duas velas de libra, possivelmente em pagamento a uma promessa; um senhor de joelhos no lajeado da porta principal e outro que deposita sua esmola na "CAIXINHA" junto à ombreira da porta; pelos trajes, portando espadas, parecem ser dois viajantes, cujos cavalos estão sob os cuidados de um negro.

Fig. 430: Capela de Aparecida – 1827 - Aquarela de Jean Baptiste Debret



Fonte: Acervo Museus Castro Maya – Ibram - MinC

O controle da "CAIXINHA" era exercido pela Administração - e na Sessão de 29 de Março de 1843 ficou estabelecido que a partir desta data a Mesa deveria

> abrir a "caixinha" onde são depositadas as esmolas... Na ata deve constar a quantia. Vem assinada pelos: Vig. E Capelão Joaquim Pereira Ramos, Protetor: Manoel de Meirelles Freire, Recebedor de esmolas: Francisco de Assis de Oliveira Borges e pelo escrivão: Manoel Antonio Gonçalves. O documento mencionada "para efeito da abertura da Caixinha onde costumão os devotos a depositar suas esmollas a dita Senhora e da mesma Caixinha extrairem-se as referidas esmollas; ficando ahi se efectuou a abertura da mesma com as sollenidades de Direito, e foi achada e com a quantia de quinhentos e dous mil reis em Notas, ora com a administração, a quantia de quatro mil, oito centos reis, em moeda de prata, e a quantia de Cento, oitenta e hum mil quinhentos e cincoenta reis, com moeda de cobre corrente que sendo (ilegível) quase tudo faz a quantia de seis centos e vinte e quatro mil trezentos e trinta reis. A quantia acima foi entregue para fazer de tudo para o Cofre grande como dinheiro pertencente a esta Administração, de que se lavrou-se Termo e no Livro das Entradas (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA 1809-1852, p. 51 e p. 51v).

Fica claro pelo registro da gravura que o acesso à Capela era feito - e ainda é - por uma ladeira que em 1830 ainda não havia sido calçada, levando a Mesa Protectória Administrativa a promover o que fosse pendente; e segundo as exigências que se faziam necessárias, decidiu-se que

> passará esta Administração a fazer urgentemente hum requerimento a Competente Althoria de em ordem ou por ordem se fazer informar feriaes, ou por arrematação sua in despensa para calçada e quarenta palmos mais ou menos de largura correspondente a extenção do alto deste oiteiro ao de seguimento da Estrada geral, passando o Sr. Administrador não so a fazer prontificar a necessária permanente, mais tão bem a comprar a porção de pólvora, que julgar própria e necessária para o tiramento de pedras e nos subúrbios deste lugar, por (ilegível) que são de qualidade como térreas;(ilegível) mais carro ou carro de bois para transporte dos mesmos, e segundo a deliberação do Juízo da Provedoria na (ilegível) ferial, ou (ilegível) a pagar ao Administrador de todo o serviço, calceteiro e (ilegível) com escravo indispensável, tanto para a administração não (ilegível) sem elle (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 30v e p. 31).

Pelo que se verifica o outeiro onde se localiza a Capela estava próximo à Estrada Real que, vindo de Taubaté, passava por Guaratinguetá e alcançava Lorena, na encosta da Serra da Mantiqueira. A aquisição de pólvora foi necessária para a tiragem das pedras, bem como para seu transporte. Pelas descrições e feições apresentadas nas fotografias, seguiu-se os moldes dos calçamentos do período colonial usados nas vilas e estradas, com pedras convergindo para o centro, onde estavam as capistranas[523].

Fig. 431: Ladeira do Largo da Capela em direção à Estrada Real

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida - SP

[523] Pedras de eixo do calçamento das ruas que servem para direcionar e escoar as águas das chuvas quando as mesmas convergem para o centro ou laterais. Tem este nome por causa do Presidente da Província de Minas Gerais, Capistrano Bandeira de Mello que mandou acentar este tipo de pedras mais alongadas em 1878.

Segundo Tereza Galvão Pasin, no “[...] Livro de Ata da Câmara Municipal de Guaratinguetá, folha 96, encontramos o Termo de Vereança de 3 de maio de 1788: Nela se passou o mandado para fazer a estrada que sobe para a Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida” (PASIN, 2015, p. 32). Esses dados vêm reforçar a presença marcante em local de passagem e entrada com a construção, no sopé da ladeira, de singela capela intitulada de Santa Cruz e N. S. da Piedade, que esteve no início do século XX - em 1905 - a cargo interinamente do Zelador, Sr. Geraldino Desiderio da Silva. Constam do Livro de Receitas e Despesas da Capela de Santa Cruz e N. S. da Piedade todos os gastos necessários com velas, toalhas, material para conservação, encarnação, reforma da imagem, castiçais, lanternas de vidro e foguetes para as cerimônias que ali se realizavam, entre elas as Novenas de Santa Cruz, Ladainha de São Pedro e Novenas da Festa de N. S. da Piedade.

Fig. 432: Capela de Santa Cruz e N.S da Piedade no sopé da ladeira da Rua Calçada

Fig. 433: Ladeira Monte Carmello, antiga Rua Calçada após a demolição da Capela

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

Consta, do Livro de Receitas e Despesas da Capela de Santa Cruz e N. S. da Piedade, recibo de pagamento para aquisição de um “sino” na Loja a FILLIPO & COMP., localizada à Rua Dr. Ernesto nº 1, em Guaratinguetá (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1905-1918, DOCUMENTO AVULSO). Em 27 de janeiro de 1912 foi realizado o pagamento de uma tira de 2 metros de terreno oferecido pelo Sr. José Coelho e sua mulher à Capelinha. Também é mencionado na documentação consultada o pagamento para condução de um púlpito “para a Procissão do Encontro”, em 18 de março de 1913; e em 23 de abril de 1916, novos pagamentos com a condução do púlpito para a Procissão de Passos. Em 14 de junho de 1917 foram entregues mil e quatrocentos réis ao zelador Geraldino para pagar seis foguetes para a ladainha de Santo Antonio; e em 01 de julho de 1917 constatou-se reserva de recursos para as ladainhas de São João e São Pedro.

Chama atenção o recibo de pagamento datado de 06 de maio de 1907, “[...] Imp.^{cia} paga a Eduardo, pintor (da Cidade) pelo fingimento do altar Idem, idem, por 6 arandelas

ao Lima" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1905-1919, p. 6). Vê-se que a prática da pintura em fingimento de marmorizado ainda permaneceu até o início do século XX.

Como se pode observar, ainda em 1830 a documentação aponta para a substituição do assoalho da Capela, novos retoques na talha dos retábulos e a conclusão de douramentos, pinturas interiores e exteriores, embora fossem os serviços já deliberados desde 1825. O pintor Alferes Ignacio Joaquim Monteiro já havia recebido uma parte da quantia de 350 réis e há menção à

> [...] factura de doiramento, e pintura do teto do Corpo da Capella, tarja do Arco, pintura dos forros dos corredores, portas e janellas de interiortes [...] o Sr.Protector Administrador passará a comprar e fazer transpor-tão bem a porção de pregos, madeiras, e taboado próprio e necessário para o assoalhamento corrido de toda a Capella (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 31v).

Em 1831, na Secção em Mesa de 18 de março, a Mesa Protectória recebeu a conclusão da obra de carpintaria que, segundo registro, foi arrematada e executada pelo Sr. José Pereira de Castro e pelo Alferes Antonio José Pinho de Souza. Verifica-se que os serviços mencionados foram realizados pela quantia de um conto, trezentos e noventa mil réis. Em 03 de agosto do mesmo ano, a parede de fundo apresentou ameaça de ruína: seus esteios estavam totalmente carcomidos e destruídos. Foi deliberado levantar outra de pedra e cal até o Sobrado, "[...] ou onde for preciso e o mais continuar de adobes e dobrados com competentes necessários Cunhais de Cantaria lavrada em os Cantos, para o que o Sn.ʳ Protector, administrador fica authorizado" (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 32v). No Termo de Elleição datado de 11 de julho de 1831, para o novo Protector Administrador e Thezoureiro Geral da Capela, foi eleito com maioria de votos para Superintendente o Major Antonio Galvão de França.

Verificamos que em 1843 os enterramentos nas campas da nave da capela já começavam a entrar em desuso: na seção de 08 de novembro de 1843, foi declarado pelo Protector que a Câmara Municipal da Vila havia oficiado à Administração da Capela para construir um cemitério; e achando a Provedoria razoável tal requerimento, foi sugerida sua construção atrás da Sacristia, em terreno que se fez primeiramente adquirir de seus arrendatários, para que houvesse separação do edifício da Igreja.

A aquisição de paramentos era feita no Rio de Janeiro, bem como a recuperação dos estragados; e deveriam ser deliberados pela Mesa Protectória. Os rigores em suas cores litúrgicas eram mencionados nos documentos, inclusive os dias de uso, separados como "semanário" e "solene".

> Deliberou-se mais a aquisição de Bens do que se disse faculdade o dito Ministro e Doutor Provedor para mandar cevir dous paramentos roxos e dous brancos, e bem assim hua capa dasperges branca com galão de oiro legitimo tudo por o serviço semanário da Igreja da mesma Senhora

> Aparecida, outro sim facilidades, para mandar consertar no Rio de Janeiro o paramento branco veio,(sic) visto achar-se algum tanto estragado = Falou-se a requerer ao dito Ministro, tanto este como o primitivo (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 53v).

As Festas de Nossa Senhora Aparecida eram realizadas no dia 08 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição[524] - com Santíssimo Sacramento exposto, sermão e procissão ao meio dia, com muitos fogos; e o termo de deliberação era assinado pelos mesários, cônegos, escrivão e o encarregado como "recebedor". As deliberações de compra do primeiro guião para figurar na procissão de 1843 foram também seguidas de ornamentos dos altares para solenizar os festejos:

> [...] Deliberou-se mais pedir a faculdade ao Ministro Provedor de Capellas, para si mandar vir hum guião de damasco branco com galão e franja de oiro(sic) do Rio de Janeiro, enfim mais hum pano para coberta do arcas, e Altares da Igreja da Capella e hum setial de dâmasco incarnado, com galão, franja de oiro (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 54).

Em 1844, novo episódio ocorreu na estrutura arquitetônica da igreja: uma das torres da capela ameaçava ruir e comprometeria, inclusive, a sua fachada em taipa e as casas de sobrado poderiam cair sobre o corpo da Igreja. Observa-se que a junção de técnicas construtivas ainda está presente, pois embora já se tivesse realizado trabalhos de cantaria, esta técnica estava aliada à taipa de pilão do início da construção. Na Sessão de 31 de julho de 1844 foi nomeado o Mestre Pedreiro José de Mello Costa para proceder ao exame de uma das torres que ameaçava ruína, já ficando estabelecida a necessidade de edificar outra, conforme o julgamento do mestre, que em sessão extraordinária de 03 de agosto de 1844 deixou assim estabelecido:

> A Mesa delibera "face a necessidade em que está a Capella de demolir a Torre do lado Direito que está ameaçando roina (sic) e será a mesma reodificada (sic): a fachada da mesma de Taipa ameaça as cazas de sobrados dos Romeiros que os mesmos se recolhem sendo essa deliberação dada em conseqüência do (ilegível) feito pelo Mestre Pedreiro José de Mello Costa, que achou (ilegível) demolida, porque ameaça cahir sobre o corpo da Igreja (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 58v, p. 59).

Para realização dos serviços, foi necessário requerer ao Presidente da Província a devolução do dinheiro que tinha sido recolhido aos cofres da Tezouraria da Fazenda para ser utilizado nas obras deliberadas. Na reconstrução da torre, durante a gestão do Vigário

[524] Em 1745 a festa era comemorada em duas datas: 25 de março "Anunciação" e 08 de dezembro. Em 1756 foi transferida para 25 de março. Em 1878 durante todo o mês de maio (possivelmente nessa época são iniciados o Mês de Maria nas igrejas brasileiras) encerrando-se no dia 31 com a coroação de Nossa Senhora. Em 1894 foi transferida para o quinto domingo depois da Páscoa. Em 1900 retornou para o dia 08 de dezembro. De 1904 a 1915, passou a ser celebrada no primeiro domingo de maio. Em 1915, foi fixada para 11 de maio. Em 1939 foi transferida para o dia 07 de setembro. Em 1954 foi estabelecida a data 12 de outubro, mês em que a imagem foi encontrada (PASIN, 2015, p. 266 a p. 270).

Collado Manoel da Costa Pinto, decidiu-se pela reedificação da torre do lado esquerdo, assim verificada na Ata de 29 de maio de 1845:

> [...] e pelo Administrador e thesoureiro foi proposto que visto estar-se na construção de uma das torres da Capella cumpria reedificar-se também a outra ao mesmo tempo, tanto para aproveitar melhor os pedreiros que foram engajados como por poupar-se maior despesa agora fazendo-se ambas as torres conjuntamente, do que cuidar-se em uma e depois em outra: e assim deliberou-se por unanimidade (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 64).

Fig. 434: Arandela entalhada com espelho

Fonte: Acervo do Museu de Arte Sacra de SP

Fig. 435: Arandela do arco cruzeiro da Capela de N.S Aparecida

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas - 08/09/2017

Encontramos ainda, na documentação, registros significativos da memória da Capela - que possibilitaram a sua consolidação arquitetônica para os dias atuais, bem como datas históricas que geraram informações do cotidiano oitocentista, como a Instituição do Livro para Inventário dos bens e alfaias da capela, em 20 de outubro de 1845; e a autorização das despesas para recepção durante a visita à Capela do Imperador e Imperatriz, em Sessão de 19 de dezembro de 1845 – o que foi unanimemente aprovado. Os registros incluem aquisições de galhetas[525] de prata, encomenda de cálice de ouro na Corte do Rio de Janeiro ou na França e a solicitação de remessa do dinheiro depositado na Tesouraria Provincial para o pagamento da fatura e edificação das duas torres e continuidade das obras.

Pelo que se verifica no II Livro de Receita e Despesas, datado de 1844 a 1873, a precária iluminação do período colonial ainda era motivo de preocupação no que concerne

[525] Vasos (dois) em forma de pequenas ânforas ou ampola de vidro, cristal, prata dourada ou estanho, assentes em bandejeta ablonga, em que são colocados o vinho para consagração durante a missa e a água para servir na purificação e ablusões. Geralmente apresentam as letras “V” e “A” para identificação, com os nomes de anula para água e syfo para o vinho.

ao interior e exterior dos templos. Em 1846 Ignacio José Ferreira de Souza realizou pagamento a seu escravo pelas “placas”, como também eram denominadas as arandelas instaladas nas paredes para iluminação de Igrejas: “[...] Dezembro 31 – Idem a Ignacio José Ferreira de Souza pelos jornaes do seu escravo carpinteiro na factura de 20 placas pª o uso da Capella 16$000 (II LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1844 a 1873, p. 27). Em 1864 novos pagamentos foram realizados a Luiz da Silva Lima - de arandelas para a Capela, possivelmente as duas arandelas grandes que estão adornando as ilhargas do arco cruzeiro. Há no acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo um par de arandelas entalhadas com respaldo em espelhos, atribuídas erroneamente a Antonio Francisco Lisboa, que possivelmente são as que foram encomendadas em 1846, pois trata-se de talha regional com as características notórias das existentes nos retábulos originais e outros elementos da igreja, entre eles as sanefas que encimam as tribunas.

Em 07 de março de 1849, nova deliberação foi realizada para encomenda de um novo risco para conclusão das Torres da Capela: “[...] deliberou-se mais mandar tirar por João Guilherme hum risco para por elle se concluir as Torres da Capella, que se pedisse licença ao actual Juiz Municipal e Provedor para esta dispesa (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 75v).

A documentação mostra que além dos recursos deixados pelos fiéis e romeiros, sob a forma de jóias, objetos litúrgicos, paramentos, foi também doado a Nossa Senhora Aparecida um escravo de nome Antonio, sobre quem a Mesa, em sua sessão de 30 de setembro de 1849, resolveu deliberar: que o “[...] Actual Thisoureiro Administrador mandasse ensinar o offício de Carpinteiro ao escravo Antonio, que a Nossa Senhora Aparecida deixou a finada Theresa Maria de Jesus” (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809 - 1852, p. 76v).

Entre os bens doados à Capela de N. S. Aparecida estavam também os escravos, e estes constavam dos Inventários Judiciais. Em 1850 o escravo João Belim, doado a N. S. Aparecida, era organista e foi sustentado por 10 meses e meio pelo Padre Luiz dos Reis França. Esse escravo, segundo os registros, ficou como organista da Capela até 09 de junho de 1853 e, conforme se verifica, se afastou para tratamento de saúde, sendo substituído por José Pires de Almeida para tocar o órgão. A documentação menciona a compra de roupas para os escravos de Nossa Senhora e o tratamento médico por eles recebido através do médico Dr. Rafael José Cazal. Encontramos também diversos pagamentos com a aquisição de tecidos para a indumentária dos escravos, entre eles, em 1858, a compra de um capote e a feitura de um paletó para o escravo João Belim, devido à sua posição de organista e participação nas cerimônias internas no coro da igreja: “[...]

3 p. a Manuel Pereira Rangel de feitio de um paletó pª o escravo João Belim" (II LIVRO DE RECEITA E DESPESA 1844 a 1873, p. 144).

Ao que tudo indica, no território do Morro dos Coqueiros, onde foi erguida a Capela, além dos escravos que integravam os afazeres das obras e serviços da igreja, estava também o pasto que abrigava os animais - vacas de leite, bois, cavalos, estes também doados a Nossa Senhora. Esses escravos serviam na rotina da construção, assim registrada em 1861, segundo a nota do copista:

> Capellão = P.e Francisco Pereira Rangel; Sacristão = José Pires de Almeida; Mestre Canteiro= José Pereira da Cruz; Escravos= João Belim, José, Adão, Domingos; Escravas= Caetana, Antonia, Carlota, Rita; Festeiro= P.e Francisco Monteiro Cesar; Condutor de animaes= Manoel Pereira Frós (II LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1844 a 1873, p. 273).

Como já mencionamos acima, as casas construídas no entorno da Capela para abrigo dos romeiros possuíam uma estrutura ainda precária. Embora cobertas de telhas, adotou-se a taipa com a utilização dos escravos taipeiros, carradas de estrume de animal para mistura na taipa de mão e reboque das obras, ainda em meados do século XIX. Os tetos foram feitos com forro em esteiras de taquara, como ainda é feito em Minas Gerais; e as fachadas vedadas por portas com folhas cegas, tendo na face externa as rótulas que foram muito adotadas no século XVIII, antes da construção de alguns sobrados junto ao largo da igreja - o que só ocorreu aparentemente em meados do século XIX. Guarneciam o interior dessas casas peças de mobiliário de fatura tosca, compostas de mesas, cadeiras, armários, catres[526] que eram usados como leitos para dormir. Faz menção a documentação em 19 de dezembro de 1844 ao pagamento de "[...] 316$214 a Salvador Moreira de Castro do custo de nove camas tecidas de couro para as Casas dos Romeiros". (II LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1844 a 1873, p. 6); e em 26 de outubro de 1851a Manoel Gomes por "[...] 16 cargas de cipó p.ª tecer alguns catres e p.ª outras Obras: 7$630" (II LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1844 a 1873, p. 44).

Identificamos Manoel Gomes trabalhando em Sabará no Ofício de Pedreiro, com as seguintes indicações: "[...] 1804 a 1806 – Figura, com a respectiva indicação do ofício, a fls. 7, Lº nº 123," Receita e Despesa", Arquivo Público Mineiro – 1807 a 1810 – Figura com a respectiva indicação do ofício, Lº nº 86, "Receita e Despesa, arq. cit. (MARTINS, 1974, p. 307). Em 25 de junho de 1853 a complementação era feita com os colchões de capim forrados com tecidos, conforme indicado: "[...] 25- 199$800 a Manoel Galvão de França Rangel "[...] de fazendas para vestuário dos Escravos da Capella, riscados pª colchões das casas dos romeiros e chitas pª colchas e travesseiros" (II LIVRO DE

[526] Cama rústica de origem oriental, adotada inicialmente em Portugal, vem para o Brasil no século XVIII, geralmente com estrado em couro liso ou trançado em tiras ou em cipó.

RECEITAS E DESPESAS, 1844 a 1873, p.141). A louça utilizada nas casas dos romeiros também é citada nos documentos, com diversas encomendas para a “louça grossa” e “louça branca” atestando a produção da cerâmica utilitária em barro, modelada manualmente e confeccionada nos tornos até os dias atuais.

O mobiliário que guarnecia a capela também era regional: em 1853 foi pago a “[...] Joaquim Theodoro de A. – 12 tamboretes pª a capella por 28$000” (II LIVRO DE RECEITA E DESPESAS, 1844-1873. p. 164). Em 08 de março de 1862 foram pagos 20 Réis ao Mestre Carapina Faustino Costa, pelo conserto de dois andores da Capela.

Salta aos olhos que ainda na primeira metade do século XIX se pode registrar a presença constante de membros da família Galvão de França, com grande atuação no transporte de pedra e cal, entre outros, para as obras da Capela de N. S. de Aparecida. Em 20 de maio de 1845 José Galvão de França recebeu 400 mil réis pela condução de pedras; e em 30 de junho do mesmo ano, Manoel Galvão de Siqueira foi pago pela compra e condução de madeira e palha para o rancho de trabalho dos pedreiros e canteiros[527]. Ainda em 1845, o auto da tomada de Contas à Administração pelo Ministro Provedor e Juiz Municipal suplente em exercício Manoel Galvão de França, assim considera as contas:

> Julgo boas e valiosas as contas prestadas da pag. 18 em diante: intima-se o promotor das Capellas pª dar prompto cumprimento ao disposto pela Sentença de pag. 21. Trata a Meza Adm.trativa de arrecadar imediatamente o alcance da extincta Meza Propectoria, sendo as custas pagas pelos Cofres da Capella. Guará 19 Março 1846. M.el Galvão de França 22$538 ao Juízo da Provd.ª (II LIVRO DE RECEITA E DESPESAS, 1844-1873, p. 18).

O documento registra a extinção da Mesa Protectória e a atuação da Meza [sic] Administrativa em 1846.

A presença de José Galvão de França como condutor de material para as obras nos leva crer que atuasse também como tropeiro no Caminho Velho de Paraty, juntamente com outros condutores que realizavam esses serviços, pois em 04 de junho de 1847, anotamos o pagamento “[...] a José Galvão de França pela condução de 150 alqueires de Cal de Paraty: 100$000 (II LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1844-1873, p. 28). São freqüentes os recibos de pagamentos; entre eles nos chama atenção o que foi realizado a Benedita Galvão de França pela fatura de louça de “Cozinha” para servidão dos Romeiros; e em 07/12/1866 a “[...] Anna Galvão de França – 88$ concerto de Paramentos da Capella

[527] Em 30 de junho de 1845 foi efetuado o pagamento a “[...] José Galvão de França pela condução de Pedras desde 7 de Janº até 15 de Maio deste anno: 400$000 (II LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1844-1873, p. 7). No dia 30/06/1845 a “[...] Manoel Galvão de Siqueira pela compra e condução de madeiras e palha para o rancho de trabalho dos pedreiros e canteiros: para fabricar o rancho pª os Canteiros: 37$000 (II LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1844-1873, p. 7).

e feitio de 20 sanguinhos roxos e 6 véos de seda" (II LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1844-1873, p. 314).

A partir de 1850 foram nomeados os Festeiros das Festas de Nossa Senhora Aparecida de outros municípios, como ocorreu em 05 de janeiro de 1850 com o Comendador Antonio José Leandro Sampaio, da Vila de Cunha, o Reverendo Joaquim Pereira d'Escobar, de Resende e Dona Mariana Cândida Ribeiro Leite, viúva do finado Comendador Antonio Pereira Leite, da Freguesia de Campo Bello. Em 1851, foram nomeados Antonio de Oliveira Ribeiro e Dona Josefa Leandra de Figueira, moradores da Vila de Itaguaí, na Província do Rio de Janeiro.

Chama atenção que em 1852 a Mesa Protectória deliberou a abertura de nova rua, possivelmente paralela à ladeira aberta ainda na primeira metade do setecentos e só calçada no século XIX, a partir de 1830. Ainda são visíveis através da nova rua os degraus em pedra que serviam de acesso à lateral da Capela, no lado direito do largo.

> Deliberou-se mais esta Mesa, que se abrise húma nova rua nesta Capella, principiando no beco das Cazas de sobrado e depois em linha reta a sahir na Estrada real, porque serviria grande vantagem, não só para formozear a Capella como tão bem pela utilidade publica, grandes interesses que as mesmas oferecem com os novos aforamentos as peçoas (sic) que ahi pedirem demão para levantar seus Edefícios dos quais se imporão vigoroza obrigaçoess de fazerem dentro do prazo de hum anno, da conceção (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 93v e p. 94).

Ainda em 1852, novos ornatos são adquiridos para a Capela, com a contratação de pintor e a cobrança dos recursos que encontravam-se em poder do ex-tesoureiro para a construção do cemitério. Constatamos na documentação que este era o Mestre Pintor "Manoel de Tal", que recebeu "[...] Das pinturas da igreja e Casas da Capella 360$000" (LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1844-1876, p. 118); e que também já era preocupação da Mesa Protectória poder-se contratar

> hum Pintor hábil, para pintar a óleo a Capella Mór desta Igreja, do melhor gosto possível, mesmo alguâs das Cazas da mesma q. funcione. Deliberou-se mais que se officiasse ao dito Senhor Doutor Procurador afim de authorizar a esta Mesa, sobre a seguinte necessidade que há do (ilegível) de hum Semiterio nesta Capella em terreno pertencente ao Patrimonio da mesma Officiou-se Deliberou-se mais finalmente officiar-se ao Cidadão Manoel José dos Santos Souza ex Thezoureiro Administrativo desta Capella, prompta entrega da quantia de oito centos oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e dous reis do liquido a favor desta Capella, existente em seu poder, pois já se acham julgadas as Contas apresentadas do tempo de sua administraçam (LIVRO DE ATAS DA MESA PROTECTÓRIA, 1809-1852, p. 95).

Cabe lembrar que essas obras tiveram um prolongamento de quase 20 anos e que ainda em 1851 e 1852 estava como Mestre das mesmas José Pinto dos Santos,

permanecendo até 04 de janeiro de 1852. Na mesma data, houve também a entrada do Mestre Pedreiro ou Canteiro José Pereira da Cruz, realizando trabalhos de 04 de janeiro de 1852 a 11 de setembro de 1853 e até 21 de maio de 1854. Os documentos de 1852 mencionam um suporte que era utilizado para levar as pedras até as torres: "[...] Dez 31 – Carapina fez a emenda do mastro de levantar pedras pª as torres" (AUTOS DE EREÇÃO E BENÇÃO DA CAPELA, 1743-1745, p. 3).

Em março de 1854, foram adquiridas madeiras para os andaimes da Igreja e, em 1855, Joaquim Pedro Gonçalves era administrador da Pedreira da obra da Capela e responsável pela tiragem das pedras para a mesma. Nesse ano, em 22 de maio, a Mesa oficiou ao Mestre de Obras José Pinto dos Santos[528] solicitando a conclusão da primeira torre que encontrava-se mais adiantada, levando a discussões internas em que a Mesa não concordou que houvesse o prosseguimento das duas torres sem o término da primeira. Verificamos na Ata da Sessão de 20 de fevereiro de 1862 que foi deliberada a tirada e puxada de pedras para as obras da Capela; estas deveriam ser finalizadas até março, quando cessariam as chuvas e era necessária a tiragem das madeiras para conclusão da segunda torre. Para complementação da torre, a cruz e o galo da grimpa foram colocados em 1859, conforme recibo de pagamento realizado a João Julio Gustavo - que também recebeu da Capela 560$000 réis, pela colocação na segunda torre em 17 de fevereiro de 1864 (LIVRO DE RECEITA E DESPESA, 1845 a 1873, p. 3 e p. 9). Em 01 de março daquele ano, João Julio Gustavo recebeu 550$000 réis pela encomenda da planta baixa, objetivando a continuidade das obras da Capela, possivelmente da nave da igreja – o que não foi executado.

Em 23 de julho de 1854, Dr. Antonio Joaquim de Mello, Bispo de S. Paulo, visitou a Capella de Nossa Senhora Aparecida e proibiu os registros de milagres em papel, permanecendo somente os de madeira e cera:

> Fomos a Capella de Nossa Senhora Apparecida, visitamos a casa dos milagres e achamos muitas pinturas que não convém inda mais as gravadas em papel. Nós prohibimos com pena de culpa ao Capellão que consinta mais pintura alguma em papel consumindo desde já todas que existem; acceitará as em cera ou madeira (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 150-p. 150v).

Tal provimento fez desaparecer uma grande parte dos inúmeros quadros de milagres atribuídos a Nossa Senhora Aparecida, oriundos do século XVIII - os chamados ex-votos[529], confeccionados em pagamento de promessas e que podiam ser em pintura

[528] José Pinto dos Santos faleceu em 28 de abril de 1856.

[529] Quadro ou tábua votiva de madeira recortada e pintada ou objeto representando partes físicas do ser humano, esculpido ou moldado em cera que tem suas origens na tabulat votivae romana, em forma de agradecimento à divindade de uma graça alcançada. Muito recorrente no período colonial, em pintura de formato pequeno pode representar o miraculado em seu leito ou de joelhos, aparecendo representações de

sobre papel ou madeira, ou representados sob a forma de objetos confeccionados em madeira ou cera. A representatividade do culto a Nossa Senhora Aparecida também se consolidou com os chamados “registros de santos”[530] em papel, emoldurados, e em certos casos com a concessão de indulgências, conforme se verifica na litografia abaixo (Fig. 436) - em que curiosamente a imagem de N. S. da Conceição Apparecida é representada com a face branca “[...] que se venera na sua Capella do Termo da Cidade de Guaratinguetá O Exmo e Rmo. Sr. Bispo Diocesano D. Antonio Joaquim de Mello dá e concede 40 dias de Indulgencias a todos que devotamente resarem 3 Ave Marias em presença desta Imagem. Antonio Bispo de S. Paulo”. O manto adotado para complementação é peça que já aparece nos primeiros Inventários da Capela e consta do Livro Tombo: “[...] Entregou meus pertenc.te a Sr.ª o f, Ambroziuo Pr.ª dous mantos, Eú de galão e outro de seda com ramos d’ouro, e ambos com rendas Eú de prata, outro d ouro” (LIVRO TOMBO, 1757-1873, p. 171).

Fig. 436: N.S Aparecida - Imagem e Fachada da Igreja

Fig. 437: N.S da Conceição Aparecida

Fonte: Fazenda Olaria / Paraty - RJ – Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Como já vimos, em 1878 teve início a gestão do Rev.mo Dr. Joaquim do Monte Carmello, que realizou as intervenções na Capela de Nossa Senhora Aparecida e nos deixou as feições como encontramos até os dias atuais. Em Sessão Extraordinária da Mesa Administrativa, no dia 28 de janeiro de 1878, na cidade de Guaratinguetá, na residência do Thezoureiro Tem.te Ignacio de Loiola Freire Bueno, estando presentes o

imagens entre nuvens e na parte inferior narrativas com datas, inscrições da doença ou episódio ocorrido, muito comum em igrejas e capelas, em certos casos poderia ter os espaços a eles destinados, como é o caso da Basílica Velha de Aparecida, na Sala dos Milagres ou Casa dos Milagres.

[530] Estampa em papel de tamanhos variados utilizando-se da técnica da gravura representando o santo ou imagem que é cultuada ou venerada em determinada igreja, como por exemplo: “Senhor Bom Jesus de Iguape” ou “Nossa Senhora da Glória do Outeiro” do Rio de Janeiro ou N. S. da Guia que se venera em Mangaratiba. É comum aparecer ao fundo a representação da igreja onde a imagem é venerada.

Vigário Cônego Benedito Teixeira da Silva Pinto e o Escrivão Francisco Marcondes do Amaral, foi deliberado aceitar a proposta do R.mo Dr. Joaquim do Monte Carmello[531] em "[...] a qual o mesmo se compromete a construir o Corpo da Igreja da Capella de Nossa Senhora Apparecida conforme o plano que apresenta pela quantia de 50:000$000 (cinqüenta contos de reis) pagos em prestações nas condições constantes da mesma" (II LIVRO DE ATAS DA MESA ADMINISTRATIVA, 1878, p. 189v).

A proposta apresentada pelo novo empreiteiro propunha acréscimos na capela-mor, removia o forro em abóboda e propunha um novo forro em arco abatido, que assim se justificava: "[...] outro como está de que assim se prestará melhor a pintura que por ventura se haja de fazer (II LIVRO DE ATAS DA MESA ADMINISTRATIVA, 1878, p. 206). Foram também feitas propostas de acréscimos de 15 palmos na nave, que antes possuia 84 palmos de comprimento e passaria a ter 99 palmos; os arcos reabertos na nave para localização dos púlpitos, pelo que se percebe, foram também acompanhados por arcos abertos para a sustentação do transepto, objetivando a instalação de dois novos retábulos para as imagens de Santana no lado da Epistola e de São Francisco de Paula no lado do Evangelho. As intervenções realizadas pelo Dr. Joaquim Monte Carmello assim foram descritas na planta do andar térreo pelo Padre Julio Brustoloni:

> o Dr. Monte Carmello iniciou a construção das naves e da capela mor em 1878, a Fachada com as 2 torres já estavam construídas (1845 a 1864) e permaneciam as naves e a capela-mór primitivas. Ao construir as novas Monte Carmello demoliu as naves laterais e a capela-mór primitivas, deixando a nave central para servir ao culto. Esta está indicada na planta com o quadrilátero pontilhado e segundo Monte Carmello tinha as seguintes medidas: 76 palmos por 32 de largura (16,70 x 7,04m); acima da cumieira foi construído o forro da atual. Em 1886, quando foi demolida, a Imagem e a celebração do culto passaram para a capela do Ssmo. No andar superior da atual capela-mor. (veja planta). A= Fachada e torres construídas anteriormente (1844 - 1864) B= Nave Central – medida: 20,40 x 8,88m.- no pontilhado a antiga nave. C= Naves laterais – medida: 19,63 x 2,83m. D= Capelas laterais – medida: do alinhamento da nave lateral 2,75 x 1,15m. E= Presbitério com o retábulo de mármore e nicho da Imagem na letra H. Medida: internas – 10,05 x 6,30m; no fundo há duas paredes com arcos abrindo-se para a abside. Medida externa: comprimento-12,30m. F= Sacristia – medida 6,40 x 4,10m. Serviu como sacristia de 1888 a 19 de setembro de 1895, quando foi adaptada para capela do Ssmo., desde 1934 até hoje serve de batistério. No canto junto a letra X, localizava-se a porta de entrada para o presbitério (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS, 1978, p. 193).

[531] Joaquim do Monte Carmello (Joaquim dos Santos) era filho legítimo de Francisco Gonçalves dos Santos e de D. Maria Francisca Rosa da Conceição. Nascido na freguesia de São Pedro, na Bahia, no dia em 19 de setembro de 1817, recebeu o hábito Beneditino no dia 17 de setembro de 1835, tomando como padroeira N. S. do Monte Carmelo. Em 1838 foi para o Rio de Janeiro para estudar teologia onde e ali conheceu Ferreira Vianna; e também foi companheiro de sala, no Mosteiro de São Bento, de seu irmão Frei Francisco de Santa Senhorinha Vianna, frade de grande talento e orador.

A projeção idealizada pelo Dr. Joaquim do Monte Carmello, além das possíveis ampliações, já tinha como meta a substituição dos dois retábulos da nave e da capela-mor, a abertura de seis janelas junto à cimalha da capela-mor e acima das tribunas originais - que felizmente foram mantidas com seus ornamentos em talha, assim divididos: base, guarda corpo e sanefas. A nova capela-mor passaria a medir

> 47 palmos do arco até o retábulo sobre 26 de largura e 38 de altura, a restabelecer o retábulo actual com o mesmo gosto em que está ou melhor, se por ventura a Meza lhe aprovar o novo risco que em tempo ser-lhe há oferecido pelo abaixo assignado, a deixar sobre a semalha (sic) da Capella mor e através do tecto 6 janellas que levem luz ao edifício sem prejuízo das tribunas ora existentes; a construir também de novo as duas sacristias com os respectivos salões das tribunas da Capella mor os quais como as sacristias contarão 47 palmos de comprimento sobre 23 de largura e 18 de altura; a construir duas saletas além das sacristias com a mesma altura destas e 13 palmos de largura sobre 23 de fundo, a primeira destas saletas, além de conter o esguicho, dará entrada para a Capella do Santíssimo, e conterá umas das escadas que subirão para o andar superior; a construir por detrás do altar-mor uma Capella para o Santíssimo Sacramento, contendo 26 palmos de fundos sobre 18 de altura; a fazer de mármore finíssimo e lindamente lavrado todo o presbyterio da Capella mor e ladrilhar de mármore artificial estrangeiro todo o pavimento das naves, sacristias e suas dependências e a collocar sobre o pavimento das naves, sacristias e suas dependências e a collocar sobre o pavimento da Capella mor, o mosaico, que já existe para esse fim, comprado pela Meza (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS, 1978, p. 172).

Um elemento que contribuiu para iluminação de prédios no período colonial, ainda com padrão das antigas Matrizes, foi a substituição de telhas de barro por vidro, como foi sugerido na Visita Pastoral à Igreja Matriz de Cunha, em 25 de janeiro de 1854, para iluminar a capela-mor. Na Capela de Aparecida seis janelas do clerestório[532] foram abertas acima da cimalha, para proporcionar entrada de claridade, o acesso à Capela do Santíssimo (Figuras 427 e 428). Foram ainda colocados revestimento de mármore, o piso do presbitério e ladrilhos nas naves e sacristias e dependências, bem como feita a instalação de grades de ferro em todas as janelas inferiores.

[532] Seu uso tem origem nas basílicas romanas. São janelas altas com vedação em vidros fixos, permitindo a iluminação através da parte mais alta da igreja.

Fig. 438: Clerestorio da Capela Mor da Basílica de N.S Aparecida - SP

Fig. 439: Detalhe da janela do Clerestorio da Basílica de N.S Aparecida - SP

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas - 2016

Destaque-se que um dos espaços mencionados durante as obras e que serviu para abrigar a imagem de Nossa Senhora Aparecida por diversas vezes é o retábulo da Capela do Santíssimo primitivo, que ainda se encontra em seu local de origem. Trata-se de retábulo datado do século XVIII/XIX em madeira policromada e dourada, enquadramento em pilastras retas com decoração acantiva, em “S” e arrecadas; as laterais são côncavas e emolduradas, mesa em forma de urna, decorada ao centro por tarjas[533] ladeadas por palmas, contendo no interior o anagrama de Maria, banqueta reta, tendo ao centro decoração em talha em “S” e “angras”. Está acima da banqueta, com face lisa a meia altura, onde estaria assente o Sacrário - que localizamos no Museu de Arte Sacra de São Paulo e que sem sombra de dúvidas integrava o referido retábulo, pela já existência no retábulo-mor da Capela de N. S. Aparecida de um sacrário fixo que integra ainda o seu local original. Esse é um sacrário móvel semelhante à talha do retábulo da capela do Santíssimo, onde, segundo se observa, ainda é visível a marca para encaixe da caixa do mesmo, com decoração acantiva semelhante aos elementos de sustentação e enquadramentos e no coroamento e laterais do retábulo. A peça destaca-se por ser complementada com elementos fitomorfos assentes em entablamento sinuoso e pelo belo trabalho em prata repuxada que reveste sua porta, tendo ao centro o ostensório, objeto litúrgico que também integrou as tarjas das igrejas onde se fazia a Adoração Perpétua,

[533] A tarja que decora o centro da mesa é muito semelhante à da mesa do retábulo da capela de N. S. da Conceição da Várzea do Corumbê em Paraty. Como dissemos acima, possui a provável assinatura de Goardino José.

como a Matriz de N. S. da Conceição de Cunha e a Catedral de São Francisco das Chagas, em Taubaté. Na Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, essa representação foi feita com um cibório, como dissemos acima, na tarja do arco cruzeiro.

Fig. 440: Retábulo da Capela do Santissimo Sacramento – antes da restauração

Fonte: Cláudia Rangel

Fig. 441: Retábulo da Capela do Santissimo Sacramento – depois da restauração

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Chama atenção no coroamento do retábulo a presença de dois querubins muito semelhantes aos encontrados na talha dos retábulos da Igreja de Santa Rita em Paraty e N. S. do Rosário, Matriz de N. S. da Conceição em Cunha, Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá e Catedral de São Francisco das Chagas em Taubaté (Figs. 442 e 443).

Fig. 442: Sacrario do retábulo da Capela do Santissimo - Basílica de N.S de Aparecida - SP

Fonte: Museu de Arte Sacra de São Paulo – Foto de Percival Tirapeli

Fig. 443: Montagem do Sacrário em seu local de origem

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Segundo Ofício do Juiz Provedor José Luis dos Reis Brito, os planos apresentados pelo Dr. Joaquim Monte Carmello foram aprovados em 20 de fevereiro de 1879: "[...] Em resposta ao officio de V. S.as de 16 de janeiro prossimo findo, authorizo a V. S.as a contratarem o corpo da igreja da Capella da Apparecida guardando-quanto ao plano das obras e seu preço as cautelas legais" (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS, ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE APARECIDA, 1978, p. 173). Em 13 de novembro de 1879, é realizada Sessão extraordinária para deliberar sobre ofício do Rev. Carmello, objetivando a encomenda de seis imagens na Bahia, bem como autorização para edificar quatro casas no quintal do sobrado pertencente a Nossa Senhora Apparecida, para abrigar os fieis em suas romarias

> [...] a fim de deliberar-se sobre um officio do Ilmo. Rvdmo. Sr. Dr. Joaquim do Monte Carmello, empreiteiro da actual Igreja em construção que solicita-mos autorização para mandar vir da Bahia 6 imagens: a de S. Joaquim, S. José, Santa Izabel, S. João Baptista, S. Elias e S. Bernardo para maior explendor e magnificencia do mesmo templo custando cada uma quatrocentos mil reis, e que estarão prontas em novembro p. fucturo anno.(...) Pede-nos também autorização para com os materiais da demolição do corpo da igreja velha edificar quatro casas no quintal do Sobrado da mesma Santa que servirão para receber os fieis que affluem em romarias a Nossa Senhora da Apparecida e que estas serão feitas a expensa sua; ao que a Meza pondo em votos, as autorizações solicitadas, foram unanimemente approvadas (II LIVRO DE ATAS DA MESA ADMINISTRATIVA, 1879, p. 227).

As imagens mencionadas acima integram os espaços da nave da Capela em seus nichos instalados no alto das paredes. Segundo concepção do Dr. Joaquim do Monte Carmello ficariam nos quatro primeiros nichos as imagens de São Joaquim, São José, Santa Izabel e São João Batista; e nos dois últimos, acima dos púlpitos, Santo Elias e São Bernardo - para testemunharem os devotos da Santíssima Virgem, uma vez que

> foram os seus originais os que entre os santos do antigo testamento e os padres da igreja o primeiro e o último que mais publicaram as grandezas da Rainha dos céus assim como as dos outros santos recordam a memória dos dignos progenitor, esposo, prima e sobrinho de tão excelsa criatura (II LIVRO DE ATAS DA MESA ADMINISTRATIVA, 1879, p. 229).

Fica claro na documentação que as imagens mediriam seis palmos e meio (1,43m) de altura, com seus resplendores e ornatos de prata cada uma. É nesse momento que são abertos os nichos nas paredes acima dos púlpitos e feita a retirada dos mesmos, ainda originais e situados no ângulo das paredes que fazem junção da nave com o arco cruzeiro. Também são abertos os arcos para o transepto e feito o aprofundamento em forma de meia capela funda, que iriam abrigar os novos retábulos de fins do século XIX, em substituição aos do século XVIII. Para essa complementação novos elementos em talha foram executados para o coroamento dos nichos, arcos do transepto e arco cruzeiro, além da talha dos novos retábulos, já de gosto oitocentista. Essas intervenções, para um

primeiro olhar, não são de imediato notórias aos fiéis e visitantes, pois ao visualizar o conjunto e sua decoração interna de impacto há uma sensação de harmonia.

A documentação aponta para as freqüentes viagens do Dr. Joaquim do Monte Carmello, realizadas ao Rio de Janeiro, onde constantemente se hospedava em casa de Antonio Ferreira Vianna[534], à Rua do Fialho, no Bairro da Glória, sendo comum lá encontrar-se com D. Macedo Costa, Bispo do Pará, também hóspede de Ferreira Vianna. Em fins do século XIX o Dr. Joaquim do Monte Carmello era considerado nas narrativas e artigos de Jornais, entre eles o de Paulo Paulo José Pires Brandão:

> Entre os grandes serviços de Frei Carmelo foi, sem duvida alguma, o maior de todos o prestado á Nossa Senhora da Apparecida em São Paulo, salvando-lhe o culto, restaurando a Igreja que ruía e resalvando o cofre das esmolas que mãos sacrilegas delapidavam. Era um homem de nacionalidade portugueza que vivia amasiado com uma negra de quem teve uma enfiada de filhos todos altamente collocados na política do Imperio e depois da República quem dirigia a Irmandade de Nossa Senhora da Apparecida, ora publicamente a sua frente, ora por traz da cortina, não fazendo nada pela Igreja da milagrosa Santa e esbanjando as mãos cheias na política as esmolas que a piedade dos romeiros deixava uma a uma cahirem no cofre com pequenas nascellas mas que á noite se elevavam a fortes quantias (JORNAL DO COMÉRCIO,- Rio de Janeiro, 25 de Dezembro de 1936).

Conforme menciona o artigo de Paulo José Pires Brandão os contatos e sua aproximação com Ferreira Viana possibilitariam que nas obras da Capela de N. S. Aparecida também se contasse com a presença e participação marcante do artista Thomas Driendl[535] como arquiteto e pintor. Já nos é possível identificar as sutis diferenças em momentos de intervenções ocorridos no interior do templo, quando visualizamos a bela talha que reveste o coroamento dos nichos das seis imagens, arcos para as capelas do transepto - em elementos fitomorfos e frutescências - arco cruzeiro, púlpitos com seus abaixa-voz, bem como as arrecadas nos montantes do paravento, arcos das janelas do clerestório e retábulos de Santana e São Francisco de Paula das capelas do transepto.

> Ferreira Vianna deu-lhe o insigne artista bavaro Thomas Driendll que como architecto e pintor restaurava a Igreja prestes a ruir e ainda com muita obra inacabada desde 1846 e pelas paredes e tecto pintou com seu mágico pincel os principaes milagres da milagrosa Santa, restando ainda hoje apenas um destes quadros, verdadeira obra prima, representando o milagre das algemas partida do escravo que orava. Na falta de modelos, Driendll retratou em todos os anjinhos que pintava a carinha de suas próprias filhas que nessa ocasião eram pequenas e numerosas (Jornal do Comercio,- Rio de Janeiro, 25 de Dezembro de 1936).

---

[534] Natural de Pelotas, nasceu em 11/05/1833 e faleceu em 10/11/1903, com 70 anos no Rio de Janeiro, Magistrado, jornalista e político, foi também Deputado, Presidente da Câmara Municipal e Ministro da Justiça e do Império.

[535] Nasceu em 02/041879 em Munique, Alemanha e morreu em fevereiro de 1916 em Niterói, Brasil. Pintor, decorador, restaurador e arquiteto. Deixou diversos trabalhos, entre os quais destacamos as intervenções artísticas na Igreja do Carmo, no Rio de Janeiro e na Capela de N. S. Aparecida.

Outro dado importante é que essa situação também se repetiu com o mesmo artista alemão, Thomas Driendl, na Igreja do Carmo da Antiga Sé, na Rua Primeiro de Março, Centro do Rio de Janeiro, conforme salientaram Oliveira e Justiniano, em “Barroco e Rococó nas Igrejas do Rio de Janeiro”.

> Essas modificações, porém, não são diretamente perceptíveis ao visitante que cruza a porta de entrada, local privilegiado para uma visão de conjunto da esplêndida decoração rococó da igreja em sua requintada harmonia de ornamentos dourados em destaque sobre fundos claros. Isto porque o espaço interno das capelas laterais construídas no século XIX foi decorado pelo artista alemão Thomas Driendl, com delicados ornatos dourados, que até mesmo um olhar experimentado não distingue à primeira vista dos originais do século XVIII (OLIVEIRA, JUSTINIANO, 2008, p. 62).

Tudo indica que as intervenções realizadas na nave e capela-mor da antiga Capela de Nossa Senhora Aparecida tiveram a concepção e projeto de Thomas Driendl que, juntamente com o Dr. Joaquim do Monte Carmello, ampliou seus espaços, forros, talhas para os arcos, incluindo a construção de dois retábulos laterais, assim descritos

> e então veria, que o velho templo que conta apenas 76 palmos de fundo sobre 32 de largura, está prestes a ser substituído por outro que consta 80 palmos de largura e 120 de fundo, repartido em três naves sustentadas por dez arcadas fechadas por outras tantas abobadas de tijolos. Veria mais que o tecto desse novo corpo da egreja, que já está completamente forrado de excellente cedro, excede muito á cumieira do antigo templo. Veria ainda que todo o entablamento do tecto está corrido. Veria, finalmente, que os dous altares lateraes da nova egreja estão promptos e collocados; que a talha que deve ornar os arcos desses dous altares está igualmente prompta, bem como a das oito tribunas, que abrem para os respectivos consistórios onde vêem-se dous bellos altares também entalhados, e de optimo gosto. Para collocação dessas tribunas e talha dos arcos lateraes, só se espera pela demolição do corpo da antiga egreja, hoje Tõ infelizmente voltada ao desmazelo, para não dizer impiedade de seus zeladores. A nova capella-mór do tempo de Nossa Senhora Apparecida tem a mesma sumptuosidade e esplendor do corpo da igreja acima descripto. Conta Ella 28 ´palmos de largura sobre 44 de fundo (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 06/01/1884).

Nesse momento, Frei Carmelo alia-se a Ferreira Viana e ambos conseguem passar a Capela de N. S. Aparecida para a Administração do Bispado de São Paulo, “[...] salvando-se desta maneira o culto, a Igreja e o cofre” (Jornal do Comércio – Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1936). Das reformas empreendidas pelo Dr. Carmello na Capela de Nossa Senhora Aparecida, conforme já mencionamos acima, além das intervenções arquitetônicas, quase ocorreu a incineração do retábulo-mor e laterais, que felizmente foram salvos - conforme se depreende dos ofícios constantes do II Livro de Atas da Mesa Administrativa, às folhas 240 e 240v, de 12 de maio de 1880 e às folhas 242, datado de 1880. Atualmente encontram-se na Igreja de São Gonçalo em São Paulo, para onde foram levados juntamente com os dois púlpitos, abaixa-voz e as duas credencias. Para essa

substituição constatamos que já havia sido realizada a encomenda de um retábulo de mármore e escaiola de forma semi-circular, com coroamento em forma de coroa; em seu registro central estariam quatro colunas corintias onde estariam assentes as figuras da Fé, Esperança, Caridade e Justiça, conforme descrito na Folha Paulistana de 1884:

> [...] e pois quem hoje visita toda essa parte concluída da nova egreja de Nossa Senhora Apparecida; quem percorre os espaços destinados para sachristias e escolas de um e de outro sexo; quem examina cuidadosamente o bem acabado das talhas e sobretudo o sumptuosíssimo retabulo de mármore que veio expressamente da Italia para a nova Capella de Nossa Senhora Apparecida, retabulo que conta 51 palmos em sua maior altura e consta de quatro soberbas collunas corinthias, sobre cujos capitéis assentam as figuras da Fé, Esperança, Caridade e Justiça, todas de mármore finíssimo e de tamanho quasi natural; quem em uma palavra, souber que toda esta machina gigantesca assenta sobre riquíssimo presbyterio de mármore de cores diversas: não será certamente tão mal impressionado, como foi o autor do “Boletim” de hontem publicado nesta folha (CORREIO PAULISTANO, SÃO PAULO, 06/01/1884, DA).

Ao que tudo indica houve uma grande luta para conseguir recursos para as obras já em andamento, pois segundo o Alvará para empréstimo de 15:000$000, conseguido pelo Dr. Joaquim Monte Carmello em 31 de agosto de 1882 foi destinado “[...] para pagar se retirar da alfandega do Rio de Janeiro o altar de mármore” (II Livro de Atas, 1882, p. 283). Nesse momento a Mesa deliberou a contratação de um engenheiro arquiteto para fazer o orçamento das obras, na ocasião o engenheiro Carlos Pyrouton. Foi solicitado novo empréstimo para tocar as obras, mediante ofício com data de 06 de junho de 1887, em que houve a concordância da Mesa, porém com cláusula de entrega da igreja pronta em 30 de novembro daquele mesmo ano.

Fig. 444: Retábulo-mor oriundo da Itália para a Basílica de Aparecida - SP

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida-SP

Fig. 445: Visita dos fiéis à imagem de N.S Aparecida

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida - SP

A igreja foi inaugurada no dia 24 de junho de 1888, com muitos festejos e grande assistência dos atos religiosos na festa inaugural. Com acompanhamento de órgão, pregações e com a facilidade de transporte pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a festa inaugural foi muito concorrida.

> Graças ao Dr. Joaquim do Monte Carmello, ex-monge beneditino, a nova Capela de N. Sra. Aparecida foi construída e inaugurada. Soube enfrentar com constância e politicagem dos tesoureiros e Juizes Municipais que se apropriavam das esmolas do povo. Irriquieto e polêmico, suspenso de ordem desde o tempo em que enfretou (sic) o seu bispo em 1872, foi agraciado por Dom Lino se tornou capelão de N. Sra. e não cobrava pelo seu serviço (CRÔNICAS DA CAPELA, 1717 a 1917, p. 180).

No dia 06 de agosto de 1894 foi fundado o Seminário Bom Jesus, com o lançamento da pedra fundamental em terreno que já havia sido doado pelo Padre Lourenço Marcondes de Sá em 1838. A construção tinha por finalidade prover as instalações necessárias para a formação de novos sacerdotes. A obra, só concluída em 1958, teve como engenheiro e arquiteto responsável Francisco Carlos da Silva, natural de São Paulo, formado na França - uma das razões de sua inspiração arquitetônica no Palácio de Versailles. Atualmente abriga a Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aparecida. No andar térreo e no superior há uma aconchegante pousada que também abriga os aposentos para hospedagem do Papa em suas viagens ao Brasil.

No dia 08 de setembro de 1904 a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi coroada solenemente na presença de doze bispos, das autoridades civis e grande multidão de romeiros. Para a Coroação em 1904, no adro da Igreja, foi usado o tronete remanescente do retábulo original, encaminhado para a Igreja de São Gonçalo, SP e que permaneceu na Basílica Velha. Conforme já mencionamos acima, essa decoração vedou a porta principal da igreja, onde foi instalado o trono com a banqueta composta de belos castiçais,

ânforas com palmas, castiçais com mangas de vidro, crucifixo ao centro e a imagem primitiva em destaque no camarim do tronete (Fig. 446).

Fig. 446: Coroação de N. S. Aparecida - 1904

Fig. 447: Consagração como Padroeira do Brasil, em 1931

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida - SP

A fidelidade ao culto da Virgem Maria pelo povo brasileiro direcionou a Santa Sé a conferir ao tradicional Santuário o título de Basílica Menor, outorgado por decreto pontifício de 29 de abril de 1908. Em 1929, através de decreto do Papa Pio XI, N. Sra. Aparecida foi proclamada “Padroeira da Nação Brasileira”. Observamos que a necessidade de se construir o novo templo para fazer jus ao título de Basílica Nacional vem de longa data, pois a antiga já não oferecia conforto aos fiéis e romeiros após longas caminhadas. O empreendimento para construção da nova Basílica deu-se em 05 de maio de 1952.

Devemos registrar que em 03 de dezembro de 1893 nasce em Cunha Francisco Ferreira, que ficou conhecido como - “Chico Santeiro” -, filho de José Alves Ferreira e Helena Maria da Conceição, remanescente da família Breves, grandes fazendeiros de café na região de Mangaratiba e Angra dos Reis. Ainda jovem foi morar em Aparecida, fixando estudos nas Escolas Reunidas e realizando seu primeiro contato com o Irmão Hiebl, escultor e pintor alemão que prestava auxílio como sacristão. Em 1910 foi estudar em São Paulo no Liceu de Artes e Ofícios e, como ajudante de uma oficina de artes ao lado de Marino Del Favero, Cerceli e Petecarati, faz seu aprimoramento em técnica de pintura e escultura. Em 1915, retornou para Aparecida e casou-se com Maria do Carmo Ferreira, com quem teve os filhos: José Lopes, Francisco Genésio, Verônica, Crisanto, Tarcisio, Calisto, Dulcino, Cáritas, Ivo, Marino e Dorotéa. O contato com os Mestres Marino Del Favero, Cerceli e Petecarati possibilitou que este santeiro produzisse as primeiras réplicas em madeira da imagem de Nossa Senhora Aparecida, inspiradas na imagem primitiva – as quais foram sendo levadas para as igrejas em diversos estados do Brasil. Este santeiro faleceu na cidade de Aparecida, no dia 17 de novembro de 1980.

O Tombamento da Basílica Velha como monumento de interesse histórico, religioso e arquitetônico, pelo CONDEPHAAT ocorreu em 18 de abril de 1982; e a imagem original de N. S. Aparecida foi tombada através de instrução realizada pelo Prof. Dr. Percival Tirapeli, no Processo nº 70228/13, Resolução 111 de 30 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial. Integram o Processo a coroa de ouro doada pela Princesa Isabel e Conde d'EU em 1888, e o manto da festa da coroação da imagem em 1904.

Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté

De grande importância no ciclo do ouro é a cidade de Taubaté. Segundo Frei Basilio Rower, em "Páginas de História Franciscana no Brasil", por provisão de 20 de janeiro de 1636 o Capitão-mor e Governador da Capitania de Itanhaém, Francisco da Rocha "[...] encumbia a Joaquim Félix, abastado proprietário de São Paulo, de penetrar o sertão a fim de dilatar as possessões da donatária da Capitania a Condessa D.ª Mariana de Sousa Guerra" (ROWER, 1957, p. 327). Esta Provisão foi confirmada pelo sucessor, o Capitão-mor e Governador Vasco da Mota em 30 de junho de 1639, destinando uma légua de terras para rocio da vila e sesmarias para moradores estabelecerem uma povoação. O autor nos informa ainda que a origem da atual cidade é vinculada a uma aldeia de índios guaianás; e que o nome primitivo da povoação Taba-etê, significa aldeia grande, vila; sua grafia foi muito variada através dos anos, sendo as principais: Itaboaté, Itabaté, Tahubaté, Taibaté, Tabaté e finalmente Taubaté, reafirmando que nos documentos franciscanos desde o século XVIII, são encontrados Taybaté ou Taibaté. Na documentação de Maços de População apresenta-se constantemente como Taybaté. O ato de elevação da vila ocorreu em dezembro de 1645:

> Estando acabadas as obras para a povoação ser elevada a vila, procedeu-se ao ato solene "na primeira oitava de Natal", isto, no dia 26 de dezembro de 1645, em virtude da Provisão de 5 do mesmo mês e ano, do Capitão-mor e Governador Antônio Barbosa de Aguiar. Fizeram-se também as eleições para juízes ordinários e oficiais da Câmara, que todos entraram a servir no dia 1º de janeiro de 1646 (ROWER, 1957, p. 327).

Como padroeiro da vila e paróquia adotou-se São Fracisco das Chagas que, segundo Frei Basilio Rower, tem ligação com as relações de amizade que Jacques Felix mantinha em São Paulo com os recém chegados Franciscanos.

Faz menção a documentação transcrita pelo historiador Felix Guisard Filho[536] à existência, em Taubaté, de um Convento Franciscano com o título de Santo Antonio,

[536] Médico, historiador e empresário político, nasceu em 31/03/1890 e faleceu em 06/10/1964, com 74 anos.

construído pelo fundador da vila de Taubaté, além da Matriz e Casa de Câmara e Cadeia; como não se chegou a uma conclusão certa sobre o que foi esse Convento, foi denominado “Convento Velho”, após a fundação do Convento de Santa Clara, 28 anos depois da ereção da vila. Para Frei Basilio Rower, tratava-se de uma pequena “Residência ou Hospício dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo”, já presente em Mogi das Cruzes desde 1627 e erroneamente chamada de convento: “[...] Os Carmelitas abandonaram-no aos poucos, depois que os Franciscanos se estabeleceram na vila (ROWER, 1957, p. 328). Quando se fundou o Convento de Santa Clara os franciscanos já estavam em pleno desenvolvimento de suas atividades, de forma intensa e generalizada – as quais também se difundiram pela Capitania de Minas.

Há no acervo da Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté um conjunto de imagens de Cristo de Passos da Paixão, em madeira policromada, datadas do século XVIII, em tamanho natural, quatro delas com articulações, produção de um mesmo escultor, atualmente expostas no Museu de Arte Sacra de Taubaté. Segundo documentação fotográfica datada da década de 1939, existente no arquivo do IPHAN - SP, estas imagens integravam uma Capela perpendicular à nave da Igreja Matriz, nos moldes das Igrejas Conventuais - onde os terceiros costumavam abrigar as imagens processionais em armários nas paredes, sendo estes vedados por portas, com entalhes e interior forrados de papel de parede. Essa Capela infelizmente foi demolida nas sucessivas intervenções que o tempo passou, nossa análise foi realizada através das fotografias existentes no arquivo do IPHAN – SP.

Fig. 448: I Passo da Paixão: Horto das Oliveiras

Fig. 449: II Passo da Paixão: Prisão

Fonte: Germano Graeser – 1939 – IPHAN - SP

O acesso a esta capela era realizado através de porta em arco pleno, encimada por frontão entalhado em elementos sinuosos, entablamento em cornija simples com arremate superior em canga-de-boi, onde estava assente a tarja-nos moldes das que encimavam os retábulos laterais da nave da igreja (Fig. 450). Possuía no tímpano um sol[537] entalhado e raionado, cuja face é hoje fragmento do Museu de Arte Sacra de Taubaté. Essa porta era vedada por duas folhas de fechamento com quatro painéis vazados em elementos sinuosos, que lembram os guarda corpo do coro e do batistério da Martiz de N. S. da Conceição em Cunha, das tribunas da Igreja de Santa Rita e Nossa Senhora das Dores, em Paraty - e a porta da Capela do Santíssimo da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, em Florianópolis-SC. A parte superior das portas é almofadada.

Fig. 450: Porta de Acesso à Capela dos Passos da Paixão

Fonte: Foto de Germano Graeser – 1939 – IPHAN/SP

Segundo a fotografia de Germano Graeser, no interior é possível verificar um retábulo de gosto oitocentista, com enquadramento em quatro colunas retas com caneluras, entablamento clássico com arco pleno, arremate superior em elementos assimétricos, altar em forma de urna decorada com guirlandas, banqueta reta emoldurada por frisos, dando-lhe aspecto retangular, com sacrário embutido em respaldo decorado com ornatos aplicados. O camarim acima do sacrário possui altura para abrigar uma

[537] Símbolo de Nossa Senhora, tem como fonte de inspiração nas antífonas e litanias e como representação de fonte de luz e vida, se não é o próprio Deus, está associado como manifestação da divindade ou o filho de Deus supremo. É considerado símbolo de ressurreição e imortalidade, quando emblema de Jesus Cristo, seus raios, em número de doze, simbolizam os doze apóstolos.

imagem em tamanho natural. Chama atenção que, atrás do retábulo, em um segundo camarim com dossel, está um Cristo Crucificado possivelmente articulado, que também era usado na cerimônia do Descendimento da Cruz e na Procissão do Enterro, fazendo parte do conjunto das imagens de Passos da Paixão.

Destaque-se que o teto em abóboda de berço possuía pintura de perspectiva de gosto rococó, com estrutura retangular e tarja central (Figs. 451 e 452). Dos quatro ângulos partem elementos decorativos em concheados em linha sinuosa, que lembram as volutas para sustentação do coroamento do retábulo-mor da igreja de N. S. do Rosário e colaterais de São Benedito e São João, ambos em Paraty - e ainda de um pequeno retábulo de Santo Antonio (Fig. 453) que está localizado no lado da epístola, junto ao nártex da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha, ligando-se à tarja central em forma oval contornada por moldura de perfil caprichoso pintada e envolvida por por filactério.

Figs. 451 e 452: Teto da Capela dos Passos da Paixão

Fig. 453 Retábulo de Santo Antônio – Matriz de Cunha

Fonte: Foto de Germano Graeser – 1939 – IPHAN - SP

Suas laterais abrem-se em concheados compactos, de onde pendem guirlandas de flores semelhantes às da pintura da capela-mor da igreja de N. S. das Necessidades em S.C., dispostas em todo o contorno da moldura. A visão central representa Jesus Cristo no momento da Ressurreição e sua saída do sepulcro - Cristo está envolto em nuvens e um resplendor destaca a figura central que tem no lado esquerdo um anjo anunciando o episódio. A pedra do sepulcro já estava removida e constatamos na parte inferior a presença de dois centuriões: um deles ainda cochila recostado na base do sepulcro e o outro ergue a alabarda em riste. Este forro foi possivelmente encoberto por outro durante as reformas que ocorreram na igreja na década de 1930.

Quando franciscanos, as imagens representavam o percurso do fundador da Ordem, com a entrega das regras em 1209 até sua morte em 1226; e quando Carmelitas, sempre repetem uma tradição iconográfica das Igrejas do Carmo, com os Passos da Paixão, como ainda pode ser visto na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Cachoeira, na Bahia, entre outros exemplos.

Ao que tudo indica, uma vez que essa tradição de imagens de "Passos da Paixão"[538] era mais direcionada ao programa das Ordens Terceiras do Carmo, e consta a informação de que era realizada em Taubaté a Procissão de Cinzas, a primeira da Quaresma, provavelmente essas imagens são remanescentes da possível tentativa de estabelecimento da Ordem Terceira do Carmo na antiga Vila. Já vimos essa tentativa em Guaratinguetá, que não teve vida longa, em um momento muito incipiente dos Franciscanos, uma vez que, possivelmente, não haviam conseguido adquirir ou encomendar o tradicional conjunto escultórico da Ordem para a Procissão de Cinzas ali realizada.

> Fazia-se em Taubaté, sem podermos dizer desde quando, a célebre Procissão de Cinzas. Tão apreciada era que no ano de 1809 os Terceiros moradores em Guaratinguetá e Lorena planejaram realizar uma isoladamente em Guaratinguetá. Como é de supor, estavam coniventes os Terceiros de Taubaté, porque sem as suas imagens nada se podia fazer. Chegando isto aos ouvidos do Provincial Frei Antônio de S. Úrsula Rodovalho, insurgiu-se contra esta novidade, considerando-a ato de insubordinação. Que os Terceiros isolados de Guaratinguetá, dizia ele, não podiam apresentar-se de hábito senão em união com a cabeça (Taubaté) e conduzidos pelo Prelado ou seu Comissário, que a dita procissão era uma das maiores graças concedidas à mesma Ordem, mas em estado de perfeita unidade. Para impedir a procissão, o Provincial dirigiu-se ao bispo de S. Paulo e não tendo resposta, talvez por se perderem as cartas, recorreu ao Príncipe Regente D. João, o futuro D. João VI, e este, por Carta da Secretaria do Interior, proibiu a procissão, "declarando que ela só deve sair da Capela, e Cabeça da Ordem que está fundada no Convento dessa vila de Taybaté, e por ser hum objeto da Jurisdição privativa dos Provinciais". Esta resolução do Príncipe foi comunicada aos Terceiros de Taubaté em 1º de fevereiro de 1809 por pastoral do P. Provincial, que de sua parte, reconhecendo embora ser a de Taubaté a "Ordem mais exemplar" e os Terceiros de Guaratinguetá e de Lorena "obrarem em tudo como verdadeiros filhos do S. Patriarca", ameaçou com a expulsão irrevogável a todo Irmão que vestir o hábito fora dos atos presididos pelo Comissário. É só isto que achamos documentado no antigo arquivo da Província com relação à Ordem Terceira de Taubaté do tempo que ela manteve a observância da Regra e Constituições e quisemos dizê-lo de uma vez para não tornar ao assunto (ROWER, 1957, p. 335 e 336).

[538] I - Jesus no Horto das Oliveiras, II- Jesus na Prisão, III- Jesus na Fragelação, IV – Jesus coroado de espinhos, (Senhor da Pedra Fria ou da Paciência), V – Jesus é apresentado na Varanda de Pilatos – Eis o Homem "Ecce Homo", VI – Jesus na subida do Calvário (Senhor dos Passos), VII - Jesus na Crucificação.

Fig. 454: III Passo: Jesus Cristo na Coluna

Fig. 455: IV Passo: Jesus Cristo na Coroação de espinhos

Fonte: Fotos de Germano Graeser – 1939 – IPHAN - SP

Em artigo escrito para o Boletim do CEIB, Nº 69, de março / 2018, Duarte Nuno Chaves descreveu “Os Terceiros e a sua Procissão de Penitência, uma memória Franciscana em S. Miguel, Açores, Portugal, dos séculos XVIII a XIX”. O autor faz uma investigação realizada no arquipélago dos Açores[539] e dos fenômenos processionais que têm origem nos cortejos de penitência Franciscana dos séculos XVIII e XIX:

> Das nove ilhas que compõem este espaço insular, apenas as ilhas de S. Miguel e da Terceira ainda mantém as manifestações processionais provenientes desta época. As manifestações processionais quaresmais tiveram e, continuam a ter, um papel de relativa importância na formação identitária destes povos insulares. Em pleno século XXI estas manifestações de religiosidade católica encontram-se agora incluídas nos roteiros de turismo cultural e religioso, enquanto elemento potenciador da sustentabilidade e promoção das localidades onde as mesmas se encontram inseridas (CHAVES, 2018, p. 1).

Ilustram o artigo duas fotos, uma delas datada de 1950 e a outra sem data, que pertencem ao Museu Vivo do Franciscanismo, na cidade de Ribeira Grande. Nelas vemos a presença, entre os diversos andores processionais, de um Cristo da Coluna, também chamado de Cristo Flagelado; e de um Cristo Crucificado, ambos junto ao arco cruzeiro e

[539] O arquipélago dos Açores, situado no Atlântico Norte, é constituído por nove ilhas, reunidas em três grupos geográficos: grupo Oriental, composto por Santa Maria e São Miguel; grupo Central, por Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; e grupo Ocidental, por Flores e Corvo. O ponto mais oriental do arquipélago dista cerca de 1300 km da costa européia e africana e no seu ponto mais ocidental cerca de 2000 km do continente americano. Na atualidade, um dos principais centros políticos e econômicos do arquipélago está na ilha de S. Miguel, sede do Governo Regional dos Açores. A ilha tem uma população residente de 137.699 habitantes (246.102 habitantes em todo o arquipélago). (CHAVES, 2018, p. 5).

à saída da imagem do Cristo da Coluna intitulada de Senhor Santo Cristo dos Terceiros, em rica charola[540] dourada, em uma Procissão de Penitência.

Fig. 456: Imagens para Procissão de Penitência da Ribeira Grande

Fonte: Arquivo do Museu Vivo do Franciscanismo - **1950**

Fig. 457: Cristo da Coluna, intitulado Senhor Santo Cristo dos Terceiros

Fonte: Arquivo Museu Vivo do Franciscanismo

Note-se que essas prerrogativas dos usos das imagens de Passos da Paixão eram mais freqüentes nas Ordens Terceiras do Carmo, nas procissões do Triunfo - como salientou Fátima Justiniano em artigo para o Boletim do CEIB nº 66, de março/2017, intitulado "As imagens da Paixão de Cristo da Procissão do Triunfo, das Veneráveis Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Carmo no Brasil e seus antecedentes portugueses":

> No Brasil, as esculturas dos Cristos dos Passos da Paixão, das Ordens Terceiras do Carmo encaixam-se em dois tipos específicos de

[540] Trono portátil em madeira geralmente entalhada, policromada e dourada constituída de mesa com quatro, seis ou oito varais roliços que servem de apoio aos carregadores e, no centro do trono os orifícios para aparafusar ou encaixar a haste de ferro objetivando fixar as imagens. Podem existir algumas charolas revestidas de prata e integra as mesmas as ânforas para colocar palmas e flores.

> funcionalidade: participam do ato litúrgico devocional diário, marcando presença nos altares das igrejas e desempenham função processional, saindo na última sexta-feira da Quaresma, antes do Domingo de Ramos, na procissão do Triunfo pelas ruas das cidades. A Procissão das Cinzas e a Procissão do Triunfo, a primeira abrindo e a segunda fechando o tempo da Quaresma, eram manifestações específicas das duas principais Ordens Terceiras instaladas no Brasil: a de São Francisco e a de Nossa Senhora do Carmo, herança portuguesa da nossa colonização. Os componentes e a arrumação da procissão do Triunfo aparecem definidos nos compromissos e nos estatutos da Ordem Terceira do Carmo. No entanto, encontramos interessantes narrativas nos relatos de religiosos, viajantes, poetas e escritores, que se entusiasmavam com o luxuoso aparato de fé que transitava pelas ruas da cidade (JUSTINIANO, 2017, p. 01 e 02).

Jean Baptiste Debret nos deixou precioso relato sobre essa Procissão, realizada na sexta feira que precede o Domingo de Ramos, no Rio de Janeiro, em 1816, das quatro às cinco horas da tarde - saindo da Capela do Carmo para reverenciar os sofrimentos e humilhações que compõem o conjunto da Paixão de Jesus Cristo, em cenas esculpidas carregadas nos andores em procissão. Abria o cortejo um estandarte em tecido roxo com a inscrição bordada a ouro, S.P.Q.R. *(Senatus Populusque Romanus)* em referência à ordem para a crucificação autorizada pelo Senado e pelo Povo Romano; complementavam o conjunto anjos carregando atributos da paixão, as chamadas Armas Christi[541] - com inscrição em pequenos estandartes com letras douradas.

> Jesus Cristo constitui o assunto de cada um dos grupos executados em relevo e em tamanho natural. O primeiro representa o Cristo ajoelhado, vestido com uma túnica roxa escura; o segundo, o Cristo de pé, de mãos atadas e com uma túnica semelhante; o terceiro, Jesus flagelado, de pé, e inteiramente nu; o quarto, Jesus já flagelado, sentado com um caniço na mão e com as costas cobertas por um pequeno manto de brocado vermelho e ouro; o quinto representa ainda Jesus flagelado, de pé e com um manto semelhante porém mais comprido; o sexto figura Jesus com um joelho no chão, carregando a cruz e vestido com uma túnica roxa lisa, apertada na cinta por um cordão com uma ponta caída; o sétimo, finalmente, mostra Jesus crucificado com o rosto cercado de enormes raios dourados. Este último grupo é escoltado por seus grandes círios de cera escura, retorcidos em espiral. Entre cada imagem esculpida caminham anjos carregando os diferentes acessórios da paixão. Um dossel roxo é suspenso a oito varais vermelhos e dourados e escoltados por oito lanternas. Segue-se outra imagem esculpida, a da Virgem das Dores: veste um manto roxo-escuro e tem as mãos cruzadas sobre o peito; oito espadas nuas dispostas em círculo parecem fixar-se no seu seio; uma grande auréola dourada cerca-lhe os cabelos. A dupla ala que ladeia a procissão compõe-se dos membros da irmandade da capela do Carmo e dos monges da mesma ordem (VIAGEM PITORESCA E HISTÓRICA, 1816, TOMO II, p. 41).

[541] Conjunto de instrumentos, objetos e ferramentas utilizados na Paixão e Morte de Jesus Cristo, que adornam os cruzeiros, os retábulos, pinturas e objetos em prata ou em madeira. Também são conduzidos pelos anjos na Procissão do Triunfo na ultima sexta feira da Quaresma, do Senhor Morto, na Sexta Feira Santa em alusão aos martírios de Jesus.

Analisando o conjunto de imagens dos Passos da Paixão de Taubaté, chama atenção que estas foram encomendadas para cortejo processional, pois em suas bases estão presentes os orifícios para fixá-las em andor, bem como as hastes e parafusos junto às mesmas, para essa finalidade, conforme se depreende das fotografias consultadas. Suas características formais e semelhanças nos levam a crer serem inspiradas provavelmente nas obras dos escultores que atuaram no Rio de Janeiro: Simão da Cunha[542] na confecção de imagens, na primeira metade do século XVIII; e Pedro da Cunha, na segunda metade, inclusive para a Ordem Terceira do Carmo de Itú, SP [543].

Ainda na primeira metade do século XVIII, em 1723, Frei Agostinho de Santa Maria, em "O Santuário Mariano", nos deixa interessante relato sobre a ausência de dedicação a Nossa Senhora em terras em que se extrai tanto ouro, possivelmente fazendo menção a uma das Casas de Registro lá instaladas para controle do minério:

> Sahindo da Villa de Jacarey, se faz jornada pelo Rio Paraiba abayxo, em viagem de dous dias, que ás vezes poderá ser em menos; mas por terra se vay em três até a Villa de Thaubaté Villa populosa; porq há nella grande numero de gente. Mas não acho que seja merecedora, ainda assim de grandes augmentos, porque Villa grande aonde senão vê hua Casa dedicada á Virgem N. Senhora, eu a tenho por Villa infeliz, & o q mais me admira He, que havendo nesta Villa hú Convento de Religiosos Capuchos, sendo estes devotissimos de nossa Senhora, & principalmente do Mysterio da puríssima Conceyçaõ, me naõ consta que na sua Igreja tenhaõ Imagem alguma da Rainha dos Anjos, & da amorosa Mãy dos peccadores. E estes mesmos Padres deviaõ exhortar aquelles moradores, a que se queriaõ ser bem afortunados fundassem & dedicassem á Mãy de Deos hua fermosa Casa, que He lastima, que em terras aonde se tira tanto ouro, se não dedique á Mãy de Deos hum Altar, & se gaste com Ella algua parte do muyto, que Ella lhes dá, ainda que a noaõ servem, nem a amaõ, como Ella merece. E assim sendo caso que este livro chegue ás mãos, & á noticia daquelles moradores, lhe rogo sejaõ devotissimos da Mãy de Deos; porque esta Senhora costuma fazer muyto ricos aos que a servem, & a amaõ (MARIA, 1723, p. 182 e 183).

---

[542] Simão da Cunha era natural de Braga, veio para o Brasil no início do século XVIII, trabalhou para a Ordem Terceira do Carmo e Ordem Terceira da Penitência em meados do século XVIII no Rio de Janeiro e faleceu em 1774. Pedro da Cunha era natural de Portuzello, Arcebispado de Braga.

[543] Características formais das imagens de Simão da Cunha: rosto quadrado, zigomas salientes, nariz pontudo com abas salientes, nariz descendo direto da testa, sobrancelhas conjugadas sobre o nariz, olhos amendoados-ausência dos olhos de vidro, narinas pequenas em relação ao tamanho do nariz, lábio superior mais fino que o inferior, sulco naso-labial desmarcado em forma de cunha, espaço naso-labial entumescido, queixo quadrado proeminente com covinha, dobra logo abaixo do queixo sugerindo queixo duplo, orelhas mal resolvidas, boca entreaberta, sulco mento-labial pronunciado, pouca expressão no rosto por ausência de entalhamento, rostos firmes e jovens, ausência de expressão facial – rugas de expressão, dobra do pescoço nítida na junção com o corpo, dobra do pescoço nítida na junção com a cabeça. Características formais das imagens de Pedro da Cunha: rosto oval, zigomas salientes, nariz descendo direto da testa, sobrancelhas conjugadas em bicoo sobre o nariz, nariz afilado, lábio superior mais fino que o inferior, sulco naso-labial, queixo (nos passos) encoberto pela barba – nos do Rio a barba forma coração invertido contornando a boca, orelhas mal resolvidas, boca entreaberta com dentes superiores aparentes, alguma expressão no rosto, olhos de vidro, assustados, preferência pelas imagens de roca, nos seis passos, preferência pelo uso de perucas, cristos do calvário com cabelos esculpidos (FORMAN, 1989, p. 143).

Em 25 de abril de 1674 foi lavrada a escritura de fundação do Convento de Santa Clara, na qual os habitantes de Taubaté se comprometiam em doar o sítio para construção do Convento, com dinheiro, materiais e operários, sob a direção de Frei Jerônimo de S. Braz. O terreno doado pelo Capitão Manoel Vieira Sarmento, neto de Jaques Félix, tinha 100 braças em quadra e, conforme registro no Livro Tombo do Convento de Santa Clara, verifica-se que

> à petição deste dito povo vem fundar Convento nesta Vila, foi dito pelos ditos Oficiais da Câmara, Nobreza e Povo que êles se obrigavam a fazer Igreja e Convento à sua custa, conforme a capacidade da terra, para que os Religiosos de S. Francisco vivessem nele, a qual obra se faria com toda a suavidade, e comodidade do povo na paragem e sítio que escolhesse o dito Padre Fr. Jerônimo de S. Braz, fundador dele, e pelo dito Pe. Fr. Jerônimo de S. Braz foi dito logo em se começando a por a mão em obra poria de assistência três Religiosos, a saber, dois sacerdotes, e hum Irmão Leigo para ajudarem, assistirem com sua diligência durante as ditas obras, e bem assim foi dito pelos ditos Oficiais da Câmara, Nobreza, e Povo que eles davam duzentos mil réis em dinheiro de contado para principio de paramentos do culto divino, de que logo entregaram cem mil réis, que ficaram depositados na mão do Capitão Sebastião de Freitas, ora Síndico eleito para essdas e mais esmolas, e assim mais se obrigaram a dar doze peças de Gentio da terra, e a fazer em o sítio escolhido, bom, e de paz pacífica para o dito Convento, cerca, e mais serventia com toda a capacidade necessária, declarando que os cem mil réis que estão por dar os darão por dia de S. Francisco (ROWER, 1957, p. 329).

A documentação faz referência à “Carta Monitória” expedida pelo Vigário da Vara Mateus Nunes de Siqueira, Síndico das emendas dos Santos lugares de Jerusalém e Ouvidor da Vara Eclesiástica da Vila de São Paulo, em que faz saber por petição escrita

> os Muito Rdos. Padres de S. Francisco do Convento da Vila de Taibaté em como os moradores da dita Vila prometeram as suas esmolas voluntariamente para se fazer o Convento de S. Francisco para nele se recolherem, e assistirem os ditos Religiosos, e muitas pessoas moradoras em a mesma Vila ficaram de lhes dar taboado, cada qual no que foi fintado. Também prometeram e se obrigaram a assistir com seus negros as semanas cada bairro até se acabar o dito Convento (ROWER, 1957, p. 332).

Como primeiros irmãos e fundadores do Convento de Santa Clara, estiveram à frente de suas obras: Antonio Velho Cabral, Domingos Rodrigues do Prado, Gaspar Nunes, Antonio Bicudo Leme, Brás Esteves Leme, Antonio Delgado de Escobar e Manuel Vieira Santos. O cargo de Ministro coube ao padre João de Faria[544] do Hábito de São

[544] Nasceu em 1636 em Ilha de São Sebastião, atual Ilhabela, filho do Capitão Thomé de Faria Sodré e Maria Luiz Fialho. Em sua expedição para Minas Gerais descobriu ouro na região de Ouro Preto, no arraial que ficou conhecido por seu nome, no sopé do pico de Itacolomi.

Pedro[545], que ficou conhecido como “o padre bandeirante de Minas Gerais”; e o primeiro Comissário do Convento foi Frei Antonio de Santa Clara.

Na construção do primitivo convento as descrições apontam para o uso de um programa conventual com claustro de forma quadrangular, tendo as laterais as oficinas no pavimento inferior e no superior os dormitórios. A fachada era inspirada nos Conventos Franciscanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, segundo Frei Basilio Rower; e como nos mostra o registro deixado em aquarela por Thomas Ender, datada de 1817, fica claro que, ao contrário do campanário em arcada tão presente nas construções franciscanas, foi adotada uma torre com duas janelas na parte superior para os sinos e duas na parte inferior, já em correspondência com o segundo pavimento - e logo abaixo uma porta em verga reta para acesso ao convento.

Fig. 458: O Convento Franciscano em Taubaté - 1817

Fonte: Thomas Ender – Academia de Artes de Viena - Áustria

O frontispício da igreja, segundo se observa, é composto de uma galilé[546] com três arcos encimados pelas janelas do coro e coroamento em frontão triangular com óculo ao centro. As delimitações decorrentes de seu isolamento são também visíveis através dos muros, possivelmente de taipa e caiados de branco, onde à direita está a capela da Ordem Terceira, com seu frontão curvo em arco trilobado, e um pomar; e à esquerda, uma área

[545] Clero da Igreja Católica Romana, destinado a desenvolver atividades púbicas para garantir a administração da igreja junto aos leigos.

[546] Esse nome tem origem na palavra “GALILOEA”, considerado local de acolhimento como uma varanda ou alpendre, integrando a fachada através de arcos como no presente caso. Para alguns estudiosos esse espaço faz alusão às procissões que ocorrem no claustro dos conventos e suas entradas na nave das igrejas, com o momento das narrativas das escrituras fazendo referência à entrada de Jesus, o profeta de Nazaré da Galiléia.

com pequena capela em duas águas. Possivelmente por já ser a construção posterior às proibições de enterramentos nos interiores das igrejas, "[...] As taipas do corpo da igreja foram feitas pelos escravos do benfeitor Domingos Cordeiro Gil, que também empreitou as taipas restantes por mais de 200$000 (ROWER, 1957, p. 334). Em 1720, observa-se que a Capela da Ordem ainda não possui teto, levando o Guardião Frei Domingos do Rosário a insistir no seu acabamento. Percival Tirapeli nos ajuda a compreender essa concepção arquitetônica, segundo os desejos dos franciscanos:

> O conjunto de edifícios previsto no programa franciscano inclui o convento e a igreja, a capela dos terceiros; no espaço externo, o adro com o cruzeiro e, posteriormente, o cemitério. Todo esse complexo ficou distante da vila como mostra o desenho de Pallière (1817). O isolamento topográfico, provocado pelo ribeirão, pelo terreno alagadiço e elevado, faz que o conjunto arquitetônico mais se constitua em reflexo dos ideais da classe dirigente da cidade do que em espaço vivenciado e a influenciar o traçado urbano. Quanto à arquitetura, a técnica da taipa de pilão é a mesma de outras construções e as vergas retas ou curvas dialogam com aquelas da Capela do Pilar, enquanto foi empregada a cantaria na galilé e na torre sineira, como os conventos franciscanos do litoral (TIRAPELI, 2014, p. 155).

No espaço externo está o cruzeiro, assente em base elaborada, dominando o largo; e como a cruz recorda os sofrimentos e morte de Jesus Cristo, os franciscanos sempre a colocavam em local visível e elevados do chão, conforme determinavam as Constituições - "[...] o que explica sempre a cruz estar representada com o seu calvário, isto é, sobre um pedestal significativo de algum relevo (FLEXOR, 2009, p. 16 e 17)[547]. Tais representações fazem lembrar Mircea Eliade, para quem o desbravamento de uma terra já habitada anteriormente e a sua tomada de posse devem ser acompanhados da "cosmogonia", uma vez que tudo que não é "o nosso mundo" não é ainda um "mundo:"

> Não se faz "nosso" um território senão "criando-o" de novo, quer dizer, consagrando-o. Esse comportamento religioso em relação a terras desconhecidas prolongou-se, mesmo no Ocidente, até a aurora dos tempos modernos. Os "conquistadores" espanhóis e portugueses tomavam posse, em nome de Jesus Cristo, dos territórios que haviam descoberto e conquistado. A ereção da Cruz equivalia à consagração da região e, portanto, de certo modo, a um "novo nascimento". Porque, pelo Cristo, "passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo" (II Corintios, 5:17). A terra recentemente descoberta era "renovada", "recriada" pela Cruz (ELIADE, 2013, p. 34 e p. 35).

[547] Algumas vezes esses cruzeiros podem apresentar no estipes e patíbulo da cruz, quando em madeira as "Armas Christi", objetos e emblemas que serviram nos principais episódios da Paixão; e ainda podem ser vistos em algumas cidades do interior de São Paulo e Minas Gerais.

Fig. 459: Villa de Taubaté vista do átrio do convento franciscano - 1817

Fonte: Thomas Ender

Rower (1957, p. 334) comenta que

> Dentro da igreja puseram-se três altares, o mor com a imagem da Padroeira, tendo uma custódia de prata na mão, e os laterais da Conceição e de S. Antonio. No retábulo do altar-mor achavam-se, em nichos laterais, as imagens de S. Francisco e de S. Domingos. No corpo da igreja venerava-se uma imagem, julgada milagrosa, de Nossa Senhora da Piedade, que em 1757 foi distinguida com indulgências.

O estabelecimento de uma Ordem Terceira em Taubaté foi "[...] um excelente meio, não somente para conservar nos seculares o espírito religioso, mas também para elevá-los à maior perfeição cristã" (Ibid., ibidem).

Para o controle dos conventos franciscanos também era necessária a presença de um síndico que representasse a Santa Sé, detentora dos bens materiais que os franciscanos usufruíam, sendo este o responsável pelas providências que se fizessem presentes no seu abastecimento e para garantir a defesa das propriedades. Essa nomeação era feita por um Provincial ou comissário da Santa Sé.

Devemos destacar que no Convento de Santa Clara de Taubaté perdurou uma determinação, sem dúvida alguma ainda vinculada ao controle da Coroa e às vias de comunicação do período colonial com a antiga Vila de Taubaté. Segundo observamos, fica evidente a existência desse monitoramento, através da Vila de Paraty, com as Vilas de Serra Acima - e a presença da Ordem Franciscana circulando na rota da mineração, embora com certas restrições:

> A situação especial, porém, desta Casa e as vias de comunicação daquele tempo exigiam que houvesse também um síndico na vila marítima de Parati, e o Provincial Frei Fernando de S. Antônio nomeou

> um, na pessoa de Gaspar Martins Ferreira. Incumbia-se de dar agasalho aos Religiosos que passassem por aquêle porto em demanda dos Conventos do sul, hospedando-os às vezes por algum tempo. Encarregava-se também de despachar para Taubaté as mercadorias que vinham por mar, em cujo transporte pela serra se gastavam seis dias (ROWER, 1957, p. 344 - 345).

Para essa atuação os síndicos obtinham algumas regalias que eram concedidas pelos Reis de Portugal através de solicitação da Ordem, sendo as principais

> [...] não servir na guerra nem nos ofícios do Conselho, não pagar peitas reais, fintas[548], pedidos ou empréstimos lançados pelo Govêrno do Estado do Brasil, nem pagar oitavas de pão, vinho ou de outras coisas de que se cobrava o oitavo, e muitos outros favores (Ibid., p. 345).

Segundo Rower, em 1726 o síndico residente em Paraty teve seus privilégios violados, sendo inclusive obrigado a servir no Conselho. Nesta ocasião o Provincial Frei Fernando de Santo Antonio apresentou queixa ao Rei D. João V, que através de Provisão de 28 de janeiro de 1730 manteve a presença do síndico em Paraty, para o Convento de Taubaté, bem como seus privilégios.

A documentação aponta para uma prática muito comum entre os franciscanos: “os esmoleres” - já que, de maneira recorrente, os pedidos de esmolas se transformavam em lucros e recursos para custear as despesas nos conventos e nas igrejas através de suas irmandades religiosas. Nesses peditórios, em algumas situações no lugar de gêneros alimentícios era costume também doar dinheiro: “[...] Uma vez, tendo percorrido as localidades de Cunha, Campo Novo de Cunha, Pinda, Curatinguetá (sic) e Lorena, o Donato esmoler trouxe a respeitável esmola de 112$000” (ROWER, 1957, p. 353). Quanto aos gêneros alimentícios e tecidos, ao que tudo indica o caminho da Serra, o Síndico e a Vila de Paraty foram elos constantes com a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté e também com o Rio de Janeiro:

> As despesas ordinárias variavam mensalmente entre 11$000 e 40$000 e consistiam em peixe, farinha, carne de porco, lombo, açúcar, azeite doce, ovos, palmitos, queijo fresco. De carne de vaca era muito raro os frades se abastecerem. Extraordinárias eram as despesas quando havia necessidade de consertos e quando vinha a conta do Rio de Janeiro por fornecimentos, principalmente de panos, remetidos por via marítima ao síndico de Parati, onde os ia buscar uma tropa de mulas. Ao leitor sacerdote agradará saber que nas despesas de um mês consta a feita por breviário, que custou 1$800 (ROWER, 1957, p. 353).

A Vila de São Francisco das Chagas foi também visitada pelos naturalistas bávaros, em missão científica ao Brasil - João Baptista Von Spix e Carlos Frederico

---

[548] Cota fixada em 100 arrobas e que incidia sobre a região aurífera durante o século XVIII, onde a partir de 1750, com o início da decadência da mineração, foi iniciada a “derrama” que de modo arbitrário efetuava a cobrança do quinto em atraso.

Philippe Von Martius[549]. Nas impressões deixadas de sua chegada à Vila de Taubaté em 26 de dezembro de 1817, deram destaque ao Convento Franciscano de Santa Clara e ao traçado da rua principal de acesso - considerado extenso, como ainda permanece até os dias atuais:

> A' noite de 26 de Dezembro chegaram Spix e Martius a Taubaté. Optima impressão lhes causou o mosteiro franciscano de Santa Clara, rodeado de renques de majestosas palmeiras, offerecendo a expectativa de um logar importante. E, com effeito, já podia a velha Villa de Jacques Felix, a antiga e indiatica Tabaêtê, apresentar uma rua principal, muito extensa, edificada de ambos os lados, e cortada de travessas (TAUNAY, 1926, p. 237).

Spix e Martius informam ainda sobre as residências e seus interiores, sendo estas de pau a pique e caiadas de tabatinga (barro branco), com uma ou duas janelas, com rótulas. O interior era acessado pela porta da rua, fechada por uma cancela, dando para a sala de visitas, para a qual se abriam dois quartos - um para arreios e outro de hóspedes. Na parte posterior ficavam os cômodos da parte íntima da família (sala de jantar e espaços para seu recolhimento):

> [...] comunicavam taes quartos com a varanda coberta, que geralmente ocupava a largura inteira do prédio dando para o quintal. As vezes, notava-se outra varanda á frente da casa. Quanto á cozinha e aos ranchos dos famulos, estes estavam do lado opposto, no fundo do quintal (TAUNAY, 1926, p. 237 e 238).

Quanto ao mobiliário que guarnecia esses interiores, os cientistas fazem referência a peças ainda do final do século XVIII para o início do XIX e à prática da confecção das esteiras de taboas, tão visíveis nas gravuras de outros viajantes - entre eles, Debret - que realizaram registros de seu uso no Rio de Janeiro:

> Mobiliário, utensílios, pobríssimos, limitados ao estrictamente necessário. Alguns bancos e cadeiras de pau, uma mesa, uma grande arca, um catre, uma esteira de couro, um girau. Por toda a parte notavam os itinerantes o uso da rêde como leito, habito hoje desapparecido no Sul do Brasil. As mulheres de Taubaté trançavam, esteiras com certa gramínea dos arredores da Villa, enviando as ao Rio de Janeiro, onde se vendiam bem. Era a única industria local, ao que parece. Cousa que surprehendeu os naturalistas foi a ausência de poços. Serviam se as populações das águas pluviaes ou da dos rios (TAUNAY, 1926, p. 238).

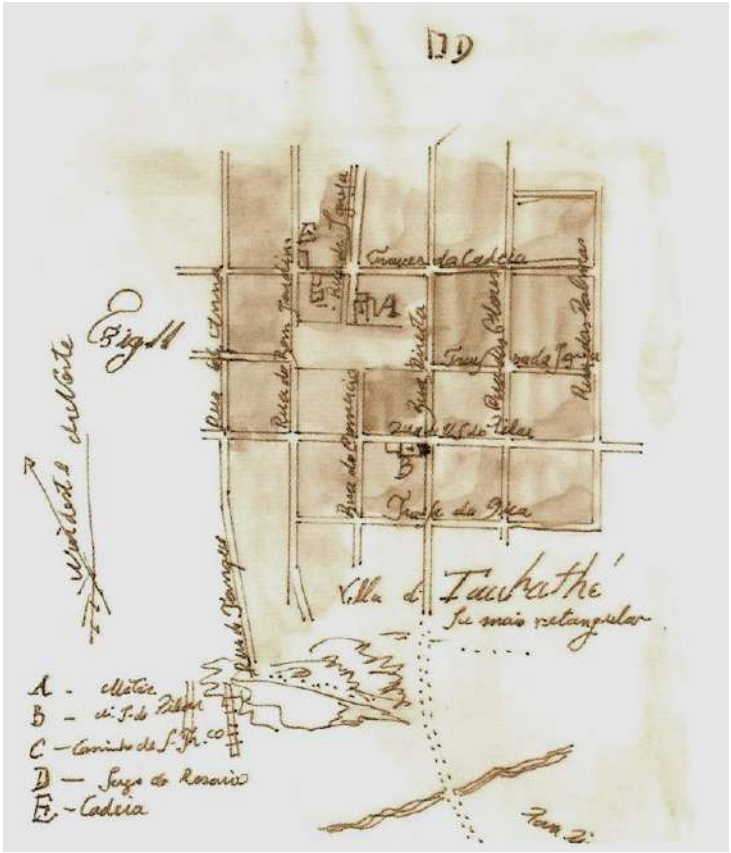
Para Frei Basílio Rower, baseado em informações de alguns autores, entre eles Frei Apolinário, Frei Gaspar, Pizarro, Rezende e Motta e Guizard, a Vila de Taubaté, que "apesar de pequena era muito galante pela planície em que está fundada", destacou-se através do tempo como a mais importante povoação do vale do Paraiba, "[...] pela

[549] Spix e Martius chegaram ao porto do Rio de Janeiro a bordo da fragata austríaca "Austria" no dia 14 de julho de 1817, enviados em missão científica pelo rei da Bavaria, Maximiliano José I; realizaram visitas a Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté.

salubridade de seu clima, pela fertilidade de suas terras, cujos produtos se exportavam pelas barras de Paraty, Ubatuba e S. Sebastião e pela riqueza produzida, desde 1695, pelo ouro das Minas Gerais" (ROWER, 1957, p. 328).

Permitimo-nos discordar do autor no que concerne à implantação da vila, que teve seu primeiro núcleo de povoamento de maneira semelhante ao que ocorreu com todas as vilas de Serra Acima, com a capela primitiva em um promontório, objetivando a visibilidade, eternidade e perpetuidade do prédio da igreja, além das questões de defesa - como ocorreu com as Vilas de N. S. da Conceição de Cunha e Santo Antonio de Guaratinguetá; e, em data mais recente, em 1745, com a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida, no Morro dos Coqueiros e com a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté.

Fig. 460: Villa de Taubathé - 1821



Fonte: Arnaud Julien Pallière

O assentamento de Taubaté se efetivou em uma elevação com destaque para a Igreja Matriz, com o traçado das ruas e as quadras das construções bem definidos, tanto no lado direito como esquerdo da Matriz, conforme se verifica nas gravuras de Thomas Ender de 1817 e Jean Baptiste Debret em 1827. Quando observamos a aquarela de Debret, percebemos a presença das tropas adentrando o acesso principal da vila, bem

como as quadras das edificações - em sua maioria aparentemente com um pavimento e uma área interna, pois ainda não havia a definição com muros em alvenaria, sendo possivelmente usadas as cercas vivas. A Matriz de São Francisco das Chagas destaca-se soberba em um largo, sendo bem visíveis os telhados da nave e capela-mor, vãos de janelas das galerias superiores das tribunas e um terceiro telhado perpendicular no lado da Epístola, onde se abrigava a Capela dos Passos da Paixão, já descrita acima - atualmente Capela do Santíssimo.

Fig. 461: Taubaté – 1827 - aquarela de Jean- Baptiste Debret

Fonte: Acervo Museus Castro Maya - IBRAM - MINC

Eduardo Etzel nos deixou importantes informações sobre essa igreja. Como mencionamos, a Vila de Taubaté estava inserida na rota da mineração, possuindo também estreita comunicação com Paraty e vilas vizinhas, através do síndico do Convento de Santa Clara. Podemos acrescentar ainda, apoiados em minuciosa documentação fotográfica do seu interior, realizada pelo fotógrafo Germano Graeser, datada de 1939, que na construção de seus aspectos formais - principalmente no retábulo-mor e no arco cruzeiro - é nítida a semelhança de alguns elementos dos retábulos de Santana e N. S. de Lourdes com os retábulos da Igreja de Santa Rita em Paraty, da Catedral de Santo Antonio de Guaratinguetá e da Basílica de N. S. de Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP; e ainda com os retábulos da Igreja de N. S. da Conceição de Viamão – RS.

> A velha Matriz de São Francisco das Chagas foi reformada e emparedaram-se com tijolos suas paredes de taipa de pilão; guardou de sua condição colonial o grande altar-mor, não sabemos se completo ou já com alguma composição mais recente. Sobraram, porém, algumas peças avulsas de seu esplendor barroco, que fomos encontrar em depósito na também setecentista e pequena igreja do Pilar. Lá estão várias peças dos antigos retábulos: colunas com segmento do fuste em tortilhão e o restante reto com estrias, coartelões trabalhados com anjos semelhantes aos descritos em Guaratinguetá e Parati; estranhas figuras

> antropomorfas, como sol, anjos e caras curiosas, além de peças como palmas, volutas, globos, que evidenciam o barroco de que se compunham os velhos retábulos da Matriz de Taubaté. Estes resíduos foram revestidos de douração, indicando a grandeza do templo, na época (ETZEL, 1974, p.156).

Em uma das fotografias, foram registrados no coro os ambientes da nave e capela-mor, possuindo a mesma teto em abóboda de berço e piso em assoalho, possivelmente substituído no início do século XX, quando começaram a ser adotadas as tábuas estreitas em duas tonalidades de madeira, formando desenhos geométricos. Constata-se a presença, nas paredes da nave, de cinco retábulos laterais, dois púlpitos e os respectivos abaixa-voz, bem como de uma porta de acesso à Capela dos Passos da Paixão, já descrita acima, com coroamento quase alcançando a altura dos retábulos. Em 1809 foi realizada consulta à Mesa de Consciência e Ordens para confirmação das Irmandades[550] que ali existiam.

O arco cruzeiro, de proporções avantajadas, em forma de grande portada, ao invés de retábulos colaterais agregava duas portas que levam a corredores encimados por tribunas; estas possivelmente se abriam para uma galeria voltada para as tribunas da capela-mor. Era encimado por dossel com as respectivas cortinas, juntamente com a custódia entalhada. Arrematam essa decoração nas extremidades volutas flamejantes em forma de “S” e “C”, ladeadas por albarradas[551]. Dos cinco retábulos, os dois primeiros junto ao arco cruzeiro, dedicados a Santana, no Lado do Evangelho, possuíam a mesa em forma de urna semelhante à da capela de N. S. da Conceição da Várzea do Corumbê em Paraty; e banqueta reta decorada com ornatos entalhados, tendo como elementos de sustentação dois pares de colunas com caneluras e capitel compósito, assentes em mísulas

---

[550] Por avizo de nove de Julho de mil oito centos e oito, expedido pela Secretaria d’Estado dos Negocios do Brazil Mandou V. A. R. consultar com efeito por este Tribunal da Meza da Consciência e Ordens a Confirmação de quatro Compromissos das Irmandades, ou Confrarias do Santissimo Sacramento, Senhor dos Paços, Senhor Bom Jezus e Nossa Senhora do Rozario dos Pretos todas ellas erectas na Villa de Taubaté Capitania e Bispado de Sam Paulo os quaes tinhao tido os quaes tinhao sido (sic) remetidos a mesma Secretaria com informaçoens e officio do mesmo Governador Capitão General da mesma Capitania. Mandou continuar vista ao Procurador Geral das Ordens que respondendo acada hum dos Compromissos disse a respeito do da Confraria do Santissimo Sacramento conformasse com a informação do Governador de Sam Paulo= a respeito do da Irmandade do Senhor dos Paços= conformasse com a Informação do Procurador de Sam Paulo= a respeito da Irmandade do Senhor Bom Jesus = conformme com a Informação do Governador de Sam Paulo.....o Compromisso vim encadernado com papel em branco para se la lavrarem as Provizoens= e a respeito do da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos= Conformme com a informação do Governador de Sam Paulo e podendo passar as Provizoens de Stylo, para o que deve o Compromisso ser encadernado com papel em branco= As informaçoens do Governador e Capitão General de Sam Paulo vão juntas por Copia em Numeros hum Dois Terceiro e quatro, por sua ordem. O que tudo visto Parece a Meza que os ditos Compromissos estão em termos de serem Confirmados na forma das informaçoens do Governador Capitão General de Sam Paulo e respostas do Procurador Geral das Ordens emuito mais quando este negocio hé do expediente da Meza. Rio 8 de Novembro de 1809. Marquez de (ilegível).- Francisco Antonio (ilegível) .- Manoel Almeida.- José de Oliveira Pinto Botelho e Moraes.- Berndº J.e da C. Ger.am (ilegível).- Luiz J.e de Cante e Melo.- Paulo (ilegível) (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC. 41, DA).

[551] Vasos com ou sem alças que podem aparecer também encimando emolduramentos dos silhares de azulejos do século XVIII - ou em madeira, nas extremidades dos cadeirais e acabamento de paraventos e arco cruzeiro.

semelhantes às de Paraty, Cunha, Guaratinguetá e Aparecida. Estas são ladeadas por par de quartelões decorados com rocalhas e volutas, inclusive na base, tendo abaixo do capitel duas cabeças de querubins muito semelhantes às dos retábulos de N. S. da Conceição e N. S. do Carmo, da Igreja de Santa Rita em Paraty e dos retábulos de São Miguel e Divino Espírito Santo da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá.

Fig. 462: Interior da igreja Matriz de São Francisco das Chagas – Taubaté - SP

Fonte: Germano Graeser - 1939 – Arquivo IPHAN - SP

O intercolúnio é levemente côncavo, com peanhas em forma de lírios e coifa entalhada em decoração fitomorfa, muito próxima das existentes nos retábulos de São Benedito e São João da Igreja de N. S. do Rosário em Paraty e retábulo de São Miguel, N. S. das Dores, N. S. do Rosário e Divino Espírito Santo, em Guaratinguetá. O entablamento em cimalha modulada a escalonada com frisos dourados é encimado por fragmento de frontão interrompido com aletas. O coroamento em arco pleno decorado por volutas e guirlandas de flores é muito semelhante à talha das arandelas da Basílica Velha de N. S. de Aparecida, hoje no acervo do MAS - SP; e a um frontão de oratório em madeira policromada e dourada, datável do século XVIII, que integra a coleção do Museu N. S. Aparecida, no Santuário Nacional de Aparecida. Encima o coroamento elegante tarja arrematada por feixe de pluma, muito semelhante à da Capela de N. S. Aparecida, hoje na Igreja de São Gonçalo/SP; e às dos retábulos de N. S. da Conceição e N. S. do Carmo, da Igreja de Santa Rita em Paraty. O camarim é liso, apenas pintado por pequenos elementos geometrizantes. A imagem documentada na figura 451 parece ser produção em gesso, já de fins do século XIX, em substituição à original.

Fig. 463: Retábulo de Santana da Matriz de São Francisco das Chagas de Taubaté - SP

Fonte: Germano Graeser, 1939. Arquivo IPHAN - SP

Fig. 464: Oratório, século XVIII

Fonte: Museu N. S. Aparecida, Santuário Nacional

O retábulo à frente, no lado da epístola, no momento das fotos estava dedicado a Nossa Senhora de Lourdes e sua aparição a Santa Bernardette Soubirous numa gruta na França, em 1858; por sua montagem em cenário adaptado, está inserida na categoria das imagens narrativas, costume também adotado no século XVIII, principalmente com as cenas de Calvário - como veremos adiante com o retábulo de N. S. das Dores, da mesma igreja. Sua composição é muito semelhante ao de Santana, principalmente nos ornatos e no coroamento. As únicas diferenças que observamos são os quartelões com ornatos, também usados nas tribunas da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha; e as peanhas e coifas com muitas semelhanças com as existentes no retábulo-mor do Santuário de Bom Jesus de Tremembé, cidade vizinha a Taubaté. Segundo constatamos na documentação pesquisada a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Temembé, em 1809, já se encontrava naquela localidade e havia solicitado a confirmação de seu compromisso, conforme segue:

> Senhor = Em observancia da Regia Provizão de vinte e quatro de Abril do corrente anno que vai por copia pela qual V. A. R. Manda que eu informe sobre a confirmação do compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jezus colocado na sua Cappella do Cítio denomenado Tremembé Destrito da Villa de Taubaté e do qual se me inviou copia. Informo a V. A. R. que hé verdadeira a existencia da Irmandade dos Supplicantees e que nos capítulos do seu Compromisso nada encontro que possa obstar a concessão da graça que supplicao, a vista do que Determinará V. A. R. o que for mais do seo Regio Agrado (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC. 40, DA).

Essa prática também ocorreu no século XVIII e XIX, conforme mencionamos acima, com outras[552] Irmandades – relativa ao seu estabelecimento, construção de retábulos, ornatos[553] e ações nos territórios onde estavam inseridas, permitindo inclusive proporcionar os enterramentos dentro dos templos.

Fig. 465: Retábulo de N. S. de Lourdes - Matriz de S. Francisco das Chagas – Taubaté - SP

Fonte: Germano Graeser - 1939 - Arquivo IPHAN - SP

Fig. 466: Santuário do Bom Jesus de Tremembé

Fonte: Percival Tirapeli

Ao lado do retábulo de Santana, lado do Evangelho, estava o de N. S. do Rosário que, segundo se observa, também se insere na temática das imagens narrativas em que a Virgem Maria, com o Menino Jesus, faz a entrega do rosário para São Domingos de Gusmão e Santa Catarina de Sena. A mesa e os ornamentos do degrau acima da banqueta onde está o sacrário, as colunas e o coroamento, inclusive a tarja e a presença das guirlandas, se assemelham aos elementos do retábulo-mor da Capela de Nossa

[552] O Principe Regente Nosso Senhor manda remeter a Meza da Consciencia e Ordem o Officio, que o Governador e Capitao General da Capitania de S. Paulo dirigio a esta Secretaria de Estado em 26 de Abril passado com as Informaçoens a ele juntas, que enviava ao Conselho Ultramarino sobre a confirmação dos Compromissos das Confrarias do Santissimo Sacramento, Senhor dos Paços, Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora do Rozario, Nossa Senhora da Boa Morte, e Nossa Senhora das Dores: E he servido que a mesma Meza consulte com efeito sobre o seu conteúdo. Deos guarde a V. Ex.ª Paço em 9 de Julho de 1808 (ARQUIVO NACIONAL, 1808, DOC.40, DA).

[553] V. Alteza Real pela Provizão de 23 de Novembro do anno de 1809 me ordena informe eu sobre o Requerimento da Irmand[e] de Nossa Senhora da Boa morte da Villa da Villa (sic) de Taubathé, que requer a V[ª] Alteza Real e hum corredor da Igreja paroquial daquella villa para sepultar os seus confrades da mesma Irmandade. Conformando-me com a Resposta do Vigário colado da mesma villa informo a V[ª] Alteza Real que similhante Requerimento não deve ser atendido pois então ficaria a Igreja sem ter como se fizesse ornatos p[ª] ella como bem prova o vigr[o] por serem pobres a maior parte do povo, maior parte deles se sepultavam no Convento de S. Francisco e não haveria quem pagasse cova a Fabrica da Igreja que hé tão pobre como são as demais deste Bispado falta de ornamentos (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC. 41, p. 150).

Senhora do Pilar: juntamente com as coifas, as peanhas e a renda da tribuna, podem ser atribuídas ao mesmo entalhador[554].

Fig. 467: Retábulo de N. S. do Rosário - Matriz de S. Francisco das Chagas de Taubaté

Fonte: Germano Graeser, 1939. Arquivo IPHAN - SP

Fig. 468: Imagem de N. S. do Rosário

Fonte: Germano Graeser, 1939. Arquivo IPHAN - SP

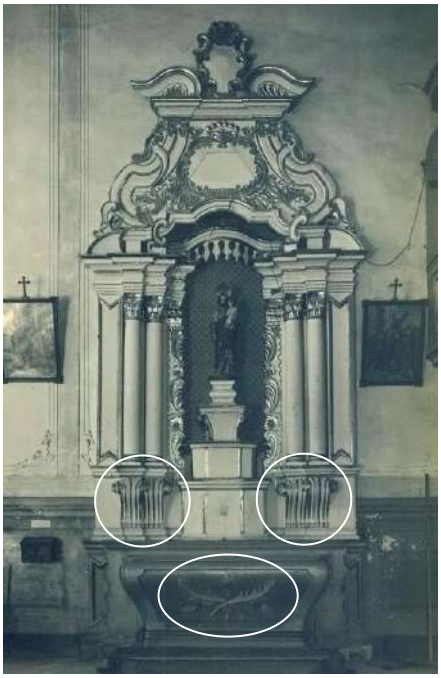
Ainda do lado do Evangelho, ao lado do retábulo de N. S. do Rosário estava o retábulo de São José, de menores proporções e composição diferente dos retábulos acima descritos; a mesa do século XVIII tem assentes sobre a banqueta as mísulas que apóiam quatro colunas retas e geminadas, sem o vão para as peanhas. A renda da tribuna possui entalhes semelhantes à do retábulo-mor da igreja Matriz de N. S. da Conceição de Cunha. O coroamento, embora tenha adotado uma sanefa para cortinas, é encimado por arco em forma de canga de boi com decoração profusa em elementos flamejantes, arrematados por tarja em “S” e “C” com a terminação em vieira.

O quinto retábulo, no lado da Epístola, é dedicado a N. S. das Dores, também na temática das imagens narrativas, pois tem o Senhor do Calvário ao fundo do camarim, com mesa em forma de urna e tarja ao centro em rocalhas e angras. A banqueta, quase no nível da mesa, serve de apoio às mísulas e aos elementos de sustentação: um par de colunas retas estriadas, mas curiosamente com o terço inferior em espiral e o capitel compósito. O intercolúnio é levemente côncavo, com peanhas e coifas em dossel. Entablamento em cimalha modulada e escalonada, coroamento em arco trilobado, formado por elementos em “S” e “C” flamejantes com as terminações em volutas centrado

[554] Chama atenção no coroamento deste retábulo a presença de duas palmas, registrada por Eduardo Etzel, como remanescente dos retábulos da Matriz - semelhantes às que identificamos na igreja de N. S. da Guia de Mangaratiba.

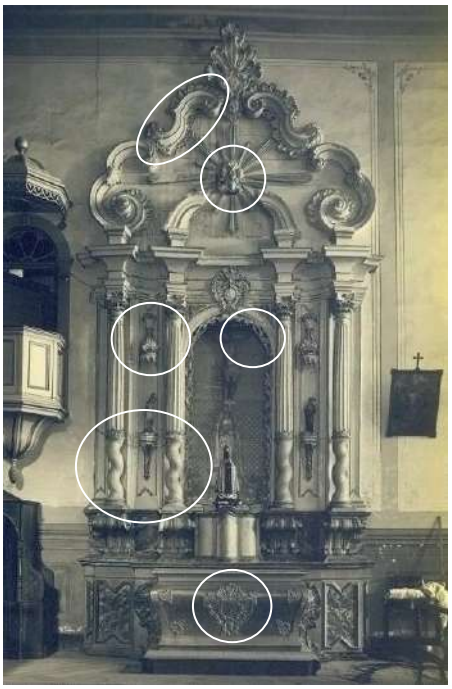
por resplendor com blocos de nuvens onde está o coração de Maria flamejante, ladeado por três cabeças de querubins simbolizando as três pessoas da Santíssima Trindade.

Fig. 469: Retábulo de São José - igreja Matriz de S. Francisco das Chagas de Taubaté - SP



Fonte: Germano Graeser, 1939. Arquivo IPHAN/SP

Fig. 470: Retábulo de N. S. das Dores - Igreja Matriz de S. Francisco das Chagas de Taubaté - SP



Fonte: Germano Graeser, 1939. Arquivo IPHAN/SP

Este tipo de composição se assemelha à existente no coroamento do retábulo de São Benedito da Igreja de N. S. do Rosário de Paraty, desta vez com a Glória do Divino Espírito Santo; e um remanescente de talha do retábulo da Igreja de N. S. do Rosário de Rio Pardo - RS, com um delta místico[555] ladeado por um bloco de nuvens e cabeças de querubins, atualmente no Museu Municipal daquela cidade. O coração de Maria flamejante, herança da representação tricordiana em que aparecem os corações de Jesus, Maria e José foi documentado por Eduardo Etzel durante suas pesquisas na década de 1970 e por Percival Tirapeli em 2003; atualmente se encontra no Museu de Arte Sacra de Taubaté. Acima do camarim onde estão as imagens de N. S. das Dores e do Senhor Crucificado está uma tarja de talha bem elaborada; e a renda do camarim é semelhante a do retábulo mor da Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Cunha.

[555] Triângulo eqüilátero com o olho ao centro e raionado por fora simboliza Deus. Geralmente aparece ladeado por blocos de nuvens, cabeças de querubins, podendo ter também três chamas em alusão às três pessoas da Santíssima Trindade. Aparece no coroamento do retábulo mor da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha, na tarja dos retábulos de São Miguel e Divino Espírito Santo da Catedral de Santo Antônio de Guaratinguetá, na tarja dos retábulos de Santana e São Francisco de Paula da Capela de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo em São Paulo; e no coroamento do retábulo mor da Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté.

Encontramos referências a uma Irmandade de N.S. da Boa Morte dos homens pardos da Vila de Taubaté, que funcionou na Matriz de São Francisco e, após diversas demandas à Mesa de Consciência e Ordens, conseguiu confirmar seu compromisso[556] e local para sepultamento - junto ao corredor do lado do Evangelho[557] da referida igreja.

> Dom João por Graça de Deoz Principe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem Mar em Africa de Guine J. W. S. do Mestrado e Chancelaria e Ordem de Nosso Senhor Jezus Christo Faço Saber que não se pedindo orago sem faculdade minha Capella, Confrarias ou Irmandades neste Dominio Ultramarino por fazerem pleno juízo da mesma Ordem, e da Minha Jurisdição im solidum como Governador desta. E atendendo a representarem-me os homens pardos da Villa de Taubaté terem erecta huma Irmandade da Senhora da Boa Morte na Igreja Matriz de São Francisco das Chagas daquela Villa sem a Minha Real Approvação, cuja nulidade agora resolvendo Me pediaõ fosse servido (ilegível) Confirmando-lhe a Ereção da dita Irmandade: O que tudo visto e a resposta do Procurador Geral das Ordens. Hey por bem Fazer Mercê aos homens pardos da Villa de Taubate de lhes Approvar e Confirmar a Ereção da Irmandade sobredita, Revalidando lhes a com esta Minha Real Approvação a nulidade com que se achava erecta. Esta se cumprirá como nella se contem sendo passada pela Chancellaria da Ordem. O Principe Regente Nosso Senhor Mandou pelos Ministros abaixo assignados do seu apelo emprestados ao Tribunal da Meza de Conciencia e Ordens. João Gaspar da Silva Lisboa o fez em o Rio de Janeiro, aos vinte e oito de Março de mil oito centos e onze. Desta mil e seis centos reiz e de assinatura trez mil e duzentos reiz. Joaquim Joze de Magalhaes Coutinho o escrevi. Mons.^{or} Miranda. Franc^{o} Antonio (ilegível) (ARQUIVO NACIONAL, 1811, DOC. 40, DA).

Quanto ao retábulo-mor, bem integrado de maior porte, que restou da antiga Matriz de Taubaté, a bela fotografia de Germano Graeser nos permite visualizá-lo em sua totalidade, ainda com o trono original, composto de cinco degraus, o nicho do padroeiro acima do sacrário, e o tronete para as adorações do Santíssimo na parte superior. A mesa em forma de urna possui ao centro tarja semelhante às dos retábulos colaterais da Igreja de Santa Rita, de Nossa Senhora do Rosário e Capela de Nossa Senhora da Conceição

---

[556] Dom Joaõ por Graça de Deos Principe Regente de Portugal e dos Algarvez dá quem, edá Lem Mar em Africa e de Guinê Faço Saber avós Governador e Capitão General da Capitania. Que pelo Meu Conselho Ultramarino Me Requereraõ o Juis, e Irmaons de Meza e mais Irmaons da Confraria da Senhora da Boa Morte erecta na Matriz da Freguezia de São Francisco das Chagas da Villa de Taubaté dessa Capitania confirmação do comprimisso que haviaõ feito entre si para melhor se elegerem e governarem no serviço da mesma Senhora; o qual sendo visto: Sou servido ordenarvos informeis com o vosso parecer; para o que servos concede com esta a Copia, do sobre dito Compromisso assignada pelo Secretario do mesmo Conselho. O Principe Nosso Senhor o Mandou pelos Menistros abaixo assinados do seu Conselho e do do (sic) Ultramar. José Antonio Gaspar a fez em Lisboa aos vinte equatro de Abril demil oito centos e onze. Desta cem reis= O Secretario Francisco de Borja Garção Helder afez escrever. Dom Diogo de Souza, Nicolau de Miranda Silva de Alarcão.- Manoel da Cunha d'Azevedo Coutinho Souza (ARQUIVO NACIONAL, 1811, DOC. 40, DA).

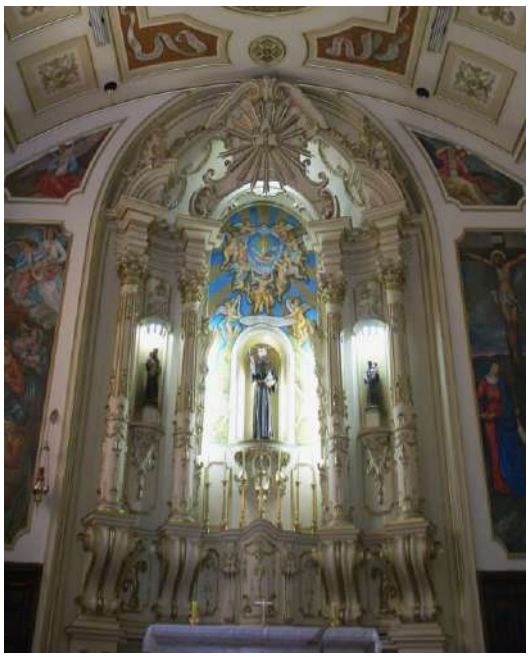
[557] Em observância da Regia Provisão de 24 de Abril do corrente anno, da copia inclusa pela qual V. A. R. manda que eu informe sobre a Confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte ereta na Freguesia e Villa de Taubate e do qual se me inviou Copia, informo a V. A. R. que nenhuma duvida se me oferece á dita Confirmação, huma vez que nella se ressalvam os Direitos Paroquiaes, e da Fabrica da Freguesia quanto a pedirem lhe conceda Vossa Alteza Real hum corredor que está montada á Capella Mor de frente do Evangelho como especificaõ no Cap^{o} 11^{o} do dito Compromisso. Este o meu parecer ainda do qual V. A. R. ordenará o que for devido. S. Paulo, 16 de Novembro de 1807 (ARQUIVO NACIONAL, 1807, DOC. 41, DA).

da Várzea do Corumbê, todas em Paraty - banquetas retas com ornatos entalhados aplicados acima desta em degrau fora do camarim decorado com elementos entalhados. O registro inferior do retábulo, em quatro mísulas de grandes proporções lembra as da Matriz de Guaratinguetá e Santa Rita em Paraty. Elementos de sustentação: dois pares de colunas retas com decoração em elementos fitomorfos que contornam inclusive o terço inferior. Capitel compósito, intercolúnio levemente côncavo com peanha e coifas curvas, entablamento em cimalha modulada e escalonada com frisos encimados por fragmentos de frontão interrompido e aletas, coroamento em arco pleno ladeado por elementos curvos decorado com flores, guirlandas e encimado por cornija arqueada com as terminações em volutas. Está centrado pelo resplendor com o Divino Espírito Santo sobre um triângulo ladeado por blocos de nuvens, como foi adotado na Matriz de Cunha e nos retábulos laterais de São Miguel e Divino Espírito Santo da Matriz de Guaratinguetá[558].

Fig. 471: Retábulo mor da Igreja Matriz de S. Francisco das Chagas – Taubaté - SP

Fonte: Germano Graeser – Arquivo IPHAN/SP

Fig. 472: Retábulo mor da Igreja Matriz de S. Francisco das Chagas – Taubaté - SP



Fonte: Percival Tirapeli

Segundo nossas observações, a igreja - possivelmente construída de taipa - tinha sua nave bem ampla devido aos corredores laterais. Até a década de 1940 ainda abrigava

[558] Este triângulo, na grande maioria de suas representações, possui nas extremidades uma chama em alusão às três pessoas da Santíssima Trindade. A renda da tribuna apresenta uma talha delicada com elementos fitomorfos, com destaque ao centro acima do nicho para duas cabeças de querubins com olhar direcionado para o tronete da exposição do Santíssimo. O fundo é liso e contorna o retábulo na junção das paredes em arrecadas de lírios, no formato dos emblemas marianos do retábulo mor da Capela de Nossa Senhora de Aparecida. Nesse momento ainda são visíveis as cortinas em tecido, que serviam ao camarim do retábulo e eram fechadas conforme as cerimônias litúrgicas.

os belos retábulos de gosto rococó e mantinha suas portas laterais em arco e em forma de canga de boi; e o soco das pilastras e do arco cruzeiro possivelmente de madeira aparelhada ensamblada, bem como os balaustres das tribunas da nave de construção que remetem a um passado bem distante.

Há na cidade de Taubaté mais duas igrejas - N. S. do Rosário e N. S. do Pilar, esta última tombada pelo IPHAN em 26 de outubro de 1944. De planta octogonal em sua nave, constitui um belo exemplar de arquitetura religiosa do século XVIII, que abriga em seu interior três retábulos. Segundo Etzel, sua construção ocorreu ainda na primeira metade do século XVIII[559].

O retábulo mor possui composição estrutural bem semelhante ao retábulo-mor da Catedral de São Francisco das Chagas: detectamos apenas diferenças na mesa, peanhas, coifas, trono e no seu coroamento - com a inserção de uma grande tarja que se aproxima em muito à que foi confeccionada para o retábulo de N. S. do Rosário, inclusive para a mesa.

Fig. 473: Fachada principal da Igreja de N. S. do Pilar – Taubaté - SP

Fig. 474: Retábulo-mor da igreja de N. S. do Pilar - Taubaté - SP

Fonte: Germano Graeser - 1939 – Arquivo IPHAN - SP

Quanto aos dois retábulos laterais, podemos afirmar que as mesas são muito semelhantes às que existiram no retábulo de N. S. do Rosário da antiga Matriz de Taubaté. Estes retábulos, além das mesas em forma de urna, possuem banqueta, registro inferior

[559] Esta capella foi fundada em 1º de Dezembro de 1747, por provisão do Exmo d. Bernardo Rodrigues Nogueira, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, primeiro bispo de S. Paulo do conselho de S. Magestade (...) atendendo ao que Thimoteo Corrêa de Toledo nos representou (...)". "Dez annos depois em 1757, o vigário Bessa, descrevendo o estado da egreja, disse (...) e ainda se continua na factura della (...) há de ter um altar-mor e dous co-laterais (...)". É bem provável que só mais tarde, no último quartel do século XVIII tenham sido feitos os 3 altares referidos (DPHAN E TOLEDO, apud ETZEL, 1974, p. 157).

com decoração acantiva nas extremidades, iguais às do retábulo da capela do Santíssimo da Basílica Velha de N. S. Aparecida. Seus elementos de sustentação são compostos pela mesma decoração que existiu no coroamento do retábulo de Santana e N. S. do Rosário da antiga Matriz de Taubaté, onde só não foi utilizada a tarja empregada em seu coroamento. O nicho foi obtido através de cavidade na parede, vedado por porta de vidro. Arrematam a construção desses retábulos dois emblemas marianos, assentes em seus elementos de sustentação. Trata-se de dois pares de espelhos entalhados[560] que, segundo representações, estão relacionados à pureza de Maria e seu coração que recebeu o filho de Deus, e possivelmente são de um mesmo entalhador.

Fig. 475: Retábulo de N. S. do Carmo da Igreja de N. S. do Pilar de Taubaté - SP

Fig. 476: Interior da Igreja de N. S. do Pilar de Taubaté - SP

Fonte: Germano Graeser - 1939

Encontramos na documentação de Maços de População da Vila de Taubaté a listagem dos artistas atuantes já em pleno século XIX. Considerando a idade com que foram cadastrados no mapa e a presença e idades dos filhos já nascidos na Vila, poderíamos inferir que estes já estariam atuando em fins da segunda metade do século XVIII nas igrejas objeto de nosso estudo. Paul Claval, ao tratar da comunidade de lugar, nos ajuda a entender melhor a questão:

> A vila tradicional de uma sociedade agrária sedentária aparece como o modelo da comunidade localizada. Nasce das freqüentações múltiplas

[560] Espelho da Justiça ou sem mácula - *SPECULUM JUSTITIAE* - símbolo das litanias de Nossa Senhora, também relacionando à soberania e conhecimento ao refletir a verdade e o conteúdo do coração. Representa a perfeição da pureza da alma e do espírito sem mancha. Aparece nos retábulos, pinturas, azulejos e na prataria.

> impostas pela coabitação. Os estilos de vida são semelhantes, o auxílio mútuo, facilitado. Os casamentos são comuns com as famílias das vilas vizinhas, incluindo, como regra, aqueles entre primos. A isso se acrescenta um vivo sentimento do lugar, do território comunitário como patrimônio comum, quer a propriedade da terra seja total ou parcialmente coletiva ou privada. Todos foram batizados na mesma igreja, freqüentaram a mesma escola e serão enterrados no mesmo cemitério comunal (CLAVAL, 2014, p. 124).

Analisando esses documentos, observa-se que havia uma preocupação em fazer esses registros, embora ainda com uma população que na sua maioria não tinha conhecimento da escrita; e que, em certos casos, transitava de uma localidade para outra, deixando sua herança cultural ainda atrelada a uma agricultura oriunda do ciclo da cana de açúcar, antes do advento do café, como vimos acima. O documento é muito esclarecedor nesse sentido:

> Mappa Geral das Pessoas que existem na 7 companhia das ordenanças da Vila e Parochia de Taubathe e seos Destrictos, seos Nomes, Empregos, Naturalidades, Idades, Estados, Cores, e Occupaçoens, com a expecificaçon das cazualidades que aconteceram em cada huma de suas respectivas famílias desde a factura do anno antecedente, assignado pelos Chefes das mesmas famílias e por aquelles q' não sabem escrever, se assigna a seo rogo o Sarg.to da V.ª assim como pelos auzentes em o prezente anno de 1807 (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1807, p. 01).

Este mapa faz referência a diversos carpinteiros, marceneiros, sapateiros, ferreiros, alfaiates, músicos, entre outros, que encontravam-se atuando na Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté em 1807. Entre os dezenove carpinteiros estavam um pintor, um marceneiro, um entalhador e um taipeiro - que possivelmente eram os oficiais desses trabalhos[561]. A tabela abaixo, extraída do Mapa Geral das Pessoas, em Maços de População referente às ordenanças da Villa, datado de 31 de dezembro de 1807, elucida bem a conta corrente dos lucros que fizeram os moradores - entre eles os já registrados acima como "artistas", na documentação consultada.

---

[561] O pintor era Manoel Gomes da Luz, natural da Vila de Paranaguá, com 56 anos, branco, casado com Josefa Maria de Souza, natural do Rio de Janeiro, com 64 anos, branca e tinha como agregados Manuel, natural de Guaratinguetá, Mariano, exposto e possuía como escravos: Valério, Joan, Benedicta da Vila de Taubaté e Catarina, da Vila de Jacarehi. "[...] Pintor, Ganhou com sua Arte 50$000 q. consumio em S. Caza (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1807, p. 08). O marceneiro era Joaquim Xavier de Assis, natural da Cidade do Porto com 38 anos, branco, casado com Clara Acriztela natural da Vila de Taubaté, com 37 anos e três filhos: Ignacio, Francisco e Benedicta, todos da Vila de Taubaté, possuindo sete escravos, Salvador, Bernardo, Francisco e Thereza da Vila de Taubaté, José, José, Catarina de origem Benguela [...] Ganhou com seo Oficio 100$000 (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1807, p. 28). Devemos ainda destacar a presença, na Vila, do **entalhador Joan da Cruz**, natural do Rio de Janeiro, com 41 anos, branco, casado com Maria da Glória, natural de Taubaté, com 37 anos, branca, possuindo quatro filhos: Joze, Manuel, Anna e Maria, todos da Vila. Possuia um escravo de nome Renovato, também da Vila de Taubaté "[...] Intalhador, ganhou com seo Of.º 80$000 que consumio em S. Casa (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1807, p. 61). O taipeiro era Joan Joze Dias, natural da Villa do Prado da Cidade do Porto, com 39 anos, branco, casado com Domingas Leite, com 38 anos, branca, possuindo três filhos: Manuel, Gertrudes, Maria, todos da Vila de Taubaté e dois escravos, Arcângelo e Benedicto, também da Vila "[...] Taipeiro, Ganhou em seu ofício 30$000 q.e consumio em S. Casa (MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, p. 54).

QUADRO Nº 25

OFÍCIOS	ARTISTAS	LUCRO
Cirurgiam	1	80$000
Musicos	6	211$600
Pintor	1	50$000
Intalhador	1	80$000
Marcineiro	1	100$000
Carpinteiros	19	670$400
Marcineiro	1	20$000
Serrador	1	100$000
Seleiros	3	82$000
Sapateiros	13	372$000
Curtidores de Coiros	3	60$000
Pedreiro	1	32$000
Latueiros	2	49$600
Ferreiros	6	388$200
Ferradores	2	32$000
Taipeiro	1	30$000
Oleiros de barro	3	49$600
Alfayates	9	270$000
Custureiras	23	126$000
Fiadeiras	59	550$000
Teceloens pano de Algodão	1	12$000
Carreiros	2	22$000
Pescadores	3	19$200
Soma	**168**	**3,407$400**

MAÇOS DE POPULAÇÃO, DAESP, 1807, p. 084 e 085

2.3 O transporte, abastecimento e rotas usados pelas tropas para Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Caminho para os campos de Viamão, no Rio Grande do Sul

Ao tratar do transporte, abastecimento e rotas usadas pelas tropas e seus diversos moradores - a serem percorridas para atendimento às demandas das cidades localizadas em nossas áreas de estudo, bem como após as descobertas do minério em São Paulo e Minas Gerais - chamam atenção os relatos deixados por Monsenhor Pizarro de Araújo em 1794. Segundo esses relatos, por ordem passada pelo Governador Geral das Capitanias do Sul do Estado do Brasil, Salvador Corrêa de Sá Benavides, datada aos 21 de agosto de 1660, "[...] em que mandava descobrir e abrir os caminhos da Vila de Parati, para os mais do sertão, e caminhos de S. Paulo, já era tratada por Vila o Distrito de Parati] (ARAÚJO, 1794, p. 38v a 45v).

Fig. 477: Tropeiros de Minas Gerais - Jean Baptiste Debret

Fonte: Acervo Museus Castro Maya - Ibram/ MinC

Fig. 478: Tropeiros de São Paulo - Jean Baptiste Debret

Fonte: Acervo Museus Castro Maya - Ibram/ MinC

Em 1723, Frei Agostinho de Santa Maria[562], português da Villa de Estremoz, publicou em Lisboa a obra intitulada “O Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora” e, ao tratar da milagrosa Imagem de Nossa Senhora dos Remédios da Villa de Paraty, deixa claro o trajeto que se percorria do Rio de Janeiro a Paraty e o comércio fornecido pelo seu porto, bem como o trânsito das tropas que por ele passavam até chegar ao interior de São Paulo e Minas Gerais:

> Depois de sair do Rio Mambucàba, & caminhando para o Sul outras sete legoas de costa, ou de mar, se chega á Villa de Parathy, que dista do Rio quarenta legoas, ao presente pequena na povoação, mas virá a ser muito populosa pelo muyto trato, & commercio, que nella há: porque He o porto de mar, aonde acode a gente de todas aquellas Villas do Certão, como saõ a de Guaratingità, a de Pendà, Munhangàba, Thaubbathè, & Jacarehy. Todas estas Villas da serra asima descem ao porto daquella Villa a buscar o necessário, como he o sal, o azeyte, & o vinho, & tudo o mais. Aqui descem vários moradores das Minas do ouro com elle a fazer negocio, & por aqui sobem muytos dos que vão do Rio de Janeiro para as mesmas Minas. São aquelles caminhos muyto ásperos, & de terras muy alcantiladas, & levantadas, & caminhando para Thaubatè se gasta hum dia inteyro em subir a sua serra, por ser muyto alta, & dilatada (MARIA, 1723, p. 104).

Samuel Nestor Madruga Costa, em seus artigos escritos para o Jornal A Razão, de 1922, Nº 23, intitulado “Paraty no Anno da Independência,” ao relatar sobre o “Distrito e a Vila – Ligeiro Esboço”, menciona a presença dos indígenas fazendo uso do caminho, bem como de suas aldeias de serra acima:

[562] Seu nome de batismo era Manoel Gomes Freire. Nasceu aos 28 de agosto de 1642, na Villa de Estremoz e faleceu em 3 de abril de 1728, aos 85 anos, em Lisboa. Iniciou-se como religioso em 18 de dezembro de 1665, aos 23 anos, quando ingressou na Congregação dos Agostinianos Descalços. Foi cronista Prior do Convento de Évora, Secretário da Província, Definidor-Geral e Vigário-Geral da Congregação dos Agostinianos Descalços de Portugal. Curiosamente jamais esteve no Brasil. Para escrever o Tomo X do “Santuário Mariano”, valeu-se das informações de campo minuciosamente recolhidas por Frei Miguel de São Francisco (NOGUEIRA, 2007, p. 8).

> Via de comunicação imemorial, de que já se serviam os índios, por ser a passagem mais fácil pela serra, para a “aldeia de cima”, foi logo aproveitada pelos colonizadores e a adaptaram da melhor maneira às suas necessidades de satisfação apressada, no tráfico com o interior. Por esse tempo era uma vereda estreita de trechos, aqui e ali, mal calçados, de grandes lajedos e atoledos profundos, muito pior certamente do que hoje, que ainda desfrutamos os restos das radicais reformas realizadas depois de 1840, situação aquela agravada pelo grande trânsito que, então, havia (COSTA, 1922, p. 1).

O autor nos informa ainda que eram constantes as solicitações ao Governo Real feitas pelas Câmaras de Paraty, Cunha, Guaratinguetá, São Luiz, Taubaté, Lorena, Pindamonhangaba e também de Itajubá, em Minas Gerais; as respostas quase sempre eram acompanhadas de evasivas, para que os moradores se responsabilizassem com seus ônus e sacrifícios. Podemos dizer que o processo para o trânsito nesse caminho era assustador, e certas viagens deixaram contundentes relatos:

> Tropeiros perdiam, não raro, burros carregados e algumas vezes eles mesmos sacrificavam as vidas nas passagens difíceis como ainda aconteceu mais tarde, em Outubro de 1824, com um tal de Manoel Gonçalves da Gama, da Vila de Taubaté, arreador e dono de uma grande tropa, no trecho entre o pouso do Souza e o Largo, onde havia um grande salto. Era tal a situação de angústia dos tropeiros, (precisando muitas vezes na secção da vargem do Bananal estender os ligais de couro para as tropas sobre elas atravessarem os lamaçais) (COSTA, 1922, p. 1).

Além do direcionamento para a manutenção das estradas, observamos que também havia dúvidas quanto aos limites das povoações vizinhas. Por Decreto datado de 1833, impresso na Tipografia Nacional, que poderá ser consultado no (ANEXO 63) ainda no Primeiro Reinado ficou estabelecido o que segue:

> A Regencia em Nome do Imperador, resolvendo definitivamente as duvidas, em que até agora se tem conservado as Camaras Municipaes das Villas de Paraty, desta Provincia, e de Cunha, da de S. Paulo sobre os limites dos seus Termos confrontantes; depois de proceder as necessárias informações, e de ponderar as razões offerecidas de huma e outra parte, Decreta: Os Termos das Villas de Paraty e Cunha ficão divididos pelo alto da Serra, pertencendo a cada huma das Villas a parte da mesma Serra, que verte para o seu lado (DECRETO, 1833, TYPOGRAFIA NACIONAL).

Na fase áurea da extração do minério houve grande aumento do trânsito de pessoas em direção a Minas Gerais; e para vencer essa jornada, havia a necessidade dos pernoites pelos caminhos, sendo um dos locais de destaque o chamado Pouso da Aparição - área plana com nascente e muitas árvores, entre elas as araucárias. O local foi registrado na Carta Corográfica de parte da Capitania de São Paulo com a Capitania de Minas Gerais, em 1874, próximo à localidade de Taboão, considerado como local de recuperação das capacidades dos tropeiros e animais para prosseguir viagem. Outro local era o Posto de Paraitinga, já mencionado na parte inicial deste capítulo, correspondente

às antigas Vilas e Freguesias de Serra Acima: contava com a Capela de Nossa Senhora Sant'Anna erguida na primeira metade do século XVIII.

Para essas viagens, um traje que protegia paulistas, sulistas e tropeiros das intempéries, além do chapéu de abas largas, era o tradicional poncho azul, longo e amplo, somente com abertura para a cabeça, muito mencionado em pagamentos do LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1844-1876, durante a construção da capela de N. S. Aparecida e suas aquisições para os escravos; ao que parece, era uma forma de amenizar também as agruras das grandes geadas do inverno: "[...] José dos Santos Sá, de feitio de 3 ponches, 5 surtumes (sic) e forro de outro ponche pª os escravos de N.ª S.ª App.ª: 18$280 (LIVRO DE RECEITA E DESPESAS, 1854, p. 148).

Fig. 479: Pouso de Tropeiros - Maurice Rugendas

Fonte: Maurice Rugendas

Fig. 480: Tropeiros Mineiros com Ponchos - Jean Baptiste Debret

Fonte: Acervo Museus Castro Maya – Ibram/Minc

Ao que tudo indica o caminho da serra iniciava pela antiga Rua do Rocio, primitiva e principal via de acesso à Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Em sequência se chegava à Rua da Ferraria[563], atual Comendador José Luiz, e à Rua do Comércio, já bem próxima ao porto. Na subida para a serra, essa rua e parte do caminho margeiam a esquerda do rio Perequê Açú. Esses dados são confirmados por Heitor Gurgel e Edelweis Campos do Amaral:

> O primitivo caminho que atravessava a Serra do Mar ligando Parati a S. Vicente, a velha trilha dos guaianases, começava da margem esquerda do rio Parati-guaçu e ia subindo até alcançar o primeiro contraforte da Serra, onde existia um extenso vale a que os indígenas chamavam Toca da Onça, por ser ali o habitat dos terríveis felinos em terras paratienses. Sempre subindo ia a velha trilha até encontrar uma grande pedra redonda onde hoje existe a Capela de N. S. da Penha. Contornando o pedregulho, o caminho continuava por um outro vale, de matas virgens, até chegar ao alto da cordilheira, de onde começava a descida até as terras de S. Vicente (GURGEL, AMARAL, 1973, p. 54).

[563] Rua em que havia maior concentração de ferreiros para a confecção de ferramentas e ferraduras objetivando o atendimento dos moradores, tropas e tropeiros.

O comércio intenso estabelecido na principal rua de acesso à Vila e ao seu porto consolidou e erigiu marcos representativos que ainda se encontram em seus locais primitivos; e a comunidade ainda passa por eles diariamente. Quem descia da serra adentrava os limites da vila por um portão[564] que ficou conhecido como “Portão de Ferro” - e ao que tudo indica pelos remanescentes de calçamento em pedras irregulares existente nessa rua de acesso, a 40cm abaixo do atual. Este calçamento possivelmente encontrava-se com outro que finalizava no portão da Vila, depois transformado em chácara, e era denominado “Calçadinha”, o que pode ser confirmado no Código de Posturas do Município de Paraty, no Perímetro Urbano: “Art. 2º [...] no ponto terminal do actual Muro de Pedras da referida chácara Portão de Ferro, no logar denominado Calçadinha, continuando essa linha para o Sul, até encontrar o leito do Rio Matheus Nunes e, descendo pelo curso deste, até o mar” (Código de Posturas, 1936, p. 3).

Figs. 481 e 482: Casa junto ao Portão de Ferro e detalhe do antigo portão

Fonte: Frederic de Limburg Stirum

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Próximo ao portão se abria um grande largo, que ficou conhecido como Largo do Rocio; ali existiu a forca, ainda mantida pela Câmara da Vila e questionada em 1837, segundo se verifica:

> A Camara Municipal desta Villa, em cujos Membros existem não pequenos desejos de que todos os seus Officios fossem lizonjeiros e agradáveis a vista, mt.º lhe custa sofrer se conservar em pé hum instrumtº (a forca) sempre horrorozo a corações sensíveis, e que hoje em dia nenhum Povo Civilizado conserva levantado depois da execução feita. A mesma Camara Municipal se dirige a V.S. como aucthoridade que a

[564] Portão construído de alvenaria de pedra com acabamento em cimalha perfilada, tendo as laterais montantes sinuosos com terminações em volutas sobre duas janelas com ombreiras, parapeito e vergas curvas em pedra lavrada, para servir ao sentinela, soldado que ficava em um posto ou caminho exercendo a vigia ou realizando tarefas determinadas pelos seus superiores.

> mandou levantar, rogando-lhe lhe dê as precisas Ordens, a fim de ser demolida (CÂMARA DE PARATY, IHAP, 1837, DA).

Destaque-se que esta rua, uma continuidade da antiga Rua da Ferraria, atual Comendador José Luiz, apresenta em seu percurso o chamado “Canto da Peça” - esquina na confluência com a Rua Domingos Gonçalves de Abreu, onde se encontrava uma pequena peça de artilharia[565]. O Chafariz de mármore ou do Pedreira foi inaugurado em 1851 por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Conselheiro do Império, personagem de alta governança no Segundo Reinado[566]; tem ao lado um tanque em pedra para servir de repositório de águas para os animais das tropas e foi também usado para lavagem de roupas, ficando conhecido como “tanque da lavagem”.

Fig. 483: Chafariz e Rua Presidente Pedreira

Fonte: Escritório Técnico Costa Verde - IPHAN

Fig. 484: Tanque da Lavagem

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

A rua ainda abriga a residência que pertenceu a João Barbosa[567], ao lado do antigo Largo dos Tropeiros, ali estabelecido na segunda metade do século XVII com casa de negócio e moradia. Ficou conhecido como Frei Fabiano de Cristo após receber, em 1705, o hábito franciscano no Convento de São Bernardino em Angra dos Reis. Depois de

---

565 Esse canhão de pequenas dimensões esteve encoberto durante muitos anos nessa esquina, e foi resgatado pelo Sr. João Gomes Duarte Coelho, então proprietário do imóvel. Hoje está abrigado no Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty. Segundo Hadler Homero, era apoiado em reparo de madeira.

566 Deu especial atenção à educação. Promoveu reforços nos Cursos de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

567 Nasceu em 8 de fevereiro de 1676. Em documento do acervo do Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, intitulado Memórias Históricas dos Religiosos da Ordem Seráfica, feitas por Frei Appolinário da Conceição, consta: He este o Veneravel Fr. Fabiano de Christo, chamado no Seculo João Barboza, filho de Gervazio Barboza, e de sua mulher Senhorinha Gonçalves. Teve por solar o lugar de Soengas, Freguezia de S. Martinho do Concelho da Ribeira de Soás, Comarca de Guimarens, Arcebispado de Braga. Passou de Portugal ao Brasil, e de Lavrador, em que havia seguido a seus pays, ao de comerceante da carreira das Minas Geraes do Brazil, e, não pela das uzuras, conseguio medianos cabedaes, reconhecendo-se-lhe em todo o tempo, que as agencias do mundo naõ lhe serviraõ de embaraço para lembrar-se das obrigaçoens de hum bom Catholico: assim discorreo alguns annos, até que vendo combatida sua pureza por ministros de Satanáz, e na morte desgraçada de hum sócio seu em o negocio, a quem mataraõ com hum tiro, as falsidades, e enganos do mundo, movido da Divina graça, procurou fervorozo acolher-se ao sagrado porto da Religiaõ Serafica nesta Provincia, em que, havendo-se feito as diligencias necessárias, foi admittido, e recebeo o habito no Convento de S. Bernardino aos 11 de Novembro de 1704 (ECO SONORO, 1748, p. 588 e 589).

professo foi para o Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 17 de outubro de 1747. Segundo Alipio Mendes, quando João Barbosa residia em Paraty, juntamente com o Vigário Padre Simão Peres, ainda no início do século XVIII, os dois fundaram a Confraria das Almas na Igreja Matriz, conforme foi mencionado no Capítulo I desta Tese. Um trágico episódio levou ao abandono de seus bens materiais, direcionados para o Convento de São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis: "[...] Na localidade denominada "Aparição", distante seis léguas do centro urbano de Paraty, uns desalmados assassinaram bárbara e covardemente seu sócio e amigo (MENDES, 1991, p. 45). Para Gurgel e Amaral, o assassinato ocorreu no interior da casa de negócios, em cuja parede, embora diversas vezes pintada a cal, ainda é possível ver a mancha de sangue "[...] oriunda segundo se diz do sangue que jorrara do peito do sócio de Frei Fabiano de Cristo (GURGEL, AMARAL, 1973, p. 75).

Fig. 485: Casa de João Barbosa "Frei Fabiano de Cristo"

Fonte: Heitor Gurgel e Edelweiss Amaral

Fig. 486: Esquina do Beco dos Tropeiros

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

Próximo ao Rancho dos Tropeiros está um pequeno trecho de rua denominada também Beco dos Tropeiros, era originalmente calçado com grandes lages de pedra para acesso a um braço de rio denominado Rio Morto, ligado ao Perequê Açú, de onde as embarcações subiam para depositar o sal em[568] um pequeno depósito ainda existente. O sal era depois conduzido para as vilas de Serra Acima e Minas Gerais pelas tropas que se acomodavam nas imediações. Este vínculo com o eixo principal da vila de Paraty é também visível pela iluminação que ali existiu, cujo remanescente de gancho de lampião, ainda visível na esquina com o Beco dos Tropeiros, possui semelhança com os existentes na continuidade dessa rua, perfazendo um total de três exemplares no modelo dos que existiram na corte do Rio de Janeiro, datados do século XVIII.

[568] Informações fornecidas pelas paratyenses Maria Luiza Costa Machado da Silva e Laurita Netto do Prado.

O calçamento ainda original em pedras, hoje encoberto por piso em paralelepípedo de data posterior, pode ser considerado como único remanescente da área urbana de Paraty que não sofreu intervenções, uma vez que este trecho não possui rede elétrica e esgoto subterrâneo, e não foi manuseado para estes equipamentos: as casas ainda os mantém nos quintais. A rua também guarda o emblemático oratório datável do século XVIII, intitulado de Santa Cruz das Almas, conforme mencionamos acima em homenagem a São Miguel e Almas, curiosamente próximo a sua residência e foi o orago para quem João Barbosa fundou a Confraria na Igreja Matriz, ainda no século XVIII.

Fig. 487: Rua Presidente Pedreira
Vista para a Serra

Fonte: Arquivo Noronha Santos IPHAN - RJ

Fig. 488: Rua Presidente Pedreira
Vista para o Mar

Fonte: Frederic de Limburg Stirum

Nos vários processos cíveis e criminais, inventários e folhas soltas (Documentos Avulsos) dos anos de 1716 a 1789, do extinto Cartório do 1º Ofício da Comarca de Paraty, encaminhados pelo Juiz Nelson Caetano da Silva ao Arquivo Nacional/RJ na década de 1970, encontramos informações sobre o percurso feito pelos tropeiros. Em certos casos era também registrada a sua procedência. Constatamos a presença de João Barboza em despacho de pena, de juramento de que não era devedor:

> Diz Lourçº Alves de Aguiar Official de Carpint.ro que João Barboza morador no termo desta V.ª lhe e devedor da quantia de treis mil, e seis centos reis, procedidos de jornais a Juízo (ilegível) do seu mesmo Oficio, e como o mesmo teve pago o q. fazer citar pª requerimtº acenta deste Juízo; vir pessoalmente jurar com sua alma se ele não e devedor (ilegível) q. pena de q. não vindo, a seo juram.to (ilegível) a revelia, ficar condenado (ARQUIVO NACIONAL, 1787, p. 273, DA).

Entre os tropeiros que percorreram o Caminho Velho estavam Antonio Leme Ferraz, morador na Vila de Pindamonhangaba "[...] comerciante em Sam Paulo que vive de andar no Caminho com tropas de idade de trinta annos pouco mais ou menos" (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1783, p. 264, DA); João Dias Rodrigues, solteiro, também morador da Vila de Pindamonhangaba, era residente "[...] nesta Vila natural de Sam Paulo

que vive com suas tropas no Caminho de idade de vinte nove annos" (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1783, p. 265, DA); e, também de Portugal, Manoel Rodrigues Pinheiro, solteiro "[...] morador desta Vila natural da Freguesia de Sam Salvador de Lima, Arcebispado de Braga que vive do comércio, de idade de 32 anos pouco mais ou menos" (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1783, p. 266, DA). O transporte das cargas era fiscalizado e segundo observamos, não raro gerava embargos da Administração da Câmara para a retenção das mercadorias.

> Este embargo em seis cargas de toucinho de Antonio Gonçalves da Gama que estando em poder do dito Manoel Rodrigues Pinheiro para pagamento da quantia de quatrocentos setenta reis de fretes que elle e devedor o dito Antônio Gonçalves ao Suplicante Idelfonso Barbosa (ARQUIVO NACIONAL, RJ, 1787, p. 258, DA).

Nesse contexto de trânsito entre Paraty e Minas Gerais pelo Caminho Velho, curiosamente em um lote de documentos que faz referência a Escrituras e Procurações do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, encontramos, entre as folhas avulsas, uma escritura de venda de légua de terras que fizeram entre si o Capitão Francisco Monteiro e Antonio da Costa Ribeiro, sendo testemunhas Antonio Francisco Lisboa e João Manoel Coimbra. Em outro documento, denominado Escritura de Sociedade[569], fica claro que em 1783 exerciam a fiscalização do caminho o Capitão Francisco Monteiro e Antonio da Costa Ribeyro - que controlava as cargas, seus condutores, suas saídas, lucros e o trabalho dos negros nas lavras das minas. Este documento foi firmado por um período de dois anos e

[569] Escriptura de Suciadade que fazem Entre si o Cappitam Francisco Monteiro e Antonio da Costa Ribeyro. Saibao quantos este publico instrumento de Escriptura de Suciadade virem que no anno do (ilegível) afirmando Nosso Senhor Jezus Cristo de mil sete centos e oitenta e três (ilegível) dito comigo nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty em presença de mim tabelião abaixo nomeado apareceram os presentes partes (ilegível) testemunhas a (ilegível) o Capitan Francisco Monteiro e Antonio da Costa Ribeyro (ilegível) nesta mesmam (ilegivel) Outro (ilegível) nomeados e consignados que elles (ilegível) e com efeito entre si (ilegível) feito uma Suciadade na forma seguinte que o dito Cappitao Francº Mont.º sobre o dito Antonio da Costa Ribeyro cada hu entrará nela com cinco mil reis e Antonio (ilegível) entrará hú como outro e plincipiará esta suciadade em primeiro de Novembro deste prezente anno (ilegível) fazem por tempo de dois annos que acabarem e noutro (ilegível) de novembro de mil sete centos oitenta e sinco que será sem condição de que o dito Antonio da Costa Ribeiro andará com cavalos no Caminho ou por este a pé, e por onde milhor estiver Eú outro Conductor e estando esta ligação com as minas, e nas ditas minas que parte dellas ande melhor contra estiver e hú ou outro se obriga o dito Capitão Francº Monteiro da Costa dará saída das ditas Cargas E declarouse que contribuições della sendo mais porque nas ditas minas contratarão (ilegivel) que repartirão os ditos lucros entre ambos (ilegível) em igual parte no fim dos ditos dois annos em que foi p. elles declarado que requisessem formar com a dita Suciadade de facto se legitimará entre hú e outro e declarou o dito Cappitão Francisco Monteiro sendo que na dita suciadade não entrariam os seus negros: nem cuidados que delles tivesse nem o que ganhar com os ditos negros em lavras ou outra qualquer cousa que de (ilegível) se declara o Capp.an Francº Montro do dito Ant.º da Costa Ribeyro, que tendo algum (ilegível), também nelle (ilegível) seus ganhos seria para o dto Cap.am (ilegível) prometendo (ilegível) cargas (ilegível) mesmo (ilegível) e que seria também (ilegível) de como (ilegível) de esta escriptura nella possa pela igual Eú outro (ilegível) cumplir as condiçoens nella declaradas por ser justa (ilegivel) de passada do dito Contrato ante Eu Síndico (ilegível) cuja Escriptura a leitura a outro (ilegível) como praça pública (ilegível) aceitante em meu (ilegível) para (ilegível) se assignaram Eú as ditas como Testemunhas presentes, Antº Frco Lxª, João Monteiro da minha parte- Manoel Luiz dos Santos (ilegível) que escrevi. Antº Francº Lxª, Arr do Antonio da Costa Ribeyro - Francisco Monteiro, João M. Coimbra (ARQUIVO NACIONAL, 1783, p. 662, p. 663, p. 664 DA).

aparece novamente entre as testemunhas a assinatura de Antonio Francisco Lisboa (ANEXO 64).

Enquanto não houve a abertura do Caminho Novo da Piedade através da Serra da Mantiqueira, ligando o Rio de Janeiro com a antiga Vila de N. S. da Piedade de Guaipacaré, atual Lorena - que só ocorreu no início da segunda metade do século XVIII - era intensa a freqüência de tropas e tropeiros pelo Caminho Velho da serra.

Em 1809 estava trabalhando em Guaratinguetá o tropeiro João Ferreira da Silva, com 50 anos, natural de Paraty; casado com Joaquina Antonia, com 38 anos, natural de Guaratinguetá, possuia seis filhos, a saber: João, Manuel, Antonio, Maria, Maria, Maria, todos nascidos na Vila, cinco escravos e dois agregados, segundo o censo de Maços de População "[...] Snr. de Tropas em que lucra anualm.^{e}...60$000, Planta mantm.^{to} colheo mº ....alq's.30, Feijão, alqs.10, Arros alq'16" (Maços de População, 1809, p. 430).
Durante todo o século XIX até o início do século XX o Caminho Velho ainda continuou a ser utilizado, embora não recebesse os devidos cuidados. Em 1835 os moradores da Vila de Guaratinguetá reclamaram através de abaixo assinado "[...] Porem um abandono assim tão completo da única Estrada pela qual se acarreta para o Porto os ricos produtos daquela Província, é certamente digno de lastima" (AD/ Brasil do Amaral, Mario Moura, apud RAMECK e MELLO, 2011, p. 170).

Com a oficialização do Caminho Novo – embora inacabado - a partir de 1756, a Vila de Paraty já começava a sentir o início de sua derrocada: conforme se depreende no quadro de Oficiais que atuaram nas obras da Capela de N. S. Aparecida nos Anos de 1844 a 1873 (ANEXO 65) o elo entre paulistas e paratyenses ficou mais consolidado, pois ainda eram constantes as demandas, inclusive de materiais, que só o litoral poderia atender - como a condução do cal para argamassa e pintura da Capela de N. S. Aparecida, entre outros datados de 1845 a 1873. Entre os oficiais incumbidos dessas tarefas estava José Luiz Campos do Amaral, nascido em Paraty em 1790. Foi Comendador, rico comerciante, senhor de engenho, fazendeiro, um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia e também vereador em 1823. Anotamos que na sessão da Câmara de 26 de abril daquele ano, ao discorrer sobre as reclamações dos "tropeiros" sobre o Caminho e seu uso, argumentou o que segue:

> no ano anterior usaram o Caminho da Serra, vindos de São Paulo ou indo para lá, de Parati, "160.914 cabeças de homens e animais e que os "tropeiros" pagaram também 80 réis de imposto por alqueire [+-80 litros] de sal, o que deu aos cofres imperiais mais de Rs: 600$000. O vereador Campos do Amaral concluiu que se o "Govêrno Imperial abrisse mão desses tributos por um ano, com o dinheiro que seria apurado, na importância aproximada de Rs:2.000$000 a Câmara Municipal mandaria consertar a estrada da serra" (GURGEL, Amaral, 1973, p. 48).

É através dos caminhos de Sorocaba que irá se estabelecer também o contato com o sul do país; e a cidade vai se destacar por abrigar as “feiras de muares”, que através das tropas e tropeiros que para ali se dirigiam, tinham como objetivo adquirir e vender os animais a serem utilizados nos caminhos antigos da rota do ouro, durante o século XVIII - para São Paulo, Minas Gerais e cidades de Serra Acima. Seu comércio também fornecia os adereços para selas, arreios, cabeçotes, estribos, cabos de relhos em metal alpaca, prata repuxada, martelada ou fundida. O estabelecimento de comunicação com as antigas vilas do litoral sul pelo mar também se fez presente, devido à situação privilegiada da costa do Brasil, permitindo contato mais rápido com outros estados. Estas vias eram aparentemente menos danosas que os ásperos caminhos da serra. Neste cenário vamos encontrar, além da prática da pesca da baleia em seu apogeu, entre 1750 e 1777, a ocupação do território do sul do país, em especial de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - conforme acentuou Eduardo Etzel:

> D. João V promoveu a vinda para o Sul do país, do excesso de população das ilhas do Atlântico – os Açores e a Madeira – com o transporte dos famosos casais de açorianos – nome genérico que lhes deram aqui – famílias jovens que trouxeram rebentos e que aqui se instalaram, povoando de gente sã, honesta e operosa todo o Sul do Brasil e, mais propriamente, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (ETZEL, 1974, p. 241).

O autor destaca a chegada da cultura portuguesa das Ilhas Açorianas, em fase de progresso cultural no século XVIII, comentando que a influência desses casais foi marcante e efetiva: “[...] em todos os núcleos antigos onde encontramos remanescentes barrocos [...] seus artífices realizaram com simplicidade e razoável mestria retábulos que talvez lhes lembrassem as igrejas das ilhas” (ETZEL, 1974, p. 241).

A povoação açoriana instalada na costa leste e em diversas freguesias de Florianópolis fez erguer importante registro material no bairro de Santo Antonio de Lisboa: a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, datada do século XVIII. Está protegida legalmente como patrimônio histórico por meio dos Decretos de Tombamento Municipal nº 1341/75 e Estadual nº 2998/98 e, pela Lei nº 1202/74; em data mais recente, dezembro de 2017, o IPHAN tombou as Freguesias de Florianópolis, juntamente com as igrejas. Segundo registros de Monsenhor Pizarro e Araújo é a freguesia mais antiga da Ilha, com data de fundação em 1750. Segundo Eduardo Etzel

> Florianópolis teve sua origem e desenvolvimento com a indústria baleeira e, no século XVIII, viu a implantação dos imigrantes ilhéus vindos dos Açores e da Madeira. Estes trouxeram uma cultura totalmente estranha à terra, responsável, a nosso ver, por toda a talha barroca que ainda se encontra em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Mencionando a produção da ilha de Santa Catarina, Pizarro e Araújo cita “obras finas de marcenaria”. Não há dúvida que estes hábeis marceneiros-entalhadores

> fizeram, no fim do século XVIII, os três retábulos da atual Igreja de Santo Antônio de Lisboa, assim como o arcaz e o oratório da sacristia e todos os tocheiros que se podem apreciar ali atualmente (ETZEL, 1974, p. 247).

De fato os três retabulos mencionados pelo autor, com a talha de gosto rococó, nos remetem a uma possível autoria e/ou modelo dos retábulos, arcaz, tocheiros, e elementos de ornamentação que também detectamos nas igrejas de Santa Rita, Nossa Senhora do Rosário, N. S. das Dores e em peças isoladas na Matriz de Nossa Senhora dos Remédios - ambas em Paraty; e ainda na igreja Matriz de N. S. da Conceição em Cunha, na Catedral de Santo Antonio em Guaratinguetá, em retábulos da Basílica Velha de N. S. Aparecida (atualmente na Igreja de São Gonçalo, em São Paulo), no retábulo-mor da Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté e nos antigos retábulos laterais da nave. Tais semelhanças ficam claras somente por análise de fotografias.

O retábulo-mor da igreja de N. S. das Necessidades, ao que tudo indica passou por intervenções posteriores; e embora guarde muitos elementos ornamentais do retábulo anterior, sua composição estrutural é mais simplificada, e as feições que hoje possui nos remetem a esses momentos. A talha da mesa em forma de urna possui semelhança com os ornatos dos retábulos de Nossa Senhora das Dores e São José da antiga Matriz de Taubaté, contendo ao centro o anagrama de Maria, semelhante ao da tarja do retábulo mor da Capela de Nossa Senhora Aparecida; a banqueta é reta, e acima desta está um degrau onde encontra-se assente o nicho da imagem com os montantes e coroamento decorados por talha. Este retábulo tem como elementos de sustentação um par de colunas salomônicas com o terço inferior estriado, decoradas com guirlandas de flores; o capitel é compósito e possui também um par de quartelões decorados com rocalhas e volutas. O intercolúnio é plano com peanhas e coifas e o entablamento de forma simplificada é encimado por fragmentos de frontão interrompido, de onde partem dois ornatos sinuosos em forma de “S”, formando o coroamento que é encimado por verga em forma de canga de boi, decorada com rocalhas. O coroamento é centrado por tarja com o Divino Espírito Santo encimado pela coroa fechada de Nossa Senhora. O camarim, com teto abobadado onde se vêem vestígios de pintura com uma visão do Divino Espírito Santo em glória, é contornado por renda entalhada; possui cinco degraus acima do nicho, tendo na face rocalhas, ainda do período em que foi concebido. Uma dessas rocalhas também é visível no coroamento do sacrário existente na Capela do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty.

Fig. 489: Interior da Igreja de N.S. das Necessidades – Florianópolis - SC

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 490: Rocália do degrau do trono da Igreja de N. S. das Necessidades

Fig. 491: Sacrário da Capela do Santíssimo Sacramento - Igreja Matriz de Paraty

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Ao que tudo indica esses dados vêm confirmar as intervenções que este retábulo-mor sofreu no século XIX, conforme relatos constantes do Livro Tombo nº 1 (1895 a 1935), que menciona para o mesmo solicitações de manutenção, nos anos 1838 e 1840. Segundo Nunes (2006, p. 84)

> Em 1856 há menção de reparos no referido retábulo; nova solicitação de reparos em 1862, e em 1895, há a descrição do padre da época sobre a aparência deste, onde diz que o altar e trono possuem frisos dourados e que o retábulo não possuía tabernáculo. Comenta também que a imagem

> de Nossa Senhora das Necessidades encontrava-se em um nicho contendo porta de vidro e colocada na boca do trono.

Maria Anilta Nunes, durante as pesquisas para sua Dissertação de Mestrado, identificou por trás do fragmento de frontão que adorna as extremidades do coroamento do retábulo-mor elementos entalhados de época anterior, que vêm confirmar as intervenções ocorridas no século XIX. Quanto à ausência de sacrário, mencionada no Livro Tombo, ao que tudo indica, por não ser uma Igreja Matriz, quando houve o crescimento da freguesia o sacrário foi deslocado para a Capela do Santíssimo, construida possivelmente em data posterior; e o nicho que ocupava o topo do trono foi removido para o degrau acima da banqueta[570].

Eduardo Etzel considerou dignos de nota os dois retábulos do arco cruzeiro, no Lado do Evangelho dedicados a São Miguel e no Lado da Epístola a Santo Antonio, que deu nome à Freguesia, atualmente do Sagrado Coração de Jesus. São os únicos que possuem guarda-pó com sanefas, próprios para cortinas em tecido que eram fechadas conforme as cerimônias, em especial na Semana Santa; anjos adoradores ladeando a tarja central no coroamento em que estão os atributos dos oragos. Observamos que essa decoração também se repete nos retábulos da área de estudo da presente Tese. As colunas salomônicas com o terço inferior do fuste estriado, apoiado em mísulas decoradas com elementos fitomorfos, quartelões com cabeças de querubins e, em certos casos, a presença do sacrário nos retábulos laterais, são elementos que também podem ser vistos nas igrejas de Santa Rita, N. S. do Rosário, e N. S. das Dores, em Paraty; na igreja Matriz de N. S. da Conceição em Cunha; nos retábulos de São Miguel e Divino Espírito Santo da Catedral de Santo Antonio, em Guaratinguetá; na renda da tribuna do retábulo-mor e no retábulo de Santana, que foi desmontado na Catedral de São Francisco das Chagas, em Taubaté.

> Os detalhes da composição e o risco dos ornatos da talha diferem nos dois altares, mostrando o capricho com que foram ideados. Notável nos dois retábulos são as numerosas cabeças de anjos que se encontram no frontão, nos coartelões e no sacrário. No mais, enfeites fitomorfos com margaridas e guirlandas (ETZEL, 1974, p. 248).

[570] Essa alteração permitiu a realização de cerimônias de Adoração Perpétua, representada no teto pela bela pintura de gosto rococó com a custódia ao centro. Alguns elementos de adorno estão presentes na pintura que existiu no teto da Capela dos Passos da Paixão da Matriz de Taubaté.

Fig. 492: Retábulo de São Miguel

Fig.493: Detalhe do retábulo de Santo Antônio

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Até a implantação de local próprio para abrigar o Santíssimo Sacramento, os sacrários eram instalados em retábulos-mor e nos laterais, passando posteriormente às capelas, que segundo se observa eram acréscimos ao prédio principal, readaptação para essa finalidade. Chama atenção que o retábulo montado na Capela do Santíssimo da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades possui semelhanças em sua concepção com o que foi montado em fins do século XVIII na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Paraty-Mirim.

Outro dado observado foi a implantação do batistério: uma vez que essa igreja não era Matriz, não teve ambiente reservado para essa função; o espaço foi obtido através de fechamento feito por um cancelo, com balaustres em madeira recortada que lembram os existentes na igreja de Santa Rita em Paraty - além da pia em madeira, em cuja tampa está entalhada, na face interna, uma pomba do Divino Espírito Santo assente em pintura em glória, semelhante às que foram confeccionadas para o coroamento dos diversos retábulos de nossa área de estudos. Chama atenção a pintura existente na parede junto a este espaço, que faz referência ao Batismo de Cristo: abaixo do Rio Jordão foi registrada a serra com a Vila de Paraty e, à esquerda, uma pequena embarcação a vela.

Fig. 494: Pia Bastimal

Fig. 495: Batismo de Cristo com a Vila de Paraty na parte inferior

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

De pequenas proporções, o interior da nave e capela-mor da igreja de Nossa Senhora das Necessidades em muito se assemelha, no que concerne às suas técnicas construtivas, às Igrejas de Santa Rita e Nossa Senhora do Rosário, ambas em Paraty. O arco cruzeiro é em alvenaria e suas paredes internas são revestidas de argamassa com pintura a cal; há apenas um púlpito; no teto da nave, em gamela, estão presentes os contraventamentos para proteger das possíveis deformações do telhado; e na capela-mor, uma abóboda de berço - obtida através de cambotas de madeira, sob a cobertura de telha canal ainda original, além do coro sustentado por dois pilaretes de madeira biselados.

Fig. 496: Fachada da Igreja de N.S. das Necessidades - Capela do Santíssimo a lateral

Fig. 497: Interior da Igreja de N. S. das Necessidades

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Na documentação que faz referência ao traslado da petição e provisão da criação da Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, bem como dos Títulos das terras que foram doadas por esmola, anotamos a presença do casal Jeronymo Dornellas de Menezes e sua mulher Lucrécia Leme Barbosa, realizando essa doação em 1752. Na ocasião foram identificados como oriundos de Campos do Viamão – localidade cuja importância histórica se destaca enquanto sede de estância para criação de gado e cavalos; e também como um dos primitivos núcleos de povoamento que agregaram paulistas, lagunenses, portugueses e escravos. Em 1752 chegaram os primeiros casais de açorianos, como ocorreu em Florianópolis. Etzel, embasado nas informações de Monsenhor Pizarro de Araújo, nos ajuda a entender a ocupação do território do sul e o assentamento da vila e capela de Viamão e sua mudança para a atual Porto Alegre, bem como da cidade de Rio Pardo, com seus exemplares de talha rococó:

> Com a invasão dos Espanhóis, de 1762 a 1763, deu-se a ocupação de Rio Grande de São Pedro, na época a primeira vila do sul. Por isso "o assento da vila passou para a capela grande de Viamão e no lugar da freguezia de N. Sra da Conceição se estabeleceu a capital da província até que,"(10 anos depois)" o governador José Marcelino de Figueiredo mudou a povoação, em 24 de Julho de 1773, para o Porto dos Casais, distante 43 leguas ao norte (...)" o qual, em 1805, veio a se chamar Vila de São José de Porto Alegre (ETZEL, 1974, p. 253).

Quando consultamos a documentação que faz referência ao Livro de Eleições e Termos da Mesa da Confraria do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição de Viamão, datado de 1762-1851, chama a atenção o Termo de Concordata realizado com a Ordem Terceira de São Francisco e Irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição, em 1768 - solicitando a permanência da capela da Ordem Terceira até a conclusão das obras do Hospício[571] e da Nova Matriz da Veneravel Orden terceira de São Francisco "[...] e Sendo por esta Suplicada a esta Irmandade o deyxarem (sic) lhe ficar esta Capela té que Se concluise a factura do Seu Hospicio lhe deferimos todos uniformes a Conceção Requerida de ficar esta Capela por demolir" (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1768, p. 3v)[572]. Através dessas informações, mais uma vez foi constatada a presença dos franciscanos em nossas áreas de estudo e sua propagação para além dos conventos:

> Na Província da Imaculada Conceição do sul do Brasil, a Ordem Terceira propagou-se muito além do âmbito dos Conventos. Em algumas (Campos, Paranaguá, Curitiba, S. Francisco do Sul, Desterro, Viamão, S. Pedro do Rio Grande) residia o Comissário com sócio e às vezes com

[571] Os hospícios eram as construções erguidas para abrigar os franciscanos em seus primitivos estabelecimentos nas vilas do período colonial.
[572] Era vigário na realização do termo, Baltazar dos Reis Custódio e o Padre Francisco da Conceição Santiago, que tinha a função de Comissário.

> Irmão leigo num Hospício; outras eram dirigidas por um Padre secular jurisdicionado pelo Provincial (ROWER, 1947, p. 134).

Analisando a documentação existente, observamos que no Termo de Ajuste com o Mestre Carpinteiro Francisco da Costa Senne, datado de 1767, grande parte das obras da igreja em substituição à capela primitiva ainda estava para executar, pois trata-se de monumento de grandes proporções, com ampla fachada, uma porta central em duas folhas, bandeira fixa ao alto e almofadas com entalhes[573]. As torres são em forma de arcada, com acesso interno por escada no ambiente do coro, conforme definido no Termo de Ajuste:

> Aos doze dias do mês de Agosto de mil Setecentos Secenta e Sete annos nesta Igreja de N. S. da Conceiçam de Viamão Estando em meza O Sr. Governador Jozé Custodio de Sá, e Faria e o Reverendo Vigario Irmão Provedor e mais Irmaos do Smo., e N. S. da Conceição abayxo aSignados nella apareceo o Mestre Francisco da Costa Senne com quem Se fes o ajuste de fazer a dita obra da nova Igreja de impreitada de mãos, pondoselhe junto da mesma obra matereaes, e Serventes percizos pra Ella dandolhe a Irmandade quatroSentos, e Sincoenta mil Reis pagos em trez pagamentos, o primeiro no principio da obra, oSegundo no meyo della, e o ultimo no fim, a qual Seobrigou fazer na conformedade das plantas, que aSignou com os ofeciaes da meza e debayxo das condiçois Seguintes: Armação de madeyra de todo o Corpo da Igreja, Capella Mor, e Suas officinas pella forma que determina a planta, calsado, e da mesma Sorte os Emadeiramentos, e forro da Capella Mor para estoque, e acctuam do porem o aSoalhado do Corpo da Igreja e o Retabollo da Capella Mor, que estas duas parcellas Seajustarão Separadas, feito tudo com a mayor Segurança, e Limpeza nas partes que ficarem publicas. A porta principal deve ser de duas meyas portas com Sua bandeira, e esta con duas almofadas cada hua das meyas portas outras duas almofadas, hua grande, e outra menor por baixo. A janella por Sima da mesma porta também deve Ser de duas meyas portas, cada hua hua com Sua almofada. Duas piquenas janellas de frente também devem Ser de duas meyas portas Lizas e as umbreyras, vergas, e peitoris com Seus Sancos (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1767, p. 5 e 5v).

O referido Termo de Ajuste é bem esclarecedor quanto aos serviços a serem executados em 1767, no interior e exterior da igreja, o que nos permite afirmar que somente após assinatura na presença do Governador Joze Custódio de Sá e Faria, em 1768, foram encomendados o retábulo-mor, as campas no assoalho e as grades de separação interna da igreja:

> [...] Termo de ajuste com o mestre Francisco da Costa Sene para fazer o retábulo, campas e assentar as grades. Assinam: Domingos Lima Veiga (escrivão), Antonio Moreira da Cruz, Manoel Bento da Rocha, Baltazar dos Reis Custódio (Vigário), Francisco da Costa Sene (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS,1768, p. 7v).

---

[573] Esses entalhes em rosáceas lembram os das portas da igreja de Santa Rita em Paraty, únicas igrejas em nossa área de pesquisas com esse tratamento. Essa porta é ladeada por duas colunas retas de alvenaria, sustentando o entablamento na altura das janelas do coro, formando um grande pórtico. Abaixo do frontão triangular, no corpo principal está um óculo quadrilobado de dimensões avantajadas, o que permite maior iluminação interna.

Ao que tudo indica, as encomendas para o retábulo foram realizadas em separado e os pagamentos combinados para a obra da nova igreja, no valor de 450$000 réis, foram ajustados com acréscimos em 08 de setembro de 1767 para 486$000 réis[574].

Fig. 498: Retábulo mor da Igreja de N.S. da Conceição de Viamão

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Em 03 de junho de 1770, as Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição realizaram a entrega do novo templo após a finalização das obras. Segundo observamos, a capela primitiva ocupada pela Ordem Terceira era localizada à direita, no espaço da atual sacristia, conforme se verifica no Termo de Entrega[575]. Sucessivas intervenções posteriores foram realizadas - entre elas, obras no coro, caixilhos das janelas e forro das sacristias; em 1775 foi encomendado o tabuado para o forro da nave da igreja; e foi encomendado no Rio de Janeiro o gesso para acabamento. Chama atenção o Termo de Determinação, datado de 06 de janeiro de 1778, para se mandar pintar de branco e dourar o trono, o sacrário, a banqueta e castiçais[576]. No ano de 1787

574 "[...] por acharem deverse acrescentar mais o Corpo da dita Igreja para mais Comodidade do Povo; o que Sendo concordado por todos mandarão chamar a mesma meza o Mestre Carpinteiro Francisco da Costa Senne, com o qual Se ajustou o acréscimo da dita obra em trinta e Seis mil Reis (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1768, p. 6v).

575 "[...] Termo de Entrega que faz a Irmandade do Ssmo. Sacramento desta Igreja e a de N. Sn.ra, da Concepcam Padroeira dela da Capella ditta que Servio de Matris a Veneravel ordem 3ª de S. Francisco" (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1770, p. 12v).

576 "[...] para se mandar pintar de branco o trono e dourar os biscates dele para o perfeito adorno e decência do ministério que ocupa como também o sacrário e banqueta do mesmo, mandando-se fazer e na mesma

novas obras foram empreendidas e solicitações foram feitas pela mesa para se consertarem as ferramentas necessárias para tiragem de pedras para a feitura da nova Igreja Matriz. Essas obras se estenderam até 1790 e a questão era adiantar o pagamento para empregar na construção da nova igreja, no valor de 3$840 réis de foro por ano.

Verificamos em um termo sem título, datado de 09 de abril de 1792, relativo à construção da nova matriz, que nele se contrata o mestre Antonio José de Santana para a "administração da obra de pedreiro como também de carpinteiro e trabalhará com 4 oficiais. O contrato para o pagamento:-10 tostões por dia de trabalho ao mestre-2 tostões, a cada oficial" (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1792, p. 42, 42 v. e 43). Em 1794, estavam atuando nessa obra os mestres Antonio José de Santana, Manoel Machado Pacheco e Antonio Rodrigues de Barcelos[577]; também assinam João Antonio Pinto, Antonio José Pinto, Vigário João Diniz Alvares de Lima, Manoel Garciz Baptista (tesoureiro), João Golarte da Silva, José da Silva, Isidoro Antunes Pinto, João dos Santos, Francisco Pereira Viana, José Bernardes de Mendonça, José Nunes Golarte, Bento José Garcia, Antonio Cardoso, Francisco da Silveira Serpa, Antonio Dias Manso e Silvestre de Andrade. Pelas descrições apresentadas nos Termos de Resoluções, a finalidade era demolir a Igreja e construir outra, uma vez que foi considerada como "muito arruinada".

Em 18 de junho de 1797, foi realizada a festividade do traslado de Nossa Senhora da Conceição para a nova matriz; foram feitas encomendas no Rio de Janeiro[578] por conta de todos os irmãos. Ainda nesse mesmo ano, foram adquiridas alfaias[579] através de esmolas do vigário João Dias de Lima à padroeira da freguesia de Viamão.

Chama atenção a presença até os dias atuais, no consistório da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, da imagem do Senhor dos Passos, ali mandada recolher conforme Termo datado de 27 de maio de 1798 "[...] para que os devotos lhe fizessem o seu nicho para acomodação da sagrada imagem até que os moradores desta

---

forma dourar seis castiçais para servirem na mesma em correspondência (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1776, p. 24).

577 Consta no Livro de Registro de Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo e de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Viamão, o registro de Irmão de Compromisso de Manoel Machado Pacheco, em 01/01/1781, irmão de Matheus Machado Pacheco, Mestre Carpinteiro natural da Ilha de São Jorge nos Açores,que arrematou em 22/07/1772 as obras da Igreja Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá – SP e de Francisco Rodrigues Barcelos, possivelmente membro da familia de Antonio Rodrigues de Barcelos, atuando como escrivão da Irmandade em 1826 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1760-1864, p. 2, 33v).

578 "(...) festividades de trasladação de Nossa Senhora da Conceição para a nova matriz de onde se manda vir da cidade do RJ por conta e risco de todos os irmãos tudo o que conta abaixo nomeado: música, 200 côvados de velilho, 2 peças de pacamam, 1 maço de alfinetes de ferro, 1 dito de latão, pastilhas de incenso, 4 arrobas de ceras de livras, 2 ditas de ½ livra, 80 rosas de papel, [corroído] conforme a relação que [corroído] Gregório José da Rosa, 1 arroba de pólvora, dinheiro para a comitiva da música, para a despesa das luminárias, para as despesas dos 6 anjos, 20 tochas, 6 velas a banquete de 2 livras" (LIVRO DE ELEIÇÕES E TERMOS, 1797, p. 47v).

579 "(...) cada esmola contém as alfaias seguintes": - uma banqueta dourada com sua cruz – 165.130 réis, ornamentos [corroído] inteiro- 512.625, uma custódia com sua capa- 544.328, pelo véu da custódia e pano da estante- 352[corr.], 20 côvados de papagaio- 48.000, impotância dos sinos- 14.220, algodão para encapar os ornamentos e castiçais- 3.000 (LIVRO DE ELEIÇÕES E TERMOS, 1797, p. 48v).

mesma freguesia possam a todo tempo fazer-lhe sua capela" (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1798, p. 49v). Verificamos ainda que o Visto em correição datado de 1799, um ano antes de encerrar o século XVIII, anota a proibição dos enterramentos no interior do templo:

> o corregedor elogia o zelo pela construção da nova Igreja, mas chama a atenção quanto ao enterramento dos mortos, proibindo o sepultamento dentro da Igreja e que não se gaste dinheiro até que se encontre local apropriado para o cemitério. Também ordena que cada Irmandade tenha suas próprias sepulturas. Porto Alegre, 10 de junho de 1799. SOUTO (LIVRO DAS ELEIÇÕES E TERMOS, 1799, p. 53v).

Durante as viagens realizadas pelos estrangeiros ao Sul do país no início do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire, em Viagem ao Rio Grande do Sul no ano 1820-1821, observou:

> Depois de São Paulo não tinha visto nenhuma igreja comparável a essa, possuindo duas torres, bem conservada, extremamente asseada, clara e ornamentada com gosto. Pelas igrejas do Brasil pode-se aferir do quanto seria o brasileiro capaz, se sua instrução fosse mais cuidada e se tivesse alguns bons modelos para orientar-se. Quem conhecer apenas as igrejas das aldeias da França, achará que as artes em nosso país ainda estão em sua infância, dado o mau gosto das obras, o estilo bárbaro dos ornatos, a violação das regras da arte e tantos outros defeitos (SAINT-HILAIRE, 1939, p. 313).

O interior dessa igreja abriga sete retábulos datados do século XVIII, sendo o retábulo-mor de grandes proporções, com mesa em forma de urna, com elaborado trabalho de talha; na porta do sacrário e nos registros inferior e superior estão presentes as auriculares em forma de "C" e "S", que iremos encontrar no retábulo-mor e degraus do trono da Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cunha e no retábulo-mor da Basílica Velha de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida. Seus elementos de sustentação, dois pares de colunas retas e lisas, capitel compósito, estão apoiados em quatro mísulas com elementos entalhados na voluta inferior. O intercolúnio é levemente côncavo, com peanhas e coifas semelhantes às do retábulo-mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida; o entablamento é em cimalha modulada e escalonada, encimada por fragmentos de frontão interrompido e volutas decoradas por aletas - como foi verificado em todas as igrejas de Serra Acima.

Fig. 499 e 500: Detalhes do Retábulo-mor da Matriz N.S. da Conceição de Viamão

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O arco do camarim é sinuoso em forma de dossel de gosto joanino, decorado por sanefas muito semelhantes às do retábulo-mor da Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida, bem como a renda da tribuna. O camarim com forro em abóbada de berço abriga o trono composto de seis degraus com elementos entalhados ao centro e de composição na lateral, semelhante ao do retábulo-mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida. Os retábulos laterais com estruturas variadas são dedicados, no lado do Evangelho, a N. S. do Rosário, Divino Espírito Santo e Santana; e no lado da Epístola, a N. S. das Dores, São Miguel e Santa Bárbara. As mesas são em forma de urna e também ornadas por tarja. Em sua maioria possuem o sacrário. Em cinco desses retábulos foi adotada a coluna salomônica como elemento de sustentação; somente o de Santa Bárbara não teve este tratamento. O coroamento e frontão são sinuosos e agregam os fragmentos de frontão interrompido, encimados por aletas, tendo ao centro os atributos dos oragos. É interessante notar que no retábulo-mor, tanto na Igreja de N. S. da Conceição de Viamão quanto na Igreja de N. S. das Necessidades, somente os padroeiros estão no interior dos nichos.

Devemos destacar que o teto da capela-mor possui um painel pintado no forro que faz alusão à Santíssima Trindade, com os pés assentes em um globo sustentado por três querubins. Pelo que se percebe é um fragmento de um painel de maior dimensão que teve as tábuas laterais e a parte superior cobertas por repinturas. Este monumento foi tombado pelo IPHAN em 20 de julho de 1938, através do Processo nº 96-T, Inscrição nº 184, Livro das Belas Artes, fls. 32, sendo portanto um dos primeiros monumentos do Brasil a ser

protegido por legislação decorrente de tombamento, que se deu um ano logo depois da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

2.4 – A Herança Edificada dos Suportes da Memória Cultural

Ao tratar da herança produzida e edificada em nossas áreas de estudo e quando observamos este vasto patrimônio cultural remanescente dos séculos XVIII, XIX e início do XX, salta aos olhos a localização desses bens, em especial na rota do Caminho Velho para Minas Gerais. Nota-se que a documentação já estabelecia seus limites e confrontações, conforme se observa:

> caminhando da parte da costa do mar pelo sertão pela Serra de Parati acima declarou ele testemunha se ia dar em um sitio chamado Aparição, onde estavam uns marcos, que dividem esta Capitania de S. Paulo da do Rio de Janeiro; e que do dito sitio chamado Aparição se ia a outro da Boa Vista... (ARQUIVO DA CÚRIA APARECIDA, 1746, DA).

As antigas vilas do litoral, de comunicação mais fácil com os grandes portos e o restante do país, também tiveram sua contribuição para a disseminação desses trabalhos e ofícios. Entre elas se destacam: Paraty, Florianópolis, Porto Alegre, Angra dos Reis, Rio de Janeiro e Salvador, que através de seus portos e caminhos possibilitaram o trânsito para o interior, bem como a divulgação do belo e importante acervo que integram os edifícios religiosos das antigas vilas e cidades por nós pesquisadas.Há no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo documento datado de 04 de Junho de 1782, assinado por Fr. Manoel Bispo de S. Paulo, que pelas informações registradas torna-se bem esclarecedor sobre o patrimônio material e imaterial difundido e assim destacado no Arquivo da Cúria de Aparecida:

> muito importante para a história da devoção ou culto a Nª Sª Aparecida, pois prova o quanto ele se expandiu logo depois da construção da primeira igreja em 1745. Esta capela de Sorocaba dedicada a Nª Sª Aparecida, conhecida como Aparecidinha – foi a primeira a ser construída depois da igreja construída aqui em Aparecida. Os tropeiros de Sorocaba e da região do sul foram o veículo da expansão do culto a Nª Sª Aparecida. A Provião (sic) acima foi assinada pelo bispo de São Paulo Frei Manoel da Ressureição a 4 de Junho de 1782. Ao que consta a capela foi inaugurada em 1795. Seu fundador Antônio Jose da Silva dotou de patrimônio de terras ao redor da mesma capela (ARQUIVO DA CÚRIA, 1782, p. 194).

Ao que tudo indica a presença portuguesa e dos açorianos foi de extrema importância na junção de todo o trabalho de edificação dos templos e de sua decoração interior - iniciada primeiramente na costa e depois levada para o interior. Lembremos que para Mircea Eliade as igrejas eram concebidas como imitação da Jerusalém celeste, reproduzindo o paraíso ou o mundo celeste: suas quatro partes simbolizam as quatro

direções do mundo, seu interior o universo. Eliade (2013, p. 58) faz alusão ao altar como representação do paraíso, transferida para o Oriente: “A porta imperial do altar denomina-se também porta do paraíso. Na Semana da Páscoa, esta porta permanece aberta durante todo o serviço divino”. Para o autor, o sentido desse costume expressa-se claramente no cânon pascal: “Cristo ressurgiu do túmulo e abriu-nos as portas do paraíso” (Ibid, ibidem).

Isto nos ajuda a entender que, no ocidente, ao contrário, os retábulos são fechados com cortinas de tecido na Semana Santa, que são reabertas no final das comemorações da Páscoa.

Nesse contexto, passamos a verificar através da herança edificada as grandes semelhanças entre a memória legada e o desenho e confecção dos bens edificados. Iniciamos pelos retábulos colaterais da igreja de N. S. das Necessidades em Florianópolis, no lado do Evangelho dedicado a São Miguel e no lado da Epistola a Santo Antonio de Lisboa, que deu nome a freguesia, hoje do Sagrado Coração de Jesus. Estes retábulos são de grande importância para nossos estudos, pois estão presentes em sua talha e composição estrutural diversos elementos e que, segundo se observa, possuem muitas similaridades com diversos retábulos de nossa área de investigação. A delicada talha rococó usada na composição das mesas em forma de urna também está presente nas mesas do retábulo-mor das Igrejas de Santa Rita e Nossa Senhora do Rosário em Paraty. Os elementos de sustentação, em pares de colunas salomônicas com o terço inferior estriado, decoradas com guirlandas de flores e margaridas, são também visíveis na igreja de Santa Rita de Paraty e na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cunha. A presença de querubins e anjos adoradores no coroamento também é uma constante no retábulo-mor da Igreja de Santa Rita em Paraty. Os coartelões encimados por cabeças de querubins próximos ao capitel também são visíveis nos retábulos de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Carmo da igreja de Santa Rita em Paraty, nos retábulos de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, retábulos de São Miguel e Divino Espírito Santo da Catedral de Santo Antonio de Guaratinguetá; e ainda no retábulo de Santana que foi desmontado em Taubaté. Possuem ainda fortes semelhanças com os da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades de Florianópolis.

Fig. 501: Quartelão do retábulo de N.S. do Rosário da Matriz de Cunha

Fig. 502: Quartelão do Divino Espírito Santo da Matriz de Guaratinguetá

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No intercolúnio estão presentes as peanhas e coifas, muito próximas às entalhadas nas igrejas das cidades acima. O entablamento em cimalha modulada e escalonar, encimada por fragmentos de frontão interrompido, em Florianópolis e em Paraty aparece encimado por anjos adoradores; nas cidades de Serra Acima esses fragmentos de frontão são encimados por aletas. O coroamento encimado por arco em forma de canga de boi, decorado com rocalhas, é ladeado por elementos curvos e sinuosos, superpostos em três ordens; e serviram de modelo para a construção do sacrário do retábulo-mor da Catedral de Santo Antonio de Guaratinguetá. É centrado por tarja com os atributos das imagens de São Miguel, uma balança[580] e Santo Antônio, um breviário[581]. Essas tarjas estão presentes nos retábulos de São Benedito e São João da igreja de Nossa Senhora do Rosário em Paraty, retábulos de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, retábulos de São Miguel, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário em Guaratinguetá, retábulos de Santana e São Francisco de Paula, inclusive na mesa e no púlpito da Basílica Velha de Nossa Senhora Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo, em São Paulo. Convém

[580] Símbolo da Justiça, atributo da imagem de São Miguel Arcanjo, a balança como símbolo do julgamento representa a aceitação precedente da Justiça Divina, destinada à pesagem das almas boas e más. Geralmente está associada a uma lança, uma espada e o estandarte que o santo trás na mão direita com a inscrição latina: **Qui/ut/Deo** ou “quem como Deus”. Pode ser vista na tarja dos retábulos das igrejas, em pinturas e pratarias.

[581] Livro de orações usados pelos clérigos regulares e seculares, contendo o ofício divino para as horas litúrgicas, que corresponde as quatro estações do ano: *Pars Hiemalis, Pars Verna, Pars Aestiva* e *Pars autumnalis.* Possui calendário, ofício de Nossa Senhora, Ladainha de Todos os Santos, Ofício dos Defuntos, entre outros. O nome deriva do latim “breviarium”, igual a súmula, resumo. Suas pequenas dimensões facilitaram seu uso, inclusive para a guarda no bolso do hábito.

assinalar que a renda da tribuna usada nesses retábulos serviu de inspiração para as da igreja de Santa Rita, Nossa Senhora do Rosário e N. S. das Dores em Paraty, retábulos de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cunha, retábulos da Catedral de Santo Antonio em Guaratinguetá, com exceção de Nossa Senhora do Carmo e Sagrada Família.

Chama atenção a grande semelhança dos sacrários dos retábulos descritos acima, tanto em sua composição quanto nos ornatos - como o sacrário do retábulo-mor da igreja de Santa Rita em Paraty. Além das cabeças de querubins estão os relevos das portas, e somos levados a concordar com Etzel quanto ao fato de que, dada a ausência de recibos de pagamentos, podemos concluir que possivelmente esse grupo de oficiais que passou por Paraty, Cunha, Guaratinguetá e Taubaté tenha realizado a talha da igreja de Nossa Senhora das Necessidades em Florianópolis, conforme registrado pelo pesquisador:

> Esta talha superficial, quase um baixo-relevo, iremos encontrar, de novo na Igreja de Santo Antonio de Lisboa, em Florianópolis, e no altar de São Miguel da Igreja de São Pedro, na cidade de Rio Grande. Todas vilas à beira-mar, da marinha portanto. Há uma certa semelhança no desenho dos vários componentes dos retábulos, sobretudo no sacrário e na mesa. Da mesma forma, os anjos são bastante parecidos. O tipo de talha de todos estes retábulos sugere uma mesma origem de confecção (ETZEL, 1974, p. 152).

Os trabalhos realizados pelo Mestre Francisco da Costa Senne na Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Viamão, segundo o Termo de Ajuste para obras nesta igreja, datado de 1767, inclusive com a encomenda do retábulo-mor e, em 1794, com novo Termo para obras, junto com a atuação dos Mestres Antonio José de Santana, Manoel Machado Pacheco, irmão do Mestre Carpinteiro Matheus Machado Pacheco, oriundo dos Açores arrematante das obras da Igreja Matriz de Guaratinguetá - SP em 1772, e Antonio Rodrigues Barcelos, pode esclarecer quanto às características, emblemas e elementos decorativos da talha do retábulo-mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, cuja construção teve início em 1745. São muitas as semelhanças de entalhes e ornatos, muito próximos aos que também foram executados na Igreja Matriz de Viamão pelo Mestre Francisco da Costa Senne. As auriculares nos registros inferior e superior, as peanhas, coifas e rendas da tribuna em muito se assemelham aos casos citados.

Os caminhos por Sorocaba devem ter contribuído para este elo de trabalho com o sul do país. Outros elementos importantes por nós vizualizados são os emblemas e alegorias Marianos, inseridos nas ilhargas do arco cruzeiro e no respaldo das banquetas dos retábulos colaterais da Matriz de N. S. da Conceição em Cunha; e nas ilhargas do retábulo-mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, ao que tudo indica, pela grande devoção dos Franciscanos a Nossa Senhora. Entre esses símbolos está uma torre de

igreja representando o Templo de Deus[582] que faz alusão à igreja de Santa Rita em Paraty. Chama atenção o significado do contexto onde estão inseridos, bem como o poder para auxiliar no sentido educativo do cotidiano dos devotos, através das ladainhas e hinos entoados a Maria.

Fig. 503: Girassol (fechado) no retábulo De N.S. do Rosário da Matriz de Cunha

Fig. 504: Girassol (aberto) no retábulo de São Francisco de Paula da Basílica Velha de N.S. Aparecida

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Clifford Geertz, ao tratar da demonstração das idéias visíveis, audíveis e tactíveis, afirma que estas podem ser contidas em formas que permitem aos sentidos "e através destes, às emoções, comunicar-se com elas de uma maneira reflexiva. A variedade da expressão artística é resultado da variedade de concepções que os seres humanos têm sobre como são e funcionam as coisas. Na realidade, são uma única variedade" (GEERTZ, 2009, p. 181).

[582] Salta aos olhos na representação desse símbolo a semelhança desta torre com a da igreja de Santa Rita de Paraty, notoriamente visível através de seu enquadramento, proporções, janelas superiores onde está o cabeçote e o sino, janela inferior antes da inserção do primeiro relógio que só foi instalado em 06/11/1904, por João Demétrio, conforme registro no Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita (1894-1925, p. 20v). No ano de 1928, constatamos no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita – 1925 – 1939 – o pagamento de 5.000 réis à João de Freitas Magalhães para desenhar um novo relógio para a fachada "[...] Idem a João Magalhães "Dourador" pª dezenhar o relógio da frente da igreja" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1925 -1939, p.9). Em fotografia da década de 1930 constatamos este relógio ainda confeccionado em argamassa relevada e a numeração pintada de forma tímida e singela. O relógio citado acima teve sua substituição definitiva em 22 de maio de 1947, na gestão do Provedor Nestor Benedicto de Miranda, através de oferta do engenheiro civil, Dr. Gibrail Nubile Tannus, filho do Sr. Antum Gibrail Tannus integrante da Irmandade, cuja solenidade de inauguração do relógio compareceram diversos paratyenses e membros de Irmandades. Este relógio foi fabricado em São Paulo, pelos técnicos José Michelini e Filho e sua montagem no local feita pelos Srs. Nestor Benedicto de Miranda e Carlos Olegário Freire, servindo de servente José de Aquino Chaves (LIVRO DE ATAS, 1909-1951, p. 81, 82, 83 e 84). O coroamento com a cúpula e coruchéus antes da instalação do galo da grimpa, que só ocorreu posteriormente, mas a base do mesmo é bem semelhante.

CAPÍTULO 03

A Patrimonialização da Cidade e dos seus monumentos

Introdução

Este capitulo dedicado ao Território de Paraty e seus Tombamentos, quando apresentaremos um panorama histórico para traçar as transformações da cidade antes, durante e após sua patrimonialização. Analisa o processo de Tombamento do Município de Paraty – Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico nº 563-T-57, bem como as diferentes abordagens que possibilitaram o controle a preservação, valorização e manutenção deste Monumento Nacional, enquanto processo de consolidação como lugar de memória e de interesse da comunidade na sua preservação e na concretização de uma consciência e identidade maior. A partir de Cartas Régias, Códigos de Posturas do Município datados de 1799, 1836 e 1936, anteriores aos seus tombamentos estabelece as convergências e divergências que fundamentaram as influências de seu tombamento e da atuação da comunidade como veículo importante na valorização de seu patrimônio cultural, material e imaterial passando pela abordagem ambiental e belezas naturais. Desta forma apresenta a preservação do Município como Patrimônio Integral, analisando sua abrangência e sua aplicabilidade nas políticas de preservação, merecedor, em agosto de 2019, do título de Patrimônio da Humanidade.

3.1 Políticas Brasileiras de Preservação: o lugar do IPHAN

As primeiras discussões que fazem referência à preservação do patrimônio histórico no Brasil têm início na década de 1920, embora constem em publicação da coletânea de textos sobre o patrimônio cultural intitulada “Rodrigo e o SPHAN”, datada de 1987, referências anteriores à fundação do órgão brasileiro. Trata o documento do Alvará de 28 de agosto de 1721, novamente publicado por D. João em 04 de agosto de 1802:

> A proteção ao acervo de arte antiga e aos monumentos de valor histórico existentes no território nacional foi introduzida no direito português com precedência considerável em relação ao da maioria dos países civilizados. Por alvará de 28 de agosto de 1721, atendendo ao que lhe “representaram o Diretor e censor da Academia Real de História Portuguesa, Eclesiástica e Secular, [...sobre] os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino, dos tempos em que nele dominaram os fenícios, gregos, penos, romanos, godos e arábicos”, o rei D. João V decretou que “daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado e, da mesma sorte, as estátuas, mármores e cipos em que estiveram esculpidos algumas figuras, ou tiveram letreiros fenícios, gregos, romanos, góticos e arábicos, ou lâminas, ou chapas de qualquer metal que contiveram os ditos letreiros ou caracteres; como outrossim medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos até o Reinado do Senhor Dom Sebastião, nem encubram ou ocultem

> algumas das sobreditas cousas". Os infratores, sendo "pessoas de qualidade", "além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão também a demonstração que o caso pedir e merecer a sua desatenção, negligência ou malícia; e as pessoas inferiores de condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do Livro 5, título 12, § 5º, aos que fundem moeda" (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, CARTAS DO GOVERNO GERAL PARA PERNAMBUCO, 1734-1748, 11/17, ESTANTE 2, VOL. 18, p. 128 a 130).

Embora o documento não se aplicasse ao domínio ultramarino do Brasil, possivelmente influenciou em 1742 o vice-rei, conde das Galveias, para que "[...] expedisse ao Governador da capitania de Pernambuco o primeiro documento administrativo visando à proteção de uma edificação integrante do patrimônio histórico brasileiro (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, CARTAS DO GOVERNO GERAL PARA PERNAMBUCO, 1734-1748, 11/17, ESTANTE 2, VOL. 18, p. 128 a 130).

Após a independência, já no reinado do imperador Pedro II, face a sua manifestação quanto à história e monumentos do país, consta o Aviso de 13 de dezembro de 1855, expedido pelo ministro do Império, Luís Pedreira do Couto Ferraz, de forma mais tímida que o Alvará de 1721[583]. Com o regime republicano e as novas requalificações urbanas, foi necessário redigir melhores ordenamentos objetivando a preservação do patrimônio do país.

Após expirada a vigência da Constituição de 1891, novos projetos surgiram com a intenção de exercer a preservação do patrimônio brasileiro. A década de 1920 e 1930 foi fundamental para a formação de consciência sobre o tema por parte dos intelectuais brasileiros, visando inclusive a preservação do patrimônio cultural. O primeiro projeto teve como autor o deputado pernambucano Luis Cedro; apresentado à Câmara dos Deputados - Projeto nº 350-1923 -, cria a Inspetoria de Monumentos Históricos e Artísticos do país. Em 16 de outubro de 1924, o deputado mineiro Augusto de Lima[584] apresentou à Câmara o Projeto nº 181-1924, cuja finalidade era proibir a saída de obras de arte do país. Esses projetos não tiveram êxito, por questões do direito de propriedade. Outro projeto, considerado mais abrangente no âmbito legislativo, foi elaborado por comissão designada pelo Governador de Minas Gerais. Encaminhado por Fernando Mello Vianna, teve como relator o jurista mineiro Jair Lins. Como os projetos acima, também não surtiu efeito – tendo sido adotados leis estaduais e órgãos administrativos para garantir a preservação em ambos os estados. Como a legislação estadual não foi eficiente, em 29 de agosto de

[583] BIBLIOTECA NACIONAL DP RIO DE JANEIRO, SEÇÃO DE MANUSCRITOS, MSS II-31-26,5, nº 39.

[584] Antônio Augusto de Lima nasceu em Nova Lima (MG), em 5 de abril de 1859, filho de José Severiano de Lima e de Maria Rita de Lima. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1882. Foi membro da Academia Brasileira de Letras em 1903. Era casado com Vera Tuckow Monteiro de Barros Lima, com quem teve sete filhos, entre eles Augusto de Lima Junior, historiador e romancista. Faleceu em 22 de abril de 1934.

1930, no final da República Velha, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou ao Congresso Nacional um quarto projeto de lei, que visava a organização e defesa do patrimônio histórico e artístico nacional – projeto este que não chegou a ser apreciado devido à revolução de outubro de 1930.

Através do decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, foi erigida em Monumento Nacional a cidade de Ouro Preto; e pelo Decreto 24.735 de 14 de julho de 1934, aprovou-se novo regulamento para o Museu Histórico Nacional.

Em 16 de julho de 1934 foi promulgada a Nova Constituição Federal, substituindo a de 1891. Em seu artigo 48 se tornou presente a proteção ao patrimônio do Brasil: "[...] proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país (RODRIGO E O SPHAN, 1898-1969, p. 67). No período de 1934 a 1945, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, iniciou estudos para elaboração do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como responsável o escritor Mario de Andrade, intelectual modernista que integrou a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922.

Foi esse anteprojeto que em 13 de abril de 1936 o presidente Getúlio Vargas tomou como base, em caráter provisório, para a criação do SPHAN, com redação apoiada nos projetos de Jair Lins e Wanderlei Pinho e na legislação estrangeira. Apesar da dissolução do Congresso pelo golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi incluída na Constituição outorgada, em seu artigo 134, uma redação mais consistente. O SPHAN teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade[585].

> Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados

[585] Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Belo Horizonte a 17 de agosto de 1898, filho mais velho do casal Rodrigo Bretas de Andrade, professor de direito criminal da Faculdade de Direito de Minas e procurador seccional da República e Dália Melo Franco de Andrade. Pelo lado paterno pertencia a um tronco familiar originário de Ouro Preto e imediações, tendo como bisavô o primeiro biógrafo do Aleijadinho, Rodrigo José Ferreira Bretas. Pelo lado materno descendia dos Melo Franco de Paracatu, ramo ao qual pertenceram Francisco de Melo Franco, autor do primeiro tratado de higiene em língua portuguesa; e o escritor regionalista Afonso Arinos, seu tio, figura de destaque na literatura brasileira com seu livro Pelo Sertão. Aprendeu a ler em casa e fez estudos no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte. Aos 12 anos foi para Paris, onde se matriculou no *Lycée Janson de Sailly* e deu continuidade ao seu curso secundário. Iniciou o curso de direito na extinta Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde fez o primeiro e o quinto anos. Constantes transferências de moradia fizeram com que cursasse o segundo e o quarto anos em Belo Horizonte e o terceiro em São Paulo. Esse fato, entretanto, deu-lhe oportunidade de conhecer e fazer contato com vários intelectuais dos mais em evidência na época e que posteriormente tiveram suas obras consagradas. Nessa ocasião aproximou-se de integrantes de grupos modernistas atuantes, relações que manteve durante sua vida e que teriam importância no desenrolar de sua existência. Em Belo Horizonte aproximou-se de Aníbal Machado e contou com o estímulo do amigo na sua iniciação literária. Ainda na capital mineira fez amizade com Milton Campos e João Alphonsus. Foi através de Milton Campos que mais tarde conheceu outros escritores mineiros participantes do movimento modernista: Carlos Drumond de Andrade, Pedro Nava e Abgar Renault. No Rio de Janeiro foi colega de turma do poeta Gomes Leite e do contista goiano Hugo de Carvalho Ramos. Em São Paulo teve como colegas Ribeiro Couto e Oswald de Andrade. No Rio de Janeiro fez amizade com Álvaro Moreira, Olegário Mariano e Raul de Leoni (RODRIGO E SEUS TEMPOS, 1986, p. 17 e 18).

> contra o patrimônio nacional". Como complemento de tal disposição, não tinham ainda decorrido 15 dias desde a outorga da carta constitucional e logo o projeto em ultimação no parlamento foi convertido, quase nos termos em que se encontrava, no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ora vigente, sob a ementa: "Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (RODRIGO E O SPHAN, 1898-1969, p. 68).

Para Aloisio Magalhães, gestor do IPHAN na década de 1970, na criação do Instituto em 1936, este já possuía um conceito de bem cultural bem abrangente.

> O grande golpe inteligente de seu primeiro diretor, Rodrigo Mello Franco, foi o de instituir a lei com toda a abrangência. Mas, por razões lógicas e inevitáveis, ele foi obrigado a se dedicar quase exclusivamente aos bens em perigo de extinção: casas, igrejas, conventos, conjuntos urbanísticos, monumentos. Através desse conceito, tratado por ele com todo o rigor e coragem, Rodrigo conseguiu estabelecer no país um gabarito ético para os nossos bens culturais. No entanto, o próprio Rodrigo, em artigo no primeiro número da revista do Patrimônio, chamou atenção para a excessiva ênfase que o Patrimônio estava dando à arquitetura (E TRIUNFO, 1985, p. 114).

Na década de 1960, como veremos adiante, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicitou à UNESCO visita do "Inspetor Principal dos Monumentos Franceses", visando o apoio do órgão internacional em programa de incentivo ao turismo, assim registrado pelo Diretor Renato Soeiro, em despacho à Assessora para Assuntos Parlamentares do Ministério da Educação e Cultura, Sylvia Bastos Tigre: "[...] tendo o ilustre visitante tomado conhecimento in loco das providências mais urgentes requeridas pela cidade de Parati para a preservação de sua integridade... (PROCESSO DE TOMBAMENTO, OFÍCIO 689, 1967, p. 120).

A partir dessas visitas de técnicos estrangeiros às cidades históricas, desencadeou-se uma nova metodologia nas ações de preservação, desta vez considerando as definições e textos do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunidos em Veneza, no período de 25 a 31 de maio de 1964. É através deste documento, conhecido como Carta de Veneza, e dos princípios estabelecidos por esse e outros documentos do mesmo teor, relativos a diversos períodos e denominados, no Brasil, Cartas Patrimoniais, que os técnicos da SPHAN basearam seus trabalhos e critérios, inclusive para o tratamento dos sítios urbanos tombados e o seu crescimento.

3.2 Os Tombamentos e a preservação do Monumento

Ao findar a 2ª Guerra Mundial, a procura dos intelectuais e de parte da burguesia paulista por locais de descanso junto à natureza vai culminar com a descoberta de Paraty, vista como um oásis em contraposição à destruição e poluição dos ambientes do cotidiano

das cidades grandes[586], motivo que levou ao deslocamento de diversos novos habitantes para o território paratyense.

Ao tratar da fisionomia da cidade de Paraty e de sua sociedade na década de 1930 – ainda pouco alterada em sua materialidade e na maneira de viver e de pensar das pessoas, muito parecida com suas feições de 200 anos atrás – Marina Mello e Souza relata a viagem feita por Gilberto Freire, acompanhado de Cícero Dias, quando embarcaram em Santos num rebocador em direção ao Rio de Janeiro, em busca de um Brasil arcaico:

> Quem falava, então, no Rio ou São Paulo, nessa joia de virgindade brasileira que eram, de todo, no tempo, Paraty? Ninguém. Quando o bom do rebocador, cujo ritmo era o de navegar quase para não chegar ao Rio de Janeiro, demorou em Paraty como se não quisesse continuar viagem, vi que estava num Brasil que os novos paulistas, os novos centro-sulistas alvoroçadamente progressistas, não sabiam existir. [...] Para compreender-se a formação brasileira era preciso atentar-se no que, na década de 30 do século XX, permanecia do tempo colonial em Paraty e em Ubatuba (SOUZA, 1994, p. 83).

O único meio de se chegar à cidade, ainda naquela década, era por mar, devido à precariedade da Serra do Facão, que liga Paraty à cidade de Cunha, no estado de São Paulo e que transpõe inclusive parte do Caminho Velho, ou Caminho do Ouro, conhecido popularmente como “Serra do Quebra Cangalha” (Figs. 496 e 497). Esse nome se deve à ausência de manutenção e ao desgaste ocorrido nos arreamentos dos animais usados pelas tropas que por ali carregaram ouro para o porto de Paraty, dentre outros produtos, ao longo de todo o período já descrito nesta Tese. O movimento desse porto era significativo, estendendo-se do século XVIII até a década de 1970, passando pelo isolamento ocorrido após a abertura do Caminho Novo.

Figs. 505 e 506: Caminho do Ouro em Paraty - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fonte: Marcos Caetano Ribas

[586] Informação verbal. Depoimento concedido ao pesquisador pelo arquiteto do IPHAN Theodoro Joels, no Paço Imperial, Rio de Janeiro, em 1986. Essa descoberta foi revelada ao público em geral através de escritos, reportagens e com o advento dos incentivos turísticos promovidos na época o reconhecimento da importância de Paraty resultou no primeiro dispositivo legal interessando a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, o Decreto Lei Estadual nº 1.450, de 18/09/45, que a erigiu em Monumento Histórico do Estado.

Quando neste processo se verifica uma situação de perda progressiva e isolamento, é importante ressaltar que ao se formarem e legitimarem estruturas e dispositivos para conservação, preservação e salvaguarda desses sítios históricos e cidades, patrimônios culturais representativos das comunidades e de grupos sociais, estes ainda garantem de certa forma a preservação desse legado. Um instrumento legal de preservação de bens considerados importantes para a memória do Brasil e de seu povo é o Decreto Federal de 1937, que organizou a proteção desses bens, com a criação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do mecanismo de "tombamento", instrumento jurídico que designa determinado bem como patrimônio da Nação e ajudou consideravelmente a preservar o território de Paraty. Cabe esclarecer que o termo tombar[587] define a inscrição de bens culturais móveis ou imóveis como bem patrimonial, por meio de seu registro em livros próprios chamados Livros de Tombo[588]. Note-se que, no artigo 1º do citado Decreto, estes bens, entendidos como documentos que formam a identidade da nação brasileira, vinculam-se a personagens e fatos memoráveis da história do país, compondo um Patrimônio Cultural que pode ter caráter histórico, etnográfico, paisagístico, artístico ou arqueológico[589].

Pela importância de Paraty para a memória brasileira, a cidade foi reconhecida como Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro em 1945, conforme rege o Decreto Lei nº 1450, datado de 18 de setembro daquele ano, assinado pelo interventor federal do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, curiosamente de família paratyense.

Amaral Peixoto, que erigiu a cidade de Paraty em Monumento Histórico Estadual, observa que no referido decreto, entre outras singularidades, está o conjunto arquitetônico de Paraty, objetivando sinalizar que este conservava não só as características expressivas da arte tradicional brasileira, mas também as classificava como "significativas peculiaridades regionais" (Fig.507). Naquele momento, não havia nenhuma menção à gestão do Patrimônio Imaterial. O Decreto considera apenas a "valorização deste conjunto

---

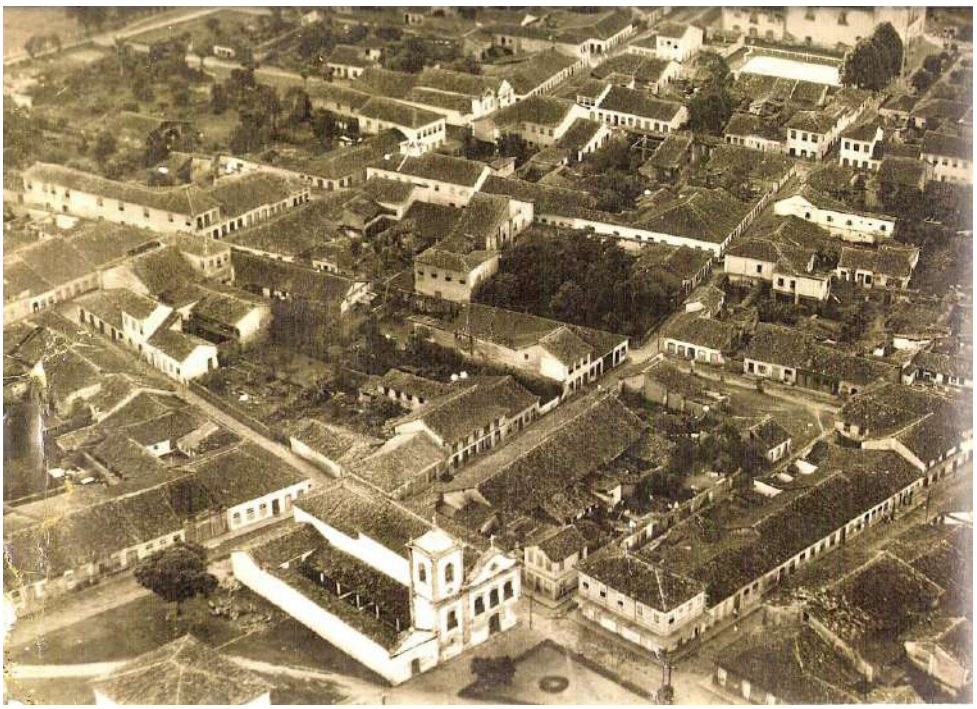
[587] O termo "tombar" com o significado de proteger legalmente é usado apenas no Brasil, não sendo usado nos demais países de língua portuguesa.

[588] Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o artigo 1º do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937:
1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;
2) Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
3) Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
4) Livro do Tombo das Artes aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (PATRIMÔNIO, 2006, p. 100 - 101).

[589] Existem outros instrumentos de preservação, tais como: a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos; a Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída para o exterior de obras de arte produzidos no País, até o final do período monárquico (PATRIMÔNIO, 2006, p. 25 - 43).

arquitetônico pelo seu valor histórico e artístico e de manifesta utilidade cívica e cultural a preservação de sua unidade" (PEIXOTO, 1945, p. 1).

Fig. 507: Vista aérea do Centro Histórico de Paraty - década de 1950



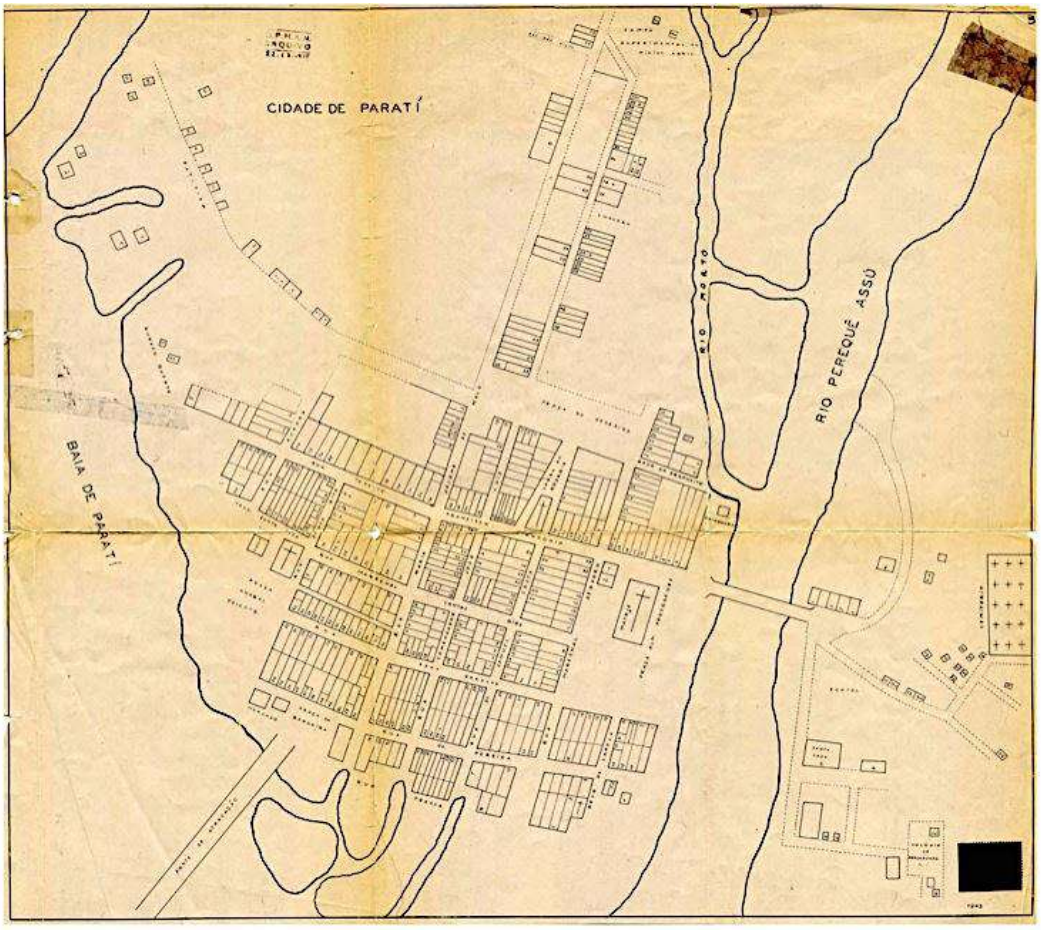
Fonte: Arquivo MASDP - Paraty-RJ

Durante as pesquisas, observamos que mesmo após a elevação do conjunto arquitetônico a Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1945, este título não garantiu sua preservação de forma abrangente, nem o seu reconhecimento como monumento estadual, conforme sinaliza, em Parecer de 15 de junho de 1957, o então Chefe da seção de história da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Carlos Drummond Andrade. Quase dois anos depois da elevação de Paraty a Monumento foi instituído o Decreto Lei nº 51 de 27 de maio de 1947, primeiro "Código de Obras de Paraty", que fixou condições especiais para construções dentro do "bairro histórico", conforme era determinada parte da cidade de Paraty - normatizando condições especiais dentro deste perímetro. De acordo com o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que participou da elaboração desse texto, verificou-se ser conveniente

> inscrever no Livro do Tombo instituído pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Parati, de modo a assegurar de maneira definitiva a proteção aos valores históricos e artísticos daquela cidade, providenciando-se, ainda, quanto a delimitação da área atingida pelo tombamento (ANDRADE, 1957, p. 4).

A partir do Decreto nº 51 de 24/05/1947 foi feito o primeiro levantamento arquitetônico do atual bairro histórico, realizado em 1948[590] a partir de plantas datadas dos séculos XVIII e XIX (Fig. 508). Foi incumbido dos primeiros estudos preliminares e especificações para obras dentro do perímetro tombado, ainda em 1947, o engenheiro Emílio Cunha, que nos deixou minuciosas informações e levantamentos com plantas e detalhes das quatro igrejas, dos prédios particulares e do acervo que integram as mesmas.

Fig. 508: Levantamento arquitetônico de Paraty,
realizado pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda, em 1948



Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

A análise de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor por mais de 30 anos (1937 – 1967) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é calcada na conveniência da

[590] No artigo de Chico Cereto, publicitário e jornalista do IPHAN, intitulado “Patrimônio: Histórico e Histórias – A Saga da Preservação Cultural no Brasil”, Alcides da Rocha Miranda, que integrou o Patrimônio em 1940, em substituição ao arquiteto Oscar Niemeyer que se desligou do grupo, relata: “A minha primeira missão no IPHAN foi demarcar a área da cidade de Paraty a ser tombada. Naqueles tempos, o único meio de se chegar àquela cidade era por mar. Saímos de barco eu o Diretor das Municipalidades do Governo do Rio de Janeiro – um cargo que havia na época – e um topógrafo. O mar batia muito forte e o topógrafo enjoou a viagem inteira e vomitou todo o dia seguinte. Acabamos demarcando a cidade, eu e o Diretor das Municipalidades, pelas árvores, ruas e os números das casas, fazendo o levantamento do que era mais urgente e interessava mais.”

inscrição do conjunto arquitetônico de Paraty nos Livros de Tombo, uma vez que havia resistência de proprietários locais em se submeter à determinação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), alegando que a cidade não se achava efetivamente sob regime de "tombamento". Pondera, também, sobre o estado de conservação da fisionomia de Paraty, "[...] melhor conservada que a de diversas cidades coloniais mineiras tombadas em conjunto, tais como São João Del Rei e Mariana [...]" (ANDRADE, 1957, p. 4)[591] e submete o relato à apreciação do Diretor da Divisão e Estudos e Tombamentos (DET), arquiteto Lúcio Costa. Este respondeu que "[...] uma vez que a proteção estadual não se tem mostrado suficiente, entendo também que o tombamento se impõe [...]" (COSTA, 1957, p. 04 v).

Em 1º de agosto de 1958 foi expedida ao, então, Prefeito do Município de Paraty, Sr. Aloysio de Castro[592], uma notificação, sob o número 787, na qual se informa que foi determinada a dupla inscrição da cidade: no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, reconhecendo como patrimônio o "[...] Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Parati, no município do mesmo nome, do Estado do Rio de Janeiro [...]" (ANDRADE, 1957, p. 05, grifo do autor).

Rodrigo Melo Franco de Andrade, em treze de fevereiro de 1958, determina que sejam feitas as inscrições do conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty nos Livros do Tombo supracitados, nº 01 e 03. Neste mesmo dia, Carlos Drummond Andrade realiza as referidas inscrições e, separadamente, inscreve o edifício da Santa Casa de Paraty, importante construção datada do século XIX. Este edifício tem destaque por sua tipologia arquitetônica singular (Figs. 509 e 510), conjugando nas esquadrias, fachadas e na bela caixilharia[593] do puxado de serviços[594] os vãos voltados para a área interna, com ombreiras, vergas e parapeitos de cantaria e madeira, além da ventilação dos forros das enfermarias em elementos geométricos variados.

O Hospital da Santa Casa só foi inaugurado no dia 19 de outubro de 1840: naquele ano, a ponte que atravessa o rio Perequê-Açú em direção ao prédio encontrava-se em ruínas, impedindo, portanto, o seu uso. O fato gerou a expedição de documento para a Câmara da Vila de Paraty, assim registrado:

---

[591] Os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das cidades mineiras de São João Del Rei, Mariana, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina e Serro, foram tombados em 1938 (NACIONAL, 1982, p. 88 - 107).

[592] Informação verbal. Depoimento do Sr. Aloysio de Castro, ex-prefeito de Paraty, nascido em 24/02/1925, com 89 anos de idade. Em depoimento concedido ao pesquisador, na década de 1990, informou que durante o exercício do cargo de prefeito conheceu a Vila de Paraty Mirim, localizada no Município tombado, na sua integridade, com os armazéns e alguns sobrados, em plena atividade. Esta informação também foi relatada pela Sra. Izabel Vieira Dantas, em data anterior, uma vez que nasceu em Engenho, na localidade de Barreiros, próxima a Paraty Mirim, juntamente com seu irmão, o Sr. José Vieira Ramos Filho, e ambos foram batizados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição daquela localidade, único monumento que chegou aos dias atuais na sua integridade.

[593] Esquadria em madeira para sustentar e guarnecer o vidro.

[594] Construção que prolonga o corpo central da casa, abrigando áreas de serviços.

> Il.mos Snr.es A Mesa da Irmandade da Santa Caza da Mezericordia desta Villa , pretendendo no dia 19 do corr.e mez abrir o Hospital da mesma S.ta Caza para recepção dos enfermos pobres, vê-se embaraçada com o estado de ruina, que se acha a ponte do rio Perequeguassú, sem a qual difficultoso se torna otranzito desta Villa para o lugar em que se acha o Hospital. Para que pois os enfermos pobres não fiquem por semelhante motivo privados do azilo que lhes designou a Caridade dos Fieis, cujos esforços tem sido coadjuvados pela Assembléa Legislativa Provincial com as quantias que lhe tem consignado, a Meza confia nas reconhecidas Virtudes Christães, sociaes, e philantropicas de V.V.S.S. poder alcançar os promptos reparos, de que necessita a mencionada ponte, afim de que com segurança possão por ella passar os que levarem os socorros espirituais, e temporaes a quella parte desvalida de nossos Irmãos. Deos Guarde a V.V. S.S. Villa de Paraty em Meza da Irmandeda S.ta Caza da Mezericordia aos 7 de 8broº 1840. Il.mos Snr.es Presid.e e Vereadores da Camara Municipal desta Villa. Pedro José dos Santos Dias-Provedor.- Joaq,m Marianno do Amaral Campos- Escrivão.- José Luiz Campos do Amaral- Thesoureiro.- Manuel Roiz de Azevedo.- Joaquim Alves da Silva Barreto.- Manoel Antonio Vasco da Gama.- Fran.co José Barboza.- José Fran.co Rib.ro Guim.es.- José de Campos Teixeira. (OFICIO, IRMANDADE SANTA CASA, 1840, p. 1v e 2).

Fig. 509: Santa Casa de Misericórdia de Paraty - RJ

Fig. 510: Caixilharia da Santa Casa de Misericórdia de Paraty - RJ

Fonte: Figs. 500 e 501: Arquivo Noronha Santos - IPHAN - RJ

Conforme já mencionamos no Capítulo I, eram célebres as festas do Padroeiro São Pedro de Alcântara, com gastos de cera, muitos foguetes e sacerdote para Missa e

Ladainha; além de despesas miúdas para o Oratório, anteriormente instalado em seu interior[595] - como foi observado pelo arquiteto Lucio Costa na década de 1960, em suas anotações ao correr da lembrança:

> Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo o século seguinte, predominavam os cheios na relação dos vãos com as paredes; à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e policiada, o número de janelas ia aumentando; já no século XVIII, cheios e vazios se equilibram, e no começo do século XIX, predominam francamente os vãos; de 1850 em diante as ombreiras quase se tocam, até que a fachada, no final do século, se apresenta praticamente toda aberta, tendo os vãos muitas vezes ombreira comum. Contudo, caixilharia inteira, de fora e de alto a baixo, como ocorre na bela frontaria tão atual da Misericórdia de Parati, é coisa rara [...] (COSTA, 1995, p. 510 - 511).

Ainda tratando das formas de preservação verificadas em Paraty, muito antes das medidas da proteção legal e de sua apropriação como monumento pelos intelectuais ligados à área, há que se lembrar que sua sobrevivência e preservação também foram garantidas pelas Posturas Municipais[596] − Padrão de 1799; Posturas da Câmara da Villa de Paraty (1831), pelas Posturas de 1836 e pelo Código de Posturas do Município de Paraty, datado do mesmo ano, nas quais foram confirmadas, ainda, as Posturas das Câmaras Municipais das cidades de Niterói e Cabo Frio e das Vilas de Maricá, Itaboraí e Magé.

As primeiras preocupações urbanísticas dos colonizadores, para organização e ordenação do arruamento, diziam respeito à reserva de locais para o estabelecimento de praças e construção dos equipamentos emblemáticos e representativos do poder da Metrópole, instituído na colônia, como as Casas de Câmara e Cadeia, Igrejas, Alfândega e Pelourinho[597] - este último atestando a legalidade e autoridade do poder, e sendo instrumento, também, de castigo. Em Paraty, recentemente, identificamos um fragmento de coluna em cantaria que, provavelmente, integrava o Pelourinho da Vila, demolido no século XIX:

---

[595] A Construção da Capela externa foi realizada na década de 1940 integrando, portanto, o primeiro tombamento pelo Governo Estadual, passando as celebrações para essa nova construção.

[596] As Posturas Municipais integravam as leis que regulamentavam a administração das antigas vilas e cidades no período colonial e império, visavam ordenar o espaço urbano, a conservação e construção de edificações. Eram adaptadas às necessidades locais e ao cotidiano dos moradores. As Posturas de 1799 ordenavam o traçado urbano, normatizavam as construções e altura dos edifícios. As Posturas de 1831 eram compostas basicamente de 63 artigos aprovados pelo Governo na forma da Resolução da Assembleia Geral Legislativa de 25 de outubro de 1831, bem mais detalhada que a de 1799, estabelecia normas para construções e cuidados com as edificações, regras para o comércio, preservação da saúde e garantia da ordem pública (REGISTROS DAS POSTURAS, IHAP, 1829, DA).

[597] Espécie de coluna em pedra ou madeira, instalada na praça principal em lugar público de uma vila ou cidade do período colonial, geralmente encimado por globo ou as armas do Rei de Portugal, ou ainda inscrições. Símbolo da autoridade e da justiça, neste local eram divulgados os editais públicos e junto do qual se expunham e castigavam criminosos (não somente escravos). Eram instalados junto às Casas de Câmara e Cadeia e seu uso foi extinto durante o Império. Sobreviveram dois exemplares em Minas Gerais, um em São João Del Rei e outro em Mariana e, em Alcântara, no Maranhão.

> [...] que se leve a effeito esta obra, resolvêo a mesma Camara que V.S. quanto antes mande assentar o meio fio do lugar acima indicado, applicando para esse fim a cantaria do pelourinho que se demolio, e autoriza á V. S. fazer as despesas necessárias com este objecto, recomendando-lhe porem toda a precisa economia. Deos Guarde a V. S. paço da Camara Municipal de Villa de Paraty, em Sessão Extraordinaria de 4 de Dezembro de 1840 [...] (LIVRO DE REGISTROS DE OFÍCIO, IHAP, p. 186).

Observamos no Processo de Tombamento que a área abrangida na ocasião do tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico, em 1958, era denominada “Bairro Histórico”, e que havia sido demarcada no Código de Obras da municipalidade, através do Decreto-lei nº 51 de 27 de maio de 1947, assim concebido:

> O Bairro Histórico é delimitado por uma linha que, partindo do eixo da Praça do Pedreira e passando pela foz do Rio Mateus Nunes, corre pelo litoral da baía de Parati, segue pela margem direita do Perequê-Açu e atinge nòvamente a Praça da Pedreira pelo Bêco do Propósito (ANDRADE 1961, p. 12).

Em 24 de abril de 1955 foi fundada a Associação de Caridade São Vicente de Paulo, entidade de caráter religioso e civil destinada a manter um asilo para socorrer a “velhice” desamparada, dentro do espírito de caridade vicentina. O prédio onde está abrigada a associação até os dias atuais foi doado pelo Sr. Gibrail Núbile Tannus, dentro da área tombada, localizado na esquina das ruas da Matriz e da Ferraria (ANEXO 66).

Neste processo interpretativo do espaço urbano, que envolve o cidadão, o território e o Patrimônio, verifica-se a possibilidade de identificação de uma “Cidade Museu”, onde a comunidade figura em um cenário de direitos e deveres políticos, e o próprio objeto “Monumento” está demandando para si, devido a sua importância histórica como espaço de apropriação e memória. Esta situação é verificada no perímetro urbano da cidade, citado no Artigo 2º do Código de Posturas do Município de Paraty, datado de 1936. Esse documento, conforme constatamos durante as pesquisas, mostrou-se mais abrangente do que o tombamento oficial do SPHAN como um todo, muito antes de 1947, conforme foi mencionado acima.

> A sede do Município de Paraty é a cidade do mesmo nome, situada no perímetro urbano, doado por dona Maria Jacome de Mello e actualmente limitado pelas seguintes linhas: Ao Norte e ao partir do mar, da propriedade dos herdeiros de Anselmo Vaz, inclusive, pelas fraldas do morro do Forte e incluindo a propriedade de dona Iracema e Annibal Gama, em direcção Oeste até o cemitério publico, inclusive, e dahi em direcção ao Sul até o poço do Perú, no rio Perequê-Assú; seguindo dahi pelo curso deste rio até o ponto em que parte uma linha, na chacara Portão de Ferro, que, em direção Norte-Sul, forma dois ângulos rectos, com os vértices no ponto terminal do actual Muro de Pedras da referida chácara Portão de Ferro, no logar denominado Calçadinha, continuando essa linha para o Sul, até encontrar o leito do rio Matheus Nunes e, descendo pelo curso deste, até o mar (POSTURAS, 1936, p. 03).

Esta abrangência e observação levou a Diretoria do Patrimônio a repensar a proteção da "vizinhança" imediata, que hoje chamamos de entorno, incluindo um dos seus monumentos singulares de arquitetura militar: o Forte Defensor Perpétuo[598], único exemplar que restou das sete fortificações que defendiam a Vila de Paraty e a baía da Ilha Grande nos séculos XVII e XVIII - período da circulação do minério que era transportado para o Rio de Janeiro, e que resultou na expansão do território de Paraty. Esse monumento, que é um "próprio nacional"[599], sob a custódia da União Federal, teve seu processo de tombamento iniciado em 1954 e a transferência da jurisdição do Ministério da Guerra para o Ministério da Cultura em 1957, após solicitação ao IPHAN de Nilson Carvalho de Rezende, chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União.

O Forte Defensor Perpétuo foi erguido na Ponta da "Defesa" em 1702, com o título de "Defesa" (Fig. 511). Foi reformado em 1836 e em 1850 já estava completamente abandonado, embora ali ainda fossem desenvolvidas atividades relacionadas ao exército no Estado do Rio de Janeiro. O título "Defensor Perpétuo", conferido ao forte em homenagem ao Imperador Pedro I, só foi adotado após 1822. Este ainda mantém sua integridade até os dias atuais, graças às intervenções realizadas pelo IPHAN, sendo a primeira delas iniciada na década de 1967, dez anos depois de seu tombamento.

Constatamos no Processo de Tombamento, através de correspondência não datada endereçada ao Presidente da República, João Goulart, que Julio Furquim Sambaquy, então Ministro da Educação e Cultura, solicita que sejam declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os terrenos do Morro de São Roque[600], também conhecido como Morro da Vila Velha ou do Forte. Este local foi considerado no Processo de Tombamento como o "padrasto da antiga vila", constituindo o entorno imediato do atual Bairro Histórico de Paraty, juntamente com o Morro do Caborê.

---

[598] Originalmente era denominado de Forte "Ponta da Defesa", devido a sua instalação estar nas proximidades do primeiro povoado na chapada da Ponta da Defesa. Posteriormente o sistema defensivo da baía de Paraty, passou por melhorias, chegou a integrar seis fortificações, conforme se depreende no documento datado de 15 de janeiro de 1863, Ofício de P.A. Bellegarde ao Ministro da Guerra, Brigadeiro Polidório da Fonseca Quintanilha Jordão sobre fortificações no Rio, fortificações de Paraty: Forte das Bexigas, Itacopé, Ponta Grossa, Defensor, Bateria da Vila, Ilha dos Mantimentos, Ilha dos Meros.

[599] Imóvel de propriedade da União utilizado em Serviço Público Federal, para instalação de Órgãos vinculados à Administração Pública Federal direta ou indireta.

[600] Esta povoação de "São Roque" foi assinalada em América do Sul, incluindo América Portuguesa, 1641. Autor: Jansson (IUS). Jansen Jan (1588-1664). Adonias, Isa, Furrer, Bruno, Gledhil, Sabrina, Rodrigues, Glória: Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 38, em 1790, no relatório de Manoel da Silva Mariz (IHGB/Lt 48/ Doc.19, apud, RAMECK E MELLO, 2011, p. 20) e em 1794 no Livro das Visitas Pastorais à Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios feitos por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, indica o local da primeira igreja de Paraty no Morro que chamava de Vila Velha, tendo como padroeiro São Roque (ARAÚJO, 1794, p. 38v - 45v).

Fig. 511: Vista da Ponta da Defesa e o Forte Defensor Perpétuo de Paraty

Fonte: http://www.paraty.com.br/aereas/galeria.asp

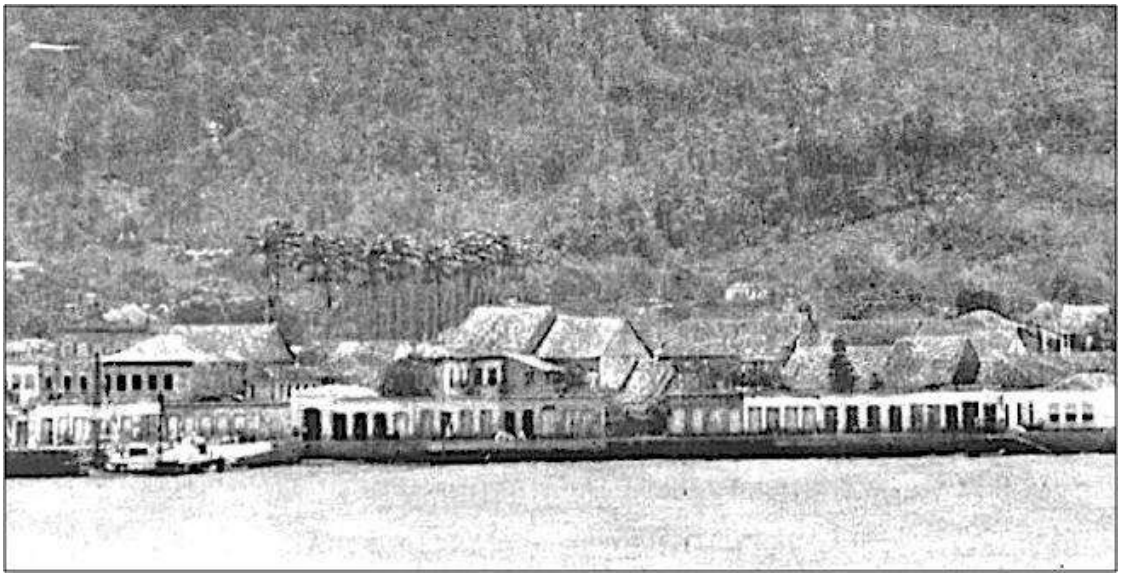
Essa desapropriação, que se seguiu à formação do processo de tombamento, teve andamento tumultuado e somente foi decretada a utilidade pública da referida área em 23 de novembro de 1964, através do Decreto nº 55.047. Este Decreto, por motivos ignorados, caducou em 1969, após ter decorrido o prazo de cinco anos. Em 1971 foi expedido novo Decreto, finalizando, assim, a desapropriação dos terrenos que circundam o Forte Defensor Perpétuo.

O pedido de desapropriação visava salvaguardar a área do entorno imediato do Forte Defensor Perpétuo, com o objetivo de conter as descaracterizações iminentes junto ao Bairro Histórico. A intenção não era outra se não evitar a especulação imobiliária e os possíveis danos ao terreno onde está localizado o monumento. Visava-se ainda a proteção dos atributos do sítio urbano de Paraty, considerado excepcionalmente expressivo e de importância singular no litoral brasileiro, já visto à época como representativo pelo seu acervo histórico monumental, com grande apelo à atração turística. Esta visão também é reiterada pelo arquiteto Edgard Jacintho da Silva, ao afirmar:

> Reitero a gravidade da ameaça que representa para o emolduramento natural do conjunto tombado de Paraty, a faculdade para construções nas fraldas do Môrro do Forte. Esta elevação que constitui o Padrasto da antiga Vila de N. S. dos Remédios, pela sua íntima conexão histórico-paisagística com a cidade, não poderia ser utilizada sem danos irreparáveis, como área edificável, com a destruição do quadro natural que surpreendentemente ainda se conserva. Qualquer concessão neste sentido, e não é demais insistir, resultará no erro idêntico que ocorreu com a vizinha Angra dos Reis que se viu transformar numa grande favela todo o soberbo fundo de vegetação que antes vestia as encostas da serra (SILVA, 1963, p. 136).

Edgard Jacintho da Silva participou ativamente da preservação de Paraty como funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), função que ocupou de meados da década de 1960 até 1980. Sua atuação firme e esclarecedora contribuiu para a preservação e restauração de igrejas, capelas, fortificação, fazendas e diversos imóveis da cidade, resultado que não foi obtido em Angra dos Reis - que além da vegetação nativa do emolduramento natural, perdeu praticamente todo o seu conjunto arquitetônico, composto de um casario mais antigo que o de Paraty, e do qual restam hoje somente os conventos das ordens franciscana e carmelita, igrejas e um conjunto de sobrados do século XVIII (Fig. 512).

Fig. 512: Vista do Bairro Histórico de Angra dos Reis
RJ - Revista da Semana de 03/05/1930



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB

Em 1856 estavam no comando do Forte Defensor Perpétuo o Tenente Coronel Anselmo Alves Branco Muniz Barreto e o Comandante do destacamento policial 1º Sargento Francisco Antonio de Brito[601]. Já em 1854 encontramos referências ao Forte nos avisos do Ministro P. de S. Bellegarde ao Diretor do arsenal, Manoel Ignácio Brício, datados de janeiro a abril de 1854, nos quais se verifica que em 08 de março o Tenente Coronel Comandante Anselmo Alves Barreto foi notificado da relação das “drogas de pintores” e artigos necessários para a pintura de cinco reparos a Onofre[602], que pertence ao Forte Defensor da cidade de Paraty. Pelos materiais empregados observa-se que havia

[601] Almanak Laemmert 1856, p.75.
[602] Reparo para canhão, introduzido em 1822, nas fortificações, pelo construtor do Arsenal de Guerra da Corte, José Onofre.

requinte com a pintura[603] ali executada, inclusive douramentos, em meados do século XIX[604]. Para a Guarda Nacional da Província, no 28º Batalhão de Infantaria do Serviço Ativo, estavam no Comando Superior[605] dos Municípios de Paraty e Angra dos Reis diversos membros da comunidade, que tiveram grande atuação em obras de igrejas e Irmandades Religiosas. Lima nos informa ainda:

> Quer nos tempos coloniais, quer durante o Império, até 1860, o Forte construído na Ponta da Defesa era guarnecido por milicianos e por soldados de primeira linha, sob o comando de um Oficial subalterno, sendo o último Comandante, o atual Marechal do Exército José de Almeida Barreto, nosso velho companheiro de campanha, no Paraguai. Esse nosso companheiro assentou praça a 6 de janeiro de 1849, sendo promovido a Alferes a 2 de dezembro de 1855 (LIMA, 1889, p. 283 e 284).

Além das descrições das cerimônias litúrgicas em Paraty, durante a visita do bispo D. Pedro Lacerda em 1875, este nos deixou interessantes dados sobre a fortificação, quartel da tropa e a Casa do Comandante, bem como a praça d'armas:

> Quinta-feira, 1 de Abril: "Depois do jantar eu com meus Padres e o Vigário e mais Padres da Cidade e o bom Juiz Municipal e algumas outras pessoas fomos passear. Passamos a ponte do Paraqueguaçu, deixamos à esquerda o Cemitério, e fomos ao chamado Forte que fica em uma ponta ao Norte da Cidade. Entramos por uma porta que deita para um pequeno pátio, ali há um pequeno edifício onde há uma pequena prisão e uma pequena sala com tarimbas sendo outra parte habitada por uma família pobre ali residente. Vimos a casa que foi da pólvora, e algumas peças de ferro atiradas pelo chão aqui e acolá e algumas balas de ferro enferrujado do tamanho de um coco chamado de catarro. Há alguns pedaços do paredão ou cortinas de fortaleza, mas tudo está desmantelado, e tudo sem uso como o mesmo forte. Esta fortaleza está no melhor lugar em que nesta Cidade se poderia construir uma Fortaleza, e até a natureza ali lhe é favorável pela altura da ponta e pelas rochas que em parte a rodeiam do lado do mar" (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 343).

---

603 Os artigos eram: 2 arrobas de óleo de linhaça, 1 arroba de água raz, ½ arroba de alvaiade, 2 arroba de vermelhão de sapateiro, ½ arroba de pó de sapatos (ou de marfim), 1 arroba de Gesso em pó para fazer massa para as fendas dos reparos, 6 brochas grandes, 6 brochas mais pequenas, 6 brochas miúdas (ARQUIVO DO EXÉRCITO, RJ, 1854, DA).

604 Assim registrado: Francisco Pereira do Vale, 1º Tenente Comandante, Quartel do Comando das Fortificações da cidade de Paraty, 04/02/1858. Fortificações de Paraty. Precisa-se para as ditas fortificações, por estar vencido o tempo de pintar os reparos das mesmas, o seguinte: Óleo de linhaça, uma arroba e meia, Alvaiade uma arroba, Fezes doiro quatro libras, Gesso para massa, para tapar as fendas dos reparos, quatro libras, Pozes de sapatos, quatro libras (ARQUIVO DO EXÉRCITO, RJ, 1854, DA).

605 Comandante, Tenente-Coronel Manoel José de Souza; Quartel-Mestre, Tenente Francisco Antonio Alvaro de Souza; Porta-Bandeira, Alferes Quintino de Oliveira e Souza.- 1ª Companhia. Capitão, João Pinto Gomes Lamego; Tenente, Antonio Francisco Pereira da Cruz; Alferes, Domingos José da Silva e Paulo Gomes da Silva. 2ª Companhia. Capitão, José d'Almeida Cruz; Alf., Antonio Francisco Ferreira Monteiro. 3ª Companhia. Capitão, Francisco José dos Santos Dias; Tenente, Francisco Antonio Caparica; Alf., Joaq.m Symphronio de Moraes e Silva. 4ª Companhia. Capitão, João Ayres da Gama Bastos; Tenente, Antonio Joaquim de Almeida; Alferes, Antonio José Ferraz. 5ª Companhia. Capitão, José Ayres da Gama Bastos; Tenente, Antonio Joaquim de Almeida; Alferes, José Antonio de Oliveira e José Antonio de Barros Guimarães. 6ª Companhia. Capitão, Luiz Garcez de Moraes; Tenente, Pedro Marques do Amaral Santos; Alferes, José Bernardo de Souza e Apollinario Francisco de Paula e Silva. 7ª Companhia. Capitão, Manoel Antº Vasco da Gama Junior; Tenente, Domingos José da Silva; Alferes, Antonio José de Moura Guimarães. 8ª Companhia. Capitão, Manoel Ferreira Soares; Tenente, Bernardino José de Azevedo (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p.39).

Chama atenção que, em 1959, a Casa do Comandante[606] do Forte Defensor Perpétuo era ocupada pelo Tenente Quirino, que exercia também a função de zelador do monumento; e que constatou a derrubada da vegetação das colinas em que este se situa, para utilização em plantio. O desmatamento foi feito por seu vizinho, Sr. Otávio Gama, então proprietário das terras limítrofes, situadas na encosta posterior da colina. Este episódio motivou, na época, uma inspeção que foi realizada à cidade de Paraty por parte do DPHAN, para coibir esta mutilação, tendo sido tomadas medidas enérgicas para proteger também seu patrimônio material, conforme segue:

> Paraty constitui, entre as cidades que sucederam às vilas brasileiras erigidas no período dos séculos XVII e XVIII, aquela onde a disposição dos logradouros e a arquitetura civil e religiosa (principalmente a primeira) mantiveram melhor as características originais. Importa acentuar, sobretudo, que o conjunto urbanístico e arquitetônico da antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios está ainda, felizmente, valorizado pela notável paisagem em que fica situado, cujos elementos naturais circunstâncias propícias preservaram até hoje, tendo sido apenas sacrificada parte da vegetação outrora espessa dos arredores, mas que poderá ser recuperada pouco a pouco [...] (SAMBAQUY, 1964, p. 14).

As décadas de 1940, 1950 e 1960 foram marcadas por diversas tentativas de preservação e proteção de Paraty: esses exercícios e embates demonstram a importância da criação de instrumentos públicos para proteger o já tombado “Bairro Histórico”, o conjunto arquitetônico e sua importância regional. Nessas tentativas, seria consolidado o tombamento, em separado - como já foi mencionado do edifício da Santa Casa em 1958 -, do Forte Defensor Perpétuo em 1957 e, posteriormente, em 1962, das quatro Igrejas: Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, Igreja de Santa Rita, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora das Dores. Em 1963, o arquiteto Lúcio Costa também alertava para a importância da moldura paisagística da cidade:

> Sou de parecer que se devem impedir novas construções nos terrenos de marinha em toda extensão da área periférica da cidade, muito particularmente nas margens do rio Perequeassu e até a confluência do rio Morto. É necessário que os responsáveis pela administração municipal se deem conta da importância de se preservar isenta de interferências indevidas a moldura paisagística da cidade, a fim de não se perder a sua

[606] O prédio principal do Forte Defensor Perpétuo de Paraty abriga, em único bloco, três áreas distintas: a Casa do Comandante, o Quartel da Tropa e o Quartel dos Inferiores. Suas compartimentações e ambientes não foram alterados, sendo, ainda, originais compõe-se de sala de visitas, escritório, sala de jantar, quarto, despensa ou quarto de banho e cozinha. Este interior ainda guarda inclusive os vestígios de policromias nas portas, janelas e barrados para proteção do papel de parede que existiram na casa. Estes ambientes eram guarnecidos com mobílias, alfaias, porcelanas e têxteis ao gosto da época, tendo destaque para a casa do Comandante, conforme se verifica nos vestígios arqueológicos, em diversos tipos de porcelanas e objetos que afloraram junto ao lixo doméstico da construção. Foram Comandantes do Forte Defensor Perpétuo em Paraty: 19/01/1833 Capitão Polypheno Joaquim de Siqueira Aragão; 23/07/1834 Capitão José Gomes da Silva Souza; 20/07/1853 Capitão Alexandre Gonçalves da Silva; 08/03/1854 Tenente Coronel Comandante Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, 04/02/1858 1º Tenente Comandante Francisco Pereira do Valle em 1865 o Sargento Luiz José Garcia (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 122).

> significação histórico-artística, cujo valor turístico, e consequentemente econômico, é excepcional (COSTA, 1963, p. 1).

No ano de 1965, o empreiteiro Alberto Munch apresentou um relatório destacando os serviços mais urgentes que seriam executados no Forte Defensor Perpétuo, entre eles: a restauração da cobertura do prédio do alojamento (Fig. 513) a da Casa da Pólvora (esta última deveria ser totalmente refeita), consolidação das paredes, pilastras, e a estrutura do madeiramento do telhado que, em parte, já havia ruído (Fig. 514).

Fig. 513: Forte Defensor Perpétuo de Paraty

Fig. 514: Casa da Pólvora

Fonte: Figs. 497 e 498: Arquivo Central do IPHAN - RJ

Buscou-se também realizar a preservação do conjunto arquitetônico pelo viés da natureza, com suas belezas cênica e paisagística, com os caminhos ainda existentes na Serra do Mar, Serra da Bocaina e pelo mar, através da Baía da Ilha Grande. O primeiro deles foi construído nos séculos XVII e XVIII, constituindo-se no único caminho de acesso para as tropas, quando demandavam o interior do sertão de São Paulo e Minas Gerais, tendo sido preservada sua pavimentação em pedras, assim como as ruínas dos Registros e as cachoeiras, hoje pólo turístico de visitação. O segundo, que dava acesso pelo mar ao Rio de Janeiro, servia ao trânsito de embarcações dos que se dirigiam também a outros estados do Brasil, entre eles Bahia, Sergipe e Pernambuco, o que é atestado pelo acervo oriundo desses Estados, que hoje integra as quatro igrejas do atual Bairro Histórico.

Algumas peças que integram a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty são originárias desses locais, o que pode ser verificado também por meio da presença de embarcações e pessoas transportando objetos e escravos: “[...] Acontecendo ir àquele porto algumas embarcações da Bahia, Pernambuco ou de outra qual quer parte com escravos prenderám os Mestres dellas e os remeteram a esta Cidade com as novas embarcações [...]” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO/ LISBOA/ PORTUGAL/ PAPEIS DO BRASIL/ CÓDICE 6/ ROLO 698/ Págs.: 378 a 385, apud, RAMECK E MELLO, 2011, p. 51). Esta visão é também constatada pelo militar Augusto Fausto de Souza:

> O porto desta Villa, assim como o de Angra dos Reis merecem grande attenção, pela facilidade com que delles se póde penetrar no interior da província do Rio de Janeiro pela estrada de São João do Príncipe, e da de São Paulo pella villa do Cunha, e por isso em 1822 tratou-se de fortifical-o para impedir um desembarque. O forte da Ilha das Bexigas, que havia desde 1818, foi melhorado e reforçado, construio-se o forte Defensor perpetuo com 6 canhões, sobre o morro da Villa-Velha, bem como a bateria do Quartel; projectou-se outro forte na subida na serra, na estrada da Villa do Cunha, finalmente forão reparados e melhorados os fortes de Iticopé e Ponte-Grossa, cada um com 2 canhões, para baterem o porto e as praias vizinhas. Todas estas fortificações forão desarmadas em 1828 e 1831, e é natural que, a acção do tempo as tenha destruído inteiramente (SOUZA, 1885, p. 115).

Em 1965, um novo fato ocorreu no município de Paraty: suas matas localizadas na fronteira de São Paulo e Estado do Rio, em especial na Estrada Paraty-Cunha, começaram a ser devastadas, num total desrespeito ao Decreto nº 50.813, de 30 de junho de 1961[607], que fora assinado por Jânio Quadros e Romero Costa. O desmatamento tinha como objetivo comercializar toras de madeira e transformá-las em carvão, para atender as cidades de Taubaté, Guaratinguetá, o Bairro de Belém – Taubaté e Barra Mansa. Verificamos nos relatórios do Processo de Tombamento da cidade que a ação criminosa procedia sobretudo do italiano Fiorino Berton, não só pela devastação realizada, como pelo prejuízo causado aos mananciais daquela área; e, também, da proprietária da Fazenda Guebetiba, na localidade de Graúna em Paraty, Sra. Maria Isabel de Oliveira Soares, oriunda do Rio de Janeiro. Novas medidas foram tomadas objetivando a proteção efetiva do acervo paisagístico, ameaçado de total desaparecimento, como se pode observar em correspondência remetida ao, então, Ministro Flávio Suplicy de Lacerda. Em 29/01/1965, o Diretor do DPHAN enfatiza:

> Atendendo à necessidade urgente de se impedir que o extraordinário acervo histórico e paisagístico do município de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, sofra deformações irreparáveis, solicito a V. Exa. com o maior empenho queira apelar para o Senhor Presidente da República no sentido de converter, por meio de decreto, o aludido município em Monumento Nacional e determinar no mesmo decreto as medidas adequadas à proteção efetiva do acervo ameaçado (ANDRADE, 1965, p. 43).

[607] Segundo o Decreto, aquelas matas eram consideradas florestas protetoras, nos termos do art. 4º, letras a, b, e, f e g, do Código Florestal, justamente por se encontrarem na divisa entre os dois Estados, cabiam, portanto as medidas que evitassem a sua devastação. (Cf. PROCESSO DE TOMBAMENTO – Arquivo IPHAN).

3.3 Planos Urbanísticos e Proteção Legal

Consta no Processo de Tombamento de Paraty um documento redigido pelo Ministro da Educação, Pedro Aleixo, ao então Presidente Castelo Branco, baseado em iniciativas já tomadas anteriormente pelo Poder Executivo em relação às cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, e de Alcântara, no Maranhão. Expõe o Ministro que, embora a cidade de Paraty desde 18 de setembro de 1945 houvesse sido reconhecida como Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro e inscrita, desde 13 de fevereiro de 1958, nos Livros do Tombo do IPHAN, estas medidas apresentaram-se insuficientes:

> [...] para as finalidades visadas, enquanto ocorrências novas vieram agravar os riscos de deformação a que se acha exposta a região em causa. Em tal conjuntura, há empenho de se estabelecer em benefício do acervo de Paraty um regime de defesa mais aperfeiçoado na expectativa da instituição de um diploma legal destinado a garantir melhor a preservação das cidades – monumentos de nosso País (ALEIXO, 1966, p. 86).

Este documento, uma separata da Revista Arquitetura[608], traz apensados plantas, fotos, croquis e alçados, chamando atenção para o esforço da própria comunidade preservacionista e internacional: a UNESCO para aqui mandou o arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum, autor da proposta de um plano de expansão urbanístico da cidade, tendo seus princípios fundamentais sido acostados nos projetos posteriores como falaremos adiante no Capítulo IV Item 4.4.

Devemos destacar a sensibilidade revelada pelo arquiteto Lúcio Costa, quando escreveu o texto intitulado “Prospecto Arquitetônico”, para a publicação do DPHAN relativa ao tricentenário de Paraty, ao afirmar que:

> Do ponto de vista da arquitetura civil, Parati é mais um testemunho daquela serena maturidade a que a colônia, - impedida de qualquer contacto que não fôsse com o mundo português -, se viu conduzida, como criança asilada, e da qual resultou êsse modo simples e peculiar de ser e de expressar-nos, isto que, em termos arquitetônicos, se traduz no que se chama estilo, - o nosso estilo: plantas regulares, alçados simples, pequenos saguões, recortes de madeira, treliças de resguardo, caixilharias envidraçadas, beirais corridos (COSTA, 1960, p. 78).

O arquiteto acentua, ainda, a adequação da arquitetura à trama urbana, e desta à paisagem:

> Tanto nas casas de feição mais severa e antiga, quanto naquelas concebidas ao gosto já liberto e acolhedor de meados de oitocentos, caracterizado pelo gracioso desenho das vidraças e pela serralheria rendada, o vocabulário é o corrente, e a linguagem urbana se articula com naturalidade à paisagem, contida entre o fundo de montanha e o ritmo

[608] O Documento E. M. nº 59, minuta do Decreto nº 58.077 de 24/03/1966, para Conversão do Município em Monumento Nacional, datado de 15/02/1966, consta da separata da Revista Arquitetura, nº 46 - abril de 1966.

> largo e alternado da maré. Porque Parati é a cidade onde os caminhos do mar e os caminhos da terra se encontram, melhor, se entrosam. Às águas não são barradas, mas avançam cidade adentro levadas pela lua, e o reticulado de ruas, balizado pelas igrejas – a matriz de Nossa Senhora dos Remédios, e as capelas das Dôres, Rosário e Santa Rita -, converge para o mar (COSTA, 1960, p. 78).

Na década de 1960, diversas solicitações de entidades interessadas na preservação histórica e paisagística do município foram direcionadas para o valor de seu excepcional conjunto arquitetônico, beleza cênica e natural, além do papel histórico que Paraty representou como ligação entre as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Tudo isso levou o Governo Federal a erigir como Monumento Nacional o "Conjunto Paisagístico do Município de Paraty e especialmente o acervo arquitetônico da cidade", pelo Decreto nº 58.077 de 24 de março de 1966. Após a edição deste Decreto, a instauração do processo de tombamento do município de Paraty só foi efetivada através do Processo nº 563-T-57 datado de 01/03/1974[609], oito anos, portanto após a designação como Monumento. O Processo de 1974 reafirma o reconhecimento do valor excepcional de sua paisagem, de relevante interesse estético e científico, deflagrando-se o processo para adotar as formas de proteção e preservação natural e ambiental de todo o conjunto.

O Decreto nº 58.077 possibilitou aos diversos Ministérios atribuições que permitissem o desenvolvimento do município sem prejuízo da preservação pretendida. Ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do DPHAN, coube a adoção de Plano Urbanístico adequado tanto à preservação do acervo arquitetônico e natural do sítio histórico de Paraty quanto ao desenvolvimento e valorização da cidade e do território municipal. Procurou-se, para os efeitos pretendidos,

> [...] obter que os diversos órgãos competentes dos Ministérios do Planejamento, da Agricultura, da Viação e Obras Públicas e da Indústria e do Comércio cooperem estreitamente com o do Ministério da Educação e Cultura, em entendimento com as autoridades do Estado e do Município interessados, correspondendo assim ao preceito do art.º 175 da Constituição, que coloca os monumentos históricos e naturais, bem como as paisagens e locais dotados de particular beleza sob a proteção do poder público, isto é, sob a proteção de todos os órgãos da administração do País (ALEIXO, 1966, p. 86).

Para o cumprimento do mencionado decreto, objetivando também a proteção do Patrimônio florestal e ambiental do município, foi criado pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) o Parque Nacional da Serra da Bocaina, através do Processo nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971. O Parque ocupa metade do território do município destinado à preservação definitiva do acervo natural de uma das reservas

[609] No Brasil, há somente dois únicos municípios tombados em sua integridade: Paraty e Porto Seguro, pela importância da baía Cabrália e do Monte Pascoal.

florestais do centro-sul brasileiro. Note-se que são considerados pela Constituição Federal cinco sistemas naturais brasileiros, e dentre eles três estão inseridos no território do Município de Paraty: a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira.

Na atualidade existe um grande número de tombamentos[610] e dispositivos legais de proteção incidentes sobre o território municipal, sendo de relevância a Área de Proteção Ambiental do Cairuçú (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, 1984), e a Reserva da Joatinga (Instituto Estadual de Florestas – IEF, 1992). Constata-se, assim, que o valor patrimonial, paisagístico e ambiental do território de Paraty vem se reafirmando a cada dia, sendo reconhecido pelos paratyenses e passando a ser motivo de orgulho e preocupação por parte das comunidades locais.

Em informação da Divisão Técnica do IPHAN constatamos que no ano de 1995 foi encaminhado à 6ª Coordenação Regional do IPHAN no Rio de Janeiro, o pedido para indicação da cidade de Paraty como Patrimônio da Humanidade, solicitação contida na Declaração do Rio de Janeiro, que formalizava as Resoluções do XXV Encontro do Comitê Internacional para a Formação de Pessoal para Museus - ICTOP, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão vinculado à UNESCO. O encontro realizou-se no Rio de Janeiro e Paraty, de 11 a 19 de setembro de 1993. Na ocasião, foi encaminhado um manifesto liderado pela Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, com centenas de assinaturas de museólogos e alunos de Museologia, de diferentes estados brasileiros, em apoio à citada indicação[611].

Na década de 1980, solicitação semelhante havia sido enviada ao IPHAN pelo então Prefeito Municipal Benedito Domingos Gama, em documento contendo muitas assinaturas, entre elas algumas dos moradores da cidade, que, em reconhecimento ao seu valor excepcional, pretendiam fazer uma difusão da importância da cidade a nível mundial. No documento intitulado "*Relacion des biens culturels et natureles suscetibles*

---

[610] Cronologia dos Tombamentos: 1945 – O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Paraty é decretado Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro; 1957 – Tombamento do Forte Defensor Perpétuo pelo DPHAN; Processo nº 532-T, Inscrição nº 318-A, Livro Histórico, fls. 53. Data: 9. I. 1957. 1958 – Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade e especialmente o prédio da Santa Casa de Paraty pelo IPHAN; Processo nº 563-T, Inscrições nºs 17 e 63, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 4 e 14, e Inscrições nºs 441 e 510, Livro das Belas-Artes, fls. 82 e 93. Datas: 13.II.1958 e 1. III. 1974. 1962 – Tombamento das Igrejas de: Nossa Senhora dos Remédios - Processo nº 655-T, Inscrição nº 336, Livro Histórico, fls. 56. Data: 13. II. 1962; Santa Rita - Processo nº 656-T, Inscrição nº 339, Livro Histórico, fls. 56. Data: 13. II. 1962; Nossa Senhora do Rosário - Processo nº 658-T, Inscrição nº 338, Livro Histórico, fls. 56. Data: 13. II. 1962; Capela de Nossa Senhora das Dores pelo IPHAN; Processo nº 657-T, Inscrição nº 337, Livro Histórico, fls. 56. Data: 13. II. 1962. 1966 – O Conjunto paisagístico de todo o Município de Paraty, e especialmente o acervo arquitetônico da cidade é elevado à categoria de Monumento Histórico Nacional;
1967 – Tombamento da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição pelo IPHAN - Processo nº 783-T, Inscrição nº 407, Livro Histórico, fls. 66. Data: 20.10.1967. 1974 – Tombamento do Município de Paraty, que significa o reconhecimento, pelo Instituto do Tombamento, da importância natural, paisagística, cultural e histórica do Município pelo IPHAN.

[611] O Manifesto, resultado de movimento liderado pela Profª. Drª. Tereza Cristina Scheiner, então Diretora da Escola de Museologia da UNIRIO, foi entregue formalmente à museóloga Maria Emilia Mattos, em 1994.

d'être indiqués por le Brésil pour la Liste du Patrimoine Mondial" consta, no item nº 3, a indicação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que ocupa metade do Município de Paraty, como foi mencionado acima.

A expansão do território da cidade no passado e, consequentemente, de seu tombamento, ainda na primeira metade do século XX, é percebida através de suas construções, já observadas por Monsenhor Pizarro Araújo em suas visitas a Paraty, em 1794 e em 1799, e assim descritas: "Contém esta povoação mais de 400 casas, edificadas com paredes de pedra e cal, e de pau a pique, ou estuque (como he de vulgar nos lugares povoados de Serra á cima), entre as quaes se contavam 40 de sobrado" (ARAÚJO, 1820, p. 48). De certa forma, a cidade de Paraty ainda oferece uma imagem parcialmente autêntica da vila de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX (Fig. 515). Esta imagem foi garantida pelo isolamento da cidade, possibilitado somente pelo contato mantido com o Rio de Janeiro, Santos ou portos mais distantes como Bahia, Sergipe e Pernambuco, como foi mencionado anteriormente e conforme noticiavam os Jornais que circulavam na cidade no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.

Em classificação de imóveis do início do século XX para as Décimas Urbanas[612] estes prédios aparecem classificados de acordo com diversas tipologias: térreos = 91, chão = 21 e 31 sobrados; em outro momento observamos a expansão da lista para 475 imóveis, desta vez abrangendo o Bairro do Pontal, que fica localizado na planície entre o Bairro Histórico e o do morro da Vila Velha ou de São Roque e onde se encontra o Forte Defensor Perpétuo. Os dados estão assim configurados no lançamento das Décimas Urbanas: térreos = 278, armazém = 18, sobrado = 70, terreno = 65, quintal = 21 e 01 chalet[613].

[612] A designação "Décima" é oriunda do período em que Portugal se encontrava ameaçado ou em guerra, onde o rei costumava estabelecer a cobrança de uma taxa equivalente ao percentual de 10%, sobre os rendimentos de seus súditos. Sua cobrança no Brasil só ocorreu após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, através do alvará de 27 de junho de 1808, foi restrita aos imóveis situados no perímetro urbano das vilas, cidades e localidades à beira mar, daí a ser chamada de Décima Urbana (CAVALCANTI, 2004, p. 259).
[613] Livro de Registro das Décimas Urbanas de 1900, IHAP, p. 1v e 2 v.

Fig. 515: Paraty, vista de frente a uma légua e meia de distância
Jean Baptiste Debret - 1827

Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ

Consta da “Relação dos proprietários dos prédios do perímetro urbano”[614], datada de 02 de abril de 1951, que o Bairro Histórico, na época já sob a égide de tombamento, era constituído de 359 imóveis, 61 sobrados e 299 casas térreas. Na década de 1970 uma nova indicação aponta para 455 imóveis.

Apesar da ação disciplinadora do Patrimônio Histórico na cidade, representada pelo trabalho de Edgard Jacintho da Silva, ainda persistiam as adaptações que, muitas vezes, acabavam em modificações e mutilações, até mesmo grosseiras, das compartimentações internas e externas de muitos prédios. Tentava-se, assim, controlar a expulsão acelerada da população local para a periferia, bem como o esvaziamento total do conteúdo humano de Paraty[615].

A partir da abertura da estrada para a serra do Facão (Paraty-Cunha), em 1953, ligando Paraty às cidades do Vale do Paraíba, as primeiras mudanças na cidade começaram a se dar mais intensa e rapidamente, com a compra de prédios por visitantes, com o objetivo de adaptá-los à função predominante de residências de veraneio, atraídos

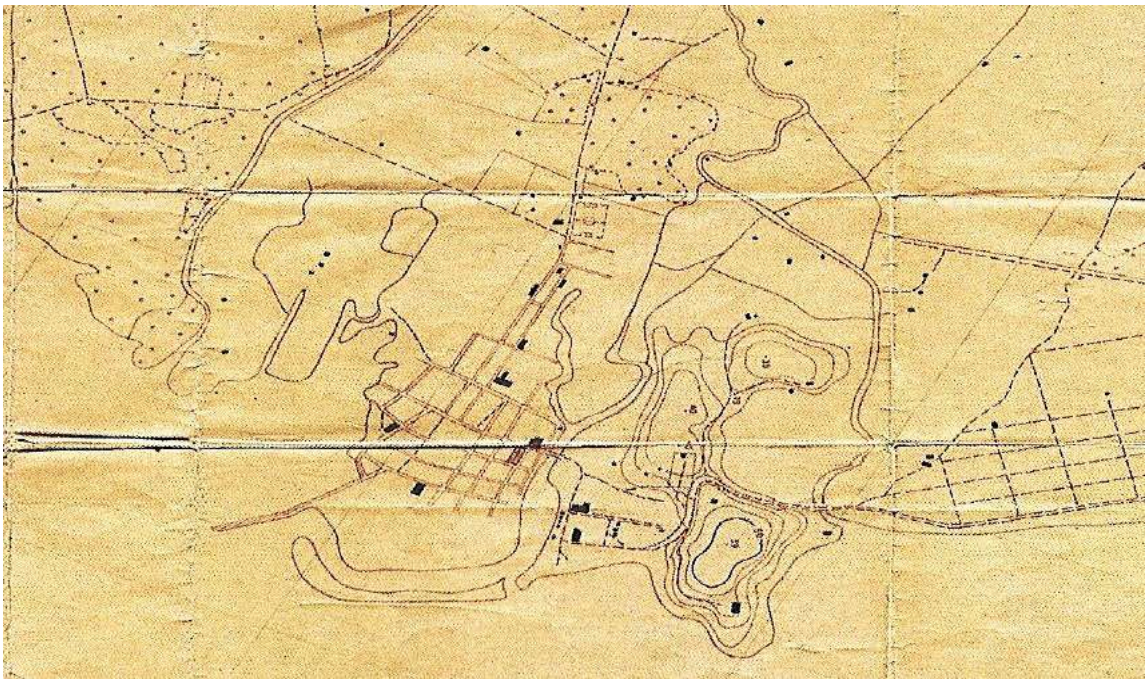
[614] Fonte: Arquivo Noronha Santos/ Rio de Janeiro.
[615] Em depoimento concedido ao pesquisador na década de 1980, o arquiteto Edgard Jacintho da Silva, relatou ter tentado atrelar, através de proposta de legislação do IPHAN que não veio a efetivação, esse esvaziamento, com o compromisso dos novos proprietários de fixar residência na cidade após a compra do imóvel.

pelo valor cultural que apresentava a localidade e dinamizando o contato com os Municípios vizinhos.

Com a abertura da Rodovia BR 101, no início da década de 1970, aumentou a valorização do Bairro Histórico; e aumentou o interesse da comunidade local na preservação da cidade, com o desenvolvimento de uma consciência maior sobre o valor de Paraty como patrimônio e a ampliação do sentimento de pertença dos paratyenses sobre a cidade. O SPHAN passou então a restringir e, mesmo, a vetar as alterações que eram propostas nas restaurações, assim como alguns abusos cometidos durante as obras de conservação.

Este período também foi marcado pelo surgimento do entorno do Bairro Histórico e pelo adensamento de sua malha urbana, levando ao aterro dos vestígios da Fortaleza no Bairro Patitiba; ao desaparecimento do sobrado que ficou conhecido como da Sinhá de Madureira, possivelmente de propriedade de João Francisco Pinto Madureira; ao fechamento por muro do Largo do Rocio e sua transformação em Campo de Futebol; à transferência do Chafariz do Pedreira do centro da rua Presidente Pedreira para o largo de mesmo nome. No acesso primitivo à cidade, que levava ao Beco dos Tropeiros e à “Calçadinha” e caminho para a Serra do Facão, ainda integram a rua o Oratório Cruz das Almas e algumas casas originais, remanescentes desse período, permitindo-nos ter uma ideia de seu traçado original.

Fig. 516: Planta do Bairro Histórico de Paraty e do entorno com o Largo do Rocio ocupado pelo Campo de Futebol



Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

3.4 Paraty Cidade Patrimônio – Museu Integral

A cidade de Paraty, enquanto território de saberes e fazeres, revela-se capaz de ilustrar o pensamento e o modo de vida de seus moradores do passado e do presente, pois ainda guarda no seu aspecto físico e também no imaginário social um conjunto de referências que são constitutivas do seu Patrimônio, complementando a malha simbólica e representativa dos monumentos que configuram o conjunto edificado.

Observamos na documentação pesquisada, conforme já mencionado, que na primeira metade do século XX Paraty transformou-se em um privilegiado Monumento Histórico, onde seu conjunto arquitetônico e paisagístico, aliado às manifestações culturais que sempre se mantiveram integradas à vida da comunidade local, era um autêntico exemplo de patrimônio nacional. Isso foi observado pelos que aqui passaram no início do século antes de seu tombamento pelo IPHAN, reconhecendo o valor desse conjunto onde se articulam, por meio de uma rica dinâmica, o contexto tangível (material) e o intangível (imaterial), ainda transmitidos de geração a geração como um legado em um processo de sucessão.

O isolamento e a estagnação econômica levaram muitos moradores a abandonar a cidade em busca de novas atividades e recursos, objetivando recuperar suas perdas e construir novo perfil social. Por outro lado, se aliaram a um forte apego ao passado, buscando identificar e manter traços e atributos de identidade da comunidade, mantenedora de manifestações culturais e tradicionais, oriundos de relacionamento com a família, com a escola, com a igreja, com o convívio e ensinamentos dos “moradores” membros mais velhos da cidade - e também, a partir da década de 1973, com a nova instalação do Museu de Arte Sacra e o trabalho de conscientização por ele desenvolvido de forma sistemática.

Scheiner, ao tratar das estratégias possíveis para o estímulo a uma nova percepção do patrimônio, enfatizou que os museus também podem articular experiências que possibilitem percepções mais abrangentes e críticas das realidades direcionadas pelos grupos sociais, cujo objetivo comum seria a valorização das referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo real, ao afirmar que:

> Museus devem ter como característica essencial ser permeáveis a todas as formas de expressão humana. Nesse sentido, todos os museus têm importância para as comunidades a que servem. A mobilização em nível local na gestão e no trato dos patrimônios inclui, obrigatoriamente, a Museologia e os museus. Nada é mais poderoso que o sentimento de pertença, e não há política patrimonial, cultural ou ambiental que possa sobrepor-se ao cuidado que temos do que julgamos nosso, ao desvelo (Da-sein) pelo que nos pertence... Na experiência comunitária de âmbito local, não é imprescindível a aprovação de agentes externos: o

> importante é o que sente e faz a própria comunidade [...] (SCHEINER, 2011, p. 9).

Quando falamos do contexto da museologia e dos espaços representativos do patrimônio, remetemos ao surgimento do museu a céu aberto, também chamado de Museu de Território, ideia inicialmente proposta pelo suíço Charles de Bonstetten[616], em 1790, objetivando interpretar um lugar, cidade ou território como um museu ao ar livre. No final do século XIX, em resistência ao processo de industrialização que avançava na Europa, os museus a céu aberto se consolidaram nos países nórdicos. A experiência de musealização "*in situ*", desenvolvida na Escandinávia, divergiu do processo de musealização do chamado "museu coberto", possibilitando um novo contato entre os habitantes de uma localidade musealizada, o patrimônio e os visitantes desses museus, que podiam observar e valorizar os modos de fazer e saber, bem como a cultura do cotidiano das comunidades.

Identificamos que estamos diante de sobrevivências tangíveis que asseguram a existência de um passado ali expresso e registrado sob a forma de fazeres tradicionais, juntamente com um conjunto arquitetônico e paisagístico inserido dentro de um município que atravessou séculos, estabelecendo titulações simbólicas que o elegeram a condições de valor patrimonial. Este contexto levou seus habitantes a manter mais fortes os laços com sua história e sua memória, representadas pelos modos de ser do cotidiano, pela economia extrativa e o fabrico da aguardente, pelas comidas, pelas formas artesanais de produção de objetos, pelas crenças que se reforçam na presença dos objetos emblemáticos que ainda integram as Festas anuais da comunidade, abrigados para guarda e proteção na vitrine-cofre do Museu de Arte Sacra de Paraty.

Isso nos leva a pensar na cidade de Paraty como um "Museu de Território", pois assim já vem sendo trabalhada e tratada desde antes de seus tombamentos, evocando concretamente o passado no presente, num processo onde os tempos são marcados nos seus artefatos, na culinária, nas danças, nas construções e nos seus rituais e festas tradicionais – símbolos da identidade local e nacional, mas também testemunhos de um padrão cultural tão significativo que fundamentou e justificou a designação de Paraty e seu entorno como Patrimônio da Humanidade.

---

[616] ULDALL, 1957, p. 84, Apud SCHEINER, Teresa, 2015, p. 79.

CAPÍTUL0 04
A importância da memória na construção de formas de identidade coletiva

4.1. – De Villa Velha a Monumento Nacional

Consta nas informações sobre a implantação do primeiro núcleo de povoamento e sua fundação a presença em Paraty dos índios Guaianás[617], aqui instalados no século XVI em ambiente propício de água potável, alimentos, frutas, além da lenha e peixes de água doce e salgada, com uma rede de numerosos rios permitindo seu contato com a serra e o mar, por onde atingiam São Paulo e depois Minas Gerais.

Lima, em "Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis", registra a presença naquela região de João Pimenta de Carvalho, proprietário de terras denominadas Patitiba, em Bracuí. Após a venda dessas terras ao Sargento Quartel – Mestre Carlos da Silva, este, em deslocamento pela costa, chegou a uma ponta que foi posteriormente denominada Defesa[618], após o assentamento da vila na planície onde atualmente se encontra e a instalação de uma fortificação no local. O autor acrescenta ainda informações sobre a construção de uma capela, tendo como orago São Roque, em comemoração ao dia de sua chegada, 16 de agosto de 1630, bem como sobre a construção de casas de esteio cobertas de sapê.

Para Gurgel e Amaral, em 04 de outubro de 1630 o Capitão-Mor João Pimenta de Carvalho dava, em nome da Condessa de Vimieiro "[...] uma Sesmaria a Maria Jácome de Melo, sua filha, de légua e meia de terra em quadra no Rio Paratiguaçu" (GURGEL E AMARAL, 1973, p.29). Com a morte de João Pimenta de Carvalho em 1649, houve a mudança do povoado para a planície, embora desde 1646 Maria Jácome de Mello já tivesse feito a doação da Sesmaria para a nova vila, a mudança do povoado só ocorreu 22 anos depois em 1652[619]. O esboço histórico e geográfico do Município de Paraty, feito por Luiz Francisco Pinto da Silva em 20 de abril de1891, apresenta as mudanças ocorridas e a implantação do novo povoado, assim descritas:

> Em 1643 reconhecendo o capitão-mór de Paraty, João Pimenta de Carvalho, que o sítio por ele escolhido para a instalação do povoado não era apropriado, por pequeno, para a Villa que se ia desenvolvendo, aproveitando-se da doação feita por D. Maria Jacome de Mello, em 1646, de suas terras situadas entre os rios Paraty-Guassú e Patitiva para nella instalar-se a Villa, tendo por padroeira Nossa Senhora dos Remedios,

[617] Os índios guaianases ou guaianás eram também chamados Goiamimis e Guarulhos e habitavam antes de 1500 toda a região compreendida entre os atuais municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati até Cananéa e, pelo interior, os municípios de Guaratinguetá e Taubaté (RINO apud GURGEL E AMARAL, 1973, p. 41).

[618] Tem esse nome porque, depois de trasladada a vila de Parati para o local em que está situada a atual cidade, de acordo com a Carta-Régia de 20 de abril de 1703, foi construída aí uma Trincheira, com um Reduto, para a defesa da vila. Mais tarde, em 1793, foi aí construído um Forte com baterias de barbeta, artilhados com canhões liso de calibre 12 e 18, montados em reparos Onofre. Novas obras aí foram efetuadas em 1836, para maior cômodo da guarnição que foi de Milícia e depois do Exército. O último Comandante foi o atual Marechal do Exército, José de Almeida Barreto (LIMA, 1972, p. 297).

[619] Foi doado na planície do sul da referida Ponta o terreno com uma área de 128.388,2 meros quadrados para aí levantar-se a projetada vila, o que teve lugar no ano de 1652 (LIMA, 1972, p. 270).

> effectuou a mudança da referida Villa; e por esta razão é que a Carta Regia de 28 de fevereiro de 1667, assignada por D. Affonso VI de Portugal, dá o titulo de – Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty. Até o anno de 1630, o rio Paraty-Guassú tinha seu leito nas imensas vargens denominadas – Jabaquára; - por isso dissemos que João Pimenta de Carvalho havia se instalado em uma collina situada á margem direita d'esse rio [...] Na ponta da collina em que foi instalada a antiga Villa com a invocação de S. Roque, a instancia do povo que de continuo era assaltado pelos piratas do Rio da Prata, pela Carta Regia d'El-Rei D. Pedro II de Portugal, dactada de 20 de Abril de 1703, foi mandado construir um pequeno Fórte com o titulo – Defesa-que só ficou concluído em 1706, e artilhado com canhões de ferro de calibre 12, como tudo lê-se no Livro 16 de Registro Geral da Provedoria, s fl.^{s} 53. Desde 1850 está esse Forte completamente abandonado e os seus canhões outro-tanto inutilizados (O PARATYENSE, 1891, Nº 14, p. 2).

Pelas informações acima e ao que tudo indica, em 1646 foi iniciada a nova capela na várzea, desta vez tendo por orago Nossa Senhora dos Remédios. Segundo consta, a nova igreja, construída já em 1652, apresentava-se bastante arruinada; "[...] além d'isso sendo muito pequena para servir as 2.700 almas então existentes na nova Villa, representou a Camara ao Governo da Metropole, e ao mesmo tempo solicitou a El-Rei D. João V, no dia 29 de Setembro de 1716, um auxilio peccuniario para edificar-se uma nova Egreja Matriz" (O PARATYENSE, 1891, Nº 14, p. 2). Esta solicitação não foi atendida: em 1785 a nova Câmara solicitou permissão ao Vice-Rei Luiz de Vasconcelos para, através desta e do povo, executar a nova edificação, cuja licença só foi obtida em 1787; e em 08 de setembro desse ano foi lançada a primeira pedra da nova igreja Matriz.

Com a ausência dos recursos necessários as obras foram paralisadas diversas vezes - e no início do século XIX foram retomadas paulatinamente. Conforme já mencionamos no Capitulo I desta Tese, esse processo prosseguiu em etapas de 1831 até 1873, com o término das obras da Capela do Santíssimo e a morte de Geralda Maria da Silva, sua grande empreendedora.

Ainda em 1660, segundo Pizarro, foi encaminhado requerimento do Capitão Domingos Gonçalves de Abreu para retirar sua jurisdição vinculada à Ilha Grande. Tal documento está conservado "[...] em folha avulsa, com os números-67-68 do Livro a que pertenceram, no Livro servido pelos annos 1654, fol.15v., contendo o provimento do Ouvidor Geral João Velho de Azevedo, provido a 10 de Abril de 1654 em Correição de 26 de Julho do mesmo ano" (PIZARRO, 1820, p. 42). Esse processo de jurisdição só se encerrou com a elevação do Pelourinho em 28 de fevereiro de 1667, através de Carta Régia do rei Dom Afonso VI de Portugal, com o título de "Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty".

Em 27 de junho de 1808 foi criado o cargo de Juiz de Fora para o Termo de Paraty, anexado ao de Angra dos Reis, representado pelo Bacharel Manoel Pedro Gomes, através do Decreto de mesma data. Pela Lei nº 14 de 13 de abril de 1825, a Província do Rio de

Janeiro foi dividida em 8 Comarcas Gerais, passando Paraty a Comarca de Angra dos Reis. Com o estabelecimento do Supremo Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro, em 1828, e a "Relação do Distrito", o Termo de Paraty ficou pertencendo à Comarca de Angra dos Reis, instalada em 27 de janeiro de 1829. Através do Decreto do Estado do Rio, datado de 3 de janeiro de 1899, o Termo de Paraty foi elevado à categoria de Comarca de 1ª entrância, sendo nomeado o Juiz de Direito, Dr. Henrique Graça, pelo Decreto do Governo Geral número 125, de 09 de janeiro. Sua posse ocorreu em primeiro de fevereiro do mesmo ano. Em 1844 ocupava a Vila uma área de 1.100 metros de frente e 1.226 de fundos, com população superior a 5.000 almas. Em 10 de março foi elevada, pela Lei Provincial nº 301, à categoria de cidade, tendo a instalação com solenidades ocorrido em 21 de abril do mesmo ano.

Pela Lei Provincial nº 63, de 17 de fevereiro de 1853, foi criada a Paróquia de São João Batista de Mamanguá, tendo início na margem direita do Rio dos Meros e terminando na ponta das Calhetas, em Laranjeiras, limite com São Paulo. Pela Lei Provincial nº 658 e 717, de 14 de outubro de 1853 e 21 de outubro de 1854, a Paróquia mudou sua sede para Paraty-Mirim, com a invocação de N. S. da Conceição de Paraty Mirim, permanecendo os mesmos limites. Na atualidade o Município tem início na margem direita do rio Mambucaba, limite do Município de Angra dos Reis; e termina na ponta das Calhetas, das Laranjeiras ou do Cairuçú, divisa do Município de Ubatuba, SP.

Os dados apresentados em esboço histórico e geográfico publicado no Jornal O Paratyense, datado de abril de 1891, nos soam muito atuais, devido à permanência dos elementos naturais e paisagísticos da área:

> Servido por uma immensa e pacifica baia, povoada por verdejantes e poéticas ilhas, quase todas com excellente aguada, nada deixa a desejar-se. O território do Municipio de Paraty, é desigual. Assim como encontram-se serras altíssimas, também possúe immensas uberrimas planícies adaptadas aos instrumentos aratórios. O seu clima é bastante temperado; e na estação de estio, o calor tropical é arrefecido pelas continuas brisas que bafejam as suas poeticas enseadas. A média de seu obituário annual não excede a 1, 3% (PARATYENSE, 1891, Nº 14, p. 2 e 3).

Como já dissemos acima, no final do século XVII Paraty já se configurava como uma pequena vila, com casas em sua maioria térreas, paredes de pedra e pau-a-pique, com sua primitiva Matriz em processo de ampliação, e os moradores fazendo uso das praias e rios[620] para adentrar o continente. Com a descoberta do minério, o uso das trilhas dos indígenas auxiliou na intensificação do trânsito para o interior do Vale do Paraíba e

[620] O principal: "Paraty-Guaçú ou Perequê Açú", Ribeiro da província do Rio de Janeiro, nas adjacências da cidade de Paraty. Dá navegação a canoas por espaço de muitas legoas, e as lanchas podem tomar carga em sua barra nas enchentes das marés (PARATYENSE, 1892, Nº 53, p. 4).

Serra da Mantiqueira. Essas trilhas foram definidas posteriormente como vias de acesso ao interior, bem como – dada a posição da vila - entreposto comercial entre o interior e o Rio de Janeiro, inclusive para exportação dos produtos de serra acima, como toucinho, milho, feijão, açúcar e aguardente, produzidos no interior e no entorno da vila.

Na primeira metade do século XVIII, por volta de 1703, já estavam sendo construídas as Igrejas de Santa Rita e Rosário, a Casa de Câmara e Cadeia e duas fortificações para a defesa da vila - uma nas proximidades do local da Vila Velha, na chapada da "Defesa", e a outra nas vizinhanças da Patitiba, denominada "Fortaleza".

No século XIX, com o início das plantações de café no vale, ocorreu um florescimento da Vila, com grandes melhorias, que incluíram a construção da Igreja de N. S. das Dores, a Santa Casa de Misericórdia, o Chafariz, Cemitério, além de sobrados e melhorias em fortificações - como o antigo Forte da Defesa, que passou a denominar-se Defensor Perpétuo, nome adquirido em 1822 em homenagem a D. Pedro I, em seu primeiro reinado como Imperador. Segundo a documentação consultada, em 11 de maio de 1892 ainda se fazia notar o que segue:

> Sua população é presentemente de mais de 10.000 habitantes, que lavrão cannas, colhem mandioca, arroz, milho, feijões e muito café. Em todo o districto existem 12 engenhos e mais de 150 fabricas de distillação d'aguardente e diversos estaleiros onde se fazem embarcações e vasilhas para aguardente. A costa é semeada de ilhetas, pela maior parte com moradores, em torno das quaes podem os navios manobrar, tirando aquellas que se achão mui vizinhas da terra firme. O reparo e concerto das estradas do sertão para as villas d'Ubatuba e de Mangaratiba, e os direitos d'entrada e de sahida que se pagao nas extremas das diferentes províncias, forão causa do descaimento em que se acha actualmente o commercio da villa de Paraty: para que seus moradores possão entrar em concurrencia com as demais villas vizinhas para conservarem as vantagens comerciaes de que desfructavão antes d'esta rivalidade, seria mister que se desvelassem em descobrir alguma nova industria, e que concertassem todas as estradas, e desempachassem todos os ribeiros do districto que são susceptíveis de navegação (PARATYENSE, 1892, Nº 53, p. 4).

Em 1813, através de decreto de 17 de dezembro, Paraty obteve o título de "Condado" em favor de D. Miguel Antonio de Noronha Abranches Castelo Branco, conferido por D. João VI.

Com a implantação da estrada de ferro em meados do século e o aprimoramento dos meios de transporte, os antigos caminhos foram aos poucos substituídos por novas vias, que alcançavam Paraty a partir do Rio de Janeiro, Barra do Piraí, Vale do Paraíba, São Paulo e Minas Gerais, possibilitando inclusive a chegada de móveis e sortimentos de pianos para as antigas vilas do Vale do Paraíba, entre elas Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté. Em 1882, o Jornal Paratyense anunciava que na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro havia sido aprovado em 2ª discussão o projeto da estrada de ferro apresentado

pelo deputado Honório Lima[621]. Este projeto partia da Estação de Queimados ou outra qualquer da Estrada de Ferro Pedro II, passava por Mangaratiba e Angra dos Reis, possibilitando o contato diário com a capital do império. As estradas de ferro eram na época consideradas "[...] as grandes artérias que ligam os interesses e os povos escudados no grande pensamento do século – progredir [...]" (PARATYENSE, 1882, Nº 1, p. 1). Ainda neste mesmo ano, foi concedido pelo Governo Imperial, aos Srs. Frederico Antônio Steckel e José Teixeira Pires Villela, o privilégio para construção de uma linha férrea por tração animal, denominada Ferro Carril de Santa Cruz, ao porto de Sepetiba, que contaria com pequenos vapores para viagens diárias entre este último porto e o porto de Paraty, fazendo escalas em Mangaratiba e Angra dos Reis. Este projeto tinha como objetivo principal colocar os três importantes Municípios em relação diária com a Corte no Rio de Janeiro.

Embora a procura de soluções no município para amenizar as distâncias e sair do isolamento fossem constantes no cotidiano oitocentista, o Jornal Paratyense, em 1882, ainda divulgava em seu noticiário episódios que alertavam aos viajantes das estradas e caminhos, únicos acessos terrestres naquela época, que os tropeiros vinham sendo vítimas de assaltos nas rotas entre Cunha, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, conforme mencionamos no Capítulo II.

Constatamos também nas pesquisas que em 04 de fevereiro de 1883 foi realizado requerimento ao Ministro da Agricultura pelo Sr. Eugenio Ferreira de Andrade, objetivando concessão para construir uma estrada de ferro unindo o porto de Paraty à vizinha cidade de Cunha. O requerimento era acompanhado de planta que fornecia as indicações do traçado a ser obedecido nas obras. Dois meses depois, o Jornal O Paratyense comentava a total ausência na perspectiva de vida longa de um futuro melhor para o município:

> Tinhamos em perspectiva um engenho central, uma via férrea entre o nosso porto e a cidade de Cunha e, por quebra uma linha de bondes marítimos nos conduzindo diariamente à Corte. O pobre devêra desconfiar da riqueza da esmola, entretanto creo para ter um triste desengano. Morreo tudo no nascedouro como creança inviavel (O PARATYENSE,1883, Nº 23, p. 1).

[621] Honório Lima, (03/09/1852-23/02/1926) nasceu em Angra dos Reis, filho de José de Souza Lima e Adelaide Mariana de Souza, Segundo Tenente reformado da artilharia do Exército, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, Condecorado com as Medalhas do Mérito e Bravura Militar e da Campanha do Paraguay, na qual prestou relevantes serviços, foi também Comandante-Geral do Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro. Atuou em Paraty na segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Honório Lima foi proprietário da Fazenda N. S. da Conceição de Barra Grande, era casado com Maria Cândida Nogueira Dias (1861-21/06/1921), teve os filhos: Antonio Dias Lima, Mario Dias Lima, José Augusto de Lima, Ruth Dias Lima e Marieta Dias Lima, sua esposa faleceu em Angra dos Reis em 1921 e foi sepultada no Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo (O MUNICIPIO, 1921, Nº V, p. 3). Honório Lima faleceu em Angra dos Reis em 1926 e foi sepultado no Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco.

Neste cenário, ainda em 15 de julho de 1884 foi inaugurada, através de iniciativa particular, a Empresa de Ferro Carril e Navegação Santa Cruz inaugurou-se através de iniciativa particular, com a visita do Imperador que a percorreu em bonde especial e a deu por inaugurada, concretizando assim o projeto de dois anos anteriores. O trajeto partia de Santa Cruz até encontrar a estrada geral de Sepetiba, por terra, e levava 35 minutos, sendo empregados 30 animais para preencher as necessidades do movimento. O trecho marítimo seria feito em seis horas e meia, em vapores da companhia indo e vindo diariamente de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Já em 07 de setembro de 1884, o Jornal "O Paratyense" anunciava o valor das diversas tarifas[622] provisórias da linha já aberta ao tráfego entre Santa Cruz e Sepetiba:

> Sua Magestade o Imperador Há por bem Approvar as tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela linha de carris do ferro de Santa Cruz á Sepetiba, as quaes com esta baixam assignados; o chefe interino da Directoria das Obras Publicas da Secretaria de Estado do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1884.- Antonio Carneiro da Rocha (O PARATYENSE, 1884, Nº 45, p.3).

Para tentar vencer seu isolamento, já prenunciado no final do século XIX e início do XX, entre os vários projetos que tiveram sua derrocada ainda no oitocentos, um projeto muito comentado no Jornal O Pharol no ano de 1898 foi a projetada estrada de ferro de Pindamonhangaba a Paraty, registrada na memória de muitos paratyenses desde o ano de 1893 – bem como os desmedidos esforços empregados pela Câmara Municipal para que o projeto fosse levado a efeito. No relatório realizado pelo Engenheiro Benjamim Franklin de Albuquerque Lima, observa-se importante descrição sobre o trajeto, que passaria por Guaratinguetá e Cunha, bem como a indicação de terrenos, divisão eclesiástica e policial, espécies de árvores e os possíveis cultivos de frutas e cereais nos trechos onde a estrada passaria.

O discurso recorrente na época revelava o forte anseio pelo progresso, respaldado na estrada de ferro unindo o porto ao interior e impulsionando a economia das cidades, pode ser observado no relatório mencionado acima:

> A cidade de Paraty, outrora cheia de vida, hoje quase sem movimento, silenciosa e queda (sic), olhando para seu magnífico porto, abrigado de todos os ventos e com capacidade a receber os maiores e mais fundos navios, espera o silvo da locomotiva para resurgir activa, movimentada e mais rica do que out'ora (O PHAROL, 1898, Nº 66, p. 1).

[622] Essas tarifas variavam por passagens, encomendas, animais, veículos, mercadorias e telegramas. Entre as mercadorias diversas estavam tijolos, telhas nacionais e francesas, aguardente, pianos de calda e meio armário, fogos de artifício entre outros (O PARATYENSE, 1884, Nº 45, p. 3).

O início do século XX foi também marcado por um projeto de grande vulto: uma estrada de ferro entre Guaratinguetá e Paraty, tendo como terminal o porto de Paratymirim. Foi enviado ao Congresso pelo engenheiro francês Justin Norbert, formado pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, o qual há muitos anos já residia com sua família no Estado de São Paulo. No dia 11 de novembro de 1907, o projeto foi votado sob o número 290 de 1907, autorizando o governo a conceder ao engenheiro ou à companhia o privilégio por 70 anos para a construção da estrada entre Guaratinguetá e Paraty-Mirim. Justin Norbert visitou Paraty diversas vezes, objetivando amealhar dados e informações para a justificativa sobre a necessidade da Estrada de Ferro. Por este motivo houve a paralisação, nos Jornais da cidade, das publicações que faziam referência ao relatório do Dr. Benjamim Franklin. Estes dados consistem em minuciosas descrições dos municípios de Guaratinguetá, Lagoinha, Cunha, Paraty e Paraty-Mirim, abrangendo a zona chamada norte de São Paulo, constantes do Jornal o Pharol em edições de 1907 e 1908, conforme verificamos:

> A maior parte das terras do município de Paraty, está coberta de florestas virgens e na parte da serra principalmente, a vegetação toma proporções phantasticas: tudo ahi cresce e se desenvolve. As madeiras mais preciosas existem ahi em abundancia e sua exploração será interminável. As melhores madeiras de resistência e belleza neste logar tem sua sede. Ahi se encontram: Canella preta e branca, Copahyba, Guarantan, Cedro Guatambú, Ypê, Jacarandá, Massaranduba, Peroba, Sucopira, Pinheiro do Brasil etc (O Pharol, 1907, Nº 52, p. 1).

As visitas a Paraty, neste período, não raro eram acompanhadas de familiares e se transformavam em grandes recepções que incluíam a participação da Corporação Musical Lyra da Juventude, foguetes, discursos proferidos pelas autoridades, jantares, serenatas e documentação fotográfica dos locais visitados por mar e a cavalo, entre eles os sertões da Toca do Ouro, Curralinho, Trindade e Laranjeiras - estes dois últimos atualmente já bem povoados.

Em 1907 foi instalada em Paraty uma Biblioteca, sob a presidência de Samuel Costa. Integravam a instalação “[...] João da Costa Cavalcante Albuquerque, Major João F. Do Amaral, José Rodrigues de Aquino, Antonio Joaquim da Silva Miranda, Joaquim Francisco de Paula e Silva e Francisco de Almeida Cruz” (O PHAROL, 1898-1907, Nº 41, p. 1).

Devemos destacar que a abertura de estradas e, consequentemente, sua pavimentação, constituiu-se em elemento determinante para o desenvolvimento das cidades, embora o velho caminho da serra tenha servido para os tropeiros até meados do século XX, desta vez para o transporte de alimentos que eram trazidos da vizinha Cunha para Paraty. Com essa estagnação Paraty ainda sobreviveu com seus engenhos e com a produção de farinha, como se pode observar durante a Exposição Nacional de 1908, no

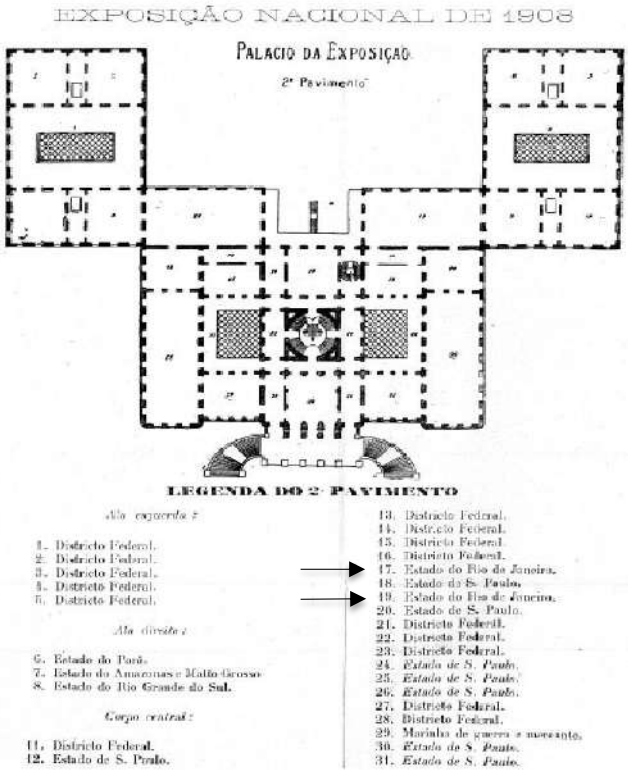
Rio de Janeiro. Esta Exposição realizou-se entre 11 e 15 de novembro daquele ano no bairro da Urca, em comemoração ao centenário do Decreto da Abertura dos Portos às Nações Amigas; e para fazer um inventário da economia do país na época, tendo como objetivo principal apresentar às autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram a nova capital da República, urbanizada pelo então Prefeito Francisco Pereira Passos e saneada pelo cientista Osvaldo Cruz. Para a Exposição, o engenheiro Justin Norbet reuniu amostras de minerais de ferro, madeiras de lei para construção e mobiliário, plantas medicinais, pedras, calcáreos, diversas qualidades de aguardente, artefatos fabricados com palha e produtos da zona rural [623]. Houve protestos, nos Jornais da época, sobre os objetos e amostras enviados de Paraty para integrar a citada exposição, muitos deles etiquetados com procedência errada, chegando ao desaparecimento de duas caixas de minerais enviadas pelo município. Os objetos de Paraty ficaram expostos no Palácio dos Estados, 1º pavimento, corpo central, sala nº 16 e no 2º pavimento, corpo central, salas números 17 e 19 (Figs. 517 e 518).

Fig. 517: Fachada principal do Palácio, prédio ainda existente na Avenida Pasteur, Urca - atualmente abrigando o Museu de Ciências da Terra

Fonte: A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro – Margareth da Silva Pereira

[623] Dentre os produtos que figuraram na Exposição de 1908, no Palácio dos Estados, pavimento térreo e pavimento superior, estavam: Tapioca de araruta, tapioca grossa de mandioca, tapioca fina, tapioca mariressô, farinha de mandioca, aveia, pimenta do reino, noz-moscada, canela em casca, cravo da Índia, polvilho mandioca, frutos de bicuhyba, baga de mamona, guandos, favas, feijões de 17 qualidades, cal de marisco, rezina de jatahy, Ipecacuanha, cipó imbé, tinguaciba, salsa parrilha vermelha e branca, raiz de salsa parrilha, chapéus, peneiras, cestos de taquara, minerais como: kaolins, 10 qualidades não discriminadas como desta cidade; ferro com 80%, argilas, gessos, quartzos, aguardentes e madeiras. Foram enviados também os tecidos da fábrica “Santa Thereza, uma toalha de crochet, confeccionada pela Senhorita Lopes da Costa, na ocasião etiquetada como oriunda de Macaé. Teve como presidente da comissão organizadora da Exposição do Estado do Rio, o Dr. Sylvio Rangel e estava presente na inauguração, Eduardo Pereira da Cruz, representante do Jornal O Pharol”, na cidade de Paraty e o Dr. Samuel Costa (O PHAROL, 1908, Nº 6, p. 3).

Fig. 518: Planta baixa do 2º pavimento do Palácio da Exposição



Fonte: A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro – Margareth da Silva Pereira

Observamos que, apesar dos episódios citados acima, houve ainda a intenção de participar, em outro momento, da exposição de frutas e legumes no Pavilhão Nacional de Agricultura. Paraty recebeu prêmios propostos pelo Juri Superior da Exposição Internacional, dados aos seguintes produtos: “[...] Grupo 1: Farinhas, féculas e outros produtos de moagem - 4 medalhas de prata; Grupo 23: Fios e tecidos de Juta - 1 medalha de prata; Grupo 26: Rendas, trabalhos de agulha - 4 medalhas de prata; e para o Grupo 73: madeiras - apenas 4 de ouro, cabendo uma a Paraty [...]” (O PHAROL, 1909, Nº 20, p. 1 e 2).

Integra a coleção do Museu de Arte Sacra de Paraty medalha em prata, oriunda de Torino e datada de 1911, enviada pela Câmara de Paraty (Figs. 510 e 511) para guarda e proteção, que faz referência à Exposição Internacional de Agricultura. Desconhecemos as medalhas recebidas como prêmio da Exposição Nacional de 1908, comentadas no Jornal O Pharol de 1909. A medalha integra o acervo da Municipalidade, conforme levantamento datado de 11 de setembro de 1939 (ANEXO 67).

Fig. 519: Medalha da Exposição Internacional de Agricultura - (anverso)

Fig. 520: Medalha da Exposição Internacional de Agricultura - (reverso)

Fonte: Acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty

Ainda em 1908, embora com grande estima e consideração ao Dr. Justin Norbert, houve demandas por carta para dificultar a partida da estrada de Guaratinguetá, transferindo-a para a cidade de Lorena; esta autorização foi concedida em 1917 pelo Governo Federal, através de concorrência pública, desta vez de Piquete, SP a Angra, RJ, objetivando beneficiar a zona litorânea sul fluminense – especialmente Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Observamos que em fins do século XIX e até meados do século XX, Paraty ainda mantinha modos de viver e formas de comportamento herdados do período colonial, sem água encanada, meios de transporte rápidos, com iluminação[624] e saneamento precários. Eram constantes as reclamações sobre as águas servidas e despachadas pelas áreas internas através de calçamentos e canaletas em tijolos ou pedras, que se uniam aos corredores e à rua, sendo algumas vezes arremessadas pelas janelas dos sobrados. O Código de Posturas do Município, datado de 1936, ainda vetava esse comportamento, em seu artigo 23: "[...] Ninguém poderá lançar, nas ruas, nas praças ou logares públicos, lixo, agua servida ou qualquer outra matéria infecciosa. Multa de 10$000 a 50$000" (POSTURAS, 1936, p. 7). A água disponível na cidade restringia-se aos dois chafarizes existentes e aos serviços de aguadeiros, pagos inclusive pelas Irmandades para abastecer os lavabos das sacristias das igrejas durante as festas. Em 17 de abril de 1898 o Jornal O Pharol anunciava a chegada do material necessário encomendado para obras, na gestão do Presidente da Câmara, Major José Luiz Campos do Amaral:

> No vapor Garcia chegou a este porto todo o material que a nossa Camara Municipal contractou, para o novo encanamento d'agua para

[624] A iluminação, a princípio, com postes de ferro instalados no centro dos cruzamentos das ruas, colocou em desuso os antigos lampiões e postes que possuíam na parte superior acabamento em forma de cruz latina, para servir de apoio às escadas, objetivando manutenção e funcionamento pelos acendedores, bem como os antigos ganchos articulados, no modelo dos lampiões do Rio de Janeiro setecentista, motivo de queixas dos moradores no século XIX, pela falta de luz que já se fazia sentir às 9 horas da noite, bem como do asseio dos lampiões e qualidade do querosene utilizado. A água só começou a ser canalizada em 1897, segundo o balanço geral da Câmara de Paraty, constante dos jornais da época.

> abastecimento da cidade. Vimos esse material, e, comquanto não sejamos profissionaes, nos parece elle muito bom e em condicções de preencher o fim a que é destinado. Consta-nos que a Camara Municipal vai tratar de iniciar já os trabalhos da colocação do referido encanamento (O PHAROL, 1898, Nº 70, p. 2).

Na década de 1930, a água teve sua canalização concluída, amenizando a função dos Chafarizes do Pedreira e do Largo de Santa Rita; permaneceu em atividade o Poço da Nação, no bairro do Pontal. Destaque-se que o Chafariz do Pedreira, no Largo do mesmo nome, tem essa denominação em homenagem ao Presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz: segundo comunicação do Palácio da Presidência, datada de 02 de maio de 1851, veio pessoalmente a Paraty e presenciou os sérios transtornos causados pela falta d'agua, valendo-se os moradores dos rios que ladeiam a cidade, entre eles o Perequê-Açú, na ocasião também chamado de Bananal:

> Comunico à Câmara Municipal da Cidade de Paraty, que atendendo a urgente necessidade de fazer abastecer de agoa potável e bõa os habitantes da referida Cidade, e tendo pessoalmente observado qual o sofrimento da população pela falta dela, vendo se condenada a beber a agoa impura do rio Bananal contractei com o Fazendeiro João Reveilleti a construcção do Chafariz decretado pela Assemblea Provincial mediante as condições constantes do termo que assignam, e cuja copia será enviada á referida Camara do qual verá que aquelle empresário se obriga a terminar toda a obra dentro do prazo de 18 mezes. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (ACERVO SANTA CASA, 1851, DA).

Ainda em fins do século XIX, correspondendo ao período em que foram feitas melhorias no abastecimento d'agua, foi feita a extensão do encanamento do Chafariz do Pedreira ao Chafariz do Largo de Santa Rita "[...] no Largo Pedreira centro do Largo de Santa Rita com distância de cerca de 370 metros, incluindo soldaduras, e custo e assentamento de uma pilastra com torneira" (ACERVO SANTA CASA, SD, DA).

Pelo quadro abaixo, observa-se que os serviços empreendidos possivelmente no século XIX demandaram a movimentação de calçadas para a passagem do encanamento e a construção de pilastra de cantaria com as terminações paisagísticas – a qual, no início do século XX, serviu de inspiração para os Chafarizes construídos no Bairro do Pontal, Bairro da Ponte Branca e na localidade de Tarituba; este último foi erguido em 1945, na gestão do Prefeito João Apolônio dos Santos Pádua – "Jango Pádua" - (1880 – 16/07/1962), que ali também construiu o cemitério N. S. das Graças. João Apolônio era filho de Manoel Ferreira dos Santos Pádua e Maria Joaquina de Almeida Pádua (O PHAROL Nº 24, 1898 – 1907, p.4). Manoel Pádua entrou na Irmandade Santa Rita em 1874 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1852 – 1910, p. 40v).

QUADRO Nº 26 – INSTALAÇÃO DO CHAFARIZ DO LARGO DE SANTA RITA

DESCRIÇÃO	VALOR
370 metros de encanamento de chumbo de 2,8 millimetros, pezando 1530 kilogrammas a 420 reis o kilogr	705$600
Carretos, fretes, despachos e conducção até o lugar da obra	134$400
Alevantamento das calçadas por onde tem de passar o encanamento, abertura da valla acentamento d'aquelle, e reparo das calçadas a 2$000 rs o metro	740$000
Soldaduras das peças de encanamento	100$000
1 Pilastra de Cantaria com torneira	150$000
1 Bucha de 15 centimetros, para ligar o encanamento de ferro	50$000
Despezas eventuais, 10 p% do total Despezas eventuais, 10 p% do total	188$000
Somma	2:068$000

O Pres. Intrº Antonio Justino Ferreira
Domingos José Gomes - João José de Alm.da Peixoto
João Francisco Peres dos Santos
Francisco Alexandrino das Chagas

Fonte: ACERVO SANTA CASA, SD, DA.

Neste momento são instaladas as primeiras privadas e suas fossas sépticas nos quintais das casas. A iluminação elétrica foi inaugurada em Paraty no dia 23 de Julho de 1922 às 6 horas da tarde, pelo Presidente da Câmara, Dr. Samuel Nestor Madruga Costa, através de central geradora montada pelo engenheiro Henrique Erismann, representante da Casa Siemens Schuckertwerke e da Companhia Brasileira de Eletricidade - com aproveitamento da roda hidráulica já existente na Companhia Industrial Santa Thereza, também conhecida como Fábrica de Tecidos Santa Thereza (Fig. 521).

Fig. 521: Fábrica de tecidos Santa Thereza

Fonte: Escritório Costa Verde - IPHAN – Paraty - RJ

A Fábrica de Tecidos foi montada em 1860, na localidade de Itatinga, 2º Distrito do Município, por um pequeno grupo de estrangeiros liderados pelo Tenente Francisco Antonio de Souza. Uma vez que as águas do rio Itatinga não eram suficientes para o

desenvolvimento progressivo da Fábrica, esta foi transferida para terreno doado por D. Geralda Maria da Silva, na localidade de Bananal, próximo ao rio Perequê-Açú. Esta fábrica teve como proprietário o Comendador Manoel da Silva Leitão, importante capitalista e negociante do Rio de Janeiro. Em 1907, atuava como gerente o Tenente João José Rodrigues (O PHAROL, 1898 – 1907, Nº 26 e 47, p.1).

Quanto à religião, a prosperidade do culto católico e o prestígio do clero da Vila de Paraty determinaram que o sentimento religioso adquirisse uma grande dimensão para a maioria da população, através da educação, possivelmente pela ausência de seitas ou outros cultos, o que a ordem política na época não permitia. Este dado vem reforçar a próspera situação religiosa da cidade, que comportava grande número de sacerdotes. Samuel Nestor Madruga Costa, Presidente da Câmara de Paraty em 1922, registrou, no Jornal A Razão:

> A população da terra era laboriosa, ordeira e religiosa – o seu labor é atestado pelas criações de ordem material que sobre existem muito em desproporção com a população diminuta. Que talvez nunca não atingisse a quinze mil almas. Há neste município, sem favor algum, o esforço concretizado de uma população de cinquenta mil habitantes durante muitos lustros, as igrejas monumentais, o Hospital, as longas ruas calçadas, as edificações urbanas atuais e as que desapareceram. Os cais soterrados à margem do rio, as fazendas que existem, as que ruíram pelo abandono, a estrada da serra (COSTA, 1922, p. 1 - 3).

Passados mais de trinta e cinco anos de espera e desilusões com projetos que iriam salvar do isolamento, da miséria e da ruína a cidade de Paraty e extensa faixa do território fluminense, em 1922 ainda havia esperança, conforme registrado no Jornal da época:

> Para nós, temos como certo que o único remédio para realmente tornar este Município o que foi outr'ora, é este: Uma Estrada de Ferro de penetração ligando o porto d'esta cidade ao Município de Itajubá, Estado de Minas Geráes, servindo assim a zona Sul Mineira (O MUNICÍPIO, 1922, Nº 31, p. 1).

A velha estrada da serra continuou cumprindo seu papel, embora precariamente, servindo de ligação ao Vale do Paraíba e, em 08 de maio de 1929, teve sua última ponte concluída, ligando a cidade de Paraty à de Cunha. Encontravam-se em pleno funcionamento os Ranchos para Tropas, que pertenciam aos Srs. Manoel P. de Moraes Pinto e João José do Prado (1908), este último no lado direito da Rua Presidente Pedreira.

Devemos registrar que em 1917 foi instalada em Paraty pequena fábrica de banha, de propriedade do industrial Sr. Anselmo Saraiva Vaz. Em 15 de maio de 1929, os jornais locais já comentavam as novas iniciativas do progresso de Paraty[625], com quatro fábricas

[625] Também na década de 1930 foi instalada em Paraty, no terreno entre a praia do Pontal e o prédio da Santa Casa, uma fábrica de sardinhas enlatadas, pelo francês Felipe Lacrau. No imóvel da esquina da Rua de Santa

de gelo para o preparo do peixe destinado à exportação, estando três delas em funcionamento, além de duas grandes serrarias a vapor, uma oficina mecânica e tendo como próxima a abertura do Ambulatório da Santa Casa. Em 21 de julho de 1929 o Jornal A Verdade noticiava: "[...] Já está em pleno funcionamento a importante fabrica de gelo adquirida pelo capitalista Sr. Izanon Alecxion e a firma Emilio Torriceli. Estão na gerência desse estabelecimento industrial os Srs. Rosalvo Destefano e Nico Vuracjuct [...]" (A VERDADE, 1929, Nº 8, p. 1).

As fontes do século XIX e XX chamam atenção para o registro de Paraty em sua "Secção Histórica" e na coluna "Retrospecto" do *Guide de L'Etoile du Sud*, *L' Empire du Brézil* publicada em 1887, na parte correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, em Jornais que por aqui circulavam e possivelmente de forma incipiente eram levados a outros estados do Brasil através dos diversos vapores que aqui transitavam no século XIX. Entre os vários jornais do município está O Paratyense (1882 a 1892), cujo redator era Joaquim Mauricio de Velasco Molina; e que, com a mudança para o redator Luiz Francisco Pinto da Silva, em 1890, passou a se chamar Paratyense; e O Pharol, de 1898 a 1907.

Acreditamos que esses registros foram os impulsos para a divulgação do cotidiano ainda preservado em suas exigências e afetividades, pelas famílias e moradores, hábito reforçado na década de 1950 pelo "Centro Paratyense" com a Caravana da Saudade[626] realizada anualmente – com paratyenses comparecendo à festa da padroeira para rever os familiares e homenagear N. S. dos Remédios, levando as notícias e os informes para o Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos e São Paulo.

Esse reconhecimento da importância de Paraty como patrimônio histórico do Estado do Rio se deu com a assinatura do Decreto Lei nº 1450, de 18 de setembro de 1945, pelo interventor federal Ernani do Amaral Peixoto[627]. Entre as considerações registradas está o que segue:

Rita, com a Rua da Matriz, "fábrica de tamancos", de propriedade de Miguel Sotto Mayor, na esquina da Rua da Matriz com a Rua da Lapa "fábrica de tamancos" de propriedade de Francisco Sotto Mayor. Na esquina da Rua D. Geralda com a Rua do Rosário "fábrica de tamancos" de propriedade de Hugo Miranda. Na Travessa de Santa Rita também funcionou um maquinário para beneficiamento de arroz, de propriedade de Tharcilio Benedicto Nascimento de Oliveira e uma fábrica de tamancos de propriedade do Sr. Fernando dos Santos Siqueira Costa, conhecido como Sr. -"Badaio" - e uma Fábrica de Papéis Paraty Ltda., na encosta do Morro do Caborê (A VERDADE, 1929, Nº 1, p. 1).

626 Partirá hoje, de Angra dos Reis, em lancha especial, formando assim a segunda "Caravana da Saudade", rumo ao Município de Parati, onde chegará às 9 horas da manhã, o ilustre paratiense Dr. Augusto do Amaral Peixoto e sua Excelentíssima Esposa. Integrando essa grande Caravana seguirão outros ilustres descendentes de tradicionais famílias de nossa terra, destacando-se entre eles os nossos presados amigos Dr. Heitor Gurgel, Secretário particular de sua Excia. o Senhor Governador e Deputado Vasconcelos Torres (O PARATIENSE, 1952, Nº 1, p.3).

627 Ernani Amaral Peixoto (14/07/1905 – 14/03/1989) , nasceu no Rio de Janeiro, sua ascendência em Paraty, vem do pai e do avô, comerciante de café e Presidente da Câmara em Paraty, era filho de Augusto Amaral Peixoto e Alice Monteiro Amaral Peixoto, graduado em engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e foi influenciado por seu irmão Augusto do Amaral Peixoto Junior, militar onde aproximou-se do Movimento Tenentista, antes da Revolução de 1930, apoiando Getulio Vargas e nomeado seu ajudante de ordem. Foi casado com Alzira Vargas, filha de Getulio Vargas, teve sua única filha, Celina Vargas do Amaral

> Considerando que a proteção do patrimônio histórico e artístico fluminense é de relevante interesse público; considerado que, na legislação federal instituída para a proteção do patrimônio nacional de arte e de história, foi prevista a elaboração de legislação estadual e municipal supletiva ou complementar sobre o mesmo assunto; considerando que, estabelecida desde a primeira metade do século XVII e erigida em vila desde 1660, Parati teve considerável importância na história política, social e econômica da Capitania, da Província e do Estado do Rio de Janeiro; considerando que o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paraty conserva não só as características expressivas da arte tradicional brasileira, mas também significativas peculiaridades regionais; considerando que o referido conjunto tem excepcional valor histórico e artístico e que, portanto, é de manifesta utilidade cívica e cultural a preservação da sua unidade; RESOLVE: Artº 1º- O conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Parati é erigido em monumento histórico do Estado do Rio de Janeiro. Artº 2º- Para os efeitos do presente decreto-lei, a área urbana de Parati erigida em monumento será demarcada pelos órgãos estaduais e municipais competentes, em cooperação com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Artº 3º- As obras públicas estaduais e municipais, assim como as obras de iniciativa particular, na cidade de Parati, não poderão ser autorizadas desde que atentem contra a integridade dos elementos compreendidos no conjunto arquitetônico e urbanístico erigido em monumento histórico, sejam prejudiciais a sua unidade ou lhe alterem e desfigurem os aspectos tradicionais. Artº 4º- No código de Obras de Parati serão incluídas as disposições adequadas para o cumprimento efetivo do que estatui o artigo 3º. Artº 5º- Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Govêrno, em Niterói, 18 de setembro de 1945 (PROCESSO Nº 563-T-57,1945-1990, p. 1 a 179).

Em seu artigo 2º, o documento determina que “[...] a área urbana de Parati erigida em monumento será demarcada pelos órgãos estaduais e municipais competentes, em cooperação com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PROCESSO Nº 563-T-57,1945-1990, p. 1). Em 27 de maio de 1947, através do Decreto-Lei Municipal Nº 51, foi criado o primeiro Código de Obras de Paraty. Esses decretos vieram a vincular Paraty à gestão e supervisão da DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para essa supervisão, foi incumbido o engenheiro Emílio Cunha de realizar os estudos preliminares para as obras necessárias em Paraty. Durante duas décadas tais estudos estiveram sob sua ingerência correspondendo aos períodos de 2 de abril de 1948, 19 de março de 1949 e 26 de dezembro de 1950. Nestes períodos Emilio Cunha coordenou obras de restauração e conservação nos prédios da cidade, imóveis particulares e igrejas. Consta de seu relatório, datado de 28 de agosto de 1947, ao Diretor Geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade,

---

Peixoto. Consta no Jornal O Pharol: Falleceu e sepultou-se no dia 11 do corrente na Capital Federal, nossa conterrânea Exma. Snra. D. Maria José Campos do Amaral Peixoto. A illustre extincta contava 70 annos de idade e era exemplar esposa do nosso amigo Alferes José Augusto do Amaral Peixoto, mãe do Dr. Augusto do Amaral Peixoto, sogra do Dr. Luiz Gurgel e irmã do nosso inesquecível amigo major José Luiz Campos do Amaral. A seus dignos esposo, filhos, genro e nettos, enviamos nossas sinceras condolências (O PHAROL, 1907, Nº 31, p. 3).

minuciosa descrição dos monumentos recém-patrimonializados e das reformas pelas quais já haviam passado, bem como do acervo encontrado no seu interior:

> Agora darei algumas informações sobre os objetos artísticos e valiosos que esses monumentos possuem, principalmente a Matriz, e que o Padre Hélio, zelador intransigente do patrimônio que encontrou, tem defendido durante trinta e oito anos contra a ronda dos compradores de antiguidades (CUNHA, 1947, p. 9).

Embora já tivessem sido objeto de preocupação e controle pelo vigário José Saurer, como dissemos acima, com a inscrição dos mesmos no I Livro de Tombo, ainda em 1947 este era o panorama:

> Voltando a Parati e ao cerco que tem sofrido o Vigário, ocorre-me dizer que pretende ele construir uma caixa-forte, que poderá ser projetada, depois de desenhada a planta da Igreja e caso Vossa Senhoria concorde, aproveitando-se um canto do consistório. Espera o Vigário que o Patrimônio concorra apenas com a porta. Atualmente, algumas coisas estão guardadas em armário que não oferece nenhuma segurança, e outras conservam seus lugares nos altares, permanecendo a Igreja aberta o dia todo. Dêsses bens possue o Patrimônio alguns documentos fotográficos, referentes às varas de prata massiça encimadas por lanternas trabalhadas, custódia, cruz do Santíssimo, bastões da Irmandade, etc (CUNHA, 1947, p. 9).

Em parecer datado de 13 de junho de 1957, Carlos Drummond de Andrade ressalta a conveniência de inserir no Livro de Tombo já instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937 o conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty, de modo a assegurar de maneira definitiva a proteção aos valores históricos e artísticos, "[...] considerando assim como valioso e operante o ato do governo fluminense que teve em mira preservar o aspecto tradicional de Paraty (PROCESSO Nº 563 - T - 57,1945 - 1990, p.4). A inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty e especialmente do Prédio da Santa Casa foi feita sob o número 17, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Para evitar a perda de sua admirável beleza natural, além da relevante função histórica que significou como componente de ligação entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, na década de 1960 o Governo Federal erigiu como Monumento Nacional o "Conjunto Paisagístico do Município de Paraty e especialmente o acervo arquitetônico da cidade", através do Decreto Nº 58.077, de 24 de março de 1966.

4.2 As manifestações da devoção e sua permanência

Por considerarmos necessária a contextualização de nossos objetos de pesquisa, e para melhor alcançarmos nossas propostas de estudo, uma vez que as festas ocorrem durante todo o ano, faremos uma exposição dos seus rituais, percorrendo o calendário litúrgico dentro de suas dinâmicas sociais e a integração nestas cerimônias de aspectos sagrados e profanos.

Na virada para o Ano Bom, como era chamada a passagem de ano no início do século XX, ainda continuavam as visitas da Folia de Reis[628] às casas em que eram armados os presépios e, na década de 1950, do grupo de Pastorinhas, liderado por Maria Cecília da Conceição (Mariquinha do Libanio) apresentando-se inclusive nas igrejas. Essas festas se estendiam até o dia de Reis, em seis de janeiro. Muitas são as informações sobre estas comemorações e consta também a participação de cantoras acompanhadas de alguns instrumentos da banda:

> Pouco animada correu a festa de Reis, n'esta cidade. Apenas um grupo de senhoras e senhoritas sob a direção da Exma. Sra. D. Faustina Agostini, do professor Benedicto Borges e seus companheiros, da corporação muzical "25 de Dezembro", organisaram um excellente grupo que cantou durante as noites de 5 e 6 em muitas casas onde foi bem recebido, reinando intimidade e alegria (O PHAROL, 1910, Nº 17, p. 1).

O grupo da Folia de Reis, em Paraty, pode ser composto de homens e mulheres, que visitam as casas para entretenimento; saem sempre após as 22 horas, evocando a visita dos Reis Magos, guiados pela estrela. Para esse ritual as portas das casas sempre ficam fechadas e a luz apagada, estas se abrem e as luzes são acesas quando são cantados os versos para esta ocasião[629]. Este costume ainda se mantém em Paraty. Devemos destacar um depoimento de Benedicta Natividade Torres Pádua, natural de Paraty, que nos relata a visita de uma reisada, popularmente conhecida como "Reis" na residência de seu Pai Manoel de Jesus Torres, naquela época à Rua Dona Geralda:

> quando chegava o Reis, do dia 6 de janeiro, (homens que cantavam reisada, quando a gente ouvia o barulho do prego na garrafa, um dos instrumentos dos reis, mamãe apagava as luzes (já havia luz elétrica, luz

[628] A visita da Folia de Reis nas residências de Paraty, na área urana e rural são iniciadas no dia 08 de dezembro, comemoram no dia 06 de janeiro e encerram no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, integram além de seus componentes, violas, pandeiro, cavaquinho e um triângulo.

[629] Clarimundo dos Santos Pádua foi Prefeito em Paraty em 1930, 1935 a 1938, organizou os versos que eram entoados pela Folia de Reis escritos por Narcizo: Era o céo bordado e bello, Bem tranquilla a Palestina, Brilhante a estrella divina, Florido todo o Carmello./Mimoso pranto de luz, Os orbes todos jorravam, Os anjos hymnos cantavam, Por sobre espaços azues./ A noite brando sorria, Ao som festivo das harpas, Dos montes sobre as escarpas, Cheirosa a brisa corria./ Na terra toda harmonias, A paz reinava também, Nascido tinha em Bethlém, O suspirado Messias. /Maria toda esplendores, Ao lado tinha o Menino, Formoso, louro e divino, Num berço todo de flores./D'amor oh! bella epopéa, Cantava o povo contente, Saudava todo o Oriente, Ao novo Rei da Judéa (O PHAROL, 1908, Nº 19, p.2). Sancionou o Código de Posturas de Paraty, datado de 19 de novembro de 1936.

> de cabacinha para muitos) nós ficávamos prendendo o riso, porque papai ficava atrás da porta dançando, só se ouvia o barulho dos pés dele, o pessoal cantava do lado de fora: “Meu senhor dono da casa/me desculpe a confiança/de estar em sua porta/sendo eu uma criança. Estou batendo em sua porta não/não é pra ganhar dinheiro/ É por patos e marrecos/E, franguinhos do poleiro/ então o menino gritava ê, ê, ê, ê, até sumir a voz” (PÁDUA, 2000, p. 2 - 3).

A depoente esclarece que em Paraty estes grupos de cantadores eram compostos de um mestre violeiro, contramestre e um “tripé”, cuja voz se ouvia à distância, sendo o ritmo marcado pelos pandeiros. Após as cantorias, eram servidos café com bolachas e biscoitos, depois dançavam e saiam dali para outra casa; levavam ainda como oferta uma garrafa de vinho do porto, embora alertassem para não se oferecer bebida alcoólica, objetivando não prejudicar a folia, já que os cantadores faziam suas visitas em outras casas até o amanhecer do dia.

O período do carnaval no início do século XX, conhecido como entrudo em Paraty, era comemorado com os blocos do Zé Pereira e suas alas de lanternas coloridas, feitas de papel crepom; o Bloco da Lálá, que também fazia uso destes objetos; o Bloco dos Democráticos em que todos se fantasiavam com motivos em preto e branco, fossem baianas, arlequins, piratas ou pierrôs; e o Bloco do Sr. Ribeiro (Fig. 522).

Fig. 522: Bloco Carnavalesco do Sr. Ribeiro

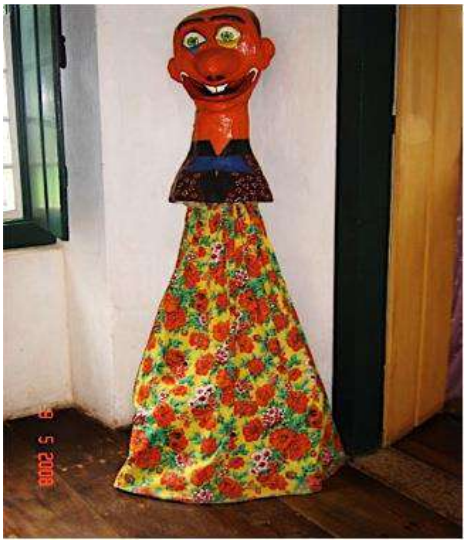
Fonte: Acervo Vilma de Miranda Pádua

Estas comemorações não raro acabavam em disputas políticas, pois existia também o clube dos Tenentes do Diabo, com suas cores vermelho e preto, liderado pelo Tenente Souza, oposição aos Democráticos representados por Samuel Costa. Em março de 1919 a coluna Factos e Fitas, do Jornal A Razão, ainda registrava o silêncio das rivalidades, que sempre nesse período manifestavam seus desafetos:

> Os Democráticos e os Tenentes, desta cidade, que out'óra degladiavam-se e cada qual procurava salientar-se pelas suas phantasias e com seus bellos carros allegoricos, têm-se conservado em completo mutismo, e, este anno, ainda não deram um signal de vida. Voz Geral – Democraticos, Tenentes/ Num silencio sepulchral.../Onde param essas gentes, /Hoje em pleno carnaval.?! /Não se nota aquelle ossomo, /A galhofa, a brincadeira./ Parece que o próprio Momo,/ Dormiu com o Zé-Pereira. Se o motivo vem de traz,/ É bem que não se o procura/Pois é sabido de mais:/-Não há bem que sempre (dure) (A RAZÃO, 1919, Nº 25, p. 3).

Durante o período que se seguia ao Dia de Reis e ao carnaval, era comum também comparecerem grupos de mascarados no período noturno, assim como os Voronofes (Fig. 523), bonecos gigantes com cabeça desproporcional. Segundo informação dos mais velhos, é uma apologia ao Dr. Voronoff, médico do Rio de Janeiro, conhecido por suas célebres teorias do rejuvenescimento. Estas figuras portavam máscaras produzidas com papel e cola de trigo, moldadas em formas de barro e coloridas com guache e pó xadrez de diversas cores, vestindo roupas velhas e usadas. As máscaras ainda são confeccionadas até os dias atuais em Paraty (Fig. 524). A cidade possui vários artesãos que estão ensinando a técnica nas escolas públicas e particulares, em oficinas e no Museu Forte Defensor Perpétuo.

Fig. 523: Voronofe



Fonte: Acervo Museu Forte Defensor Perpétuo

Fig. 524: Oficina de Máscaras na Escola do Corisco – Paraty - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Registre-se ainda a presença, na cidade, das bandas de música "Lira da Juventude" e "25 de Dezembro", que além de fazer parte das cerimônias religiosas e procissões, compareciam aos eventos cívicos, solenidades da cidade e animavam o carnaval. Ambas datam possivelmente de fins do século XIX. A Lira da Juventude, segundo informações do arquivo da atual Banda Santa Cecilia, foi fundada em 12 de

dezembro de 1899 pelo maestro Lindolpho Pinto da Silva, Benedito Perequê Brasil e João Apolônio dos Santos Pádua; em 1890, ao que tudo indica a antiga banda da cidade já se encontrava em decadência: “[...] Estamos informados que o cidadão Honório Lima pretende tomar sob sua proteção a banda de música d’esta cidade, concorrendo annualmente com uma importante somma para o seu custeio. Oxalá os amigos de Paraty isso fizessem a mais tempo (PARATYENSE, 1890, Nº 4, p. 2).

> Consta no Jornal O Pharol, de 30 de dezembro de 1906, “[...] inauguração no dia 23 da Corporação musical Lyra da Juventude. Franqueados as 5 horas da tarde, os vastos salões d’essa futurosa Sociedade, luxuosa e irreprehensivelmente ornamentados, e, depois de percorrer ella as ruas da cidade, elegantemente trajados os associados com os seus novos dolmans de cor azulada e bonets brancos, deu entrada nos salões que já regorgitavam de convidados (O PHAROL, 1906, Nº 19, p.1).

Fig. 525: Banda Lyra da Juventude

Fig. 526: Banda Santa Cecília

Fonte: Acervo Banda Santa Cecília

As duas bandas entraram em total declínio e, na década de 1940, houve a fusão dos músicos que restaram; e em 1955 Benedito das Flores, sobrinho de Ditinho Borges, fundou a atual Banda Santa Cecília:

> Benedito das Flores, brasileiro, residente neste município de Parati, estado do Rio de Janeiro, um dos fundadores e atual Diretor e Professor da Escola de Música da Congregação Mariana deste Município, entidade musical fundada em [...] de [...] de 1954, por indicação do congregado Aldemar Duarte e iniciada em 7 de abril do mesmo ano e tendo necessidade de ser criada a tão desejada banda de música em nossa terra por considerar o numero apreciável de rapazes dispostos a praticar a grande arte de Carlos Gomes, fiz por bem nomear uma comissão composta dos senhores: Aldemar Duarte, José Freire, Irenio de Araujo Marques Filho, José Plinio e Nelson Pádua para elaboração dos necessários estatutos da citada banda que terá o Nome de “CORPORAÇÃO MUSICAL SANTA CECILIA.” Sede da atual escola de musica de Parati, em [...]de[...]de 1955. Benedito das Flores-Professor Diretor (ACERVO BANDA SANTA CECILIA, 1955, DA).

Encerrado o entrudo e seus cortejos de buzinas e Zé Pereiras – com toques em latas de querozene servidas e os famosos limões de cheiro, muito questionados à época por serem considerados como prejudiciais à saúde, pois não respeitavam estados, idades e as famílias – tinham início, na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, as cerimônias da Quaresma, com a Via-Sacra, sendo que, a partir desta época, os paratyenses eram convidados à "desobriga da quaresma". O Jornal A Razão noticiava:

> Estamos no tempo da Quaresma para fazermos penitência que a santa Igreja prescreve a todos os seus filhos antes da festa da Paschoa. Ella (a igreja) assim exige, para nos venerarmos e imitarmos o jejum de Jesus Christo no deserto; para nos conduzir à prática da penitência que nossos pecados exigem, para nos dispor a celebrar dignamente a Paixão de Christo (A RAZÃO, 1920, Nº 22, p. 1).

A partir desta época era costume em Paraty ornarem os camarins dos retábulos das igrejas com cortinas ou véu quaresmal, na cor roxa, fechados no Domingo da Paixão, anterior ao Domingo de Ramos. Este costume voltou a ser cumprido a partir de 1985, por membros das antigas Irmandades; e ainda hoje é mantido. As violas e pandeiros eram guardados em um saco, suas cravelhas eram afrouxadas, os oratórios eram fechados, as imagens cobertas e os quadros de "registro de santos", voltados para a parede. Atualmente a Paróquia ainda segue seu calendário litúrgico na Igreja de N. S. das Dores, com a realização do Setenário, sob a responsabilidade da Irmandade e com grande frequência de público. Esta cerimônia antecede a semana anterior ao Domingo de Ramos, com a benção de Ramos na Igreja do Rosário, seguindo para a Igreja Matriz. Em outras épocas a Procissão de Passos já foi realizada na Sexta Feira de Passos, antes do Domingo de Ramos - ou nesse mesmo dia à tarde, passando para a Sexta Feira Santa pela manhã; atualmente, na gestão do Padre Roberto Carlos Pereira, vem sendo realizada na terça feira santa, à noite.

Fig. 527: Setenário de N.S. das Dores

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 528: Procissão de Passos ou do Encontro

Fonte: PASCOM - Paraty

Na quarta feira santa acontece o Ofício de Trevas e na quinta feira a cerimônia de Lava-Pés, transladação do Santíssimo e desnudação dos altares. Ainda aflui um grande público, que também participa da Procissão do Fogaréu, saindo às 24 horas e visitando todas as igrejas da cidade. Na sexta feira acontece a Adoração da Cruz, à tarde; e o Calvário e Descendimento da Cruz, com a procissão do Enterro, seguida pela imagem de N. S. da Soledade. Devemos destacar que os andores das imagens e os Passos da Paixão são ornamentados com manjericão, segundo a tradição planta medicinal que possui efeitos profiláticos em alusão a cicatrização das Chagas de Jesus Cristo.

Fig. 529: Descendimento da Cruz

Fig. 530: Saída da Procissão do Enterro

Fonte: PASCOM - Paraty

Fig. 531: N.S. da Soledade

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

No sábado de Aleluia fazia-se a benção do fogo e da água, seguida da procissão da Ressureição, anteriormente realizada às 5 horas da manhã; e no Domingo da Ressureição, a solene coroação de N. S. Das Dores. No Domingo de Páscoa às 17 horas, ocorre o levantamento do mastro do Divino Espírito Santo, cuja Festa é celebrada 50 dias depois, no Domingo de Pentecoste, seguindo o mesmo ritual e esquemática como se fazia no passado - com a escolha de um festeiro entre os moradores e o início da folia percorrendo os vários distritos do Município. Fato inédito nas pesquisas é a presença da "Folia do Divino Espírito Santo" do Estado de São Paulo angariando recursos em Paraty, no ano de 1906; esses movimentos de folias de outros Estados na cidade, muitas vezes acabavam em querelas, tendo em vista que a Câmara de Paraty havia acolhido

> uma representação feita pelo ex-vigario d'esta parochia Revmo. conego Cezar João Iera prohibiu terminantemente as taes folias e, attendendo a algumas reclamações, concedeu licença para esmolar neste município, tão somente a bandeira, para os festejos do Divino Espírito Santo, d'esta cidade (O PHAROL, 1898-1907, Nº 14, p. 1 e 2).

Em maio também ocorrem as cerimônias do Mês de Maria e as festas de Santa Cruz da Generosa, Graúna e Tarituba[630]. O Mês de Maria pode intercalar com os festejos

[630] Em 1907 não houve as festividades – sobre as quais o noticiário do Jornal O Pharol assim justificava: "[...] Como medida preventiva aos abusos e tropelias que todos os annos se dão no Gragoatá por occasião da festa de Santa Cruz o commissario d'aquella secção o Snr. Miguel Pereira Lima, prohibio os devertimentos populares que estavam planejados para este anno (O PHAROL, 1898-1907, Nº 37, p. 2) Neste local era realizada a Dança do Jongo, presenciada por Zenária Maria do Carmo –"Baiaia" -, que inclusive conhecia os versos e pontos alí cantados. O Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty ainda guarda três exemplares de tambores datados do século XVIII em madeira e couro, utilizados para a Dança do Jongo e são oriundos da Fazenda de Paraty-Mirim juntamente com um tronco para escravos.

do Divino, obedecendo o novenário ao sábado e domingo de Pentecostes, últimos dias da festa, considerados os mais importantes com a presença do Imperador, que se apresenta em seu traje de gala. Assim já era comentado por Samuel Costa em seu artigo "Coisas antigas", onde relata a presença do Imperador com os seus trajes confeccionados por D. Genoveva Cidade e a modista francesa M.^{me} Coupê:

> Na frente o imperador, de casaca de botões enormes, calções de velludo azul, sapatos de entrada baixa, com fivellas douradas, e o celebre manto de arminho, já usado por muitas dynastias, abotoado ao pescoço, longo, seguro pelos págens sollicitos e imperligados nos seus calções, o chapeu de dous biccos sob os braços. E lá iam elles, solemnes, duros cadenciados, o sequito atráz, ou então a rainha, a meiga rainha entre as aias e princezas todas de velludo e seda, e D. Genoveva com o velho Cidade contemplavam ufanos os seus imperadores que ella vestia, o manto de arminho ao vento, até desapparecerem na primeira curva da rua do Mercado (O PHAROL, 1907, Nº 19, p.1).

Na Relação das Casas de Negócio existentes, na Vila de Paraty, por classificação de Rua, encontramos informações da família "Cidade" como proprietária de Loja de Fazendas e Ferragens localizada à Rua do Mercado Nº 43, em imóvel de Manoel Joaquim Cidade (IHAP, 1883, DA).

Fig. 532: Procissão do Divino Espírito Santo
Rua Dona Geralda – Década de 1950

Fonte: Irênio de Araújo Marques

Fig. 533: Saída da Procissão do Divino
Espírito Santo na Matriz - 1982

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Em data recente – 03 de abril de 2013, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN aprovou o Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, como Patrimônio Cultural Brasileiro, atendendo a proposta enviada pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), com anuência da comunidade. Este reconhecimento é considerado o ato culminante do processo de registro. Segundo Marcia Sant'Anna, seus efeitos são vários: entre eles está o acompanhamento da dinâmica das manifestações registradas, o reconhecimento após o título e a sua implementação para ações de promoção e divulgação, bem como a manutenção de banco de dados pelo IPHAN,

objetivando a transmissão e continuidade junto ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (DOSSIÊ, 2003, p. 20 - 21).

Devemos lembrar que, entre os estímulos a uma nova percepção do patrimônio, está a definição de Patrimônio Cultural constante da Constituição Federal Brasileira, de 5 de outubro de 1988, que estabelece novos paradigmas e desafios objetivando a sua efetiva preservação e valorização:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (PATRIMÔNIO, 2006, p. 20).

Estão inscritos no Artigo 216 bens de diferentes naturezas: os materiais e os imateriais, em diferentes âmbitos: o individual e o coletivo, remetendo a mesma definição a outros conceitos associados, como a identidade, a ação e a memória. Em sua abrangência ficam mencionados no referido artigo todos os grupos formadores da sociedade brasileira, ou seja, os diferentes atores que participaram no passado e no presente de nosso processo cultural. Neste mesmo artigo estão incluídos, como definidores do Patrimônio Cultural: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A análise desta trajetória nos leva a entender que em Paraty todo o patrimônio possui uma coerência muito grande, que pode ser entendida como remanescente do passado, através de seus elementos materiais. Mas o sentido não está só nos objetos, mas sim nos significados que são atribuídos a eles - e neste contexto patrimonial está a religiosidade paratyense, representada também por suas festas tradicionais, dentro de seu calendário anual, no seu cotidiano, nas manifestações populares e na diversidade cultural, assim explicitadas por Roque Laraia: “[...] é de importância fundamental para o nosso ponto de vista sobre a natureza do homem que se torna, assim, não apenas o produtor da cultura, mas também, num sentido especificamente biológico, o produto da cultura” (LARAIA, 1986, p. 57).

Fazem parte dos rituais diversas manifestações que seguem da casa dos festeiros para as Igrejas durante as novenas, conduzindo bandeiras, estandartes, andores, tocheiros, cruzes processionais e são transladados diariamente das Igrejas após as ladainhas para as casas dos devotos, onde pernoitam, retornando no dia seguinte. Isto ocorre em um período de dez dias consecutivos, várias vezes no ano, sem contar os dias das procissões solenes, marcando o território da cidade, cenário de sua memória,

paisagem internalizada da relação afetiva. Há que se falar também das apresentações das danças folclóricas, das alvoradas com repiques de sinos e foguetes às 12 horas e 18 horas; e da socialização que interrompe a vida cotidiana, através dos bingos que arrecadam recursos para a celebração das festas.

Devemos, entretanto, reconhecer que os bens patrimonializados e os monumentos são os que adquirem significado cultural e atuam como produto da memória coletiva. A preservação desses bens implica contemplar a diversidade e garantir a perpetuação dos vários tipos do saber; e fazer de cada indivíduo em particular e da comunidade como grupo um agente de preservação, possibilitando e permitindo o acesso às gerações futuras e à herança recebida como legado. Essa forma coletiva intimamente associada à identidade de seus membros está vinculada ao Patrimônio em seu contexto tangível (material) e intangível (imaterial). Diana Lima, ao tratar dos referenciais de memória e coletividade, nos ajuda a entender melhor ao explicar que:

> A Memória é processo da "ordem dos vestígios" e "releitura desses vestígios" (LE GOFF, 1984, p. 11), apresentando propriedades de conservação/persistência e atualização de certas informações - - o conhecimento do passado está em estado virtual de evocação. Também, possui função de comunicação entre as gerações, pois realiza a transmissão de um modelo existencial/normativo (do mundo natural associado ao social) à maneira da já citada passagem da recordação. Comporta o conjunto das Manifestações Culturais relacionadas aos comportamentos sociais (Agir/práticas coletivas) e às mentalidades (Pensar/representações mentais coletivas) e, retornando a [...] Bourdieu, pode-se dizer que sua ambiência envolve o relacionamento simbólico das estruturas mentais e sociais (LIMA, 2008, p. 38).

Trata-se de uma prática de evocar o passado, momentos nos quais Paraty esteve longe do progresso pelo precário acesso ou até pela quase inexistência deste. Apesar da procura por melhores condições de vida no Rio de Janeiro, Santos ou cidades de serra acima, deixando para trás práticas e comportamentos, alguns deles de origem africana, estes nunca foram esquecidos de vez pelos paratyenses - desde o seu nascimento pelas mãos de parteiras, avós ou bisavós[631] no interior das casas urbanas, sitios e fazendas: a comunidade valia-se dos breves para partos, que eram colocados no pescoço das parturientes assim que iniciado o trabalho de preparo e logo retirados quando a criança começava a nascer. Estavam presentes também as gravuras de N. S. do Parto e a imagem de Santana, nos oratórios das alcovas e quartos onde os partos eram realizados. Usavam-se também figas de grandes dimensões, em ébano, com a imagem de São Brás esculpida, que eram penduradas na garganta, no caso de engasgos, pronunciando o nome "São

[631] Ainda há em Paraty o breve que pertenceu à descendente de escravos Benedita Maria da Conceição e a figa em ébano de aproximadamente 10 cm de altura de Manoel do Nascimento, antigo morador da localidade de Rio dos Meros.

Brás", bem como os frequentes benzimentos feitos pelos rezadores para aliviar os momentos difíceis, quando da ausência dos poucos médicos na cidade. Essas práticas passavam pelo batismo, casamento e falecimento, para fechar assim o ciclo da vida.

Fig. 534: Breve para parto

Fonte: Maria da Graça da Conceição

Fig. 535: Figa de São Brás para engasgos

Fonte: Manoel do Nascimento

Ao longo dos seus setenta anos de tombamento a nível Nacional, é importante verificar que a população de Paraty se apropria e se reconhece nos bens culturais já patrimonializados como representativos da nação. Neste sentido, acreditamos em um trabalho de educação patrimonial para crianças, objetivando atuar na conscientização e difusão do pensamento institucional para a proteção desse patrimônio a ser garantido para as próximas gerações, uma vez que o mesmo vem sobrevivendo desde antes dos seus tombamentos e do isolamento pelo qual a cidade já passou - e que consolidou a sua permanência.

Em junho ainda ocorrem a Procissão de Corpus Christi e a Festa do Sagrado Coração de Jesus, sob a responsabilidade do Apostolado da Oração. As festas de Santa Rita, N. S. dos Remédios e N. S. do Rosário e S. Benedito também seguem seus programas, constando de novenário, procissões das casas dos moradores, encerrando com a missa e procissão solene e a presença do Rei e da Rainha. A parte profana das festas ainda é motivo de reunião e encontros dos moradores e familiares.

Outras festas que merecem destaque, dentro do contexto religioso da cidade, são as tradicionais Festas que aconteciam na Zona Rural em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, no mês de junho, com a presença do capelão, que apontava as ladainhas. Conforme depoimentos (informação verbal) do Sr. José do Espírito Santo Calixto, seu - "Zuzu" -, neste período o povo costumava dizer: "[...] Já está chegando o tempo das festas dos santos miúdos [...]", caracterizando a diferença entre os santos

"graúdos[632]" da cidade e os santos "miúdos[633]" da roça. Havia nesse momento grande demanda para encomenda de roscas, cangalhinhas e canelinhas para a Zona Rural, feitas com trigo e polvilho nas padarias da cidade, em especial na de Gabriel Calixto, à Rua do Comércio. Os produtos eram transportados em sacos nos jacás, destinados aos locais onde eram cultuados esses santos. Encontramos informações sobre a realização da Festa de Santo Antonio na residência de Antonio Moreira de Carvalho, no local denominado "Tapera", "[...] com ladainhas e leilão de prendas (O PHAROL, 1910, Nº 37, p.3).

O quadro abaixo representa bem as devoções e as localidades do município, nas quais, embora distantes, as famílias não deixavam de homenagear seus santos protetores mesmos com ausência de padres que eram substituídos pelo capelão.

QUADRO Nº 27 - DEVOÇÕES CULTUADAS NA ZONA RURAL DE PARATY

DEVOTO	DEVOÇÃO CULTUADA	LOCALIDADE	CAPELÃO
Acacio Zozymo de Almeida Peixoto	N.S. do Bom Sucesso/São João/ São Pedro e N.S. da Conceição	Fazenda Carretão	
Antonio Fidelis	Santo Antonio	Saquinho do Corumbê	Antonio Fidelis
Antonio Malvão	Santo Antonio, São João, São Pedro, Santana, Senhor Bom Jesus, São Roque e N.S. da Conceição	Corumbê (Fazenda)	Antonio Malvão
Antonio Moreira de Carvalho	Santo Antonio	Tapera (Ilha do Araújo)	
Benedito Martiniano de Bulhões	Santa Cruz	Tarituba	Benedito Martiniano de Bulhões
Crespim da Silva Castro	Senhor Bom Jesus	Graúna	José Rufino de Almeida
Crispim Raphael de Alcantara	Santa Cruz	Fazenda Rio dos Meros	
Felix Leonel de Souza	Santo Antonio	Ponta de Santo Antonio	
Francisco Corrêa Dantas, Benedicto Corrêa Dantas e Eulália Maria de Oliveira Dantas	São Pedro	Olaria	José do Carmo e Bibiano, (moradores da Olaria e Pau D'Alho)

[632] Os santos graúdos eram cultuados pelas Irmandades com poder econômico em Igrejas administradas por padres: Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Carmo, Santa Rita, São Roque, Nossa Senhora dos Remédios, São Miguel, São Pedro de Alcântara, Santa Cecília, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

[633] Os Santos miúdos eram cultuados em capelas e oratórios domésticos na Zona Rural, com a presença do Capelão: Santo Antônio, São João, São Pedro, Santana, Senhor Bom Jesus, São Roque e curiosamente Nossa Senhora dos Remédios. Em 1917 as notícias de jornais locais já faziam menção aos Santos cultuados em junho e julho e tradicionalmente há os registros: "[...] Celere como um relampago, eschoou-se na ampulheta do tempo o risonho mez de Junho, o mez das alegres festinhas roceiras, em homenagem aos santos populares e tradicionalmente venerados: Santo Antonio, São João, São Pedro etc. Explendidas festanças foram realizadas em todo Paraty em homenagem aos mencionados santos, que não podem se queixar, visto que foram festejados à valer. Também não ha motivo de queixa, para os que a essas festas compareceram, pois que folgaram a valer, e os que nos devaneios da dança não marcaram passo, se empanturraram no "cará com melado" e no "doce de laranja" que foi uma mina (O PRELIO, 1917, Nº 14, p.3). Encontramos diversas informações de missa para Santo Antonio na igreja de Santa Rita no dia 13 de junho, Santana no dia 26 de julho, Santa Luzia no dia 13 de dezembro na igreja de N.S. do Rosário e para o Senhor Bom Jesus no dia 06 de agosto na igreja de N.S. das Dores. Muito constante na região de Paraty eram as sortes lançadas nos dias de Santo Antonio, São João e São Pedro; para Santo Antonio vinculadas aos casamentos; para São João, na véspera a guarda de água recolhida nos riachos e bicas, antes de meia noite, consideradas "milagrosas", visto que após segundo a tradição o gambá lavava sua cauda.

Geralda Maria da Silva	N. S. da Conceição	Fazenda Bananal	
Irineu Mello e Souza	São João	Fazenda Boa Vista	
João Luiz da Silva	Santa Cruz	Boa Vista (Gruta)	João Luiz da Silva
João Ramiro Lima e Maria do Carmo Sant'ana e Theófilo Santana	Santana	Boa Vista	João Ramiro Lima e Francisco da Senhorinha
José Elias Greff	N.S. da Conceição	Várzea do Corumbê	Domingos do Anjo
José Vieira Ramos	N.S. dos Remédios	Fazenda Olaria	
João Facundo Netto e Eponina Rosa de Oliveira Netto	Santo Antonio, São João, São Pedro, Santana, Senhor Bom Jesus e São Roque	Fazenda Catiferro Curralinho	João Facundo Netto
José Núbile	São João	Pedra Branca	
José Rufino de Almeida	Santa Cruz	Graúna	José Rufino de Almeida
José Sant'ana Mariano e Maria Antonia Mariano	Santana	Cabral	Francisco da Senhorinha
José Virgulino Pacheco	São Pedro	Ilha do Araújo	José Virgulino Pacheco
Manoel Avelino do Nascimento	N.S. dos Remédios	Várzea do Corumbê	Manoel Avelino do Nascimento
Manoel de Jesus Torres	Senhor Bom Jesus	Mamanguá/ Cidade	Manoel de Jesus Torres
Maria Hermogênia da Silva Netto	São João	Rio dos Meros	Manoel de Jesus Torres
Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa	Senhor Bom Jesus	Fundão	Manoel Elesbão, José Barros e Cândido (apontador)
Rita Martins e Sebastião Nascimento	Senhor Bom Jesus	Campinho	
Tioió	Santa Cruz e N.S. da Conceição	Curralinho – Lagoa do Sapo	João Facundo Netto
Werneck Aquino de Barros	São João	Corisco	

Fonte: Julio Cezar Neto Dantas - 2020

Conforme se verifica nos jornais da época, as festas na roça eram de muita fartura, com danças até o raiar do dia, ao lado de "[...] fogueiras crepitantes, erguidas nos terreiros, à frente das casas devotas onde as ladainhas animadas enchiam o ar com sua cadência harmoniosa em homenagem ao santo querido [...]" (JORNAL A RAZÃO, 1921, Nº 22, p. 2). A estas festas compareciam todos os moradores vizinhos, inclusive da Boa Vista, Olaria, Pau D`Alho e também da cidade; pois era comum, nesta época, os moradores de Paraty se dirigirem para a zona rural, onde homenageavam os santos do mês de junho, herança trazida pelos portugueses. Há relatos da presença anual da família de Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa e Domingas Ayres Corrêa, acompanhados de seus filhos: Hermínia, Célia e Pedro, se deslocando nestas datas da Fazenda do Fundão para a Fazenda Catiferro e de Julia Cândida Vieira da Fazenda Olaria para o Bom Jardim.

Esse ritual em Paraty, também conhecido como “ladainhas” ao santo de devoção, segue um ordenamento pelo capelão e devotos durante a sua celebração, que consiste inicialmente em uma saudação às três pessoas da Santíssima Trindade, chamada “Deus vos Salve”, um Glória ao Pai, uma Ave Maria - que ficou conhecida como “Ave Maria da roça”, devido a sua diferença com a que é cantada no Setenário de N.S das Dores - e a ladainha propriamente dita, em latim, onde são apontadas as invocações marianas e suas respostas; seguem-se uma Salve Rainha, um Pai Nosso, um Creio e a Glória da Virgem; após, são cantados os versos ao santo homenageado, finalizando com um bendito e uma louvação ao Santíssimo Sacramento. Essas orações são marcadas com espocar de foguetes lançados ao ar na hora do Deus vos Salve, Glória da Virgem e dos versos aos santos durante a reza.

Devemos registrar que a continuidade dessas devoções ainda se faz presente em algumas localidades como Tarituba (Santa Cruz, Santo Antonio e Senhor Bom Jesus), Várzea do Corumbê (N.S. dos Remédios e N. S. da Conceição), Rio dos Meros (São Pedro e Senhor Bom Jesus), Cabral (São João) e Campinho (Senhor Bom Jesus); na zona urbana, Santana vem sendo cultuada por Maria José do Carmo Teixeira, em continuidade à devoção de sua progenitora Zenária Maria do Carmo, muito atuante nas ladainhas da zona rural, junto aos Capelães; e também por Claudete de Oliveira Netto, em continuidade a João Facundo Netto; por Maricélia Torres Pádua; e São Roque, por Rita Luiza Pádua Affonso.

Neste universo do cotidiano paratyense, verifica-se formas de “saber e fazer” entre a “área urbana” e a “área rural”, já não mais presentes nas cidades grandes e no seu entorno. Estas são heranças deixadas na culinária, extraída das plantações, em especial da mandioca que, transformada em farinha, possibilitou uma culinária singular e gustativa para suprir as refeições do diário, alicerçada nas técnicas indígenas, ainda mantidas em Paraty.

É uma constante na zona rural de Paraty a presença de Casas de Farinha nas propriedades das famílias (Figs. 536 e 537). No caso de desaparecimento, em suas ruínas ainda é possível visualizar o local do forno, que era assente em paredes circulares, montadas a meia altura com pedras unidas por argamassa de barro e areia, sem adição de cimento. Os pisos, geralmente de terra batida, tinham interior vedado por paredes de pau-a-pique assentes em baldrames de pedras com soleira em madeira. A cobertura em alguns casos era de telha canal e, na sua maioria, de sapê.

Fig.536: Casa de Farinha na Fazenda Corisco

Fonte: Folhinha Anual Brown Boveri. SP - 1965

Fig. 537: Casa de Farinha em Mamanguá Zona Rural de Paraty

Fonte: Paulo Nogara, In: Mamanguá, 2005. p. 22

Neste ambiente tosco estão presentes a prensa de fuso, a roda de cevar (ralar), os cochos e gamelas de madeira para a massa, as peneiras e tipitis de taquara e o destacado forno de cobre - que, manuseado com o rodo manual, ainda vem proporcionando a muitas gerações a confecção de receitas oriundas dos indígenas[634]. Essas receitas que ainda são passadas de pai para filho, durante gerações sucessivas, ajudam no sustento da família. Também estão presentes o forno de barro ou ferro e o monjolo, com sua concha e pilão de madeira junto às quedas d'água para a pilagem de milho e do arroz; o engenho de madeira assente no próprio piso ou em pranchas de madeira sobre o assoalho, possibilitando a feitura das iguarias[635] que eram produzidas para o café diário e o café de caldo de cana, servido durante as rezas de Santo Antonio, São João, São Pedro, Santana, Bom Jesus e São Roque, N.S. dos Remédios e N.S. da Conceição - nos chibas[636],

[634] Algumas receitas fazem uso da folha de banana para invólucro e adicionam o coco ralado: paspalhão de polvilho, paspalhão de massa, beiju de mandioca puba (mandioca que era enterrada na argila e depois de retirada era ralada para fazer os beijus); outros são assados somente no forno como a nega velha, fazendo uso do torresmo e o beiju fino enrolado em forma de canudos e a farinha de tapioca.

[635] O arroz e o milho proporcionaram a fatura da farinha de milho, do bolo, do cuscuz e da pamonha, nos fornos de barro e nos tachos de cobre. As paçocas de banana, aipim e amendoim eram feitas no pilão de madeira lavrada, sempre presente nas cozinhas.

[636] Os chibas aconteciam em salão geralmente assoalhado, composto de várias danças e encerrava-se com a tonta a última delas. Entre essas está a "CANOA" muito tocada e cantada por Manoel de Jesus Torres, na década de 1950, nos chibas que eram feitos na Fazenda Catiferro e no Rio dos Meros após rezada as ladainhas de Santo Antônio, São João, São Pedro, Santana, Senhor Bom Jesus e São Roque: Não há flôr como o suspiro, minha morena, cá na minha opinião, minha morena, que tôdas flores se vende, minha morena, só os suspiros se dão minha morena, Estribilho/ Minha morena (bis), Passarinho preso, canta, minha morena, prêso deve de cantar, minha morena, como é preso sem culpa, minha morena, canta para não chorar, minha morena,/Canôa, minha canôa, minha morena, canôa do Taquari, minha morena, com toda a Marica vai, minha morena, Só comigo não qué í,/ O pinto pediu licença, minha morena, que o seu papo qué enchê, minha morena, onde tem galo de fama, minha morena, pinto não tem que fazê, minha morena,/ Canôa, minha canôa, minha morena, canoinha de cacheta, minha morena, na popa tem um letreiro, minha morena, o meu nome com duas letra, minha morena,/ Vamo dá a despedida, minha morena, lá na rua da Avenida, minha morena, a roda que eu não brinco, minha morena, não posso fazê cumprida, minha morena,/ Quando quer "florear" o violeiro se despede assim: Vamo dá a despidida, minha morena, lá na rua da Avenida, minha morena, eu mesmo já estou achando, minha morena, a roda muito cumprida, minha morena, Paraty, 17/07/1951 (FOLCLORE FLUMINENSE, 1951, Nº 1, p. 15).

casamentos, batizados e para receber a Folia do Divino. Nos períodos de moagem é comum, após a saída de flechas nas canas, a grande produção do melado. Além de comercializado possibilitou a confecção de doces que integram o receituário patrimonial da cidade, como o manuê de bacia, pé de moleque e o doce de laranja-da-terra[637]. Possivelmente de influência açoriana veio o massapão, doce mais elaborado que, pela confecção e montagem, é herança portuguesa.

Esse cotidiano paratyense urbano e rural tem suas origens no universo doméstico e familiar e nos seus primeiros habitantes, durante séculos inseridos em meio ambiente natural. Seu conjunto arquitetônico singular, ainda bem preservado por suas qualidades excepcionais, levou os primeiros intelectuais do início do século XX a defender sua Patrimonialização, como já vimos nos capítulos anteriores.

Observamos que, neste processo, não há uma busca de identidade da cidade, pois esta já está expressa em sua comunidade - que ainda mantém suas práticas tradicionais: crenças, artesanato, culinária com profundos traços culturais, cuja essência está assente nas relações construídas pelo humano com a terra, o espaço, o tempo e a memória (Figs. 538 a 540). Este aspecto vivo da cidade não desapareceu com a patrimonialização e a persistência do caiçara[638] em vencer seu isolamento até meados do século XX. Devemos destacar que a cidade também tem o costume de registrar o cidadão desde o seu nascimento até a morte e acompanhá-lo por toda sua vida, situação que ainda é verificada nos diversos livros da Paróquia, denominados: Batismo, Casamento e Óbito, datados dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI.

[637] Estas três primeiras receitas são feitas com o melado; o primeiro, espécie de bolo misturado em bacia de ágata e colocado em tabuleiro, com 1 litro de melado, adição de 800grs trigo, 3 colheres de manteiga, 3 ovos batidos em neve e 1 colher de sopa de fermento; a segunda com 1 litro de melado apurado, adição de farinha de mandioca para dar consistência e gengibre ralada é cortado em forma losangular e a terceira, o doce de laranja em calda de açúcar e melado feito nos tachos de cobre, após a retirada do sumo de sua casca, sob as bicas d'água, para o cozimento, já a quarta receita "massapão" é obtida através de calda de 1 kilo de açúcar com cravo feita sob medida de água de 1 garrafa de cerveja, 100 grs de manteiga, 250grs de trigo, 4 gemas e 1 coco ralado, assado em pequenas formas e polvilhada com açúcar. A Fazenda Catiferro e Engenho de Quintino de Oliveira e Souza e com as receitas de Eponina Rosa de Oliveira Netto passadas aos seus descendentes, se esmeraram em suas produções nos meses de junho e julho, servidas nas festas da família.

[638] As comunidades caiçaras surgiram a partir do século XVI, decorrente da mistura de brancos e índios. Este termo é mais utilizado pelos habitantes do litoral do Estado de São Paulo. Na praia de Trindade em Paraty, próximo à divisa com o Estado de São Paulo, ainda é adotado frequentemente.

Fig. 538: Ezequiel Rosa Corisco - Paraty

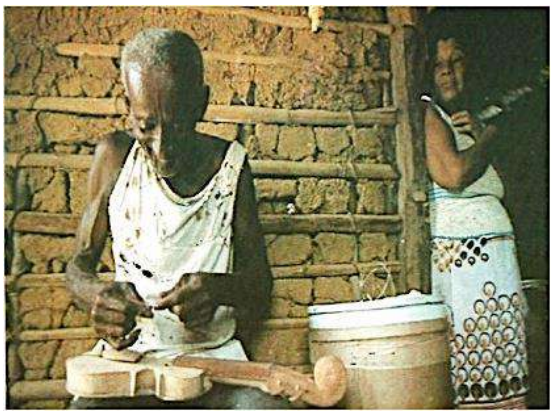
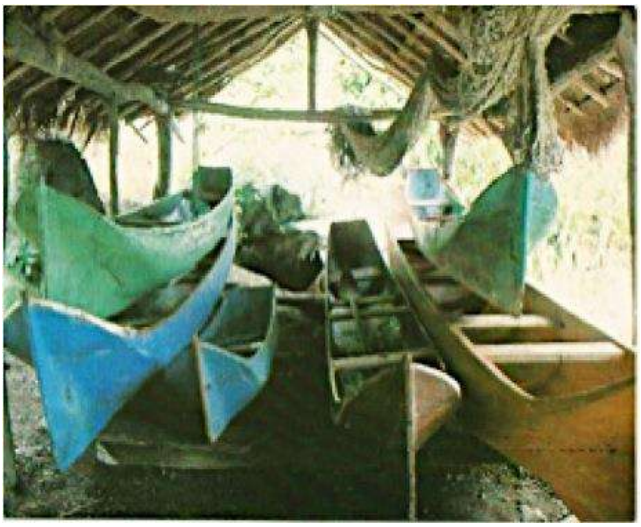


Fig. 539: Madalena da Conceição Campinho - Paraty

Fonte: O Modo de Fazer - Acervo Sebastião Salgado

Fig. 540: Rancho de canoas



Fonte: O Modo de Fazer - Acervo Sebastião Salgado

A cidade de Paraty pode ser considerada patrimônio integral (natural, cultural, material e imaterial) do país, cujo ponto relevante é a sua particularizada religiosidade, entranhada na alma do paratyense, influência marcante com sua presença constante pelo atual Bairro Histórico e comunidades distantes - que deixaram como herança suas receitas e modo de fazer, na culinária[639] e no artesanato, através das festas tradicionais e do

[639] Umas dessas comunidades é a do Mamanguá, cujos antigos moradores deixaram entre nós, até os dias atuais, uma saborosa receita aproveitando a pesca do camarão, em seu criadouro natural – local onde a configuração geográfica proporciona a sua criação e reprodução. Trata-se do “camarão casadinho”: a receita consiste em deixar o camarão grande com sua parte inferior limpa, marinando em azeite, limão, alho, sal e coentro picado, e após recheá-lo com farofa de camarão pequeno com cheiro verde, casando os pares ao contrário e amarrando-os para fritar em azeite, no fogão de lenha. Esta receita é oriunda da família da Sra. Alzira Peracine Coupê, que residiu na comunidade de Mamanguá e, ao inovar os pratos de domingo saindo do roteiro das carnes e galinhas, criou esta saborosa receita. A família da Sra. Alzira Coupê é remanescente do desembarque de franceses ocorrido naquela localidade, no início do século XIX e teve como patriarca Ângelo Maria Coupê, figura de destaque na Vila de Paraty, como vimos acima - atuando como provedor e membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz, durante suas obras,

conjunto de bens naturais. Na região da costa de Paraty foi disseminado um prato típico com o uso do peixe fresco, com o uso de coentro e colorau, chamado “azul marinho”, que consiste em cozimento com banana verde, deixando-o após o preparo com um tom meio azulado, daí seu nome, sendo este servido com pirão feito com farinha de mandioca.

Neste contexto, legitimam-se e articulam-se representações de dois modelos conceituais de Museu (SCHEINER, 1998): o museu tradicional, espaço fixo ou arquitetural instituído, arbitrariamente selecionado e delimitado para receber coleções de testemunhos materiais recolhidos, e cuja base conceitual é o “objeto”; e o Museu de Território: espaço geográfico ou território parcial ou totalmente musealizado, cuja base conceitual é o “patrimônio”. No museu de território, importa o estudo das relações de sincronicidade e ruptura entre os diversos componentes do conjunto.

4.3 – Registros materiais da ação humana e a importância das práticas religiosas

Através de um panorama dos caminhos percorridos por mar e depois por terra na costa fluminense, ainda no seiscentos, iremos identificar diversos aspectos dos registros deixados pela ação humana na região da baia da Ilha Grande, Angra dos Reis, Paraty e nas cidades de serra acima, na rota da mineração. A ocupação da baia da Ilha Grande revelou uma rápida extensão e implantação de novos núcleos de povoamento no seu entorno, como o de Paraty, na face voltada para o mar.

Segundo Rower a baia ou angra[640] dos Santos Reis foi avistada por Martin Afonso de Souza em 6 de janeiro de 1532; nesse dia a Igreja católica comemora a adoração dos três Reis Magos do Oriente ao Menino Jesus - “[...] Daí a denominação, de acordo com o costume dos navegadores quinhentistas de batizarem os cabos, os rios, etc., descobertos com o nome do Santo do dia” (ROWER, 1957, p.239).

É de notar que os caminhos percorridos pelos frades franciscanos, em suas missões de catequese, inicialmente instalados em Angra dos Reis, depois em Paraty e também em demanda aos Conventos do Vale do Paraíba paulista ou São Paulo - por nós já mencionados nos Capítulos I e II, destacando-se ainda a presença do Síndico do Convento Franciscano de Taubaté, residindo em Paraty, também no século XVIII - contribuiu para expandir e disseminar a produção artística na região, rota que se

estabelecendo-se como dono de Engenho de Aguardente na localidade de Corisco. Madame Coupê, habilidosa em modas de Paris, manteve atelier de costura na Vila de Paraty. Assim também foi com os Pereira da Silva, que lá desembarcaram, com seu antecedentes oriundos da China, e agregaram em especial as receitas dos Oliveira Netto no sertão do Curralinho e depois no Rio dos Meros.

640 Também significa a enseada recortada que deu o nome ao local e possivelmente o da Ilha Terceira no arquipélago dos Açores em Portugal.

estabeleceu também para pouso e abastecimento para os que andavam esmolando, permitindo assim traçar uma linha do tempo.

Localizada na costa sul do Brasil entre a Restinga de Marambaia e a Ponta da Joatinga, já no município de Paraty, está a Ilha Grande, em frente a Angra dos Reis, área considerada pelos pesquisadores como ponto estratégico para os navegadores, assim que alcançada a rota de navegação para o continente, em busca de abrigo seguro após as longas viagens. Seu nome tem origem tupi e assim é formado: ipaum= ilha e guaçú = grande. A região era ocupada pelos índios tamoios. Segundo Mello, no seu Tratado Descritivo do Brasil, escrito em 1587, Gabriel Soares de Sousa dá um panorama dos primeiros habitantes da Ilha Grande:

> Eram altivos, diz ele, valentes e belicosos, contrários aos seus vizinhos carijós, goitacás, puris, guaianás, etc. Eram grandes flecheiros, destros caçadores, pescadores de linha e mergulhadores. Viviam de modo diferente dos outros indígenas; suas aldeias eram fortificadas com estacas, a que chamavam de "caiçaras"; essas aldeias compunham-se de mais ou menos cinco a sete ocas e cada oca abrigava em seu interior duas a sete famílias, ou seja, de cinquenta a duzentas pessoas. Apesar das proximidades das outras tribos, sua língua era diferente. No que diz respeito a sua religião e demais usos e costumes, assemelhava-se o tamoio à sua vizinhança (SOUSA, 1587, apud MELLO, 1987, p. 12).

O autor apresenta ainda a configuração geográfica da Ilha Grande, bem como de sua costa, caracterizada por várias enseadas. Entre elas estão as de Lopes Mendes, Palmas, Abraão, Estrela, Saco do Céu, Sítio Forte[641] e Araçatiba. É rodeada pelas ilhas de Jorge Grego, Palmas, Meio, Pau-a-pino, Morcego, Amolá, Macedo, Abraão, Macacos e Longa, e dentre suas praias estão Lopes Mendes, Leste, Sul, Parnaioca e Aventureiros. Entre os pontos voltados para o continente encontram-se "[...] Iguaçu, Camiranga, de Fora, da Enseada, Freguesia de Sant'Anna, Sítio Forte, Matariz[642], Longa, Araçatiba, etc." (MELLO, 1987, p. 25).

Há referências à existência, na Ilha Grande, de uma armação para pesca de baleias, ainda no período colonial[643]; e da extração do azeite a ser utilizado nas engrenagens, obras e iluminação. Segundo José Bonifácio de Andrada e Silva, a pesca da baleia foi estabelecida no Brasil em 1615 e foi iniciada pelos portugueses, como uma forma alternativa de obter renda para a coroa. Em 24 de abril de 1801, o Príncipe Regente

---

641 Localizamos na documentação pesquisada a disponibilização que Ignacio da Silva de Carvalho "[...] faz da metade de huma Fazenda na Ilha Grande, no lugar denominado = O Citio Forte= a seo filho João José de Carvalho (ARQUIVO NACIONAL, 1811, DOC. 18, p. 1,2).

642 Doação de duzentas braças de terra na Ilha Grande no lugar denominado Mataris= ao Alferes Bernardo Teixeira da Cunha Lousada e a sua mulher Antonia Maria da Cunha. 29 de dezembro de 1820 (ARQUIVO NACIONAL, 1820, CAIXA 139, p. 1 a 6).

643 Pizarro e Araújo, in op. Cit., vol. 9º, p. 260, afirma ter existido uma armação de baleias na Ilha Grande, no século XVII, certamente fundada pelo negociante Braz de Pina, quando fundou as de Cabo Frio e Rio de Janeiro. Dela não restaram vestígios. A Ilha Grande fora doada por Martim Afonso de Souza ao Doutor Vicente da Fonseca, por Carta lavrada a 24 de janeiro de 1559 (PIZARRO, apud ELLIS, 1958, p. 152).

extinguiu o regime de contratos que possibilitava essa prática. Segundo Ellis, a sua extinção deveu-se ao fato de que a morte das baleias na época de amamentação, estando magras, pouco óleo produzia, além dos excessivos gastos com embarcações e pessoal, a destruição das florestas para retirada de lenha a ser utilizada nas fornalhas e a má qualidade do azeite produzido.

As localidades acima são citadas em diversos documentos cujos registros indicam que surgiram possivelmente ainda no século XVIII. Alguns fatos assim são lembrados: "[...] Manoel Ignacio de Moraes, e Thomas Leal de Macedo pedem dispensa de lapso de tempos para assinação da Escriptura de Doação uma sorte de terras na Ilha Grande. Ano de 30 de Abril de 1827" (ARQUIVO NACIONAL, 1827, DOC 48, p.1,3).

A Freguesia de Santana, em meio a exuberante mata nativa, possui à frente o mar e a Praia da Freguesia de Dentro; e na parte posterior a bela praia da Freguesia de Fora. Sua posição privilegiada, de fácil acesso e com presença de água doce, levou à instalação, no local, de engenhos de aguardente, similares aos que foram construídos em Paraty a meia encosta, desta vez voltados para o mar, para facilitar o embarque da produção. Um deles, que pertenceu ao Major Bento José da Costa, já estava na localidade em 1796 e integrava a capela - atual igreja de Sant'Anna, transformada em Matriz no século XIX, como veremos adiante.

A Ilha Grande, ao que tudo indica, em meados do século XIX teve grande plantação de café, registrada no Almanak Laemmert de 1865 (ANEXO 68) na Seção "Fazendeiros e Lavradores de Café". Segundo Lima, assim que foi tomada a posse dos terrenos da ilha por Vicente da Fonseca, este convidou diversos açorianos "[...] das ilhas de São Miguel, Santa Maria, Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico, Flôres e do Corvo [...] para, auxiliados por eles, mais facilmente ganharem a vida" (LIMA, 1889, p. 178). Na Enseada do Abraão encontra-se, tombada pelo IPHAN, a Fazenda do Morcego[644], construção térrea, datada de 1629, que segundo os estudiosos guarda referência, em sua tipologia arquitetônica, com as Casas Bandeiristas paulistas, também com telhado de quatro águas e alpendre nas fachadas principal e posterior.

Entre essas construções – algumas hoje em ruinas e outras já readaptadas com o aproveitamento dos remanescentes - está em destaque a "matriz da freguesia de Sant'Anna da Ilha Grande", belo monumento datado do século XVIII, que conforme contrato assinado em 09 de junho de 1882 com o arrematante Mestre João Maria de Almeida, passou por obras de reparo cujas condições foram assim especificadas:

[644] Casa da Fazenda do Morcego, inclusive o ilhote do mesmo nome, onde a propriedade fica situada, na enseada do Abraão, na Ilha Grande. Processo nº 317-T, Inscrição nº 1921, Livro Histórico, fls. 32. Data: 23.VII.1942.

> Tendo S. Ex. o Sr. Dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres, vice-presidente da província do Rio de Janeiro, approvado o orçamento de 4:873$241, para as obras de reparos da igreja matriz da freguezia de Sant'Anna da Ilha Grande, e ordenado, em portaria de 7 de Março do corrente anno, que se anunciasse a arrematação dessas obras, como se fez publico por editaes; aos 24 dias do mez de Abril, reunidos na directoria de obras publicas o respectivo director, o procurador fiscal interino e o chefe de secção da mesma directoria, foi aberta a proposta de João Maria de Almeida, unico licitante que compareceu, e reconheceu-se estar nas condições exigidas, como consta da respectiva acta, que, por cópia, foi enviada á presidência com a proposta e documentos; e porque o Exm. Sr. desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, actual presidente da província, conformando-se com o parecer da junta, aceitou a referida proposta, mandou o director das obras publicas lavrar o presente contrato sob as seguintes condições (LIVRO DE REGISTRO DE PROVISÕES, IHAP, 1882, p. 164).

Para uma construção em ilha, embora dotada dos suportes materiais necessários como os utilizados na ocasião para as obras da matriz, conforme o contrato mencionado acima, (ANEXO 69) a existência de pedra, areia, cal e madeira em abundância levou sua modenatura a apresentar-se como uma igreja construída em área urbana, semelhante às da vila de Angra dos Reis e Paraty. É acessada pelo mar através de uma rampa e escadaria em pedras, com nove degraus ladeados nas laterais por muro parapeito em alvenaria, caiado de branco, solução adotada também junto às escadas dos engenhos e fazendas da região e inspirada nos modelos existentes nos Açores, como já mencionamos em capítulos anteriores.

Fig. 541: Casamento na Igreja de Sant'anna Ilha Grande

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 542: Igreja de Sant'anna - Ilha Grande

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

O flagrante de um casamento na Matriz da Freguesia de Sant'Ana, em 1914, registrado na foto acima (Fig. 541), nos faz lembrar que, embora esparsa a ocupação da ilha, seus ocupantes e visitantes estavam presentes nos momentos importantes de seu cotidiano. Vemos ordenados, na escadaria de acesso à igreja, todos os familiares e proprietários: ladeando o noivo, à direita, os patriarcas do mesmo, e à esquerda os patriarcas da noiva, tendo à frente duas pequenas meninas apresentando um travesseiro com bordados em amor perfeito. Este posicionamento também era obedecido durante a cerimônia religiosa na capela-mor da igreja. Nos degraus acima estavam os convidados e verificamos a presença dos proprietários da Fazenda Olaria, em Paraty - José Vieira Ramos e Julia Cândida Vieira, com seu filho Luiz José Vieira Ramos, de 10 anos, em pé, sobre o muro parapeito que ladeia a escada no seu lado esquerdo.

Trata-se de monumento religioso com fachada datada do século XVIII, com uma porta encimada por uma esfera armilar em estuque, de possível reforma posterior[645], quatro janelas no pavimento superior, três para o coro e uma junto ao acesso à torre sineira, todas em verga curva, com caixilhos de vidro e mocheta de alvenaria. Na parte inferior da torre está uma grande lumeeira horizontal, também visível e semelhante à da matriz da Vila de N. S. da Conceição de Angra dos Reis. A torre possui janelas em arco pleno, encimadas por cúpula assente em base octogonal onde está o galo da grimpa. O frontão é sinuoso, com a parte superior em arco pleno, ornado por coruchéus de forma prismática e tem no tímpano um óculo quadrilobado, já visto nos monumentos religiosos que mencionamos nos capítulos anteriores. As laterais possuem janelas em verga curva e seteiras. Apenas três dessas janelas, ao lado do Evangelho, na capela-mor, servem de tribunas, pois no lado da Epístola foram abertas somente para composição e iluminação. O guarda-corpo das tribunas é em madeira recortada como nas igrejas de Angra e Paraty; o batistério é vedado também por grade de madeira recortada; a pia batismal[646], em mármore do século XIX, possui algumas semelhanças com a da Matriz de N. S. da Conceição em Cunha. O teto é em forma de gamela obtido através da linha alta do telhado. Sua planta é de nave única com capela-mor e retábulo, possuindo somente um retábulo lateral, no lado do Evangelho que tem por orago N. S. das Dores.

[645] A esfera está ladeada por dois ramos de fumo e café e encimada por uma coroa fechada, contendo no seu interior em níveis as inscrições F (Freguesia), M (Matriz) B (Baia), I (Ilha), G (Grande) – 1843.

[646] Junto ao acervo desta igreja ainda está a concha de batismo em prata repuxada datável do século XVIII, juntamente com os Vasos dos Santos Óleos, também em prata, esses objetos serviram a diversas gerações de angrenses moradores da ilha e do continente durante as cerimônias de batizados, hoje encontram-se no Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis.

Figs. 543 e 544: Batistério e Pia Batismal

Fig. 545: Objetos litúrgicos
Séc. XVIII/ XIX

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

Salta aos olhos, no interior, a presença, no arco cruzeiro, de uma grande tarja tendo ao centro as iniciais do orago, “S.A.”, com grandes semelhanças em seu desenho com a tarja da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha, inclusive em suas proporções. Este arco revestido em madeira é ladeado pelas aletas que também já vimos nas vilas de Cunha e Guaratinguetá.

Fig. 546: Arco cruzeiro e tarja da Igreja de Sant’anna – Ilha Grande

Fig. 547: Capela Mor e retábulo da Igreja de Sant’anna – Ilha Grande

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

O retábulo-mor apresenta em sua construção decoração de gosto rococó e seus ornatos se assemelham a uma renda em baixo relevo. O enquadramento é com colunas retas e estriadas, capitel compósito, assentes em mísulas de grandes proporções; e o intercolúnio possui peanhas e coifas. O trono do camarim é composto de seis degraus e

tem, no respaldo acima da banqueta, o nicho da padroeira ladeado por duas arandelas entalhadas com três velas cada uma, sendo a renda do camarim em elementos fitomorfos entalhados. O coroamento com frontão em arco abatido possui ao centro o resplendor com a Glória do Divino Espírito Santo, ladeado por elementos sinuosos com as terminações em volutas.

Fig. 548: Retábulo mor Igreja de Sant'anna

Fig. 549: Detalhe da imagem de Sant'anna Guia

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

Na décima quarta cláusula do contrato para as obras de 1882, houve a recomendação da pintura e douramento do retábulo-mor e do altar lateral: "[...] Fará, com solução de gesso e colla, a pintura do altar-mór e do lateral, e bem assim, com ouro de boa qualidade, os douramentos dos ornatos e frisos dos mesmos altares" (LIVRO DE REGISTRO DE PROVISÕES, 1882, p.165). Lamentavelmente esses serviços foram removidos quando a empresa Phidias comprou algumas partes de terras dos pescadores e realizou obras de manutenção na igreja. Esse monumento ainda é usado pela comunidade da ilha e do continente, principalmente nas comemorações anuais de Santana em 26 de julho, com missas e procissões.

Figs. 550, 551 e 552: Imagem de Sant'anna Guia e Procissão Solene do dia da festa
Ilha Grande

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

Na parte continental da baía da Ilha Grande está a antiga Matriz da Vila de N. S. da Conceição, assim mencionada por Pizarro:

> e só hé certo, que a 1ª Igreja foi fundada no lugar que fica em frente da Ilha Jipoia, onde os mesmos Paroquianos cruelm.te mataraõ o seo Vigario no ano de 1617: em memoria de cujo assassino e crueldade, ainda oje, existe uma cruz, colocada entre umas pedras, que ficaõ sobre o mar. Apenas se pode conjeturalmente asseverar, que a Igreja fora fundada antes do ano de 1608, em que consta-se estabelecera a Vila 1ª, xamada Velha; e mudada esta p.ª o lugar, em que oje havemos fundada, pelos anos de 1624 em o mez de 7.bro ou 8.bro, consequentemente se mudou tambem a Igreja (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

O visitador também menciona a sucessão de Martin Afonso de Souza pela Condessa de Vinieiro e o Capitão-Mor e Ouvidor João de Moura Fogaça, por ela nomeado, sendo ele o primeiro que fez doação de muitas partes de terras, do Rio de Janeiro a Cabo Frio. Há referências no Livro Tombo de São Bernardino de autorização do Frei Miguel de São Francisco para a fundação da vila, nos primeiros dias de outubro de 1624, pelo Capitão-Mor João de Moura Fogaça. Pizarro destaca ainda estar ela sujeita à Vila de São Vicente, depois N. S. da Conceição de Itanhaém, assim como a vila de Paraty[647]. Informa também sobre a presença de engenhos de aguardente: "[...] Engenhos d`Agoa Ardente, tem em todo este Distrito, de 85 té 90" (PIZARRO, 1794, p.46 a 57 v). Percebe-se, pela

[647] Ela foi sujeita à Capital da Vila de S. Vicente, e depois à de N. S.ra da Com.am de Itanhém assim como foi também a de Parati: mas últimam.e se fez independente dela, e se sujeita ás correiçoens do Corr.or desta Capital, talvez no tempo em que se fez a divisão das Capitanias. Com distintos, e separados Governadores; o que totalm.e naõ pude reconhecer: mas hé certo que, quanto aos Dízimos ficou sujeita sempre a Repartição da Cap.nia de S. Paulo, onde se fazem as suas remataçoens; assim como a de Parati (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

foto abaixo, que além dos que existiram no interior (ANEXO 70) alguns desses engenhos fizeram uso da encosta e do mar para facilitar o transporte de sua produção.

Fig. 553: Engenho Praia Brava

Fonte: Foto de Augusto Malta – Secult – Angra dos Reis

Para Mendes (1986), a igreja principal da vila teve seu local de fundação definido segundo Provisão, após súplica dos vereadores - como consta de termo lavrado no "Livro das Vereanças", no ano de 1626, às folhas 11 e verso; e com as assinaturas de João Pimenta de Carvalho, Pedro Pires de Burgos, Bartolomeu Antunes Lobo, Francisco Coronel, Antonio da Costa e Manoel de Souza, para o lançamento da primeira pedra:

> Termos de como se fundou a Igreja Matriz desta vila de Nossa Senhora da Conceição. Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil seiscentos e vinte e seis anos, nesta vila de Nossa Senhora da Conceição, das seis para as sete horas da manhã, vindo o Administrador Mateus da Costa Aborim a pedido dos Oficiais da Câmara e mais povo, a primeira pedra se lançou onde se há de fazer o Altar-Mor desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, benzendo-se, outrossim, o sítio da dita igreja que se dedicou aos Santos Reis Magos, assinalando-lhe cento e quarenta palmos de comprido e setenta palmos de largo, havendo no dia atrás, que foi domingo, quinze do dito mês, benzido, às três horas da tarde, o cemitério e o adro da dita igreja, assinalando-lhe oitenta palmos diante da porta principal e sessenta palmos nas costas da Capela-Mor e cinquenta palmos de cada banda das ilhargas; pondo-se cinco cruzes e fazendo-se muitas outras cerimônias em um e outro dia, e advertiu o dito Administrador se fizesse este termo em o Livro dos Acórdãos da Câmara, para que em todo tempo possa constar o sobredito, e se fizesse a festa da dedicação da dita igreja aos dezesseis dias do mês de fevereiro, cada ano, e os ditos Oficiais assim o prometeram de fazer, adonde se assinam. E, eu, Pedro Pereira Borges, Escrivão da dita Câmara que escrevi. (aa.) João Pimenta de Carvalho, Pedro Pires de Burgos, Bartolomeu Antunes Lobo, Francisco Coronel, Antônio da Costa e Manoel de Souza" (MENDES, 1986, p. 24 e 25).

Como já mencionamos acima, o Capitão João Pimenta de Carvalho também implantou, na Ponta da Defesa, o primeiro núcleo de povoamento de Paraty, em 1630. Veio a falecer em 1649, momento em que houve a mudança para a nova vila de Paraty, já iniciada em 1646, desta vez na planície.

As obras da Matriz de N. S. da Conceição[648] prosseguiram em etapas e foram contratadas pela Câmara com "[...] o Mestre João Bernardes que, inicialmente, empreitou a construção do corpo da igreja, foram as mesmas iniciadas, tendo logo aparecido muita gente prometendo ajuda em dinheiro, material e mão-de-obra de escravos, para que o templo fosse erguido rapidamente" (MENDES,1986, p.27). Face às dificuldades financeiras para vencer a morosidade do período das obras, uma das capelas, que já havia sido construída na vila, passou a servir de matriz: a de Santa Luzia[649], localizada na Rua do Mar, atual do Comércio, e assim descrita:

> Foi Admin.or o Cap. Jozé Antonio de Lemos Ribeiro, oje falecido. Os t.os da sua fundação disseraõ-me que haviam sumido do Cartorio Eclesíastico; e julga-se ser fundada à mais de 141 a.s. A mais de 26 a.s foi reedificada; mas esta Obra ainda está para se acabar por dentro. A sua alfaias naõ pagaõ das necessárias p.r o atual uso do sacrifício, mas conservaõ-se com asseio. Em tempo q' a Igreja Matriz esteve arruinada, servio esta Capela em seo lugar. Tem p.r patrim.o uma sorte de terras no Distrito da Vila de Parati que anualmen.te rende 82.$400.r.s ; e nesta Vila tem 13 braças de xaons, que se achaõ aforadas anualmente p.r 2.$680.r.s ; o que junto áquela q.tia faz a soma de 85.$080.r.s. Pela instituiçaõ do seo patrimonio há obrigaçaõ de se fazer celebrar em o dia da Santa uma Missa cantada. Na mesma se enterraõ muitos corpos p.r faculdade dos Parocos (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

Essa sorte de terras no distrito da Vila de Paraty foi objeto de requerimento do "[...] Padre Antonio José de Lemos Administrador dos Bens Patrimoniais da Capella de Santa Luzia na Villa da Ilha Grande em q. pede passar á Vila de Paraty onde existe o Patrimônio da Capella a cobrar a renda competente" (ARQUIVO NACIONAL, 1815, CAIXA 285, DOC. 41, p.1 a 12). Tais informações nos ajudam a entender a possível intenção de erguer no distrito de Paraty uma capela em homenagem a essa devoção, quando identificamos a imagem seiscentista em barro policromado que estava abrigada na Capela de N. S. da Conceição de Barra Grande, conforme mencionamos no Capítulo I[650]. Esta imagem com certeza era o orago da Capela de Santa Luzia, que existiu na localidade de Ponta Grossa; e, após sua demolição, foi deslocada para a capela acima mencionada.

---

[648] A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi tombada pelo IPHAN - Processo nº 432-T, Inscrição nº 420, Livro das Belas-Artes, fls.80. Data: 1.XII.1954.

[649] A Capela de Santa Luzia é tombada pelo IPHAN - Processo nº 432-T. Inscrição nº 422, Livro das Belas-Artes, fls. 80. Data: 1.XII.1954.

[650] Esta peça, que se encontra desaparecida, foi localizada na coleção de João Marino, livro intitulado "Em torno da Escultura no Brasil", de P.M. Bardi, editado em 1989 pelo Banco Sudameris Brasil e constante da coleção João Marino em São Paulo, SP.

A fachada da Igreja Matriz de Angra dos Reis, muito despojada, possui uma porta principal em verga reta, encimada por mocheta de alvenaria, com folhas de fechamento almofadadas, três janelas no pavimento superior, duas do coro e uma para a torre e consistório. Na parte inferior da torre está o batistério, iluminado por uma grande lumeeira horizontal, situação que também se repete na igreja da Freguesia de Santana, como vimos acima. Neste batistério ainda está a pia do século XVIII, de origem portuguesa, em mármore de Lioz[651]. A torre possui janelas em arco pleno de diferentes tamanhos para acomodar os variados sinos, sendo encimada por cúpula e coruchéus em forma de pirâmide, possivelmente ali instalados ainda no seiscentos[652].

Figs. 554 e 555: Largo e Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Angra dos Reis

Fonte: Secretaria de Cultura de Angra dos Reis

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

No meio do largo em frente à Igreja existiu um cruzeiro de granito que foi removido para dar lugar ao poste com lampião que vemos na fotografia acima (Fig. 554); o poste de ferro com a extremidade em forma de cruz possibilitava o apoio das escadas para acender, apagar e realizar sua manutenção. Este cruzeiro foi remontado no cemitério da igreja, contíguo à fachada posterior. Na visita pastoral a Angra dos Reis, em 11 de fevereiro de 1876, D. Pedro Maria de Lacerda deixou o registro:

---

651 Alipio Mendes nos informa que em 1758, o Soberano Dom José I manda para a igreja Matriz uma grande e belíssima pia, toda de mármore, que ainda hoje se encontra no batistério (MENDES, 1986, p.52). Para Pizarro "[...] A pia Batismal q' hé de Pedra Marmore está recolhida entre grades naõ tinha tampa: e por uma feliz casualidade, axei-a muito necessitada de conserto, p.ʳ está descolada a bacia do seo pé; e p.ʳ esta causa sem poder consumir-se a agoa dos Batismos pelo seo canal, passando-se extravazadamente para fora e fazendo úmido todo o pavimentoda Caza do Batisterio; com o que, nem com o balancear da mesma Pia se mostravaõ cuidadosos o R. Vigario, e seo Coadjutor" (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

652 Para essas construções de torre em forma piramidal, Bazin nos informa: "As torres em pirâmide surgem equilibrando-se harmoniosamente ao redor do corpo da fachada de frontão clássico, no São Bento do Rio. É num templo militar que vemos conservado o exemplo brasileiro mais antigo da pirâmide como coroamento, ladeada de quatro coruchéus piramidais nos cantos, e terminado por uma borla; trata-se do armazém de pólvora construído no pátio de entrada da fortaleza de Rio Grande, em 1619; é atribuída ao engenheiro militar Francisco de Frias da Mesquita, que trabalhou quase tanto para a igreja como para o Rei; esse curioso monumento deixa entrever a influência da arquitetura religiosa sobre a profana, caso, aliás, que não é o único, pois vemos o farol do Paraíba, representado num quadro de Franz Post, existente no Louvre, tomar também a forma de um campanário em pirâmide quadrangular, com quatro coruchéus piramidais nos cantos (BAZIN, 1983, p.133).

> Antes que me esqueça, defronte da Matriz há um Cruzeiro simples sobre um simples pedestal, melhor do que eu achei em S. João do Principe, quando entrei. Reparei no devoto costume de muitos, que vindo da roça antes de entrar na Igreja, iam de joelhos orar diante da Cruz e beijá-la. Foram os Missionários que levantaram a Cruz (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 366).

O frontão da igreja matriz é sinuoso, com as terminações em volutas, arrematado por cruz em ferro, tendo no tímpano óculo quadrilobado. Seu interior, de nave única e capela-mor, possui um conjunto de retábulos de gosto rococó: o retábulo-mor, dedicado a N. S. da Conceição; dois colaterais de canto, junto ao arco cruzeiro, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus e São Miguel; e dois laterais, a N. S. das Dores e N. S. do Rosário. No que concerne à talha, estes retábulos apresentam certa unidade formal; embora se verifiquem algumas variações, todos possuem as sanefas, que tinham como função seu fechamento total por cortinas nos últimos dias da Semana Santa; e as sanefas menores, fechadas no período da quaresma[653] bem como a presença das tarjas com os atributos dos oragos. A nave e capela-mor são decoradas pelo arco cruzeiro, com grande tarja entalhada e dourada em motivos fitomorfos, ladeada pelas aletas, tendo ao centro a rosa mística, símbolo mariano; e na parte inferior um filactério, com a inscrição: *"CAVI IN POPULO HONORIFICATO. RADICAVI IN POPULO"* = Lancei raízes no meio de um povo glorioso[654].

Figs. 556 e 557: Arco Cruzeiro e tarja da Matriz de N.S. da Conceição de Angra dos Reis

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Segundo Pizarro, os retábulos[655] estavam assim povoados:

---

[653] Muitos desses retábulos no Brasil ainda possuem a carretilha e suportes em ferro na parte inferior, para amarrar as cordas durante o manuseio, após sua elevação e descida, tendo em vista que, para as cerimônias de Sexta Feira Santa, os retábulos deveriam estar todos fechados com o véu da Paixão. A Matriz de N. S. do Pilar de Ouro Preto ainda utiliza essa decoração durante as cerimônias, que tem sua origem provavelmente no chamado véu quaresmal com o qual, no século XI, velava-se todo o retábulo.

[654] Trata-se de trecho do Livro do Eclesiástico, Capítulo 24, versículo 16, assim complementado: na porção do Senhor, sua herança e fixei minha morada na assembleia dos santos.

[655] Na tomada de contas de 1789, pelo Corregedor Marcelino Pereira Cleto, este informa as obras do retábulo mor "[...] Cobrará do antecedente Fabriqueiro, e do R. Vigario as quantias dos seos alcances, assim como também o Rol de dívidas, que se devem á Fabrica, q' entregou o R. Vigº, e q' o Fabriqueiro recebeo da m.ma mão, rubricado p.r

> Altares tem 5 com o Maior. Neste 1º axa-se colocada a Imagem da Padroeira, e o Sacrario; 2º da p.te da Epistola, digo do Evangelho, q' hé a da Senhora do Terço, ereto e conservado pela devoçaõ dos Fieis: 3º, da Sr.a das Dores, p.r devoçaõ particular do falecido R.do Vigº Manoel Antunes Proença: 4º da parte da Epistola, de S. Miguel e Almas: 5º da S.ra do Rozario dos Pretos. Todos eles suficientm.te ornados (PIZARRO, 1794, p.46 a 57v).

De fato, essas descrições confirmam a presença do retábulo de N. S. do Terço, junto ao lado do Evangelho, quando examinamos a sua tarja que tem ao centro o anagrama de Maria. O retábulo de N. S. do Terço foi ocupado posteriormente pelo Divino Espírito Santo e, atualmente, pelo Sagrado Coração de Jesus; o de N. S. das Dores possui três cravos e uma glória com dois corações; o de São Miguel, no lado da Epístola, não possui registro no interior da tarja; e o de N. S. do Rosário tem uma tarja com o rosário e uma glória com uma estrela ao centro. Verifica-se que a Irmandade de N.S. do Rosário ali permaneceu em retábulo lateral, ao contrário de outras vilas, que ainda no período colonial realizaram sua mudança para novos templos, um pouco afastados da matriz.

Figs. 558, 559, 560 e 561: Tarjas dos retábulos de N.S. do Terço, N.S. das Dores, São Miguel e N.S. do Rosário

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

A construção desses retábulos apresenta decoração e ornatos delicados, sendo que o retábulo-mor possui enquadramento com colunas retas e estriadas, de capitel compósito, assentes em mísulas com cabeças de querubins na parte superior. No intercolúnio estão as peanhas com coifas e as imagens[656] - à esquerda, de São José; e à direita, de São Pedro. Entre as mísulas estão as figuras de espagnolettes [657]. O altar é em forma de urna decorada com acanto, rocalha e uma tarja, tendo ao centro uma estrela ladeada por palmas; o trono do camarim é composto de sete degraus encimados pelo baldaquino, para as cerimônias de Adoração Perpétua. Possui no respaldo acima da banqueta o nicho da padroeira, peça datável

mim. E com o dinheiro, que receber, cuidará nas obras da Igreja, especialm.e da Sacristia; p.r que naõ se fazendo esta, se arruína a Capela Mór, e retabulo, que se faz de novo (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

656 Essas imagens são possivelmente de um mesmo escultor, dada a semelhança de entalhe e confecção.

657 Figuras femininas usuais na decoração rococó, lembrando as damas cortesãs. Geralmente possuem na cabeça os chamados grampos ou pentes que serviam de suporte para véus. Podem aparecer portando brincos, colar e laços de fitas.

do século XVII em madeira dourada e policromada. O coroamento curvo com as laterais em elementos sinuosos apresenta dois anjos adoradores, assentes em fragmentos de frontão e, nas extremidades, duas albarradas.

Fig. 562: Retábulo mor – Matriz de Angra dos Reis

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Figs. 563 e 564: Detalhes - N.S. da Conceição

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

Diz a lenda local que a imagem acima teria como destino a Vila de Santos ou de N.S. da Conceição de Itanhaém e foi acolhida em Angra dos Reis devido a forte tempestade. Várias tentativas se sucederam para novas viagens e não conseguiram prosseguir, devido a novas tempestades, permanecendo a invocação naquela localidade, que tinha por orago os Santos Reis. A peça, pelas características apresentadas, de fato é do século XVII, possivelmente portuguesa: as madeixas em ziguezague e a túnica plissada, o decote e o arremate do manto com sulcos e o delicado movimento da perna nos remetem à imaginária produzida nesse período.

O coroamento é centrado por uma glória com raios, três cabeças de querubins e nuvens, com o anagrama de Maria ao centro, pintado de dourado. A peça é encimada por sanefas que partem de uma cornija arqueada. Essa decoração também é visível na igreja de N. S. do Rosário em Paraty; e no fragmento que pertenceu à Igreja de N. S. do Rosário em Rio Pardo, no Sul do país, como já mencionamos no Capítulo I. Observamos que as cabeças de querubins das mísulas, as espagnolettes e os anjos adoradores são totalmente dourados - a policromia de carnação somente é visível nos três querubins da glória mencionada acima.

Figs. 565, 566 e 567: Mísulas do retábulo mor com cabeças de querubins e espagnolettes

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Figs. 568, 569 e 570: Anjos adoradores e Glória do retábulo-mor

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Na segunda metade do século XIX, a igreja Matriz passou por obras de manutenção e conservação, sendo as imagens transladadas para a Ordem Terceira[658] do Carmo. Estas obras tiveram a coordenação do Engenheiro José Maria Corrêa de Sá e Benevides; com as sobras dos recursos foi encomendado o paravento. Após longas querelas e reclamações de demoras, inclusive com propostas de fornecimento de

[658] A Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi tombada pelo IPHAN - Processo nº 432-T, Inscrição nº 388, Livro das Belas-Artes, fls.76. Data: 9.VIII.1950.

madeiras pelo angrense Manoel de Souza Dias, o mencionado paravento levou anos para ser confeccionado.

Em 1873 estava trabalhando em Angra dos Reis o encarnador Joaquim Simões da Conceição[659]. Segundo consta, "[...] em fevereiro de 1873, fez nova encarnação na imagem da Padroeira e retocou a imagem de São Sebastião, colocando nela olhos de vidro ao invés dos pintados no rosto da estátua" (MENDES, 1986, p.87). Para cumprimento de um voto, em 1871 o Capitão João de Alvarenga Rocha mandou dourar os elementos artísticos da igreja Matriz, que já se apresentavam muito danificados pela ação do tempo e maresia, embora o Padre Joaquim Eugênio de Souza Breves já houvesse feito a encomenda para douramento de alguns castiçais a Joaquim Simões da Conceição. O douramento foi também complementado por outros oficiais, entre os quais estava José Maria Villaronga Y Panella[660].

Segundo Mendes, a presença de bons artistas e o douramento executado no século XIX fizeram revelar durante o restauro da igreja, em 2005, um trabalho de boa qualidade, possivelmente executado pelo artista José Maria Villaronga "[...] com seus escravos Mestre Francisco e os aprendizes Lino e José. Com os trabalhos cujo custo foi de seiscentos mil reis, acertado em 16 de junho de 1872, foi o mesmo iniciado no dia seguinte ao do contrato" (MENDES, 1986, p.89). Inseridos no vocabulário ornamental da igreja, partindo das ilhargas do arco cruzeiro, estão, no lado do Evangelho e lado da Epístola, os "Emblemas e Alegorias da Virgem Maria" (ANEXO 41) que também aparecem nas bases das pilastras, nas paredes da capela-mor, inseridos em pequenas tarjas. Estes foram usados para refletir o sentido educativo religioso das antigas vilas no período colonial, como já mencionamos na Vila de N. S. da Conceição de Cunha e Basílica Velha de N. S. Aparecida, onde aparecem nas mesas de altar, ladeando retábulo e ilhargas do arco cruzeiro.

[659] Segundo Mendes, o Vigário Padre Joaquim Eugênio de Souza Barros, os irmãos Padre Diniz Manoel e João Higino Bittencourt e o Padre Domingos Fernandes Vieira se cotizaram e mandaram o santeiro Joaquim Simões da Conceição restaurar e dourar a ouro um crucifixo, seis castiçais, quatro vasos de madeira e seis açucenas do altar-mor, por conta deles (MENDES, 1986, p. 82).

[660] Nasceu em Barcelona – Espanha (1809-07/09/1894), pintor, decorador, restaurador de arte sacra, arquiteto e engenheiro, realizou diversos trabalhos nas antigas cidades do vale do café fluminense e paulista, entre elas Bananal, cuja proximidade com Angra dos Reis talvez lhe tenha possibilitado a realização de trabalhos nesta vila.

Figs. 571 a 575: Emblemas da Virgem Maria – Lado do Evangelho: estrela, sol, cedro, fonte e porta do céu - Capela mor da igreja Matriz de Angra dos Reis

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Figs. 576 a 580: Emblemas da Virgem Maria – Lado da Epístola: lua, casa de ouro, torre, espelho e arca - Capela mor da igreja Matriz de Angra dos Reis

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Executado na segunda metade do século XVIII, o conjunto de retábulos de gosto rococó da nave e capela-mor da Matriz de N. S. da Conceição de Angra dos Reis possivelmente é obra de um mesmo grupo de oficiais, que ali trabalharam: seus elementos decorativos, ornatos, mesas de altar, colunas, tarjas e sanefas, notadamente apresentam-se com grandes semelhanças. Os dois retábulos do cruzeiro, São Miguel e N. S. do Terço[661], aparentam ser mais antigos, embora integrando sanefas semelhantes aos dos retábulos laterais, onde está presente a tarja central. Segundo Oliveira, esta decoração insere-se na tipologia de retábulos do rococó mineiro:

> A tipologia de retábulos de altar-mor da talha rococó mineira inclui ainda um quarto modelo, bem mais simples do que os analisados até agora, no qual o arco do coroamento, apresenta como única decoração uma tarja

[661] Integram os mencionados retábulos, nas peanhas que ladeiam os oragos principais, com a seguinte disposição: N. S. do Terço, ladeada por São Joaquim e Santana; São Miguel, ladeado por Santa Bárbara e São Sebastião.

> central com as armas da irmandade ou atributos do santo padroeiro da igreja. Provavelmente no intuito de compensar o vazio do arco, os fragmentos de frontão acima das colunas internas são repetidos acima dos quartelões internos e recebem na maioria das vezes elaborado o tratamento ornamental na descendência do modelo criado pelo Aleijadinho para os retábulos das capelas de São José e da Jaguara (OLIVEIRA, 2003, p. 262).

Durante a restauração, em 2005, foram identificadas no intercolúnio belas pinturas do século XVIII, com a presença de querubins, vieiras, mísulas, medalhões e flores. Felizmente essas pinturas foram reveladas a público, pois estavam recobertas por sucessivas camadas de tinta branca. Os retábulos laterais só possuem duas colunas e quartelões: no intercolúnio estão as peanhas e coifas para imagens menores[662].

Figs. 581 a 584: Retábulos de Sagrado Coração de Jesus: N.S. das Dores, São Miguel, N. S. do Rosário - da nave da igreja Matriz de N.S. da Conceição – Angra dos Reis - RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Conforme já mencionamos no Capítulo II com relação aos retábulos colaterais da Igreja de N.S. das Necessidades, em SC, que tem como oragos Santo Antonio e São Miguel, neste foram mantidas as colunas torças joaninas e no seu coroamento a instalação de sanefas, situação que ocorre na Matriz de N.S. da Conceição de Angra dos Reis e Mangaratiba, desta vez com adoção das colunas retas e estriadas. Infelizmente por uma restauração contratada pelo IPHAN, na década de 2000, os retábulos da igreja de N.S. da Guia foram totalmente repintados, com camadas de tintas inadequadas que não respeitaram os originais, fazendo encobrir inclusive as sutilezas dos seus entalhes.

[662] Integram os mencionados retábulos, nas peanhas que ladeiam os oragos principais, com a seguinte disposição: N. S. das Dores, ladeada por São Francisco de Paula e Santa Rosa de Lima; N.S. do Rosário, ladeada por São Domingos de Gusmão e Santa Catarina de Sena.

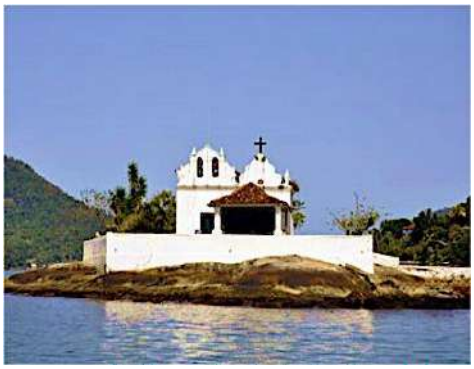
A igreja de N.S. da Guia de Mangaratiba[663] possui as sanefas do coroamento nos retábulos colaterais semelhantes às que foram confeccionadas para o retábulo da Capela do Senhor do Bonfim, na ilhota de mesmo nome, próximo à enseada de Angra dos Reis.

Figs. 585 a 587: Retábulos: Sagrado Coração de Jesus, N.S. da Guia e São Sebastião, Mangaratiba

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

A Capela do Senhor do Bonfim, erguida na ilha de mesmo nome, é outro monumento que merece destaque, devido a sua arquitetura datada do século XVIII, que nos remete a um período bem distante, face a suas características arquitetônicas, possuindo junto à fachada principal um grande alpendre que serve de nave devido às pequenas dimensões da capela-mor (ANEXO 71). Esta Capela foi tombada pelo IPHAN em 1954, através do Processo nº 432-T, Inscrição n° 423, Livro das Belas-Artes, fls.80, Data: 1.XII.1954.

Fig. 588: Capela do Senhor do Bonfim



Fonte: httpswww.angra.rj.gov.brsopafotosnoticias29316_I.jpg

Fig. 589: Retábulo mor da Capela

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

[663] No coroamento do retábulo-mor estão duas palmas muitos semelhantes às que foram confeccionadas para o retábulo de N.S do Rosário da Matriz de São Francisco da Chagas de Taubaté. Consta em sua documentação, no Desembargo do Paço, que a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi “erecta” na Freguesia de N.S. da Guia da Aldea de Mangaratiba Subúrbio desta Cidade, e encaminha o Compromisso para consulta e parecer de seu conteúdo (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC. 19, p. 1 a 7). Esta igreja foi tombada pelo IPHAN, Processo nº 773-T, Inscrição nº 402, Livro Histórico, fls. 65. Data: 3. VIII.1967.

Em 1794 estavam funcionando na Matriz de Angra dos Reis as Irmandades do Santíssimo Sacramento, N. S. da Conceição, São Miguel e N. S. do Rosário; e ao que tudo indica, havia intenção de fatura de um novo retábulo para a Irmandade de N. S. das Dores:

> O Altar da S.ra das Dores possue 200$.r.s produto da arrematação de certa porçaõ de xaons legados pelo R. Vig.o q' foi, Manoel Antunes Proença, para se fazer um novo retábulo: e aquele dinheiro para em maõ do seo tt.ro, Francisco Antnio Xavier pª esse efeito (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, possivelmente a mais antiga, possuía 120 sepulturas das grades para cima; e conforme se depreende de sua documentação, seu compromisso foi encaminhado para confirmação em 31 de janeiro de 1822, pelo Provedor Francisco de Salles Fonseca:

> Diz o Irmam Provedor, e mais Irmoons da Irmandade do Santissimo Sacramento da Villa da Ilha Grande que eles supplicantes tem estado sempre incorporados nesta mesma Irmandade, fazendo todas as funçoens, como exige o Culto da Religião; porem agora junto em Consistorio formarão os Capitulos do seo Compromisso, os quaes juntos offerecem a V. A. R. pedindo a confirmação delles, para que possam aumentar o Culto, e honra á Deos, noque V. A. R. também tanto se empenha. Pa. V. A. R. por sua piedade haja por bem ouvir às supplicas dos supplicantes, pois hé para hum fim tão pio, e para aumento do Culto Religioso (ARQUIVO NACIONAL, 1822, DOC. 14).

Para o compromisso acima foi passada a provisão[664] com reservas não obrigatórias à concorrência do pároco para as despesas; e uma delas concedia licença especial em cada aquisição de bens de raiz. A Irmandade de N. S. da Conceição já havia solicitado em data anterior a confirmação de seu Compromisso, que constava de oito artigos em 1801. Embora seu encaminhamento tivesse sido feito pelo Procurador Carlos José Teixeira de Souza, na ocasião Pizarro ainda aguardava o título de criação da Irmandade para dizer sobre a sua aprovação:

> Dizem o Juiz, Officiaes Irmaons de Meza e mais Irmaons da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Pedroeira da Villa de Angra dos Reis da Ilha Grande, que eles fizerem concordes entre sy seu compromisso para milhor se regularem e Governarem no Serviço de Deos e damesma Irmandade, contando de oito artigos, os quaes pedem com o mais

[664] Dom Pedro, pela Graça de Deos e Unanime Acclamaçaõ dos Póvos Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Imperio do Brasil. Faço saber aos que esta Provisaõ virem: Que atendendo ao que por seo requerimento me representaraõ o Provedor e mais Irmaõs de Mesa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhôra da Conceiçaõ da Villa da Ilha Grande: Hei por bem conceder-lhes Licença para validamente ficar erecta a dita Irmandade, sendo obrigados a apresentar -Me o seo Compromisso para a Minha Imperial Confirmação. Esta Provisaõ se cumprirá como nella se contem. Pagou de Novos Direitos quinhentos e quarenta, q. se carregaraõ ao Thesoureiro deles a fls. 105 ver do Liv. 1º do de Sua Receita, como se vio do seo respectivo Conhecimento em forma registado, a fls.111 do Liv. 2º do Registo Geral. O Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Imperio do Brasil o mandou pelos Ministros abaixo assignados do Seo Conselho, e Seos Desembargadores do Paço. José Francisco Medella Pimentel afez no Rio de Janeiro aos treze de Fevereiro de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independencia e do Imperio (ARQUIVO NACIONAL, 1824, DA).

> profundo respeito o Juiz, Officiaes, Irmandade de Meza e mais Irmaons da mesma Irmandade a V. A. R. aja por bem de lhes aprovar para que os Artigos deste compromisso tenhas o seu acordo e inteiro vigor Fazendo lhes Mercê Mandar passar Provisão de Confirmação e aprovação para o que tem expressado pelo que (ARQUIVO NACIONAL, 1816, DOC.33).

Embora Pizarro faça menção em 1794 de "ignorar a ereçaõ" da Irmandade de São Miguel, em 1824 o Procurador João Pedro d'Alcantara solicita a confirmação de seu compromisso, assim registrado:

> Dizem os Irmãos da Irmandade das Almas erecta na Freguezia da Conceição da Ilha Grande, que da Provisão junta mostrão estar sanada anulidade em que se achava erecta aquella Irmandade avista, que recorre a Vossa Mag.^{e} Imperial, que juntando-se esta ao seu Compromisso que se acha assento na Secretaria desta Meza, se lhes passe a sua Provisão de confirmação do mesmo Compromisso (ARQUIVO NACIONAL, 1824, DOC.12).

Ao que tudo indica essa Irmandade era considerada, nas vilas do período colonial, uma das primeiras a ser instalada nas antigas matrizes. Pela questão dos sepultamentos não apresentava problemas, apenas se fazia necessária a oficialização da retirada de esmolas:

> Não contendo o Compromisso apresentado coisa alguma censurável, está nos termos de merecer a Confirmação supplicada com as clausulas do cpr.^{o} Entretanto, para a Irm^{de} poder publicamente tirar esmolas hem conformidade do § 7^{o} do compromisso deve recorrer ao Dezemb^{o} do Paço, á quem privativamente compete conceder essa graça. Rio de Janeiro 10 de Maio de 1824 – Pizarro (ARQUIVO NACIONAL, 1824, DOC. 12).

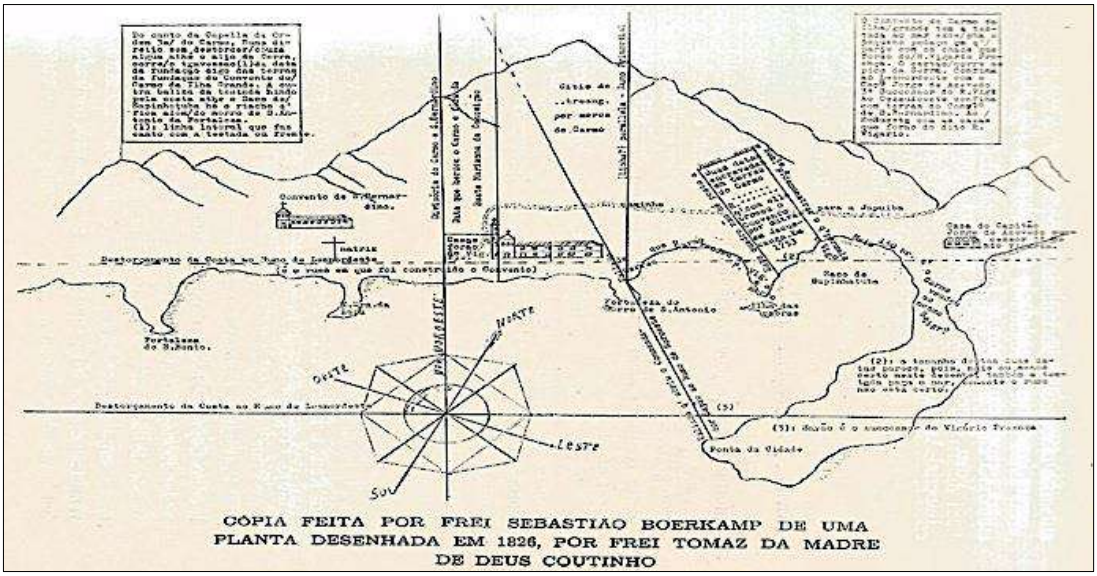
Com sua data de fundação ignorada por Pizarro em 1821, os Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Angra dos Reis também solicitaram aprovação de seu compromisso em doze capítulos; mas embora tenham obtido a confirmação, foi-lhes proibido fazer o uso das sepulturas[665] dentro da Igreja:

> Dizem o Juiz e mais Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Igreja Matriz da Villa da Ilhagrande desta Commarca do Rio de Janeiro, q.^{e} elles Supplicantes iregirão a sobre dita Irmandade com Provizão de Vossa Mag.^{de}; e por q. fizeraõ seu Compromisso p.^{a} o bom regimem da mesma Irmandade, que junto aprezentaõ com trez meias folhas e doze Capitullos; pelo que Pedem a Vossa Mag.^{de} seja servido conceder-lhe a Sua Real Confirmação (ARQUIVO NACIONAL, 1831, DOC. 20, p. 1 a 3).

[665] Não contendo o Compromisso da Sup.^{e} Irm.^{de} coisa alguma censurável, he contudo necessário declarar na Provisão de Confirmação delle, que em todo caso se salvaram os Direitos parochiaes e os da Fabrica de Igreja Matriz; e que fica vedado à Irm.^{de} o uso de Sepulturas dentro do Templo, em conformidade da C.R. de 17 de Fev^{o} de 1801. Pizarro (ARQUIVO NACIONAL, 1821, DOC. 20, p. 103).

Há no território da antiga vila de Angra dos Reis dois Conventos, o de N. S. do Carmo[666] e o de São Bernardino de Sena[667]. O primeiro serviu de Matriz; a sua igreja conventual e também a Ordem Terceira do Carmo durante o período de obras, bem como a igreja de Santa Luzia, erguida no centro da vila, embora de pequenas dimensões, também serviram a essas funções.

Fig. 590: Planta e alçado dos Conventos de N.S. do Carmo e São Bernardino de Sena
Angra dos Reis - RJ



Fonte: O Convento de N.S. do Carmo da Ilha Grande - 1880

Como já dissemos acima, a Igreja de Santa Luzia, além de servir de apoio durante as obras da Matriz, foi também um pequeno hospício que serviu de residência aos franciscanos durante a elevação do primeiro convento. As informações sobre o Convento do Carmo a apontam como primeira casa religiosa da vila da Ilha Grande, e no momento da visita pastoral a existente já era a segunda:

> que fica em um pequeno alto da p.te esquerda da Matriz, com a f.te para o mar e rumo de S., da Religiaõ do Carmo. Parece, que esta foi a 1ª Caza Religiosa, que teve esta Vila, pelo que se deduz de uma doaçaõ feita por Custódia Moreira, em Escritura de 29 de Dezº de 1623, de todas as terras, que lhe pertenciaõ, com a condição de se lhe dizer uma Missa em cada mez a N. Sr.a, e de Sepultura perpetua na Igreja nova, pegada aos degráos do Altar colateral da banda do Evangelho; de cujas terras tomou posse imediatm.te o R. Vigario Fr. Constantino da Cruz, e o R. Fr. Gaspar d'Assunção (PIZARRO, 1794, p. 46 e 57v).

666 A Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, inclusive a área da antiga cerca foi tombada pelo IPHAN - Processo nº 344-T, Inscrição nº 239, Livro Histórico, fls. 40. Data 28. XI. 1944.
667 Ruínas da Igreja e Convento de São Bernardino de Sena e Capela dos Terceiros, inclusive o cruzeiro fronteiro. Processo nº 371-T, Inscrição nº 246, Livro Histórico, fls. 41. Data: 23. VII. 1947.

Fig. 591: Fachada - Igreja de Santa Luzia

Fig. 592: Retábulo-mor - igreja de Santa Luzia

Fonte: Flávio Santos de Paula

Pelas informações acima e conforme se verifica no retábulo da igreja conventual onde, embora tenha sido alterado para um modelo de fins do século XVIII, juntamente com os laterais, manteve-se o sacrário do primeiro retábulo, este ainda possui a talha do século XVII, em cuja porta vemos a presença de *putti*[668] e decoração acantiva de rara beleza.

Fig. 593: Retábulo-mor do Convento de N.S. do Carmo – Angra dos Reis, RJ

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Fig. 594: Detalhe do Sacrário do retábulo-mor do convento de N.S. do Carmo – Angra dos Reis

Fonte: Flávio Santos de Paula

[668] Figuras de meninos esculpidos na talha dos retábulos do período barroco, ilhargas das naves das igrejas, ladeando portas de sacrários, como no presente caso, geralmente meninos gorduchos, sem asas, podendo estar vestidos ou nus, por entre a decoração acantiva ou assente sobre as asas de pelicanos.

Ao lado da igreja conventual está a Ordem Terceira de N. S. do Carmo[669], que ainda mantém seus retábulos datados do século XVIII, com suas mesas e coroamento apresentando as tarjas com os atributos dos oragos. O retábulo do lado do Evangelho é dedicado a Santa Tereza D'Avila e, no lado da Epístola, a N. S. dos Passos e N. S. da Soledade.

Fig. 595: Convento e Ordem Terceira do Carmo – Angra dos Reis - RJ

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

Fig. 596: Retábulo mor – Ordem Terceira do Carmo

Fig. 597: Retábulo de Santa Teresa D'Ávila

Fonte: Alonso de Oliveira

[669] No nicho acima da banqueta está a imagem de N. S. do Carmo, de origem portuguesa e nas peanhas as imagens de Santo Elizeu e as Santas Mães - iconografia representada por Santana, Santa Izabel e Nossa Senhora.

Destaque-se que no interior do consistório da Ordem existe um Passo da Paixão[670], montado em retábulo datado do século XVIII e denominado “Cruz às Costas”, com bela talha de gosto rococó, que foi confeccionado para ser implantado possivelmente na área urbana e ali permaneceu, sendo transformado em armário com portas vedadas por caixilhos e vidros, no século XIX. Devemos registrar que a Ordem Terceira era responsável pela Procissão do Triunfo em várias igrejas da Ordem do Carmo, e desta participavam os andores das imagens dos Passos desde o Horto até a subida para o Calvário.

Fig. 598: Passo da Paixão – Cruz às costas no Consistório da igreja da Ordem Terceira do Carmo de Angra dos Reis

Fig. 599: Detalhe da cena do Passo em médio relevo

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Quanto ao atual retábulo de Santa Tereza, identificamos que no início do século XIX era ocupado pelos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, constituída pelos “homens pardos” da vila, e que já existia desde 1750, segundo Frei Antonio Ignacio do Coração de Jesus:

> Setenta e cinco annos terão decorridos, depois que alguns homens pardos desta Villa levados do espírito de devoção para com a Senhora da Boa Morte, conseguirão colocar em hum altar da Igreja deste Convento huma Imagem daquela Senhora, e comessarão desde então a dar lhe culto publico, a fazer celebrar Missa solemne com Procissão pelas ruas no dia da Festa da Senhora, sem terem ainda impetrado beneplacito do impetrante para que esta associação de devotos se possa chamar Irmandade, sendo certo q.e a mesma corporação pode fazer actas publicas sem aprovação da Provisão, ou sem ter Compromisso (ARQUIVO NACIONAL, 1825, PACOTE 03, CAIXA 290).

[670] Possivelmente deve ter existido outros Passos na Vila, tendo em vista que na fachada da Igreja de Santa Luzia ainda existe um desses nichos sem a talha interna. Esse Passo tem dois pequenos medalhões com as Armas Christi: coluna, cordas, açoites e uma verônica na parte superior do coroamento, chama atenção que a cena é totalmente esculpida em médio relevo de rara beleza.

Os documentos registram também o grave desentendimento havido entre esta Irmandade e os Priores do Convento, que gerou a transferência da imagem de Nossa Senhora da Boa Morte para a Igreja de Nossa Senhora da Lapa:

> Dizem o Juiz, e Irmaos da Irmandade da Senhora da Boa Morte erecta na Igreja dos Religiosos Carmelitas da Vila da Ilha Grande, que tendo soffrido até agora o mao tratamento com que tem sido provocados pelos Priores deste Convento já injuriosamente tratava-os de Bodes seja lhes prometido usar da mesma expressão daqueles Padres, já demolindo o seo Altar e so depois de alguns anos por ordem do Provincial o P.e Mestre Fr. Innocencio lhes foi permitido por a Imagem da Senhora em outro Altar, já servindo-se das Sepulturas da Irmandade, dando-as a quem lhes parece, já finalmente exigindo da Irmandade pagar exorbitantes de pé de altar, aluguel de ornamentos, sinos, e até de por uma toalha lavada no Altar Mor da sua Igreja em certo anno exigiram paga e porque estes incômodos que a Irmandade tem sofrido alterao segundo o gênio e conduta dos Priores que vao sucedendo para evadir taes inconvenientes e possa o culto da Senhora prosperar e propagar-se e os Irmaos actuaes continuarem a servir com gosto e devoção e adquerirem maior numero que bem sirvam a Nossa Senhora da Boa Morte (ARQUIVO NACIONAL, 1825, PACOTE 03. CAIXA 290).

A Igreja de Nossa Senhora da Lapa, construída por Baltazar Mendes de Araújo, ainda no século XVIII, foi recomendada para abrigar a imagem de N. S. da Boa Morte. Apresenta fachada emoldurada por pilastras e cunhais, encimada por frontão em curvas e contracurvas tendo ao tímpano óculo quadrilobado com moldura e vieira em relevo, coroado por cruz em cantaria; e tem à direita campanário em arcada, ornado por coruchéus, semelhantes aos de outras igrejas da cidade e arrabaldes, únicos exemplares da região. De maneira singela, o interior possui belo retábulo, cuja composição possibilitou, pela dinâmica do movimento e policromia, expressar um sentido de leveza e registro dos atributos alusivos a Nossa Senhora. Estes emblemas são representados através de pintura: sol, lua, espelho, cedro, cipreste; acima do sol e da lua estão as espagnolettes, e também as vieiras. No fundo do camarim, durante a restauração foi revelada pintura em grotescos[671] muito utilizada nos retábulos seiscentistas e setecentistas.

[671] Termo de origem italiana “Roma antiga” – grottesche, que faz alusão a pintura em elementos fitomorfos simétricos e em alguns casos pode estar associado a figuras de animais e humanos, sendo estas com asas e pernas de animal. Era usual também em tetos, paredes e o nome “grotesco” faz alusão às ruínas romanas conhecidas como grutas. No período colonial foi usual em pinturas de forros, alguns com muito colorido, visíveis na Sé de Salvador e em Minas Gerais na capela-mor da Matriz de Santo Antonio de Tiradentes. Seu uso ocorre na primeira metade do século XVIII, até o advento do rococó e curiosamente de rara beleza, estão os grotescos nas terças das galerias superiores e no teto e ilhargas do camarim do retábulo mor, da igreja conventual de São Bernardino de Sena, em Angra dos Reis.

Fig. 600: Igreja de N.S. da Lapa – Angra dos Reis

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

Fig. 601: Retábulo-mor N.S. da Lapa

Fonte: Alonso de Oliveira

Nas intervenções ocorridas no retábulo-mor desta igreja, durante a restauração visando a adaptação para suas funções museológicas, em 06 de janeiro de 1994 esta imagem foi deslocada para a lateral do retábulo junto à parede, situação que deve ser repensada para novamente integrar seu local no interior deste templo. A documentação comprova essa transferência, mediante consulta feita à Mesa do Desembargo do Paço, sendo que a imagem ali já está há mais de 190 anos:

> Pedem a Vossa Magestade Imperial seja servido mandar entregar a Irmandade huma Capella que há nesta Villa intitulada da Senhora da Lapa, que esta sem bens patrimoniais, por que os poucos q. tinha forão aprehendidos para a Coroa a fim de que a Irmandade tome posse das alfaias e nella abrigada a sua Imagem e ali faça todas as suas funçoens debaixo de obediências do Paroco em cujos emolumentos serão (ilegível) ficando a Irmandade obrigada a reparar e conservar a dita Capella a sua custa e fizer todas as obras que precisar os fazerem com autoridade da Capella e da Irmandade (ARQUIVO NACIONAL,1826, CAIXA 290, p. 3).

Há junto ao acervo dessa igreja uma imagem de São Pedro Arrependido em terracota policromada, datada do século XVII, provavelmente confeccionada por Frei Agostinho de Jesus quando ali atuou, residindo no Convento de São Bernardino de Sena.

Fig. 602: São Pedro Arrependido - igreja N.S. da Lapa

Fonte: Flávio Santos de Paula

Fig. 603: N. S. da Boa Morte - igreja N.S. da Lapa

Fonte: Flávio Santos de Paula

O Convento de São Bernardino de Sena[672] teve sua primeira construção implantada na localidade denominada “Cachoeira” nas proximidades da atual Rua Moacyr de Paula Lobo, ainda na planície. É considerado o segundo convento que o Custódio Frei Sebastião fundou; foi nesta casa que João Barbosa, negociante em Paraty, tomou o hábito da Ordem Seráfica em 11 de novembro de 1704, realizando sua profissão em 12 de novembro de 1705.

Para Rower, a ausência de documentos precisos deixou uma lacuna no que concerne aos registros da construção, importante documento material que ainda encontra-se abrigado no segundo convento e que nos ajuda a entender um pouco a sua escala arquitetônica. Trata-se do antigo retábulo de talha seiscentista e a imagem do primitivo orago que serviu aos franciscanos:

> [...] Nenhum documento achamos que dê a conhecer o que foi o primitivo Convento franciscano de Angra dos Reis, construído em 1653 na “Cachoeira” e no qual a Comunidade assistiu 104 anos, isto é, de 1659 a 1763. As poucas ruinas existentes, porém, demonstram que se tratava de edifício relativamente pequeno. Afirma, porém, Frei Apolinário da Conceição que o edifício era “bastante e igualmente a igreja”, e que o número de frades chegava a 25. Refere também que o Provincial Frei Boaventura de S. Catarina (1716 a 1719) mandou fazer de talha dourada o altar-mor e os laterais e fê-los pintar (ROWER, 1957, p. 244 a 245).

[672] O segundo Convento de que o Custódio Frei Sebastião se tornou fundador é o de S. Bernardino de Angra dos Reis. Estando a par das negociações havidas anteriormente, assim que lhe coube o custodiato, enviou do Rio de Janeiro a Frei Pantaleão de Sta. Catarina com o Irmão leigo Frei Manuel dos Anjos, a examinar o sítio que o capitão Manuel Carvalho generosamente oferecia, e fazer uma Casa provisória. Voltaram, porém, sem que dessem início a qualquer obra. No Capítulo de 21 de Novembro do mesmo ano de 1650 foi instituído Superior Frei Jácome da Purificação e associado a ele o dito Frei Pantaleão e mais dois Irmãos leigos. Hospedaram-se em casa do capitão Carvalho e depois de se lhes fazer uma casinha junto à ermida de Sta. Luzia, para ela se transferiram no dia 1º de Agosto de 1652. O primeiro Convento, cuja pedra fundamental o próprio Custódio lançou em 14 de Abril de 1653, só ficou terminado em 1659 e é digno de menção que nele tomou o hábito franciscano o santo Religioso Frei Fabiano de Cristo. Estava este Convento situado na planície, em lugar muito úmido. Por este motivo, os frades levantaram outro de muito maiores proporções numa colina vizinha, em 1758 a 63. Hoje só existem vestígios da primitiva construção e, da segunda, majestosas ruinas. O Convento de S. Bernardino foi diversas vezes uma das Casas de noviciado (ROWER, 1947, p.70 e 71).

Fig. 604: Retábulo e imagem primitiva de São Bernardino de Sena - Século XVII

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Notícia recorrente, que consta da memória da fundação do primitivo Convento de São Bernardino na Cachoeira[673], além da insalubridade do local, era a presença de muitas cobras que adentravam os dormitórios, varandas e ambientes da sacristia, capela e igreja. Este fato nos remete a duas explicações, na análise do registro. Além das cobras venenosas, possivelmente habitavam o telhado do convento as chamadas cobras caninanas, que de lá caíam. Esta é uma espécie que ocorre na Mata Atlântica e seu nome, no Brasil - embora não seja um réptil venenoso - está associado a ser muito brava. Quanto às imagens em cujo pescoço foram constatadas as cobras, verifica-se que este era um momento em que o vidro era escasso, já que os vidros só chegaram com maior frequência no século XIX e os nichos dos retábulos datados do século XVII e XVIII para a imagem de São Bernardino até hoje não possuem vidros e nem o caixilho para os mesmos, razão pela qual tornou-se mais fácil a entrada dos répteis.

673 "Do sítio que se fundou êste Convento têm tido os Religiosos muito que merecer por ser muito úmido e subterrâneo ao sopé de hua serra, e de hua cachoeira de água, tão sujeito a sapos, e mais imundícias de bichos, e cobras peçonhentas que muitas vezes os Religiosos no côro admiravam o estrondo com que caíam do telhado. E não he necessária menos de segurança para se conservarem as alfaias sem lesão. O que tudo parece quis a Providência Divina tomar por ocasião para fazer patentes os merecimentos do Bem-aventurado S. Bernardino de Sena, titular deste Convento; porque suposto que tendo muitos Religiosos padecido enfermidades pelo desabrido do sítio, passaram-se 30 anos que neste Convento não pereceu, nem se sepultou Religioso algu. Além disto não he menos de ponderar outro privilégio que sendo êste sítio muito sujeito a cobras peçonhentas ainda com mais excesso do que he próprio em todo êste Brasil, intrometendo-se não só pelos dormitórios, varandas, celas, telhados, mas tão bem pela sacristia, capela, e igreja de tal sorte que athé ao pescoço da Imagem de S. Bernardino e de outras Imagens sucedeu tirarem-se algumas, e sucedendo muitas vezes aos moradores do Convento pisaram-nas, athe ao dia de hoje se não tem visto que picassem a Religioso algu. Agradecimento que piedosamente devemos crer se deve render a tão prodigioso Padroeiro". (ROWER, 1957, p. 245).

Fig. 605: Convento de São Bernardino de Sena – Angra dos Reis - RJ

Fonte: Acervo Irênio de Araújo Marques

Fig. 606: Porta principal do convento junto a galilé

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Pizarro nos informa que a mudança ocorreu para o atual local devido aos incômodos provocados pela umidade; e destaca a presença de água que servia o monumento religioso internamente. De fato, é possível visualizar na parede da fachada posterior do convento a presença de aquedutos vindos da encosta do morro e sua inserção no interior da cozinha, onde encontra-se a pia de pedra para receber a água coletada neste sistema:

> Mas, em razaõ de muitos incômodos, que sofria esta caza, por motivo das umidades, se resolveraõ os Religiosos a fundar a q' existe, no dia 18 de Julho de 1758, em que se lançou a 1ª pedra: e concluída em Maio de 1763, foi benzida a Igreja nova aos 20 do dito mez, pelo Ir. Guardiaõ Inacio de Jezus Maria, e nesse m.mo dia mudado o SS.mo Sacramento; e para a nova caza se mudaraõ os Religiosos no imediato 22 do m.mo mez e ano. Hé magnifica esta nova caza, pelos seos belos comodos, e principalmente pela abundancia d'agoas, q' a um lado vem cair-lhe para todo o serviço. Mas, p.r este mesmo útil, virá a sentir p.a o futuro notável ruina. Como já principia a experimentar se naõ lhe mudarem o canal, por onde se comunica a este edifício. A Igreja, e suas alfaias estaõ com muito asseio. Para esta fundação 1ª foraõ doadas pelo Cap. Manoel de Carvalho, as terras, que se compreendiaõ em 200 braças, compradas ao Cap. Manoel Antunes Lobo, pª se edificar áquele Convento com o termo de S. Bernardino p.r Escritura de 1625 (PIZARRO, 1794, p. 46 a 57v).

Fig. 607 e 608: Fachada posterior do Convento e arcos do aqueduto

Fonte: Acervo Alonso de Oliveira

Seguindo o programa dos conventos franciscanos, a nova casa dos religiosos foi construída na encosta de um morro com denso fundo de vegetação e abundância de água potável, permitindo para ali ser conduzida, tratando-se, portanto, de um dos poucos conventos que tiveram essa possibilidade, ainda no século XVIII. Possuía as seguintes dimensões e características, segundo Rower:

> Tem o Convento, afora a igreja, 48 metros de frente, 38 de fundo e 12 de altura. Apesar de presentemente em ruínas, as paredes mestras deixam ver a sua feitura interna que corresponde em tudo à dos nossos antigos Conventos, com a diferença, porém, de além do claustro quadrangular, existir outro pequeno, com arcos em dois lados. Refere Honório Lima que as portadas de mármore da porta da igreja e o cruzeiro da ladeira, também de mármore, foram oferecidos pelo Rei D. José I, falecido em fevereiro de 1777 (ROWER, 1957, p. 251).

Fig. 609: Escada de acesso ao segundo pavimento

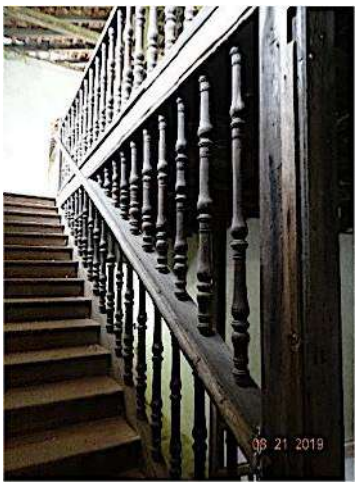
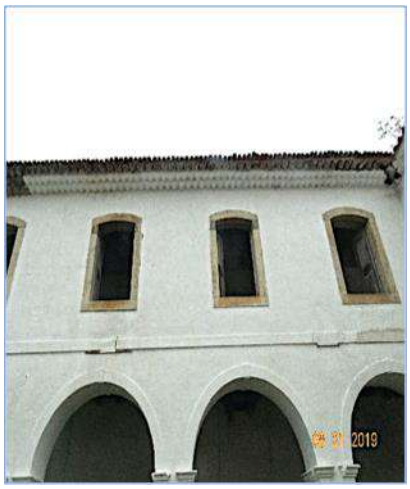


Fig. 610: Tromba da chaminé

Fig. 611: Detalhe do claustro



Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Dessa construção, que entrou em ruínas na primeira metade do século XX, ainda está presente o retábulo da segunda metade do século XVIII, que embora com algumas perdas é peça importante dentro de sua concepção estrutural e nos faz lembrar, pelas proporções e dimensões, os retábulos que foram construídos nas igrejas de Santa Rita em Paraty e Matriz de Santo Antonio em Guaratinguetá - estes, com talha mais elaborada. Seu enquadramento é em colunas retas, com frisos aplicados e as terminações em pontos angulares, entablamento clássico, arco pleno com a mesma decoração, respaldo reto decorado com frisos em meia cana, altar em forma de urna, não possuindo mais a banqueta; registro inferior decorado com painéis retangulares emoldurado por frisos, registro central com quatro colunas retas, da ordem coríntia, assentes em mísulas de proporções avantajadas. Sobre o entablamento estão os fragmentos de frontão, colocados acima das colunas nas extremidades. Coroamento em frontão com as laterais em elementos sinuosos e as terminações em volutas, encimando cornija arqueada semelhantes à sobreverga da porta principal da galilé centrado por glória, com raios e nuvens com a trigrama JHS *(JESUS HOMINUM SALVATORI* – Jesus Salvador dos Homens).

Fig. 612: Retábulo-mor de São Bernardino de Sena

Fig. 613: Coroamento

Fig. 614: Entablamento

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

O Camarim tem paredes apaineladas pintadas de azul, deixando ver vestígios de sua policromia original formada por grotescos - como os existentes nas terças do telhado da galeria superior; trono escalonado com três degraus, nicho central do padroeiro com montantes dourados e renda entalhada em elementos fitomorfos e ornatos sinuosos “S” “angras”, com coroamento em talha de gosto D. José, totalmente dourada. Interior com pinturas em elementos fitomorfos. Esse nicho não possui vedação de vidro.

Fig. 615: Detalhe do camarim

Fig. 616: Nicho

Fig. 617: Terça policromada

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Em seu acervo observa-se que integravam a monumental construção, além do orago São Bernardino, ladeado nas peanhas por Santo Antonio e São Boaventura, em retábulos laterais, as imagens de N. S. da Conceição, Santana, São Benedito e São Francisco das Chagas - além das imagens menores que povoavam as peanhas desses retábulos. Curiosamente está presente a imagem do Menino Deus vestido, com coroa de prata[674], imagem que também é presente nas Igrejas de Santa Rita, Matriz de Santo Antonio em Guaratinguetá e Basílica Velha de N. S. Aparecida, como já mencionamos acima, no Capítulo II. Grande parte desse acervo ainda é possível ser visto na coleção do Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis, na Igreja de N. S. da Lapa[675].

[674] Imagens da Igreja. Uma de S. Bernardino com dois resplandores (sic) e um relicário com uma corrente, tudo de prata.- Uma de S. Boaventura, tendo na mão uma cruz grande de dois braços e no pescoço outra mais pequena pendente de uma corrente, tudo de prata.- Uma de S. Antonio e seu Menino com cruz e resplandores, tudo de prata.- Uma de S. Bárbara com coroa de prata.-Uma do Menino Deus vestido em coroa de prata.- Uma de N. P. São Francisco com cruz e resplandor de prata sobredourada.- Uma de S. João Batista com resplandor de prata.- Uma de S. João Evangelista com resplandor de prata.- Uma de S. Ana com resplandor de prata, e sua Menina com coroa e diadema, tudo de prata.- Uma de S. Joaquim com resplandor de prata.- Uma do Menino Deus com seu berço, que serve pelo Natal.- Uma do Sr. Morto, dentro da urna do altar do S. Padre.- Um Crucifixo novo em cruz de talha dourada com resplandor, título e cravos de prata, da banqueta do altar mor.- Três ditos usados em a dita de dito e dito, dos altares laterais.- Dois ditos em dita de jacarandá com ditos de dito.- Um dito em dita de dito e dito, tendo tão bem cantoneira de dita.- Um dito grande da Sacristia com resplandor de dita.- Uma cruz processional de Jacarandá (ROWER, 1957, p. 262).

[675] Adaptada para atender também a funções museológicas, com trabalho iniciado em 1989 pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, com a restauração de algumas imagens de maneira isolada e, a partir de 1992, com um atelier montado para restauração na própria cidade, para o qual foram contratados dois restauradores. Estes trabalhos foram realizados pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através de Convênio com a Diocese de Itaguaí e sob a supervisão técnica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – 6ª Coordenação Regional. Para a montagem do Museu estavam na Coordenação: Maria Emilia de Souza Mattos/ IBPC; Julio Cezar Neto Dantas/ IBPC; Marcos César Cardoso/ PMAR; Projeto Luminotécnico: Ana Lúcia Gonçalves / IBPC. Os restauradores eram: Gilson Silva de Andrade e Rejane Oliveira Santos. A Igreja de N. S. da Lapa é monumento tombado pelo IPHAN em 01 de dezembro de 1954 - Processo nº 432 – T, inscrição nº 421 no livro de Belas Artes, folha 80.

Figs. 618 e 619: São Bernardino de Sena – Século XVII

Fonte: Flávio Santos de Paula

São notáveis as descrições das cerimônias litúrgicas ali realizadas, entre elas a célebre “Procissão de Cinzas”, a primeira da quaresma, de responsabilidade das Ordens Terceiras Franciscanas, na qual participam diversos andores com as imagens dos santos que, na ordem franciscana, são geralmente integrados por imagens de roca - para aliviar o peso no transporte durante a procissão.

Figs. 620 e 621: S. Francisco de Assis e detalhe da imagem

Fig. 622: São Roque

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Um flagrante interessante é a saída desta procissão junto à *galilé* do Convento, no início do século XX[676], na qual aparece a imagem de N. S. da Conceição em um dos

[676] Célebres são as descrições dessa procissão no Rio de Janeiro, deixadas por Jean Baptiste Debret. A procissão foi extinta ainda no século XIX e o acervo que a integrava, inclusive as imagens - na sua maioria de roca e de vestir, todas restauradas - está depositado no Museu de Arte Sacra.

andores, conduzida pelos irmãos vestindo o hábito franciscano e portando círios. Pelo que se percebe e face à qualidade das imagens ainda existentes, essa cerimônia atraia grande número de pessoas e irmãos, tendo em vista a extensa ladeira a ser percorrida até seguir o itinerário na área plana da vila, sendo o seu retorno com íngreme subida.

Figs. 623 e 624: Procissão de Cinzas – Andor de N.S. da Conceição e Andor do Cristo Seráfico Década 1920

Fonte: Acervo Marcos Cesar Cardoso

Ao que tudo indica o Convento de São Bernardino era também local de grande importância e frequência, pois lá também era realizada a Festa de São Benedito, imagem cultuada em retábulo lateral, na segunda feira após o Domingo de Páscoa, por sua irmandade, que teve seu compromisso aprovado no ano de 1820[677]. Segundo os registros deixados pelo bispo D. Pedro Maria de Lacerda, a presença e concurso dos fiéis àquele templo, em 17 de abril de 1876, era maior que nas cerimônias da Semana Santa:

> A vasta Igreja do Convento estivera cheia e por todo o templo se viram velas acesas, que tinham nas mãos as pessoas que haviam feito promessa ao santo nos momentos de sua aflição. Desde Mangaratiba até Parati, sobretudo na Ilha Grande e ainda mais em Angra há suma devoção a São Benedito. Aqui houve um fato, que mais firmou a devoção que já havia ao Santo. Talvez há quase 50 anos um certo figurão daqui vendo em uma procissão a imagem de São Benedito a cambalear, porque era carregada por homens de fiferentes alturas, isto porque eram menos desiguais na posição social, disse: "- Olhem como vai ali aquele negro a cambalear – bem mostra que é negro." Mal acabou de proferir tais palavras, cai, quebra a perna e toda vida cambaleou. É fato este conhecido por todos e vivo na Cidade... (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 371).

[677] O compromisso é composto de 12 páginas, foi encaminhado para a Mesa do Desembargo do Paço e está registrado como "erecta no Convento dos Religiosos Franciscanos da Villa da Ilha Grande" (ARQUIVO NACIONAL, 1823, DOC.39, CX 290).

O visitador menciona ainda a presença do Rei e da Rainha durante a festa, com sua corte, em lugar de distinção no arco Cruzeiro da Igreja; considera ser feita pela Irmandade e muito concorrida pelas pessoas, agradecendo não haver a presença da folia no “caminho e nem no templo”, costume ainda mantido em Paraty. As impressões deixadas nos levam a crer que a importância dada à festa, realizada até os dias atuais pela Irmandade de São Benedito, vem de tempos remotos. A tradição ainda é mantida pelos angrenses nos mesmos moldes, embora não seja mais no espaço que foi fundado e concebido para essa finalidade:

> De tarde fui para o Convento de São Bernardino, e porque o céu parecia ameaçar chuva mandei que não saísse o Ssmo. mas fosse o Santo Lenho. Entrando, encontrei alguns penitentes, e na igreja vi os pretos Rei e Rainha, e parei um pouco a ver o andor[678] do Santo mui bem ornado e com muito gosto e elegância verdadeiramente artística. A Procissão vi-a de uma janela do Convento. Um grande numero de luzes levadas não só pela Irmandade mas por homens e mulheres e crianças que cumpriam promessa e iam enfileirados diante do andor, e que foram calculados em pouco menos de 300 pessoas. Em um andor ia o Menino Jesus e em outro, São Benedito. Já se sabe que houve música, muitos foguetes e repiques dos sinos da Cidade. (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 371)

Na ocasião registrou-se que as tribunas da igreja ainda eram usadas pelos homens e mulheres; e o visitador já começa a perceber a falta de conservação e início de decadência do espaço religioso, ainda utilizado até o início do século XX:

> Que pena e que saudades senti vendo-me naquele pulpito e sentindo debaixo de meus pés que a madeira estava velha e carcomida e se amolecia debaixo de meus sapatos. E aquele Coro, aquelas paredes, aquele abandono do Convento e nenhuma esperança de haver mais Frades ali, onde outrora houve Noviciado, a diferença do presente ao passado, tudo me enchia o espírito de santa melancolia! A igreja que é vasta estava plenamente repleta [...] Depois do sermão houve *TE DEUM* com SSmo. exposto em custódia sobre o altar. No fim foi todo aquele numeroso povo cantar o Louvor seja e um Padre-Nosso (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 372).

Após 1927, o estado de ruina levou à transferência de parte de seu acervo[679] para a Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que está ao lado do convento, e também para o Convento do Carmo. A partir da implantação do Museu de Arte Sacra, este acervo foi transferido para a coleção da Paróquia.

---

[678] Este andor ainda existe junto ao acervo da irmandade, é datável do século XIX, formado por quatro colunas entalhadas adornadas com elementos em palmetas de folhas de flandres e encimado por dossel vasado. Ficou conhecido na comunidade como andor de colunas e ainda integra as procissões solenes, com a imagem.

[679] Merece destaque o antigo retábulo da portaria do convento, possivelmente o que estava instalado no primeiro Convento Franciscano da Cachoeira, com sua talha do século XVII, a imagem de São Bernardino primitiva e a do retábulo-mor, a cruz processional com o emblema da Ordem Terceira, a cruz da fábrica, os pés de garra para eça, a coleção de ex-votos pintados em placas de madeira, ofertados a São Benedito em registro a promessa e milagre; e as raras verônicas em médio relevo, que adornavam o último degrau do trono do camarim do retábulo-mor do atual Convento em madeira policromada, representando as imagens de Santo Antonio e São Boa Ventura.

Na enseada de Angra dos Reis existe ainda a capela conhecida atualmente como de N. S. da Conceição da Ribeira, com elegante fachada voltada para a baía. A documentação consultada faz referência à consulta realizada em novembro de 1821, à Mesa de Consciência e Ordens, sobre requerimento dos moradores do Saco da Ribeira, distrito da Vila de Angra dos Reis, pedindo elevação de nova freguesia na capela de Nossa Senhora dos Remédios, transformando-a em igreja paroquial. Essa solicitação já vinha ocorrendo desde 1817, uma vez que a capela, muito distante da matriz da vila, era atendida pelo padre Joaquim de Souza. Este prestou os auxílios espirituais em um

> espaço de dez anos, não só dizendo Missa nos Domingos e dias Santos, com quizamentos á sua custa, como administrando-lhes os Sacramentos da Penitencia, e todos os mais tanto de morte como de vida, por ser a dita Capella mui distante da Igreja Matriz da Villa da Ilha Grande, separada por Bahias custosas de atravessar nas quaes por muitas vezes o suplicante tem visto a sua vida em eminente perigo; serviços estes mui meritórios por serem feitos sem estipendio algum. Representarão os moradores do referido destricto há V.M.I. quanto lhes seria vantajoso que se erigisse a dita Capella em Paroquia pela distancia do local em que estava situada, e o crescido numero da população do destricto (ARQUIVO NACIONAL, 1825, DOC.54, CX 285).

Lima nos informa que a construção da capela ocorreu em 1770, e no dia 08 de setembro de 1771, dia da natividade de Nossa Senhora, foi benta - daí a denominação de capela de N. S. dos Remédios, depois alterada para N. S. da Conceição. Acrescenta ainda o autor que foi “[...] mandada construir nas marinhas de sua fazenda da Ribeira, por Custódio Gomes da Silva que, para esse fim, obteve a competente Provisão do Bispado, a 11 de junho de 1768” (LIMA, 1889, p. 187).

Fig. 625: Igreja de N.S. da Conceição - Ribeira

Fig. 626: Vista da igreja e cemitério

Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Na visita pastoral de D. Pedro Maria de Lacerda, em 04 de fevereiro de 1875, este nos informa seu registro da visita:

> Deixou a ilha no mesmo barco que o trouxera, nesse dia 4 de fevereiro, de onde passou à Ribeira, aí chegando nessa mesma data. Os sinos da pequena Matriz da Ribeira repicaram à aproximação do barco, e foguetes subiram ao ar, e o bispo revestiu-se de roquete e murça. "Desembarcamos sem que ninguém me viesse ao encontro, mas próximo ao adro, quase lavado pelo mar, estavam umas 30 pessoas, e o Sacristão de sobrepeliz e o Vigário de estola e sobrepeliz à minha espera" Ai disse Missa Pontifical, "e eu cantei a oração do Orago, que é a Senhora da Conceição". (...) "A pouca gente presente retirou-se em suas canoas, porque no lugar quase que não há senão a Matriz e a casa do Vigário, e uma ou outra mais (LACERDA, apud LEMOS, 1987, p. 331).

Distante da vila de Angra dos Reis e próximo à margem do rio Jacuecanga está o Seminário da Santíssima Trindade, construído pelo irmão franciscano Joaquim Francisco do Livramento. Como já mencionamos no Capítulo I, este esmoler também deixou registrada sua passagem por Paraty e destacou-se na fundação do Seminário de São Joaquim, na Bahia.

Fig. 627: Seminário da Santíssima Trindade - Jacuecanga

Fonte: Paróquia Santíssima Trindade

Figs. 628 e 629: Seminário e imagem da Santíssima Trindade

Fonte: Paróquia Santíssima Trindade

Fonte: Flávio Santos de Paula

A documentação aponta a fundação desse seminário em 02 de fevereiro de 1809, apresentando a relação dos alunos que entraram para a “Caza Pia” de educação dos jovens desamparados na Ilha Grande e da instituição das escolas. Tinha como missão principal propiciar “[...] azilo da mocidade pobre que avulsa, e perdida pelas ruas corre ao precipício desde os seos primeiros anos” (ARQUIVO NACIONAL, 1817, DOC. 43). Chama atenção para a escritura dos bens nomeados para a fundação e relata que estes eram próprios do Capitão Manoel da Cunha de Carvalho[680], estando livres e desembaraçados. Estes bens foram doados ao Irmão Joaquim Francisco do Livramento, constante da escritura, sendo este o terreno em que foi construída a Capela ou Convento. Era considerado importante haver naquele local o “Sacramento” para utilidade da pobreza, por estar distante da vila, de onde muitos não poderiam vir.

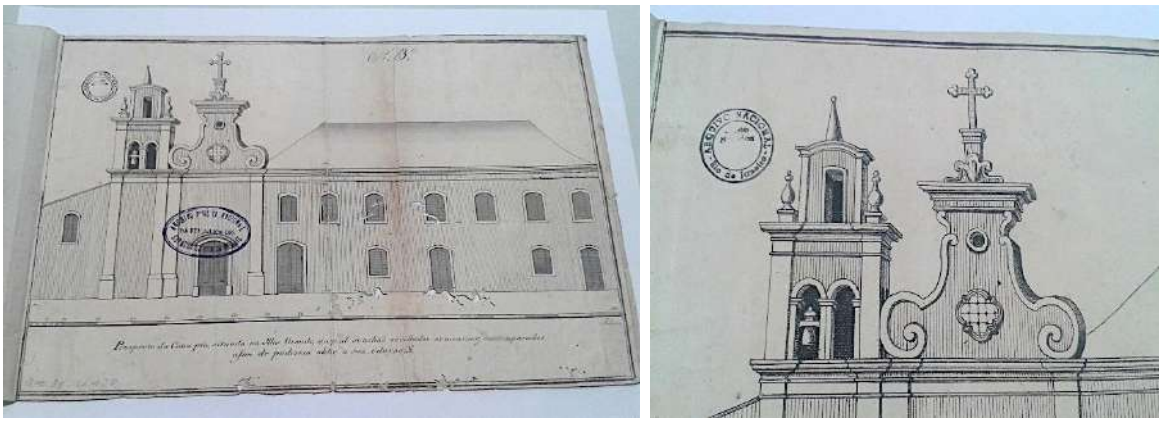
Um dos relatos apresentados nos documentos deixa claro que a construção já era existente. Pelas descrições trata-se de fazenda do século XVIII, que foi adaptada para casa pia no início do século XIX:

> Diz o Irmão Joaquim Francisco do Livramento, que tendo aceitado uma doação feita pelo falecido Tenente Coronel da Ilha Grande Manoel da Cunha de Carvalho, pela qual lhe doava huma Casa e Capela sita na Fazenda Jacuecanga, que deixou por uma escritura com Sete Propriedades de Casas Sitas naquela Vila, e com o terreno preciso para lhe fazer cerca ou logradouro, pelo falecimento do mesmo doador, que seu Testamento, por verba expressa confirmar tudo quanto doara, determinando assim a seus herdeiros, nesta receita o supp.te quer estes sejão notificados a Ordem de V. (ilegível) se o testador ou (ilegível) 1809 (ARQUIVO NACIONAL, 1809, DOC.85, CX. 132).

Está acostado à documentação o prospecto da fachada do seminário na qual se nota a presença dos elementos formais e arquitetônicos do prédio e suas características, que nos remetem a uma fazenda de grande porte - possuindo ao lado a capela, executada de forma invertida, conforme se verifica pela fachada. A construção principal em dois pavimentos possui todos os vãos em e suas folhas de fechamento, pelo desenho apresentado, eram de única folha, com almofada central e lisa; somente a porta da capela e uma a sua lateral possuem duas folhas. O campanário, em arcada de belo desenho, verifica-se que é uma constante nas capelas daquela região e muito adotado nas igrejas franciscanas, inclusive no convento de São Bernardino.

[680] Era assistente e grande proprietário no distrito da Ilha Grande onde tinha estabelecido a sua grande Casa e ajuntado bens. Cedeo este ao vigor das reiteradas instâncias e passando a Ilha em Junho de 1808 (ARQUIVO NACIONAL, 1817, DOC.90, CX. 132).

Figs.630 e 631: Prospecto e detalhe da fachada da Caza Pia na Ilha Grande



Fonte: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Em meados do século XIX foi criada, através da Lei Provincial 1074, de 1º de dezembro de 1858, a Freguesia da Santíssima Trindade, que absorveu o território da Paróquia de N. S. das Dores, criada por Lei Provincial de 10 de setembro de 1856.

Na divisa com o município de Paraty, próximo a um rio, está a Vila Histórica de Mambucaba. Essa povoação, distante da Matriz de Angra dos Reis e de Paraty, ainda conserva a Igreja principal do povoado, que tem por orago N. S. do Rosário e um casario de valor arquitetônico e paisagístico[681].

Figs. 632 e 633: Igreja de N.S. do Rosário e Vila Histórica - Mambucaba

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

[681] Acervo arquitetônico e paisagístico da localidade de Mambucaba, compreendido na área delimitada no Processo nº 816-T-69. Inscrição nº 47, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 11. Data: 11.VII.1969.-

No registro histórico de Frei Agostinho de Santa Maria no Santuário Mariano, impresso nas oficinas de Antonio Pedroso Galran, em Lisboa, entre os anos de 1707 e 1733, este nos informa sobre a devoção a Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba:

> Da Villa de Angra para diante atè a Villa de Parathy fazem quatorze legoas de mar alto, & no meyo desta distancia em sete legoas indo pela costa, ou por terra, que he arqueada toda, se encontra com hum muyto caudaloso rio, a que daõ o nome de Mambucaba; junto a este rio há huma grande povoação, & quase todos os moradores dela saõ da geração do Capitão Valerio Carvalho. Na foz deste grande rio Mambucaba, na sua barra se vê situado o Santuario da Virgem Nossa Senhora do Rosario, a quem todos aquelles moradores tem muyto grnde devoção, & assim a festejão todos os anos com muyta grandeza, ou cô toda aquella que permitem aquellas terras. Fundou esta Casa, & a dedicou à Virgem nossa Senhora o Capitão Manoel Carvalho, homem pio, & virtuoso, que também havia dado aos Padres Capuchos de Santo Antonio do Convento da Ilha Grande o sitio, em que fundáraõ o seu grande Convento, & lhe deu também grandes ajudas, como foy o darlhe muytas madeyras para o edifício, com que mostrou, naõ só a sua muyta generosidade de animo mas a sua grande piedade em favorecer, & ajudar aquelles pobres Religiosos, os quaes se empregaõ muyto com o serviço de nosso Senhor (MARIA, 1723, p. 102 e 103).

Apesar de não fazer referências às características formais do orago - "[...] Não me constou se era de escultura, se de vestidos, nem da sua proporção, & estatura. Della faz menção o Padre Fr. Miguel de S. Francisco nas suas Relações" (MARIA, 1723, p. 103) -, esta igreja guardava duas preciosas imagens que são referência para os dois períodos em que a vila de Mambucaba floresceu, ainda nos séculos XVII e XVIII. Trata-se de primitiva imagem em terracota policromada[682], que ali foi abrigada na primeira capela; e a segunda imagem, que na possibilidade de maiores recursos foi adquirida com gosto mais moderno, mas dentro dos padrões setecentistas.

Fig. 634: N.S. do Rosário – Século XVII

Fonte: Paulo Cesar Rega

Fig. 635: N.S. do Rosário – Século XVIII

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

[682] Imagem de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja do mesmo nome, na localidade de Mambucaba. Processo nº 816-T, Inscrição nº 493, Livro das Belas-Artes, fls.90. Data: 11. VII. 1969. Essa peça foi atribuída a Frei Agostinho de Jesus (1610-1661).

Face às dificuldades enfrentadas por seus habitantes, em 1º de fevereiro de 1803 criou-se a Paróquia de Mambucaba e foi nomeado o Vigário encomendado, Padre Mestre José Esteves Moreira, que a abandonou em 1804. Destaque-se que possivelmente a vila floresceu ainda na segunda metade do século XVIII, como porto para embarque dos produtos oriundos das lavouras de Campos Novos de Cunha e da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, desta vez o café segue pelas trilhas e estradas calçadas em pedras e vigiadas pelas guardas e registros constantes nos mapas históricos como caminho para Mambucaba, conforme já mencionamos no Capítulo II. Curiosamente a padroeira de Campos Novos é N.S. dos Remédios, imagem que ainda é cultuada naquela localidade em sua capela até os dias atuais, com novenas e procissões nos moldes como ainda é feito em Paraty. Segundo Veloso, esta foi ereta em 05 de fevereiro de 1854, com benção em 03 de junho de 1859, e teve como fundador Manoel Lopes dos Santos (D'Assunção). Desta vez o café segue pelas trilhas e estradas calçadas em pedras e vigiadas pelas guardas e registros constantes nos mapas históricos como caminho para Mambucaba, e ainda existente em meio à Mata Atlântica.

Fig. 636: N.S. dos Remédios Campos Novos

Fonte: Acervo Julio Cezar Neto Dantas

Figs. 637 e 638: Litografias N.S. do Rosário - Mambucaba

Fonte: Acervo Igreja de N.S. do Rosário de Mambucaba

São desse período as feições da nova igreja, que adquiriu proporções arquitetônicas na virada para o oitocentos: construção de nave única, capela-mor, arco cruzeiro, dois retábulos laterais e o retábulo-mor com enquadramento em colunas retas com molduras, entablamento clássico, respaldo reto em painéis arrematados por frisos em meia cana, altar e banqueta retangular, registro inferior com o sacrário e o central com quatro colunas da ordem compósita, intercolúnio com peanhas e coifas; coroamento em frontão em arco abatido ladeado por elementos sinuosos e geométricos, encimados por cornija arqueada, centrado por um rosário e uma estrela. Nas laterais aparecem

albarradas douradas. O camarim, de grandes proporções, possui seis degraus: no inferior está o nicho da padroeira, vedado por vidro, com os montantes em talha de gosto rococó, totalmente dourada, pintura interna em elementos fitomorfos e estrelas imitando papel.

Figs. 639 e 640: Retábulo-mor e Arcaz da Sacristia - Igreja de N.S. do Rosário – Mambucaba

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Devemos mencionar que grande parte do precioso acervo desta igreja foi roubado da década de 1980, inclusive as imagens retabulares, entre elas a padroeira adquirida no século XVIII, um Santo Antonio datado do século XVII e um São Benedito datado do século XVIII, ambos dos retábulos laterais no Lado do Evangelho e Epístola. O que restou dos objetos litúrgicos encontra-se no Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis, inclusive a imagem primitiva.

Fig. 641: Santo Antonio – Século XVII

Fig. 642: São Benedito – Século XVIII

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

Em 1810 foi feita a doação de terras situadas no distrito e, segundo requerimento juntado pelo padre José Vicente Soares à Mesa do Desembargo do Paço, foi solicitada a confirmação da escritura de sociedade que então fizeram:

> José Vicente Soares, Vigario da Matriz de Nossa S.ra do Rosario de Mambucaba no Distrito da Ilha Grande, e o Sargento Mór das Ordenanças João Raymundo dos Reis=Doação Mutua de hûas Terras situadas no mesmo Distrito da Ilha Grande. Presc.tes de 31 de Janeiro de 1810 (ARQUIVO NACIONAL,1810, DOC. 37, CAIXA 139).

Embora em meados do século XIX tenha ocorrido o abandono de algumas fazendas de café e aguardente nessa localidade, seu porto ainda permaneceu exportando o café do Vale do Paraíba e o fumo de Minas Gerais; e sua situação enquanto Freguesia de N. S. do Rosário de Mambucaba (ANEXO 72) ainda era bem próspera, com a presença de professor de música, Juízes de Paz, pintor e o maquinista Ignacio During, que teve atuação em Paraty, além de carpinteiros e alfaiates:

> Nestes últimos annos têm sido abandonadas as principaes fazendas de café e aguardente desta freguesia, e sahido por isso os escravos, em numero que se póde elevar a mais de 700; todavia o seu commercio não tem diminuído em razão do muito café do centro da provincia, e de S. Paulo, bem como fumo de Minas que exporta (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 204).

4.4 – Patrimônio da Humanidade

Após o tombamento do município de Paraty pelo Decreto nº 58077, de 24 de março de 1966, uma situação inusitada começa a ocorrer e consta da documentação de seu processo. As florestas do município vinham sendo abatidas[683] para transformar em carvão e confecção de mobiliário. Consta no Jornal O Globo, de 10 de maio de 1966:

> Se o desmatamento continuar, nas proporções atuais, o Brasil será obrigado a importar madeira, dentro de 10 anos, garante a Agência de Recursos Naturais Renováveis, órgão do Ministério da Agricultura, que vê na devastação de extensas áreas da Serra do Mar um sério obstáculo ao cumprimento de suas finalidades. Só no município de Parati estão completamente devastados mais de 50 alqueires, numa área considerada de conservação permanente, pelo Ministério da Agricultura e de interêsse estratégico para o Exército Brasileiro (O GLOBO, 10/05/1966).

Segundo o noticiário, eram devastadores, invasores e ocupantes de terras devolutas, proprietários e empregados de fazendas localizadas em áreas de conservação

[683] Consta no plano diretor junto aos registros feitos por Frederic de Limburg Stirum: A região de Parati empolga e entusiasma o mais frio observador. Relatório de uma viagem ao Município de Parati, pelos Engenheiros agrônomos Admar Lopes da Cruz e Arthur O. Tibau. Niterói, 15 de agosto de 1941; DPHAN Denuncia a Castelo a Devastação das Matas que limitam Rio e São Paulo (JORNAL DO BRASIL, 10-10-1965); Patrimonio contra a devastação das matas de Parati (CORREIO DE MANHA, 12-10-1965); Deputado (...) disse (...) ter requerido ao Governo da União a adoção de medidas enérgicas e imediatas visando à preservação das reservas florestais do Município de Paraty (O GLOBO, 18-10-1965).

permanente, alguns deles com isenção de imposto territorial; outros vendiam uma média mensal de dois mil sacos de carvão para a Companhia Metalúrgica Barbará, sediada em Barra Mansa. Em 14 de abril de 1966, o então Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, já havia enviado correspondência ao Ministro da Educação e Cultura Pedro Aleixo - e assim alertava:

> Para efeito do cumprimento do disposto no artº 5º do Decreto nº 58077, de 24.3.1966, que converteu em Monumento Nacional a área do Município de Parati, solicito a V. Exª queira pleitear de seu eminente colega da pasta da Agricultura se digne determinar que o Conselho Florestal e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, subordinados ao respectivo Ministério, se ponham com a maior brevidade possível em entendimento com esta repartição, não só "para assegurar rigorosamente a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal do Município" em causa, cuja devastação continua e reclama paradeiro imediato, mas também para o estudo e adoção das demais medidas determinadas no citado decreto, da alçada dos referidos órgãos (PROCESSO DE TOMBAMENTO, OFÍCIO 674, 1966, p. 92).

Essas solicitações já ensejavam que nenhuma concessão fosse feita e o apelo no sentido de que "[...] nenhuma autorização para abater vegetação de qualquer espécie fosse por V. Exª concedida, mesmo sob promessa ou a obrigação de replantio, por parte do beneficiário" (PROCESSO DE TOMBAMENTO, OFÍCIO 278, 1966, p. 98).

Verifica-se que na conversão do município de Paraty em Monumento Nacional, com seu precioso acervo arquitetônico e paisagístico, ainda se apresentava esta preocupação, pois não estava totalmente afastado o risco de destruição. Consta do processo de tombamento solicitação da Diretoria do DPHAN à UNESCO, para visita ao país e examinar a possibilidade de auxílio financeiro do órgão internacional, inclusive a Paraty, objetivando garantir a sua integridade:

> Em decorrência de providências tomadas por esta Diretoria, junto às autoridades competentes, a cidade de Parati foi convertida em Monumento Nacional, pelo Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966. Atendendo ainda à solicitação desta Diretoria, junto à UNESCO, visitou o país em dezembro último, M. Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Francêses, novamente entre nós no momento, com o objetivo de examinar a possibilidade de auxílio financeiro daquele órgão internacional dentro de um de seus programas, de incentivo ao turismo cultural, visando à proteção de nosso patrimônio histórico-artístico, tendo o ilustre visitante tomado conhecimento in loco das providências mais urgentes requeridas pela cidade de Parati para a preservação de sua integridade (PROCESSO DE TOMBAMENTO, OFÍCIO 689, 1967, p.120).

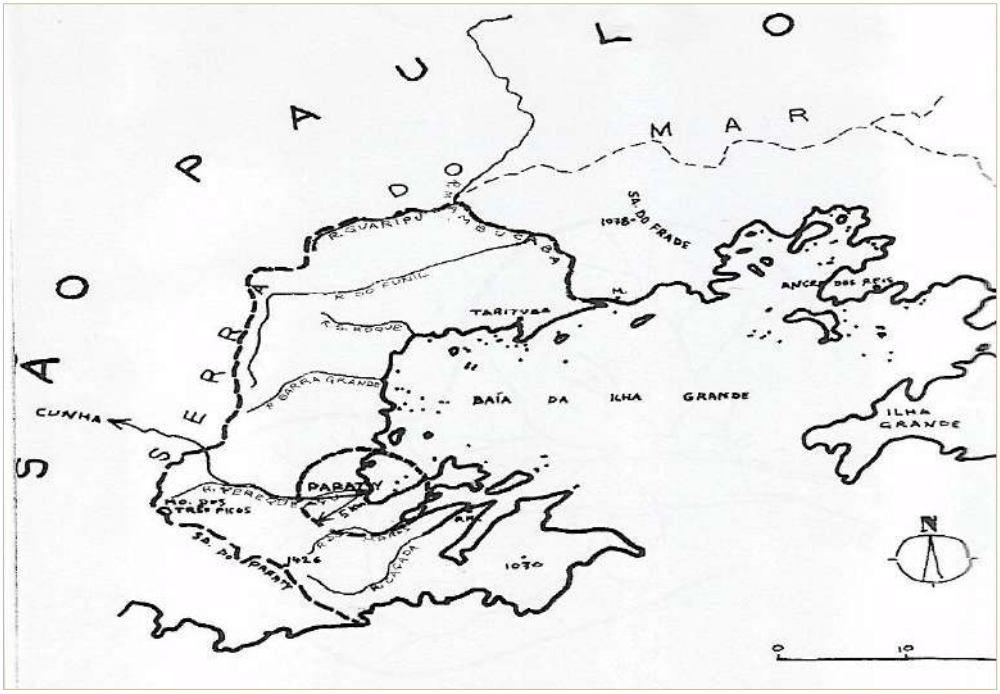
Esta solicitação possibilitou a contratação, pela UNESCO e IPHAN, ainda na década de 1960, do arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum, sendo este o responsável pela elaboração de um Plano Diretor em proveito da proteção e do desenvolvimento urbanístico do Município de Paraty. As impressões que a cidade lhe causou quando a visitou pela primeira vez estão assim descritas:

> [...] a cidade me pareceu pitoresca, pobre e interessante, todas as casas em estilo colonial, extremamente simples e belas. Janelas de pequenos vidros, com a parte superior ligeiramente arqueada; outras, cuja forma se assemelha a tenda árabe. Um bonito telhado inclinado com grandes telhas canal. As casas enfeitadas de cores vivas. Todas as ruas pavimentadas com grandes pedras inclinadas para o centro". Após outras visitas, indo por terra e por mar,- os caminhos para se chegar a Parati não são fáceis – FLS passou a se preocupar com o destino da tricentenária cidade. "Quando a famosa estrada Rio-Santos estiver construída o progresso chegará a Parati; mas, junto com êle, chegará a destruição da paisagem. A cidade em si está protegida por lei, mas o sitio não". Até 1945, Parati apresentava-se como um grande quadrilátero irregular, atravessado por ruas estreitas, que se cruzavam mais ou menos em ângulo reto e que constituíam o atual bairro histórico. Suas ruas desembocavam sobre o mar e, em sentido oposto, davam para o campo aberto. Não se notava a existência de subúrbios, exceção feita de algumas casas situadas ao longo da estrada que vinha do interior. Fora do quadrilátero histórico, só existiam o prédio da Santa Casa e o forte, dominando a baia (REVISTA ARQUITETURA, Nº 46, 1966, p. 3).

Na área do Monumento Nacional, conforme se verifica no mapa, o arquiteto também relata sua visão da parte paisagística e das florestas que integram o município: "[...] O que mais surpreende é a colossal reserva florestal, uma das mais importantes de que temos notícias" (PLANO DIRETOR, 1965, p.41). O plano também previa uma área a ser mantida sob regime excepcional de proteção, assim estabelecido:

> Este regime deverá aplicar-se aos terrenos compreendidos no círculo de 5 Km de raio (centro do raio: ponto de interseção dos eixos da Praça Monsenhor Hélio Pires e da rua Marechal Santos Dias). Neste círculo ficarão:- o bairro histórico; o cinturão verde; os bairros novos; um trecho da BR-6, cujas áreas cobrirão 636 Ha. Bairro histórico (18 Há).- 1- Aplica-se-lhe o regime excepcional estabelecido pelo Decreto-federal nº 25 de 30 de novembro de 1937, o Decreto-lei estadual nº 1450 de 18 de setembro de 1945 e o municipal de 27 de maio de 1947.- 2- Adotar-se-ão mais as seguintes obras e medidas: criar rêde de esgotos; retirar os postes elétricos e colocar fios subterrâneos; nessa ocasião, restabelecer o calçamento na situação original; proibir a colocação de antenas de televisão que sejam visíveis de qualquer parte da rua ou de fora da cidade, e retirar aquelas já colocadas que não correspondem à essas normas; proibir totalmente a circulação de carros. - 3 - Aplicar-se-ão quaisquer outras medidas julgadas úteis ou convenientes pela D.P.H.A.N. (PLANO DIRETOR, 1965, p.7).

Fig. 643: Mapa ilustrativo do Plano Diretor de Paraty



Fonte: Frederic de Limburg Stirum

Conforme menciona o arquiteto Theodoro Joels[684], o Decreto nº 58.077/66 desenvolveu-se em diálogo constante com outros Ministérios, entre eles o da Agricultura - que, por meio do Departamento de Recursos Naturais, deveria "[...] assegurar rigorosamente a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal do município, bem como para promover a recuperação das áreas de vegetação sacrificadas e o plantio dos que forem julgadas conveniente, tendo em vista a criação da Reserva Florestal de Paraty" (JOELS, 1995, p. 6, DA). Para garantir a preservação do Patrimônio natural de Paraty, em 1971 foi criado pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) o Parque Nacional da Serra da Bocaina[685], em cujo Plano de Manejo está descrito:

[684] Foi Diretor da 6ª SR/IPHAN/RJ e assim informa que o Decreto 58.077/66 dava a diversos Ministérios atribuições que permitiriam o desenvolvimento do município sem prejuízo da preservação pretendida. Ao Ministério da Educação e Cultura, pela Diretora do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cabia promover"... com o concurso dos órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro e do Município interessado, a adoção do Plano Urbanístico adequado tanto à preservação do acervo arquitetônico e natural do sítio histórico de Paraty, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do território municipal". O Ministério da Agricultura, pelo Departamento de Recursos Naturais empreenderia"...os estudos necessários para assegurar rigorosamente a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal do município, bem como para promover a recuperação das áreas de vegetação sacrificadas e o plantio das que forem julgadas convenientes, tendo em vista a criação da Reserva Florestal de Paraty de acordo com o Decreto nº 50.813, de 20 de junho de 1961." O Ministério da Aviação e Obras Públicas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, cooperaria na execução dos serviços de sua competência (JOELS, 1995, p.6, DA).

[685] Criado pelo Decreto Federal Nº 68.172, de 04 de março de 1971, com área de 139.000 ha., modificado pelo Decreto Federal Nº 70.699 de 1972, totalizando uma área definitiva de 110.000 ha.

> Do cume de suas montanhas, que chegam até 2088 m de altitude, vislumbra-se a baía da Ilha Grande e o Vale do Paraíba. Da Ilha da Raspa avista-se a praia do Cachadaço e enseada da Trindade. Nos altos da Bocaina, baixas temperaturas cobrem de gelo a paisagem local. Descendo a serra, cachoeiras e trilhas de pedra da época do império se encontram floresta adentro (PARQUE NACIONAL DA BOCAINA, DA).

O Parque está inserido na área considerada como núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com 110.000 ha.; cerca de 60% de seu território encontram-se localizados no Rio de Janeiro e 40% estão em São Paulo. Tem início na Ponta da Trindade em Paraty, divisa entre São Paulo e Rio, e faz sobreposição com o Parque Estadual da Serra do Mar no município de Ubatuba, no Núcleo Picinguaba - região considerada de grande importância, pois é a cota em que os dois parques encontram a orla marítima, integrando assim a Área de Proteção Ambiental do Cairuçú, criada em 1983 e a Reserva Ecológica da Joatinga, criada pelo Decreto Nº 17.981/92.

Com 49 anos de demarcação, o parque ainda encontra dificuldades de conservação e proteção, pela sua extensão e peculiaridades de sua rica flora e fauna, com algumas espécies em extinção. Foram firmadas parcerias para conservação de seus recursos naturais com o Ministério do Meio Ambiente, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O mapa acima é bem elucidativo: nele se pode ver que as cotas mais baixas encontram-se dentro dos municípios de Paraty e Angra dos Reis.

Fig. 644: Limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina

Fonte: Maria Ignez Maricondi e Marcos Nalom

Através do Decreto Presidencial nº 89.242, de 27 de setembro de 1983, foi criada a APA CAIRUÇÚ – Área de Preservação Ambiental do Cairuçú, que tem início nos limites do Rio Mateus Nunes, encerrando na Ponta do Cairuçú, limite com o município de Ubatuba, incorporando área de extrema importância para a flora e fauna nativas ali existentes. Forma-se, assim, um grande complexo do patrimônio natural e ambiental do município.

No que se refere ao patrimônio dito "cultural", outro aspecto característico da institucionalização e do trabalho desenvolvido pelo IPHAN foi a criação do Museu de Arte Sacra de Paraty, em 1973, incluindo uma importante intervenção museográfica, que transformou em reserva técnica de objetos raros e preciosos do acervo do Museu o espaço da antecâmara da caixa-forte da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. O arquiteto Edgard Jacintho da Silva, a museóloga Maria Emília de Souza Mattos e a vitrinista Lore Sophie Hacker foram os responsáveis pelas atividades de levantamento, pesagem e arrolamento das peças que iam sendo transferidas para o novo Museu. Estavam presentes na época dessa transferência: o padre João Bernardo Peters, de origem belga, recém chegado a Paraty, em setembro de 1975 e o paratyense João de Oliveira Netto, que durante anos exerceu a vigilância junto ao acervo. Também acompanharam o processo alguns membros do Instituto Histórico e Artístico de Paraty – IHAP; o JOPACOL –que sob a liderança de José Cláudio de Araújo e inseridos no ideal de preservação, iniciaram suas atividades, com plantio de árvores, algumas delas, palmeiras imperiais, no entorno do Bairro Histórico de Paraty. Entre as atividades desenvolvidas pelo JOPACOL constam ainda: o primeiro levantamento do artesanato paratyense, a higienização de igrejas e a dinamização e recuperação das festas tradicionais e procissões[686] - tudo isso, muito antes da gestão da Flumitur[687] no município de Paraty.

De fato, o Museu de Arte Sacra de Paraty, através de ações implementadas a partir de 1986, tais como exposições e apoio às tradições religiosas locais - entre elas as festas promovidas pela Paróquia – e, ainda, a implantação do Centro de Artes e Tradições no Forte Defensor Perpétuo, veio a cumprir também, muito antes que se desenhassem como estratégias nacionais ligadas ao patrimônio imaterial, aqueles objetivos inseridos no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, que só seria implantado pelo IPHAN em 1998.

---

[686] O grupo deu impulso a todas as religiosas da cidade, em especial as procissões da Semana Santa, entre elas a Procissão do Fogaréu que ficou muito anos sem ser realizada e foi reativada em 1976.

[687] Criada em 1960 pelo antigo Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi responsável pela interiorização do turismo, da mesma forma em que foi instituída a Riotur pelo antigo Estado da Guanabara, sendo desta a responsabilidade do turismo na Capital, que passou posteriormente a TurisRio.

Conforme já mencionado no Capítulo III, a primeira manifestação com pedido de indicação da cidade de Paraty como Patrimônio da Humanidade ocorreu na década de 1980, pelo Prefeito Benedito Domingos Gama, com muitas assinaturas. A segunda consta em informação da Divisão Técnica do IPHAN, datada de maio de 1995, que teve a liderança da Prof.ª Dra. Tereza Cristina Scheiner, da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, com centenas de assinaturas de museólogos e alunos de Museologia de diferentes estados brasileiros, em apoio a citada indicação[688] assim registrada:

> Trata-se de pedido para indicação da cidade de Paraty como Patrimônio da Humanidade, contido na Declaração do Rio de Janeiro, que formaliza as Resoluções do XXV Encontro Internacional de Formação de Pessoal para Museus (ICTOP), do Conselho Internacional de Museus (ICOM/UNESCO) Em anexo está sendo encaminhado um Manifesto coordenado pela Escola de Museologia da UNI-RIO, em apoio à citada indicação. Em meados da década de 80, o então Prefeito Municipal encaminhou solicitação semelhante ao SPHAN, num documento apresentando em anexo três volumes contendo milhares de assinaturas, entre elas as dos próprios moradores da cidade, que reconhecem seu valor e pretendem difundi-lo a nível mundial. Revendo o documento intitulado "*Relacion des biens culturels et naturels suscetibles d'être indiqués par le Brésil pour la Liste du Patrimoine Mondial*", podemos verificar no item nº 3 a indicação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, implantado quase que em sua totalidade no Município de Paraty. Concordamos com o Manifesto e a Resolução enviados, o desejo de ver Paraty elevada à categoria de Monumento Mundial não é só do ICTOP/ICOM/UNESCO e da Escola de Museologia da UNI-RIO, é dos Paratyenses e de todas as instituições federais, estaduais e municipais que trabalham pela sua preservação (CURY, 1995, p.3).

A partir desse momento foram constituídos grupos de trabalho para elaboração de um documento que pudesse corroborar a relevância do patrimônio edificado, bem como do patrimônio natural pelo viés do excepcional conjunto arquitetônico e seu entorno - a paisagem natural e humana do município.

Na década de 1990, foi firmado convênio entre o IBAMA e a Prefeitura Municipal, possibilitado pelo Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA, intitulado "Projeto Patrimônio Natural em Núcleos Históricos – PNNH", no qual foi possível rever o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty. Neste projeto o IPHAN, como interveniente do Convênio, foi de extrema importância na condução dos trabalhos das cidades que integravam o projeto, entre as quais se incluíam Tiradentes e Goiás Velho.

---

[688] No livro de Avisos e Anotações do Museu de Arte Sacra de Paraty, está registrado: "Paraty, 19/02/1993, visita ao Museu do Técnico do ICOM / UNESCO – Sr. Oystein Froiland – The Norwegian Museum of Fisheries – acompanhado da técnica professora da UNIRIO Thereza Sheiner acompanhou Maria Emília. No dia 18/09/1993, o Museu recebeu a visita de 26 delegados do XXV Encontro Anual do Comitê Internacional de Formação de Pessoal para Museus (ICTOP) / Conselho Internacional de Museus (ICOM/ UNESCO) / TEMA: Formação de Pessoal para Museus e Meio Ambiente Integral – Rio de Janeiro – 11 a 19/09/93 (LIVRO DE ANOTAÇÕES DO MASDP, 1982-1990). A cidade de Paraty obteve o título de Patrimônio da Humanidade em julho de 2019.

Entre 30 de novembro e 02 de dezembro de 2001, foi realizado na Igreja de Santa Rita o Seminário “Paraty Planejamento e Patrimônio Mundial”, por iniciativa do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Paraty. Organizado pela Fundação Roberto Marinho, reuniu entre os participantes especialistas e autoridades, promovendo um debate cujo foco eram as questões relativas a “Paraty Patrimônio Mundial” e o registro de temas para a preservação do monumento tombado.

Destaque-se que o Município possui uma série de instrumentos legais formulados no sentido de efetuar proteção abrangente do patrimônio que se encontra sob sua responsabilidade, além de fortalecer a presença desse patrimônio por sucessivas gerações. Um dispositivo legal da década de 1980 gerou a Lei nº 655, de 16 de novembro de 1983 – o Código de Obras do Município de Paraty, que dispõe sobre o estabelecimento de normas a serem aplicadas nas intervenções dos prédios tombados, bem como os que existem em seu entorno. O tema é assim destacado em seu Artigo 6º: “[...] Os imóveis que compõem o patrimônio histórico do Município localizados fora do perímetro do Bairro Histórico estão igualmente sujeitos aos regulamentos de obras estabelecidas no Capitulo VIII do presente Código” (LEI 655, 1983, p. 2). Na análise do Código de Obras acima, verifica-se que para a redação de alguns de seus artigos, principalmente os do Capítulo VIII, foram adotados como inspiração os itens da Recomendação de Nairóbi, resultante da 19º Sessão da UNESCO, em novembro de 1976 – os quais tratam da salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. A Declaração de Nairóbi considera

> conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico estético ou sócio-cultural. Entre esses “conjuntos”, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade. Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. Entende-se por “salvaguarda” a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p. 3).

Dentre seus princípios estão bem esclarecida as Medidas Jurídico/Administrativas, Técnicas, Econômicas e Sociais, destacando-se entre elas a forte semelhança do Código de Obras de Paraty, nos itens citados:

> Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p. 9).

Em 2003, foi redigido o primeiro dossiê para a candidatura a Patrimônio da Humanidade, com abordagem restrita ao Bairro Histórico de Paraty e que não foi oficializado. No ano de 2009, com nova redação, a área de abrangência incluiu também o Caminho do Ouro e a paisagem tombada do município. Este dossiê ficou por cinco anos sem resposta. Em 2018, novo documento foi proposto à análise da UNESCO, desta vez considerando a relevância da área como sítio misto, considerando a preservação dos seus recursos naturais e incluindo a Serra da Bocaina e a Baía da Ilha Grande[689], assim registrados:

> A baía da Ilha Grande cercada por montanhas verdes, a mais bela da costa sul-americana, abriga uma população de pescadores tradicionais que mistura o sangue e a cultura europeia e ameríndia. Mantendo o modo de vida e o sistema de produção de seus antepassados (DOSSIÊ DE CANDIDATURA, 2018, p. 211).

Fig. 645: Baia da Ilha Grande

Fonte:https://www.viajane.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Ilha-Grande-vai-com-a-Viajane

[689] Está inserida no Parque da Ilha Grande, criado pelo Decreto Estadual nº 15.273, de 26 de julho de 1971, tem sua área reduzida 2/3 pelo Decreto Estadual nº 2062/1978. Em 1982, a Ilha Grande passou a integrar a Área de Proteção Ambiental dos Tamoios. Em 1988, foi reconhecida como Patrimônio Nacional pela Câmara Federal. Em 1989 foi declarada Área de Relevante Interesse Ecológico pela Constituição do Estado. Em 1991, recebeu a proteção internacional quando foi reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Faz menção o dossiê ao fato de que a Serra da Bocaina e a Baía da Ilha Grande integram, em seu conjunto natural, além de grande variedade de altitudes, clima e relevo topográfico diferenciado, oito municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os quais estão Cunha e Angra dos Reis, que são objeto de nossas pesquisas. Destaca, ainda, que a inserção desses sítios em meio à Mata Atlântica, considerada um bioma cujas taxas de desmatamento são as menores e com a maior cobertura florestal inserida nos Municípios de Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis, levou em 1992 ao primeiro reconhecimento internacional da área pela UNESCO, como Reserva de Biosfera, sendo que a Ilha Grande está inserida no Plano Nacional de Ação para a Conservação de Ambientes de Coral, sob gerenciamento do ICMBIO.

Figs. 646 e 647: Fauna Marinha – Ilha Grande

Fonte:https://www.viajane.com.br/wpcontent/uploads/2017/01/Vida-Marinha-em-Ilha-GrandeAngrados-Reis-Viajane.png

Fonte:https://www.viajane.com.br/wpcontent/uploads/2017/01/Cavalo-marinho-entre-Algas-em-Angra-dosReis.png

A Ilha Grande, além de seu patrimônio natural e ambiental, está habitada por diversas comunidades, que se localizam em suas praias e nos recortes que formam o seu relevo natural, cercado de montanhas ainda com mata nativa. Segundo Wiedemann "[...] A Ilha Grande abriga cerca de 7.000 (CENSO IBGE 2000) pessoas distribuídas em várias comunidades e praias que se diferem na paisagem e também pelas diferentes características dessas 'comunidades'" (WIEDEMANN, 2011, p.15). Essas comunidades ainda mantêm o seu modo de vida tradicional, com habitantes que em sua grande maioria vivem da pesca, como viveram seus ancestrais. No momento algumas comunidades se encontram em processo de musealização, sob a supervisão da UERJ, em projeto coordenado pela museóloga Vivianne Valença – responsável pela implantação e implementação do Ecomuseu da Ilha Grande naquele território. A experiência está sendo

abordada em tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, UNIRIO/MAST.

O território da Ilha é também permeado por diversas ruínas de engenhos e fazendas, que ali existiram do século XVII ao XIX. Entre estas estão presentes dois monumentos de relevância já mencionados no item 4.3 deste Capítulo IV: a Freguesia de Santana, com sua igreja em meio à exuberante mata nativa; e a Fazenda do Morcego. Face a sua construção arquitetônica e aos materiais e técnicas com que foram edificados, estes dois monumentos tornaram-se exemplares dignos de nota, principalmente pela área de preservação onde estão inseridos, sem interferências em seu entorno.

Fig. 648: Fazenda do Morcego

Fonte: Arquivo Noronho Santos – IPHAN - RJ

Esta fazenda pelo que se verifica no seu registro de tombamento é um dos primeiros bens protegidos da baía da Ilha Grande, muito anterior à inscrição de outros bens no Estado do Rio de Janeiro, inclusive Paraty e a parte continental de Angra dos Reis. Tal proteção ocorreu no início da década de 1942, assim justificada pelo arquiteto Lúcio Costa:

> Informo que a casa da Fazenda do Morcego, na Enseada de Abraão, no Município de Angra dos Reis, pelas suas características de arquitetura rural antiga do litoral fluminense e pela sua belíssima situação topográfica, possui os requisitos de valor excepcional necessários para justificar o seu tombamento para os fins do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. O tombamento deveria abranger a casa de residência, a fazenda e o ilhote denominados Morcego, com as características e limites especificados no título de propriedade transcrito no Registro de Imóveis do 1º Ofício do Termo de Mangaratiba, Comarca de Angra dos Reis, protocolado à fls. 105 do Livro A e registrado sob o nº 2.097 à fls. 38 do livro 3C de transcrição de imóveis.- Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1942. Lucio Costa-Diretor da DET (LUCIO COSTA, 2004, p. 44 e 45).

Figs. 649 e 650: Praia da Freguesia e Igreja de Santana – Ilha Grande

Fonte:https://mediacdn.tripadvisor.com/media/photo-s/16/71/c4/d1/freguesia-de-santana.jpg

Fonte:http://www.ilhagrande.org/uploads/1696120779af4.jpg

Um dado histórico muito importante, em meio a esta paisagem natural, é o “Caminho Velho” de Paraty, construído ainda no século XVII e possivelmente traçado através das trilhas dos Guaianás, que serviram de referência para o transporte do minério oriundo de Minas Gerais, ligando Paraty à antiga Vila Rica - hoje Ouro Preto, enquanto que o “Caminho Novo” uniu o Rio de Janeiro à mesma cidade. Com o conhecimento dessas trilhas foi possível a sua pavimentação. Em alguns trechos observa-se técnicas de calçamento em pedra nos modelos, como os desenhos em seixos rolados, também visíveis nas cidades históricas de Minas Gerais e na técnica adotada nas ruas da vila e zona rural de Paraty - com caimentos para o centro escoados pelas grandes lajes de pedras, já realizado pelo trabalho escravo.

Há também diversos elementos tangíveis e intangíveis, e preservados até os dias atuais, como os sítios arqueológicos, registros da implantação da Vila de Paraty, a Vila de Paraty Mirim, o Forte Defensor Perpétuo - único remanescente das sete fortificações que existiam na área - os engenhos e fazendas, o patrimônio caiçara e dos quilombolas, deixados pelos remanescentes da Fazenda da Independência, como já mencionamos nos Capítulos I e III.

Fig. 651: Vista do Bairro Histórico e Morro da Vila Velha

Fonte: http://www.paraty.com.br/aereas/galeria.asp

Com efeito, a junção e interação desses elementos vieram a corroborar a proposta de candidatura para o Sitio Misto, assim registrada:

> O intercâmbio permanente entre essas comunidades e o meio ambiente é um testemunho vivo de Paraty, onde práticas, festas e o conhecimento permaneceu ao longo de sua história, mesclando tradições de três continentes Europa, África e América. A inter-relação entre esses elementos das interações culturais definem um complexo multicultural e funcional do sistema, fazendo com que os valores culturais individuais de cada cultura só faz sentido se combinado com todo o sistema (DOSSIÊ DE CANDIDATURA, 2018, p. 218).

Não podemos deixar de lembrar a relação estabelecida ainda em 1652, dos primeiros povoadores de Angra dos Reis com os membros da família Pimenta de Carvalho, como mencionamos acima - entre eles o Capitão Manoel de Carvalho, Valério de Carvalho e João Pimenta de Carvalho. Este último veio a implantar o primeiro núcleo de povoamento na antiga Chapada da Defesa, a Vila de São Roque.

O Sítio Paraty e Ilha Grande é o 22º bem brasileiro a receber o reconhecimento internacional de Patrimônio Mundial da UNESCO, Cultura e Biodiversidade, passando a integrar a Lista do Patrimônio Mundial Misto por decisão tomada durante a 43ª Sessão do

Comitê para o Patrimônio Mundial, realizada em Baku, Capital do Azerbaijão, no período de 30 de junho de 2019 a 10 de julho de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma tarefa difícil e um grande desafio após as pesquisas para a Tese foi transformar em texto acadêmico esse conjunto de informações, amealhadas por mais de quatro anos de busca sistemática em arquivos e coleções documentais. Os dados obtidos nesses levantamentos e catalogações serviram de aprofundamento e instrumentos comprobatórios para reavaliar o patrimônio integral de Paraty e das cidades do seu entorno e sul do país. Esses dados se acrescentaram aos documentos inéditos obtidos ao longo da pesquisa. Tais fontes revelaram e possibilitaram avaliar aspectos inéditos do universo simbólico de Paraty, suas articulações e as relações de pertencimento que deram origem à construção do seu patrimônio material e imaterial, onde se identifica a necessidade de conservação, valorização, posse e usufruto dos bens materiais herdados.

Partindo das pesquisas que delineamos, consideramos que a análise da documentação consultada - em sua maioria, fontes primárias - dos arquivos existentes nas áreas de nossos estudos, no interior do estado e nos grandes centros urbanos, possibilitou a reunião de dados inéditos sobre Paraty e o conhecimento do seu imenso potencial cultural, bem como das cidades vizinhas; e nos permitiu verificar datações e investigar o processo de ocupação desses territórios cujo povoamento teve seu início em fins dos seiscentos e início dos setecentos.

Ao longo dos trabalhos, localizamos nas fontes estudadas importantes dados e, através dessas informações, foi-nos possível traçar uma linha do tempo dos fatos a serem analisados - revelando a trajetória da implantação do primeiro núcleo de povoamento em território paratyense e nas Vilas de Serra Acima, em cuja dinâmica de construção se configuraram, a partir da ocupação indígena, novos valores culturais, relações de poder e articulações identitárias.

De modo especial, o povoamento das Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII gerou esse grande labirinto, cujo percurso, iniciado pelo mar no porto do Rio de Janeiro, através da baía da Ilha Grande, de Paraty e das Vilas de Serra Acima e do seu entorno, possibilitou o deslocamento, através do Caminho Velho, de indígenas, europeus, africanos e indivíduos de outras matrizes - e entremeou tradições oriundas de três continentes: Europa, América e África. Com base nesse estudo pormenorizado e na documentação encontrada nos diversos arquivos consultados, foi possível perceber que a implantação do primitivo núcleo de povoamento, em diversas vilas objeto de nosso estudo, ocorreu em uma elevação, sistema também adotado por suas congêneres, vizinhas na rota de povoamentos. Este era um ponto de referência não só pelas questões de defesa, mas também por questões de ordem política - garantindo a força simbólica de prédios e marcos do poder instituído, laico e religioso, em local geograficamente mais alto do que as demais

construções - podendo ser interpretados como marcos de um “poder superior”. Isto tornou possível a sua permanência até os dias atuais.

O autor da Tese é natural de Paraty. Seus estudos e formação foram direcionados para as faculdades de Arquitetura e Museologia no Rio de Janeiro, bem como para o Mestrado em Museologia e Patrimônio. Esta trajetória e formação profissional e ainda os anos de prática diretamente vinculados ao patrimônio de Paraty somaram-se às relações familiares, de vizinhança e sociais com os paratyenses, possibilitando o acesso a um riquíssimo conjunto de registros materiais e depoimentos, disponibilizados pelos membros dessa importante comunidade do litoral sul fluminense, na entrada para o Caminho Velho, rota do ouro. A presença do pesquisador nesse contexto vem contribuindo para o processo de manutenção atual das tradições locais - para que as mesmas tenham continuidade; e na preservação de seu patrimônio. Uma vez que sua inserção neste universo é constante, além da compreensão ampla e profunda das crenças, comportamentos, saberes e fazeres do paratyense em seu cotidiano, seu trabalho contribui também para o processo de construção de identidade e memória coletiva.

A religiosidade, também manifesta nas representações e categorias do patrimônio, possibilitou a narrativa da cultura paratyense através de suas nuances, nas devoções e festas religiosas que se configuraram há séculos, e que ainda permanecem vivas até os dias atuais, legitimando os aspectos e significados religiosos imbuídos no perfil psicológico dos moradores da área urbana, rural e das cidades do entorno de Paraty – os quais ainda seguem a mesma prática das celebrações do passado, muito bem integradas no presente, uma vez que os espaços e monumentos possibilitam a fruição e renovação, face ao tempo de realização das festas, momento de aproximação entre o sagrado, bens móveis e imóveis, moradores e visitantes.

Em Paraty, como em todas as vilas e cidades inseridas em nossa área de pesquisas, uma organização que se tornava mais eficaz na sociedade do setecentos, oitocentos e ainda na primeira metade do novecentos, se efetivava através das Irmandades, Confrarias e Associações Religiosas, nas quais se permitia inclusive a participação de escravos e outros homens de cor, como é o caso das Irmandades de N. S. do Rosário dos Pretos, São Benedito, Santa Rita dos Pardos de Paraty, N. S. da Boa Morte dos Pardos de Angra dos Reis e Taubaté e São Gonçalo dos Pardos de Guaratinguetá, SP.

Através de sua ação benevolente, essas organizações davam assistência a seus membros ao longo da vida e na morte; e estabeleciam regras de controle e união de seus membros, proporcionando-lhes a educação, através dos sermões e contato direto com os padres. Estes em certos casos assumiam o cargo de Provedor Geral e ou Diretor Espiritual

das Irmandades Religiosas, como é o caso do Padre Hélio Bernardo Pires, que exerceu essa função até a primeira metade do século XX em Paraty, realizando batismos, casamentos e enterros, função passada aos seus sucessores.

Contribuição de maior importância, dentro dos templos religiosos, foi o legado de seu programa ornamental, com uma conjugação entre arquitetura, talha dos retábulos, arco-cruzeiro, retábulos colaterais de canto e laterais, imagens e o acervo litúrgico adquirido ao longo dos séculos, para servir às cerimônias religiosas e engrandecer o fervor dos fiéis. Em virtude dos estudos realizados, verificamos que seus espaços internos, organizados conforme o esquema tradicional, com nave e capela-mor divididos pelo arco cruzeiro, sacristia e consistórios localizados nos fundos ou pavimento superior, estes ligados à capela-mor através de corredor, varandas e columbários que a ladeiam, de onde partem as escadas de acesso as tribunas, púlpitos e ao coro, propiciava a funcionalidade e a articulação dos ambientes. Estes traços nos remetem a um tempo remoto, como resultado do desempenho de um grupo de oficiais, artífices e artistas que compreendia os mestres de obras, engenheiros, alveneiros, canteiros, taipeiros, carpinteiros, entalhadores, pintores e douradores, com sua atuação no interior dos templos.

Fica evidente na documentação pesquisada que o espaço da capela-mor era geralmente construído em caráter provisório, para abrigar as primitivas capelas; estas eram agregadas às naves das igrejas em dimensões maiores, sendo que em alguns exemplares a primeira construção de pau-a-pique não permitiu grandes avanços em sua arquitetura, sempre condicionada pelo material frágil - que só evoluiu para maiores proporções após a elevação das paredes estruturais em alvenaria de pedra ou taipa, durante sua ampliação; e mesmo assim existem casos em que não foi possível concluir a obra.

A presença em Paraty, nas antigas Vilas de Serra Acima e na rota do Caminho Velho, de muitos oficiais e artífices, portugueses e açorianos, logo se tornou um facilitador para a reprodução das características construtivas e ornatos já usados em outros exemplares, e cujas semelhanças e tipologia se tornaram marca regional. Tais artistas raramente possuiam formação acadêmica: seu aprendizado se fazia na prática, durante as obras, em cujos traços tangíveis e intangíveis ficaram registradas as marcas do seu modo de fazer.

Esta presença ficou amplamente conhecida, na evolução das antigas vilas e de suas obras arquitetônicas, por meio dos diversos registros esclarecedores das intervenções realizadas pelos oficiais que atuaram nessas localidades, cujos trabalhos eram pouco conhecidos pelos estudiosos até os dias atuais. Contribuiu para esse desconhecimento a datação adversa de inúmeros registros; e somente a interpretação

minuciosa dos dados constantes dos livros das Irmandades, Câmaras, Jornais, Arquivos de Cúria Metropolitana e Públicos, permitiu realizar uma síntese da história desse processo e entender o universo e o grande esforço despendido para erguer novos monumentos, evidenciando sua importância e prestígio junto aos membros dessas comunidades. Tais dados já são agora mais conhecidos, como é o caso da Igreja de N. S. das Dores, onde foram adotados formas arquitetônicas e frontispício inspirados em fachadas desenhadas para as igrejas construídas na rota do ouro, após a transferência de seu retábulo da igreja Matriz de Paraty.

A composição elaborada da talha do retábulo-mor, na grande maioria das igrejas; e a simplicidade dos retábulos colaterais de canto e laterais, revelou o prestígio das primeiras Irmandades e das que viriam a ser fundadas e ou oficializadas, após receber provisão e aprovação de seus compromissos, através da Mesa de Consciência e Ordens de Lisboa e do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro.

Os retábulos mais significativos e que serviram de modelo para os de outras igrejas da região de Serra Acima - entre elas Cunha, Guaratinguetá, Aparecida e Taubaté, são os colaterais da Igreja de N. S. das Necessidades em Florianópolis, Igreja de Santa Rita e Igreja de N. S. do Rosário em Paraty, considerados os primeiros; inclusive os modelos dos sacrários e ornatos confeccionados para a Igreja de N. S. das Necessidades se repetiu em Paraty, de forma bem semelhante. Curiosamente o irmão de Matheus Machado Pacheco, de origem açoriana, arrematante das obras da Matriz de Guaratinguetá, ainda no século XVIII, também atuou na Igreja de N. S. da Conceição de Viamão. Verificou-se a presença, neste trajeto, de entalhadores como Francisco Gomes de Araújo, Joaquim José, Gabriel Alves da Silva, Joan da Cruz, Goardiano das Chagas e do carpinteiro Francisco das Chagas - estes três últimos identificados como oriundos do Rio de Janeiro. O entalhador Goardiano das Chagas, inclusive, casou-se em Paraty, onde teve seus primeiros filhos, antes de mudar-se para Guaratinguetá - o que vem confirmar que, juntamente com outros oficiais, disseminou pela área de nossas pesquisas os modelos de representação artística oriundos do sul do país.

A realização de festas anuais, além das devoções da zona rural, representa a importância e a força das Irmandades, das igrejas, das capelas, concentradas no esforço de ampliar seu prestígio junto às comunidades. Tal esforço se revela pela presença das imagens com funções retabulares e processionais, encomendadas para as cerimônias religiosas, veículo de comunicação, identificação e impacto visual para os fiéis e observadores, bem como de aproximação com os diversos segmentos dessas comunidades.

Algumas Irmandades Religiosas adaptaram, no início do século XX, as normas dos capítulos constantes dos seus Compromissos e Estatutos; outras mantiveram seus valores tradicionais, pelas restrições e limites exigidos em decorrência do crescimento urbano, como ocorreu com a de São Roque, criada em 1715 e reformada em 1939.

A partir das festas religiosas, e considerando o isolamento em que a cidade permaneceu com a diminuição de sua importância econômica e comercial, foi possível a reinvenção do modo de vida e cotidiano dos indivíduos a elas agregados, e os que estavam distantes: indivíduos de várias etnias puderam reconstruir fragmentos de seu universo através das festas devocionais; e realizar sua inserção nesse contexto, que ainda é mantido.

Em virtude das observações feitas através de nossa experiência profissional e com o aprofundamento das pesquisas realizadas, principalmente em fontes primárias, fomos percebendo que, para uma cidade já protegida por legislação de tombamento - pelo Governo Estadual desde 1945 e pelo Governo Federal na década de 1960, extensiva a todo o Município – e, em data mais recente, com a inserção de Paraty, pela UNESCO, na categoria de Patrimônio Material e Imaterial da Humanidade, em 2019, verifica-se que Paraty, por meio de seus tombamentos, de certa forma atraiu ao longo desses 75 anos, através de seus valores identitários, uma atenção maior, tanto por parte de sua comunidade como a nível nacional e internacional.

Através da convivência diária dos moradores com esse patrimônio, seja pelo lado afetivo e pela fruição de seu meio ambiente natural, ou pela qualidade de vida por ele oferecida, esta riqueza está disponível e inserida na rotina anual dos moradores. No entanto, o patrimônio integral de Paraty e seu entorno imediato, inclusive agregado por outras cidades de outros estados, se constitui também de uma dupla face, pois em paralelo a esse modo oficial de preservação, o seu controle, em certos casos, escapa ao âmbito das autoridades, infringindo seus limites. Mas é certo que o tombamento do município vem sendo trabalhado incansavelmente e de longa data, através das intervenções e dispositivos legais de proteção, que também criam uma nova percepção do patrimônio, como portador de referências de identidade que devem ser preservadas e mantidas.

Escrever sobre o Patrimônio Integral de Paraty implica em perceber também a relação de afetividade entre seus moradores, fiéis, artesãos, visitantes e integrantes da zona urbana e rural do município; e entre estes e os mais variados aspectos da cultura e do patrimônio locais. O isolamento pelo qual a cidade de Paraty passou e, na sequência, o seu primeiro tombamento, na década de 1940, nos permitem constatar que a grande ligação dos habitantes com o seu passado, num processo em que a memória atua de maneira contrária ao tempo, trouxe de volta o que realmente importava aos seus

moradores, eternizando momentos que favoreceram a continuidade das tradições materiais e imateriais, passadas de pai para filho, entre os familiares e integrantes das comunidades. Todo esse conjunto de percepções simbólicas, práticas, saberes e fazeres nos remete a um significado muito forte, que extrapola seus limites e reporta a uma escala mais humana, expressando e reafirmando o ciclo da vida - desde o nascimento, com o batismo, a idade adulta com os casamentos nas igrejas, a fase idosa, com a finalização deste ciclo e a sua continuidade pelos remanescentes. É desta forma que o cotidiano se transforma em patrimônio, em memória vivida, individual e coletiva. E aqui poderíamos lembrar Adélia Prado, quando diz que “o que a memória ama, fica eterno”.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS:

ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. 406 p.

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio.** Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2009. 316, p.

ALVAREZ, Rodrigo. **Aparecida.** A biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil. São Paulo: Globo, 2014. 237p.

ALVIM, Sandra Poleshuck de Faria. **Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro.** Revestimentos, Retábulos e Talha. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996. 269 p.

AMARAL, Edelweis Campos, GURGEL, Heitor. **Paraty, Caminho do Ouro,** subsídios para a história do Estado do Rio. Rio de Janeiro: Livraria São José, Coletânea de textos sobre artes e letras, 1973. 213 p.

MARINHO, Terezinha (Org.) **Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. 355p.

_____. MARINHO, Terezinha, BERNARDES, Vera. **Rodrigo e o SPHAN.** Coletânea de texto sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 184p.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 316 p.

ARAUJO, J. S. A. Pizarro. **Tricentenário de Paraty** – Notícias Históricas. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, 1960. 77 p.

_____ . **O RIO DE JANEIRO NAS VISITAS PASTORAIS DE MONSENHOR PIZARRO.** Inventário da Arte Sacra Fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, 2v. VOLUME I, 303p.

ARQUITECTURA POPULAR DOS AÇORES. ORDEM DOS ARQUITECTOS, Edição: Publicada pela Ordem dos Arquitetos, 2007. 560 p.

ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo.** Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Coleção Documento Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954. 407 p.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. 165 p.

BARATA, Mário. **Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Agir, 1975. 76 p. (Coleção Arte no Brasil, 3).

BARBUY, HELOISA; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de; ALMEIDA, Adílson José de; RIBEIRO, Ângela Maria Gianeze; MAKINO, Miyoko; BERALDO, Luciano Antônio. O Sistema Documental do Museu Paulista: a construção de um banco de dados e imagens num museu universitário em transformação. In: **Imagem e Produção de Conhecimento**. OLIVEIRA Cecília Helena de Salles; BARBUY, Heloisa (Orgs). São Paulo: Museu Paulista – USP, 2002. 88 p.

BARCINKI, Fabiana Werneck (Org.). **Sobre a arte brasileira:** da Pré-História aos anos 1960. São Paulo: Editora wmf Martins Fontes: edições SESC São Paulo, 2014. 363 p.

BASTOS, Artur de Magalhães. **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto** – Vol. I – Santa Casa da Misericórdia. Porto, 1934. p. 164 - 165.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Estudo histórico e morfológico. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1956. 398 p. Vol. 1.

_____. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Repertório monumental, documentação fotográfica. Índice geral. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1956. 178 p. Vol. 2.

_____. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil.** Tradução de Thaisa Murray. Rio de Janeiro, São Paulo: Distribuidora Record, 1971. 347 p.

BONNET, Márcia C. Leão. **Entre o Artifício e a Arte:** pintores e entalhadores no Rio de Janeiro Setecentista. Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2009. 200 p.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário -** Devoção e Solidariedade em Minas Gerais - Séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. 249 p.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder.** Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986. 254 p.

BOULENGER. A. **Doutrina Catholica**: Meios de Santificação-Liturgia. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves; Paulo de Azevedo e Cª, 1927. 376p.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **A Economia das Trocas Simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sergio Miceli, 7ª ed. - São Paulo: Perspectiva, 2011. 361 p.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna, 1500-1800**. Tradução - Denise Bottmonen. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 437 p.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial.** Myrian Andrade Ribeiro de Oliveira (Org.) Brasília: IPHAN, MONUMENTA, 2006. 256 p.

Câmara dos Deputados, **Legislação Sobre Museus**. 2ª Edição Brasília: Edições Câmara, 2013. 159 p.

CAPLE, Chris. **Conservation Sklills Judgement**, Method and Decision Making, 2000. 256 p.

CANTI, Tilde. **O Móvel no Brasil,** Origens, Evolução e Características. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1980. 271 p.

____. **O Móvel do Século XIX no Brasil.** Rio de Janeiro: GPM, 1988. 190 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1962. 795 p.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista:** a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2004. 443 p.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** Artes de Fazer. Tradução de Ephrain Ferreira Alves. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 318 p.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**, 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, (Ensaio Geral) 77 p.

CHAUI, MARILLENA. **Cidadania Cultural**. O Direito à Cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 147 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 282 p.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. 4ª Ed. SC: Editora UFSC, 2014. 456 p.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, (Coleção 4 Séculos, vol. 3). 557 p.

COELHO, Beatriz. QUITES, Maria Regina Emery. **Estudo da escultura devocional em madeira**, 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. 186 p.

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos - ereta na sua mesma igreja nesta Corte do Rio de Janeiro. RJ: Imprensa do Exército, 1968. 50 p.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typog. 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853 (Impressas em Lisboa em 1719 e Coimbra em 1720).

CORSINO, Célia Maria; NETO, Antônio Augusto Arantes. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. 156 p.

COSTA, Antônio Gilberto (ORGANIZAÇÃO). **Cartografia da conquista do território das Minas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, LISBOA: Kapa Editorial, 2004. 244 p.

COSTA, Lúcio. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MEC, 1941, vol. 5, p. 9, 104.

____. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 608 p.

____. **Documentos de trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, 2ª edição. Org. José Pessoa, 328p.

CUNHA, Maria José de Assunção da. **Iconografia Cristã.** Ouro Preto: UFOP/IAC, 1993. 130 p.

CUNHA, Almir Paredes. **Dicionário de Artes Plásticas,** vol. I, Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005. 536 p.

CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001. 384 p.

____. **A Evolução Urbana e Fundiária de Paraty do séc. XVII até século XX,** em fase da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002, 242 p. 2 vol.

____. **O Estudo Morfológico de Paraty,** no contexto urbanístico das cidades marítimas atlânticas de origem portuguesa. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008, 2 vol. 386 p.

DAMASCENO, Sueli. **Igrejas Mineiras;** Glossário de bens móveis. Ouro Preto: Instituto de Artes e Cultura, UFOP, 1967. 48 p.

DAVALLON, Jean. **Le don du Patrimoine.** Une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Coll. Communication, Médiation et Construits Sociaux. JEANNERET, Yves (Dir). Paris: Lavoisier, 2006. 222 p.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tradução e notas de Sergio Milliet, Apresentação de Mário G. Ferri. Tomo I. vol. 1 e 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 386 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 56).

____. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, Tradução e notas de Sergio Milliet - Apresentação de Mario G. Ferri. Tomo II, vol. 3, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 370 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 57).

DESVALLÉES, André, MAIRESSE, François (Dir.). **Conceitos–chave de Museologia.**

Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: 2013. 99 p.

DODEBEI, Vera, ABREU, Regina. **E o Patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2008. 149 p.

DOSSIÊ, Patrimônio Imaterial: **O Registro do Patrimônio Imaterial** – IPHAN, 4ª edição, Brasília: 2006. 140 p.

DUPRAT, Régis. **Garimpo Musical**. São Paulo: Editora Novas Metas, 1985. 181 p.

ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969. 235 p.

ELIADE, Mircea. (1907-1986) **O Conhecimento Sagrado de Todas as Eras**. tradução Luiz L. Gomes. São Paulo: Mercuryo, 1995. 401 p.

_____. **O Sagrado e o Profano:** a essência das religiões. Tradução Rogério Fernandes. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010. 191 p.

ETZEL, Eduardo. **O Barroco no Brasil**. Psicologia-Remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo: Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 314 p.

FERREZ, Helena, BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos, 1987.

FILHO, Mello Moraes. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 312 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 55).

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1983. 211 p.

_____. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. colaboradores Beatriz Picolato Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Faperj, 2000. 411 p.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial**; antologia de textos (1582-1808) Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. 346 p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Tomos I e II, 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977. 758 p.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 366 p.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: 2007. 251 p.

_____. **Os limites do patrimônio.** In Antropologia e Patrimônio Cultural. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239 – 248.

_____. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN: 1996. 156 p.

GRANATO, Marcus, CÂMARA, Roberta Nobre da. Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues, GRANATO, Marcus, BEZERRA, Rafael Zamorano, BENCHETRIT, Sarah Fassa. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.** RJ: Museu Histórico Nacional, 2008. 366 p.

GUARATINGUETÁ: ontem & hoje/. Organização Museu Frei Galvão.- São Paulo: Nova América, 2010. (Série conto, canto e encanto com a minha história...) 136 p.

GUEDES, Natália Correa; ROQUE, Maria Isabel; GUERREIRO, Dália Maria. **THESAURUS** – **Vocabulário de Objectos do Culto Católico**. Vila Viçosa: Impressão

Textype, 2004. 239 p.

HALL, Stuart. *A.* **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 102 p.

HERREMAN YANI. Turismo Cultural, patrimônio y museos en América Latina - un enfoque humanista. **MUSEOS, PATRIMONIO Y TURISMO CULTURAL**. Trujillo, Perú – La Paz, Bolivia, 21-27 de mayo de 2000. Paris: International Council of Museums, 2000. p. 31-39.

HOBSBAWM, Eric J., RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 395 p.

ICOM. **Código de Deontología para Museos**. Paris: ICOM, 2006. 16 p. (versão em língua espanhola).

JUNIOR, Augusto de Lima. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais:** Origens das principais invocações. Belo Horizonte: Autentica Editores: Editora PUC Minas, 2008. 319p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura -** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 117 p.

LATIF, Miran de Barros, **As Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960. 213 p.

LEMOS, Carlos e outros. **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. vol. 1. 320 p.

LEMOS, d. Jerônimo de. **D. Pedro Maria de Lacerda ultimo bispo do Rio de Janeiro do Imperio (1868-1890).** Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, Mosteiro de São Bento, 1987. 614p.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Artífices do Rio de Janeiro (1790 – 1808)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. 332 p.

LIMA, Honório. **Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972. 352 p.

LOBO, Manuel Leal da Costa e JUNIOR, José Geraldo Simões. **Urbanismo de Colina, uma tradição luso-brasileira**, São Paulo: Universidade Presbiteriana Makenzie, 2012. 456 p.

LORÊDO, Wanda Martins. **Iconografia religiosa:** dicionário prático de identificação. Rio de Janeiro: Pluri Edições, 2002. 397 p.

MAGALHÃES, Aloisio. **E Triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira - Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 256 p.

MAIA, Tom, MAIA, Thereza Regina de Camargo. **O Folclore das Tropas, Tropeiros e cargueiros no Vale do Paraiba**. Rio de Janeiro: MEC-SEC; FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura: Univ. de Taubaté, 1981. 125 p.

MAINSTONE, Rowland e Madeleine. **O Barroco e o Século XVII**, Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. 96 p.

MALTA, Marise, MENDONÇA, Izabel Mayer Godinho (Orgs). **Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores**. Rio de Janeiro: EBA–URFJ, Lisboa: IHA-FSCH-UNL/ CEAD-ESAD-FRESS, 2013 – 2014. 232 p.

MARRANA, Cônego José Antonio. **História do Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego**. Porto: Oficinas Gráficas da Casa Num'Alvares, 1957. 254 p.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.** 1v. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 27, 1974. 407 p.

____. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. 2v. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 27, 1974. 335 p.

MEGALE, Nilza Botelho. **Cento e Doze Invocações da Virgem Maria no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986. 376 p.

MELLO, Carl Egbert Hansen Vieira de. **Apontamentos para servir à História Fluminense (Ilha Grande) Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda. 1987. 116 p.

MENDES, Alípio. **O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, LTDA, 1980. 212 p.

_____. **A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis.** Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda, 1986. 152 p.

_____ **O Velho Convento**. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda, 1991. 241 p.

MENEZES, Joaquim Furtado de. **Igrejas e Irmandades de Ouro Preto**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Publicações do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Nº 1, 1975. 155 p.

MENEZES, Ivo Porto de. **Antonio Francisco Lisboa**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2014. 205p.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 108 p.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Os Galvão de França no Povoamento de Santo Antonio de Guaratinguetá**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. 364 p.

____. **Um Fazendeiro de Café no Vale do Paraíba**. 2. ed ver. e ampl.- São Paulo: Studio Nobel, 2002. 319 p.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. **A Era do Barroco**. Apresentação de Alcídio Mafra de Souza. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1982. 101 p.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E Receberá Mercê.** A Mesa da Consciência e Ordens **e** o Clero Secular no Brasil, 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 419 p.

NUNES, Maria Nilta. **Sistemas Construtivos e sua Preservação:** Retábulos Executados entre os séculos XVIII e XIX, da Arquitetura Religiosa de Florianópolis, SC: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006. 188 p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **A escultura devocional na época barroca,** aspectos técnicos e funções. In: Barroco, Belo Horizonte/Ouro Preto, nº 18, 1997/2000, p. 247-267.

_____. **Barroco e Rococó na arquitetura religiosa brasileira**. In: Revista do Patrimônio, nº 29, 2001. p. 144-169.

_____. **Barroco e Rococó no Brasil.** Belo horizonte: C/Arte, 2014. 126 p.

_____. **O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 352 p.

_____. **Os passos de Congonhas e suas restaurações**. Brasília, DF: IPHAN, 2011. 261 p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; PEREIRA, Sonia Gomes; Luz, Angela Ancora. **História da Arte no Brasil**: Textos de Síntese 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 236 p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; JUSTINIANO, Fátima. **Barroco e Rococó nas Igrejas do Rio de Janeiro**, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2008. 123 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Unesp/ Paralelo 15. 2006. 258 p.

PALLIÉRE, Arnaud Julien. 1784 – 1862. **Palliére e o Brasil**: obra completa, Ana Pessoa, Julio Bandeira, Pedro Correa do Lago, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Capivara, 2011. 240 p.

PASIN, Teresa Galvão. **Senhora Aparecida:** Romeiros e Missionários Redentoristas na História da Padroeira do Brasil; Aparecida, SP: Editora Santuário, 2015. 376 p.

PEARCE, Susan M., **Interpreting Objects and Collections.** Taylor Francis e - Library, 2003. 158 p.

PELEGRINI, Sandra C. A., FUNARI Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial** – São Paulo: Brasiliense, 2008. 116 p.

PINHEIRO, Lena Vania R. Horizontes da informação em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer. (Org.) **Documentação em museus.** MAST Colloquia, vol. 10. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 81-103.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória – História. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51 - 86.

Processo nº 563-T-57, D.P.H.A.N./ D.E.T., Seção de História, **Conjunto: Arquitetônico e Paisagístico do Município de Parati –** Estado do Rio de Janeiro, 1945. 179 p.

RANGEL, Marcio. **A cidade, o Museu e a coleção**. Linc em revista, v. 7. p. 301-310, 2011.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX – São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 357 p.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. "O baile dos Congos" In: **Estudos e Ensaios folclóricos em homenagem a Renato Almeida**, Ministro das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Editora MRE, 1960. p. 742.

RICCI, Franco Maria. **Aleijadinho**. Atos dos Apóstolos com as imagens dos Passos da Cruz em Congonhas do Campo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. 162 p.

RODRIGUES, José Wasth. **Documentário Arquitetônico.** São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 327p.

ROWER, Basílio (Frei O.F.M.). **Dicionário Litúrgico** – para uso do Revmº Clero e dos fiéis. 3ª ed. (aumentada), Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes Ltda. 1947. 236 p.

_____. **Páginas de História Franciscana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1957. 543 p.

_____. **A Ordem Franciscana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1947. 214 p.

_____. **História da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1951. 306 p.

_____. **O Convento Santo Antonio do Rio de Janeiro.** Sua história, memórias e tradições. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 341 p.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. **Altar Cristão.** Evolução até à Reforma Católica. Coleção Teses. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2004. 295 p.

ROSADA, Mateus. **Igrejas Paulistas da Colônia e do Império:** Arquitetura e Ornamentação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: 2015. 452 p.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Trad. Sérgio Milliet, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967. 161 p.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. 315 p.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro:** Introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no Século XVIII, São Paulo: Perspectiva, 2007. 200 p.

SANTA MARIA, Agostinho de frei, 1642-1728. **Santuário Mariano,** e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora**:** Tomo décimo, e último/ Agostinho de Santa Maria.- Rio de Janeiro: INEPAC, 2007. 336 p.

SANTOS, Márcio. **Estradas Reais:** Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001. 180 p.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981. 124 p.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975, Companhia Editora Nacional; São Paulo: Brasiliana - Volume 357. 171 p.

SCHEIER, Peter. **Imagens do passado de Minas Gerais.** Rio de Janeiro, Editora: Kosmos, 1968. 96 p.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Imagens do não-lugar:** comunicação e os novos patrimônios. 2004. Tese. Doutorado em Comunicação. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Eco, Rio de Janeiro, 2004.

SCHUNK, Rafael, **Fragmentos:** coleções de Rafael Schunk e Museu de Arte Sacra de São Paulo. Curadoria: Percival Tirapeli. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2016. 125 p.

SCHUNK, Rafael. **Frei Agostinho de Jesus e as tradições da imaginária colonial brasileira**. Séculos XVI e XVII. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2013. 412 p.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2001. 364 p.

SMITH, Robert C. **A Talha em Portugal**. Lisboa: Livros Horizontes, 1962 - 1963. 198 p.

_____. **Arquitetura Colonial.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. 74 p.

SPHAN/ pró Memória, **Bens Móveis e Imóveis inscritos no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 35, 1982. 195 p.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Estudos de História Paulista**. Imprensa Diária de São Paulo: 1926. 319 p.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Forma da Cidade de Origem Portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. 208 p.

TESAURO para Bens Móveis e Integrados. Ministério da Cultura – Minc. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro: Nit Gráfica Editora Ltda. 2006. 398 p.

THURSTON, Herbert J., ATTWATER, Donald. **Vida dos Santos de Butler**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1984. 12 Vol. 277 p.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. 34, 2000. 176p.

_____. **Os sons dos negros no Brasil.** Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Editora 34, 2012 (3ª Edição). 152 p.

TIRAPELI, Percival. **Igrejas paulistas:** barroco e rococó. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2003. 372 p.

_____. **Barroco Memória Viva, Arte Sacra Colonial**. São Paulo: UNESP, 2005. 287 p.

_____. **Arquitetura e Urbanismo no Vale do Paraíba.** Arquitetura do Colonial ao Eclético. São Paulo: Unesp / Edições Sesc São Paulo, 2014. 233 p.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Do século XVI ao início do XIX:** Maneirismo, Barroco e Rococó. In: ZANINI, Walter (coord.) História geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. 1116 p.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977. 214 p.

_____. Arquitetura **no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979, 186 p.

VELOSO, João José de Oliveira. **A História de Cunha** – 1600-2010. 1ª Edição. Cunha, SP: Jac Gráfica e Editora, 2010. 496 p.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS CONSULTADOS

BOLETIM DO CEIB, Belo Horizonte: Volume 21, Número 66, março, 2017. 6 p.

BOLETIM DO CEIB, Belo Horizonte: Volume 22, Número 69, Março, 2018. 12 p.

COUPÉ, Benedito Dubsky. **A matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá.** Guaratinguetá**-** Museu Frei Galvão, nº XIV, 1978. 08 p.

_____. **Da Capela de pau-a-pique à Catedral.** Guaratinguetá-Museu Frei Galvão, nº 156, 1996, 04 p.

FOLCLORE FLUMINENSE, Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 1953, Nº 1, 32 p.

IMAGEM. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. nº 1, Belo Horizonte – MG, 2004, p. 95-98.

IMAGEM. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. nº 3, Belo Horizonte - MG, 2006, 214 p.

IMAGEM. Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. nº 4, Belo Horizonte – MG, 2009. 214 p.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Acervos Artísticos e Informação: modelo estrutural para pesquisas em Artes Plásticas. In: PINHEIRO, Lena Vania R. GONZÁLEZ DE GOMÉZ. Maria Nélida (orgs). **Interdiscursos da Ciência da informação**: Arte, Museu, Imagem. Rio de Janeiro: Brasília: IBICT/DEP/DDI. 2000. p. 17 – 40.

_____ . Herança cultural (re) interpretada ou a memória social e a instituição museu – Releitura e reflexões. Museologia e Patrimônio, Vol. 1, Nº 1, 2008. p. 33 – 43.

_____ . Museologia – Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Brasil. Museologia e Patrimônio, Vol. 1, Nº 1, 2012. p. 31 – 50.

_____ . Museologia, Campo Disciplinar da Musealização e fundamentos de inflexão simbólica: “Tematizando” Bourdieu para um convite à reflexão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Museologia e Patrimônio, Vol. 1, Nº 1, 2013. p. 48 - 61.

_____ . PATRIMÔNIO, HERANÇA, BEM E MONUMENTO: TERMOS, USOS E SIGNIFICADOS NO CAMPO MUSEOLÓGICO. Diana Farjalla Correia Lima; Igor Fernando Rodrigues da Costa. Museologia e Patrimônio, Vol. 1, Nº 1, 2006. p. 320 - 326.

_____ . VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Museologia e Patrimônio Interdisciplinar do campo: História de um Desenho (Inter) Ativo. Encontro realizado em Salvador-Bahia-Brasil, de 28 a 31 de outubro de 2007.

_____ . XI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Atributos Simbólicos do Patrimônio: Museologia/ "Patrimologia" e informação em contexto da linguagem de especialidade. Encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 25 a 28 de outubro de 2010.

PINHEIRO, Lena Vânia R. Horizontes da informação em museus. In: GRANATO. Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos. LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer. (Org.) **Documentação em museus.** MAST COLLOQUIA. Rio de Janeiro: MAST, 2008, v. 10. p. 81 - 102.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Vice Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro pelo Presidente o Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz em 03 de maio de 1853, Impresso pela Typografia do Diário, de A. & L. Navarro – Rua do Rosário nº 84, Rio de Janeiro, 1853. 79 p.

REVISTA DO ATENEU ANGRENSE DE LETRAS E ARTES. Angra dos Reis – março de 1977. Ano V. nº 1. p. 40 a 44.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL, Ministério da Educação e Saúde, 1943, Nº 7. 340 p.

SCHEINER, Teresa Cristina. Repensando o museu integral: do conceito as práticas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi.** Ciências Humanas, 2011. p.1-13.

SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO MUNDIAL. Rede Globo, Prefeitura Municipal de Paraty e Fundação Roberto Marinho, 2001. 175p.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de e CRIPPA Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. p. 241 - 255.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

AMARAL, Edelweis Campos e GURGEL, Heitor. **Paraty, Caminho do Ouro, subsídios para a história do Estado do Rio**. Rio de Janeiro: Livraria São José. 1973, 213 p.

ARAUJO, J. S. Q. Pizarro e outros. **Tricentenário de Paraty - Notícias Históricas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. 85 p. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 22).

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PARATY, Impresso, 1936. 26 p.

COSTA, Samuel. **Paraty no anno da Independência** (1882-1930). Seleção e organização de Diuner Mello. Rio de Janeiro: Litteris Ed. 2000, 95 p.

COTRIN, Cássio Ramiro Mohallem. **Villa de Paraty**, Rio de Janeiro: Capivara, 2012. 272 p.

Jornal **O Cunhense**, 1878 a 1897. 194 p.

LAEMMERT, Eduardo Von. **Almanak, Mercantil e Industrial.** Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1855. 58,59, 109 a 112 p.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários,1856. p. 74 a 79.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1858. p.166 a 170.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1859. p. 91 a 96.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1860. p. 130 a 133.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1865. 401 p.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1867. p. 84 a 87.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1869. p. 172 à 174.

_____ . **Almanak, Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, Casa dos Editores Proprietários, 1880. p. 183 à 186.

MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Paraty:** Religião e Folclore. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. 174 p.

RAMECK, Maria José S., MELLO, Diuner. (Org.). **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty**. Guaratinguetá, SP: Gráfica e Editora Dias, 2003. 147 p.

_____ . **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty**. Volume 2, Paraty: Fahl e Moreira Gráfica e Editora de Paraty Ltda, 2011. 324 p.

RIBAS, Marcos Caetano. **Paraty Registro do Caminho do Ouro.** diagramação e editoração computadorizada de Rachel Ribas e Ricardo Reichmann, 2001. 87 p.

SOUZA, Marina de Mello e. **Parati:** a cidade e as festas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Tempo Brasileiro, 1994. 262 p.

_____ . **Reis Negros no Brasil Escravista:** História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 387 p.

STORINO, Cláudia Maria Pinheiro. **O Museu e a Cidade – Patrimônio Paraty.** O lugar de memória do lugar de memória. Dissertação de Mestrado. UNIRIO, 2008, 181 p.

DANTAS, Julio Cezar Neto. **A patrimonialização e suas novas perspectivas:** a utilização do acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty pela comunidade durante as festas e procissões. Dissertação: (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro: 2015. 190 p.

_____ . **A Irmandade de Santa Rita de Paraty, Sua Igreja e Imagens**. Monografia apresentada à Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSB/RJ), para obtenção do Certificado de Especialização em História da Arte Sacra do Programa de Pós-graduação Latu Sensu, 2011. 91 p.

_____ . **Os Passos da Paixão de Paraty**. Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, 1987. 71 p.

LIMA, Honório. **Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis**. Ty. da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Corpo Policial, 1889. 352 p.

RIBAS, Marcos Caetano. **Projeto Paraty – Registro do Caminho do Ouro**. Paraty, 2000. 87 p.

REVISTAS

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O Concilio de Trento:** As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e a Arte Religiosa no Brasil. IMAGEM – Revista do CEIB – Nº. 4, 2009. p. 13 – 20.

HEITGEN, José. Bicentenário da Igreja da Irmandade de **Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores** do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica Castro, 1950. 39 p.

OLIVEIRA. Myriam Andrade Ribeiro. **Entalhadores Bracarenses e Lisboetas em Minas Gerais setecentista**. IMAGEM – Revista do CEIB – Nº. 3, 2006. p. 141 – 151.

PROJETO História. **Revista do programa de Estudos dos pós-graduados em História e do Departamento de História**. PUC/ SP. Nº 10 - Dezembro 93. 178 p.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO XVVIII, 1885. p. 115.

REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, Rio de Janeiro, 1960. p. 87.

REVISTA Museu Nossa Senhora Aparecida. Aparecida: Editora Santuário, Ano 2016. 55 p.

REVISTA Cultura. Ministério da Cultura, Nº 34, Brasília – DF: Editora Gráfica Alvorada, 1980. 1980. 144 p.

REVISTA Gávea, Nº 7, Rio de Janeiro: Imprinta, 1989. 199 p.

JORNAIS

1. **Paratyense**. Paraty, 29 de outubro de 1882 a 01 de maio de 1892.
2. **O Pharol.** Paraty, 06 de março de 1898 a 25 de agosto de 1907.
3. **O Pharol**. Paraty, 01 de setembro de 1907 a 25 de outubro de 1908.
4. **O Pharol**. Paraty, 04 de novembro de 1908 a 26 de dezembro de 1909.
5. **A Razão**. Paraty, 04 de janeiro de 1920 a 07 de janeiro de 1923.
6. **O Pharol**. Paraty, 20 de novembro de 1910 a 01 de janeiro de 1911.
7. **O Pharol**, Paraty, 08 de janeiro de 1911 a 15 de setembro de 1912.
8. **O Pharol**. Paraty, 22 de setembro de 1912 a 22 de fevereiro de 1914.
9. **O Prélio**. Paraty, 08 de abril de 1917 a 05 de agosto de 1917.
10. **A Razão**. Paraty, 19 de agosto de 1917 a 28 de dezembro de 1919.
11. **O Município**. Paraty, 27 de abril de 1921 a 12 de maio de 1927.
12. **A Verdade**. Paraty, 21 de abril de 1929 a 16 de fevereiro de 1930.
13. **Tribuna de Paraty.** Paraty, 29 de novembro de 1883, Nº 23.
14. **O Paratiense.** Paraty, 08 de setembro de 1952, Nº 1.
15. **O Paratiense.** Paraty, setembro de 1955, Nº 2.

FONTES MANUSCRITAS – PARATY

1º LIVRO DE TOMBO DA FREGUEZIA DE N. S. DOS REMÉDIOS DE PARATY, iniciado pelo Padre José Saurer no dia 26 de maio de 1924. 100 folhas.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

1. Livro de Eleições, Posses e Concordatas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1831 a 1955. 267 folhas.
2. Livro de Inventário da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1869. 68 folhas.
3. Livro para Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Cidade de Paraty,1892. 222 folhas.
4. Livro de Contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1921 a 1929. 20 folhas.
5. Livro de Contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1929 a 1959. 59 folhas.
6. Fragmentos de Livro Caixa Santíssimo Sacramento, sem data. 17 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

1. Correspondência Bancária da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1831 a 1955. 12 folhas.
2. Recibo do Bank of London e South América Ltd., 05/02/1940. 01 folha.
3. Relação dos Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1952. 02 folhas.
4. Recibo de apólice do Banco Mercantil, 23/08/1955. 01 folha.
5. Nota fiscal, 28/03/1959. 01 folha.
6. Relação do pessoal para a guarda do Santíssimo Sacramento, 01 folha.
7. Envelope vazio, sem data.
8. Lista de Doações para Custeio da Semana Santa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, sem data. 40 folhas.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

1. Livro de Contas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1812 a 1823. 76 folhas.
2. Livro de Assento das Anuidades dos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1886. 100 folhas.
3. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1884 a 1904. 50 folhas.
4. Livro de Atas das Eleições da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1887 a 1917. 100 folhas.
5. Livro de Contas das Obras da Matriz pela Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1904 a 1906. 49 folhas.
6. Livro de Lançamentos dos Cofres da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1904 a 1912. 48 folhas.

7. Livro de Contas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1904 a 1946. 94 folhas.
8. Livro de Recibos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1912 a 1923. 98 folhas.
9. Livro de Atas das Eleições e Reuniões da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1917 a 1944. 53 folhas.
10. Livro da Atas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios referente às Obras da Igreja Matriz, 1931 a 1939. 26 folhas.
11. Livro de Lançamento da Receita e Despesa das obras da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, 1931 a 1969. 215 folhas.
12. Livro Caixa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1947 a 1959. 55 folhas.
13. Livro Ata de Eleições da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1948 a 1965. 55 folhas.
14. Livro das Atas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, principiado em 05 de janeiro de 1967 a 02 de julho de 1972. 101 folhas.
15. Livro de Contas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1970 a 1972. 58 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

1. Recibo de pagamento pela lavagem e engomagem de toalhas, 07/10/1922. 01 folha.
2. Inventário da Irmandade Nossa Senhora dos Remédios, 1933. 02 folhas.
3. Jaculatória de Nossa Senhora dos Remédios. 01 folha.

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

1. Relação dos objetos existentes na Caixa-Forte da Matriz, 06 de novembro de 1965. 04 folhas (documento avulso).
2. Inventário dos objetos existentes na Caixa-forte da Igreja Matriz, julho de 1972. 05 folhas (documento avulso).
3. Relação dos objetos do Tesouro (documento avulso), sem data. São 15 folhas sendo 05 datilografadas e 10 manuscritas.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

1. Livro de Avisos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, 1952 a 1963. 200 folhas.
2. Livro de Atas da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios (1º Conselho Eclesial), 1973. 52 folhas.
3. Livro de registro da Receita e Despesa da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, 1973. 53 folhas.
4. Livro de registro das entradas e saídas de dinheiro da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, 1973 a 1977. 51 folhas.

5. Ofícios enviados ao IPHAN pelo grupo de trabalho Pro – Turismo, 1976. 53 folhas.
6. Livro de Avisos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, 1977. 85 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

1. Nomeação da Professora Cilencina Rubem de Oliveira Melo como administradora do ensino religioso no Grupo Escolar Samuel Costa, 13/03/1958. 01 folha.
2. Ofícios e correspondência da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios 1958 a 1968. 09 folhas.
3. Correspondência para a Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 13/02/1967. 01 folha.
4. Declaração de um empréstimo de um oratório, 23/09/1970. 01 folha.
5. Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Paraty ao Presidente da Comissão Paroquial, 23/09/1970. 01 folha.
6. Recibo de dízimo, 18/11/1973. 01 folha.
7. Solicitação de reunião para os membros do Conselho da Paróquia, 02/12/1973. 01 folha.
8. Balancete da Paróquia N. Sra. dos Remédios, setembro de 1974. 01 folha.
9. Balancete da Paróquia N. Sra. dos Remédios, outubro de 1974. 01 folha.
10. Carta datilografada do Vigário ao Ministro da Cultura, 10/06/1976. 01 folha.
11. Documento para quadro de encontros, sem data. 05 folhas.

IRMANDADE DE SÃO MIGUEL E ALMAS

1. Livro de Eleições da Irmandade de São Miguel e Almas, 1911 a 1955. 23 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DE SÃO MIGUEL E ALMAS

1. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1931. 01 folha.
2. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1932. 01 folha.

IRMANDADE DO NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS

1. Livro de Irmãos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, 1800 a 1831. 62 folhas.

IRMANDADE DE SÃO ROQUE

1. Livro de Atas da Irmandade de São Roque, 1936 a 1950, 52 folhas.
2. Compromisso da Irmandade de São Roque, 1939. 03 folhas.

3. Livro de Ata da Irmandade de São Roque, 1964 a 1966. 54 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DE SÃO ROQUE

1. Escritura de Venda de uma sorte de terras, 1938. 04 folhas.

IRMANDADE DE SANTA RITA

1. Entrada de Irmãos da Irmandade de Santa Rita, 1852 a 1910. 70 folhas.
2. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita, 1855. 70 folhas.
3. Livro de Termo de Concordata da Irmandade de Santa Rita, 1908. 58 folhas.
4. Livro de Tomadas de Contas da Irmandade de Santa Rita, 1876 a 1901. 76 folhas.
5. Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, 1894 a 1925. 102 folhas.
6. Livro de Atas da Irmandade de Santa Rita, 1909 a 1951. 190 folhas.
7. Livro de Inventário da Irmandade de Santa Rita, 1911 a 1916. 18 folhas.
8. Livro de Irmãos da Irmandade de Santa Rita, 1913 a 1950. 200 folhas.
9. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Santa Rita, 1925 a 1939. 200 folhas.
10. Livro Caixa da Irmandade Santa Rita, 1940 a 1959. 103 folhas.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

1. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1750. 14 folhas.
2. Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1827 a 1881. 133 folhas.
3. Livro de Recibos e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1847 a 1914. 130 folhas.
4. Livro de Eleições e Posses da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1850 a 1904. 51 folhas.
5. Livro Nome dos Irmãos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1850 a 1918. 54 folhas.
6. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1868 a 1904. 150 folhas.
7. Livro de Inventário dos Bens pertencentes à Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Cidade de Paraty, 22/08/1870 a 01/09/1924. 51 folhas.
8. Livro de Actas das Conferências da Irmandade de N. S. do Rosário, 1905 a 1948. 26 folhas.

IRMANDADE DE SÃO BENEDITO

1. Livro de Recibos da Irmandade de São Benedito, 1814 a 1884. 81 folhas.
2. Livro de Inventário da Irmandade de São Benedito, 1823 a 1924. 14 folhas.

3. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Glorioso São Benedito, 1881 a 1902. 48 folhas.
4. Livro de Recibos da Irmandade de São Benedito, 1885 a 1902. 48 folhas.
5. Livro de Recibos da Irmandade de São Benedito, 1885 a 1920. 48 folhas.
6. Livro de Atas da Irmandade de São Benedito, 1905 a 1948. 96 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DE SÃO BENEDITO

1. Documentos avulsos da Irmandade de São Benedito, 1856 a 1891. 12 folhas.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

1. Livro de Recibos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, 1814 a 1884, sem capa. 41 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

1. Documento avulso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, 1931 a 1943. 06 folhas.
2. Documento avulso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, 1931 a 1948. 03 folhas.
3. Missa de Ação de Graças, 26/03/1981. 01 folha.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS DORES

1. Livro de Receitas e Despesas, com a solenidade da Coroação de Nossa Senhora das Dores, da Irmandade N. S. das Dores, 1876 a 1908. 46 folhas.
2. Livro de Nomes das Irmãs da Irmandade N. S. das Dores, 1901 a 1917. 100 folhas.
3. Livro de Inventário de bens, objetos e mais pertences da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, 1901 a 1907. 52 folhas.
4. Livro Atas de conferências da Irmandade Nossa Senhora das Dores, 1917 a 1957. 104 folhas.
5. Livro de Receita e Despesa da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, 1930 a 1957. 104 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS DORES

- **Recibos para pagamentos diversos:**

1. Fragmento de Compromisso da Irmandade de Nossa Sra. das Dores, 24/08/1901. 02 folhas.
2. Recibo enviado a Olga Gama, 10 de junho de 1909. 01 folha.
3. Duarte Filho e Companhia Tipographia “O Pharol”, 31 de março de 1910. 01 folha.

4. Recibo da Loja Sabroza e Comp. Antiga Casa Duarte, junho de 1912. 01 folha.
5. Flósculo de Oliveira Netto, 26 de fevereiro de 1914. 01 folha.
6. Pedro Evaristo de Almeida Peixoto Negociante Seccos e Molhados, 19 de março de 1914. 01 folha.
7. Mello e Souza, 20 de março de 1914. 01 folha.
8. Bazar Gibrail, 21 de março de 1914. 01 folha.
9. Garcia e Malvão, 31 de março de 1914. 01 folha.
10. Recibos de Pagamentos dos Irmãos da Irmandade N. S. das Dores, 24 de setembro de 1916 a 01 de julho de 1917. (envelope) 62 folhas.
11. Imposto de Décima Urbana da Irmandade N. S. das Doresm, 1920 a 1925. 12 folhas (envelope).
12. Taxa sanitária da Irmandade N. S. Senhora das Dores, 1920 a 1932. 13 folhas (envelope).
13. Imposto Predial da Irmandade N. S. Senhora das Dores, 30 de janeiro de 1920 a 21 de fevereiro de 1938. 18 folhas.
14. Recibo da Loja Sabroza e Comp., 09 de março de 1920. 01 folha.
15. Recibo da Loja Sabroza e Cia, 25 de fevereiro de 1921. 01 folha.
16. Recibo da Loja Sabroza e C., 26 de fevereiro de 1921. 01 folha.
17. Recibo enviado a Olga Gama, 16 de maio de 1923. 01 folha.
18. 03 recibos da Irmandade N. S. das Dores de 22 de abril de 1930. 03 folhas.
19. Recibo de retirada de dinheiro do Bank of London e South América Limited, sendo o retirante a Irmandade N. S. das Dores, 03 de junho de 1931. 01 folha.
20. Rendas municipais – água – Irmandade N. S. das Dores, 1931 a 1933. 03 folhas (envelope).
21. Apólice da Irmandade N. S. das Dores, 21 de janeiro de 1932. (envelope) 01 folha.
22. Benedicto Pinheiro Dutra, 09 de abril de 1950. 01 folha.
23. Heitor França de Souza, 08 de novembro de 1951. 01 folha.
24. Recibos de pagamento de serviços prestados da Irmandade N. S. das Dores, 24 de maio de 1955 a 01 de outubro de 1958. (envelope) 12 folhas.
25. Recibo de compras da Irmandade N. S. Senhora das Dores, 25 de março de 1956 a 03 de setembro de 1957. (envelope) 12 folhas.
26. Recibo de pagamento de prestação de serviços da Irmandade N. S. Senhora das Dores, 02 de maio de 1957 a 04 de setembro de 1957. (envelope) 08 folhas.
27. Recibo de pagamento da Orquestra e Cantoras da Missa de Nossa Senhora das Dores – 04 de setembro de 1957. 01 folha.
28. Recibo da Irmandade N. S. das Dores a José Pádua, 04 de agosto de 1958. 01 folha.
29. Factura de Importação e Exportação de Duarte, Silva e Fonseca, 26 de fevereiro de 1902. 01 folha.
30. Factura de Importação e Exportação de Duarte, Silva e Fonseca, 28 de fevereiro 1910. 01 folha.

31. Contas das Despesas feitas com os trabalhos do concerto da Capela de Nossa Senhora das Dores em Paraty, janeiro a março de 1914. 02 folhas.
32. Nota fiscal do armazém de Fazenda de Benedicto Lopes da Costa, 1916. 01 folha.
33. Esmolas angariadas, para auxílio da Festividade de Nossa Senhora das Dores, 1916. 01 folha.
34. Documento de Imposto de Décima Urbana da Câmara Municipal de Paraty, 1919. 01 folha.
35. Cobrança da Taxa Sanitária, 25 de junho de 1919. 01 folha.
36. Memorandum recibo da Antiga Casa Duarte, 19 de novembro de 1919. 01 folha.
37. Contrato de Instalação elétrica da Empreza Industrial Santa Thereza, 01 de outubro de 1922. 01 folha.
38. Documento do London e Brazilian Bank Limited, 27 de fevereiro de 1923. 01 folha.
39. Nota fiscal do Armazém Santo Antonio – 26 de junho de1923. 01 folha.
40. Nota fiscal da Administração “Vozes de Petrópolis”, 17 de julho de 1923. 01 folha.
41. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1925. 01 folha.
42. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1929. 01 folha.
43. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1930. 01 folha.
44. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1931. 01 folha.
45. Documento de cobrança da Câmara Municipal de Paraty, 31 de dezembro de 1931. 04 folhas.
46. Documento do Bank of London e South América Ltd. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1932. 01 folha.
47. Registro da Acta da Reunião da Mesa Administrativa (Manoel Walfrido), 11 de agosto de 1945. 01 folha.
48. Guia de Receita da Prefeitura Municipal de Parati 1ª via, Contribuinte, 26 de março de 1951. 01 folha.
49. Talão de Recibos da Irmandade de N. S. das Dores de 30 de setembro de 1947 a 11 de Setembro de 1952. 24 folhas.
50. Escritura de Crédito da Casa Pereira Fernandes, 16 de fevereiro de 1957. 01 folha.
51. Nota fiscal da loja Armazens “Santa Rita”, 10 de setembro de 1958. 01 folha.
52. Nota fiscal da Casa Paraty, 24 de setembro de 1958. 01 folha.
53. Nota fiscal da Galeria Rameck, 24 de setembro de 1958. 01 folha.
54. Envelope do Contrato de Aluguel do Sobrado e mais documentos sem data, 01 envelope.
55. Telegrama de Francisco Conti para Dom Agnnelo Rossi, sem data. 01 folha.
56. 01 envelope com fragmentos de páginas de Livros.
57. Inventário da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, DA. 01 folha.

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARATY

1. Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Paraty. Rio de Janeiro: Gráfica Almeida Marques Ltda – RJ. 1949-1950. 12 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARATY

1. Ofício da Santa Casa de Misericórdia enviado ao Vigário da Paróquia N. S. dos Remédios, 03/11/1965. 01 folha.

APOSTOLADO DA ORAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE PARATY

1. Livro Ata de Reunião do Apostolado da Oração, 1907 a 1917. 103 folhas.
2. Livro de Atas do Apostolado da Oração, 1917 a 1925. 101 folhas.
3. Livro de Atas de Reuniões do Apostolado da Oração, 1926 a 1937. 52 folhas.
4. Livro de Atas de Reunião do Apostolado da Oração, 1937 a 1956. 102 folhas.
5. Livro de Ata do Apostolado da Oração, 1956 a 1967. 103 folhas.
6. Livro de Ata do Apostolado da Oração, 1967 a 1980. 52 folhas.
7. Livro Caixa do Apostolado da Oração, 1971 a 1979. 53 folhas.
8. Livro Caixa do Apostolado da Oração, 1979 a 1981. 101 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

1. Recibo de pagamento da prestação da compra de um Jeep, 02/07/1968. 01 folha.
2. Nota fiscal, 05/03/81 a 08/07/81 (envelope). 05 folhas.

PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA

1. Livro Acta da Pia União das Filhas de Maria, 1933 a 1942. 54 folhas.
2. Livro de chamada da Pia União das Filhas de Maria, 1933 a 1960, sem capa. 56 folhas.
3. Livro de Contas da Pia União das Filhas de Maria, 1941 a 1964. 56 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA

1. Documento avulso da Pia União das Filhas de Maria, 1952. 02 folhas.

CONFRARIA VICENTINA DA SANTA CRUZ DA GRAÚNA

1. Livro de Atas da Confraria Vicentina da Santa Cruz da Graúna, 1937 a 1939. 100 folhas sem capa
2. Livro de Receitas e Despesas da Confraria Vicentina de Santa Cruz da Graúna, 1937 a 1952. 101 folhas.
3. Livro de Atas da Confraria Vicentina da Santa Cruz da Graúna, 1939 a 1940. 79 folhas sem capa.
4. Livro de Atas da Confraria Vicentina da Santa Cruz da Graúna, 1941 a 1943. 104 folhas.
5. Livro de Atas da Confraria Vicentina da Santa Cruz da Graúna, 1947 a 1949. 99 folhas sem capa.

DOCUMENTOS AVULSOS DA CONFRARIA VICENTINA DA SANTA CRUZ DA GRAÚNA

1. Balancete das coletas e despesas feitas pela Conferência Vicentina da Santa Cruz da Graúna, 31/12/1937. 02 folhas.
2. Relação nominal dos contribuintes para aquisição da Imagem de São Vicente de Paulo, para pertencer à Conferência Vicentina de Santa Cruz da Graúna, 19/02/1938. 02 folhas.
3. Jornal Santuário de Aparecida edição nº 34, 09/07/1950. 02 folhas.
4. Dois Santinhos (Nossa Senhora Aparecida e Santa Terezinha), sem data.

CONGREGAÇÃO MARIANA DE PARATY

1. Livro de Ata da Congregação Mariana de Paraty, 1952 a 196. 193 folhas.
2. Boletim Mensal da Federação das Congregações Marianas, junho a julho de 1960. 03 folhas.
3. Boletim Mensal da Federação das Congregações Marianas, agosto de 1960. 03 folhas.
4. Boletim Mensal da Federação das Congregações Marianas, setembro de 1960. 03 folhas.
5. Boletim Mensal da Federação das Congregações Marianas, outubro de 1960. 04 folhas.
6. Boletim Mensal da Federação das Congregações Marianas, novembro de 1960. 03 folhas.
7. Boletim Mensal da Federação das Congregações Marianas, dezembro de 1960. 05 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA CONGREGAÇÃO MARIANA DE PARATY

1. Lista de Chamada do ano de 1959. 01 folha
2. Ofício da Federação das Congregações Marianas da Diocese de Barra do Pirai, 07/07/1960. 01 folha.

3. Documento Datilografado das Incumbências das Comissões, 22 de julho de 1960. 01 folha.
4. Radiograma enviado pelo Governador Roberto Silveira ao Presidente Aldemar Duarte, 25/07/1960. 01 folha.
5. Ofício da Congregação Mariana, 03/08/1960. 01 folha.
6. Ofício da Congregação Mariana para o Deputado Federal Dr. Vasconcellos Torres, 06/08/1960. 01 folha.
7. Ofício da Congregação Mariana para o Deputado Federal Dr. José Augusto da Câmara Torres, 06/08/1960. 01 folha.
8. Radiograma enviado pelo Deputado Câmara Torres ao Presidente Aldemar Duarte, 18/10/1960. 01 folha.
9. Documento do Chefe do Gabinete do governador para o Presidente da Congregação Mariana Sr. Aldemar Duarte, Niterói, 21 de outubro de 1960. 01 folha.
10. Convite da Congregação Mariana enviado ao Padre Diretor, 09/11/1960. 01 folha.
11. Correspondência s/nº da Congregação Mariana enviado ao Deputado Eurípedes Cardoso de Meneses 09/11/1960. 01 folha.
12. Documento Convite da Comissão Organizadora das Solenidades da XVII Concentração Mariana da Diocese de Barra do Piraí, 15 de Novembro de 1960. 01 folha.
13. Lista de Pessoas que receberam convites para a XVII Concentração Mariana, da Rua Dr. Samuel Costa, 12 de dezembro de 1960. 01 folha.
14. Ofício s/nº da Congregação Mariana enviado ao Prefeito, 13/12/1960. 01 folha.
15. Ofício s/nº da Congregação Mariana enviado ao Confrade Ronaldo dos Santos Pádua, 13/12/1960. 01 folha.
16. Ofício s/nº da Congregação Mariana enviado ao Deputado Câmara Torres, 13/12/1960. 01 folha.
17. Oficio nº 172/60 do Prefeito Antonio Nubele França enviado ao Sr. Aldemar Gomes Duarte, 19 de dezembro de 1960. 01 folha.
18. Ofício nº 2/61 do Sr. Prefeito Antonio Núbile França para o Presidente da Congregação Mariana Sr. Aldemar Duarte, 04 de janeiro de 1961. 01 folha.
19. Ofício Convite da Congregação Mariana de: Aldemar Duarte a Srª Celencina de Oliveira Mello Presidente do Apostolado da Oração, 05 de janeiro de 1961. 01 folha.
20. Ofício Convite da Congregação Mariana de: Aldemar Duarte para a Presidente da Pia União das Filhas de Maria, 05 de janeiro de 1961. 01 folha.
21. Documento Manuscrito da Federação das Congregações Marianas da Diocese de Barra do Piraí, para o Sr. Mauro Núbile, 06/01/1961. 02 folhas.
22. Ofício Manuscrito nº 1 de Cilencina R. de Oliveira Mello para o Sr. Presidente da Congregação Mariana Aldemar Duarte, 07/01/1961. 01 folha.
23. Ofício da Comissão de Ornamentação, do Sr. Waldemiro B. da Conceição para o Sr. Presidente Aldemar Duarte, 08 de janeiro de 1961. 01 folha.
24. Ofício da Congregação Mariana para Cruzada Eucarística, 10/01/1961. 01 folha.
25. Documento da Federação das Congregações Marianas: Relação das Comissões Executivas para XVII Concentração Mariana, 10 de janeiro de 1961. 01 folha.

26. Radiograma enviado pelo Deputado Câmara Torres ao Presidente Aldemar Duarte – 12/01/1961. 01 folha.
27. Documento enviado por Radiograma, de Câmara Torres ao Sr. Aldemar Duarte – 12/01/1961. 01 folha.
28. Documento da Congregação Mariana, assunto, Colaboradoras da XVII Concentração Mariana, 12 de janeiro de 1961. 01 folha.
29. Documento da Congregação Mariana, assunto, Colaboradoras da XVII Concentração Mariana, 14 de janeiro de 1961. 01 folha.
30. Documento mimeografado da Congregação Mariana, assunto, Colaboradoras da XVII Concentração Mariana, 16 de janeiro de 1961. 01 folha.
31. Documento datilografado da Congregação Mariana: Lista de Comissões, 18 de janeiro de 1961. 01 folha.
32. Documento mimeografado da Congregação Mariana: Lista de Comissões, 18 de janeiro de 1961. 01 folha.
33. Circular de Convocação da Federação das Congregações Mariana da Diocese de Barra do Piraí, Volta Redonda, 12 de fevereiro de 1961. 01 folha.
34. Documento mimeografado das Incumbências das Comissões, 21 de maio de 1961. 02 folhas.
35. Relação das Comissões Executivas da Federação das Congregações Marianas para a XVII Concentração Mariana, 21 de maio de 1961. 01 folha.
36. Cartaz de Aviso da Concentração Mariana a realizar-se em 21 de maio de 1961. 01 folha.
37. Documento mimeografado da Reforma de todas as Comissões da XVII Concentração Mariana, 25/05/1961. 01 folha.
38. Correspondência s/nº da Congregação Mariana enviado ao Deputado Vasconcellos Torres, 09/11/1961. 01 folha.
39. Requerimento para reforma da Casa Paroquial do DPHAN enviado ao Prefeito Agílio Ramos, 03/09/68. 01 folha.
40. Documento da Comissão Paroquial ao Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, 05/03/1969. 01 folha.
41. Documento manuscrito: mensagem ao povo de Natal e Ano Novo, de Aldemar Duarte. 01 folha.
42. Documento Manuscrito das Incumbências das Comissões. 01 folha.
43. Telegrama de Brasília a Congregação Mariana. 01 folha.
44. Documento da Congregação Mariana para o Governador Roberto Silveira. 01 folha.
45. Lista das pessoas que foram entregues as cartas a mandado da Congregação Mariana. 01 folha.
46. Relação de Congregados Marianos da Paróquia de Paraty. 02 folhas.
47. Documento manuscrito sobre a XVII Concentração Mariana. 01 folha.
48. Documento manuscrito pelo Presidente da Congregação Mariana Sr. Aldemar Duarte. 01 folha.

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO

1. Estatutos da Associação de Caridade São Vicente de Paulo, 1955. 05 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO

1. Recibo de mensalidade, 09/08/1965. 01 folha.

IRMANDADES

1. Registro de Irmandade, 1827 a 1870. 123 folhas.
2. Ata de Reuniões das Irmandades de Paraty, 1907. 04 folhas.
3. Proposta de Estatuto, sem data. 09 folhas e capa.

CASA PAROQUIAL

1. Livro de Receita e Despesa da construção da Casa Paroquial, 1956 a 1960. 200 folhas.
2. Livro Ata da Reunião da Comissão da Casa Paroquial em 21/10/57. 300 folhas.

DOCUMENTOS AVULSOS DA CASA PAROQUIAL

3. Carta Comissão Pró Construção Casa Paroquial, 01/07/1957. 02 folhas.
4. Bloco de Recibos da Casa Paroquial, 1957 a 1959. 99 folhas.
5. Fragmento de recibo, 10/01/1958. 01 folha.
6. Correspondência do Padre Gino Cecchin ao Prefeito Aloísio de Castro, 1958. 01 folha.
7. Nota Fiscal da Casa Paroquial, 30/03/1959. 01 folha.
8. Nota Fiscal da loja Armazens “Santa Rita”, 08/04/1959. 01 folha.
9. Comprovante de Venda da Prefeitura Municipal de Paraty, 28/04/1959. 01 folha.
10. Recibo manuscrito de venda para a Casa Paroquial, 09/05/1959. 01 folha.
11. Recibo manuscrito de pagamento por prestação de serviços, 11/05/1959. 01 folha.
12. Nota Fiscal da loja Casa para Todos, 15/05/1959. 01 folha.
13. Recibo manuscrito de pagamento por prestação de serviços, 16/05/1959. 01 folha.
14. Recibo manuscrito de pagamento por prestação de serviços, 18/05/1959. 01 folha.
15. Documento manuscrito de um pedido de dois nichos, 14/06/1959. 01 folha.
16. Recibo manuscrito de pagamento por prestação de serviços, 16/06/1959. 01 folha.
17. Documento manuscrito da relação de gastos da Casa Paroquial, sem data. 01 folha.
18. Ofício do Prefeito Antônio Nardelli ao Vigário da Casa Paroquial, sem data. 01 folha.

LIVRO DE MISSA

1. Livro de Missas para defuntos, 1977. 90 p.

LIVROS SEM IDENTIFICAÇÃO

1. Lista de nomes e contribuintes. 16 folhas.

CURSO DE DINÂMICA CRISTÃ

1. Livro do Curso de Dinâmica Cristã. 54 folhas.

INICIAÇÃO CRISTÃ

1. Livro de Iniciação Cristã, 16 folhas.

FOLHAS AVULSAS

1. Folhas do Livro de Contas (não identificado), 1948. 2 folhas.

LIVRO DE ÓBITO

1. Livro de Assentamento de falecidos cativos da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, 1883. 103 folhas.

CORRESPONDÊNCIA - PADRE JOÃO HOFFMAN

1. Correspondência Padre João Hoffman, 1966. 05 folhas.

CONSELHO ECLESIAL DE PARATY

1. Conselho Eclesial de Paraty (Estatutos), setembro de 1973. 15 folhas datilografadas.

ASSUNTOS DIVERSOS

1. Árvore genealógica dos Amarais em Paraty, 1771 a 1835. 01 folha.
2. Referências sobre Livros de Batismo, 09 folhas sendo 05 manuscritas e 04 datilografadas, 1908 a 1910.
3. Carta manuscrita ao Vigário, 06/06/1955. 02 folhas.
4. Carta da Diocese de Barra do Piraí ao Padre Gino Cecchin, 11/04/1957. 01 folha.
5. Carta datilografada do Padre Gino Cecchin a Edmundo Macedo, 08/07/1957. 01 folha.
6. Correspondência de Ribeirão Preto, 28/01/1964. 01 folha.
7. Carta manuscrita a Magno, 13/03/1964. 01 folha.
8. Pedido de dados relativos a Paróquia de Paraty. 11 de fevereiro de 1976. 01 folha.
9. Comunicado aos amigos e assinantes do Informac, 27 de fevereiro de 1976. 01 folha.

10. Pedido de dados relativos a Paróquia de Paraty, 19 de março de 1976. 01 folha.
11. Documento da Comissão Paroquial para o Banco BERJ de Angra dos Reis (pedido de transferência de verbas), 26 de maio de 1976. 01 folha.
12. Documento de agradecimento e pedido de assinatura de “O Domingo, Culto Dominical”, 21 de junho de 1976. 01 folha.
13. Documento de Recebimento de Objetos para a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, do Sr Alberto Minch para Jacqueline Ohdeweegh, 03 de setembro de 1976. 01 folha.
14. Convite para a Missa de Don Adriano, 24 de setembro de 1976. 01 folha.
15. Documento de agradecimento do Seminário Litúrgico para as Comunidades sem Padre (O Domingo-Culto Dominical), Pia Sociedade de São Paulo, 29 de setembro de 1976. 01 folha.

LIVRO CAIXA

1. Livro Caixa de 01 de março de 1994 a 18 de abril de 1995. 102 folhas

LEVANTAMENTOS DA PARÓQUIA DE N. S. DOS REMÉDIOS DE PARATY

1. Relatório de Atividades do Monsenhor Padre Aloísio em Paraty, Três poços, 18 de julho de 1960. 02 folhas.
2. Carta de aviso de envio de volta do relatório para o Padre Aloísio, 18 de julho de 1960. 01 folha.
3. Mapa manuscrito do Município de Paraty pelo Seminarista Tarcísio Antônio, 1963. 01 folha.
4. Mapa manuscrito do Bairro Nossa Senhora de Fátima, sem data. 02 folhas.
5. Mapa manuscrito do Bairro Pontal, sem data. 02 folhas.
6. Mapa manuscrito do Município de Paraty, sem data. 01 folha.
7. Resumo Estatístico das Atividades Apostólico-sacerdotal, sem data. 02 folhas.
8. Levantamento de Batismos e Crismas de Paraty, sem data. 27 folhas.
9. Levantamento de Batismos e Crismas de Paraty, sem data. 14 folhas.
10. Levantamento de Batismos e Crismas de Paraty, sem data. 20 folhas.
11. Mapa de Instrução para Catequese, sem data. 01 folha.

CERTIDÕES DE CASAMENTO E BATISMO

1. Certidão de casamento Paróquia de N. S. Senhora dos Remédios, 18/07/1931. 01 folha.
2. Cópia do batismo realizado pela Paróquia de Conceição Aparecida em 16 de junho de 1940, 13 de abril de 1968. 01 folha.
3. Folha do talão de batizado Paróquia São Francisco, 25 de novembro de 1940. 01 folha.

4. Batismo realizado na Espanha, em San Martin de Tiobre, La Coruña, 12 de março de 1941. 01 folha.
5. Lista de batismos e casamentos realizados em Tarituba, 12 de junho de 1957. 01 folha.
6. Atestado de Proclamas (Diocese de Barra do Piraí), 15 de dezembro de 1959. 01 folha.
7. Certidão de habilitação para casamento, 02 de junho de 1970. 01 folha.
8. Bloco de anotações com Proclamas de casamento e Atestado de Proclamas, manuscritos do dia 02 de Setembro a 28 de Setembro de 1970. 08 folhas.
9. Atestado de casamento Paróquia de N. S. Senhora dos Remédios, 27 de setembro de 1970. 01 folha.
10. Declaração de casamento datilografado e manuscrito, 23 de dezembro de 1970. 02 folhas.
11. Certidões de Casamento de 17 de outubro de 1970 a 14 de fevereiro de 1971. 20 folhas.
12. Termo de justificação de batismo Diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda, 25 de setembro de 1975. 01 folha.
13. Certidões de Batismo de 21 de outubro de 1975 a 28 de julho de 1982. 28 folhas
14. Certidão de casamento 27/03/1979. 01 folha.
15. Pedidos de Casamento de 01 de março de 1980 a 07 de novembro de 1981. 04 folhas.
16. Certidão de casamento 20/07/1980. 01 folha.
17. Pedido de certidão de Batismo, 01 de novembro de 1980. 01 folha.
18. Certidão negativa de batismo Paróquia Nossa Senhora da Piedade da Diocese de Alagoinhas, Bahia, 11 de novembro de 1980. 01 folha.
19. Certidão negativa Diocese de Campina Grande, Paraíba 25 de setembro de 1981. 01 folha.
20. Certidão de casamento religioso 17 de outubro de 1981. 02 folhas.
21. Certidão negativa de batismo, Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 18 de novembro de 1981. 02 folhas.
22. Calendário belga de 1981. 01 folha
23. Lista de casamentos a serem confirmados, sem data. 04 folhas.
24. Livro de Catecismo, sem data, 42 folhas e a capa da frente.
25. Programa do Primeiro Curso para Catequistas em Paraty, sem data. 01 folha.

DOCUMENTOS AVULSOS

1. Recibo do *Bank of London & South América Ltd.*, 23/06/1931. 01 folha.
2. Recibo do *Bank of London & South América Ltd.*, 26/01/1932. 01 folha.
3. Ofício do Ministério da Cultura Dr. Rodrigo Melo Andrade, 1963. 02 folhas.
4. Relatório datilografado sobre assembleia realizada em 14/06/1975 a 14/06/1975. 03 folhas.

5. Documento datilografado acerca de fatos ocorridos em Paraty, 19 a 22 de junho de 1975. 02 folhas.
6. Ofícios da Diretoria do Cembra 05/07/1976. 06 folhas.
7. Ofícios do IPHAN, 11/06/1976. 06 folhas.
8. Relatório sobre conflitos de terra no município de Paraty, sem data. 02 folhas.

BÍBLIA EM QUADRINHOS

01 Bíblia em quadrinhos, orientação do Cônego Antônio de Paula Dutra, Editora Brasil, América Limitada, 04 de Novembro de 1953 – c/ capa. 43 folhas.

Cartório do Ofício Único da Comarca de Paraty

1. Livro de Notas nº 36 Data 18/01/1888. fls. 55v a 56.

   Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário para receber quantia para obras na Igreja do Rosário.

2. Livro de Notas nº 37, Data 04/06/1889. fls. 38v a 39.

   Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para receber juros de apólices da igreja.

   Livro de Notas nº 37, antigo 75, 29/07/1889, fls. 50 e 50v.

   Procuração com poderes para receber juros vencidos e que foram vencendo das Apólices Gerais da Dívida Pública averbadas em nome da Devoção de N.S. do Carmo, da qual a Irmandade de Santa Rita é Administradora.

3. Livro de Notas nº 34, Data 03/12/1884, fls. 9v.

   Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, para receber juros de apólices da Irmandade.

4. Livro de Notas nº 34, Data 14/07/1885. fls. 51v.

   Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, para receber juros de apólices da Irmandade.

5. Livro de Notas nº 32, Data 07/12/1881. fls. 19v.

   Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, para receber juros de apólices da Irmandade.

6. Livro de Notas nº 45, Data27/02/1904. fls. 12 a 13.

   Procuração da Irmandade do Santíssimo Sacramento, para vender apólices da Irmandade.

7. Livro de Notas nº 110, Data 30/05/1940. fls. 172 a 194.

   Registro do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Paraty. Ano do livro de onde foi transcrito o compromisso, 1749. O compromisso é datado do ano de 1733.

8. Livro de Notas nº 36, Data 02/07/1887, fls. 23 a 23v.

   Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de São Miguel e Almas, para receber produto de venda de apólices da irmandade.

9. Livro de Notas nº 47, Data 11/07/1906. fls. 39v a 40v.

Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de São Miguel e Almas para receber a quantia de 600$000 da caderneta na Caixa Econômica da Capital Federal, da apólice de número cento e setenta e três mil, oitocentos e dezenove – 2ª série.

10. Livro de Notas nº 50, Data 19/10/1909. fls. 25v a 26.

    Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de São Miguel e Almas para receber juros de apólices da Irmandade.

11. Livro de Notas nº 23, Data 1850 a 1855. fls. 95v a 96.

    Procuração da Mesa Administrativa da Irmandade de São Miguel e Almas, para receber juros de apólices da Irmandade.

12. Livro de Notas nº 34 - Data23/07/1885. fls. 53.

    Procuração da Irmandade de Nossa Senhora do Terço para receber juros de apólices.

13. Livro de Notas nº 34, Data 20/11/1885. fls. 82v a 83.

    Procuração da Irmandade de Nossa Senhora do Terço, para receber juros de apólices.

14. Livro de Notas nº 29, Data 07/07/1885. fls. 49v a 50.

    Procuração da Confraria de Nossa Senhora do Terço, para receber juros de apólices.

15. Livro de Notas nº 20, Data 02/09/1912. fls. 26 a 30.

    Registro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Paraty.

    Ano do Livro onde foi transcrito o compromisso, 1863.

    O Compromisso é datado de 20 de agosto de 1750.

16. Livro de Notas nº 19, Data 12/07/1910. fls. 18 a 23v.

    Registro do Compromisso da Irmandade de Santa Rita, da cidade de Paraty.

    Ano do Livro onde foi transcrito o Compromisso, 1810.

    O Compromisso é datado de 27 de setembro de 1811.

17. Livro de Notas nº 72, antigo nº 110, em 09/01/1940. fls. 85 a 90.

    Registro da Reforma do Compromisso da Irmandade de São Roque, da cidade de Paraty, datado de 17 de junho de 1939.

    Ano do Livro onde foi registrada a reforma do Compromisso, 1940.

    O Compromisso reformado é datado de 10 de março de 1715.

18. Livro de Notas nº 72, antigo nº 110, em 09/01/1940. fls. 90 a 91.

    Registro da Provisão da reforma do Compromisso da Irmandade de São Roque, da cidade de Paraty, datada de 12 de agosto de 1939.

    Ano do Livro onde foi registrada a Provisão da reforma do compromisso 1940.

19. Livro de Notas nº 07, do 1º Ofício, em 31/10/1810. fls. 120 e 121.

    Termo de Doação com Registro do doador Francisco José de Almeida e o doado Francisco Correa Dantas de 3 braças de chão na Rua do Couto.

Instituto Histórico e Artístico de Paraty

Livro de Registro de Documentos, Cartas de Sesmarias, Editais, Provisões, nomeações, 1683 a 1790. 72 p.

Livro de Registro de Documentos da Câmara, 1699 a 1791. 25 p.

Livro de Registro da Câmara Municipal, 1725 a 1783. 14 p.

Livro de Registro de Carta de Data, 1737 a 1778. 63 p.

Livro de Registro da Câmara Municipal, 1745. 13 p.

Livro de Registro de Arrematações, 15/01/1757 a 28/12/1791. 94 p.

Livro de Registro de Termo de Arrematação, DA, 1801. p.12.

Livro de Registro de Documentos da Câmara, DA,1770 a 1780. 14 p.

Livro de Registro de Documentos da Câmara, (fragmentos), 1776. 22 p.

Livro de Registro de Documentos da Câmara, DA,1773. 8p.

Livro de Registro de Documentos da Câmara,1783. 19 p.

Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty,1820 a 1827. 27 p.

Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty, DA, 1830 a 1832. 19 p.

Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty, (Originalmente 202 folhas, conforme Termo de Encerramento de 2 de janeiro de 1836). 1830 a 1837. 50 p.

Livro de Registro de Ofícios e Requerimentos, Sebastião Borges de Freitas, 1817 a 1818. 39 p.

Livro de Registro de Ofícios e Portarias, 1839. 278 p.

Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty, DA, 1839. 6 p.

Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty, DA, 1842. 8 p.

Livro de Registro de Ofícios da Câmara de Paraty, 1870 a 1879. 151p.

Livro de Escripturação da Receita e Despesa da Barreira de Paraty, 1872. 40 p.

Livro de Orçamento de Receita e Despesa da Barreira de Paraty, 1874. 50 p.

Livro de Registro de Correições, DA, 1757 a 1787. 28 p.

Livro de Registro de Provisão da Câmara Municipal, DA, 1787 a 1790. 8 p.

Livro de Lançamento das Décimas Urbanas, Vice-Presidente em exercício João Francisco do Amaral, 1900. 23 p.

Livro de Termo de Nomeação e Orçamento, 1900. 79 p.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

Livro de Crédito da Capela de Nossa Senhora Aparecida, Nº 115, 1756 a 1805. 150 p.

I Livro de Actas da Capela de N. S. Apparecida 1756. 43 p.

Livro de Crédito da Capela de Nossa Senhora Aparecida, 1756 a 1805. 20 fls., somente 09 escritas.

Livro da Instituição da Capela de Nossa Senhora Aparecida, vol. II, 1743 a 1867. 101 p.

Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida, 1768 a 1809, 41 p.

I Livro de Atas das Sessões da Mesa Proctetória da Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, 1809 a 1852. 100 p.

I Livro de Receitas e Despesas, folhas soltas e originais, 1805 a 1845. 135 p.

II Livro de Receitas e Despesas da Administração Pública da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1845 a 1873. 389 p.

Livro de Receitas e Despesas da Capela de Santa Cruz e N. S. da Piedade, 1905 a 1919. Livro nº 122, 50 p.

Livro de Documentos Histórico de Nossa Senhora Aparecida, 1893 a 1910. 158 p. – somente 08 estão escritos.

Documentos Avulsos da Construção e Administração e Fábrica da Capela de Nossa Senhora Aparecida, 1745 a 1901. 81 folhas.

Livro de Ata da Irmandade de Nossa Senhora Apparecida, com Appendice das Respostas Jurídicas, 1756 a 1825. 41 p.

Cópias de Documentos Autênticos e Livro Históricos de Nossa Senhora da Conceição Apparecida, 1743 a 1809. 192 p.

Livro de Crédito da Capela de Nossa Senhora Aparecida, 1756 a 1805. 23 p.

Apontamento sobre a Capela conceptismo de Antônio Augusto Lessa, 30/01/1901. 04 folhas

Manuscritos do Cônego Dr. Joaquim do Monte Carmelo, 1880. 3 p.

Manuscritos do Cônego Dr. Joaquim do Monte Carmelo, 1883. 45 p.

Informações sobre Administração da Capela 1839. 39 p.

Administração da Capela 1745 a 1890. 140. 4. 300 p.

Apontamento sobre a Capela de Aparecida 1883, Livro nº 140.3. 300 p.

Ata da Capela de Nossa Senhora Aparecida 1756 a 1825, Livro nº 29. 100 p.

Manuscritos do II livro de Receitas e Despesas 1844 a 1873, Livro nº 116.1. 410 p.

Autos da Ereção e Benção da Capela de Nossa Senhora Aparecida,1743 a 1745. 30 p.

Autos da Ereção e Aprovação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida – 1752 a 1756. 34 p.

Apresentação do Projeto de Lei sobre a Administração da Capela de Nossa Senhora Aparecida, 22/03/1885. 13 folhas.

Carta do Juiz de Direito de Guaratinguetá, para Cônego Monte Carmelo,13 de fevereiro de 1894, 01 folha.

Correio Paulistano, 06 de janeiro de 1884 nº 8218, Reportagem sobre a Capela de Aparecida.

Fatos e Notas da Capela 1815. 105 p.

O Novo Templo, Regulamento da administração da Capela 50 p.

Administração da Fábrica Diversos apontamentos de 1745 a 1902. 15 folhas.

Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá

Irmandade do Santíssimo Sacramento

Livro de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá, 1758 a 1802. 179 p.

Livro Caixa da Irmandade do Santíssimo Sacramento nº I, 1759 a 1804. 109 p.

I Livro de Receita e Despesa, DA, 1805 a 1845.

Livro de Receita e Despesa, 1845 a 1873. 389 p.

Livro de Receita e Despesa, 1919 a 1937. 202 p.

Livro de Despesa, 1919 a 1933. 102 p.

Livro de Receita e Despesa, 27/04/1942. 100 p.

Cópia do Processo sobre a construção da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, 1770 a 1782. Caixa 122. 38 p.

Livro de Óbitos, Paróquia de Santo Antonio, Cidade de Guaratinguetá, nº 11, 24/04/1810 a 11/04/1816. 44 p.

Livro de Óbitos, Paróquia de Santo Antonio de Guaratinguetá, 14/11/1823 a 06/03/1827.

Livro de Óbitos, Paróquia de Santo Antonio, Cidade de Guaratinguetá, nº 14, 11/03/1834 a 18/02/1846. 196 p.

Livro de Inventário 1920. 98 p.

Livro de Aviso 1945, nº 05. 100 p.

Livro de Actas das Sessões da Irmandade do Senhor dos Passos de Guaratinguetá, 1882 a 1891. 98 p.

Livro de Atas 1987 a 1996. 85 p.

Cópia do Livro Tombo nº 02, 1757 a 1858, feita na Cúria Metropolitana de Aparecida, onde se encontra o original. 196 p.

Cópia do Livro Tombo do período de 1768 a 1919, Visitas Pastorais, Cópia de Documentos Autênticos e Históricos, 1743 a 1809. Livro do Tombo 1880 a 1937. 07 p.

Livro do Tombo nº 01, 1757 a 1873. 191 p.

Arquivo da Cúria de Lorena – Vila de N. S. da Conceição de Cunha, SP

Livro de Registro das Pastorais de Cunha, 1736 a 1854. 180 p.

Livro Tombo de Cunha, 1805 a 1864, nº 29. 149 p.

Livro de Inventário de Capela de Santana situada na paragem chamada Paraitinga, filial da Matriz de Guaratinguetá, 1749. 78 p.

Livro Pastoral de Cunha, 1805. 149 p.

Livro Pastoral de Cunha, 1877. 41 p.

Livro de Visitas Pastorais, 1947. 102 p.

Bocaina – 1905 a 1921. 300 p.

Campos Novos de Cunha, 1912 a 1951. 100 p.

Tombo, Livro nº 1, 1959 a 1966. 100 p.

Tombo, 1983. 100 p.

Compromisso da Irmandade de São Benedicto de Campos Novos de Cunha, 30/10/1878. 06 p.

Ata de Reunião dos Irmãos da Irmandade de São Benedicto de Campos Novos de Cunha, 25/03/1879. 04 p.

Provisão de Capella da Sagrado Coração de Jesus, Campos Novos de Cunha, 1918. 01 p.

Aprovação de Paróquia da Freguesia de Campos Novos de Cunha, 24/12/1918. 01 p.

Posse do novo Vigário da Paróquia de Cunha, 1969. 01 p.

Irmandade do Santíssimo Sacramento

Livro de Actas - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Cunha, 1934. 100p.

Livro de Actas, Nº 01, 02/10/1960 a 13/01/1963. 50 p.

Livro de Actas, Nº 02, 03/02/1963 a 05/05/1968. 100 p.

Livro de Actas, Nº 03, 02/06/1968 a 03/08/1975. 100 p.

Livro de Actas, Nº 04, 07/09/1975 a 13/10/1982. 100 p.

Livro de Actas, Nº 05, 07/11/1982 a 03/03/1985, 50 p.

Livro de Actas, Nº 06, 03/03/1985 a 02/04/1989. 50 p.

Livro de Actas, Nº 07, 07/05/1989 a 03/12/1995. 100 p.

Livro de Actas, Nº 08, 08/12/1995 a 06/02/2000. 50 p.

Livro de Actas, Nº 09, 05/03/2000 a 04/05/2003. 50 p.

Livro de Actas, Nº 10, 01/06/2003 a 01/08/2010. 100 p.

Livro de Caixa de 12/12/1980.

Livro de Presença dos Irmãos, escalas de horas, 1961 a 1968. 96 p.

Livro de Chamada da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1995. 50 p.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Livro 45, Provimentos de Visitas Pastoraes, 1853 a 1857. 103 p.

Pasta, Cunha, SP.

Provisão de Celebração dos Ofícios Diversos para nova capela erecta no lugar denominado Campos Novos em 03/06/1859.

Pasta, Guaratinguetá III.

Ata de sessão de instalação da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, situada no município de Guaratinguetá, província de São Paulo, com o Compromisso da Irmandade, 1684. 18 p.

Provisão para oratório particular para a fazenda do T.te Cor.el José Antônio de Paula e Silva, de Guaratinguetá, 01/06/1883, Padre Miguel Martin. 2 p.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Maços de População

Localidade	Ano	Nº Rolo	Lata
Cunha	1789	49	0041
Cunha	1791	49	0041
Cunha	1792	49	0041
Cunha	1793	50	0041
Cunha	1794	50	0041
Cunha	1796	50	0041
Cunha	1797	50	0041
Cunha	1799	50	0041
Cunha	1800	50	0041
Cunha	1801	50	0041
Cunha	1802	50	0041
Cunha	1803	50	0041
Cunha	1804	50	0041
Cunha	1805	50	0042
Cunha	1806	51	0042
Cunha	1807	51	0042
Cunha	1808	51	0042
Cunha	1809	51	0042
Cunha	1810	51	0042
Cunha	1811	51	0042
Cunha	1812	51	0042
Cunha	1813	51	0042
Cunha	1814	51	0042
Cunha	1815	51	0042
Cunha	1816	52	0043
Cunha	1817	52	0043
Cunha	1818	52	0043
Cunha	1821	52	0042
Cunha	1823	52	0043
Cunha	1825	52	0043
Cunha	1828	52	0043
Cunha	1829	52	0043
Cunha	1830	52	0043
Cunha	1831	52	0043

Cunha	1835	52	0043
Cunha	1836	53	0043
Cunha	1842	53	0043
Cunha	1845	53	0043
Guaratinguetá	1765	55	0048
Guaratinguetá	1766	55	0048
Guaratinguetá	1767	55	0048
Guaratinguetá	1775	55	0048
Guaratinguetá	1776	56	0048
Guaratinguetá	1778	56	0048
Guaratinguetá	1779	56	0048
Guaratinguetá	1780	57	0049
Guaratinguetá	1782	57	0049
Guaratinguetá	1783	57	0049
Guaratinguetá	1784	58	0049
Guaratinguetá	1789	58	0049
Guaratinguetá	1790	58	0050
Guaratinguetá	1791	58	0050
Guaratinguetá	1792	58	0050
Guaratinguetá	1793	59	0050
Guaratinguetá	1794	59	0050
Guaratinguetá	1795	59	0050A
Guaratinguetá	1796	59	0050A
Guaratinguetá	1797	59	0050A
Guaratinguetá	1798	60	0050A
Guaratinguetá	1800	60	0051
Guaratinguetá	1801	60	0051
Guaratinguetá	1802	60	0051
Guaratinguetá	1803	61	0051A
Guaratinguetá	1804	61	0051A
Guaratinguetá	1805	61	0051A
Guaratinguetá	1806	64	0052
Guaratinguetá	1807	64	0052
Guaratinguetá	1808	64	0052
Guaratinguetá	1809	64	0052
Guaratinguetá	1810	65	0052
Guaratinguetá	1811	65	0053

Guaratinguetá	1812	65	0053
Guaratinguetá	1813	65	0053
Guaratinguetá	1814	65	0053
Guaratinguetá	1815	66	0053
Guaratinguetá	1816	66	0054
Guaratinguetá	1817	66	0054
Guaratinguetá	1818	66	0054
Guaratinguetá	1820	66	0054
Guaratinguetá	1822	67	0054
Guaratinguetá	1823	67	0054
Guaratinguetá	1824	67	0054
Guaratinguetá	1825	67	0054
Guaratinguetá	1826	67	0055
Guaratinguetá	1828	67	0055
Guaratinguetá	1829	67	0055
Guaratinguetá	1832	67	0055
Guaratinguetá	1836	68	0055
Taubaté	1765	198	0175
Taubaté	1766	198	0175
Taubaté	1767	198	0175
Taubaté	1770	198	0175
Taubaté	1773	198	0175
Taubaté	1774	198	0175
Taubaté	1775	198	0175
Taubaté	1776	199	0175
Taubaté	1777	199	0175
Taubaté	1778	199	0176
Taubaté	1779	199	0176
Taubaté	1780	199	0176
Taubaté	1781	200	0176
Taubaté	1783	200	0176
Taubaté	1785	200	0176
Taubaté	1789	200	0177
Taubaté	1790	201	0177
Taubaté	1791	201	0177
Taubaté	1792	201	0177
Taubaté	1793	201	0177

Taubaté	1794	201	0177
Taubaté	1795	202	0178
Taubaté	1796	202	0178
Taubaté	1797	202	0178
Taubaté	1798	202	0178
Taubaté	1799	203	0178
Taubaté	1801	203	0179
Taubaté	1802	204	0179
Taubaté	1803	204	0179
Taubaté	1804	204	0180
Taubaté	1805	205	0180
Taubaté	1806	205	0180
Taubaté	1807	206	0181
Taubaté	1808	206	0181
Taubaté	1809	206	0181
Taubaté	1810	207	0181
Taubaté	1812	207	0182
Taubaté	1813	207	0182
Taubaté	1814	208	0182
Taubaté	1815	208	0182
Taubaté	1816	208	0183
Taubaté	1818	209	0183
Taubaté	1817	209	0183
Taubaté	1820	209	0183
Taubaté	1822	210	0184
Taubaté	1823	210	0184
Taubaté	1824	210	0184
Taubaté	1825	210	0184
Taubaté	1828	210	0184
Taubaté	1829	211	0184
Taubaté	____	211	0185
Taubaté	1830	211	0185
Taubaté	1831	211	0185
Taubaté	1832	211	0185
Taubaté	1835	212	0185
Taubaté	1836	212	0185
Taubaté	1842	212	0185

Contas de Receitas e Despesas das Obras da Igreja Matriz da cidade de Guaratinguetá, iniciadas em 22 de maio de 1850 até 24 de janeiro de 1851. 29 p.

Processo sobre a construção da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá, 1770 a 1782, Caixa 122. 185 p.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro

Série Associação Religiosa

AR 187. Regulamento da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de Angra dos Reis, 1866. 41 p.

AR 195. Confraria de São Benedito dos Homens Pretos, 1814. 34 p.

AR 197. Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, 1823 a 1893, 1963. 21 p.

AR 203. Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1720 a 1943. 17 p.

AR 204. Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1733 a 1924. 287 p.

AR 205. Irmandade das Almas do Purgatório, 1728 a 1862. 31 p.

AR 263. Irmandade da Excelsa Virgem das Dores, 1923. 15 p.

AR 265. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, 1950. 21 p.

Irmandade do Senhor Bom Jesus de Iguape. Ano 1841 (erecta na Capela do Senhor dos Passos) em 28/10/1840, Local: Rio de Janeiro, Razão: Carta enviada ao Bispo.

Série Visita Pastoral

VP 01. (transcrição). 566 p.

VP 09. 12 p.

VP 12. 117 p.

VP 25. 84 p.

VP 43. 113 p.

Série Breve Apostólico

BA 139 1755. Francisco Carvalho da Cunha Amaral (capitão). 13 p.

BA 273 1788. Manoel Álvares de Veludo do Amaral (padre). 26 p.

BA 283 1790. Salvador Carvalho Cunha do Amaral Gurgel (capitão). 44 p.

BA 298 1794. Miguel Dias Freire da Matta (capitão) e Ana Maria de Azevedo Lemos. 27p.

BA 438. 1848. Francisco Peres Nobre (capitão), construção de capela. 01 p.

Visita Pastoral

VP 38 1687. Taubaté, Guaratinguetá, Paraty, Angra dos Reis. 22 p.

VP 21 1824 a 1825, Curato de N. S. das Necessidades. 46 p.

Breve Apostólico

BA 139 1755. 13 p.

BA 16 Vila de Taubaté, 1727. Convento de Santa Clara. 14 p.

BA 79 Guaratinguetá, 1745. Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Hipacaré da Conceição de Guaratinguetá. 8 p.

BA 485 Aparecida, 1867. Fazenda Cortiço – Oratório Privado. 1 p.

BA 563 Aparecida, 1870.Fazenda Bocaina – Oratório Privado. 08 p.

BA 574 Aparecida, 1870. Fazenda Santa Rita – Oratório Privado. 08 p.

BA 587 Aparecida, 1871. Fazenda de Manoel Joaquim da Silva. casamento de uma de suas filhas. 02 p.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – RS.

Livro das Eleições e Termos da Mesa da Confraria do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Viamão, 1762 a 1851. 54 p.

Resoluções a respeito das obras na Matriz de Na. Sra. da Conceição de Viamão, 1762 a 1851. 44 p.

Livro de Registro de Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição de Viamão, 1760 a 1864. 57 p.

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro

Fundo Mesa do Desembargo do Paço

Notação Caixa 290

Mesa da Consciência e Ordens, Ereção de Igrejas

Notação Caixa 280, 281 e 282

Mesa da Consciência e Ordens, Irmandades

Notação Caixa 290

Mesa da Consciência e Ordens

Notação Caixa 313, 314 e 315

Caixa 124, pacote 1, Frei Fabiano de Cristo

Arquivo Noronha Santos – IPHAN – Rio de Janeiro

Série - Arq. Téc. Adm. Iphan. Pasta nº 16 – 005. Loc. Geográfica, RJ. Rio de Janeiro / Cx. 419. Bem Cultural, Trabalhos publicados pelo IPHAN e inéditos. Artistas e Artífices no Rio de Janeiro, séculos XVI a XIX (1ª parte) 1 a 209 p.

Série – Arq. Téc. Adm. Iphan. Pasta nº 17 – 005. Loc. Geográfica, RJ. Rio de Janeiro / Cx. 419. Bem Cultural. Artistas e Artífices no Rio de Janeiro, séculos XVI a XIX, 210 a 412 p.

Arquivo da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

INVENTÁRIOS

Agostinho Ribeiro Netto - 1898, caixa 825.

Ricardo Ribeiro Netto - 1898, caixa 825.

Francisco Corrêa Dantas - 1856, caixa 833.

Benedito Gonçalves Valadão - 1879, caixa 885.

Quintino de Oliveira e Souza - Tutela, 1878, caixa 884.

Quintino de Oliveira e Souza - Petição, 1882, caixa 892.

Quintino de Oliveira e Souza - 1889, caixa 888.

Leopoldina Maria de Jesus - 1883, caixa 327 (Mangaratiba).

ANEXOS

D192 Dantas, Julio Cezar Neto
A cidade de Paraty como patrimônio integral: atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais / Julio Cezar Neto Dantas. -- Rio de Janeiro, 2020.
1118 f.:il., 3v.

Orientadora: Teresa Cristina Moletta Scheiner.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2020.

1. Museu e Museologia. 2. Patrimônio Integral. 3. Musealização. 4. Rota do Ouro. 5. Irmandades e Procissões. I. Scheiner, Teresa Cristina Moletta, orient. II. Título.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

PÁG.

Anexo 1 - Certidão de Carta Régia da criação da Villa de Paraty, datada de 28 de fevereiro de 1667, AN 1

Anexo 2 - Certidão de Sesmaria concedida a Maria Jácome de Melo, filha de João Pimenta de Carvalho, documento datado de 1841 5

Anexo 3 - Fazendeiros de assucar e aguardente, Município de Paraty, 1851 a 1880, Almanak Laemmert 8

Anexo 4 – Fazendeiros de café, Município de Paraty, 1851 a 1869, Almanak Laemmert 22

Anexo 5 – Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Paraty, 1892 a 1957 32

Anexo 6 – Peças do Acervo da Matriz segundo levantamento de Monsenhor Pizarro em 1794 e Inventário das Alfaias e mais objetos pertencentes a Irmandade de S. S. Sacramento, 1928, DA 38

Anexo 7 – Relatório apresentado ao vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, Comendador João Pereira Darrigue Faro em 03 de maio de 1853 42

Anexo 8 – Transcrição de Certidão de doação a Igreja do Rosário, em 16 de agosto de 1870 48

Anexo 9 – Certidão da Capela de N. S. dos Remédios do Corumbê, Livro 60 do Cartório do 1º Ofício de Paraty, fls 41v a 43 52

Anexo 10 – Relação Nominal dos contribuintes para aquisição da imagem de S. Vicente de Paula para a Conferência Vicentina da Santa Cruz da Graúna, 1938 55

Anexo 11 – Relação Nominal dos Padres que atuaram em Paraty - 1598 a 1966 e Lembranças de Missa de 7º dia - 1952 e 1964 – Padre Hélio e Padre Magno 57

Anexo 12 – Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento – 1733, Livro nº 72, antigo 110, do Cartório do 1º Ofício- fls. 172/194 62

Anexo 13 – Inventário da Irmandade de N. S. dos Remédios, em 20 de Agosto de 1933 74

Anexo 14 – Livro de Assento e Irmãos da Irmandade de N.S. dos Remédios de Paraty, 20/04/1886 a 30/08/1913, Acervo da Paróquia 76

Anexo 15 – Jornal “O Paratiense” nº 1, nº 2, 1952, 1955 e O Município, 1941 80

Anexo 16 - Compromisso da Irmandade das Almas do Purgatório na Vila de N. S. dos Remédios de Paraty, 1728 92

Anexo 17 - Reforma do Compromisso e Provisão da Irmandade de São Roque de Paraty 1715 94

Anexo 18 - Compromisso da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty, 1893 97

Anexo 19 – Licença para Procissão do Depósito em Paraty, 11 de fevereiro de 1825 111

Anexo 20 - Inventário das Alfaias da Irmandade de N. Senhor dos Passos, 1823 113

Anexo 21 – Relação dos Congregados Marianos da Paróquia de N.S. dos Remédios, 1952 133

Anexo 22 – Integrantes do Apostolado da Oração de Paraty, 1907 a 1977 135

Anexo 23 – Relação das Fundadoras e Aspirantes da Pia União das Filhas de Maria, em agosto de 1932 139

Anexo 24 - Relação de Festeiros e encarregados da Festa do Divino Espírito Santo em Paraty, 1818 a 2020 144

Anexo 25 - Compromisso da Santa Casa de Paraty, mandado imprimir pela Administração 1949 a 1950 149

Anexo 26 - Compromisso da Irmandade de Santa Rita, 1809 169

Anexo 27 – Relação extraída do Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Santa Rita, 1852-1910 e 1913-1950 177

Anexo 28 - Relação extraída do Livro de Entrada, Mesada e Annuaes da Irmandade de Santa Rita cobradas no ano 1884 190

Anexo 29 - Programa da Festa de Santa Rita, década de 1930 192

Anexo 30 - Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário, 1750 193

Anexo 31 - Compromisso da Irmandade de São Benedito, 1814 202

Anexo 32 - Jornal Tribuna de Paraty, nº 23, 29 de novembro de 1883 218

Anexo 33 – Relação extraída do Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de N.S. do Rosário, 1803 a 1869 222

Anexo 34 – Eleição de juiz, juíza, rei e rainha da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos de Paraty, 1851 a 2020 223

Anexo 35 – Artigo de Samuel Costa sobre os trajes do Imperador do Divino, Rei e Rainha da festa de N.S. do Rosário, Coisas Antigas, 1907 234

Anexo 36 - Compromisso da Irmandade da Excelsa Virgem Senhora das Dores da Cidade de Paraty,1901 237

Anexo 37 - Identificação das Irmães da Irmandade de N. S. das Dores, 1901 a 1917, e de 1930 a 1957 no Livro de Receitas e Despezas 248

Anexo 38 – Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de N.S. das Dores de Paraty 1876 a 1908 254

Anexo 39 – Carta de Dalmiro Baronto, 1883 255

Anexo 40 – Bilhete de Dalmiro Baronto, 1883 257

Anexo 41 – Cartão de Dalmiro Baronto, 1883 258

CAPÍTULO II

PÁG.

Anexo 42 – Lei de 26 de agosto de 1828 259

Anexo 43 – Compromisso da Irmandade de N. S. das Dores da Freguesia do Facão, 22 de novembro de 1783 261

Anexo 44 – Correspondência de Dr. Joaquim do Monte Carmelo, 12 de maio de 1880. 269

Anexo 45 – Emblemas e Alegorias da Virgem Maria 275

Anexo 46 – Certidão de Óbito de José Antonio da Silva, Livro nº 14, 1835, fls 22v. 277

Anexo 47 – Inventário dos Bens Móveis da Matriz de Guaratinguetá, Livro Tombo, 1757-1873, p.166 e 166v 278

Anexo 48 – Certidão de Óbito de Ignez Theodora da Silva, 1848, Livro nº 15, fls. 21 279

Anexo 49 - Certidão de Óbito Ignácio Joaquim Monteiro,1841, Livro nº 14, fls. 135 280

Anexo 50 – Maços de População 1765 a 1905, pesquisa Julio Cezar Neto Dantas 281

Anexo 51 – Certidão de Batismo Luiz filho de Manoel Antunes da Rocha e Certidão de Óbito – Batismo - 1742, Livro nº 2, fls. 20v, Óbito - 1840, Livro nº 14, fls. 109 336

Anexo 52 – Certidão de Óbito de Maria Leite de Jesus 1814, Livro nº 11 fls. 41 338

Anexo 53 – Certidão de Casamento de Joam Barbosa de Almeida e Anna Francisca da Silva, 1787, Livro nº 3, fls 15v 339

Anexo 54 – Certidão de Batismo de Manuel, 1796, Livro 8, fls 17v e Anna, 1800, Livro 10, fls 20v, filhos do Goardiano José das Chagas 340

Anexo 55 – Certidão de Óbito de Salvador Rois Leite, 1802, Livro nº 7, fls. 13 342

Anexo 56 – Certidão de Óbito de José Rois, 1814, Livro 11, fls 41 343

Anexo 57 – Certidão de Óbito de Anna Caetana, 1811, Livro 11, fls. 113 344

Anexo 58 – Certidão de Casamento de Manuel Ferreira de Silva, 1789, Livro nº 3, fls 43 345

Anexo 59 – Certidão de Óbito de Brígida Joaquina da Conceiçaõn, 1834, Livro nº 14, fls 14 346

Anexo 60 – Certidão de Óbito de Francisco Leme Barbosa, 1835, Livro nº 14, fls 29v 347

Anexo 61 – Contas de Receita e Despesas das Obras da Igreja Matriz de Guaratinguetá, 22/05/1850 a 24/01/1851 348

Anexo 62 – Inventário da Capela de N. S. Aparecida, 27 de fevereiro de 1895 352

Anexo 63 – Decreto de 1833, Rio de Janeiro - Typografia Nacional 384

Anexo 64 – Escrituras de Sociedade – Assinaturas de Antonio Francisco Lisboa, Arquivo Nacional Rio de Janeiro 385

Anexo 65 – Oficiais que atuaram nas obras da Capela de N.S. Aparecida nos anos de 1844 a 1873 387

CAPÍTULO III

Anexo 66 – Estatutos da Associação de Caridade São Vicente de Paulo 392

CAPÍTULO IV

PÁG.

Anexo 67 – Acervo da Prefeitura Municipal de Paraty, 11 de setembro de 1939, Administração de Clarimundo dos Santos Pádua. 402

Anexo 68 – Fabricantes de aguardente, fazendeiros e lavradores de café da Freguezia de Santa'anna – Ilha Grande, Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1865, p. 196 a 202. 403

Anexo 69 – Serviços Contratados na Arrematação das obras na igreja de Santa'Anna – Ilha Grande, 1882, p. 164 e 169. 405

Anexo 70 – Fabricantes de aguardente, lavradores e fazendeiros de café em Angra dos Reis, 1865, Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1865, p. 196 a 201. 406

Anexo 71 – Jornal a Verdade, Nº 9, 28 de julho de 1929, p.1. 407

Anexo 72 – Freguezia de N.S. do Rosário de Mambucaba, Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1865, p. 196 a 204. 408

Anexo 73 – Termo de Consentimento para Entrevista

ANEXO 01 – Pág. 1

Certidão de Carta Régia da criação da Villa de Paraty

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL

01

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no XXXXXXXXX ofício do Prefeito Municipal da Prefeitura de Paraty Sr. EDSON DIDIMO LACERDA / sob nº 294/87 de 27 de julho de 1987, no qual pede por certidão o inteiro teor da carta régia da criação da Vila de Paraty, de 28.02. 1667. Certifico que revendo a referida carta régia, do códice 952, vol.1, fls, 61 arquivado na Seção do Poder Executivo, desta Divi - são, dela consta o seguinte: "MARTIN CORREA VASQUEANES, fidalgo da casa de Vossa Magestade Cavaleiro professo da Ordem de Christo. Representa a V. Magestade que ele suplicante no Estado do Brazil em / hum sítio a onde [.....] Paraty que dista do Cabo Frio outo, ou nove léguas para o sul tem h'uas terras desertas sem mais povoação / que huns currais de gado, nas quaes deseja ele suplicante fazer // h'ua Villa a sua custa que feita resultará em grande serviço de V. Magestade, por quanto o dito perto de Cabo Frio dista da parte do sul do Rio de Janeiro trinta legoas, e da parte do Norte do Espírito Santo sesenta, e fica por esta causa dezemparado dos soanos que destas praias lhe podiam acudir, para impedir ao Enemigo que neste porto custuma a entrar a fazer pau Brazil, dezenquetando os pastores dos currais, que ali tem alguns dos moradores do Rio de Janeiro valendosse dos gados delles para suas matalotagens, e fazendo a aguada que lhes he necessaria para os seus navios, com os quaes andam enfestando toda aquella costa co' grande prejuizo dos moradores do Estado do Brazil e considerável perda dos direitos de V. Magesta de pelas muitas embarcações que tomam a si barcos da costa, como navios que deste Reyno vão para aquele Estado e os de Angola que levam negros para os fornecimentos dos engenhos, e elles os vam vender a buinos aires, e não só estes damnos se evitam em se povoarem as terras assima referidas, mas também se seguem grandes utilidades a Real fazenda de V. Magestade por quanto as ditas terras sam tam / ferteis que produzem canas de asuquar tabaco, e pau Brazil e outras drogas, co' que se comersea naquelle Estado, e tem grandes comodidades fazer muitos engenhos, o que se não tem conseguido athe agora / por faltar que' desse [.....] a se passar para aquellas partes algus' moradores, dando-lhes o necessário para isso, perquanto os que o quere' fazer são muito pobres e não tem os cabedais que sam / necessário para fabric[.....] terras novas, e tam distantes das otras povoasões como estas: e per quanto para que consiga hu' tam / grande serviço e utilidade a V. Magestade detrimina elle suplicante passarsse para o sítio da dtª Villa, com toda a sua família e fazen

ANEXO 01 – Pág. 2

da, e com ella ajudar, e adquirir os mais moradores que puder para que a dita Villa em breves tempos tenha grande aumento. P. a V. Magestade que formando elle suplicante feito hua' Villa a sua custa / nos [.....] de paraty, que passe de quarenta moradores possa nomearsse snr. della com autoridade de por officiais de Justiça e /// mais perminencias que V. Magestade ouve por bem na forma ordinária conceder a muitos que nesta e outras partes fundarão Villas, e que o districto, ou termo desta que determina fazer o suplicante, seia de quatro legoas para o norte, e outras tantas para o sul, e seis / para o sertam, e para poder acomodar com mais comodidade os moradores que levar em sua companhia pede a V. Magestade as terras que se segue do dito sítio de paraty, athe a Aldea dos Indios, correndo pela margem da Alagoa que dissem ser pouco mais ou menos duas ou tres legoas de matos e para o sertam seis legoas comesandosse a medir da dita Alagoa do Cabo Frio em toda a largura assy das terras que oje tem elle suplicante como ditas que pede entre ellas e as dos indios da Aldea, perquanto estas m[.....] e po[.....] n[...] tem senhorio algu, e que para maior firmeza e [.....] que cada dia se movem sobre as cartas de sesmaria que tem elle suplicante das sobre ditas terras de [...] que possão os capitães maiores naquele Estado lhe faça V. Magestade merce de retificar e confirmar as ditas [....
.....]
de parati, assi de terra firme, como de restinga as quaes passarão os capitães maiores que tinhão poder para isso a Miguel Riscado o qual as possuiho muitos anos tendo gado nelas, e per sua morte as comprou o suppte e seus herdeiros como consta de escrituras públicas, e' em virtude dellas esta o suplicante de posse actualmente // das ditas terras, e tem nellas currais de gado. E.R.M. Manoel Barreto de Sampayo". Declaro que o sinal [.....] significa que o documento está ilegível e dilacerado. E para constar onde convier eu, ALAIR LIMA LARANJA MANDOSIO, Agente Administrativo S.A. 801 Referência NM 31, Classe S, passei a presente certidão que assino Alair Li - ma Laranja Mandosio Confere, VÂNIA LÊDA IORIO CARLOS DA CUNHA, Arquivista - AR 2301 NS - 7 Vânia Lêda Iorio Carlos da Cunha
Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1987, [illegible]
Diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.

ANEXO 01 – Pág. 3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(03)

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no XXXXXXXXXX Processo do // Prefeito Municipal de Paraty, autuado sob nº AN-08060-529/87, de 30 de julho de 1987, no qual solicita por certidão, o inteiro teor da Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667, Códice 952, Volume 1, registrada às fls.59. Certifico que revendo o referido códice, arquivado na Seção do Poder Executivo, desta Divisão, dele consta o seguinte: "Dom Pedro Mas etc. El Rey vos envio muito saudar. Por parte de Martim Correa Vasqueanes, se me fes aquy a presente cuja cópia com esta se vos remete assinada por Manoel Barreto de Sampayo Secretario do meo conselho Ultramarino, em que pertende que lhe // conceda licença para fazer h'ua Villa a sua custa de quarenta moradores no sitio de Paraty que dista do Cabo Frio oito ou nove lêgoas para o Sul, aonde dis que tem huas terras desertas, e que se possa chamar Senhor della, com todas as patriminencias concedidas aos que fundarão semelhantes Villas, e por que aqui senão pode deferir a / este requerimento me pareceo encomendar vos, quanto a dita petição me informeis com toda a particularidade de tudo o que nella se refere e pede Martim Correa, ouvindo para isso aos officiaes da Camara dessa Cidade, e ao Procurador da Coroa della, para cujo effeito se nos presentarão por parte do mesmo Martim Correa todos os papeis que para este negocio fosem necessarios e de tudo o que achardes / me acuzareis por via do meo Conselho Ultramrino. Escrito em Lisboa em 28 de fevereiro de 667. Rey. Pello Conde de Arcos. Para o Gor / do Rio de Janro. 1ª Via". E para constar onde convier eu ALAIR LIMA LARANJA MANDOSIO, Agente Administrativo S.A. 801 Referência NM 31, Classe S, passei a presente certidão que assino Alair Lima Laranja Mandosio Confere, VÂNIA LÊDA IORIO CARLOS DA CUNHA, / Arquivista - AR 2301 NS - 7 Vânia Lêda Iorio Carlos da Cunha Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987, Substituta do Diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.

ANEXO 01 – Pág. 4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no XXXXXXXXXX Processo do // Prefeito Municipal de Paraty, autuado sob nº AN-08060-529/87, de 30 de julho de 1987, no qual solicita por certidão, o inteiro teor da Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667, Códice 952, Volume 1, registrada ás fls.59. Certifico que revendo o referido códice, arquivado na Seção do Poder Executivo, desta Divisão, dele consta o seguinte: "Dom Pedro Mas etc. El Rey vos envio muito saudar. Por parte de Martim Correa Vasqueanes, se me fes aquy a presente cuja cópia com esta se vos remete assinada por Manoel Barreto de Sampayo Secretario do meo conselho Ultramarino, em que pertende que lhe // conceda licença para fazer h'ua Villa a sua custa de quarenta moradores no sitio de Paraty que dista do Cabo Frio oito ou nove lêgoas para o Sul, aonde dis que tem huas terras desertas, e que se possa chamar Senhor della, com todas as patriminencias concedidas aos que fundarão semelhantes Villas, e por que aqui senão pode deferir a / este requerimento me pareceo encomendar vos, quanto a dita petição me informeis com toda a particularidade de tudo o que nella se refere e pede Martim Correa, ouvindo para isso aos officiaes da Camara dessa Cidade, e ao Procurador da Coroa della, para cujo effeito se nos presentarão por parte do mesmo Martim Correa todos os papeis que para este negocio fosem necessarios e de tudo o que achardes / me acuzareis por via do meo Conselho Ultramrino. Escrito em Lisboa em 28 de fevereiro de 667. Rey. Pello Conde de Arcos. Para o Gor / do Rio de Janro. 1ª Via". E para constar onde convier eu ALAIR LIMA LARANJA MANDOSIO, Agente Administrativo S.A. 801 Referência NM 31, Classe S, passei a presente certidão que assino Alair Lima Laranja Mandosio Confere, VÂNIA LÊDA IORIO CARLOS DA CUNHA, / Arquivista - AR 2301 NS - 7 Vânia Lêda Iorio Carlos da Cunha Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987, Substituta do Diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.

ANEXO 02 – Pág. 1

Certidão de Sesmaria concedida a Maria Jácome de Melo

REQUERIMENTO - TRANSCRIÇÃO

Requeiro que por intermedio da Prezidencia da Provincia se exijão, e com urgência da Comarca Municipal da Villa de Paraty, afim de serem prezentes a Assembléa Provincial n'esta mesma Sessão os documentos seguintes: 1º Certidão ou copia authentica da Sesmaria de legoa e meia de terra na testada, e de meia legoa de fundo concedida a Maria Jacome de Mello, filha de João Pimenta de Carvalho Procurador do Donatario, ou Donataria da antiga Capitania de São Vicente. 2º Informação circunstanciada do lugar, em que se acha o marco, que serve de pião as terras da dita Sesmaria, de qual seja o rumo da testada d'ella e quantas braças ha de terreno desde o referido Marco até ao Mar na linha perpendicular a da testada dita – 3º Certidão do titulo de Doação que fez Maria Jacome de Mello, da parte desse logradouro da Sesmaria comprehendendo o terreno entre o Rio Possocinguaba – vulgarmente chamado Matheus Nunes, e o Perequeguassu desde a testada da Sesmaria até appurar, afim de ali se edificar a Villa e ser esse terreno o seu Rocio – 4º Na falta desse titulo, cujo registro foi visto por muitas pessoas nos livros da Camara, informação explicita, e circunstanciada do indicio ou prova da falta desse registro da época do desaparecimento, e de querer o interessado em subtrair as folhas do livro em que se achava transcripto esse raro manuscrito.- 5º Informação da época em que foi mudado o Rio Pereque-

ANEXO 02 – Pág. 2

guassu do leito e foz primitivas para as actuaes, se em vida de Maria Jacome de Mello e antes da doação, ou se quando a Fazenda do Bananal e já filial n'aquella (ilegível) seus herdeiros. 6º Certidão de Tombamento pos teriormente feito por hum Corregedor da Commarca no ter reno da possesão da Camara, afim de não sofrer novas e semelhantes invasões o mencionado terreno, acompanhão a informação do lugar em que principiou as medições do Tombamento, isto he, se da Foz actual, se do primitivo Rio Perequeguassu – 7º Informação do motivo porque foi chamado Morro da Villa Velha o Morro, que (ilegível) entre a fóz, e leito actuaes ao lado da Villa, e afoz e leito primitivos na praia da Jabaquará e se ainda existem vestígios de edificios na coroa do dito Morro. 8º Certidão dos Titulos de domínio do terreno entre o leito e foz primitivos e os actuais do Rio Perequeguassú desde o ultimo actual possuidor ate ao primeiro que provinha daquella Sesmeira Maria Jacome de Mello, em o logradouro da qual Sesmaria se acha o dito terreno entre leito natural e artificial do Rio..- 9º Certidão da Ordem Superior se houve pela qual a Camara fosse desapropriada, ou de acto sem por o qual se desapropriasse do terreno em que teve princípio a Povoação, ísto é entre o leito e foz actuaes primitivos do Rio Perequeguassú ou informação das memorias e tradição que haja da maneira porque passou esse terreno da propriedade da Camara para de particulares.- 10º Expozição das vantagens que provirão a Villa no presente e no porvir (atte tão pincipalmente a Lei que decreta a resti

ANEXO 02 – Pág. 3

tuição do Rio Perequeguassú em seu leito primordial) da reintegração da Camara no domínio e posse do terreno, que existe entre o leito e fóz actuaes e a primitiva do mencionado Rio – Paço da Assembleia Legislativa Provincial. Sessão de

Conforme

Servindo de Official

Luiz Honorio Vieira Couto

Informe a Camara Municipal da Villa de Paraty, á vista do requerimento junto por copia, que foi enviado pela Assem bléa Legislativa Provincial a esta Pre sidencia; remettendo as diversas certi does de que ahi se trata, com a possivel brevidade: a fim de serem presentes á mesma Assembléa n'esta Sessão. Ni ctheroy 6 de Março de 1841-
Manoel Jozé de Souza França

ANEXO 03 – Pág. 1

Fazendeiros de açúcar e aguardente, Município de Paraty – 1851 - 1880

FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY – 1851 a 1880				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio de Jesus Vasconcellos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Joaquim Alves de Andrade			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Marianno de Amorim Carrão			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Marcellino de Oliveira			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
João Revilet			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Lourenço de Barros e Abreu			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel José de Souza			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Padre José Alves Velludo			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Roque José da Silva			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Padre Antonio Alves de Souza			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Alves da Silva			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio José de Moura			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Pereira da Cruz			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Tertuliano dos Santos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Xavier Pacheco			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
D. Anna Maria de Barros			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Bento José da Silva			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Bruno José da Rocha			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
D. Carolina Maria dos Santos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Candido José Rodr. de Andrade			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Domingos Gonçalves Penha			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Francisco Nepomuceno Pereira Lisboa			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Francisco Pires Nobre			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Francisco de Barros e Abreu			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
José Bernardo de Almeida Cruz			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
José Joaquim Pacheco (Irmão da Irmandade de N. S. dos Remédios), possuía 1 escravo de Manoel que foi Rei da Festa de N.S. do Rosário em 1851.	Casado com Aguida Vicencia de Vasconcellos, (LIVRO 1, 1814, p. 11 v) pais de Francisco Corrêa Dantas, casado com Mariana da Silva Barros (LIVRO DE CASAMENTO Nº 2, 1844), (LIVRO DE ÓBITOS, 1873, p. 44v).		1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
João Francisco Pacheco Bastos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Villela de Barros			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
D. Margarida Rosa de Almeida			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Moreira da Rocha & Irmãos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Antonio Vasco da Gama			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Francisco Pacheco Bastos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
D. Maria Francisca da Silva Bastos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Fernandes da Silva Campos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
D. Polucena Maria da Conceição			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Salvador Francisco Monteiro			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145

ANEXO 03 – Pág. 2

Salvador José Pacheco			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Victoriano José de Moura			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim Alves de Andrade			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Antonio Marianno de Amorim Carrão			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Antonio Marcellino de Oliveira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
João Revilet			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Dr.Luiz da Costa Ferreira França			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Lourenço de Barros e Abreu			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel José de Souza	Tratou do andamento das obras da Igreja de N.S. da Conceição de Paraty Mirim em 1853.		1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Padre José Alves Velludo			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Roque José da Silva			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Padre Antonio Alves de Souza			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Antonio Alves da Silva			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Antonio José de Moura			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Antonio Pereira da Cruz			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Antonio Tertuliano dos Santos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Antonio Xavier Pacheco			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
D. Anna Maria de Barros			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Bento José da Silva			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Bruno José da Rocha			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
D. Carolina Maria dos Santos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Candido José Rodr. de Andrade			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Domingos Gonçalves Penha			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Francisco Nepomuceno Pereira Lisboa			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
José Bernardo de Almeida Cruz			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
José Joaquim Pacheco: Francisco Corrêa Dantas (1817-1873) casou com Mariana da Silva Barros tiveram os filhos: Maria (18/12/1849); Maria (08/01/1854); Luis; Crescêncio (14/09/1856); Laurinda (16/03/1864) e Benedicto (18/01/1858)	casado em 04/11/1882 com Eulália Maria de Oliveira. Do casamento de Benedicto e Eulália tiveram os filhos: Antonio (13/01/1891); Severino (25/09/1893); Laurinda (10/08/1895); os "gêmeos" Giovani e Benedicto		1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
João Francisco Pacheco Bastos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Manoel Villela de Bastos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
D. Margarida Rosa de Almeida			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Manoel Moreira da Rocha & Irmãos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Manoel Antonio Vasco da Gama			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Manoel Francisco Pacheco Bastos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
D. Maria Francisca de Silva Bastos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Manoel Fernandes da Silva Campos			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
D. Polucena Maria da Conceição			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Salvador Francisco Monteiro			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112

ANEXO 03 – Pág. 3

Salvador José Pacheco			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
Victoriano José de Moura			1855	Almanak Laemmert Pág. 109 a 112
ENGENHOS DE AGUARDENTE				
FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim Alves de Andrade			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Conego Joaquim Mariano do Amaral Campos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Dr. José Cardoso de Menezes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Dr. João Lopes de Araujo (Commendador da ordem da Conceição)			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio Joaquim Alves de Andrade			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Conego Joaquim Mariano do Amaral Campos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Dr. José Cardoso de Menezes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Dr. João Lopes de Araujo (Commendador da ordem da Conceição)			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Major Lourenço de Barros e Abreu			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
D. Maria Joaquina de Moraes Garcez			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Roque José da Silva	Casado com Andreza Maria de São José, pais de Geralda Maria da Silva (/ /1807 - 20/02/1890).		1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Tertuliano & Filho			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
D. Antonia Joaquina de Jesus			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Padre Antonio Alves da Silva			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio Pereira da Cruz			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio Lourenço de Barros			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Bruno José da Rocha			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Candido José Rodrigues de Andrade			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Francisco de Barros de Abreu			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
José Joaquim Pacheco: (02/10/1899 e 03/10/1899); Maria (13/12/1904); Pedro (12/04/1908); Francisco e João. Do consórcio de Severino Dantas com Isabel Vieira tiveram os filhos: Benedicto, - "Bidico" – (23/06/1918-20/08/2018); Julio	(22/05/1920-01/02/1966); Doralice – "Ita" - (25/07/1922); José (23/03/1924 - 10/01/2012); João (19/06/1926-04/09/2010); Manoel – "Maneco, Neco, Nelzinho" – (21/06/1929); (LIVRO DE BATISMO, Nº 17,18 e 20, p.65v, 3v, 73v, 141 e 12).		1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Francisco Pacheco Bastos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Joaquim Alves da Silva Barreto			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João José Moreira	Foi Capitão da Guarda Nacional de Paraty		1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
José Antonio de Azevedo			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
José Fernandes Cunha			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
D. Maria José Campos do Amaral Lisboa			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Capitão Manoel Fernandes Silva			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77

ANEXO 03 – Pág. 4

Manoel Fernandes da Silva Campos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel Joaquim dos Santos Marques			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel Antonio de Almeida			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
José Marcellino de Oliveira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Joaquim Marques dos Santos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel Moreira da Rocha & Irmãos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel José de Barros			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel José de Almeida Cruz			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio Pimenta de Oliveira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Moreira de Carvalho			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Os herdeiros de João de Souza			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
FREGUESIA DE N SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY- MIRIM - FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Padre Antonio Alves de Souza			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Bento José da Silva			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
D. Carolina Maria dos Santos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
José Borges de Oliveira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Padre Manoel Alves Velludo			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Manoel José de Souza			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Manoel Francisco Pacheco Bastos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Manoel José de Almeida Cruz			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
Victoriano José de Moura			1856	Almanak Laemmert, Pág. 78
FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim Alves de Andrade		Grauna	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Conego Joaquim Mariano do Amaral Campos		Corisco	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Dr. José Cardoso de Menezes		Bananal Novo	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Dr. João Lopes de Araujo (Commendador da Ordem da Conceição)		Boa-Vista	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Major Lourenço, de Barros e Abreu		Pedra Branca	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama		Porto-Grande	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Capitão Manoel Fernandes Silva		Sucury	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Antonio de Oliveira		Bananal	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D. Maria Joaquina de Moraes e Garcez		Corumbé	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Roque José da Silva		Bananal	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Tertuliano & Filho		Corisco	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
ENGENHOS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
D. Antonia Joaquina de Jesus			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio Pereira da Cruz			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio Lourenço de Barros			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Bruno José da Rocha			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170

ANEXO 03 – Pág. 5

Antonio Xavier Pacheco			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Joaquim José Moreira Monteiro			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Viuva de José Joaquim Pacheco	Era casado com Agueda Vicencia de Vasconcelos		1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Viuva de Francisco de Barros d'Abreu			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Francisco Pacheco Bastos			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Joaquim Alves da Silva Barreto			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João José Moreira			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
José de Moura Guimarães			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
José Fernandes Cunha			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D.Maria José Campos do Amaral Lisboa			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Felisberto José Pacheco			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Francisco Luiz da Rocha			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel Antonio de Almeida			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
José Marcellino de Oliveira			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Joaquim Marques dos Santos			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel José de Barros			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel José de Almeida Cruz			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio Pimenta de Oliveira			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Moreira de Carvalho			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
FREGUESIA DE N SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY- MIRIM - FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Padre Antonio Alves de Souza			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Bento José da Silva			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D. Carolina Maria dos Santos			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Padre Manoel Alves Velludo			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel Francisco Pacheco Bastos			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel José de Almeida Cruz			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Victoriano José de Moura			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D. Theresa Maria de Jesus Souza			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Joaquim José Viana			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Francisco Marques dos Santos			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim Alves de Andrade Grauna		Grauna	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Conego Joaquim Mariano do Amaral Campos		Corisco	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Dr. José Cardoso de Menezes		Bananal	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Dr. João Lopes de Araujo		Boa Vista	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Antonio de Oliveira		Bananal	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96

ANEXO 03 – Pág. 6

Major Lourenço de Barros e Abreu		Pedra Branca	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama		Porto-Grande	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Capitão Manoel Fernandes da Silva		Sucury	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Maria Joaquina de Moraes Garcez		Corumbé	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Roque José da Silva		Bananal	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Tertuliano & Filho		Corisco	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
D. Antonia Joaquina de Jesus			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Pereira da Cruz			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Lourenço de Barros			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Bruno José da Rocha			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Xavier Pacheco			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Pimenta de Oliveira			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Felisberto José Pacheco			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Luiz da Rocha			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Francisco Pacheco Bastos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João José Moreira			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Moreira de Carvalho			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Joaquim Alves da Silva Barreto			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Joaquim José Moreira Monteiro			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Joaquim Marques dos Santos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
José de Moura Guimarães			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
José Marcelino de Oliveira			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
José Fernandes Cunha			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Maria José Campos do Amaral Lisboa			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Antonio de Almeida			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel José de Barros			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel José de Almeida Cruz			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Viuva de José Joaquim Pacheco			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Viuva de Francisco de Barros d'Abreu			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
FREGUESIA DE N SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY - MIRIM - FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Pereira da Cruz			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Padre Antonio Alves de Souza			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Bento José da Silva			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Carolina Maria da Conceição			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Alves de Souza			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Marques dos Santos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Galdino Fernandes da Silva			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Joaquim José Vianna			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96

ANEXO 03 – Pág. 7

José Alves de Souza			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel de Almeida Cruz			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Padre Manoel Alves Velludo			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Alferes Manoel Francisco Pacheco			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Sabina Maria de Barros			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Theresa Maria de Jesus Souza			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Victoriano José de Moura			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim Alves de Andrade		Graúna	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Conego Joaquim Mariano do Amaral Campos		Corisco	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Dr. José Cardoso de Menezes		Bananal Novo	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Dr. Joaq. Lopes de Araujo		Boa-Vista	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Antonio de Oliveira		Bananal	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama		Porto Grande	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Capitão Manoel Fernandes da Sª		Sucury	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Maria Joaquina de Moraes Garcez		Corumbé	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Roque José da Silva		Bananal	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Tertuliano, & Filho		Corisco	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
ENGENHOS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
D. Antonia Joaquina de Jesus			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Pereira da Cruz			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Lourenço de Barros			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Bruno José da Rocha			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Xavier Pacheco			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Pimenta de Oliveira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Luiz da Rocha			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Francisco Pacheco Bastos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João José Moreira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Moreira de Carvalho			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim Alves da Silva Barreto			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim José Moreira Monteiro			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim Marques dos Santos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Marcellino de Oliveira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Fernandes Cunha			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Antonio de Almeida			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel José de Barros			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Pedro de Barros Moreira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133

ANEXO 03 – Pág. 8

ENGENHOS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
D. Antonia Joaquina de Jesus			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Pereira da Cruz			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Lourenço de Barros			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Bruno José da Rocha			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Xavier Pacheco			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Pimenta de Oliveira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Luiz da Rocha			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Francisco Pacheco Bastos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João José Moreira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Moreira de Carvalho			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim Alves da Silva Barreto			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim José Moreira Monteiro			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim Marques dos Santos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Marcelino de Oliveira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Fernandes Cunha			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Antonio de Almeida			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel José de Barros			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Pedro de Barros Moreira			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
FREGUESIA DE N SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY- MIRIM - FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Pereira da Cruz			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Padre Antonio Alves de Souza			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Bento José da Silva			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Carolina Maria da Conceição			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Alves de Souza			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Marques dos Santos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Galdino Fernandes da Silva			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim José Vianna			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Alves de Souza			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel de Almeida Cruz			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Padre Manoel Alves Velludo			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Alferes Manoel Francisco Pacheco Bastos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Sabina Maria de Barros			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Theresa Maria de Jesus Souza			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Victoriano José de Moura			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
FAZENDEIROS DE ASSUCAR E AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim Alves de Andrade		Graúna	1865	Almanak Laemmert, Pág. 124 a 125
Antonio Joaquim Mendes de Magalhães			1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Tertuliano dos Santos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Apollinario Francº de Paula e Sª		Bananal	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133

ANEXO 03 – Pág. 9

D. Geralda Maria da Silva		Bananal	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Hermenegildo José da Rocha			1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim Marcellino de Oliveira		Olaria	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Jesuina Maria de S. José		Bananal	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João José Moreira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Dr. João Lopes de Araujo		Boa-Vista	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Borges de Oliveira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Esteves Penna Firme		Taquary	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Ayres Cesar da Gama			1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Maria Joaquina de Moraes Garcez		Corumbé	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Rodolpho Wursten		Bananal Novo	1865	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
ENGENHOS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Angelo Maria Coupé	Tinha 1 filho de nome Pedro Maria Pieracine Coupê (O PHAROL, 1906, Nº 19, p. 1) e 1 escrava de nome Emiliana que foi Rainha da festa de N. S. do Rosário em 1859.		1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Antonio José da Costa Leal			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Antonio Lourenço de Barros			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
D. Francisca Ignacia de Alvarenga			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
D. Theodora Gomes Valladares			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
D. Isabel Fernandes Malvão			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Joaquim Alves da Silva Barreto			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Joaquim Ribeiro de Miranda			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Joaquim Teixeira da Silva			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Francisco Pacheco Bastos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Francisco dos Santos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Moreira de Carvalho			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
José Marcellino de Oliveira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
José Fernandes Cunha			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Manoel Antonio de Almeida			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Manoel Gonçalves Valladão			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Manoel José de Barros			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Manoel Francisco de Souza			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Dr. Matheus José Firmo d'Assis			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Pedro de Barros Moreira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Simpliciano José Mendes			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Victoriano José de Moura			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
FREGUESIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY-MIRIM - FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Alves de Souza			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Bento José da Silva			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
D. Carolina Maria da Conceição			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
D. Francisca Ignacia de Alvarenga			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Francisco Alves de Souza			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Francisco Marques dos Santos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126

ANEXO 03 – Pág. 10

Galdino José Pimenta			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
João José Moreira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Joaquim José Vianna			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
José Antonio Ramos Maia			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Manoel d'Oliveira Santos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Padre Manoel Alves Velludo			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Alferes Manoel Francisco Pacheco Bastos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
D. Thereza Maria de Jesus Souza			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
Victoriano José de Moura			1865	Almanak Laemmert, Pág. 126
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Angelo Maria Coupé	Era filho de Luiz Alfredo Maria Coupê, natural da França, irmão de N.S. do Rosário em 1846, casado com Manuela Josefina Pieracine Coupê, possuía 1 neta de nome Laura (BATISMO, 20/04/1881, p. 12).		1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Antonio Joaquim Alves de Andrade		Grauna	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Antonio Joaquim Mendes de Magalhães	(Tem engº movido à vapor) Diogo Vaz		1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Antonio José da Costa Leal			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Antonio Lourenço Barros			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Antonio Salustiano de Araujo Silva			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Antonio Tertuliano dos Santos & C.			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D.Francisca Ignacia de Alvarenga			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Francisco de Barros Moreira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Francisco Fernandes Malvão			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Francisco Xavier da Gama Bastos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Hermenegildo José da Rocha			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D.Isabel Maria dos Anjos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D. Jesuina Maria de S. José		Bananal	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
João Antonio de Oliveira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
João Ayres Cesar da Gama			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
João Francisco dos Santos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Dr. João Lopes de Araujo		Boa Vista	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
João Moreira de Carvalho			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
João Raymundo da Camara Barreto			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Joaquim Alves da Silva Barreto			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Joaquim Gonçalves da Silva			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Joaquim Marcellino de Oliveira		Olaria	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Alferes Joaqm Simphonyo de Moraes e			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Joaquim Ribeiro de Miranda			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
José Antonio da Cunha Freitas			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
José Borges de Oliveira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
José Esteves Penna Firme		Taquary	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
José Marcellino de Oliveira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Padre José Matheus Alves Velludo			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87

ANEXO 03 – Pág. 11

Manoel Antonio de Almeida			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel Antonio Dias			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel Francisco de Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel Gonçalves Valladão	Era filho de Vicente Coelho Valadão e Ana (ilegível) Lourenço de Barros Moreira, era natural da Ilha Terceira, Bispado de Angra, em Portugal, casado com Francisca Maria da Silva Barros (Beata Angélica) natural desta cidade (LIVRO DE CASAMENTOS,02/05/1819, p. 37), pais de Francisco Corrêa Dantas, foi casado com Mariana da Silva Barros (LIVRO DE BATISMO nº 7, 1854, p. 65)		1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel Joaquim de Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel José de Barros			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel Rodrigues Barreto			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D. Maria Alexandrina de Jesus			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Maria Joaquina de Moraes Garcez		Corumbé	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D. Matheus José Firme d'Assis			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Pedro de Barros Moreira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Simpliciano José Mendes			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Theodora Ignácia de Araújo			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Tiburcio José Moreira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Victoriano José de Moura			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
FREGUESIA DE N SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY-MIRIM- FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Alves de Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D. Carolina Maria da Conceição			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Francisco Alves de Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Francisco Marques dos Santos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Galdino José Pimenta			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
João José Moreira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
José Antonio Ramos Maia			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Manoel d'Oliveira Santos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Padre Manoel Alves Velludo			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Alferes Manoel Francisco Pacheco Bastos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
D. Theresa Maria de Jesus Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
Victoriano José de Moura			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 a 87
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICIPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Alferes Apollinario Francisco de Paula e Silva			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Angelo Maria Coupé	Irmão de Marcellino Coupê, membro da Irmandade de N.S. do Rosário em 1889, casado com Ubaldina Barreto Coupê, Irmã de N.S. das Dores em 1901.	Corisco	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174

ANEXO 03 – Pág. 12

Antonio José Vianna			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Antonio Joaquim Mendes de Magalhães	(Tem engº movido à vapor)	Boa Vista	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Antonio Salustiano de Araujo Silva			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Antonio Tertuliano dos Santos & C			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Francisco de Barros Moreira			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Francisco Fernandes Malvão			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Francisco Xavier da Gama Bastos			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Francisco Lopes de Oliveira Araujo			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Geralda Maria da Silva			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Manoel Antonio Vasco da Gama	(Herdeiros de Manoel de Barros Moreira)		1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Herdeiros de Simpliciano José Mendes			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Hermenegildo José da Rocha			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Jeronymo da Costa Pombo	Irmão de N.S. do Rosário		1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
João José de Almeida Peixoto Cordenou as obras de construção do Chafariz do Largo do Santa Rita no século XIX.	Irmão de Antonio Joaquim de Almeida Peixoto, Pedro Evaristo de Almeida Peixoto, Acácio Zózymo de Almeida Peixoto, Américo de Almeida Peixoto, Margarida Rosa de Almeida Peixoto (Porto), Ernestina de Almeida Peixoto, Arthur de Almeida Peixoto, Benedicto de Almeida Peixoto, Isaura de Almeida Peixoto, Delphina e Hermenegildo José d'Almeida Peixoto.		1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
José Joaquim dos Santos		Grauna	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Isabel Maria dos Anjos			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Jesuina Maria de S. José	Possivelmente irmã de Andreza Maria de São José, mãe de Geralda Maria da Silva	Bananal	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Alferes João Ayres Cesar da Gama			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Tenente João Francisco dos Santos			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
João Raymundo da Camara Barreto			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Alferes Joaquim Alves da Silva Barreto			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Joaquim Gonçalves da Silva			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Capitão Joaquim Marcellino de Olivª		Olaria	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Alferes Joaqm Simphronyo de Moraes e Silva			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Joaquim Ribeiro de Miranda			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Alferes José Antonio de Barros Guimarães			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
José Borges de Oliveira			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
José Esteves Penna Firme		Taquary	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Capitão José Marcellino de Oliveira			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Manoel Antonio de Almeida			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Manoel Gonçalves Valladão: de seu neto Crescêncio Corrêa Dantas casado com Senhorinha Maria de Jesus tiveram os filhos: Benedicto (08/09/1878); Manoel (03/06/1881); José (08/01/1810); Martinho (02/02/1911); Julio (06/05/1916); (LIVRO DE BATISMO, Nº 9, 10, 14, 15 e 16, p. 124, 13, 233, 59v e 102)			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174

ANEXO 03 – Pág. 13

Manoel Joaquim de Souza			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Manoel José de Barros			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Manoel Rodrigues Barreto			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Maria Alexandrina de Jesus	(Herdeiros)		1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Maria Joaquina de Moraes Garcez		Corumbé	1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Pedro de Barros Moreira			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Theodora Ignacia de Araujo			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Tiburcio José Moreira			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
FREGUESIA DE N SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY-MIRIM- FAZENDEIROS DE AGUARDENTE				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Alves de Souza			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Anna Maria do Nascimento			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Francisco Marques dos Santos			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Galdino José Pimenta			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
João José Moreira			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Tenente-coronel Manoel José de Souza Rosa			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
José Antonio Ramos Maia			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Padre Manoel Alves Velludo			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
Alferes Manoel Francisco Pacheco Bastos			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
D. Thereza Maria de Jesus Souza			1869	Almanak Laemmert, Pág.172 a 174
ENGENHOS DE AGUARDENTE – MUNICÍPIO DE PARATY				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**ENGENHO**	**ANO**	**FONTE**
Antonio de Barros Abreu			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Antonio da Costa Nunes Junior			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Tenente Antonio Francisco Pereira da Cruz			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Ten. Antonio Joaquim de Almeida Peixoto	Irmão de Pedro Evaristo de Almeida Peixoto, Acácio Zózymo de Almeida Peixoto, Américo de Almeida Peixoto, Margarida de Almeida Peixoto, Ernestina de Almeida Peixoto, Arthur de Almeida Peixoto, Benedicto de Almeida Peixoto e Isaura de Almeida Peixoto.		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Antonio José Vianna			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Antonio Salustiano de Araujo e Silva			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Alferes Apollinario Francisco de Paula e Sª	(/ /1829 – 07/10/1910)		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Candida Rosa da Silva Campos			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Candido José da Costa			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Carlos José dos Santos Dias			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Herdeiros de Domingos Cardoso Borba			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Francisco Fernandes Malvão			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186

ANEXO 03 – Pág. 14

D. Geralda Maria da Silva	Filha de Roque José da Silva e Andreza Maria de São José (/ /1807 - 20/02/1890).		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Jeronymo da Costa Pombo	Na Festa de N.S. do Rosário de 1874 foi Juiza Preta – Rita, escrava do Sr. Jeronymo da Costa Pombo		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Alferes João Ayres Cezar da Gama			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Capitão João Francisco dos Santos			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
João Jacintho Loreto			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
João José de Almeida Peixoto			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Joaquim Lourenço de Oliveira	engenho a vapor		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Capitão Joaquim Marcellino de Oliveira			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Joaquim Ribeiro de Miranda			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Herdeiros do Alferes Joaquim Simphronyo de Moraes e Silva			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
José Bento Vieira da Costa			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Herdeiros de José Borges de Oliveira	engenho a vapor		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
José Esteves Penna Firme Filho			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Herdeiros de José Joaquim dos Santos			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
José Jordão da Silva Vargas			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Capitão José Marcellino de Oliveira			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
José Pires do Rio			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Dr. Luiz da Costa Ferreira França			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Padre Manoel Alves Velludo			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Manoel Antonio de Almeida			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Manoel Gonçalves Valladão			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Manoel Rodrigues Barreto			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Alferes Quintino de Oliveira e Souza	(/ /1810 - 03/03/1899) filho de Francisco Manoel de Souza e Verônica Francisca de Oliveira, casado com Maria Feliciana da Conceição (/ /1820-02/07/1889), seus herdeiros: Antonio de Oliveira e Souza, Leopoldina Maria de Oliveira e Souza, América Maria de Oliveira, Verônica Francisca de Oliveira e Manoel José de Oliveira e Souza (INV. Nº 6659, CX 825)		1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
D. Senhorinha de Castro Torres			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
D. Theodora Ignacia de Araujo			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
Vicente Jordão da Silva Vargas			1880	Almanak Laemmert, Pág.183 a 186
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICÍPIO DE PARATY – 1851 a 1869				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antono José da Costa Leal			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio José Teixeira			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Antonio Manoel de S. Paulo			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145

ANEXO 04 – Pág.1

Fazendeiros de café, Município de Paraty, 1851 a 1869

Domingos Cardoso Borba			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Faustino José de Barros			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Feliciano José de Santa Anna			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Firmino José França			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Fernando José de Sampaio			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Floriano Gomes da Silva			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Francisco Antonio de Lemos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Francisco Alves de Souza			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Frederico Jork			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
João Antonio de Oliveira			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
João Floriano de Abreu			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Joaquim Feliciano da Cunha Garcez			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Joaquim Ignacio de Santa Anna			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Joaquim Lourenço de Oliveira			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
José Joaquim Bitancourt			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Jose Joaquim de Souza			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Luiz José de Carvalho e Souza			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel da Cruz Filgueiras			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Francisco de Magalhães			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Ignacio de Araujo			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Ayres da Gama Bastos			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel José Moreira			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Manoel Gonçalves Valladão			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Pedro Jordão da Silva Vargas			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Torquato Vieira Lopes			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Visconde de S. Salvador de Campos	grã-cruz de S. Fernando de Nápoles		1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Viuva de Raphael de Barros			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
Xavier Schmid de Belliken			1851	Almanak Laemmert, Pág. 144 e 145
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICIPIO DE PARATY - 1855				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José de Moura			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Viuva de José Joaquim Bittencurt			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
João Pereira Lopes			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
João L. G Brunhs			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Jeronymo Moreira Neves			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Angelo Maria Coupê	Eram filhos de Marcellino Coupê com Ubaldina Coupê: Herondino Barreto Coupê e Maria de Lourdes Barreto Coupê.		1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Antonio Xavier Pacheco			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Antonio José de Moura			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Matheus Muniz Pimentel			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Antonio José da Costa Leal			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59

ANEXO 04 – Pág. 2

Domingos Cardoso Borba			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Faustino José de Barros			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Feliciano José de Santa Anna			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Fernando José de Sampaio			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Floriano Gomes da Silva			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Frederico Jork			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
João Antonio de Oliveira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
João Floriano de Abreu			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Joaquim Ignacio de Santa Anna			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Joaquim Lourenço de Oliveira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Luiz José de Carvalho e Souza			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Manoel Francisco de Magalhães			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Manoel José Moreira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Manoel Gonçalves Valladão			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Pedro Jordão da Silva Vargas			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Torquato Vieira Lopes			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
Viuva de Raphael de Barros			1855	Almanak Laemmert, Pág. 59
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICIPIO DE PARATY – 1855				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José da Costa Leal			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Antonio José Teixeira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Antonio Manoel de S. Paulo			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Domingos Cardoso Borba			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Faustino José de Barros			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Feliciano José de Santa Anna			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Fernando José de Sampaio			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Floriano Gomes da Silva			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Francisco Alves de Souza			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Frederico Jork			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
João Antonio de Oliveira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
João Floriano de Abreu			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Joaquim Ignacio de Santa Anna			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Joaquim Lourenço de Oliveira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
José Joaquim Bitancourt			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
José Joaquim de Souza			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Luiz José de Carvalho e Souza			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel da Cruz Filgueiras			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel Francisco de Magalhães			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel Ignacio de Araujo			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel José Moreira			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Manoel Gonçalves de Valladão			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Pedro Jordão da Silva Vargas			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Torquato Vieira Lopes			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Visconde de S. Salvador de Campos			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112

ANEXO 04 – Pág. 3

gran-cruz de S. Francisco de Napol.			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Viuva de Raphael de Barros			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
Xavier Schmid Belliken			1855	Almanak Laemmert, Pág. 109 a 112
FAZENDEIROS DE CAFÉ - MUNICIPIO DE PARATY – 1856				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Angelo Maria Coupê	São familiares José Moreira Coupê, Benedicto Moreira Coupê, Durval Coupê Moreira, Benedicto Dubisk Coupê		1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio Xavier Pacheco			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio José da Costa Leal			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Antonio Jorge de Azevedo			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Domingos Cardoso Borba			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Fernando José de Sampaio			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Genelicio Antonio de Barros			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Pereira Lopes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Luiz G. Brunles			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Antonio de Oliveira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Manoel de Campos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Mendes de Ussuna			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
José Hilário Ferraz			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
José de Moura Guimarães			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Joaquim Marcellino de Oliveira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Joaquim Lourenço de Oliveira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Salvador Francisco Monteiro			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Viuva de José Moreira de Souza			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
D. Francisca Emanuela dos Reis			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
João Francisco dos Santos			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Jeronymo Moreira Neves			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Luiz Garcez de Moraes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Luiz José de Carvalho e Souza			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Matheus Muniz Pimentel			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel Ferreira Soares			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Manoel José Moreira			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Pedro Jordão da Silva Vargas			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Viuva de José Joaquim Bitencurt			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
Viuva de Raphael de Barros			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77
FAZENDEIROS DE CAFÉ - FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY – MIRIM - 1856				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José de Moura			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Antonio Joaquim da Cruz Seven Avlis			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Frederico Jork			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Feliciano José de Santa Anna			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Francisco Antonio de Moura			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Floriano Gomes da Silva			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Feliciano José de Santa Anna			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Dr. José Cardoso de Menezes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
João Floriano de Abreu			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Faustino José de Barros			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78
Torquato Vieira Lopes			1856	Almanak Laemmert, Pág. 77 e 78

ANEXO 04 – Pág. 4

FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICIPIO DE PARATY – 1858				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Angelo Maria Coupé	Durval Coupê era casado com Paulina Santos Dias Coupê irmã do Apostolado da Oração 1923, e de N.S. das Dores em 1931.	Corisco	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio Xavier Pacheco		Rio dos Meros	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio José da Costa Leal		Páo Grand	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio Jorge de Azevedo		Taquary	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Domingos Cardoso Borba		Bananal-Vel.	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Fernando José de Sampaio		Matto-dent.	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Genelicio Antonio de Barros		Bananal	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Pereira Lopes		Rio-Pequeno	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Mendes de Ussuna		Bananal Velh.	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
José Hilario Ferraz		idem	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Joaquim Marcellino de Oliveira		Matto-dentro.	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Salvador Francisco Monteiro		Rio-Pequeno	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D. Francisca Emanuela dos Reis		Rio dos Meros	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Francisco dos Santos		Corisco	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Jeronymo Moreira Neves		Souza	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Luiz Garcez de Moraes		Matto-dentro	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Luiz José de Carvalho e Souza		Bananal-Velho	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Matheus Muniz Pimentel		Matto-dentro	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel Ferreira Soares		Quebrado	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel Ignacio de Araujo		Rio Pequeno	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel José Moreira		Corisco	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Pedro Jordão da Silva Vargas			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D. Maria Thereza Bittencourt		Rio Pequeno	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Tiburcio Manoel Rodrigues		Caboclo	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
D. Theodora Maria Cruz		Corisco	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel Rodrigues da Silva Mello		Cantagallo	1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATY – MERIM - FAZENDEIROS DE CAFÉ				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José de Moura			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Frederico York			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Feliciano José de Santa Anna			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Francisco Antonio de Moura			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Floriano Gomes da Silva			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Feliciano José de Santa Anna			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Dr. José Cardoso de Menezes			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
João Floriano de Abreu			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Faustino José de Barros			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
Torquato Vieira Lopes			1858	Almanak Laemmert, Pág. 166 a 170
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICÍPIO DE PARATY – 1859				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Angelo Maria Coupé	Familiares: Paulina Pieracine Coupê, Alzira Pereira Lima filha de Miguel e Carlota Lima	Corisco	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Xavier Pacheco		Rio dos Meros	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio José da Costa Leal		Páo Grande	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Jorge de Azevedo		Taquary	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96

ANEXO 04 – Pág. 5

Domingos Cardoso Borba		Bananal-Vel.	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Fernando José de Sampaio		Matto-dent.	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Genelicio Antonio de Barros		Bananal	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Pereira Lopes		Rio-Pequeno	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Mendes de Ussuna		Bananal Velh	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
José Hilario Ferraz		idem	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Joaquim Marcellino de Oliveira		Matto-dentro	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Salvador Francº Monteiro		Rio Pequeno	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Francisca Emanuela dos Reis		Rio dos Meros	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Francisco dos Santos		Corisco	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Jeronymo Moreira Neves		Souza	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Luiz Garcez de Moraes		Matto-dentro	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Luiz José de Carvalho e Souza		Bananal-Velho	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Matheus Muniz Pimentel		Matto-dentro	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Ferreira Soares		Quebrado	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Ignacio d'Araujo		Rio Pequeno	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel José Moreira		Corisco	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Pedro Jordão da Silva Vargas			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Maria Thereza Bittencourt		Rio Pequeno	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Tiburcio Manoel Rodrigues		Caboclo	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Theodora Maria Cruz		Corisco	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Rodrigues da Silva Mello		Cantagallo	1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATY - MIRIM - FAZENDEIROS DE CAFÉ				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio José Vianna			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Xavier de Souza			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Antonio Lopes de Araújo			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Capitão Antonio José de Moura			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Antonio de Moura			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Dias Villela			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Marques dos Santos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Francisco Ribeiro Francisco Ribeiro			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Feliciano José de Santa Anna			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Floriano Gomes da Silva			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Frederico York			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Ignacio Lopes de Araujo			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Gomes da Silva			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Floriano de Abreu			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Barbosa dos Santos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
João Zeferino de Vasconcellos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Joaquim José Vianna			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
José Antonio Albino			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
José Baptista Pimenta			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Antonio Porto			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Francisco de Magalhães			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Manoel Ignacio de Araujo			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Major Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Maria Alexandrina			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96

ANEXO 04 – Pág. 6

D. Maria Antonia de Souza			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
D. Romana Monteiro dos Santos			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Salvador Marques da Silva			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Simpliciano José Mendes			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Thomé Alves da Silva			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
Torquato Vieira Lopes			1859	Almanak Laemmert, Pág. 91 a 96
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICIPIO DE PARATY – 1860				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Angelo Maria Coupé	Benedicto Dubsk Coupê, Benedicto Telmo Coupê (1925-1996) casado com Aparecida da Silva Coupê, Benedicta Evaristo Coupê Coelho, Silas Coupê e Nice Coupê de Morais.	Corisco	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Xavier Pacheco		Rio dos Meros	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio José da Costa		Páo-Grande	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Jorge de Azevedo		Taquary	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Domingos Cardoso Borba		Bananal-Velho	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Fernando José de Sampaio		Matto-dentro	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Genelicio Antonio de Barros		Bananal	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Pereira Lopes		Rio-Pequeno	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim Marcellino de Oliveira		Matto-dentro	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Salvador Francisco Monteiro		Rio-Pequeno	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Francisca Emanuela dos Reis		Rio dos Meros	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Francisco dos Santos		Corisco	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Jeronymo Moreira Neves		Souza	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Luiz Garcez de Moraes		Matto-dentro	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Luiz José de Carvalho e Souza		Bananal Velho	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Matheus Muniz Pimentel		Matto-dentro	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Ferreira Soares		Quebrado	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Ignacio de Araujo		Rio-Pequeno	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel José Moreira		Corisco	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Pedro Jordão da Silva Vargas			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Maria Theresa Bittencourt		Rio Pequeno	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Tiburcio Manoel Rodrigues		Caboclo	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Theodora Maria Cruz		Corisco	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Rodrigues da Silva Mello		Cantagallo	1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATY - MIRIM - FAZENDEIROS DE CAFÉ				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio José Vianna			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Xavier de Souza			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Antonio Lopes de Araujo			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Capitão Antonio José de Moura			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Antonio de Moura			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Dias Villela			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Marques dos Santos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Francisco Ribeiro			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Feliciano José de Santa Anna			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Floriano Gomes da Silva			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Frederico York			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Ignacio Lopes de Araujo			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133

ANEXO 04 – Pág. 7

João Gomes da Silva			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Floriano de Abreu			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Barbosa dos Santos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
João Zeferino de Vasconcellos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Joaquim José Vianna			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Antonio Albino			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
José Baptista Pimenta			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Antonio Porto			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Francisco de Magalhães			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Manoel Ignacio de Araujo			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Major Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Maria Alexandrina			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Maria Antonia de Souza			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
D. Romana Monteiro dos Santos			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Salvador Marques da Silva			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Simpliciano José Mendes			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Thomé Alves da Silva			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
Torquato Vieira Lopes			1860	Almanak Laemmert, Pág. 130 a 133
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICÍPIO DE PARATY – 1865				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis			1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
Antonio José da Costa Leal	Páo-Grande		1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
D.Francisca Ignacia de Alvarenga	Rio dos Meros		1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
Domingos Cardoso Borba	Bananal Velho		1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
Francisca Emannuela dos Reis	Rio dos Meros		1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
D. Francisca Senhorinha de Oliveira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
Gil Moreira Neves	Souza		1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
João Pereira Lopes	Rio Pequeno		1865	Almanak Laemmert, Pág. 124
José Jordão da Silva Vargas Junior			1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Dr. José Joaquim Guimarães	Idáiatiba		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Luiz de Barros de Abreu	Bananal		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Luiz Garcez de Moraes	Matto-dentro		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Luiz José de Carvalho e Souza	Bananal Velho		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Manoel Carvalho de Alvarenga			1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Manoel Ignacio de Araujo	Rio Pequeno		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
D. Maria Thereza Bittencourt	Rio Pequeno		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Pedro Jordão da Silva Vargas			1865	Almanak Laemmert Pág. 124
Salvador Francisco Monteiro	Rio Pequeno		1865	Almanak Laemmert Pág. 124
FREGUEZIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY - MIRIM - FAZENDEIROS DE CAFÉ				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José das Neves			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Antonio José Vianna			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Antonio Xavier de Souza			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Antonio Lopes de Araujo			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Francisco Antonio de Moura			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Francisco Dias Villela			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Francisco José Pires			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125

ANEXO 04 – Pág. 8

Francisco Marques dos Santos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Francisco Ribeiro			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Feliciano José de Santa Anna			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Filhos de Moura			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Ignacio Lopes de Araujo			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Gomes da Silva			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Floriano de Abreu			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Barboza dos Santos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
João Zeferino de Vasconcellos			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Joaquim da Costa Feijó			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Joaquim José Vianna			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Joaquim José de Oliveira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
José Antonio Albino			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
José Baptista Pimenta			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Manoel Antonio Porto			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Major Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Manoel João Moreira			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
D. Maria Alexandrina			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
D. Maria Antonia de Souza			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Paulo Gomes da Silva			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Salvador Maques da Silva			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
Torquato Vieira Lopes			1865	Almanak Laemmert, Pág. 125
FAZENDEIROS DE CAFÉ – MUNICIPIO DE PARATY 1867				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim da Cruz Seven-Avlis			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Antonio José da Costa Leal		Páo Grande	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
D.Francisca Ignacia de Alvarenga		Rio dos Meros	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Domingos Cardoso Borba		Bananal-Velho	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
D. Francª Emanuella dos Reis		Rio dos Meros	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
D.Francisca Senhorinha de Oliveira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Francisco Modesto de Almeida			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Francisco Vieira da Silva			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Gil Moreira Neves		Souza	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
João Pereira Lopes		Rio-Pequeno	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
João Rodrigues de Avellar		Taquary	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
José Jordão da Silva Vargas Junior			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Dr. José Joaquim Guimarães		Indaiatiba	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Luiz de Barros Abreu		Bananal	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Luiz Garcez de Moraes		Matto-dentro	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Luiz José de Carvalho e Souza		Bananal-Velho	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Manoel Carvalho de Alvarenga			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Manoel Ignacio de Araujo		Rio Pequeno	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
D. Maria Theresa Bittencourt		Rio Pequeno	1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Pedro Jordão da Silva Vargas			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Salvador Francisco Monteiro			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATY – MIRIM - FAZENDEIROS DE CAFÉ				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José das Neves			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87

ANEXO 04 – Pág. 9

Antonio José Vianna			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Antonio Xavier de Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Antonio Lopes de Araujo			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Francisco Dias Villela			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Francisco José Pires			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Francisco Marques dos Santos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Francisco Ribeiro			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Herdeiros de Feliciano José de Sant'Anna			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Ignacio Lopes de Araujo			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
João Gomes da Silva			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
João Floriano de Abreu			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
João Zeferino de Vasconcellos			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Joaquim da Costa Feijó			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Joaquim José Vianna			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Joaquim José de Oliveira			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
José Antonio Albino			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Alferes José Antonio de Moura			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
José Baptista Pimenta			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
José Peres de Gusmão			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Manoel Antonio Porto			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Major Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
D. Maria Alexandrina			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
D.Maria Antonia de Souza			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Paulo Gomes da Silva			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Torquato Vieira Lopes			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
Viuva de Salvador Marques da Silva			1867	Almanak Laemmert, Pág. 84 e 87
LAVRADOURES DE CAFÉ - MUNICIPIO DE PARATY – 1869				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio Joaquim da Cunha Seven-Avlis			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Antonio Alves Vieira			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Domingos Cardoso Borba		Bananal-Velho	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
D.Francisca Senhorinha de Oliveira			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Francisco Modesto de Almeida			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Francisco Vieira da Silva			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
João Pereira Lopes		Rio Pequeno	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
João Rodrigues de Avellar		Taquary	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
José Jordão da Silva Vargas Junior			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Jeronymo da Costa Pombo	Na Festa de N. S. do Rosário em 1875 foi Juiz preto – Epaminondas escravo de Geronymo da Costa Pombo.		1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Dr. José Joaquim Guimarães		Indaiatiba	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Luiz de Barros de Abreu		Bananal	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Luiz Garcez de Moraes		Matto-dentro	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Luiz José de Carvalho e Souza		Bananal Velho	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Manoel Carvalho de Alvarenga			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Manoel Ignacio de Araujo		Rio Pequeno	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Pedro Jordão da Silva Vargas			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Salvador Francisco Monteiro		Rio Pequeno	1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174

ANEXO 04 – Pág. 10

FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PARATY - MIRIM - FAZENDEIROS DE CAFÉ				
NOME	**OBSERVAÇÕES**	**LOCALIDADE**	**ANO**	**FONTE**
Antonio José das Neves			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Antonio Xavier de Souza			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Antonio Lopes de Araujo			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Francisco Dias Villela			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Francisco José Pires			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Francisco Marques dos Santos			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Francisco Ribeiro			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Herdeiros de Feliciano José de Sant'Anna			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Ignacio Lopes de Souza			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
João Gomes da Silva			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
João Floriano de Abreu			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
João Zeferino de Vasconcellos			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Joaquim da Costa Feijó			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Joaquim José Vianna			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Joaquim José de Oliveira			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
José Antonio Albino			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Alferes José Antonio de Moura			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
José Baptista Pimenta			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
José Peres de Gusmão			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Manoel Antonio Porto			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Major Manoel Moreira de Oliveira Lopes			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
D. Maria Alexandrina			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
D.Maria Antonia de Souza			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Paulo Gomes da Silva			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Torquato Vieira Lopes			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174
Viúva de Salvador Marques da Silva			1869	Almanak Laemmert Pág. 172 a 174

ANEXO 05 – Pág. 1

Livro de Entrada de Irmãos - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Cidade de Paraty - 1892 a 1957

ANO	DATA	NOME	PÁGINA
1892	10/04/1892	Elvira Azevedo Pinto da Silva	p.1
1892	10/04/1892	Francisca Maria Barbosa	p.1
1892	10/04/1892	Manoel Otavio Pereira Souza	p.1
1892	10/04/1892	Theophilo O. Pereira e Souza	p. 1
1892	10/04/1892	Fausto Ismael P. e Souza	p. 1
1892	10/04/1892	Manoel José Soares	p. 1
1892	10/04/1892	Francis^{co} Xavier Ayres da Gama	p. 1
1892	10/04/1892	Antonio Justino Ferreira	p. 1
1892	10/04/1892	José Alves da Rocha Barreto	p. 1
1892	10/04/1892	Joaq.^{m} Augusto Teixeira Nunes	p. 1
1892	10/04/1892	João Silvano Peixoto de Castro	p. 1
1892	10/04/1892	Henrique Gonçalves de Sz^{a} Lima	p. 1
1892	10/04/1892	Vidal dos Santos	p. 1
1892	10/04/1892	João José Mendes	p. 1
1892	10/04/1892	Francisco Antonio Araujo	p. 1
1892	10/04/1892	Manoel Tavares de Almeida	p. 1
1892	10/04/1892	Justino Ant^{o} de Figueiredo	p. 1
1892	10/04/1892	Antonio da Silva Maia Torres	p. 1
1892	10/04/1892	Manoel Benedito Roiz de Carvalho	p. 1
1892	10/04/1892	João José do Prado	p. 1
1892	10/04/1892	Barnabé da Costa e Silva	p. 1
1892	10/04/1892	Tertuliano Carlos Barros Miranda	p. 1
1892	10/04/1892	Luiz Per^{a} de Jesus	p. 1
1892	10/04/1892	Jorge Franc^{o} de Souza	p. 1
1892	10/04/1892	Carlos Gama	p. 1
1892	10/04/1892	Victor José de Castro	p. 1
1892	10/04/1892	Luciano Lanzana	p. 1
1892	10/04/1892	Gustavo Benedito de Oliv^{a}	p. 1
1892	10/04/1892	Clemente Cavalcanti de Oliveira	p. 1
1892	10/04/1892	B.^{el} José F. de Paula e S^{a}	p. 1
1892	10/04/1892	Acacio Alves (ilegível)	p 1
1892	10/04/1892	Jozé Candido Barros de Miranda	p. 1
1892	10/04/1892	Nesthor Nabuco Aurelio da Silva	p. 1
1892	10/04/1892	Roque Anacleto da Rocha	p. 1
1892	10/04/1892	Mario Arlindo dos S.^{tos} Dias	p. 1
1892	10/04/1892	Benedicto Anselmo da S^{a}	p. 1
1892	10/04/1892	José Chaves Oliveira	p. 1
1892	10/04/1892	Americo de Almd^{a} Campos	p. 1
1892	10/04/1892	Caetano José Ferreira	p. 1
1893	30/03/1893	Clemente Carlos de Oliveira	p. 2
1893	30/03/1893	Manoel Fernandes de Moura	p. 2
1893	30/03/1893	José Tertuliano de Oliveira	p. 2
1893	30/03/1893	Aurelino José de Oliveira	p. 2
1893	30/03/1893	Evencio Campos do Amaral	p. 2

ANEXO 05 – Pág. 2

1893	30/03/1893	José Augusto Borges do Rosário	p. 2
1893	30/03/1893	João Luiz do Rozario Junior	p. 2
1893	30/03/1893	Manoel Luiz de Souza	p. 2
1893	30/03/1893	João Carlos Rodarte	p. 2
1893	30/03/1893	João Martins de Araujo	p. 2
1892	10/04/1892	Elvira Azevedo Pinto da Silva	p.1
1892	10/04/1892	Francisca Maria Barbosa	p.1
1892	10/04/1892	Manoel Otavio Pereira Souza	p.1
1892	10/04/1892	Theophilo O. Pereira e Souza	p.1
1892	10/04/1892	Fausto Ismael P. e Souza	p. 1
1892	10/04/1892	Manoel José Soares	p. 1
1892	10/04/1892	Francis^{co} Xavier Ayres da Gama	p. 1
1892	10/04/1892	Antonio Justino Ferreira	p. 1
1892	10/04/1892	José Alves da Rocha Barreto	p. 1
1892	10/04/1892	Joaq.^{m} Augusto Teixeira Nunes	p. 1
1892	10/04/1892	João Silvano Peixoto de Castro	p. 1
1892	10/04/1892	Henrique Gonçalves de Sz^{a} Lima	p. 1
1892	10/04/1892	Vidal dos Santos	p. 1
1892	10/04/1892	João José Mendes	p. 1
1892	10/04/1892	Francisco Antonio Araujo	p. 1
1892	10/04/1892	Manoel Tavares de Almeida	p. 1
1892	10/04/1892	Justino Ant^{o} de Figueiredo	p. 1v
1892	10/04/1892	Antonio da Silva Maia Torres	p. 1v
1892	10/04/1892	Manoel Benedito Roiz de Carvalho	p. 1v
1892	10/04/1892	João José do Prado	p. 1v
1892	10/04/1892	Barnabé da Costa e Silva	p. 1v
1892	10/04/1892	Tertuliano Carlos Barros Miranda	p. 1v
1892	10/04/1892	Luiz Per^{a} de Jesus	p. 1v
1892	10/04/1892	Jorge Franc^{o} de Souza	p. 1v
1892	10/04/1892	Carlos Gama	p. 1v
1892	10/04/1892	Victor José de Castro	p. 1v
1892	10/04/1892	Luciano Lanzana	p. 1v
1892	10/04/1892	Gustavo Benedito de Oliv^{a}	p. 1v
1892	10/04/1892	Clemente Cavalcanti de Oliveira	p. 1v
1892	10/04/1892	B.^{el} José F. de Paula e S^{a}	p. 1v
1892	10/04/1892	Acacio Alves (ilegível)	p. 1v
1892	10/04/1892	Jozé Candido Barros de Miranda	p. 1v
1892	10/04/1892	Nesthor Nabuco Aurelio da Silva	p. 1v
1892	10/04/1892	Roque Anacleto da Rocha	p. 1v
1892	10/04/1892	Mario Arlindo dos S.^{tos} Dias	p. 1v
1892	10/04/1892	Benedicto Anselmo da S^{a}	p. 1v
1892	10/04/1892	José Chaves Oliveira	p. 1v
1892	10/04/1892	Americo de Almd.^{a} Campos	p. 1v
1892	10/04/1892	Caetano José Ferreira	p. 1v
1892	10/04/1892	Luiz Mel. De Almd^{a} Miguez	p. 1v
1893	31/03/1893	Clemente Carlos de Oliveira	p. 2
1893	30/03/1893	Manoel Fernandes de Moura	p. 2
1893	30/03/1893	José Tertuliano de Oliveira	p. 2
1893	30/03/1893	Aurelino José de Oliveira	p. 2
1893	30/03/1893	Evencio Campos do Amaral	p. 2

ANEXO 05 – Pág. 3

Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Paraty, 1892 a 1957

1893	30/03/1893	José Augusto Borges do Rosário	p. 2
1893	30/03/1893	João Luiz do Rozario Junior	p. 2
1893	30/03/1893	Manoel Luiz de Souza	p. 2
1893	30/03/1893	João Carlos Rodarte	p. 2
1893	30/03/1893	João Martins de Araujo	p. 2
1893	30/03/1893	Antonio dos Santos Guimarães Junior	p. 2
1893	30/03/1893	Manoel Prª de Moraes Pinto	p. 2
1893	30/03/1893	Pedro Antonio Verissimo	p. 2
1893	30/03/1893	José Perfeito Pimenta	p. 2
1893	30/03/1893	Galindo Pires da Silva	p. 2
1893	30/03/1893	Vital Lopes de Souza	p. 2
1893	30/03/1893	Virgilio Alves da Cruz	p. 2
1893	30/03/1893	Anacleto José de Bulhões	p. 2
1893	30/03/1893	Joaquim Garcia	p. 3
1893	30/03/1893	Oscar Martins de Almeida	p. 3
1893	30/03/1893	José Lopes Verissimo da Nobriga	p. 3
1893	30/03/1893	José Theophilo da Costa Moreira	p. 3
1893	30/03/1893	Euclides Escobar Campos	p. 3
1893	30/03/1893	José Correia da Silva	p. 3
1893	30/03/1893	Laurindo José de Araujo	p. 3
1893	30/03/1893	Valentim Lopes de Oliveira	p. 3
1893	30/03/1893	José Francisco Poliphemo	p. 3
1893	30/03/1893	Domingos José Vieira	p. 3
1893	30/03/1893	José Ignacio da Sª	p. 3
1893	30/03/1893	Marçal Campos de Olivrª	p. 3
1893	30/03/1893	José Alberto da Silva	p. 3
1893	30/03/1893	Francisco de Barros M.ª	p. 3
1893	30/03/1893	Sebastião José Gama	p. 3
1893	30/03/1893	Pedro Peres dos Santos	p. 3
1893	20/12/1903	Gabriel Gomes Calixto	p. 4
1903	02/02/1905	Manoel Walfrido da Silva	p. 5
1905	30/03/1905	João Apollonio dos Santos Pádua	p. 6
1905	30/03/1905	Manoel Joaq.m de Souza Oliv.ra	p. 6
1905	30/03/1905	Manoel Joze Siqueira	p. 6
1905	30/03/1905	João Carlos de Mello e Souza	p. 6
1905	30/03/1905	João Antonio Baptista	p. 6
1905	30/03/1905	João Xisto	p. 6
1905	30/03/1905	Francisco Alvarenga Silva	p. 6v
1905	30/03/1905	Olegario Alves da Sª	p. 6v
1905	30/03/1905	Eustaquio Alves da Silva	p. 6v
1910	24/03/1910	João da Costa (ilegível) de Alvarenga	p. 7
1910	24/03/1910	José Fernandes Passos	p. 7
1910	29/03/1910	Henrique Carlos da Silva Sacramento	p. 7
1910	29/03/1910	Antonio Siqueira da Silva	p. 7
1910	29/03/1910	Antonio José dos Santos	p. 7
1910	29/03/1910	Flósculo de Olivª Netto	p. 7
1910	29/03/1910	Juvencio de Olivª Netto	p. 7
1910	29/03/1910	Heleodoro Hygino da Costa	p. 7

ANEXO 05 – Pág. 4

1910	29/03/1910	Antum Gibrail Aluata	p. 7
1910	29/03/1910	Manoel Gonçalves do Nasc.to	p. 7
1910	29/03/1910	Pedro Judice	p. 7
1910	29/03/1910	Roque Epiph.º Olivª	p. 7
1910	29/03/1910	Oscar Pinto da Silva	p. 7
1910	29/03/1910	Hilario Pereira da Silva	p. 7
1910	29/03/1910	João de Souza Madureira	p. 7
1910	29/03/1910	Arthur Epiphanio de Oliveira	p. 7
1910	29/03/1910	Pedro Salomão	p. 7
1910	24/03/1910	Miguel Gomes Alvarenga	p. 7
1910	29/03/1910	Manoel Antonio de Barros	p. 7v
1910	29/03/1910	Eustáquio Alberto da Silva	p. 7v
1910	29/03/1910	Francisco Alves da Silva	p. 7v
1910	29/03/1910	José Perfeito Pimenta	p. 7v
1910	29/03/1910	Olegário Alves da Silva	p. 7v
1910	29/03/1910	Martinho José Pinto	p. 7v
1910	29/03/1910	Jorge Lopes de Castro	p. 7v
1910	29/03/1910	Benedicto Francisco do Nascimento	p. 7v
1911	16/04/1911	Rozeno Pereira de Moraes	p. 8
1911	16/04/1911	Waldemar Mathias	p. 8
1911	16/04/1911	Joaquim Mariano de Almeida Cruz	p. 8
1921	05/06/1921	Ernesto Pereira dos Reis	p. 9
1921	05/06/1921	Sylla de Ururary Macedo	p. 9
1921	05/06/1921	Benedicto Jordão dos Santos	p. 9
1921	05/06/1921	Edmundo S. Ferreira de Moura	p. 9
1921	05/06/1921	João Souza Magalhães	p. 9
1921	05/06/1921	João Souza Magalhães	p. 9
1921	05/06/1921	Carlos Dias da Gama	p. 9
1921	05/06/1921	Deocleciano de Paula Campos	p. 9
1921	05/06/1921	Benedicto Pereira da Cruz	p. 9
1921	05/06/1921	Benedito Gama	p. 9
1921	05/06/1921	Joaquim Manoel dos Santos	p. 9
1921	05/06/1921	Julio Peres dos Santos	p. 9
1921	05/06/1921	João Andrade	p. 9
1921	05/06/1921	Francisco Vieira	p. 9
1921	05/06/1921	José Emigdio de Andrade	p. 9
1921	05/06/1921	José Dias França	p. 9
1921	05/06/1921	João Corrêa de Alvarenga	p. 9
1921	05/06/1921	Benedicto M.el da Paschoa	p. 9
1921	05/06/1921	José Francisco dos Santos Dias	p. 9
1921	05/06/1921	José Conti	p. 9v
1921	05/06/1921	Antonio Dias França	p. 9v
1921	05/06/1921	Salomão Saliba	p. 9v
1921	05/06/1921	Benedicto Izaias Gonçalves Cruz	p. 9v
1921	05/06/1921	Antonio Carlos de Souza Peixoto	p. 9v
1921	05/06/1921	Samuel Nestor Madruga Costa	p. 9v
1921	05/06/1921	Octavio Gama	p. 9v

ANEXO 05 – Pág. 5

1921	05/06/1921	Benedicto Camillo da Costa	p. 9v
1921	05/06/1921	José Coelho dos S.tos Silva	p. 9v
1921	05/06/1921	Henrique Pereira dos Reis	p. 9v
1921	05/06/1921	Benedicto Carlos dos Santos	p. 9v
1921	05/06/1921	João da Silva Miranda	p. 9v
1921	05/06/1921	Francisco Cezar da Gama	p. 9v
1921	05/06/1921	Antonio Martins Torres	p. 9v
1921	05/06/1921	Nestor Torres de Oliveira	p. 9v
1921	05/06/1921	Sylvio de Chaves Mello	p. 9v
1921	05/06/1921	Vicente Villela Bastos	p. 9v
1921	05/06/1921	Abdias Coelho da Silva	p. 9v
1921	05/06/1921	José Bonifácio da Silva	p. 9v
1921	05/06/1921	Manoel Geronymo de Oliveira	p. 9v
1921	05/06/1921	Antonio de Mello	p. 9v
1921	05/06/1921	Pedro Feliciano Corrêa	p. 9v
1921	05/06/1921	Pedro Manoel de Souza	p. 9v
1921	05/06/1921	José Antonio da Rosa	p. 9v
1921	02/10/1921	José Albino Moreira	p. 10
1921	02/10/1921	Benedicto de Almeida Cruz	p. 10
1921	02/10/1921	José Torres Bastos	p. 10
1921	02/10/1921	Benedicto Alves da Costa	p. 10
1921	02/10/1921	Jonathas Miranda de Castro	p. 10
1921	02/10/1921	Tiburcio de Alcantara Ramiro	p. 10
1922	13/04/1922	Benedicto M. de Carvalho	p. 11
1922	13/04/1922	Francisco Martins dos Santos	p. 11
1922	13/04/1922	Paulino Teixeira	p. 11
1922	13/04/1922	João Gomes Duarte Coelho	p. 11
1922	15/06/1922	José Joaquim Rodrigues da Silva Pinto	p. 12
1922	15/06/1922	Francisco Antonio Ignacio de Vargas	p. 12
1922	15/06/1922	Ubaldino Guilherme de Miranda	p. 12
	Sem data	Manoel Ayres de Souza Ramos	p. 13
	Sem data	João Santos Rosa	p. 13
1923	30/03/1923	Miguel José de Freitas	p. 14
1923	30/03/1923	Manoel Virgino Cananéa	p. 14
1923	30/03/1923	Pedro Erasmo de A. Corrêa	p. 14
1923	30/03/1923	Honorio Fidelix da Lapa	p. 14
1923	30/03/1923	Benedito Alves Cananéa	p. 14
1925	30/03/1923	Vilto Januario de Castro	p. 15
1925	30/03/1923	Francisco Leandro Costa	p. 15
1925	11/04/1925	Fernando Manoel Caetano	p. 15
1925	11/04/1925	João Gibrail	p. 15
1928	11/04/1925	José Rufino de Almeida	p. 16
1928	11/04/1925	Manoel de Jesus Torres	p. 16
1928	22/10/1928	João Costa da Silva	p. 16
1928	22/10/1928	Protasio Dias França	p. 16
1928	22/10/1928	José Carlos Porto	p. 16
1928	22/10/1928	Pedro Izidro da Silva	p. 16
1928	22/10/1928	Silvino Ferreira Soares	p. 16
1928	22/10/1928	José Carramanhos Lapa	p. 16

ANEXO 05 – Pág. 6

1934	03/06/1934	Gabriel dos Santos Calixto	p. 17
1935	18/04/1935	Antonio Francisco da Silva	p. 17
1934	03/06/1934	João Possidonio dos Santos	p. 17
1940	25/08/1940	Amando Magalhães	p. 18
1940	25/08/1940	Cleantho Maranhão	p. 18
1940	25/08/1940	Hugo de Magalhães Miranda	p. 18
1940	25/08/1940	Durval Coupê Moreira	p. 18
1940	25/08/1940	Theophilo Rameck	p. 18
1940	25/08/1940	Pedro Stanisce	p. 18
1940	25/08/1940	Francisco Judice	p. 18
1940	25/08/1940	Gabriel Nubile	p. 18
1940	25/08/1940	Roque do Nascimento	p. 18
1946	20/10/1946	José do Espírito Santo Calixto	p. 19
1946	20/10/1946	Antonio Nubele França	p. 19
1946	20/10/1946	Benedito Nubile França	p. 19
1946	20/10/1946	José França Nubile	p. 19
1946	20/10/1946	Geraldo Cruz Silva	p. 19
1946	20/10/1946	José Olympio do Amaral Vianna	p. 19
1946	20/10/1946	Benedito G. Miranda	p. 19
1946	20/10/1946	João Alfredo da Silva	p. 19
1946	20/10/1946	Izidro Soares	p. 19
1946	20/10/1946	Benedito Rosa de Oliveira	p. 19
1946	20/10/1946	Geraldo Pereira da Anunciação	p. 19
1946	20/10/1946	Pedro José de Moraes	p. 19
1946	20/10/1946	José Soares de Paula Grefe	p. 19
1946	20/10/1946	Heitor Lopes de Araujo	p. 19v
1946	20/10/1946	Clementino Malvão	p. 19v
1946	20/10/1946	Antonio Theodoro Borges	p. 19v
1946	20/10/1946	Sothero Silva	p. 19v
1946	20/10/1946	Venceslau Marques	p. 19v
1946	20/10/1946	Luiz Pereira Dutra	p. 19v
1946	20/10/1946	Joaquim Augusto	p. 19v
1946	20/10/1946	José Deoclécio Carneiro	p. 19v
1946	20/10/1946	Manoel Benedito dos Santos	p. 19v
1946	20/10/1946	Secundino de Alvarenga Corrêa	p. 19v
1952	12/04/1952	Benedito Fernandes Vieira Filho	p. 20
1952	12/04/1952	Nelio Torres Monteiro	p. 20
1953	27/03/1953	Domingos Cezarino dos Santos	p. 20
1953	27/03/1953	Benedito Malvão	p. 20
1953	04/04/1953	João Francisco Rosa	p. 20
1957	04/04/1957	João de Oliveira Netto	p. 20

Fonte: Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paraty, 1892 a 1857

ANEXO 06 – Pág. 1

Peças do Acervo da Matriz segundo levantamento de Monsenhor Pizarro em 1794

PARATY

Pratas:

2. Píxides de prta doiradas, pertencentes á Irmandade do SSmo.
1. Relicario novo
1. Chave doirada do Sacrário
1. Concha p/ o uso dos Batismos.
1. Chave do Batisterio, ou do Armario dos Santos Oleos.
1. Caixa com 2 Ambulas dos Santos Oleos, e 1 Ambula [illegible] caixa de folha pintada.
1. Par de galhetas com o seu prato.
2. Cálices, com os seus pertences doirados.

As Imagens, são pertencentes ás Irmandades, por cada um dos Altares.

Móveis:

1. Planeta de damasco branco com seus pertences.
1. Dita de damasco encarnado, com os seus pertences.
1. Dita de damasco roxo com os seus pertences
1. Dita de cetim branco, com os seus pertences.
1. Dita de xamalote encarnado com os seus pertences.
1. Dita " " roxo " " "
1. Dita " verde " " "
2. Ditas de damasco branco com galão d'oiro, e seus pertences.
2. D'almaticas de xamalote branco e encarnado
1. Capa d'Asperges branca e encarnada
1. Véo d'ombros de damasco branco.
1. Estola de seda d'oiro branca.
1. Dita " " roxa
1. Dita " veludo preto com franjas d'oiro.

ANEXO 06 – Pág. 2

5. Alitos de bertanha
5. Cingulos de algodão
7. Corporais com suas guardas rendadas
6. Pálas brancas
6. Purificadores de linho
3. Manustergios rendados, e 3 lisos.
5. Toalhas de bertanha do Altar, rendadas
3. Ditas de linho p/ a Comunhão
2. Ditas de bertanha rendadas, das grades
2. Ditas de linho, lisas do Altar
2. Ditas do Lavatório
5. Missais
2. Pedras d'Ara
1. Cruz de Procissão prateada, e 2 pretas pequenas
2. Pares de galhetas de vidro
1. Terno d'Ambulas para os Santos Oleos, de estanho
4. Campainhas pequenas
1. Espelho grande na Sacristia
1. Constituição
1. Cerimonial
3. Confecionários grandes
2. Credencias de caubiúna
1. Bofete grande na Sacristia
1. Cadeira grande paroquial
6. Bancos rasos de madeira
1. Escabélo de moscovia
2. Ferros de fazer Óstias
2. Ditos de cortar partículas
2. Caldeirinhas de cobre para aguardente
1. Pia Batismal de pedra Mármore
1. Sino meão
1. Dito pequeno

1. Terno de Sacras com seus vidros

As peças de prata, e tudo o mais que se divisa nesta Freguesia digo, Igreja, é pertencente ás Irmandades, principalmente a do Santíssimo e Nossa Senhora dos Remedios.

ANEXO 06 – Pág. 3

INVENTÁRIO DAS ALFAIAS E MAIS OBJECTOS PERTENCENTES A IRMANDADE DE S.S. SACRAMENTO, DESTA CIDADE, QUE O ACTUAL THESOUREIRO IRMÃO JOÃO DA SILVA MIRANDA, FAZ ENTREGA AO NOVO THESOUREIRO BENEDICTO MANOEL DE PASCHOA IRMÃO ELEITO, A SABER:

1	Porta expevitador de prata
1	Expevitador de prata, dourado pelo Padre Helio Bernardo Pires
2	Serpentinas
2	Eças
1	Lampada de prata
22	Castiçaes prateados, pequenos (19, -3 quebradas)
6	Ditos de prata (grandes) da banqueta
2	Varas de prata do Thesoureiro e Provedor
2	Cereais de prata, 2 lanternas de prata
1	Dita de prata grande – (Cruz)
1	Dita de prata pequena (Guião)
1	Custódia de prata
1	Jarro, 1 bacia e 1 bandeja tudo de prata
1	Estante para missal de prata
1	Caldeirinha, e isopo
1	Salva de pé, de prata
1	Naveta e thuribulo de prata
1	Galheta prateada quebrada
1	Campa toda de prata
3	Parafusos grandes de prata e um resplendor de N.S. da Soledade
6	Varas de prata do palio
2	Castiçaes arruinados metal?
1	Vaso de prata para comunhão
1	Campa de bronze
9	Opas usáveis e uma umbella
3	Palios (2)
6	Apolices da União Numeros – 449, 105 – 449.106 – 449 – 107 – 449 – 108 - 449 – 109 -449 – 110 do valor nominal de 11000$000 cada uma
1	Estante de madeira para missal
2	Frontaes brancos tem 1
1	Panno azul marinho e um preto forrado de encarnado
1	Bahus velhos e uma caixa grande de madeira para cera
12	Varas para tochas; 1 meza grande para lava-pes
11	Parafusos de ferro
1	Parafuso, 1 Valdequino, 1 Missal
8	Forguetas para andores
1	Veronica para andor – 1 Dita pequena
1	Sudario – 3 pannos grandes – Cortina altar
1	Almofada – 1 Véo
2	Matracas – 2 Reposteiros
1	Escada para anjo cantor
1	Estante de madeira
2	Pés de madeira 1 para Cyrio e 1 para 3 moveis
1	Andor de N.S. da Soledade

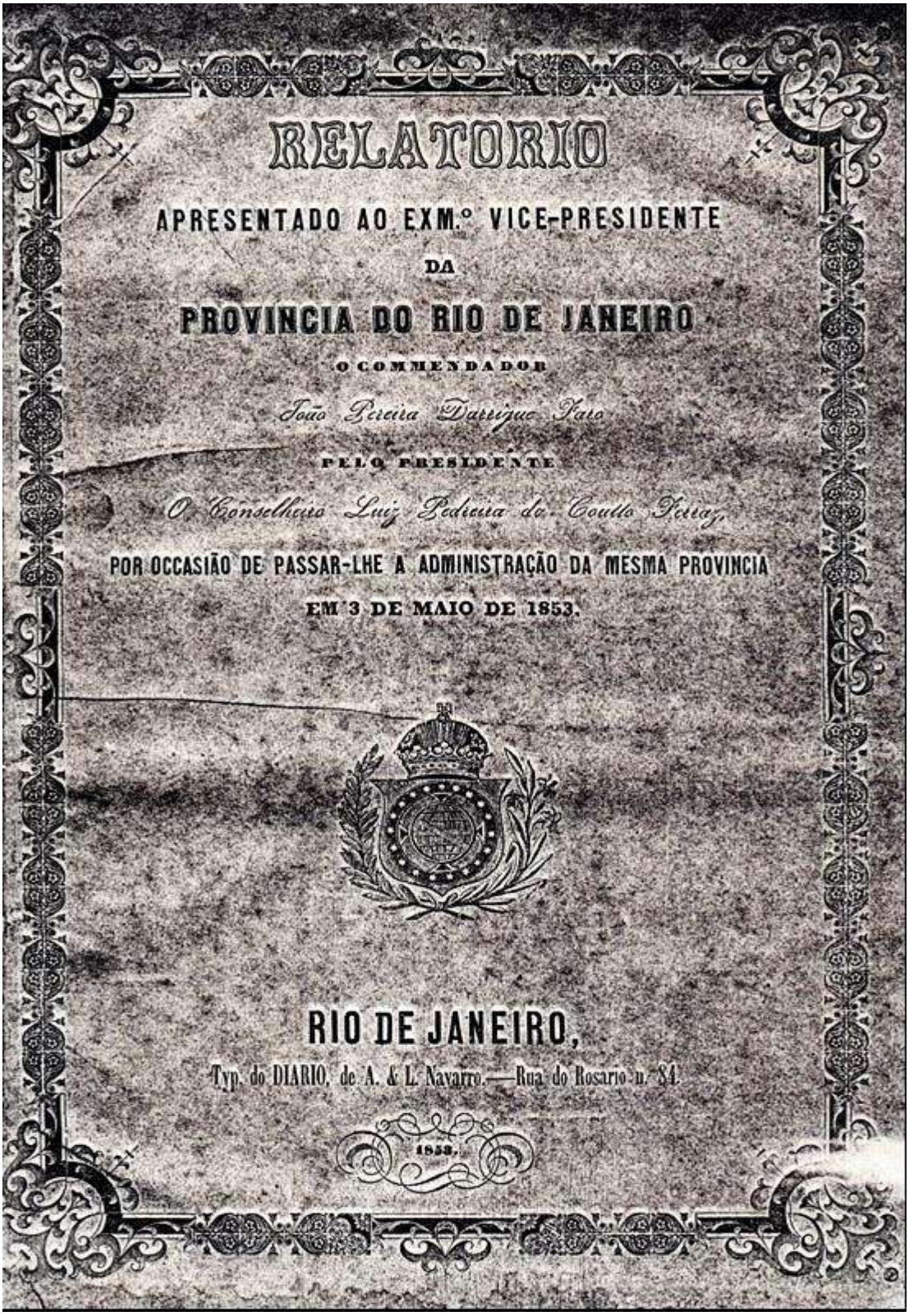
ANEXO 06 – Pág. 4

1	Dito de N.S. dos Passos
1	Armação para púlpito para procissão do encontro
1	Dita para Sepulchro
6	Colchas com galão courado para tribuna
6	Ditas roxa
5	Toalhas de crochet pertencente ao Senhor dos Passos
6	Castiçaes de madeira para Sepulchro
6	Ditos servindo no altar
1	(digo) Piannia
1	Cortina encarnada do altar do Senhor dos Passos
1	Bacia de madeira para lava-pes
Imagens	
Senhor Morto	
Senhor dos Passos	
N.S. de Soledade	
Senhor da Canna Verde	
Senhor do Calvario	
8	Varas do pallio de madeira (Sepulchro)
2	Ditas de pallio de provedor (madeira)
4	Lanternas
4	Insignias
1	Cruzeiro de madeira para o esquife
1	Bolsa do S. S. Sacramento
1	Dita do Senhor dos passos.
Bens Immoveis	
Logar denominado “Mamaguá”	
1	Sorte arrendada a Francisco Lourenço
1	Dita idem a Jorge Ayres
1	Dita idem a José Claudino
Paraty 10 de Junho de 1928	
1	Armário com gavetas
1	Cruz do calvário
1	Cavalete para o palio
1	Frontal roxo

Fonte: Paróquia de N. S. dos Remédios, 1928, DA

ANEXO 07 – Pág. 1

Relatório apresentado ao vice-presidente da Província do Rio de Janeiro - 1853



RELATORIO

APRESENTADO AO EXM.º VICE-PRESIDENTE

DA

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO

O COMMENDADOR

João Pereira Darrigue Faro

PELO PRESIDENTE

O Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz,

POR OCCASIÃO DE PASSAR-LHE A ADMINISTRAÇÃO DA MESMA PROVINCIA

EM 3 DE MAIO DE 1853.

RIO DE JANEIRO,

Typ. do DIARIO, de A. & L. Navarro.—Rua do Rosario n. 84.

1853.

ANEXO 07 – Pág. 2

Já fiz as precisas recommendações ao procurador-fiscal para promover a medição e demarcação do terreno, e convidei o conselheiro João Fernandes Tavares, para juntamente com o engenheiro José Luiz de Azeredo Coutinho, darem o plano para o cemiterio.

As opiniões de pessoas professionaes, a quem tenho ouvido, são concordes em que de todos os pontos da cidade de Nictheroy este é por sem duvida o melhor para aquelle mister. V. Ex. conhece-o bem por tel-o por vezes examinado, e pois, deixarei de fazer a sua descripção e de mencionar as vantagens da escolha.

Acham-se actualmente empregados nas obras publicas desta capital 80 Africanos livres, por terem accrescido ao numero mencionado no ultimo relatorio, os da estrada do Commercio, e os apprehendidos em um ou outro ponto da provincia.

Estes Africanos continuam a ser mui bem tractados, e mostram-se em geral diligentes no serviço. Teem hoje por medico de partido, o Dr. Maximiano Antonio de Azevedo, a quem mandei por isso abonar a gratificação annual de 400$000.

Em consequencia da falta de soldados, para acompanhar e guardar os galés, pouco serviço poderam estes prestar ás obras publicas durante o anno passado.

Passarei agora a informar a V. Ex. acerca das obras de outros pontos da provincia, segundo os districtos a que pertencem.

Fal-o-hei o mais resumidamente que fôr possivel, afim de não tornar mui longo este trabalho, tanto porque já disse o que era sufficiente a respeito da qualidade e vantagens das principaes nos meus relatorios dos annos anteriores, como porque nos dos chefes de districtos V. Ex. encontrará minuciosos esclarecimentos sobre outras.

1.° DISTRICTO.

Proseguem por administração neste districto as obras das seguintes estradas: de Mangaratiba ao Rio Claro: da serra velha de Paraty: da Pedra e do João de Oliveira: de Mambucaba, e mais as da praça do mercado, e ponte de desembarque em Parahy, e o cáes da cidade de Angra dos Reis.

Continuam por arrematação as estradas de Mangaratiba e da Japuhyba.

Na estrada de Mangaratiba ao Rio Claro, dispendeu-se durante o anno passado, a quantia de 2:677$760. Com esta quantia reparou-se toda a porção comprehendida entre aquella primeira villa e a porteira de Lourenço Alves, na extensão de 2,250 braças.

Nas estradas da Pedra e de João de Oliveira, gastou-se a quantia de 7:033$310.

Na segunda fizeram-se diversas obras novas, consistindo as principaes na abertura de 420 braças de cava com a largura de 20 palmos e altura de 15 (termo medio), no calçamento de 160 braças com a largura de 12 palmos, e no aterro de mais de 700 braças; fizeram-se nella tambem differentes concertos nos pontilhões da vargem, nas pontes do Palheiro e da Cachoeira da Fumaça. Deu-se além disto nova direcção a uma parte desta estrada, para evitar um aterrado de 1,002 braças, que todos os annos exigia grandes concertos.

A nova direcção, passando pela encosta de um morro, tem, além de offerecer maior segurança, a vantagem de economisar não pequena quantia que annualmente se dispendia com os reparos de pontes e pontilhões, que havia no atterrado, visto que apenas carece de 2 bueiros.

Na primeira, limitaram-se os serviços ao calçamento de 150 braças de extensão com a largura de 12 palmos; a construcção de um paredão com 120 palmos de comprimento e 12 de altura no termo medio: a diversos concertos para remover os atoleiros formados depois das chuvas, ao descortinamento do mato em todos os pontos em que foi mister, e finalmente, ao alargamento das cavas no espaço de 80 braças.

ANEXO 07 – Pág. 3

Com a estrada de Mambucaba despendeu o cofre provincial a quantia de 4:595$900 rs.

Foi esta despeza empregada no calçamento de 352 braças de extensão com a largura de 12 palmos; n'um atterro de 65 braças, e em diversos reparos na distancia de 2,034 braças.

O chefe do districto continúa a representar pedindo a elevação da consignação marcada para as obras desta estrada, por ser uma das mais interessantes das que vem ter ao litoral do municipio de Angra dos Reis, e porque ainda carece de muitos e importantes trabalhos, para que fiquem eplainados os grandes embaraços que oppõe ao livre transito das tropas.

Convencido da justiça desta representação, e sabendo que as ultimas chuvas tinham arruinado algumas pontes, autorisei ao referido engenheiro para despender mais até á quantia de 2:000$ com os reparos dellas, afim de poder ser applicada a consignação mensal unicamente aos melhoramentos da estrada.

Importaram as despezas da estrada na serra velha de Paraty em 10:126$970.

Foram as obras mais notaveis, a da conclusão da ponte com pegões de alvenaria no rio do Registro; a reconstrução da cortina de um pegão da ponte do rio Bananal o calçamento de 160 braças, e diversos concertos. Não irei a diante sem informar a V. Ex. que esta estrada exige seriamente a attenção do governo. E' o unico canal de prosperidade que tem o municipio de Paraty.

Apezar do muito que a fazenda provincial tem gasto, acha-se ainda longe de poder prestar commoda passagem a tropas e cavalleiros, e todos os annos arruina-se por tal forma em alguns pontos, que causa perigos reaes a quem por ella passa.

No intuito de procurar dar algum remedio a este mal, e attendendo a diversas representações que recebi, quiz tentar a arrematação de todas as obras que fossem para isso necessarias.

Só assim poderia ella em poucos annos ser completamente preparada por meio de concertos mais sólidos e mais vastos, e de obras radicaes, a que só mui lentamente póde ser applicada a actual consignação de 1:000$ rs. por mez; que além disto, tem de ser distrahida com os reparos frequentemente exigidos em quasi toda a sua extensão.

Não pude porém realisar esta idéa, porque, mandando proceder ao orçamento que devia servir de base á arrematação, montou a 432:654$600 rs.

Posteriormente por occasião de ter eu ido á cidade de Paraty, foi-me dirigida uma nova representação instando pela adopção daquelle expediente; taes eram as razões allegadas, e taes as informações que recebi, sobre o máu estado da serra, muito aggravado depois das ultimas chuvas que julguei dever ordenar novos exames, para conhecer se é possivel reduzir o orçamento a que me referi, limitando-o ás obras restrictamente indispensaveis para melhorar o transito publico de uma maneira segura, sem por ora tratar de outras de mero aperfeiçoamento, que gradualmente poder-se-hão fazer.

Está encarregado de taes exames o capitão de engenheiros Francisco Januario dos Passos, que offerecerá o resultado de seus trabalhos á consideração de V. Ex., se os concluir durante a sua vice-presidencia.

Continuam em bom andamento, como tive occasião de observar, as obras para a construcção da praça do Mercado e da ponte de desembarque em Paraty, sendo as suas despezas pagas pelo emprestimo que a lei provincial n. 567 de 6 de outubro do anno passado, mandou fazer á camara municipal respectiva.

Debaixo da direcção da commissão composta dos negociantes Bernardino Antonio Maia e Joaquim José de Moura, proseguiram em setembro do anno passado, as obras ha muitos annos paradas, do cáes da cidade de Angra dos Reis, e em 15 de março ultimo achava-se quasi concluida a rampa denominada—de Santa Luzia.

O arrematante das obras da estrada de Mangaratiba a S. João do Principe, que é na provincia uma das principaes, vai cumprindo fielmente as condições do seu contracto. Durante o anno findo fez, além de outras obras menos importantes, 998 braças de calçada, com a largura de 25 palmos, e com uma

ANEXO 07 – Pág. 4

valleta ao lado da montanha, para desviar as aguas do leito da estrada, encaminhando-as por boeiros convenientemente collocados:

Esta estrada é guarnecida, do lado de fóra, pôr muralhas de pedra secca em todos os pontos em que foi necessario fortalecer o terreno

O arrematante da estrada da Japuhyba, em Angra do Reis, deu principio no mez de setembro ultimo, ás obras a que se obrigou, e até 15 de março, data do relatorio do chefe do districto, havia construido 225 braças de aterrado com a largura de 30 palmos, e melhorado as cavas existentes na extenção de 800 braças.

Occupava-se ultimamente da abertura de um atalho, que approvei e contratei com elle, com o fim de evitar a serra do Caramujo, e já tinha ali feito 230 braças de cavas, com a largura de 20 palmos.

Já se acha prompta na estrada de João de Oliveira, a ponte sobre o rio do Bezerra, contractada por Manoel Joaquim Pereira, pela quantia de 2:400$000.

Informou o chefe do 1.° districto que a obra foi feita com solidez, e que o seu arrematante desempenhou fielmente todas as condições do contracto.

Esta ponte tem 60 palmos de vão, e é sustentada por pegões de alvenaria, sendo de lei toda a madeira nella empregada.

Concluiu-se tambem o chafariz que mandei construir na cidade do Paraty; e em abril p. findo fui pessoalmente assistir á sua abertura, que teve logar em presença de muitas pessoas desta côrte, que se achavam naquella cidade, na da camara municipal, autoridades, habitantes do logar, que todos se mostraram satisfeitissimos e reconhecidos para com a assembléa provincial e o governo, pelo beneficio que lhes fizeram, accudindo á sua mais imperiosa necessidade.

Este chafariz é seguramente o mais elegante que ha na provincia.

E' de fórma quadrangular com uma torneira em cada face, e um repucho que lança agua em uma bacia na parte superior. E' todo de marmore branco, e a agua que o alimenta precorre a extensão de um legua, pouco mais ou menos.

Quer o engenheiro chefe do districto, o capitão Francisco Januario dos Passos, quer o emprezario João Reveillet, mereceram os elogios da presidencia pela maneira porque dirigiram e executaram esta obra.

Para effectual-a, foi-lhes necessario vencer, em geral, muitas difficuldades, que em alguns pontos tornaram-se extraordinarias.

Parte do encanamento teve de atravessar não pequena extensão de rochedos alcantilados, e logar houve em que foi mister fazel-o passar por baixo do alveo de um rio bastante largo e fundo.

Importaram todas as obras na quantia de 35:975$400.

Tendo chegado a meu conhecimento que a estrada da serra de Mangaratiba, na parte, entregue á provincia, soffrêra em consequencia das copiosas chuvas do mez de fevereiro, grandes estragos, ordenei ao chefe do districto que partisse immediatamente para aquelle ponto, e désse as providencias necessarias, afim de que o tranzito publico não fosse interrompido.

Autorisei-o logo para as primeiras despezas mais urgentes, devendo organisar e enviar o orçamento da importancia de todos os concertos que fossem precisos.

Representando o chefe do 1.° districto que carecia de reparos a ponte da Capotéra, na estrada de Maria Angelica, em Angra dos Reis, em data de 11 de outubro do anno passado, autorisei-o para mandal-os fazer, gastando até a quantia orçada de 315$000 rs.

Concluiram-se os concertos que encarreguei de mandar fazer, na ponte do Ribeirão das Lages, ao cidadão Manoel José Cardoso, que de bom grado se prestou ao meu convite, e promptamente o satisfez.

Para observancia do decreto provincial n. 595, que autorisou a arrematação da obra do atalho do morro das Colheres, na estrada geral para Minas e S. Paulo, ordenei em portaria de 4 de outubro do anno passado, que o engenheiro chefe do districto annunciasse a dita arrematação,

ANEXO 07 – Pág. 5

recebendo as propostas, que lhe fossem entregues até o ultimo de dezembro, para que a mesma obra pudesse ser contemplada na distribuição do credito do 1.° semestre deste anno.

Em 9 de janeiro, remetteu o dito engenheiro copia das condições que organisou, e as propostas de dous concorrentes.

Approvei aquellas, mas não acceitei estas, por excederem as quantias pedidas á em que fôra orçada a obra; devendo elle, por isso, depois de examinar e sondar o morro, informar se é fundado o receio que mostram os concorrentes de encontrarem grande quantidade de pedra na execução dos trabalhos; annunciando de novo a arrematação.

Tendo o decreto provincial n. 616 autorisado os reparos da estrada de communicação entre as villas de Itaguahy e Mangaratiba, e a cidade de Angra dos Reis, passando pelos sertões da Ingahiba, exigi do mencionado engenheiro que examinasse a dita estrada, e informasse qual a importancia de taes reparos podendo gastar até á quantia de 400$000 com as investigações que fossem necessarias,

Ordenei ao mesmo engenheiro, que organisasse a planta e o orçamento de uma ponte para ser collocada sobre o rio Cacaria, afim de que eu pudesse deliberar com conhecimento de causa ácerca de uma representação da camara municipal de S. João do Principe sollicitando a construcção da referida ponte.

Constando-me que estava tão arruinada a ponte da Barra, no municipio de João do Principe, que corria risco o tranzito publico, exigi informações a tal respeito do chefe do districto, e a remessa de planta e orçamento para a construcção de nova ponte, se aquella não offerecesse meios de ser convenientemente concertada.

Representando a cama da referida villa sobre a necessidade de outra ponte no logar denominado D. Luiza, e de um pontilhão na estrada de Mathias Ramos, determinei tambem ao dito chefe que procedesse aos convenientes exames, e enviasse á presidencia a planta, orçamento e descripção destas obras.

2.° DISTRICTO.

As estradas do Presidente, da Bocaina dos Mendes, e do Ariró são ainda as principaes obras deste districto.

A do Presidente continúa a ser feita, parte por administração, e parte por arrematação.

Na primeira classe entram as obras permanentes que se estam construindo na subida da serra do Catumby, no municipio de Itaguahy, e as de conservação dos caminhos actuaes, desde a estrada geral dessa villa até a do Pirahy, na extensão de 5 leguas.

Tem ellas a consignação mensal de 500$000 e dispenderam no ultimo semestre a somma de 2:888$215.

Os trabalhos feitos com essa quantia acham-se descriptos no relatorio do chefe do districto.

A conservação da secção desta estrada desde o Ribeirão das Lages até a villa de Pirahy com 6,626 braças correntes, incluindo 1,687, ainda com pouca largura no alto da serra, cheias de pedras, e carecendo de 5 pontilhões, e alguns boeiros, não podia ser sustentada por aquella consignação.

Menos ainda o podia ser a porção em seguimento da referida villa até á povoação da freguezia do Arrozal abrangendo 8,537 braças de desenvolvimento, dentro das quaes existem 1,045 que precisam de aperfeiçoamento e preparo, com 4 pontilhões e 6 boeiros por fazer-se.

Em consequencia disto, attendi a uma representação do chefe do districto, e designei especialmente para as indicadas obras, desde aquelle ribeirão até á mencionada freguezia, a prestação de 1:000$000, a partir do 1.° de novembro do anno passado.

ANEXO 07 – Pág. 6

mesma estrada na conservação e melhoramentos em geral, da picada existente, e nos preparos do leito da primeira meia legua com a largura em que deve ficar, afim de, com melhor conhecimento de causa, poder-se orçar a construcção de toda a estrada, tendo por base a despeza que ali se fizer, visto ser de igual natureza todo o terreno até o referido sitio do Inglez.

O resultado de seus trabalhos será presente a V. Ex.

Execução das leis provinciaes de 1851.

Além das leis ns. 633, 634, fixando a receita e despeza provincial e municipal, e a de n. 597 marcando a força policial, para este anno, foram já cumpridas as leis de ns. 592, 597, 598, 600, 602, 603, 610, e 611, art. 3°.

Foram igualmente já observadas as de ns. 613, na ultima parte, 617, 621, 622, 627, 628 e 629.

A execução das outras pende ou de informações e esclarecimentos exigidos em virtude dellas ou de circumstancias de tempo e opportunidade, proprias de sua natureza, de muitas já tratei no correr deste relatorio.

Antes de concluir devo informar a V. Ex. que na execução da lei novissima que fixou a tabella dos vencimentos dos empregados, suscitou-se duvida ácerca do ordenado do thesoureiro da fazenda provincial. Entrou em questão em junta de fazenda, se no augmento, que lhe foi concedido por aquella lei, se comprehendia a quantia de 400$ rs., que por outra lei lhe havia sido designada para quebras. Posto que a solução afirmativa desta questão me parecesse a mais razoavel á vista da mente da lei, porque de outra sorte nenhum beneficio real perceberia o mencionado empregado com a tabella, com a qual aliás se teve em vista melhorar a sorte dos funccionarios provinciaes nella contemplados, entendi comtudo que convinha fixar-se a verdadeira intelligencia da referida lei por maneira positiva e segura; o que só póde fazer a assembléa provincial.

Por esta occasião observarei que, tendo havido alguma desigualdade na proporção com que foi marcado o augmento do ordenado do inspector da thesouraria, em virtude do receio que teve o governo de elevar muito a despeza na occasião em que propuz a tabella, convirá que se preste attenção a este objecto.

E' tempo de pôr fim a este relatorio. Apezar de extenso, é de crer que ainda contenha muitas lacunas; mas estas serão suppridas pela intelligencia e conhecimento pratico que V. Ex. tem dos negocios da provincia, além de que me encontrará prompto sempre a prestar verbalmente, ou por escripto, os esclarecimentos, que julgar necessarios.

Termino pois aqui, renovando os protestos da muito particular estima e da perfeita consideração que consagro a V. Ex. a quem Deus guarde.

Illm. e Exm. Sr. commendador João Pereira Darrigue Faro, dignissimo vice-presidente da provincia.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

ANEXO 08 – Pág. 1

Transcrição de Certidão de doação à Igreja do Rosário

TRANSCRIÇÃO DE CERTIDÃO

Benedicto Jordão dos Santos
Serventuario Victalicio do
Segundo Officio de Justiça
do Municipio e Comarca de
Paraty, Estado do Rio de Janeiro
por nomeação na forma
da lei etc...
Certifico que revendo o archivo do Cartorio
do segundo officio a meu
cargo, nelle encontrei o li-
vro de lançamento das Ca-
pellas existentes nesta Cida-
de de Nossa Senhora dos Reme-
dios de Paraty, as folhas nove
e dez do mesmo livro consta
o assentamento da Capella
de Nossa Senhora do Rosario
que ora me é pedido verbalmente
por Certidão e cujo theor é o seguinte:-
Capella de Nossa Senhora do Rosario.
A Capella foi construida
a mais de hum século com
esmollas sob adeministra-
ção e proteção dos finados Ma-
noel Ferreira dos Santos e Pedro

ANEXO 08 – Pág. 2

Ferreira dos Santos, não se em-
contrando provisão de sua Crea-
cão – Recebimento certo he a quan-
tia de setenta e cinco mil reis.
juros de seis por cento ao anno
anno (ilegivel) de hum
contoduzentos e cincoenta
mil reis. Possue mais
quatro braças de chãos
por de traz da Capella, que
foram doados a Irmanda-
de para Adro, em mil sete-
centos quarenta e cinco
pela Camara desta Cidade.
Possue mais Huma Corôa
de prata da Senhora do Rosa-
rio. Huma Coroa de prata
do Menino Deos. Hum Ro-
zario com borla e cruz tudo
de ouro. Hum rozario de vi-
dro cor de vinho enfiado em
cordão de ouro, com cruz e
crucifixo de ouro. Hum ro-
zario de marfim. Hum par
de brincos de ouro cravado de
diamantes, dado por Dona
Anna Maria Dias de Moura.
Huma coroa de prata da Ima-
gem pequena de Nossa Senho-
ra do Rosario, dois calix com

ANEXO 08 – Pág. 3

patenas e colheres de prata.
A metade de hum turibu-
lo e naveta de prata. Hum
vazo de prata para as com
munhões. Hum crucifixo
e resplendor de prata da Ima-
gem de São Francisco. Huma
vara de prata com a Ifige da
da Senhora (ilegivel) de
prata e hum setro do Rei
e Rainhha. Huma cruz e
diadema de prata da Ima-
gem de São João. Huma co
rôa de prata da Imagem de
Santa Barbara. Huma
coroa de prata da Imagem
de Santa Luzia.- Declara
o Thesoureiro que desta quan-
tia só existe a de oitocentos
oitenta mil quinhentos
e quarenta e quatro reis,
em créditos e vale, que foi
o que recebeu do ex-thesou-
reiro. Paraty, 16 de Agosto de 1870
O Thesoureiro João Francisco de
Paiva Bastos. O Escrivão Joa
quim Gomes (ilegivel)
dor de prata(ilegivel)
São Francisco (ilegivel)
Thesoureiro(ilegivel)

ANEXO 08 – Pág. 4

Joaquim Gomes(ilegível)
de de Paraty, (ilegível)
Julho de (ilegível)
cincoenta (ilegível)
senta e (ilegível)
João Fran(ilegível)
O Escri (ilegível)
quim (ilegível) se (ilegível)
tamento (ilegível)
(ilegível a princi-
pio declarado do qual me
reporto e dou fé, n'esta
Cidade de Paraty, aos oito
dias do mez de Abril do anno
de mil novecentos e trinta
e um. Eu Benedicto Jor-
dão dos Santos Tabellião e Es-
crivão do Segundo Officio
que o escrevi e assigno de-
pois de conferir e achar
conforme.
Sobre selos estaduais do
valor de 1:200$000, consta:
Paraty, 8 de Abril de 1931
Benedicto Jordão dos Santos

ANEXO 09 – Pág. 1

Certidão da Capela de N. S. dos Remédios do Corumbê

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Notário/Registrador - Mat. 06/1996

Rua Marechal Deodoro, nº 558 - Salas 01/11 - Bairro de Fátima - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893/3371-2771
E-mail: cartorio@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0087/2015

CERTIDÃO

CERTIFICO, atendendo a solicitação contida no requerimento datado de 02 de fevereiro de 2015, a pedido de *Nilson Netto Dantas*, que revendo em meu poder e Serventia, verifiquei no Livro nº 60 de Notas, antigo nº 98, do extinto Cartório do 1º Ofício, hoje Único Serviço Notarial e Registral de Paraty/RJ., às folhas 41v a 43, a escritura do teor seguinte: **ESCRIPTURA DE DOAÇÃO INTER-VIVOS DE TRINTA E TREZ METROS QUADRADOS, DE TERRAS, NO CORUMBÊ, 1º DISTRICTO DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM FERNANDO MANOEL CAETANO E SUA MULHER, À IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DESTA CIDADE, NO VALOR DE CINCOENTA MIL REIS, 50$000: SAIBAM,** quantos esta escriptura de venda de doação inter-vivos virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e dezenove, aos quatorze dias do mêz de Maio, n'esta Cidade de Paraty, do Estado do Rio de Janeiro, Republica dos Estados Unidos do Brazil, em meu Cartório, perante mim, Tabellião do primeiro Officio, compareceram partes justas e contractadas, de um lado como **OUTORGANTES DOADORES= FERNANDO MANOEL CAETANO e sua mulher Dona RITA MARIA DA CONCEIÇÃO,** de outro lado como **OUTORGADA DOADA: a IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS** desta Cidade de Paraty, representada pela Meza administrativa, composta dos Irmãos Ozeas Martins de Almeida, Provedor, Benedicto Jordão dos Santos, Escrivão, Silvino Antonio do Carmo, Thezoureiro e Pedro de Almeida e Silva, Procurador, residentes neste Município e reconhecidos pelos próprios de mim Tabellião, e das cinco testemunhas infradeclaradas: e assignadas; do que dou fé, ahi me deram o bilhete de distribuição da prezente escriptura, a mim hoje distribuída, o qual fica archivado em meu poder e Cartório. Em seguida pelos doares, marido e mulher, me foi uniformemente dito, na prezença das testemunhas, serem elles, senhores, donos e legítimos possuidores de **uma situação de terras agrícolas no logar denominado Corumbe, 1º districto do Município, com vinte 20 alqueires de terras**, dividindo de um lado com as propriedades de Jesuíno Soares de Oliveira e herdeiros da finada Heleodora Alves da Silva, de outro com

ANEXO 09 – Pág. 2

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Notário/Registrador - Mat. 06/1996

Rua Marechal Deodoro, nº 558 - Salas 01/11 - Bairro de Fátima - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893/3371-2771
E-mail: cartorio@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0087/2015

as que foram de José de Souza Lima, testada no mar e fundos com quem de direito, da referida situação, no logar onde era edificada uma caza de morada, doam a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios desta Cidade, trinta e trez metros, 33, quadrados, de terras, para o fim especial da referida Irmandade, conceder o direito de nas terras doadas, ser edificada uma Capella para a Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, que há muitos annos serve de Devoção aos moradores d'aquele reducto e vizinhos. Ficando ainda a Irmandade doada na obrigação de depois de constituida a nova Irmandade passar o imóvel doado. Pela doada na forma reprezentada, foi acceita a prezente escriptura com as condições nella contidas e me deram o talão do imposto do theor seguinte: Da Sa. Parreiras Nº 40 – Collectoria de Rendas do Estado do Rio de Janeiro Exercício de 1919 – Imposto de Transmissão intervivos – A fl. do livro de Receita fica debitada ao actual Collector a quantia de Trez mil e trezentos reis que em 14 de Maio de 1919 pagou a Irmandade de N. S. dos Remédios reprezentada pelo seu provedor Ozeas Martins de Almeida e outros pelo imposto respectivo a 66% sobre a de 50$000 preço por quanto recebe de Fernando Manoel Caetano e sua mulher um quadro de terras, com trinta e trez 33 metros quadrados tirados da situação dos mesmos, sita no Corumbê, 1º districto deste Município, conforme a guia do Tabellião do 1º Officio – Imposto – 3$300 – Collectoria de Paraty em 14 de Maio de 1919 – Pelo Collector GM. de Castro – O Escrivão – Assim Outorgaram do que dou fé e me pediram para em minhas Notas, lavrar o prezente Instrumento, lido e acceito, assignam, fazendo a rogo da Outorgante Rita Maria da Conceição, por não saber ler nem escrever, Manoel Virginio Cananéa, com as testemunhas, Jesuíno de Castro Rubem, Lindolpho Pinto da Silva, Cecílio José Soares, José Soter de Oliveira Garcez e Joaquim Marcellino de Oliveira Garcez, residentes nesta Cidade e reconhecidos de mim Manoel Walfrido da Silva, Tabellião, que a escrevi e assigno. (as.) Manoel Walfrido da Silva.- Paraty, 14 de Maio de 1919. (a.a.) Fernando Manoel Caetano.- Manoel Virgino Cananéa.- Jesuíno de Castro Rubens.- Lindolpho Pinto da Silva.- Silvino Antonio do Carmo.- Oséas Martins de Almeida.- Benedicto Jordão dos Santos.- Pedro de Almeida e Silva.- Cecílio José Soares.- José Soter de Oliveira Garcez.- Joaquim Marcellino de Oliveira Garcez.- O referido é verdade e dou fé. Paraty, 02 de fevereiro de 2015. Eu,

ANEXO 09 – Pág. 3

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Notário/Registrador - Mat. 06/1996

Rua Marechal Deodoro, nº 558 - Salas 01/11 - Bairro de Fátima - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893/3371-2171
E-mail: cartorio@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0087/2015

Lízia Pádua de Queiroz, Escrevente, Inscr. 94/4792, que digitei, conferi e subscrevo. E eu, _____, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Titular, Mat. 06/1996, conferi, subscrevo e assino.

VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
TITULAR - MAT. 06/1996

(Tab. 16, nº 01= (R$ 0,72 x 20) = 14,40 + Tab. 16, nº 02= (16,34 x 02) = R$ 32,68 + Tab. 16, nº 04= R$ 8,53; **Sub Total = R$ 55,61** + 20% (Lei 3217/99) = R$ 11,12 + 5% (Lei 4664/05) = R$ 2,78 + 5% (Lei 111/06) = R$ 2,78 + 4% (Lei6.281/12) = R$ 2,22 =**Total = R$ 74,51**)

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EASL 22702 NCE
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

ANEXO 10 – Pág. 1

RELAÇÃO NOMINAL DOS CONTRIBUINTES PARA AQUISIÇÃO DA IMAGEM DE S. VICENTE DE PAULA PARA A CONFERÊNCIA VICENTINA DA SANTA CRUZ DA GRAÚNA

NOMES	VALOR
Emiliana Maria da Conceição	1$000
Maria Claudina dos Santos	1$000
Izaltina Claudina dos Santos	$500
Antonio Maciel de Souza	$500
Maria Francisca dos Remédios	1$000
João Luiz da Cruz	2$000
Domingos do Espírito Santo	1$000
Bernardino Paulo da Silva	1$000
Julita Benedicta do Espírito Santo	1$000
Juvina Patrocina de Lara	$500
Paulo Delfino dos Santos	1$000
Joaquim Bernardo Gomes	1$000
Gustavo Moreira	1$000
João Pires Pereira	1$000
João Alves da Costa	1$000
Manoel Candido de Léste	1$500
Sylvio de Oliveira	1$000
José Pedro Barreto	1$000
Francisco Pereira da Silva	1$000
Francisco Carvalho de Alvarenga	2$000
Raymundo Anjelo de Amorim	$400
Maria Rita da Conceição	$600
Carlos José Corrêa	$200
Alexandrina Maria da Conceição	1$000
Anjela Maria da Conceição	1$000
Inacio dos Santos	3$000
Erondina Maria da Conceição	1$000
Rita Candida de Jesus	1$000
(ilegível) Vieira de Andrade	$400
Maria do Espírito Santo	$400
Norina Maria da Conceição	1$000
José (ilegível) Bernardo	2$000
Maria Alexandrina dos Santos	2$000
José Nubile	2$000
Paulina Maria da Conceição	1$000
Benedicto Epiphanio	2$500
Antonio Nunes dos Santos	2$500
Anna Theodora da Silva	1$000
Maria Jovelina da Silva	1$000
Manoel Candido da Silva	2$000

ANEXO 10 – Pág. 2

Thereza Correia da Matta	1$000
Theodora Maria do Nascimento	2$000
Henrique José da Costa	2$000
Honorio Pereira Leite	1$000
João dos Santos Neves	2$000
Irineu Mendes de Almeida	1$000
Severiano Bernardo Gomes	$600
Chrizante Correia da Matta	$500
Domingos Sabino	1$000
Guilherme Domingos Nascimento	1$000
Alziro Domingos do Nascimento	$400
Algusto Luiz Dutra	$600
Apulchro Simoes	1$000
Aristides Bernardo Gomes	1$000
Maria Antonia de Souza	$500
Antonio Ferreira França	10$000
Francisco Souza Magalhães	5$000
José Dias França	5$000
José Augusto Borges do Rosário	5$000
Chrispim da Silva Castro	3$000
Antum Gibrail	2$000
Antonio Lauro	2$000
José Ayres de Castro	1$000
(ilegível) Bernardo Gomes	1$500
Antonio Claudino dos Santos	1$000
Benedicto de Carvalho	$500
João José de Oliveira	$300
Carolina Maria dos Remédios	1$000
Pedro Judice	2$000
Protasio França	1$000
Jesuino de Castro Rubem	1$000
Gabriel Nubile	1$000
Virgulino José do Rosário	2$000
João Honorio de Oliveira	$800
Benedicto José de Lara	5$000
José da Costa Moreira	1$000
Antonio Gama	1$000
Eduardo Pinto Vieira	1$000
	32$700
Apresentamos a todos os senhores o recibo da Casa Cruz, constando o seguinte: uma imagem de São Vicente, 150$000, passagem do Rio de Janeiro até Paraty- 10$000. A mesa administrativa desta Conferencia muito agradece e pede ao patrono São Vicente que rogue a Deus muitas benças para todos. Graúna 19 de Fevereiro de 1938. O secretario Benedicto José de Souza. O Presidente José Rufino de Almeida. O tesoureiro Manoel Antonio Castro.	

Fonte: RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES, 1938, DA

ANEXO 11 – Pág. 1

RELAÇÃO NOMINAL DOS PADRES QUE ATUARAM EM PARATY 1598 A 1966

NOMES		ANO	OBSERVAÇÃO
1º	Vicente do Salvador	1598	Frei
2º	Santa Maria	1640	Padre
3º	Manoel de Souza Almada	1668	Prelado
4º	João de Souza da Fonseca	1683	Vigário da Vara
5º	Simão Peres	1699	Pároco
6º	Francisco da Silveira Dias	1700	Vigário
7º	Antonio de Pina	1710	Cônego
8º	Anacleto Lobo de Oliveira	1720	Pároco Encomendado
9º	Manoel Braz Cordeiro	1725	1º Vigário Colado
10º	Manoel da Fonseca Araújo	1725	Padre
11º	Gabriel Gonçalves Lobo	1726	Pároco Encomendado
12º	Paulo Alves	1729	Coadjutor
13º	Manoel Rodrigues de Carvalho (1º do nome)	1730	2º Vigário Colado
14º	Manoel Rodrigues de Carvalho (2º do nome)	1772	3º Vigário Colado
15º	João da Silva Barros	1784	Reverendo Cor.
16º	Lourenço José Vilas-Boas	1784	Reverendo
17º	Francisco Fernandes (Hespanha)	1791	Reverendo
18º	Manoel Octávio Moreira	18..	Padre
19º	Manoel Octávio de Morais	18..	Cônego
20º	Antonio Xavier da Silva Braga (Borges)	1800	Padre-N.S. Dores
21º	Antonio Jorge da Costa	1808	4º Vigário Colado
22º	Inácio Toledo da Silva	1811	Reverendo
23º	João Bonifácio Ferreira dos Santos	1811	Reverendo
24º	Manoel da Silva Morais	1811	Reverendo
25º	Pedro Guedes	1811	Reverendo
26º	Vicente Coelho Valadão	1811	Vigário da Vara
27º	Domingos Dias de Moura	1812	Vigário
28º	José da Santa Engracia	1812	Frei (Beneditino)
29º	Manoel Alvares Veludo do Amaral	1812	Padre
30º	Manoel da Cunha Carvalho	1812	Cônego
31º	Manoel José de Almeida Castro	1812	Vigário Colado
32º	Francisco de Barros Abreu	1813	Coadjutor
33º	Francisco Vieira do Espírito Santo	1813	Cônego
34º	José Maria de Morais Garcez	1814	Reverendo
35º	Manoel Antonio Vasco da Gama	1815	Reverendo
36º	Francisco Antonio dos Santos	1815	Vigário da Vara
37º	José Joaquim da Penha	1816	Reverendo
38º	Modesto de Souza Albino	1816	Vigário Colado
39º	Manoel José de Almeida - Dr	1816	Cônego
40º	Antonio Manoel Soares da Gama	1817	Padre
41º	Domingos de Novais Mendonça	1818	Reverendo
42º	Francisco Antonio Da Silva	1818	Vigário (Mambucaba)
43º	Francisco Balthazar de Souza e Silva	1820	Padre
44º	Marcelino José Bragança	1820	Padre
45º	Manoel Eufrázio de Oliveira	1820	Reverendo
46º	Jerônimo de Barros Veloso	1822	Reverendo
47º	Francisco Ayres da Gama Dr	1823	Reverendo
48º	Manoel da Silva Marins	1824	Reverendo
49º	Francisco Antonio de Carvalho	1825	Reverendo
50º	José Alberto da Silva (1º do nome)	1826	Coadjutor
51º	João Carvalho da Costa	1826	Padre
52º	Manoel Antonio Galvão	1826	Padre Mestre
53º	Mariano do Rosário	1826	Frei

ANEXO 11 – Pág. 2

54º	Manoel Antonio da Silva	1827	Padre
55º	Antonio Galvão Freire	1829	Vigário Colado
56º	João Ignácio Figueira de Alcântara	1830	Vigário Encomendado
57º	José Ricardo Pereira de Araújo	1832	Padre
58º	Antonio Alves de Souza	1833	Vigário da Vara
59º	Domingos Novais de Almeida	1834	Padre
60º	Victoriano José dos Santos Dias	1838	Reverendo
61º	João Antonio da Cruz	1839	Padre
62º	José Matheus Álvares Velludo	1840	Padre
63º	Manoel Gonçalves Coelho Valadão	1840	Reverendo
64º	Antonio Norberto da Fonseca	1844	Reverendo
65º	João Antonio da Cunha	1844	Padre Mestre
66º	Francisco Porfírio do Rosário	1845	Padre
67º	João Bernardo Martins	1845	Padre
68º	Lourenço Fernandes Campos da Gama	1845	Padre
69º	Manoel Álvares Velludo	1845	Padre
70º	Manoel Joaquim Valadão Balieiro	1845	Padre
71º	Joaquim Mariano do Amaral Campos	1850	Cônego
72º	Manoel Lopes de Oliveira Araújo	1850	Reverendo
73º	Manoel Rodrigues da Silva	1851	Reverendo
74º	João Álvares Carneiro	1853	Reverendo
75º	Manoel Coelho Valadão	1854	Padre
76º	Domingos Fernandes Vieira	1856	Reverendo
77º	Francisco Justino do Amaral Vianna	1856	Vigário Colado
78º	José São Boaventura e Souza	1857	Reverendo
79º	José da Silva Figueredo Caramuru	1862	Reverendo
80º	Manoel Luiz Coimbra	1863	Vigário
81º	Joaquim Peixoto Lopes	1863	Subdiácono S.D.P.
82º	Manoel Esteves da Nóbrega	1867	Cônego
83º	Custódio José Pereira da Cruz	1876	Reverendo
84º	José Alberto da Silva (2º do nome)	1878	Vigário Colado
85º	José Olímpio do Amaral Viana	1888	Vigário
86º	José da Silva Maya Torres	1893	Reverendo
87º	José Lopes Garcia	1895	Vigário
88º	João dos Santos Reis	1896	Vigário
89º	Cesar João Iera	1901	Vigário
90º	Hélio Bernardo Pires	1909	Vigário
91º	José Saurer	1924	Padre
92º	Gino Cechin	1958	Padre
93º	Aloísio José Moreira	1959	Padre
94º	Antonio Adão	1959	Padre
95º	Frei Niceto	1959	Frei
96º	Raymundo Peretti Guimarães	1960	Padre
97º	Magno de Lara	1964	Padre
98º	Tarcísio Antonio Neto	1964	Seminarista
99º	Moacyr de Paula Duque	1964	Padre
100º	Reynato de Souza Breves	1964	Padre
101º	Antonio Jokoski	1966	Padre
102º	João Hoffiman	1966	Padre
103º	Alcino Conata	1966	Padre
104º	Alexandre Batista Camilo	1966	Padre
105º	Eliseu Tambosi	1966	Frei O.F.M.
106º	Isaias Rodthe	1966	Frei O.F.M.

ANEXO 11 – Pág. 3

107º	José Delbeposte dos Santos	1966	Padre Arquiteto
108º	Wilson Zimmermannn	1966	Frei O.F.M.
109º	Euler Alves Pereira	1967	Padre
110º	Dilmo Godinho	1968	Padre
111º	Padre João Bernardo Peters	1975	Padre
112º	Padre Pedro Geurts	1975	Padre
113º	Henrique Hoogland	1999	Padre
114º	Roberto Carlos Pereira	2002	Padre
115º	Márcio André Rocha da Conceição	2002	Padre
116º	Milton da Silva Fontella	2002	Padre
117º	Pedro dos Santos	2002	Padre

Fonte: Levantamento encontrado junto ao Acervo do IHAP, possivelmente oriundo do arquivo do Engenheiro Mario Moura Brasil do Amaral realizado em 28 de agosto de 1966. Complementado por Julio Cezar Neto Dantas em 2020

ANEXO 11 – Pág. 3

Lembrança de Missa de 7º Dia – 1952

Videte Regem Vestrum in diademate quo coronavit eum Mater sua

Os filhos de PARATY estão todos abençoados por mim, e todos eu levo no coração para o céu

Últimas palavras de MONSENHOR HELIO PIRES no seu leito de dôr.

Monsenhor Helio Pires

NASCIDO a 8 - 5 - 1878
FALECIDO a 21 - 7 - 952

A humildade é a grande virtude porque dela emana o aromà da pureza.

MONSENHOR HELIO possuia êsse segredo que só os eleitos pela Divindade conhecem essa sublimidade.

MONSENHOR HELIO passou pela vida e não viveu a vida terrena porque amou verdadeiramente o próximo para amar verdadeiramente a Deus.

Um Padre-Nosso por alma de MONSENHOR HELIO que foi chamado ao Céu, para ornar e perfumar com suas virtudes que fez na terra e deixou em benefício da salvação de seus queridos paroquianos.

A saudade não fenece como a flôr, vive como o balsamo, recordando o passado. E o passado de MONSENHOR HELIO em PARATY será imorredouro.

Eterna saudade de sua Irmã EDUARDA seus sobrinhos e todos os paroquianos e amigos que jamais olvidarão seu nome querido.

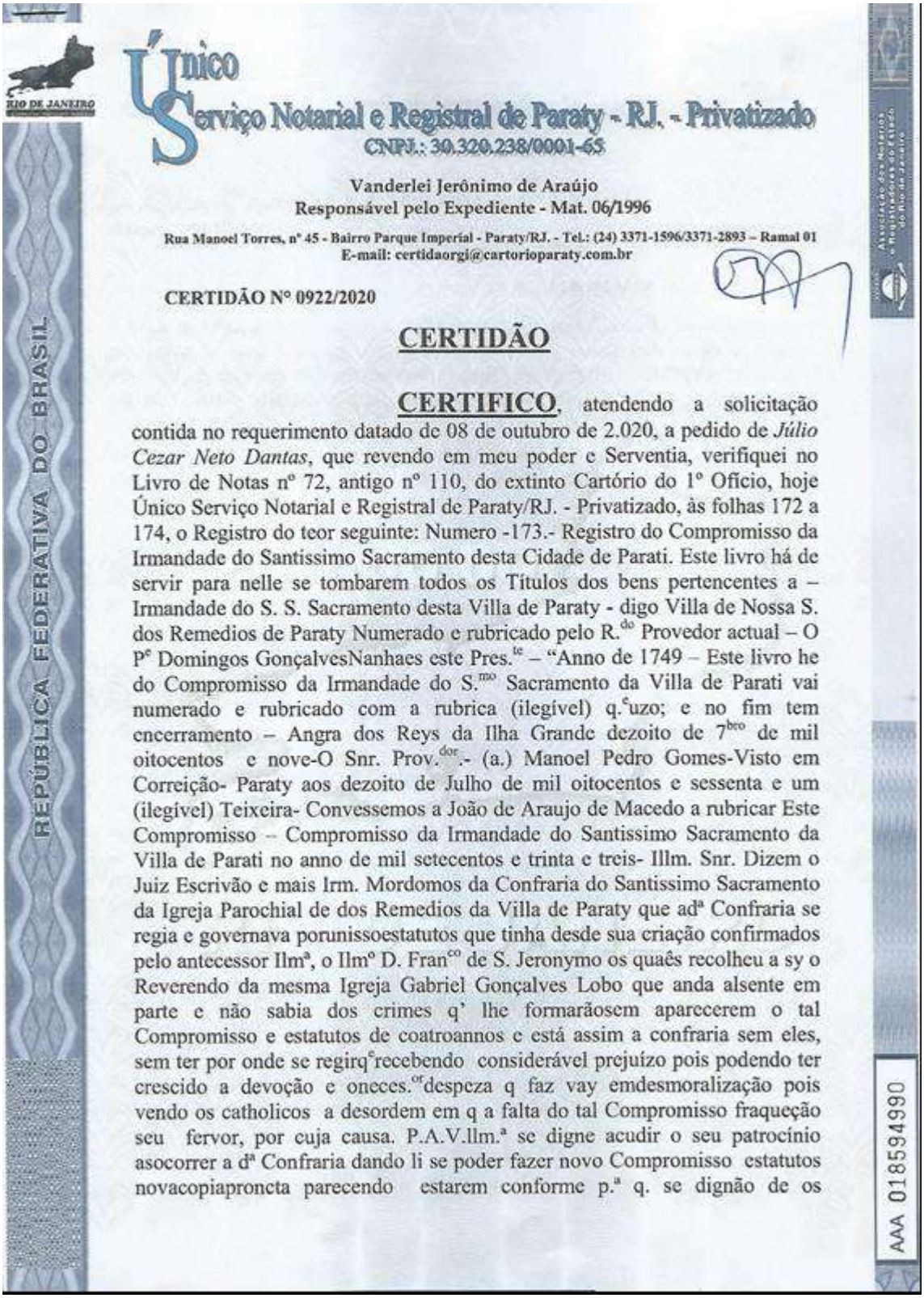
Dai-lhe, Senhor o Eterno descanso, entre os resplendores da luz perpetua e fazei que descanse em paz amen!...

ANEXO 11 – Pág. 4

Lembrança de Missa de 7º Dia – 1964

ANEXO 12 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento – 1733



Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

CERTIDÃO

CERTIFICO, atendendo a solicitação contida no requerimento datado de 08 de outubro de 2.020, a pedido de *Júlio Cezar Neto Dantas*, que revendo em meu poder e Serventia, verifiquei no Livro de Notas nº 72, antigo nº 110, do extinto Cartório do 1º Ofício, hoje Único Serviço Notarial e Registral de Paraty/RJ. - Privatizado, às folhas 172 a 174, o Registro do teor seguinte: Numero -173.- Registro do Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento desta Cidade de Parati. Este livro há de servir para nelle se tombarem todos os Títulos dos bens pertencentes a – Irmandade do S. S. Sacramento desta Villa de Paraty - digo Villa de Nossa S. dos Remedios de Paraty Numerado e rubricado pelo R.^do Provedor actual – O P^e Domingos GonçalvesNanhaes este Pres.^te – "Anno de 1749 – Este livro he do Compromisso da Irmandade do S.^mo Sacramento da Villa de Parati vai numerado e rubricado com a rubrica (ilegível) q.^c uzo; e no fim tem encerramento – Angra dos Reys da Ilha Grande dezoito de 7^bro de mil oitocentos e nove-O Snr. Prov.^dor.- (a.) Manoel Pedro Gomes-Visto em Correição- Paraty aos dezoito de Julho de mil oitocentos e sessenta e um (ilegível) Teixeira- Convessemos a João de Araujo de Macedo a rubricar Este Compromisso – Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento da Villa de Parati no anno de mil setecentos e trinta e treis- Illm. Snr. Dizem o Juiz Escrivão e mais Irm. Mordomos da Confraria do Santissimo Sacramento da Igreja Parochial de dos Remedios da Villa de Paraty que ad^a Confraria se regia e governava porunissoestatutos que tinha desde sua criação confirmados pelo antecessor Ilm^a, o Ilm^o D. Fran^co de S. Jeronymo os quaês recolheu a sy o Reverendo da mesma Igreja Gabriel Gonçalves Lobo que anda alsente em parte e não sabia dos crimes q' lhe formarãosem aparecerem o tal Compromisso e estatutos de coatroannos e está assim a confraria sem eles, sem ter por onde se regirq^c recebendo considerável prejuízo pois podendo ter crescido a devoção e oneces.^or despeza q faz vay emdesmoralização pois vendo os catholicos a desordem em q a falta do tal Compromisso fraqueção seu fervor, por cuja causa. P.A.V.llm.^a se digne acudir o seu patrocínio asocorrer a d^a Confraria dando li se poder fazer novo Compromisso estatutos novacopiapronta parecendo estarem conforme p.^a q. se dignão de os

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

AAA 018594990

ANEXO 12 – Pág. 2

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

confirmar..- E. R. M.ce. Ilmº Snr. Nem aProvisão da ereção pedem os supp.os para se digne de mandar passar de novo pª que juncta a esta de satisfazer aodespº supra de V. Ilmª P. aV. Ilma. em concideração do referido lhe faça m.cemandar passar Nova Provisão da Ereção da d.ª Confraria pª com ella dar vista ao Reverendo D.or Procurador da Mitra, pois com o q.ºtinhão foi com o mesmo Compromisso e estatutos lhe não hepossivel mandallos.- E. R. M. do Sr. Antonio de Guadalupe de Ds. este da (ilegível) Apostolica-Bispo deste Bispado, muitos outros dizeres, impossíveis decomprehenssão- Nos o Juisescravos e mais Irmõens Mordomos que este presente acima servirão a confraria do Santissimo Sacramento da Igreja Parochial de Nossa Senhora dos Remedios desta Villa de Paraty desejando que estaSanctaIrmande se aumente no serviço a Deos e tenha os seus estatutos pelos quaês se governe e saiba cada hum dos Irmaõns a obrigação que lhe compete para que assim se sirva a Nos que veneramos nodignissimo Sacramento (ilegível) o mayor culto e veneração que podem ser. Com os nossos devotos assistências e demonstração e se edifiquem os mais fieis christãoens vendo que quanto cabe em vossa capacidade saberemos venerar soberano altissimo mistério do Santissimo Sacramento em q. confiamos estar verdadeiro e realmente o Corpo de Nosso Snr. JESUS Christo N. Redemptor, Ordennamos os estatutos seguintes com licença que alcançamos Primeiro deste Bispado de S. Sebastiam do Rio de Janeiro e sua Diocese- Capitulo Primeiro- 1º Haverá nesta Sancta Irmandade hum Provedor que será eleito por voto de todos os Irmaõns na forma que ao deantesedirá haverá tão bem hum escrivão e hum procurador e hum Thesoureiro e além destas coatro pessoas haverá aquellenumero de Irmaõns que quiserem servir por sua vontade obrigando-se a goardar as obrigaçõens que lhe são impostas como em seu lugar sedirá – Capitulo Segundo – 2º - Nas vésperas do dia da festa do Corpo de Deos que há de assistir toda a Irmand.cdepois dela acabada serecolherão Provedor, escrivão e o procurador e Thezoureiro para a sancristia onde tem a sua fabrica e ahy serão chamados todos os Irmaõnsqchiam de hum em hum e o Provedor que estiverservindo terá feito com seu escrivão hum rol em q. estejão escritos os nomes de três sugeitos que entenderem sua Conciencia deve ser proposto pª Provedor e da mesma sorte haverá outras três propostas para servir de escrivão easim será para Thezoureiro e Procurador em segredo hirá o Provedor perguntando a cada hum dos Irmaõns qual dos ditos três sugeitos

ANEXO 12 – Pág. 3

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 018595938

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

propostos elegem pª Provedor e qual elegem pª escrivão e procurador e Thezoureiro e o do escrivão hirá tomando os votos de cada hum em segredo, e aquelle Irmão dos três propostos que levar mais votos esse será o Provedor digo, será o Provedor e assim será o escrivão e procurador e Thezoureiro, e sendo caso que os votos se empatem o Provedor será o q.ᵉdeceda o dezempateporq se há de prezumir que quererá o q.ᵉ for mais conveniente a Irmandade = Capitulo Terceiro- 3º - A pessoa que ouver de ser Provedor desta Irmandade, seja sempre Irmão della e de nenhúa maneira se poderá eleger pessoa de fora pª q. assim se augumente mais o fervor dos Irmaõns sendo que do corpo da mesma Irmandade se elege pessoa q. há de servir de Prov.ᵈᵒʳ e avendo algum Irmão que por sua devoção e zello se ofereça a servir de Provedor com esmola grandioza e avantajada neste cazo parecendo ao Provedor q. assim he conveniente e que receba a Irmandade algum augumento poderá dar-selhe a dªoccupação de Provedor. Capitulo Quarto – 4º - O Officio de Provedor he de mayor importância e mayorpezo e concideração que há nesta Sancta Irmandade e o primeiro que a elle pertence a procurar com todo o cuidado que os Irmaõs não faltem a sua obrigação persuadillosq.ᵉassistão todos com muita deligencias ao serviço do Snr. em primeiro lugardo q. não poderão escuzar se senão aquellesq.ᵉ tiver legitimo impedim.ᵗᵒ e tão bem deve o dito Provedor por todo o seu cuidado no augumento da Irmandade procurando zellosamente todos os seus bensasistindo as demandas que forem necessárias sobre a cobrança do que se estiver devendo e fazendo dar todo o bom tratamento dos annuaiz com aumentos dela evitando os empréstimos que se fazem e não consentindo que cousa algûasaya da caza sem expressa ordem sua salvo quando for algûa expressa nececidade que paressa ser mayor serviço de D.ˢ em fazer o tal empréstimo- Capítulo Quinto – 5º - Não hê de menos consta o officio de escrivão desta Irmandade porquê a elle pertence o cuidado dos Livros da bôa ordem e tractodelles fazendo os assentos das despezas e receitas tendo os em forma que se lhe houve sempre o seu zello e deligencia e quando o Provedor não poder assistir por algum impedimento na sua occupação, o escrivão he o que deve assumir esse seu lugarprezedindo na Irmandade e tendo todo o cuidado no augumentodella. Capitulo Sexto – 6º - O Officio de Provedor he procurador e zellar o augumento e conservação desta Irmandade de todas as cauzas que a ele pertence assistindo a tudo e vendo que os Irmaõns não faltem as obrigações que lhe forem postas pello Provedor e

ANEXO 12 – Pág. 4

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

meza que paguem as suas esmollas na forma deste Compromisso e os que assim não fizeremrecusallosha em meza se ouver pleitosassistirá a elles e dará parte emMeza do que obrar e do que nisso despender para se lhe pagar ajudara ao Thezoureiro da Irmand.ᵉ mas armaçõens para os dias festivos e nos mais serviços, ornatos e veneração do SantissimoSacram.º e terá cuidado que a lampida do sm. esteja sempre acezaalémpreparadaa custa da Irmand.ᵉ – Capitulo Sétimo – 7º- Hé o officio doThezoureirode muita concideração dos bênsdella em razão de que há de ter em seu podertoda afabrica da dita Irmandade e tratar da cobrança das esmollas e despezasde tudo que for necessº e aassimhé mui conveniente que seja pessoa de que se possa fazer toda confiança e do conhecimento digo e do conhecidozello para augmento da Irmandade em serviço de Deos nosso Snr – Capitulo Oitavo – 8º - Nesta Irmandade haverá aquellenumero de Irmaôns assim seculares como Ecclesiasticos que por sua devoção quiser servir sem determinar o numero certo de pessoas senão as mais que poderem haver e quando fallecer algum dos ditos Irmaôns será acompanhado a sepultura com toda a Irmandade emcorporada o qual acompanhamento se fará tão bem nos enterros das mulheres e filhos dos ditos Irmaôns, e não tendo outra Irmand.ᵉ será esta obrigada a carregallos a sepultura emcomendamos muito aos nossos Irmaôns, e não faltem a esta obra de charidade que he de grande serviço aD.ˢ e quando se asentar o Irmão que for admettidopello Provedor escrivam e asignará termo em hum Livro delles em q. se obriga a guardar e os capitulos deste compromisso sob as penas nelle declaradas e se for mais Irmaôns poderão assignar junctos.- Capitulo Nono – 9º - O Provedor dará de esmola em cada humanno para esta sancta Irmandade sencoenta mil reis que he somente a obrigação q. se lhe empoem em meza de que deve ser a sua esmola aventejadaa dos mais Irmaôns e quando por sua devoção e zello queira dar mais ou mayor esmola, mayor serviço fará a nosso snr. pois este despendiohé aplicado pª o seu culto e veneração, não o poderá fazer, salvo dando huáesmolla tão aventejada q. pareça aos mais Irmaôns ser augmento da Irmandade cem outra forma não ficará segundo anno por Provedor, Escrivão dará de esmolla Vinte e cinco mil reis e o que mais lhe parecer conforme a sua devoção, os Irmaôns darão cada hum – 1$000-W,- a metade destas esmollas se darão a Vª Domingo de quaresma pª se fazer os gastos da SomanaSancta e a outra metade se dará a vespora do Corpo de Dˢ para se

ANEXO 12 – Pág. 5

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

fazer a festa grande junctam.te os Irmaôns da Meza pagará cada humcoatro mil e oito centos reis e de entrada cada hum pagará dous mil quinhentos secentareiz, o Provedor terá muito cuidado na cobrança destas esmolas senão faltem com ellas no dito tempo o mesmo cuidado terá o Thezoureiro e Provedor, com declaração que os reeleitos não poderão sem expressa licença do Ill.mo Snr. Bispo, ou do R.do Provizor na forma da Constituição- Capitulo Decimo – 10 – Fallecendo algum Irmão desta Irmandade ou sua mulher ou filhos antes de estado que são som.te as pessoas que a Irmandade deve hir acompanhar e emcorporadodar-sehá recado ao Thezoureiro para que prepare a cruz e avize ao andador para que vá dar recado ao Provedor e mais Irmaôns o que fará tangendo a Campainha pellafreguezia com sua Opa vermelha o chapéu na cabessâpªq.e se ajuntem os Irmaôns na Igreja de nossa Srª dos Remedios e tão bem serão pª todos emcorporaos saírem acompanhar o corpo do defuncto e o Provedor levará a sua vara na mão, em sua falta o escrivão o Thezoureiro Procurador assim farão os Irmaôns em suas allasmuy compostos e depois de enterrado o defuncto se recolherão na mesma forma pª a dª Igreja – Capitulo Decimo Primeiro – 11º - O Provedor escrivão, Procurador e Thezour.º elegerão no principio da quaresma CoatroIrmaônspª cada somanadella assistirem com suas Opas na Igreja para quando se dér a comunhão estarem cada hum com sua Toxaaceza de q.e se fará huã Pautapª que saibão os Irmaôns a somana que lhe toca assistir e todos serão obrigados acharem se na mesma Igreja com sua Opa no dia seguinte feira mayorpellamenhaápella grande solenidade do Santissimo Sacramento em tal dia e nasomanasancta se fará Pauta dos Irmaôns que ham de assistir naquelles dias ao Sancto sepulcro e da mesma maneyra acudirão todos com suas opasna menhaá da ressurreição pª acompanharem a Porsição que vay correr a Freguezia e na vespora do Corpo de D.s pª se fazer a eleição e no dia pª acompanhar a Porcicão; e por que estas obrigaçoêns são percizas, o Irmão q.e faltar sem cauza justa será amoestado pello Provedor perante o escrivão Thezoureiro e procurador de q.e se fará termo Primeira e segunda vez e continuando o Irmão em sua negligencia será espulço da Irmand.e–Capitulo – Decimo Segundo – 12º - Se alguns dos Irmaôns desta Irmandade depois de ter servido cair em pobreza que nececite de esmollanâose lhe poderá pedir couzaalguâ do que se costumar a dar nesta SanctaIrmand.e antes se estiver muito doente se porá em Mezapello Provedor escrivão e mais Irmaôns para se

AAA 01859593-7

ANEXO 12 – Pág. 6

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

lhe dar huáesmolla conforme as posses da Irmand.ᵉ e nececidade do emfermo– Capitulo Decimo Terceiro – 13º - Todas as vezes que a Irmandade ouver de sair fora será obrigado o Thezrº a ir a Igreja a sancristia e caza da fabricaapreparar tudo oq. for necessário e mandará ao andador va tanger a campainha, este mesmo cuidado edeligencia terão todas asvezes que o Snr sair fora a algum emfermo, e o procurador terá sempre muyparticular cuidado devera lampida todas as noutes e menhaás provendo a de maneira qᵉ sempre esteja acezadeante do senhor.- Capitulo Decimo Quarto – 14º - Fas as vezes de Provedor em sua causa ou falta o escrivão da Irmandade como acima fica dito e assim há de aplicar todo cuidado em não faltar acompanhar ao Senhor quando for fora dos enfermos ordennando e dispondo a Irmand.ᵉ de tal maneira que vá o Snr acompanhado com a decencianecessaria, e tão bem assistirá pomptualm.ᵗᵉ as obras que se fizerem na somanasancta, pª a festa do Corpo de D.ˢ ajudando em tudo ao Provedor e Thezourºpªq.ᵉ se aperfeiçoe o que se fizer com a grandeza possível – Capitulo Decimo Quinto – 15º - Todo o bem da Irmand.ᵉ consiste na delligencia do escrivão procurador e Thezoureiro e principalmᵗᵉdo Procurador aq.ᵐ compete emmendar as faltasde todos e fazer com q. cada hum, acuda as suas obrigaçõens, e assim estando o Procurador na terra e seu destrito se acharâprez.ᵗᵉ na Igreja no dia do Corpo de D.ˢ na semana sancta e na manhaáda Ressurreiçãm procurando com todo fervor que não haja falta algúa na Irmand.ᵉemquanto não for tempo de cobrar as esmollas dos Irmaônsrecorerá o Thesoureiro ao dito Provedor pª por sua ordem se despender o que for conveniente. Capitulo Decimo Sexto –Os Irmaons desta Irmandade terão todo o cuidado e deligencia em pagar suas esmollas pois são pª ornato e descencia de tão alto senhor entendendo que toda a despeza que fizerem se lhe deve pois he o que de todos osCeûse o Irmão que deixar passar dousannos contínuos sem pagar a sua esmolla tendo posse para isso serâ demandado e obrigado por ella e quando permitta ser segunda ves levado a Juízo serâ riscado e expulço da Irmand.ᵉ Capitulo Decima Setimo – 17º - Serão obrigados o Provedor escrivão, Procurador e Thezoureiro acharem-se na Sancristia desta Irmandade todos os 3.ᵒˢ Domingos do mez de todo o anno para reverem e advertirem todas as couzas que forem necessárias e convenientes a Irmandade Merecia e as contas dellapª evitarem os descuidos que podem haver em cada hum dos officiaez que servirem – Capitulo Decimo Oitavo – 18º - Nas elleiçõens que se fizerem

ANEXO 12 – Pág. 7

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

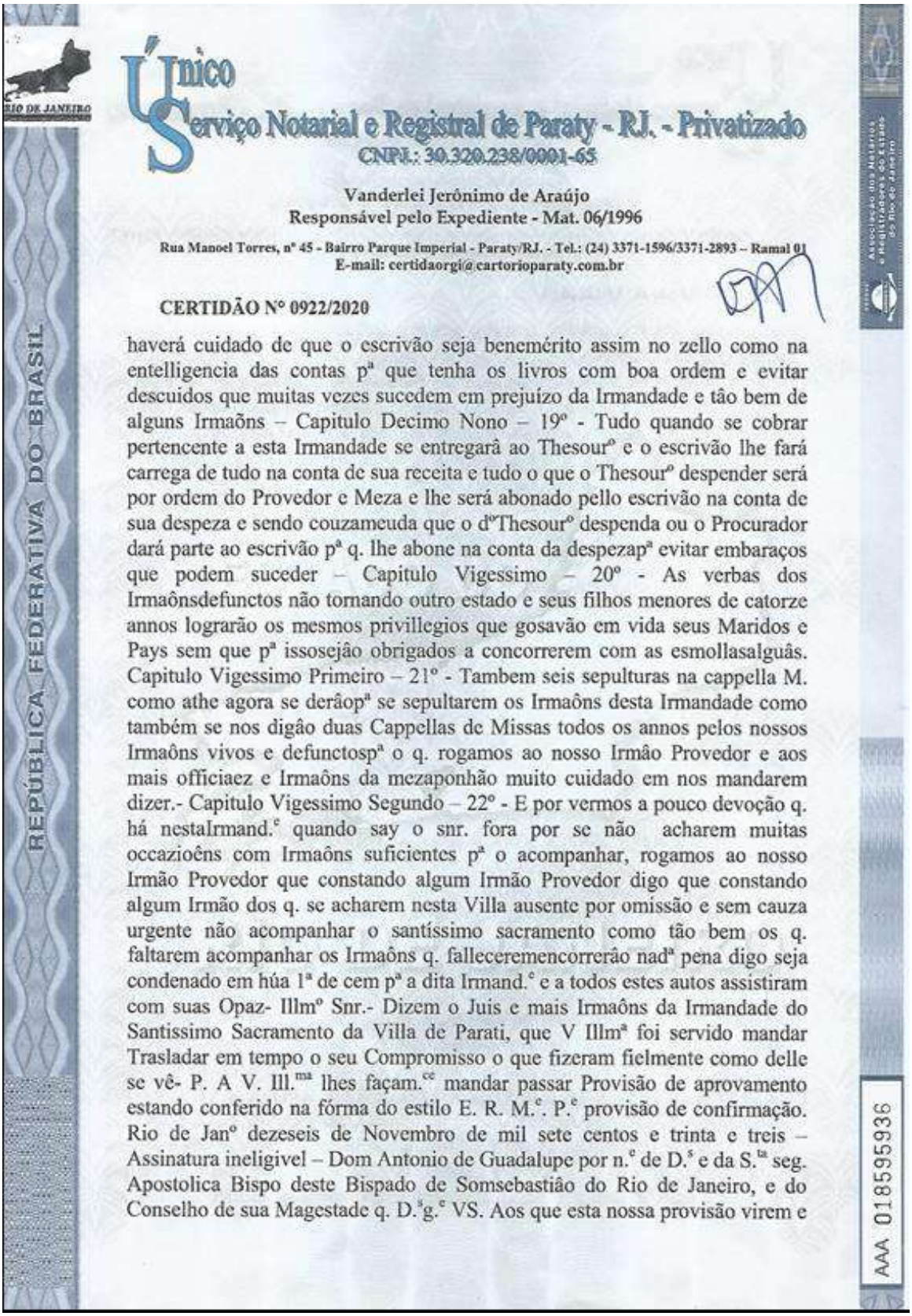
Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

saúde e paz em o senhor q. de todos heverdaderºremedio e salvação. Fazemos saber que attendendo nos ao que por sua petição retro nos enviarão a dizer o Juiz e mais Irmaôns da Irmandade do Santissimo Sacramento da Villa de Paraty: Havemos por bem de lhe confirmar e aprovar os vinte e dousCapitulos deste Compromisso e querendo acressentar para o futuro nelle alguma couza mais, recorrerão a nós pª o confirmamos, por q. sem isso não vallerá cousa algua. e Dada nesta cidade de Sam Sebastiam do Rio de Janeiro, sob nosso signal e sello da nossa Chanxellaria, aos vinte dias do mês de Novembro de mil sete centos e trinta e treisannos – e – Censore da Fonseca Lopes Escrivão da Camera e clª q. o escrevy- Assinatura ineligivel – Fon.ª Lopes – A Chan.ca – 1$600 – Do sello- 200- Desta- 6.40- Provisão em q. V Illmª há por bem de confirmar e aprovar os vinte e douscapitullos deste Compromisso dos Irmãos da Irmandade do Santissimo sacramento da Villa de Paraty, tudo na forma acima Pª V. Illmª ver- Estava colado o selloEclesiastico – Dom Jozé por graça de Deos Rey de Portugal e dos Alg.es da aquém e dá Lem mar em Africa Sr. De Guinê–f.ª-Como Gov.or e perpetuoAdm.or que sou Mestrado Cavalhº e Ordem de N. S.rJezusChristo; Faço saber aos q. esta minha Provisão virem; q. por não se poderem Eregirsem faculdade minha Irmandades, ou Confrarias nas Igr.as Congressistas Ultramarimar, por serem pleno jure da mesma Ordem, e da minha jurisdição in solidum como perpetuo Gov.or dela;e attendendo a me representares o Juiz, e mais Irmãos da Irmandade do S.moSacramtº da Fregª de N. Srª dos Remedios da V.ª de Paraty do Bispado do R.º de Janr.º terem alcançado licença do Ordin.º da mesma Diocesi; para a sua Erecção; cuja imcompet digo Diocesi, p.ª a sua Erecção; cuja incompetencia reconhecendo agora, e aignorancia q. athe aqui tinhão tido; me pedião fosse servido sanar a nulidade com que a d.ª Irmand.ctinha sido Erectarevalhidando-lhe a referida Licença; O q. visto; e resposta q. deu o Des.orProc.or Gal. Das Ordens: Hey por bem fazer m.ceao Juiz e maisIrmaõsda sobre dªIrmand.c, de lhes approvar a Ereccão da mesma revalidando com a minha Real approvação a Licença nulla, e incompetente m.ce tiveram doordiunºpª a Eriginasse; e Esta se cumpra e guarde. Como nella se conthem sendo passada pella e Chancellarª da Ordem:- Ele Rey N. Sr. O mandou pelos D.D. M.clFerrª de Lima e João de Olivª Leite de Barros Deputados do Tribunal da Meza da Conciencia e ordens Constantino Srª das já a fez em Lix.ª.aosdêz de Agosto de mil sete centos Secenta e outtoannosp.g. desta quatro centos reis e de asignaturaduz.tos e quarª

ANEXO 12 – Pág. 8



Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

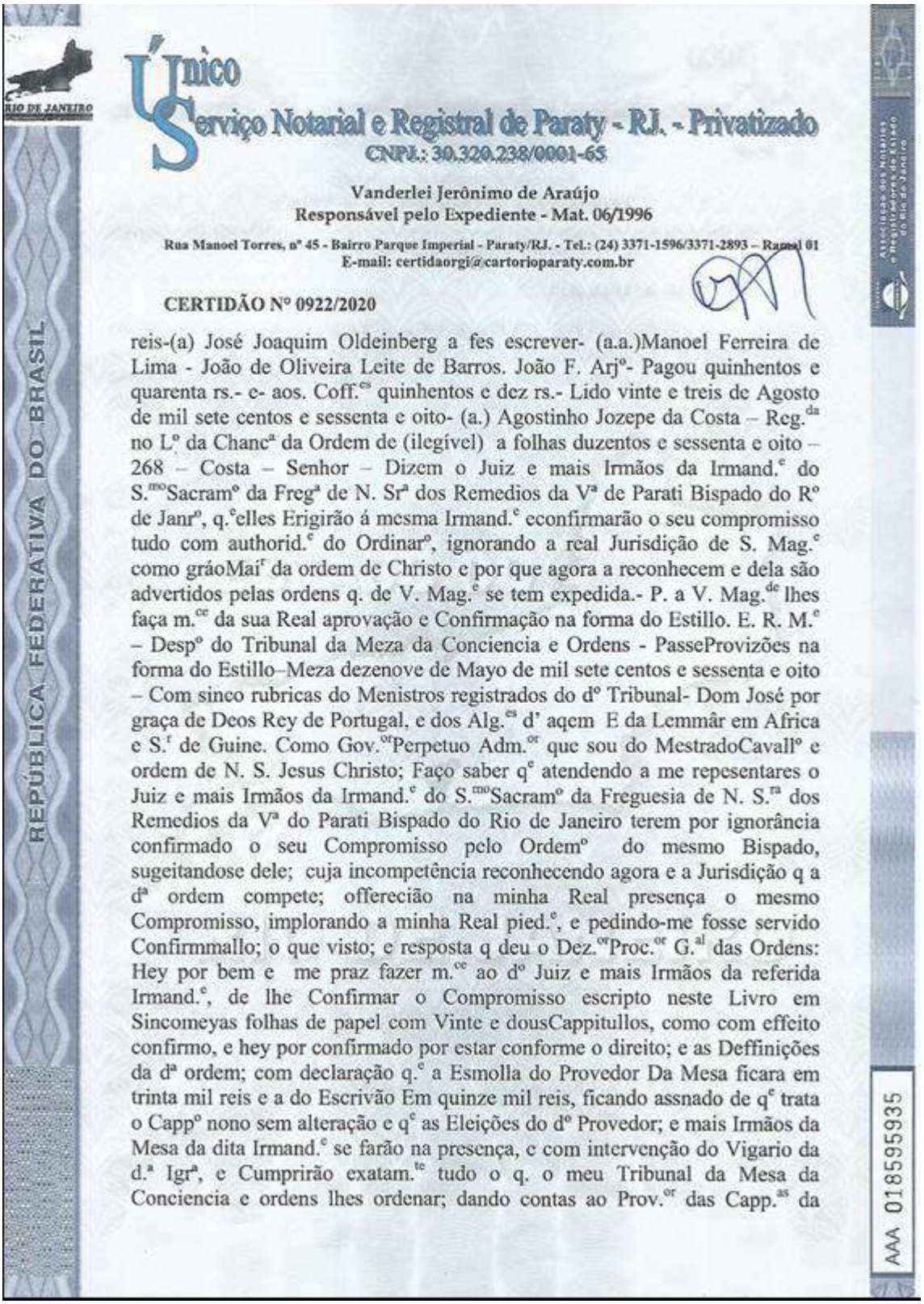
Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

haverá cuidado de que o escrivão seja benemérito assim no zello como na entelligencia das contas pª que tenha os livros com boa ordem e evitar descuidos que muitas vezes sucedem em prejuízo da Irmandade e tão bem de alguns Irmaõns – Capitulo Decimo Nono – 19º - Tudo quando se cobrar pertencente a esta Irmandade se entregará ao Thesourº e o escrivão lhe fará carrega de tudo na conta de sua receita e tudo o que o Thesourº despender será por ordem do Provedor e Meza e lhe será abonado pello escrivão na conta de sua despeza e sendo couzameuda que o dºThesourº despenda ou o Procurador dará parte ao escrivão pª q. lhe abone na conta da despezapª evitar embaraços que podem suceder – Capitulo Vigessimo – 20º - As verbas dos Irmaõnsdefunctos não tornando outro estado e seus filhos menores de catorze annos lograrão os mesmos privillegios que gosavão em vida seus Maridos e Pays sem que pª issosejão obrigados a concorrerem com as esmollasalguâs. Capitulo Vigessimo Primeiro – 21º - Tambem seis sepulturas na cappella M. como athe agora se derâopª se sepultarem os Irmaõns desta Irmandade como também se nos digão duas Cappellas de Missas todos os annos pelos nossos Irmaõns vivos e defunctospª o q. rogamos ao nosso Irmão Provedor e aos mais officiaez e Irmaõns da mezaponhão muito cuidado em nos mandarem dizer.- Capitulo Vigessimo Segundo – 22º - E por vermos a pouco devoção q. há nestaIrmand.ᶜ quando say o snr. fora por se não acharem muitas occazioẽns com Irmaõns suficientes pª o acompanhar, rogamos ao nosso Irmão Provedor que constando algum Irmão Provedor digo que constando algum Irmão dos q. se acharem nesta Villa ausente por omissão e sem cauza urgente não acompanhar o santíssimo sacramento como tão bem os q. faltarem acompanhar os Irmaõns q. falleceremencorrerão nadª pena digo seja condenado em húa 1ª de cem pª a dita Irmand.ᶜ e a todos estes autos assistiram com suas Opaz- Illmº Snr.- Dizem o Juis e mais Irmaõns da Irmandade do Santissimo Sacramento da Villa de Parati, que V Illmª foi servido mandar Trasladar em tempo o seu Compromisso o que fizeram fielmente como delle se vê- P. A V. Ill.ma lhes façam.ᶜᶜ mandar passar Provisão de aprovamento estando conferido na fórma do estilo E. R. M.ᶜ. P.ᶜ provisão de confirmação. Rio de Janº dezeseis de Novembro de mil sete centos e trinta e treis – Assinatura ineligivel – Dom Antonio de Guadalupe por n.ᶜ de D.ˢ e da S.ta seg. Apostolica Bispo deste Bispado de Somsebastião do Rio de Janeiro, e do Conselho de sua Magestade q. D.ˢg.ᶜ VS. Aos que esta nossa provisão virem e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 01859593-6

ANEXO 12 – Pág. 9



Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

reis-(a) José Joaquim Oldeinberg a fes escrever- (a.a.)Manoel Ferreira de Lima - João de Oliveira Leite de Barros. João F. Arjº- Pagou quinhentos e quarenta rs.- e- aos. Coff.es quinhentos e dez rs.- Lido vinte e treis de Agosto de mil sete centos e sessenta e oito- (a.) Agostinho Jozepe da Costa – Reg.da no Lº da Chancª da Ordem de (ilegível) a folhas duzentos e sessenta e oito – 268 – Costa – Senhor – Dizem o Juiz e mais Irmãos da Irmand.e do S.moSacramº da Fregª de N. Srª dos Remedios da Vª de Parati Bispado do Rº de Janrº, q.eelles Erigirão á mesma Irmand.e econfirmarão o seu compromisso tudo com authorid.e do Ordinarº, ignorando a real Jurisdição de S. Mag.e como gráoMair da ordem de Christo e por que agora a reconhecem e dela são advertidos pelas ordens q. de V. Mag.e se tem expedida.- P. a V. Mag.de lhes faça m.ce da sua Real aprovação e Confirmação na forma do Estillo. E. R. M.e – Despº do Tribunal da Meza da Conciencia e Ordens - PasseProvizões na forma do Estillo–Meza dezenove de Mayo de mil sete centos e sessenta e oito – Com sinco rubricas do Menistros registrados do dº Tribunal- Dom José por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Alg.es d' aqem E da Lemmâr em Africa e S.r de Guine. Como Gov.orPerpetuo Adm.or que sou do MestradoCavallº e ordem de N. S. Jesus Christo; Faço saber qe atendendo a me repesentares o Juiz e mais Irmãos da Irmand.e do S.moSacramº da Freguesia de N. S.ra dos Remedios da Vª do Parati Bispado do Rio de Janeiro terem por ignorância confirmado o seu Compromisso pelo Ordemº do mesmo Bispado, sugeitandose dele; cuja incompetência reconhecendo agora e a Jurisdição q a dª ordem compete; offerecião na minha Real presença o mesmo Compromisso, implorando a minha Real pied.e, e pedindo-me fosse servido Confirmmallo; o que visto; e resposta q deu o Dez.orProc.or G.al das Ordens: Hey por bem e me praz fazer m.ce ao dº Juiz e mais Irmãos da referida Irmand.e, de lhe Confirmar o Compromisso escripto neste Livro em Sincomeyas folhas de papel com Vinte e dousCappitullos, como com effeito confirmo, e hey por confirmado por estar conforme o direito; e as Deffinições da dª ordem; com declaração q.e a Esmolla do Provedor Da Mesa ficara em trinta mil reis e a do Escrivão Em quinze mil reis, ficando assnado de qe trata o Cappº nono sem alteração e qe as Eleições do dº Provedor; e mais Irmãos da Mesa da dita Irmand.e se farão na presença, e com intervenção do Vigario da d.ª Igrª, e Cumprirão exatam.te tudo o q. o meu Tribunal da Mesa da Conciencia e ordens lhes ordenar; dando contas ao Prov.or das Capp.as da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 018595935

ANEXO 12 – Pág. 10

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

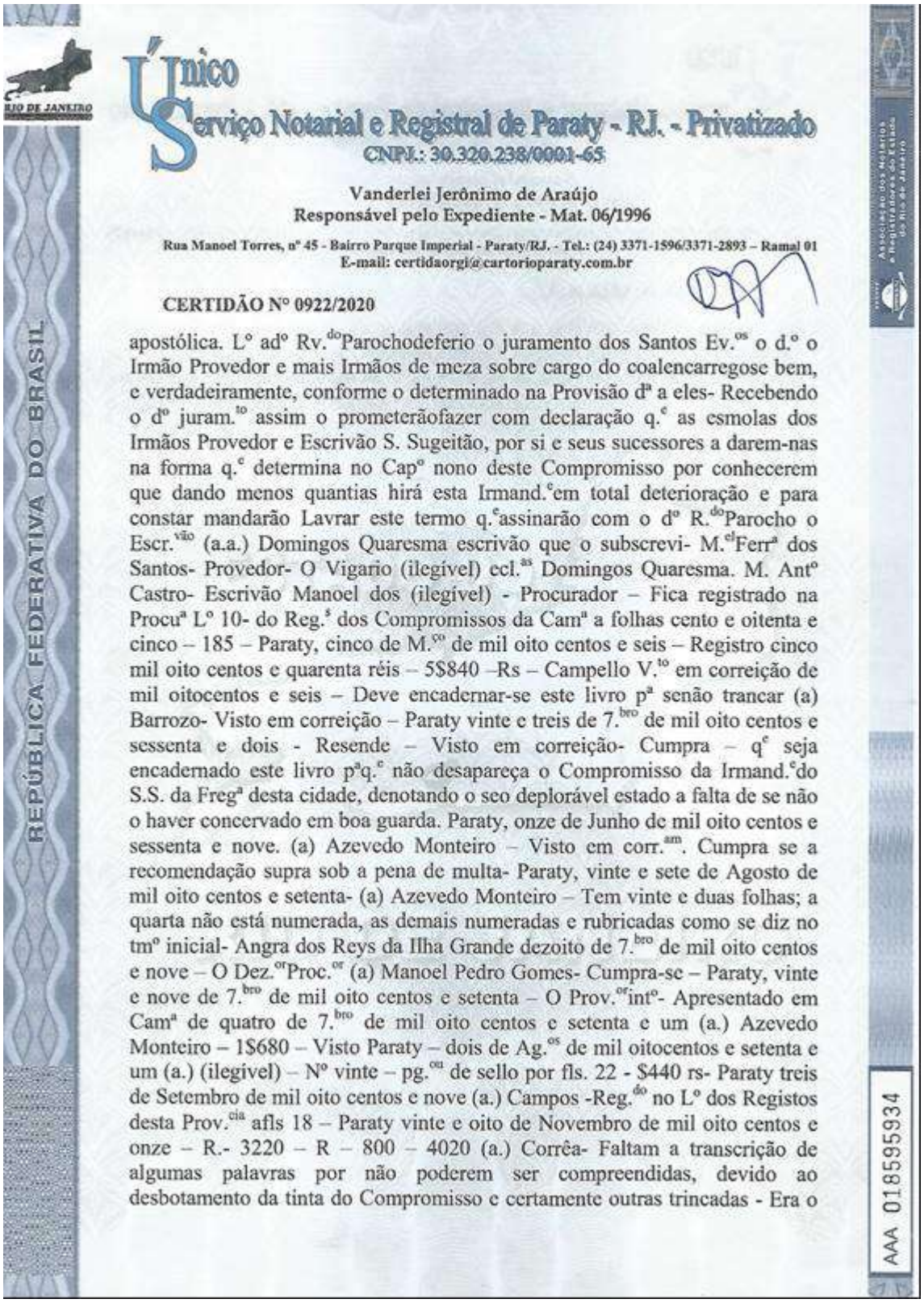
Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

Com.ca a q.e a mesma Fregª pertencer; ou aq.m eu por especial ordem minha determinar, e nas a outrem, por q.to a mim pertence só m.te tomar as contas pelos Menistros que me parecer das Confrarias cittas nas Igrejas da dª ordem por serem izentaspor Bulla App.ca de toda outra Jurisdição e Mando aosofficiaes, q.e hora são, e adiante forem da Meza da dªIrmand.e não declinem, nem possão declinar as Jurisdição da referida ordem, e dos Menistros a q.mfôr servido encarregallo; de que farão termo neste mesmo Livro pelo Escrivão da Meza, e assignado por todos e pelo Vigario ou Capellão, q.e lhes dará o juram.to de em tudo cumprirem, e guardarem esta minha Provizão, e ordenandose de novo alguma cousa neste Compromisso, se não uzará dela sem primº ser por mim visto e Approvado no dº meu Tribunal. Pello que mando ao Sobre dº Provedor das Capellas da Com.ca a q.ea dªFregª competir e todas as pessoas da dª Igreja e a mais Justiças e Officiaes, a q.e o conhecimº desta pertencer, a cumprirão e guardem, e fação internam.te cumprir e guardar como nella se conthem, sendo passada pela Chancellarª da Ordem: Et. Rey N. Sr. O mandou pelos DD. Manoel Ferrª de Lima e João de Oliveira Leite de Barros Deputados do despº da Meza da Com.ca e Ordens e Constantino Perª da Sª a fez em Lissª aos dez de Agosto de mil e sete centos secenta e outto anos pg desta seis centos reis e de assinatura quatro centos reis – José Joaquim Oldemberg a fez escrever- Manoel Ferreyra de Lima- João de Oliveira Leite de Barros- João Frº Araujo – 2º quar: rs e aos off.es mil oito centos e vinte rs. Reg.da no Lº da Chancª daCons (ilegível) e Ordem de (ilegível) fls. Duzentas e setenta e treis - 273 – Rio vinte e treis de Agosto de mil sete centos e sessenta e oito – (a). Agostinho Josepe da Costa (ilegível) 1783 – os S. Mag.deManda, e em seu Cumprim.to Os officiaes da Mezaactual assignem o terº de juram.to na forma que se manda na segunda Provisão – Rubrica ineligivel – Termo da Seitação e juram.toq.e o R.doVigº dos Irmãos de Meza abaixo assinados. Aos trinta dias do mês de Janeiro do anno de mil Sete Centos e oitenta e Sincoannos nesta Villa de Nossa Snrª dos Remedios de Paraty, em o consistório da IgrªMatris donde se achava em acta de Meza o Irmão Provedor, Escrivão, Thezourº, Procuradores e mais Irmãos de meza da Irmandade do S.moSacramennto com a Sistencia do R.doParocho: ahy pelo Irmão Escrivão foi Lido a Segunda Provisão de sua Mag.de inserta neste Compromisso pela coal consta pertencer ao dº sem som.tetomar conta pelos seus respectivos ministros desta Irmand.epor serem senhor por bulla

ANEXO 12 – Pág. 11



Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

apostólica. L° ad° Rv.^do^Parochodeferio o juramento dos Santos Ev.^os^ o d.° o Irmão Provedor e mais Irmãos de meza sobre cargo do coalencarregose bem, e verdadeiramente, conforme o determinado na Provisão d^a^ a eles- Recebendo o d° juram.^to^ assim o prometerãofazer com declaração q.^e^ as esmolas dos Irmãos Provedor e Escrivão S. Sugeitão, por si e seus sucessores a darem-nas na forma q.^e^ determina no Cap° nono deste Compromisso por conhecerem que dando menos quantias hirá esta Irmand.^e^em total deterioração e para constar mandarão Lavrar este termo q.^e^assinarão com o d° R.^do^Parocho o Escr.^vão^ (a.a.) Domingos Quaresma escrivão que o subscrevi- M.^el^Ferr^a^ dos Santos- Provedor- O Vigario (ilegível) ecl.^as^ Domingos Quaresma. M. Ant° Castro- Escrivão Manoel dos (ilegível) - Procurador – Fica registrado na Procu^a^ L° 10- do Reg.^s^ dos Compromissos da Cam^a^ a folhas cento e oitenta e cinco – 185 – Paraty, cinco de M.^co^ de mil oito centos e seis – Registro cinco mil oito centos e quarenta réis – 5$840 –Rs – Campello V.^to^ em correição de mil oitocentos e seis – Deve encadernar-se este livro p^a^ senão trancar (a) Barrozo- Visto em correição – Paraty vinte e treis de 7.^bro^ de mil oito centos e sessenta e dois - Resende – Visto em correição- Cumpra – q^e^ seja encadernado este livro p^a^q.^e^ não desapareça o Compromisso da Irmand.^e^do S.S. da Freg^a^ desta cidade, denotando o seo deplorável estado a falta de se não o haver concervado em boa guarda. Paraty, onze de Junho de mil oito centos e sessenta e nove. (a) Azevedo Monteiro – Visto em corr.^am^. Cumpra se a recomendação supra sob a pena de multa- Paraty, vinte e sete de Agosto de mil oito centos e setenta- (a) Azevedo Monteiro – Tem vinte e duas folhas; a quarta não está numerada, as demais numeradas e rubricadas como se diz no tm° inicial- Angra dos Reys da Ilha Grande dezoito de 7.^bro^ de mil oito centos e nove – O Dez.^or^Proc.^or^ (a) Manoel Pedro Gomes- Cumpra-se – Paraty, vinte e nove de 7.^bro^ de mil oito centos e setenta – O Prov.^or^int°- Apresentado em Cam^a^ de quatro de 7.^bro^ de mil oito centos e setenta e um (a.) Azevedo Monteiro – 1$680 – Visto Paraty – dois de Ag.^os^ de mil oitocentos e setenta e um (a.) (ilegível) – N° vinte – pg.^ou^ de sello por fls. 22 - $440 rs- Paraty treis de Setembro de mil oito centos e nove (a.) Campos -Reg.^do^ no L° dos Registos desta Prov.^cia^ afls 18 – Paraty vinte e oito de Novembro de mil oito centos e onze – R.- 3220 – R – 800 – 4020 (a.) Corrêa- Faltam a transcrição de algumas palavras por não poderem ser compreendidas, devido ao desbotamento da tinta do Compromisso e certamente outras trincadas - Era o

AAA 018595934

ANEXO 12 – Pág. 12

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0922/2020

que constava do livro Original Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento deste Municipio de Parati que bem e fielmente registrei: do que dou fé; aos trinta dias do mês de Maio, do ano de mil nove centos e quarenta - Eu, Manoel Walfrido da Silva, Oficial do Registro Especial de Titulos e Documentos, que registrei e assino. Parati, 30 de Maio de 1940 (as) Manoel Walfrido da Silva. O referido é verdade e dou fé. Paraty, 14 de outubro de 2.020. A presente foi expedida às 17:50hs.- Eu, Líbia Gois dos Remedios, Escrevente, Inscr. nº 94/12722, que digitei, conferi e subscrevo. E eu, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Responsável pelo Expediente, Mat. 06/1996, subscrevo e assino.

VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

(Tab. 16, nº 01= (R$ 0,92 x 16) = R$ 14,72 + Tab. 16, nº 02 = (21,38 x 06) = R$ 128,28 + Tab. 16, nº 04= R$ 11,16; **Sub Total = R$ 154,16** + 20% (Lei 3217/99) = R$ 30,83 + 5% (Lei 4664/05) = R$ 7,70 + 5% (Lei 111/06) = R$ 7,70 + 4% (Lei6.281/12) = R$ 6,16 + 5% (Lei 7128/15) = R$ 8,11 - **Total = R$ 214,66**)

Poder Judiciário
Corregedoria Geral de Justiça
Selos de Fiscalização Eletrônico
EDOA 83557 NCE
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/selopublico

ANEXO 13 – Pág. 1

INVENTÁRIO DOS BENS, JOIAS E ALFAIAS PERTENCENTES À IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DESTA CIDADE, QUE NESTA DATA FOI RETIFICADA

IMAGENS

Uma Imagem de N. Senhora com Menino Jesus em seu Nicho
Uma Imagem de N. Senhora que sae no andor.
Uma Imagem de São José com bastão na mão, e Menino Jesus.
Uma Imagem de São José com Menino Jesus que está no Nicho no altar mor.
Uma Imagem de São Sebastiã.
Uma Imagem do Menino Jesus do Prezepio com cordão e
cruz de ouro e pertences do Prezepio.
Uma Imagem de Sant'Ana.
Uma Imagem de São Joaquim em seu Nicho
Uma Imagem de São Francisco de Paula.

- OUROS -

Uma Corôa de ouro de N. Senhora dos Remedios colocada
Na Imagem em Nicho no altar.
Uma Corôa de ouro do Menino Jesus Idem, Idem.
Um Cordão com uma pequena meia lua, e cruz.
"Collar de Ouro com diadema, cruz e pedra.
"Par de brincos de ouro com pedras.
"Par de brincos de metal ignorado.
"Livro de missa com capa de madrepérola.

- PRATAS -

Um Candelabro de prata, grande, colocado em frente ao altar mor.
Um berço de prata do Menino Jesus.
Uma cruz e duas Insignias grandes de prata.
Um Thuribulo.
Duas varas de prata, sendo uma menor.
Tres resplandores colocados nas duas Imagens; São José, e Menino Jesus.
Um Calix, uma patena e uma colher.
"Emblema de N. Senhora colocado na bolsa de esmolar.
Seis castiçaes de metal prateado.

- APOLICES -

Oito apólices da divida publica do valor nominal
De um conto de reis cada uma, de números 191.689
A 191.693, 123806 147.030 e 147.031

- PARAMENTOS -

Duas capas de asperges bordadas em ouro, em mau estado.
Um veo de hombre bordadas em ouro, em mau estado.
Duas casulas
Quatro calmáticas, duas simples, e duas bordadas em ouro, em mau estado.
Cinco estolas bordadas em ouro, em mau estado.
Cinco manípulos bordadas em ouro, em mau estado.
Duas bolsas corporaes bordadas em ouro, em mau estado.
Um pala bordada em ouro, em mau estado.
Um Veu de calix bordada em ouro, em mau estado
Oito alvas uzadas.
Dois almitos.

ANEXO 13 – Pág. 2

Sete toalhas uzadas, para o altar.
Tres toalhas Novas, para o altar.
Uma colcha damasco com franja, em mau estado.
Doze toalhas pequenas de crocet uzadas, para credenciais.
Um guião de seda bordado em ouro, em mau estado.
Um pamiro de veludo azul com galões prateados.
Cinco véus de cálix em uso.
Uma Eça com capa de algodão.
Uma Roda de Esraél.
Seis cortinas de veludo para tribuna.
Seis toalhas de linho novos bordadas para tribuna.
Trez toalhas de crochet em mau estado.
Vinte e seis opas.
Uma meza de leilão em mau estado.
Um armário de madeira com gavetas e fechaduras.
Um armário de madeira grande com três portas.
Um Andor de N.S. dos Remedios simples.
Um Andor grande de São José.
Uma caixa grande para guardar cêra.
Dez bancos em mau etado.
Um relógio de parede desconsertado.
Um órgão e pertences.
Uma cruz do Calvares.
Um lustre dourado sem mangas.
Duas serpentinas com cinco mangas.
Duas mangas grandes de vidro.
Um Nicho com Emblema do Divino Espírito Santo.
Uma caixa de madeira contendo ramos de flores artificiaes.
Uma caixa de madeira para guardar alfaias.
Um vazo de porcelana fantasia.
Seis castiçaes grandes de madeira para o throno.
Vinte e duas tochas de madeira.
Oito forquetas para o andor.
Oito almofadas para o andor.
Um cofre de madeira
Uma escada grande de abrir.
Seis castiçaes de madeira menores, do altar mor.
Seis vazos de madeira do altar mor.
Dois bahus de folha em uso.
Cinco jarrinhas para flores.

Consistorio da Igreja Matriz Parochial de Nossa
Senhora dos Remedios, em 20 de Agosto de 1933
O Secretario; Gabriel Nubile
Pedro Peres dos Santos

ANEXO 14 – Pág. 1

LIVRO DE ASSENTO DAS ANUIDADES DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. S. DOS REMÉDIOS
RELAÇÃO DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

ANO	NOME	PÁGINA
1883	José Marcellino de Oliveira	02
1882	Joaquim Marcellino de Oliveira	04
1883	Pe. Manoel Alves Velludo	04
1886	João Teixeira da Silva Lemos	05v.
1888	José Luiz Campos do Amaral	07v.
1886	Jerônymo da Costa Pombo	10
1886	João da Fonseca Pinto Madureira	11
1886	Julieta de Oliveira Pinto	14
1886	João Pereira da Silva	14v.
1886	Domingos Feliciano Corrêa	29
1886	João Alves Vieira	30v.
1886	Elias Pires do Rio	31v.
1890	Benedito Felix Malvão	34
1892	José Feliciano Corrêa	43
1892	José dos Santos Porto	45
1893	Francisco Lopes da Costa	50v.
1893	Accácio Zózimo de Almeida Peixoto	52
1893	João Rodarte dos Santos Dias	52v.
1893	Francisco José dos Santos Dias	54v.
1886	Felicíssimo José Alves Vieira	72
1895	Alvaro Conrado Ribeiro Torres	76
1895	João Facundo Netto	76
1902	Joaquim Gomes de Oliveira	79
1902	Benedito de Mello Carramanhos	80v.
1905	Maria Feliciana da Costa Lima	86
1905	Eduardo Pinto Vieira	86v.
1905	Magdalena de Mello Carramanhos	92
1907	Eduardo Pinto Vieira	93v
1907	João Apolônio dos Santos Pádua	94
1908	Rita da Costa Moreira	96v
1909	Leontino Carlos de Mello e Souza	98v.

Fonte: LIVRO DE ASSENTO, 20/04/1886 a 30/08/1913, p. 100

ANEXO 14 – Pág. 2

IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. S. DOS REMÉDIOS DE PARATY

001	Abrahão Arthur Minair	044	Benedicto Moanoel da Paschoa
002	Adelia Carmo Miguel	045	Benedicto Monteiro Chaves
003	Affonso Botelho	046	Benedicto Neves da Silva
004	Agostinho Mattos	047	Benedicto Raymundo Lopes
005	Alcino Torres Sampaio	048	Benedicto Reis de Mello e Souza
006	Alfredo Carlos Brasileiro	049	Bernardo Albino Generoso
007	Alfredo de Souza	050	Bernardo Ayres de Castro
008	Alice Nogueira Barbosa	051	Bernardo Elexandrino
009	Amelia Gomes de Almeida	052	Braulio Miguel de Souza
010	Anacleto José de Bulhões	053	Caetano José Ferreira
011	Angelina Vicencia Nunes	054	Candida Cantanheda
012	Anna Luiza da Souza Lima	055	Carlos Ayres da Gama
013	Antonietta Magalhães	056	Carlos Ayres de Souza Martins
014	Antonio Alves Barbosa	057	Carmo Miguel
015	Antonio da Silva Maia Torres	058	Carolina Pinto Vieira Lima
016	Antonio Felippe da Costa	059	Christiano de Andrade Lima
017	Antonio Ferreira de Almeida	060	Clarinda Maria de Jesus
018	Antonio França	061	Domingos Loutero
019	Antonio Francisco dos Santos	062	Edmundo Ferreira de Moura
020	Antonio Francisco Malvão	063	Eduardo pinto Vieira
021	Antonio José da Veiga	064	Eduardo Sydonio Lopes de Araujo
022	Antonio Lourenço da Costa	065	Elexandrino Moreira de Carvalho
023	Antonio Martins dos Santos	066	Elias Theophilo de Souza
024	Antonio Pereira da Silva	067	Eliza Chaves da Veiga
025	Antonio Siqueira	068	Eliziario Manoel Rodrigues
026	Antun Gibrail Tanús	069	Elza Castanheda
027	Arthur Epiphanio de Oliveira	070	Emilia de Almeida Costa
028	Augusto Feliciano Corrêa	071	Emílio Peixoto Botelho
029	Augusto Fernandes Malvão	072	Ernestina Cabral de Almeida Carvalho
030	Augusto Souza	073	Eugenio Rodrigues de Santa Anna
031	Aurelino de Oliveira Gelly	074	Feliciano Gomes dos Santos
032	Basílio Francisco do Nascimento	075	Felippe Do Carmo Miguel
033	Beatris Moura Barros Madureira	076	Felisbina Maria de O. Porto
034	Benedicta de Macedo Nubile	077	Felissimo José Alves Vieira
035	Benedicta Ferreira Santiago	078	Felix José Fernandes Malvão
036	Benedicta Maria dos Remedios	079	Feliz Leonel de Souza Filho
037	Benedicta Rosa Moreira	080	Fernandes Alves da Silva
038	Benedicto Alves Teixeira	081	Fernandes Manoel Caetano
039	Benedicto Camillo da Costa	082	Francelina Maria dos Remédios
040	Benedicto de Oliveira Borges	083	Francisca Amelia Peixoto da Silva
041	Benedicto Fernandes Malvão	084	Francisca Pereira de Souza Lima
042	Benedicto Izaias Gonçalves Cruz	085	Francisco da Cunha Freitas
043	Benedicto Lourenço Costa	086	Francisco de Paula Penha
087	Francisco de Souza Magalhaes	131	João Rodarte dos Santos Dias
088	Francisco Fernandes de Paula	132	João Rodrigues Barreto
089	Francisco José Izidoro	133	João S. Gomes Calixto
090	Francisco Lopes da Costa	134	João Silvano Peixoto de Castro Filho
091	Francisco Lopes Guimarães	135	Joaquim Ayres de Oliveira
092	Francisco Lopes Pereira	136	Joaquim Corrêa do Nascimento
093	Francisco Martins dos Santos	137	Joaquim de Oliveira Netto

ANEXO 14 – Pág. 3

094	Francisco Miguel da Cunha Freitas	138	Joaquim Gomes de Alvarenga
095	Francisco Nobre Vieira	139	Joaquim João de Souza
096	Francisco Pinto de Mattos Vieira	140	Joaquim José de Oliveira
097	Francisco Xavier Ayres da Gama	141	Joaquim Manoel dos Santos
098	Gabriel A. A. de Alvarenga	142	Joaquim Nogueira Barbosa
099	Gabriel Calixto Junior	143	Joaquim Pereira
100	Gabriel José Calixto	144	José Alves de Oliveira
101	Gabriel Nubile	145	José Augusto Borges do Rosario
102	Georgina Gibrail Tanús	146	José Benedicto de Oliveira
103	Germano José da Silva	147	José Bernardo Alves da Silva
104	Germano Quirino	148	José Bernardo Gomes
105	Henrique Pereira dos Reis	149	José Borges de Oliveira
106	Herminia de Morais Ayres	150	José Conti
107	Honório Antonio Fidelis	151	José Corrêa da Silva
108	Irineu josé Peixoto	152	José dos Santos Porto
109	Irineu Mello Filho	153	José Feliciano Corrêa
110	Jayme Ferreia de Almeida	154	José Feliciano Pimenta Junior
111	Jayr Ayres de Souza	155	José Ferreira da Paixão
112	Joanna Firmina Chaves de Andrade	156	José Ferreira de Almeida
113	João Alfredo de Meirelles	157	José Firmino Moreira
114	João Antero Pereira	158	José França
115	João Appolonio dos Santos Padua	159	José Francisco dos Santos
116	João Carlos da Silva	160	José Francisco dos Santos Dias
117	João Facundo Netto	161	José Gomes da Silva
118	João Francisco de Barros	162	José Gomes Pereira
119	João Francisco de Oliveira	163	José I. Pinto Vieira
120	João Francisco do Amaral	164	José Joaquim Pacheco
121	João Gibrail Tanús	165	José Nubile
122	João Guimarães Gama	166	José Rodrigues de Aquino
123	João José Barata	167	José Tertoliano de Oliveira
124	João José Vieira	168	José Theophilo da Costa Moreira
125	João Lemos Santos Dias	169	José Vieira Ramos Filho
126	João Marcelino de Moura	170	Judith Mello
127	João Mathilde do Nascimento	171	Julieta Alves de Avelar
128	João Pedro da Costa	172	Julieta Sampaio Ferreira Mayrinch
129	João Pedro de Castro	173	Julio Peres dos Santos
130	João Pimenta	174	Justos José Teixeira
175	Juvelino Alves Da Cruz	219	Maria Borges de Oliveira Lima
176	Juvencio Malvão de Oliveira	220	Maria da Conceição de Souza Lima
177	Ladislau Antonio Moreira	221	Maria da Gama Veiga
178	Lauro Ayres da Gama Bastos	222	Maria da Gloria de Oliveira e Silva
179	Leoncio Appolinario Pereira da Cruz	223	Maria das Dores Dias Vieira
180	Leontino Carlos de Mello Souza	224	Maria Eugenia Ayres de Castro
181	Luiz A. P. da Cruz	225	Maria Francisca de Oliveira Torres
182	Luiz Alves da Cruz	226	Maria Joaquina da Cruz Pombo
183	Luiz Antonio Pereira da Cruz	227	Maria Joaquina de Almeida Padua
184	Luiz Francisco da Silva	228	Maria José Ayres de Magalhães
185	Luiz José Vieira Ramos	229	Maria Luiza do Espirito Santo
186	Luiza do Amaral França	230	Maria Pinheiro do Nascimento Cezar
187	Luiza maria dos Remédios	231	Maria Rita do Carmo

ANEXO 14 – Pág. 4

188	Manoel Antonio Lopes	232	Mariana Bernarda da Conceição
189	Manoel Antonio Ribeiro	233	Marietta Magalhães Reis
190	Manoel Ayres de Souza	234	Miguel Pereira Lima
191	Manoel Ayres Martin	235	Miguel R. de Carvalho
192	Manoel B. Rodrigues de Carvalho	236	Narciso de Oliveira Pinto
193	Manoel Carlos Nunes de Oliveira	237	Nestor Benedcto Miranda
194	Manoel de Jesus Torres	238	Nestor Torres
195	Manoel Ferreira dos Santos Padua	239	Nicolau Francisco do Nascimento
196	Manoel Gilherme Dias	240	Octavia Sampaio Mayrinch
197	Manoel Gonçalves de Souza Lima	241	Octaviano Gomes
198	Manoel J. de Oliveira e Souza	242	Octavio Gama
199	Manoel Joaquim da Silva	243	Odores de Figueiredo
200	Manoel Joaquim de Souza	244	Olga da Gama
201	Manoel Joaquim Rodrigues	245	Olivio Menezes do Nascimento
202	Manoel José Custódio	246	Oscar Feliciano Correa de Andrade
203	Manoel José de Barros	247	Oséas Martins de Almeida Junior
204	Manoel José Elisbão	248	Palmyra Moura Barros Madureira
205	Manoel Lopes de Moura	249	Paulina Maria da Conceição
206	Manoel Loutero	250	Paulino José de Lima
207	Manoel Luiz de Souza	251	Pedro Antonio Veríssimo
208	Manoel Mariano dos Santos	252	Pedro Feliciano Corrêa
209	Manoel Paulino da Bulhões	253	Pedro José de Souza
210	Manoel Rubeiro Rosa	254	Pedro José Pereira da Cruz
211	Manoel Sivirino	255	Pedro Manoel de Andrade
212	Manoel Theodoro do Nascimento Oliveira	256	Pedro Moreira Homem da Costa
213	Manoel Valenino Lopes	257	Pedro Peres dos Santos
214	Manoel Virgino Cananéa	258	Philadelpho goçalves Penha
215	Manoel Wenceslau	259	Protasio França
216	Maria Augusta de Oliveira Torres	260	Pulucema da Silva Miranda
217	Maria Ayres de Santa Rosa	261	Rangel Paulo dos Santos
218	Maria B. da Costa Moreira	262	Renato Pinto de Avellar
263	Rita da Costa Moreira		
264	Rita de Cassea Gomes de Almeida		
265	Rita Margarida Teixeira de Souza		
266	Roque Joaquim da Silva		
267	Rosalina Monteiro de Oliveira		
268	Sabino Gregorio dos Santos		
269	Salomão David Sallibe		
270	Sebastião Ferreira Belchor		
271	Silvino Ferreira Soares		
272	Sylla de Ururahy Macedo		
273	Theophilo João de Andrade		
274	Theophilo Ramek		
275	Thomaz Augusto Cesar		
276	Tubio Ayeres da Gama Bastos		
277	Vicente Villela Bastos		
278	Vicentina Padua de Castro		
279	Victor Januario de Castro		
280	Virgilio Alves da Cruz		
281	Waldemar Mathias		

Fonte: Acervo Paróquia N.S. dos Remédios, DA

ANEXO 15 – Pág. 1

Jornal "O Paratiense" Nº 1, 1952

Diretores:
Astrogildo Costa e
B. Miranda Nascimento

O Paratiense

Redatores:
José Kleber M. Cruz e
Oscar L. Rosario Filho

Jornal independente, noticioso e informativo, dedicado aos interesses do Município de Parati - Estado do Rio
Órgão oficial do Centro Paratiense

ANO I | Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1952 | N.º 1

O Paratiense

É com prazer que apresentamos em seu primeiro número "O Paratiense", jornalzinho dedicado aos interesses do Município de Parati e consequentemente difusor da vida social do "Centro Paratiense" e suas finalidades. Escrito pelos membros da colonia paratiense residentes nesta Capital, em Santos, S. Paulo e outras cidades do país, que poderão externar pela palavra escrita, suas opiniões em defesa da terra onde nascemos e da melhor organização do nosso Centro.

"O Paratiense" será o porta-voz das nossas aspirações, sem paixões partidárias, cooperando com as autoridades, sempre que se oferecer oportunidade, para o bem e progresso de nosso município.

Assim sendo, esperamos contar com a cooperação da grande colônia paratiense localizada nesta Capital, Niteroi, São Paulo, Santos, etc., com a qual lutaremos na defesa e engrandecimento do nosso Centro e da terra querida onde nascemos.

Nunca esqueça o homem de que DEUS o vê em todos os seus atos, conhecendo cada um dos seus secretos pensamentos, vendo em cada ação o verdadeiro móvel que a inspira.

Bezerra de Menezes

SÚPLICA

De Djalma de Andrade
A Nossa Senhora dos Remédios

Que eu faça o bem — e de tal modo o faça
que ninguem saiba quanto me custou.
Mãe! Espero de Ti mais esta graça:
Que eu seja bom, sem parecer que o sou.

Que o pouco que me dês me satisfaça:
e, se, do pouco mesmo, algum sobrou,
que eu leve essa migalha onde a desgraça
inesperadamente penetrou.

Que a minha mesa, a mais, tenha um talher
que será, minha Mãe, Senhora nossa,
para o pobre faminto que viér...

Que eu transponha tropeços e embaraços,
mas não coma, sòzinho, o pão que possa
ser partido por mim em dois pedaços.

UMA ESTRADA!...

ESTE É O APELO, ANGUSTIOSO DE UM POVO!

JOSÉ KLEBER MARTINS CRUZ
Acadêmico de Direito

Parece mentira, que no século em que vivemos, cercados pelas manifestações mais radiantes do progresso, ainda exista, a cem passos da capital do Brasil, uma cidade agonizante.

As opiniões variam sôbre a situação de Parati; uns acham que a cidade está morta, outros que vai evoluir, outros, ainda contestam todas as palavras meritórias que aparecem.

Eu a considero agonizante; e que me apresentem dados contrários?!

Se o titulo acima, não chamar a atenção de ninguem, a culpa não é minha. Se na verdade as estradas são as veias do progresso, onde circulam, os meios econômicos, precisamos criar estradas em Parati, ou melhor, dar uma transfusão de sangue, para salvar a doente.

Eu sempre disse, que Parati é um "Paraiso Perdido"! A célebre carta de Caminha, parece que foi feita para aquele município: "em si plantando, tudo nela dará", diz a carta.

ANEXO 15 – Pág. 2

E se a natureza, se apresenta ali, jovial e forte, não a podemos deixar esmorecer no cansaço de tanto esperar.

Vamos deixar de viver no passado. Vamos abrir o "baú", velho e enferrujado, limpar a poeira do tempo, e queimar a papelada roida e amarelada. Já chega de viver no circulo vicioso! Se Parati, há cem anos atrás, foi fulgurante, foi rica, foi... o que a história nos conta; não o é agora. Porisso, sejamos realistas. Se é preciso queimar o passado, é mais do que necessário, rejuvenescer as razões de existência do nosso povo. Para que, ainda continuam lutando os paratienses que residem lá?

Para comer e dormir? Para apenas mandar limpar as ruas? (quanto a administração).

Se os dirigentes, não tomarem uma providência; se o seu povo não gritar, não formar uma coesão, sem partidarismo, o que será da nossa cidade?!...

Se, Parati obtivesse uma renda regular; se possuisse dinheiro à disposição dos dirigentes para construir alguma coisa; aí poderiam disputar o prazer, de fazer o bem a comunidade. Mas não temos nada disso e não há razão de ser, a politica, ou melhor a politicagem, que impera por lá. Para que tanta "peleja"? Para depois encomendar o enterro da cidade?

Não quero causar com as minhas palavras, contrariedades aos senhores dirigentes. Sei muito bem que as culpas não são dêles. Sei que é difícil governar, dependendo de esmolas. O fito do meu brado, é apenas estimulante e realista, é apenas uma promessa de honra que fiz: — quando eu escrever, em algum jornal de Parati, será para pedir estradas. Assim, sendo, estou cumprindo.

COMO EU VI, PARATÍ

Escreveu - MANOEL BLASQUEZ
Vereador pelo Distrito Federal

Quem não teve a felicidade de visitar a centenária, tradicional e histórica cidade fluminense, situada no Município do mesmo nome, supõe tratar-se, quando falam, de um vilarejo, inexpressivo, semelhante a alguns que existem no interior.

Essa ficção criada por uma imaginação errada, comum no cérebro humano, não se justapõe e, derroga-se como tudo que não expressa a verdade. Enquadro-me perfeitamente, não fujo à regra, não sou nenhuma exceção

A princípio pensava assim. Entretanto, depois de conhece-la desapareceu, como por encanto, o juizo simples que rolava em minha mente, como si fosse uma cidade vulgar, idêntica a um vilarejo, situado num dos rincões do município.

E porque tais deduções obscuras? — Causa e mal geral — É que ficamos aferrados onde vivemos, partindo o nosso consciente, em busca de sensacionalismo, fruto direto da falta de conhecimento, acuidade e, leitura da nossa corografia.

Todavia, si não acreditarem nas minhas palavras sinceras, convido-os a visita-la e, tenho a certeza que não se arrependerão. Encontrarão de tudo. Desde as belezas naturais que contornam a cidade, destacando-se a grande serra do Ariró, com as suas florestas espessas e vastissimas, a grande planicie, fértil, onde a cultura do arroz, café e cana assume a liderança na contribuição e riqueza do Município. Do outro lado, a bela baia, com belas praias dando-lhe o acabamento indispensável, a uma cidade litorânea.

No que infere as cousas construidas pelos homens, temos um campo vasto para dissertar. Entretanto, citemos apenas algumas construções importantes, como sejam, a Santa Casa de Misericórdia, as igrejas locais, entre elas a da Padroeira da cidade e, o grupo escolar, onde ministra-se com proficiência a alfabetização de crianças e adultos.

Assim, falando, numa linguagem simples, porem sincera, estou cumprindo com o meu dever. Daí, não se justificar as ficções que sempre são incertas.

Exórto portanto, aqueles que duvidarem das minhas

Há poucos dias indo em comissão ao Palácio do Ingá, ouvi dos lábios do nosso conterrâneo, Dr. Heitor Gurgel do Amaral, que o DD. Governador, nosso conterrâneo tambem, faria as duas estradas tão necessárias para o nosso Município.

Que os anjos digam: amem!

ANEXO 15 – Pág. 3

Monsenhor Helio Bernardo Pires

Não poderiamos passar sem tornar pública o nosso profundo sentimento pela morte do nosso Vigário, que deu mais de 40 anos de sua vida preciosa, aos serviços da Igreja e do povo de Paratí.

Os corações dos paratienses, ainda agora, estão de luto, pelas lembranças contínuas da sua presença sempre querida.

Alma devotada à causa de Jesus. Espírito alevantado pelos mais altos ideais cristãos. O Padre Helio, como era chamado, sempre foi o conselheiro, o unificador, o professor, o orador, enfim, servia com denôdo a tudo que lhe pediam.

Quantos jovens foram batizados por êle; quantos casais êle uniu pelos laços indissolúveis do matrimônio; quantas primeiras comunhões acompanhadas das advertências eternas; quantos receberam, na última hora, dos seus lábios o alivio para os seus pecados.

Aos monumentos que Paratí possue, juntamos agora a memória do Monsenhor Hélio Pires.

A Diretoria do Centro Paratiense tem a subida honra de convidar a todos os integrantes da "Caravana da Saudade", para no dia 8, às 9 hs. da manhã, reunirem-se em frente ao obelisco da Bandeira, no cais de desembarque, em Paratí, para dali seguirem reunidos, afim de homenagear condignamente ao nosso ilustre conterrâneo Dr. Augusto do Amaral Peixoto e sua comitiva.

---

palavras, que decantaram a Paratí, neste pequeno artigo, a darem um pulinho até lá. Depois dirão, que dei a Cesar o que é de Cesar e, a um povo honrado as glórias que merecem.

Dr. Augusto do Amaral Peixoto

Partirá hoje de Angra dos Reis, em lancha especial, formando assim a segunda "Caravana da Saudade", rumo ao Municipio de Paratí, onde chegará às 9 horas da manhã, o ilustre morador Dr. Augusto do Amaral Peixoto e sua Excelentíssima Esposa. Integrando esse grande Caravana, seguirão outros ilustres descendentes de tradicionais familias de nossa terra, destacando-se entre eles os nossos presados amigos Dr. Heitor Gurgel, Secretário particular de sua Excia. o Senhor Governador e Deputado Vasconcelos Torres.

A Caravana do Centro Paratiense no Rio de Janeiro, que deverá chegar no dia 6 àquela cidade, comparecerá em peso, no cáis de desembarque para prestar uma significativa homenagem aos ilustres visitantes. Apresentará as boas vindas em nome do Centro Paratiense o seu Presidente sr. Astrogildo Costa. Em seguida usará da palavra o jovem Acadêmico José Kleber Martins Cruz, Secretário interino do Centro que saudará aos récem-chegados.

Novo Vigário

Em substituição ao saudoso Monsenhor Helio Pires, acha-se investido, desde os primeiros dias de agosto, das funções de pároco na cidade de Paratí, o Reverendo Padre João Evangelista, que para lá foi designado por S. Emin.ª D. José, Bispo da respectiva Diocese, em Barra do Piraí.

Auguramos muitas felicidades ao novel ministro de Deus, que foi recebido com bastante simpatia e esperançosamente pelos seus paroquianos.

SE TE QUERO?

Se te quero? Quantas vezes sòzinho, perdido na solidão dos próprios pensamentos, busquei bem no intimo do coração a sincera resposta para esta frase simples, mas tão significativa.

Se te quero — E o coração responde na voz do meu carinho que te conduz suavemente aos píncaros das montanhas do meu sonho!

Se te quero? E o coração responde, fazendo éco as estrelas... Quantas noites na solidão crepuscular da saudade, falei com elas na linguagem sincera dos meus anseios.

Se te quero? Promessas... Palavras que ficam esculpidas no ouro cintilante das ingênuas confidências e que o tempo jamais apagará... Mãos trêmulas que se unem temendo um dia a inevitável separação... destinos que se cruzam nos caminhos da vida, descobrindo novas estradas, afastando as angústias dos espinhos das decepções...

Se te quero? O mar tem cintilações extranhas, diferentes, porque me faz recordar os olhos teus. É o poema da minha grande ternura.

Se te quero? Um dia a realidade dirá de tudo o que sonhei. E verás então o quanto eu te quero!

Se te quero? Oh! se eu te quero.

O. L. Rosario Filho

A morte despe-nos dos nossos bens para nos vestir com nossas obras — J. Petit Senn

ANEXO 15 – Pág. 4

SOCIAIS

BATISADOS

Transcorreu a 31 de agosto pp. o batisado de Rita de Cassia, filha do casal Adyr-Orlando Carpinelli. Na mesma data foi levado à Pia Batismal o menino Benedito Orlando, filho do sr. Benedito e sra. Augusta Gomes da Silva.

Foram padrinhos de ambos os petizes, o sr. Orlando Montes e Exma. senhora.

ELIANE

Este é o nome da interessante netinha do nosso prezado amigo Astrogildo Costa, Diretor do nosso jornalzinho e Presidente do Centro Paratiense, que no dia 31 do mês pp. recebeu na Matriz de Sto. Antonio em Duque de Caxias a confirmação do batismo, servindo de madrinha a gentil senhorita Odaléa Salcêdo.

Aos seus extremados pais o nosso amigo Alair e sua Exma. esposa os parabens de "O Paratiense"

ANIVERSARIOS

Fez anos no dia 29 de agosto pp., a nossa distinta conterrânea D. Sabina Corrêa de Almeida (D. Vida), residente em Benfica.

Aniversariou a 2 do corrente, a distinta proprietária do Hotel "Balança, mas não cái", de Parati, D. Geralda de Alvarenga Corrêa.

No dia 4, a graciosa sta. Alba Rosália Corrêa de Almeida, filha de D. Sabina Corrêa de Almeida, aniversariou.

Registramos com prazer, o aniversário natalicio da distinta conterrânea sra. Beatriz de Almeida Marques, residente em Benfica, a realisar-se no dia 9.

No mesmo dia contará mais um ano, o sr. Serafim Sergio do Nascimento, progenitor do nosso Diretor sr. Benedicto Miranda do Nascimento.

No dia 11, colherá mais um botão no jardim de sua existência, o garoto Aldo, caçula da familia Benedicto Pereira da Cruz.

Faz anos no dia 12, a sra. Auta de Alvarenga Araujo, genitora do sr. Lupercio Soares Filho.

Tambem faz anos no dia 12, o nosso ilustre conterrâneo e um dos maiores batalhadores pela causa Paratiense, sr. Oscar Luiz do Rosario.

Dotado de espirito altivo, de tenacidade, de amor à nossa terra, o aniversariante é uma reserva de incentivo que os outros componentes do Centro, vêm se apoiar.

Parati muito deve a este homem humilde e sincero. O Centro Paratiense, se tomou um grande impulso, foi movido pela sua força de vontade e pelo seu entusiasmo ferrenho.

A êle, pois, um dos organizadores da Caravana, as mais singelas homenagens, d' "O Paratiense", rogando a Deus pela sua felicidade, juntamente aos demais membros da sua familia.

Faz anos no dia 17, o interessante menino, Sergio, filho do sr. José Zamigotti Machado e da sra. Irma Martins Cruz Machado, residentes em Pádua.

A todos os aniversariantes as nossas sinceras felicitações.

VIAJANTE

Partiu desta Capital, a 5 do corrente, com destino a Santos, o jovem Osmar Luiz do Rosario, 3.º maquinista do Lloyd Cuba, filho do sr. Oscar Luiz do Rosario, Diretor do Centro Paratiense.

CENTRO PARATIENSE

Desenvolve-se plenamente a "Caravana da Saudade" que a exemplo dos anos anteriores, o Centro Paratiense vem realisando à cidade de Parati, nos dias 6, 7, 8 e 9 do corrente.

O PARATIENSE
EXPEDIENTE
Redação e Administração
Travessa Cordeiro, 9 — Abolição
Assinaturas:
1 ano . . . . . Cr$ 30,00
6 meses . . . . . Cr$ 20,00

Leitor amigo! Ingresse no Centro Paratiense. Ali encontrará solução para os casos de nossa terra e de nossa gente.

Dr. Alexandre França Conti
Cirurgião-Dentista
Assistente da Faculdade Fluminense de Medicina
Diariamente às 13 horas
RUA CONCEIÇAO N.º 13 - 4.º andar - Sala 403
Edifico Sulcoop
Telefone 7272 — NITERÓI

ANEXO 15 – Pág. 5

Jornal "O Paratiense" Nº 2, 1955

O Paratiense

Diretores: Astrogildo Costa e Benedicto Nascimento

Jornal independente, noticioso e informativo, dedicado aos interesses do Município de Paraty - Estado do Rio
Órgão social da Colônia Paratiense.

ANO I | Rio de Janeiro, Setembro de 1955 | N. 2

A FESTA DA PADROEIRA

A linda imagem de N. S. dos Remédios, excelsa padroeira da cidade de Paraty

Conforme estava programado, realizou-se no dia 8 do corrente, a tradicional festa de nossa Padroeira N. S. dos Remédios, que constou de missa cantada e comunhão geral, procissão e à noite animado leilão de prendas.

Barraquinhas de doces, de sortes e de jogos espalhadas pela praça, bem como os fogos de artifício que periodicamente surgiam no espaço, eram algo de interessante e belo em meio ao ambiente festivo da noite da Virgem dos Remédios.

Tambem o conjunto musical dos Almeida Cruz, levado pela Caravana da Saudade, do Centro Paratiense, muito concorreu para o brilhantismo de todas as festividades.

Lembrem-se de que o lar não deve ser, em nenhum momento, campo de batalha e, sim, permanente refúgio de paz.

Vista da praça Protogenes Guimarães, vend... magestosa e bela a Igreja Matriz, morada ... Chefe-Mater de todos os paratienses.

ANEXO 15 – Pág. 6

Caravana da Saudade

Promovida pela Diretoria do Centro Paratiense, como vem se verificando todos os anos, seguiu para Parati no dia 7 e regressou a 9 do corrente, a «Caravana da Saudade», sob a direção dos nossos distintos conterrâneos Srs. Horacio Walfrido e Oscar Rosario.

Bastante satisfeitos voltaram os paratienses de mais essa excursão, onde foram em adoração à nossa padroeira N. S. dos Remédios, em visita a parentes e amigos e ainda, matar as saudades da terra querida, da qual o paratiense jamais esquece, esteja ele onde estiver.

Abrilhantou, não só a excursão, mas, tambem, as festividades em louvor a Nossa Senhora dos Remédios, o afinadissimo conjunto musical, levado pelo Centro e sob a direção dos Almeida Cruz, que nunca medem sacrificios para a realização dessas excursões à nossa terra.

Todo o programa traçado, foi religiosamente realisado, recebendo ainda, o Centro Paratiense, por ocasião do tradicional baile da Caravana, que se realizou nos salões do Paratiense A. Clube, uma significativa homenagem do Prefeito local, nosso prezado amigo e conterrâneo Sr. Aloisio de Castro, na qual usaram da palavra vários oradores, entre eles o nosso velho [illegible] Dr. Mario Caldas, Ve[illegible] dedicado amigo de [illegible] o Sr. Prefeito [illegible] Paratienses, [illegible]-voz da colônia, [illegible]a homenagem, de[illegible]m governo de paz e [illegible]para a nossa terra.

O Sr. Oséas Filho voltou maravilhado

De seu regresso da terra natal, onde foi em visita ao seu progenitor e parentes, o nosso distinto amigo e conterrâneo Sr. Oséas Martins de Almeida Junior, ouvido pelo «O Paratiense», sobre as impressões que trouxera, fez as seguintes declarações:

— Desta vez, eu trago de nossa terra, a melhor impressão. Parece que chegou enfim, a nossa vez.

Nota-se que o progresso vem dominando aquelas paragens, seja pelo desusado movimento reinante na cidade, seja pelo interesse na compra de imóveis ou nas construções. Tudo vem se valorizando rapidamente.

Quanto ao setor administrativo e politico, tambem evoluimos. O atual Prefeito está governando nas mesmas normas adotadas pelo Governador do Estado: não conhece correligionários nem adversários quando tem que aplicar as exigências da lei.

Achei tudo em ordem e, a preocupação dos nossos conterrâneos ou melhor, da população, é trabalhar para a grandeza do municipio.

Viajantes ilustres

Em viagem de negócios esteve em Santos e São Paulo o nosso distinto amigo e conterrâneo Sr. José Rodrigues de Aquino Junior, industrial e agricultor em nossa terra e negociante nesta capital.

Esteve nesta capital o nosso amigo e conterrâneo Sr. José França, conceituado negociante em nossa terra.

SOCIAIS

ANIVERSARIOS

No mês de agosto pp., a Sra. Gertrudes Spittel da Gama, esposa de nosso conterrâneo Sr. Edgard Dias da Gama.

No dia 2, o peralta Jorge, filho de nosso amigo Geraldo de Almeida Cruz.

No mesmo dia, a nossa conterrânea Sra. Geralda de Alvarenga Corrêa.

No dia 4, a graciosa Sta. Alba Rosalia Corrêa de Almeida, filha de D.ª Sabina Corrêa de Almeida.

No dia 9, o Sr. Serafim Sergio do Nascimento, progenitor de nosso Diretor Sr. Benedicto Miranda do Nascimento.

No mesmo dia, a Sra. Beatriz de Almeida Marques.

No dia 10, a Sra. D. Ondina Sampaio, virtuosa esposa de nosso amigo e conterrâneo Sr. José Apulchro de Sampaio, negociante nesta praça.

No dia 11, o garoto Aldo, filho de nosso amigo e conterrâneo Sr. Benedito Pereira da Cruz.

No dia 12, a Sra. Auta de Alvarenga Araujo, genitora do Sr. Lupercio Soares Filho.

No mesmo dia, o nosso amigo e conterrâneo Sr. Oscar Luiz do Rosario, funcionário do City Bank e tesoureiro do Centro Paratiense.

Ainda no dia 12, D.ª Olinda Salcêdo, negociante em Duque de Caxias e sogra de nosso amigo e conterrâneo Sr. Alair de Oliveira Costa.

No dia 17, o nosso amigo Sr. Expedito de Almeida Cruz.

ANEXO 15 – Pág. 7

COMO AMPARAR A LAVOURA?

Combatendo cinco pragas

Muito se tem falado e planejado para amparar a nossa lavoura afim de aumentar a produção, único processo para baratear o custo da vida.

Infelizmente, no entanto, ninguem toca no ponto nevrálgico da questão, não por ignorância, mas para não ferir interesses capitalistas que são os mantenedores das cinco pragas responsáveis pela queda da produção, pelo exodo dos campos e aumento das favelas.

Constituem essas cinco pragas os seguintes males:

1.º — Latifundiários
2.º — Intermediários
3.º — Meação
4.º — Formiga
5.º — Falta de transporte.

Não incluimos outros males como sejam, falta de assistência social, alfabetização, assistência técnica, etc.

Dessas cinco principais que imperam nos campos produtores e atacam implacável e especialmente o pequeno agricultor, a mais perigosa é o latifundiário, o tal que não planta nem deixa plantar e quando consente explora. Dele procede a meação e o intermediário.

Enquanto não surgirem, por parte dos governos, providências para garantir ao homem do campo a posse futura da terra que lavra, pelo processo de módicas prestações anuais, dando-lhe assistência técnica e financeira, através de Núcleos Coloniais, não teremos produção e nem diminuirá o exodo da população rural.

(Continua no próximo número)

CURSO DE CLASSIFICADORES DE ARROZ, MILHO E FEIJÃO

O Ministro Snr. Munhoz da Rocha baixou instruções para o funcionamento de um avulso para formação ificadores de arroz, lho, na séde do Economia Rural da Agricultura, abro corrente, a abro.

atriculas encerram-se do mês em curso.

Empreza de Nav. Sul Fluminense

Podemos informar com segurança, o que será para nossa terra uma alviçareira noticia, que S. Excia. o Governador do Estado Dr. Miguel Couto Filho, está tomando todas as providências para resolver a situação de dificiência em que se encontra a Empreza de Navegação Sul Fluminense, substituindo os velhos rebocadores por novos, mais rápidos, mais seguros e confortáveis, atendendo assim, a uma velha aspiração das populações de dois municipios — Angra dos Reis e Parati, que diariamente arriscam suas vidas naquelas viagens cheias de apreensões.

No próximo número será divulgada noticia mais detalhada, com a entrevista de nosso Diretor com o Snr. Secretário da Viação, em a qual será focalisado o caso da Empreza de Luz e Fôrça.

Resposta do Probl. do Mocó

Horizontal: Ema - Pia - Ca - As Dor - Rodos - Mel - In - Ré Lua - Sal.

Vertical: Eco - Ma - Ia - Asa Poder - Dom - Rol - Vil - Fel Nu - Rã.

Esportes em Parati

Seção a cargo do redator TORINO

CRAQUES EM REVISTA

Hoje focalisamos o valoroso craque Milton França

Este craque está no cartaz isso em virtude de sua personalidade.

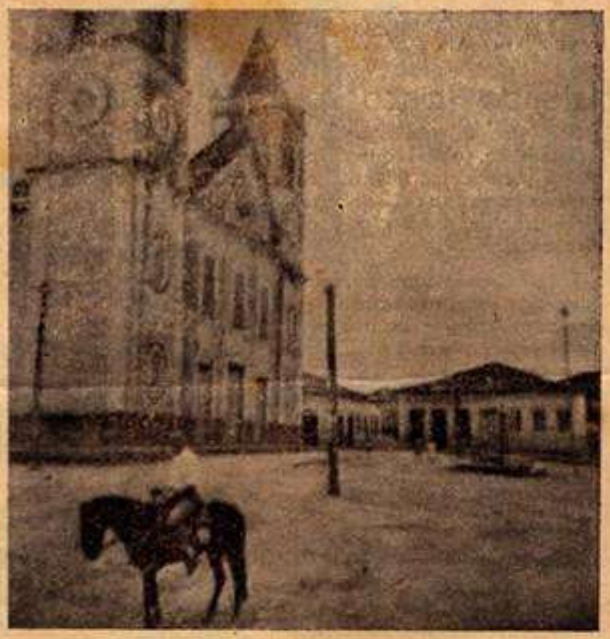
Milton que reputamos um grande jogador, possuidor de admiravel técnica, conta com amplas possibilidades de ainda vir integrar no futebol profissional.

Milton iniciou a sua carreira futebolistica nas peladas do Pontal, sendo convidado por um diretor a ingressar nas fileiras do Paratiense A. C., onde conseguiu diversos titulos para o seu clube. Mais tarde, por motivos particulares passou a residir no Rio de Janeiro, sendo convidado a ingressar em vários clubes amadores da Capital Federal.

De volta à sua terra natal, ingressou novamente no seu antigo Clube, onde atua com grande brilho, em qualquer posição da linha atacante do respeitado esquadrão paratiense.

Parabens, ao grande craque Milton.

ANEXO 15 – Pág. 8



Vista parcial de Cunha, Estado de São Paulo, vendo-se a Igreja Matriz da linda cidade serrana.

UMA JUSTA HOMENAGEM

Os municipios de Parati e Cunha, que agora se encontram ligados através da tão almejada Rodovia da Serra, ora construida por iniciativa particular de seus filhos, nada mais fizeram do que solidificarem uma ligação há muito existente entre esses dois povos amigos, verificada pelos laços de uma amizade cordial e sincera demonstrada pela reconhecida hospitalidade de ambos.

E, é através desta nota, que «O Paratiense» regista, para prestar uma homenagem póstuma ao nosso saudoso amigo Dr. Alfredo Casemiro da Rocha, que, como médico naquela cidade, político de real prestigio, em que ocupou por várias legislaturas as cadeiras de Deputado e Senador da República, sempre dedicou especial carinho à população paratiense e batia-se pela construção da Estrada da Serra, que ele considerava a chave do progresso para esses dois municipios.

SEÇÃO PASSATEMPO

Helaldeli

Respostas das Charadas do número anterior:

1) Delirio — 2) Revolver
3) Copacabana — 4) Piroga.

O PARATIENSE

Redator - Oscar Luiz do Rosario Filho

Provisoriamente, qualquer correspondência para B. M. Nascimento Trav.ª Cordeiro, 9 - Abolição

Assinatura anual... Cr$ 70,00
Assinat.ª semestral. Cr$ 40,00

ANIVERSARIOS (Cont.)

No dia 17, o menino Sergio, filho do Sr. José Zambrotti Machado.

No dia 19, o Sr. Manoel Ramos, comerciante nesta praça.

No dia 26, a Sra. Maria Sampaio de Abreu, esposa do Sr. Artur de Abreu, comerciante e industrial nesta praça e filha de nosso amigo e conterrâneo Sr. José Apulchro de Sampaio.

CASAMENTO

Realizou-se no dia 3, o enlace matrimonial da Senhorita Terezinha de Almeida Cruz, filha de nosso distinto amigo e conterrâneo Sr. Joaquim de Almeida Cruz, com o Sr. Cassiano Ferreira.

Serviram de padrinhos o Sr. Etel Borges Pires e Senhora Rosa Ferreira Pires.

Aos convidados, que superlotaram a ampla residência do amigo Almeiga Cruz, foi oferecida farta mesa de doces e bebidas.

ANIVERSARIOS DE NÚPCIAS

No dia 6, em Parati onde reside, o distinto casal Saint-Clair - Iolanda.

No dia 30, em Duque de Caxias, o distinto casal Edgard Gama e Gertrudes Spittel Gama.

ENFERMOS

Guarda o leito, acometida de grave enfermidade, a Exm Sra. D. Polucena Mir Pereira, virtuosa es nosso amigo e Sr. Eduardo M

Segundo lau contra-se a i fora de perigo breve se encont mente restabelecid nossos sinceros vot

ANEXO 15 – Pág. 9

PROGRAMA DA FESTA DE N. S. DOS REMÉDIOS - O MUNICÍPIO, 1941

MUNICIPIO DE PARATÍ

Festa da Padroeira

Sob o patrocinio da Prefeitura Municipal

LADAINHAS

MISSAS

SERMÕES

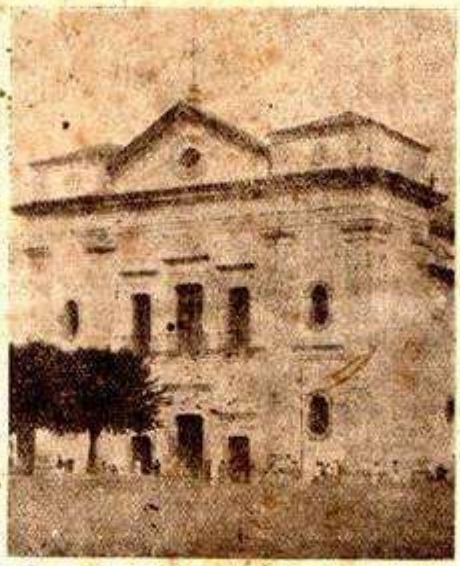
PROCISSÃO

CONFISSÕES

ROMARIAS E COMUNHÃO GERAL

MONUMENTAL OBRA DE PURA CANTARIA E CONCLUIDA EM 1667 PELA BENEMERITA PARATIENSE DONA GERALDA MARIA DA SILVA

Nossa Senhora dos Remédios, Padroeira dos Paratienses



Vista da Matriz

MUSICA

FLORES

FOGOS

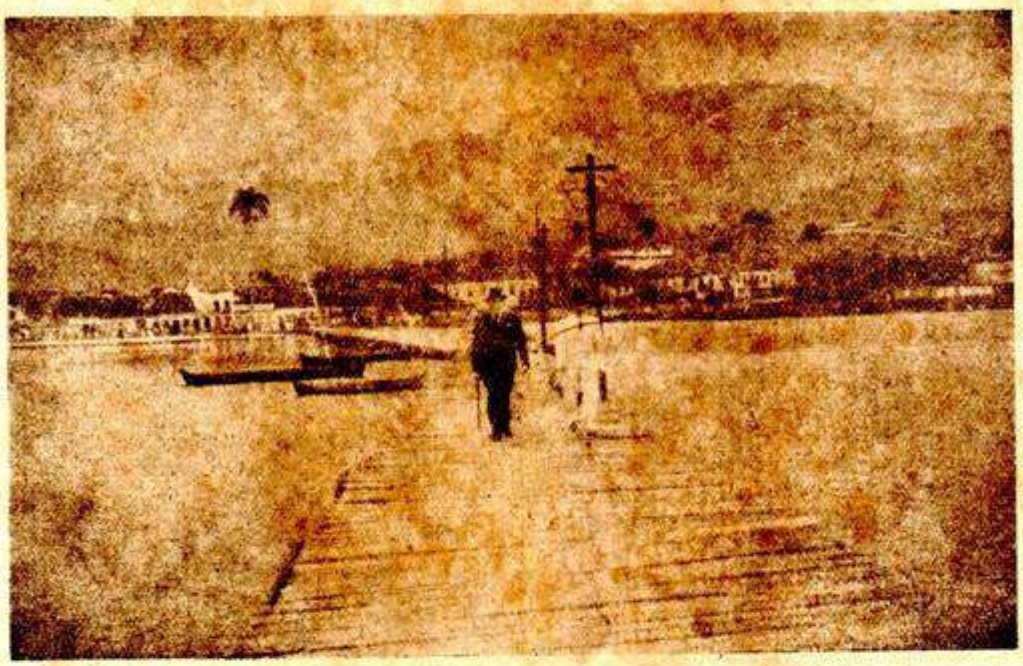
BANDEIRAS

BANDOS PRECATORIOS

FESTA VENEZIANA PROMOVIDA PELA COLONIA Z 7

ESTE TEMPLO EM PLENO ESTILO COLONIAL POSSUE GRANDE QUANTIDADE DE RELIQUIAS HISTORICAS EM PRATARIA E OURO, ALÉM DE QUADROS A OLEO, ETC.

ANEXO 15 – Pág. 10



A cidade de Paratí aguardando a visita de S. Excia. o Sr. Interventor interino Alfredo Neves, vendo-se na ponte o Prefeito Clarimundo Padua e o Juiz de Direito dr. Alberto Maranhão, ex-governador do Rio Grande do Norte

Discrição fisica do Municipio

As terras do municipio são de uma fertilidade admirável, apropriadas a quaisquer especies de cultura, muito especialmente para o plantio da mandioca, feijão, milho, cana de açucar, café e bananeiras. Sua extensão florestal é quasi toda de abundantes madeiras de lei, tais como: Cedro, Aribá, Canela preta, Peroba, Jequetibá, Saguaragi, Urucurana e muitas outras. Na exposição de 1908, coube ao municipio uma medalha de ouro por madeiras expostas, entre as quatro concedidas para todo o Estado.

Possue o municipio muitas cachoeiras com apreciável capacidade entre elas, as de: Mambucaba, Iriri-guassu', Taquarí, Barra-grande, Rio-pequeno, Graúna, Corisco e, Bananal. Esta última a mais proxima da séde do municipio, é a que fornece Luz e Força, com o aproveitamento apenas da terça parte de sua capacidade.

As aguas do litoral são extraordinariamente piscosas em suas quatorze leguas de costa. Entre as suas magnificas enseadas, destaca-se pelas suas condições topográficas a de Paratí-Mirim com a fórma aproximada de uma elipse e oferecendo um vasto ancoradouro de 1700 a 1340 metros, com a NE. e com a profundidade do nivel a seis metros nas marés baixas.

Minerais: segundo estudos de alguns engenheiros mineralogistas, é o municipio possuidor de grandes jazidas de marmores de diversas côres e ferro magnetico.

O ponto culminante do seu territorio é a serra do mar que o divide com o municipio de Cunha no Estado de São Paulo, numa altitude de 1.200 mts.

ANEXO 15 – Pág. 11

Resumo Histórico

Em começo do seculo XVI, foram levantadas as primeiras vivendas (casebres de palha) pelos primitivos colonos, vindo de São Vicente. Levantaram, então, uma capela de que era padroeiro São Roque. Viviam esses primitivos habitantes num verdadeiro estado de independência. Em 1646 edificaram uma outra egreja com a invocação de N. S. dos Remedios. Era porém, tamanha a liberdade em que viviam que com o aumento consideravel da população, começaram a aparecer alguns malfeitores, que obrigaram ao Ouvidor Geral João Villas d'Azevedo, em 1654, representar ao Governo, relatando a situação local. Foi então que, a requerimento de Domingos Gonçalves d'Abreu, Capitão-mór da referida povoação, veiu em 1660 Jorge Fernandes da Fonseca, Capitão-mór da Capitania São Vicente, que, depois de tomar todas as providências necessárias, elevou a antiga povoação à categoria de Villa, com o nome de Paratí, com autorização do Governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Quiz então a Camara Municipal da Ilha Grande embargar aquela creação, alegando pertencer-lhe a referida povoação, havia mais de 50 anos. El Rei D. Afonso VI, porém, informado pelo Governador da Provincia, confirmou a decisão, por carta régia de 28 de Fevereiro de 1667. Mais tarde, por lei provincial n.° 301, de 10 de Março de 1844, e, instalada em 21 de Abril do mesmo ano, foi elevada Paratí à categoria de cidade.

O Municipio de Paratí, pertenceu à Provincia de São Paulo, de 1721 a 1726, quando em uma contenda havida entre os Governos paulista e fluminense, por questão de limites, passou o municipio a pertencer novamente a provincia do Estado do Rio, por decisão de El Rei D. Pedro II, de Portugal.

Esboço do Programa do "Dia da Colonia Z-7" na festa a realizar-se em Paratí, no mês de Setembro de 1941

1.ª PARTE

A's 6 horas da manhã

Hasteamento da Bandeira Nacional no mastro da Colonia.

Salva de 21 tiros.

2.ª PARTE

A's 10 horas da manhã

Missa Campal em honra ao Padroeiro dos Pescadores — **SÃO PEDRO**.

Altar armado no campo em frente às propriedades da Colonia, nele sendo exposta a imagem do Padroeiro.

3.ª PARTE

A's 2 horas da tarde

Regata pelos pescadores da Z 7.

1.° Pareo — SÃO PEDRO — 800 metros. — Canôas a 3 remos de pá. Premio 150$000 (50$000 a cada remador).

2.° Pareo — COLONIA Z-7. — 800 metros. — Canôas a 4 remos de pá. — Premio 200$000 (50$000 cada remador).

3.° Pareo — CONFEDERAÇÃO GERAL DOS PESCADORES DO BRASIL. — Canôas de vóga a 2 remos. — 800 metros. — Premio 300$000 (100$000 a cada remador e 100$000 ao patrão).

4.° Pareo — HONRA. — CIDADE DE PARATÍ. — 500 metros. — Canôas a 1 remo de pá. — Premio 200$000 ao vencedor.

5.° Pareo — PREFEITURA MUNICIPAL. — 800 metros. — Canôas a 2 remos de pá. — Premio 100$000 (50$000 a cada remador).

4.ª PARTE

A's 7 horas da noite

Na sede da Prefeitura Municipal. — Entrega dos premios aos vencedores da regata. — Falará aos pescadores um dos diretores da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

A seguir — Sessão Cinematográfica ao ar livre.

5.ª PARTE

Das 9 horas da noite em diante. — **Baile** oferecido pela Colonia Z-7 ás Familias dos Pescadores.

ANEXO 15 – Pág. 12

PROGRAMA DA FESTA
— DE —
NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS

PADROEIRA DA CIDADE DE PARATI

a realizar-se de 30 de Agosto a 8 de Setembro

A Comissão abaixo designada pelo Revmo. Vigário da Paróquia, fará celebrar, com o auxílio de 50 festeiros, e, sob os auspícios da Prefeitura Municipal, a festa de Nossa Senhora dos Remedios, Excelsa Padroeira desta cidade, que obedecerá ao seguinte

PROGRAMA

Dia 30 de Agosto — A's 19 horas será iniciada na Igreja Matriz, a novena preparatória da festa.

Dia 6 — (Festa dos pescadores anexos).

Dia 7 de Setembro — A's 7 horas, Missa campal no bairro do Pontal, cujo altar será ornamentado com a Bandeira Nacional. A's 14 horas, desfile de todos os escolares do Municipio, os quais, depois de percorrerem as ruas da cidade, seguirão para o bairro do Pontal, onde serão realizados diversos jogos desportivos com premios aos vencedores. A's 19 horas, trasladação da linda e venerável imagem de Nossa Senhora dos Remedios do edificio da Prefeitura para a Matriz, o que será feito também, desde o primeiro dia da novena, com as demais imagens que participarão da solene procissão e que serão ornamentadas na capela da Santa Casa, nas outras igrejas e em residências particulares. Estas imagens são as seguintes: Senhor Bom Jesus, São Benedito, Santo Antonio, São Pedro de Alcantara, São Roque, São Joaquim, Sant'Ana e São José. Depois da Missa campal serão distribuidos por gentis senhoritas da sociedade local pães, carne e vinho aos pobres desamparados.

Dia 8 — A's 4 horas será a população da cidade despertada pelo repique dos sinos, espoucar de foguetes e execução de dobrados pela Corporação Musical "Lira da Juventude". A's 7 horas, Missa rezada e comunhão geral. A's 10 horas, Missa solene, ocupando a tribuna sagrada um pregador que virá auxiliar o Revdmo. Vigário da Paróquia. Após a Missa serão distribuidas aos fiéis significativas lembranças da festa. A's 16 horas, imponente procissão, no qual tomarão parte todas as Irmandades e Associações religiosas, percorrerá o itinerário do costume, sendo ao recolher da mesma entoado o Te-Deum Laudamus. A's 20 horas serão postas em leilão as prendas oferecidas em beneficio da festa.

Todos os átos religiosos da festa serão dirigidos pelo distinto cavalheiro Sr. José Augusto Borges do Rosario, esforçado provedor da Irmandade de Nossa Senhora dos Remedios, oficiados pelo estimado e virtuoso Vigário da Paróquia, Revdmo. Padre Helio Bernardo Pires e abrilhantados pela tradicional Corporação Musical "Lira da Juventude".

Nota: A Comissão muito espera da generosa solidariedade da população para a realização da festa, que deverá constituir não somente um expressivo acontecimento social na sua parte profana, como, principalmente, na sua parte religiosa, um eloquente testemunho espiritual da firmeza de nossa fé e da sinceridade de nossa esperança n'Aquela que é a Intercessora de todas as benções, a Medianeira de todas as graças, o Veículo de todas as misericordias, Obra-Prima da Santissima Trindade, a Virgem Mãe de Deus, a Excelsa Padroeira, Nossa Senhora dos Remedios.

Paratí, 4 de Agosto de 1941.

A Comissão — João Apolonio dos Santos Padua, Francisco Pereira da Rocha, Jesuino de Castro Rubem e Jovino Barreto Neto.

ANEXO 16 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade das Almas do Purgatório de Paraty - 1728

COMPROMIÇO DA IRMANDADE DAS ALMAS DO PURGATÓRIO NA VILLA DE N. S.ss DOS REMEDIOS DE PARATY ANNO de 1728

SS a Villa de N. Snrª dos Remedios/ de Paraty há muitos anos que pedem pª as Almas do Purgatorio e tirão suas esmolas e tem feito os devotos sua Irmandade e de/sejando continuar no zello e augmento dos sufragios lhes he necesa/rio comprimicio para se governarem; para o que oferecem a V. Il.ma /os Capitulos seguintes: para que mandados examinar, se lhe mande/ para Provisão de Ereção, e criação da dita Irmandade.

CAP. 1

Que na véspora do dia de S. Miguel Arcanjo se fará eleyção dos novos officiais que/ houverem de servir prezedindo n'ella o Juiz, Escrivão,/ Thezoureiro, o Procurador, e serão chamados todos os Irmãos que se acharem na/ Villa pra votarem naquelas pessoas que entenderem serem de mais utilidade e/ zello, para mais augmento e serviço de Deos e aquelles que levarem mais vo/tos serão os que servirão no dito anno, para o que se proporão três para cada/ occupação, e se os dittos Irmãos quizerem chamar o Rdo Vigario para os pre/zedir o poderão fazer, e se porã a Eleyção em limpo para dar ao Padre/Pregador.

CAP. 2

Que todas as segundas feyras/do anno mandarão dizer hua missa rezada/no altar do Santo e a ella assistirão quatro Irmãos com todas as tochas acezas,/e suas opas verdes, e esta Missa será aplicada pelas almas de todos/os Irmãos defuntos e esta será dita pelo R.do Vigario, e não

querendo elle/ dizella pela esmolla de trezentos e vinte reis hua poderão eles ditos officiais/ a chamar em tão hum Sacerdote que a diga.

CAP. 3

Todas as vezes que fallecer algú Irmão/ ou Irmaã serão obrigados os officiais que servirem/a mandarem dizer dez Missas pela sua alma e se/for possivel o dizerem se todas no dia/do seu fallecimento, aliaz no dia seguinte, e acompanharão seu corpo à sepultura todos os Irmãos que/ se acharem presentes com suas opas tendo as que cheguem a todos com/suas vellas para o que será obrigada a ditta Irmandade a sua custa a ter/sempre promptas doze opas para com ellas suprir aquelles Irmãos po/bres que na occasião prez.te se acharem para assim poderem acompanhar.

ANEXO 16 – Pág. 2

CAP. 4

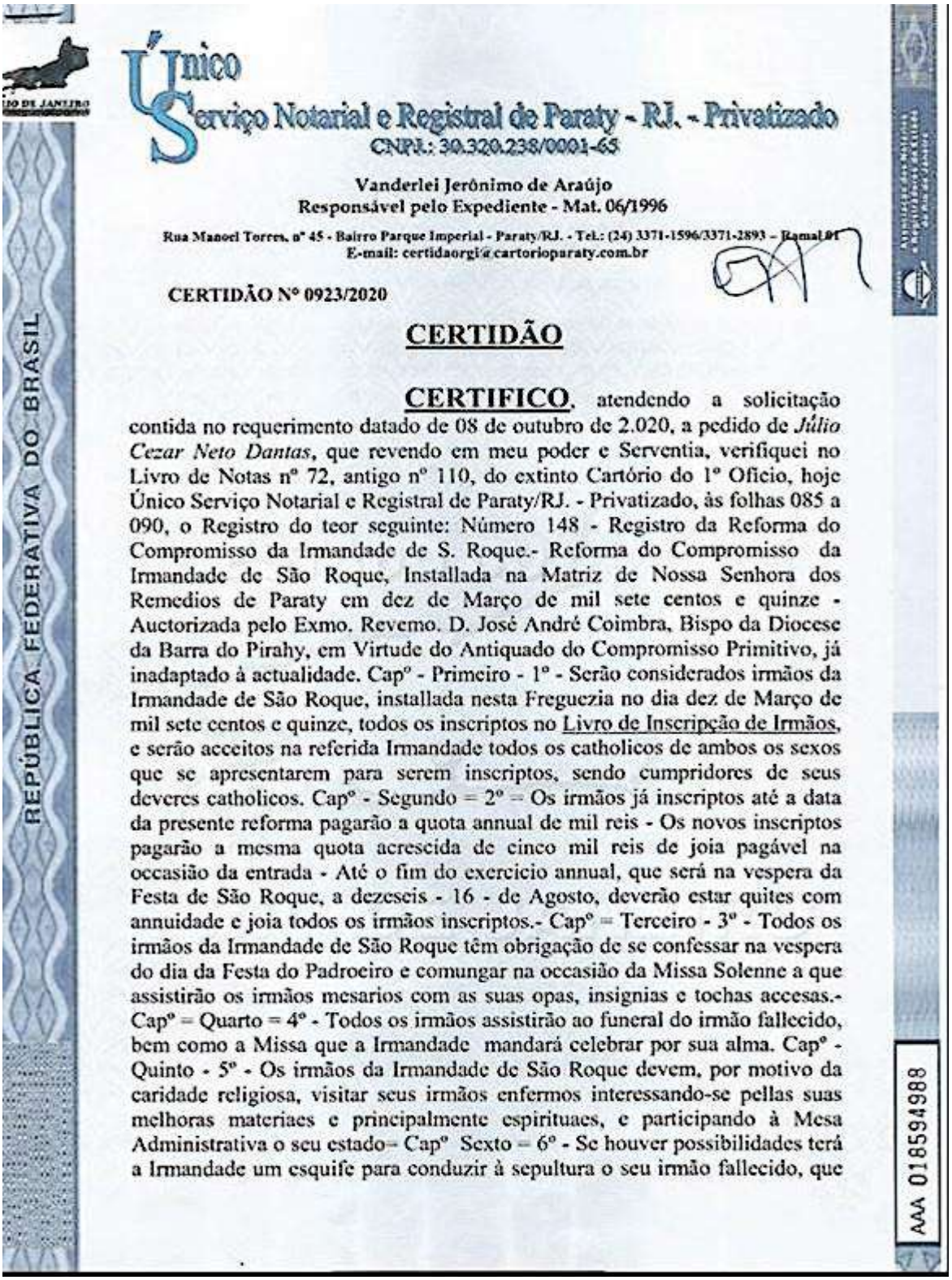
As segundas feyras nomeará a me/za hum Irmão para que com sua opa vara e/bacia pessa por toda a villa esmolla da qual fará entrega ao Thezouro cobran/do delle recibo e todos os mezes a meza tomara conta do que tiver rendido a/bacia e estas esmollas se mandarão dizer em missas pelas Almas do Purgatorio,/ e este rendimento se não divertira pª outra couza alguá; e quando entregar/ os Irmãos a meza nova serão obrigados apresentarlhe certidão das Missas que/ tiverem mandado dizer pertencentes a bacia, e nisso terão muito cuidado os/ novos officiais que entrarem como também tomarem conta se se dicerão as/Missas dos Irmãos defuntos.

Por mando do Illmº Snh, D. R. Antº
de Guadalupe, Recebi este livro, que
há de servir de Compromisso da Irman
dade das Almas, da Frgª de N. Srª dos
Remedios da Vª de Paraty; pª numerar
e rubricar. Rio de Jan.ro a de Julho de
1728

Dizem os Irmãos das Almas da villa de N. S.
dos Remedios de Paraty que a anos continuão
os m.s nozello da dita Irmandade mas como athé
não tem regime para se poderem governar e q.
o Comprimicio do qual oferecem A. V. Ill.ma os capitu
los juntos pª serem mandados Exzaminar p. o
Promotor e ser V. Ill.ma servido mandando
sua Provizão
Pª, V. Ill.ma seja (ilegivel)
dar se lhe passe Provizão de Ere
ção da dª. Irmandade.

ANEXO 17 – Pág. 1

Reforma do Compromisso e Provisão da Irmandade de São Roque de Paraty 1715



Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0923/2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 01859488

CERTIDÃO

CERTIFICO, atendendo a solicitação contida no requerimento datado de 08 de outubro de 2.020, a pedido de *Júlio Cezar Neto Dantas*, que revendo em meu poder e Serventia, verifiquei no Livro de Notas nº 72, antigo nº 110, do extinto Cartório do 1º Oficio, hoje Único Serviço Notarial e Registral de Paraty/RJ. - Privatizado, às folhas 085 a 090, o Registro do teor seguinte: Número 148 - Registro da Reforma do Compromisso da Irmandade de S. Roque.- Reforma do Compromisso da Irmandade de São Roque, Installada na Matriz de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty em dez de Março de mil sete centos e quinze - Auctorizada pelo Exmo. Revemo. D. José André Coimbra, Bispo da Diocese da Barra do Pirahy, em Virtude do Antiquado do Compromisso Primitivo, já inadaptado à actualidade. Capº - Primeiro - 1º - Serão considerados irmãos da Irmandade de São Roque, installada nesta Freguezia no dia dez de Março de mil sete centos e quinze, todos os inscriptos no Livro de Inscripção de Irmãos, e serão acceitos na referida Irmandade todos os catholicos de ambos os sexos que se apresentarem para serem inscriptos, sendo cumpridores de seus deveres catholicos. Capº - Segundo = 2º = Os irmãos já inscriptos até a data da presente reforma pagarão a quota annual de mil reis - Os novos inscriptos pagarão a mesma quota acrescida de cinco mil reis de joia pagável na occasião da entrada - Até o fim do exercicio annual, que será na vespera da Festa de São Roque, a dezeseis - 16 - de Agosto, deverão estar quites com annuidade e joia todos os irmãos inscriptos.- Capº = Terceiro - 3º - Todos os irmãos da Irmandade de São Roque têm obrigação de se confessar na vespera do dia da Festa do Padroeiro e comungar na occasião da Missa Solenne a que assistirão os irmãos mesarios com as suas opas, insignias e tochas accesas.- Capº = Quarto = 4º - Todos os irmãos assistirão ao funeral do irmão fallecido, bem como a Missa que a Irmandade mandará celebrar por sua alma. Capº - Quinto - 5º - Os irmãos da Irmandade de São Roque devem, por motivo da caridade religiosa, visitar seus irmãos enfermos interessando-se pellas suas melhoras materiaes e principalmente espirituaes, e participando à Mesa Administrativa o seu estado- Capº Sexto = 6º - Se houver possibilidades terá a Irmandade um esquife para conduzir à sepultura o seu irmão fallecido, que

ANEXO 17 – Pág. 2

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

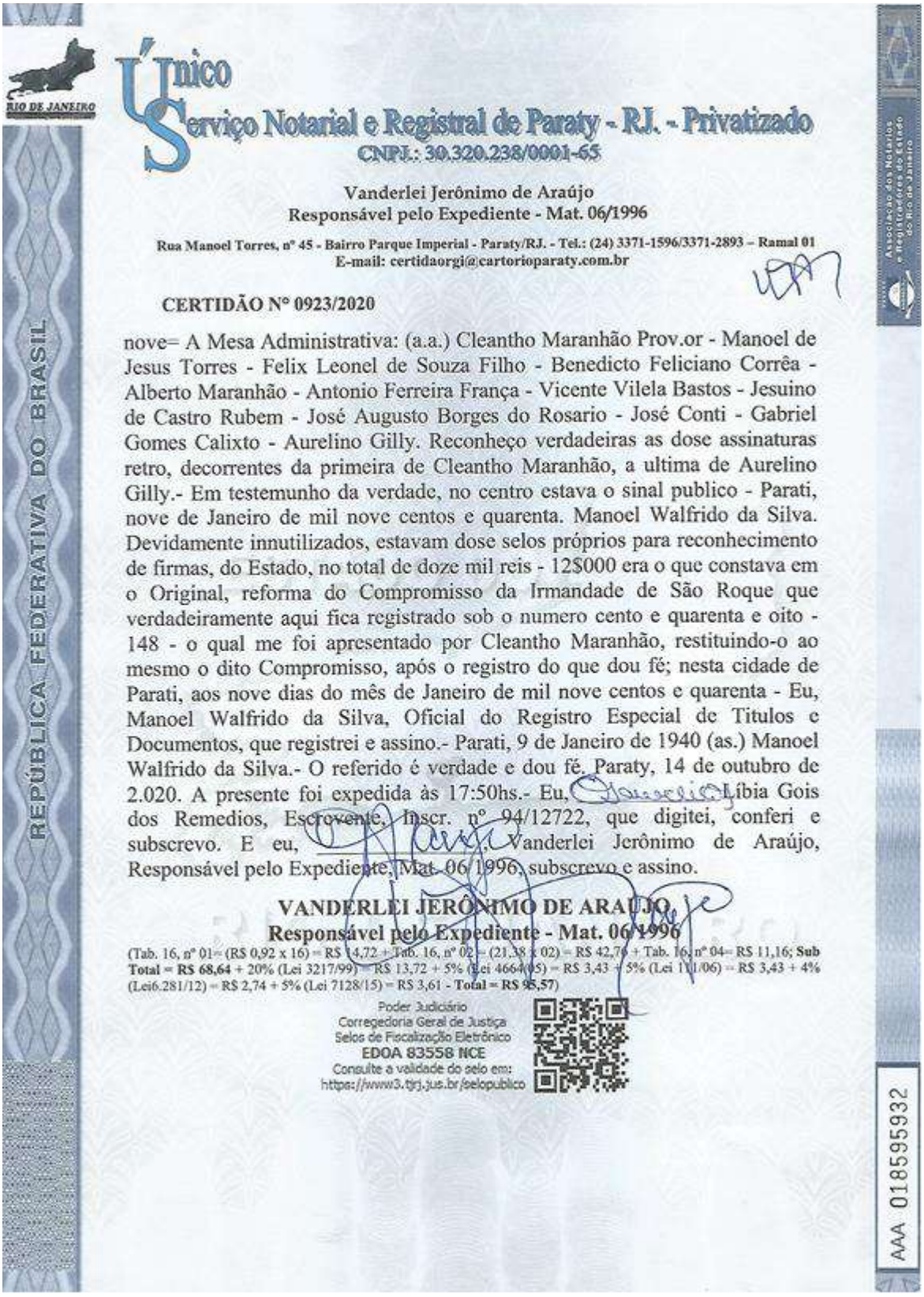
Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

CERTIDÃO Nº 0923/2020

será acompanhado ao cemitério pelos irmãos presentes. Capº = Sétimo - 7º - A Irmandade mandará suffragar a alma do irmão fallecido, de acordo com as suas possibilidades. Capº Oitavo - 8º -Terá a Irmandade uma bolsa que esmolará todas as terças feiras da semana para o thesouro de São Roque, com o fim de auxiliar as despesas do culto e suffragios das almas dos irmãos fallecidos. - Capº = Nono - 9º - A Irmandade fará celebrar todos os annos a Festa do Padroeiro, com a maior solennidade possível e no dia proprio, dezeseis de Agosto = Capº. Decimo = 10º - A Irmandade tomará interesse pela zelosa e criteriosa administração do patrimonio já existente, eforçando se para que o mesmo seja argumentado sob a direcção da Mesa Administrativa composta de provedor, thesoureiro, secretario, procurador e mais oito (8) irmãos mesarios Capº = Decimo primeiro - 11º - Compete a Mesa Administrativa da Irmandade, especialmente a cada um de seus Membros, o seguinte: - ao provedor - superintendente os trabalhos da Irmandade, presidir as reuniões e determinar as providenciais necessarias para o bom andamento da mesma; ao thesoureiro - ter sob sua guarda os valores da Irmandade, passar recibos, dar quitações, zelar pela boa conservação de todos os bens da Irmandade, prestando contas annuaes à Mesa; ao secretario - assistir as reuniões, lavrando e fazendo a leitura das actas que deverão ser assignadas por todos os presentes, ficando a seu cargo tambem todo o trabalho de escrita da Irmandade; ao procurador - solicitar assiduamente o pagamento do que for devido à Irmandade e zelar os interesses materiaes e espirituaes da mesma; aos irmãos mesarios assistir as reuniões, manifestar a sua opinião conscienciosamente no que diga respeito à administração da Irmandade - Capº - Decimo Segundo - 12º - A Irmandade será administrada de accordo com o Compromisso e pela Mesa Administrativa que será eleita annualmente, na vespera da Festa do Padroeiro, pelos irmãos inscritos, em numero nunca inferior a (15) quinze - Capº. - Decimo Terceiro - 13º - A Mesa Administrativa que terminar o seu mandato entregará à nova Mesa eleita os livros e mais documentos, inclusive o balanço da thesouraria devidamente approvado em prestação de contas.- Capº. - Decimo Quarto - 14º - Todos os irmãos são obrigados a ter conhecimento do Compromisso, que lhes será entregue pelo irmão provedor e a observar consciosamente os seus capitulos- Consistorio da Irmandade de São Roque na Egreja Matriz de N. S. dos Remedios de Paraty, aos dezesete de Junho de mil nove centos e trinta e

ANEXO 17 – Pág. 3



RIO DE JANEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Único
Serviço Notarial e Registral de Paraty - RJ. - Privatizado
CNPJ.: 30.320.238/0001-65

Vanderlei Jerônimo de Araújo
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

Rua Manoel Torres, nº 45 - Bairro Parque Imperial - Paraty/RJ. - Tel.: (24) 3371-1596/3371-2893 – Ramal 01
E-mail: certidaorgi@cartorioparaty.com.br

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO Nº 0923/2020

nove= A Mesa Administrativa: (a.a.) Cleantho Maranhão Prov.or - Manoel de Jesus Torres - Felix Leonel de Souza Filho - Benedicto Feliciano Corrêa - Alberto Maranhão - Antonio Ferreira França - Vicente Vilela Bastos - Jesuino de Castro Rubem - José Augusto Borges do Rosario - José Conti - Gabriel Gomes Calixto - Aurelino Gilly. Reconheço verdadeiras as dose assinaturas retro, decorrentes da primeira de Cleantho Maranhão, a ultima de Aurelino Gilly.- Em testemunho da verdade, no centro estava o sinal publico - Parati, nove de Janeiro de mil nove centos e quarenta. Manoel Walfrido da Silva. Devidamente innutilizados, estavam dose selos próprios para reconhecimento de firmas, do Estado, no total de doze mil reis - 12$000 era o que constava em o Original, reforma do Compromisso da Irmandade de São Roque que verdadeiramente aqui fica registrado sob o numero cento e quarenta e oito - 148 - o qual me foi apresentado por Cleantho Maranhão, restituindo-o ao mesmo o dito Compromisso, após o registro do que dou fé; nesta cidade de Parati, aos nove dias do mês de Janeiro de mil nove centos e quarenta - Eu, Manoel Walfrido da Silva, Oficial do Registro Especial de Titulos e Documentos, que registrei e assino.- Parati, 9 de Janeiro de 1940 (as.) Manoel Walfrido da Silva.- O referido é verdade e dou fé. Paraty, 14 de outubro de 2.020. A presente foi expedida às 17:50hs.- Eu, Líbia Gois dos Remedios, Escrevente, Inscr. nº 94/12722, que digitei, conferi e subscrevo. E eu, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Responsável pelo Expediente, Mat. 06/1996, subscrevo e assino.

VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

(Tab. 16, nº 01= (R$ 0,92 x 16) = R$ 14,72 + Tab. 16, nº 02 = (21,38 x 02) = R$ 42,76 + Tab. 16, nº 04= R$ 11,16; **Sub Total = R$ 68,64** + 20% (Lei 3217/99) = R$ 13,72 + 5% (Lei 4664/05) = R$ 3,43 + 5% (Lei 5101/06) = R$ 3,43 + 4% (Lei6.281/12) = R$ 2,74 + 5% (Lei 7128/15) = R$ 3,61 - **Total = R$ 95,57**)

Poder Judiciário
Corregedoria Geral de Justiça
Selos de Fiscalização Eletrônico
EDOA 83558 NCE
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/selopublico

AAA 018595932

ANEXO 18 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de Paraty - 1893

COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS DE PARATY

01

Os irmãos da Irmandade de Nos
so Senhor Bom Jesus dos Passos, ad
ministradora da Capella de Nossa
Senhora das Dores da Cidade de Pa
raty, abaixo assignados vem, com o de
vido acatamento requerer a V. Exª Ilmo
que attendendo as circunstancias em
que actualmente se acha a referida
Irmandade, constantes do respectivo
Termo de Reunião e Deliberaçao, adian
te exarado, se digne appreciar a con
tinuação da mesma Irmandade, requeren
do se pelo novo Compromisso abaixo
e creando novos livros para a es
cripturação regular d'ella, e Assim
respeitosamente beijando as mãos
de V. Exª R.ma
S.S.a V. Ex.a R.ma que
Seja servido de fazer bem di
gnamente na forma re
querida.
E. E. R.e M.
Paraty 5 de Fevereiro de 1893
O Provedor O Vig.º Francisco Justino do Amal Vianna
O Escrivão José Maria da Silva Penha
O Thezoureiro Francisco Gomes Duarte Coelho

ANEXO 18 – Pág. 2

01v

P. Custódio José Pereira da Cruz
Antonio Joaquim da Silva Miranda
José Vicente de Escobar Campos
Almerindo de Meira Freitas
João Rodarte da Gama Lobo
João Passos do Amaral
Bernardo Ayres de Araujo Castro
João Alves Vieira Lima
Francisco Miguel da Cunha Freitas
José Joaquim de Avellar
João Rodrigues Barreto
..... Botelho
Franco J.e Bern.do de Alm.da Cruz
João Teixeira da Silva Lemos
Alexandre Agostini
Christiano Guimarães de Almda Lima
Luiz Antonio Pereira da Cruz
João Fran.co do Amaral
Germano José da Silva
Antonio Ferreira Brandão
Manoel Gonçalves de Souza Lima
Manoel José da Silva Carvalho

02

O Provedor, Mesarios e mais Irmãos da
Irmandade de Nosso Senhor Bom
Jesus dos Passos, Administradora da
Capella de Nossa Senhora das Dores
d'esta Cidade de Paraty, attendendo a

ANEXO 18 – Pág. 3

que se acha completamente devorado
pela traça e illigivel o Livro do Com
promisso da mesma Irmandade, or
ganisada em 7 de Dezembro de 1725;
approvada por Provisão Episcopal de
5 de Abril de 1726, sendo Prelado da
Diocese de São Sebastião do Rio de Ja
neiro o Ex.mo Snr. D. Frei Antonio de
Guadalupe, e por Carta Regia de 11 de
Agosto de 1768, alem de que suas dispo
sições precisem ser inniciadas, para que
bem se possa reger de conformidade
com a época e espirito religioso; réu
nidos em Mesa Conjunta aos 25 de
Dezembro de 1892, sob a iniciativa
do Irmão Rev.do Vigario desta Paro
cha de Nossa Senhora dos Remedi
os Padre Francisco Justino do A
maral Vianna, por extravio dos Li
vros da Receita e Despesa, e achar se
acéphala a Irmandade, em virtude
de ter sido suspensa a Mesa que a
regia á cerca de 10 annos, pelo então
Juiz de Capellas Bacharel Luiz
Antonino de Souza Torres, por ma
administração e não ter havido a.....
te ao presente quem.....

ANEXO 18 – Pág. 4

02v

posse, deliberarao revigorar di
ta Irmandade nomeando a respec
tiva Mesa e organisando o presen
te Compromisso, ou Lei orgânica,
ao cumprimento do qual obriguem
religiosamente suas conseqüências.
O Provedor – O Vigario Francisco
Justino do Am.^{al} Vianna
O Escrivão José Maria da S.^{a} Penha
O Thesoureiro Francisco Gomes Duarte Coelho
P.^{e} Custodio José Pereira da Cruz
Antonio Joaquim da Silva Miranda
José Vicente de Escobar Campos
Manoel Silva de.....Peixoto
João Rodarte da Gama Lobo
João Passos do Amaral
Bernardo Ayres de Araujo Castro
João Alves Vieira Lima
Francisco Miguel da Cunha Freitas
José Joaq.^{m} de Avelar
João Rodrigues Barreto
Affonso .... Botelho
João Luiz do Rozario
Fran.^{co} J. Bern.^{do} de Alm.^{da} Cruz
João Teixeira da Silva Lemos
Alexandre Agosthine
Christiano Guimaraes de And. Lima
Luiz Antonio Pereira da Cruz

ANEXO 18 – Pág. 5

João Fran.co do Amaral
Germano José da Silva
Antonio Texeira Brandão
Manoel Gonçalves de Souza Lima
Manoel José da Silva Carvalho

03

C O M P R O M I S S O
da
Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus
dos Passos, e Administradora da Capel
la de Nossa Senhora das Dôres
da Cidade de Paraty

Capitulo 1º

Dos fins da Irmandade

Artigo 1º A Irmandade tem por fim principal: 1º - Render culto em homena gem a Deos, venerando na Sacratissima Ima gem de Nosso Senhor dos Passos a verdadei ra Encarnação, Paixão, e Morte de Jesus Christo, promovendo com o maior explen dor possivel a celebração dos actos da Via-sacra, Triumpho, e Sexta-Feira- Maior.
2º - Soccorrer os Irmãos que tendo servido a Irmandade e ao culto de Deos, venhão a cahir em extrema pobreza; suffragar a alma dos Irmaos defuntos, dar lhes conducçao, encommendação, e sepultura.

ANEXO 18 – Pág. 6

Artº 2º - Para fazer parte da Irmandade para que a pessoa que o pretenda seja morigerada e de bons costumes.

04

Artº 3º - Cada Irmão dara de joia por sua admissao – cinco mil reis – receben do um Diploma, e annualmente pagara um mil reis, que lhe será cobrado pela festa da Paschoa da Ressurreição.

Artº 4º - Todos os Irmãos são obri gados a servir os cargos para que foram elei tos, pugnarem pellos interesses da Irmanda de, presenciarem seu culto, assistir as suas festividades prestando se com decência e res peito devido a Deos e a sociedade, protege rem se mutuammente, acompanhando os enterros dos Irmaos fallecidos e de pessoas de suas famílias e assistir os seus fune raes e suffragios.
Artº 5º - Os Irmãos maiores de 19 annos podem ser eleitos e reeleitos para todos os cargos da Irmandade, não se po dendo excusar sem motivo.....e justi ficado perante a Mesa

04v

Capítulo 3º

Da eleição e posse e mais obri gações e prerogativas dos Mesa rios

ANEXO 18 – Pág. 7

Art.º 1º - No domingo seguinte ao da Pascoa da Ressurreição, pelas quatro horas da tarde, reunir se hão no Con sistorio da Irmandade, na Igreja Ma triz, os Mesarios que então servirem, sob a presidência do Provedor ou de quem suas vezes fizer, e elegerão por maioria de votos os Mesarios que te nhão de servir no anno compromissal seguinte, conforme dispõe o Artº 3º do Capitulo 1º-

Artº 2º - Serão considerados eleitos para os respectivos cargos os irmãos que obtiverem maioria relativa de votos por escrutinio secreto. Da elei ção se lavrará um termo em livro próprio, numerado e rubricado pelo Provedor.

Artº 3º - Os Irmãos eleitos para os diversos Cargos, concorrerão com as Joias seguintes: o Provedor com cin coenta mil reis, o Escrivão, Thesoureiro, Conselheiros e Definidores, com cin co mil reis.

05

Artº 4º - A Mesa eleita será empos sada quinze dias depois da sua eleição pela Mesa transacta, comprometten

ANEXO 18 – Pág. 8

do se os novos eleitos a bem servir
a Irmandade; lavrando o Escrivão
termo que será assignado por todos
os Irmãos presentes.

Artº 5º - Para que a Mesa possa
funcionar é preciso que se achem re
unidos, pelo menos, metade mais
um dos Irmãos que a compõe e não
se reunindo, porem trez vezes depois
de convocada, poderá deliberar com
qualquer numero.

Artº 6º - Os Mesarios serão subs
tituidos nas suas faltas e os impedi
mentos: O Provedor pelo Escrivão,
este pelo Thesoureiro e os demais.....
pelos Conselheiros e Definido
res pela ordem da sua votação. Va
gando, porem, definitivamente qual
quer cargo será preenchido por nova eleição.

05v

Artº 7º - Todos os Mesarios são obri
gados a assistir revestidos de opas ou
balandraos aos actos de Culto Divi
no, a acompanhar as Procissões de
Pascoa e do Enterro de Nosso Senhor,
cabendo lhes na ordem de suas gradu
ações as insignias da Irmandade,

ANEXO 18 – Pág. 9

conforme for detalhado pela Mesa e publicado em quadro no Consistorio da mesma.

Artº 8º - Ao Provedor compete di rigir todos os negócios da Irmandade, representando a pessoalmente, promo ver seu engrandecimento e completa observância do Culto Divino, convo car as reuniões da Mesa no tempo determinado, ou quando necessário seja, presidir os trabalhos dessas re uniões, admittir Irmãos, fazel os su jeitar aos deveres que lhes são im postos por este Compromisso e Assis tir a todos os actos religiosos promo vidos pela Irmandade.

Artº 9º - Ao Escrivão compete ter ter a todos os actos da Mesa e do Culto, e substituir o Provedor em seus impedimentos.

Artº 10º - Ao Thesoureiro compete ar recadar tudo quanto pertence a Irmanda de, representa-l a em qualquer Juizo, ou Tribunal, sindicar e haver o que for de seu patrimônio, juros, alfaias, e quanto for de sua propriedade, e bem assim re lativamente ao que respeita a Capella

ANEXO 18 – Pág. 10

de Nossa Senhora das Dôres e seus ren
dimentos e alfaias, fazendo todas as
despesas necessárias que forem orde
nadas, com approvação da Mesa, pres
tando annualmente contas da receita
e despesa. Substituirá o Escrivão nos
seus impedimentos.

Artº 11º - Aos Andadores compete:
fazer o que lhes for ordenado pela Me
sa, ou pelo Thesoureiro para a arrecada
ção do que pertencer a Irmandade, co
brar os annuaes, jóias e mesadas dos Ir
mãos e entregal os ao Thesoureiro, assis
tir as Missas conventuaes, promover aos
.....pobres, e suffragios dos

06v

fallecidos, fazer conservar em perfeito estado
de asseio as Imagens, alfaias, Capella funda
de Nosso Senhor dos Passos, Capella de
Nossa Senhora das Dôres, promover os in
teresses da Irmandade, tirar esmolas as sex
tas feiras, assistir aos actos da Mesa e aos do Culto.
Artº 12º - Aos Conselheiros e Defini
dores compete: assistir a todas as delibe
rações da Mesa, comparecer as festivida
des, promover todos os interesses da Irmandade
e as demais obrigações inherentes
a todos os Irmãos.

ANEXO 18 – Pág. 11

Artº 13º - As Zeladoras compete: os vestuários de Nossa Senhora da Soledade e de Nossa Senhora das Dôres, lava gem de roupas da Igreja e dos anjos para as Procissões.

Capítulo 4º

Dos bens, patrimônio, rendimento da Irmandade e sua guarda
Artº 1º - Os bens da Irmandade constituídos.....
e Capellas, e os rendimentos de jóias,

07

mesadas, patrimônio constará do que para esse fim for adquirindo, ou lhe for legado.

Artº 2º - Todos os bens da Irmanda de serão confiados a guarda do Thesoureiro, sendo os que adquirir para patrimônio reduzidos a titulos da divida publica.

Capítulo 5º

Do Culto Divino
Artº 1º - A Irmandade fara, todos os annos, celebrar no tempo próprio, com a possivel pompa, o exercicio da Via-Sacra = e as Procissões de Passos, e do enterro com Sermão da Paixão e exposição do Senhor Morto.

ANEXO 18 – Pág. 12

Artº 2º - Promoverá a festividade annual de Nossa Senhora das Dores, e a da Coroação da Virgem, nos dias para isso determinados.
Artº 3º - Logo que seja possivel a Ir mandade terá um Capellão para celebrar

07v

todas as sextas-feiras o Santo Sacrificio da Missa no Altar do Orago, por inten ção dos Irmãos vivos e defuntos, e assistir a todas as festas da Irmandade.

Capitulo 6º
Dos soccorros e suffragios aos Irmãos

Artº 1º - O Irmão que tendo servido Car gos da Irmandade, e lhe tiver prestado ser viços cahir em indigência, será soccorrido com uma mensalidade estauida pela Mesa.

Artº 2º - A todo o Irmão que falle cer a Irmandade se encarregará do enterro, dando lhe caixão, sepultura e encommen dação.

Artº 3º - Mandará rezar por alma de cada Irmão fallecido cinco Missas.

ANEXO 18 – Pág. 13

Capitulo 7º

Dos Irmãos remidos
Artº único - Os Irmãos d'esta Ir----
mandade poderão remir-se dos Car-
gos e de annuaes dando uma joia de
cincoenta mil reis
Termo de acceitação

08v

Aos cinco dias do mez de Fevereiro
do anno de mil oito centos e noventa
e trez, reunidos no Consistorio da Igre-
ja Matriz desta Cidade de Paraty do
Estado do Rio de Janeiro os Irmaos
da Irmandade de Nosso Senhor
Bom Jesus dos Passos e dministrado
ra da Capella de Nossa Senhora das
Dores abaixo assignados, forão lidos
e acceitos os trinta e um Artigos dos
sete Capitulos do novo Compromis
so da mesma Irmandade, ficando
os mesmos Irmãos bem scientes de
seu conteúdo e compromettendo se
ao seu fiel cumprimento. E para
constar se lavrou o presente Termo
em que assignarão.

08v

O Provedor – O Vigario Francisco
Justino do Am^af Vianna

ANEXO 18 – Pág. 14

Escrivão José Maria.....Sª Penha
O Thesoureiro Francisco Gomes Duarte Coelho
P.e Custodio José Pereira da Cruz
Antonio Joaquim da Silva Miranda
José Vicente d' Escobar Campos
Manoel Je de Moraes Pinto
João Rodarte da Gama Lobo
João Janes de.....
Armando Ayres de Araujo Costa
João Alves Vieira Lima
Francisco Miguel da Cunha Freitas
João Rodrigues Barreto

09

.....Botelho
.....
João Luiz do Rozario
Franco José Berndo de Almda Costa
João Teixeira da Silva Lemos
Alexandre Agostini
Christiano José .....Lima
Luiz Antonio Pereira da Cruz
João Franco do Amaral
Germano José da Silva
Antonio Ferreira Brandão
Manoel Gonçalves de Souza Lima
Manoel José da Silva Carvalho

ANEXO 19 – Pág. 1

Licença para Procissão do Depósito em Paraty - 1825

Dom Jose Caetano da Silva Coitinho por mercê de Deos

e da Santa Sé Apostolica Bispo do Rio de Janro Capellão Mor de S. Magestade Imperial, e do Seo Conso Prezidente da Mesa da

Consiencia e Ordem....

Aos que aprez e N. Provem virem saúde, e Benção

Fazemos saber, que, attendendo "Nos ao que por sua petição Nos

enviou a Dizer a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos desta

Villa, e dezejando Nos condescender com os seos justos, e pios motivos;

Havemos por bem conceder licença, como pela prez e N Prov.em concedemos para

que o seo Rmo Parocho possa permitir, que ali se facão, depois do sol posto, todas as funçõens que estão a cargo da dta Irmandade

como são as Vias sacras nas 6as feiras da Quaresma, a Procissão do Deposi

to, e o Septenario das Dores, não só porque Nos constou por infor=

maçõens do mmo Revmo Parocho, como por Prezenciarmos algumas vezes

que ali se fazião estes e outros actos de Religião com toda rigoro

zidade e respeito devido, e sem os abuzos que se costumão prati

car em outras partes, e que nos tem obrigado a prohibir para q

mais se não pratiquem. E esta Nova Graça especial será o seo

rigor enquanto não mandarmos o contrario, ou em quanto Nos

não constar que dela se abuze, sobre o que Recommendamos mui

particularmte ao Revmo Parocho afim de vigiar como 1º Zelador do

Culto Divino.....Frega Dada, e passada na Previdencia Episcopal

da Villa de Paraty aos 11 de Fevereiro de 1825. Sob Nosso Signal, Sello de Nossas Armas. Eu o Pde Joze Antonio da Silva Chaves, Secretario da

Visita que a subscrevi. E outro.....será Re

gistrado nos Los da Parochia

Provem em que V. Exa Rer.ma Há por bem conceder afavor

da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Villa de Paraty a Graça que acima se declara.

ANEXO 19 – Pág. 2

Para N. Exª Revmª ver, e assignar

Irmandade de Nosso Senhor

Bom Jesus dos Passos

Administradora

da

Capela de Nossa Senhora das

Dores

da

Cidade de Paraty

ANEXO 20 – Pág. 1

Inventário das Alfaias da Irmandade de N. Senhor dos Passos - 1823

Apresentado neste Juízo

da Provedoria em 11 de

Maio de 1842

Vieira

Apresentado 25

de Nº de 1843

Vieira

ANEXO 20 – Pág. 2

1
Monteiro
MB

Ter º de Abertura

Ha de servir este livro para o Inventa-
rio das Alfaias da Irmandade de
N. S. dos Passos, o qual vai numerado
rubricado com a rubrica = Monteiro MB
de que uzo, e leva no fim ato de ence-
rramento. Paraty 20 de fevereiro de 1823

O Provedor

José Maria Monteiro de Barros MB
leva despacho a f 10 em ..... de 10 de junho de 1869 *leva despacho a f 10 de 7 de ..... de 1871*

Azevedo Monteiro *Azevedo Monteiro*

leva despacho a f 10 em ..... de 30 de agosto de 1870

2
Monteiro
MB

Azevedo Monteiro

Inventario das Alfaias perten
centes a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos
que entregou o Thesoureiro preterito José Ricardo Pereira
de Araujo, ao atual Luiz Manoel de Almeida

111 *Imagem do Senhor dos Passos do Andor*
111 *Dita de roca, q^e serve no Altar*
111 *Dita do Senhor Ecce Homo*

ANEXO 20 – Pág. 3

1ū Dita do Senhor morto
1ū Dita de Nossa Senhora de Soledade
1ū Diadema de prata com tarraxa, do Snr dos Passos
1ū Dita do Senhor Ecce Homo
1ū Dita da Senhora da Soledade
3ū Cravos de prata do Senhor morto
1ū Cruz grande de prata da Irmandade
1ū Vara de prata
3ū Botões de ouro pequenos da Snr.ª da Soledade
1ū Lampada de prata
1ū Dita velha de latão
4ū Parafuzos de ferro do Andor, com sua tarraxas
2ū Ditos de dto do hombro e peito do Snr. dos Passos
1ū Chaveta de ferro dos ditos
1ū Parafuzo grande de ferro velho
1ū Ganxo de ferro do Serineo

2V

8ū Forquilhas de latão
1 ū Campainha grande de bronze
1ū Túnica de gorgurão roxo, nova do Snr dos Passos
1ū Tunica de gorgurão rouxa uzada
1ū Dita de ditto velha
1ū Dita de cabraia rouxa com galão de ouro
da Snrª da Soledade
1ū Manto de Setim azul, com galão de ouro
1ū Túnica de chamalote rouxo uzada da mes .ma Snrª
1ū Manto de Setim azul claro com renda de prata estrª
8ū Sanefas de Damasco rouxo com galão, e franja de ouro fino do Andor com bastante uzo

ANEXO 20 – Pág. 4

1ll Pendão de dº. com galão e franja de ouro fino, e seus pertences
1ll Dito de Tafetá roixo pequeno pª a Procissão
1ll Pallio de Ló e ouro, e franjas tão bem de ouro com bastante uzo
1ll Dito de Chamalote roixo velho
1ll Frontal de seda roixa franja de retros
8ll Coxins de Damasco roixo do Andor
1ll Corda de Retros amarelo de Singir o Snr dos Passos
1ll Capa de Cabraia encarnada do Snr. Ecce Homo
1ll Coroa de espinho do mesmo Senhor
1ll Camiza de Cambraia bordada do Snrº. dos Passos
1ll Dita de Bretª velha do mesmo Senhor

3
Monteiro
MB

2ll Cabelleiras velhas, 1 do Snr dos Passos e outra do Senhor morto com sua Caixa
1ll Camiza de Cambraia bordada rendada da Snrª da Soledade
1ll Dita de Paninho da mesma Senhora
1ll Saia de Bretanha da mesma Snrª
1ll Dita de Cambraia esverdeada velha da .ma Snrª
1ll Véo de Filó com renda de ouro da mesma Snrª
1ll Lençol velho de Bretª rendado e Esquife do Snr
1ll Dito de Cambraia de Algm bordado e rendado com bastante uso
1ll Colchão velho do Esquife
2ll Travesseiros de seda encarnada com fronhas de Bretanha já velhos

ANEXO 20 – Pág. 5

1ū Toalha grande de L. com bastante uzo
1ū Andor do Snr. dos Passos forrado de Damasco,
com bastante uzo
4ū Jarras de madeira douradas do mesmo andor
4ū Varãos do mesmo andor
1ū Andor de Sarrafos da Senhora Soledade
2ū Varãos do mesmo Andor
1ū Esquife do Senhor morto
2ū Varãos do mesmo esquife
1ū Nixo em que estão o Senhor Ecce homo,
e a Snrª. da Soledade
1ū Cruz de Madeira do hombro do Snr. dos Passos
1ū Dita grande do Snr. no Calvario
1ū Dita pequena pª. a Procissão do Enterro
1ū Colluna do Snrº Ecce homo
2ū Bancos pequenos
1ū Dito mais pequeno
1ū Dito com tampa q serve de guardar as cera
2ū Escadinhas p.ª os Anjos na Procissão
4ū Touxeiros dourados com bastantes uzo
6ū Siriaes de Madeira pintados de roixo e ouro
6ū Castiçães de madeira velhos pintados de roixo e ouro
1ū Urna forrada de fazenda roixa e preta, com .....
ramos de ouro e prata com bastante uzo
1ū Caixão forrado de preto com passamana de ouro e prata
com suas toalhas com bastᵉ uzo

3 V

2ū Sitiaes de madeira pintados de branco
4ū Frontaes de madeira pintados de roixo e branco

ANEXO 20 – Pág. 6

16ıı Balandráos de Tafetá e Cabaia
1ıı Escada de páo grande
2ıı Lívros q' servirão de Receita e Despeza
1ıı Dito que serve para Elleição Posses e Concordatas
1ıı Dito novo que ha de servir para tabellas
1ıı Dito que serve para recibos

4
Monteiro
MB

Inventário das Alfaias perten-
centes a Irmandade do Snrº Bom Jesus do Passos
que entregou o Thesoureiro preterito Luiz Manoel de
Almeida ao actual José Peixoto Lopes.

1ıı Imagem do Snr dos Passos do Andor
1ıı Ditto de Roca que serve no Altar
1ıı Ditta do Snrº Ecce Homo
1ıı Ditta do Snrº morto
1ıı Ditta de N. S. da Soledade
1ıı Diadema de prata com tarraxa do Snr. dos Passos
1ıı Ditto do Snrº Ecce Homo
1ıı Ditta da Snrª da Soledade
3ıı Cravos de prata do Snrº. Morto
1ıı Cruz grande de prata da Irmandade
1ıı Vara de prata
3ıı Botões de Ouro pequenos, da Snrª da Soledade
1ıı Alampada de prata
1ıı Ditta velha de latão
4ıı Parafuzos de ferro do Andor, com suas tarraxas
2ıı Dittas de dº. do hombro e peito do Snr dos Passos

ANEXO 20 – Pág. 7

1ıı Chaveta de ferro dos dittos
1ıı Parafuzo grande de ferro, velho
1ıı Ganxo de ferro do Seryneo
8ıı Forquilhas de latão
1ıı Campainha grande de bronze
1ıı Tunica de Gorgurão rouxo, nova do Snr. dos Passos
1ıı Tunica de Gorgurão rôxo uzada
1ıı Pendão de Damasco com galão e franja de Ouro fino, e seus pertences

4 V

1ıı Paleo de Ló de Ouro, e Franjas tão bem de Ouro, em bastante uzo
1ıı Frontal de seda rôxa, franja de retrós
8ıı Cochins de damasco rôxo do Andor
1ıı Corda de retros amarelo de singir o o S.^{n} dos Passos
1ıı Capa de Cabaia encarnada do Snr. Ecce Homo
1ıı Corda de Esparto do mesmo Snr.
1ıı Camiza de Cambray bordada do mesmo Snr. dos Passos
1ıı Ditta de Bretanha velha, do mesmo Snr^{o}
2ıı Cabeleiras velhas $^{digo\ novas}$, 1 do Snr^{o} dos Passos, e outra do Snr^{o} morto, com suas caixa
1ıı Camisa de Cambray bordada e rendada da Snr^{a} da Soledade
1ıı Ditta de paninho da mesma Snr^{a}
1ıı Saia de Bretanha da mesma Snr^{a}
1ıı Ditta Cabraia esverdeada velha do mesma Snr^{a}

ANEXO 20 – Pág. 8

1ll Véo de Filó com Renda de Ouro da m.ma Snr.
1ll Dita de Cambay bordado, e Rendado, com bastante uzo, somente a renda he velha
1ll Colchão velho, do Esquife digo novo
1ll Travesseiro de seda encarnada, com fronhas de Bretanha já velhas
1ll Toalha grande de Linho em bastante uzo
1ll Andor do Snrº dos Passos forrado de damasco, em bastante uzo forrado todo de novo Dourado
8ll Jarras de madeira do mesmo Andor douradas
4ll Varões do mesmo Andor
1ll Andor de sarrafos da Snrª da Soledade
2ll Varões do mesmo Andor
1ll Esquife do Snrº Morto
1ll Nixo em que estão, o Snrº Ecce Homo

4
Monteiro
MB

E a Snrª da Soledade
1ll Cruz de Madeira, do hombro do Snr. dos Passos
1ll Ditta grande do Snr'. do Calvario
1ll Pequena, p.ª a Processão do Enterro
1ll Coluna do Snr.º Ecce Homo
2ll Bancos pequenos
1ll Ditto, mais pequeno
1ll Ditto, com tampa, que serve de guardar cera
2ll Escadinhas que servem p.ª o Anjo na Processão
4ll Touxeiros dourados, em bastante uzo
6ll Seriaes, de madeira, pintados de roxo e Ouro

ANEXO 20 – Pág. 9

6ũ Castiçaes de madeira velhos pintados, de —
Roxo, e Ouro
1ũ Urna forrada de fazenda rôxa, e preta, com
passamanes de Ouro e prata em bastante uzo refor
mada de novo
1ũ Caixão forrado de preto, com passamanes de Ouro,
prata, com suas toalhas, em bastante uzo.
2ũ Seriaes, de madeira pintados de branco
4ũ Frontaes de madeira pintados de rôxo e branco.
16ũ Balandráos, de tafetá, e cabaia.
1ũ Escada de páo Grande
2ũ Livros que servirão de Receita e Despeza
1ũ Ditto, que serve para Eleições, posse e Concordatas.
1ũ Ditto novo que há de servir pa. Tabellas
1ũ Ditto que serve para recibos.
1ũ Capa e 1 Túnica de Setim com galão, e renda de Ouro
com bom uzo, da Sen^{a} das Dores, digo da Sen^{a} da Soledade
1ũ Lenço de mão da mesma Sen^{ra}
2ũ Laços de fitta roxa, 1 com renda de Ouro

5V

1ũ Toalha para a Cruz da procissão do Enterro
1ũ Saia de filó com renda, da Senr^{a}
1ũ Frontal roxo de Damasco, de 1 Passo
1ũ Tunica roxa de durante do Trombeteiro
2ũ Veronicas 1 nova e 1 velha
1ũ Pendão pequeno do Anjo
3ũ Coroas de Espinho
3ũ Diademas das Marias Beús
2ũ Títulos, Cravos, Martelinho e Torques

ANEXO 20 – Pág. 10

20ıı Lanternas de folha

1ıı Docel de damasco roxo com galão, renda de ouro fino para armações

2ıı Seriaes de madeira pratiados

8ıı Ramos de flores do Andor do Senr dos Passos

1ıı Ramo grande da mão do Senr dos Passos

4ıı Sanefas de Damasco roxo, com franja e galão de oiro do andor da Senª

4ıı ..... do mesmo Andor

1ıı Lençol de paninho bordado, com renda do mesmo Andor.

1ıı Pano de Ló roxo bordado de ouro com renda de oiro

1ıı Pavilhão de Seda roxa com renda e galão fino

4ıı Sarrafos e 4 Maçanetas doiradas

8ıı Sanefas bordada, com galão de oiro e renda do mesmo

2ıı Varas Roxas

1ıı Peça de franja roxa

1ıı Lençol de bertanha, com renda com bastante uzo

1ıı Dito de paninho lizo

1ıı Pano de pulpito roxo

12ıı Peças de damasco roxo uzada

12ıı Pedaços ditto ditto com muito uzo

12ıı Pedaços de .....preta

1ıı Tunica de chamalote roxo

6
Monteiro
MB

1ıı Manto de Setim azul

1ıı Palio Velho de Cabaia

1ıı Escada pintada de roxo que serve pª o Anjo que canta

ANEXO 20 – Pág. 11

1ıı Estrado do Palio de Santa Ritta
16ıı Toxas Curtas
2ıı Lanternas de vidro antigas
1ıı Livro grande de Receita e Despezas
1ıı Dito de entrada dos Irmãos
15ıı Balandráos novos
1ıı Nixo grande de madeira
1ıı Portada de damasco que serve um nixo pequeno
1 Peça de franja encarnada, ...

José Peixoto Lopes
Luiz Manoel de Almeida

6V

Inventario das alfaias da Irmandade do Sen.º Bom Jesus dos Passos, que ora existem sob a guarda do atual Thez.ro o Conego Joaq.m Mariano do Amaral Campos.

1 Cruz de prata, em que está o Santo Lenho
1 Imagem do Senº dos Passos
1 ıı de roca, que servia no Altar
1 ıı do Senº Ecce Homo
1 ıı do Senº Morto
1 ıı da Senra da Soledade
1 diadema e tarraxa de prata do Senrº dos Passos
1 ıı ıı ıı do Senrº Ece Homo
1 ıı ıı da Senª da Soledade
3 cravos de ıı do Senrº Morto
1 cruz grande de ıı
1 vara de ıı
1 alampada de ıı, que se acha na Matriz,

ANEXO 20 – Pág. 12

servindo ao S. S. Sacramento
2 botons pequenos de ouro da Sen^a^ da Soledade
1 tunica de gorgorão do Sen^o^ em bom uso
1 〃 〃 〃 m^to^ velha
*1 corda de retros amarello do Senr^o^*
1 camisa de cambaia do 〃
1 cabelleiras
*1 manto, e túnica de seda da Senr^a^*
1 laço de fita, e renda da 〃
1 camisa, e 1 saia 〃 〃
1 véo de filó da 〃
3 lenços de cambraia da 〃

7
Monteiro
MB

1 panno de ló roxo bordado, e com renda de ouro de cobrir o Sen^o^ Morto
1 lençol bordado, e rendado de 〃
1 colchão de 〃
1 travesseiro com franja de 〃
*1 ramo de flores da mão do Sen^o^*
1 pavilhão de nobreza roxa e rendado para o deposito
1 andor do Sen^o^ já muito usado
8 jarros de madeira dourados do andor
8 ramos de flores do 〃
4 varões do 〃
8 sanefas de damasco bordado, guarnecidas de galões, e franja de ouro do 〃
4 parafusos de ferro, e 1 chaveta do 〃
*2 〃 〃 de segurar a Cruz do Senr^o^*

ANEXO 20 – Pág. 13

8 forquilhas
1 esquife de madeira do Senr^{o}
1 Andor de sarrafos da Senr^{a}
2 nichos, em que estão as Imagens
1 Cruz grande de madeira
1 〃 do Sen^{ro} dos Passos
1 〃 que serve na Procissão do Enterro
8 opina de damasco roxo
1 pendão de 〃 , guarnecido de galão e franja de ouro
1 palio de 〃 e ouro, guarnecido de 〃 〃 e bordas de 〃
1 bau de folha, em que se guarda o m.^{mo}
1 capa de asperges, e estolla de damasco roxo,
guarnecido de galão de ouro
1 ..... de 〃 〃 para a Via Sacra
1 casula de belbute preto.

7V

1 pano de Púlpito de damasco roxo usado
2 frontaes 〃 muito velhos
4 sanefas 〃 do andor da Senr^{a}
4 ciprestes do 〃
4 maçanetas pequenas e douradas
6 Passos nas ruas da Cadeia, Commercio, S. Ritta, e Mercado
4 frontaes de madeira dos mesmos
2 varas pintadas de rocho, e ouro
8 lanternas de vidro
6 seriaes pintados de rocho, e ouro
6 castições 〃 〃
2 ceriaes prateados
4 tocheiros muito velhos

ANEXO 20 – Pág. 14

1 escadinhas p.ª os Anjos
2 títulos, cravos, torques, e martello p.ª os 〃
1 veronica 〃
1 pendão peq^no 〃
3 coroas de espinhos p.ª as Marias
3 diademas 〃
1 escada para q^do canta o Anjo
1 campainha grande
1 matraca
1 toalha grand^e, e nova de brim
1 〃 da Cruz na Procissão
1 caixão novo p.ª guardar cera
Metade do terreno, e catacumbas nos fundos
da Capella da Senr^a das Dores.
1 banco com tampa m.^to velho
1 eça forrada de belbute m.^to velha
20 caçambas de folha.

8
Monteiro

8 balandraos de nobresa em bom uso
20 〃 〃 muito velhos
Armação funebre composta de damasco roxo, e baeta
30 tochas já servidas
8 livros, sendo de contas, tabellas, entradas,
recibos, compromisso
2 velhos, e este.
1 bolça de tirar esmollas com estampa de prata
Paraty em o 1º de 9m^bro de 1850

ANEXO 20 – Pág. 15

O Thez.ro actual
Joaqm. Marianno do Am.al Campos
Visto em correição – Veja-se e deixa aparado a f.
20 do livro de Elleições – Paraty 13 de Junho de 1860
Visto em correição – Paraty aos 18 de Julho de 1861
. . . . . Teix.a
Visto em correição. Proceda-se aí o novo arrobamento
e inventario, a fim de conhecer-se
o que tem acrescido ou diminuído, declarando - se
o estado de cada alfaia ou traste, e o peso
dos de prata e ouro. Paraty 25 de 7bro. de
1862
Theixeira

8V

Inventario das Alfaias, pertencentes a Irmanda
de do Senhor Bon Jesus dos Passos, que entregou o
ex Thezoureiro, P. Custodio José Pereira da Cruz ao
actual Thezoureiro Major José Luis Campos do Amal

1 Cruz de prata em que está o Santo Lenho com
1 Imagem do Senhor dos Passos
1 D.a da roca que serviu no altar
1 D.a do Senhor Ecce Homo
1 D.a do Senhor Morto
1 D.a da Snhora da Soledade
1 D.a da Senhora do Parto com corôa e resplandor de prata com
1 Diadema e tarracha de prata do Senhor dos Passos com
1 D.a de prata do Senhor Ecce Homo com

ANEXO 20 – Pág. 16

1 D.ª d.ª Senhora da Soledade com
3 Cravos de prata do Senhor Morto com
1 Cruz grande de prata com
1 Alampada de prata, que se acha na Matriz servindo ao S. S. Sacramento com
2 Botões pequenos de ouro da Senhora da Soledade com
1 Tunica de gorgurão do Senhor
1 D.ª muito usada
1 Corda de retros amarello do Senhor
1 Camisa de Cambraia do Senhor, á cuidado de D. Mathilde Sabrina Rosa
2 Cabelleiros do Senhor, á cuidado do Alferes M.ef Luis Campos do Amaral
1 Manto e túnica de seda da Senhora
1 Camisa e uma saia da Senhora, á cuidado de D. Mathildes Sabrina Rosa
1 Laço de fita e renda da Senhora
1 Véo de filó da Senhora

9
Monteiro
MB

6 Lenços de Cambraia da Senhora, a cuidado de D. Mathildes Sabrina Rosa
1 Panno de ló, roxo, bordado, e com renda de ouro de cobrir o Senhor Morto
1 Lençol bordado e rendado do mesmo Senhor á cuidado de D. Mathildes Sabrina Rosa
1 Colxão do mesmo Senhor
1 Travesseiro em fronha do mesmo Senhor

ANEXO 20 – Pág. 17

1 D.º Br.^co^e bordado de ouro do d.º d.º, á cuidado do
Alferes Manoel Luiz Campos do Amaral
1 Pavilhão de Nobresa rosa, ... pª o Deposito
1 Andor da Senhora, muito usado
8 Jarras de madeira do m^mo^ andor
8 Ramos de flores p. o m.^mo^ andor
4 Varas do mesmo andor
8 Sanefas de damasco bordado guarnecidas de galão e franjas de ouro do dito andor
4 Parafusos de ferro e uma chaveta do Senhor
2 P^gos^..... de segurar a Cruz do Senhor
8 Forquilhas
1 Esquife de madeira do Senhor
1 Andor de sarrafos da Senhora
2 Nichos em que estão as Imagens
1 Cruz grande de madeira

09

1 Dº do Senhor dos Passos
1 Dº q^m^ quedexe na Procissão dos Passos
1 Cochão de damasco roxo
1 Pendão de aºguarnecido de galão e franjas de ouro
1 Pallio de a f dº..... bordas de dº
1 Bahu de folha em que se guardão as Alfaias
1 Capa d'Asperge e estolla de damasco roxo, guarnecidas de galão de ouro
1 Docel para as Via-Sacras

09v

1 Casula de belbrete preto
4 Sarrafos do andor da Senhor
1 bacia de prata com

ANEXO 20 – Pág. 18

P.e Custódio José Pereira da Cruz
José Luiz Campos do Amaral
Visto em exposição –

10

Os inventários pelos quais se forem
p. o Thesoureiro co Thesoureiro do.....
Visto em cor. Recomendo a satisfação do
devido dizer.....21 do Regº nº 254 de 21 de
dezembro de 1851 Severo Monteiro
Cumpra-se
Paraty 4 de Outubro d 1870
Apresentado em casa a 7 de Julho de 1871
Severo Monteiro
Visto Paraty 21 de Agosto de 1871
.....
Termo de declaração que faz
o Irmão Thesoureiro da Irmandade
do Senhor Bom Jesus dos Passos
Administrador da Capella de Nossa Senhora
das Dores, dos.....
Alfaias.....existem e as ditas.....
Aos doze de Junho de mil oito centos setenta
e dous nesta Cidade de Paraty na casa de
morada do Doutor Juiz Provedor.....
de Godoy Moreira e Costa, sendo na ocasião
vim ahi presente o Irmão Thesoureiro da
Irmandade dos Passos Administradora
da Capella de Nossa Senhora das Dores
O Major José Luiz Campos do Amaral.....

ANEXO 20 – Pág. 19

10v

e disse que os bens e Alfaias pertencentes
a Capella de Nossa Senhora das Dores
são todos os que constar do inventa
rio retro, com excepção dos seguintes;
Hum Turibolo e Naveta de Latão, huma
Casula de damasco da Cruz, um frontal
de ilhano, um armário já muito velho,
dous bancos velhos, um espelho que
existia na Sacristia npor estar quebrado, um
par de galhetas de vidro, por estar quebrado,
um ferro de fazer hóstia, por estar muito
enferrujado, uma urna para innocentes
huma armação em muito mao estado,
hum tapete velho. Epara augmentar,
huma Imagem pequena da Senhora das
Dores, com um pequeno Diadema e espa
da de prata. Epara constar mandou o
Doutor Juiz Provedor lavrar este temo
que assigna com o Thesoureiro. Eu Joaquim
Gomes Vieira que o escrevi.

.....

José Luiz Campos do Amaral

56v

V. 174.....1$120 reis de Sello
Paraty 21 de Fev° 1823
Monteiro Gama e.....

ANEXO 20 – Pág. 20

Ter^mo de encerramento
Tem este livro 56 folhas as quaes
forão por mim numeradas, e rubri-
cadas como se diz no tr^o inici
Alda abertura. Paraty 20 de Fev.^ro de 1823
O Provedor
José Maria Monteiro de Barros

ANEXO 21 – Pág. 1

RELAÇÃO DOS CONGREGADOS MARIANOS DA PARÓQUIA DE N.S. DOS REMÉDIOS DE PARATY FUNDADA EM 29/11/1952

Nº	NOMES
01	Aldemar Gomes Duarte Coelho
02	Abilio Pinheiro Dutra Junior
03	Benedito das Flores
04	Hilton José Melo da Silva
05	Israel Ramos
06	João Jeremias
07	João da Cruz Penha
08	José Ivo Vieira
09	João André da Costa Prado
10	José Plinio Rubem de Oliveira
11	Joaquim Amaro dos Santos
12	José Luiz Mathias
13	Lourival da Costa Prado
14	Paulino Teixeira
15	Pedro Otavio de Alvarenga Corrêa
16	Reinaldo Souza Fontes
17	Ronaldo dos Satos Pádua
18	Paulo Minair
19	Hailson José Melo Calixto
20	Manoel de Jesus Torres
21	Mauro Santana Nubile
22	Agilio Ramos
23	Benedito João
24	Gerônimo de Godoy
25	Henrique Stanisce
26	José Perfeito dos Santos
27	José Amarante de Alvarenga
28	Milton Manuel de Souza
29	Marino Etelvino dos Santos
30	Paulo Fernandes
31	Roosevelt Gomes Duarte Coelho
32	Rosalvo Perfeito dos Santos
33	Valdir da Costa Cabral
34	Benedito Alcantara dos Remedios
35	Sebastião Perfeito dos Santos
36	Benedito José Alves da Cruz
37	Osmar da Silva Penha
38	Jovelino Estevão do Nascimento
39	Gabriel Gomes do Nascimento
40	José Leandro da Cruz
41	João de Oliveira
42	Paulo José Lourenço
43	Milton Chaves França
44	Carlos Luiz França Conti

ANEXO 21 – Pág. 2

45	José Almeida dos Santos
46	Francisco Sales Costa
47	Benedito Perfeito dos Santos
48	Francisco de Assis
49	Ruy Rubem
50	Benedito Maximo dos Santos
51	Edilson Pádua Corrêa
52	Valdemiro Braz da Conceição
53	Benedito Nascimento de Souza
54	Benedito Costa
55	Francisco Paula Sena
56	João de Oliveira Netto
57	Benedito dos Remédios Penha
58	José Deoclécio Carneiro
59	Genesio dos Santos
60	Marino Alves da Silva
61	José de Oliveira Ponti
62	Benedito Alves da Silva
63	Benedito de Oliveira Conceição
64	Gilson Fabiano dos Reis
65	Julio Lopes
66	João Moreira dos Santos
67	Manoel Selestino
68	Ivan de Jesus Rosário
69	José Alves da Silva
70	Benedito Delfino
71	Almir Moreira Santana
72	Renato da Silva Lourenço
73	Jorge Servulo da Costa
74	João Batista dos Santos
75	Benedito Reis do Rosário
76	Benedicto Gomes Duarte Coelho
77	Benedito do Rosário Piedade
78	João Heleno Pádua Torres
79	José de Oliveira Campos
80	Carlos Alberto Rubem de Oliveira
81	Edmir Benedito Pádua Corrêa
82	Adonis Agripino de Alvarenga
83	Fernando Lopes
84	Mario do Espírito Santo Rosário
85	Maurentino Alves da Silva
86	Malvino Paula da Conceição
87	Benedito Basilio de Paula
88	Benedito Paulino
89	Benedito Luiz da Silva
	Reinato da Silva Lourenço

ANEXO 22 – Pág. 1

INTEGRANTES DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO DE PARATY – 1907 A 1977

1907	06/09 – **Fundadores:** FREI Willibrordo de Van Eyk e Zulmira Vivianna do Amaral
	Julia dos Reis Brito; Maria Thereza de Alvarenga Corrêa; Olga da Gama; Faustina Agostini Cruz; Clementina de Souza; Durvalina do Nascimento Barreto; Antonietta Hortencia do Amaral; Maria Feliciana da Costa Lima; Maria Benedicta da Costa; Benedicta Costa; Maria Justina Gonçalves; Luzia de Souza; Ernestina Peixoto Magalhães; Marianna Rodarte; Maria dos Remedios Carvalho; Maria Freitas; Mercedes Barreto; Maria Justina Pinto; Idalina Chaves Mello; Rosa Martins Torres; 26/11- Rita de Sousa; Arlinda Amaral Braga (LIVRO DE ATAS, 1907 A 1917, p. 1, 2, 3, 3V).
1908	28/02 – Maria José Ayres de Magalhães; Maria da Annunciação Santa Roza; Maria Jesuina da Cunha Freitas; Antonia da Gama Veiga; 14/06 – Francisca Teixeira; Palmira Moura; Astrogilda Moura; Fausta da Conceição; Antonietta de Magalhães; Judith Mello; Judith Lindonor P. da Silva; Honoria Augusta Rosa; Maria dos R. Pinto; Iria Alves Siqueira; Serafina Siqueira; Antonia Moura; Antonina dos Santos; Julia de Santa Rosa; Marietta A. de Magalhães; Rita Guilhermina da Cruz; Maria B. de Magalhães; Maria do Nascimento; Rosalina Duarte Coelho; Clarinda C. Mello; Martha M. do Nascimento; Maria Paschoa; Paulina Maria dos Santos; Malvina da Cunha F. Floresbella de A. Cruz; Mariana de A. C.; Maria Luiza de Souza; Maria das Dores O. ; Maria F. de A. Gomes; Maria Amália de A.; Maria Jesuina da C. F.; Horminda do E. S.; Maria da C. Rosário; Carmem Mariana Pires; Maria Martinha dos Santos; Maria da G. O.; Maria da Conceição M.; Maria Magdalena; Maria Angela de Figueiredo; Maria da C. A.; Benedicta Basilia Gomes; Maria Theresa de Jesus; Primitiva Maria dos Santos; Prescelina Maria Pimenta; Maria Lapa do Espírito Santo; Catulina de Magalhães; Izabel E. do Espirito Santo; Anna Maria Monteiro; Rita Maria do Espírito Santo; Rosalina A. R. de Castro; Carina M. de Oliveira; Maria Benedicta Costa; Cecilia Maria da Conceição; Clarinda Tavares; Benedicta Izidoro; Dolores M. Silva; Evangelina G. C. ; Maria Hermogênia Pereira da Silva; Rita Emilia Pereira da Silva; Marinha B. de Oliveira; Ozana P. A.; Porcina B. Carvalho; Cecilia M. da Conceição; Maria Amélia da Conceição; 30/10 – Rita Cândida Miranda; Maria Joaquina Carramanhos (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15).
1909	21/06 **– Presidente:** Arlinda do Amaral Braga; 28/06 – Maria Antonietta da G. Veiga; 06/08 – **Presidente:** Maria Antonieta da Gama Veiga "Dª Maroca" (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 20 e 20v).
1910	28/01- Luiza Maria de Oliveira Araujo (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 32 e 32v).
1911	06/01 – **Diretor:** Padre Helio Bernardo Pires; 01/12 – **Tesoureira:** Arlinda do Amaral Braga (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 43).
1912	**Diretor**: Padre Helio Bernardo Pires (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 55).
1913	04/04- **Presidente:** Maria Antonietta da Gama Veiga. (LIVRO DE ATAS, 1907 a 1917, p. 69).
1917	**Presidente:** Maria Antonietta da Gama Veiga - 01/06 – Julieta Pinto; Maria José Moreira; Benedicta Soares Viana; Anna Penna Firme; Anna Avelina Nubile; Hercilia Velludo; Hortência Borges de Oliveira; Maria Pereira de Souza; Rita Ribeiro da Gama; Carlota Ramirez dos Santos (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 1v).
1918	03/05 – Idalina Dias de Magalhães; Dulce Gomes de Macedo; Benedicta dos Remédios Silva; Maria do Nascimento; Maria Francisca do Rosário; Edwiges Dias do Amaral; Adelaide Alves Henriques, Virgilia Alves Corrêa; Zenaria do Carmo; Maria Passos; Eulália Martins; Maria Rosa dos Remédios; Benedicta Alcobaça (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 6 e 6v).
1919	07/02 – Octavia Costa; Carmelita Nunes; Herandina Braulia dos Santos; Virginia Delphina dos Santos; Waldina Maria dos Remédios; Benedicta Tavares; Etelvina de Oliveira; Maria Galdina de Moraes; Lodia Oliveira; Aurélia Pinheiro Dutra; Julia Augusta Guimarães; 04/04 – Hortência da Costa Magalhães; 03/07 – Paulina França do Rosário; 04/07 -Rita Corrêa; Rosa Corrêa; Castorina Prado; Benedicta Prado; Virginia Maria da Conceição; Rita de Cássia; Juvencia Angélica da Conceição Corrêa; Maria da Conceição Martins de Almeida; Maria da Glória Dias França; 07/11- Edwiges Santos; Maria das Dores (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 9, 10, 11v, 12v, 13).

ANEXO 22 – Pág. 2

1920	03/09 – Esther Aurora de Almeida Cruz (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 17v).
1921	04/02 – Maria Lapa de Souza (LIVRO DE ATAS, 1917 a1924, p. 19).
1922	09/07 – Maria Izabel Carramanhos; Benedicta Campos; Maria da Conceição Perez; Mercedes França; 04/08 – Maria do Carmo Tavares; Domingas Corrêa da Silva (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 25v).
1923	01/06 – Carlota Carramanhos da Lapa; Maria Justina Dias; Paulina Santos Dias; Maria Zeferina Dias do Rosário (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 30).
1923/1924	07/12 e 04/01 – Maria Francisca de Moura; Donana de Moura Castro; Joanna Penna Firme; 31/05 – Maria Dias do Rosário; 27/07 – Maria dos Remédios Silva; Dalva dos Santos Calixto; Lucilia de Oliveira Netto; Maria D' Aparecida Gama; Cecilia Santos Dias; Maria Lopes; Rosa Lopes; Zulmira; Eulália Vieira; 01/08 – Maria dos Santos; Benedicta Malvão Costa; Benedita Martins; 05/09 – Maria Eulália do Nascimento; Benedicta Penna Firme; Candida dos Santos; 03/10 – Benedicta Pereira; Aida Dias da Gama (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 28 a p. 37v).
Dezembro 1924 Janeiro, Fevereiro e Março/1925	Izabel Vieira; Basildes Vieira de Mello (LIVRO DE ATAS, 1917 a 1924, p. 37).
1926	06/06 – Luiza Pereira da Cruz; Maria de Barros; Djanira da Conceição (LIVRO DE ATAS, 1925 a 1937, p. 3).
1927	03/06 – Pedrina da Costa Pimenta; Rita da Silva Vaz; Maria Adelina (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 4).
1928	04/05 – Malvina Torres; Jandira Souza Magalhães; Roza Cananéia; Maria do Espírito Santo. 06/07- Carolina Peixoto; Etelvina Ignacio; 03/08 – Benedicta Pedrina de Almeida; Maria Eulália Netto; Benedicta Feliciano dos Santos (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 11, 12, 13).
1929	07/06- Maria A. Torres Pádua; Hilda França de Sousa; 05/07- Maria Prudencio da Silva; Maria Benedita Cananéa (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 18 e 19).
1930	27/06 – Geralda Barros; Benedicta Gibrail; Rita Barbosa (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 28).
1931	03/07 – Conceição Torres; Benedita Mello, Selma Torres, Paulina Carmo de Almeida, Brazilina dos Santos e Maria do Carmo; 04/12 – Maria José Guimarães (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 40).
1932	04/03 **-** Onezina dos Anjos; Nair dos Anjos; 03/06 – Ziláh Melo; Maria Olympia dos Santos; Maria Joanna da Silva (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 47 a 50).
1933	23/07 – Maria das Dores do Nascimento; Geórgia de Oliveira Torres; Benedicta da Cruz Mathias; Gertrudes Spitel; Izaltina Maria da Conceição; Maria Benedicta do Nascimento; Nice Barros de Castro (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 60).
1934	01/06 – Alberto Mello; Benedicto das Flores; Maria da Conceição; 06/07- Luiz Lourenço (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 69 e 70).
1935	28/07 – Maria Amélia dos Remédios; Zilda Braga de Castro; Vanda Conti; Alaide Valfrido; Herminia de Souza França; Benedicta Barros; Catharina Silva; Benedicta Maria Guedes; Rita Alcobaça dos Reis; Antonia Aguiar; Benedito Soares Corrêa; Maria Aparecida de Oliveira; Cléa Mathias; Almira Fernandes (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 80).
1936	05/06 - Áurea Mello; 04/12- 04/12 – Valentina dos Santos; Emilia; Julia Francisca e Dolores Maria da Conceição (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 88 e 93).
1937	04/05 - Florisbela da Cruz Mathias; Maura Gibrail; Maria Aparecida da Paschoa; Maria Emilia Mello; 02/07- Laércio Corrêa; Otavio Francisco de Paula; Sophia Torres; 05/08 - Clara França Rozario; 03/09 - Izaura dos Santos; Maria Aurora Pires; Vitalina; Maria Augusta; Benedita do Carmo; Maria Aparecida Miranda; José Campos; Marguerite Laclau; 01/10 - Benedicta Ângela Faria; Benedicta Barros; Amélia Viana (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 98, 99 e 1).

ANEXO 22 – Pág. 3

1938	04/02 - Cilencina Rubem de Oliveira; 04/03 - Zelina Soares Corrêa; Antonia Barros; Blandina Mello; 01/07- Julia dos Santos; Manoel Siderio dos Santos; Vicentina; 04/11- Herminia Judice; Celeste Malvão (LIVRO DE ATAS, 1926 a 1937, p. 98 e 99; 1937 a 1956, p. 1 e 1v).
1939	03/02 - Maria Magalhães Dutra; 05/05- Carlota Costa; Eponina de Souza; 07/07 - Benedicta Amaral Vieira; Brasilina M. da Silva; Maria Amália Corrêa; Hermínia Corrêa; Geralda da Costa Moreira; Alice Mello Campos; Maria José Lopes; Lydia Lopes; Antonio Conti; Argeu Ramiro; Manuel Torres Sobrinho; 04/08- Maria da Conceição Araújo (LIVRO DE ATAS 1937 a 1956, p. 8v, 9v e 10v).
1940	05/07 - Manuela Soares de Souza; Maria Camilla de Oliveira; Benedicta Villela; Hilda Lopes Vieira; Decio Chaves França; Gilberto Gibrail.; Vicente; 04/08- Rozaria Gibrail; Maria Benedicta Fernandes; 04/10 - Benedita Duarte; 01/11 - Osvaldo Gibrail; Vera de Chaves Mello; 06/12- Leopoldo Pinheiro Dutra; Francisca Pinheiro Dutra (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p.17, 17v, 18, 18v e 19).
1941	03/01 - Dalva Calixto; Geralda da Silva; Maria Benedita da Silva; 07/02 - Clotilde Corrêa de Oliveira; 20/05 - Aldmar Gomes Duarte Coelho; Milton Chaves França; Ítala Judice; Benedicta Ranulpha; Ignez Maria; José Maranhão; Therezinha Araújo; Olga da Gama Sobrinha; Maria das Dores; Selva Santos; Benedicto Gomes Duarte Coelho; Helena Santos Silva; 01/08 - Maria Benedicta Silva; Celso Gomes Duarte Coelho; Yeda Rubem; 05/09 - Naina Quintanilha; América Maria da Conceição; Carolina da Costa Prado (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 19v, 20, 22, 23, 23v).
1942	06/02 - Idalina Josepha de Alvarenga; 06/03 - Thereza Laurindo de Souza; 01/05 - Aurélia Alves da Silva; 13/07 - Emilia Dias Gibrail; Helena França de Souza; Dalva dos Santos Dias; 07/11- Lindonor Walfrido da Silva (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 25v, 26, 26v, 28, 29).
1943	05/03- Terezinha Helena Bulé; Maria. 07/05-Domingas Alvarenga Corrêa; 04/07 - Diva Lopes Vieira; Mariana Ayres da Gama Netto; Leonor Francisca da Silva; 06/08 - Clélia Pinheiro Dutra; 03/09 - Maria de Lourdes Querino (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 31, 32, 33, 33v, 34).
1944	07/07- Zilda de Almeida Cruz; Maria de Oliveira Freire; Terezinha dos Santos (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 35v).
1945	01/06 – Dulce Ramiro; Marilda Dutra de Oliveira; Eliaci da Silva; Neir da Silva Paschoa; Nanci Chaves França; Bazildes C. Melo e Souza; Neli da Silva Gama; Ermelinda Venturele; Maria Filomena; Nereide da Silva; Catharina da Silva (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 40).
1946	05/07 – Maria Domingas; Emilia Magalhães Moraes (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 46).
1947	04/07- Benedita Ayres Malvão; Gilceia Ayres Malvão; Gilcineia Ayres Malvão; Maria B. Gomes de Souza; Maria José do Bom Conselho; Judith Silva; Maria de Lourdes do Carmo; Helina dos Santos; Benedicta Fausta (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 47v).
1949	03/06- Maria dos Remédios Corrêa. 04/11- Maria de Lourdes do Espírito Santo (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 58,60).
1950	03/06 - Nancy de Alvarenga Corrêa; Maria Tereza Alvarenga Corrêa; Antonia M. Conceição Cabral; Mariana Cabral; Benedita Rosa; Lea da Silva; Aricléa Tomé dos Santos; Edmeier dos Santos Rosa; Pedrina Fernandes; Dulce Fernandes; Benedicta Fernandes; Nair Fernandes; Aparecida da Silva Coupê; Wanda Stanisce; Terezinha Moraes; Zilda Ferreira; Maria B. Oliveira França; Rachel Maria dos Passos; Jandira Maria dos Passos; Apparecida Galindo; Benedita de Oliveira; Florisbela de Oliveira; Emilia Cruz; Hozana da Conceição; Fernanda Aquino; Adelina Assis; Benedicto Pinheiro Dutra; Maria Lauriana Nascimento; Benedita Santos Costa; Benedicta Edwiges de Oliveira; 01/10- Benedicta Silva Santos; 03/11- Maria Luchetti (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 61v, 64, 64v).
1951	01/06- Maria Paz da Cruz; Maria da Conceição Carramanhos da Gama; Juliana Fernandes de Oliveira (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 68).
1952	05/12 – Domingas Ayres Corrêa, Celia Corrêa Stanisce, Ana Zita de Alvarenga Corrêa, Alézia Maia Vieira, Perolina Vieira, Sinai Corrêa. (LIVRO DE ATAS, 1937 a 1956, p. 76v a 77).
1953	02/02 - Rita Ramiro, Edela Peres Nubele, Laurentina Maria da Costa, Nolia Rubens, Maria Benedita da Silva. 07/08 – Maria Soares de Souza, Alvarina Olinda do Carmo, Izabel Jacintha do Carmo, Marina da Silva Padua, Catulina Magalhães, Maria Francisca dos Santos, Conceição Gil Braz, Maria Benedicta da Silva, Durvalina Conceição Penha, Benedicta C. Duarte Coelho, Tereza Maria da Conceição, Dalva de Jesus, Candida Rozaria, Selma Irinea de Melo, Izaltina Cananéa, Honorota do Espirito Santo, Benedita Fabiana de Alcantara. 06/11 – Januaria Maria Moreira, Silma Silva Santos. (LIVRO DE ATAS,1937 a 1956, p. 78, 81, 81v, 83, 83v).

ANEXO 22 – Pág. 4

1956	08/06 – Ana Maria Conti, Ana Maria Dias de Souza, Deise Pádua, Neuza Pacheco da Costa, Darcy Martins de Souza, Maria Francisca da Conceição, Perciliana Dias de Souza, Adyr Passos Carpinele, Maria G. Rameck, Gabriela M. da Conceição, Maria Rosa do Nascimento, Adelaide M. da Conceição. (LIVRO DE ATAS,1937 a 1956, p. 95v,96).
1957	Maria da Gama Veiga (LIVRO DE ATAS, DE ATAS,1957, p.7v e 8).
1958	04/06 – Benedicta Guedes, Dalva dos Santos Calixto, Domingas Corrêa Dias, Durvalina Conceição Penha, Julieta Jacob Aires, Maria Madalena da Gama Santos, Florisbela, Maria Romualda Scarpine, Irene Romualdo, Maria José da Costa Prado, Adelaide Pádua, Almerinda Pacheco, Marciliana Rosa dos Santos, Maria Eugenia de Oliveira Gomes, Ivone Damásia do Carmo, Mariana Carvalho, Helena Vieira Duarte Coelho, Maria Magdalena Calixto Pádua, Valentina de Arruda (LIVRO DE ATAS,1956 a 1967, p. 11, 14, 14v, 16, 16v, 17, 17v).
1959	Silma de Oliveira Duarte e Maria Eugênia (LIVRO DE ATAS, 1956 a 1967, p. 24v, 25 e 27).
1960	Clotilde Corrêa de Oliveira, Maria das Dores Mathias Ribeiro (LIVRO DE ATAS, 1956 a 1967, p. 28).
1961	02/06 – Ilza Maria de Souza, Maria Benedita de Oliveira, Leonice Genezio dos Santos. (LIVRO DE ATAS,1956 a 1967, p. 45v, 46, 46v).
1969	Lindalva Maria de Aquino (LIVRO DE ATAS, 1968 a 1980, p.11).
1970	03/07- Paulina Teixeira do Carmo, Camila Stanisce Calixto, Aurea Hernamperez e Regina de Souza (LIVRO DE ATAS, 1967 a 1980, p. 17v, 18).
1977	03/06 – Luzia Francelina, Leonice, Antonia Maria dos Santos, Joana Iguinez de Jesus, Lenise Coelho, Luzia, Edna Padua Mendonça, Maria de Lourdes, Irmã Jaqueline, Solimar Passos, Cilene Vieira, Maria Ignez, Rita Nazir, Berenice, Pedrina Fernandes (Dina) Nair, Ivone, Regina Gama Mirana, Olimpia, Benedita, Dirce Stanisce Dutra, Maria D'Anunciação,, Benedita Zelbina, Maria Theodora Santos, Agda Alvarenga Alves, Benedita Julia Lucas, Maria Aparecida, Maria Peres dos Santos, Ionéa. (LIVRO DE ATAS,1967 a 1980, p.24,24v).
1979	Nazir Moreira da Silva (LIVRO DE ATAS, 1968 a 1980, p. 31).

Fonte: Livros de Atas do Apostolado da Oração, 1907 a 1977, Acervo da Paróquia de N.S. dos Remédios de Paraty

ANEXO 23 – Pág. 1

RELAÇÃO DAS FUNDADORAS ASPIRANTES NA FUNDAÇÃO DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA 15 DE AGOSTO DE 1932

FUNDADORAS ASPIRANTES: Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Spittel e Maria Julia Calixto		
ANO	**COMPONENTES**	**FONTE**
1932	FILHAS DE MARIA: Benedicta Mathias de Alvarenga, Benedicta Vera de Aquino, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Glória Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Nair Floresta dos Anjos, Olga Gama e Rita Vilela.	LIVRO DE ATAS 1932 p. 1 e 1v
1932	DIRETORIA CONSTITUIDA: Director – Padre Hélio Bernardo Pires; Presidente- Nair Floresta dos Anjos; Assistente- Maria do Carmo Reis; Secretária- Josephina Gibrail Costa e Thezoureira – Maria da Glória Gama	LIVRO DE ATAS 1932 p. 1 e 1v
1933	Cecilia Dias, Clarice Rosário, Gertrudes Sppitel, Maria Julia Calixto, Benedicta Mathias de Alvarenga, Benedicta Vera de Aquino, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Glória Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Nair Floresta dos Anjos, Olga Gama, Rita Villela.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.1
1934	Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquino, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 1v
1934	Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.2
1935	Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.3v
1936	Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 4
1938	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 7
1939	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 8

ANEXO 23 – Pág. 2

1940	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 10
1941	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 10v
1942	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves e Maria Benedita Fernandes	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.11
1943	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonaçlves, Maria Neves de Oliveira	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 11v
1944	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Benedita Nascimento, Claudina Mello, Aidee Maria Santos, Candida Maria da Conceição	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.12

ANEXO 23 – Pág. 3

1946	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.13
1947	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p.13v
1947	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa, Therezinha Araujo, Helena Magalhães Monteiro	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 14
1949	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa, Therezinha Araujo, Helena Magalhães Monteiro, Emilia Maria Morais, Clelia Pinheiro Dutra ,Francisca P. Dutra, Conceição Costa, Hilda Maria Ferreira	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 16

ANEXO 23 – Pág. 4

1950	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa, Therezinha Araujo, Helena Magalhães Monteiro, Emilia Maria Morais, Clelia Pinheiro Dutra ,Francisca P. Dutra, Conceição Costa, Hilda Maria Ferreira, Maria Stela Araujo – (Expulsa), Benedicta Francisca dos Santos	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 18
1951	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa, Therezinha Araujo, Helena Magalhães Monteiro, Emilia Maria Morais, Clelia Pinheiro Dutra ,Francisca P. Dutra, Conceição Costa, Hilda Maria Ferreira, Maria Stela Araujo – (Expulsa), Benedicta Francisca dos Santos, Rosaria Gibrail, Therezinha Rubem, Maria dos Remedios Corrêa	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS, 1933, p. 19
1952	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa, Therezinha Araujo, Helena Magalhães Monteiro, Emilia Maria Morais, Clelia Pinheiro Dutra ,Francisca P. Dutra, Conceição Costa, Hilda Maria Ferreira, Maria Stela Araujo – (Expulsa), Benedicta Francisca dos Santos, Rosaria Gibrail, Therezinha Rubem, Maria dos Remedios Corrêa, Édela Nubile, Zilda Gonçalves, Carolina Prado, Auta Maria Alvarenga	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 22
1953	ASPIRANTES = Itala Giudice, Maria Celia Marques, Lourdes dos Santos, Maria Benedita da Silva	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 24v

ANEXO 23 – Pág. 5

1953	PRÉ ASPIRANTES = Clarice Peixoto Netto, Cecilia da Silva, Geny Medeiros, Maria de Lourdes Pereira, Nair Elias, Nolia Vita Rubem, Sildete Rubem, Rita de Cassia Duarte, Tania Maria Paschoa, Gilseia de Souza, Edmeia, Maria Aparecida da Silva, Jacira Machado, Clementina Amaral, Dionéia Santos Dias, Eli Tereza de Souza	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 25v
1957	Benedita Lopes, Bazildes dos Santos, Domingas Giudice, Herminia França de Souza, Wanda França Conti, Zuleika França do Rosário, Izaltina Maria da Conceição, Maria do Espirito Santo, Amalia Peres dos Santos, Clara Rosario, Cecilia Dias, Clarice Rosario, Gertrudes Sppitel, Benedicta Vera de Aquinpo, Benedicta da Cruz Mathias, Georgina Gibrail, Josephina Gibrail, Maria da Gloria Gama, Maria do Carmo Reis, Maria da Conceição Torres, Maria Apparecida Gama, Olga Gama, Rita Villela, Hilda França, Maria Apparecida Ayres, Maria Apparecida de Oliveira, Dalva Calixto, Herminia Giudice, Maria da Glória França do Rosário, Maria Philomena do Carmo, Paula Francisca do Carmo, Maria da Glória Magalhães, Alice França Magalhães. NOVIÇAS: Maria Dutra, Dulce Fernandes, Nair Fernandes, Benedita Fernandes, Maria Apparecida Santos Dias, Haidee Maria Guedes, Conceição Menin, Hilda Almeida Gonçalves, Maria Benedita Fernandes, Zilda de Almeida Gonçalves, Maria Neves de Oliveira, Walkiria Coutinho, Walmiria Coutinho, Hercilia Santana, Wanda Stanisce, Benedicta Sêna, Dina de Souza, Irene Alvarenga Corrêa, Pedrina Alvarenga Corrêa, Therezinha Araujo, Helena Magalhães Monteiro, Emilia Maria Morais, Clelia Pinheiro Dutra ,Francisca P. Dutra, Conceição Costa, Hilda Maria Ferreira, Maria Stela Araujo – (Expulsa), Benedicta Francisca dos Santos, Rosaria Gibrail, Therezinha Rubem, Maria dos Remedios Corrêa, Édela Nubile, Zilda Gonçalves, Carolina Prado, Auta Maria Alvarenga, Ana Maria Nubile, Therezinha Costa, Irineia Maria Melo, Teresa A. Moreira, Julia Helena, Nilta Corrêa, Selma Braz, Serafina Alves, Paulina Conceição, Verônica da Cruz, Eulina da Silva, Julia Helena da Silva, Maria Antonia Coutinho, Hilda de Aquino.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 27v-28
1958	ASPIRANTES = Irinéa Mello, Tereza M. Albino, Serafina Alves, Júlia Helena da Silva, Hilda de Aquino Barros, Joana Esp. Santo, Eulina da Silva, Paulina Conceição, Elpidia Alves de Souza, Maria Aparecida de Souza, Maria Aparecida dos Santos, Maria Inês de Oliveira Netto, Maria Aparecida de Oliveira Netto	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 31v
1958	PRÉ ASPIRANTES = Adelia Miguel de Oliveira, Joana Rosa dos Santos, Aparecida Ivone Netto, Benedita da Silva Carneiro, Guiomar Menezes Nascimento, Maria da Conceição Gonçalves da Silva, Cecilia Alves da Silva, Maria Alves de Souza, Ionéia Santos Rosa, Marina Alves da Silva, Pedrina da Silva Carneiro, Lourdes Benedita de Paula, Iracema Paula da Conceição, Maria Aparecida dos Santos, Maria da Conceição Aparecida Souza	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 32v
1959	ASPIRANTES = Irinéa Mello, Tereza M. Albino, Serafina Alves, Júlia Helena da Silva, Hilda de Aquino Barros, Joana Esp. Santo, Eulina da Silva, Paulina Conceição, Elpidia Alves de Souza, Maria Aparecida de Souza, Maria Aparecida dos Santos, Maria Inês de Oliveira Netto, Maria Aparecida de Oliveira Netto, Maria da Paixão dos Santos, Antonia Francisca da Conceição, Dorvalina Maria de Jesus, Maria dos Remedios dos Santos, Maria Alcina de Assis, Leonice Maria da Conceição, Geiza Pacheco dos Santos, Rosa Leardini, Erenita Romualdo, Lucilia Pereira Dutra, Lourdes Gama, Ismaurina Santos	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 36v
1960	ASPIRANTES = Clélia Oliveira Netto, Durvalina Maria de Jesus, Lucilia Cananéa, Maria Benedita de Oliveira, Maria Aparecida Fernandes, Maria dos Remédios Santos, Neuza Maria, Nilda da Silva, Rita Cassia dos Santos. PRÉ= Benedita dos Remédios Paula, Maria Aparecida Costa Peixoto Neto, Lourdes Alves da Silva, Malvina Alves da Silva. PRESIDENTE = Rosária Gibrail. (LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS, 1933, p. 50) Livro encerrado com o visto o Padre Aloisio Moreira e do Bispo D. Agnello Rossi. Encerrado pela Presidente, Rosária Gibrail, em 25 de junho de 1960.	LIVRO DE PRESENÇA DE IRMÃS 1933, p. 50.

Fonte: LIVRO DE ATAS, 1932 a 1960

ANEXO 24 – Pág. 1

RELAÇÃO DE FESTEIROS ENCARREGADOS DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM PARATY – 1818 A 2020

ANO	FESTEIRO ENCARREGADO	FONTE
2020	Maricélia Moreira Torres Pádua	Festa não realizada devido à pandemia do COVID 19
2019	Camila Oliveira Mello Pádua	Programa
2018	Paulo Ricardo Coelho Barros	Programa
2017	Weriks Emanuel Barros Ribeiro	Programa
2016	Leontino Albino Moreira Filho	Programa
2015	Ana Maria Bridi, Aparecida de Oliveira Ferreira, Celina Magalhães Gama, Tania Bulhões	Programa
2014	Fabricio Mariano de Jesus	Programa
2013	Comunidade N.S. dos Remédios do Centro Histórico de Paraty	Programa
2012	Lindalva Maria de Aquino	Programa
2011	Edson José de Oliveira e Ignácia Augusta de Oliveira	Programa
2010	Ana Bridi, Aparecida de Oliveira Ferreira, Celina Magalhães Gama, Tania Bulhões	Programa
2009	Maria da Conceição de Souza Cândido	Programa
2008	Marcio Valério de Souza	Programa
2007	Epaminondas Carlos de Mello e Souza Filho e Marcia França de Mello e Souza	Programa
2006	Aleomir de Oliveira Bicudo	Programa
2005	Edson José de Oliveira e Ignacia Augusta de Oliveira	Programa
2004	Familia Magalhães	Programa
2003	Benedito José Melo da Silva e Margarida Campos Machado	Programa
2002	Célia Martins Cruz da Silva	Programa
2001	Leonilda Mariano Silva	Programa
2000	Marly Cardoso de Barros e Alfredo José de Andrade Barros	Programa
1999	Benedito Ubirajara Gomes de Oliveira (Bira)	Programa
1998	Edson José de Oliveira (Edinho)	Programa
1997	Familia Silva	Programa
1996	Alfa Porto Minair (Fifa)	Programa
1995	Gilberto Stanisce da Silva e Dirce Stanisce Dutra	Programa
1994	Aloysio de Castro	Programa
1993	Henrique Stanisce	Programa
1992	Benedito Telmo Coupê e Aparecida da Silva Coupê	Programa
1991	Celia Cruz Pinto da Silva e Lucio Cruz Pinto da Silva	Programa
1990	José Rodarte Dias de Melo (Zeca)	Programa
1989	Alcyr de Oliveira Moreira	Programa
1988	Marino Etelvino dos Santos	Programa
1987	Aldmar Gomes Duarte Coelho	Programa
1986	Hailton José Melo da Silva	Programa
1985	José Conti Miranda (Zé do Hugo)	Programa
1984	Benedito Lourenço Dias (Dito Fio)	Programa
1983	Jorge Luiz Costa de Souza (Jorginho do Mané Rita)	Programa

ANEXO 24 – Pág. 2

1982	Hilton Netto Dantas (Hiltinho)	Programa
1981	Hilton Silva	Programa
1980	Maria Gibrail Rameck (Coroas)	Programa
1979	Benedita Bullé dos Santos	Programa
1978	Celso Gomes Duarte Coelho e Perona Amaral Vieira D. Coelho	Programa
1977	Benedito Pereira da Anunciação (Ditinho)	Programa
1976	Rita Joaquina Costa de Souza (Rita da Candoca)	Programa
1975	Maria José Gomes (Dona Zezé)	Programa
1974	Vicente de Paula Cruz	Programa
1973	Manoel de Jesus Torres	Programa
1972	Maria Eugenia de Oliveira Gomes	Programa
1971	Benício de Mello Góis	Programa
1970	Mauro Santana Núbile	Programa
1969	Almir Tavares da Silva	Programa
1968	Décio Ramiro de Alcântara	Programa
1967	Hilton da Silva	Programa
1966	Geraldo Gama	Programa
1965	José Plínio Rubem de Oliveira	Programa
1964	Aloysio de Castro	Programa
1963	Benedito Miguel de Alvarenga (Carvalhinho)	Programa
1962	Benedito Malvão de Oliveira Junior (Malvãozinho)	Santinho comemorativo
1961	Benedito Gomes Duarte Coelho (Fifi)	(LIVRO DE TOMBO, 1924 p.46v, 47)
1960	Ozório Gonçalves dos Santos	
1959	Benedito José da Silva	
1958	José Luiz Mathias	(LIVRO DE TOMBO, 1924 p. 46v, 47)
1957	Julio José Vieira (Julinho Vieira)	
1956	Norival Rubem de Oliveira	
1955	Antonio Núbele França (Nhonho) (Nota 1955)	
1954		
1953		
1952	Francisco Leandro da Costa (Xixico) (Nota 1952)	
1951	Francisco Giudice (Nota 1951)	
1950	Hilton da Silva (Nota 1950)	
1949	Alziro Domingos do Nascimento	
1948	João Gomes Duarte Coelho (Jonjoca)	
1947	Benedito Manoel da Paschoa (Seu Paschoal) (Nota 1947)	
1946	Lupercio Soares Filho	
1945		
1944	Jesuino de Castro Rubem	(Livro de Receitas e Despesas - 1931, p.46)
1943	Francisco Magalhães (Nota 1943)	
1942	Jesuino de Castro Rubem (Seu Zizinho)	
1941	Silvio Lourenço de Oliveira (Nota 1941)	
1940	Nestor Benedicto de Miranda (Nota 1940)	
1939	José Dias França	(Livro de Receitas e Despesas - 1931, p. 38)
1938	Felix Leonel de Souza Filho (Nota 1938)	
1937	Benedicto Pereira da Cruz (Nota1937)	

ANEXO 24 – Pág. 3

1936		
1935		
1934		
1933	Benedito José da Silva	(Livro de Receita e Despesas 1931 - p. 14)
1932		
1931		
1930	José Olympio do Amaral Vianna (Seu Cadete) (Nota 1930)	AVERDADE, Nº 4, 1929, p.1
1929	José Borges do Rosário (Nota 1929)	A VERDADE, Nº 3, 1929, p.1
1928	José do Espírito Santo Calixto (Zuzú)	
1927		
1926	Benedito Manoel da Paschoa	(Seu Paschoal)
1925	Pedro Peres dos Santos	
1924	Antonio Dias França (Nota 1924)	Balancete (prestação de contas)
1923	José Núbile	Noticiário (A RAZÃO - 1922, Nº16, p.2)
1922	Pedro Júdice	Programa (A RAZÃO - 1922, Nº 14, p.3)
1921	João Corrêa de Alvarenga	Programa (A RAZÃO - 1921, Nº 18, p.3)
1920	Ernesto Pereira dos Reis (Nota 1920)	Balancete (A RAZÃO - 1920, Nº33, p.3)
1919	Eduardo Pinto Vieira (Nota 1919)	Programa (A RAZÃO – 1919, Nº33, p.2)
1918	Gabriel Gomes Calixto	
1917	Não foi realizada a festa	(SOUZA - 1994, p. 114)
1916		
1915		
1914		
1913	João Luiz do Rosário (Nota 1913)	Programa (O PHAROL,1913 - Nº 23, p.4)
1912	Antonio Joaquim da Silva Miranda (Nota1912)	Noticiário (O PHAROL - 1912, Nº26, p.3)
1911	Gabriel Gomes Calixto (Nota 1911)	Noticiário (O PHAROL - 1910, Nº 51, p1)
1910	José Policarpo dos Santos	Programa (O PHAROL - 1910, Nº 48, p. 4)
1909	João da Costa Cavalcante de Albuquerque	
1908	José V. da Costa Braga	Programa (O PHAROL - 1908, Nº 10, p. 4)
1907	Antonio Joaquim da Silva Miranda	Programa (O PHAROL - 1907, Nº 39, p. 4)
1906	Major Prudente de Toledo	Publicação (O PHAROL - 1906, Nº 17, p.3)
1905		
1904		
1903		
1902		
1901		
1900		
1883	Manoel (incompleto)	Noticiário (O PARATYENSE – 1883, Nº 27, p. 1)
1818	José Luis Campos do Amaral	(Aquisição de Cêra - 1818, DA)

Fonte: Pesquisa realizada por Julio Cezar Neto Dantas, Maria José do Carmo Teixeira e Aureni Maria Jeremias, acrescida das listas de saída de peças do acervo do Museu para serem utilizadas na festa.

ANEXO 24 – Pág. 4

(N. 1937) Benedito Pereira da Cruz (Sr. Zito), informação dada por sua filha, Sra. Célia Martins Cruz da Silva, festeira em 2002 juntamente com ex festeiros e em 1991 com seu filho Lúcio Cruz. Lembra que na ocasião deveria ter 8 anos de idade e que seu irmão, José Kleber, já havia nascido. A festa foi realizada no sobrado, atualmente de propriedade dos filhos do Dr. Derly Ellena, que na época pertencia ao Sr. Manequinho Miranda (tocava clarineta). O Sr. José Carlos de Oliveira Freire (Sr. Zezito), confirmou a data de 1937, por lembrar-se de algumas pessoas da cidade de Cunha-SP., hospedaram-se na residência de seu pai, o Sr. Carlos Freire. Conversando também com a outra filha do Sr. Zito, Sra. Irma, confirmou a data informada pelo Sr. Zezito, repetindo 1937, por lembrar-se que naquela época, ela e o Sr. Zezito, estudavam na cidade de Cunha-SP., e que houve eleição para a escolha para eleição da Rainha da Festa do Divino Espírito Santo. Sendo ela eleita, foi coroada com faixa e coroa. Outra informação dada pela Dona Irma, que no mesmo ano de 1937, houve eleição para o Paratiense Atlético Clube (PAC) e foi também eleita a Rainha com o título de: SUA MAJESTADE IRMA I, no mês de setembro, na Festa de N. Sra. dos Remédios. No mesmo ano o seu pai, Sr. Zito, funcionário público (fiscal de rendas) foi transferido para a cidade de Itaperuna-RJ, junto com toda a família. Outra informação bem interessante, é qu o seu irmão José Kleber, ao completar 15 anos de idade, pediu ao seu pai de presente, uma viagem à Paraty. Chegando aqui se encantou com a sua cidade. E ao retornar à Itaperuna, o seu pai perguntou sobre a cidade e ele cantou para o seu pai a música que se tornou muito conhecida de todos nós paratienses. A festa do Sr. Zito foi realizada no sobrado, acima mencionado para facilitar o acesso à casa do festeiro, uma vez que, morar no bairro Pontal, era distante do centro histórico, disseram-me as filhas Sra. Célia e Sra. Irma.

(N. 1938) Felix Leonel de Souza Filho, informações prestadas pelo Sr. Aloysio de Castro. Conversando com o Sr. Hildo França de Souza, filho do Sr. Felix, o mesmo afirmou que teria quatro (4) ou cinco (5) anos de idade. A festa foi realizada no sobrado do Sr. Felix, onde morava, onde hoje funciona a pousada Capelinha, esquina com a casa do Sr. Aloysio de Castro. O Sr. Hildo nasceu no ano de 19363, portanto chegamos à data de 1938.

(N. 1940) Nestor Benedicto de Miranda, informações prestadas pelo Sr. José Carlos de Oliveira Freire (Zézito). Confirmada pelo Srª Cilencina Rubem de Oliveira Mello, (Sra. Cininha), porque o Sr. Nestor passou a bandeira para o próximo festeiro, o Sr. Silvio de Oliveira, pai da Sra. Cininha, conhecido como Silvio Lourenço. A filha do Sr. Nestor, Sonia Maria Vieira França, informou que era muito criança, mas ouvia seus pais comentarem sobre a realização da festa do Divino Espírito Santo. A festa do Sr. Nestor foi realizada na residência atual do Dr. Fábio Villaboin, entre o Fórum e o espólio de Julio Corrêa Dantas.

(N. 1941) Silvio de Oliveira, conhecido como Sr. Silvio Lourenço, informações prestadas pelo Sr. Aloysio de Castro. Em entrevista no dia 25 de maio de 2009, a Sra. Cilencina Rubem de Oliveira Mello (Srª Cininha) como a conhecíamos carinhosamente, me confirmou que seu pai, o Sr. Silvio, recebeu a bandeira do Divino Espírito Santo, do Sr. Nestor Miranda, no ano de 1941. A Sra. Cininha me falou que seu pai entregou a bandeira ao novo festeiro. no décimo dia, com autorização do padre, ou seja, na segunda feira, onde realizou missa e ladainha. Ela disse-me que lembrava muito bem de uma mesa com muitos doces e que foram servidos até as 16 horas. A Sra. Cininha me contou que seu pai era comerciante, levada seus produtos para outras cidades próximas. No barco em que viajava, junto com outros companheiros, pegaram uma tempestade em alto mar, e que o Sr. Silvio fez uma promessa de carregar o andor do Divino Espírito Santo, com todos aqueles que estavam no momento da tempestade, vestidos com as mesmas roupas que estavam usando nesse dia e assim se cumpriu a promessa. Junto com ele no barco estava um senhor de outra religião, que participou da procissão junto com os demais, carregando o andor do Divino Espírito Santo, tamanha a fé de todos. Conversando com a Sra; Maria Freire, lembrou que a festa do Sr. Silvio foi realizada na casa, onde mora atualmente o Francisquinho Rubem.

(N. 1943) Francisco Magalhães, informações prestadas pelo Sr. Aloysio de Castro, dizendo que provavelmente o Sr. CHICO, como era conhecido, foi festeiro no ano de 1941 ou 1942, lembrou que seu pai tinha um bar, e a pedido do Sr. Chico, por serem amigos, o shopp foi guardado no mesmo bar. E o seu pai faleceu no ano de 1943. Checando as datas 1941 e 1942, já estão confirmadas por outros festeiros, concluo que o Sr. Chico, realizou a festa do Divino Espírito Santo, no ano de 1943. A Sra. Maricota França, confirmou que a festa foi realizada na residência do Sr. Chico, onde também funcionava sua própria loja de tecido, na Rua Dona Geralda, onde mais tarde funcionou a Pousada do Douglas Rameck. O José Conti Miranda, lembra que a festa do Sr. Francisco Magalhães, foi neste endereço. Já a professora Aricléia, disse lembrar que o almoço de Sábado foi servido no terreno baldio, enfrente a residência do Sr. Francisco Magalhães.

(N. 1947) Benedicto Manoel da Paschoa, conhecido como Sr. Paschoal, informação dada pelo José Luiz Giudice Nascimento. Ele lembrou um fato marcante e muito triste na época, que o então Augusto Cobrinha, caiu da ponte (alcoolizado) e faleceu. Confirmado a data pelo Sr. Aloysio de Castro, que foi festeiro em 1994 e 1965. Sendo genro do Sr. Paschoal, o Sr. Aloysio, disse-me que o Sr. Paschoal teria sido festeiro por duas vezes. Conversei com uma das filhas Sra. Neir, disse-me não lembrar as festas, realizadas por seu pai. Conversei também com a outra filha Sra. Eluza, confirmou a data de 1947, por lembra-se da casa com muitas pessoas. E que no Sábado do almoço, as pessoas chegavam a casa do festeiro, eram recebidas e sentavam-se para almoçar. Os pratos eram de porcelana com talheres de aço inoxidável.

(N. 1950) Hilton da Silva, informação prestada pelo Sr. Antonio Marques. Informou também que ele foi um dos vassalos e que o Hilton Mello da Silva (Hiltinho), foi o Imperador, um dos filhos do Sr. Hilton. Conversando com o outro filho do Sr. Hilton, também confirmou a data acima, com seis (6) anos de idade lembra do altar na sala da residência.

ANEXO 24 – Pág. 5

(N. 1951) Francisco Giudice, informação prestada pelo sobrinho, José Luiz Giudice Nascimento, por lembrar-se ter sido o Imperador. Conversei com várias pessoas entre elas o Sr. Benedito Pinheiro Dutra, (Dito Abilio) e o Sr. Manuel de Souza (Mané Rita) todas confirmaram.

(N. 1952) Francisco Leandro da Costa, informações prestadas por José Luiz Giudice Nascimento. Disse ele: "Foi um festão, não deixou a desejar". Confirmado pelo Sr. Antonio Marques, que o Imperador foi o próprio filho, que se chama Francisco Salles (Chichico) e que teria sido no ano de 1951 ou 1952. Conversando com o Sr. Hamilton Calixto, disse-me lembrar que a festa foi organizada pelo (Fonfon) pois era ele quem carregava a bandeira do festeiro, ele acredita que o festeiro foi o próprio (Fonfon). 15/12/09 – O Sr. Antonio Marques me informou que conversou com o Francisco Salles, e que ele confirmou o ano de 1951.

(N. 1955) Antonio Núbile França, conhecido como Sr. Nhonhô, informação prestada pelo Sr. José Luiz Giudice Nascimento, por lembrar-se ter sido um dos vassalos. Conversando com a Regina, do Goulart, neta do Sr. Pedro Peres dos Santos, festeiro em 1925, informou que lembrava muito bem da festa do Sr. Nhonhô, que ela teria oito (8) nos de idade, o que a marcou foi o vestido que usou, confeccionado por sua mãe. Conversei também com um dos filhos, Sr. Antonio Christino, que confirmou que no ano de 1952 ele comemorava dezenove (19) anos de idade, ano de nascimento 1933. Lembrou ainda: "que os seus familiares, alugavam casa na cidade, durante as festividades, traziam seus pertences pessoais, inclusive, utensílios domésticos que eram transportados em jacás, no lombo de burro." Dona Geisa Panaro Ramiro, me deu outra informação que a festa realizada pelo Sr. Nhonhô foi realizada após a chegada em Paraty, no ano de 1953, sendo assim, ele teria sido festeiro o ano de 1954 ou 1955.

(N. 1930) Festeiro encarregado: José Olympio do Amaral Vianna.- Foram auxiliares: João Carlos da Silva, Rangel Paulo Santos, Antum Gibrail, Francisco Barrozo de Souza, Arlindo Ferreira França, João Lucio dos Santos, Luiz de Castro Giglio, Humberto Cirio, Oscar Luiz do Rosario, Euclides de Chaves Mello , Eduardo Mendes Pereira, João Evangelista Moreira, Benedicto Ramos, Francisco Amancio de Barros, Manoel Tiburcio, Jovino Aquino Netto, João de Assis, Manoel Paulino de Bulhões, Galdino Moreira, José Ignacio Netto (Promessa) Manoel Marcelino Pacheco. (A VERDADE, 1929, Nº 4, p. 1).

(N. 1929) Começaram a 12 do andante os tradiccionaes festejos em louvor do Divino Espírito Santo. No dia 19, além da solene procissão, outros actos religiosos e diversões populares. Para o brilhantismo da festa não tem poupado esforços o respectivo festeiro, Sr. José Borges do Rosário. (A VERDADE, 1929, Nº 3, p. 1).

(N. 1911) Eis a nominata dos festeiros do Glorioso Divino E. Santo, que têm de servir no anno de 1911. Encarregado da Corôa- Gabriel Gomes Calixto. Idem da Bandeira- Manoel Walfrido da Silva. Auxiliares-João Appollonio dos Santos Padua, Benedicto J. do Perequê Brasil, Benedicto Felix Malvão, Roque Epiphanio de Oliveira, Henrique Ferreira França, José Esteves, Benedicto Lopes da Costa, Domingos Feliciano Corrêa, Geraldo Rocha, Joaquim Antonio Verisimo, Manoel José de Souza, Manoel Thereza de Jesus, João dos Santos Madureira, Pedro Evaristo de Almeida Peixoto, Jorge de Oliveira Carramanhos, Benedicto Lopes de Moura, Francisco Mendes Brasil, Antonio Augusto Teixeira. (O PHAROL, 1910 Nº 51, p. 1).

(N. 1912) Festeiros eleitos para 1912: Antonio J. da Silva Miranda, Anizio da Silva Miranda, José Dufrayer de Oliveira, João José do Prado, Arlindo Ferreira França, Manoel Benedicto Dias, Eduardo P. da Cruz (falecido), José Ayres de Santa Rosa, Durval Mathias, Miguel Gonçalves de Araujo, Benedicto Monteiro Chaves, Candido José Avelino Coelho, Francisco de Almeida Cruz, José Feliciano Pimenta Junior, Francisco José dos Reis, Manoel Paulino de Bulhões, José Antonio Ferraz, Flosculo de Oliveira Netto, José Perfeito Pimenta, Juvenal Bahia. (O PHAROL, 1912, Nº 26, p. 3).

(N. 1913) Encarregados da festa: Capᵃᵒ João Luiz do Rosario, Clarimundo dos Santos Pádua, Justino A. de Figueiredo, Elias Miguel, Capitão Ozorio Octavio de Oliveira, Edmundo Moura, José Benedicto de Oliveira, Matheus Vieira Caroyd, Miguel Gomes de Alvarenga, Carmo Miguel, José A. da Gama Bastos, Benedicto Ramos, Narciso Pinto, Orlando Cesar, Ernesto Pereira dos Reis, Lauro A. da Gama Bastos, Pedro Maritimo Homem da Costa, Julio Campos do Amaral, Capᵃᵒ Porfirio José Ferreira, Carlos Alves Velludo.

(N. 1919) Foram festeiros: Eduardo Pinto Vieira, Alferes Domingos Feliciano Corrêa, Tenente João de Souza Barros Madureira, Sargento José Santiago Moreira, Coronel João Barreto, José Corrêa da Silva, Antono Francisco Malvão, Nestor Torres de Oliveira, Benedicto Ayres de Oliveira, José Vieira Ramos, Manoel Paulino de Bulhões, Capitão Jonathas Miranda de Castro, Eduardo Pinto Vieira, Manoel Vieira das Neves, Pedro Peres dos Santos, João Appolonio dos Santos Padua, Arthur Epiphanio de Oliveira, Joaquim Soares Junior, Dr. Alfredo Sertã, João Facundo Netto, Ignacio E. Lopes de Alvarenga. (A RAZÃO, 1919, p. 3).

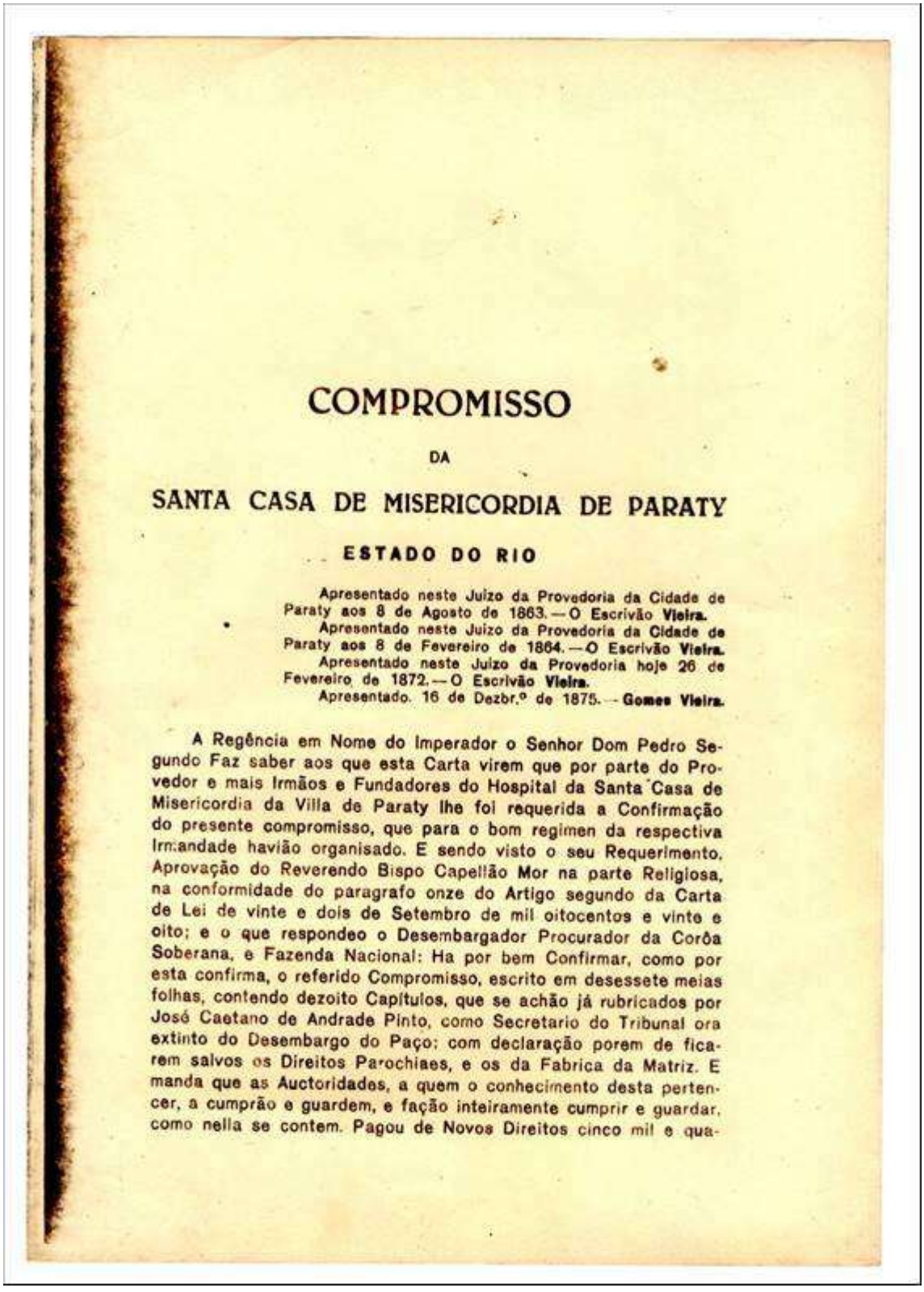
(N. 1920) Foram festeiros: Antonio Luiz de Braz, Christiano Lima, Ernesto Pereira dos Reis, Luiz Wellisch, Paulo Delfino dos Santos, José Olimpio do Amaral Vianna, Bernardino Moreira, Luiz José Gonçalves, Benedicto José da Silva, José Benedicto de Oliveira, Tiburcio de Alcantara Ramiro, Fernando Manoel Caetano, Benedicto José de Moura, João Gregório da Costa Cabral, Antonio Dias França, João Francisco de Assis, José Fernandes Malvão, Octavio Gama, Vicente Villela Bastos, Heleodoro Hygino da Costa (A RAZÃO, 1920, p. 3)

(N. 1924) Festeiro encarregado: Antonio Dias França. Festeiros auxiliares: José Pereira Patricio, José Auguto Amaral Viana, Dr. Theophilo Costa, Annibal Gama, Francº de Souza Magalhães, Rosalvo Destefane, Oscar Rozario, José Carvlho da Silva, Abrahão Alencar, Manoel Virg. Cananéa, João Gregorio da Silva Cabral, Sylla de Uruahy Macêdo, José Esteves Sampaio, Sylvio Mello, Felix Leonel Junior, Renato Pinto de Avelar, Walter Erisman, José Aug. Peixoto, Emilio Elizeu Brasil, Dionysio Vicente Carlos, Octavio Bianol, Astrogildo Costa, Marçal Campos.

ANEXO 25 – Pág. 1

Compromisso da Santa Casa de Misericordia de Paraty – 1949 a 1950

ANEXO 25 – Pág. 2



COMPROMISSO

DA

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARATY

ESTADO DO RIO

Apresentado neste Juizo da Provedoria da Cidade de Paraty aos 8 de Agosto de 1863. — O Escrivão **Vieira.**
Apresentado neste Juizo da Provedoria da Cidade de Paraty aos 8 de Fevereiro de 1864. — O Escrivão **Vieira.**
Apresentado neste Juizo da Provedoria hoje 26 de Fevereiro de 1872. — O Escrivão **Vieira.**
Apresentado. 16 de Dezbr.º de 1875. — **Gomes Vieira.**

A Regência em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo Faz saber aos que esta Carta virem que por parte do Provedor e mais Irmãos e Fundadores do Hospital da Santa Casa de Misericordia da Villa de Paraty lhe foi requerida a Confirmação do presente compromisso, que para o bom regimen da respectiva Irmandade havião organisado. E sendo visto o seu Requerimento. Aprovação do Reverendo Bispo Capellão Mor na parte Religiosa, na conformidade do paragrafo onze do Artigo segundo da Carta de Lei de vinte e dois de Setembro de mil oitocentos e vinte e oito; e o que respondeo o Desembargador Procurador da Corôa Soberana, e Fazenda Nacional: Ha por bem Confirmar, como por esta confirma, o referido Compromisso, escrito em desessete meias folhas, contendo dezoito Capitulos, que se achão já rubricados por José Caetano de Andrade Pinto, como Secretario do Tribunal ora extinto do Desembargo do Paço; com declaração porem de ficarem salvos os Direitos Parochiaes, e os da Fabrica da Matriz. E manda que as Auctoridades, a quem o conhecimento desta pertencer, a cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar, como nella se contem. Pagou de Novos Direitos cinco mil e qua-

ANEXO 25 – Pág. 3

trocentos rèis; que se carregarão ao actual Recebedor a folhas sessenta e seis do Livro primeiro de sua Receita, como se viu do respectivo Conhecimento em forma. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos desenove dias do mez de Maio, de mil oitocentos e trinta e dois; Undecimo da Independencia do Imperio. **Franc.º de Lima e S.ª; José da Costa Carvalho; João Braulio Moniz; José Lino Coutinho.** — Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Ha por bem Confirmar o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Villa de Paraty, na forma acima declarada. — Para Vossa Magestade Imperial Ver. — Por Despacho do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio. — Regd.ª a fls. 183 v. do L.º 5.º de Cartas, Leis, e Alvarás. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 26 de Maio de 1832. **José Antonio d'Alvarenga Pimentel.** — N.º 105; 1.600; Pg. mil e seiscentos reis de Sello. R.º 26 de M.º de 1832. **Oliveira.** — **Joaquim José Lopes** a Fez.

COMPROMISSO da Irmandade da Santa Caza de Misericordia da Villa de Paraty, da Provincia do Rio de Janeiro, a qual Irmandade, e Casa tem por Patrono o Glorioso São Pedro d'Alcantara, Santo do Nome de Sua Magestade Imperial, em memoria da Faustissima Acclamação do Mesmo Augusto Senhor no feliz Dia 12 d'outubro de 1822, no qual Dia estava predisposto lançar-se a primeira Pedra do Edificio, o que solemnemente se fez no dia seguinte, por impedir este Acto no Dia Antecedente a copiosa, e duradoura chuva. **Andrade.**

COMPROMISSO DA IRMANDADE DA SANTA CAZA DE MIZERICORDIA DA VILLA DE PARATY

CAPITULO 1.º

Andrade.

DO NUMERO, QUALIDADE, E ADMISSÃO DOS IRMÃOS

§ 1.º — Para execução das obras de Mizericordia, a cujo exercicio esta Irmandade se dedica em Serviço de Deos, e do seo Glorioso Padroeiro, há necessario, que haja sufficiente numero de Irmãos, que com facilidade, e sem notavel trabalho sirvão os Cargos, e acudão ás obrigações della, por cuja razão, attenta a pequena população do paiz não pode por ora circumscrever-se o numero.

§ 2.º — Os Irmãos, que houverem de ser admitidos, serão de bôa consciencia, tementes a Deos, modestos, caritativos, mansos, e humildes quaes se requerem para occuparem dignamente os differentes emprêgos, e exercerem no desempenho delles a favor dos pobres, dos enfermos e dos desgraçados as obras de Mizericordia com a perfeição devida.

ANEXO 25 – Pág. 4

§ 3.º — Toda a pessôa, que quizer ser admittida ao gremio dos Irmãos desta Irmandade, fará requerimento á Meza, declarando a sua filiação, patria, estado e occupação; e com a pluralidade de votos afirmativos será admittido, prestando, antes de ser lançado o seo nome na Tabella, o Juramento abaixo transcrito, que lhe será deferido pelo Irmão Provedor.

§ 4.º — Por estes Sanctos Evangelhos, em que ponho as mãos, juro servir a esta Irmandade conforme o Compromisso della, e em particular, acudir a esta Sancta Caza todas as vezes, que ouvir a Campainha com a insignia da Irmandade, ou for chamado da parte do Irmão Provedor, e Meza para Serviço de Deos, e do Sancto Padroeiro, e cumprimento das obras de Mizericordia na forma, em que por elles me for ordenado, não tendo legitima causa, que segundo Deos, e minha consciencia me escuse; assim mais juro votar, e dizer aquillo, que mais convem ao Serviço de Deos, e bem da Irmandade em todas as Mezas, Juntas, e Eleições sem respeito algum, affeição, ou paixão contraria; deixando aos outros Irmãos votar livremente sem os obrigar a dar voto por pessôa alguma para Provedor, Irmãos de Meza, Eleitores e mais Cargos desta qualidade; e debaixo do mesmo Juramento prometto guardar o devido segredo em todas as coisas, que diante de mim se tratarem; assim em Meza, ou em Junta, ou em qualquer outro Acto, que debaixo de segredo se fizer para Serviço de Deos, e bem da Irmandade.
Andrade.

CAPITULO 2.º

Andrade.

DAS OBRIGAÇÕES DOS IRMÃOS EM GERAL

§ 1.º — A primeira, e principal obrigação dos Irmãos hé acodirem á Sancta Caza, quando são chamados ou pelo toque da Campainha com a insignia da Irmandade, ou por particular avizo do Provedor, e Meza, acceitando com toda a charidade, e humildade Christãa os empregos que lhe forem conferidos, e os negocios de que for encarregado a bem da Irmandade, e em desempenho das Obras de Mizericordia.

§ 2.º — Alem desta primeira, e principal obrigação, devem todos os Irmãos achar-se nesta Sancta Caza quatro vezes no ano, sem poderem usar, ou prevalecer-se de dispensa alguma: a primeira vez será o dia de São Pedro d'Alcantara Padroeiro desta Sancta Caza para assestirem a Festividade; a segunda dia de Todos os Santos a tarde para acompanharem a Procissão dos Ossos; a Terceira a oito de Dezembro para assestirem a posse dos Definidores, que hão de aconselhar a Meza nos negocios da importancia da Irmandade; a Quarta será Quinta-feira d'Endoenças para vizitarem o Sancto Sepulchro nas Igrejas, em que estiver exposto o Santissimo Sacramento.
Andrade.

ANEXO 25 – Pág. 5

CAPITULO 3.º

DAS CAUSAS, E MODO PORQUE DEVEM SER DESPEDIDOS OS IRMÃOS

§ 1.º — Devem ser excluidos, e riscados do numero dos Irmãos da Sancta Caza, como ruinósos membros, os que forem de tão aspera condição, que sirvão mais de perturbação, que de subsidio á Irmandade; os que forem desobedientes ao Provedor, e Meza repugnando cumprir o que se lhes ordenar, sem que tenhão legitima causa, que os escuse; os que forem castigados, ou convencidos em Juizo de algum crime infame, que sirva de discredito á Irmandade; os que fizerem parcialidades, colloios, ou negocios na occasião ou por motivo de Eleições; os que não quizerem dar contas, ou as derem mal dos gastos que fizerem em seu Officio, tendo o cargo de receber, ou de dispender dinheiro.

§ 2.º — Verificada imparcial, e evidentemente qualquer das referidas causas perante a Meza, que ouvirá aos Irmãos nottados dellas, o que houverem de allegar em abono seo, se o permittir a materia; e precedendo advertencia, exhortação, e correcção nos cazos, em que tem lugar, porque não devem ficar de peior condição os Irmãos que os que não forem, e que tem direito ás obras de Mizericordia, a cujo exercicio a Irmandade se dedica, por pluralidade de votos devem ser excluidos os Irmãos, que houverem dado algum, ou alguma das causas sobredictas, fazendo-se riscar os seos nomes da Tabella.

Andrade.

CAPITULO 4.º

DOS DIAS, FORMALIDADE, E METHODO DAS ELEIÇÕES, E POSSE DA MEZA

§ 1.º — A 19 d'Outubro, dia do Glorioso São Pedro d'Alcantara, que os primeiros Fundadores desta Sancta Caza de Mizericordia tomarão para Padroeiro della por ser o Santo do Nome de Sua Magestade Imperial o Senhor Dom Pedro 1.º, começa o anno da Irmandade; neste dia, em que devem comparecer todos os irmãos conforme o § 2.º do Capitulo 2.º, a Meza completa com os definidores elegerão o Provedor, Escrivão, Thesoureiro, e oito Conselheiros, que devem formar a nova Meza: e no dia da posse della, que será o segundo Domingo depois de sua Eleição, a Meza Eleita depois de empossada elegerá em adjunto com os antigos aos dez Definidores novos, os quaes tomarão posse a 8 de Dezembro.

§ 2.º — Para fazer-se a Eleição, bem como para muitos outros Actos, a Meza deve estar completa, não só dos tres Officiaes, como de Conselheiros, e Definidores, supprindo-se a falta dos Officiaes pelos seos, digo, pelos seos immediatos da Meza actual, sendo a

ANEXO 25 – Pág. 6

do Thesoureiro supprida por algum dos Conselheiros, isto hé, não excedendo a hum mez o impedimento; porque se exceder, deverão ser suppridas as faltas dos Officiaes pelos transactos respectivamente, e só no ultimo cazo poderá a Meza deliberar o contrario.

§ 3.º — Antes de proceder-se a eleição, o Provedor, ou o Official, que fizer as suas vezes, tomará novo Juramento a todos os Irmãos, que formão a Meza, que são o Escrivão, Thesoureiro, Conselheiro, e Definidores, os quaes de dois a dois de joelhos diante do Altar do Sancto Padroeiro, o prestarão da maneira seguinte.

§ 4.º — Por estes Sanctos Evangelhos, em que pomos as mãos, juramos, que bem, e verdadeiramente e elegeremos hum Irmão para Provedor, outro para Escrivão, outro para Thesoureiro, e oito para Conselheiros, que no exercicio destes cargos durante o anno que vem, sirvão a Deos Nosso Senhor, ao nosso Glorioso Padroeiro, e aos pobres desta Sancta Caza: e nesta eleição não teremos respeito a parentesco, e amizade, nem odio a pessôa alguma; e só nomearmos aquelles, que segundo nossas consciencias nos parecerem mais idonêas para taes emprêgos: debaixo do mesmo Juramento promettemos tambem de não votarmos por quem se nos pedisse, e de não participarmos a pessôa alguma, o que se passou no acto da Eleição.

Andrade.

CAPITULO 5.º

Andrade.

DAS QUALIDADES, DEVERES, E AUTHORIDADE DO PROVEDOR

§ 1.º — O Provedor será sempre hum homem de reconhecida probidade, prudencia, virtude, reputação, e maior idade, de maneira, que os outros Irmãos o reconheção por authoridade, como tal o respeitem, mais facilmente lhe obedeção.

§ 2.º — Logo que entrar no exercicio do seo emprêgo, será hum dos seus primeiros deveres o vizitar os Irmãos doentes do Hospital, prestando-lhes caritativas consolações, examinando se os enfermeiros applicam os remedios em tempo competente, se o alimento hé o mandado dar pelo Professor a tempo, e a horas, e se em outro qualquer artigo os mesmos enfermeiros abuzão de sua obrigação.

§ 3.º — Será igualmente hum dos principaes deveres do Provedor examinar se os doentes estão confessados, e Sacramentados, e quando não estejam recommendar-lhes caritativamente, e athé mesmo instar, porem sempre com doçura Christãa, que o fação; e isto mesmo praticará com os doentes que entrarem de novo para o Hospital, ainda que a enfermidade não denote imminente perigo de vida.

§ 4.º — Adoecendo algum dos Conselheiros, ou tendo qualquer outro impedimento, por que não possa vir á Meza, por tempo consideravel, o Provedor, e Meza elegerão outro Irmão que por elle

ANEXO 25 – Pág. 7

sirva o restante do anno; e se este Irmão não servir seis mezes inteiros, poderá ser eleito no anno seguinte, não havendo outra razão, que o exclúa.

§ 5.º — Nas despezas, que se houverem de fazer, ainda mesmo em esmolas, tomará sempre o parecer, e voto dos Irmãos que servirem com elle em Meza, e o mesmo praticará, quando houver de despachar petições, dar dotes, admittir Capellães, e outros empregados da Caza, fazer Eleições particulares, e mais coisas destas natureza: poderá contudo despedir empregados de sallario, quando lhe parecer que assim convem ao Serviço de Deos, e ao credito da Sancta Caza, sendo somente exceptuados os Capellães, que não poderão ser despedidos sem o parecer da Meza.

§ 6.º — Não consentirá, que alguma, digo, algum dos Irmãos, que com elle servem na Meza, faça alguma coisa, que privativamente não compita aos seos respectivos cargos, na forma deste Compromisso, sem recorrer a ella, porque nenhum delles tem por si authoridade para o executar.

§ 7.º — O Provedor presidirá a todas as Mezas, e Juntas: a elle só pertence mandar assentar, votar, e impor silencio, quando lhe parecer conveniente para a melhor ordem destes actos, e todos os Irmãos lhe obedecerão, porque assim convem ao Serviço de Deos, e á conservação da paz, e bôa armonia; ao mesmo Provedor como Prezidente da Meza, compete somente abrir as Cartas que vierem a ella com sobrescrito ao Provedor, e mais Mezarios, e bem assim todo e qualquer genero de papeis.

Andrade.

CAPITULO 6.º

Andrade.

DAS QUALIDADES, E OFFICIOS DO ESCRIVÃO DA MEZA

§ 1.º — O Escrivão da Meza será sempre de tal virtude, condição, e intelligencia, que possa dar expedição com facilidade e certeza aos negocios, e coisas de seo cargo; desoccupado tanto quanto puder ser, para empregar-se como convem ao Serviço de Deos, e do Glorioso Padroeiro, no arranjo da escrituração e contabilidade: de taes dotes emfim, que possa dignamente exercer o lugar de Provedor, em cujos impedimentos fará em tudo e por tudo as suas vezes.

§ 2.º — Deverá comparecer todos os dias pela manhãa na Salla do Despacho da Sancta Caza de Mizericordia, sendo possivel, e pelo menos em dias interpolados, para dar ordem aos negocios della; mas não poderá por si só fazer, ou mandar fazer despeza alguã, por menor que seja.

§ 3.º — Não poderá mandar passar por mão alheia Conhecimentos em forma, e menos lançar coisa alguma nos Livros de contas correntes, e segredos; porque todos estes assentos devem ser de

ANEXO 25 – Pág. 8

seu punho; as Certidões porem que se passarem, os Mandados, Procurações, Cartas e outros papeis desta natureza, poderão ser feitos por escrevente, sendo comtudo firmados por elle.

§ 4.º — Tomará todos os mezes ao Mordomo do Hospital contas da despeza que tiver feito com os doentes, enfermeiros e mais precizões da Caza, bem entendido, daquellas a que o Thesoureiro não pode effectivamente fornecer, como pessôa propria.

§ 5.º — Em cazo nenhum poderá tomar contas ao Thesoureiro, antes será obrigado a lançar em receita e despeza todas as addições que este lhe apresentar, por se considerarem legaes; quando porem se desconfia haver abuso, ou malversação, as tomará com o Provedor, e ainda com a Meza.

Andrade.

CAPITULO 7.º

DOS REQUISITOS E OBRIGAÇÕES DO THESOUREIRO

§ 1.º — O Irmão que for nomeado Thesoureiro, será de reconhecida probidade e virtude, e dos mais abundantes de bens, de sorte que seja igualmente reconhecida a sua abonação; e alem destes requisitos deve ser zeloso e diligente nos negocios que forem da obrigação de seo Cargo, não só por genio, como por espirito de Religião; para desempenhar seos deveres no Serviço do Senhor em beneficio desta Sancta Caza, a cujo fim deve achar-se no Hospital todos os dias de manhãa, e podendo ser, tambem de tarde.

§ 2.º — Ao Thesoureiro pertence arrecadar as esmolas que vierem á Caza, e todas as que forem deixadas em Legados do Testamento, ou por outra qualquer via. Far-se-lhe-á tambem receita de todas as alfaias, moveis, utensilios, e mais coisas que na Caza houverem do Serviço della, e bem assim dos papeis que pertencerem a fazenda, ou cobrança de dinheiro; assignando ao pé de cada addicção da receita, que lhe fizer o Escrivão, porque não será obrigado a dar conta de addição que não estiver por elle assignada.

§ 3.º — Quando a Sancta Caza for herdeira, Testamenteira, ou Legataria de algum defunto, cuja herança, testamentaria ou legado for acceita, sobre o Thesoureiro se fará receita da quantia liquida do legado, herança ou premio da Testamentaria, que se verificar pelo competente Inventario, e Autos de Contas do Testamento, e bem assim dos papeis que forem necessarios para satisfação e cumprimento do Testamento; fazendo-se esta receita em Livro separado, e privativo, que se chamará — Livro dos Testamentos, heranças e legados.

§ 4.º — Pelo Thesoureiro serão pagos a quarteis todos os empregados de sallario da Sancta Caza, excepto os Enfermeiros e Cozinheiro, que o serão mensalmente pelo Irmão Mordomo do mez;

ANEXO 25 – Pág. 9

assim como deverão ser feitas pelo mesmo Thesoureiro, com pessôa propria, todas as mais despesas.
Andrade.

CAPITULO 8.º

DA ELEIÇÃO E POSSE, SUBSTITUIÇÃO, E EMPREGO DOS DEFINIDORES

§ 1.º — No segundo Domingo depois do dia do Glorioso Padroeiro, em que há de impossar-se a nova Meza, deve esta com os antigos Definidores eleger os dez novos Definidores, como fica dito no Cap. 4.º, § 1.º, e no dia 8 de Dezembro serão estes impossados pela Meza competente, que os elegêo, e com assistencia de todos os Irmãos da Sancta Caza, como se acha disposto no Cap. 2.º, § 2.º, n. 3.

§ 2.º — Escuzando-se com justa causa algum dos Irmãos eleitos, ou tendo algum impedimento por que não possa servir, a Meza, por pluralidade de votos, chamará para encher o lugar de Definidor a algum dos officiaes, ou Mordomos annuaes transactos, preferindo os das primeiras ás posteriores Classes, e não havendo destas ao Irmão que tiver mais vezes servido em Meza.

§ 3.º — Os definidores que acceitarem a nomeação prestarão no acto da posse o Juramento de servirem o seo cargo com affabilidade, segredo, desinteresse, e rectidão, tendo só em vista o Serviço de Deos, e do Sancto Padroeiro, e melhor desempenho das Obras de Mizericordia, e o bem da Sancta Caza, sendo-lhes pelo Irmão Provedor deferido o dito Juramento.

§ 4.º — Alem dos cazos expressados neste Compromisso, em que a Meza não pode sem Junta, isto hé, sem estar completa com o seo Definitorio, deliberar, ou tomar resolução, não o poderá igualmente fazer nos cazos extraordinarios que occorrerem: mas as definições da Junta, e assentos por ella tomados terão força de Compromisso, e o poderão interpretar e alterar, resultando evidentemente desta alteração ou interpretação o bem da Sancta Caza, a melhor execução dos fins de seo Instituto, e credito á Irmandade.
Andrade.

CAPITULO 9.º

DAS COISAS QUE A MEZA NÃO FARA SEM JUNTA

§ 1.º — A Meza não dará Certidões de coisas que não receber, a conta do que para o futuro se ha de pagar, nem receberá adiantados quarteis, de juros, e de rendas de predios urbanos, e rusticos, porquanto pertence á Meza seguinte, ou á em cuja actualidade se vencer o pagamento.

ANEXO 25 – Pág. 10

§ 2.º — A Meza persi só e sem a Junta não poderá resolver nos oito cazos seguintes:

1.º — Promessa do que não dever ter effeito em seo tempo;

2.º — Despeza de dinheiro ou fazenda a conta do que houver de cobrar-se de futuro, ainda que seja no seo anno;

3.º — Emprestimo dos Ornamentos, Alfaias e Utensilios da Sancta Caza;

4.º — Acceitação de Capellas, Instituições, ou obrigações de qualquer natureza;

5.º — Venda ou alienação de predios urbanos e rusticos, ainda dos que a Irmandade não possa possuir ou administrar;

6.º — Venda ou troca de rendas pertencentes á Sancta Caza por qualquer titulo ou via que seja;

7.º — Concertos ou transacções sobre heranças de propriedades que forem deixadas á Sancta Caza, ou dividas que lhe pertencerem, ainda que seja por coisa certa, ou de milhor condição;

8.º — Alteração ou mudança do que for determinado por outra Meza em assento, ou resolução tomada no Livro dos Accordãos, ou Segredo.

Andrade.

CAPITULO 10.º

DO MORDOMO DOS PREZOS

§ 1.º — A Meza, logo que for empossada, nomeará hum Irmão de'entre os Conselheiros, emquanto não houver sufficiente numero de fora, porque havendo-o, nomeará destes, para o emprego de Mordomo dos Prezos; e a cargo deste Irmão fica o particular cuidado do Livramento e sustentação diaria d'aquelles infilices, que pela sua situação reclamão o exercicio das Obras de Mizericordia, a que a Irmandade da Sancta Caza se dedica.

§ 2.º — Não será admittido prezo algum a livramento, sem que primeiro faça requerimento á Meza, e esta, ouvido o Irmão Mordomo respectivo, o defira, tendo sempre em vista que não sejão introduzidos abusos: devendo ser o ponto principal da referida informação do Mordomo a justificação da pobreza e desgraça do prezo.

§ 3.º — Acontecendo que em algum dos prezos admittidos a livramento se verifique o contrario no exposto no § antecedente, ficará a Irmandade da Sancta Caza com o direito de haver dos bens do referido prezo toda a despeza que se houver feito com sua pessôa e causa.

§ 4.º — Em o Mordomo tomando o cargo de algum prezo, lhe fará saber que seo feito ha de correr pelo Procurador e Solicitador da Sancta Caza, e se elle não consentir, largará de mão sua causa, e pessôa, dando parte á Meza de assim o haver praticado;

ANEXO 25 – Pág. 11

se porem consentir, fará por alcançar perdão das partes que accusão o prezo, sendo o cazo de qualidade que possa pedir-se sem escandalo.

§ 5.º — No livramento do preso, e mais cousas relativas a elle, seguirá o que lhe ordenar o Provedor, e Meza, a quem dará conta de sua commissão no fim de cada mez, tendo as exigido do Procurador, e Solicitador, pelo que respeita aos seus Officios.

§ 6.º — Fará, usando da caritativa docilidade que deve distinguir os Empregados da Sancta Caza, que os prezos se confessem e communguem pela Quaresma: e bem assim terá particular cuidado dos doentes da Cadeia, examinando miudamente se são visitados pelo Cirurgião do Hospital, se há falta de remedios, e do mais necessario á sua subsistencia e cura: achando porem algum descuido ou falta que não possa remediar, dará conta á Meza.

Andrade.

CAPITULO 11.º

DO MORDOMO DOS TESTAMENTOS

§ 1.º — No mesmo tempo, e segundo as circumstancias do § 1.º do Cap. antecedente, a Meza nomeará hum Conselheiro ou Irmão de fora do seo seio para Mordomo dos Testamentos, a cujo cargo ficará a execução e cumprimento dos da Sancta Caza, e bem assim a prestação de contas dos mesmos no Juizo competente.

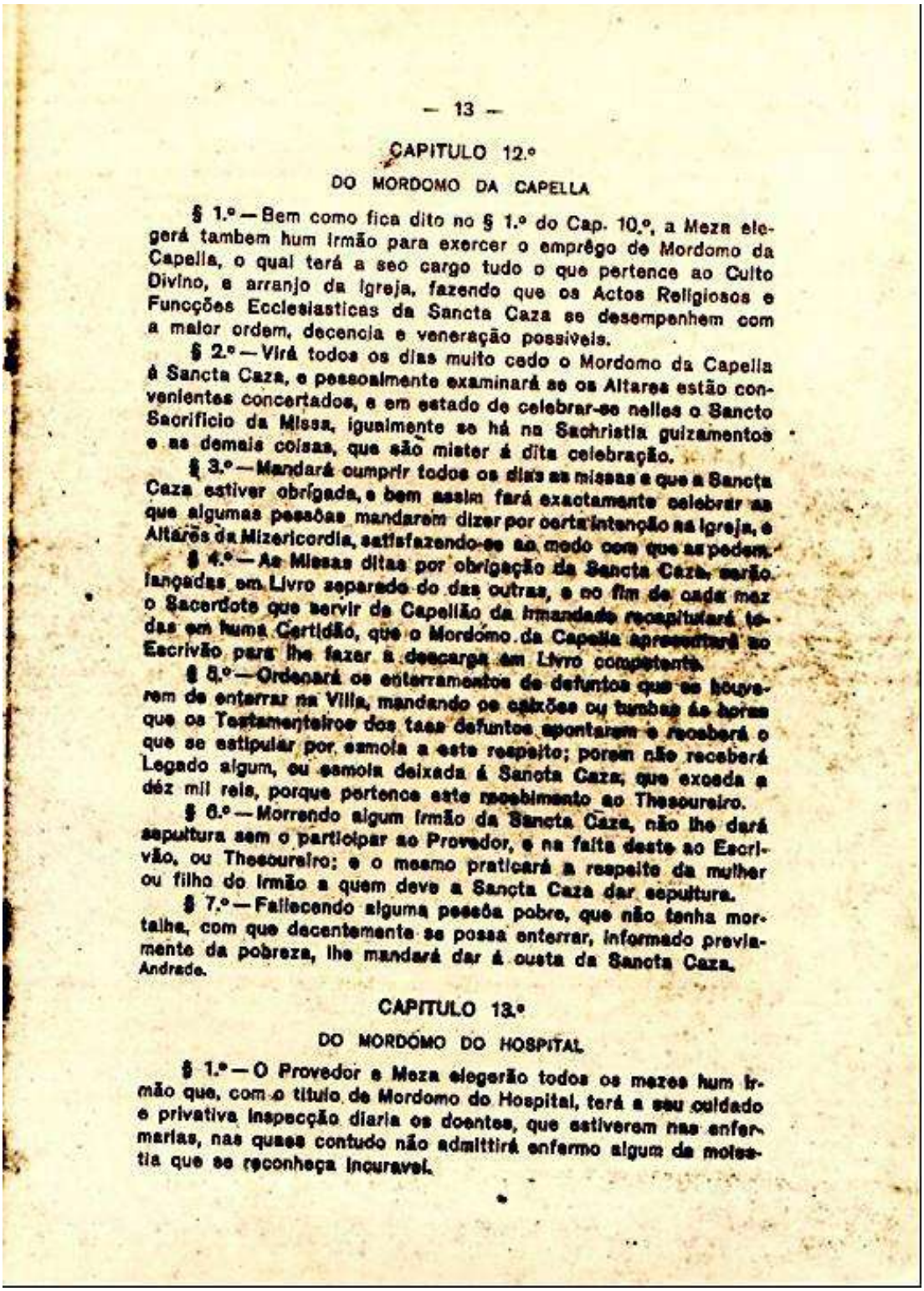
§ 2.º — O Mordomo dos Testamentos zelará muito o exacto cumprimento dos deveres de sua occupação: porque alem da infidelidade que se commeteria em se não cumprirem os testamentos dos Fieis defuntos, que por Serviço de Deos, e muitas vezes por descargo de consciencia deixão suas fazendas á Sancta Caza, esperando que se cumprão suas disposições com toda a diligencia, e verdade, não há cousa que mais possa desacreditar a Irmandade, e que mais impida o bem, que se lhe pode fazer, do que entender o mundo, que haverão faltas e descuidos nesta parte.

§ 3.º — Reverá todos os Testamentos da Sancta Caza, e fará ao Provedor e Meza a necessaria advertencia dos Legados, e mais obrigações que achar por cumprir, sem esperar dia certo, ou aproximação do prazo.

§ 4.º — Trabalhará muito para que os Legados atrazados sejão satisfeitos, e que os Testamentos que entrarem no seo anno se cumprão logo, fazendo, quanto lhe for possivel, por tirar os obices que retardão o effeito: e tanto que algum testamento estiver cumprido, terá cuidado de apresentar á Meza Certidão da Sentença das Contas, para ser lançada no Tombo.

Andrade.

ANEXO 25 – Pág. 12



CAPITULO 12.º

DO MORDOMO DA CAPELLA

§ 1.º — Bem como fica dito no § 1.º do Cap. 10.º, a Meza elegerá tambem hum Irmão para exercer o emprêgo de Mordomo da Capella, o qual terá a seo cargo tudo o que pertence ao Culto Divino, e arranjo da Igreja, fazendo que os Actos Religiosos e Funcções Ecclesiasticas da Sancta Caza se desempenhem com a maior ordem, decencia e veneração possiveis.

§ 2.º — Virá todos os dias muito cedo o Mordomo da Capella á Sancta Caza, e pessoalmente examinará se os Altares estão convenientes concertados, e em estado de celebrar-se nelles o Sancto Sacrificio da Missa, igualmente se há na Sachristia guizamentos e as demais coisas, que são mister á dita celebração.

§ 3.º — Mandará cumprir todos os dias as missas a que a Sancta Caza estiver obrigada, e bem assim fará exactamente celebrar as que algumas pessôas mandarem dizer por certa intenção na Igreja, e Altares da Mizericordia, satisfazendo-se ao modo com que as pedem.

§ 4.º — As Missas ditas por obrigação da Sancta Caza, serão lançadas em Livro separado do das outras, e no fim de cada mez o Sacerdote que servir de Capellão da Irmandade recapitulará todas em huma Certidão, que o Mordomo da Capella apresentará ao Escrivão para lhe fazer a descarga em Livro competente.

§ 5.º — Ordenará os enterramentos de defuntos que se houverem de enterrar na Villa, mandando os caixões ou tumbas ás horas que os Testamenteiros dos taes defuntos apontarem e receberá o que se estipular por esmola a este respeito; porem não receberá Legado algum, ou esmola deixada á Sancta Caza, que exceda a déz mil reis, porque pertence este recebimento ao Thesoureiro.

§ 6.º — Morrendo algum Irmão da Sancta Caza, não lhe dará sepultura sem o participar ao Provedor, e na falta deste ao Escrivão, ou Thesoureiro; e o mesmo praticará a respeito da mulher ou filho do Irmão a quem deve a Sancta Caza dar sepultura.

§ 7.º — Fallecendo alguma pessôa pobre, que não tenha mortalha, com que decentemente se possa enterrar, informado previamente da pobreza, lhe mandará dar á custa da Sancta Caza.

Andrade.

CAPITULO 13.º

DO MORDÔMO DO HOSPITAL

§ 1.º — O Provedor e Meza elegerão todos os mezes hum Irmão que, com o titulo de Mordomo do Hospital, terá a seu cuidado e privativa inspecção diaria os doentes, que estiverem nas enfermarias, nas quaes contudo não admittirá enfermo algum de molestia que se reconheça incuravel.

ANEXO 25 – Pág. 13

§ 2.º — Para que as coisas temporaes surtam o melhor effeito, jamais se descuidará do bem espiritual dos enfermos, exhortando-os com a doçura da Caridade Christãa que se confessem a miudo; que confessados communguem ao menos pelas Festas principaes do anno.

§ 3.º — Terá toda a vigilancia em que não morra enfermo algum sem os Sacramentos da Igreja; e que em artigo de morte haja hum Sacerdote que ajude a bem morrer e reze o Officio da agonia.

§ 4.º — Vizitará todos os dias, pelo menos duas vezes, as enfermarias, examinando se aos doentes falta alguma coisa, se as rações lhes são administradas a tempo e a hora; se a comida hé bem temperada, e feita com limpeza; e se hé a mesma que o Professor tem prescrevido por dieta.

§ 5.º — Cuidará muito na limpeza e asseio das enfermarias, fazendo com que, todas as semanas, pelo menos, sejão lavadas, mandando que todos os dias se lhe fação as camas, e que a roupa destas se mude duas vezes na semana, ou as vezes que for preciso para conservar-se limpa.

§ 6.º — Tomará conta da roupa do Hospital para serviço dos doentes, e nomeará para Enfermeiro-mor, digo, e nomeando para enfermeiro-mor, a hum dos mais capazes, lhe fará cargo della, e este será responsavel pela roupa existente, informando o Mordomo do estado da que existe e da que se houver de precizar.

§ 7.º — Não receberá doente algum sem despacho da Meza, que ficará registado em hum Livro, destinado para esse effeito, em cujo assento declarará o nome, filiação, naturalidade, estado e dia da entrada do enfermo, deixando sufficiente margem no dito assento para nothar-se o dia da sahida, ou fallecimento, e tudo com a verdade e clareza que exigem taes declarações.

Andrade.

CAPITULO 14.º

DOS EMPREGADOS QUE SERVEM Á SANCTA CAZA POR SALLARIO

§ 1.º — Para o serviço da Sancta Caza da Mizericordia, e prompto cumprimento de suas obrigações, hé necessario haver algumas pessôas que a sirvão por gratificação, ordenado ou sallario, ajustados pela Meza, tendo consideração aos differentes empregos, e seo respectivo trabalho; ao estado e circumstancias do paiz; e ás proporções e ressursas da Irmandade.

§ 2.º — Logo que a Irmandade da Sancta Casa tiver a Sua Igreja, e fundos para a sustentação de tantos Capellães quantos bastem para a celebração choral, dos Officios Divinos, diariamente, segundo o rito da Igreja Romana, o deverá fazer, dando aos mesmos Capellães em Meza conjunta os competentes estatutos, e distribuindo por elles conforme a sua aptidão e merecimentos os diversos empregos da Igreja, do Hospital e do Choro.

ANEXO 25 – Pág. 14

§ 3.º — Desde já porém haverá hum Capellão para dizer as Missas da obrigação da Sancta Caza, confessar os enfermos, ajudar os moribundos, fazer depois da Parochial encommendação a particular da Caza e acompanhar a Irmandade nas suas Procissões e enterros dos Irmãos; devendo ser por estes respeitos effectiva no Hospital a sua residencia.

§ 4.º — Haverá hum Cirurgião de partido, e permittindo-o as circumstancias do paiz hum Medico, e alem destes hum outro Cirurgião, intitulado Cirurgião do Banco, o qual para acodir aos cargos, digo, aos cazos que pedem prompta providencia, terá residencia effectiva no Hospital.

§ 5.º — Haverá tambem na Sancta Caza hum Secretario, pessôa fiel, verdadeira, intelligente e pratica, em escripturação e contabilidade, que tenha a seo cargo a Secretaria, e tome noticia de tudo o que há nella, para que possa, sendo necessario, dar razão nos cazos que occorrerem, e se pedirem informações de papeis e assentos que se reservão no Archivo, porque os negocios da Sancta Caza, que hão de ficar em escripto, devem ser muitos e mui differentes.

§ 6.º — O Secretario não será Irmão da Mizericordia, assim porque hé preciso continuar por annos, neste emprego, como por outros respeitos de consideração: terá regimento particular, e commettendo contra elle algum êrro, notavel, ou não desempenhando bem os seos deveres, a Meza o poderá despedir, mas não poderá sem Junta restitui-lo ao cargo.

§ 7.º — O Secretario guardará segredo em tudo o que lhe for confiado, conforme as materias o requererem, e para começar a exercer o seo emprêgo, prestará Juramento de fazer o seo Officio com a fidelidade e circumspecção devidas.

§ 8.º — Haverá tambem Porteiro, Comprador, Cobrador de alugueres e rendas, Procurador e Solicitador de Cauzas, Boticario e Moço da Botica, Enfermeiros, Cozinheiro e Serventes, que cumprirão seus respectivos deveres segundo o regimento que a Meza lhes der e a que se sujeitarem.

Andrade.

CAPITULO 15.º

DO MODO COM QUE SE HÃO DE ACCEITAR E CUMPRIR OS TESTAMENTOS

§ 1.º — Se alguma pessôa deixar á Sancta Caza, digo, deixar a Sancta Caza por herdeira, digo, Sancta Caza de Mizericordia por Herdeira, ou Testamenteira, deve a Meza tomar logo em consideração se convem ou não acceitar a Herança ou Testamentaria, assim a Bem da Sancta Caza como a bem do Testador; e para

ANEXO 25 – Pág. 15

que a resolução se tome com segurança, deve a Meza ouvir o parecer de algum Irmão Letrado, se houver, e não havendo, o do Letrado que se destinar para os negocios da Irmandade.

§ 2.º — Se a fazenda que o Testador deixar não for certa e liquida, de maneira que por ella se possa logo cumprir o Testamento, a Meza não poderá acceitar a Testamentaria, porque do contrario seguem-se demandas, queixas, de Legatarios e Credores, que causão notavel perturbação e muitas vezes descredito á Irmandade, o que importa muito mais evitar, do que o interesse da fazenda que se adquirir.

§ 3.º — Parecendo á Meza que deve acceitar a Testamentaria, nunca o poderá fazer sennão, digo, senão para conformar-se com a vontade do Testador e a beneficio do Inventario, o qual huma vez acceita a herança, ou Testamentaria, deverá ser feito de todos os bens moveis, e de raiz, dentro de hum mez, na forma das leis e do costume.

§ 4.º — Não se despenderá fazenda alguma do Testador, deixada á Sancta Caza, sem que primeiro se paguem as dividas, e cumprão os Legados respectivos, e isto com a diligencia e fidelidade devidas; sendo porem os taes Legados de qualidade, que não se possão logo cumprir, por terem execução vagarosa, se depositará a importancia delles no Cofre do Deposito; e sem esta formalidade não poderá a Meza despender os remanescentes; e se o Provedor os mandar gastar sem preceder o Deposito, será obrigado a pagar tudo que por sua ordem se despender.

§ 5.º — A Meza, tanto que entrar de posse da fazenda do defunto, mandará por em praça os bens móveis e de raiz e arrematá-los quem mais der; sendo porem de pouca monta as coisas que tiver de vender, o poderá fazer em leilão á porta da Caza perante o Provedor, Escrivão e Thesoureiro; mas em nenhum destes actos poderá fazer lançamento nem por si nem por outro Irmão algum da Meza, sob pena de nullidade de tal compra, ou arrematação.

§ 6.º — Se alguma pessôa quizer em sua vida renunciar bens de raiz á Sancta Caza, ficando ella com a obrigação de lhe dar por toda a vida, ou por alguns annos quantia certa de dinheiro, não poderá a Meza fazer tal concerto nem acceitar a dita renuncia, senão depois que o usufructuario morrer, e purificar-se a disposição em forma que fique livre.

Andrade.

CAPITULO 16.º

COMO SE HA DE ACUDIR AOS MENINOS DESAMPARADOS

§ 1.º — Logo que a Sancta Caza tiver fundos proprios para o estabelecimento da creação dos meninos engeitados, ou rendimen-

ANEXO 25 – Pág. 16

tos que excedão a despeza do Hospital, deverá por em pratica o dito estabelecimento, para poupar á Camara da Villa a despeza que neste artigo faz dos seus poucos rendimentos, que aliás tem muitas outras e indispensaveis applicações, dando então a Meza com a Junta ao dito estabelecimento os estatutos, digo, os necessarios estatutos, que procurará se conformem com os da Sancta Caza da Côrte.

§ 2.º — No emtanto se nas portas, ou nas imediações da Sancta Caza apparecer exposto algum destes fructos do crime e da fragilidade humanas, victimas do desamparo e da desgraça, como reclamando a seo favor as Obras de Mizericordia, que são o objecto da instituição da Irmandade, será recolhido immediatamente, e se lhe prestarão todos os soccórros necessarios.

§ 3.º — Havendo alguma pessôa virtuosa e caritativa, que se queira encarregar da criação e amparo destes desgraçados, a Meza lh'os mandará entregar, pois que a Sancta Caza não dever tomar a seo cargo senão aquelles que de todo não tiverem nem outro amparo, nem outra sustentação.

Andrade.

CAPITULO 17.º

DO ENTERRAMENTO E SUFFRAGIO DOS IRMÃOS DA SANCTA CAZA

§ 1.º — Como o enterramento dos mortos hé huma das obras de Mizericordia, cuidará mui particularmente o Provedor, e Meza, que se faça com edificação, decencia e Christandade; para este effeito haverão duas tumbas, duas bandeiras, e sufficiente numero de tochas. A primeira tumba servirá para os Irmãos que não tiverem servido os principaes cargos da Irmandade, e para as pessôas que della se quizerem servir pelo estipendio que a Meza arbitrar; e a segunda para os Irmãos que tiverem servido de Provedor, Escrivão, Thesoureiro, e mais pessôas que pela sua lerarquia, ou consideravel beneficio á Sancta Caza, devão ser acompanhadas pela Irmandade.

§ 2.º — Augmentando a população da Villa, e crescendo por isso o numero dos mortos, armar-se-hão mais tumbas, para que não haja falta, ou demora nos seus enterramentos; e quer estas quer as de que trata o § antecedente, serão cobertas de velludo negro, tendo na tampa huma Cruz de brocado, e alem disto hum panno da mesma fazenda, e com o mesmo feitio; porem que se differenciem na riqueza, e qualidade do ornato.

§ 3.º — Dando-se avizo que algum Irmão fallecêo, o Mordomo da Capella o participará ao Escrivão para ver se o hé; e sendo, mandará dar parte ao Provedor, para que se ajunte na Sancta Caza com a Meza, e se dê ordem ás coisas necessarias; e a hora

ANEXO 25 – Pág. 17

do enterramento mandará correr a campainha com insignia, para que se juntem os Irmãos com suas vestes, afim de acompanharem o Irmão fallecido ou Bemfeitor, como hé de sua obrigação.

§ 4.º — Juntos os Irmãos, sahirá hum Irmão da Meza com Vara, diante delle hum homem da Caza com a campainha, depois a bandeira da Irmandade, levada pelo Irmão que o Provedor apontar; aos lados da bandeira duas tochas conduzidas por dois Irmãos tambem nomeados pelo Provedor; depois da bandeira os Irmãos, em duas alas ordenadas pelo Mordomo da Capella, que hirá no centro. Em remate, e fechando o acompanhamento, hirá o Provedor com a Vara; após elle a túmba (se não tiver hido antes para a Caza do defunto) conduzida por seis Irmãos da Meza, e aos lados quatro Irmãos tambem da Meza, com tochas. Por esta mesma ordem hirá o enterramento, dando comtudo o lugar costumado ao Clero, e Confrarias mais antigas. Sepultado o Irmão, ou Bemfeitor, os Capellães ou Capellão da Caza rezarão hum Responsorio sobre a sepultura.

§ 5.º — Cada hum Irmão rezará pela alma do Irmão defunto quatorze vezes o Padre-Nosso e outras tantas a Ave-Maria: e a Irmandade lhe mandará dizer dez Missas, não tendo servido os primeiros cargos da Meza, porem tendo sido Provedor, Escrivão ou Thesoureiro, lhe mandará dizer vinte Missas.

§ 6.º — A obrigação que a Irmandade tem de acompanhar e sepultar qualquer Irmão fallecido, na forma que fica dita, extende-se tambem ao enterramento não só de sua mulher, ainda que lhe sobreviva, comtanto que não passe a segundas nupcias com homem que não seja Irmão, mas tambem aos filhos, emquanto rigorosamente estiverem debaixo do patrio poder.

Andrade.

CAPITULO 18.º

DA INSTALLAÇÃO DA PRIMEIRA MEZA E SEO DEFINITORIO

§ 1.º — Como sem o Imperial Consentimento não exista a Irmandade da Sancta Caza de Mizericordia, cuja Erecção se pede com a Confirmação do presente Compromisso, e não haja nella por isso Authoridade preexistente, que possa acceitar Irmãos, e formar a Meza para sua installação e regime, confirmado que seja, os Fundadores e Bemfeitores da Sancta Caza formarão a primeira Meza e seo Definitorio, occupando cada hum o emprego com que se prenomêa no requerimento, que com este Compromisso fazem subir á Presença Augusta de Sua Magestade Imperial, pedindo a necessaria Confirmação.

§ 2.º — Pelo acto de acceitação, que os mesmos Fundadores e Bemfeitores da Sancta Casa fizeram das reformas, alterações

ANEXO 25 – Pág. 18

e declarações do Compromisso, e do mais que prescrever a Imperial Provisão, digo, Provisão de Confirmação, cujo acto, deverá constar do Termo por elles assignado, ficará installada a Meza, prestando ao mesmo tempo cada hum de seus membros Juramento constante do § 4.º do Capº. 1.º, perante a Authoridade Ecclesiastica, e na Igreja que escolherem; o que tudo deverá tambem constar do referido Termo.

Andrade.

O Provedor, **Manoel Joaquim Pereira da Silva.** — O Escrivão, **José Luiz Campos do Amaral.** — O Thesoureiro, **Luiz Manoel de Almeida.** — Os Conselheiros, **Padre Joaquim Marianno do Amaral Campos. — Padre Francisco Antonio de Carvalho. — João José da Motta. — Manoel Francisco de Carvalho. — Manoel Joaquim Avarez Leite. — José Joaquim de Souza. — José Ayres da Gama. — João Rodrigues Ferreira.** — Os Definidores, **Francisco Alvarez da Cunha Castello Branco. — Antonio José Pereira da Cruz. — Padre Antonio Abi de Souza. — João Ayres da Gama. — Antonio d'Azevedo Fonseca. — João Luiz Vieira Lima. — Manoel Antonio Vasco da Gama. — Domingos Pr. Vrª. — José Antonio da Silva. — Luiz Pavão de Moraes.** — O Bemfeitor, **Domingos José Vieira Lopez.**

Andrade.

O presente Compromisso tem 20 meias folhas, contadas as duas primeiras, que se hão de preencher.

Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, em 15 de Maio de 1832. — **Luiz Joaquim dos Santos Marrocos.** — N.º 1.580 — 800 — Pg. Oitocentos rs. de Sello. Rio, 15 de Maio de 1832. — **Oliveira.**

DOM JOSÉ CAETANO DA SILVA COUTINHO, por mercê de Deos e da Sancta Sé Apostolica Bispo do Rio de Janeiro, Capellão Mor de Sua Magestade e Imperador, do seo Conselho, Senador do Imperio, etc. Aos a prezo. Nossa Provisam virem Saude e Benção.

Fazemos saber, que sendo-Nos apresentado na conformidade da Lei de 22 de Setembro de 1828 o prezente Compromisso da Irmandade da Sancta Caza de Mizericordia da Villa de Paraty deste Bispado; e constando-Nos que não se continha em os dezoito Capitulos de que elle se compõe couza alguma contra os bons costumes, Doutrina da Sancta Igreja, e sua Sagrada Disciplina, Direitos Episcopaes, e Parochiaes, uzos legitimamente estabelecidos, tendo primeiramente ouvido a informação de Ecclesiasticos instruidos; Havemos por bem pela prezente Nossa Provizão de o Approvar na parte que Nos pertence, afim de se poder executar e praticar publicamente em todas as funcções do Culto Divino, para honra e gloria de Deos Nosso Senhor, que tão louvavel-

ANEXO 25 – Pág. 19

reiro da mesma Irmandade, que interinamente sirvo de Escrivão, o Subscrevi. — O Vigario da Vara, **Antonio Alv. de Souza. — José Luiz Campos do Amaral. — Luiz Manoel de Almeida. — Padre Joaquim Marianno do Amaral Campos. — José Joaquim de Souza. — Francisco Antonio de Carvalho. — José Peixoto Lopes. — Francisco Alvarez da Cunha Castello Branco. — Antonio d'Azevedo Fonseca. — Domingos Francisco Vieira. — Manoel Antonio Vasco da Gama. — Manoel Francisco de Carvalho. — José Ayres da Gama.** — Visto em correição. Paraty, aos 18 de Julho de 1861. — **P. Teixeira.** — Visto em correição. Paraty, 23 de Setembro de 1862. — **Rezende.** — Visto em correição. Paraty, 14 de Junho de 1869. — **Azevedo Monteiro.** — Visto em correição. Paraty, 27 de Agosto de 1870. — **Azevedo Monteiro.** — Apresentado em 30 de Setembro de 1870. — **Dr. Pedro de Souza.** — Apresentado em correição de 6 de Julho de 1871. — **Azevedo Monteiro.** — Registrado ás folhas 24 verso a 43 do Livro de Notas numero cento e nove (109) e anotado, digo, annotado no Protocollo numero um a fls. 14 sob numero cento e vinte e dois (122). Paraty, 14 de Julho de 1938. — O Official do Registro Especial de Titulos e Documentos, **Manoel Walfrido da Silva.**

Mandado imprimir pela Administração de 1949-1950.

———«O»———

ANEXO 25 – Pág. 20

mente se propõem, e devem-se propor com todo o zelo os Irmãos da sobredita Irmandade. Dada nesta Côrte do Rio de Janeiro sob Nosso Signal, e Sello da Nossa Chancelaria, aos trinta de Abril de mil oitocentos e trinta e dous. E eu, o Pe. **José Antonio da Silva Chaves,** Escrivão da Camara Ecclesiastica a subscrevi. — **J. Bispo** Capellão mor. **Chaves** — N.º 57 — 1.600 — Pg. mil e seiscentos reis do Sello. Rio, 15 de Maio de 1832. — **Oliveira** — Regd°. a fils. 107 do L°. 14 das Proves. Rio, 30 de Abril de 1832. — **Dias.** — Prov^am. por V. Excia. Rm^a. Há por bem approvar os dezoito Capitulos do preze. Compromisso da Irmde. da Sancta Caza da Miz^a. da Villa de Paraty na fr^a. acima. — Para V. Excia. Rm^a. Ver.

Termo de acceitação do Compromisso; Installação da Irmandade, Juramento e Posse da Meza

Aos vinte nove dias do mez de Junho do anno de mil oitocentos e trinta e dous undecimo da Independencia, e do Imperio, nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty, da Provincia do Rio de Janeiro, em o Consistorio da nova Matriz da dita Villa achando-se reunidos os abaixo assignados Fundadores e Bemfeitores da Sancta Caza da Mizericordia desta dita Villa, que subscreverão o prezente Compromisso, e que actualmente se achão vivos, e prezentes; e sendo lido por hum delles do verbo ad verbum, e por ordem chronologica, o mesmo Compromisso, a Provisão de Approvação pelo Excellentissimo e Reverendissimo Bispo Capellão Mor na parte que pertence ao Culto, e a Imperial Carta de Confirmação pela Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro 2.º, foi pelos ditos Fundadores e Bemfeitores acceito o referido Compromisso com a resalva dos Direitos Parochiaes, e dos da Fabrica da Matriz, como se expressa na mencionada Imperial Carta de Confirmação: e passando cada hum delles de persi a prestar, como prestárão com effeito, nas mãos do Reverendissimo Vigario da Vara o Padre Antonio Alvares de Souza, unica Authoridade Ecclesiastica do lugar, o Juramento constante do § 4.º do Capitulo 1.º, e elle Reverendissimo Vigario da Vara, em qualidade de Conselheiro, nas mãos do Escrivão, que faz as vezes de Provedor, ficou por estes factos installada a Irmandade, e cada hum dos Membros da Meza investido no Cargo com que se prenomeara na subscripção do Compromisso, em conformidade dos §§ 1.º e 2.º do Capitulo 18.º delle; occupando interina e provisoriamente o Cargo de Provedor o Escrivão, o do Escrivão o Thesoureiro, e o deste o 1.º dos Conselheiros, como dispõe o Capitulo 4.º § 2.º. Do que tudo para constar se lavrou este Termo, que assignarão em testemunho do referido. Eu, **Luiz Manoel de Almeida,** Thesou-

ANEXO 26 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade de Santa Rita - 1809

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 19 C_E_R_T_I_D_Ã_O FOLHAS 18/23v

C_E_R_T_I_F_I_C_O, atendendo à requerimento feito pelo Sr. Júlio Cezar Neto Dantes ao Sr. Oficial / deste Cartório, recebido em data de 13 de maio do corrente ano , que depois de rever em meu poder e Cartório, o Livro nº 19, de / Notas, do extinto Cartório do 2º Ofício, hoje Ofício Único, nele às fls. 18/23v, registro nº 4, consta o registro do teor seguinte: Registro nº 4 - Registro do Compromisso da Irmandade de Santa Rita. Senhor - Dizem os irmãos da Irmandade da Gloriosa Santa Rita de homens pardos, erecta na Capela da mesma Santa, na Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty, districto da Corte e Cidade do Rio de Janeiro que começando aquela Irmandade, no principio do seculo passado com a invocação do Menino Deos, Santa Rita e Santa Quiteria e tendo os antecessores das Suplicantes obtido' de muito reverendo Cabiclo que então governava aquele Bispado em só vaga, licença para edificar uma Capella propria da mesma Irmandade, o fizeram com toda a decencia, onde se conservão em corpo de Irmandade desde o anno de 1792, tendo aquela Capella bem / paramintada, fistycando com toda a decencia e a maior solenidade a sua Padroeira a Gloriosa Santa Rita, acompanhando as procis- / sões regias dando sepultura aos irmãos que fallecem, sufragando' as suas almas, vindo por estes principios a ser muito util aquelle Irmandade. Como porém, para regencia certa dos irmãos, necessitam os Supplicantes ter estatutos approvados por Vossa Altesa' Real, pare que se digne pela sua real clemencia approver o compromisso e estatutos que os Supplicantes offerecem, feitos por / todo o corpo de Irmandade, presidido pelo seu muito reverendo pároche. Pedem a Vossa Altesa Real, se digne approver os ditos estatutos na forma requerida. E.R.M.- Nós o Juis, Procurador e / mais irmãos mordomos que este presente anno servimos a Confraria de Santa Rita dos homes pardos da Freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da villa de Paraty, desejando que esta Santa Irmandade' se argmente no serviço de Deos e tenha estatutos pelos quaes se governe e saiba cada um dos irmãos as obrigações que lhe competem, para que assim se sirva a Gloriosa Santa Rita que veneramos e promovemos seu maior culto e veneração e veneração que puder / ser com as nossas devotas assistencias e demonstrações e se edifiquem os mais e emitam fasendo-se irmãos desta Santa Irmandade, para maior gloria de Deos e da Gloriosa Santa Rita, ordenamos os

ANEXO 26 – Pág. 2

os estatutos seguintes para que com a approvação de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, que Deus Guarde, possão ter / validade perpétua.- Capitulo 1º - Serão obrigados todos os pardos de um e outro sexo assim libertos, como escravos que quiserem entrar nesta Irmandade e dar pela sua entrada, seiscentos e quarenta rèis e anualmente tresentos e vinte réis; e o mesmo se observará com os homens e mulheres brancas que por sua devoção quiserem' entrar na dita Irmandade.- Capitulo 2º - Dos ditos Irmãos mais benemeritos elegerão os irmãos da Mesa existentes com o Juis, Escrivão, Procurador e Thesoureiro que finalisarem, outro Juis, Escrivão, Procurador e Thesoureiro com mais dose Irmãos de Mesa, cuja' eleição se fará presente o Reverendo Vigario, para este desempatar os votos da eleição, no caso de haver impate.- Capitulo 3º -/ Será obrigado o Juis a dar de joia seis mil réis, o Escrivão tres mil reis, cada irmão de Mesa um mil reis, dará tambem a Juisa tanto como o Juis e os irmãos chamados de Mesa tanto como os irmãos' de Mesa, excluindo o Procurador e Thesoureiro que somente darão o annuela de duzentos e quarente réis em attenção ao trabalho dos / seus cargos e deste dinheiro se fará annualmente a festa de Gloriosa Santa Rita em o seu proprio dia, cahindo em domingo, ou em outro domingo proximo, em rasão ser a Irmandade tambem para os escravos pardos, com a Missa cantada, servirão, e o Santissimo Sacramento exposto todo o dia, e de tarde procissão e para assistencia do mesmo Senhor, servirão os irmãos desta Irmandade com suas opas e brandões accesos conforme o costume.- Capitulo 4º - Poder-se-ha eleger para Juis, não só homem branco, mas tambem homem pardo, / sendo benemerito e o mesmo a respeito do Escrivão, Procurador e / mesarios. Isto mesmo se observará a respeito da Juisa, com os irmãos de Mesa havendo muita ceutella em eleger para thesouraria um homem branco, de estabelecimento e propriedade para dar contas / rectas do que for assim de alfaias, como dinheiro e o procurador' que seja zeloso e deligente, a este se deve dar um irmão igualmente zeloso e deligente para procurador o que pertencer a Irmandade pelos irmãos que morrerem nas fasendas, fora desta villa. Capitulo 5º - O Juis além da Mesa que convocar annualmente para a nova' eleição será obrigado a faser mesa quatro veses no anno para se / tratar tudo quanto for conducente ao argmento e beneficio da Irmandade, pertencendo-se os mesarios, não só neste, mas tambem em todas as funcções da Irmandade com muita devoção zelo e caridade' e isto tambem se entende a respeito de todos os irmãos quando es-

ANEXO 26 – Pág. 3

lhes a dita erecção o que tudo visto e resposta do Procurador Ge-- / ral das Ordens, Fui por bem faser mercê aos Supplicantes de lhes / approvar a dita erecção da Irmandade de Santa Rita, revalidando- / lhe com esta minha approvação, digo, real approvação e nulidade / com que se acha erecta. Esta se cumpra e guarde como nella se con- / tém, indo passava pela Chancellaria da Ordem. O Principe Regente / Nosso Senhor o mandou pelos ministros abaixo assignados do seu con- / selho e deputados do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. Jo- / ão Caspar da Silva Lisboa e fes em o Rio de Janeiro, aos quatorse' / de Agosto de mil oito centos e des. Dets, digo, des. Desta mil e / seiscentos reis e de assignatura tres mil e dusentos reis. Joaquim / José de Magalhães Coutinho a fes escrever. Paulo Ohs. Vianna Ber-- / nardo José da Costa Gusmão Vasconcellos.- Dom João por Graça de / Deos, Principe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'além / mar em Africa, Sinhor de Guiné. E do Mestrado, Cavallaria e Ordem' / de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço saber que os homens pardos ir- / mãos da Irmandade de Santa Rita erecta na Villa de Nossa Senhora / dos Remedios de Paraty deste Bispado me representaram terem feito' / seu compromisso de comum beneplacito em Mesa plena que offereciem' / na minha real presença a quem estavam sujeitas em observancia das' / minhas reaes ordens, pedindo-me lhes fisesse a graça de lhe confir- / mar para ter o seu devido effeito o que tudo visto e resposta do / procurador Geral da Ordem, hei por bem faser Mercê aos irmãos de / sobre dita Irmandade de lhes confirmar o seu compromisso escripto' / neste livro em quatorse capitulos, com a declaração que lhes fica' / prohibido a utilisarem-se de sepulturas dentro da Igreja, por ser' / este uzo nocivo a saude publica e deverão erigir cemiterio para ja- / zigo dos irmãos defuntos, ficando de nenhum effeito o que diz a es- / te respeito no capitulo decimo primeiro e cumprirão exactamente o / que pelo meu Tribunal da Meza da Cansciencia e da Ordem se lhes or- / denar dando conta ao respectivo procurador das Capellas ou a quem' / por especial ordem minha se lhes mandar e não a outrem porquanto a / mim pertence tomar as contas das confrarias sitas nestes dominios, / por serem isentas por Bula Apostolica de toda outra Jurisdição. E' / mando aos officiaes que ora são e ao dicente forem da Mesa da refe- / rida Irmandade, não declarem nem possam, digo, não declinem nem / possam declinar da jurisdição que a mesma Ordem compete e dos mi-- / nistros a quem eu for servido encarregal-a de que farão termo nes- / te mesmo livro feito Escrivão da Meza e assignado por todos e pelo / Commissario, ou Capellão que lhe dará juramento de em tudo cumpri-

ANEXO 26 – Pág. 4

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 19 FOLHAS 18/[illegible]

esmolas que se derem á Irmandade e não do patrimonio da Capella que só tem quatro moradas de casas térreas medianas, cujo patrimonio se deve aplicar ás alfaias do, digo, alfaias, ornato do / aetar e Capella. Termo de Aceitação. Aos deseseis dies do mes / de julho de mil oitocentos e nove, neste Capella de Santa Rita, da Freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da villa de Paraty , estando presentes o Juis, Procuredor e mais meseries da Irmanda de da dita Santa. com assistencia de seu Reverendo Vigario Callado Aebrosio Jorge da Costa, forem lidos os quatorse capitulos do presente compromisso e de seu contexto, ficando todos os irmãos inteirados o aceitaram e prometheram cumprir e guerdar tudo quanto lhes contem, e de sua aceitação e promessa mandaram / lavrar o presente termo que assignaram. Eu José Manoel da Gama' que o subscrevi e assignei: José Manoel da Gama. O Vigario Callado Ambrosio Jorge da Costa. O Juis Francisco Rodrigues da Assumpção. Irmãos de Mesa Tertuliano, digo, Feliciano Rodrigues / de Carvalho. Francisco Joaquim Pereira. Francisco Alves de Oliveira. Faustino Fernandes de Lima. Joaquim Gonçalves da Silva . Marcellinp Alves de Oliveira. Pedro Corrêa. Joaquim José da Silva. Francisco José Ramos. Placido da Cunha Borges. José Gomes / dos Santos Onorio da Silva Borges Henrique da Silva. Albino José do Espírito Santo. Lourenço Nunes de Abreu, Francisco de Barros Manoel Francisco Gonçalves. Procuradores: Pedro Severiano / de Barros, Manoel José de Carvalho - Reconheço verdadeiras as / assignaturas no compromisso retro, ser dos mesmos nele contidas. Villa de Paraty 21 de julho de 1809. Em testemunho de verdade . O Escrivão Luis Marques Oliveira de Sousa. Registrado na Chan--cellaria da Ordem, a fls. 132. Rio 6 de setembro de 1810. P.g . 6$200.- Dom João por Graça de Deus Principe Regente de Portugal e dos Algerves d'a quem e d'além mar em Africa. Sinhor de Guiné E o Mestrado Cavalleria e Ordem de Nosso Sinhor Jesus Christo . Faço saber que não se podendo erigir sem faculdade minhas Capella, Confraria ou irmandades nestas conquistes ultramarinas por serem plena jure da mesma Ordem e da minha jurisdição in soli--dum com o Governador della e, attendendo a representarem-me os irmãos da Irmandade de Sante Rita, homens pardos da Villa de / Nossa Senhora dos Remedios, de Paraty, deste Bispado terem erecto a dita Irmandade sem a minha real approvação, cuja nulidade' reconhecendo agora me pediram fosse servido sanar approvando- /

ANEXO 26 – Pág. 5

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 19 FOLHAS 18/18v

quando assistirem a qualquer acto ou corporação da Irmandade, pa
ra que em tudo seja o Senhor louvado, motivo por que se lerá a /
cada um irmão ou irmã que for admitido a Irmandade este Compro--
misso para que saiba o que se obriga e de tudo o Escrivão da Me-
sa existente fará termo. Capitulo 6º - Será esta Irmandade obri-
gada a acompanhar em bem composta e devota corporação debaixo de
crus as procissões regias e a de Nossa Senhora dos Remedios como
Padroeira desta Villa, somente com suas opas brancas que terão /
no lado esquerdo uma palavra, digo, uma palma enlaçada com tres'
coisas, um emblema, digo, coisas, emblema dos tres estados com /
os quaes deu a Gloriosa Santa Rita virtuosos exemplos. Capitulo'
7º - Se algum irmão se quiser reunir das pensões da Irmandade ,
dará dose mil réis e o mesmo as Irmãs. Haverá nesta Irmandade /
tres procuradores para procurarem as esmolas da dita Irmandade ,
os quaes darão conta em Mesa e se passará termo no livro da car-
ga para sua indenisação, afim de que a todo o tempo conste aos /
novos officiaes que tornarem, digo, que tomarem posse de seus /
cargos. Capitulo 8º - O Escrivão e Thesoureiro que forem eleitos
nesta Irmandade pelos irmãos não terão voto algum em mesa e fora
dela; tão somente terá aquelle por trabalho escrever o que for /
assentado pelo Juis e mais irmãos da mesma e este terá a seu car
go guardar todas as couses pertencentes á mesma Irmandade, para'
as dar em todas as funcções que lhe forem pedidas; assim um e ou
tro gosarão das mesmas exequias que se fasem aos mais irmãos, /
quando fallecerem. Capitulo 9º - É o officio do Thesoureiro de /
muita consideração nesta Irmandade por que delle depende a con--
servação dos bens della em rasão de que he de ter em seu poder e
cargo, toda a fabrica da dita Irmandade e por essa mesma cause /
não poderá depender, digo, poderá dispender cousa alguma para /
qualquer obra, compra ou outra qualquer cousa sem consentimento'
do Juis e mais irmãos de mesa e fasendo o contrario não se leva-
rá em conta o que houver dispendido e aquellas despesas que se /
fiserem se lançarão no livro dellas para a seu tempo, conster e
darem conta aos novos Juis e mais officiaes, em tomando posse de
seus cargos. Capitulo 10º - Todos, Juis, Procurador e irmãos da
mesa actuaes serão obrigados a defender o direito, dominio de /
sua Capella, não consentindo outra qualquer irmandade faser ac--
tos alguns solennes, como simples, nem admitam contratos alguns'
de que lhes poderá resultar o futuro tempo algum inconveniente ,

ANEXO 26 – Pág. 6

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 19 FOLHAS 18/23v

tudo cumprirem e guardarem este minha procissão. E movendo-o de alguma cousa neste compromisso delle se não useré sem primeiro' ser approvado pelo referido meu Tribunal pelo que mando a res-- pectivo provedor das capellas e todas as pessoas, justiças e of ficiaes delle e que o conhecimento dets, digo, conhecimento des ta pertencer a cumprem e guardem e facam inteiramente cumprir e guardar como nella se contém, sendo passada pela Chancellaria / da Ordem. O Principe Regente Nosso Senhor o mandou pelos minis- tros abaixo assignados do seu Conselho e deputados do Tribunal' da Mesa da Cansciencia e Ordens João Gaspar da Silva Lisboa a / fez em o Rio de Janeiro, aos quatorse de Agosto de mil oito cen tos e dez. Desta mil e seis centos réis e da assignatura, tres' mil e dusentos réis. Joaquim José de Magalhães Coutinho a fez e escreveu. Paulo Ohr Vianna. Bernardo José da Costa Gusmão Vas-- concellos. Dom José Caetano da Silva Coutinho, por Mercê de / Deos e da S. Sé Apostolica. Bispo do Rio de Janeiro, Capellão / Mór do Principe Regente Nosso Senhor e do seu Conselho. Aos que e presente nossa provisão virem saude e benção. Faremos saber / que sendo nos apresentado em vista que fisemos na freguesia da Villa de Paraty o presente compromisso da Irmandade de Santa Ri ta da Capella do mesmo nome filiel á dita freguesia, approvado' e confirmado pela regia provisão de S.A.R. o Principe Regente ' Nosso Senhor e constando nos que não continha cousa alguma nos quatorse capitulos que elle se compõe, contra os bons costumes' e doutrina da Santa Igreja e na Sagrada Lithurgia, direitos e-- piscopais, digo, direitos episcopaes e parchiaes, pela informa- ção e parecer do Reverendissimo Conego Juis Visitador José Anto nio Gonçalves, pela presente nossa provisão o approvamos e con- firmamos na parte que nos pertence, afim de se executerem, ap-- plicarem publicamente na dita Igreja filial em todas as func- / ções do culto divino para honra e gloria de Deus Nosso Senhor / que tão louvavelmente se propõem e se devem propôr com todo o / zelo os irmãos da sobre dita Irmandade. Padre passada na resi-- dencia episcopal da Villa de Paraty, aos vinte e sete de setem- bro de mil oito centos e onze, sob nosso signal e sello de nos- sas armas. Eu o Padre José Luis de Freitas secretario o escrevi José Bispo Diocesano Capillão Nós. Atham-se no termo de aceita- ção o signal publico do respectivo Escrevi, digo, Escrivão Luis Marques que reconheceu as escripturas e no principio do presen-

ANEXO 26 – Pág. 7

ou pleito e, se por acaso algum contrato se fiser e a Mesa nelle / convir estando nella irmãos captivos, seja de nenhum vigor e por / elle se não poderá conseguir o effeito pretendido, por certo que o farão os ditos irmãos com temor de alguns castigos de seus senhores. Capitulo 11º - Mandará diser sete missas pela alma de cada um' dos seus irmãos que fallecerem, havendo muito cuidado no Procurador de as mesmas, digo, as mandar celebrar logo que fallecerem, e o seu corpo terá sepultura na Capella da Irmandade, conforme os / cargos que na dita tiverem exercido; e os irmãos incorporados com as suas opas, debaixo de sua cruz o acompanharão até se lhe dar sepultura. Este acompanhamento tambem se fará a mulheres e filhos legitimos até a idade de dose annos, dos que forem nossos irmãos; o mesmo se observará a respeito dos maridos das irmas não sendo estes nem aquellas da Irmandade mas se continuarem e pagar os annuaes de suas mulheres e estas por seu maridos enquanto viverem, goserão de todos os beneficios da Irmandade, como se fossem Irmãos . Capitulo 12º - Aos irmãos e irmãs que tiverem pago os seus annuaes e outros officios da Irmandade e cahirem em pobreza, a Irmandade / não só lhes fará os auffragios, mas tambem lhes assistirá na molestia com o que puder; conforme a possibilidade em que se achar a Irmandade, sendo uma das obrigeções principaes do caritativo procurador indagar de seus irmãos enfermos, principalmente pobres, destinando-se-lhes alguns irmãos mais caridosos para lhes servirem na / enfermidade, conforme o sexo do irmão, deve procurador que se lhes administrem os remedios espirituees e corporaes e quando vir o Santissimo Sacramento por Viatico será acompanhado da casa do enfermo até a Igreja em que se recolher, ao mesmo por dois irmãos, digo, / ao menos por dois irmãos com suas opas e cesios accesos. Capitulo' 13º - Celebrar-se-hão em cada um anno dose missas pelos irmãos vivos e defuntos e mais quando a Irmandade melhor puder , e o mesmo' argmento se fará nas missas pelos fallecidos, ficando certos os remissos que, podendo, não satisfiserem, ou mandarem satisfaser o / que deverem ainda depois de sua mostra, digo, sua morte que a Irmandade se desobrige de suffragar por elles, cujas missas serão ditas pelo Reverendo Capellão em qualquer tempo que esta Irmandade o passe ter, o qual acompanhará os enterros e procissões e nas faestas do Reverendo Paracho, assistirá ás mesas e actos da Irmandade. Capitulo 14º - Estas obrigeções a que a Irmandade se encarrega e / beneficio de seus irmãos sómente e a que se determina no capitulo' 3º, se cumprirá com o dinheiro que houver dos annuees e esmolas /

ANEXO 26 – Pág. 8

te compromisso o seguinte termo - Compromisso ta de Irmandade de' Santa Rita dos homens pardos erecta na Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty desta Bispado, vai numerado e por mim rubricado na forma das reaes ordens e tem as folhas que constão do seu ' encerramento. Rio de Janeiro quatorse de Agosto de mil oitocentos e des. Cunha. Continha o dito compromisso ainda outros termos e ' diseres que deixaram de ser transcriptas por se acharem inlegiveis, tudo o mesmo vinte e seis paginas e dellas oito em branco. ' Era o que se continha em os capitulos, termos e provisões que bem e fielmente aqui os transcrevi dos proprios originaes com os quaes conferi entregando o respectivo livro a parte que por ahel-os' em tudo conforme, assigno nesta cidade de Paraty, aos dese de Julho de mil novecentos e des. Eu Fracisco de Almeida Crus, Official do Registro e escrevi e assigno.- Francisco de Almeida Crus.-. O referido é verdade e dou fé. Paraty, 14 de maio de 1.991. Eu,.. Oficial, que fiz datilografar a presente certidão , subscrevi e assino.-.-.-

ANEXO 27 – Pág. 1

Relação extraída do Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Santa Rita 1852-1910 e 1913-1950.

LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE SANTA RITA (1852-1910) DIMENSÃO: 46 x 30 x 1 cm. Nº FOLHAS = 70 FLS.

- O Irmão Jose Antonio de Sousa entrou nesta Santa Irmandade em 1844, e pagou a sua entrada como consta do termo, e tem pago os ans te 1855, p. 2;

- A Irmã Leopoldina Maria de Jesus entrou nesta Santa Irmandade em 1844 e pagou a sua entrada como consta do termo e tem pago os anos até 1855, p. 2;

- O Irmão Manoel Jose Vieira entrou nesta Sta. Irmandade em 1844, e pagou a sua entrada como consta do termo, e tem pago seos ans. até 1855, p. 2;

- O Irmão Revº Domingos Fernˢ. Vieira entrou nesta Sta. Irmandade em 1844 e pagou a sua entrada como consta do termo, etem pago seos ans. te 1855. p. 2v;

- O Irmão Manoel Thimoteo Pacheco, entrou nesta Ita Irm.de em 1844 e pagou sua entrada, como consta do termo etem pago seus or the 1855, p.2v;

- A Irmã Alexandrina Rosa entrou nesta Sta Irm.de em 1853 e pagou sua entrada como consta do termo e pagou seus an.s Athé 1855, -1856 a 1872 -, fallecida em 14 de 10bro de 1872 e sufragada, p.3;

- A Irmã Ritta Bernarda de Sousa, entrou nesta Sta. Irmde em 1852, e pagou a sua entrada como consta do termo e pagou seos annˢ athé 1855; p. 3;

- A Irmã Anna Maria de Jesus entrou nesta Santa Irmandade em 1853 e pagou a sua entrada como consta o Termo e tem pago seos annuaes athe 1855, p. 4v;

- O Irmão Revº Manoel Alves Velludo entrou nesta Stª Irmande em 1824 e pagou a sua entrada como consta do termo, e tem pago seos ans té 1853, p.5;

- A Irmã Ritta Maria de S. José entrou nesta Sta. Irmande em 1849, e pagou a sua entrada como consta do termo, e tem pago seos ans té 1855. Falecida no dia 4 de 7bro. 1869 e sufragada, p. 5;

- A Irmã Maria Antonia da S.a entrou nesta Sta. Irmande em 1849, e pagou a sua entrada como consta do termo e tem pago os annˢ thé 1855, - 1856 a 1868 -, p. 5v;

- A Irmã Francisca Ignacia de Alvarenga, entrou nesta Irmandade em 1826 e pagou a sua entrada como consta do termo a tem pago seus annuaes athé 1855, mulher de Antonio Xavier Carneiro, p. 6;

- O Irmão Comdor José Luiz Campˢ do Amal. entrou nesta Sta. Irmande. em 1825 e pagou a sua entrada como consta do termo e tem pago seos ans. thé 1855, - 1856 a 1861 -, Falleceu em 22 de Julho de 1861, foi sufragado, p. 6;

- A Irmã Fermina Rosa do Bom Sucesso entrou nesta Irmande. em 1823 e pagou a sua entrada como consta do termo, e pagou seos ans. Athé 1855, - 1856 a 1867 -, p. 6v;

ANEXO 27 – Pág. 2

- O Irmão Manoel Fran.co de Olív.a Chagas, entrou nesta Irmde em 1846, como consta do termo e pagou a sua entrada, e tem pago os ann.s te 1855, faleceo em 8bro. em 1858, p.9;

- A Irmã Maria José da S.a, entrou nesta Santa Irmande em 1854 e pagou a sua entrada, como consta do termo, e tem pago os ans. té 1855, p. 9;

- A Irmã Gabriella Eufrosina Rosa entrou nesta Irmde em 1854 e pagou a sua entrada como consta do termo, etem pago os ans. té 1855, -1856 a 1852 -, p.10;

- O Irmão Quintino de Oliveira e Souza, entrou nesta Irmandade em 1842, e pagou sua entrada como consta do termo, e tem pago seos anns. té 1855 –, (quadro completo, 1856 até 1888), p. 10 v;

- A Irmã Maria Antonia da Sa. entrou nesta Sta. Irmande. em 1844 e pagou a sua entrada como consta do termo, etem pago os anns. té 1855., p. 10v;

- O Irmão Bento Coelho Borba entrou nesta Sta. Irmande. em 1841, e pagou sua entrada como consta do termo e tem pago seos ans. té 1855, p. 11;

- A Irmã Manoella Francisca do Espirito Santo, entrou nesta Irmde. em 1841 e pagou sua entrada como consta do termo, e tem pago os ans. te 1855, p. 11;

- A Irmã Anna Maria do Am.al Cruz entrou nesta Irmde. em 1840 e pagou a sua entrada como consta do Termo, etem pago seos ans. te 1855, - 1856 a 1880 -, fallecido no dia 7 de 7bro. de 1880 e sufragada, p. 11;

- O Irmão C.dor José Joaqm. Pera de Souza entrou nesta Irmde. em 1840 e pagou a sua entrada como consta do termo, etem pago os ans. te 1855, - 1856 a 1873 -, fallecido a 13 de Maio de 1873 e sufragado, p. 11;

- A Irmã Perpétua Maria de Jesus entrou nesta Sta. Irmande. em 1828, e pagou sua entrada com consta do termo, e tem pago os ans. te 1855, - 1856 a 1868 -, p. 11v;

_ A Irmã Claudina do Amaral Cruz entrou nesta Sta. Irmande. em 1828, e pagou sua entrada com consta do termo, etem junto pago os anns. te 1855, - 1856 a 1873 -, p. 11v;

- A Irmã Brígida Maria da Sa. entrou nesta Sta. Irmande. em 1831, e pagou sua entrada com consta do termo, etem pago seos ans. te 1855, - 1856 a 1868 -, p. 12;

- A Irmã Theresa Maria de Jesus, entrou nesta Sta. Irmande. em 1830, e pagou a sua entrada com consta do termo, etem pago seos ans. te 1855, p. 12v;

- A Irmã Ritta Maria de Jesus, entrou nesta Irmande. em 1838 e pagou a sua entrada como consta do termo, e tem pago seos ans te 1855, p. 14;

- O Irmão Pedro Alzs Carneiro entrou nesta Santa Irmandade em 1838 e pagou a sua entrada como consta do termo eten pago seus anuais athé 1855, p. 14 v.;

- A irmã Maria Joaquina entrou nesta Sta. Irmande em 1842, e pagou a sua entrada como consta do Termo, etem pago seos nas te 1855. Mer do Cap.tam Franc.co Alexandrino das Chagas, p. 15;

ANEXO 27 – Pág. 3

- A Irmã Anna Franca da Silva entrou nesta Irmande em 1848, e pagou a sua entrada como consta do termo, etem pago seos ans. té 1855, p. 15v;

- O Irmão Roque José da Silva entrou nesta Sta. Irmandade em 1825 e pagou a sua entrada como consta do termo e tem pago seus na. Athé 1840 - No quadro 1841 e 1860 - Gurgel – Falleceu e foi suffragado, p. 16;

- A Irmã Delphina Maria do Espirito Santo entrou nesta Irmand.de em 1855 e pagou a sua entrada de 1.000 r como consta do termo a fl. 124, p. 16v;

- O Irmão Manoel Je. de Oliveira Sza. entrou nesta Irmandade em 1855, e pagou a sua entrada de 1.000 rs. como consta do Termo a f. 127, - 1856 a 1873 -, p. 17v;

- O Irmão Joaquim Je. de Sousa entrou nesta Irmde. em 1855, e pagou a sua entrada de 1.000 rs. como consta do termo a f. 127, (morador no Aro.) - 1856 a 1868 -, p. 17v;

- O Irmão Manoel de Almda. entrou nesta Irmandade em 1841, e pagou a sua entrada de 1.000 rs. como consta do termo, e tem pago seos ans. té 1855, - 1856 a 1877 -, p.18;

- O Irmão Francisco Alex.o das Chagas entrou nesta Irmand. Em 1840 e pagou a em 1840 e pagoua sua entrada como consta do termo; e tem pago seos an.s the 1853; p. 20;

- O Irmão João Francisco Pacheco Bastos entrou nesta Irmde. em 1844, e pagou sua entrada consta do termo, etem pago seos an.s thé 1855, p. 20v;

- A Irmã Francisca Maria do Amaral Cruz entrou nesta Irmandade em 1841 e pagou a sua entrada como consta do termo, atem pago os ante. 1854-1855 a 1861= Gurgel – 1862ª 1863 -, Vianna, (Falecida 24 de abril de 1863 e sufragada), p. 21 v;

- A Irmã Emilia Maria do Espirito Santo entrou nesta Irmand.e em 1855 e pagou a sua entrada de 1.000 como consta do termo M.er de Albino Fracº Lopes. Falecida em abril de 1884 e sufragada, p. 22v;

- A Irmã Maria Francisca do Esp.to Santo entrou nesta Irmand.e em 1851 e pagou a sua entrada como consta do termo e tem pago seos an.s thé 1855, p. 22v;

- A Irmã Theresa Maria de Jesus, entrou nesta Irmandade em 1852, pagou sua entrada como consta do termo, e tem pago seos ans até 1855, mulher de Franco. João da Mata, p. 22v;

- A Irmã Januaria Maria da Silva entrou nesta Irmde em 1851 e pagou sua entrada como consta do termo, etem pago os annes. té 1855, p. 23;

- O Irmão Antonio de Je. Sousa, entrou nesta Irmde em 1844, e pagou sua entrada como consta do termo, etem pago seos annes. té 1854, p. 23;

- A Irmã Delfina Maria de Jesus, entrou nesta Sta. Irmandade em 1839 e pagou a sua entrada como consta do termo, e tem pago seos ans Athé 1855 (FALECIDA), p. 23v;

- A Irmã Emerenciana Maria de Jesus Monteiro, entrou nesta irmandade em 1857 e pagou sua entrada como do termo, p. 24;

ANEXO 27 – Pág. 4

- O Irmão Cornélio, Escravo de João Franc° Pacheco Bastos entrou nesta Irmandade em 1858 e pagou sua entrada - 1858 a 1861 - falecido, p. 24 v;

- A Irmã Henriqueta, Escrava de João Rodarte da Gama Lobo, entrou para Irmandade em 1859 e pagou sua entrada como consta do termo – 1859 a 1869 - falecida no dia 7 de setembro de 1869 e sufragada, p. 24 v;

- A Irmã Genoveva, Escrava de D. Maria Rosa Seriaca Peixoto. Entrou nesta Irmandade em 1859 e pagou sua entrada como do Termo, p. 24 v;

- O Irmão Padre Custódio José Pereira da Cruz, entrou nesta Irmandade em 1860 e pagou sua entrada de 640 como do termo, p. 25;

- A Irmã Raquel Maria do Espírito Santo, entrou nesta Irmandade em 1860 e pagou sua entrada de 640 como do termo (1861 a 1883. Falecida em 11 de abril de 1883 e sufragada, p. 25;

- O Irmão Antonio, escravo de Genoveva Porcina de Alvarenga, entrou nesta Irmandade em 1860 e pagou sua entrada como do Termo (640) – 1861 – 1868 -, p. 25 v;

- O Irmão José Campos do Am.^{al} Gurgel entrou nesta Sta. Irmandade em 1844 pg sua entrada como do L.^{o} de Termo, e tem pago os annuais té, 1860 – 1868, p. 26;

- O Irmão Felipe esc.^{o} de D. Maria Peixoto... nesta S.^{ta} Irman^{de} em 1861, pg sua entrada... – 1868 -, p.27;

- O Irmão João Alves Velludo, entrou nesta Irmandade em 1861 – Pg. sua entrada, p. 27 v;

- O Irmão Francisco Corrêa Dantas, entrou nesta Sta. Irmandade em 1861 - 1862 a 1868 – falecido, p. 29;

- O Irmão Appolinário José da Silva (de Caza de D. Geralda) entrou nesta Sta. Irmandade em 1862 – pagou sua entrada, 1863 a 1875, p. 29 v.;

- A Irmã Cezarina escr.^{a} de D. Luiza Rita de Amaral Campos entrou nesta Irmandade em 1862 – pagou sua entrada – Falleceu em 6 de 7bro. de 1862, p. 29 v.;

- O Irmão Appolinário, escr. de Ant° Baptista Figueiredo, entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo de sua entrada no L° compete. A fls. 192, no ano de 1866 e pagou sua entrada de 640 Rs. - 1867 a 1870, p. 31 v;

- A Irmã Rita Neves Pereira da S^{a} Coelho, M.^{er} de Mel. J.^{e} Avelino Coelho entrou nesta Sta. Irm.^{e} como costa do Termo de sua entrada no L° Comp.^{e} as fl..., no anno de 1867 e pagou sua entrada a 1.000 r.^{s} 1868 a 1892 -, p. 32;

- A Irmã Maria Rita Pereira da Silva, fa. de Ant° Mendengue, entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo de sua entrada no L. competente as fl. ..... no anno de 1867 e pagou sua entrada de 1.000 rs.- 1867 a 1905 – pagou até 1896, p. 32;

ANEXO 27 – Pág. 5

- O Irmão Roque, escravo de D. Bernardina de Sena Borges, entrou nesta Santa Irmandade, como consta do Termo de sua entrada no Lº competente as fl. ..... no anno de 1867, e pagou sua entrada de 640 rs. - 1868-1875 – Fallecido, p. 32 v;

- O Irmão Antonio de Oliveira e Sza, fº. de Quintino de Oliveira e Sza., entrou nesta Santa Irmandade, como consta do Termo de sua entrada as fls. 32vº, no Anno de 1867, e pagou sua entrada de 1.000 rs – 1868 a 1888 -, p. 32v;

- A Irmã Mª d'Anunciação Prª da Sª, fª. de Antº da Sª Maia Torres Mendengue, entrou nesta Sta. Irmandade, como consta do Termo de sua entrada f. 32v., no anno de 1868 e pagou sua entrada de 1000 rs- 1869 a 1892 – Pagou de 1893 a 1906 a 320 o ano – 1906, p. 34;

- A Irmã Beatriz Antª de Olivª Szª, fª de Antº Mel. De Olivª e Sª entrou nesta Irmandade como consta do Termo de sua entrada a fl. 132 e pagou sua entrada no anno de 1868 e pagou o annual até 1869, - 1870 a 1876 –, falecida em 1889, p. 34;

- O Irmão José dos Santos Porto entrou nesta Irmandade como consta do Termo de e sua entrada as fl. 133 do anno de 1869, e pagou sua entrada de 1.000, p. 35;

- O Irmão Pedro de Almeida e Silva entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo de sua entrada fls. 133v no anno de 1870 e pagou sua entrada de 1.000 r. - 1871 – 1882 - p. 35v;

- O Irmão Laurindo, escravo de José Narciso Corrêa Vianna, entrou nesta Santa Irmande. como consta do Termo de sua entrada. F. 133 v no anno de 1840 e pagou sua entrada de 1.000 rs. p. 35 v.;

- O Irmão João José Moreira, entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo de sua entrada. fl. 133 vˢ e pagou sua entrada de 1000 rˢ. no anno de 1870, p. 36;

- O Irmão Roque José da Silva entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo f. 134vs. no anno de 1841, e pagou sua entrada de 1000 rs., - 1872 a 1880 -, Falleceu em 1880 e foi sufragado, p. 37v;

- O Irmão Joaquim Ribeiro de Miranda entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo fl. 134 no anno de 1841 e pagou sua entrada de 1000 rs e annuidade de 1872, - 1873 – 1882 -, p. 38;

- O Irmão Manoel Ferreira dos Santos Pádua, entrou nesta Santa Irmandade como consta do Termo de fls. 35v e pagou sua entrada de 1.000 rs., no anno de 1874, p. 40v;

- O Irmão Paulo escrº de Anna Maria da Graça, entrou nesta Santa Irmandade, como consta do Termo fl. 32 v e pagou sua entrada de 1.000 rs no anno de 1874, fallecido em 1890, p. 40 v;

- O Irmão Antonio Joaquim da Silva Miranda, entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1874 como consta do Termo de fs.35v e pagou sua entrada de 1.000 rs., p. 40v;

ANEXO 27 – Pág. 6

- O Irmão Alexandre Luiz Agostini, entrou nesta Santa Irmandade no Anno de 1848 como consta do Termo f.134v e pagou sua entrada de 1000 rs e annuaes até 1890, p. 43v;

- O Irmão João Pereira da Silva, entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1848 como consta do Termo fl. 134 v. e pagou sua entrada de 1000 rs – 1879-1893 - Fallecido em 1894 e suffagrado, p. 43 v;

- O Irmão Francisco Lopes da Costa, entrou nesta Santa Irmandade no Anno de 1848 como consta do Termo f. 137 v. – 1879 – 1897 – Pagou seus annuaes até 1902 – Álvaro Torres, p. 43 v;

- O Irmão Luiz de Chaves Mello entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1848 como consta do Termo fl. 34 v e pagou sua entrada de 1000 rs – Falecido, p. 44;

- O Irmão João Luiz do Rosário entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1848 como consta do Termo fl. e pagou sua entrada de 1000 rs – 1879-1911, p. 44;

- O Irmão Vigario Francisco Justino do Amaral Vianna entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1878 como consta do Termo de f. 38 e pago sua entrada de 1.000, p. 44v;

- A Irmã Manoella Rosa da Silva, entrou nesta Santa Irmandade no Anno de 1878 como consta do Termo f.138 e pagou sua entrada de 1000 rs., p. 45;

- A Irmã Francisca Amélia Peixoto da Silva entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1879, como consta do Termo a f. 38v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 46;

- O Irmão Antonio Ferreira França entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1880 como consta do Termo de f. 138v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 46;

- O Irmão Antonio da Silva Maya Torres J.^{or} entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1880 como consta do Termo f. 38v e pagou sua entrada de 1.000 rs, faleceu em 15 de novembro de 1892, p. 46;

- O Irmão Elias da Silva Maya Torres entrou nesta Santa Irmandade no Anno de 1880 como consta do Termo f. 139 e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 47;

O Irmão Jerônimo Revillet entrou n'esta Santa Irmandade no Ano de 1881 como consta do Termo f. 139v e pagou sua entrada de 1.000, p. 48;

- O Irmão José do Carmo Lopes de Alvarenga entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1881, como consta do Termo fs. 39v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 48v;

_ A Irmã Edwirges Claudina Penna Firme do Amaral, 1884, p. 51v;

- A Irmã Francisca Amelia Peixoto da Silva thé 1884; p. 51v;

– O Irmão José Alberto da Silva Netto, entrou para esta Sta. Irmandade em 1885, como consta do Termo fl.89 e pagou sua entrada de 1.000 rs., p. 52v;

- A Irmã Anna Maria do Espirito Santo entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1887 como consta do Termo fs. 90 e pagou sua entrada de 1.000 rs, falecida em 29 de 9bro 1889 e suffragada., p. 54v;

ANEXO 27 – Pág. 7

- O Irmão Thomé Corrêa Vianna, entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1888 como consta do Termo fs. 90 e pagou sua entrada de 1.000., p. 56;

- O Irmão João do Prado Lopes de Alvarenga, entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1888 como consta do Termo fs. 90v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 56;

- A Irmã Joaquina Maria do Espirito Santo, entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1888 como consta do Termo fs. 90v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 56v;

- O Irmão Alferes João Francisco do Amaral, 1888, p. 57v;

- O Irmão Elias Pires do Rio, entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1889 como consta do Termo de fls. 91v e pagou sua entrada de 1000 r, p. 59v;

- A Irmã Faustina Agostini entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1889 como consta do Termo fl. 91v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 59v;

- O Irmão Manoel José de Oliveira e Sousa entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo de fs 92 e pagou su entrada de 1000 rs, p. 61v;

- O Irmão Gabriel José Calixto entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo fs.92 e passou sua entrada de 1.000 rs, p. 63;

- A Irmã Nila de Oliveira Valladão Freitas entrou n'esta Santa Irmandade no anno de1891 consta do Termo fs. 92v e pagou sua entrada de 1000 rs, p. 63v;

- O Irmão José Rodrigues de Aquino entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo de fs. 42v e pagou sua entrada de 1000 rs, p. 63v;

- O Irmão Joaquim Francisco Oliveira Braga entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo fs. 92v e pagou sua entrada de 1000 rs, p. 63v;

- O Irmão Alferes Quintino de Oliveira e Sousa entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1842 e pagou sua entrada e annuaes té 1893, Fallecido, p. 64;

- O Irmão Alvaro Conrado Ribeiro Torres entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1892 como consta do Termo f. 92v e pagou sua entrada de 1.000 rs, p. 64v;

- O Irmão José Victal Costa Braga entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1892 como consta do Termo fs. 92v e pagou sua entrada de 1.000 rs e annuaes té 1895, p. 65;

- O Irmão Francisco de Almeida Cruz entrou para esta Santa Irmandade em 1903 como consta do Termo a fls; 94 pagou de entrada 2.000 rs., p. 66v;

- O Irmão Sivirino da Silva Campos entrou para esta Santa Irmandade em 1903 como consta do termo a fls. 94, pagou de entrada 2.000, p. 66v;

- O Irmão Flósculo de Oliveira Netto entrou para esta Sta. Irmandade em 1904 como consta do termo no respectivo livro a fls. 95 pagou de entrada 2000, p. 67;

- O Irmão Pedro Judice, entrou para esta Irmandade, no ano de 1905, conforme consta de sua entrada a fls. do livro de presença, Pagou sua entrada 2.000, p. 67;

ANEXO 27 – Pág. 8

- A Irmã Maria Rita Pereira da Silva, entrou para esta Santa Irmandade no anno de 1867, conforme consta da fls. 32 deste livro. Pagou sua entrada, p. 68v;

O Irmão Oséas Martins de Almeida entrou para esta Santa Irmandade no anno de 1908, como consta do Termo do respectivo Livro as fls 68 verço fez a entrada de 2000, p. 69v;

- O Irmão Virgilio Alves Corrêa entrou para esta Irmandade no anno de 1909 como consta do livro respectivo pagou de entrada reis 2000, p. 70;

- O Irmão Theburcio de Alcântara Ramyro, introu para esta Irmandade em 1909, como consta do Termo respectivo livro as fls.70 pagou entrada de 2.000 réis, p.70v;

LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE SANTA RITA (1913-1950), DIMENSÃO: 41x31x2 cm. Nº FOLHAS = 200 FLS

- O Irmão João Luiz do Rosário introu para esta Santa Irmandade em 1878, como consta do livro de entrada, teve pago seus annuaes até 1911- fls. 44, p. 1;

– A Irmã Francisca Amelia Peixoto da Silva, introu para esta Santa Irmandade em 1879, como consta do livro de entrada, tem pago seus annuaes até 1809, digo 1909, p. 1;

- O Irmão Antonio Joaquim da Silva Miranda, introu para esta Sta. Irmandade em 1885, como consta do Termo do respectivo livro, teve pago seus annuaes até 1910 – fls. 52, p. 2;

– José Alberto da Silva Netto, entrou para esta Sta. Irmandade em 1885, tem pago seos annuaes té 1910, p. 2;

A Irmã Joaquina Maria do Espírito Santo, introu para esta Irmandade em 1888, tem pago seus annuaes até 1906, p. 2;

- O Irmão Pedro de Almeida e Silva, introu para esta Sta. Irmandade em 1904, só pagou sua entrada, p. 19;

- O Irmão José Nubile entrou nesta Irmandade no dia 23 de janeiro de 1916. Pagou 5$000 por saldo até 1927 - p.1928 - pago até 39, p. 19;

- O Irmão Antum Gibrail entrou nesta Irmandade em 23 de Janeiro de 1916. Pagou 9$000(1926) - p. 1927 e 1928. - Liquidado até 1935.- Pago até 1940, p. 19;

- O Irmão Arthur Epiphanio de Oliveira, entrou para esta Irmandade em 1923- Pagou 2$000 em 1926, p. 20;

- O Irmão Felix Leonel de Souza Filho, entrou para esta Irmandade em 1923 (pagou sua entrada de 3.000, de 1923 - Pagou 6$000 (1926); pg 1927-1928.- Liquidado até 1935-39, até 1940, p. 20;

- A Irmã Maria Eugênia Ayres de Castro, introu para esta Sta. Irmandade em 1889, tem pago seus annuaes até 1912, p. 3;

- O Irmão Elias Pires do Rio, introu para esta Santa Irmandade em 1889, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 59, p. 3;

ANEXO 27 – Pág. 9

- O Irmão Gabriel Gomes Calixto, introu para esta Sta. Irmandade em 1891, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 63.- Pagou 2$000 por saldo até 1927.- Pg. 1928.- Liquidado até 1935.- Pago até 1940, p. 4;

- A Irmã Maria Rita Pereira da Silva, introu para esta Sta. Irmandade em 1867, tem pago seus annuaes até 1905- fls. 32, p. 5;

- A Irmã Maria da Anunciação Pereira da Silva, introu para esta Sta. Irmandade em 1868, tendo pago seus annuaes até 1906-fls.34, p. 5;

- O Irmão Manoel Bento dos Santos, introu para esta Sta. Irmandade em 1871, tendo pago seus annuaes até 1904, p. 6;

– O Irmão João José Ferreira, entrou para esta Sta. Irmandade em 1871, pagou seus annuaes até 1890, só pagou a entrada, p. 6;

- O Irmão Francisco Lopes da Costa, introu para esta Sta. Irmandade em 1878, tem pago seus annuaes até 1902 - fls. 43, p. 7;

- O Irmão Antonio Joaqm. da Silva Miranda, introu para esta Santa Irmandade em 1874, remiu-se em 1891, p. 8;

- O Irmão José Rodrigues de Aquino, introu para esta Sta. Irmandade em 1891. Pagou seus annuaes até 1897 e remiu-se nessa epuca- fls. 63 v.- José Aquino- 52 anos que o irmão 46 reis 1943. - José Rodrigues de Aquino- Falecido em 1946, p. 9;

- O Irmão Álvaro Conrado Ribeiro Torres, introu para esta Sta. Irmandade em 1892- pagou seus annuaes até 1904, remiu-se nessa mesma épuca- fls. 64v- p. 09;

- O Irmão José Victal da Costa Braga, introu para esta Sta. Irmandade em 1892, tem pago seus annuaes até 1908- fls. 65, p. 10;

– O Irmão Francisco de Almeida Cruz, introu para esta Sta. Irmandade em 1903, só pagou a sua entrada, fls. 66v, p. 11;

- O Irmão Manoel José Rubem, introu para esta Sta. Irmandade em 1903, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 66v- p. 11. Liquidado-até 1935-até 39-Faleceu no Rio em 1939 - Irmão de seu Zizinho e Mathilde Rubem, p.11;

- O Irmão Severino da Silva Campos, introu para esta Sta. Irmandade em 1903, tem pago seus annuaes até 1905- fls. 66v.- p. 11.-Oagou 10$ por saldo até 1929.- 1930 pago até 1960-41-42-43.- Faleceu no ano de 1949, p.11;

- O Irmão Flósculo de Oliveira Netto, introu para esta Sta. Irmandade em 1904, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 67 - Pagou 1$000 até 1926- Faleceu em Santos 1940, p.12;

- O Irmão Hylário Pereira da Silva, introu para esta Sta. Irmandade em 1910, tem pago seus annuaes até 1912, p. 13;

- O Irmão Oséas Martins de Almeida, introu para esta Santa Irmandade em 1908, tem pago seus annuaes até 1909- fls. 68v - Liquidado 1936 até 1940-41-42-43, p.14;

ANEXO 27 – Pág. 10

- O Irmão Candido José Avelino Coelho, introu para esta Sta. Irmandade em 1909, tem pago seus annuaes até 1913- fls. 69, p. 15;

- O Irmão Virgilio Alves Corrêa, introu para esta Sta.. Irmandade em 1909, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 69 - Pagou 2$000 em 1926.- Pg. 1927.- Pg. 1928, p. 15;

- O Irmão Thiburcio de Alcântara Ramiro, introu para esta Sta. Irmandade em 1909, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 69v- Pagou 10$000 por saldo até 1927- Pg. Até 1930 - 30,000.- Liquidado até 1935- Pago até 1940- Pago a 1949, p.15;

- O Irmão Evencio Campos do Amaral, introu para esta Sta. Irmandade em 1909, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 69v -, p. 16;

- O Irmão Pedro Judice, introu para esta Sta. Irmandade em 1905, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 70 - Pagou 5$000 por saldo até 1927- Liquidado até 1935- p. até 1939- Faleceu em 1939, p. 17;

- A Irmã Maria Joaquina da Gama, introu para esta Sta. Irmandade em 1908, pagou o seus annuaes até 1909- fls. 71-, p. 17;

- O Irmão Jesuino de Castro Rubem, introu para esta Santa Irmandade em 1910, tem pago seus annuaes até 1911- fls. 71v - 1910 a 1934 - Pago até 1940, p. 18;

- O Irmão Manoel Leonardo Martins, introu para esta Sta. Irmandade em 1910, só pagou sua entrada - Fls. 71v -, p. 18;

- O Irmão Nestor Torres de Oliveira, introu para esta irmandade em 1923 - Pagou até 1927, p.g. 1928- ausente, p. 21;

- O Irmão Vicente Villela Bastos, introu para esta irmandade em 1923 - Pagou (2$) em 1926.- Pg.1927,1928,1929,1930,1931,1932,1933,1934,1935- Pago 1940.- Faleceu no anno de 1943, p. 21;

- O Irmão Pedro Erasmo de Alvarenga Corrêa, entrou para esta irmandade em 1923 (Pagou 2$000 em 1926) Pg. 1927- pg. 1928, p. 21;

O Irmão Benedito Feliciano Corrêa entrou para esta Irmandade em 1923, pago até esta data, p. 22;

- O Irmão Pedro Peres dos Santos, entrou para esta Irmandade em 12 de Julho de 1925-. - Pago de 1940, 41-42-43. - Faleceu julho de 1950, p. 22;

- O Irmão Antonio Dias França, entrou para esta Irmandade em 12 de Julho de 1925- Pagou 4$000 em 1926, 1927, Pg. 1928, 1929, 1930, 1933, 1934, 1935- Pago até 1940, p. 22;

- O Irmão José Dias França, entrou para esta Irmandade em 1926 - Pg. 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1933, 1934, 1935. Pago até 1940, p. 22;

– O Irmão Julio Peres dos Santos, entrou para esta Irmandade em 1926, Pagou até 1935, até 1940, p. 23;

ANEXO 27 – Pág. 11

- O irmão José Borges do Rosário, entrou para esta Irmandade em 1926 - Pg. 4$000- 1927. - Pg. 1928- Pagou até 1940. Liquidado até 1935, p. 23;

– O Irmão Antonio Peres dos Santos, entrou para esta Irmandade em 1926, Pago até 38, p. 23;

- O Irmão Eduardo Pinto Vieira, entrou para esta Irmandade em 1926 - Pg. 1926, 1927, 1928- Pago até 1940. Liquidado até 1935, p. 23;

- O Irmão Silvino Ferreira Monteiro, entrou para esta Irmandade em 1928 – Pagou sua Jóia 3$000, Pg. 1929, p.23;

- O irmão Waldemar Mathias entrou para esta Irmandade em 1928, Pg. 1928, 1929- Pago até 1940. - Liquidado até 1935, p. 24;

- O irmão Mario do Espirito Santo Rosário, entrou para esta Irmandade em 1928 - Pg. 1928, 1929. - Pago até 1940. - Liquidado até 1935, p. 24;

- O irmão Fellippe Carmo Miguel entrou para esta Santa Irmandade em 22 de outubro de 1928- Pagou 3.000 de Jóia - P. 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, - Pg. 1935 até 1940, p. 24;

- O irmão José Vieira Ramos Junior, entrou para esta Santa Irmandade em 1929. Pagou 3$000 de Jóia - 1930 pg, 1931 pg, 1932 pg, 1933 pg1934 pg, 1935 pg, 1936 pg., p. 24;

- O irmão Verneck Aquino de Barros, entrou para esta Santa Irmandade em 1929.- Pagou 3$000 de Jóia. Liquidou em 3$000. - 1930-pg, 1931-pg. 1932 –pg, 1933-pg., 1934- pg., 1935- pg- 36-pg., 37-pg., 38.- Pagou até 1940, p. 25;

- O irmão Oscar de Barros, entrou para esta Santa Irmandade em 1929. Pagou 3$000 de jóia - Liquidou 4 anos em 3$000.- 1930 Pg., 1931 Pg., 1932 Pg., 1933 Pg., 34-35-36-37-38-39-40, p. 25;

- O irmão Nestor Benedicto Miranda, entrou para esta Santa Irmandade em m23 de Abril de 1933. Pagou 4.000 de Jóia e anuidade - 1933-pg., 1934-pg., 1935- pg.- Pago de 1940, p. 25;

- O irmão Protasio Dias França, entrou para esta Santa Irmandade em 23 de Abril de 1933. Pagou 4.000 de Jóia e annuidade - Liquidado até 1935, 1936 até 1940, p. 26;

- O irmão Francisco de Souza Magalhães, entrou para esta Santa Irmandade em 14 de Maio de 1933. Pagou 4$000 de Jóia e annuidade - Pg. 1934. - Pg. 1935-1936 até 1940, p. 26;

- O irmão Miguel Sotto Mayor, entrou para esta Santa Irmandade, em 14 de Maio de 1933. Pagou 4.000 de Jóia e anuidade - Pg. 1935- 1936 até 1940 – Falecido, p. 26;

- O irmão Francisco Sotto Mayor, entrou para esta Santa Irmandade, em 14 de Maio de 1933. Pagou 4.000 de Jóia e annuidade- p. 26. - Pg. 1935- 1936 até 1940, p. 26;

- A Irmã Dª Josepha Sotto Mayor, entrou para esta Santa Irmandade, em 14 de maio de 1933, Pago 4000 de Joia e anuidade, p. 27;

ANEXO 27 – Pág. 12

– A Irmã Antonia Maria de Lourdes Sotto Mayor entrou para esta Santa Irmandade em 14 de Maio de 1933. Pagou 4.000 de Joia e anuidade, p. 27;

60 – A Irmã Maria Alvarenga Sotto Mayor, entrou para esta Santa Irmandade em 14 de Maio de 1933. Pagou 4$000 de Joia e anuidade, p. 27;

– A Irmã Therezinha de Jesus Sotto Mayor, entrou para esta Santa Irmandade em 14 de Maio de 1933. Pagou 4$000 de Joia e anuidade, p. 27;

– A Irmã Elmira de Aquino Vaz entrou para esta Santa Irmandade em 6 de junho de 1933. Nunca pagou, p. 29;

– A irmã Maria Benedita Helena entrou para esta Santa Irmandade em 6 de Junho de 1933. Pagou 4000 de Joia e anuidade, p. 30;

– A irmã Maria da Luz do Espirito Santo entrou para esta Santa Irmandade em 6 de Junho de 1933. Nunca pagou, p. 31;

– A irmã Laurentina Maria do Espirito Santo entrou para esta Santa Irmandade em 6 de junho de 1933, quites até 1943, p. 31;

- O irmão Jose Marques entrou para Santa Irmandade em 24 de Setembro de 1933, pagou digo deu-se o talão em paga de serviço prestado – p. 32. - Pago até 1940. - quite a te 1943-1944. Liquidado até 1935, 1947 - 1949, p.32;

- O irmão Moacyr Gama entrou para esta Santa Irmandade em 24 de Setembro de 1933-pagou 4$000 de Jóia e annuidade 39-40-41-42-43-, p. 32;

- O irmão Alberto Maranhão entrou para esta santa Irmandade em 25 de Junho de 1934. Pagou 4.000 de Jóia e annuidade – Pagou até 1940 - Falicido 1944, p. 34;

- O irmão José Carlos Porto entrou para esta Santa Irmandade em 22 de Julho de 1934. Pagou 4.000 de Jóia e annuidade. Pg. 1935-1946, p. 34;

- Irmão Vicente Cruz entrou para esta Santa Irmandade em 22 de Julho de 1934. Pagou 4000 de Joia e anuidade. Pagou 1935, nunca pagou, p. 34;

– A irmã Laurentina Marques entrou para esta Santa Irmandade em 13 de de Maio de 1935, pagou 4000 de Joia e anuidade. Pagou até 40-41-42-43-1944-45-46-1949, p. 35;

- O irmão Paulo Amaral Costa entrou para esta Santa Irmandade em 1934. - Pagou 4.000 de Jóia e annuidade. 1935 Pg.-, p. 35;

- O irmão João da Silva Campos entrou para esta Irmandade em 22 de Maio 1934. pagou 4.000 de Jóia e anuidade - 1935- Pagou até 1940, p. 35;

– A irmã Estela Magalhães Reis entrou para esta Santa Irmandade em 1º de novembro de 1943, pagou de Joia C$5,00 e anuidade, p. 36;

– A irmã Maria do Carmo Magalhães Reis entrou para esta Santa Irmandade em 29 de Junho de 1945, pagou de Joia e anuidade C$ 5,00, p. 36;

ANEXO 27 – Pág. 13

– A irmã Moema Guimarães Reis entrou para esta Santa Irmandade em 7 de Março de 1946, pagou de Joia e anuidade Cr$ 5,00, p. 36;

– O irmão Walter Magalhães Reis entro para esta Santa Irmandade no dia 8 de Outubro de 1946, pagou de Joia Cr$ 6,00 e anuidade, p. 36;

– A irmã Regina Coeli Guimarães entrou para esta Santa Irmandade a 8 de Outubro de 1946, com 3 anno de idade, pagou Cr$ 6,00 de Joia e anuidade, p. 36;

- A irmã Benedicta Natividade Torres, entrou para esta Santa Irmandade em 5 de Junho de 1935. Pagou 4000 de Jóia e annuidade. Pago até 1940 de 1940 a 1943, p.37;

- O irmão João Valadão entrou para esta Santa Irmandade em 4 de Julho de 1935. pagou 4$000 de Jóia e annuidade. Nunca pagou, p. 37;

– A irmã Rita Reis Pinto da Fonseca com...ano de idade, entro para esta Santa Irmandade em 12 de Julho de 1948, pagou de Joia a importância de Cr$ 10,00 cruzeiro e anuidade p. 37;

- A irmã Carmen Menezes de Oliveira entrou para esta santa irmandade em 29 de Julho de 1951 pagou de Jóia 10 cruzeiros e anuidade nascida a 16 de Julho de 1951 – Promessa, p. 38.

– Conceição Magalhães Reis, Data de Entrada 29/06/1945, p. 43;

– Clodoaldo de Oliveira Freire, Data de Entrada 1º/06/1958, p. 43;

- Edmundo Stanisce, Data de Entrada 1º/06/1958, p. 47;

_ José Souza Biá, Data de Entrada 26/07/1939, p.57;

– Julio Stanisce, Data de Entrada 1º/06/1958, p. 57;

– Manoel de Jesus Torres, Data de Entrada 13/05/1936, p. 63;

– Nilton Rodrigues de Aquino, sem data, p. 65;

– Rita de Cassia Peres dos Santos, Data de Entrada 1942, p. 73;

ANEXO 28 – Pág. 1

Relação do Livro de Entrada, Mesada e Annuaes da Irmandade de Santa Rita - 1884

ENTRADA, MESADA E ANNUAES DA IRMANDADE DE SANTA RITA COBRADAS NO ANO DE 1884, PELO TESOUREIRO PADRE CUSTÓDIO JOSÉ PEREIRA DA CRUZ

- João Pereira da Silva – até 1884- 14000, p. 51 v.;

- Annuais do Padre Custódio Je. Pereira da Cruz (Thesoureiro) até 1884, p. 52;

- O Irmão José Alberto da Silva Netto entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1865 como consta do Termo f.89 - pago na entrada de 1.000rs, p. 52 v.;

- Anuaes do Alferes Quintino de Oliveira e Souza até 1884 - $ 640, p. 52;

- Anuaes de Antônio de Oliveira e Souza até 1884 - $ 640, p. 52;

- O Irmão Alferes Quintino de Oliveira e Souza entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1842 e pagou a sua entrada e anuaes de 1893 como consta do Termo - falecido;

- A Irmã Faustina Agostini entrou nesta Santa Irmandade no anno 1889 como consta do Termo fs. 91 v. e pagou sua entrada de 1000rs;

- O Irmão Manoel José de Oliveira e Sousa entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo fls. 92 e pagou sua entrada de 1.000rs – 1892/183/1894 – Fallecido, p. 61v.;

- O Irmão Gabriel José Calixto entrou nesta Santa Irmandade no Anno de 1891, como consta do Termo fls.99 e pagou sua entrada de 1000 rs – 1892 a 1911, p. 63;

- O Irmão José Antonio Gonçalves Santos, residente no Rio de Janeiro, entrou n'esta Santa Irmandade no Anno de 1891 como consta do Termo fl. 92 v., remido pelos relevantes serviços que tem prestado a mesma Irmandade (Remido), p. 63;

- O Irmão Alferes Quintino de Oliveira e Souza entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1842 e pagou a sua entrada e annuaes até 1893 – fallecido, p. 64;

- O Irmão Álvaro Conrado Ribeiro Torres entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1892 como consta do Termo fl.92 v e pagou sua entrada de 1000 rs – 1893 a 1904. Eximiu-se nessa data - n 64 v.;

ANEXO 28 – Pág. 2

- O Irmão José Victal Costa Braga entrou nesta Santa Irmandade no anno de 1892 como consta do Termo fls. 92 v e pagou sua entrada de 1000rs e annuaes até 1895, p. 65;

- O Irmão Pedro Judice, entrou para esta Irmandade, no anno de 1905, conforme consta de sua entrada as fls. Do livro de presença, Pagou sua entrada 2.000 - n 1906/1911, p. 68;

- A Irmã Maria Rita Pereira da Silva, entrou para esta Santa Irmandade no anno de 1867 conforme consta das fls. 32 deste livro. Pagou sua entrada, p. 68 v.;

- O Irmão Francisco de Almeida Cruz entrou para esta Santa Irmandade em 1903 como consta do termo a fls. 94 pagou de entrada 2$000, p. 66 v.;

- O Irmão Oséas Martins de Almeida entrou para esta Santa Irmandade no anno de 1908, como consta do Termo do respectivo Livro as fls., 69 v.;

- O Irmão Severino da Silva Campos entrou para esta Santa Irmandade em 1903 como consta do termo a fls.94, pagou de entrada 2$000, p. 66 v.;

- O Irmão Aurelino de Oliveira Gilly, entrou para esta Irmandade no anno de 1909, como consta do Termo do livro respectivo - Pagou de entrada 2$000 – falecido, p. 70;

- O Irmão Tiburcio de Alcântara Ramiro entrou para esta Irmandade no anno de 1909 como consta do termo respectivo livro as fls.70 pagou a entrada de 2000 mil reis-19100/1911, p. 70 v;

- O Irmão Nilo de Oliveira Valladão Freitas entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891, como consta do Termo, fls. 92 v. e pagou sua entrada de 1000 r (1892-1895) Fallecido, p. 63 v.;

- O Irmão José Rodrigues Aquino entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo fls. 92 v. e pagou sua entrada de 1000rs. (1892-1897) Remido, p. 63 v.;

- O Irmão Joaquim Francisco Oliveira Braga entrou n'esta Santa Irmandade no anno de 1891 como consta do Termo fls. 92 vs e pagou sua entrada de 1000 rs. p. 63 v.

ANEXO 29 – Pag. 1

Programa da Festa de Santa Rita - década de 1930

FESTA

DE SANTA RITA

Será realizada do 19 a 26 de Julho proximo a festividade em louvor da gloriosa Santa Rita de Cassia, que constará do seguinte

Programma

No dia 19 ás 19 e meia terá inicio o setenario preparatorio da festa acompanhado por uma afinadissima orchestra.

No dia 26 ás 10 horas terá logar a MISSA CANTADA (com Sermão ao Envangelho)

A's 17 horas sahirá percorrendo o itinerario do costume imponente PROCISSÃO para cujo brilhantismo e maior solemnidade solicitamos o comparecimento de todas as Irmandades da Parochia.

Todos os actos religiosos serão officiados pelo Rev^mo Vigario Padre Helio B. Pires, ficando a parte musical sob a competente direção e execução da banda de musica "Lyra da Juventude."

Nas noites de 25 e 26, das 20 horas em diante, serão realizados LEILÕES DE PRENDAS.

Em auxilio ás despezas da festa solicitamos dos devotos de Santa Rita uma prenda, pelo que ficamos agradecidos e rogamos á mesma Santa por suas felicidades material e espiritual.

Divesões Infantis

Após a Missa do dia 26, realizar-se-á na frente da Igreja um pequeno numero de diversões infantis para recreio da petizada.

O Provedor

Nestor Benedicto de Miranda.

ANEXO 30 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade de N.S. do Rosário - 1750

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônino de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 20 FOLHAS 26/30

C_E_R_T_I_D_Ã_O

C_E_R_T_I_F_I_C_O, atendendo à requerimento feito pelo Sr. Júlio Cezar Neto Dantas ao Sr. Oficial deste Cartório, recebido em data de 13 de maio do corrente ano, que depois de rever em ' meu poder e Cartório, o Livro nº 20, de Notas, do extinto Cartório do 2º Ofício, hoje Ofício Único, nele às fls. 26/30, consta o Re-- gistro do teor seguinte: Registro do Compromisso da Irmandade de ' Nossa Senhora do Rosario. Por ordem de sua Excellencia Reverendissima, numerei e rubriquei este livro que serve de Compromisso da ' Irmandade das pretas da Villa de Paraty, de que fiz este Termo hoje. Rio de Janeiro e de Agosto vs de V.S.50. Manoel Corrêa de La-- cerda - Rubriquei este livro por não estar rubricado por autoridade competente e com a rubrica Gomes, que usu e no fim leva encerramento. Paraty, vinte e cinco de Maio de mil oito centos e setenta. O Irmão provedor Manoel Pedro Gomes. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosario das pretas da Villa de Paraty. Ilhustrissimo, digo, Excellentissimo e Reverendissimo Senhor. Dizem os devotos de Nossa Senhora do Rosario das pretas da freguesia de Nossa ' Senhora dos Remedios da Villa de Paraty, deste Bispado que ha annos está esecta sem compromisso estatuto para se puderem bem reger para melhor servisso de Deos e conservação da dita Irmandade, para o que tendo feito os capitulos seguintes recorrem à piedade de Nossa Excellencia para lhes mandar passar provisão de erecção da dita Irmandade e confirmação dos ditos Capitulos. Pedem a Vossa Ex-- cellencia se digne com sua Cathólica piedade mandar-lhes passar '

ANEXO 30 – Pág. 2

este presente anno servimos, a Confraria de Nossa Senhora do Rosario dos pretos da freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Paraty, desejamos que esta santa Irmandade, se augmente no serviço de Deos e tinha seus Estatutos pelos quais se governe e saiba cada um dos irmãos a obrigação que lhe compete para que assim se ' sirva a Mãe Santissima que veneramos e exercitemos o mais culto e veneração que puder ser, com as nossas devotas assistencias e te--- monstrações e se defiquem os mais, para que nos inntem, fazendo-se irmãos desta Santa Irmandade, para mais gloria de Deos e da Mãe ' Santissima do Rosario, ordenamos os Estatutos seguintes para que ' com approvação do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo ' deste Bispado, possam ter validade perpetua. Capitulo primeiro. Haverá nesta Santa Irmandade um juis, uma juisa, um escrivão, um thesoureiro, dous procuradores na Villa, um para fóra della nas roças em cada bairro um andador que seja morador na Villa, quetro irmãos e quatro irmãos de meza e além deses haverá um rei e uma rainha .' Capitulo Segundo nas vesperas da festa de Nossa Senhora que será ' na oitava do Natal que ha de assistir toda a Irmandade, na sua Capella, junto o juis que estiver servindo, com o Escrivão, procurador e thesoureiro. eli serão chamados todos os irmãos que hão de ' um em um e juis, digo, e o juis actual terá feito com o seu escrivão uma nominata em que estejam asentos os nomes de tres irmãos que entenderem em sua consciencia deve ser propostos para juis outros tres para juisa, tres para procuradores, tres para andadores' e alem destes nomearão tres homens brancos para escrivão, tres para thesoureiro e em segredo irá o juis perguntando a cada um dos ' irmãos qual dos tres nomeados elege para juis e assim para os mais cargos e o irmão irá tornando os votos de cada um e aquelle irmão' que das propostas tiver mais votos, será o juis e assim os mais ' officiais e sendo caso que os votos impatem o juis será o que deci

ANEXO 30 – Pág. 3

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 20 FOLHAS 26/30

decide o impate, inclinando-se sempre ao que for mais capas e con
veniente à Irmandade, procurador sempre que o escrivão e thesou--
reiro sejam homens sem inclinação de consciencia e desoccupados.'
Capitulo terceiro. O escrivão e thesoureiro que forem eleitos nes
ta Irmandade, pelos irmãos, não terão voto algum em meza e fóra '
della, mas que tão somente terá por trabalho escrever o que for '
assentado pelo juis e mais irmãos de mesa e o thesoureiro terá a
seu cargo guardar todas as cousas pertencentes a mesma Irmandade'
para as dar em todas as funcções que lhe forem pedidas e assim um
e outro goserão das mesmas exequias que se fasem aos mais irmãos'
quando fallecem. Capitulo quarto. O juis querendo faser meza em '
qualquer dia dos de obrigação, derá parte ao procurador, declran-
digo, declarando-lhe o dia para aviasr aos irmãos da mesa, escri-
vão e thesoureiro para que se achem presentes na sua Capella para
o dito effeito, com a multa de meia libra de côra para a dita Ir-
mandade, aquelle que faltar sem justificado impedimento e junto '
no acto se proporá o caso para com mais votos se assentar no mais
acestado e conveniente ao serviço de Deos e bem da dita Irmandade
sem que para a dita resulução tinham votos o escrivão e thesourei
ro, como já ficam dito no Capitulo terceiro. Capitulo quinto - O
officio de juis é de maior importancia e de maior pezo que na nes
ta santa Irmandade, coprimeiso a quem pertence procurar com todo'
o cuidado que os irmãos não faltem à sua obrigação, persuadindo--
os a que assistam todas com muita deliguencia ao serviço de Deos,
digo, da Senhora, do qual se não poderá escurar algum sem juste '
causa. E tambem deve o dito juis por todo o seu cuidado no augmen
to da Irmandade selo nos seus ornamentos e cobrança dos annuaes '

ANEXO 30 – Pág. 4

thesoureiro a que assistirá o escrevi o escrivão para faser carga no livro da receita que para isso haverá. Capitulo sexto. Em to-- das as primeiras domingas do anno se ajuntarão na sua capella de' manhã, o juis e mais irmãos da mesa para o effeito de se faser en trega em mesa das esmolas da caixinha até aquele mes, para assim' se entreger ao thesoureiro, fasendo-se-lhe carga no livro em que que assignará o dito thesoureiro, cuja carga será escripta pelo ' escrivão e no caso que por algum incidente tenha impedimento para não vir, poderá a mesa eleger outro escrivão tão somente para ' aquelle acto da mesa, sem que por isso fique o Escrivão da elei-- ção privado de seu exercicio, advertindo que o escrivão que aca-- bou de servir não poderá ser eleito para o anno seguinte e se fa- ra eleição em outro. Capitulo setimo. He o officio de thesoureiro de muita consideração nesta Irmandade porque delle depende a ' conservação dos bens della, em rasão de que ha de ter em seu po-- der e cargo toda a fabrica da dita Irmandade e por essa mesma cau sa não poderá dispensar causa alguma para qualquer obra, compra ' ou outra qualquer causa, sem consentimanto do juis e mais irmãos' da mesa e, fasendo o contrario não se lhe levará em conta o que ' houver dispendido e aquellas despesas que se fizerem se lançarão' no livro dellas para a seu tempo constar e darem conta aos novos' juis, e mais officiais em tomando posse de seus cargos. Capitulo' oitavo. O juis preto dará de esmola no dia da festa da Nossa Se-- nhora des patacas; a juisa, curco, o rei e a rainha quatro mil oi to cento reis cada uma, digo, cada um; os irmãos de mesa cada um' cinco tostões e os mais irmãos pagará, cada um de annual uma pata ca; e os procuradores ficarão isentos de paga por com mais zelo ' se applicarem emtirar esmolas. O juis branco que quiser ser por ' devoção. Dará a sua esmola sem diminuição alguma a do juis preto, mas antes se espera de seu bom selo de aventege para maior argmen

ANEXO 30 – Pág. 5

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 20 FOLHAS 26 / 26

argmento da Irmandade e serviço da Senhora. De entrada cada um ir
mão sendo preto dará duas patacas; e sendo branco quatro patacas.
Com obrigação de que estes nunca poderão servir a mesa. Capitulo'
nono. Fallecendo algum irmão que seja fono e tão pobre que não te
nha com que ser enterrado, seu corpo e que em sua vida tenha sido
pontual na satisfação dos seus annuaes e merada, o procurador te-
rá o cuidado de avisar ao thesoureiro para que lhe compre sua hu-
milde mortalha e lhe assista com a mais despera para o seu enter-
ramento que será nassepulturas de nossa Capella e de tudo fara as
sento para apresentar, em mesa se lhe laver em conta, como tambem
o procurador avisará os Irmãos para o isem buscar no seu esquife'
e acompanhar o corpo a sepultura. E o que for avisado para este '
acto o não cumprir, sem justa causa, será multado em uma pataca '
para a Irmandade, de que terá cuidado o procurador para o faser '
saber a mesa para o executar, o que tambem acontecerá nos entes--
sos, digo, nos enterros dos mais irmãos que fasem captivos, sendo
seus senhores tão pobres que lhes não possam dar mortalha, e as--
sim rogamos aos senhores dos ditos escravos fallecidos fação se--
ber ao procurador para lhe darmos sepultura nas da nossa Capella,
a cujo acto assistirão os irmãos com suas opas e mais insignias ,
e para se evitarem desculpas inatendiveis, o procurador dará avi-
so ao andador para correr as ruas com a campainha para se junta--
rem os irmãos, dos quais cada um resará tres terços por alma do '
irmão que fallecer, offerecendo-as à Mãe Santissima do Rosario pa
ra que seja intercessora para com seu Benedicto, digo, Benedito '
Filho. Capitulo decimo. Será obrigado a mesa de qualquer anno de
mandar diser uma missa resada todas as primeiras Domingas do mes'

ANEXO 30 – Pág. 6

sas serão ditas por aquele sacerdote, desigo que a mesa eleger ca
da anno por seu Capellão, para as ditas missas tão somente e fal-
lecendo qualquer irmão tambem se lhe mandará diser por sua alma '
uma missa de esmolas de trezentos e vinte séis a qual dirá o nos-
so Reverendo paracho e na falta deste, ou não querendo, previnirá
a outro qual sacerdote o nosso Capellão e della cobrará o procura
dor recibo para nos apresentar em mesa para constar estar, dita e
referida missa. Capitulo decimo primeiro. Fallecendo o nosso Es--
crivão e thesoureiro, será a Irmandade obrigada a dar-lhe sepultu
ra querendo-a e acompanhar seu corpo a qualquer Igreja, onde for'
sepultado; e se lhe mandará diser missa, assim as escrivão, e '
thesoureiro actual, como ao que ja tiver sido, digo, tiver servi-
do nestes cargos na dita Irmandade. Capitulo decimo segundo. To--
das as sepultures de nossa Capella, juis, digo, todas as sepultu-
ras de nossa Capella são para os irmãos desta irmandade isentos '
de trilento algum e sendo caso que nellas se queira sepultar al--
gum corpo, se não for irmão, do arco para cima dará a esmola de '
seis mil reís; do arco para baixo até a porta travessa tres mil '
réis, da porta travessa até a principal mil e quinhentos réis. Ca
pitulo trese. Todo o juis, procurador e irmãos de mesa actuaes se
rão obrigados a defender o direito dominio da sua Capella não con
sentindo outra qualquer irmandade a faser acto alguns solennes co
mo simples, nem admitam contractos alguns de que lhes poderá re--
sultar para o futuro tempo algum inconveniente, ou pleito e se '
por a caso algum contracto se fiser e a mesa nelle convier estan-
do nella irmãos captivos, será de nenhum vigor e por elle se não'
poderá conseguir o effeito pretendido por ser de certo, que o fa-
rão os ditos irmãos com termor de algum castigo de seus senhores.
Estaram as quieias do dito compromisso rubricado e numerados cuja
rubrica era a seguinte fones, e na petição os seguinte despacho :

ANEXO 30 – Pág. 7

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 20 FOLHAS 26/30

despacho: O.D. e com ella junta e incorporada nesta compromisso ' responde o R.D. Procurador da Mitra.- S.A. Excellentissimo e Reverendissimo Senhor. Li e examinei trese Capitulos que contem este ' Compromisso e nelles não achei cousa que encontrei a jurisdicção ' ordinaria, excepto o capitulo dose em que nelle se dis.... todas ' as sepultures de nossa Capella são para os irmãos desta Irmandade isentas de trilento algum, porque isto se seve entender sem prejuiso dos direitos parochiaes, em que dispensa as esmolas que se devem pelas sepultures em que, continua o dito Capitulo, pertence e se deve der a metade dellas a falenica da matris, como determina a Constit. e sendo assim não devido que se passe aos supli, digo, A supplicados provisão de confirmação dos dito trese capitulos que ' contem este compromisso, sendo este Compromisso numerado e rubricado por quem Vossa Excellencia determinar que em tudo mandará o que for servido.- Procurador da Mitra Antonio de Gouvêa. Dom Frei Antonio do Desterro por Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo' do Rio de Janeiro e do Conselho de sua Magestade. Aos que esta nossa provisão virem saude e par em o Senhor que de todos e verdadeiro remedio e o slvação. Fasemos saber, digo, fasemos saber que attendendo aos que pela petição retro me invocaram os dignes devotos de Nossa Senhora do Rosario da parte da freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Paraty, deste nosso Bispado hei-me por ' bem della concedermos, como pela presente nossa provisão lhes concedemos para que estes devotos possam exigir de novo uma Irmandade a mesma Senhora, approvaram o dito compromisso, para seu bom regimem. Dado neste cidade do Rio de Janeiro, sob manso signal e sello de nossa chancellaria, aos vinte de Agosto de mil sesecentos e cin

ANEXO 30 – Pág. 8

de Portugal e dos Algaves d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor ' de Guiné Cavalheiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço ' saber que attendendo a me representarem o Juiz e mais irmãos da Ir mandade de Nossa Senhora do Rosario das pretas da Villa de Paraty, do Bispado do Rio de Janeiro serem por ignorancia confirmado o seu compromisso pelo ordenario do mesmo Bispado, sujeitando-se a ella, cuja imcompetencia reconhecendo agora jurisdicção que a dita ordem compete, offerecam na minha real presença o mesmo compromisso im-- plorando a minha real piedade. E pedindo-me fosse servido confir-- mal-o. O que visto e resposta que deu o Desembargador procurador ' Geral das ordens, Hei por bem fazer mercê as dita juis e mais ir-- mãos da referida Irmandade, de lhe confirmar o compromisso escrip- to neste livro em sete meias folhas de papel com treze cpa, digo , capitulos, como com effeito confirmo e hei por confirmação por es- tar conforme o direito e as definições da dita ordem; tenha alem ' destes serviços, as seguintes côtas: Apresentados neste juiso, no- je vinte e sete de Abril de mil oitocentos e sessenta e tres. Cida dade de Paraty, vinte e sete de Abril de mil oitocentos e sessenta e tres. O Escrivão da Provedoria Joaquim Gomes Vieira. Era o que ' se continha em os treze capitulos, termos, petição, provisão e cô- tas do dito compromisso de Nossa Senhora do Rosario que bem e fiel mente aqui os transasem dos proprios originais com os quaes confe- ri entregando o respectivo livro a parte que por ahc, digo, achal- as em tudo conforme, assigm neste cidade de Paraty, an doue dia do mez de Setembro de mil novecentos e doze. Eu Francisco de Almeida' Cruz, Official do registro o escrevi e assigno. Francisco de Almei da Cruz. O referido é verdade e dou fé. Paraty, 14 de maio de ' 1.991. Eu [signature] Oficial, que fiz datilografar e presente ' certidão, subscrevi e assino.-

ANEXO 30 – Pág. 9

Estado do Rio de Janeiro
COMARCA DE PARATY
Cartório do Ofício Unico

TABELIÃO
Bel. Nilson Netto Dantas
Técnico Judiciário Juramentado
Bel. Vanderlei Jerônimo de Araújo

Travessa Santa Rita nº 18 – Edifício do Forum – Paraty – RJ Tel.: (0243) 71-1596 CEP 23.970

LIVRO Nº 20 FOLHAS 26/30

NILSON NETTO DANTAS
= TABELIÃO =

ANEXO 31 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade de São Benedito - 1814

Compromisso da Irmandade de São Benedicto erecta na Igreja da Villa de Paraty vae numerado, e por Mim rubricado na conformidade das Minhas Reaes Ordens, e tem as folhas, que constão do seu encerramento. Rio de Janeiro 29 de Janeiro de 1814

Pe. Ant. de....

Senhor

Dizem o Juiz, Escrivão, Thesoureiro, Procuradores e mais Mezarios da Confraria de S. Benedicto dos homens prêtos piamente erecta na Capella de Nossa Senhora do Rozario da Frequezia de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty, q elles se tem regido té oprezente sem estatutos p. um tacito consentimento dos Ministros tanto Eccezíáticos como Seculares, mas porque não devem continuar sem approvação de V. A. ...., a cujas leis estão sujeitos, de comum acordo fizerão os Capitulos seguintes de seu Compromisso, para daqui em diante servir deregra a mesma Confraria, tudo em honra deDeos, e do seu Orago, e porque não podem elles ter a sua inteira força e devido cumprimento, sem serem confirmados por V. A. R. requerem humildemente, em primeiro lugar a Provizão, pela qual fique sanada a nullidade da sua exerção..... segundo lugar a de sua confirmação

ANEXO 31 – Pág. 2

Pedem a V. A. R.
se sirva fazer-lhes a graça
Implorada

E. R. P. H.

Nos, o Juiz, Procurador e mais Irmãos e Mor
domos, que este prezente anno servimos a Confraria de S.
Benedicto dos Pretos da Freguezia de Nossa Senhora
dos Remedios da Villa de Parati, desejando
q. esta Santa Irmandade se augmente no Serviço
a Deos, e tenha estatutos, pelos quais se governe, e saiba
cada hu dos Irmãos as obrigações, que lhe conpetem;
paraque assim se sirva ao Gloriozo S. Benedicto, q.
veneramos e exercitamos seu maior culto, e veneraçoens, q.
puder ser, com as nossas devotas assistências, demonstraçoens
desta Santa Irmandade para maior gloria
de Deos, e do Glorioso S. Benedicto, ordena
mos os estatutos seguintes, para que com a approvação
de S.A. R. o Principe Regente Nosso Senhor
que Deos guarde, possão ter validade perpetua.

Capitulo 1º

Nesta Santa Irmandade haverá
aquelle numero de Irmãos Pretos de ambos os sexos,
assim libertos, como escravos, que por sua devoção
quizerem servir ao Glorioso S. Benedicto, sem ex-
ceptuar numero certo, assim como serão admittidos
por Irmãos todos os homens, e mulheres brancas de

ANEXO 31 – Pág. 3

todas as classes, que quizerem ser, assignando termo no livro competente, e sujeitando-se huns, e outros ás o brigaçoens deste Compromisso

Capitulo 2º

Haverá n'esta Santa Irmandade conforme o costume antiqüissimo hum Juiz, ehuma Juiza pretos, hum Escrivão, e hum Thezoureiro, dois Procuradores pretos na Villa, e hum por fóra della nas Roças em cada bairro, hum Andador môrador na Villa, e doze Irmãos, e doze Irmãas de Meza.

4v

Capitulo 3º

O Juiz dará de jóia quatro mil reis, e da hi pª cima segundo sua devoção, o Escrivão dois mil reis, cada hum Irmão, e Irmãa de Meza seis centos, e quarenta; dará tãobem a Juiza tanto, como o Juiz; e o Juiz branco, que quizer ser p. sua devoção, dará tanto, como o Juiz preto, e o mesmo a Juiza branca, eomais que quizerem com fórme asua devoção. Todo o Irmão, que for admittido, dará pela sua entrada seis contos, e quarenta R, e annualmente cento, e sessenta R, excluímos porem aos Procuradores em razão do grande trabalho de não pagarem o seu annual.

5

Capitulo 4º

Com os produtos das mezadas, annuaes, e esmólas se festejará todos os annos ao Glorioso B. Benedicto,

ANEXO 31 – Pág. 4

como té agora, ou com maior pompa podendo
ser com Sermão, Missa cantada, Senhor Expos-
to todo o dia, a que assistirão os Irmãos desta Ir
mandade com suas Opas, e Brandões accêzos confor
me o costume, e de tarde haverá Procissão, podendo ser
e recommendamos muito a nossos Irmãos Mezarios,
e mais Irmãos, que sejão pronptos em concorrer com
suas mezadas, e annuaes applicados em honra de
Deos, e do Glorioso B. Benedicto, visto não
Haver outro patrionio, com que se possa supprir te o presente.

5v

Capitulo 5º

No dia da Festa do Glorioso S. Benedicto,
que sempre será na segunda oitava do Natal
antes da Missa do dia, a que deve assistir toda a
Irmandade, se recolherá o Juiz, Escrivão, Thezoureiro,
e Procurador para a caza do consistório, onde se cos-
tumão fazer as eleiçoens, eterão feito hum rol de
trêz homens pretos, q. em suas consciências entendão
mais capazes pª Juiz, e comº para Juiza, e da mesma
forma outros trêz para Escrivão, e Thezoureiro, pesso-
as estas, q. a Irmandade achar capazes, euteis para ze
lar da mesma, eomesmo se observará respeito aos Pro
curadores: o Juiz com o Escrivão ira tomando os votos
de hum a hum, e em segredo qual dos três pospostos He
mais capaz p.ª Juiz, e dammª sorte pª os mais offes da
Meza e o q tiver mais votos, será o Juiz, e o mesmo p. Es-
crivão, Thezourº e Procuradores, e no cazo d' haver em

ANEXO 31 – Pág. 5

patê, o Juiz será, o q. decida a eleição, e na sua falta se rá o Escrivão, a quem compete, supprir em tudo na falta do Juiz, em cujas eleiçoens, assistirá sempre o nosso R.do Parocho.

Capitulo 6º

Terá obrigação está Santa Irmandade mandar dizer seis Missas de esmólla de trezentos e vinte pela Alma de cada hese Irmão que falecer, assim como mandará dizer annualmente doze Missas pelos Irmãos vivos, e de functos, as quaes Missas se celebrarão no Altar do mesmo Santo no ultimo Domingo de cada mês, auque assistirão dois Irmãos com suas Opas, e Tóchas accêzas, como sempre se têm praticado te opresente, e estas Missas serão ditas por aquelle Sacerdote, que Meza eleger por seu Capellão, o qual passará as Certidoens competentes, sendo tão bem obrigado o dito Capellão a acompanhar os Irmãos fallecidos, té a sepultura conforme o ajuste, que fizer com a mesma Irmandade.

Capitulo 7º

O Escrivão e Thezoireiro, assim como todos os Iirmãos Mesarios, que servirem ao Gloriosos S. Benedicto, durante otempo do seu exercicio, gozarão dos mesmos privilégios, que gozão os Irmãos actuaes, esse algum delles falecer, se farão os mesmos sufragios, inda que não sejão Irmão

ANEXO 31 – Pág. 6

Capitulo 8º

Todo o Irmão, que falecer será acompanhado té á sepultura pela corporação desta Irm^de^ na forma do costume, e no mesmo acto a obrigará ao Thezoireiro, para mandar dizer as Missas, tendo a quelle Irmão pago seus annuaes, e mezadas, alias não será esta Irmandade obrigada amandarse dizer as ditas Missas, salvo, se o Irmão, que falecer tiver servido, epago por tempo consideravel, e depois cahir em pobreza tal, que não possa pagar, que neste cazo lhe farão todos os sufrágios: e os filhos dos Irmãos, que falecerem te a idade de dêz annos, serão acompanhados á Sepultura p. esta Irmandade: as mulheres dos Irmãos, q. falecerem, continuando apagar o annual, gozarão dos privilégios de seu marido, e comesmo o marido pela mulher

Capitulo 9º

Todos os alf^es^ da Mesa juntos, e hum por todos, aquelle q ` mais prompto de isso estiver, terão direito para requerer em juizo, e fora delle, para acautelar os bens desta Irmandade, e defender o direito da sua Capella, e depois dara conta em Meza, para se lhe pagar, e assentar-se no q. for mais conveniente, e sendo caza, que se faça algum comtracto em prejuizo da Irmandade e Capella, sendo a maior parte dos Mesarios escravos captivos ficará es-

ANEXO 31 – Pág. 7

se tal contracto nullo, e por elle se não poderá prose-
guir coiza alguma em prtejuizo da mesma Irman-
dade, por que se deve suppôr, que taes Mezarios fô-
rão indenizados, e forçados, para assim o praticarem, oq.
esperamos, tal não aconteça, antes esperamos de nos-
sos Irmãos, que todos igualmente entreguem oseu
zelo ao augmento desta Santa Irmandade.

Capitulo 10º

Toda a despeza consideravel que se fizer, será por
Ordem da Meza, e abonada pelo Escrivão cores
pectivo Thezoureiro a escessão da Cêra, e outras coi-
sas módicas, e uzuaes, que poderá o Thezoureiro com-
prar, e se lhe levará em conta, e recommendamâmos
muito ao Thezoureiro que ponha todo o seu zelo
em mandar vir do Rio de Janeiro a Cêra, e o
mais necessário,por serem os preços mais commo-
dos, e evitar a falta, que muitas vezes há nesta Vila.

Capitulo 11º

Todo o augmento desta Santa Irmandade
Consiste no zelo dos Officiaes délla, e muito em par-
ticular do Thezoureiro, porque deve ter em seu
poder toda a Fabrica, e alfaias, que á elle per-
tence, e por esta causa terá esta Irmandade em vista
de nomear pessoa de probidade, e zelo, de quem se faça
toda a confiança, eq. seja morador da Villa.

ANEXO 31 – Pág. 8

Capitulo 12º

Todos os últimos domingos de cada mêz se apprezentarão em Meza as caixinhas com as esmolas, de que cada huma tiver rendido, as quais serão entregues ao Thezoureiro, á quem se fará carga no livro competente pelo Escrivão desta Irmandade.

Capitulo 13º

Todo o Juiz preto, que servir hum anno, não será eleito outro anno sucessivo, salvo, se der huma esmolla maior que os mais, e que as de costume, que neste cazo poderá ser reeleito, para maior augmento da Irmandade. As dividas dos annuaes, emezadas poderão ser cobradas judicialmente, e aquelle Irmão, que for levado a Juizo segunda vez por similhante culpa será expulso da Irmandade para sempre.

Capitulo 14º

Recommendâmos muito aos nossos Irmãos Mezarios, que por serviço de Deos, e do Gloriozo S. Benedicto ponhão todo o seu zelo no augmento, e devoção desta nossa Santa Irmandade em pou par suas esmollas, para das suas sobras se comprar ª p. o futuro algua propriedade de cazas, ou outros bens de raiz, que sirva de patrimônio ao mesmo Santo, assim como para concorrer, com o que puder para accrescentamento da Capella Mór de Nossa Senhora do Rosario, onde existe o mesmoo Santto quando a Irmandade da mesma Senhora se se propozer a isso.

ANEXO 31 – Pág. 9

Capitulo 15º

*Em todos os annos no Mêz de Março Oma-
is tardar se juntarão em Mesa os Irmãos, que es-
tiverem servindo, tendo feito a conta da receita, e dês-
peza da quelle anno no livro competente, e manda-
rão avisar os Irmãos novos que forão elleitos, elhes
darão posse no livro competente dos cargos, em
que cada hum foi eleito, declarando lhes o esta-
do das contas, e todos os bens, e alfaias, que a Ir-
mandade possue, e todos assignarão.*

Capitulo 16º

*Esta Irmandade será sempre obrigada a ac-
companhar as Processoens Regias, que se prati-
cão pelas ruas desta Villa com suas Opas, e Bran-
doens accêzos, e Cruz alçada com seu Guião no lu
gar do costume com a melhor Ordem, e asseio pos-
sivel, como tãobem accompanharão a Procissão
de Nossa Senhora dos Remedios, e Padroeira
d'esta Villa, da mesma forma comsuas Ópas,
que sempre serão brancas, e Murças roxas,
e com a mesma modéstia se recolherá para
a caza do Consistório a guardar as alfaias,
e do mesmo modo as mais Procissões q. por costume
sempre accompanharão.*

Capitulo 17º

O Juiz terá muito cuidado em vigiar, q.

ANEXO 31 – Pág. 10

os procuradores cumprão com asua obrigação, a elle compete fazer promover as esmollas, e arrecadar tudo, que se dever, e fazer que esta Irmandade seja governada em termos, que se lhes louve o seu zelo, epor este motivo será escolhido entre os Irmãos omais benemérito d'elles.

Capitulo 18º

O presente compromisso será conservado em poder do Escrivão d'esta Irmandade, assim como os demais livros á Ella pertencentes, o qual será sempre pessoa, de quem se faça a maior confiança, e deconhecido zelo, pª boa guarda dos livros, e asseio da escripturação delles em termos os mais claros de sorte, que se selousse o seu cuidado, e intelligencia.

Termo de Aceitação

Aos quinze dias domez de Dezembro de mil oito centos e honze annos nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty, e capella de Nossa Senhora do Rosario dos homens prettos, onde está piamente erecta a Irmandade de São Benedicto também de homens prettos, e tendo ahi presentes o Reverendo Vigario Collado Antonio Jorge da Costa o Juiz, e mais mezarios da dita Irmandade pello Escrivão da mesma foi Lido o prezente Compromisso Constante de dezoito artigos, e porque todos os Mezarios os acharem conforme aos seos Santos intentos o aceitarão como Leis da sua Irmandade para pedirem Confirmação de S. A. R. o Principe Regente N. Senhor, inocentando obrigarão unanimamente os conferir como determinado nelle em toda a sua extensão. Segue para constar mandará fazer este termo, em que assignarão e eu Antonio Carneiro

ANEXO 31 – Pág. 11

Alves de Alvarenga Escrivao, que escrevi e assignei.
O Vigº Collº Antonio Jorge da Costa
Signal do Juiz – João + Cardozo
Escrivão – Antonio Carneiro Alvᵉˢ de Alv
O Tezoureiro José de Sá Costa
Os Procuradores Thome + da Gama
Felizardo Roiz Jᵉ Carvº
Procuradores da Roça – João + Pires
Francisco + Joze de Azdº
Domingos + Reiz
Irmoens de Meza Luiz +Franᶜº Pexº
Firmo Marques de Freittas Camõe
Joaquim + de As
Joaquim + de Barros de Abreu
Manuel + Roiz da Gama
Miguel + Pires
Miguel + Alvª
Miguel + Pimᵗª
Felizardo + Pinto da Gama
João + Fezᵉ Campos da Gama
Henrique Alv. Da As
Severiano de Souza Maciel
Feliciano Roiz de Carᵛº
Jozé Manoel da Gama
Manoel José de Carº
João + Gomes da Ass.ᵉᵐ
Genoario + Carvº do Amᴬᴸ
João Amaro da Gama
Luciano + da As Bapª
João + Franᶜº Bapº

ANEXO 31 – Pág. 12

Joaq^{m} + Mor^{a} Gomes.....Reg^{do} a fl. 67
João + de Souza do L 3º Competente
Franc.^{co} Joaq^{m} Per Rio 25 de Fev^{o} de1814
DomJoão por graça de Deos Principe
Regente de Portugal e dos Algarves d'aquem, e dalém Mar em
Africa da Guine.....E do Mês....., cavalaria e Ordem de
Nosso Senhor Jesus Christo. Faço Saber, que os Irmãos da
Irmandade de São Benedito erectta na Igreja da Villa de Paraty
..... representarão terem feito o.....Compromisso de commum
Beneplacito em Mesa plena que o Escrivão em Minha Real
Prezença, a que estavão sujeitos em observância das Minhas
Reaez Ordenz, Pedindo se lhes fizesse a Graça de lho confir-
mar para ter o fim devido e feito. O que visto, e resposta do Pro-
curador Geral da Ordens. Hei por bem fazer Mercê aos
sobreditos Irmãos da referida Irmandade de lhes Confir-
mar o seu Compromisso escripto neste Livro em dezoito Ca
pitulos, com declaração porem de que lhes fica denegado o uzo
de sepulturas dentro da Capella, sem que por esta cauza sejão
prejudicados os Créditos da Fabrica da Matriz nem os Direitos
Parochiaes: E em tudo cumprirão exactamente, o que pelo
Meu Tribunal da Mesa da Consiencia e Ordes lhes
for mandado, dando Contas ao respectivo Provedor das
Capellas, a que a mesma Igreja competir, ou a quem
por especial Ordem Minha se lhes Oudenar, e nõao a
outrem por quanto a Mim pertença tomar as contas das
Confrarias sitas nestes Dominios por serem izentos por Bulla
Apostolica de toda outra imposição. E Mando aos. Officiões
que ora são, e adiante forem da Mesa da referida

ANEXO 31 – Pág. 13

Irmandade, não declinar, nem possão declinar
na Jurisdhição, que mesma.....Ordem compete e dos
Ministro, a que lhe for Devido Encarregalla, de que-
farão termo neste mesmo Livro assignado por todos e
pelo Comissario, ou Capellão, que lhes dará o juramento de em
tudo cumprirem e guardarem esta Minha Provisão: E inovando
se alguma coiza neste Compromisso della ou não uzaria sem
primeiro for Aprovada pelo referido Meu Tribunal. Pelo que
Mando a todas as pessoas, a quem o cumprimento desta Provizão competir a cumprão, e guardem como nella se contem, sendo
Passada pela Chancellaria da Ordem. O Principe Regente Nosso
Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo Assignados do
Seu Conselho e Deputados da Mesa da Consciência e Ordens. João Gaspar da Silva Lisboa a fes. Rio de Janeiro trinta e hum de
Janeiro de mil oitto centos e quatorze.
Desta mil e seis centos e de Assignaturas tres mil, e duzentos re=
Is. Joaquim José de Magalhaens Coutinho o subscrevi.
Mons^or^ Miranda *P^e^ Ant^o^ de Souza da.....*

Termo de Posse

Aos vinte seis dias do mez de Dezembro de mil oito centos e quatorze annos nesta Villa de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty e Capella de Nossa Senhora do Rosario em o Consistorio de São Benedicto estando junto o Juiz Escrivão Tezoureiro Procuradores e mais Irmoens Mesarios da ditta Irmandade pello R.^do^ Vigario Collado Ant^o^ Jorge da Costa me foi a-presentado o Compromisso Confirmado p. sua Alteza Real o Princi-pe Regente Nosso Snr a definir lhe o Juramento de bem cumprir tu-

ANEXO 31 – Pág. 14

do quanto na mencionada Provisão nesta ordenado ao que não duvi- darão pondo sua mão direita em hum livro dos Santos Evangelhos

de baixo do juramento do mesmo lhe dirão que todo explicado e ordenado na Provisão de Sua Alteza Real se sujeitarão e obrigarão p.

si e p. seus irmoes nesta Irmandade o Cumprir e a dito o seu jura-

mento pello ditto R.mo Vigario se mandou lavrar este termo que

assignão e eu Jose Manoel da Gama Irmão de Mesa q escrevi

em pedim.to do escrivão e escrevi. Jose Manoel da Gama.

O Vigr. Call.do Antonio Jorge da Costa

Antonio Carneiro Alvares de Alvarenga Pro meu filho Igrco Ro

Sinal de Joaqm Joseiz de Souza

José d. Szª PerªSimão Mor de FreittasCarrão

Sinal de João + BatystaVicente Ferrª de.....

Sinal de Joaqm RoizeSinal de João + Gomez

Feliciano Roiz de Carv.

Don Jose Caetano da Silva Coutinho, por

Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica Bispo do Rio de

Janeiro, Capellão Mor do Principe Regente Nosso Senhor

e do Seu Conselho

Aos que apres. Nossa Prov. Virem Saude e Benção

Fazemos saber, que sendo Nos apprezentado o presente

Compromisso da Irmandade de Sam Benedicto da Freguesia

de Nossa Senhora dos Remedios da Villa de Parati, approvado e

confirmado pela Regia Provisão de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor; e consultando-nos que não se continha coisa alguma nos

dezoito Capitulos, de que lhe se compõem, contra os bons costumes, e doutrina da Santa Igreja, e sua Sagrada Liturgia, Direitos

Episcopaes, e Parochiaes pela Informação, eparecer do Reverendo

Juiz dos Cazamentos Antonio Marcellino da Silva; e pela prezente

ANEXO 31 – Pág. 15

Nossa Provisão o Approvamos, e Confirmamos na parte, que Nos Pertence, afim de se executarem, e praticarem publicamente na dita Igreja Parochial em todos os.....do Culto Divino para honra e gloria de Deos e Nosso Senhor, que tem louvavelmente se-propõem, e se devem propor com todo o zelo os Irmãos da sobredita Irmandade. Dada na Rezidencia Episcopal do Rio de Janeiro debaixo do Nosso Signal, e o Sello de Nossa Chancellaria aos 7 de Maio de 1815. Cento e Catorze Francisco dos Santos Pinto, Es crivão da Câmara o subscrevo.

Chan^La^.....1600

SELO I. Bispo do Rio de Janeiro Sello..... 60

Desta..... 600

Reg..... 320

*2 Assinaturas Reg.^do^ a p. 87 v do L. 9 dos Prov^s^*

R. 12 de Maio de 1815

Vianna

..... V. Ex^ma^ Há bem Approvar e Enformar o Compromisso da Irmandade de S. Benedicto da Villa de Parati, como nella se declara P^a^... Ex^a^ R^ma^ Visto pelo anno de 1816. O.....e huma Jurisdição tem na Irmandade, a sua vez que os Capitulos deste Compromisso se achavão approvados pela Regia Prov.^an^ de fls. 13 não necessitavão jamais de outra confirmação, por tanto, a Irmandade não deve reconhecer outra Jurisdição q. não seja a....., referida Prov. de fl.13 assim o declara. Parati 28 de Março de 1816

ANEXO 31 – Pág. 16

Assinatura ilegível N. 29
Pg trezentos reis do sello deste
Compromisso em quinze folhas
R. 3 de Junho de 1813

Tem este Compromisso dezesseis folhas, que todas vão numeradas e por mim rubricadas em a primeira lauda de cada huma. Rio de Janeiro 29 de Janeiro de 1814
P.e Antº de Souza da.....
Cumpra-se e Registre-se
Paraty 13 de Agosto de 1814
Assinatura

Registro no Livro 1º dez
Registro a fl. 70 Registro 1$680
Parati 13 de 7bro de 1814 Rublicas e Sello $860

ANEXO 32 – Pág. 1

Jornal Tribuna de Paraty, nº 23, 29 de novembro de 1883

TRIBUNA DE PARATY

Hebdomadário noticioso e litterario

PROPRIEDADE DE MANOEL ANTUNES PEREIRA PEIXOTO.

ANNO I — Paraty, Domingo 29 de Novembro de 1883 — NUM. 23

BIBLIOTECA NACIONAL M. R.

EXPEDIENTE

Rogamos as pessoas que nos ignoram a nossa falta por seis mezes, cujas assignaturas terminam em 31 de Dezembro, o favor de mandarem satisfazer as mesmas remettendo-nos a importancia em cartas registradas com valor declarado ao proprietario desta folha ou ao nosso agente na côrte o Sr. João Manoel A. Pereira Peixoto, a rua dos Ourives, n. 87 B.

TRIBUNA DE PARATY

PARATY, 29 DE NOVEMBRO.

— O dia de amanhã —

Hade se proceder amanhã á eleição dos membros á Assembléa Legislativa Provincial dos varios districtos desta Provincia.

Quaesquer nada tenhamos que vêr com a economia interna dos partidos que se degladião pela posse do poder, pois não é de caracter politico o nosso orgão, todavia não nos é, nem deve ser indifferente a lucta que se hade travar amanhã no que ella póde dizer respeito a nossos interesses materiaes e moraes e affectal-os.

Cumpre que cada eleitor reflicta bem antes de depôr na urna a sua cedula, e que tenha bem em mente que aquelle seo acto importa a nomeação de gestores da sua fazenda.

O nosso Municipio está decadente; as nossas mais urgentes necessidades têm sido descuradas, o mesmo desattendidas, quando reclamadas.

Ha mister pôr de lado antigas usanças, de que não tem o paiz colhido o menor proveito. O systema das candidaturas impostas, sobre ser um despotismo, é o reconhecimento da incapacidade do eleitorado, que só pode saber o que mais lhe convem. O mais é uma disciplina servil, apenas compativel com uma civilisação vergonhosamente atrazada.

Nada de condescendencias; quando se tracta de nomear quem deva gerir os nossos mais vitaes interesses, não tem ellas cabimento algum.

Muito folgaremos si o dia de amanhã coincidir com o advento de uma nova era de prosperidade para o nosso tão esquecido Municipio.

NOTICIARIO

TERÇO

Termina hoje, na igreja do Rozario, o Terço com a festividade seguinte:

As 9 horas da manhã, missa rezada com ladainha e musica, pelo Revmo. Vigario; as 6 1/2 horas da tarde sahirá em procissão a imagem de N. S. do Rozario, que percorrerá as ruas seguintes, Tenente Francisco Antonio, Santa Rita, D. Geralda, Praça do Imperador, rua do mesmo nome e Igreja; terminando a cerimonia com ladainha.

Estave nesta cidade o regressou no *bond* de 24 o Sr. Dr. Joaquim Alves da Silva, deputado a assembléa provincial.

A' S. D. Recreio dos Artistas, para commemorar o dia de Santa Cecilia, protectora da classe Muzical, offereceu a seus socios, na noite de 22 do corrente, um *soirée* que foi muito concorrido e animado, prolongando-se o *soirée* *a pé* até ás 3 horas da manhã.

O Bernardo ha muito tempo havia sahido para comprar uma frigideira e aproveitando o ensejo ao ver outro de uma sua comadre de nome Felisberta para com ella ir a tomar parte no *fandango*. Começou por contar como o Jo é Maria arranjara a sua felicidade de amor da *Rica fi* *amore*, os epsodios da sua vida, a cabala, as traições contra a compra dos votos, a revolução immediata da festa, em quanto importara a despeza, quantos contos haviam recolhido haver e cinco mesmo a calcular que no fim da festa só poderiam ficar embolçados uns cinco ou seis e que ia ou outro ficaria completamente na seguinte. Contou tambem a comadre que havia feito muitas promessas na compra de um leitão e que attribuia essa barreira ao facto de o leitão ter o rabinho cortado.

— Mas, comadre, eu não tenho roupa propria para ir a uma festa disse D. Felisberta.

— Ah não ha cerimonia.

— Se o compadre for gentil, então conte commigo.

— Garanto, vá e leve os dois pequenos.

Quando o Bernardo voltou com a frigideira não imaginava encontrar em casa do amigo tanta gente, por isso foi entrando com o maior ar mesmo, trazendo a frigideira embaixo do braço, parou, atravessando a sala provocou hilaridade geral e que o envolveu tirou-lhe a paciencia a ponto de esquecer-se de cortejar as circumstancias. Algumas moças continuaram a rir, mas as filhas de D. Felisberta ficaram a grande e uma delas disse:

— Aquelle senhor é que leva a frigideira.

— Cale a bocca, estupida, observou D. Felisberta.

O Bernardo ao ouvir as pertinentes observações olhou de soslaio e como quem tem sido repentinamente pelo seu superior, respondeu:

— Estou todos os dias para achar uma frigideira que eu vou.

E sem voltar mais os olhos para parte alguma foi collocar-se n'uma parede do fundo da casinha.

(Continúa.)

FOLHETIM

SCENAS DA CORTE

POR

ANTONIO LIMA.

IV

NOVOS APUROS

Continuação.

— Por extravagancia, tornou D. Ambrosina.

E riram-se a bom rir deixando o José Maria confuso, atrapalhado, embatucado sem saber o que havia de dizer nem fazer.

— O que é isso, meninas! tornou a mãi das moças, mais respeito commigo. . .

— E' bôa, a senhora tambem fez um papel pouco lisonjeiro, atalhou D. Clotildo.

— Que papel?

— Foi a senhora que trouxe-se o convite para esta festa sendo tão mau que nos ria. A D. Gloria já estava zangada comsas filhas por tanto debochar. Queria reprehender mas era tarde; as moças tinham sido educadas á *rédea solta*, como diz o vulgo, e tornavam-se objecto de censura para as pessoas de boa educação que percebiam com acerto e que por conseguinte reprovavam aquelles modos pouco honestos em moças de educação.

D. Philomena, ao ouvir a observação de José Maria e prima logo a razão por elle que sem mais preambulo se poz-se dizendo:

— A' vontade, a vontade, minhas senhoras.

E as moças, notando a falta de geito e de tino de Maria em não offerecer cadeiras para os assentos, porém, não notando a sua, continuaram a rir descaradamente.

Entraram e comprimentaram ligeiramente as outras pessoas que estavam na sala, ficando a moça do chapéo de uma meia, do vestido de outra, os punhos de uma terceira, de um individuo porque tinha um bigodes que parecia uma arma, de outro porque as calças eram-lhe tão apertadas que faziam das pernas duas linguiças, etc.

MONSTRUOSIDADE

Acha-se no escriptorio da nossa redacção um aborto proveniente de uma porca, apresentando o phenomeno de dois corpos em um só. O aborto tem a configuração perfeita de um leitão, porém nota-se um segundo leitão, cujos membros, tanto superiores como inferiores, e bem assim parte do dorso, distinguem-se perfeitamente bem, de costas e encravado na região epigastrica do primeiro. A primeira vista, semelha o aborto um leitão tendo quatro membros anteriores, e quatro posteriores.

E' nosta tenção remettel-o a redacção do Diario de Noticias, na côrte, e por este motivo não fizemos proceder á uma dissecção anatomica, como convinha, para esclarecer o facto.

Um leitão com oito pernas! Ahi está uma raça que teem recommendado ao cuidado dos creadores. Já não se briga com os compadres, por deixar algum esquecimento com o quarto assado do estylo.

Extrahe-se impreterivelmente no dia 10 de Dezembro proximo a terceira grande loteria da côrte de 500:000$000.

Quem quizer enriquecer sem trabalhar, aproveite em quanto há tempo.

ANEXO 32 – Pág. 2

TRIBUNA DE PARATY

A VANGUARDA

Assim se denomina o novo campeão que appareceo na côrte no dia 16 do corrente.

Temos a vista o terceiro n.º, que nos foi obsequiosamente remettido pela sua illustrada Redacção, a quem agradecemos. Desejamos a Vanguarda perennes dias de prosperidade.

Falleceu em Santa Catharina, o Dr. Thomaz Argemiro Ferreira Chaves, deputado provincial.

Tambem falleceu na côrte, no dia 24 do corrente, o Dr. Francisco de Paula Medeiros Gomes.

Tendo aquelle Sr. completado 56 annos, offereceu a seus amigos um grande jantar, e á mesa desta succumbio victima de uma lesão organica do coração, ficando seus amigos penalisados por tão triste acontecimento.

Diz o Apostolo que em Aramy, no Rio-Branco (Amazonas) uma mãe snaturada não matou quasi ao nascer uma sua filha, pelo simples facto de ser esta muda.

A EVOLUÇÃO

Recebemos o quarto n.º deste importante periodico que começa a publicar-se em S. Carlos do Pinhal, provincia de S. Paulo. Agradecemos a sua illustrada Redacção tão valioso mimo; desejamos a Evolução longa vida.

Amanhã, 30 do corrente, terá logar em toda provincia a eleição para deputados a assembléa provincial.

A' nossa porto chegou as 11 horas do dia 24, procedente do Rio de Janeiro, a escuna *Gadi ma*, commandada pelo Sr. José Joaquim Alves Henriques.

Segue amanhã para Sepetiba a lancha Monteiro.

Procedente da côrte, entrou no dia 26 a tarde o patacho nacional *Estrella do Norte*.

PROCLAMAS.

Foram lidos na Igreja Matriz desta cidade, no dia 23 do corrente, os seguintes:

Francisco Lopes da Costa com Henriqueta Alexandrina Ribeiro Madruga, Manoel Rita da Silva com Antonia Rosa de Jesus, João Faustino da Silva com Carolina Maria da Silva, Valentim Manoel dos Santos com Clara Maria da Conceição, Luiz Martins de Alcantara com Francisca Maria dos Santos, Cezar Leonardo de Jesus com Gloceria, escrava de D. Carolina Bernarda da Rocha Ribeiro, João Paschoal com Maria Angelica da Rocha.

CHARADAS

2—2—O titulo da freira, tem espinhos e da flores.

2—2—1—A fé guerra da banana na extremidade é mulher.

2—1—E esta ave em Nitheroy é homem.

1—3—A fazenda dá descanço para zombor.

1—1—2—O adverbio e o animal, da camisa, e cidade.

2—2—E' arma, que tem leito, e serve de utilidade.

Aprendiz

•

Á J. B.

1—2—Um X na cadeia, é injuria!

1—2—Na musica comesa pedra.

2—1—Vae no carro. Vôa!

•

Á EXMA. SRA. D. ANTONIA TEIXEIRA.

1—2—Não recusa, minha senhora, esta flôr?

2—1—Não, homem! deixe-se de manha.

2—1—1—Enxergou o tecido no *atelier* d'esta Senhora?

1—1—2—Enxergues algarismo na tarilha d'esta menina.

•

Á GENERAL

— EM CHARADA —

N'este deserto,
Verdade pura,
Queimado o quente
Para a pintura.

•

Á LULU CRUZ.

LOGOGRIPHO

Sulcando o valso elemento—12, 7, 3, 6, 13.

Para serviços prestar.—1, 13, 8, 4, 5.

1ª flor mesa bonita—9, 11, 10, 4.

2ª « pobreza!—14, 2, 6, 9.

3ª « fructa gostosa—3, 7, 5, 13.

4ª « fino animal—8, 13, 8, 4.

Pessimo—ser de lantilhas 6, 4, 8, 2, 6.

Ultimo—Sem vaidade 8, 11, 3, 12, 6.

— Sulcando o valso elemento. (1)

— Para serviços prestar.

F. A.

•

Premio

Ao primeiro decifrador exacto offerece o auctor *As Farpas*, de Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz.

•

Decifrações do numero passado, Cerveja, Ehanno, America, Tribuna, Paraty e Joca Pinheiro do quadro. Logo-gripho-oleo de terno. Para vaidade, foram decifradas pelo Sr. F. A.

A Exma. Sra. D. Antonia F. da S. Teixeira e J. F. e Cabral decifraram as 4ª 5ª e 6ª. A. T. e J. B. decifraram as 1ª 2ª e 3ª

PRISÕES

Na semana finda, foram recolhidos ao xadrez, por embriagarem os seguintes: Antonio Quirino Lopes, Francisco Marques dos Santos e Manoel, escravo do José Francisco P. da Silva.

OBITOS.

Foram sepultados no cemiterio publico desta cidade, do dia 20 a 30 do corrente, os seguintes:

Dia 21—Dysenteria.—Rosa, preta de nação, 70 annos;—hepatite.—Clara, 5 annos, filha de Emilia Luiza de Abreu.

Dia 22—Febres.—Manoel, 4 dias, filho do Brazilino Luiz Souza;—vermes.—Serafim, 1 anno, filho de Domingos José Vieira.—hydropesia.—João, preto de nação, 50 annos, solteiro, escravo de Thereza Maria Rittencourt.

Dia 24—Febres.—Benedicto, 16 annos, solteiro, filho de João Hilario Modesto.

Dia 25—Congestão pulmonar—Romana Maria da Conceição, 30 annos, solteira.

Dia 26—Hydropesia.—Francisca, 2 annos, filha de Joaquim Braga de Oliveira;—febres.—Emiliana Maria, 40 annos, solteira;—idem—Clara, 3 mezes, filha de João José Marcellino—parto—Maria Jacintha da Conceição, 35 annos, casada;—ulceras.—Emerenciana Francisca do Sacramento, 43 annos, viuva.

N. B.—Nos dias 20 e 23 não houve enterramentos.

EXTRACTOS

As grandes forjas do «Vulcano», em Stettin, acabam de receber do governo chinez, a encommenda de mais duas corvetas blindadas.

Quasi todos os navios da esquadra «celestial» têm sido construidos nos estaleiros allemães.

—

Este anno a colheita da batata em toda a Europa é inferior á usual.

—

Telegramma de Quebec, de 0 do corrente, diz que correm graves boatos nos circulos militares daquella cidade, e consta que a guarnição de Ottawa recebeu ordem para repellir os ataques provaveis nos fortes da cidade, pela população que está exaltadissima pela condemnação de Riel.

—

Incendiou-se a Universidade de Cincinnati, nos Estados-Unidos, destruindo-a quasi totalmente.

Calculam-se os prejuizos em 300,000 dollars.

—

Diz um telegramma de Paris, de 17 do corrente, que já romperam as hostilidades entre a Servia e a Bulgaria.

O exercito servio logo que atravessou a fronteira bateu completamente os bulgaros que ocupavam algumas posições na fronteira.

Esta noticia causou verdadeiro enthusiasmo.

A imprensa russa censura asperamente a Inglaterra por ter induzido a Servia a declarar guerra á Bulgaria.

—

No dia 9, terminou em Londres, o julgamento do redactor da *Pall Mall Gazette*, Mr. Stead e dos demais accusados da tentativa de Elisa Armstrong.

Stead e Rebecca Jarret foram condemnados, e Booth absolvido.

—

O decreto que ordenou a execução de Riel, chefe da ultima insurreição do Canadá, foi mandado a rainha Victoria.

A imprensa canadiana é contraria á commutação da pena.

—

Em Constantinopla reuniu-se no dia 15 do corrente o conselho de ministros para deliberar sobre a situação da Bulgaria.

Fizeram um novo contrato com o Lloyd Austriaco, para o transporte de 30 batalhões de tropas turcas da Asia Menor para a Turquia da Europa, pois crê-se que o Imperio Ottomano terá que lutar para conservar a sua integridade.

—

Telegramma de Salonica de 16, annuncia activissimos preparativos para a guerra.

Embarcam-se tropas, cavallos e artilheria para a fronteira grega.

Reina completa paralysação nos negocios.

—

O consul da Russia na cidade de Rustchuk, Bulgaria, recebeu ordens para retirar-se da cidade com o archivo consular. Havia chegado na mesma cidade um vapor conduzindo cinco milhões de cartuchos.

—

A imprensa de S. Petersburgo condemna unanimemente a guerra entre a Servia e a Bulgaria, e declara que é impossivel que a Russia fique indifferente.

—

E' grande o numero de senhoras que matricularam-se este anno no curso de preparatorios no Lyceo de Coimbra com destino a entrarem na Universidade.

—

O governo da Inglaterra ordenou ao director do carcere de Coldbath-Fields que tratasse Mr. Reed, redactor da *Pall Mall Gazette*, como preso de primeira classe.

—

Um grande incendio destruio as fabricas de algodão de Harwood, em Bolton.

As perdas sobem a 40,000 libras esterlinas.

—

Riel, que passa o tempo orando e escrevendo, recebeu com alegria a noticia do adiamento da sua execução e exclamou: «graças ao Todo-Poderoso, pela grande clemencia e misericordia que póz nos corações de seu povo! Agradeço-lhe estes oito dias de vida.»

E' crença geral que Riel será executado.

ANEXO 32 – Pág. 3

O grande Urso, chefe dos indios implicados nas recentes desordens do Canadá, foi condemnado a tres annos de prisão, por se achar provado que elle nenhuma culpa tivera nas matanças commettidas junto ao lago Frog, e cuja autoria cabe tão somente a Gilmoiro Novo e a Espirito Errante, chefes de outros bandos.

CORRESPONDENCIA

CARTAS DA CORTE.

XVIII

24 de Novembro de 1885.

Nada menos de tres!!!

Tres, cada vez tres sete, cada noite e uma por mez.

Tres! conte que o diabo fez.

Tres! meus leitores, tres revistas dos acontecimentos do anno em ensaios, para exhibir-me ao publico no fim do anno em tres theatros diversos. Ellustre. Mulher—homem e Coroada, são os nomes porque estão intituladas. Quem deste anno deu assumpto para a critica, cahiu no ridiculo, deu sorte; os ganhos popularidade, pode contar como certo que será emittido em scena.

Se escapar de uma, não escapa da outra. Não bastara os criticos jornaes desacoroarem os meus, não chega o Eloy, o França Junior, o C. de Laet tantos outros encontrarem os que cahiram na berlinda, ainda era precizo no fim do anno passar a limpo em scena aberta e com acompanhamento de musica.

Felizmente o meu nome só apparece na Tribuna de Paraty, hebdomadario aliás conhecido mas, que os taes revisores dos jornaes não se dão ao trabalho de criticarem, senão lá estaria a minha humilde figura representada por um pataqueiro. Ne tal acontecer é uma injustiça, pois sou bom rapaz, amigo do alheio, sim quero dizer, amigo do meu proximo (não confundam com gatuno.) Se que seu apreciador dos escriptos dos taes criticos do fim do anno. Se eu defendesse a companhia de navegação do Sapetiba e Paraty, vá que fosse criticado, mas foi cousa que nunca fiz, apesar que não se me diria de favalo com fundamentos. A proposito. O magnifico vapor «Sapetiba» contratou expressamente para levar a minha correspondencia da côrte para Paraty, está prestes a chegar. Está prestes a chegar ao conhecimento do publico se houve ou não desfalque no correio. Está prestes o publico saber a sentença do conselho de guerra que tem de julgar os officiaes implicados no desastre do cruzador *Almirante Barroso*. Está prestes a saber se quem tem garrafas vazias para vender. Falo das proximas eleições Provinciaes. E ahi vai em lembrete para os eleitores quanto a minha pessoa. Em edição avião de ler o resultado das eleições para encontrar meu nome em *primeiro escrutinio* no 1º escrutinio. Outra Juca, só assim, ou contento iria pedir ao santo da minha devoção para fazer com que o magnifico vapor encommendado na Europa e que já está baptisado com o nome de Sapetiba, andasse mais ligeiro um bocadinho, para eu ir o mais breve possivel dar um aperto de mão ao Sr. F. A. que ainda mais uma vez dedicou-me um exemplar, e ao Sr. J. Moreira que trouxe umas Variações nas doces cordas da lyra, offerecendo-me uma deliciosa poesia.

A todos dois os meus sinceros agradecimentos, e visto não poder cumprimental-os de prisa, tudo devido ao tal magnifico vapor Sapetiba, expressamente contratado para bem servir aos Paratyenses, Sapetibanos, Angrenses e Ilhabelenses os Ilustrissimos, conforme as epitetos ou epithetos.

Ja tinha collocado o ponto final por hoje, quando me lembrou a noticia que começou a publicar-se diariamente na côrte um novo jornal—A Vanguarda.

Todas as vezes que apparece um novo campeão na arena do jornalismo eu saudo com reverencia. Ainda mais reverente com «A Vanguarda» porque elle chama-se a cartilha, guarda os domingos e santificados e dá tanta policia de padres e seminarios que eu apenas digo, que por esse filho, A Vanguarda passa para a retaguarda.

Ahi vai o ponto final na retaguarda.

Juca Pimenta.

COSMORAMA

6ª vista

Feitiçarias

Escreve Pallopio, que misturando por de villas e em clausulas de seu testamento as unhas de pés, o fogo nos queimará.

Eu nunca experimentei, por isso não juro a fé de meu grau, mas, lá ahi recommendado para qualquer curioso por sua pratica.

×

Escreve Santo Melero, que misturando-se côres, encôres e cinzas, partes iguaes e pondo a ferver até que a gaita e o sangue e de pois fogo ardente se misture que fique cozinhado uma cocta, que o vento caia, arderá em vivas flagas.

E curioso esta sorte e tão vou eu quem duvida, tenho visto tanta cousa, pois até eu já vi uma cegra gostar de um genro! Ahi vai outra.

×

Escreve Dinfuente, que se tomarem uma pouca de formiga e as queimarem em fogo lento as cinzas as formigueiros, seguindo todas as outras.

Se fôr verdade é facil extinguir os formigueiros, que tanto prejudicão os lavradores.

Se o capanema me ouvisse dizer logo seria falso, só a sua formicida é o unico capaz de matar as formigas! Pudera.

×

Escreve Miranda, que para fazer vir livre das contas dos reis, basta pôr sobre o agua ou chorro uma vidraça com lampreias e ferro livres da umidade do tal uso. . . sum. . . sum... lampas . . bangue, bangue, bangue.

Experimentem, é facil. Ahi vai a ultima por hoje.

×

Escreve Juca Pimenta, que poahi um sobre uma cama, grande quantidade de percevejos, que, que se deitar n'ella não poderá dormir sem se coçar.

Juca Pimenta.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

Deitar muito debique
No anno passado a vida,
Se tenho quem me critique,
Que aqui trazia sahida;
Se se algum engraçado
Não commigo durida,
O anno do engarrafado
Inda mais medida;
Ainda em rima do dito
Na gota d'esse espirito,
Pro que o derrotado!

Cabellinho as rosas

EDITAES

O Dr. Luiz Antonino de Souza Neves, Juiz de Orphãos da Cidade de Paraty e seu Termo etc.

Faz saber que pelo Exmo Sr. Conselheiro Presidente desta provincia, lhe foi communicado, por portaria de dezoito do corrente mez, que o Ministerio da Agricultura, em data de 5 do corrente, expedira as necessarias ordens, afim de ser realizado o pagamento do valor dos escravos alforriados n'este municipio, por conta da 6ª quota do fundo de emancipação, com excepção da matriz Eva, classificada sob o numero 4, cuja certidão da idade deve ser apresentada pelo respectivo ex-senhor. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente, que será affixado no logar do costume pelo porteiro e publicado pela imprensa.

Dado e passado n'esta cidade de Paraty, aos 21 de Novembro de 1885. E eu Luiz de Chaves Mello, escrivão que subscrevi. *Luiz Antonino de Souza Neves.*

Conforme. O Escrivão *Chaves Mello.*

O Doutor Luiz Antonino de Souza Neves, Juiz Municipal da cidade de Paraty e seu Termo etc.

Faz saber aos edictos, Porteiro José Ferreira, Luciano José Nogueira, José dos Santos Porto, Luiz Antonio Pereira da Cruz, Bento José Gomes, Henrique Emiliano da Silva Chaves, Antonio Alves Vieira Lima, Manoel Benedicto Rodrigues de Carvalho, Cornelio José da Silva e Candido Nogueira Ha hora, alistados eleitores na 1ª visita de alistamento d'esta Freguezia, que em virtude do disposto no art. 8º § 14º e 15º da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro, e no art. 5º do Reg. eleitoral n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, serão entregues por este Juizo os respectivos titulos aos mencionados eleitores ou aos seus procuradores especiaes que para isso forem nas procurações, conforme o § 22º da Lei numero 3.132 de 7 de Outubro de 1882, d'entro do prazo de 30 dias, contados d'esta data, na casa de sua residencia das 10 horas da manhã as 4 da tarde.

E para constar mandou passar o presente que será publicado pela imprensa e affixado na porta da Igreja Matriz.

Dado e passado nesta cidade de Paraty, aos 27 de Novembro de 1885.

E eu Luiz de Chaves Mello escrivão do Orphãos que o subscrevi.

Conforme. O Escrivão *Chaves Mello.*

Luiz Antonino de Souza Neves.

DECLARAÇÕES

Santa Luzia

O abaixo assignado, pelo seu devoto e devotos da gloriosa Santa Luzia que costumam festejar esta santa, para concorrerem com suas esportulas afim de celebrarem, no dia 13 de Dezembro proximo, uma missa com musica, as 9 horas da manhã e ladainha a noite, em louvor a mesma santa, esperando a benevolencia dos fieis.

Paraty, 21 de Novembro de 1885—O andador *João José Ferreira.*

N. S. da Conceição

Os devotos que se encarregaram de promover o anno passado uma subscripção para os festejos da gloriosa Virgem Sra. da Conceição, vem hoje de novo pedir aos taes devotos uma esmola para se festejar a mesma Virgem Sra. no dia 8 de Dezembro proximo futuro: pedindo e tregar quaesquer donativos na typographia da *Tribuna*, onde se acha uma lista para o essencial fim. A festa constará de missa cantada com musica, precisão e ladainha á noite.

Rogam igualmente a todos os devotos que quizerem concorrer com as suas esmolas o favor de o fazer o mais breve possivel afim de haver tempo para se poder celebrar a festa.

Paraty 28 de Novembro de 1885.—Os devotos.

ANEXO 32 – Pág. 4

TRIBUNA DE PARATY 4

ANNUNCIOS

FABRICA DE FLORES

A RUA DA CASA DE Mme. EMILIA

O proprietario deste estabelecimento, participa a seus numerosos freguezes, que tem um bello sortimento de flôres de todas as qualidades e côres, para enfeites de cabello, chapéos e vestidos para baile.

Para casamentos

Grinaldas completas com collares ramos e brinco, boquets e coroas de flores de laranja para enfeites de vestidos de noiva.

Flôres para igreja

Grande sortimento de palmas de todos os tamanhos, fructos e rosas soltas para vellas e ramos para arcos de procissão, por preços sem competidor.

Chapéos

Lavam-se, engommam-se e poem-se a moda qualquer chapéo de sol brancos ou mesmo por mais antigos que sejão, garantindo-se perfeição.

As senhoras familias que desejarem qualquer trabalho novo, pedem dirigir suas encommendas a seus correspondentes na corte que garantimos preços muito diminutos.

91 RUA DOS OURIVES 91

Rio de Janeiro.

1:000:000$000 !!!

3ª GRANDE LOTERIA DA CORTE

A EXTRAHIR-SE

No 10 de Dezembro proximo

N. 086926

MEIO BILHETE.

Restarão a todos os freguezes do Boas Maritimo

Que subsistirão vendo-se bilhetes até o dia da extracção desta loteria.

AVISO

O proprietario deste estabelecimento, tendo de ausentar-se para a corte no correio de 2, roga a seus freguezes, que o honrão com as suas ordens, o que será promptamente satisfeito e mais breve possivel.

PÓS ANTI-HEMORRHOIDARIOS

DE

ARRUDA MIRANDA

prodigioso remedio para hemorrhoidas e todos os incommodos provenientes d'ellas, como dôr de cabeça, ramos de ouvidos, escurecimento da vista, atordoamento, tonto, dôres de quadril, dos intestinos e outros padecimentos, e acaba de sympathomas hemorrhoidaes; vendem-se na Drogaria do Povo, rua da Quitanda n. 49

Rio de Janeiro

ESPECIFICO ANTINEVRALGICO

Approvado pela Exm. Junta de Hygiene e auctorisado a vender por portaria Imperial de 26 de Agosto de 1881.

O Especifico antinevralgico, é um poderoso medicamento que todos devem possuir e recommendar sem receio, porquanto é efficaz em todos os casos nevralgicos indicados por dores de cabeça, dentes, ouvidos, e rheumatismos existentes!

Este Especifico tem encontrado unanime acolhimento da parte de distinctos Medicos, que tem usado, e empregado em seus doentes sempre com feliz exito.

O Especifico antinevralgico composto unicamente de deliciosos vegetaes é tão inoffensivo no seu emprego e uso, quanto efficaz em fazer desapparecer quasi que rapidamente dôres, que são ordem, muitas vezes combatidas com empregos de substancias mais fortes.

Este efficaz medicamento está acondicionado n'um estojo portatil, para se poder trazer no bolso, devendo ser conservado em lugar fresco e izento de sol e humidade.

Este Especifico preserva tambem as picadas de mosquitos, e de outros insectos, basta esfregar nas mãos, e no rosto, e empregado tambem como desinfectante quando preciso, é bastante esfregar um pouco na ponta do lenço.

ESTE ESPECIFICO

é usado *ao externamente*, e pela seguinte maneira:

Para dores de cabeça—Esfregar-se nas fontes e em toda a testa.

Para dores de dentes—em nevralgias *faciaes*, esfregar-se a lado da face correspondente a dor, ou em ambos se a nevralgia for geral.

Para dores de ouvidos—Esfregar em todo o derredor do pavilhão da orelha correspondente à dor.

Para dores rheumaticas—Esfregar sobre o local e abaixo e circumvisinhanças da dor.

Vende-se nesta typographia

RECEBE-SE

ASSIGNATURAS NESTA

Typographia

REMEDIOS QUE CURÃO

Sem Dieta.

Sem modificação de costumes

RIO DE JANEIRO

Especificos preparados

PELO PHARMACEUTICO

EUGENIO MARQUES DE HOLLANDA

Approvados pela Junta de Hygiene da Corte e Republica Argentina.

Balsamo carioba e manacá—cura todas as molestias de pelle, rheumatismos agudos ou chronicos e todas as affecções de origem syphilitica.

Elixir de imbiribina—restabelece os dyspepticos e facilita as digestões e promove as dejecções difficeis.

Vinho de ananaz ferruginoso e quinado—para os chloro-anemicos; abella a hypostenia interiropical reconstitue os hydropicos e beribericos.

Xarope de flor de arocira e mutamba—muito recommendado na bronchite, na hemoptyse e nas tosses agudas ou chronicas.

Vinho de jurubeba simples e tambem ferruginoso, preparados em vinho de cajú—efficazes nas inflammações do figado e baço, agudos ou chronicos.

Pomada anti-herpetica—combate a cocoira de dartheros e empigens em tres dias.

Linimento anti-rheumatico—cura as dores rheumaticas, erysipelas e tumores.

Sabonetes de mutamba e andyroba phenicado e alcatrão sulfuroso—excellentes nas enfermidades herpeticas, manchas e ulceras da pelle.

A todos estes preparados acompanham bulas, que indicam o modo de usar, dieta, attestações de curas realisadas &. &.

FABRICA E DEPOSITO CENTRAL

14 RUA DO V. DO RIO BRANCO 14

DEPOSITO ESPECIAL

DE

PAPEL E TINTAS

DE IMPRESSÃO

Papel, letras em branco e objectos de escriptorio.

15 RUA DA CONSTITUIÇÃO 16

CASTRO MEIRO & C.

RIO DE JANEIRO

Cobranças

Mariano Alves da Rocha Barreto, residente nesta cidade, encarrega-se de quaesquer cobranças, tanto nesta municipio como nos outros, mediante uma decima commissão, podendo os Srs. negociantes da corte utilisar-se de seus serviços.

E' VOZ GERAL! LEIA!

CONTRA FACTOS

NÃO HA ARGUMENTOS.

Os seguintes remedios conhecidos que tem curado a MOLLE PHEADO: *Xarope Sands* e *Unguento Santo do Dr. Trigueiro.* Fazem desapparecer rapidamente a *syphilis, darthos, feridas, ozenas, cezenas, erysipelas e dôres rheumaticas.*

Os medicamentos referidos são compostos de plantas indigenas. Seu auctor, em longas viagens pelos sertões do Brazil, onde convive com os selvagens, teve occasião de ver quanto erão miraculosos os effeitos da herva, raizes, etc., por elles empregados, e á custa de muita perseverança e trabalho, conseguio aperfeiçoar, sob formula vegetal, os medicamentos que constituem hoje a salvação de centenas de enfermos já desenganados. E' certo é por tal modo sympathicos á Nação de attenção, que até por *abuso* de seus mesmos devedores, respeitar a credulidade dos freguezes, não aconselhando nem encarecendo medicamentos nullos e de todos nocivos.

Portanto, com convicção fundada de provas irrefutaveis, de tantos factos importantissimos chamamos a attenção do publico em geral para o *Xarope Sands* e *Unguento Santo* do Dr. Trigueiro, como dous dos mais importantes medicamentos que a Flora Brazileira tem produzido.

Cuidado com as falsificações! Todos preparados pelo legitimo, levando a marca registrada, o Unguento em potes (não latas) nomes do auctor e do

DEPOSITARIO GERAL PARA O

BRAZIL E ESTRANGEIRO

F. PAULO DE BRITTO.

Deposito especial de preparados medicinaes Nacionaes e Estrangeiros. Receita para o interior por preços medicos todo e qualquer pedido de drogas, garantindo-se prontidão, e os medicamentos acharão pelos preços dos respectivos fabricantes. Acceita para venda e propaganda producções Brazileiras autorizados, por parte do seu autor, ou adquiridos por compra, contrato, etc. etc.

92 A RUA DOS OURIVES 92 A

Rio de Janeiro.

Impressos

Nesta typographia imprime-se qualquer trabalho com perfeição, por preços commodos: — folhetos, circulares, procurações, annuncios avulsos, folhetos, cartões de visitas e commerciaes, [illegible]

Typ da Tribuna de Paraty

ANEXO 33 – Pág. 1

LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N.S. DO ROSÁRIO DE PARATY

ANO	NOME		PÁGINA
1803	Rev.^{do} Manoel Coelho Valladão	(Faleceu em 1853)	07v.
1806	Vicente Coelho Valladão	(faleceu em 1836)	07v.
1830	José Antonio de Mello	(faleceu em 1859)	10
1830	Bento José da Silva	(faleceu em 1865)	10v.
1830	Daniel José do Prado	(faleceu em 1868)	12
1832	José Matheus Alves Velludo	(faleceu em 1881)	14v.
1832	José Luiz Campos do Amaral	(faleceu em 22/07/1861)	17v.
1836	Ver^{do}P.^{e} José Alves Velludo	(faleceu em 1836)	32v.
1820	Manoel Gonçalves Valladão	(faleceu em 1864)	36v.
1836	Manoel Antonio Peixoto		38v.
1836	Maria Angélica-Viúva de Luiz Peix.^{to} de Almeida		42
1803	Vicente Coelho Valladão		42v.
1846	Luiz Alfredo Maria Coupe	(faleceu em 1872)	69v.
1852	João José de Almeida Peixoto	(faleceu em 1878)	79
1853	Manoel Roiz da S.^{a} Mello Carramanhos	(faleceu em 02/11/1864)	87
1854	Antonio Joaquim de Almeida Peixoto	(faleceu em 1880)	89
1855	Maria .....da S^{a} Bronhs m^{a} de S.Luiz G. Bronhs (fal. 1856		90v.
1855	José de Almeida Cruz	(faleceu em 1876)	95
1855	Quintino de Oliveira e Souza	(faleceu em 1881)	95v.
1864	Jerônymo da Costa Pombo	(faleceu em 1882)	114
1867	José Augusto de Almeida Peixoto	(faleceu em 1875)	115v.
1868	Manoel Antonio Ferreira dos Santos Pádua	(faleceu em 1881)	123
1869	José Ignacio da Silva	(faleceu em 1878)	130
1869	Manoel Feliciano Corrêa	(faleceu em 1876)	130

Fonte: LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1803 A 1869

ANEXO 34 – Pág. 1

ELEIÇÃO DE JUIZ, JUIZA, REI E RAINHA DA IRMANDADE DE N. S. DO ROSÁRIO DOS PRETOS DE PARATY – 1851 A 2020

Ano – 1851	Juiz – Francisco Pereira Madruga
	Juíza - D. Alexadrina Maria da Com^{con}, m.^{er} de Sebastião José Miguel de Sz^{a}
	Rei - Manoel, escravo de José Joaquim Pacheco
	Rainha- Manoela Joanna da Cruz
Ano – 1852	Juiz – O R.^{do} Manoel Alves Velludo
	Juíza – D. Anna Maria de Jesus, m^{er} de João Alves Vieira
	Juiz de Meza – O Sr. Geraldo Braga de S. Sabbas –
	Rei – João, escravo de José Antonio de Oliveira Caixa
	Rainha – Jeronima, escrava de Joaquim Lourenço de Oliveira
	Juiz de Promessa – Manoel José Vieira
Ano – 1853	Juiz – Francisco Marques dos Santos
	Juíza – A S^{a} D. Marianna Eugenia da S^{a} S^{tos}
	Juiz de Meza – Benedicto do Nascimento Paiva
	Juíza – A As Gertudes Maria de Barros
	Rei – Sr. Victor, esc^{o} de J^{e} dos S^{tos} Ferr^{a}
	Rainha – A Sr. Eulalia, escr^{a} de Jose Joaq^{m} Per^{a} da Cruz
Ano – 1854	Juiz – O Sr. João Franc^{o} Pacheco Bastos
	Juíza – D. Mercia Costodia de Oliv^{a} – m^{er} do Cap^{ao} Joaq^{m} Mar^{co} de Oliv^{a}
	Juiz da Meza – O Sr. Lino de Jesus Vasconcellos
	Juiza – A Sr. Carminha Joa^{m} Rosa
	Rei - O Sr Anacleto, esc^{r} Franc^{co} da C^{ta} Cabral
	Rainha – A Sr. Delfina, escr^{a} de D. Maria Benedicta do Sacram^{to}
Ano – 1855	Juiz – Franc^{co} M^{l} da C^{ta} Guim^{ez}
	Juíza – D. Maria Amalia de Castro m^{er} de Ant^{o} Joaq^{m} Al^{m} d' Andr^{a}
	Juiz da Meza – o Sr. Franc^{co} Antonio de Carvalho
	Juíza – a Sr. Caetana Maria Bernarda
	Rei – o Sr. Gracianno de Oliv^{a} Botta
	Rainha – Felicidade, escr^{a} q' foi de Mel. Roy de Azevedo
Ano – 1856	Juiz – Manoel José de Barros
	Juíza – D. Carolina Maria dos Santos
	Juiz da Meza – O Sr. David da Rocha
	Juíza da Meza – A Sr. Thereza escr^{a} de Jacob Per^{a} Lisboa
	Rey – O Sr. Victor Per^{a} dos Santos
	Rainha – A Sr Maria Angelica
Ano – 1857	Juiz – o Cap^{an} Antonio Jose Epiphanio de Souza
	Juíza – a Sr. D. Januaria Maria da As m^{er} de Galdino J^{e} Pimenta
	Juiz de Meza – o Sr. Patricio José de Carvalho
	Juíza de Meza – A Sr. Eliziaria Maria Francisca
	Rey – Jeremias, escravo do Snr. Bruno Jose da Rocha
	Rainha – Justina, esc^{a} de Antonio Xavier Pacheco
Ano – 1858	Juiz – Joaquim José Gomes Teix^{a}
	Juíza – D. Alexandrina Amalia de Mor^{es} B^{tos}
	Juiz de Meza – o Sr Patricio Jose de Carvalho
	Juíza de Meza –a S^{a} Fortunata, escr^{a} de Carolina Maria da Silva
	Rey – o Sr. Caetano, esc^{o} da viúva de João José Ferraz
	Rainha – a Sr.Luiza, escr^{a} de João Fran^{co} Pacheco Bastos

ANEXO 34 – Pág. 2

Ano – 1859	Juiz – João Teix^{Ra} da S^{a} Lemos
	Juiza – D. Florisbella Maria de Au. e Cruz m^{er} de Theodoro João de Lemos
	Juiz de Meza - o Sr. Adão, esc^{o} de Camos Marques
	Juíza de Meza – a Sr. Tibúrcia, escr^{a} de Manoel J. Silva
	Rey - o Sr. Jacintho Coelho Valladão
	Rainha – Emiliana, escr^{a} de Angelo Maria Coupe
Ano - 1860	Juiz – Jose da S^{a} de Moraes Madruga
	Juíza – D. Rita de Cassia e As m^{er} de J^{e} Ant^{o} Fej Policarpo
	Juiz da Meza – o Sr. Ventura Coelho Valladão
	Juíza da Meza – A Sr. Marianna, escr. De Ant^{o} Al' Vieira
	Rey o Sr. Benedito, escr. De M^{el} Fran^{co} Pacheco B^{tos}
	Rainha – A Sr. Florinda, esc^{r} de Fran^{co} Per^{a} Madruga
Ano - 1861	Juiz – o S^{r} Raimundo Ignacio da S^{a}
	Juíza – a Snr^{a} D. Maria Joaquina, Molher de Domingoos Gomes dos S^{tos} Clam
	Juiz da Mesa – o Irmãon João Escravo de Antonio Alves Vieira
	Juiza – Barbara, escrava do Comendador Candido Jose Rony do Amaral
	Rei – Caetano, Escravo de D. Maria Rita Borge Caporica
	Rainha – Benedita Escrava do Sr. João Alves Vieira
Ano - 1862	Juiz – o Snr. Antonio Jose Ribeiro Guim^{es} digo Jose Nar^{co} Vieira Corr^{a} Vianna
	Juíza – a Snr^{a} Izabel de Alvarenga Carram^{os} Mag^{es} molher de Na^{to} Joaq^{m} Mendes de Mag^{es}
	Juiz da Mesa – o Irmão Thomé Escravo de José Narciso Vieira Corr^{a} Vianna
	Juiza – Balbina Escr^{a} do Sr. Domingos Genelicio Lopes de Araujo
	Rei – Joa^{m} Escravo de D. Maria Escolástica de Oliveira
	Rainha – Ritta Escrava de Domingos José Gomes
Ano – 1863	Juiz – José Agostinho Moreira
	Juíza – D. Florisbella Rosa da Cruz m^{er} de Ant^{o} Carlos Vieira
	Juiz de Mesa – o Sr. Querino Alves Velludo
	Juiza – Luzia escrava de D. Maria Caparica Peixoto
	Rey – Caetano escr^{o} de D. Geralda Maria da Silva
	Rainha – Benewdicta escr^{a} de Franc^{o} Marq^{es} dos Santos
Ano – 1864	Juiz – Manoel Ignacio de Araujo
	Juiza – Maria Emiliana Maria da S^{a} m^{er} de Antonio Simões Ca....
	Juiz de Mesa – Joaquim, escr^{o} de Antonio Joaq^{m} Avelez Magalhães
	Juiza – Rita escr^{a} de Francisco José Barbosa
	Rei – Antonio esc^{o} de José Francisco Pinto da Silva
	Rainha – Jusepha, escr^{a} de José da Silva Figueiredo
Ano – 1865	Juiz – Antonio Rodrigues da Silva Junior
	Juiza – D. Emigdia dos Santos Ferreira, m^{er} de Silvano Peixoto Castro
	Juiz de Mesa – Claudino, escr^{o} de Antonio Joaq^{m} Mendes Magalhães
	Juiza de Mesa – Luiza, escr^{a} de José Agostinho Moreira
	Rei de promessa – Victor, escr^{o} de Ant^{o} Joaq^{m} Mendes Magalhães
	Rainha – Mariana, escr^{a} de Maria Benedicta de Barros
Ano – 1866	Juiz – O Irmão José Joaquim dos Santos
	Juiza – D. Maria Candida de Souza Lopes, m^{er} do Dr. Francisco José de Souza Lopes
	Juiz da Mesa – Vicente Pedro Pereira
	Juiza – Ovidia, escr^{a} do Ten^{te} Coronel Manoel José de Sousa
	Rei – Joaquim, escr^{o} que foi do fallecido P^{e} M.^{l} João Antonio da Cunha
	Rainha – Theodora, escr^{a} de D. Geralda Maria da Silva
Ano – 1867	Juiz – Antonio Luis Ferr^{a} de Moura
	Juíza – D. Candida Maria da S^{a} Moraes, m^{er} de Avelino Coelho
	Juiz de Mesa – Bento José da Rocha
	Juíza de Mesa – Gertrudes, escr^{a} de D. Francisco Pires Nobre
	Rei – Agostinho Gonçalves Coelho Valladão
	Rainha – Tiurcia, escr^{a} de M^{el} Fernandes da As Campos

ANEXO 34 – Pág. 3

Ano – 1868	Juiz – Antonio Alves de Souza
	Juíza – D. Francᶜᵃ da Casmara Barreto, mᵉʳ de João Raymundo Sobrinho
	Juis de Mesa – O Irmão João, escrº de Jᵉ francº Pinto da Sª
	Juiza da Mesa – Joaquina escrª do Cappᵐ José Ayres da Gama Bastos
	Rei – Martinianoa José de Almeida
	Rainha – Maria do Cermino Madeira
Ano – 1869	Juis – O Capp.ᵐ João Ayres Cesar da Gama
	Juisa – D. Maria Joaqⁿᵃ de Jesus, Fª de D. Mª Joaqⁿᵃ de Jesus.
	Juis de Mesa – Pedro, escº de D. Manoella Ignacia de.....e Sª
	Juisa da Mesa – Delfina escrª de Jᵉ Pires dos Rios
	Rei – Pedro, escrº de Antº Tertuliano dos Sᵗᵒˢ
	Rainha – Maria Theresa, escrª de D. Mª Joaquina da Cunha
Ano – 1870	
Ano – 1871	Juiz branco – Manuel Pereira de Moraes Pinto
	Juiza – D. Maria Rosa da Guia
	Juiz da Mesa – Joaquim, Escravo do Sr. Domingos José Gomes
	Juiza de Mesa – Damianna Maria da Conceição
	Rei – Joaquim Escravoo do Sr. Domingos Gomes dos Santos Chaves
	Rainha – Carlota Escrava dos Herdeiros do finado....José da Silva
Ano – 1872	Juiz – José Francᶜᵒ Pinto da Sª
	Juiza – D. Maria Ignacia Coutinho
	Juiz de Mesa – Manoel escravo de D. Margarida de Almeida Peixoto
	Juiza de Mesa – Thereza escrava de João Teixeira da Sª Lemos
	Rei – Bento José da Rocha
	Rainha – Mariana Antonia da Conceição
Ano – 1873	Juiz – O Irmão Comᵈᵒʳ Candido José Roiz de Andrade
	Juiza – D. Maria Dorn Roys de Paiva
	Juiz de Meza – Nicoláo escravo da Irᵐᵃ D. Geralda Maria da Sª
	Juiza de Meza – Geralda Maria dos Remedios
	Rei – Bento – escravo do Sr. Joaquim Gomes Vieira
	Rainha – Maria José de Calazães
Ano – 1874	Juiz – O Alferes Carlos José dos Santos Dias
	Juiza – D. Maria Justina Maniel Cruz mulher do Sr. José
	Juiz de Mesa – Higino escravo de D. Maria Brazelina do Amaral
	Juiza Preta – Rita, escrava do Sr. Jeronymo da Costa Pombo
	Rei – Constantino, escravo D. Maria Eudoxia Rodrigues de Andrade
	Rainha – Mariana Rosa de Jesus
Ano – 1875	Juiz – Antonio a Costa Neves Junior
	Juiza – D. Maria das Dores de Jesus
	Juiz preto – Epaminondas escravo de Geronymo da Costa Pombo
	Juiza – Francisca, escrava de Joaquim Gomes Vieira
	Rei – Thomé, escravo de José Narciso Vieira Correa Vianna
	Rainha – Thereza, escrava que foi de José Fernandes Malvão
Ano – 1876	Juiz – Tᵗᵉ Marcolino José Bitencourt
	Juiza – Dª Candida Rosa da Silva Campos
	Juiz preto – Virgolino, escravo de D. Maria Izabel da Costa
	Juiza preta – Francelina, escrava de João da Fonseca Pinto Madureira
	Rei – Brás escravo de João da Fonseca Pinto Madureira
	Rainha – Theodora escrava de Antonio Gomes da Luz

ANEXO 34 – Pág. 4

Ano – 1877	Juiz – Alfs Quintino de Oliveira Souza
	Juiza – Dª Maria Justina de Oliveira Seven Avlis
	Juiz de mesa – João Maria Autha da Silva
	Juisa – Maria Autha da Silva
	Rei – João Bernardo da Conceição
	Rainha – Caetana escrava de Dª Joaquina Caparica
Ano – 1878	Juiz – Joaquim Gomes de Oliveira
	Juiza – D. Maria da Costa Pinto Correia
	Juiz Preto – Manuel Verissimo da Nobrega
	Juiza Preta – Maria do Carmo Dias dos Remedios
	Rei – Alberto, escravo de Jerônimo da Costa Pombo
	Rainha – Victoria Maria da Conceição
Ano – 1879	Juiz – Antonio João de Avellar
	Juiza – D. Francisca Maria da Conceim, mulher de JoaqmMiguel do Amaral
	Juiz Preto – José Avelino.....da Sª
	Juiza Preta – Belezaria, escva Carlota de Alvarenga Carramanhos
	Rei – Theodoro do.....Antonio Joaquim da Cruz Seven Avlis
	Rainha – Benedicta da D. Maria FranCa da As Bastos
Ano – 1880	Juiz – Alexandre Luiz Agostinho
	Juiza – D. Francisca Ignacia de Souza
	Juiz de Mesa – Manoel Joaquim Pereira da Cta
	Juiza de Mesa – Maria D' Assumção Dias de Campos
	Rei – Vicente, escravo de Jeronimo da Cta Pombo
	Rainha – Marianna Mª da Conceição
Ano – 1881	Juiz – Alferes Manoel Alves Vieira
	Juiza – D. Anna Maria das Dores
	Juiz de Mesa – Lucas Caetano Dias
	Juiza – Maria Francª dos Santos, mulher de Abel Coelho dos Santos
	Rei – Luiz José Moreira
	Rainha – Virginia, escrava de Dr. João Lopes de Araujo
Ano – 1882	Juiz – Manoel José de Souza Santos
	Juiza – D. Theresa de Jesus Souza
	Juiz de Mesa – Manuel Baptista da Silva
	Juiza – Carolina de Sousa
	Rei – Manoel de D. Carolina da Rocha Barreto
	Rainha – Maria Eufrasia da Conceição
Ano – 1883	Juiz – Alexandre Luiz Agostini
	Juiz de Festa – Mel Baptista dos Stos
	Juiza – Emerenciana Mª Vieira
	Rei – Manoel Guilherme
	Rainha – Mª Eufrasia da Conceição
Ano – 1884	
Ano – 1885	Juiz de Mesa – Alexandre Luis Agostini
	Festeiros: Juis Alferes Quintino de Oliveira e Sousa
	Juiza : D. Maria Odoria Roiy de Andrade
	Juis preto: Geronimo da casa de Jeronimo da Cta Pombo
	Juiza : Benedicta Sousa de Jesus
	Rei – João Bernardo da Conceição
	Rainha - Maria do Carmo Medeiro

ANEXO 34 – Pág. 5

Ano – 1886	Juiz de Mesa – Alexandre Luis Agostini	
	Festeiros – Juis Capm Gabriel Ribeiro Torres	
	Juisa – D. Maria Justina Seven Avlis	
	Juiz – João Pereira da Costa	
	Juiza – Rosa Mª de Oliveira Guia	
	Rei – Cesario da casa de Jeronimo da Cta Pombo	
	Rainha – Mª Rosa das Dores, filha de Vicente	
Ano – 1887	Juiz de Mesa – Alexandre Luis Agostini	
	Juises festeiros – José Theodoro Toledo	
	Juises festeiros – Pedro de Almeida e Silva	
	Juisas – D. Maria FranCa de Alvarenga	
	Juisas – Alva Maria da Silva	
	Rei – Joaquim Lopes de Araujo	
	Rainha – Delfina Rosa do Espírito Santo	
Ano – 1888	Juis da Mesa – Alexandre Luis Agostini	
	Festeiros	José Olympio de Oliveira Lopes
	Juizes	Tomé Correa Vianna
Ano – 1888	Juizas	D. Eulalia Bibeana da Gama Rodarte
		Izabel Maria do Rosario
	Rei – Ezequiel Candido da Silva	
	Rainha – Rosa Maria de Viterbo	
Ano – 1889	Juis da mesa – Alexandre Luis Agostini	
	Juises	João José do Prado
		Sebastião Pereira de Jesus
	Juisas	D. Maria da Costa Pinto
		D. Rosa Maria José
	Rei – Vicente da Costa Pombo	
	Rainha – Maria Victorina de Barros de Abreu	
Anos 1890 a 1891	Juis da Mesa	Alexandre Luis Agostini
		Bras Hipolito de São Cassiano
		Benedicto José da Rocha
	Festeiros	José Paulino Gigly
	Juízes	Apollinário José da Silva Brasão
	Juízas	D. Luisa Alexandrina Ribeiro Madruga
		Manoela Rosa da Silva
	Rei – Antonio Eugenio da Silva	
	Rainha – Maria Procopio da Annunciação	
Anos 1891 a 1892	Juis da festa	Capm Manoel Ferreira dos Santos Pádua
		Esequiel Candido da Silva
	Juisas da festa	Maria Feliciana da Costa Lima
		Maria Lucia da Sª Paz- Juisa Geralda Maria do Nascimento
	Rei – Theodoro Dias Villela	
	Rainha – Maria Barbara da Sª	
	Juis da Mesa – Alexandre Agostini	
Anos 1893 a 1894	Juizes festeiros - Te Marcollino José Bittencourt	
	João Bernardo da Conceição	
	Juiza - Maria Francisca de Oliveira Torres	
	Justina Maria da Cruz	
	Rei - Eduardo Alves de Miranda	
	Rainha – Maria Zeferina do Nascimento Cabral	
	Juiz de Mesa Te Francisco da Cunha Freitas Junior	

ANEXO 34 – Pág. 6

Anos 1894 a 1895	Juizes Festeiros - Daniel Gonçalves da Cruz	
	Juizas -	Gustavo Benedicto de Souza
		Gustavo Benedicto de Souza
		D. Maria Peixoto Lopes da Costa
		D. Emilia Paulina da Silva
	Rei - Caetano Xavier Caparica Madeira	
	Rainha – D. Maria Pereira de Jesus	
	Juiz de Mesa – Capitão Francisco Miguel da Cunha Freitas Jor	
Anos 1895 a 1896	Juizes festeiros - Ricardo Ribeiro Netto	
	Juiza - D. Maria de Freitas Assumpção = esposa do Tente Pedro Nobrega d' Assumpção	
	Adjunto do Juiz - Manoel Luiz Leonel dos Santos	
	Adjunto da Juiza - D. Leonora Maria da Conceição	
	Rei - O Snr Manoel Bernardo da Conceição	
	Rainha - D. Joanna Maria da Conceição	
	Juiz da Mesa – Jose Mendes	
Anos 1896 a 1897	Juiz – O Snr José Joaquim Alves Henrique	
	Juiza – A Exma Snra D. Maria José Ayres de Magalhães	
	Adjunto do Juiz - Snro Antonio Bento Cypriano	
	Adjunta da Juiza – D. Belisaria Maria das Dores	
	Rei – Snro Thomé Corrêa Vianna	
	Rainha – Sra D. Procopia Maria da Anunciação	
	Irmãos de Mesa -	Iroes Americo de Almeida Campos, Manoel
		Lopes, João Pacheco Bastos e Joaquim Silvestre
Anos 1896 a 1897	Irmães de Mesa	A Exma Snra D. Candida Barbosa Mathias
		Maria Gertrudes de Alvarenga
		Martha Maria da Conceição e Julia do Amaral Cruz
Ano – 1898		
Anos 1899 a 1900	Juiz – Victor Paulino dos Santos	
	Juiza – D. Dorothea Maria da Soledade	
	Adjunto Juis Antonio Pinto da Silva	
	Adjunto Juiza Carolina Maria de Jesus	
	Rei – Simeão Pereira de Jesus	
	Rainha – D. Delfina Maria do Terço	
	Irmãos de Mesa.....	
	Irmães de Mesa.....	
Anos 1900 a 1901	Juiz – Silvino Antonio do Carmo	
	Juiza – Appolinaria Maria dos Santos	
	Adjunto Juiz – Serafim Sergio do Nascimento	
	Adjunto Juiza – Izidora Maria da Silva	
	Rei – Braz Rodarte	
	Rainha – Maria Clara da Conceição	
	Irmãos de Mesa....	
	Irmães de Mesa.....	
Anos 1901 a 1902	Juiz – Eduardo Pinto Vieira	
	Juiza – D. Etelvina Torres	
	Adjunto Juiz – José Perfeito Pimenta	
	Adjunto Juiza – D. Rita Benedita dos Remédios	
	Rei – Taciano dos Santos (Taciano Auto dos Santos)	
	Rainha – D. Geralda Dias da Rocha	
	Irmãos de Mesa	Benedicto Servulo Moreira
		Silvino Antonio do Carmo
	Irmães de Mesa.....	

ANEXO 34 – Pág. 7

Anos 1902 a 1903	Juiz – João Baptista Cirino	
	Juiza – D. Elenita Rosa de Aquino	
	Adjunto Juiz – Manoel Raimundo da Silva	
	Adjunto Juiza – D. Marianna Dennor Barros	
	Rei – Antonio Mathias de Souza, não asseitou é o Victal da Costa Pombo	
	Rainha – D. Joanna Maria da Conceição	
	Irmãos de Mesa	José Perfeito Pimenta
		Benedito Servulo Moreira
		José Rodrigues de Aquino
Anos 1903 a 1904	Juiz – José Olympio do Amaral Vianna	
	Juiza – Maria Feliciana da Costa Lima	
	Adjunto Juiz – José Martiniano do Amaral, autor da Missa de Santa Cecília. O Pharol, 1906, Nº 1, p.2	
	Adjunto Juiza – Luiza Gonçalves Cruz	
	Rei – esc. Benedicto Rosa de Oliveira	
	Rainha....	
Ano – 1907	Festeiro – Sr. Henrique Sarmento	
Ano – 1908	Não houve programação, foi deliberada de última hora. O Pharol, edição de 27.12.1908	
Ano – 1909		
Ano – 1910	Juiz – Honorio Rodrigues Barreto	
	Juiza – Dona Raquelina Peluzo Judice	
	Ajuda Juiz – Hilário P. da Silva	
	Ajuda Juiza – Dona Doquinha S. Dias	
	Rei - Geraldo Bispo de S. Sabbas	
	Rainha – Maria dos Remédios da Cruz	
Ano – 1925	Festeiro - Sr. Flósculo de Oliveira Netto	
Ano – 1957	Sem informações	
Ano – 1958	Sem informações	
Ano – 1959	Sem informações	
Ano – 1960	Festeiros – os Beneditos	
	Festeiras – as Beneditas	
	Comissão: Dalva Calixto, Paulina Coupê, Dulcina C. França, Aldemar Duarte	
	Rei – João Batista dos Santos	
	Rainha – Rita de Cássia dos Santos	
Ano – 1970	Festeiro – Epaminondas Mello (18 a 27/12)	
	Rei -	
	Rainha –	
Ano – 1971	Festeiro – Assis José Goulart e Manoel Felix da Paz	
	Rei –	
	Rainha -	
Ano – 1972	Festeiro – Benedito Ayres de Aquino (18 a 27/12)	
	Rei –	
	Rainha -	
Ano – 1973	Festeiro – Benedito José Melo da Silva	
	Rei – Honório do Espírito Santo	
	Rainha – Kátia Regina Ferreira Pádua	

ANEXO 34 – Pág. 8

Ano - 1974	Festeiro – Manoel Felix da Paz, José Alves Sant'Anna, Waldemiro Brás da Conceição, João de Oliveira Netto e João Batista dos Santos (20 a 29/12)
	Rei – Antonio Gonçalves dos Santos
	Rainha – Maria Cristina da Silva Paz
Ano – 1975	Festeiro – Benedito Domingos Gama (19 a 28/12)
	Rei – Antonio Olimpio dos Santos
	Rainha – Maria Cristina da Silva Paz
Ano – 1976	Festeiro – Comissão Paroquial (Benedita Vieira de Oliveira, Julia Vieira de Oliveira, Maria Izaltina Ramos Cananéa, Lindalva Maria de Aquino, Maria Emilia de Mello Santos Pádua, Bento Cananéa e João de Oliveira Netto) (26 a 29/12)
	Rei –
	Rainha -
Ano – 1977	Festeiro – Amélia Chiminazzo (18 a 27/12)
	Rei –
	Rainha-
Ano – 1978	Festeiro – Dayse Lucie Ribeiro Vidal e Paulo Flores Vidal (26/11 a 27/12)
	Rei-
	Rainha – Andréia Alcântara Mariano
Ano – 1979	Festeiro- José Claúdio de Araújo (18 a 27/11)
	Rei – Benedito José Costa de Souza
	Rainha – Ivanilda do Carmo
Ano – 1980	Festeira – Anna Zitha de Alvarenga Corrêa (20 a 29/11)
	Rei – Jorge Zelbino da Silva
	Rainha -
Ano - 1981	Festeiro – Benedito Pereira da Anunciação (19 a 28/11)
	Rei-
	Rainha-
Ano 1982	Festeiro – Benedito Basilio de Paula e Benedita Theresa de Paula (18 a 27/11)
	Rei – Carlos Henrique de Paula
	Rainha – Aparecida de Paula
Ano 1983	Festeiro – Benedicta Bullé dos Santos (17 a 26/11)
	Rei – Cláudio dos Santos
	Rainha -
Ano – 1984	Festeiro – Maria Izaltina Ramos Cananéa, Juliana Carlota de Oliveira, Joana Ignez de Jesus, Leda Maria Coelho de Barros, Lucilia Maria Cananéa da Costa e Zelina Fernandes de Oliveira (15 a 24/11)
	Rei –
	Rainha –
	Obs. Nesta festa não houve rei e nem rainha, conforme informações obtidas com uma das festeiras, Sra. Maria Izaltina Ramos Cananéa.
Ano – 1985	Festeiro – Aparecida da Silva Coupê (08 a 17/11)
	Rei – Honório do Espírito Santo
	Rainha – Luzinete Grácia do Carmo
Ano – 1986	Festeiro – Benedito Lourenço Dias (07 a 16/11)
	Rei – Ronaldo Conceição
	Rainha – Isabel Maria do Carmo Teixeira

ANEXO 34 – Pág. 9

Ano – 1987	Festeiro – Gilson Benedito Ayres Malvão e Maria dos Remédios Silva Malvão (06/15/11)	
	Festeiro – Gilson Benedito Ayres Malvão e Maria dos Remédios Silva Malvão (06/15/11)	
	Rei – Honório do Espírito Santo	
	Rainha – Cristiane Conceição da Silva Lazar	
Ano – 1988	Festeiro – Inácia Augusta de Oliveira (04 a 13/11)	
	Rei – Valdemar do Nascimento	
	Rainha – Regina Domingas dos Santos	
Ano – 1989	Festeiro – Maria Emilia de Mello Santos Pádua (10 a 19/11)	
	Rei – Valdemar do Nascimento	
	Rainha – Lindalva Maria de Aquino	
Ano – 1990	Festeiros –	Katia Regina Ferreira Pádua de Souza e (09 a 18/11)
		Maria de Lourdes Pereira Pádua
	Rei – Noberto Angelo da Conceição	
	Rainha – Andréia Alcântara Mariano	
Ano - 1991	Festeiro –	Maria Magnolia de Oliveira Santos e (08 a 17/11)
		Josélia Bezerra de Farias Silva
	Rei – Valdemar do Nascimento	
	Rainha – Sandra do Espírito Santo Corrêa	
Ano – 1992	Festeiro – Thereza Helena dos Santos (06 a 15/11)	
	Rei – Valdemar do Nascimento	
	Rainha – Maria Cristina da Silva Paz	
Ano – 1993	Festeiro - Joaquim Marques da Cunha Neto (05 a 14/11)	
	Rei – Valentim Conceição	
	Rainha – Serafina Soares Ventura	
Ano – 1994	Festeiro – Hilza Maria Pádua Alcântara (04 a 13/11)	
	Rei – Valdemar do Nascimento	
	Rainha – Maria Cristina da Silva Paz	
Ano – 1995	Festeiro – Maria Gibrail Rameck (10 a 19/11)	
	Rei – Honório do Espírito Santo	
	Rainha – Patricia Costa Campos	
Ano – 1996	Festeiro – Luzia Diniz Moreira	
	Rei –José Celso Avelino	
	Rainha – Ceidimar S. Ramos	
Ano – 1997	Festeiro – Paulo Flores Vidal e Dayse Lúcie Ribeiro Vidal (07 a 16/11)	
	Rei – Noberto Angelo da Conceição	
	Rainha – Luzia Baptista	
Ano – 1998	Festeiro – Benedita Thereza de Paula (06 a 15/11)	
	Rei – Carlos Henrique de Paula	
	Rainha – Uriana da Silva Moura	
Ano – 1999	Festeiro – Lúcio Jorge Maia da Conceição e Sonia Gomes Rocha da Conceição (05 a 14/11)	
	Rei – Ivan Rosena	
	Rainha –Gleiziela de Morais Silva	
Ano – 2000	Festeiro – Lucilia Maria Cananéa da Costa e Coral da Igreja Matriz (10 a 19/11)	
	Rei –	
	Rainha – Laura Rosa de Oliveira	
Ano – 2001	Festeira –Maria de Lourdes Pereira Pádua	
	Rei – Manoel Carlos da Silva Paz	
	Rainha – Melca de Oliveira Santos	

ANEXO 34 – Pág. 10

Ano – 2002	Festeiro – Círculo Bíblico do Pontal
	Rei – Alessandro Lopes de Aguiar
	Rainha –Pedrina Lopes de Aguiar
Ano – 2003	Festeira – Josélia Bezerra de Farias Silva (07 a 16/11)
	Rei – Carlos Henrique de Paula
	Rainha – Uriana da Silva Moura
Ano – 2004	Festeiros: Sergio Lemos e Elizete Malvão Lemos (12 a 21/11)
	Rei – Maurino Leonardo
	Rainha – Suzana Lopes do Nascimento
Ano – 2005	Festeiros: Iracema de Paula Greff e Silvio Machado Cardoso
	Rei –Carlos Henrique de Paula
	Rainha – Uiara Greff Cardoso
Ano – 2006	Festeiro – Edson José de Oliveira e Grupo de Decoradores (10 a 19/11)
	Rei – Marcos Cardoso de Barros
	Rainha – Ana Cláudia da Conceição
Ano – 2007	Festeiros: Carlos Henrique, Ana Lucia, Orlando e Rosenir
	Rei – Marcos Cardoso de Barros
	Rainha – Anne de Oliveira Gama de Souza
Ano – 2008	Festeiros – Apostolado da Oração
	Rei – Francisco Luiz da Silva Nascimento (Chiquinho)
	Rainha – Luzia Isaias Profeta
Ano – 2009	Festeiro – Edith Azevedo e seu marido Edayr Azevedo
	Rei – Valdemar do Nascimento
	Rainha – Ivanilda do Carmo
Ano – 2010	Festeiro – Ana Lúcia Cananéa
	Rei – Vinicius Vieira
	Rainha – Ana Luiza Oliveira Moura
Ano – 2011	Festeiro – Elcio Gonçalves
	Rei –Luam Corrêa
	Rainha – Priscila Isaias Profeta
Ano – 2012	Festeiro – Antonio Cezar Santos de Souza
	Rei – Paulo Tristão
	Rainha – Lara Santos Silva
Ano – 2013	Festeiros – Newton Netto Dantas e Maria Helena Pinto Dantas
	Rei – Lucas Baptista
	Rainha –Luzia Baptista
Ano – 2014	Festeiros – Lucília Maria Cananéa da Costa e Francisco Carlos Coupê Coelho de Alvarenga
	Rei – Paulo Victor Narcizo Ramos
	Rainha – Issis Roberta dos Santos
Ano – 2015	Festeiros – Edson José de Oliveira e Inácia Augusta de Oliveira
	Rei – Valdemar do Nascimento
	Rainha – Graciete Alcântara
Ano 2016	Festeiros – Regina Antônia Pádua e Sérgio Lemos
	Rei – Leonardo dos Santos Silva
	Rainha – Manoela Reis

ANEXO 34 – Pág. 11

Ano 2017	Festeiros – Maria Emília Dias Mello, Maria Eduarda de Mello Porto e Ana Carolina de Mello Porto
	Rei – Lucas Santos do Nascimento
	Rainha – Adrielle Lopes Santos
Ano 2018	Festeiros – Catia Nazaré Passos da Silva
	Rei – Paulo César
	Rainha – Jussanan Alves dos Santos
Ano 2019	Festeiros – Eduardo da Silva Moreira
	Rei – Vagner Lopes Corrêa
	Rainha – Maria Vieira
Ano 2020	Festeiros –
	Rei –
	Rainha –

Fonte: Relação elaborada por Julio Cesar Neto Dantas e Nilson Netto Dantas, 2020.

ANEXO 35 – Pág. 1

Artigo de Samuel Costa - 1907

COISAS ANTIGAS

A tradição ainda conserva entre nós, pelas festas de S. Benedicto e do Diivino Espirito Santo o costume pitoresco de ainda presenciarmos em pleno regimem republicano, reis e rainhas que perambulam solemnes pelas ruas nos dias de festa, assistem missas em logares privilegiados nos templos e, embora como todos os monarchas, cheios de vaidade, sendo reis uma vez apenas no anno, são de resto, ao contrario daqueles, inofensivos por serem quando muito estupidamente ingenuos e não estupidamente vaidosos: elles mesmos sabem que são apenas monarchas de caçoada. Mas nem por isso deixa o costume de ser ingenuamente pitoresco e algum tanto encantador como todas as tradições brotadas e alimentadas na simplicidade inculta da alma popular. Pariz pela Paschoa ainda delicia-se em regozijos semelhantes. Nada portanto mais natural, também entre nós, que não estamos em Pariz: se não me engano. Entretanto, esta nossa tradição festiva vae de anno para anno decahindo de sua importância primitiva, pela inobservância, cada vez mais negligente, de todas as solemnidades, particularidade e detalhes que cercavam e completavam estes modos esquisitos e mesmo um pouco grotescos com que o povo procura louvar os seus santos predilectos. E então muita gente já se lembra com saudades dos séquitos principescos que percorriam as ruas por esses tempos. Hoje não sei se devido a egualitaria influencia republicana, já os monarchas das festas não se vestem a caracter nem as graciosas e tímidas rainhas arrastam pelas calçadas plebéas das nossas ruas as suas respeitáveis caudas principescas que a solicitude das encantadoras e archi-amorenadas aias quase desprendiam pela falta de pratica desses altos e aristocraticos misteres, do flexuoso corpo de suas majestades. Hoje o rei veste como qualquer de nós; a rainha de S. Benedicto, immaculadamente de branco, um diadema apenas ornando-lhe a fronte azeitonada, é tão plebéa nos seus costumes democratizados como qualquer outra que o seja; e nem por isso ele deixe de ser rei e ella deixa de ser rainha. S. Benedicto foi o primeiro a desprezar essas

ANEXO 35 – Pág. 2

solemnidades, depois o Divino Espírito Santo, que até doze annos atraz ainda tinha os seus imperadores de casaca azul, calção de velludo e sapato de verniz. Antigamente havia mesmo quem se dedicasse com prazer a realização dessas solemnidades consideradas até algumas dezenas
de annos atraz, tão necessárias para louvor do santo, como a procissão e a missa cantada: Assim é que pelos annos de mil oitocentos e vinte e tantos viera se estabelecer em Paraty uma família portuguesa, José Joaquim Cidade e sua mulher D. Genoveva Cidade; do casal nasceram um filho Manoel Joaquim

Cidade e uma filha, Francisca Cidade. O marido tornou-se velho, e incapaz de trabalhar para a subsistencia do lar, coube então á mulher, mais moça e fórte ainda, a tarefa de prover as necessidades domésticas. De 1830 mais ou menos em diante, tornou-se conhecida em sua profissão, de vestir anjos vivos e mortos, virgens, etc. no que era bastante habilidosa. Todos procuravam a D. Genoveva si queriam um anjo bem vestido. Moravam então na rua do Mercado n.73, hoje rua D. Geralda. Naturalmente os imperadores e as rainhas procuravam tambem a casa de D. Genoveva que possuia todos os materiaes para adornar suas majestades e o que ella fazia seja dito de passagem, gostosamente. Alguns já possuiam os seus calções de velludo e os seus sapatos de entrada baixa, meias, etc; mas o manto, o purpurino manto cheio de arminhos que descansava sobre os hombros imperiaes, oh! Este era sempre D. Genoveva quem o fornecia. Assim é, por exemplo, que contam que os negros forros da fazenda do Corisco, do Padre Manoel Coelho Valladão, que viveu até perto de 1850, enthusiastas destas festas, já possuiam suas vestimentas, mas o manto imperial, si elles queriam, era D. Genoveva quem o fornecia. Era gosto então ver a procissão de reis, príncipes, fidalgos e pagens pôr-se em ordem de marcha, da casa de D. Genoveva, cujo ceremonial ella conhecia sobejamente: na frente o imperador de casaca de botões enormes, calções de velludo azul, sapatos de entrada baixa com fivelas douradas, e o celebre manto de arminho, já usado por muitas dynastias, abotoado ao pescoço, longo, seguro pelos págens sollícitos e empertigados nos seus calções, o chapeu de dous biccos sobre os braços. E lá iam eles, solemnes,

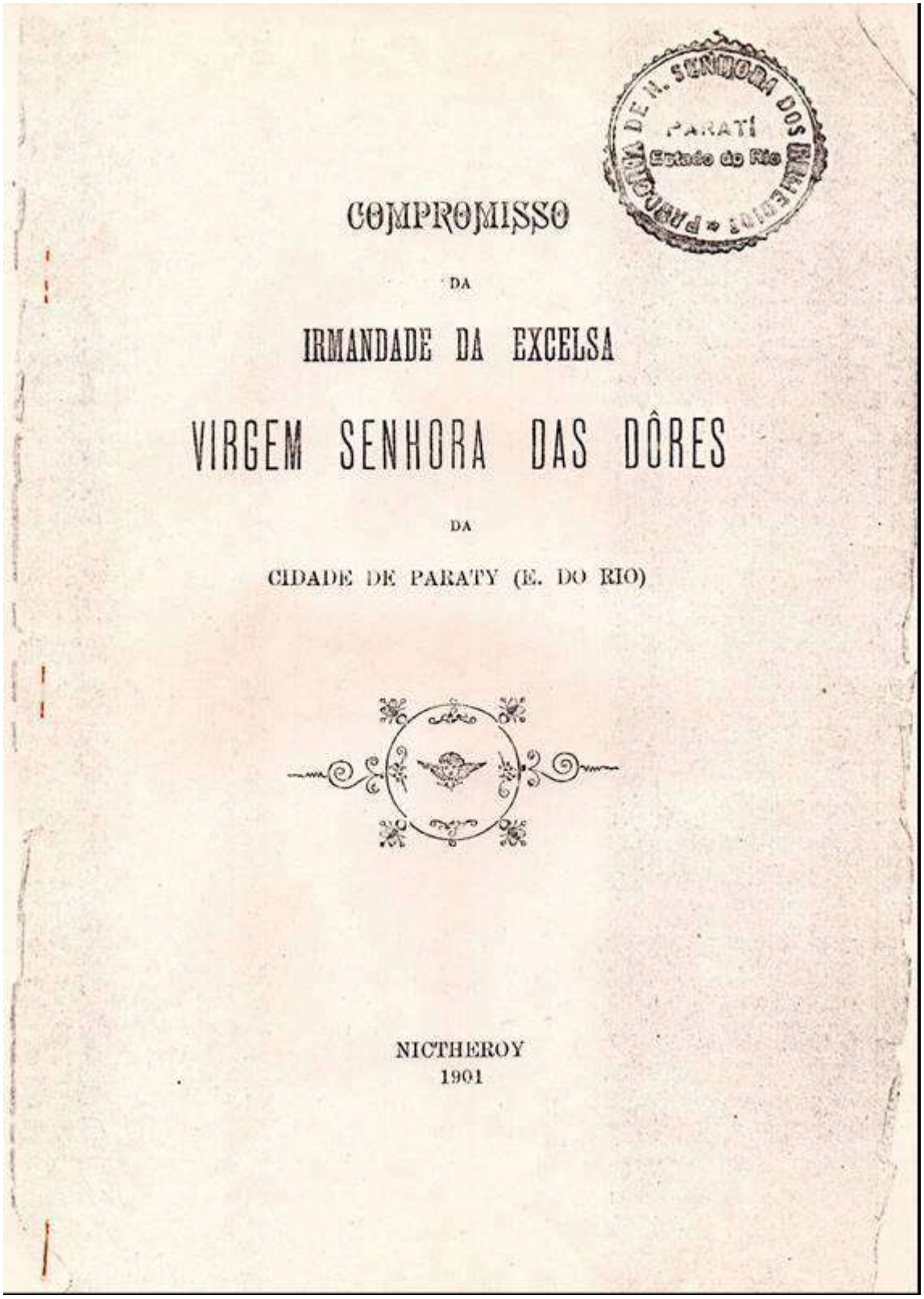
ANEXO 35 – Pág. 3

duros cadenciados, o séquito atraz, ou então a rainha, a meiga rainha entre as aias e princesas todas de velludo e seda, e D. Genoveva com o velho Cidade contemplava ufanos os seus imperadores que ella vestia, o manto de arminho ao vento, até desaparecerem na primeira curva da rua do Mercado. E anno não passava em que a modesta casa da D. Genoveva não fosse procurada por essa alta gente. Havia entretanto outra conhecida modista nesse tempo que morava na rua da Praia esquina da rua Direita, (hoje major José Luiz) era a franceza M.me Coupê em cuja casa de negocio do marido (Mr. Coupê) tinha o seu atelier de costura. Mas si a franceza era habilidosa em modas de Pariz para as moças daquela época, a portuguesa da rua do Mercado era a preferida pelos imperadores do tempo. Já que estamos falando em coisas antigas prosigamos. Para coincidência na nossa narração essas duas costureiras vieram a aparentar-se, posteriormente. O ponto de parentesco estava numa mulher que neste tempo sofria de alienação mental, conhecida por Maria dos Prazeres. Esta mulher tinha duas filhas menores, Helena e Manoela, que devido ao estado de sua mãe foram recolhidas, a primeira na casa do major Anacleto (sobrado da rua da Praia esquina da rua da Lapa hoje rua do Capitão Epiphanio) cavalheiro distincto, velho, elegante e respeitavel; a segunda á casa de M.me Coupê. Helena casou-se com o filho de D. Genoveva e Manoela com o filho de M.me Coupê. A outra filha (Francisca) de D. Genoveva casou pelos anos de 1840 com um relojoeiro alemão que aqui morava, Mathias Hummel. Morto o marido de D. Genoveva não está bem averiguado si ella fora morar com o genro Mathias em Serra Acima, que para lá se tinha mudado, ou se morreu aqui mesmo em companhia do filho que era estabelecido á rua do Mercado: Mas o facto é que depois disto (1849 mais ou menos) esta tradição festiva de imperadores e rainhas foi de anno para anno decahindo de importância até desaparecer quase por completo, onde apenas uma pequena reminiscência persiste e onde a figura sympathica de D. Genoveva não mais acompanha ufana, com os olhos húmidos de contentamento o séquito principesco que de sua casinha térrea se punha em marcha até que desaparecesse na primeira curva da rua do Mercado. ***Sam. Costa.***

Fonte: O PHAROL, 1907, Nº 19, p. 1 e 2

ANEXO 36 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade da Excelsa Virgem Senhora das Dores de Paraty - 1901



COMPROMISSO

DA

IRMANDADE DA EXCELSA

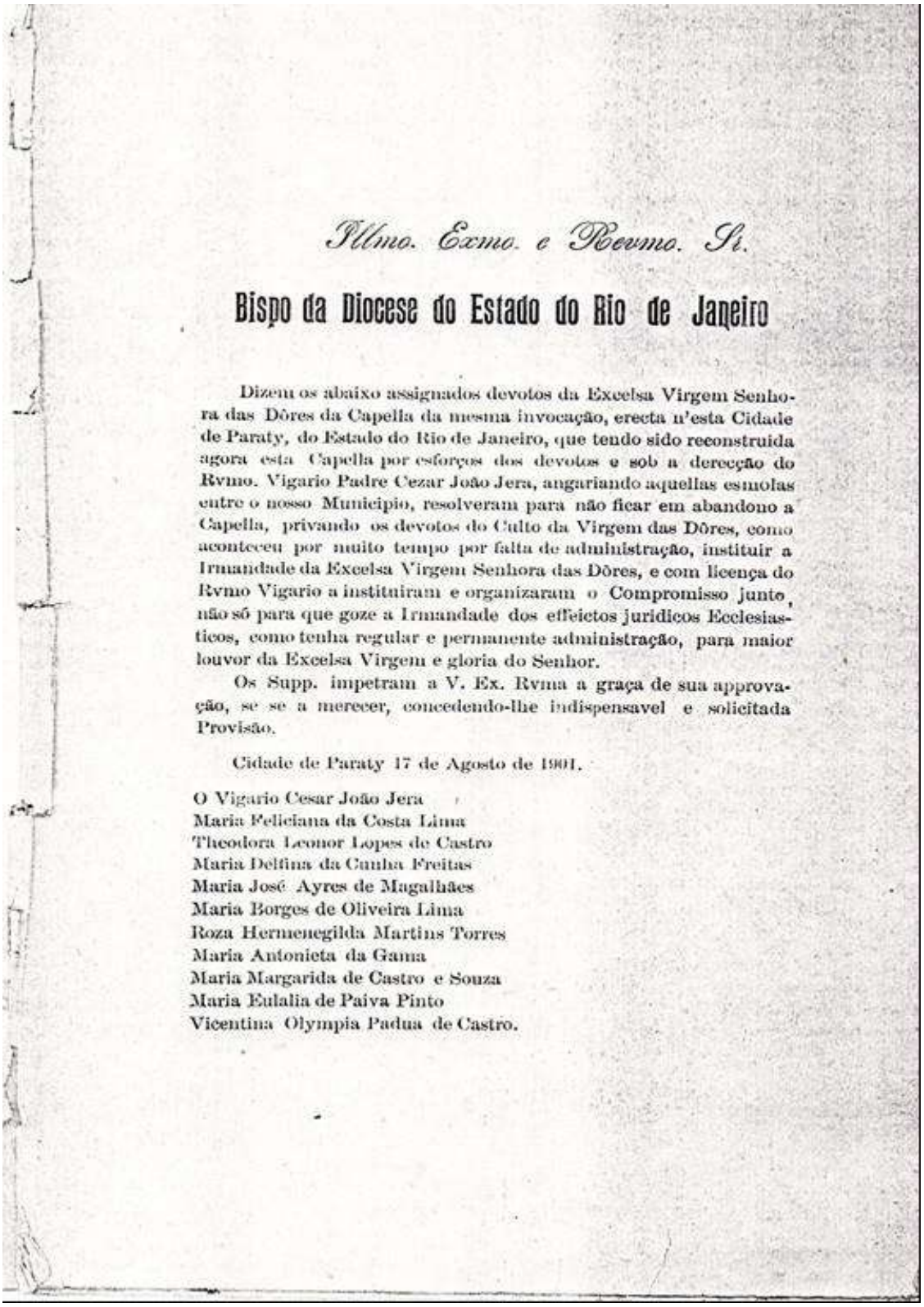
VIRGEM SENHORA DAS DÔRES

DA

CIDADE DE PARATY (E. DO RIO)

NICTHEROY
1901

ANEXO 36 – Pág. 2



Illmo. Exmo. e Revmo. Sr.

Bispo da Diocese do Estado do Rio de Janeiro

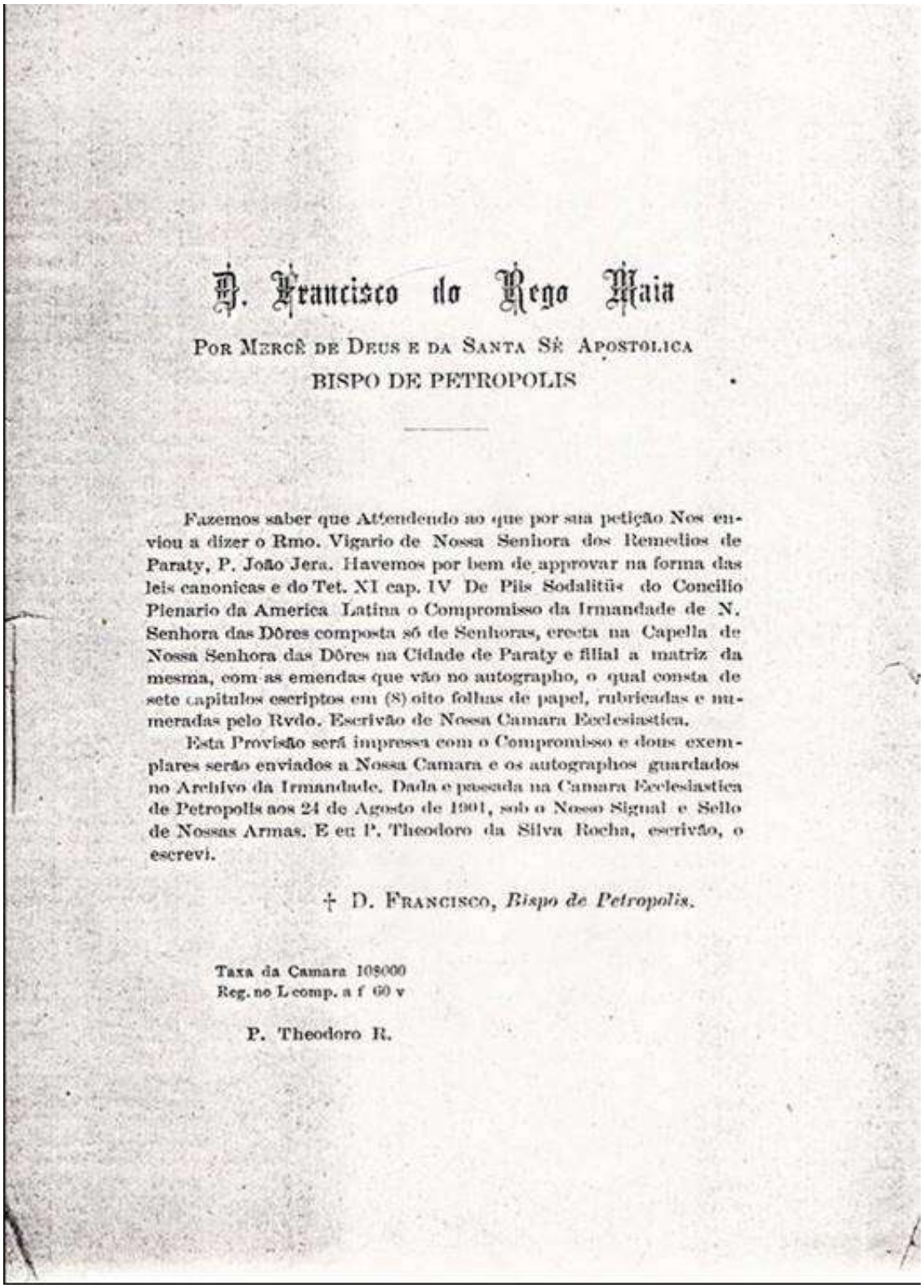
Dizem os abaixo assignados devotos da Excelsa Virgem Senhora das Dôres da Capella da mesma invocação, erecta n'esta Cidade de Paraty, do Estado do Rio de Janeiro, que tendo sido reconstruida agora esta Capella por esforços dos devotos e sob a direcção do Rvmo. Vigario Padre Cezar João Jera, angariando aquellas esmolas entre o nosso Municipio, resolveram para não ficar em abandono a Capella, privando os devotos do Culto da Virgem das Dôres, como aconteceu por muito tempo por falta de administração, instituir a Irmandade da Excelsa Virgem Senhora das Dôres, e com licença do Rvmo Vigario a instituiram e organizaram o Compromisso junto, não só para que goze a Irmandade dos effeictos juridicos Ecclesiasticos, como tenha regular e permanente administração, para maior louvor da Excelsa Virgem e gloria do Senhor.

Os Supp. impetram a V. Ex. Rvma a graça de sua approvação, se se a merecer, concedendo-lhe indispensavel e solicitada Provisão.

Cidade de Paraty 17 de Agosto de 1901.

O Vigario Cesar João Jera
Maria Feliciana da Costa Lima
Theodora Leonor Lopes de Castro
Maria Delfina da Cunha Freitas
Maria José Ayres de Magalhães
Maria Borges de Oliveira Lima
Roza Hermenegilda Martins Torres
Maria Antonieta da Gama
Maria Margarida de Castro e Souza
Maria Eulalia de Paiva Pinto
Vicentina Olympia Padua de Castro.

ANEXO 36 – Pág. 3



D. Francisco do Rego Maia

POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTOLICA
BISPO DE PETROPOLIS

Fazemos saber que Attendendo ao que por sua petição Nos enviou a dizer o Rmo. Vigario de Nossa Senhora dos Remedios de Paraty, P. João Jera. Havemos por bem de approvar na forma das leis canonicas e do Tet. XI cap. IV De Piis Sodalitiis do Concilio Plenario da America Latina o Compromisso da Irmandade de N. Senhora das Dôres composta só de Senhoras, erecta na Capella de Nossa Senhora das Dôres na Cidade de Paraty e filial a matriz da mesma, com as emendas que vão no autographo, o qual consta de sete capitulos escriptos em (8) oito folhas de papel, rubricadas e numeradas pelo Rvdo. Escrivão de Nossa Camara Ecclesiastica.

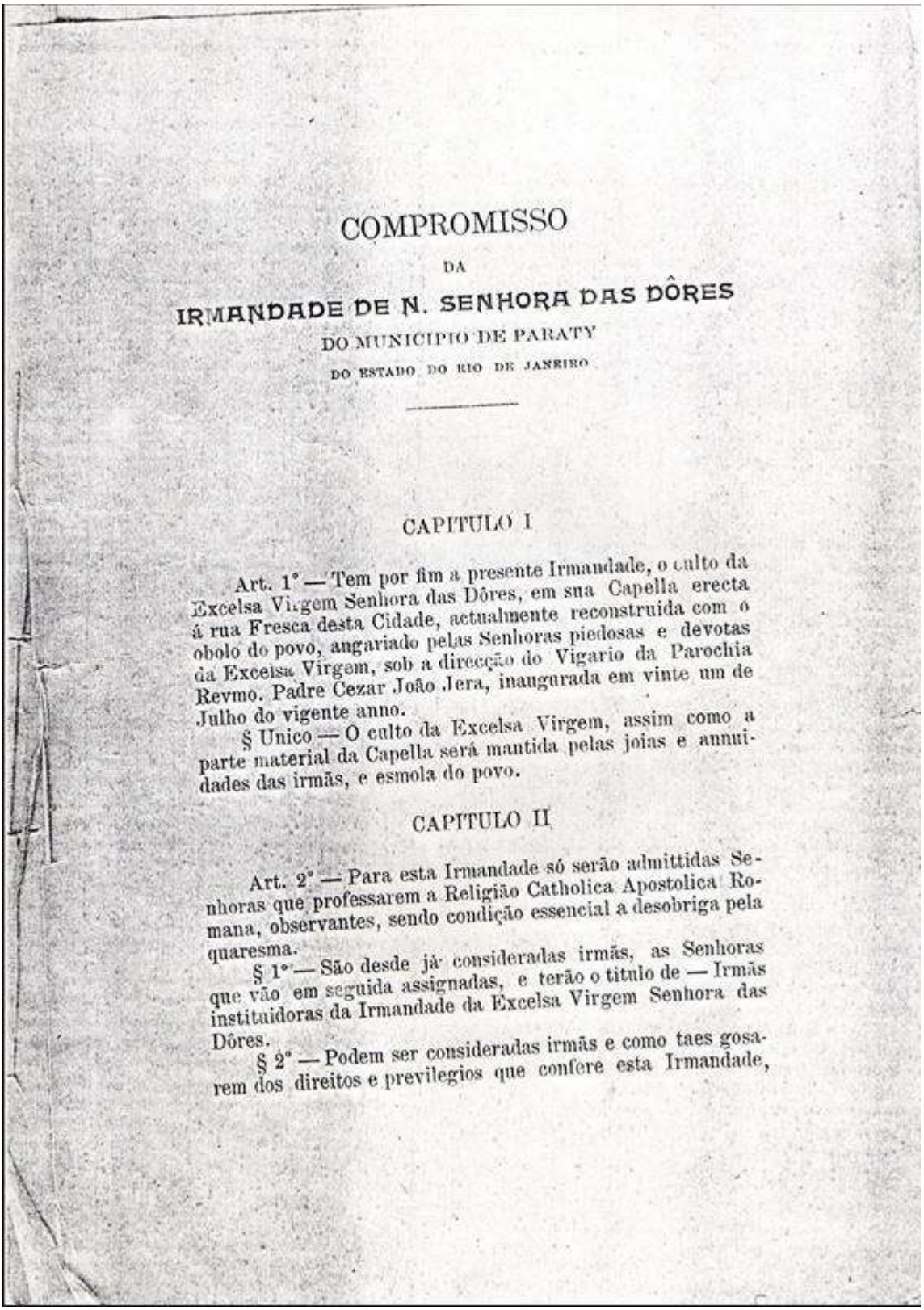
Esta Provisão será impressa com o Compromisso e dous exemplares serão enviados a Nossa Camara e os autographos guardados no Archivo da Irmandade. Dada e passada na Camara Ecclesiastica de Petropolis aos 24 de Agosto de 1901, sob o Nosso Signal e Sello de Nossas Armas. E eu P. Theodoro da Silva Rocha, escrivão, o escrevi.

† D. FRANCISCO, *Bispo de Petropolis.*

Taxa da Camara 10$000
Reg. no L comp. a f 60 v

P. Theodoro R.

ANEXO 36 – Pág. 4



COMPROMISSO

DA

IRMANDADE DE N. SENHORA DAS DÔRES

DO MUNICIPIO DE PARATY

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CAPITULO I

Art. 1° — Tem por fim a presente Irmandade, o culto da Excelsa Virgem Senhora das Dôres, em sua Capella erecta á rua Fresca desta Cidade, actualmente reconstruida com o obolo do povo, angariado pelas Senhoras piedosas e devotas da Excelsa Virgem, sob a direcção do Vigario da Parochia Revmo. Padre Cezar João Jera, inaugurada em vinte um de Julho do vigente anno.

§ Unico — O culto da Excelsa Virgem, assim como a parte material da Capella será mantida pelas joias e annuidades das irmãs, e esmola do povo.

CAPITULO II

Art. 2° — Para esta Irmandade só serão admittidas Senhoras que professarem a Religião Catholica Apostolica Romana, observantes, sendo condição essencial a desobriga pela quaresma.

§ 1° — São desde já consideradas irmãs, as Senhoras que vão em seguida assignadas, e terão o titulo de — Irmãs instituidoras da Irmandade da Excelsa Virgem Senhora das Dôres.

§ 2° — Podem ser consideradas irmãs e como taes gosarem dos direitos e previlegios que confere esta Irmandade,

ANEXO 36 – Pág. 5

todas as Senhoras maiores de quinze annos, e com residencia neste Municipio.

§ 3° Serão propostas em conferencia especial e Secreta, por uma irmã matrona, e, sendo approvadas, por escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos terão communicação por officio da primeira Secretaria, convidando-as a tomarem posse na occasião da missa da sexta-feira seguinte, lhes sendo entregue antes da posse o seu titulo de Irmã, em vista do qual, pagarão á Irmã Thesoureira a joia.

§ 4° — Antes da missa prestarão nas mãos do Capellão o juramento de serem Catholicas, Apostolicas Romanas e cumprirem com os deveres impostos por este Compromisso.

§ 5° — Guardarão as Irmãs absoluto sigillo, não só das deliberações tomadas em conferencias secretas e muito especialmente da de admissão de irmãs, quando não forem as propostas approvadas.

§ 6° — A Irmã pagará de joia cinco mil reis e de annuidade um mil reis.

§ 7° — A Irmã que não tendo pago a annuidade e sendo avisada pela Irmã Procuradora, não o fizer dentro do praso de trinta dias depois de findo o anno compromissal, ficará sujeita a ser eliminada da Irmandade, se levado como cumpre á Procuradora, ao conhecimento da Mesa na conferencia posterior ella o resolver.

CAPITULO III

Dos deveres das Irmãs

Art. 3° — São as Irmãs obrigadas, alem da desobriga quaresmal, a se confessarem nas vesperas da festa para receberem o Sacramento da Communhão na missa da mesma festa, para maior esplendor desta e glorificação da ExcelsaVirgem, salvo as que por impedimento legitimo não o poderem fazer.

Lhes cumpre:

Esmolarem ás sextas-feiras para a Irmandade, por indicação da Irmã primeira Secretaria e pela ordem da lista das Irmãs.

Visitarem as Irmãs enfermas, dirigindo-lhes palavras de conforto e consolação.

ANEXO 36 – Pág. 6

Assistirem sempre que poderem as missas das sextas-feiras e em suffragio das Irmãs fallecidas.

As Irmãs deverão fazer a sua custa, enquanto a Irmandade não tiver rendimento, uma murça de seda ou lã roxa, com cordões e borlas da mesma fasenda ou dourados, tendo na frente, do lado esquerdo, o emblema da Irmandade que será: um coração atravessada por uma espada e circundado de uma grinalda bordada á ouro sobre fundo de seda branca.

Com esta murça assistirão á todos os actos e funcções da Irmandade e esmolarão para a mesma.

Art. 4° — Os cavalheiros e Senhoras que fiserem a Irmandade donativos de quantia ou objectos do valor de quinhentos mil reis, deverão ser considerados benemeritos da Irmandade de N. Senhora das Dôres, e os que igualmente fiserem donativos de quantia ou objectos do valor de duzentos mil reis, considerar-se-ão cooperadores da Irmandade.

CAPITULO IV

Da prestação das contas

A Irmandade prestará contas ao Ordenario da Diocese ou a quem este delegar para tomal-as.

Para acquisição e alienação de bens e patromonio da Irmandade, bem como para contractos billaterаes observar-se-ham as leis canonicas.

Os livros da Receita e despesa, e todos os que forem necessarios á Irmandade serão rubricados e numerados com o termo de abertura e encerramento pelo Revmo. Provedor por commissão do Ordenario Diocesano.

Da Mesa

Art. 5° — A Irmandade será administrada por uma Mesa eleita annualmente, na vespera da festa da Excelsa Virgem Senhora das Dôres, pelas Irmãs Mesarias e mais quatro Irmãs, sendo as Mesarias que faltarem substituidas por outras tantas Irmãs, de modo a não ser inferior ao numero de quinze as presentes.

ANEXO 36 – Pág. 7

§ 1° — Tanto as Mesarias como as outras Irmãs que compozerem a Mesa da eleição deverão estar quites com a Irmandade, o que provarão pelo ultimo recibo da Procuradora.

§ 2° — A Mesa se comporá:

Do Provedor que será sempre o Vigario daParochia; primeira Secretaria; segunda Secretaria; Thezoureira; Procuradora; Zeladora; seis Irmãs deMesa e seis juizas para a festa.

Art. 6° — O Provedor presiderá á todas as conferencias ordinarias e extraordinarias e especiaes para a admissão de Irmãs.

Prestará ás Mesarias as consultas e conselhos que lhe forem solicitados.

Resolverá fora das conferencias, as duvidas que se suscitarem e providenciará sobre qualquer occurrencia extraordinaria, levando á Mesa, na primeira conferencia o conhecimento do que se tiver dado e as providencias tomadas, sujeitando seu acto á approvação.

Autorisará as despezas extraordinarias que occorrerem, as quaes serão sujeitas da mesma forma á approvação da Mesa, na primeira conferencia, correndo por conta do Provedor, se não forem approvadas.

Não sanccionará qualquer deliberação da Mesa, que for de encontro a parte espiritual da Irmandade, preceitos e desciplinas da Egreja.

Convocará conferencias extraordinarias sempre que julgar necessarias, ou quando forem requeridas por um terço das Irmãs, em virtude da representação, se julgal-a acceitavel.

Terá voto activo em todas as deliberações quer quanto a parte espiritual, quer quanto a material da Irmandade.

§ 1° — A' primeira Secretaria compete a escripturação da Irmandade; nas conferencias ler as actas e tomar apontamentos para as actas que serão lavradas depois para serem submettidas á discussão e approvação na seguinte conferencia.

Ter sob sua guarda todo o archivo da Irmandade.

Substituir o Provedor em sua falta ou impedimento.

Fazer ás Irmãs, com antecedencia de vinte e quatro horas, os avisos para as conferencias ordinarias; de quarenta e oito horas para as extraordinarias, declarando-lhes o objecto destas e de quarenta e oito igualmente para as conferencias especiaes de admissão de Irmãs.

ANEXO 36 – Pág. 8

A' segunda Secretaria substituirá a primeira Secretaria em seus impedimentos auxiliando-a sempre que solicitar esta.

§ 2° — A' Thesoureira compete a guarda dos dinheiros, titulos, joias e mais bens ou haveres da Irmandade.

Fazer a escripturação da receita e despesa.

Lançar em livro proprio a carga e descarga das importancias que tiver de receber e lhe forem entregues pela Procuradora.

Entregar annualmente a esta a relação das Irmãs para serem recebidas as annuidades.

§ 3° — A' Procuradora promover toda a cobrança das joias e annuidades dentro do anno compromissal, de modo a não serem accumuladas, e mais a cobrança de qualquer outra importancia que á Irmandade seja devida.

Zelar pelos moveis que a ella pertençáo. Quando tenha a Irmandade de promover alguma cobrança judicial, alguma acção ou execução, á Procuradora communicará ao Provedor que reunirá a Mesa a fim de discutir-se a conveniencia da cobrança judicial ou negocio decidido pela affirmativa dará procuração á pessoa competente.

§ 4.° — A' Zeladora ter em bôa conservação as alfaias da Irmandade, as toalhas dos altares, fasendo-as mudar sempre que julgar necessario; recommendar e faser que o Sachistão tenha sempre a Capella e suas dependencias em completo asseio; cuidar do jardim fazendo-o capinar, replantar, aformosear, não permittindo que delle sejam retiradas folhagem e flores para festas profanas ou particular.

As' seis Irmãs de Mesa assistirem pontualmente á todas as Conferencias da Irmandade, discutindo com calma e criterio todos os objectos da conferencia e votando sem suspeição e paixão as resoluções, quando sujeitas á approvação.

Communicar por officio ao Provedor, sempre que por qualquer impedimento não poder comparecer.

§ 5°. — As' seis Juizas fica incumbida a festa da Excelsa Virgem Senhora das Dôres, de seus bolsinhos, não devendo porem, fazerem sacrificios. Na hypothese de, por qualquer circumstancia, não poderem concorrer para a festa, o communicarão ás suas companheiras que por sua vez conferenciarão com o Provedor.

Dado o caso de não acceitarem as juizas o encargo, o que

ANEXO 36 – Pág. 9

communicarão por Officio ao Provedor, logo que, pela primeira Secretaria lhes for dada sciencia de sua eleição, a Thesoureira na Conferencia para a deliberação da festa, deve apresentar um balancete no qual demonstre o saldo dos cofres, deduzida a despeza ordinaria do anno Compromissal.

CAPITULO V

Art. 7.°—A Irmandade é obrigada a ter uma capellania, sendo Capellão o proprio Vigario da Parochia.

§ 1.° — Cumpre celebrar o Santo Sacrificio da Missa ás Sextas-feiras as nove horas da manhã, na Capella e altar da Virgem Senhora das Dôres, com assistencia de suas Irmãs.

Celebrar tambem na mesma Capella e altar o Santo Sacrificio da Missa, por alma das Irmãs que fallecerem, no terceiro dia depois de seu fallecimento,

§ 2.° — A Irmandade abonará ao Capellão, para o auxilio de sua subsistencia e em remuneração dos serviços que é obrigado a prestar, a esportula que lhe for merecida e que estiver ao alcance da dita Irmandade.

No ultimo dia de cada trimestre a Irmã Thesoureira mandará entregar ao Capellão a quarta parte da esportula destinada, mediante recibo para a justificação de suas contas.

Art. 8.° —A Irmandade manterá um Sachristão de bons costumes e a escolha do Capellão para tomar conta das chaves da Capella; ajudar as Missas; fazer as lavagens e asseio da Capella e dirigir os repiques e dobres de sinos.

Vencerá mensalmente cinco mil reis.

Poderá ser demittido pelo Capellão, quando convenha, nomeando quem o substitua; d'esse acto dará conhecimento a primeira Secretaria, para as precisas notas.

CAPITULO VI

Art. 9.° — A festa da Excelsa Virgem Senhora das Dôres, será celebrada com a pompa e solemnidade possiveis, de accordo com o que dispõe o § 5.° do Art. 6.°, ou a custa da

ANEXO 36 – Pág. 10

Irmandade, si houver saldo sufficiente em seus cofres, não tendo acceitado ou não concorrendo as Juizas com a importancia orçada.

§ 1.° — Terá lugar na Sexta-feira das Sete Dôres de Nossa Senhora, ás onze horas da manhã e não será por motivo algum transferida a Missa, salvo a hypothese de falta de Sacerdote.

Haverá á tarde procissão, na qual apenas, sahirá em andor a Excelsa Virgem Senhora das Dôres, percorrendo as ruas principaes da Cidade.

Para esta procissão serão convidadas todas as outras Irmandades.

Meia hora depois da entrada da procissão, cantar-se-há o Te-Deum Laudamus.

§ 2.° — No Sabbado de Alleluia a Irmandade fará celebrar a Coroação de Nossa Senhora a suas espenças, se for possivel, ou de alguma devota.

CAPITULO VII

Art. 10.° — As tribunas da Capella nos dias de festa e actos religiosos, só poderão ser occupadas pelos Bispos de Dioceses extranhas, e outras autoridades ecclesiasticas e autoridades civis altamente collocadas, ou militares em visita neste Municipio.

CAPITULO VIII

Art. 11.° — Só poderá ser reformado o presente Compromisso, no todo ou em parte, quando um terço da Irmandade em representação dirigida ao Provedor, com a justificação dos motivos e indicação dos pontos á alterar-se ou projecto de reforma completa, a solicitar.

O Provedor depois de acurado estudo, se entender de conviniencia, não só quanto a parte espiritual como a material convocará uma conferencia extraordinaria da qual farão parte as Mesarias e mais Irmãs que subscreveram a representação, em numero nunca inferior ao terço da lista das mesmas Irmãs.

ANEXO 36 – Pág. 11

O Provedor, depois de lidos os pontos da reforma ou o projecto da reforma, pela Secretaria, sujeitará á discussão por capitulos, artigo e paragraphos.

O Provedor, convocará tantas conferencias quantas forem necessarias para a discussão e votação.

Depois de votada assim a reforma, em uma outra conferencia a sujeitará a discussão e votação em globo e, sendo approvada, nomeará uma commissão d'entre as Irmãs presentes para a redacção da reforma do Compromisso.

Quando a Commissão tiver concluido o seu trabalho, o communicará ao Provedor que convocará uma outra conferencia para a discussão e votação da redacção.

Approvada a Redacção sera extrahida uma copia que o Provedor fará subir ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano para a sua sancção, se assim entender, e sem esta não terá valor a reforma.

Consistorio da Capella de Nossa Senhora das Dôres, filial á matriz de Nossa Senhora dos Remedios, Municipio de Paraty, 17 de Agosto de 1901.

Vigario Cesar João Jera
Maria Feliciana da Costa Lima
Theodora Leonor Lopes de Castro
Maria Delfina da Cunha Freitas
Maria José Ayres de Magalhães
Maria Borges de Oliveira Lima
Roza Hermenegilda Martins Torres
Maria Antonieta da Gama
Maria Margarida de Castro e Souza
Maria Eulalia de Paiva Pinto
Vicentina Olympia Padua de Castro.

O Revmo. Escrivão da Camara Ecclesiastica rubrique as folhas deste Compromisso e passe provisão approvando-o nesta data. Residencia Episcopal de Petropolis, 24 de Agosto de 1901.

† FRANCISCO Bispo de Petropolis

ANEXO 37 – Pág. 1

IDENTIFICAÇÃO DAS IRMÃS [sic] DA IRMANDADE DE N. S. DAS DORES, NO LIVRO DE NOMES DATADO DE 20 DE SETEMBRO DE 1901 a 1917 - 99 págs.

Nº	NOMES	DIA	MÊS	ANO
01	Theodora Lemos Lopes de Castro	10	Setembro	1901
02	Maria Feliciana da Costa Lima	10	Setembro	1901
03	Maria Delphina da Cunha Freitas	10	Setembro	1901
04	Maria José Ayres de Magalhães	10	Setembro	1901
05	Maria das Dores de Lemos Dias	10	Setembro	1901
06	Maria Margarida de Castro e Souza -Instituidª	10	Setembro	1901
07	Maria Febronia de Alvarenga Oliveira	10	Setembro	1901
08	Maria Antonietta da Gama	10	Setembro	1901
09	Cecilia Carvalho (Fallecida)	10	Setembro	1901
10	Francisca Roza Malvão	10	Setembro	1901
11	Anna Maria da Silva Gama	10	Setembro	1901
12	Anna Maria Pinto Vieira	10	Setembro	1901
13	Anna Maria de Oliveira Martins	10	Setembro	1901
14	Anna Maria de Alvarenga Santos	10	Setembro	1901
15	Adelia Augusta de Oliveira	10	Setembro	1901
16	Antonia Rosa Alves Henriques	10	Setembro	1901
17	Arlinda do Amaral Braga	10	Setembro	1901
18	Armandina Alcina da Silva	10	Setembro	1901
19	Amelia Roza de Freitas	10	Setembro	1901
20	Auta Maria da Costa	10	Setembro	1901
21	Benedicta Rubem de Almeida	10	Setembro	1901
22	Benedicta Francisca de Oliveira	10	Setembro	1901
23	Bernardina Maria dos Santos	10	Setembro	1901
24	Carlota de Oliveira Carramanhos	10	Setembro	1901
25	Carlota Chaves de Araujo Prado	10	Setembro	1901
26	Cecilia Rosa Peixoto Ayres	10	Setembro	1901
27	Eustaquia Ferraz de Araujo e Silva	10	Setembro	1901
28	Eva Laura da Silva	10	Setembro	1901
29	Engracia dos Passos Chaves	21	Março	1902
30	Francisca Carolina de Paula e Silva Fallecida	10	Setembro	1901
31	Francisca Antonia Pereira dos Santos	10	Setembro	1901
32	Francisca Adelaide de Araujo e Silva	10	Setembro	1901
33	Francisca Paula de Alvarenga e Silva	10	Setembro	1901
34	Francisca dos Anjos Valladão Teixeira	10	Setembro	1901
35	Francisca Rosa de Alvarenga Bastos-Falª a 12 de Janº de 1918	10	Setembro	1901
36	Florisbella da Silva Cruz	10	Setembro	1901
37	Florisbella da Conceição Costa			
38	Faustina Agostine	10	Setembro	1901
39	Francelina Roza de Jesus Pinto. (Fallecida a 11 de No.bro de 1914	10	Setembro	1901
40	Francisca Maria de Oliveira	21	Março	1902
41	Geralda Braga dos Santos	10	Setembro	1902
42	Guilhermina Roza Teixeira Nunes (Fallecida)	10	Setembro	1902
43	Izabel Maia de Oliveira	10	Setembro	1902
44	Joaquina Julia Carneiro de Souza	10	Setembro	1902
45	Joaquina Firmina Chaves de Araujo	10	Setembro	1902
46	Luiza Alexandrina Ribeiro Madruga	10	Setembro	1902

ANEXO 37 – Pág. 2

47	Luiza Maria de Oliveira Araujo	10	Setembro	1902
48	Luiza Alexandrina de Oliveira	10	Setembro	1902
49	Luiza Laura de Oliveira Valladão	10	Setembro	1902
50	Lydia Maria Cardozo	10	Setembro	1902
51	Maria Antonia Pinto Vieira (Fallecida)	10	Setembro	1902
52	Maria Thereza de Oliveira Lopes	10	Setembro	1902
53	Maria Justina de Oliveira Seven Avlis	10	Setembro	1902
54	Maria Rita dos Santos Pádua (Fallecida)	10	Setembro	1902
55	Maria Rita Rodarte Dias (Fallecida)	10	Setembro	1902
56	Maria Roza de Oliveira (Fallecida)	10	Setembro	1902
57	Maria Genelicia de Barros Instituidor[a]	10	Setembro	1902
58	Maria Borges de Oliveira Lima.	10	Setembro	1902
59	Maria Zeferina Dias do Rozario	10	Setembro	1902
60	Maria da Conceição Barata	10	Setembro	1902
61	Maria Eugenia Rubem	10	Setembro	1902
62	Maria dos Remedios Martins dos Santos	10	Setembro	1902
63	Maria da Conceição Rozario	10	Setembro	1902
64	Maria Clara Valladão (Fallecida)	10	Setembro	1902
65	Maria dos Anjos Valladão	10	Setembro	1902
66	Maria Benedicta Marins	10	Setembro	1902
67	Maria Benedicta Barros de Miranda	10	Setembro	1902
68	Maria Zeferina da Rocha Pereira	10	Setembro	1902
69	Maria Augusta Teixeira Nunes (Fallecida)	10	Setembro	1902
70	Maria da Conceição Carramanhos Malvão	10	Setembro	1902
71	Maria Adelaide de Araujo e Silva	10	Setembro	1902
72	Maria Augusta de Figueiredo. (Falle.[da] à 9 de ja.[nro] de 1917	10	Setembro	1902
73	Maria Thereza de Alvarenga Corrêa (Fallecida)	10	Setembro	1902
74	Maria Iria da Conceição	10	Setembro	1902
75	Maria Antonia Torquato de Moraes	10	Setembro	1902
76	Maria Eulalia de Paiva Pinto. Instituid.[a]	10	Setembro	1902
77	Mara Jezuina da Cunha Freitas	10	Setembro	1902
78	Maria Joaquina Peixoto	10	Setembro	1902
79	Maria Amalia Moniz Freire (Fallecida)	10	Setembro	1901
80	Maria do Carmo Dias Bastos (Fallecida)	10	Setembro	1901
81	Maria Ayres de Santa Roza	10	Setembro	1901
82	Maria dos Remédios Malvão	10	Setembro	1901
83	Maria Roza de Oliveira Corrêa	02	Maio	1902
84	Mariana Luiza da Silva Malvão (Fallecida)	10	Setembro	1901
85	Mariana da Silva Flores	10	Setembro	1901
86	Mathilde Augusta de Oliveira Mattos (Fallecida)	10	Setembro	1901
87	Magdalena de Mello Carramanhos	10	Setembro	1901
88	Maria Izabel de Oliveira Carramanhos	10	Setembro	1901
89	Maria Joaquina de Oliveira Carramanhos	10	Setembro	1901
90	Maria Moreira de Araujo Chaves	10	Setembro	1901
91	Margarida Roza Galvão	10	Setembro	1901
92	Manoela Roza da Silva	10	Setembro	1901
93	Olga da Gama	02	Maio	1902
94	Paulina Benedicta da Silva Costa (Falle.[da] á 15 de Janeiro de 1916)	10	Setembro	1901

ANEXO 37 – Pág. 3

95	Palmyra Emygdia de Castro Freitas	10	Setembro	1901
96	Ozana Ferraz de Araujo (Fallecida)	10	Setembro	1901
97	Rita Maria de Jesus Moura	10	Setembro	1901
98	Rita de Cassia Gomes de Almeida	10	Setembro	1901
99	Rita do Rozario Moreira	10	Setembro	1901
100	Rita de Cassia Moreira Santos	10	Setembro	1901
101	Rita Natharsia Mathias	10	Setembro	1901
102	Rita Candida Barros de Miranda	10	Setembro	1901
103	Rita Maria de Carvalho e Silva	10	Setembro	1901
104	Rita de Paiva Pinto (Fallecida)	10	Setembro	1901
105	Rosalina Amelia da Costa Braga	10	Setembro	1901
106	Roza Hermenegilda Martins Torres. Instituidª Falª 16 Setbro 1908)	10	Setembro	1901
107	Serafina Pereira de Jesus. (Fallecida a 8 de Junho de 1915	10	Setembro	1901
108	Serafina Roza de Jesus Pinto	10	Setembro	1901
109	Umbelina Roza da Costa	10	Setembro	1901
110	Vicentina Padua de Castro. Instituid.ª	10	Setembro	1901
111	Veronica Maria da Conceição (Fallecida à 19 de 10.bro de 1911	10	Setembro	1901
112	Vicentina Maria do Carmo Brazil (Fallecida)	10	Setembro	1901
113	Virginia Maria de Jesus	10	Setembro	1901
114	Francisca Maria Freire Teixeira	20	Setembro	1902
115	Margarida Muniz Freire de Farias	20	Setembro	1902
116	Amalia Maria Freire Bittencourt	20	Setembro	1902
117	Guilhermina Flavia de Araujo	02	outubro	1903
118	Maria Rita de Araujo	02	outubro	1903
119	Balbina de Araujo	02	outubro	1903
120	Guilhermina de Araujo	02	outubro	1903
121	Auta de Alvarenga Corrêa	09	janeiro	1905
122	Daria de Alvarenga Corrêa	25	outubro	1906
123	Ubaldina Barreto Coupé	15	março	1907
124	Aurelia Aurora das Neves	15	março	1907
125	Maria da Conceição Amaral (Fallecida a 17 de Julho de 1911)	13	março	1908
126	Luzia da Fonseca	13	março	1908
127	Professora Julieta de Sampaio Mayrink	11	abril	1909
128	Maria Emilia de Alvarenga Corrêa	26	novembro	1910
129	Julieta de Oliveira Pinto	31	março	1911
130	Francisca Martins dos Reis	10	Setembro	1901
131	Maria Dias dos Santos Martins	10	Setembro	1901
132	Francisca Rosa de Magalhães Dias (Fallecida)	10	Setembro	1901
133	Maria Joaquina de Souza	10	Setembro	1901
134	Maria Luiza de Souza	10	Setembro	1901
135	Clementina Paulina de Souza	10	Setembro	1901
136	Maria Justina Pinto Botelho	13	novembro	1914
137	Joanna do Amaral Braga	30	março	1917
138	Professora Julia Augusta Guimarães	07	novembro	1917

Fonte: LIVRO DE NOMES DAS IRMÃS, 1901 a 1917 - 99 págs

ANEXO 37 – Pág. 4

IDENTIFICAÇÃO DAS IRMÃES [sic] DE N. S. DAS DORES, NO LIVRO DE RECEITA E DESPESA DATADO DE 20 DE SETEMBRO DE 1930 a 1957 - 104 p.

Nº	NOMES	DIA	MÊS	ANO
139	Lucia Ciro Costa	06	setembro	1930
140	Maria das Dores Vieira	26	setembro	1930
141	Rosa	04	outubro	1930
142	Hilda França de Souza	11	outubro	1930
143	Zenaria Maria do Carmo	18	outubro	1930
144	Emilia Gibrail	15	novembro	1930
145	Cecilia Dias	22	novembro	1930
146	Luiza França Dias	06	dezembro	1930
147	Jovelina França	06	dezembro	1930
148	Hortencia Dias Faria	06	dezembro	1930
149	Maria da Conceição F.	26	dezembro	1930
150	Maria Moura	03	janeiro	1931
151	Francisca Reis	10	janeiro	1931
152	Paulina Dias	17	janeiro	1931
153	Magdalena Calixto	24	janeiro	1931
154	Alda Cruz	07	fevereiro	1931
155	Clementina P. de Souza	07	março	1931
156	Maria Lima	14	março	1931
157	Antonieta M. Miranda	21	março	1931
158	Bazildes Vieira de Mello	28	março	1931
159	Paulina Rosário	04	abril	1931
160	Santa Corrêa de Melo (Maria Emilia C. Melo)	08	abril	1931
161	Francisca França Conti (Benzinha)	02	maio	1931
162	Maria Moura de Mello	09	maio	1931
163	Maria Luiza das Dores Vieira	18	julho	1931
164	Lucinda França de Souza	15	agosto	1931
165	Marina Hilario	19	setembro	1931
166	Jovena Conceição	21	novembro	1931
167	Mercedes França	05	dezembro	1931
168	Herminia França de Souza	26	dezembro	1931
169	Paulina Santos Dias	27	fevereiro	1932
170	Antonia Lopes	26	março	1932
171	Maria Luiza de Souza	28	março	1932
172	Maria Lapa de Souza	28	março	1932
173	Antonia Lopes	31	março	1932
174	Filhinha Lopes	31	março	1932
175	Conceição Nubile(Maria da Conceição Peres Nubile	15	abril	1932
176	Etelvina Hipolito	18	abril	1932

ANEXO 37 – Pág. 5

177	Maria Justina Botelho	21	maio	1932
178	Elerina da Silva Aquino	05	abril	1933
179	Dulcina Chaves França	08	abril	1933
180	Ruth Pimenta (Ruth Pessoa Barros Pimenta)	15	abril	1933
181	Maria José Ayres Magalhães	15	abril	1933
182	Maria Gama	17	abril	1933
183	Georgia de Oliveira Torres	28	abril	1933
184	Benedicta Quirino	12	agosto	1933
185	Cecilia Sergio do Espírito Santo	19	agosto	1933
186	Maria Vieira	07	outubro	1933
187	Maria Olimpio	10	fevereiro	1934
188	Benedicta Alcobaça dos Reis	17	março	1934
189	Mathildes Peres dos Santos	16	junho	1934
190	Maria G. Veiga	27	outubro	1934
191	Emilia Gibrail	03	novembro	1934
192	Luiza de Souza	24	novembro	1934
193	Nezinha F. Abalo	29	dezembro	1934
194	Jauva Santos	23	março	1935
195	Benedicta Barros	30	março	1935
196	Benedicta Chaves	05	abril	1935
197	Vicentina Torres	12	abril	1935
198	Rosa Tavares de Almeida Cruz	19	abril	1935
199	Leopoldina J. Soares	04	junho	1935
200	Eustáquia de Araújo Silva	28	junho	1935
201	Maria Dias Cravo	28	junho	1935
202	Maria Isabel Gama	06	agosto	1935
203	Palmyra de Castro Carvalho	08	janeiro	1936
204	Maria Eulália Pinto	08	abril	1936
205	Cecilia da Conceição	17	setembro	1936
206	Clementina P. de Souza	02	janeiro	1937
207	Chiquinha Reis	06	fevereiro	1937
208	Judith P. da Silva	13	fevereiro	1937
209	Helerina Aquino	12	março	1937
210	Ubaldina Barreto Coupe	18	março	1937
211	Maria B. Lima	10	abril	1937
212	Lourdes Souto	17	junho	1937
213	Aparecida Oliveira	04	dezembro	1937
214	Luiza Campos	05	fevereiro	1938
215	Maria Eugenia Rubem	17	abril	1938
216	Benedicta Calixto (Benedita Rosario Calixto Santos)	20	março	1939
217	Rita Miranda Lopes	24	março	1939
218	Rita de Cássia Gonçalves Vieira (D. Tintinha)	25	março	1939

ANEXO 37 – Pág. 6

219	Sylvia Ayres de Aquino	14	abril	1939
220	Alice Campos	06	agosto	1939
221	Conceição Vilela	02	fevereiro	1943
222	Benedicta Correia Mello	08	abril	1943
223	Clara Rosario Barreto	08	abril	1943
224	Itala Judice	21	março	1948
225	Conceição Torres	05	junho	1948
226	Rita Reis Fonseca	20	junho	1948
227	Maria Francisca de Moura	26	novembro	1948
228	Dalva Calixto	09	dezembro	1948
229	Vanda Miranda	21	janeiro	1949
230	Carlota Ribeiro	02	abril	1949
231	Alice Magalhães	06	abril	1949
232	Clara Rosário Barreto	06	abril	1949
233	Jovelina C. dos Santos	09	abril	1949
234	Therezinha França	20	agosto	1949
235	Domingas da Paschoa	28	outubro	1949
236	Benedita Calixto dos Santos	30	março	1951
237	Emilia Rubem	26	novembro	1951
238	Dolores Giudice	30	dezembro	1951
239	Francisca Dutra	06	abril	1952
240	Maria Gibrail	06	abril	1952
241	Benedita Amaral Vieira	15	abril	1952
242	Rita Costa de Souza	15	abril	1952
243	Esmênia Dutra	15	abril	1952
244	Maria Emilia Corrêa de Mello (Milotinha)	15	abril	1952
245	Maria Francisca dos Santos	07	março	1953
246	Magdalena Calixto Pádua	10	março	1953
247	Alba Calixto	10	março	1953
248	Wanda Stanisce	10	março	1953
249	Benedita V. Oliveira	13	março	1953
250	Zilá Calixto	06	abril	1956
251	Pedrina F. Nubile	06	abril	1956
252	Ernestina Maria Perfeito	31	julho	1956
253	Aida Conti França	30	setembro	1956
254	Durvalina Penha	30	novembro	1956
255	Perolina (Amaral Vieira)	30	março	1957
256	Valentina de Arruda	30	março	1957
257	Beatriz Albino Moreira	30	março	1957
258	Benedita Guedes	30	março	1957
259	Candida	30	março	1957

Fonte: LIVRO DE RECEITA E DESPESA DE 1930 a 1957 – 104 p.

ANEXO 38 – Pág. 1

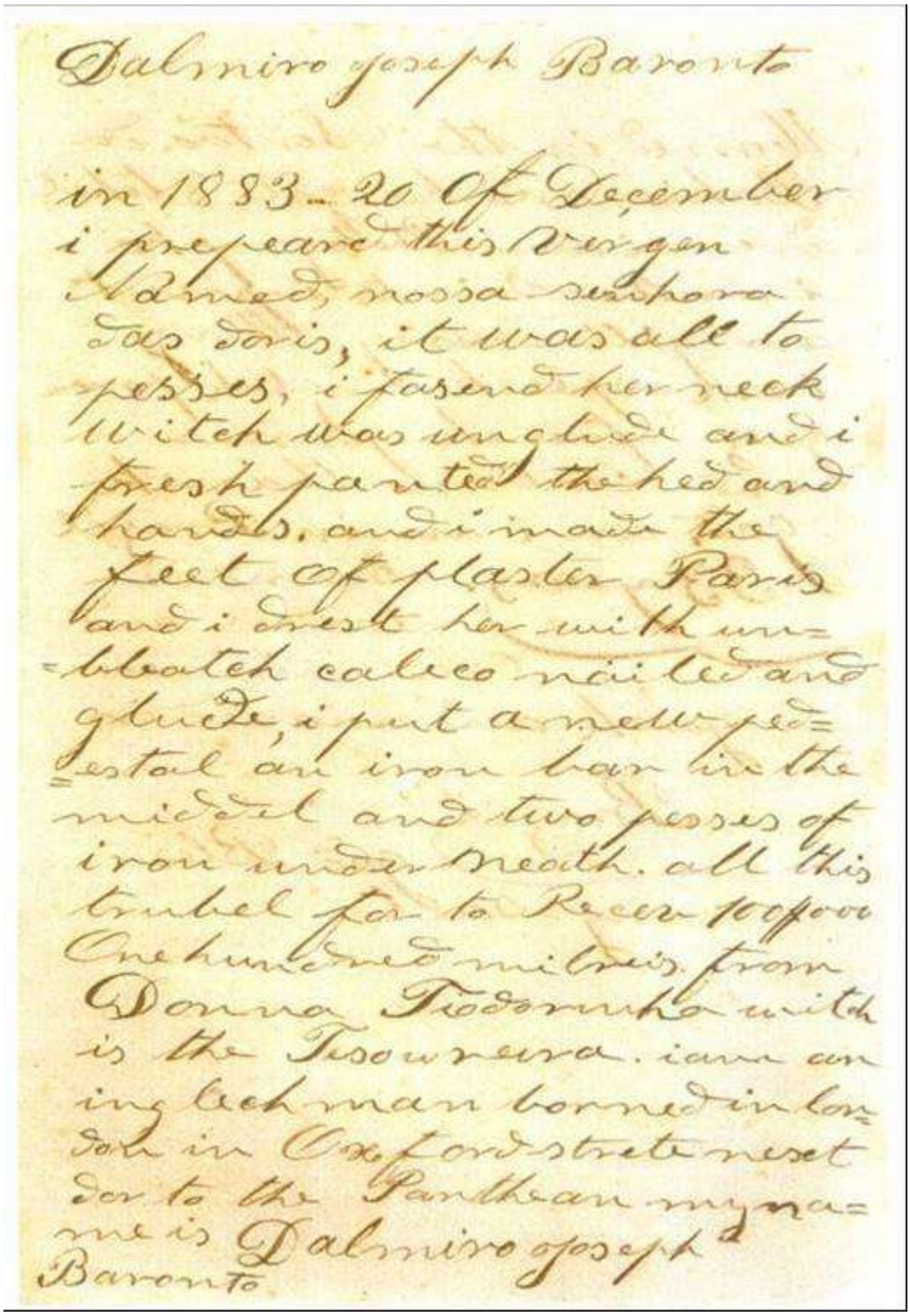
LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS DORES DE PARATY 1876 A 1908

ANO	ASSUNTO	PÁGINA
1876	Presença das AIAS (08) de Nossa Senhora pagando Joias de 16 000 reis	p.1v
1877/1881	Esmola da Irmã D. Carlota – 45.000, Foi Irmã em 1877 e Provedora em 1881	p.2/ p. 5
1878	Dinheiro dado ao Major José Luiz Campos do Amaral para pagar as despesas do Te Deun e do Leilão, 119.000	p. 2
1878	Esmola q.' deo a Irmã D. Carlota Carramanhos, 3.000,	p.2v
1878	Pagamento a Bento Carpintrº de desp.as p.ª o dito –- 19.000	p.2 v
1878	A Geraldo Braga S. Sabbas de pintar e dourar a capella, – 185$000	p. 2 v
1879	Importância da fazenda e feitio do Manto para Nossa Senhora – 320$000	p. 3
1883	Dinheiro que deu D. Geralda de Apólice – 66.00,	p. 6
1884	Dinheiro de uma apólice q deo D. Geralda,	p. 6 v
1884	Dita da fallecida D.Balbina para encarnação de Nossa Senhora,	p. 6 v
1884	Encarnação incluindo chapa, lona o parafuso 115.000	p. 7
1884	Preparos que veio para o andor, 144.000	p. 7
1882	9 Palmas de flores pª o Altar a 5.000 – 45.000	p. 5 v
1882	Ballas de estrelas – 5.000,	p. 5 v
1882	Concerto do assoalho da Capella – 85.160	p. 5 v
1886	12 Ramos para o andor – 18.000	p. 9
1888	Dinheiro que entregou D. Luluca producto de uma subscripção pª corôa de N. S. das Dores	p. 15v
1888	Pelo concerto feito na Capella no corrente ano, com madeiras e carpinteiros	p. 16
1889	Esmola dada pelo Dr. Alvarenga e sua mulher 10.000	p. 12
1889	Productos de vestir anjos 15.000	p. 12
1891	Pelo concerto feito na capella no anno de 1890 e 1891, cal, barro, officiaes e tintas 484$870	p. 14
1892	Foguetes para Coroação e Procissão 10$500	p. 14
1892	Doces para anjos e Padres 11$000	p. 14
1892	Despesas com o assoalho da Sachristia – Carpinteiros, barrotes, Taboas e pregos 54.000	p. 14
1892	Ao Caetano de retelhar a Igreja – 7$000	p. 15
1892	Objectos comprados a Nezinho pª o andor que sahio na Procissão de Passos no ano de 92 – 43$320	p. 15
1893	Quantia que contribuiu para as Despesas feitas no anno de 1893 com a Festa de Nossa Senhora das Dores a pedido do Encarregado o Snr. Joaq.m do Carmo; Atendendo a pequena jóia offerecida pelo Juiz da mesma – 11$000	p. 15
21 de Maio de 1904	Recibo de pagamento da Srª D. Maria Feliciana da Costa Lima Thezoureira da Irmandade de N. S. das Dores, quantia de dez mil reis, importância de vinte alqueires de Cal que vendi para a reconstrução das paredes externas da Capella. Paraty - Angelo Gonçalves da Silva.	p.40

Fonte: LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS 1876 A 1908

ANEXO 39 – Pág. 1

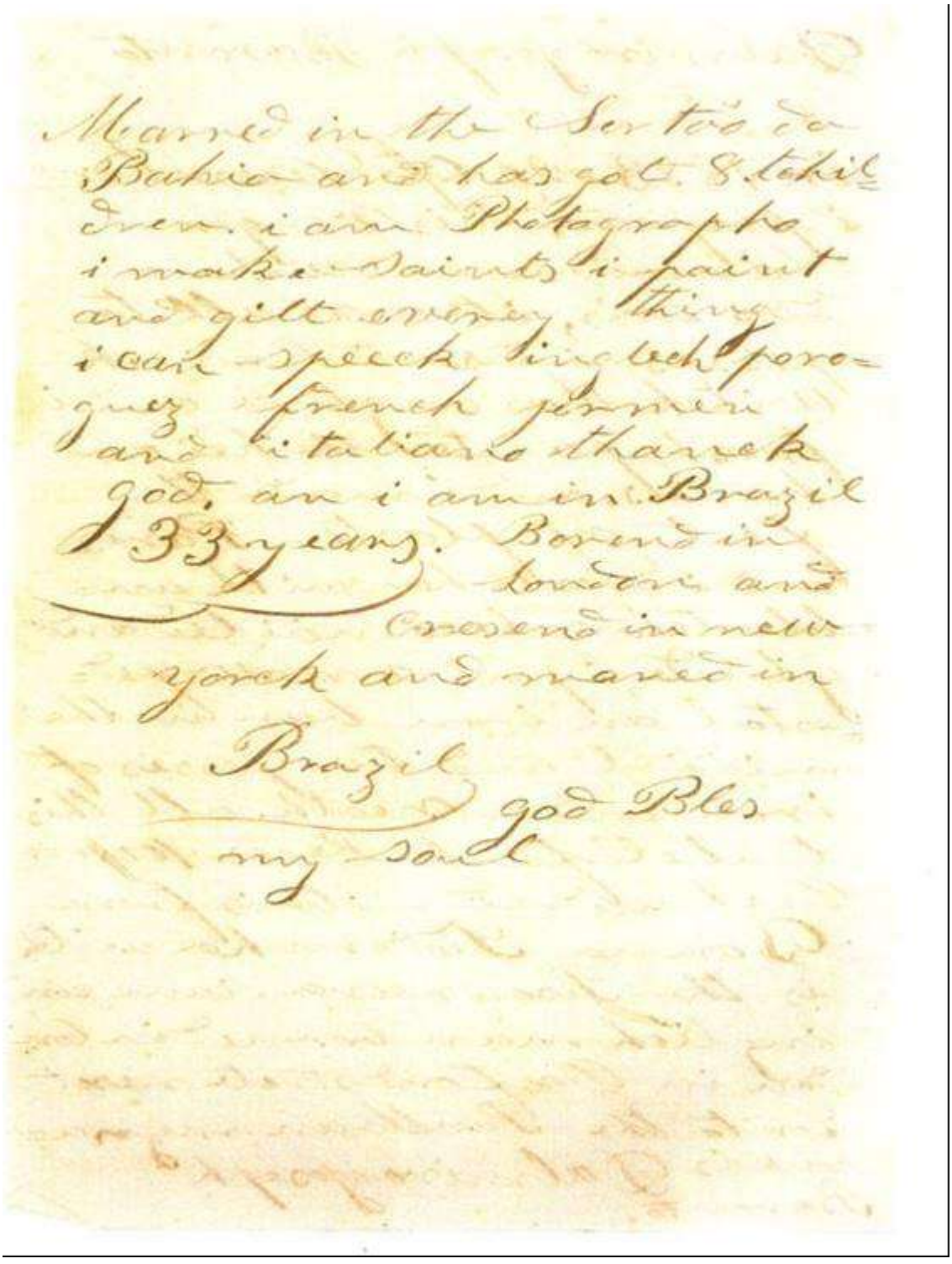
Carta de Dalmiro Baronto – 1883



Dalmiro joseph Baronto

in 1883 – 20 Of December
i prepeare this Virgen
Admed, nossa senhora
das dores, it was all to
pesses, i fasend her neck
witch was unglued and i
fresh painted the hed and
hands, and i made the
feet of plaster Paris
and i dress her with un=
bleatch calico nailed and
glued, i put a metal pe=
estal an iron bar in the
midel and two pesses of
iron under neath. all this
trubel for to Recev 100 fore
One hundred milreis from
Donna Teodorika with
is the Tesoureira. i am an
ing lechman borned in lon=
don in Oxford strete next
dor to the Pantheon my na=
me is Dalmiro joseph
Baronto

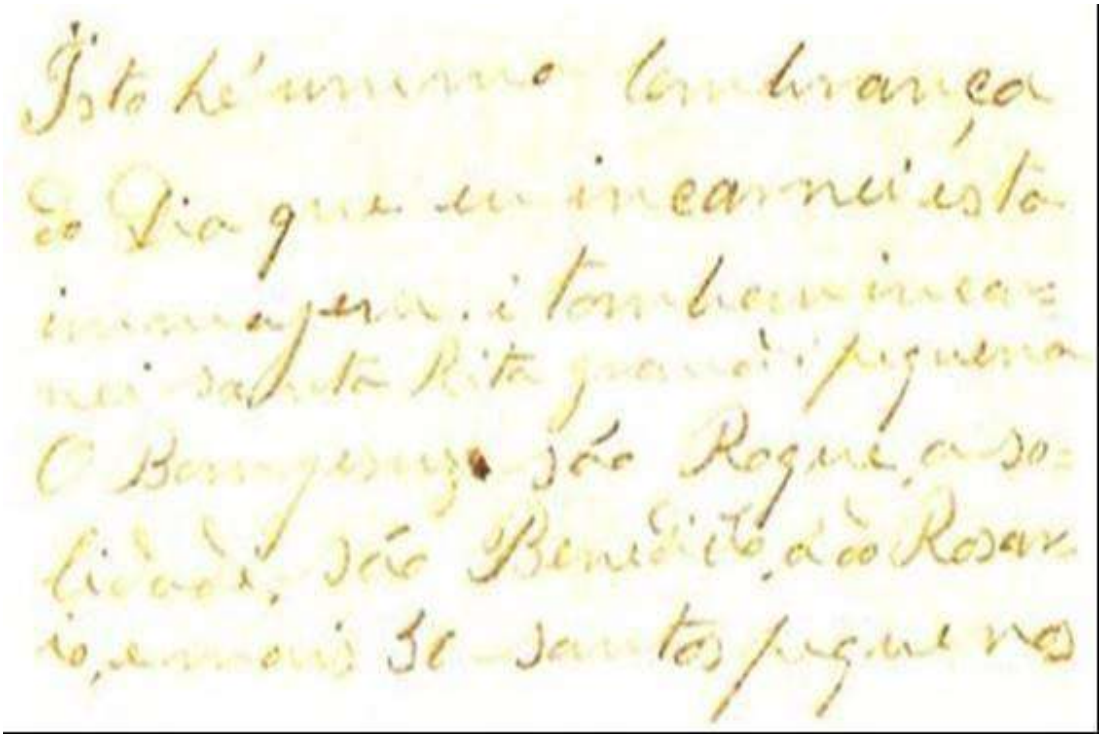
ANEXO 39 – Pág. 2



Maried in the Sertão da
Bahia and has got 8 child
dren. i am Photographer
i make Saints i paint
and gilt every thing
i can speek fine both Portu-
guez French germen
and Italian thanck
God. an i am in Brazil
33 years. Borend in
London and
Crosend in new
yorck and maried in
Brazil
God Bles
my Soul

ANEXO 40 – Pág. 1

Bilhete de Dalmiro Baronto - encontrado no interior da imagem de N. S das Dores – 1883



ANEXO 41 – Pág. 1

Cartão e Bilhete de Dalmiro Baronto - encontrado no interior da imagem de N. S das Dores – 1883

Mora em Passagem

DALMIRO JOSÉ BARONTO

PHOTOGRAPHO

Encarrega-se de qualquer trabalho pertencente a arte photographica

Fabrica, pinta e concerta imagens de todas as qualidades e tamanhos, por preços commodos.

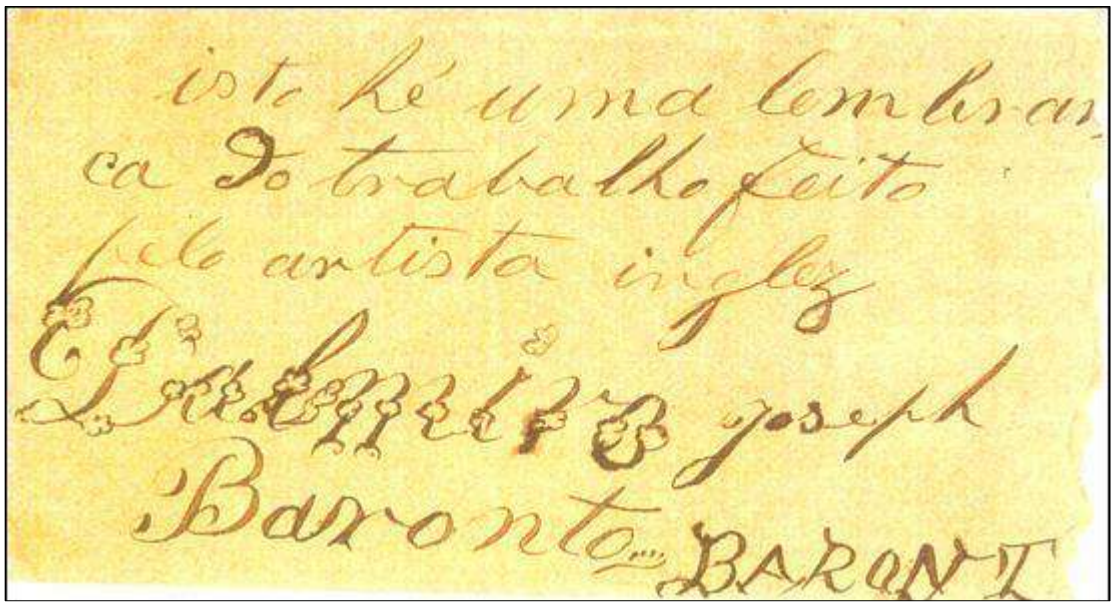
Incumbe-se de qualquer obra tanto de entalhador como de estucador, floröes, capiteis, molduras, bustos de gesso tirados de defuntos, etc., etc.

Prepara bengalas com bonitas esculpturas e bem vernizadas de 12 a 20$000 cada huma

Ensina a qualquer pessoa que queira aprender a mesma arte

Attendo a chamados em casas particulares em qualquer lugar

Reside hoje Rua Augusta Tingui



isto é uma lembrança do trabalho feito pelo artista inglez

Eduardo Joseph Baronto BARONI

ANEXO 42 – Pág. 1

Lei de 26 de agosto de 1828

José Bernardino Baptista Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1828, 7.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

José Bernardino Baptista Pereira.

LEI — DE 26 DE AGOSTO DE 1828.

Applica varios subsidios para a factura da estrada da serra de Paraty, e extingue os registros da Cachoeira e do Curralinho e o imposto de 40 rs. por pessoa e por animal que nelles passavam.

D. Pedro I, por Graça de Deus, e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A' factura da estrada da serra de Paraty, ficam applicados os subsidios seguintes:

1.º A consignação annual de 200$000 offerecida pela Camara da villa de Paraty.

2.º O imposto de 80 rs. por alqueire de sal, que se vende na villa de Paraty para o consumo.

3.º 80 rs. por cada pessoa, ou animal, que passar na dita estrada, ou seja descendo, ou subindo. Nestes 80 rs. se comprehendem os 40 rs., que os tropeiros offereceram, e os 40 rs. que recebe actualmente o Provedor do registro da Cachoeira.

Art. 2.º O imposto de 80 rs. cessará logo que a obra estiver concluida.

Art. 3.º Ficam extinctos os registros da Cachoeira, e do Curralinho; e os empregos de Provedor, e Escrivão destes registros; e o imposto de 40 rs. por pessoa, e por animal, que nelles passavam.

ANEXO 42 – Pág. 2

Art. 4.º Ficam revogadas as leis, alvarás, decretos, e mais resoluções em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 26 dias do mez de Agosto de 1828, 7.º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

José Clemente Pereira.

L. S.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem sanccionar, sobre a applicação de subsidios para a factura da estrada da serra de Paraty, na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Joaquim José Lopes a fez.

Registrada a fl. 31 v. do livro 5.º de leis, alvarás e cartas. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 30 de Agosto de 1828.— *João Baptista de Carvalho.*

Monsenhor *Miranda.*

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria-mór da Côrte, e Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1828. — Como Vedor, *Floriano de Medeiros Gomes.*

Registrada na Chancellaria-mór da Côrte e Imperio do Brazil a fl. 114 v. do livro 1.º de cartas, leis e alvarás. Rio de Janeiro em 2 de Setembro de 1828.— *Manoel de Azevedo Marques.*

ANEXO 43 – Pág. 1

Compromisso da Irmandade de N. S. das Dores da Freguesia do Facão – 1783

COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA FREGUESIA DO FACÃO

Dom João por Praça de Deos Principe Regente
de Portugal e dos Algarves, d'quem...vem Maria
em Africa e de Guiné.....Faço saber a Voz Governa
dor e Capitão Pascoal da Capitania de São Paulo:
Que por parte do Juiz e mais Irmaons da Irmanda
De de Nossa Senhora das Dores, erecta na Freguezia
Do Facão, se me fez o requerimento deque se....
remette Copia ao diante escripta e assignada pelo
Secretario do Alto Conselho Ultramarino, em que,
pedem confirmação do Compromisso, que haviao
feito para o bom regimem da dita Irmandade com
as clausulas que expõem no dito requerimento; o
qual sendo visto, assim como também sobredito
Compromisso de que igualmente se vos remette
Copia assignada pelo dito secretario sou servi
Do ordena saos informais com o vosso parecer. O
Principe Nosso Senhor o Mandou pelos Minis
tros abaixo assignados do seu Conselho, e do do
Ultramar. José Antonio Passos afez em Lisboa
Aos vinte oito de Julho de mil oito centos e sette.
Desta cem reys. Felippe Jozé Estoqueles no impedi
mento do Secretario afez escrever. Lazaro da Silva
Ferreira= Nicolão de Miranda Silva de Moraes
Reg^da a fl.176 do L° 1 de Ord^s da Corte.
Copia do Compromisso da Irmanda
de de Nossa Senhora das Dores da Freguezia do

ANEXO 43 – Pág. 2

Facão erecta do Anno de mil oito centos e oitenta e três.
Dom Frei Manoel da Ressurreição da Sagrada Or
dem dos Menores observantes por Misericordia de
Deus, e graça da Santa Sé apostólica, Bispo
de São Paulo e do Conselho de sua Magestade
Fidelissima. Aos que esta nossa Provizão virem,
saúde e bençao em o Senhor Fazemos as ber que os
devotos de Nossa Senhora das Dores
moradores na Freguezia do Facão nos reprezentarao
por sua petição que elles Cordealmente desejando
erigir sua Irmandade, para nos as honra
e gloria de Deus, conservação da mês ma
Senhora, provindo-nos..... de suas suplicas
lhes mandamos passar Provizao para ereção
Facão erecta do Anno de mil oito centos e oitenta e três.
Dom Frei Manoel da Ressurreição da Sagrada Or
dem dos Menores observantes por Misericordia de
Deus, e graça da Santa Sé apostólica, Bispo
de São Paulo e do Conselho de sua Magestade
Fidelissima. Aos que esta nossa Provizão virem,
saúde e bençao em o Senhor Fazemos as ber que os
devotos de Nossa Senhora das Dores
moradores na Freguezia do Facão nos reprezentarao
por sua petição que elles Cordealmente desejando
erigir sua Irmandade, para nos as honra
e gloria de Deus, conservação da mês ma
Senhora, provindo-nos..... de suas suplicas
lhes mandamos passar Provizao para ereção

ANEXO 43 – Pág. 3

da dita Irmandade attendendo noz então
justa e piedoza suplica, e ação tão louvável,
e do serviço de Deus. Havemos para bem dar
faculdade, e conceder licença aos ditos moradores
da Freguezia do Facão para poderem erigir
adita Irmandade da Senhora das Dores
sem perjuizo dos Direitos Parochiaes e depois
de erecta formarão.....desse Compromisso
para direção e bom regimem dos confrades o qual
será apresentado para nos o aprovar-mos, PA-
recendo-nos. Dada em São Paulo, este nosso signal
e sello, aos Dez de Outubro do anno de mil e
setecentos oitenta e tres. Frei Manoel Bispo de São Paulo.
Comovidos, os Moradores, Habitantes nessa
Freguesia do Facão do cordial affecto e devoção
Que tributão a Santissima Virgem e Senhora das
Dores Sagrada Imagem se acha colocada em seu
próprio Altar, na Matriz da Bendita Freguesia
desejando efficasmente que o seu Culto Louvor
e veneração, sempre exista, e mais se aumente,
niformes procurarão erigir efundar huma Irmanda
de, para cujo effeito se dignao Sua Excillencia
conceder-lhes alicença junta por sua Provizão
e para o bom regimem e governo Ella ordenará
este Compromisso que consta dos seguintes Ca
pitulos.
Haverá nesta Santa Irmandade hum Juiz
e huma Juiza, hum Escrivão, hum Thesoureiro,
hum Provedor, e doze Irmãos de Meza

ANEXO 43 – Pág. 4

que serão elleitos por votos de todos os Irmãos
excepto os da Meza, os quaes ellegerão a Meza
que prezidir, e alem destas pessoas haverá a
quelle Numero de Irmaos de ambos os sexos
que por sua devoção quizerem ser irmãos.....
acolhidos.....e pretos.
Ambos os Irmãos serão obrigados afazer
a Festa da Santissima Senhora numa Carta mor
se anão quizerem fazer, o que nella.....
dará cada hum de esmolla Vinte Mil Cruzs. Pelo
Escrivão dará seis mil e quatro centos, o Thezoureiro
três mil e duzentos reis, o Provedor em pagas
do seu trabalho pagará so o seu annual, os
Irmãos de Meza darão cada hum quatro contos
e oitenta Reys: os Irmãos darão de annual
duzentos e quarenta reys, e pagarão de entrada
quatro centos reys.....dos Devotos da
Irmandade, se fará afastar da Santissima
Senhora, na sesta feira immediata a Domingo
De Ramos, porem havendo incomodo se fará em
qualquer das Sestas feiras da Quaresma com
Missa Cantada, Sermão, expuziçao do Santissimo
Sacramento, e tambem Procissão pó
dendo ser e nos sete dias antecedentes se fará
Setenario da Santissima Senhora no seu
Altar com toda a possivel Solenidade e a
plauzo, o que muito se recomenda aos Juizes,
Procurador, mais oficiais e Irmaos da Meza.
Na Vespora da Festa da Senhora se juntarão
em Meza e Fieis mais oficiais e Irmãos delle.....o

ANEXO 43 – Pág. 5

Reverendo Vigario se procederá a elleição por
votus para a....dos Juizes, mais oficiais que hão
de servir novamente em o anno seguinte, e logo
depois da Festa se lhe dará posse entregando-se
lhe tudo o que pertencer a dita Irmandade por
termo e juntamente se dará conta de todas as receitas
e despezas do Anno antecedente e poderão tam
Também eleger Juizes sem serem Irmaos, porem
elles não....., ellegerão logo novatos outros
que sejão Irmaos, ehavendo empates devotos
o Reverendo Vigario Prezidente os dezempatará.
O Juiz, e Juiza que sahirem elleitos, não poderão
ser obrigados a servir outra vez sem serem
passados sinco annos, em mais offiiciais trez annos.
Será obrigado cada Irmão ater sua
Opa própria, e a Irmandade mandará fazer déz
para suprir algumas faltas, e também mandará
fazer tudo o que for abem para o asseio e adorno
do Altar da Santissima Senhora, o que muito
se recomenda ao zello e cuidado do Juiz que existir.
Como para se alcançarem os bens espirituais
que sepertencem pellas Instituições
das Irmandades oprincipal meio, seja o Santo
Sacrificio da Missa, pellos....da Santa
Irmandade, se mandarão dizer anual
mente, todas as Sestas feiras, no proprio altar
da Santissima Senhora, pellos seus Irmãos
vivos, edefuntos, huma Missa de quatro centos

ANEXO 43 – Pág. 6

Reys de esmola por cada huma e assim mais
quatro Missas de esmolla de trezentos evinte
Reys por cada Irmão, em Alma que falecer,
com toda aimptidão:
Ao Escrivão desta Santa Irmandade pertencerá
tomar contas dos livros da mesma e tractar da
boa ordem dellas, fazendo os acentos das Receitas
e Despezas emforma que o seu zello seja sempre
louvado, em auzencia do Juiz suprirá sua falta...
nas Procissões e enterros:
O Thezoureiro terá em seu poder um cofre que
se mandará fazer acusta da Irmanda de,
com três chaves diferentes das quais terá huma
o Juiz, outra o Reverendo Parocho, outra o mesmo
Thezoureiro, no qual cofre se guardará o dinheiro
que houver pertencente a mesma Irmandade,
o qual se tirará quando delle se carecer PAra
os gastos da mesma, fazendo-se Termo em que
se declara o tal dispêndio excep´to sendo alguma
quantia módica que abenefício da Irmandade,
poderá dispensar o Thezoureiro ou o Pro
Provedor que ao depois dará conta para se
lançarem em Despezas: Alem disto terá o cuidado
de guardar e zellar de todos quaisquer bens
pertencentes a mesma Irmandade.
O Procurador terá sumo cuidado, e porá
exacta diligencia em cobrar tudo o que se dever
a esta Irmandade, não percizando para isto

ANEXO 43 – Pág. 7

que o Juiz e mais Irmãos de Meza assim o
mandem, porque nisto consiste o bom officio
de Procurador, e boa vigência da Irmandade
terá mais o cuidado, depersi, ou por outrem
Zélar do asseio e limpeza do altar da Santissima
Senhora, assistindo com....., e tudo o mais que
percizo for para oseu adorno e tudo a custa
da Irmandade, etoda a Despeza que nisso
fizer se lhe lançará em conta: Será mais
cuidado de fazer huma pauta dos Irmãos
que hão detirar esmolas todos os Mezes principian
no primeiro mez pelo Juiz, e assim
se irá seguindo pellos officiais e Irmãos
de Meza e o dinheiro das ditas esmollas
entregará cada hum no fim do seu méz
ao Procurador fazendo-se lhes carga pelo Escrivão
assim mais não consentira que a Sagrada
Imagem da Senhora que se acha colocada
no Altar, saia em Procissão salvo no seu
dia próprio que ainda para este deve haver
Imagem Separada, como também para as
Procissoes da sua Coroa doloroza.
Quando falecer algum Irmão
ou Irmã será acompanhado a Sepultura
com toda a Irmandade incorporada, e se lhes
encomenda não faltem nesta obra de caridade.
Quando se alsentar algum Irmão
que pela Mesa for demitido assignará
termo em que se obrigue ao cumprimento dêstes

ANEXO 43 – Pág. 8

Capitulos. Portanto haverão dois livros
rubricados hum que há de servir para as
Receitas, e Despezas e juntamente para
Inventario dos bens, outro para os Termos dos
Irmãos que se ausentarem e para elleição
e Cotidiano das Missas.

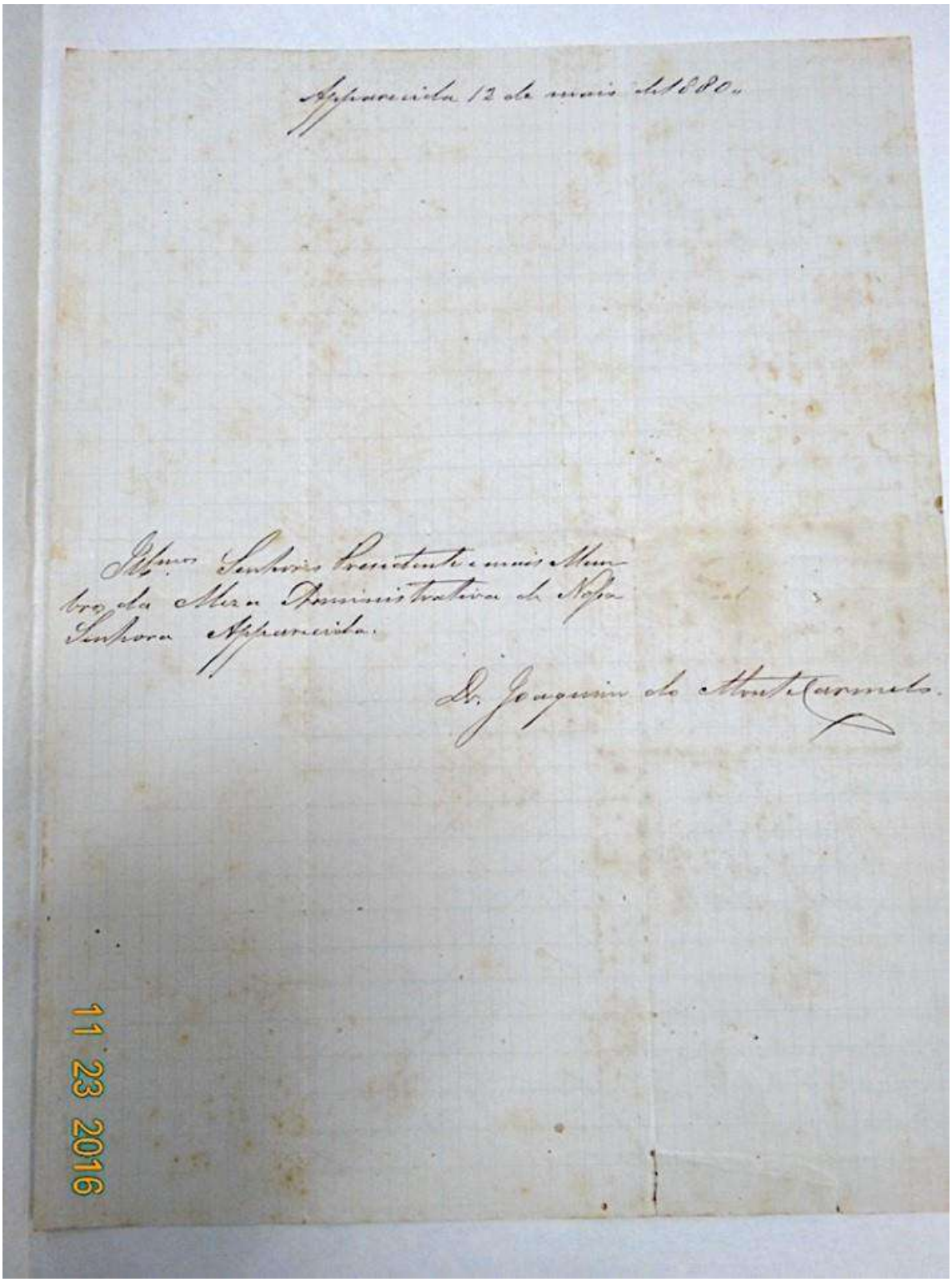
Dom Frei Manoel

da Ressurreição da Sagrada Ordem dos Menores
Observantes por Misericordia de Deus e graça da
Santa Sé Apostolica, Bispo de São Paulo
e do Conselho de Sua Magestade Fidelissima.
.....esta Nossa Provizão virem Saúde,
E benção no Senhor fazemos Saber que
attendendo máz ao que por sua Petição, nos
representou digo nos representará os moradores
da Freguezia do Facão, Irmãos da Confraria
de Nossa Senhora das Dores, e aterem formado e
instituido dicta Confraria, por authoridade
Ordinaria: Havemos por bem aprovar e confirmar
authoridade ordinária a mesma Confraria de Nossa
Senhora das Dores da referida Freguezia do Facão
a qual acceitamos debaixo da vossa proteção e juris
dição Ordinaria, com a clauzula de que não poderás
acrescentar, ou diminuir couza alguma nesse
Compromisso sem licença nossa in.....
.....Dada em São Paulo sob nosso signal
e sello aos 22 de Novembro de 1783.

Fr Manoel Bispo de S. Paulo

ANEXO 44 – Pág. 1

Correspondência de Dr. Joaquim do Monte Carmelo – 1880



Apparecida 12 de maio de 1880.

Illmos Senhores Presidente e mais Membros da Mesa Administrativa de Nossa Senhora Apparecida.

Dr. Joaquim do Monte Carmelo.

11 23 2016

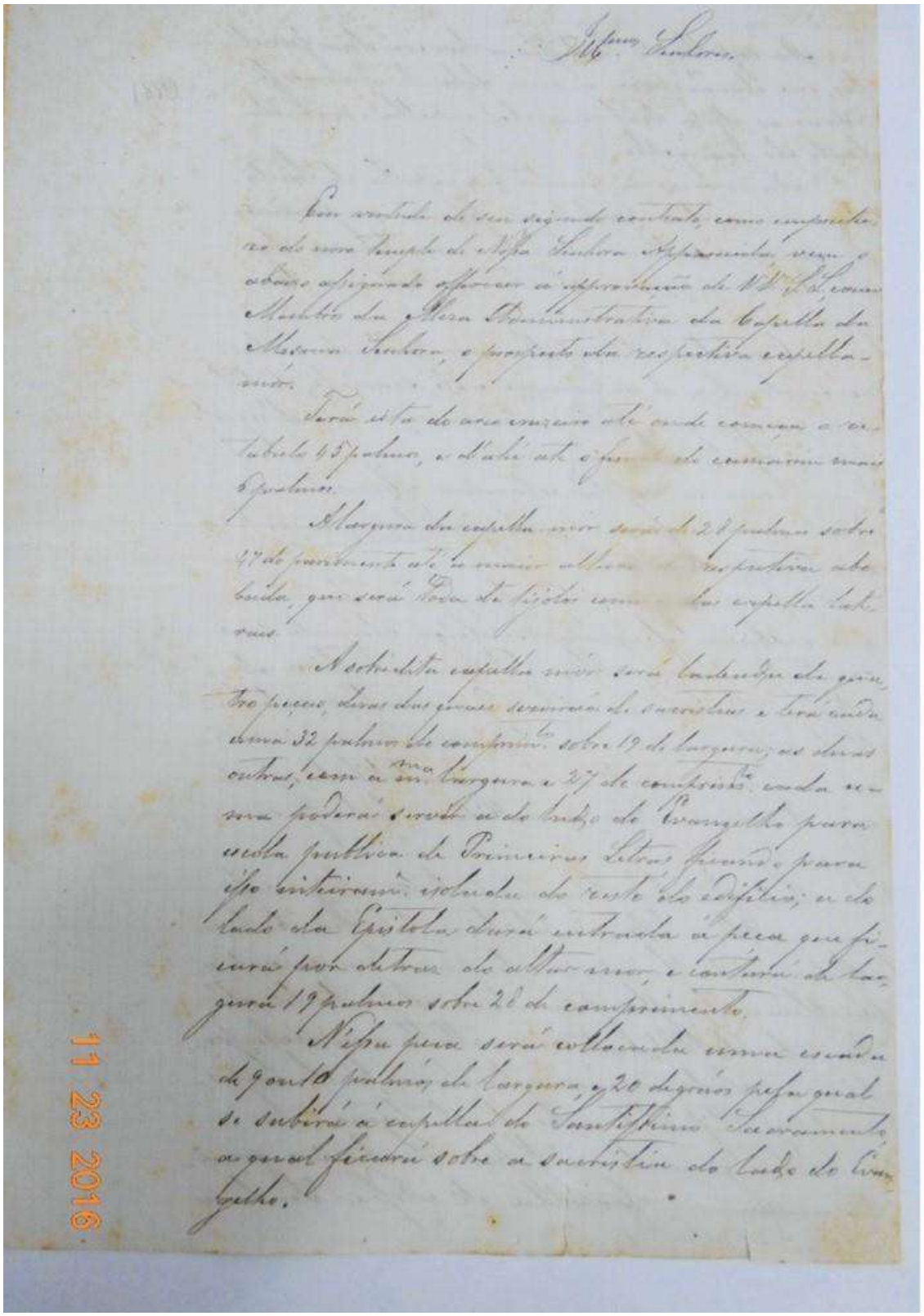
ANEXO 44 – Pág. 2

Apparecida 12 de maio de 1880

Il^mos Senhores Presidente e mais Mem
ros da Mesa Administrativa de Nossa
Senhora Apparecida

Rv Joaquim de Monte Carmelo

ANEXO 44 – Pág. 3



ANEXO 44 – Pág. 4

Ilm^mos^ Senhores

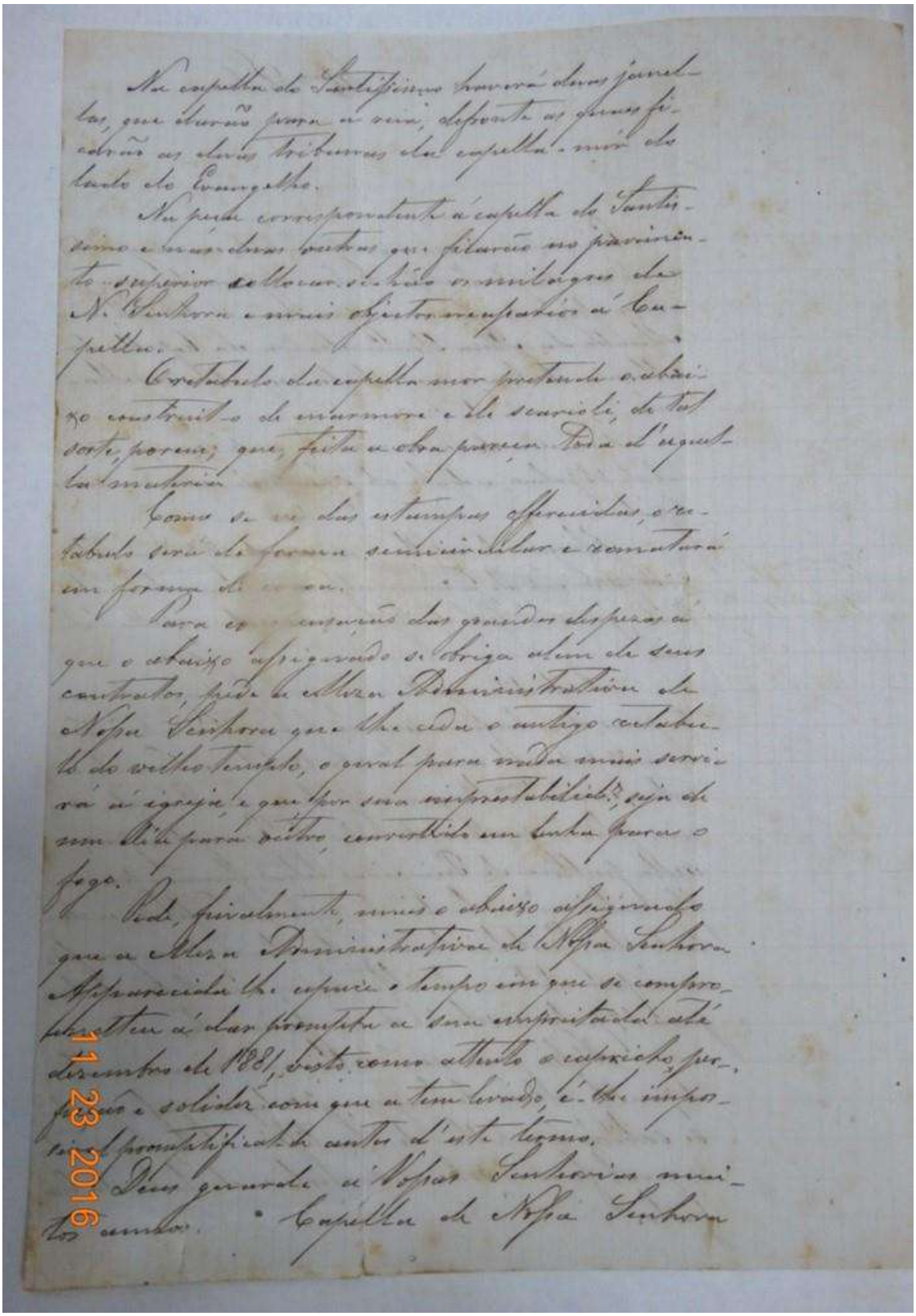
Em virtude de seu signado contrato, como empreitei rO do novo Templo de Nossa Senhora Apparecida, vem o abaixo assignado offerecer a approvação de VVSS, como Membros da Meza Administrativa da Capella da Mesma Senhora, o prospecto da respectiva capella-mor.

Terá esta do arco cruzeiro até onde começar o re tabulo 45 palmos, e d'ali ate o fundo do camarim mais 6 palmos.

A largura da capella mor será de 28 palmos sobre 47 do pavimento até a maior altura da respectiva abo bada, que será toda de tijolos como das capellas lateraes.

A sobridita capella mor será ladeada de qua tro peças, duas das quaes servirão de sacristias e terá cada uma 32 palmos de comprimen^to^ sobre 19 de largura, as duas outras, com a m^ma^ largura e 27 de comprim^to^ cada u ma poderá servir a do lado do Evangelho para escola publica de Primeiras Letras, ficando para isso inteiram^te^ isolada do resto do edificio; a do lado da Epistola dará entrada a peça que fi cará por detraz do altar mor e contará de lar gura 19 palmos sobre 28 de comprimento.
Néssa peça será collocada uma escada de 9 ou 10 palmos de largura, e 20 degráos pela qual se subirá á capella do Santissimo Sacramento, a qual ficará sobre a sacristia do lado do Evangelho.

ANEXO 44 – Pág. 5



Na capella do Santissimo haverá duas janellas, que darão luz a ella, defronte as quaes fecharão os dous tribunaes da capella-mór do lado do Evangelho.

Na parede correspondente á capella do Santissimo e nas duas outras que ficarão no pavimento superior collocar-se-hão os milagres de N. Senhora e mais objectos pertencentes á Capella.

O retabolo da capella mor pretende o abaixo constructor de marmore e lhe servirá de tal sorte, porem, que, feita a obra, parecerá toda de madeira.

Como se vê das estampas apresentadas, o retabolo terá de fórma semicircular e ornatará em fórma de [illegible].

Para [illegible] das grandes despezas a que o abaixo assignado se obriga além de seus contratos, pede a Mesa Administrativa de Nossa Senhora que lhe ceda o antigo retabolo do velho templo, o qual para nada mais servirá á igreja, e que por sua imprestabilidade, pois se acha para dentro, convertido em lenha para o fogo.

Pede, finalmente, mais o abaixo assignado que a Mesa Administrativa de Nossa Senhora opportunamente lhe exprima o tempo em que se compromette a dar prompta a sua empreitada até dezembro de 1881, visto como attento o capricho, que põe e solicitude com que a tem levado, é-lhe impossivel promptifical-a antes d'este tempo.

Deus guarde a Nossa Senhora mui[illegible]

Capella de Nossa Senhora

11 23 2016

ANEXO 44 – Pág. 6

Na capella do Santissimo haverá duas janellas,
que abrirão para a rua, defronte as quaes fi
carão as duas tribunas da capella-mór do
lado do Evangelho.

Na peça correspondente a capella do Santis
simo e nas duas outras que ficarão no pavimen
to superior collocar se hão os milagres de
N. Senhora e mais objectos necessários á Capella.

O retabulo da capella mor pretende o abai
Xô construil-o de mármore e de escarioli, de tal
sorte, porem; que feita a obra pareça Toda d'aquella matéria.

Como se vê das estampas offerecidas, o retabulo
será de forma semicircular e rematará em forma de coroa.

Para compensação das grandes despezas a
que o abaixo assignado se obriga alem de seus
contratos, pede a Meza Administrativa de
Nossa Senhora que lhe ceda o antigo retabu
lo do velho templo, o qual para nada mais servi-
rá á igreja, e que por sua imprestabilidade, seja de
um dia para outro, convertido em lenha para o fogo.

Pede, finalmente, mais o abaixo assignado
que a Mesa Administrativa de Nossa Senhora
Apparecida lhe espace o tempo em que se compro
Mett á dar prompta a sua empreitada até
desembro de 1881, visto como atento o capricho, per
feição e solidez com que a tem levado, é impôs
sivel prontifical-a antes d'este termo.

Deos guarde á Vossas Senhorias
muitos annos. *Capella de Nossa Senhora*

ANEXO 45 – Pág. 1

EMBLEMAS E ALEGORIAS DA VIRGEM MARIA

SÍMBOLO	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Arca da Aliança *(Federis Arca)*	Símbolo que representa a morada de Deus e sua presença em meio ao povo escolhido, bem como aliança e garantia entre os mesmos; símbolo da Igreja a nova arca da salvação.	Ilhargas da capela mor da Matriz de N. S. da Conceição de Angra dos Reis (Lado da Epístola).
Buquês de Lirios *(Flos Campi)* Flor dos Campos	Simbolo da Luz, o lírio branco de seis pétalas é considerado símbolo da pureza, inocência e virgindade. É associado às representações da Virgem Maria e anunciação do Arcanjo Gabriel, Santo Antonio, São José, entre outros. Pode aparecer junto a laçadas de fitas.	Ilhargas do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo-SP (Lado do Evangelho).
Cálice *(Vas honorabile)* Vaso honorável	Símbolo inspirado nas litanias da Virgem Maria é também símbolo da amizade, união e abundância como objeto de acolhimento e proteção. Faz referência a Maria que guardou em seu ventre a luz divina que é Jesus Cristo.	Ilhargas do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, porta do Sacrário, atualmente na Igreja de São Gonçalo- SP.
Casa de Ouro *(Domus Aurea)*	Símbolo relacionado ao templo e referência que o corpo é um abrigo da alma por um curto espaço de tempo.	Ilharga do arco cruzeiro da Matriz de N. S. da Conceição de Angra dos Reis (Lado da Epístola).
Cedro do Líbano *(Cedrus Libani))*	Símbolo inspirado nas antífonas de Nossa Senhora. O cedro do Líbano faz referência a grandeza, nobreza, força e perenidade devido à durabilidade da madeira, associada à eternidade, incorruptibilidade de Maria e sua imortalidade.	Ilharga do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, (Lado da Epístola) atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP; Ilharga da Capela Mor da Matriz da N.S. da Conceição (Lado do Evangelho) e respaldo do retábulo mor da igreja de N.S. da Lapa de Angra dos Reis.
Cipreste *(Cupressis)*	Símbolo relacionado a imortalidade e a ressureições e também a longevidade.	Ilharga do retábulo mor da igreja de N.S. da Lapa de Angra dos Reis (Lado da Epístola).
Escada *(Scalae)* Escada de Jacó	Símbolo das relações entre céu e terra, é também referência a ascensão e valorização e a escada de um dos sonhos de Jacó a unir terra e céu por onde os anjos sobem e descem, onde a alma é convidada a fazer sua ascensão.	Ilhargas do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP.
Espelho *(Speculun Justitae)*	Espelho da Justiça = Símbolo das litanias de Nossa Senhora, também relacionado à soberania e conhecimento ao refletir a verdade e o conteúdo do coração e representa a perfeição da pureza da alma e do espírito sem mancha.	Igreja de N.S. do Pilar de Taubaté – SP, retábulos laterais; Ilhargas da Capela mor da Matriz de N.S. da Conceição (Lado da Epístola e respaldo do retábulo mor de N. S. da Lapa em Angra dos Reis.
Estrela *(Stella Matutina)* Estrela da Manhã	Símbolo da Luz espiritual que traz a força e a renovação, Maria é comparada à estrela da manhã, como mensageira do recomeço de um novo dia, luz que vence a noite, por isso símbolo de Jesus Cristo e Maria	Ilhargas do arco cruzeiro do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida e mesas dos retábulos de N. S. das Dores, N. S.do Rosário e de Santana da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha e Guaratinguetá (Lados do Evangelho e da Epístola); Ilharga do Arco Cruzeiro da Matriz de N.S. da Conceição de Angra (Lado do Evangelho), mesa do retábulo mor; coroamento do retábulo de N.S. do Rosário de Mambucaba; coroamento do retábulo de N.S. da Guia em Mangaratiba.
Fonte de Água Viva *(Fons Aquae Vivae)*	Símbolo da vida eterna e seu renascimento, tem uma relação com a água, fonte da vida, imortalidade e também da regeneração e da purificação.	Ilharga da Capela mor da Matriz de N.S. da Conceição de Angra dos Reis (Lado do Evangelho).
Girassol *(Helianthus)*	Simbolo relacionado a imortalidade e também do Amor de Deus, muito usado no século XVIII na talha dos retábulos, portadas de igrejas, no presente caso junto aos respaldos das banquetas e arco cruzeiro, de forma "fechada, semi aberta e aberta", quando associado a iconografia Mariana, faz alusão a fidelidade de Maria somente a luz de Deus, devido estar sempre voltado para a luz do sol.	Ilharga do arco cruzeiro da Matriz de N. S. da Conceição em Cunha (semiaberto), e no respaldo das banquetas dos retábulos de N. S. das Dores e N. S. do Rosário (fechados). No respaldo das banquetas dos retábulos de Santana e São Francisco de Paula da Capela de N. S. Aparecida da Igreja de São Gonçalo/SP (abertos).
Lua (Pulchra ut Luna) Formosa como a Lua	Símbolo de Maria inspirado nas antífonas, associado à suavidade, ao inconsciente e passividade fecunda - como Maria fez a guarda, em seu ventre, de Jesus Cristo - considerado a "luz divina"	Arco cruzeiro da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha e retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida (Lado do Evangelho) atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP; Ilhargas do Arco Cruzeiro (Lado da Epístola) da capela mor da Matriz de N.S. da Conceição e respaldo do retábulo mor de N.S. da Lapa (Lado da Epístola) em Angra dos Reis.

ANEXO 45 – Pág. 2

Naveta *(Plana Navícula)*	Símbolo que tem origem no cofre ou caixa cujo nome se chamava acerra ou arca para conter o incenso, antes de adquirir a forma de um navio, enquanto receptáculo, que passou a matriz feminina portadora da vida.	Ilharga do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP.
Palma *(Palm Victorie)* Palma da vitória	Símbolo do triunfo e vitória sobre o pecado e a morte, a palma faz também referência à ascensão e imortalidade da alma, às vezes com laçadas de fitas associando ligação a algo superior	Ilharga do arco cruzeiro da Matriz de N.S. da Conceição em Cunha e mesas dos retábulos colaterais, ilharga do arco cruzeiro da Basílica Velha de Aparecida e mesas dos retábulos colaterais (Lado do Evangelho e da Epístola).
Poço *(Puteus Aquarum Viventium)* (Poço de águas vivas)	Símbolo da abundância e fonte da vida, está associado ao Poço de Jacó, em que Jesus deu água à Samaritana para beber	Ilhargas do retábulo mor da Basílica Velha de N.S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo-SP (Lado do Evangelho).
Porta do Céu *(Janna Coeli)*	Símbolo da passagem do domínio profano ao sagrado, está ligada a iniciação e passagem da terra ao céu e nas representações Marianas, "porta do céu" através da qual o Filho de Deus fez sua entrada no mundo.	Ilharga da capela mor da Matriz de N.S. da Conceição em Angra dos Reis (Lado do Evangelho).
Rosa *(Rosa Mystica)* Rosa Misteriosa	Símbolo inspirado nas litanias da Virgem Maria na Idade Média, a rosa era considerada atributo das virgens e também símbolo da perfeição e amor puro de Maria	Tarja das mesas dos retábulos da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha e da Basílica Velha de Aparecida, atualmente na igreja de São Gonçalo – SP.
Sol de Justiça *(Sol Iustitia)*	Símbolo relacionado à fonte de luz, representa Deus ou o filho de Deus Supremo. Os raios fazem referência às influências celestes. Ao nascer todas as manhãs e ao se por no fim da tarde é alusão à ressurreição e imortalidade. No cristianismo Maria guarda em seu seio os raios de sol, como guardou a luz divina que é Jesus Cristo, sol de justiça e invencível.	Ilhargas do Retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo-SP.- Tarja do Retábulo de N. S. do Rosário de Guaratinguetá- Ilharga do arco cruzeiro da Matriz de N. S. da Conceição de Cunha (Lado da Epístola); Antiga porta de acesso à Capela dos Passos da Paixão da Catedral de Taubaté-SP; Ilhargas do Arco Cruzeiro da Matriz de N.S. da Conceição de Angra dos Reis (Lado do Evangelho).
Templo de Deus *(Templum Domini)*	Símbolo associado à habitação de Deus sobre a terra, lugar de sua presença real, é a cristalização da atividade celeste, sua orientação para o oriente permite que o trono seja na direção da luz do sol, mostrando assim o caminho que leva para "luz" do ocidente para o oriente.	Ilharga do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo, em São Paulo – SP.
Torre *(Turris Davidica* -Torre de David)	Símbolo inspirado nas litanias da Virgem Maria, evoca a vigilância e ascensão. Está associada ao episódio em que o Rei David tomou a fortaleza dos jebuzeus (tribo de Jerusalém), edificando a cidade em torno dela, equipando-a de forte defesa, que não poderá ser destruída pelos inimigos - como Maria protege os fiéis e defende a honra de Deus	Ilharga do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP., (Lado do Evangelho)
Torre *(Turris Eburnea)* Torre de Marfim	Símbolo inspirado nas litanias ou ladainhas da Virgem a torre é referência a vigilância, ascensão e protege contra os inimigos, desvinculando do mundo cotidiano. Maria é comparada a uma torre de marfim em alusão ao material "inquebrável" e "incorruptível" de que é construída, demonstrando força, coerência e fidelidade inabalável.	Ilharga do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo, em São Paulo – SP.
Trigo *(Triticum)* Buquês de trigo	Símbolo que está ligado à "morte" e à "ressurreição", pois seus grãos morrem para nutrir ou germinar, simbolizando um dom da vida. Referência a Maria que pode ser associada com o campo onde cresceu o trigo, que é "Jesus Cristo". Aparece na talha dos retábulos, objetos litúrgicos, paramentos, toalhas e em especial na porta dos sacrários, com uma cruz, ramos de videira ou um cálice. Por estar vinculado à eucaristia, faz referência à transubstanciação em corpo de Cristo.	Ilhargas no retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, atualmente na Igreja de São Gonçalo –SP. - Igreja de Santo Antonio de Guaratinguetá, no retábulo de N. S. das Dores e N. S. do Rosário - retábulo mor da Igreja de Santa Rita em Paraty.
Turíbulo *(Turibulum)*	Símbolo que tem origem no "incensário", palavra formada por *TUR* "incenso" e *BULUM* - indica "instrumento" para ser queimado o incenso, que simboliza o sacrifício e as orações dos fiéis elevadas aos céus e a veneração a eles devida. A fumaça ou nuvem significa a presença de Deus entre os homens.	Ilharga do retábulo mor da Basílica Velha de N. S. Aparecida, (Lado da Epístola) atualmente na Igreja de São Gonçalo – SP.

Fonte: Elaborado por Julio Cezar Neto Dantas - 2020

ANEXO 46 – Pág. 1

Certidão de Óbito de José Antonio da Silva – 1835

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** **JOSÉ ANTONIO DA SILVA – B – Cazado – 70 annos** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **14,** folha **22V,** do ano de 1835.

OBSERVAÇAO:
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Aos quatro de junho de mil oito centos etrinta cinco nesta Freguezia bairro dos Mottas com todo os sacramentos e edade de setenta annos de enfermidade interna faleceu da vida presente **José Antonio da Silva,** branco, viúvo por falecimento de Dona Thereza [ilegível] foi seo corpo envolto em hábito do Padres de S. Francisco e acompanhado por mim e por todos Reverendos Sacerdotes que cantaram na missa de corpo presente, e foi sepultado dentro desta Matriz em campa da Irmandade das Almas donde era irmaõ. E sua alma foi recomendada por mim e que para contar fis este assento que asigno.**********
Vigº Coadtºr. Pe. Mel da Costa Couto **********
****
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

parecida, 11 de Dezembro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

CÚRIA METROPOLITANA – DE APARECIDA

CÚRIA METROPOLITANA – CHANCELARIA – DE APARECIDA

ANEXO 47 – Pág. 1

INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS QUE PERTENCEM A MATRIZ DE GUARATINGUETÁ - 1757-1873

Hú calis com patena de prata dourado
Outro do mesmo q' pertence a Irman.de do S.mo
Hú Ornam.to Novo de Cazulas Dalmaticas e maes necessários de damasco branco e carmezin
Huá capa de Asperges do mesmo
Outra de seda velha roxa
Hú veo de ombros de Melania branca
Duas cazulas de damasco branco uzadas com o necessário
Duas cazulas roxas com o necessº
Duas cazulas de damasco vermelhas
Duas cazulas de damasco verde
Huá cazula de Seda preta e todas com o necess.º de Manipulos e estolas
Dous frontaes de damasco vermelho
Hum frontal de damasco branco
Hum frontal de damasco roxo
Hum frontal de damasco verde
Hum frontal de seda preta velho
Tres panos de estantes hú branco, outro vermelho, outro roxo
Hú pano de tumba velho
Hú pano de púlpito novo de damasco branco e carmezi
Oito thoalhas de linho arrendadas
Tres toalhas de bertanha novas, arrend.das
Oito toalhas de Altar
Duas toalhas de comunhão, huá g.de outra pequena
Quatro toalhas de mãos e huá de Altar
INVENTÁRIO DAS IMAGENS ENCONTRADAS NA MATRIZ DE SANTO ANTONIO DE GUARATINGUETÁ
Duas de S. Christo Euá da Sachristia ou tamb. do Altar mor
Duas de S. Christo dos Altares colateraes, q. pertencem as Irmandades
Duas Imagens de S. Antº hua grde da Sachristia outra do Altar
Huá Imagem de S. Margarida
Huá Imagem de S. José
Huá Imagem de S. Matheos
Huá Imagem de S. Anna
Huá Imagem grade da Sr.ª do Roz.º qe está no seo Altar, cujos paramemtos. tem a sua
Hua Imagem de S. Mig.el no seo Altar cujos param.tos tem a sua Irmand.e
Hua Imagem da Sr.ª da Conc.m
Hua Imagem de Sam Roque
Hua Imagem da Snra. da Pied.de
Hua Imagem da Snrª das Candeas
Hua Imagem de S.ta Luzia
Hua Imagem de S.ta Quitrª
Hua Crus da fabrica de pao com manga roxa
Hua Crus p.ª via Sacras, outra p.ª unções

Fonte: LIVRO TOMBO, 1757-1873, p.166 e 166v

ANEXO 48 – Pág. 1

Certidão de Óbito de Ignez Theodora da Silva – 1848

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** **INÊZ THEODORA DA SILVA– Viuva - edade de 70 annos** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **15,** folha **21,** do ano de 1848.

OBSERVAÇÃO:
****

Aos nove de março de mil oito centos e quarenta eoito nesta Parochia, bairro de Saõ Gonçallo com todos os sacramentos, de hydropegia faleceu D Inez Theodora da Silva, branca, viúva que foi do finado Capitaõ Victorino José da Costa: seo corpo envolto em hábito de Saõ Francisco de quem era devota foi sepultada em huma catacumba na sacristia da Igreja de Santa Rita, filial a está Matriz em caixaõ acompanhada por mim emais sacerdotes e irmandade do Santissimo com musica e coros da Fabrica cantando sete quatro mementos, sendo recomendada a sua alma. **********
Vigº. Antonio Martiniano de Oliveira **********

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 11 de Dezembro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

CÚRIA METROPOLITANA – DE APARECIDA

ANEXO 49 – Pág. 1

Certidão de Óbito Ignácio Joaquim Monteiro – 1841

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ****** **ALF. IGNÁCIO JOAQUIM MONTEIRO– B – Caz - edade de 75 annos** ******
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **14,** folha **135,** do ano de 1841.

OBSERVAÇÃO:
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Aos quinze de Julho de mil oito centos e quarenta chum nesta Villa com todos os sacramentos, edade de setenta cinco annos de infermidade interna, faleceo da vida presente **o Alferes Ignácio Joaquim Monteiro**; branco natural da cidade de S. Paulo, casado que era com D. Anna Joaquina do Amor Divino: foi seo corpo envolto com hábito dos Padres de S. Francisco conduzido em caixam, sepultado dentro desta Matriz em campa dos irmaõs do Santissimo, donde era irmaõ acompanhado por mim e por todos Reverendo sacerdotes, que se acharam nesta Villa os quais se disseram misca de corpo presente, faleceu no dia treze foi depositado no dia quatorze e sepultado dia quinze, deveria ter oficios e misca cantada, tanto o acompanhamento como oficio foi cancelado, não fez testamento e para constar fis este assento que assigno. **********
Vigº. Mel. da Costa Pinto **********
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 11 de Dezembro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

ANEXO 50 – Pág. 1

Maços de População e Registros de Oficiais 1765 a 1905 - Julio Cezar Neto Dantas

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1765

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel da Silva Granito											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Manoel da Silva Granito											
Observações: Margarida Francisca da S. Gago											
Filhos: Joaquina, Maria											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1765. DAESP, p. 414, Rolo 55											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1767

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel Luiz de Carvl.								x			
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu Oficio de **Canteiro**			
Óbito:											
Referências: Manoel Luiz de Carvl. – Pardo com 74 anos											
Observações:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1767. DAESP, p. 414, Rolo 55											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1767

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Clemente Cord.ro									x		
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu Oficio de **Carpinteiro**			
Óbito:											
Referências: Clemente Cord.ro66 anos											
Observações: casado com Maria da Silva											
Filhos: Pedro, Clemente, Mazimo..... Clemente, Rita Anna, Izabel, Maria											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1767. DAESP, p.416, Rolo 55											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1767

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José (ilegível) Oliveira									x		
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu oficio de **Carpinteiro**			
Óbito:											
Referências: José Oliveira 43 anos											
Observações: Mulher: Maria...											
Filhos: Domingos, José, Luiz, Joaquim, ..., Rosa, ..., Maria, Mario											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1767. DAESP, p.426, Rolo 55											

ANEXO 50 – Pág. 2

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1767

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
André de Souza Neto								**x**			
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu oficio de **Canteiro**			
Óbito:											
Referências: Andre de Souza Neto 60 anos											
Observações:											
Filha: Anna											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1767. DAESP, p.431											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1767

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Roiy Santiago											**x**
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu oficio de **Serrador**			
Óbito:											
Referências: José Ruy Santiago 42 ...Soldado											
Observações: Mulher: Joaquine de Oliveira											
Filhos: Hilário, José, Maria											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1767. DAESP, p.437											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1767

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Fernandes								**x**			
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu oficio de **Canteiro** e ...			
Óbito:											
Referências: Antonio Fernandes 30 anos ... nação											
Observações: Mulher: Hiolanda											
Filhos: João, Clara											
Fonte: Maços de População 1767, p. 441											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1768

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Mendes									**x**		
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu oficio de **carpinteiro**			
Óbito:											
Referências: Salvador Mendes de 52 anos											
Observações: Maria de Moraes, mulher, de 22 anos											
Fonte: Maços de População, 1768, p. 324											

ANEXO 50 – Pág. 3

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1768

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Alves da Costa											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: * José Alves da Costa de 24 anos											
Observações: Rosa Pinto sua Mulher de 18 anos											
Fonte: Maços de População, 1768, p. 305											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1768

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel Antunes da Rocha					x						
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: *** Manoel Antunes da Rocha de 63 anos											
Observações: Filipina de Lima do Prado sua mulher de 50 anos											
Filhos: Luiz de 24 anos, Manoel de 22 anos, Anna de 20 anos, José de 18 anos, Bonifácio de 16 anos,											
Francisca de 14 anos.											
Fonte: Maços de População, 1768, p. 148											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1772

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Matheus Machado Pacheco									x	x	
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Livro contendo copia de processo sobre a construção da Matriz de Santo Antonio (DAESP. SP. Caixa 122, 38 p											
Observações: Mestre Carpinteiro, em 1772 arrematou em hasta pública as obras da Matriz de Santo Antônio por 2.870$000, era natural da Ilha de São Jorge											
no Arquipélago dos Açores											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Izidorio Leyte											x
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de Sua ordem			
Óbito:											
Referências: .103 Rdº Izidorio Leyte (54)											
Observações:											
Escravos: Onore (52)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 224, Rolo 07.02.058											

ANEXO 50 – Pág. 4

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 – 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Roiz									x		
Nascimento:								Possue morada de Casas (1)			
Casamento:								Vide de Seu Offício de Carpintaria			
Óbito:											
Referências: .122 José Roiz (24)											
Observações: Izarel Maria (16)											
Filhos: Mariana (5), Anna (2), Jozé (3)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 229, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 – 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Inácio Correa Barbosa									x		
Nascimento:								Vive de seu ofício de **Carpinteiro**			
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .44 Inácio Correa Barbosa (58)											
Observações:											
Agregado: Manoel de Paula											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1791. DAESP, p.289, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel da Silva Reiz											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Capitão Mor Manoel da Silva Reiz											
Observações: No ano de 1798, Verifica-se várias atividades na Vila de Santo Antonio, Entre elas estão a fazenda seca, jornalismo, ofício de carapina, tem											
Engenho fábrica de açúcar, possui sítio com engenho, fazenda de água ardente, vive de esmolas, vive de ganhar salário no caminho, possui bestas bravas,...											
vive de camarada no caminho											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1789. DAESP, p.01 a 15, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel da Silva Reis											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Lista geral e capa em que aparece o Capitão mor: Manoel da Silva Reis e D. Ignês Galvez da Cruz, mulher filhos e muitos escravos											
Observações:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 198 e 199, Rolo 07.02.058											

ANEXO 50 – Pág. 5

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim de Souza Matheos											**X**
Nascimento:								Possue Bestas, muares			
Casamento:								Cavalos			
Óbito:								Vive de ser dezimeiro nesta V.ª			
Referências: .10 Joaquim de Souza Macedo (38)											
Observações: Anna Maria (38)											
Getrudes Sob.ª (11)											
Escravos: Rosa (32), Francisca (10), Angela (5)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 560, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim de Souza Matheos											**X**
Nascimento:								Possue Cavalos 3			
Casamento:								Vive de ser meirinho nesta villa			
Óbito:											
Referências: .10 Joaquim de Souza Macedo (37)											
Observações: Anna Maria (37)											
Agregado: Joaquim (80)											
Escravos: Rosa (32), Francisca (10), Angela (5)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 565, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim de Souza Macedo											**x**
Nascimento:								Possue cavalos 3			
Casamento:								Vive de meirinho			
Óbito:											
Referências: .10 Joaquim de Souza Macedo (37)											
Observações: Ana Maria (37)											
Agregados: Joaquim (80)											
Escravos: Rosa (27), Francisca (8), Angella (6)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 368, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Lescura Banher											**x**
Nascimento:											
Casamento:								Vive de ser Escrivão da Igreja			
Óbito:											
Referências: .57 Francisco Lescura Banher											
Observações: Maria Nogueira											
Agregado: José											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 379 Rolo 07.02.058											

ANEXO 50 – Pág. 6

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Rodrigues									x		
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: . 119 Salvador Rodrigues (32)											
Observações: Maria Gomes de Siqueira (23)											
Filhos: Margarida (5), Ignes (2)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 394, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel Silva Reis											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: . Lista geral "cap em que aparece o Capitão Mor: Manoel da Silva Reis e											
Observações: D. Ignez Galveiz da Cruz, mulher, filhos e muitos escravos											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p.198-199, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Gabriel Alves da S.			x								
Nascimento:								Possui morada de casa na Vª (1)			
Casamento:								Vive de seu ofício de entalhador			
Óbito:											
Referências: .13 Gabriel Alves da Silva. Aux. de ajudante (22)											
Observações: Margarida Nunes da Silva (23)											
Filhos: Anna (5), Maria (3)											
Escravos: Benedicta (20), José (7)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p.214, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Goardiano Joze das Xagas			x								
Nascimento:								Vive do seu ofício de entalhador			
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .23 Goardiano Joze das Xagas (48)											
Observações:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p.206, Rolo 07.02.058											

ANEXO 50 – Pág. 7

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José da Costa Portella											**x**
Nascimento:								Possue Cavalos (2)			
Casamento:								Vive de sua Ordem			
Óbito:											
Referências: .24 R^{do} José da Costa Portella (41)											
Observações:											
Agregado: Manoel ...(11)											
Escravo: João (25)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 206, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Matheos de Souza									**x**		
Nascimento:								Possue moradas de casas na Vª			
Casamento:								Vive de seu offício de Carpinteiro			
Óbito:											
Referências: . 33 Matheus de Souza Auxiliar de... (40)											
Observações:											
Agregado: Jose ... (3)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 207, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João da Silva Ramos									**x**		
Nascimento:								Possue morada de Casas na Vª			
Casamento:								Vive do seu offício de Carpinteiro			
Óbito:											
Referências: João da Sª. Ramos (52)											
Observações: Joana da Sª. (43)											
Filhos: Anna (20), Ignacia (12), Rosa (12), Joaquim (10)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 208, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João da Sª Ramos									**x**		
Nascimento:								Possue moradas de Cazas			
Casamento:								Vive do seu ofício de Carpinteiro			
Óbito:											
Referências: .140 João da Sª Ramos (52)											
Observações: Joane Antunes (56)											
Filhos: Joaquim (10), Anna (13), Rosa (11)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 379, Rolo 07.02.058											

ANEXO 50 – Pág. 8

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joze Rodrigues									**x**		
Nascimento:								Possue moradas de Cazas			
Casamento:								Vive de Seu offício de Carpinteiro			
Óbito:											
Referências: .145 Joze Rodrigues (24)											
Observações: Izabel Maria											
Filhos: Joze (8), Mariana (6), Anna (3)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 401, Rolo 07.02.058											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1793

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Roiz Leyte									**x**		
Nascimento:								Possui moradas de casa 1			
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de seu ofício de **carpinteiro**			
Óbito:											
Referências: 93 Salvador Roiz Leyte (28)											
Observações: Maria Silva (22)											
Filhos: (3), Ignez (1)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 223, Rolo 07.02.058											

Vila de N. S. da Conceição de Viamão: 1794

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Machado Pacheco									**x**	**x**	
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Consta no Livro de Registro de Entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo e de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Viamão, o registro de Irmão de Compromisso de Manoel Machado Pacheco, em 01/01/1781, irmão de Matheus Machado Pacheco, Mestre Carpinteiro natural da Ilha de São Jorge nos Açores,que arrematou em 22/07/1772 as obras da Igreja Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá – SP e de Francisco Rodrigues Barcelos, possivelmente membro da familia de Antonio Rodrigues de Barcelos, atuando como escrivão da Irmandade em 1826 (LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS, 1760-1864, p. 2, 33v).										
Observações:											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1795

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João Fernandes Ramos											**x**
Nascimento:								Vive em terras afora da Vª			
Casamento:								E de sua tropa no camº			
Óbito:											
Referências: .25 João Fernandes Ramos (25)											
Observações: Genoveva J^{sus}m^{er} (23)											
Filhos: M.^{el}(1), Franc^{a} meses (6)											
Fonte: Maços de População, São Paulo,16 DEZ, 1795. DAESP, p.650, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 9

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Nabo Freyre											x
Nascimento:								Aparece com 2 moradas de cazas na Vª de			
Casamento:								Aparecida			
Óbito:											
Referências: .190 Francisco Nabo Freyre											
Observações: Francisco Xavier França (42)											
Filhos:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 606, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel Ferreira da Sylva									x		
Nascimento:								Vive no seu ofício de Carpinteiro			
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .14 Manoel Ferreira da Sylva (35)											
Observações: Anna Caetano (22)											
Filhos: Manoel (7), Maria(3), Tiodora mês(6)											
Escravos: Valeria (16)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p.565, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 – 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim ... de Garcia									x		
Nascimento:								Nada Possue			
Casamento:								Vive do seu ofício de Carpinteiro			
Óbito:											
Referências: .30 Joaquim ... de Garcia (28)											
Observações: Marianna Rodrigues (30)											
Filhos: Manuelina (8), Maria (7)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 565, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Brízida Joaquina											x
Nascimento:								Vive de suas costuras			
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Possivelmente esposa do carpinteiro Joaquim José, foi fichada em 1794, p. 778, Rolo – 07.02.059.											
Observações: .47 Brízida Joaquina Vª (30)											
Manoel Agr. (20)											
Escravos: Nicolau (19), Joaquim (16), Allumina (35), Maria (18)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1795. DAESP, p. 570, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 10

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Paullo de Siqueira									**x**		
Nascimento:								Vive do seu ofício de Carpinteiro			
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .48 Francisco Paulo de Siqueira (22)											
Observações:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 565, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Rodrigues da S.ª									**x**		
Nascimento:								Possui morada de casas 1			
Casamento:								Vive do seu ofício de Carpinteiro			
Óbito:											
Referências: Cabo de esquadra											
Observações: .124 José Rodrigues da Silva											
Izabel Maria											
Filhos: Joze (2), Marianna(6), Anna											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1796. DAESP, p. 590, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José da Sylva Ramos									**x**		
Nascimento:								Possue Eú Sitio em que			
Casamento:								Colhe milho Alque[res] 50			
Óbito:								Feijão 12			
Referências: .31 José da Sylva Ramos (50)											
Observações: Joana Antunes (52)								Vive do Seu Offício de Carpinteiro			
Filhos: Joaquim (20), Anna (8), Rosa (6)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 565, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Matheus de Souza Caetano									**x**		
Nascimento:											
Casamento:								Possue morada de Casas na Vila			
Óbito:								Vive de Seu Offício de Carpinteiro			
Referências: .38 Matheus de Souza Caetano (58)											
Observações: S. Aux. de At. (40)											
Agregado: José (6)											
Escravos: Maria (20), Teodoro (8),											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 565, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 11

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Gorgoriano José			x								
Nascimento:								Nada possue			
Casamento:								Vive de seu Offício de entalhador			
Óbito:											
Referências: Possivelmente é o escultor Goardino José das Xagas											
Observações: .36 Goardiano José (56)											
Izabel Maria ( )											
Filhos: João (2), Joaquim (5), Maria (4)											
Escravos: Antonio (11), Francisco (25)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 565, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joze Soares Leyte											x
Nascimento:								Possui hu sítio em que colhe			
Casamento:								Milho Alqueires (40)			
Óbito:								Feijão (10)			
Referências:								Gados (46)			
Observações: O R^{do} P. Joze Soares Leyte (82)								Com que entrará o ventre (70)			
Escravos: Domingos (61), Luiz(31), Roque (26), Antonio (21)								Que produzirão creaz (8)			
José (16), Domingos (31), Anna (41), Domingos (13), Joaquim (51), Salvador (47)								Cavalos (2)			
Agregada: Ritta (42)											
Filhos: Floriano (17), Jacinta (9), Antonio (5), João (2)								Moradas de Cazas na Parecida			
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p.607, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Joaquim			x								
Nascimento:								Nada Possui			
Casamento:								Vive do Seu offício de entalhador			
Óbito:											
Referências: .156 José Joaquim (28)											
Observações:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 590, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Franco Joaquim											x
Nascimento:								Possui cavalos de serviço (3)			
Casamento:								Vive de ser Vig. nesta Vª			
Óbito:											
Referências: .157 O R^{do} Víg^{ro} Fran^{co} Joaquim de Toledo (34)											
Observações:											
Escravos: Caetano (80), José (24), Manuelino (7)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 596, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 12

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João da Costa Portella											**x**
Nascimento:								Possue cavallos de servir (4)			
Casamento:								Vive de Coadjutor nesta Matriz de S.º Antonio			
Óbito:											
Referências:											
Observações: .158 – O R.do João da Costa Portella (39)											
Escravo: João (23), Manoel (18)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1793. DAESP, p. 596, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Joaquim de Toledo											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .88 O Rdo Vigro Francisco Joaquim de Toledo (44)											
Observações:											
Escravos: Caetano (76), João (24), Jacinto (16), Manuelino (8)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1794. DAESP, p. 774, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1795 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Joze de Mendonça											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .90 O Rdo Pe. Francisco Joze de Mendonça (64)											
Observações:											
Irmam: Rosa Jacinta (69), Francisca (65)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1794. DAESP, p. 774, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Faustino Xer. De Moraes											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .94 O Rdo Vigro da vara Faustino Xer de Moraes (49)											
Observações:											
Escravos: Severino (16), Izidorio (20)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1794. DAESP, p. 776, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 13

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Francisco Joaquim de Toledo											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .88 O R^{do} Vig^{ro} Francisco Joaquim de Toledo (44)											
Observações:											
Escravos: Caetano (76), João (24), Jacinto (16), Manuelino (8)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1794. DAESP, p.774, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Brizida Joaquina											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .103 Brizida Joaquina (32)								Esposa do Carpinteiro ??			
Observações:											
Escravos: Nicoláo (19), Joaquim (16), Catharina (20), Maria (20)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1794. DAESP, p.778, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Manoel Marques de Miranda											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .188 O R^{do} Manoel Marques de Miranda											
Observações:											
Escravos: Simeão (30), Silvestre (29), Salvador (13), Bento (6), Francisco (20), Ignacio (27)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 1794. DAESP, p.795, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
João Gonçalves Lima											x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .123 O Reverendo P^{e} Vigario João Gonçalves Lima (33)											
Observações: Cz posto Francisco											
Diogo aposto "Este é Diogo Ant^{o} Feijó" 12 (grifado no documento original)											
Escravos: Domingos (20), Pedro (33), Francisco (15), Francisca (14)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 16 DEZ 1795. DAESP, p. 965, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 14

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio de Mendonça											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .143 O R^{do} S^{e} Antonio de Mendonça (61)											
Observações:											
Rosa, irmã (62), Francisca Irmã (65), Antonio sobrinho (21), Rosa, sobrinha (9)											
Fonte: Maços de População, São Paulo,16 DEZ 1795. DAESP, p. 972, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
M^{el} Marques de...											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .145 O Reverendo Vigario da Vara M^{el} Marques de ...(71)											
Observações:											
Escravos: Salvador (13), Bento (10)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 16 DEZ 1795. DAESP, p. 973, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Fran^{co} Leme Barb^{a}											**x**
Nascimento:								Possue Sitio Colhe em alq. 50			
Casamento:								Tem huma tropa no caminho			
Óbito:											
Referências: .17 Fran^{co} Leme Barb^{a} (37)											
Observações:											
Escravos: Sebastião (14)											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 16 DEZ 1795. DAESP, p. 648, Rolo 07.02.059											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1793 - 1797

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Ignácio Corr^{a} Barbosa									**x**		
Nascimento:								Vive do seo of^{o}. de Carpinteiro			
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .45 Ignácio Corre^{a} Barb^{a} (61)											
Observações:											
Fonte: Maços de População, São Paulo, 16 DEZ, 1795. DAESP, p. 653, Rolo 07.02.059											

ANEXO 50 – Pág. 15

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João Barbosa Almeida								x			
Nascimento:											
Casamento:											

Óbito:	**Idade**	**Estado**	**Cores**	**Ocupações e Casualidade**
Referências: .37 João Almeida	30			Vive de seu ofício de Carpinteiro
Observações: Anna Francisca	24			
Filhos: João (3), Manoel mes (1)				

Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 208, Rolo 07.02.058

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1792

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Joaquim											x
Nascimento:											
Casamento:								Possue Cavalos			
Óbito:								Vive de Cer (sic) Vigário desta Matriz			
Referências: .84 O R.^{do} Fran.^{co} Joaq.^{m} de ... (38)											
Observações:											
Escravos: Caetano (60), João (30)											

Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 220, Rolo 07.02.058

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1784 - 1793

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim José									x		
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: .64 Joaquim José (30)											
Observações: Brízida Joaquina (27)											
Escravos:											
Niculáo (13), Joaquim (13), Catarine (4), Maria (18)											
Agregados: Manoel (20), Francisco (20), José (14)											

Fonte: Maços de População, São Paulo, 1792. DAESP, p. 214, Rolo 07.02.058

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Duarte de S. Joaquim									x		
Nascimento:											

Casamento:	**I**	**E**	**C**	Ganhou com seu Ofº 110$0009 q.^{e} consumio
Óbito:				em s. caza
Referências: .6 Francisco Duarte de S. Joaquim Sargento do Nº Destacamento	32	C	B	
Observações: Barbara Delfina S. m.^{er} **ds.** Vª	29	C	B	
Filhos				
Joaquim..... d. Vª	11		B	
Escravos				
Miguel.....d. Vª	14		N	
Viscencia..... d. Vª	16		N	
Manuel.....d. Vª	8		P	Acresceu o Exmº Manoel que comprou

Fonte: Maços de População, 1807, p. 5

ANEXO 50 – Pág. 16

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joze Cuelho da Silva									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo ofº 40$000			
Óbito:								que Consumio em S caza			
Referências: .10 Joze Cuelho da Silva Cabo de Esq.da					37	C	B				
Observações: Anna Francisca...d. Vª					26	C	B				
Filha											
Mariana.....d. Vª					2		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 6											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Gomes da Luz	**x**										
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com sua Arte 50$000			
Óbito:								q. consumio em S. Caza			
Referências: .15 Manuel Gomes da Luz natural da V. de Paranaguá					56	C	B				
Observações: Josefa Maria de Souza sua m.er n.al do Rio de Janº					64	C	B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 8											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre obras**	**Outros**
Manuel Leite de Miranda											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Autor de Música			
Óbito:								Ganhou com sua arte 100$000			
Referências: .27 Manuel Leite de Miranda					56	C	B	que consumio em S. Caza			
Observações: Joaq.na (ilegível) da Colonia					44	C	B				
Filho											
Manoel..... d. V					17	S	B				
Escravos											
Joana.....Rebola					20	S	N				
Benedicta .....d. V.a					13	S	N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 10											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Valerio de Siqueira									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seu of.o 25$000			
Óbito:								q consumio em S. Caza			
Referências: .53 Antonio Valerio de Siqueira desta Vª					37	C	B				
Observações: Rita Fran.ca de Alvarenga nat. do Rio Jan.					38	C	B	Falta Benedicto seo escr.o que vendeo Alf.es			
F.os								Gabriel P.ra do Couto Nogra desta Comp.a			
Valerio d. Vª					2		B				
Maria d. Vª					12	S	B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 20											

ANEXO 50 – Pág. 17

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Thomas Borges de Carv.º									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Seo escravo Salvador ganhou com			
Óbito:								seo Of.º 15$000			
Referências: .69 Thomas Borges de Carv.º, aleijado, n.al da Cide do Porto					63	C	B	que consumio em S. Caza			
Observações: Maria Joaq.na sua m.er da Vª					35	C	B				
Escravos											
Salvador..... d. V.ª					23	S	N				
Maria.....d. V.ª					25	S	N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 26											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim X.er de Assis											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 100$000			
Óbito:								Boticario			
Referências: .77 Joaquim X.er de Assis n. da Cide. do Porto					38	C	B	Comprou na cidade do Rio de Janeiro 103$600			
Observações: Clara Florisbela s. mer d. V.ª					34	C	B	De remédios que extraiu nesta V.ª em q.			
Filhos								30$000 que consumio em S. Caza			
Ignacio..... d. V.ª					8		B				
Francisco.....d. V.ª				meses			B				
Escravos											
Salvador..... d. V.ª					28	S	P				
Joze Bang..... d. V.ª					28	S	N				
Joze Bang..... d. V.ª					17	S	N				
Bernardo..... d. V.ª					4	S	N				
Francisco..... d. V.ª				meses			N				
Thereza..... d. V.ª					34	S	P				
Catarina Bang..... d. V.ª					14	S	N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 28											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Mario Cleofa									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Com seo esvo ganhou com seo			
Óbito:								Ofº 30$000 q. gastou em S. Caza			
Referências: .85 Mario Cleofa n.al de Paraty					74	V	B				
Observações:											
Filha											
Ana Maria Esmeria de Paraty					32	S	B				
Escravo											
Antonio..... de Paraty					23	S	P				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 30											

ANEXO 50 – Pág. 18

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Borges de Carvalho									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 100$000			
Óbito:								q. consumio em S. Caza			
Referências: .111 Francisco Borges de Carvalho..... d. V.ª					29	C	B	Bernardo seo fº. nasceo e morreo de vermes			
Observações: Maria Franca S. mer d. V.ª					19	C	B				
Filhos											
Vicente d. V.ª					3		B				
Escravos											
Romario n.al de Ping.ba					18	S	P				
Rita d. V.ª					13	S					
Fonte: Maços de População, 1807, p. 36											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joze Manuel da Luz											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com sua arte 26$000			
Óbito:								q. consumio em S. Caza			
Referências: .132 Joze Manuel da Luz d. V.ª					76	C	B	Falta Joze seo f.º que se foi imbora.			
Observações: Antonia Maristela S. mer d. V.ª					70	C	B	Maria q. faleceo d 16. S. B.			
Filhos											
Manuel d. V.ª					8		B				
Clara d. V.ª					2		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 40											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim José Ferreira									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 32$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências:.189 Joaquim José Ferreira-Cabo de Esquadra nal					24	C	B	pagou desta... (Ilegível) o cabo do mesmo em			
da Cidade do Porto								seu lugar de Joze			
Observações: Maria Joaq.na S. m.er d. Vª					24	C	B	Gonçalves da Cunha que se auzentou			
Fonte: Maços de População, 1807, p. 51											

ANEXO 50 – Pág. 19

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antº da Silva Bueno									x		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 40$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: .161 Antº da Silva Bueno n.al de Coretiba					61	V	B				
Observações:											
Filhos											
Joam n.al Guarar.ta					31	S	B				
Manuel de Ping.da					18	S	B				
Anna de Guarar.ta					33	S	B				
Bernarda de Guarar.ta					29	S	B				
Mariana de Ping.da					20	S	B				
Escolastica de Ping.da					16	S	B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 46											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Maximo Cordeiro da S.ª									x		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 12$800			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: .175 Maximo Cordeiro da S.ª n.al de Cunha					27	C	B	Mudouce da Vª de Camp.a para esta			
Observações: Francª Leite da S.ª S. n.al ds. Vª					23	C	B				
Fos											
Apolinario..... d. Vª					3		B				
Victoriano ..... d. Vª					1		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 49											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Anna Mª da Conc.									x		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	O fo. Joze Duarte ganhou em seo Of.º 32$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: . 205 Anna Mª da Conc.					66	V	B				
Observações:											
Filhos											
Joan Duarte de S. Joaquim											
Soldado Meleciano da Compª											
Fonte: Maços de População, 1807, p. 53											

ANEXO 50 – Pág. 20

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Fran.co X.er de Gusmão									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 30$000,			
Óbito:								que consumio em S caza			
Referências:. 208 Fran.co X.er de Gusmão d. Vª 36 C B					36	C	B				
Observações: Luiza Ma. Com.cão S me. d. Vª											
Filhos											
Salvador..... d. Vª					5		B				
Valerio .....d. Vª					3		B				
Francisca..... d. Vª					1		B				
Anna.....d. Vª					2		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 54											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joam Joze Dias											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.º 30$000,			
Óbito:								que consumio em S caza			
Referências: .211 Joam Joze Dias, n.al da Villa do Prado da Cide do Porto					39	C	B				
Observações: Domingas Leite S. me .....d. Vª					38	C	B				
Filhos											
Manuel..... d. Vª					1		B				
Gertrudes ..... d. Vª					2		B				
Maria..... d. Vª					4		B				
Escvos											
Arcangela ..... d. Vª 24 S N											
Benedicta..... d. Vª 5 N											
Fonte: Maços de População, 1807, p. 54											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Lema da Costa									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Of.o 25$600,			
Óbito:								que consumio em S Caza			
Referências: .214 Salvador Lema da Costa d. Vª					24	C	B				
Observações: Genoveva Mara Sua m.er d. Vª					23	C	B				
Escvo											
Benedicto..... d. Vª					12	S	N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 55											

ANEXO 50 – Pág. 21

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Maria Pires de Camgº									x		
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C	Este escº ganhou com seo Oficio....30$000,			
Óbito:								que consumio em S caza			
Referências: .225 Maria Pires de Camgº d. Vª					66	V	B	Mudou-se da Vª esp.da para esta			
Observações:											
Escravo											
Joze n.al de Jundiahi					31	S	N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 57											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Ignacio Alves da Sª									x		
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C	Ganhou com seo Of.º....30$000,			
Óbito:								que consumio em S caza			
Referências: .230 Ignacio Alves da Sª d. Vª					25	C	B	Mudou-se da Vª de Campª para esta			
Observações: Maria Joaq.na S. Mer d. Vª					20	C	B				
Filhos											
Joze ..... d. Vª					3		B				
Joaquina..... d. Vª				meses	3		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 58											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim Antº da Sª									x		
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C	Ganhou com seo Of.º....20$000,			
Óbito:								Que consumio em S caza			
Referências: .234 Joaquim Antº da Sª..... d. Vª					40	C	B	Mudou-se da Vª de Campª para esta			
Observações: Anna Maria S. Muer ..... d. Vª					30	C	B				
F.os											
Leonel ... d. Vª					6		B				
Manuel .... d. Vª					4		B				
Escolastica ..... d. Vª					11		B				
Izabel ..... d. Vª					9		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 58											

ANEXO 50 – Pág. 22

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joan da Cruz			**x**								
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Ofº 80$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: .248 Joan da Cruz na[al] do Rio de Janeiro					41	C	B				
Observações: Maria da Gloria S.m[er] nat. d. V.[a]					37	C	B				
Filhos											
Joze .....d. Vª					10		B				
Manuel.....d. Vª					1		B				
Anna.....d. Vª					9		B				
Maria.....d. Vª					4		B				
Escº											
Renovato.....d. Vª					28	S	N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 61											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Fernandes de Andr.[e]									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Ofº 8$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: . 299 José Fernandes de Andr.[e] d. Vª					60	C	B				
Observações: Guiomar (ilegível) S. m[er] nat. d. V.[a]					54	C	B				
Filhos											
Vicente..... d. V.[a]					14	S	B				
Maria ..... d. V.[a]					10		B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 70											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Cord.[ro] de Siq.[ra]											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Mudouce da Vila e esta arranxando de			
Óbito:								novo porque nada fez			
Referências: .314 Salvador Cord.[ro] de Siq.[ra]					38	C	B				
Observações: Anna Joaq[na] de Tol.[do] S. m[er] d. V.[a]					35	C	B				
F.[os]											
Francisco ..... d. V.[a]					14	S	B				
Manuel..... d. V.[a]					11		B				
Bento..... d. V.[a]					7		B				
Joaquim..... d. V.[a]					5		B				
Joze..... d. V.[a]					2		B				
(Ilegível)..... d. V.[a] meses							B				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 72											

ANEXO 50 – Pág. 23

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Francisco Alves de Toledo									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Ofº 24$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: .397 Francisco Alves de Toledo Cabo de Esq.da nat. d. V.a					35	C	B				
Observações: Maria Quit.a da S. S. mer d. V.a					35	C	B				
Filhos											
Leonardo..... d. V.a 12 B					12		B				
Joze..... d. V.a 9 B					9		B				
Rita..... d. V.a 7 B											
Mariana..... d. V.a 4 B											
Maria..... d. V.a M B											
Fonte: Maços de População, 1807, p. 78											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Ignacio Roiz do Prado											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Tem quarenta lotes de Bestas no Cam.o			
Óbito:								com as quais ganhou este anno 28$000			
Referências: .358 Ignacio Roiz do Prado.... d. V.a 40 C P								q. consumio em S. Caza.			
Observações: Clara Maria S. mer d. V.a 32 C B											
Filhos											
Manuel..... d. V.a					8		P				
Theodora..... d. V.a					3		P				
Clara..... d. V.a					2		P				
Francisca..... d. V.a meses					6		P				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 81											

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Luiz dos Santos											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seos animais 51$200			
Óbito:								q consumio em S. Caza			
Referências: 362 Manuel Luiz dos Santos.... d. V.a					64	C	P	Acreceo Ignacio seo Fo. que se não deo a			
Observações: Tereza An.ta da S. S. mer d. V.a					41	C	P	inventários como passado			
Filhos											
Manuel..... d. V.a					19	S	P				
Francisco.... d. V.a					9		P				
Antonio..... d. V.a					5		P				
Ignacio..... d. V.a					1		P				
Francisca.... d. V.a 10 P					10		P				
Escr.o											
Domingos..... d. V.a					66		N				
Fonte: Maços de População, 1807, p. 81											

ANEXO 50 – Pág. 24

Vila de São Francisco da Chagas de Taubaté Ano: 1807

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Miz.e de Brito									x		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Ganhou com seo Ofº 50$000			
Óbito:								que consumio em S. Caza			
Referências: .365 José Miz.e de Brito, de Guar.ta					41	C	B				
Observações: Mar.a Mor.a de Castro S. mer d. V.a					37	C	B				
Filhos											
Victoriana de Guar.ta 11 B					11		B				
Antonio ..... d. V.a 5 B					5		B				
Bernardina..... d. V.a 9 B					9		B				
Genoveva..... d. V.a 3 B					3		B				
Izidora..... d. V.a 2 B					2		B				
Manoela ..... d. V.a 3 B					3		B				
Escravos											
Benedicto..... d. V.a 68 S N											
Mariano..... d. V.a 26 S P											

Fonte: Maços de População, 1807, p. 82

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel José da Costa											x
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Mercador de Loja			
Referências: .5 Manuel José da Costa Capt da 1ª Compa de Ordenanças,					42	C	B	Tem seu negocio de fazenda			
Observações: natural da **Va de Parati**								Seca, em o prezente anno			
Agueda Maria Galvoa Sua mer. natural de **Guarata**					40	C	B	Não meteo fazenda alguma			
Filhos											
José natural d amesma					13	S	B				
Antonio.....Dito					11	S	B				
João.....Dito					7	S	B				
Escravos											
Caetano.....Rebolo					44	S	N				
Vicente.....Dito					25	S	N				
Salvador.....Dito					20	S	P				
Marcelino.....Crioulo					9	S	P				
Demenciano.....Dito					2	S	P				
Narciza.....Dito					29	S	P	29			
Manuela.....Dito					18	S	P	18			
Francisca.....Dito					14	S	P				
Gertrudes.....Dito					7	S	P				
Belizarda.....Dito					28	S	N				
Maria.....Banga					14	S	N				

Fonte: Maços de População, 1809, p. 288

ANEXO 50 – Pág. 25

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Joaq^{m} Gonçalves											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive da Arte da Muzica, e de ser			
Referências: .7 Manuel Joaq^{m} Gonçalves 1ª Sarg^{to} de Ordenanças natural de					33	C	B	procurador de Cauzas			
Observações: Taibaté											
Marianna Francisca Sua m^{er}. natural de **Guarat^{a}**					28	C	B				
Filhos											
Manoel natural d' Guar^{a}					7	S	B				
Joaquim .....Dito					2	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 288											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^{do} Joaq^{m} Gomes Duarte											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de Suas Ordens e a ocupação			
Referências: .11 O R.^{do} Joaq^{m} Gomes Duarte					36	E	B	de Cuadijutor desta Villa			
Observações: Natural de **Taubaté**											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 290											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^{do} Fran^{co} da Costa Mor^{a}											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de Suas Ordens, e			
Óbito:								Creditos da Igreja			
Referências: .10 O R.^{do} Fran^{co} da Costa Mor^{a} Vigário da **Igreja Nova** desta V^{a}. n^{al}. de **Mouquim**											
Observações: **Mouquim**					44	E	B	Acresse nesta Lista os Escr^{os}.			
								Antonio P. 'q comprou aos herdeiros			
Subrinhos								de **João Ferr^{a} da Silva**, José N. a Gabriel			
O R^{do}. Manuel da Costa Pinto, natural de **Famalicão**					27	E	B	Alz.' da S^{a}. João N. a Mannuel Miz' de			
O R^{do}. Lourenço da Costa Pinto, natural de **Famalicão**					27	E	B	Brito, Antonio N. a Margarida Teodora,			
D. Anacleta Tereza d' J.^{es}, natural de **Lisboa**					38	S	B	Margard^{a}. N. que nasseo, e o Agregado			
Francisco José Nogr^{a}. Ten^{e}. Agr^{o} nactural de Cunha					36	C	B	Marianno P. que veio Morar em Sua			
D. Madalena Tereza sua m^{er}. natural de Mouquim					19	C	B	Comp^{a}			
Anacleta f^{a}. deste .....6 mz^{e}					/	S	B				
Escravos											
Benedito.....Crioulo					34	C	P				
(Ilegível)											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 289											

ANEXO 50 – Pág. 26

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^{do} Antonio Jozé Fern'z											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de Suas Ordens de ocupação			
Referências: .12 O R.^{do} Antonio Jozé Fern'z natural de **Pouzo alto** (sic)					25	E	B	de Cuadjutor desta Villa.			
Observações:											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 290											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^{do} Emigdio Correa de Tolledo											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de Suas Ordens, de ocupação			
Óbito:								de Cuadjutor desta V^{a}			
Referências: .13 O R^{do} Emigdes Correa de Tolledo, natural de **Taubaté**					26	E	B	Falta nesta Lista Sua Mai, irmã e			
Observações:								esc^{vos} que mudarão para Taibaté			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 290											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^{do} Antonio Teixr^{a}											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens			
Óbito:											
Referências: .17 O R^{do} Antonio Teixr^{a} Guim^{a} natural de **Guarat^{a}**					26	E	B				
Observações:											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 291											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^{do} Lourenço Marcondes de Sá											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens, de ocupação			
Óbito:								De Cuadjutor desta Villa			
Referências: .14 O R^{do} Laurenço Marcondes de Sá, natural de **Pindam^{a}**					31	E	B				
Observações:											
Escravos:											
Teles.....Crioulo					21	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 290											

ANEXO 50 – Pág. 27

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^do^ Manuel Glz da S^a^ e Franco											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens			
Óbito:											
Referências: .15 O R^do^ Manuel Glz da S^a^ Franco natural d' **Guar^a^**					45	E	B				
Observações:											
Escravos:											
João.....Crioulo					17	S	P				
Silverio.....Dito					4	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 291											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joam Pinto											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Agricultor			
Óbito:								Colheo de m^o^. alq's.....18			
Referências: 15 Joam Pinto n^al^. de **Guaratingueta..**					21	C	B	Feijão alq's.....2			
Observações: Margarida Lemes mulher n^al^. desta villa					17	C	B	Arros alq's.....4			
								Tudo consumiu em sua casa			
Filhos								Nesta fam^a^. não ouve novid^e^.			
Antonio n^al^. de **Guarat^a^**					//		B				
Joaquim.....meses 3											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 475											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O R^do^ João Fran^co^ de Abreu											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens			
Óbito:											
Referências: .16 O R^do^ João Fran^co^ de Abreu natural de **Taibaté**					35	E	B				
Observações:											
Escravos:											
Leandro.....Crioulo					19	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 291											

ANEXO 50 – Pág. 28

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O Rdo José de Faria											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:											
Referências: .18 O Rdo José de Faria Cristo natural da Cidde de **S. Paulo**					51	E	B	Nesse Ingenho fabricou este anno			
Observações:								Assucar Vendendo 80 arro que mandou			
Escravos:								**dispor** no **Rio de Janeiro.**			
								Com Seus Escravos planta mantimo			
João.....Crioulo					44	C	N	Para seu gasto, este anno Colheu			
João.....Congo					59	S	N	Milho 100,, alqueires			
Miguel.....Crioulo					19	S	P	Feijão..12,,			
Antonio.....Dito					16	S	N	Arros..20,,			
João.....Dito					21	V	N	Fara..16,,			
Antonio.....Dito					11	S	N				
Caetano.....Dito					39	C	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 291											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O Rdo Manuel Marques de Miranda											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens			
Óbito:											
Referências: .19 O Rdo Manuel Marques de Miranda nal de **Guarata**					51	E	B				
Observações:											
Escravos											
Benta.....Crioula					60	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 291											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Fernandes											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Oficial de Carapina			
Óbito:								em q. lucra anualmee.....16$000			
Referências: 23 Manuel Fernandes nal. desta villa					19	C	B				
Observações: Anna detal sua mer. nal. desta villa					16	C	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 478											

ANEXO 50 – Pág. 29

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O Rdo Manuel Pereira de Castro											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens, e de Sua			
Óbito:								Capellania.			
Referências: .20 O Rdo Manuel Pereira de Castro nal da Va de **S. Luis**					26	E	B				
Observações:											
Escravos											
Francisco.....Benga					20	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 291											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
O Rdo Manuel Glz Franco											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens			
Óbito:											
Referências: .21 O Rdo Manuel Glz Franco natural de **Guarata**					69	E	B	Acresse o Escravo Joaquim, que nasceo.			
Observações:											
Filhos											
Anna natural damesma					20	S	N				
Maria.....Dito											
Roza.....Dito											
Ignes.....Dito											
Escravos											
Francisco.....Crioulo					12	S	N				
Benedito.....Dito					1	S	P				
Luiza.....Dito					10	S	P				
Marcelina.....Dito					22	S	P				
Catharina.....Dito					31	S	P				
Selestina.....Dito					50	S	P				
Rita.....Dito					19	S	P				
Joanna.....Dito					60	S	N				
Joaquim.....1 mez					//	S	P				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 292											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Victorianno José da Costa											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Mercador de Loja			
Óbito:											
Referências: .29 Victoriano José da Costa – Natural da Cide. d' **Rio de Janeiro**					50	C	B	Tem seu negocio de fazenda, em			
Observações: Ignes Teodora Sa sua mer – Natural de **Guarata**					37	C	B	oprez e. anno não meteo fazenda			
Filhos								algua para o dito negocio;			
Victoriano Sold. Melecianno - natural de **Guarata**					18	S	B	Acresse o Escravo João, que o			
Francisco Soldado Melecianno – natural de **Guarata**					17	S	B	rematou emprassa nesta mesma			
Manuel.....Dito					12	S	B	Va.			
Gregorio.....Dito					7	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 294											

ANEXO 50 – Pág. 30

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Victorianno J^{e}. de Almeida											x
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de huma Venda em que dispõem			
Referências: .98 Victorianno J^{e} de Almeida, Soldado da Cav^{a}. n^{al} de **Parati**					33	C	B	Aguard^{e} de cana, evarios Comestives			
Observações: Marcelina Jacinta sua m^{er} natural de **Guar^{a}.**					31	C	B				
Filhos											
Tomé nat^{al} de **Guar^{a}**					8	S	B	Falta nesta Lista sua filha Agueda,			
Victorianno....Dito					6	S	B	q' morreo			
Luis .....Dito					2	S	B				
Francisca.....Dito					11	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 311											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel Antonio Barata											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Vive da Arte da Cirurgia			
Óbito:											
Referências: .25 Manoel Antonio Barata Ten^{e} Agr^{o} n^{al} da **V^{a} de Parati**					44	C	B				
Observações: Marianna Francisca Sua m^{er} natural de **Guar^{a}**					48	C	B				
Filhos											
O P^{e} João Antonio Barata natural de Guarat^{a}					21	E	B				
Antonio .....Dito					12	S	B				
Escravos											
(Ilegivel).....Bang^{a}					13	S	N				
Eva .....Crioula					22	S	N				
Eufazia.....Dito					12	S	P				
Maria.....Bang^{a}					17	S	N				
Agreg^{os}											
Joaquim Gomes natural da **Cidade do Porto**					8	C	B				
Marianna Barata Sua m^{er} natural de **Guarat^{a}**					19	C	B				
Maria filha destes.....Dito					1	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 293											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Fern'z Vianna											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Mercador de Loja			
Óbito:								Tem seu negocio de fazenda Seca,			
Referências: .35 Salvador Fern'z Vianna					37	C	B	eeste anno, meteo p^{a}. o dito negocio			
Observações: Soldado da Cav^{a}. Melecianna n^{al}. da **V^{a}. de Parati**								15,, Pessas depanos de Linho			
Rosa Maria sua m^{er} natural de **Lorena**					39	C	B	18,, Ditas depano de Lan			
								22,,Ditas depanos d'algodao'			
Escravos								16,,Ditas de Bertanhas			
Luiza..... Beng^{a}					21	S	N	12,, Ditas de Chitas			
Pedro..... Crioulo					1	S	N	30,, Ditas de Gangas			
								6,, Ditas de fitas de Seda			
								13,18,, de 2 metros			
								12,, Maços de linhas			
								4,, Resmas de Papel			
								5, Duzias de chapeos			
								Eguarias miudezas			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 297								Opr^{al}. destes generos 2,100 $000			

ANEXO 50 – Pág. 31

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Bento Jozé Marques											**x**
Nascimento:								Mercador de Loja			
Casamento:					**I**	**E**	**C**	Tem seu negocio de Fazenda Seca,			
Óbito:								em o prez[e]. anno meteo para o mesmo			
Referências: .40 Bento Jozé Marques Alf[s]. de **Ordenancas de Minas**,					23	C	B				
Observações: natural da V[a]. de S. José								11,, Pessas depanos de Linho			
Teodora Marcelina sua m[er]. Natural de **Guarat[a].**					16	C	B	88,, Ditas depanos de Lan			
								100,, Ditas depanos d'algodão			
Escravos								25,, Ditas de Chitas			
Antonio.....Ang[a].					38	S	N	10,, Ditas de Gangas			
Tereza.....Benng[a].					12	S	N	10,, Ditas de fitas de seda			
Selestina.....Crioula					40	S	N	5,, Macos de Linhas			
								4,, Resmas de papel			
								10,, Dusias de Chapeos			
								Eguarias meudezas			
								Opr[a]. destes gêneros... 2.200$000			
								Reside apouco nesta Villa vindo para			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 298								ella d'Minas.			

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Jose Ferr[a]											x
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de huma venda emque ganha para			
Referências: .102 Antonio Jose Ferr[a] n[al] de **Minas**					41	C	B	seu sustento			
Observações: Felipa Lemes m[er] n[al] desta Villa					31	C	B				
Filhos								Sem differença			
Esmeria n[al] dam[ma]					13	S	B				
Maria n[al] dam[ma]					10	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 356											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Gordianno Jozé das Chagas			x								
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive do seu Ofício de **Intalhador.**			
Referências: .103 Gordiano Jozé das Chagas, natural do **Rio de Janeiro**					63	C	P				
Observações: Isabel Maria Sua m[er], natural da V[a] da **Parati**					40	C	P				
Filhos											
João natural de **Parati.**.....											
Manuel ..... de **Guar[a]**.....					18	S	P				
Joaquina .....de **Parati**.....					14	S	P				
Maria .....de **Parati**.....					21	S	P				
Anna.....de **Guar[a]**.....					20	S	P				
					9	S	P				
Escravos											
Antonio.....Crioulo					24	S	N				
Anna sua Agreg[a]. de **Parati**					49	S	P				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 312											

ANEXO 50 – Pág. 32

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João Pereira Bellem											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive sua m^{er} defiar, algodão porque			
Referências: .112 João Pereira Bellem, natural de **Guarat^{a}**...					48	C	B	Seu marido estava auzente			
Observações: Maria Madalena Sua m^{er}. nactural da Mesma...					41	C	B				
Filhos											
José Soldado Melecianno de pé, natural de **Guarat^{a}**....					23	S	B				
João.....dito					16	S	B				
Ignes.....dito					19	S	B				
Rita.....dito					13	S	B				
Maria.....dito					10	S	B				
Escravos											
Xavier.,.....Rebolo					79	S	N				
Agustinho.....Crioulo					56	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 314											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Ferreira Pinto											x
Nascimento:								Vive de huma venda em'q nella			
Casamento:					**I**	**E**	**C**	dispoem Aguard.^{e} de Cana, e			
Óbito:								varios Cosmetiveis, e de			
Referências: .116 Manoel Ferreira Pinto, Alf^{s} de Ordenança d' **Minas**					47	S	B	Vinho 6 Barris			
Observações: nactural de **Penna Fiel**...								Ving^{e}. 2			
								Aguardente do Reino 2			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 316								O pr^{al}. destes generos.....76$800			

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
D. Maria Magdalena											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Senhora de Ing^{o}			
Referências: .121 D. Maria Magdalena, n^{al}. de **Taibathe**					63	V	B	Sua safra produsio **Assucar** vendedo			
Observações:								Arobas.....30			
Filha											
Anna.....dam^{ma}					39	S	B	Planta mantim^{to} colheo m^{o}. alq's. 100			
Escravos								Feijão.....alq's. 16			
Sebastião.....**Ang^{a}**					20	C	N	Arros.....alq's. 30			
Sebastião.....Crioulo					11	S	N	Falta nesta lista o esc^{o} João Ign^{o}			
Benedito.....Crioulo					50	C	N	Que fora com seu Sn^{r}			
Marcella.....Crioula					54	C	N				
Anna.....Crioula					48	C	N				
Eva.....Crioula					17	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 430											

ANEXO 50 – Pág. 33

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
João Ferr[a] da Silva											x
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:								Snr. de Tropas			
Referências: .122 João Ferr[a] da Silva, n[al]. de **Parati**					50	C	B	em que lucra anualm[e]... 60$000			
Observações Joaquina Antonia m[er]. n[al]. de **Guarat[a]**.					38	C	B	Planta mantim[to] colheo m[o]. ...alq's.30			
Filhos								Feijao.alq's.10			
João.....n[al]. de **Guarat[a]**					16	S	B	Arros.alq's.16			
Manuel.....dam[ma]					10	S	B				
Antonio.....dam[ma]					7	S	B	Nesta Lista comparada com a do anno			
Maria.....dam[ma]					19	S	B	antecedente, acrece o escravo Benedito			
Maria.....dam[ma]					6	S	B	q. comprou, e o agr[o] Faustino.			
Maria.....dam[ma]					5	S	B				
Escravos											
Benedito.....Crioulo					24	S	N				
Adão.....Crioulo					8	S	P				
Jose.....Crioulo					3	S	P				
Josefa.....Crioula					26	S	N				
Eva.....Crioula					6	S	P				
Agregado											
Faustino.....Crioulo					38	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 430											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Manuel Jose de Jesus											x
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:								Vive de huma Venda em que ganha para			
Referências: .123 Manuel Jose de Jesus n[al] de **Pind[ba]**. Sold[do] Melicianno					41	C	B	Seu sustento			
Observações: Theodora Maria Joaquina m[er] n[al] desta Villa					22	C	B	Falta nesta Lista o f[o]. Izidorio			
Filha								que faleceo.			
Maria n[al] desta Villa					9	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 359											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Antonio Leme da Costa											x
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:								Agricultor			
Referências: .124 Antonio Leme da Costa n[al] desta Villa					30	C	B	planta mantimento para seu gasto,			
Observações: Marianna Vellozo m[er] n[al] dam[ma]					25	C	B	neste anno Colheo			
Filha								Milho 30 Alq[s]			
Maria n[al] dem[ma]					5	S	B	Fejão 7			
Anna n[al] dam[ma]					4	S	B	Sem defferença			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 359											

ANEXO 50 – Pág. 34

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Nunes da Sª											x
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Agricultor			
Referências: .127 Salvador Nunes da Sª, nªl. de **Guaratª**					47	C	B	Planta Mantimto. Colheo mº. alq's. 60			
Observações: Antonia Francª. muer, nªl da dammª					60	C	B	Feijão.alq's 20			
Escravos								Arros.alq's 5			
Vicente.....Crioulo					41	C	N				
Domingos.....**Angª**					60	C	N	Falta nesta lista o fº Estevão q casouse.			
Thereza.....**Mina**					60	C	N				
Manuella.....,**Bangª**					35	C	N				
Agregados											
Maria nªl. de (...)					41	C	B				
Anna.....nªl dammª					12	S	B				
Vicente.....nªl de **Guaratª**					13	S	P				
João.....nªl. dammª					5	S	P				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 431											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Marcelina Freire											x
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive dos Jornaes q' Reganha o seu			
Referências: .134 Marcelina Freire, natural da Villa de **Guaratª**					58	V	B	**Escravo pello Oficio de Carapina**			
Observações: Marianna Sua filha.....Dito					33	S	B				
Jacinto, esposto.....Dito					14	S	B				
teodora, esposto.....Dito					11	S	B				
Escravos											
Marcelino.....Crioulo					26	S	P				
Marianna.....Dito					49	S	P				
Eva.....Dito					21	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 320											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Geraldo Morera de Castº											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive do seu oficio de Carapina			
Referências: .135 Geraldo Morera de Castº, nactural da **Campanha**...					26	C	B				
Observações: Francisca Ribeiro sua mer, nactural de **Lorena..**					28	C	B				
Filhos											
Maria nªl. do **Pouzo alto**...					6	S	B				
Anna .....de **Guarª**...					3	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 320											

ANEXO 50 – Pág. 35

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim Rodrigues											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Jornaleiro			
Referências: . 137 Joaquin Rodrigues, natural de **Guaratinguetá**....					47	C	P	Vive de seus jornaes, em que ganha			
Observações: Perpétua Mendes Sua m^{er}, natural de **Curitiba**					39	C	N	para sustentação de sua familia			
Filhos											
Joaquim natural de **Guar^{a}**					22	S	P				
João.....Dito					18	S	P				
Antonio.....Dito					7	S	P				
Anna.....Dito					16	S	P				
Gertrudes.....Dito					14	S	P				
Maninha.....Dito					13	S	P				
Margarida.....Dito					5	S	P				
Agreg^{a}											
Manuel Roiz.....Dito					33	C	P				
Maria Sua m$^{e..}$.....Dito					21	C	P				
Ignacia.....de **Curitiba**					66	S	P				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 320											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Jozé dos Santos											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de seus negócios de vendas de			
Referências: .146 Antonio José dos Santos, natural de **Guarat^{a}...**					36	C	B	**Sal para Minas, e Fumos para o**			
Observações: D. Benedita Francisca Sua m^{er}. natural da mesma					23	C	B	**Rio Grande**			
Filhos							B				
Antonio natural da Mesma					6	S	B				
Maria.....Dito					7	S	B				
Francisco.....Dito					1	S	B				
Escravos											
Inacio.....Crioulo					37	C	N				
Manuel.....Dito					4	S	N				
Benedito.....Dito					3	S	N				
Catharina.....Beng^{a}					22	C	N				
Inacia.....Crioula					15	S	N				
Elena.....Dito					32	S	N				
Germana.....Dito					5	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 322											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Bento Ferras											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de Jornal em que ganha para			
Referências: .154 Bento Ferras n^{al} do **Rio de Janeiro**					28	C	B	seu sustento			
Observações: Candida Maria n^{al}. desta V^{a}.					26	C	B	Acrece nesta lista af^{a}. Marianna			
Filhos								que nasceo			
Jose n^{al}. desta Villa					3	S	B				
Marianna n^{al}. dam^{ma}. meses					4	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 364											

ANEXO 50 – Pág. 36

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Antonio da Costa											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive do seu oficio de Oleiro			
Referências: .147 José Antonio da Costa, natural da **Campanha**...					48	C	B				
Observações: Ines Ursula Sua m^{er}. natural da Iuruoca (sic) = **Aiuruoca-MG**					46	C	B				
								Acresse o escravo Benedito que			
F^{os}								Renasseu			
José Soldado Meleciano, natural do **Pouzo alto**					18	S	B				
Anna Felizarda.....Dito					23	S	B				
Escravos											
Joaquina .....Beng^{a}					20	S	N				
Benedito.....Crioulo					1	S	P				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 322											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel João de Souza											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive de Pescar.			
Referências: .149 Manuel João de Souza, natural da **V^{a}. de Parati**					80	C	B				
Observações: Francisca M^{a} Sua m^{er}. natural de **Guarat^{a}**					36	C	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 383											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Ignacio Joaq^{m} Monteiro	**x**										
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive da Arte de Pintar			
Referências: .155 Ignacio Joaq^{m} Monteiro Alf^{s} Agr^{o}. n^{al} de **S. Paulo**					38	C	B				
Observações: Anna Joaquina Sua m^{er} nactural do **Rio de S. Fran^{co}**					24		B	Acresse nesta Lista os Escr^{os}.			
Filhos							B	João, e Sizilia NN. que os comprou			
Joaquim natural d' **Guar^{a}**					7	S	B	ao **Alferes Jozé de Morera** desta Villa.			
Antonio.....Dito					5	S	B				
Francisco .....Dito					3	S	B				
Manuel.....Dito					1	S	B				
Escravos											
João.....Bang^{a}					30	C	N				
Sizilia.....Creioula					20	C	N				
Maria.....Bang^{a}					16	S	N				
Agreg^{o}							N				
Inocencio natural do **Piali (Piaguí?)**					23	S	P				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 324											

ANEXO 50 – Pág. 37

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre obras**	**Outros**
Francisco Vieira Novais											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Senhor de Ingº.			
Referências: .159 Franciso Vieira Novais Capᵐ.Miliciano depe nᵃˡ. das **Ilhas**					51	C	B	Sua safra produzio assucar			
Observações: Dona Anna Rosa mᵉʳ. nᵃˡ. de **Guaratª**					52	C	B	Redendo arobas.....100			
Filhos								que mandou pª. o Rº.			
Manuel Sargº. Auxᵃʳ. depe nᵃˡ. de **Guaratª**					25	S	B				
João Sargº. Auxᵃʳ.depe nᵃˡ. damᵐᵃ					23	S	B	Planta mantimᵗº. Colheo mº. alq's. 100			
Theodoro Furriel Auxᵃʳ. depe nᵃˡ. damᵐᵃ					17	S	B	Feijão alq's 20			
Gertrudes.....nᵃˡ. damᵐᵃ					15	S	B	Arros alq's 12			
Margarida.....nᵃˡ. damᵐᵃ					9	S	B				
Antonio.....nᵃˡ. damᵐᵃ					6	S	B				
Escravos								Falta nesta lista escravo Antonio que			
Paulo.....Crioulo					50	C	N	Morreu.			
Pedro.....Rebolo					45	C	N				
Domingos.....Crioulo					16	S	N				
Luisa.....Crioula					40	C	N				
Genoveva.....Crioula					41	C	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 439											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João da Silva Ramos									**x**		
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:											
Referências: .161 João da Silva Ramos, natural de **Guaratª.**					69	C	B	Vive do seu oficio de Carapª.			
Observações: Luiza Maria Sua mᵉʳ. natural da **Lorena**					65	C	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 326											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Luis Antonio de Camargº											**x**
Nascimento:											
Casamento:					**I**	**E**	**C**				
Óbito:								Vive da Arte Farmaceuta			
Referências: .176 Luis Antonio de Camargº, nactural de **S. Paulo**					31	S	B				
Observações:								Acresse Escravo Paulo, que comprou			
Escravos							B	no **Rio de Janeiro**			
Paulo.....Bangª					14	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 329											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Luiz Antonio Ferreira											**x**
Nascimento:											
Casamento:								Vive do seu Ofício de Marcineiro			
Óbito:											
Referências: .86 Luiz Antonio Ferreira Soldado da Cav.ª natural de Vila Rica 37 C.B								Acresse nesta Lista seu filho Manuel, que			
Observações: Joaquina Maria sua Mᵉʳ natural do Rio de Janeiro 27 C.B								nasceo			
Filhos: Luis natural de S. Paulo 3 S.B, Mannuel ... 1 mês S.B											
Escravo: Joaqⁱⁿ14 S.N											
Fonte: Maço de População, 1809, p. 308											

ANEXO 50 – Pág. 38

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Agustinho Miz Cuelho									x		
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:											
Referências: 178. Agostinho Miz (ilegível) nactural de **Guaratª**					38	C	B	Vive do seu oficio de Carapina			
Observações: Maria Joaquina Sua mer, nactural da mesma					28	C	B				
Filhos											
Francisco nactural d'**Guaratª**.					8	S	B				
Joaquim.....Dito					6	S	B				
Ignes.....Dito					11	S	B				
Marianna.....Dito					4	S	B				
Anna.....Dito					1	S	B				
Escravos											
Benedicta.....Crioula					12	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 329											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Jozé Lemes da Silva											x
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:											
Referências: .180 Jozé Lemes da Silva, natural de **Guaratª**					40	C	B	Vive do seu oficio de Ferro			
Observações: Maria Antonia do Carmo sua mer, nactural damma					40	C	B				
Filhos								Tornouse de outro Bairro para esta			
Felix natural da mesma					6	S	B	Compª.			
Anna .....Dito					14	S	B				
Escravos											
Brizida.....crioula					20	S	N				
B											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 329											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
José Marcelino da Silva											x
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:											
Referências: .185 José Marcelino da Silva, nactural de **Guaratª**					36	C	B	Vive do seu Oficio de Oleiro			
Observações: Ursula sua mer , natural da mesma					26	C	B				
Filhos											
Luis natural da mesma					2	S	B				
Manuel.....1 mes					''	S	B				
Escravos											
João.....Bangª.					16	S	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 331											

ANEXO 50 – Pág. 39

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre obras	Outros
Joaquim Pereira Rangel											x
Nascimento:											
Casamento:					I	E	C				
Óbito:								**Senhor de Ingenho**			
Referências: .Joaquim Pereira Rangel Cap^{m}. de Ordenança desta villa, n^{al} am^{ma}					44	C	B	A sua Safra produzio assucar vendendo			
Observações: D. Maria Gonçalves m^{er}. n^{al}. dam^{ma}					40	C	B	arobas.....300			
Filhos								que mandou dispor no R. de Janer^{o}			
Ignes n^{al}. desta V^{a}					20	S	B				
Escravos								Colheo milho alqueires.....100			
Francisco.....Crioulo					32	C	N	Feijão.....alqr^{s}.30			
Antonio.....Crioulo					37	V	N	Arros.....alqr^{s}.25			
Gonçalo.....Crioulo					37	S	N				
Martinho.....Crioulo					9	S	N	Aguardente Barris.....50			
Francisco.....Crioulo					31	S	N	que vendeo na terra			
Genoveva.....Crioula					37	C	N				
Domingas.....Crioula					18	S	N				
Theodora.....Crioula					7	S	P				
Joana.....Crioula					28	V	P	Nesta casa falta comparada com alista			
Joaquina.....Crioula					14	S	P	do anno passado, o escravo Ignacio			
Maria.....Crioula					4	S	P	que morreo, e Simão que vendeo ao			
Francisca.....Crioula					4	S	P	Ajud.^{e} Antonio Pereira Rangel.			
Benedita.....Crioula					2	S	N				
Angela.....Crioula					19	C	P				
Rafael.....Crioulo					4	S	P				
Agregados											
Maria.....n^{al}. desta V^{a}.					83	V	N				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 404											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Goardiano José das Chagas			x								
Nascimento: ? 1746											
Casamento:								Vive do seu oficio de **Intalhador**			
Óbito:											
Referências: .103 Goardianno Jozé das Chagas											
Observações: Natural do **Rio de Janeiro** ? (1746) 63 C – B											
Izabel Maria sua M^{er}											
Natural da V^{a} de **Paraty**? (1769) 40 C – B											
Filhos: João natural de **Paraty** 18 S – B, Manuel natural de Guaratinguetá 14 S.B, Joaquim natural de **Paraty** 21 S.B,											
Maria natural de **Paraty** 20 S.B, Anna natural de Guaratinguetá 9 S.B.											
Escravos: Antonio...Crioulo 24 S.N, Anna sua **Agregª** de **Paraty** 49 S.B											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 312											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Victorianno José da Costa											x
Nascimento:								Mercador de Loja			
Casamento:					I	E	C				
Óbito:								Tem seu negocio de fazenda, em			
Referências: .29Victoriano José da Costa – Natural da Cid^{e}. d' **Rio de Janeiro**					50	C	B	oprez$^{e.}$ anno não meteo fazenda			
Observações: IgnesTeodora S^{a} sua m^{er} – Natural de **Guarat^{a}**					37	C	B	algua para o dito negocio;			
Filhos								Acresse o Escravo João, que o			
VictorianoSold^{a}. Melecianno - natural de **Guarat^{a}**					18	S	B	rematouemprassa nesta mesma			
Francisco Soldado Melecianno – natural de **Guarat^{a}**					17	S	B	V^{a}.			
Manuel.....Dito					12	S	B				
Gregorio.....Dito					7	S	B				
Fonte: Maços de População, 1809, p. 294											

ANEXO 50 – Pág. 40

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Fern'z Vianna											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Mercador de Loja		
Óbito:									Tem seu negocio de fazenda Seca,		
Referências: .35 Salvador Fern'z Vianna						37	C	B	eeste anno, meteo pª. o dito negocio		
Observações: Soldado da Cavª. Meleciannanal.da **Vª. de Parati**									15,,Pessas depanos de Linho		
Rosa Maria sua mer natural de **Lorena**						39	C	B	18,, Ditas depano de Lan		
									22,,Ditas depanos d'algodao'		
Escravos									16,,Ditas de Bertanhas		
Luiza..... Bengª						21	S	N	2,, Ditas de Chitas		
Pedro..... Crioulo						1	S	N	30,, Ditas de Gangas		
									6,, Ditas de fitas de Seda		
									13, 18,, de 2 metros		
									12,, Maços de linhas		
									4,, Resmas de Papel		
									5,, Duzias de chapeos		
									Eguarias miudezas		
Fonte: Maços de População, 1809, p. 297									Opral. Destes gêneros 2,100$000		

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Bento Jozé Marques											**x**
Nascimento:									Mercador de Loja		
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Tem seu negocio de Fazenda Seca,		
Óbito:									em o prezᵉ. annometeo para o mesmo		
Referências: .40 Bento Jozé Marques Alfs. deOrdenancas de **Minas,**						23	C	B	11,,Pessasdepanos de Linho		
Observações: natural da Vª. de S. José									88,, Ditas depanos de Lan		
Teodora Marcelina sua mer. Natural de **Guaratª.**						16	C	B	100,, Ditas depanos d'algodão		
									25,, Ditas de Chitas		
Escravos									10,, Ditas de Gangas		
Antonio.....Angª.						38	S	N	10,,Ditas defitas deseda		
Tereza.....Bennga.						12	S	N	5,,Macos de Linhas		
Selestina.....Crioula						40	S	N	4,, Resmas de papel		
									10,,Dusias de Chapeos		
									Eguarias meudezas		
									Opral. destes gêneros... 2.200$000		
									Reside apouco nesta **Villa** vindo para		
									ella **d'Minas.**		
Fonte: Maços de População, 1809, p. 298											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Severino Jozé Pereira											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de Huma venda em que nella		
Óbito:									Dispõem Aguardente de Cana, e varios		
Referências: .48 Severino Jozé Pereira, natural da **Ilha de S. Maria**						40	C	B	Comestiveis		
Observações: Maria Gertrudes sua mer. natural de **Guaratª**.						30	C	B			
Filhos											
Maria, natural de **Guaratª**						4	S	B			
Ignez.....Dito						2	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p.300											

ANEXO 50 – Pág. 41

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Policarpo José Pereira											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu oficio de Ferrº.		
Óbito:											
Referências: .53 Policarpo José Pereira 2ª Cabo de Ordenanças natural da											
Observações: **Vª. de Guaratª**						29	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 302											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Salvador Bicudo de Siqrª											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu Ofício de **Carapina**		
Óbito:									Emq ganha pªseu sustº		
Referências: .54 Salvador Bicudo de Siqrª, Natural de **Guaratª**						41	C	B	Acresse sua filha Genoveva,		
Observações: Anna Silveria Sua Mer, Natural de **Pouzo Alto**						37	C	B	Que nasceo		
Filhos											
Salvador Nal. de **Pouzo Alto**						7	S	B			
Margarida .....Dito						9	S	B			
Maria.....de **Guarª**						3	S	B			
Anna .....Dito						2	S	B			
Genoveva .....2 meses						//	S	B			
Agregos.											
Manuel da S., N.alde **Guarª**						83	V	B			
Izabel .....Dito						38	S	B			
Maria .....Dito						38	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 302											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Miguel de Mello Morera											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de huma Venda em que dispõem		
Óbito:									Aguarde. de Cana, e vários Comestives		
Referências: .55 Miguel de Mello Morera, Natural da Vª de **Parati**						68	C	B	Falta nesta lista sua Fª. Maria, q' se		
Observações: Anna Bicuda Sua Umer, Natural de **Guaratª**						57	C	B	Cazou, e foi morar pª. as Areas		
Fos									Levando em sua Compª.a Exposta		
Ruberto Natural d. **Guarª**..						27	S	B	Joaquina		
Anna .....Dito						18	S	B			
JozéExposto .....Dito						8	S	B			
Escravos											
Maria.....Bennga						18	S	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 302											

ANEXO 50 – Pág. 42

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim da Silva Neves											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive da ocupação de Alcaide		
Óbito:									desta Villa		
Referências: .56 Joaquim da Silva Neves, Natural de **Guarat[a]**						28	C	B			
Observações: Rita Maria Sua m[er].....Dito						20	C	B			
Filhos											
Margarida n[al] da mesma						2	S	B			
Anna.....Dito						1	S	B			
Agreg[os]											
Duarte Jarrom.....Dito						50	S	B			
Anna Jacinta .....Dito						36	V	B			
Antonia de Siqueira .....Dito						86	V	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 302											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Pereira Telles											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de dar passage no **Porto desta**		
Óbito:									**Villa**		
Referências: .61 José Pereira Telles Soldado da Cav[a], Natural de **Guar[a]**						44	C	B			
Observações: Tereza Maria suam[er], Natural da mesma						37	C	B			
F.[os]											
Manuel comprava na tropa paga em S.P n[al]. de **Guar[a]**						14	S	B			
Ignacio .....Dito						12	S	B			
Fabianno .....Dito						7	S	B			
Angelica .....Dito						4	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 303											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim José de S. Anna											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu Oficio de Ferr[o]		
Óbito:											
Referências: .63 Joaquim José de S. Anna, natural da Cida[de] da **Bahia**						41	C	P			
Observações: Francisca Alvares sua m[er], natural da Mesma...						49	C	P			
Filhos											
Joaq[m] natural do **Sabará**						10	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 304											

ANEXO 50 – Pág. 43

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Pereira de Andrade											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu ofício de Carapina		
Óbito:											
Referências: .70 José Pereira de Andrade, nactural da **Vª. da Campanhª**						28	C	P			
Observações: Ignes Barboza sua mᵉʳ, nactural de **Guaratª**						38	C	P			
Filhos											
Mannuel nᵃˡ de **Guarª**						15	S	P			
Marcelina Agregª.....Dito						12	S	P			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 305											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Caetano da Motta											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de seus negocios de comprar		
Óbito:									**gado em Minas**, e dispor nesta		
Referências: .71 José Caetano da Motta, natural de **Guaratª**						40	C	B	Villa		
Observações: Anna Maria sua mᵉʳ, natural da mesma						33	C	B			
Filhos											
Francisco natᵃˡ de **Guarª**						3	S	B			
Ignacia .....Dito						2	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 305											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Luis Antonio Perª											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de seu Oficio de Marcinº		
Óbito:											
Referências: .86 LuisAntonio Perª. Soldado da Cav.ª, natᵃˡ. **Vila Rica**						37	C	B	Acresse nesta lista, seu filho		
Observações: Joaquina Maria sua mᵉʳ, natural do **Rio de Janeiro**						27	C	B	Manuel, que nasceo.		
Filhos											
Luiz natural de **S. Paulo**						3	S	B			
Manuel..... 1 mes						/	S	B			
Joaqᵐ. escravo.....Bennga.						14	S	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 308											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim da Sª Ramos									**x**		
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu ofício de Carapina		
Óbito:											
Referências: .91 Joaquim da Sª Ramos Soldado Melecianonᵃˡ. de **Guarª**						26	C	B	Acresse nesta lista sua Fª		
Observações: Maria Victoria sua mᵉʳ natural da mesma.....						22	C	B	Anastacia, que nasceo.		
Filhos											
Marianno Natural da mesma						6	S	B			
Francisco.....Dito						3	S	B			
Anastacia .....Dito						1	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 309											

ANEXO 50 – Pág. 44

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Domingos Roiz Correa											x
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de seus negocios, de huá**Tropa**,		
Óbito:									que com duz cargas desta **Villa**		
Referências: .93 Domingos Roiz Correa, natural de **Pindam[a]**						43	C	B	p[a] a **de Parati**		
Observações: Fabianna Ferreira sua m[er], nactural de **Taibaté**						31	C	B			
Filhos									Falta nesta lista os escravos Juanna,		
Francisca, Natural de **Pindam[a]**						11	S	B	q' vendeo a João de (ilegível) e		
Escravos									Jacintha morreo		
Joaquim.....Beng[a]											
José .....Dito						31	S	N			
Dom[os].....Dito						21	S	N			
Rita .....Dito						31	S	N			
Anna .....Dito						41	S	N			
Victoria .....Crioula						41	S	N			
						9	S	P			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 310											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Anna Joaquina d'Oliveira											x
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive com o que ganha seu filho pela		
Óbito:									Arte do Fogo		
Referências: .94 Anna Joaquina d' Oliveira, nactural da **Ilha grande**						53	V	B			
Observações: Manuel Miz[s] Ferrás seu filho Alf[s]. suam[er] nactural da mesma...						29	S	B	Falta nesta Lista o Escravo Paulo que		
Escravos									o tornou aintegrar a q[m]comprou		
Maria .....Crioula						29	S	P			
Joanna .....Dito						43	S	N			
Joaquina .....Dito						3	S	P			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 310											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Nome:	Pintor	Dourador	Entalhador	Escultor	Imaginário	Santeiro	Ourives	Canteiro	Carpinteiro	Mestre/ obras	Outros
Angelo Jozé de Mello									x		
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu Oficio de Carapina		
Óbito:											
Referências: .95 AngeloJozé de Melo, natural de **Guarat[a]**						37	C	B	Reside apouco nesta V[a] vindo da		
Observações: Gertrudes Moreira Sua m[er], natural da **V[a] de S. Luis**						28	C	B	S[m]Luis		
Filhos											
Manuel n[al] de Taubaté						8	S	B			
Faustino ..... de **Guarat[a]**						4	S	B			
Anna .....de **S. Luis**						7	S	B			
Bernardina ....de **Taubaté**						6	S	B			
Maria.....de **S. Luis**						2	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 311											

ANEXO 50 – Pág. 45

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Teotonio José de Carvalho									**x**		
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu Oficio de Carapina		
Óbito:											
Referências: .105 Teotonio José de Carvalho, nactural de **Guarat[a]**						29	C	B	Acresce sua filha Gertrudes que		
Observações: Margarida do Rego Sua m[er], nactural das **Areas....**						24	C	B	nasceo		
Filhos											
Gertrudes.....1 mes						‘’	S	B			
Escravos						1					
Joanna .....Crioula						13	S	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 313											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Pereira de Crastro									**x**		
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de seu Oficio de Carapina		
Óbito:									Falta nesta lista sua F[a]. Candida, q		
Referências: .110 José Pereira de Crastro, natural de **Guarat[a]**						31	C	B	Morreo		
Observações: Anna dos Santos Sua m[er], natural da mesma....						28	C	B			
F[os]									Acresse seu filho Furtunato, que		
Furtunato.....1 mês						‘’	S	B	Nasceo		
Escravos											
Maria.....Crioula						53	S	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 314											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Joaquim José											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu Oficio de Ferreiro		
Óbito:											
Referências: .187 Joaquim José natural da **Freg[a] Baependi**						25	C	B			
Observações: Tereza Peres de Jesus Sua m[er], natural de **Parati**						23	C	B			
Filhos											
José natural de **Guar[a]**						3	S	B			
João .....Dito						1	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 331											

ANEXO 50 – Pág. 46

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Domingos Alves da Sª									**x**		
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do Seu oficio de Carapina em que		
Óbito:									ganha para seu sustento.		
Referências: .80 Domingos Alves da Sª. nal desta Villa Soldº Meliciano						52	C	B			
Observações: Anna (ilegível) mer. nal. desta						29	C	B	Sem differença		
Filha											
Maria nal. dammª						7	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 352											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Ignacio Francº Cabrar											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive do seu oficio de Telheiro		
Óbito:											
Referências: .68 Ignacio Francº Cabrar (sic), nal de **S.P**						61	C	P	Falta nesta lista o fº Suprianno		
Observações: Franca Paula mernal. da mesma						41	C	P	Q morreo, e a fª Maria que ausentouse		
Filhos											
Floriannonal. da mesma						15	S	P			
Joãonal. de **Taibate**						4	S	P			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 350											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
R.do P. FrancºXer de Gusmão											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de suas ordens		
Óbito:									Senhor de Ingenho		
Referências: .90 R.do P. FrancºXer de Gusmão nal desta digo de **Minas**						45	S	B	Fablica Aguarde. de cana		
Observações: Capellam de N.S Apparecida									Em o presente anno produziu		
Seu pai									,,50 Barris que os dispôs nesta Villa		
Capt. **João Peres de Gusmão** nal desta Villa						79	V	B			
									Com seus Escravos plamta mantimento		
Escravos									para seu gasto, neste annocolheo		
AntonioCriolo						28	S	N	Millho 100 Alquires		
Antonio dº						42	S	P	Feijão 30		
Salvador dº						8	S	N	Arros 20		
Maria Banguela						37	V	N	Algodão 6 arrs		
Pedro dito						21	S	N	Falta nesta Lista o sobr. Franco.		
Jose dito						31	S	N	Que mudouce		
FloriannoCriolo						17	S	N	Acrece nesta Lista três Escraos.		
									q'são Pedro Florianno e Jose		
									queestavão em campª do Sr. Clem.		
Fonte: Maços de População, 1809, p. 354									Jose de Gusmão.		

ANEXO 50 – Pág. 47

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
R.^{do}P. Salvador Moreira da Costa											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de suas Ordens		
Óbito:									Acrece nesta Lista o escravo Davi		
Referências: .91 R.^{do}P. Salvador Moreira da Costa n^{al}. de **Taibatté**						38	S	B	Que comprou deJoze Martins de Sá,		
Observações: Capellam de N.S Apparecida									e a Escrava Sebastianna que comprou		
Escravos									defora da terra		
Manuel banguela						23	S	N			
Franc^{o} Creolo						15	S	N			
Davi d^{o}.						55	C	N			
Sebastianna d^{a}.						19	S	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 354											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Jose Ferr^{a}											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive de huma venda emque ganha para		
Óbito:									seu sustento		
Referências: .102Antonio Jose Ferr^{a}n^{al} de **Minas**						41	C	B			
Observações: Felipa Lemes m^{er}n^{al} desta Villa						31	C	B	Sem differença		
Filhos											
Esmerian^{al} da m^{ma}						13	S	B			
Maria n^{al} da m^{ma}						10	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 356											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel Ferr^{a} de S. Miguel											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Agricultor		
Óbito:									Planta mantimentos para seu gasto,		
Referências: .113 Manoel Ferr^{a} de S. Miguel n^{al} da Villa de **Paraty**						34	C	B	Neste anno colheo		
Observações: Anna Fran^{ca}m^{er}n^{al} desta						42	C	B	Milho 23 Alqueires		
Filhos									Fejão 5		
Franc^{o}n^{al} desta Villa						14	S	B	Arros 6		
Anna n^{al}dam^{ma}						5	S	B	Farinha 2		
Maria n^{al}dam^{ma}						8	S	N	Sem differença		
Fonte: Maços de População, 1809, p. 358											

ANEXO 50 – Pág. 48

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Cordero da Silva											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**			
Óbito:											
Referências: .63 José Cordero da Silva Alferes do Mestre do **Guaratinguetá**						37	C	B			
Observações: natural de **Minas**											
Maria Izabel natural desta Villa											
Fonte: Maços de População, 1809, p. 395											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Leme da Motta											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Agricultor		
Óbito:									Planta mantim^{to}. Colheo..alq's. 10		
Referências: .54 Antonio Leme da Motta n^{al}. de **Guara^{ta}**						30	C	B	Feijão...alq's. 2		
Observações: Anna Maria m^{er}. n^{al} da m^{ma}						34	C	B	Arros....alq's. 4		
Filhos									Tudo para sua sustentação		
Antonio.....n^{al}. de **Guarat^{a}**						8	S	B			
Manuel.....n^{al}. da m^{ma}						3	S	B			
Catharina.....n^{al}. da m^{ma}						10	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 417											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Jose Luis de Alm^{a}											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	**Homem tropeiro**		
Óbito:									Nesta Lista acresse o f^{o} José		
Referências: .115 Jose Luis Alm^{a} n^{al} de **Guarat^{a}**						26	C	B			
Observações: Margarida Rangel m^{er}. n^{al}. da m^{ma}						22	C	B			
Filhos											
Jose .....da m^{ma}						1	S	B			
Maria.....da m^{ma}						3	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 429											

ANEXO 50 – Pág. 49

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Jose Pedroso Lima											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	**Senhor de Ingenho**		
Óbito:									Sua safra produziu Assucar Vendendo		
Referências: .56 José Pedroso Lima soldº. Meliciano (ilegível) nal. de **Cunha**						44	C	B	Arrobas.....100		
Observações: Joaquina Maria mer. Nal. da mma						34	C	B	q. mandou pª o Rº.		
Filhos									Planta mantimto. colhemº. alq's 100		
Jose soldº Miliciano nal. **Guarata**						19	S	B	Feijão....alq's 30		
Manuel.....nal. da mma						13	S	B	Arros.....alq's 50		
Joaquim..... nal. da mma						11	S	B			
Antonio..... nal. da mma						7	S	B			
Ignacio..... nal. da mma						4	S	B	Nesta família não ouve acréscimo,		
Maria..... nal. da mma						17	S	B	nem diminuição		
Anna..... nal. da mma						10	S	B			
Mariana..... nal. da mma						8	S	B			
Gertrudes..... nal. da mma						6	S	B			
Joaquina..... nal. da mma						1	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 417											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Franco.Ribro. de Alvarenga											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Vive ganhando(ilegível) de **arreador**		
Óbito:									**de tropas.**		
Referências: .79 Franco. Ribro, nal. de **Minas**						41	C	P			
Observações: Jacinta Ferrª. da Sª. mer. nal. da mma.						37	C	B			
Filhos											
João.....nal. de **Guaratª**						4	S	P			
Jacinto.....nal. da mma						3	S	P			
Francisca..... nal. da mma						2	S	P			
Genoveva..... nal. da mma						17	S	P			
Antonia..... nal. da mma						12	S	P			
Vecineia..... nal. da mma						9	S	P			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 460											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Domingos Corrª. do Prado											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Agricultor		
Óbito:									Colheo.....Milho alq's ...50		
Referências: .74 Domingos Comª do Prado natural de **Pindgba**						44	C	B	Feijão dº.....16		
Observações: Franca Nunes Vrª mer. nal. da mma						40	C	B	Arros dº.....15		
Fos											
Delfina.....nal. da mma						10	S	B			
João.....dº						8	S	B			
Anna.....dº						6	S	B			
Clara.....dº						6	S	B			
Maria.....dº						4	S	B			
Tereza.....dº						2	S	B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 553											

ANEXO 50 – Pág. 50

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Jose Tavares da Sª											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Agricultor Planta mantimto pª		
Óbito:									Seo gasto, este anno colheo		
Referências: .3 Jose Tavares da Sª 1º Sargto. nal.desta Vª. de **Guaratª**						60	C	B	Milho – 100 alq's		
Observações: Maria Angelica de Alvarenga mer. nal. da **Vª de Parati**						41	C	B	Feijao – 20		
Filhos									Aros – 20		
Anto. nal. de **Cunha**						20	S	B	Mandioca – 30		
Franconal. de **Parati**						13	S	B	Algodão – 5 arobas		
Manuel.....Dito						11	S	B	Criou 6 capados que os gastou		
Maria.....Dito						17	S	B	em sua casa		
Rosa.....Dito						15	S	B	Fazendo no seus campos de criar		
Antonianal. de **Guaratingueta**						9	S	B	marcouse no prezeanno		
Jose.....Dito						7	S	B	Animais Cavalar 5		
Mariana.....Dito						5	S	B	Sem deferença		
Joaqm..... Gemios. Dito						2	S	B			
João											
Escrª											
Escolastica.....Crioula						36	S	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 513											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manuel Lemes do Prado											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	Agricultor		
Óbito:									Planta milho q colheo neste anno alqs20		
Referências: .37 Manuel Lemes do Prado nal. de **São João Marcos**						29	C	B	Feijão alqs 5		
Observações: Escolastica Pedrosa mer. nal. desta						25	C	B	Arros alqs 6		
Filhos									Em tudo gastou para sua sustentação		
Joze.....nal. desta va.						9	S	B			
Bernardino.....nal. da mma.						4	S	B			
Joaquim.....nal. desta meses 6								B			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 481											

Vila de Guaratinguetá Ano: 1809

Artífice / Ofícios											
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio da Sª Bravo											**x**
Nascimento:											
Casamento:						**I**	**E**	**C**	**Snr de Engo**		
Óbito:									Fabricou no prezeanno		
Referências: .72 Antonio da Sª Bravo Alfs Meliciano encostado natural desta Villa						55	C	B	Asucar.....arb. 40		
Observações: Maria Pires (ilegível). mer natural de **Pingaba.**						17	C	B	Exportou pª. o Rio		
Fos do mrdo									Com seos escros planta mantimto. Pª.		
Modesto.....nal. desta Vª						7	S	B	Seo gasto, e no prezeanno colheo		
Rita.....						15	S	B	Milho alq's 200		
Escos									Feijao do 25		
Domingos.....Banguela						41	V	N	Criouce Porcos – 15		
Jeronimo.....Crioulo						40	C	N	Vendeo na terra a 3$000		
Julião.....do						19	C	N			
Miguel..... do						13	S	N			
Ignacio.....do						21	S	N			
Josefa.....Banguela						41	C	N			
Catharina.....Crioula						16	C	N			
Benedita..... da						14	S	N			
Lusia..... da						12	S	N			
Maria..... da						7	S	N			
Quiteria.....da						7	S	N			
Elena..... da						5	S	N			
Francisca.....da						2	S	N			
Maria.....Banguela						28	V	N			
Fonte: Maços de População, 1809, p. 553											

ANEXO 50 – Pág. 51

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1834

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel José da Costa											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Capitão Mor Manoel José da Costa											
Observações: Comprou um cálice de prata, mais um oratório em que está o Presépio bem preparado com as											
imagens de Nosso Senhor Jesus Cristo nascido, de Nossa Senhora, de São José, dos Santos Reis e mais											
figurantes dado do Convento da Luz de São Paulo por seu Reverendo Capelão Fr. Luccas José da Purificação											
(LIVRO TOMBO, 1757 – 1873, p. 167-179). (Além do cálice doou uma "cruz com imagem de N. Senhor											
crucificado com pianha pintada e dourada que Está no altar de Nossa Senhora das Dores											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1834

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio de Paulo e Silva											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Alferes Antonio de Paulo e Silva											
Observações: A Capella do Santissimo Sacramento que foi feita nesta Matriz sobre o corredor do Lado do Evangelho, pintada											
Dourada e ornada com damasco a custa do Alferes Antonio de Paulo e Silva (LIVRO TOMBO, 1757 – 1873, p.179)											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1834

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José dos Santos Porto		**x**									**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Residía à Rua do Imperador nº 31											
Observações: Consta no Jornal O Paratyense na Pág. 03 do nº 20,											
Consertava imagens											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1862

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Aureliano Joaquim de Gusmão	**x**										**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Em 1862, no dia 21 de fevereiro, foi paga a quantia de 8.000 réis a Aurelianno Joaquim de Gusmão referente "[...] à incarnação duma imagem do											
Sr. Crucificado" (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA - 1855, p. 13). No Almanak Laemmert está registrado: Aureliano Joaquim											
de Gusmão com endereço à Rua da Matriz nº 11, nos anos de 1856, p.74 a 77; 1858, p.166 a 170; 1859, p. 91 a 96 e 1860, p. 130 a 133.											

ANEXO 50 – Pág. 52

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1863

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Martiniano de Oliveira											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Vigario Collado da Parochia o Padre Antonio Martiniano de Oliveira											
Observações: Possue mais esta Matriz desde hoje (22 de Abril de 1863) um crucifixo dado pelo mesmo Reverendo Vigario qual											
declarou com que era de sua vontade que o mesmo fosse collocado no Altar Mor da Matriz (Livro Tombo, 1757 – 1873, p.179v).											

Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá Ano: 1863

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Antonio Martiniano de Oliveira											**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Virgario Collado da Parochia o Padre Antonio Martiniano de Oliveira											
Observações: Possue mais esta Matriz desde hoje (22 de Abril de 1863) um crucifixo dado pelo mesmo Reverendo Vigario o qual											
declarou com que hora de sua vontade que o mesmo fosse collocado no Altar Mor da Matriz (Livro Tombo, 1757 – 1873, p 179v).											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1863

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José Marçal de Lima									**x**		**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: O retábulo de São Roque da igreja Matriz foi riscado e construído por Marçal José de Lima, este posteriormente também integrou o grupo de											
empreiteiros e profissionais que trabalharam nas obras da Igreja de Santa Rita de Paraty. Consta no registro: Lembranças/ da/ Illma. Bf. Sinhora D. Geralda											
Maria da Silva/ Sábado a 26 de Septembro de 1863/ riscado e construído por/ Marçal José de Lima/ (DOCUMENTO AVULSO, 26/09/1863 – Transcrito na forma											
original).											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1876

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Geraldo Braga Bispo de S. Sabbas	**x**	**x**									
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: casado com Candida Thereza de Jesus, possuía um filho de nome Manoel Braga de S. Sabbas. (A RAZÃO, 1918, Nº 52, p. 3).											
Recebeu pagamento para pintar e dourar a capella - 185$000 (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, 1876 a 1908, p. 2v).											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1883

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
José dos Santos Porto		**x**									**x**
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Residia à Rua do Imperador nº 31, trabalhava também como encarnador de imagens.											
Observações: Consta no jornal Paratyense "[...] José dos Santos Porto, Rua do Imperador Nº 31 n'esta Cidade de Paraty, com arte,											
encarna e doura Imagens por comodo preço (PARATYENSE, 1883, Nº 20, p. 3).											

ANEXO 50 – Pág. 53

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1883

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Dalmiro José Baronto	x	x		x							
Nascimento: 30 /09/1837 nasceu em Londres, em Oxford, filho legítimo de Luiz Barunto e Eliza Barunto											
Casamento:											
Óbito: 28/05/1919											
Referências: Em 1883, estava trabalhando em Paraty											
Observações: Jornal "O Paratyense", no setor de anúncios, em edições de 21 de outubro de 1883, nº 48, p. 4; 28 de outubro de 1883, nº 49, p. 1; 23 de novembro de 1883, nº 4, p. 4; e 3 de dezembro de 1883, nº 3, p. 4											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1896

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João Mazza										x	
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Sua presença já foi notada na igreja de Santa Rita, no ano de 1898, prestando serviços inclusive na decoração da igreja "[...] Imp.cia de seos honorários como Mestre das obras João Mazza desde Janeiro do corrente até 27 de Maio deste anno, conf.e o r.º nº 61 (LIVRO DE CONTAS DAS OBRAS DA MATRIZ, 1904-1906, p. 3v).											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1896

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Pedro Delfino	x										x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Atuaram juntos na igreja de Santa Rita, João Mazza, Pedro Delfino e Braz Rodart encarnando seis imagens e a pintura de dois florões conforme se verifica do Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita. Consta no Livro Caixa, no dia 16 de agosto de 1896 dinheiro aos trabalhadores João Mazza, 15.750 réis; Pedro Delfino, 12.000 réis; Braz Rodart, 2.000 réis e a Jªº Magalhães para incarnar 6 imagens e pintar 2 florões, 80.000 réis. (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p. 9).											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1896

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Braz Rodart	x										x
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Atuaram juntos na igreja de Santa Rita, João Mazza, Pedro Delfino e Braz Rodart encarnando seis imagens e a pintura de dois florões conforme se verifica do Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita. Consta no Livro Caixa, no dia 16 de agosto de 1896 dinheiro aos trabalhadores João Mazza, 15.750 réis; Pedro Delfino, 12.000 réis; Braz Rodart, 2.000 réis e a Jªº Magalhães para incarnar 6 imagens e pintar 2 florões, 80.000 réis. (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p. 9).											

ANEXO 50 – Pág. 54

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1896

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João de Freitas Magalhães	**x**	**x**									
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Em 1906 encarnou a imagem de São Miguel conforme registro no Jornal O Pharol nº 03 (O PHAROL, 1906, Nº 3, p. 2).											
Encarnação de uma imagem de N. S do Terço em 31 de março de 1909, a João de Freitas Magalhães" (LIVRO DE LANÇAMENTO DOS COFRES DA IRMANDADE DE											
N.S. DOS REMÉDIOS, 1909, p. 24). Encarnou a imagem do Senhor Bom Jesus da igreja de N.S. das Dores (O SUL FLUMINENSE, 1904, p.1). (O SUL FLUMINENSE,											
1904, p.1). Recebeu do Snr. Victor Paulino dos Santos, Thesoureiro de N. S^{ra} do Rozario a quantia de céte mil cete centos e cincoenta reis mettade da pintura da											
bandeira do mastro. Livro de Recibo e Eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1847- 1914, p. 58. Realizou serviços para a Irmandade de São Roque											
entre eles está "[...] reconstrução do andor que se acha completamente estragado, encarnação da sagrada imagem, organisação da banqueta e pintura que											
muito precisa o dito altar" (O PHAROL, 1913, Nº 32, p. 4). João de Freitas Magalhães também recebeu da Irmandade de Santa Rita "[...] para incarnar											
6 imagens e pintar 2 florões, 80.000 réis. (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p. 9). Pagamento de 5.000 réis a João de Freitas Magalhães											
para desenhar um novo relógio para a fachada: "Idem a João Magalhães "Dourador" pª dezenhar o relógio da frente da Igreja" (LIVRO DE RECEITAS E											
DESPESAS DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1925-1939, p.9) que constatamos em fotografia datável da década de 1930, ainda confeccionado em											
argamassa relevada e a numeração pintada de forma tímida e singela.											
Observações: Era casado com Ernestina Eulalia da Rocha Peixoto Magalhães, realizou trabalhos nas Igrejas de Paraty, encarnando imagens, pinturas de retábulos											
e bandeira de mastro, entre outros.											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1898

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Tertúlio	**x**		**x**								
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Constatamos no Livro Caixa da Irmandade de Santa Rita, 1894-1925, a presença de João Mazza, Tertúlio e Pedro Delfino, trabalhando na decoração											
da Igreja. Em 12 de agosto de 1898 foi feita a despesa de 20.000 reis "[...] Impª para Tertulio, de 2 floroes para o teto", Idem de 2.000 réis de u/cruz, Idem de 400											
réis para 2 metros de renda. Neste mesmo ano, no dia 19 de agosto, foi feita a despesa de 9.000 réis, para um Quadro (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA											
RITA, 1894-1925, p. 9).											

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1899

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João José Ferreira		**x**									
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: João José Ferreira realizou trabalhos para a Irmandade do Rosário como o douramento do retábulo de N.S. do Rosário e São João e o "[...] O											
púlpito da Igreja de N. S. do Rosário só recebeu douramento em janeiro de 1900, segundo o recibo assinado por João José Ferreira, sob número 13, no											
valor de 50 mil reis e para as tintas, 38.380 réis.											

ANEXO 50 – Pág. 55

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1899

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
Manoel de Oliveira e Souza		**x**									
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: Recebeu da Irmandade de N.S. do Rosário a "[...] quantia de Dois contos quatro centos e noventa e cem, mil reis. Importancia dos Douramentos dos dois Altares de Nª Sª do Rozario e S. João. Por ser verdade passo o presente que assigno. Paraty... de Fevereiro de 1899 - Manoel de Olivª Souza" (LIVRO DE RECIBOS E ELEIÇÕES, 1847-1914, p. 45v). Pelos recibos acima, constatamos que, no final do século XIX e início do XX, os serviços de douramentos dos retábulos foram executados por dois douradores: João José Ferreira e Manoel de Oliveira e Souza. Era irmão de Quintino de Oliveira Souza, fazendeiro estabelecido com lavoura e engenho de aguardente na localidade de Rio dos Meros.										

Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty Ano: 1905

Artífice	Ofícios										
Nome:	**Pintor**	**Dourador**	**Entalhador**	**Escultor**	**Imaginário**	**Santeiro**	**Ourives**	**Canteiro**	**Carpinteiro**	**Mestre/ obras**	**Outros**
João Demétrio											
Nascimento:											
Casamento:											
Óbito:											
Referências: A presença de João Demétrio realizando serviços na Igreja, além da instalação do 1º relógio da fachada em 1904, é novamente registrada em 18 de fevereiro de 1905, conforme despesa de 40.000 réis, por serviços de "encarnação" (LIVRO CAIXA DA IRMANDADE DE SANTA RITA, 1894 a 1925, p. 21v).											

ANEXO 51 – Pág. 1

Certidão de Batismo de Luiz filho de Manoel Antunes da Rocha - 1742

Arquidiocese de Aparecida

Cúria Metropolitana

Certidão de Batismo

De********** LUIS **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Batizados** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **02** folha **20v, 1º** termo **da folha** do ano de 1742.

OBSERVAÇÃO:
Não foi averbado o ano do batismo. Verificando a scquência constatamos que foi no ano de 1742. **********

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro, baptisou e pos os Santos Oleos, na Capela Jesus, Maria, José, da Boa Vista Verº Domingos Gonçalves Naves a **Luís**, filho de Manoel Antunes esua mulher Fillipina da Silva. Padrinhos Luis da Silva [ilegível], e Helena da Silva. Todos moradores e fregueses desta Villa.**********
O Vigr José Alves Vilella **********

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

ANEXO 51 – Pág. 2

Certidão de Óbito de Manoel Antunes da Rocha - 1840

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ******** **MANUEL ANTUNES DA ROCHA – B – Caz - edade de 80 annos** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **14,** folha **109,** do ano de 1840.

OBSERVAÇÃO:
****

Aos vinte e sete de Março de mil oito centos e quarenta nesta Freguesia no bairro dos Mottas com todos os sacramentos, digo com sacramento da penitencia e unção, edade de oitenta annos com infermidade interna, faleceo da vida presente **Manuel Antunes da Rocha**; branco natural desta Villa, casado que era com Catharina Gonçalves: foi seo corpo envolto com hábito dos Padres de S. Francisco conduzido em procissão, acompanhado por mim e por mais três Reverendo sacerdotes, sepultado nesta Matriz dos púlpitos para bacho em campa dos Irmaõs das Almas donde era irmaõ, sua alma foi recomendada de que para constar fis este assento que assigno. **********
Vigº. Mel. da Costa Pinto **********
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 11 de Dezembro de 2019.

Para fins de pesquisa de
tese de doutorado

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

CÚRIA METROPOLITANA – DE APARECIDA –

CÚRIA METROPOLITANA – DE APARECIDA –

ANEXO 52 – Pág. 1

Certidão de Óbito de Maria Leite de Jesus - 1814

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** **MARIA LEITE DE JESUS, casada, 40 a. idade** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **11** folha **41**, **4°** termo **da folha** do ano de 1814.

OBSERVAÇAO:
****

Aos vinte e seis de Abril de mil oitocentos e quatorze nesta Matriz de Guaratinguetá faleceu **Maria Leite de Jesus,** mulher de Pedro Lemes do Prado de edade de quarenta anos pouco mais ou menos faleceu de huma frebre maligna com todos os sacramentos, seu corpo envolto em pano branco e sepultada nesta Matriz dos púlpitos para baixo, para constar fis este assento. **********
O Coadjutor Victoriano Jose dos Santos **********
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

CÚRIA METROPOLITANA – DE APARECIDA

ANEXO 53 – Pág. 1

Certidão de Casamento de Joam Barbosa de Almeida e Anna Francisca da Silva - 1787

Arquidiocese de Aparecida

Cúria Metropolitana

Certidão de Casamento

De: ******** JOAM BARBOSA DE ALMEIDA E **********
********** ANNA FRANCISCA DA SILVA **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Casamentos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **03**, folha **15v, 1º termo** da folha do ano de 1787.

Aos des dias do mes de Fevereiro de mil sete centos coitenta e sete annos, nesta Matris de Santo Antonio de Guaratinguetá pelas nove horas da manha, feitas as denunciaçoens canonicas, e sem impedimento algum, com provisao do Reverendo Vigario da Vara Felix José de Oliveira, na minha presença e das testemunhas Antonio Ferreira Leite, e Antonio José de Oliveira, pesoas de mim bem conhecidas, se receberam em matrimonio por palavras mutuas de presente **Joam Barbosa de Almeida e Anna Francisca da Silva,** o contrahente natural do Arrayal de Nazare, filial e Matriz de Dom Joam Alves, nada havendo dos avos paternos e maternos, logo receberao as bençans nupciaes, de que para constar fiz este asento que asigno com as tetemunhas abaixo.

O Coadjutor Joam Franco da Rocha
Antonio José de Oliveira
Antonio Ferreia Leite

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Para fins de pesquisa de
tese de doutorado

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

CÚRIA METROPOLITANA - CHANCELARIA - DE APARECIDA -

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA -

ANEXO 54 – Pág. 1

Certidão de Batismo de Manuel – 1796 - filho de Goardiano das Chagas

Arquidiocese de Aparecida

Cúria Metropolitana

Certidão de Batismo

De********** **MANUEL** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Batizados** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **08** folha **17v.,** termo **33** do ano de 1796.

OBSERVAÇÃO:
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Aos vinte e ham diaz do mês de fevereiro de mil sete centos, noventa seiz annos nesta Matris de Santo Antonio de Guaratinguetá baptisei e pus os Santos Oleos a **Manoel**, filho legitimo de Gordiano José da Chagaz, e Isabel Maria da Conceiçam, moradores desta Villa: foram padrinhos Reverendo Vigario da Vara Manoel Marques, e Ritta Maria de Araujo, solteira; todos fregueses desta Matris. **********
P Vigario Joam Gonçalves Lima **********
****
****
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

CÚRIA METROPOLITANA - CHANCELARIA - DE APARECIDA

ANEXO 54 – Pág. 2

Certidão de Batismo de Manuel – Anna – 1800 - filha de Goardiano das Chagas

Arquidiocese de Aparecida

Cúria Metropolitana

Certidão de Batismo

De********** **ANNA (mulata)** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Batizados** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **10** folha **20v, 1º** termo **da folha** do ano de 1800.

OBSERVAÇÃO:
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

A dezenove de julho de mil eoito centos, nesta Matris baptisei e pus os Santos Oleos a **Anna**, filha de Gordiano José da Chagas e sua mulher Isabel Maria da Conceicao, moradores desta freguesia, nascida a dous do corrente: padrinhos Manoel Gonçalves Franco, e Maria filha solteira de Manoel Gonçalves Franco todos moradores e fregueses desta Villa.**********
O P e. José de Faria **********
****
****
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Para fins de pesquisa de
tese de doutorado

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA

ANEXO 55 – Pág. 1

Certidão de Óbito de Salvador Rois Leite - 1802

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** **SALVADOR ROIS LEITE – B – Cazado – 47 annos** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **07,** folha **13,** do ano de 1802.

OBSERVAÇAO:
****

Aos dois de fevereiro de mil oito centos edois nesta Freguesia bairro da Villa, sem sacramento faleceu da vida presente por morte repentina em sua casa **Salvador Rodrigues Leite**, natural desta freguesia ele que casado era com Maria da Silva, tinha ele a edade de quarenta sete annos e seo corpo foi amortalhado em pano de linho e sepultado no adro da Matriz sua alma foi recomentada, sem testamento por ser pobre. **********
Vigº. Coadtor. José de França Costa **********
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 05 de Dezembro de 2019.

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA

CÚRIA METROPOLITANA - CHANCELARIA - DE APARECIDA

ANEXO 56 – Pág. 1

Certidão de Óbito de José Rois - 1814

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** **JOSE ROIS de Idade de 50 a. CAZADO** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **11** folha **41, 3°** termo **da folha** do ano de 1814.

OBSERVAÇAO:
****

Aos dezessete de Abril de mil oitocentos e quatorze nesta Freguesia de Guaratinguetá faleceu **José Rodrigues** de idade sincoenta anos para mais ou menos casado com Barbara Raposo faleceo de tumor maligno, seu corpo foi envolto em linho sendo sua alma Recomendada, para constar fiz este asentto **********
O Coadjutor Victoriano Je. dos Stos **********
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de
tese de doutorado

ANEXO 57 – Pág. 1

Certidão de Óbito de Anna Caetana - 1811

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De********** **ANNA CAETANA – B – CAZ – Idade 40 annos** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **11** folha **113, 1º** termo **da folha** do ano de 1811.

OBSERVAÇAO:
****

Aos quinze de Abril de mil oito centos e onze annos, nesta Freguesia de baixo da Villa com, todos os sacramentos de idade de quarenta anos pouco mais ou menos de Hidropisia faleceo da vida presente **Anna Caetana**, branca, casada que era com Manuel Ferreira da Silva, natural desta Villa e filha do Alferes Caetano Alberto Correa: foi seo corpo amortalhado em habito seráfico; acompanhado do Merito Reverendo Parocho, e mais de seis Reverendos Sacerdotes, e tão bem acompanhado da Irmandade do Santissimo Sacramento, e sepultada em huma das Campas da mesma Irmandade donde seo marido hera Irmão, sua Alma foi por mim; digo foi encomendada; de que para constar fiz este assento que assignei **********
O Coadjutor Mel. Da Costa Pinto**********
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Para fins de pesquisa de
tese de doutorado

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

ANEXO 58 – Pág. 1

Certidão de Casamento de Manuel Ferreira de Silva com Anna Caetana de Jesus - 1789

Arquidiocese de Aparecida

Cúria Metropolitana

Certidão de Casamento

De: ******** MANUEL FERREIRA DA SILVA E ********** ********** ANNA CAETANA DE JESUS ************ Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Casamentos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **03**, folha **43, 1º termo** da folha do ano de 1789.

Aos treze dias do mês de janeiro de mil sete e oitenta e nove annos, nesta Matris de Santo Antonio de Guaratinguetá feitas as denunciaçoens e sem impedimento algum, com provisao do Reverendo Vigario da Vara Hoseph de Oliveira, as sinco para as seis oras da tarde, na minha presença e das testemunhas o Ajudante Manuel da Silva Neves e Victoriano Joseph da Costa ambos casados e moradores desta freguesia, pesoas de mim bem conhecidas, se receberam solemnemente por palavras de presente **Manuel Ferreira da Silva** e **Anna Caetana de Jesus**. Elle contrahente natural da Villa de Paraty do Bispado do Rio de Janeiro, filho legitimo de NicolaoFerreira Freire, e de Francisca de Jesus, ambos naturaes da mesma Villa de Paraty do supradito Bispado do Rio de Janeiro. Avôs paternos Felipe Freire e Margarida Gonçalves, aquelle natural da Ilha Grande, e esta da Vila de Paraty do já dito bispado. Avôs paternos, digo, avôs maternos Domingos da Silva Camaxo, e Anna de Freitas, aquelle natural da Ilha da Madeira e esta da Villa de Paraty: e ella contrahente natural da freguesia de Nosa Senhora da Candelaria da cidade e Bispado do Rio de Janeiro, filha do Alferes Caetano Alberto Correa, natural da mesma freguesia da Candelaria da mesma cidade e Bispado já dito e sua mulher Maria de Almeida de Gusmão, natural desta villa. Avôs paternos Antonio Francisco da Costa natural da freguesia de São Juliao ou de São Nicolao da Costa, e cidade de Lisboa, e Isabel Maria de Jesus natural ou da Ilha Terceira ou da Ilha do Farol: Avôs maternos Joseph Pinto de Gusmao natural da Villa de Taubaté deste Bispado e Maria da Motta, natural desta Villa.E logo receberao as bençans de que para constar fiz este asento que asigno com suas supras tetemunhas.

O Vigrº Manuel Lescura Banher
Manoel da Silva Neves
Victoriano José da Costa

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 15 de Outubro de 2019.

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

Elicte Galvão Reis da Silva
Notária

CÚRIA METROPOLITANA DE APARECIDA

CÚRIA METROPOLITANA DE APARECIDA

ANEXO 59 – Pág. 1

Certidão de Óbito de Brígida Joaquina da Conceiçaõn - 1834

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** BRIGIDA JOAQUINA DA CONCEIÇAÕN –B,- edade 80 annos **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **14** folha **14,** do ano de 1834.

OBSERVAÇÃO:
****

Aos catorse de Dezembro de mil oito centos etrinta quatro nesta Villa com todos os sacramentos de edade deoitenta annos ao que parecia, faleceu da vida presente Brigida Joaquina da Conceiçaõn viúva por falecimento de Joaquim José Rodrigues natural da cidade de S.Paulo: foi seo corpo envolto com hábito serafico e conduzido na tumba da fabrica e depositado dentro desta Matriz abacho do coro na campa da Irmandade das Almas donde era irmã, acompanhada por mim e por oito reverendo sacerdotes e sua alma foi recomendada. Não fez testamento e de que para constar fiz este assento que asigno. **********
O Vigº Mel da Costa Couto **********
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 11 de Dezembro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de tese de doutorado

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA

ANEXO 60 – Pág. 1

Certidão de Óbito de Francisco Leme Barbosa - 1835

Arquidiocese de Aparecida
Cúria Metropolitana
Certidão de Óbito

De ********** **FRANCISCO LEME BARBOSA – B – Cazado – 78 annos** **********
Em Paróquia Santo Antonio - Guaratinguetá – SP. **********

CERTIFICO que, revendo os livros de termo de **Óbitos** realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro **14,** folha **29v,** do ano de 1835.

OBSERVAÇÃO:
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****
****

Aos nove de dezembro de mil oitocentos etrinta cinco nesta Freguesia bairro dos Piloins, com todos sacramentos de edade de setenta eoito annos para mais ou menos faleceu da vida presente Francisco Leme Barbosa, natural desta vila casado que era com Maria Nunes: foi seo corpo envolto em habito dos Padres de Saõ Francisco, acompanhado por mim e por todos Reverendos Sacerdotes desta Villa que se achavaõ presentes. Foi sepultado na Capella Mor desta Matriz em campa dos Irmaõs do Santissimo donde era irmaõ e foi acompanhado pelos irmaõs que carregaram o corpo. Não fez testamento, sua alma foi recomendada, de que para constar fis este assento que assigno. **********
Vig. Coadj^{or}. P^{e} M^{el} da Costa Couto **********
****
****

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.

Do referido dou fé.

Aparecida, 11 de Dezembro de 2019.

Eliete Galvão Reis da Silva
Notária

Para fins de pesquisa de
tese de doutorado

CÚRIA METROPOLITANA - DE APARECIDA

CÚRIA METROPOLITANA - CHANCELARIA - DE APARECIDA

ANEXO 61 - Pág. 1

CONTAS DE RECEITA E DESPESAS DAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE GUARATINGUETÁ 22/05/1850 a 24/01/1851

FÉRIAS	DATA	REGISTRO
01	22/05/1850 até 25/05/1850	Registro de Mestre Anastacio e Mestre Manoel Paulista com seus oficiais realizando dias de trabalhos de esmola, dono de alguns escravos como os pertencentes ao Sr. Antonio de Paula e Silva, chamado Jesuíno, o do Sr. Antonio Luis dos Reis, chamado João, do Sr. Francisco Lourenço da Costa chamado Antonio e da Sra. Mestra Paula, chamado Jacob e Francisco das Chagas que consta da Féria número 01 a 15. No transporte verifica-se a presença de Joaquim "Serrador", João "Serrador" e Antonio de Almᵈᵃ "Servente de Obra" e Mestre Izidorio José Mariano e seus Oficiais: Benedito Alves da Silva, Gregório "escravo", João, Zeferino, Omeciano. É notória as despesas do dia 22 de maio, com tabelas identificadas como de assoalho, forro e tabuas de cedro possivelmente para montagem dos retábulos datados do século XIX, foi assinado o recibo pelo Mestre Anastacio Pinto Soares e pelo Administrador Francisco Lourenço da Costa.
02	27/05 até 01/06/1850	Continuação das obras, aparecem Mestre Anastacio e Mestre Manoel Paulista, juntamente com 31 oficiais, entre eles Francisco das Chagas, assinando pelo Mestre Anastácio Pinto Soares e pelo Administrador João Francisco da Silva Novais;
03	03 até 08 de junho de 1850	Continuação da Obra, constam além dos dois Mestres Anastacio e Manoel Paulista a presença de Francisco das Chagas e 56 Oficiais, sendo que 10 Oficiais trabalharam de esmola; e como Administrador João Francisco da Silva Novais.
04	10 até 15 de Junho de 1850	Constam além dos dois Mestres, Francisco das Chagas, 42 Oficiais que receberam gratificação e 26 trabalhadores que trabalharam no "dia de chuva". Trabalharam de esmola 05 oficiais. Estava como Administrador Francisco José de Castro.
05	17 até 22 de junho de 1850	Aparecem Mestre Anastacio e Mestre Manoel Paulista, Francisco das Chagas, além de 39 oficiais. Consta o registro de pagamento de 100 pregos feitos na tenda (canteiro de obras??). O documento faz ainda menção ao Mestre João Lourenço, juntamente com Gregorio e Martinho, possivelmente trabalhando por esmolas. O Administrador é Antonio de Paula e Silva.
06	25 a 28 de junho de 1850	Aparecem os Mestres Anastacio, Manoel Paulista, João Lourenço e 35 oficiais entre eles Francisco das Chagas, sob a administração de João de Moura Fialho e trabalharam de esmolas Gregorio de Mello e Martinho.
07	01 até 06 de Julho de 1850	Aparecem os Mestres Anastacio, Manoel Paulista, João Lourenço, além de 36 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas, consta que trabalharam de esmolas os irmãos Gregorio de Mello e Martinho de Mello e o registro que em lugar do Administrador Francisco de Assis e Oliveira Borges assinou Jozé Bento de Gusmão.
08	08 até 13 de Julho de 1850	Aparece os Mestres Antonio e Manoel Paulista, João Lourenço, além de 32 oficiais, entre eles Francisco das Chagas, há o registro de 300 pregos grandes feitos na tenda e João da Silva Mª Leme que trabalhou 06 dias de esmola e no lugar do Administrador Francisco Maximo da Silva, assinou Francisco Lourenço da Costa e o Padre Antonio Caetano.
09	15 até 20 de Julho de 1850	Aparecem os Mestres Anastacio e Manoel Paulista, juntamente com 35 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas e com o pagamento de 125 pregos grandes feitos "Na Tenda (sic) e o registro de que está conforme pelo. Administrador Antonio Pires Barboza Junior, embora assinado por Joze Bento de Gusmão.
10	22 até 27 de Julho de 1850	Aparecem os Mestres Anastacio e Manoel Paulista, juntamente com 34 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas, está conforme o Administrador Manoel da Silva Reis Cardozo e Francisco Lourenço da Costa, assinado pelo Padre Antonio Caetano. Trabalharam de esmola o escravo da Sra. Maria Meirelles e Domingos da Sra. D. Genoveva.
11	29 de julho até 03 de agosto de 1850	Aparecem os Mestres Anastacio e Manoel Paulista e 25 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas, sendo que Antonio Gaspar trabalhou 5 dias de esmola e João Fonseca trabalhou 2 dias. Está conforme o Administrador João Antunes de Oliveira e Joze Manoel de Moura. Assinado pelo Padre Antonio Caetano e os registros de trabalhos de esmola de Antonio, escravo da Srª Mª Meirelles e Domingos da Srª D. Giovanna.
12	05 até 09 de Agosto de 1850	Aparecem os Mestres Anastacio e Manoel Paulista, juntamente com 27 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas e como Administrador Francisco Nabo Freire Guimarães, assinado pelo Padre Antonio Caetano e o trabalho de 5 dias de esmola feito pelo escravo Antonio da Srª D. Mª Meirelles.

ANEXO 61 - Pág. 2

13	**12 até 17 de agosto de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e 26 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas, esta conforme o Administrador Manoel José Bitencourt e assinado pelo Padre Antonio Caetano Alves Corrêa.
14	**17 até 23 de agosto de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e 27 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas, consta o pagamento de 3 lichas de "Ferro" para as travas da Igreja no valor de 267$600, foi assinado pelo Fabriqueiro Antonio Castro de Oliveira e o Padre Antonio Caetano Alves Correa.
15	**25 até 31 de agosto de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e 25 Oficiais, entre eles Francisco das Chagas, sendo três Pedreiros: Antonio, Antonio e Paulo e quatro Serventes: Francisco, Tito, Antonio e Benedito. Assinado pelo Vigário Antonio Martinho de Oliveira e pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa.
16	**02 até 07 de setembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 28 Oficiais, sendo três Pedreiros: Paulo, Antonio Oliveira e Antonio e mais quatro serventes: Francisco Benedito, Tito, Antonio e Joaquim Dias. Houve o pagamento de Aluguel de um carro que puchou humas madeiras no valor de 2$000, está assinado pelo Vigário Antonio Martinho de Oliveira e o Padre Antonio Caetano Alves Correa.
17	**09 até 14 de setembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e 26 Oficiais, sendo dois pedreiros: Paulo e Antonio Oliveira e cinco serventes: Francisco, Tito, Antonio, Joaquim Dias e Davi. Como despesa também foi registrado um carro de estrume a 1$230, "madeiras e telhas" 6 duzias de tabuas de cedro = 85$000, 60 duzias de paus de ervamirim = 55$200, 60 duzias de ripas de jiçara = 60$000, 7 dúzias de tábuas de forro = 56$000, ao serrador do cedro na roça = 13$200 e 2.500 telhas = 49$200, perfazendo um total de 456$740 além dos Oficiais. O Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e o Padre Caetano Alves Correa, assinam os recibos.
Destaque-se que, pelos Oficiais e materiais registrados o telhado e algumas paredes e forros do templo estavam sendo providenciados com afinco, inclusive com a adoção de estrume de animal na sua composição, possivelmente para paredes, o que nos sugere a abertura do transepto dos arcos para os corredores nesse momento. Madeiras e Telhas - Na Província de São Paulo, muito adotado nas construções civis e religiosas as madeiras denominadas cedro, Gonçalo Alves, Ypê, ervamirim, saguaragi e a jiçara obtida dos troncos do palmito em ripas ou próprio tronco roliço.		
18	**16 até 20 de setembro de 1850**	Aparece Mestre Anastacio, Carpinteiro e o Mestre Pedreiro Joze Pinto dos Santos e mais 35 Oficiais, sendo oito pedreiros: Davi escravo do Mestre Jozé Pinto dos Santos e Moizes, filho de Jozé Francisco Machado. Há também a presença de sete serventes: Francisco Benedito, Tito, Antonio, Miguel, Davi, Joaquim Dias, Ignacio. Foi pago o aluguel de um carro de carregar areia e estrume a 5$000 e um taboado comprado do Sr. Manoel Joze de Mello a 120$000. Está assinado pelo vigário Antonio Martiniano de Oliveira e Padre Caetano Alves Correa.
19	**23 até 28 de setembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e mais 29 Oficiais, sendo seis pedreiros e cinco serventes. Foi pago o aluguel de um carro de carregar areia e estrume a 5$000, 4 pares de ripas a $640, uma barra de ferro do Sr. Bento Cortes a 1$200, uma caneca de louça a $320, assinado pelo Vigario Antonio Martiniano de Oliveira e Padre Caetano Alves Correa.
20	**30 de setembro de 1850 até 05 de outubro de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e mais 24 Oficiais, entre eles seis pedreiros e cinco serventes e o pagamento de 5 carros de estrume a 6$200, pregos e duas enchadas, que foram compradas do Sr. Villela a 7$560, além de 14 Ferros pedres a 3$640. Assinado pelo Vigario Antonio Martiniano de Oliveira e Padre Antonio Caetano Correa.
21	**07 até 12 de outubro de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e mais 29 Oficiais, entre eles seis pedreiros e cinco serventes e o pagamento de 10 parafusos grandes a 10$000 e 16 pequenos a 7$620, está assinado pelo Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e o Padre Antonio Caetano Alves Corrêa.
22	**14 até 17 de outubro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e mais 24 Oficiais, entre eles quatro pedreiros e cinco serventes. Entre os pagamentos está estrumes e areia no valor de 7$530 e despesas de pagamento do Sr. P.^{e} Antunes de carreto da madeira do cedro 140$000. Está conta recibo do Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e do Padre Antonio Caetano Alves Correa.

ANEXO 61 - Pág. 3

23	**21 até 26 de outubro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 16 Oficiais, constava também a aquisição de um par de "fixas" para a janela do oitam As fixas possivelmente eram dobradiças ou garras em ferro para prender a vedação dos vãos. Devemos registrar que o ofício de ferreiro no período colonial e império foi de extrema importância para suporte estrutural de fixação, proteção e ornamentação das construções, especialmente nas igrejas e fortificações "[...] Despezas Pello q. pagou-se ao S.r João Chrizostimo da S.ª de varias ferragens q.ª fes p.ª a Igreja.....44$400 (DAESP,1850, CAIXA 234, DA). Está assinado pelo P.e Antonio Caetano Alves Correa.
24	**29 até 31 de outubro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 16 Oficiais, tendo o registro de aquisição de pregos e chumbo que comprou-se odo Sr. Francisco Villela no valor de 3$200 e como Despesas "[...] Pello qe pagou-se de varrias Ferragem Vindas do Rio de Janeiro .....208$220 (DAESP,1850, CAIXA 234, DA), documento assinado pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa.
Oitam - Chama-se Oitão a parede lateral e fundos de uma construção que também pode ser chamada de empena em cujo vértice esta apoiada a cumieira da construção.		
25	**04 até 09 de novembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e 17 Oficiais, sendo tres pedreiros: Paulo, Antonio Clemente e Joze de Paula, tendo o registro da aquisição de chumbo que foi adquirido do Sr. Domingos Roiz Alves. Foi assinado pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa.
26	**11 até 16 de novembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastacio e 24 Oficiais, sendo seis pedreiros e quatro serventes e as Despesas com "[...] Alugueis do Carro de puchada de areia e estrume ....7$560 de Olio e Alvaiade q.e comprou-se do Sr. Ignco de Paula....16$000, Jeço e pó de sapateiro..... $720 (DAESP, 1850, CAIXA 234, DA). Observamos que as tintas já estavam sendo usadas nessa fase da obra para portas, janelas, forros entre outros. Foi assinado pelo Padre Antonio Caetano Alves Corrêa.
Tintas - Para a confecção das tintas o uso do óleo de linhaça, alvaiade, gesso, secante, pó de sapateiro, cola e diversos pigmentos, era uma constante no período colonial, podendo a pintura ser lisa para os portais, folhas de fechamento, beirais e forro e a decorativa para forros, painéis e pigmentos de materiais nobres como pedras.		
27	**18 até 23 de novembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 23 Oficiais, entre eles três pedreiros: Mariano, Antonio de Oliveira, Jose Clemente e três serventes: Antonio, Tito e Andre além de aluguel do carro da carregar a areia e estrume no valor de 3$700 e fixar 3 pares e duas fechaduras que comprou-se do Sr. Domingos Rodrigues Alves no valor de 3$980. Assinado pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa.
28	**25 até 29 de novembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 25 Oficiais, sendo cinco pedreiros: Mariano, Paulo, Antonio Oliveira, Antonio Galvão e Joze Clemente e quatro serventes: Antonio, Tito, André e Joaquim... Foi efetuada despeza para aquisição de óleo e alvaiade comprador do Sr. Ignacio de Paula no valor de 1$200, alugueis de carro para carregar areia e estrume 6$220 e huma enchada e 100 pregos "ripares" do Sr. Domig.es a 1$560, assinado pelo Vigario Antonio Martiniano de Oliveira e Padre Antonio Caetano Alves Correa.
29	**02 até 07 de dezembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 23 oficiais, sendo três pedreiros: Antonio Oliveira, Antonio Galvão e Joaquim da Silva Paula e três serventes: Tito, André e Antonio e o pagamento de despezas com Alugueis do carro de 1 dia de carregar areia. Assinado pelo vigário Antonio Martiniano de Oliveira e o Padre Antonio Caetano.
30	**09 até 14 de dezembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 24 Oficiais, sendo três pedreiros Antonio Oliveira, Antonio Galvão e Joaquim da Silva Paula e três serventes Antonio, Tito e Andre e como despezas o pagamento de aluguéis do Carro de 2 dias de carregar areia e estrume a 7$550. Está assinado pelo Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa.
31	**16 até 20 de dezembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 22 oficiais, sendo três pedreiros: Antonio Oliveira, Antônio Galvão e Joaquim da Sª Paula e dois serventes: Antonio e Tito e a despesa com alugueis do carro de 1 dia de carregar areia e estrume no valor de 3$780, está assinado pelo Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa.
32	**23 até 24 de dezembro de 1850**	Aparece o Mestre Anastácio e 19 oficiais, sendo dois pedreiros: Paulo e Antonio Galvão e três serventes: Antonio, Tito e André. O recibo está assinado pelo Vigario Antonio Martiniano de Oliveira e o Padre Antonio Caetano Alves Correa.

ANEXO 61 - Pág. 4

33	**30/12/1850 e do dia 02 até 04/01/1851**	Aparece o Mestre Anastácio Pinto Soares e mais 20 oficiais, sendo quatro Pedreiros: Paulo, Antonio Oliveira, Antonio Galvão, Joaquim da Silva Paula e três serventes: Antonio, André, Paulino e Tito e como Despezas, Alugueis do Carro de 1 dia de carregar areia e estrume no valor de 3$780 réis, uma arroba de gesso a 2$880 réis e 6 carga de ripas a $400 – 2$400 reis, assinado pelo Vigario Antonio Martiniano de Oliveira e o Padre Antonio Alves Correa.
34	**7 até 11/01/1851**	Aparece o Mestre Anastacio e mais 22 oficiais, sendo quatro Pedreiros: Paulo, Antonio Oliveira, Antonio Galvão, Joaquim da Silva Paula e quatro Serventes: Antonio, Tito, André e Paulino. Está assinado pelo Vigário Antonio Martiniano de Oliveira e Padre Antonio Alves Correa.
35	**13 até 18/01/1851**	O Mestre Anastácio aparece com 22 oficiais, quatro Pedreiros: Paulo, Antonio de Oliveira, Antonio Galvão, Joaquim da Silva Paula e quatro Serventes: Antonio, Tito, Andre e Paulino. Conforme se depreende da tabela abaixo com as despezas que faz referência a complementações arquitetônicas, observa-se também a chegada de elementos e outros materiais que vão ser inseridos na decoração e aformoseamentos do templo, como vidros, fechaduras, grades de ferro para sacadas, entre outros.
36	**20 até 24/01/1851**	Aparece o Mestre Anastacio e mais 22 oficiais sendo quatro Pedreiros: Paulo, Antonio Oliveira, Antonio Galvão e Joaquim da Silva Paula e quatro Serventes: Antonio, Tito, André e Paulino. Está assinado pelo Padre Antonio Caetano Alves Correa. Verifica-se despesas com a aquisição de 400 Pregos galiotos a $400.....1$600, 4 cargas de cipó a $400.....1$600 e um carro de estrume a 1$230.
Prego galeoto é o que contém as faces retas de formato quadrangular e galvanizado a fogo.		

Fonte: DAESP, 1850 a 1851, C. 924, D. 7C, O.1029.

ANEXO 62 – Pág. 1

Inventário da Capela de N. S. Aparecida - 1895

___ Inventario ___

Uma Imagem de N. S. Apparecida
Tres Coroas, duas de prata e uma sobredourada
Seis Mantos de varias sedas da mesma Srª
Um Calix de prata dourado
Uma Pedra d' Ara
Um Missal novo
Um Ornamento de damasco branco,
com todo o seu preparo novo
Um Dito de damasco vermelho novo, com
Os mesmos preparos
Um Dito de damasco verde, tambem prepar:
Um Dito de damasco preto, idem
Um Pano d'estante vermelho, outro preto,
outro verde, outro branco, do mesmo acima
Uma....nova de linho rendado
Quatro Bolsas, e tantas peças de damasco
e cores acima
Dous amitos
Dous cordões D'alua
Dous corporaes com suas guardas
Seis Sanguinhos
Dezoito castiçaes de estanho
Um par de galhetas
Uma imagem d' um Santo Anjo
Uma Estante
Este inventário mão tem mais vigor
Por que se acha lançado com mais clã
reza, com os mais bens que tem offere
cido os Devotos, por promessa que fizeram.

ANEXO 62 – Pág. 2

Idem

"A 5 de Janeiro de 1750,
Uma Imagem de Nossa Senhora Appa
recida, que tem de comprimento per
to de dois palmos, a mesma dos
milagres, que appareceu no Rio
Parahyba, que é de barro-----
Uma Coroa d'ouro de fina grana que
pesa seis oitavas
Uma Dita de prata dourada, que
pesa vinte e duas oitavas
Manto de gala encarnado, com
ramos d'ouro e renda de prata,
forrado de tafetá carmesin
Um Dito de seda branca, forro da mês
ma cor, com renda e ramos d'ouro
Um Dito da mesma Srª, de sêdas de
cor e ramos d'ouro sobre seda branca
Nenhum destes é o que consta
do inventario á fª 13, que esses
eram Segeiros que deram a romeiros
que pediram e deram esmolas por
elles e que se botarão na caxinha das
esmolas, digo, na caichinha das
esmolas da Senhora____=____)
Um Calix de prata dourada por dentro,
com patena e colher d'elle
Uma Pedra d'Ara
Um Missal

ANEXO 62 – Pág. 3

Um Ornamento de damasco branco,
com todo o necessário
Um Dito de damasco vermelho – idem
Um Dito de damasco verde, idem
Um Dito de damasco roxo, idem
Um Pano de damasco das quatro cores
Duas Alvas de pano de linho rendadas
Quatro Bolsas dos ornam^tos^ acima
Quatro Peças das ditas acima
Dous Cordões acima, digo, das Alvas
Dezoito castiçaes d'estanho
Um Par de galhetas d' estanho
Uma Estante
Uma Imagem do Crucificado
Uma Meada d'aljofares que tem a Sr^a^ no Pescoço
Uma Cruz de Jerusalem, de 1 palmo
Trez Papelões de salvas.....
Quatro ramalhetes de papelão prateados, de
palmo cada um
Quatro..... e galos do dito metal,
Que é feito de papelão pequenos prateados
Dois Estrados para os Altares
Um Pano d'Altar, de riscadinho
Vinte Uma Toalhas de Bretanha e
pano de linho rendados para o Altar
Duas Toalhas sem renda
Quatro ditas de.....as mãos

ANEXO 62 – Pág. 4

Uma dita de altar com renda branca
De cambraia, que vieram com a Sra.
Dois Sanguinhos de cambraia que vi
eram com a Sra. com a Sra.
Um Purificador de cambraia rendada
com cinco copinhos pequenos de
pedra D'Ara
Onze Purificadores de Bretanha e pano
De linho singelos e rendados
Oito Sanguinhos
Dois Ametos
Dois Copos de vidro
Septe Sanguinhos mais
Um Manto da Sra.....
Dois Frontões d'esmalte em vermelho
e ornamento, e um verde e rocho
guarnecidos de galão de seda
Duas Pedras
Duas Campainhas, uma grande
Uma Alampada de Latão
Dois Corporaes
Cinco Guardas do Altar, com tran
Ca na frente
Uma Alampada de prata grande
no caichão, que ainda não ser
viu, doada por Andre Roiz Ales
Uma Imagem de Nossa Senhora
da Conceição, em um caixão que
deu d' esmola Manoel D'Almeida Cruz

ANEXO 62 – Pág. 5

que tem de comprimento quatro palmos
Uma Coroa de prata da mesma Sra. que
pesa 23 marcos, digo, onças...., 1841
Um Cortte de telsi carmezim com tra
Mas d'ouro que deu d'esmola Francisco
Soares Bernardes da Cidade de Maria
na com seis cor...
Um Corte com ramos d'ouro, de damas
co da India, digo, um cortte de damas
co da India, que deu de esmola João
Reis Moreira, morador na Ribeira,
que tem sette cores, para frontal, de carme
zim largo ligeiro
Passou este inventario a Livro
nono no anno de 1757

Auto d'Inventario

Dos bens e mais pertences da Capella de
Nossa Senhora da Conceição Apparecida,
no Termo da Villa de Guaratinguetá, aque
procedeu o Ministro Doutor Provedor Joaquim
Procopio Ruas Salgado com presença do
Protector Capitão Mor Jeronymo Francisco
Guimarães, e do Capellão Reverendo Fran
cisco Xavier de Gusmão.
Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jezus Christo, de mil oito cen-
tos e cinco, aos vinte e dois de Septembro,
nesta Capella de Nossa Senhora da Concei
cão Apparecida, Districto da Villa de

ANEXO 62 – Pág. 6

Santo Antonio de Guaratinguetá, Com
marca da cidade de São Paulo, onde veiu
o Ministro Doutor Provedor, actual, Joa
quim Procopio Ruas Salgado que se acha-
va de Correção na mesma Villa, e sendo
vndo a este sitio da Capella e e da mesms
ma referida para effeito d' exercer as
funcções de seu Magisterio respeito a mês
ma Capella e sendo preciso inventariar os
bens e mais pertences desta Capella e
sendo presente o Capitão Mór Jeronymo
Francisco da Silva, digo, Jeronymo
Francisco Guimarães, Protector da mes
ma Capella e este deferio o juramento dos
Santos Evangelhos, em um Livro d'elles,
e lhe encarregou que com pura e san con
sciencia desse a inventario tudo quanto
a dita Capella pertencia, sem deixar cousa
alguma de fora e assim bem declaras
se os bens, e pertences, que os desse e nada em
desperdiços, com despachos e litigiosos, tudo
com clareza e individuação, debaixo das
penas de perjuro e de subnegado, e acceito
por elle o dito juramento, sobre que por sua
mão direita e tudo prometeu cumprir co-
mo lhe era encarregado. E sendo, digo,
presente o Doutor Procurador desta Capella,
digo, das Capellas deste Juizo, o encarregou
assistisse a essa inventariação para que

ANEXO 62 – Pág. 7

segundo o modo de sua feitura lhe
regulasse sobre os direitos da mesma Capella,
como em razão do seuoffício era obriga
do. E sendo também presente o Reveren
do Capellão Francisco Xavier Gusmão,
a este também o mesmo Ministro encarregou
que assistisse a mesma inventaria
cão, tanto que tinha a atual residência nesta
Capella, como para apresentar todos os orna-
mentos, alfaias, sagrados vasos e tudo
mais, que no uso da Capella quotidiana
mente lhe servia e estava debaixo de sua
direção e responsabilidade e..... para
ambos estes, Reverendo Capellão e Doutor
Promotor, todos prometteram cumnprir
com o que da parte d'elles, ou de cada
um era responsabilizado e para constar
mandou o dito Ministro fazer este
Auto d'inventario em que assigna com
todos os acima declarados, e Meirinho Geral
da Ouvidoria e Correção Felicio Joaquim
da Silva, que acompanhava ao dito Mi
nistro na deligencia José da Silva Merceanno,
official da Repartição da Provedoria
Geral que o escrevi.= O Padre Francisco
Xavier de Gusmão = Jeronymo
Francisco Guimarães = João d' Alvarenga
da Rocha = Felicio Joaquim da Silva = Jeronymo.

ANEXO 62 – Pág. 8

_ Assentada _

E logogo no mesmo instante do Auto, em fronte na sacristia inguam sendo vindo o dito Ministro, commigo Escrivão, e todos os mais declarados, no meio do Auto a Egreja da dita Capella e sendo esta revistava sua sacristia e todos os mais presentes, se procedeu no dito inventa rio na forma seguinte, de que faço esta assentada, e eu José da Silva Merceanno, Escrivão desta Repartição que o escrevi.

-- Imagens –

- Uma Imagem da Senhora da invocação do Titulo desta Capella, a principal Imagem, que se acha collocada na Capella Mór dentro em seu nicho, com seu esplendor de prata, aliás, Coroa de prata doirada, e mais adereços cujas peças vão declaradas com especificação na classe das pessas d'oiro e prata, adiante mencionadas.

- Outra Imagem da mesma invocação de quatro palmos d'alto, que serve nas procissões, no anniversario da festa da Senhora, com coroa de prata e tão bem especificada ésta peça na própria classe adiante.

ANEXO 62 – Pág. 9

- Uma Imagem do Deos Menino, no lado direito da Capella Mór, em seu nicho, com resplendor de prata, adiante especificado na classe destas peças.

- Uma Imagem do Sancto Christo, de marfim, com peanha e cruz doirada, na banqueta do Altar Mór.

- Outra Imagem de Sancto Christo, de chumbo, encarnada, com peanha e cruz de pau pintadas e doiradas, que serve na banqueta do Altar Mór, digo, no Altar de São Francisco de Paula.

- Outra Imagem do mesmo Santo Christo, de pau, com peanha e cruz do mês mo, na Estante da Sacristia.

- Uma Imagem de Santa Anna, com menina, no Altar collateral do lado direito, com os ornatos de prata na cabeça, cujas peças vão especificadas na.....classe, adiante declarada.

- Uma Imagem de Santo Antonio, no nicho do lado esquerdo da Capella Mór, com Menino e com seus ornatos de prata, adiante especificados.

- Uma Imagem de São Francisco de Paulo, de altura de cinco palmos no Altar collateral do lado esquerdo do Coração de Jesus, digo, do lado esquerdo da Igreja.

ANEXO 62 – Pág. 10

- Uma Imagem ou quadro do Coração
de Jesus, doo lado direitop do Altar Mór.
- Outro painel, ou quadro, que serve de guião
nas Terças, com a Imagem ou Estampa de Nossa Senhora.
---Vasos Sagrados e peças preciosas---
- Uma Ambula de prata lavrada, doirada,
existente no Sacrario
- A chave de prata do mesmo Sacrario
- Uma Custodia de prata doirada, lavrada,
que pelo inventario antecedente, no Livro
que servia de Receita e despeza, consta
pezara oito e trinta e duas oitavas (marcos).
- Um calix de prata lavrada, doirado, com
patena, e colher, que consta pelo mesmo
inventario pesava três marcos e dezoito
oitavas e meia.
- Outro Calix de prata lisa, doirado somente
por dentro, com patena e colher
que pelo mesmo inventario consta pezava
dois marcos e cincoenta e nove oitavas e meia.
- Um Thuribulo e Naveta de prata, dourados,
com o pezo de doze marcos e
vinte e seis oitavas, segundo o MS- mo Inventario
- Uma Alampada de prata, que actualmente serve,
com o pezo que não declara o mesmo inventario.
- Outra Alampada Velha, que por desconcertada
não serve, e se acha guardada, com o pezo, segundo

ANEXO 62 – Pág. 11

o mesmo inventario de quarenta e oito marcos,
que são vinte e quatro libras.
- Uma Coroa de prata doirada, que
com o peso de vinte e duas oitavas,
segundo o mesmo inventario
- Outra Coroa de prata, que serve na
Imagem da Senhora, a maior, que
sae nas procissões com o peso de
dous marcos e secenta oitavas e
meia, segundo o mesmo inventario
- Um Diadema de prata, que serve
no Menino Deos, com o peso de
sete oitavas, segundo o mesmo inventario.
- Um Resplendor e Cruz de prata que serve
de ornato a Santo Antonio, com o pezo de
dez oitavas e três quartas, segundo o mesmo inventario
- Um Diadema pequeno de prata, que serve
no Menino de Santo Antonio, que se ignora o peso.
- Um Resplendor e coroa de prata e que serve em
Santa Anna, e sua Menina, com
o peso de dez oitavas, segundo o mesmo inventario.
- Uma Cruz de prata de dois palmos e
meio, que serve no guião das procissões,
cujo peso se não sabe.

---Nota---

- Um Quadro da Imagem da Soledade,
que serve de guião nas Terças, com a Imagem
em Estampa de Nosssa Senhora.

ANEXO 62 – Pág. 12

___Oiro e pedras___

- Um Cordão d'oiro, com uma cruz, e Conceição
tudo de oiro, que se acha ao pescoço
da Imagem da Senhora do Altar, com o
peso de quatro oitavas e meia, segundo
o inventario já acima declarado.
- Um laço e um par de brincos, d'oiro com
diamantes, obra antiga
- Um Par de brincos d'oiro com pedras encarnadas
- Outro Par de brincos d'oiro, velhos, com
pendentes de alfojares, um com diamante
no meio e outro com menos um diamante.
- Uma Conceição d'oiro, com seu laço
também d'oiro, tudo pequeno, cujo peso se ignora
- Um Par de brincos com criyzoolidl,
digo, com criysolidas, de prata
e de laço, antigos
- Um Par de brincos de pedras brancas
de prata alagartixadas
- Um Par de brincos de pedras falsas,
ou vidro com folheta encarnada,
em prata, pequenos.

Vestimentas Sacerdotaes

- Duas Casullas de damasco branco,
Com galões de retrós e todos os seus
Pertences
- Uma Dita velha, com seus pertences
- Duas Ditas encarnadas e seus pertences
- Duas Ditas verdes, com seus pertences

ANEXO 62 – Pág. 13

- Duas Ditas rochas, com seus pertences
- Duas Dalmaticas de damasco encarnado
e branco usadas
- Uma Veo de hombros usada
- Duas Capas d'Asperges, de damasco encarnado e branco
- Outra dita velha das mesmas cores
- Outra dita rocha de damasco
- Uma Casulla rica de seda de oiro, branca,
guarnecida de galões d'oiro fino, tu-
do novo, com seus pertences.
- Um véo de hombros da mesma seda
- Uma Capa d'Asperges da mesma seda
- Outra Casulla de damasco encarnado,
com galão d'oiro, com seus pertences
- Outra Casulla de tico, já usada, com seus Pertences.

Paramentos dos Altares,
E outras alfaias

- Tres Frontões de damasco branco usados
- Um Dito rocho
- Tres Ditos de damasco encarnado
- Um Dito verde
- Dous Panos de Pulpito brancos, um
velho e outro novo
- Um Palio de damasco, com galões e
franjas de retrós

ANEXO 62 – Pág. 14

- Uma Cortina de damasco encarnado,
nova, com galões d'oiro, que serve
na bocca do throno.
- Uma Dita usada, com galões de retrós
- Oito Portadas de damasco encarnado,
com galões falços
- Um Tapete que serve de cobrir todo o
presbyterio
- Um Pano de cobrir os Altares da sacristia
- Dous Panos d'Alanda amarella, que
serve de cobrir o retabulo
- Vinte e dois Castiçaes de Talha doirados,
Modernos
- Quatro ditos velhos
- Sete ditos torneados e pintados
- Dous Ternos de sacras, um novo e outro
velho, quebrado
- Outro Terno mais de sacras, de madeira
- Seis Relicarios de solla prateados, velhos.
- Um Dito com reliquia de casquinha
- Dezenove Castiçães de estanho pequenos
- Tres Estantes, uma dourada, de madeira
- Tres Pedras d'Ara
- Um Par de galhetas de vidro, com seu
prato, tambem de vidro
- Outro dito d'estanho com seu prato do mesmo
- Dois Missaes em bom uso
- Um Ritual
Duas campainhas

ANEXO 62 – Pág. 15

= *Roupa Branca* =

Tres Alvas ricas, sentadas, de bretanha de França, com seus ornatos

- *Sete Alvas mais, rendadas e usadas*
- *Quatro amitos velhos*
- *Mais outro*
- *Dez Corporaes*
- *Dezenove hasmiypergios, velhos, usados*
- *Vinte tres Sanguinhos, usados e velhos*
- *Cincoenta e sete Toalhas de Altar, renda das de pano de linho, e Bretanha, umas novas e outras usadas, e outras velhas*
- *Cinco Toalhas de mão, usadas, umas rendadas, outras não.*
- *Duas sobrepelizes de cassa grossa*
- *Cinco Cordões d'Alva velhos*

Diversos Moveis

- *Tres Mochos de jacarandá, com coxins de velludo*
- *Um Orgão*
- *Um Relogio de Parede*
- *Cinco Bancos grandes e pequenos*
- *Uma Caldeirinha de cobre*
- *Um Ferro de fazer Hostias*
- *Um Dito de fazer particulas*
- *Um Vaso de estanho para lavatório de Communhão*
- *Quatro Sinnos, dois pequenos e dois maiores*

ANEXO 62 – Pág. 16

- *Dois Garrafões grandes*
- *Dois Funnis*
- *Uma Caixa grande, de guardar cera*

Mais Alfaias

Cinco Mantos de Nossa Senhora, um de seda encarnada de matiz, com galão d'ouro, e os mais de seda branca: Uns Bordados de Ourto (mantos) e outros com ramos do mesmo ouro entra tecidos.

Uma Fita de Chave do Sacrario, de galão d'oiro de palheta

Templo

Um Templo, em que se acha tudo o que referido fica neste inventario, com Capella Mór, e dois collateraes, todos com retabulos doirados, com seu coro e duas torres, Sacristia e n'elle o Arcaz em que se guardam todos os paramentos e mais alfaias.

Escravos

Boaventura, mulato, que terá quarenta e quatro annos. Organista.

Isabel, mulata, mulher do mesmo que terá 33 annos

ANEXO 62 – Pág. 17

Benedicto, mulato, também filho dos
mesmos, que terá cinco annos.
Francisco, mulato, idem, que terá sete annos
Manoel, idem, que terá quatro na Nos
Luiz, mulato, que terá idade de
vinte e cinco annos, que anda aprendendo
offício de carpinteiro.

Gado

Uma Junta de bois mansos

Casas

Duas moradas de casas novas, sitas
no pateo desta Capella, uma
assoalhada, que partem d'um lado
com a porteira do pasto que serve
os animaes dos romeiros, e por
outro lado com as casas da mês
ma Capella, mais velhas
Duas moradas mais da mesma
Capella, que são as que partem
com as novas e por outro lado
com Maria Soares, ou Maria
Esteves Leite
Outra morada de casas, que estão no
mesmo pateo, e linha das outras,
mas não partem com alguem
e n'ellas morão os escravos
da Capella.

ANEXO 62 – Pág. 18

= *Moveis* =

Tres Mezas de madeira tosca
Oito Bancos grandes e pequenos
Seis Catres velhos

Mais casas

Outra Morada de casas no mesmo Pateo, em terras da mesma Capella, que pertence, por um lado com casas da mesma Capella, em que morão os escravos, e d'outro, com Manoel Alves Leite, cujas casas ancam litigiosas

Mais moveis

Uma Frasqueira com quatro frascos

Terras

Uma data de terras dadas por Margarida Nunes, cujo titulo ou theor se acha neste mesmo Livro àfls.cinco, verso.
Outra Data de terras, dada por Lourenço de Sá e sua mulher, constante deste mesmo Livro á folhas quatro, verso e adiante
Outra Data de terras, dada por Domingos da Costa Paiva e sua mulher Fabianna Fernandes, como consta deste mesmo Livro, á fls seis, verso em diante.
Outra Data de terras, dada por Jeronymo Ornellas de Menezes e sua mulher

ANEXO 62 – Pág. 19

Lucrecia Lemes Barbosa, cujo
Titulo anda em avulso e não consta
Se está lançado em Livro, por que é elle
Escripto de mãoo, cujas terras partem hoje
Com Fernandes Guimarães e, por outro
Com Francisca Lemes Barbosa
Outra Sorte de terras comprada á José Martins
de Sá, pelo Reverendo Capellão,
que então era, Francisco das Chagas
Lima, porem ignora onde esteja o Titulo
d'ellas, e sim por um assento
do dito Reverendo, em um dos Livros
da dita Capella, cujo assento assim
referido, das referidas terras compra
das pelo dito Reverendo consta do Livro
de Receita e Despeza, á folhas cincoenta
e tres verso.

Levantamento d'assentada

Tendo se inventariado o que até aqui
consta, por ser casas de com modo,
mandou o Ministro levantar esta as
sentada, para a horas competentes
se continuar nos mais termos do
inventario de que fiz este termo,
em que todos assignarão, como
no Auto, e eu José da Silva Mar-
ceanna, que o escrevi. O Pe Francisco
Xavier de Gusmão- Jeronymo Francisco
Guimarães –João Morª da Rocha Felicio
Joaquim da Silva Procopio

ANEXO 62 – Pág. 20

Assentada

Aos vinte e três de Septembro de mil oito centos e cinco neste Sitio da Capella de Nossa Senhora da Conceição Apparecida, onde veiu o Ministro Doutor Provedor actual Joaquim Procopio Picão Salgado, para effeito da inventariação dos bens e pertences da Capella da mesma Senhora e foi continuado o dito inventario, com presença de todos os assignados retro, na forma seguinte do que faço esta assentada eu José da Silva Marceanna, Escrivão da Provedoria Geral que o escrevi.

Creditos e Obrigações

Um Credito do devedor Domingos Rodrigues Sanches, datado de quatro d'Outubro de mil setecentos e setenta e dois, rubrificado por mim Escrivão no seu seviço, e debaixo do numero primeiro, e dentro do mesmo credito, outro do Tenente Manoel Antonio Barata, para pagamento do outro.

Outro Credito em numero segundo de Roiz de Sá, datado de primeiro de Abril, de mil setecentos e setenta e dois.

Outro Credito de José Bento Rangel, datado de trinta de Janeiro de mil setecentos e setenta e quatro, de baixo do numero terceiro, rubricado por mim Escrivão

ANEXO 62 – Pág. 21

Outro Credito em numero quinto, digo,
em numero quarto, de José Bastos,
datado de seis de Dezembro de
mil setecentos e oitenta e seis, rubricado
no verso, por mim Escrivão
Outro Credito em numero quinto, rubricado
por mim Escrivão, passado por
João Correa Leme, aos vinte e seis
e Dezembro de mil setecentos
e oitenta e seis.
Outro Credito de José Martins de Sá,
passado a oito de Janeiro de mil setecentos
e oitenta e oito, rubricado por
mim Escrivão e numero sexto
Outro Credito de Reginaldo Alves de Moura,
passado em quatorze de Março de mil
setecentos e noventa, rubricado por
mim Escrivão com numero sétimo.
Outro Credito com numero oito, de Andre
Bernardes Fialho, passado a quinze
de Julho de mil e setecentos e noventa
e um, rubricado por mim Escrivão
Outro Credito em numero nove, de Salvador
Fernandes, passado em vinte e cinco
de Junho de mil setecentos e noventa e três
Outro Credito de Francisco Velloso da Cruz,
passado em cinco de Abril de mil
setecentos e noventa e cinco, em numero onze
Outro Credito em numero doze, de (ou uma Carta)

ANEXO 62 – Pág. 22

de Paulino da Silva do Amaral de Santa Luzia,
em vinte e quatro de Outubro de mil
setecentos e noventa e seis
Outro Credito, em numero treze, de Antonio
de Mattos Faria, passado em oito de
Novembro, de mil sete centos e noventa e sete
Outro Credito de José Monteiro Ramos,
passado a dezesseis de Fevereiro
mil setecentos e noventa e oito, em
numero quatorze
Outro Credito, em numero quinze, de
José Monteiro Ramos, de dez de Março
de mil e setecentos e noventa e oito
Outro Credito, em numero dezesseis, de
Joaquim José de Goes, de dez de Abril
de mil e oito, digo, de mil setecentos
e noventa e oito
Outro Credito, em numero dezessete, de
Francisco da Fonseca Miranda,
de dez de Dezembro, de mil e noventa e oito
Outro Credito de Joaquim Coelho Teixeira,
de trinta e um de Março, de
mil setecentos e noventa e oito, digo,
e noventa e nove, em numero dezoito
Outro Credito, em numero dezenove, de
João da Silva Ramos, de quinze de
septembro de mil e setecentos e nove
Outro Credito, em numero vinte, de

ANEXO 62 – Pág. 23

José Gonsalves Machado, de Dez-
e sete de Março de mil e oito centos
Outro Credito, em numero vinte e um,
do Reverendo Luiz Justino, de nove
de Dezembro de mil e oito centos/e uma carta)
Outro Credito, em numero vinte e dois,
de João Bento Rangel, de vinte
Septembro, de mil oito centos e um
Outro Credito, em numero vinte e tres, de
João Gonsalves d'Abreu, de
de Junho, de mil oito centos e dois
Outro Credito, em numero vinte e quatro,
do Alferes Domingos Rodrigues Freire,
de primeiro de Septembro de
mil oito centos e dous
Outro Credito, em numero vinte e cinco,
do Alferes Bernardino de Senna e Silva,
de primeiro de Septembro, de
mil oito centos e dois
Outro Credito, em numero vinte e seis,
de Manoel José d'Espindola, de vinte
de Septembro de mil oito centos e dois
Outro Credito, em numero vinte e sete
de Antonio José Pereira, de cinco de
Dezembro de mil oitocentos e dois
Outro Credito de numero vinte e oito
do Capitão Manoel Correa Bettencourt,
datado de dezeseis de Setembro
de mil oito centos e cinco, pelo Tabelleão

ANEXO 62 – Pág. 24

desta Villa, digo, e cinco.
Outra Escriptura, em numero vinte e
nove do Capitão Manoel José de
Mello, passada aos Dezeseis de Septembro
de mil oito centos e cinco
pelo Tabellião desta Villa
Outra Escriptura, em numero trinta, do
Alferes José de Vargas Leal, passada
no mesmo dia, pelo mesmo Tabellião
Outra Escriptura, em numero trinta e
um do Capitão Antonio Pereira
Leme, passada do mesmo dia, pelo
mesmo Tabellião
Outra Escriptura, em numero trinta e
duas, do Guarda Mór, Ignacio
José Ferreira Coitinho, passada no
mesmo dia, pelo mesmo Tabellião.
Outra Escriptura, em numero trinta e trez
do Reverendo Vigario Francisco da Costa
Moreira, passada aos dezoito de Setembro
de mil e setecentos e cinco, pelo mesmo Tabellião
Uma Relação de vários devedores, sem credito e alguns
em execuçõao, cuja relação fica subscrita por mim

Declaração

Desde o numero vinte e oito, até trinta
e três, não foi rubricado e numerado por
mim Escrivão, por não serem presentes

ANEXO 62 – Pág. 25

Encerramento

Por não haver mais o que inventariar,
mandou o dito Ministro fazer
este encerramento de inventario, em que
assignarão todos como no Auto, e eu Jose
da Silva Merceanna, que escrevi.=
OP^e^ Francisco Xavier de Gusmão= Jeronymo
*Francisco Guimarães= JoãoMor^a^*
da Rocha = Felicio Joaquim da Silva Procopio.

Protesto

Do Protector inventariante –
Aos vinte e trez de Setembro de mil oito centos
e cinco, n'este Sitio da Capella de Nossa Senhora
da Conceição Apparecida, onde estava o
Doutor Provedor actual Joaquim Procopio Pe
cão Salgado, na acção de inventariaos
bens e pertences da mesma Capella, depois de
concluido o dito inventario pelo Protector,
como inventariante foi dito ao mesmo
Ministro, em presença do Doutor Promotor,
que protestava, a todo o tempo que souber
de mais alguma coisa dada a inventario,
sem que no entanto, e nunca ficasse in-
curso em pena alguma e ouvido pelo dito
Ministro, mandou elle escrevesse seu protesto
na forma requerida, que se fez e é opresente
em que assignarão, e eu José da SilvaMarcianna,
que o escrevi.= JeronymoFrancisco Guimarães
João Fran^co^da Rocha
=Felicio Joaquim da Silva= Procopio

ANEXO 62 – Pág. 26

Termo de responsabilidade

Aos vinte e três de Setembro, de mil oito centos e cinco, neste Sitio da Capella de Nossa Senhora da Conceição Apparecida, onde veio o Doutor Provedor actual Joaquim Procopio Picão Salgado, sendo presente o Reverendo Capellão da mesma Capella, o Padre Francisco Xavier de Gusmão, e o Protector da mesma Capella, o Capitão Mór Jeronymo Francisco Guimarães, pelo dito Ministro foi encarregado ao dito Reverendo Capellão que, de tudo quanto era relativo a ouro da Capella, isto é, aos Divinos Mysterios e Culto, que se achava dentro da Egreja, e tudo mais relativo ao Templo, cujas peças e espécies se achavam inventaria das neste Livro, bem como os insignificantes trastes existentes nas casas dos romeiros, ficava elle, dito Reverendo Capellão na responsabilidade de dar conta, todas as vezes que fosse necessário; e ao Protector, que ficava da responsabilidade de tudo o mais que não fosse o acima declarado; e por este foi dito, que por suas pessoas e bens se obrigarão ao expressado, bem como por elle o Ministro era encarregado, e para constar mandou elle Ministro fazer este termo, em que asssignarão, e eu José da Silva Marcianna, Escrivão desta repartição que o escrevi. P^e^ Francisco Xavier de Gusmão= Jeronymo Francisco Guimarães = João Mor^a^ da Rocha Procopio

ANEXO 62 – Pág. 27

Custas === Sallario do Ministro
Auto e juramento $24º, caminho e estaca $ 2000
Contagens $ 240= Tudo 7$680. Do Escrivão
Auto $040, Casa $230, Registro 4$253, Termos
assignados $450, Caminho e estava sobra
=Tudo 4$579. Promotor, Caminho e estava
3$600. Murinho, caminho e estava 1$800.
=Total 22$633. Somão estes salários
Na forma do Regimento, Dezoito mil
e quinhentos e oitenta e tres. Guaratingueta,
em Correção á 25 de Abrº de 1805.
É a somma vinte e dois mil e seis centos
e cincoenta e três. Guaratinguetá, dito dia.
Procopio. A conta retro está incluída ao
Resumo do Livro de Receita e Despesa nova
da Capella = Marciano.

Contínuação das dívidas
Um Credito da divida, Capitão Barttholomeu
de Moura, passado a 29 de Abril demil
setentos e noventa e dous
Uma Escriptura do devedor, Alferes João José
dos Santos, passada a oito de Outubro de
mil oito centos e cinco Conta- Francisco
Lemes Barbosa, devedor sem credito,
em primeiro de Agosto de mil oito centos e cinco
O Capm José Francisco Pereira, contrahiu
Dívida por um termo de obrigação que se
acha em uma Escriptura, digo, execução feita

ANEXO 62 – Pág. 28

pelo Juizo ordinário desta Villa, Manoel Nogueira
Silva como fiador de Sebastião Araujo Pereira Pg
O Alferes José de Araujo Ferraz, devedor,
contrahiuu divida, que se obrigou por se Pai Antonio
de Araujo Ferraz, por execussão no Juizo
Ordinario desta Vila. Pg Joaquim d'Azevedo
Chaves, devedor, contrahiu divida por
um credito. Pg O Apelante José Antonio Lopes
de Miranda, contrahiu divida sem credito
O Apelante Maximo dos Santos Souza, contra-
hiu divida, sem credito O Reverendo Pe Manoel
Serafim dos Anjos, contrahiu divida sem credito
O Reverendo Pe José Soares Leite, contrahiu divida
sem credito Escriptura do devedor, Alferes
João José dos Santos,
passada a 2 de Agosto de 1806
Escriptura do devedor, Capitão Manoel Natonio
dos Santos passada

Mais alfaias

Que depois do Inventario, vários devotos deram
A Nossa Senhora=
Um Manto de seda azul de ramos
Um Dito de setim branco liso com su-as bordaduras em roda
Um Dito de seda com ramos e galõao
Um Dito de seda branca

ANEXO 62 – Pág. 29

Díversos moveis

que se mandou fazer, existentes nas
casas dos romeiros, por serem precisos
nas mesmas
Cinco Bancos compridos
Um Dito maior
Quatro Bofetes ordinários
Quatro catres de peroba tecidos de couro
Uma Alabanca de ferro, que já existia
Cinco Bancos compridos
Um Dito menor

Mais escravos

João Mulato, que terá dezoito annos, que
se acha aprendendo officio de pedreiro,
o qual, deixou a Nossa Senhora em seu
testamento Anna Ribeiro d'Escobar da
Villa de S. Sebastião, mulher que foi do
Cap^m^ Francisco Ribeiro da Fonseca.
Visto em Correçãoo de 1809. Observem-se
os Provimentos Ant^o^. Visto em Correcção
de 1825. Luiz (rubricado)

Termo de obrigação

e responsabilidade que assigna o Reverendo José Marques
da Conceição com o sacristão Mór do Cargo ao Reverendo
Francisco Xavier de Gusmão a fls.59.
Aos cinco de Dezembro de mil oitocentos
e quinze, nesta Villa de Guaratinguetá, em casa

ANEXO 62 – Pág. 30

de residência do Ministro Dezembargador, Ouvidor
Geral Corregedor da Commarca, Provedor de Capellas
da mesma Commarca D. Nuno Eugenio
de Souza e Seillz, onde eu escrivão de seu cargo,
adiante nomeado vim e ahi sendo, por parte
do Reverendo José Marques da Conceição, Sacristão
Mor da Capella de Nossa Senhora da Conceição
Apparecida, ahi pelo dito Ministro lhe foi dito
tomar conta de tudo quanto havia da porta a
dentro da Egreja da dita Senhora, e que por este
termo ficaria obrigado á sua responsabilidade,
e para saber se ade que tomava conta e entregar
apintaria com o Reverendo Capellão Francisco
Xavier de Gusmão e para por um inventario
que seria feito ao pé deste mesmo termo, assignado
por ambos deverá constar o que recebia e
ficava responsável, bem como ficava por esta
rasão o presente termo desonerado dito Reverendo
Capellão da responsabilidade a que estava pelo
termo a este mesmo Livro e folhas cincoenta
e no verso, e logo, pelo dito Sacristão Mór foi
dito ficava sciente de tudo, para executar
como elle Ministro ordenara, e por ésta
razão se obrigava dar conta tudo que conforme
o seu recebimento pela inventariação,
consignação que passava a fazer este termo
em que assignou, com o dito sacristão
Mór, e eu José da Silva Merceanna, escrivão
do Provedor Geral da Commarca, que o escrevi

ANEXO 62 – Pág. 31

Luís= Pe José Marques da Conceição

LivrosSahidaRecibo*Reis*
Rec 181552284$160
"1816593350$000
"1817663880$000
"818 754350$000
"1819804650$000
"1826 1116641$000
235$41

Quantia que o Reve^do do tem percebido

F I M

INDICE

pag

Afforamentos 22
Auto de Posse 13/v
Declaração 21/v
Idem de Protesto 24
Portaria em favor dos franciscanos 1/v
Traslado de petição e creação 4
Idem " " de testamenteiro 19
Idem de 3 escripturas de doação 7
Petição de Posse 13
Idem para julgamento 15
Sentença de Posse judicial 15/v
Petição e despacho para Provisão16/v
Provisão 17
Registro 18
Titulo original das Cotas 2/v

ANEXO 62 – Pág. 32

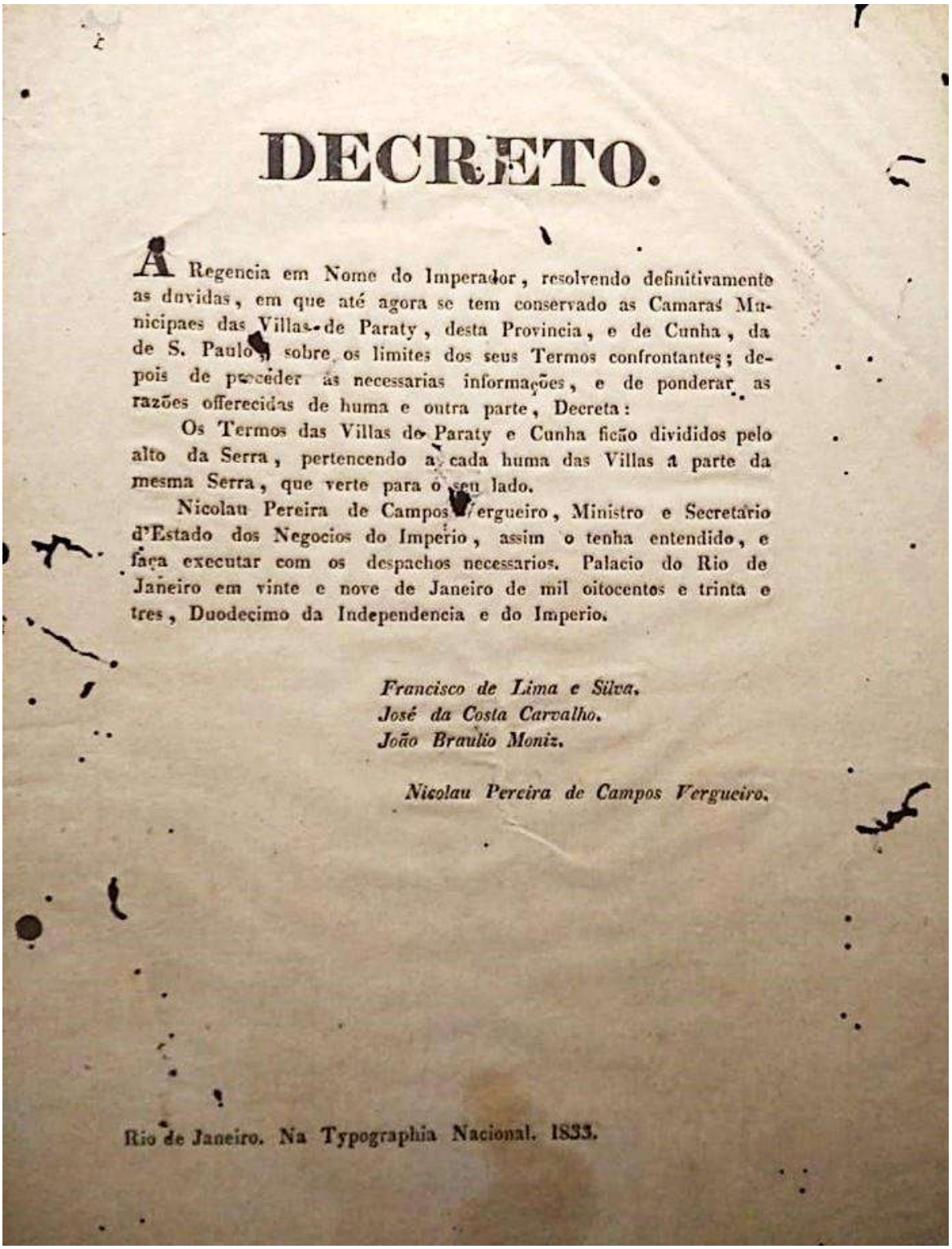
Contracto de locação 20
Visto correccional por Andrade Pinto 1/v
Contracto de locação 20/v
Termo de exhibição 20/v
Venda de casa 21
Termo de Destracto 24
Inventario 24/v
Idem Auto de Inventario 27
Declaração e Protesto 39
Visto Correccional 42

Termo de Responsabilidade pagina 5
Termo d'obrigação 42
Encerramento d' Inventario 39

Esta copia foi escripta sobre manuscriptos antigos, constantes de um Livro corcomido pelo tempo e quase illegivel, por quanto, não podendo ser absolutamente perfeita, encerra, entretanto e com toda a fidelidade a substancia do original – pelo abaixo assignado.
Apparecida 27 de Fevereiro de 1895
Antonio de Jesus Maria e José.

ANEXO 63 – Pág. 1

Decreto de 1833 - Rio de Janeiro



DECRETO.

A Regencia em Nome do Imperador, resolvendo definitivamente as duvidas, em que até agora se tem conservado as Camaras Municipaes das Villas de Paraty, desta Provincia, e de Cunha, da de S. Paulo, sobre os limites dos seus Termos confrontantes; depois de proceder as necessarias informações, e de ponderar as razões offerecidas de huma e outra parte, Decreta:

Os Termos das Villas de Paraty e Cunha ficão divididos pelo alto da Serra, pertencendo a cada huma das Villas a parte da mesma Serra, que verte para o seu lado.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Janeiro de mil oitocentos e trinta e tres, Duodecimo da Independencia e do Imperio.

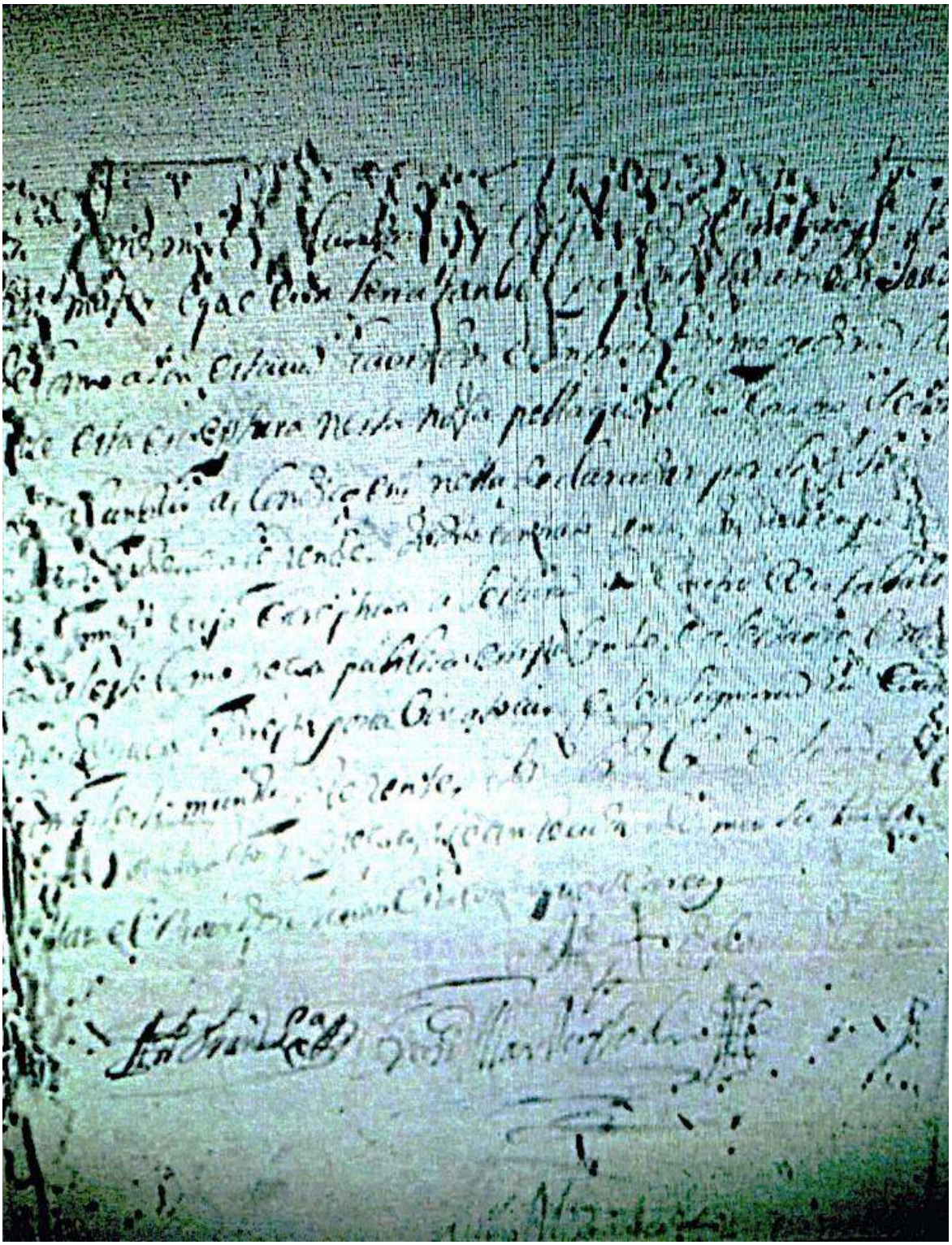
Francisco de Lima e Silva.
José da Costa Carvalho.
João Braulio Moniz.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

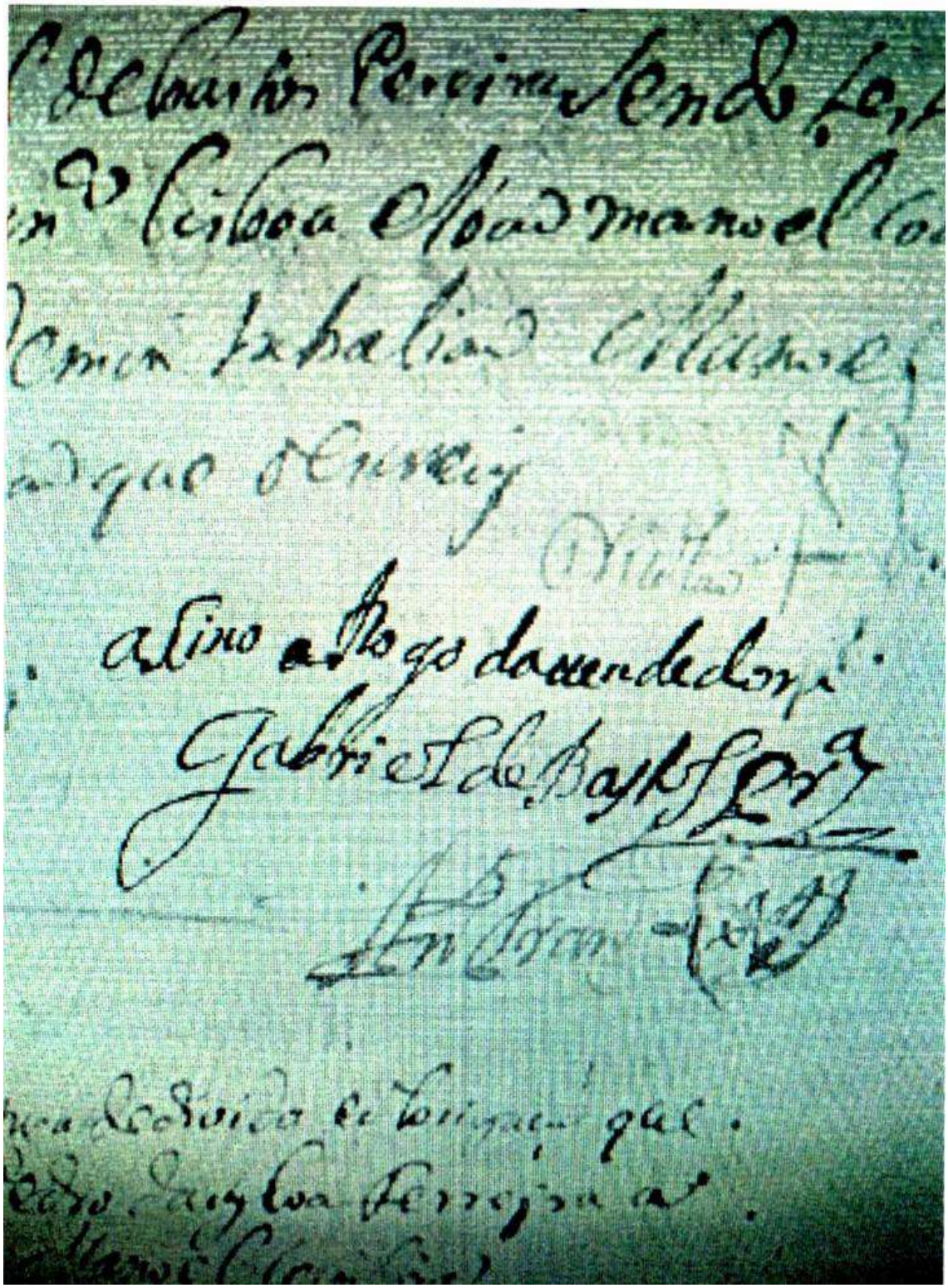
Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional. 1833.

ANEXO 64 – Pág. 1

Escrituras de Sociedade – Assinaturas de Antonio Francisco Lisboa



ANEXO 64 – Pág. 2



ANEXO 65 – Pág. 1

OFICIAIS QUE ATUARAM NAS OBRAS DA CAPELA DE N.S APARECIDA NO ANO DE 1844 A 1873

NOME	ANO	OFÍCIO	OBSERVAÇÃO	FONTE
Salvador Moreira de Castro	1844	Carapina	Por nove camas tecidas de couro pª as Casas dos Romeiros – 43$000	Livro de Receita e Despesa p. 6
Anastácio Pinto Soares	1844	Mestre Carpinteiro	Trabalhou na obra da Matriz de Guaratinguetá em 1851	Livro de Receita e Despesa, p.6
José Galvão de França	1845	Tropeiro	Condução de pedras de 7 de Jan.ro até 15 de mio deste anno-400$000	Livro de Receita e Despesa, p.2
Manoel Fernandes da Silva Campos	1845	Comerciante	Compra de mil alqueires de cal curado a 600 reis o alqueire- 600$000	Livro de Receita e Despesa, p.7
José Marcelino Ferreira	1844	Tropeiro	De 40 alqueires de Cal e sua condução: 96$000	Livro de Receita e Despesa, p7
José Marcelino Ferreira	1844	Tropeiro	De 40 alqueires de Cal e sua condução: 96$000	Livro de Receita e Despesa, p7
José Tavares Doloroso	1845	Tropeiro	Condução de 90 alqueires de Cal de Paraty: 60$000	Livro de Receita e Despesa, p.8
Francisco Antunes de Oliveira	1845	Tropeiro	Condução de pedras desde 18 de Fevº a 10 de Nov.: 500$000	Livro de Receita e Despesa, p. 8
Antonio Gomes Guimarães	1846	Oleiro	Louça grossa para o serviço dos Romeiros	Livro de Receita e Despesa, p. 26
´José Soares da Silva	1846	Tropeiro	Carreto de 51 alqueires de Cal da cidade de Paraty para esta: 34$000	Livro de Receita e Despesa, p. 26
Alferes Manoel da Silva Reis Carlos	1846	Tropeiro	Carreto de 32 alqueires de cal: 20$000	Livro de Receita e Despesa, p. 26
Alferes Antonio Pires Barboza	1846	Tropeiro	Pelo carreto de mais 246 alqueires de Cal: 164$000	Livro de Receita e Despesa, p. 26
Salvador Moreira de Castro	1846	Carapina	Pela armação do apparelho de levantar pedras: 16$000	Livro de Receita e Despesa, p. 26
José Tavares Dolorozo	1846	Tropeiro	Pelo carreto de 110 alqueires de cal: 12$000	Livro de Receita e Despesa, p. 26
Comendador José Luiz de Campos do Amaral	1846	Comerciante	De Paraty, pela remessa que de lá fez de 110 alqueires de Cal: 68$640	Livro de Receita e Despesa, p. 27
José Galvão de França	1846	Tropeiro	Condução de pedras desde 20 de maio de 1845 até 16 de outº de 1846: 688$000	Livro de Receita e Despesa, p. 27
Ignácio José Ferreira	1846	Carpinteiro	Pelos jornaes de seu escravo carpinteiro na fatura de 20 placas pª o uso da Capella: 16$000	Livro de Receita e Despesa, p. 27
José Galvão de França	1847	Tropeiro	Pela condução de 150 alqueires de cal de Paraty – 100$000	Livro de Receita e Despesa, p. 28
Alferes José Cordeiro da Silva	1847	Tropeiro	Uma condução de 153 alqueires de cal – 102$000	Livro de Receita e Despesa, p. 28
José Galvão de França	1847	Tropeiro	Pela condução de pedras e transporte de cal	Livro de Receita e Despesa, p. 29
José Tavares Dolorozo	1847	Tropeiro	Pela condução de 329 alqueires de Cal de Paraty – 220$000	Livro de Receita e Despesa, p. 29
José Galvão de França	1848	Tropeiro	Pelo carreto de pedras da pedreira para a Obra, desde Janeiro deste ano até a presente data – 450$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
José Pinto dos Santos	1848	Canteiro	Féria do Mestre Canteiro José Pinto dos Santos e mais officiaes da Obra de 25 a 30 deste – 36$160	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50

ANEXO 65 – Pág. 2

Campos e Marques	1848	Comerciante	Compra de 500 alqueires de Cal de Campos e Marques em Paraty a 600 Réis – 300$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
Antonio Pires Barboza	1848	Tropeiro	Pagamento da condução de 250 alqueires de Cal de Paraty para a Capela, pela tropa do Alferes Antonio Pires Barboza – 166$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
Antonio Pires Barboza	1848	Tropeiro	Pagamento da condução de 250 alqueires de Cal de Paraty para a Capela, pela tropa do Alferes Antonio Pires Barboza – 166$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
José Galvão de França	1848	Tropeiro	Pela condução de pedras desde 24 de Abril até a presente data – 270$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
José Pinto dos Santos	1848	Canteiro	Pagamento da féria e mais oficiaes da Obra desde 27 de Agosto até 2 de set.bro – 76$680	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
José Galvão de França	1848	Tropeiro	Dois pares de 95 palmos cada um para mastros de levantar pedras – 40$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
Joaquim Lino de Almeida	1848	Tropeiro	Pela condução de 100 alqueires de Cal da cidade de Paraty – 66$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
Salvador Moreira de Castro	1848	Carpinteiro	Pela factura de uma escada na entrada do Côro da Capela e assoalho da nova torre	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
Ignácio Joaquim dos Santos	1848	Carpinteiro	Pela importância de uma cúpula de Damasco bordado de ouro para substituir a do pavilhão do Sacrário incendiado por ocasião da festa – 58$800; Factura da armação de madeira para a mesma cúpula – 4$000	Livro de Receita e Despesa, p. 43 e 50
José Pinto dos Santos	1849	Canteiro	Feria do Mestre (1 a 7 de janeiro) – 52$180 Pela condução de pedras desde 29 de novembro até esta data	Livro de Receita e Despesa, p. 51
José Galvão de França	1849	Tropeiro	Pela condução de pedras desde 29 de novembro até esta data	Livro de Receita e Despesa, p. 51
Joaquim Lino de Almeida	1849	Tropeiro	Pela condução de 18 alqueires de Cal	Livro de Receita e Despesa, p. 61
Joaquim Lino de Almeida	1849	Tropeiro	Pela condução de 18 alqueires de Cal	Livro de Receita e Despesa, p. 61
João Guilherme	1849	Desenhista	Pelo risco da obra – 50$000	Livro de Receita e Despesa, p. 61
João Pereira	1849	Comerciante	Por 28 alqueires de cal	Livro de Receita e Despesa, p. 61
José Luiz Campos do Amaral	1849	Comerciante	Por 30 alqueires de Cal	Livro de Receita e Despesa, p. 61
João Pereira	1849	Comerciante	Por 28 alqueires de Cal de Pedra a 1$280	Livro de Receita e Despesa, p. 61
Manoel Galvão de Siqueira	1849	Carpinteiro	Pelas madeiras que tirou para a casa em que trabalham os Canteiros	Livro de Receita e Despesa, p.. 62
Francisco Nabo Freire	1849	Tropeiro	Por puxada de Madeiras e Telhas para cobertura da casa dos Canteiros e desaterro de terra	Livro de Receita e Despesa, p. 63
Francisco Nabo Freire	1849	Tropeiro	Por puxada de Madeiras e Telhas para cobertura da casa dos Canteiros e desaterro de terra	Livro de Receita e Despesa, p. 63

ANEXO 65 – Pág. 3

Antonio Pires Barboza	1849	Tropeiro	Pela condução de 21 alqueires de Cal a 640 reis	Livro de Receita e Despesa, p. 64
Benedita Galvão de França	1849	Oleira	De louça de Cozinha para servidão dos Romeiros	Livro de Receita e Despesa, p. 64
Campos e Marques	1849	Comerciante	De 21 alqueires de Cal – 16$760	Livro de Receita e Despesa, p. 65
José Pinto dos Santos	1849	Canteiro	Pela féria de 30 de Setembro até 20 de Novembro – 613$660	Livro de Receita e Despesa, p. 70/81
José Machado	1850	Pedreiro (?)	Da factura da Estrada da Capella	Livro de Receita e Despesa, p. 78
Victoriano	1851	Ferreiro	Por parafusos de ferro pª segurança da – 1$	Livro de Receita e Despesa, p. 93
José Luiz Campos do Amaral	1851	Comerciante	Por 30 alqueires de Cal - 16$800	Livro de Receita e Despesa, p. 94
João Gonçalves de Toledo	1851	Mestre Carpinteiro	Por 42 dias de serviço na retificação das Casas e da Igreja – 84$000	Livro de Receita e Despesa, p. 94
Ignacio Lima da Silva	1851	Oficial de Carpinteiro	Por 33 dias de serviço na retificação das casas e da Igreja – 36$960	Livro de Receita e Despesa, p. 94
João Gonçalves de Toledo	1851	Carpinteiro	Por 8 dias de serviço de carpintaria nas obras das casas dos Romeiros	Livro de Receita e Despesa, p. 96
José Pinto dos Santos	1852	Canteiro	Pela feria de 7 Dezemb-4 Janeiro –149$120	Livro de Receita e Despesa, p. 97
José Pereira da Cruz	1852	Mestre Canteiro	Pela feria de 15 Fevereiro – 14 Março	Livro de Receita e Despesa, p. 114
Thomáz José d' Aquino	1852	Mestre Funileiro	Pela factura de 53 lanternas p.ª a illuminação da Capella – 59$300	Livro de Receita e Despesa, p. 116
Manoel de tal	1852	Mestre Pintor	Das pinturas da Igreja e Casas da Capella – 360$000	Livro de Receita e Despesa, p. 117
João Ayres	1852	Carapina	De fazer a Emenda do Mastro de levantar pedras pª as Torres 4$	Livro de Receita e Despesa, p. 117
Antonio Vieira	1852	Tropeiro	Cal e conducção da mesma na tropa de Antonio Vieira – 212$	Livro de Receita e Despesa, p. 117
Antonio José Velloso e Silva	1852	Comerciante	De tintas para as pinturas e mais preparos pª a Igreja da Capella – 396$780	Livro de Receita e Despesa, p. 117
Manoel de Tal	1852	Mestre Pintor	Do resto das pinturas feitas na Capella – 23$540	Livro de Receita e Despesa, p. 118
Diogo José da Costa	1852	Sacristão/ Decorador	Do feitio de 12 sanéfas, 8 frontaes, tapetes incolxoados, cortinas e frontal pª o altar, por ocasião da desta de Nª Sª Appª – 200$000	Livro de Receita e Despesa, p. 118
Miguel de tal, conhecido por Miguel Cobra	1853	Carpinteiro	De 66 dias de serviço a 2$132	Livro de Receita e Despesa, p. 128
Antonio Manoel Rodrigues Vilella	1853	Carpinteiro	Do concerto do cofre e de duas portas do consistório – 2$500	Livro de Receita e Despesa, p. 140
Manoel Galvão de França Rangel	1853	Comerciante (Fazendas secas)	A fazenda para vestuário dos Escravos da Capella, riscados pª colchões das casas dos Romeiros e chitas pª colchas e travesseiros- 199$800	Livro de Receita e Despesa, p. 141
Manoel Galvão de França Rangel	1853	Comerciante (Fazendas secas)	De fazendas secas pª vestuário dos Escravos de Nª Sª Appª – 199$800	Livro de Receita e Despesa, p. 142
Manoel José Carneiro	1853	Tropeiro	De 85 alqueires de cal com os carretos de Paraty pª a Capella – 132$600	Livro de Receita e Despesa, p. 143

ANEXO 65 – Pág. 4

José Manoel da Costa	1853	Pregoeiro	De apregoar na praça os bens de Nª Sª – 3$	Livro de Receita e Despesa, p. 145
Tenente Coronel Francisco Vieira Novaes	1853	Comerciante	De uma factura vinda do Rio de Janeiro de ferros, cordas, flores pª o Altar, veludilhos, galões e mais utensílios pª a Capella conjuntamente com os carretos – 613$895	Livro de Receita e Despesa, p. 145
Antonio Manoel Rodrigues Vilella	1853	Carpinteiro	De pregar várias fechaduras nas portas da Capella – 1$500	Livro de Receita e Despesa, p. 145
Manoel Lemes da Silva Pontes	1853	Calceteiro	Da factura do Caminho que do pateo da Capella desce pª a estrada real – 14$000	Livro de Receita e Despesa, p. 145
José dos Santos Sá	1854	Alfaiate	De feitio de 3 ponches, 5 sueteres e forro de outro ponche pª os escravos de N.ª S.ª Appª – 18$280	Livro de Receita e Despesa, p. 145
Antonio Manoel Rodrigues Vilella	1854	Carpinteiro	De concertar o relógio da Igreja – 9$880	Livro de Receita e Despesa, p. 160
Florindo Anastacio dos Santos (Flor)	1854	Ourives	De concerto de objectos de prata	Livro de Receita e Despesa, p. 160
Antonio Teixeira da Cunha Machado	1854	Ferreiro	De ferragens pª a Capella 1$820	Livro de Receita e Despesa, p. 162
Joaquim Theodoro de...	1855	Carapina	Mobílias para a Capella por 28$000	Livro de Receita e Despesa, p. 164
Antonio Eleuterio de Aguiar das Rosas	1856	Calceteiro	Da factura dos Caminhos para correamento das pedras para a Capella – 45$300	Livro de Receita e Despesa, p. 193
Benedita Galvão de França	1857	Oleira	De louças de barro que fez pª a serventia dos Romeiros da Capela – 32$	Livro de Receita e Despesa, p. 205
Generoso Galvão da Costa França	1858	Comerciante	Azeite doce pª a lâmpada - 10$000	Livro de Receita e Despesa, p. 229
Antonio Manoel Rodrigues Vilella	1859	Comerciante	Pelo serviço de collocar 102 vidros nos caixilhos das janellas da frente da Capella além de outros vidros e mais objetos que forneceu pª a mesma; recibo 23v:- 15$440	Livro de Receita e Despesa, p. 240
José Ferreira Vallo	1861	Ourives	Pelos concertos e branqueamentos da lâmpara ds Cap.ª – 41$000	Livro de Receita e Despesa, p. 269v
Luiz Napolitano	1861	Brunidor	Pelo trabalho de brunir (=burnir) sic a lâmpada de prata da Capª – 41$000	Livro de Receita e Despesa, p. 269v
Luiz Caetano Napolitano	1861	Ourives	Pelo trabalho e materiais que empregou pª dourar um cálice e uma Custodia limpar e brunir (polir) aluminizar 6 castiçaos e um crucifixo da banqueta do Altar-mór e mais objetos pertencentes a Capª	Livro de Receita e Despesa, p. 271
Faustino Costa	1862	Carapina	Pelo concerto de dois andores da Capª e bem assim pelo feitio de 6 reguas grandes de peroba que fez pª serem empregadas nas obras da m.ma incçlusive o fornecimento de madeira: recibo 48v: 20$	Livro de Receita e Despesa, p. 275
Francisco Pires Lima	1862	Carapina	De 4 duzias de tamboretes que fez pª mobílias das casas dos Romeiros – 192$	Livro de Receita e Despesa, p. 273v
João Ayres Vidal	1863	Taipeiro	Dos taipeiros que trabalharam nas mesmas obras – 478$	Livro de Receita e Despesa, p. 309
Antonio Alves da Silva	1864	Comerciante	De louça branca pª as casas dos Romeiros e guizamentos pª a Capella – 190$	Livro de Receita e Despesa, p. 310

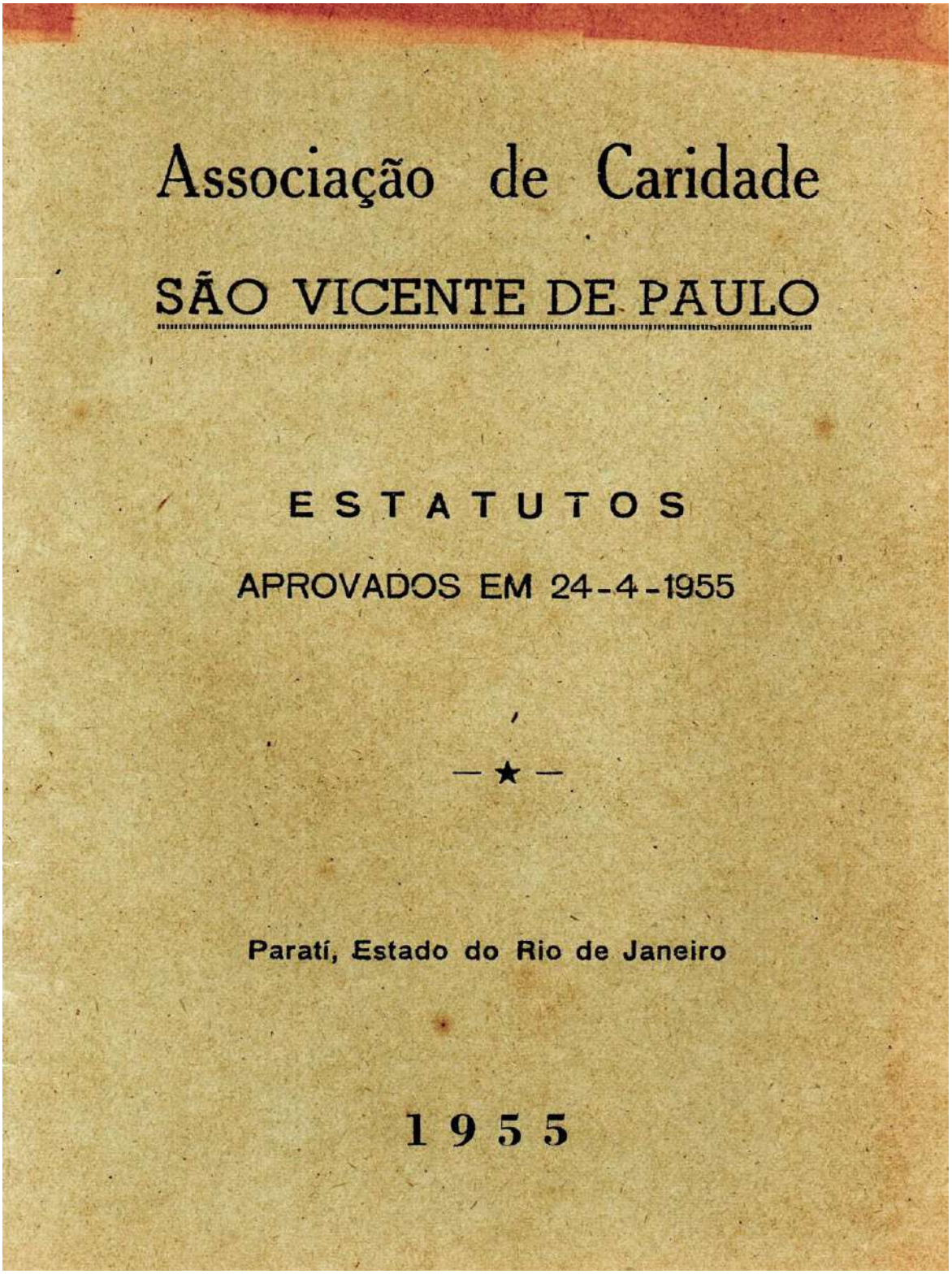
ANEXO 65 – Pág. 5

João Ayres Vidal	1864	Carpinteiro	De concertos feitos nas balaustradas das janellas da Igreja – 398$	Livro de Receita e Despesa, p. 311
Luiz da Silva Lima	1865	Carpinteiro	De arandélas pª a Capella	Livro de Receita e Despesa, p. 312
Antonio Eleutério de Aquino das Rosas	1866	Carpinteiro	Pela puxada de madeiras para escada da torre – 180$	Livro de Receita e Despesa, p. 312
Manoel Lemes da Silva Pontes	1867	Carpinteiro	De vigamento, taboado e outras madeiras pª as Obras da Igreja e Concerto do Sobrado a Manoel Lemes da Silva Pontes	Livro de Receita e Despesa, p. 315
Pedro Francisco Gomes da Silva Rato	1868	Comerciante	De 69 carroadas de areia e 9 carroadas de saibro fornecido para as obras da Igreja, do Sobrado e mais Casas dos Romeiros do corrente anno até esta data	Livro de Receita e Despesa, p. 317
Domingos Antonio de Moraes	1869	Comerciante	Importância de preparos fornecidos pª o Camarim de S. A. I. e seu augusto Esposo por ocasião de sua visita à Capella – 47$380	Livro de Receita e Despesa, p. 320
Antonio Pereira Gomes	1869	Comerciante	De sedas e velludos e outros preparos comprados por Antonio Pereira Gomes para o Camarim dos Príncipes na Capella por ocasião de sua assistência na festa da Apparecida – 623$520	Livro de Receita e Despesa, p. 320
Joaquim Xavier de Valladão Balieiro	1871	Páraco	Pagamento de 250$	Livro de Receita e Despesa, p. 334
Manoel Jorge Gonçalves Campos	1873	Escrivão	___	Livro de Receita e Despesa, p. 334
Francisco Marcondes de Moura	1873	Thesoureiro	___	Livro de Receita e Despesa, p. 334

Fonte: Livro de Receitas e Despesas, 1844 a 1873, p. 6 a 334.

ANEXO 66 – Pág. 1

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULA – 1955



Associação de Caridade

SÃO VICENTE DE PAULO

ESTATUTOS

APROVADOS EM 24-4-1955

— ★ —

Paratí, Estado do Rio de Janeiro

1955

ANEXO 66 – Pág. 2

ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE
"SÃO VICENTE DE PAULO"

CAPÍTULO I

FINALIDADES

Art. 1.º — A Associação de Caridade São Vicente de Paulo, é uma entidade de carater religioso e civil, com séde e fôro na cidade de Paratí, Estado do Rio de Janeiro, destinada a manter um Asilo para socorrer a Velhice desamparada, dentro do espírito de caridade vicentina.

Art. 2.º — A assistência dada pela Associação, por intermédio do Asilo, é inteiramente gratuita, sem distinção de credo.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 3.º — A Associação terá três categorias de sócios:

a) Fundadores,
b) Efetivos,
c) Beneméritos.

Art. 4.º — Sócios fundadores são aqueles que assistindo a primeira Assembléia Geral, queiram fazer parte da Associação.

Art. 5.º — Sócios efetivos são aqueles que por proposta de qualquer sócio forem admitidos pela Diretoria.

Art. 6.º — Tanto os sócios fundadores como os sócios efetivos contribuirão mensalmente com quantia não inferior a Cr$ 10,00.

Art. 7.º — Sócios Beneméritos são aqueles que contribuirem com quantia não inferior a Cr$ 5.000,00 ou que a juizo da Assembléia Geral e mediante proposta da Diretoria tenham prestado relevantes serviços a Associação.

ANEXO 66 – Pág. 3

Art. 8.º Os sócios que deixaram de contribuir com suas mensalidade por mais de três meses sem motivo justificado, serão considerados excluidos.

§ Único — Nenhuma exclusão se fará sem aprovação da Diretoria, por maioria de votos.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 9.º — Constituem direitos dos sócios:

a) votar e ser votado para os cargos de direção da Associação, que só poderão ser exercidos por católicos apostólicos romanos, praticantes;
b) internar velhos desamparados, no asilo, depois de ouvida a Diretoria.

Art. 10.º — Os sócios beneméritos terão inscritos os seus nomes em lugar de honra na sala de reuniões da Associação.

Art. 11.º — São deveres dos sócios:

a) comparecer a tôdas as reuniões para que fôr convocada pela Diretoria;
b) Aceitar tôdas as incumbencias e encargos para que for eleito ou designado;
c) observar os presentes estatutos e outras deliberações;
d) ser elemento de propaganda e de eficiencia para o desenvolvimento da Associação.

CAPÍTULO IV

Art. 12.º — A Assembléia Geral é constituida por todos os sócios em pleno goso de seus direitos e presidida pelo presidente da Associação.

Art. 13.º — A Assembléia Geral reunir-se-á, anualmente, em carater ordinário no dia 19 de julho, podendo deliberar com um mínimo de 20 sócios em primiera convocação e com qualquer número em segunda; para eleição da Diretoria, apresentação e aprovação do relatório e balanço geral da Associação relativos ao exercício que findou.

ANEXO 66 – Pág. 4

Art. 14.º — As reuniões extraordinárias terão lugar sempre que houver prévia convocação feita pela Diretoria.

Art. 15.º — A Assembléia Geral poderá modificar os presentes estatutos exceto o art. 9 item a.

Art. 16.º — E' proibido o voto por meio de procuração ou carta, só valendo o voto pessoal.

§ Único — Em caso de empate, haverá novo escrutinio.

Art. 17.º — Não é permitida escolha por aclamação ou votação simbólica.

Art. 18.º — A mesa eleitoral é constituida pelo Presidente em exercício, um escrutinador e um secretário escolhido pelo Presidente, com aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA

Art. 19.º — A Associação será dirigida por uma Diretoria composta dos seguintes membros, eleitos anualmente pela Assembléia Geral:

Presidente
Vice-Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário
Tesoureiro
Procurador
1.º Mordomo do Asilo
2.º Mordomo do Asilo.

Art. 20.º — A Diretoria reunir-se-á ordinàriamente no primeiro domingo de cada mês.

Art. 21.º — A eleição da Diretoria será por meio de chapas completas.

§ Único — Havendo necessidade poderão ser convocadas reuniões extraordinárias.

Art. 22.º — Compete a Diretoria. administração de todos os bens e interesses da Associação e ainda:

a) resolver todos os negócios referentes a vida econômica ou patrimonial da Associação;
b) decidir tôdas as dúvidas referentes a administração interna do Asilo.

ANEXO 66 – Pág. 5

Art. 23.º — Os cargos da Diretoria serão desempenhados gratuitamente, exceto o de procurador, que terá direito a uma porcentagem a combinar, sôbre a cobrança.

Art. 24.º — A Diretoria representa social, moral e jurìdicamente a Associação, sendo que o Presidente tem poderes para representar a Diretoria e a Associação onde fôr necessário.

Art. 25.º — Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 26.º — De uma Diretoria não poderão fazer parte mais de dois sócios parentes entre sí, até o segundo gráu. nem sócios que não residam na cidade de Paratí.

Art. 27.º — As vagas que se derem na Diretoria serão providas por proposta da mesa ou por eleição, obedecendo sempre ao Art. 9.º item a.

CAPÍTULO VI

DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 28.º — Ao presidente compete representar a Associação, presidir quaisquer reuniões, aprovar despesas já autorizadas, rubricar livros, superintender os estabelecimentos da Associação, assim como, todos os atos relativos aos empregados em geral, a vida administrativa da Associação e apresentar relatório.

Art. 29.º — Ao Vice-Presidente compete: substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, exercendo tôdas as atribuições do cargo aqui prescritas.

CAPÍTULO VII

DO 1.º e 2.º SECRETÁRIO

Art. 30.º — Ao 1.º Secretário compete: secretariar reuniões da Associação. subscrever os atos oficiais, ter a seu cargo os livros e arquivos da Associação, escriturar as listas de sócios, a entrada e a saída dos asilados, os livros de trabalhos e de inventário dos bens e praticar todos os atos necessários ao bom andamento da Secretaria, inclusive o serviço de estatística.

Art. 31.º — Ao 2.º Secretario compete: substituir o 1.º em seus impedimenfos, além de auxilia-lo normalmente, conforme especificar o regimento ínterno.

ANEXO 66 – Pág. 6

CAPÍTULO VIII

DO TESOUREIRO

Art. 32.º — Ao Tesoureiro compete: ter sob sua guarda todos os valores da Associação, efetuar pagamentos com visto do Presidente da Associação e aprovação da Diretoria, escriturar os livros proprios da Tesouraria, rubricar os talões, ordenar cobranças por intermedio do Procurador, apresentar demonstração mensal e balanço geral anual do movimento financeiro e efetuar depositos e retiradas, ésta ultima com visto do Presidente.

CAPÍTULO IX

DO PROCURADOR

Art. 33.º — Compete ao procurador: receber tôdas as mensalidades e quaisquer outros rendimentos da Associação dando comprovantes; diligenciar para que não haja negligência na vida financeira da Associação e substituir o Tesoureiro em seus eventuais impedimentos.

CAPÍTULO X

DOS MORDONOS

Art. 34.º — Compete ao 1.º Mordomo: ser o intermediário entre a administração interna do Asilo e a Diretoria; zelar pelos bens próprios da Associação; providenciar sôbre as compras de material para a manutenção do Asilo; promover o desenvolvimento da vida espiritual do Asilo, efetuando visita diária.

§ Único — Ao 2.º compete substituir o 1.º em suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO XI

DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Art. 35.º — A Associação terá assistência religiosa católica, a qual será prestada por um sacerdote com a função de capelão, designado pela autoridade diocesana.

§ 1.º — O Capelão será membro nato da Diretoria, participando das suas deliberações e terá todos os direitos e deveres inerentes aos sócios, exceto de ser votado.

ANEXO 66 – Pág. 7

§ 2.º — Nas Sessões da Diretoria sua opinião será sobremaneira atendida, se inesperadamente houver litígio, recorra-se a Autoridade que êle representa, isto é, a diocesana.

Art. 36.º — Será de festa da Associação o dia 19 de Julho, consagrado a São Vicente de Paulo, instituido, neste ato, Patrono da Associação, havendo neste dia, missa com comunhão geral, especialmente da Diretoria e asilados, e visita ao Asilo.

CAPÍTULO XII

DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 37.º — O Patrimônio e a manutenção da Associação provêm:

a) das mensalidades;
b) das doações e legados;
c) dos festivais e benefícios;
d) das subvenções oficiais;
e) dos rendimentos do patrimônio.

CAPÍTULO XIII

DO ASILO

Art. 38.º — O Asilo será administrado por irmãs religiosas caso seja possível.

Art. 39.º — O Regulamento do Asilo será de iniciativa do Presidente, que submeterá a aprovação da Diretoria.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40.º — A primeira Diretoria da Associação será eleita pela mesma Assembélia que aprovar os presentes Estatutos tomando posse logo após a eleição e terá o seu mandado até 19 de julho de 1956.

Art. 41.º — Em caso de extinção da Associação o patrimônio existente reverterá em benefício da Santa Casa de Misericórdia de Paratí, e da Conferência Vicentina de Nossa Senhora dos Remédios, da mesma cidade.

Art. 42.º — Êstes Estatutos, depois de aprovados pelos sócios fundadores e pela autoridade diocesana, serão publicados e registrados do acôrdo com a lei, entrando logo em vigor.

ANEXO 66 – Pág. 8

§ Único — As modificações que forem feitas posteriormente nos presentes Estatutos, ficam sujeitos ao mesmo processo estabelecido neste artigo.

Estes Estatutos foram aprovados pela Assembléia Geral, em reunião realizada no dia 24 de abril de 1955.

Paratí, em 24 de abril de 1955.

Antonio Ferreira França
Aldemar Gomes Duarte Coelho
Abilio Pinheiro Dutra Junior
Manoel Roque de Alvarenga
Mario Moura Brasil do Amaral
Durval Coupê Moreira
Jerônimo de Godoy
Felipe J. Tortorella
José Dias França
Ozório Gonçalves dos Santos
Benedito Lubile França
José Augusto Borges do Rosario
Ivan Chaves França
Benedicto Pinheiro Dutra
Benedicto Martinho da Silva
José França Nubile
José Carlos de Oliveira Freire
Luiz Vieira Ramos
Manoel de Jesus Torres
Antonio Nubile França
Milton Chaves França
Protasio Dias França
Celso Saraiva Coelho
Sebastião Perfeito dos Santos
Alcebiades Tavares da Silva
Hélio Perfeito dos Santos
Benedito das Flores

APROVAÇÃO

Os presentes Estatutos foram discutidos e aprovados na Assembléia Geral de fundação, realizada em 24 de abril de 1955, na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, na cidade do Paratí, Estado do Rio de Janeiro.

ANEXO 66 – Pág. 9

PROVISÃO

JOSEPHUS ANDREAS COIMBRA
MISERATIONE DIVINA ET SANCTAE SEDIS APOSTOCICAE GRATIA EPISCOPUS DIOECESANUS BARRENSIS DO PIRAI IN BRASILIA

Tendo mandado examinar por pessoa competente. os Estatutos da Associação de Caridade S. Vicente de Paulo, da paróquia de Paratí deste bispado, e não tendo sido encontrado nos mesmos nada que impeça a sua aprovação, havemos por bem de aprová-los e mandar que sejam postos em execução

Barra de Piraí, 25 de agosto de 1955.

† José, Bispo de Barra do Piraí

PERSONALIDADE JURÍDICA

Os presentes Estatutos da Associação de Caridade São Vicente de Paulo, se acham registrados as folhas 20 e 23 sob o n.º 445, do livro B-2 protocolo livro n.º 1 folhas 46 sob o n.º 446 no cartório do 1.º Ofício de Paratí, datado de 14 de janeiro de 1956 sendo publicado no Diário Oficial do Estado, páginas 9 de 27 de setembro de 1955.

PRIMEIRA DIRETORIA ELEITA EM 24 DE ABRIL DE 1955

Presidente — *Antonio Ferreira França*

Vice-Presidente — *Aldemar Gomes Duarte Coelho*

1.º Secretário — *Dr. Mario Moura Brasil do Amaral*

2.º Secretário — *Ozório Gonçalves da Silva*

Tesoureiro — *Abilio Pinheiro Dutra Junior*

Procurador do Asilo — *José Augusto Borges do Rosario*

1.º Mordomo — *Benedito Martinho da Silva*

2.º Mordomo — *Manoel Roque de Alvarenga*

ANEXO 66 – Pág. 10

De acôrdo com o que foi aprovado na reunião realizada no dia 18 de outubro de 1965, conforme ata registrada no Cartório do 1.º Ofício desta Comarca de Paratí, em 18 de novembro de 1965, à fls. 24/25 do livro n.º B-4, sob n.º 575, os Estatutos sofreram as seguintes modificações:

Art. 6.º) - modificando a contribuição mensal mínima para Cr$ 100, e

Art. 7.º) - elevando a contribuição dos sócios beneméritos para a quantia não inferior a Cr$ 50.000;

Art. 15.º) - A Assembléia Geral poderá modificar os presentes Estatutos, com a presença de 25 associados em primeira convocação e com qualquer número na segunda;

Art. 24.º § único) - A Diretoria responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação.

Art. 42.º) - Êstes Estatutos revistos e aprovados pelos sócios efetivos, serão publicados e registrados de acôrdo com a Lei, entrando logo em vigôr.

ANEXO 67 – Pág. 1

ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY EM 11/09/1939
ADMINISTRAÇÃO DE CLARIMUNDO DOS SANTOS PÁDUA

Na passagem de sua administração em 11 de setembro de 1939, deixou uma demonstração do acervo "bens móveis" do prédio da Câmara Municipal à Rua do Rosário, atual Samuel Costa, esquina com a Rua do Comércio, atual Tenente Francisco Antonio, assim descritos:
GABINETE DO PREFEITO:
1 Secretaria, 1 Cadeira de braço de Jacarandá, 1 Sofá, 2 cadeiras de braço, 2 cadeiras pequenas, 1 cesta para papeis, 2 fotographias da cidade.
SECRETARIA:
1 Mesa grande, 2 cadeiras de braço, 1 Machina de escrever "Hermes", 1 Machina de escrever Remington Portatil, 1 Mocho de madeira tosco, 2 Bandeiras de corgurão e seda (Tempos coloniaes) 14 bastões de autoridades antigas, 3 Urnas giratoria, 2 Urnas especiaes copos para Jury, 2 Urnas grandes para deposito papeis, 1 Caixa para deposito papeis, 3 Urnas para eleição, 1 grade, digo, armação envidraçada, 1 armação envidraçada, Diversos livros e jornaes antigos.
THEZOURARIA:
1 cofre de ferro, 1 escrivaninha, 1 cadeira de braço, 2 cadeiras de palhinha, 1 tinteiro de prata, 1 medalha de prata, conferida a Prefeitura na Exposição de 1911, 1 armação para deposito de livros e papeis, 1 metro linear de madeira, 1 balança de farmacia, Ordenações do Reino e outros livros de mais de cem anos.
SALA DO SERVIÇO MILITAR:
1 Mesa pequena, 1 Armario com porta de vidros.- No Depósito: 4 bancos de madeira comum, 1 escada de madeira, 1 meza pequena, 1 balança para pesos grandes, 1 balança para pesos pequenos.
NA COLETORIA ESTADOAL:
1 Armario grande de deposito de papeis, 1 Mesa grande, 1 relogio de parede, 1 filtro deposito d'agua, 1 aparador antigo, 4 quadros com fotografias da estrada de ferro Central do Brasil.-
SALA DO JURY:
1 Imagem de Christo, 3 cadeiras de braço de Jacaranda, 6 idens pequenas communs, 9 bancos estufados modelos antigos, 2 sofas de palhina antigos, 2 bancos grandes forados a oleados, 1 mesa grande de jacaranda, 1 panno de forro de mesa, 1 quadro com retracto do Dr. Getulio Vargas, 1 quadro com retracto do Dr. Nilo Peçanha, 1 quadro com retracto do Dr. Affonso Pena, 1 quadro com retracto do Don Pedro II, 1 quadro com retracto do Mal. Floriano Peixoto, 1 quadro com retracto do Dr. Manoel Duarte, 2 Tribunas, 1 galeria, 1 extrado para a mesa grande, 1 grade de madeira.-
ALMOXARIFADO:
2 animaes, 3 carroças montadas e pertences, 1 carroça em concerto, 2 Carrinhos de ferro, 2 Carrinhos de madeira, 5 Pás comuns e 1 de cavalo (6) 2 Arreios para carroça, 1 Penado, 1 Foice, 1 Caçamba c/ ferros velho, 1 Enxada, 1 Medida de 20 Litros de cobre, 1 Medida de 1 Litro de cobre, 1 Medida de ½ litro de cobre, 1 Caixa c/ 27 carimbos, 1 Bate-estacas c/ respectivo peso de 500 Kilos, 1 Tarracha c/cacinetes, 1 Bomba para o Jardim, 1 Machina de podar grama, para o jardim, 1 Registro para Agua, 1 Rolo de tela de arame, 50 Duzias de pranchãos finos, 90 Pranchãos, 11 Taboas, 11 Pranchas, 116 caibros, 200 Telhas, 6 linhas, 15 folhas de zinzo. Parati, 11 de Setembro de 1939 (as) Clarimundo dos Santos Pádua.

Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL, MASDP, 1939, p. 1 a 7).

Obs: Para o prédio da Câmara em 1844 foram feitos pagamentos de pintura à cal, aquisição de tecido verde e cadarço para mesa das sessões e 12 globos de vidro para iluminação, além da encomenda de uma grade e "[...] 10 triângulos pretos para os encostos dos bancos... 5$000 (LIVRO DE PROCURADORIA DA CÂMARA, IHAP, 1844, p. 25 a 43), esses serviços foram pagos à Fernando Augusto d'Horns que também consertou os bancos de damasco. Algumas peças ainda integram o acervo da antiga "Sala do Jury" da Câmara, juntamente com suas varas de vereança em madeira policromada e dourada datadas do século XVIII, possuindo na parte superior a efígie de N.S. dos Remédios. Dos "9 bancos estufados modelos antigos" só resta um, atualmente sob a guarda e proteção do Museu de Arte Sacra, peça em jacarandá e couro lavrado datado do século XVIII possivelmente da primeira Câmara de Paraty.

ANEXO 68 – Pág. 1

FABRICANTES DE AGUARDENTE, FAZENDEIROS E LAVRADORES DE CAFÉ DA FREGUEZIA DE SANTA ANNA - ILHA GRANDE
NOME
Alexandre Francisco Torres Rolim
Anacleto José de Bulhões
Angelo da Silva Tenorio
Antonio Alves de Oliveira
Antonio Carlos da Assumpção
Antonio Corrêa Barboza
Capitão Antonio Joaquim Justiniano da Assumpção
Capitão Antonio Joaquim de Oliveira Galindo
Antonio José de Carvalho Alvim
Antonio José de Souza
Antonio José Tavares
Antonio José Tenório
Tenente Antonio Soares de Oliveira
Antonio de Souza Lima
Antonio de Souza Matos
Candido Ferreira de Figueiredo
Alferes Candido de Oliveira Galindo
Dr. Carlos Frederico Castrioto
Demetrio José Barboza
Domingos Marcellino da Assumpção
Eleuterio dos Santos
Elias Julio Coelho
Estevão José Pereira
Estulano José da Silva
Fortunato Ferreira de Figueiredo
D. Francisca Rogeria da Cruz & Irmãs
Francisco Antonio de Oliveira
Francisco Antonio Xavier
Capitão Francisco Antunes Leão
Tenente Francisco Gonçalves da Nobrega
Francisco Jordão da Silva Vargas
Francisco Jordão da Silva Vargas Junior
Francisco Jordão da Silva Vargas Sobrinho
Francisco José de Souza
Capitão Francisco José Teixeira Lyra
Hermenegildo Jordão da Silva Vargas
Jacintho José Pedro
João Corrêa da Cruz
João José de Carvalho
João José Pacheco
Tenente João Norberto Galindo
João Raymundo da Camara Barreto
Joaquim Justiniano Maia
José Caetano Travassos e seus irmãos
Tenente José Francisco de Azevedo
José Francisco Pires
José de Freitas Porto

ANEXO 68 – Pág. 2

José Gonçalves Lima Junior
José Joaquim de Andrade Cunha
Dr. José Joaquim Guimarães
José Joaquim Raymundo
José Luiz Pereira Maia
Capitão José Marcellino da Assumpção
José Pedro de Souza
José dos Santos Vianna
José de Souza
José Matheus do Rosario
Julião Pereira Maia
Leonardo dos Santos Vianna
D. Luiza Joaquina de Oliveira
Alferes Manoel Antonio de Brito
Manoel da Costa Ferreira
Manoel Dias Tavares
Manoel João Nepomuceno
Manoel Joaquim Ferreira de Azevedo
Manoel Jordão da Silva Vargas Sobrinho
Manoel José de Almeida
Manoel José de Cespes
Alferes Manoel Pimenta de Moraes
Manoel da Silva Ramos
Manoel Silvestre de Oliveira
D. Maria Theodora do Amor Divino
Nuno Francisco Christianes
Pedro Alves de Oliveira
Salustiano Soares Ferreira
D. Thereza de Jesus
Thomaz Henrique Mac-Cormick
Victoriano José das Chagas
Viuva de Francisco José do Couto
Viuva de José Antonio Travassos
Viuva de Manoel Caetano da Silva
Viuva de Matheus Thomaz de Azevedo
Viuva de Thomé Jordão da Silva Vargas
LAVRADORES DE CANNA COM ENGENHO DE AGUARDENTE
Dr. Carlos Frederico Castrioto
José Caetano Travassos e seus irmãos
João José de Carvalho
D. Maria Joaquina Leal Travassos

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1865, p. 196 a 202

ANEXO 69 – Pág. 1

SERVIÇOS CONTRATADOS NA ARREMATAÇÃO DAS OBRAS NA IGREJA DE SANT'ANNA – ILHA GRANDE
PRIMEIRA: Obriga-se o arrematante a reparar a igreja matriz da freguezia de Sant'Anna da Ilha Grande, em Angra dos Reis, observando as prescripções seguintes
SEGUNDA: - Fará caiar o edifício, interna e externamente com duas camadas de solução de cal e colla, depois de raspada a caiadura do corpo da igreja, da capella-mór e da fachada, e de feitos os reparos necessários no emboço e reboco de todas as paredes com argamassa composto de uma parte de cal para uma de arêa lavada.
TERCEIRA: - Fará o retelhamento geral do edifício, substituindo por novas as telhas quebradas e tomando todas as telhas com argamassa dosada em partes iguaes de cal e arêa lavada.
QUARTA: - Fará calçar a macadam o pavimento térreo do compartimento contiguo à sacristia e, depois de bem comprimido o calçamento, o respaldará com argamassa de cimento e arêa lavada, dosada na proporção de duas partes de arêa para uma de cimento. O respaldo e a calçada deverão ter a expessura total de 0^{m},060.
QUINTA: - Pintará de verde, a óleo, todas as janelas e portas exteriores do edifício, e de branco, também a óleo, as portas interiores, tectos, pulpito, balaustradas e caixilhos, recebendo duas camadas de tinta as superfícies que já tiverem sido pintadas, e três as não pintadas anteriormente, para o que serão convenientemente raspadas ou lavadas.
SEXTA: - Fará a substituição de todas as taboas do soalho do côro e as arruinadas do respectivo forro, empregando taboas de 0^{m},027 de expessura para o soalho e de 0^{m},014 para o forro, unidas a macho e femea.
SETIMA: - Reconstruirá os soalhos do consistório e do corpo da igreja, substituindo, no primeiro todas as taboas e dous terços dos barrotes e empregando no segundo três décimos de taboas novas e 0^{m},50 correntes de barrotes por metro quadrado e construindo baldrames de pedra e cal de 0^{m},22 de expessura, no sentido do eixo do edifício para o apoio dos barrotes. As taboas serão unidas a macho e femea.
OITAVA: - Fará o reparo do soalho da torre substituindo por novos os barrotes e taboas arruinadas.
NONA: - No compartimento contiguo ao consistório fará a substituição de um barrrote, por outro novo e de seis taboas de soalho, sendo aproveitadas para esta ultima substituição as partes sãs das taboas tiradas do consistório.
DECIMA: - Fará substituir por novas as taboas arruinadas dos forros do corpo da igreja e da capella-mór
DECIMA PRIMEIRA: - Assentará quatro caixilhos de vidraça, de dous batentes, nas janellas do côro e da torre, e um dito á guilhotina da janela do compartimento contiguo á sacristia, aplicando nas mesmas janelas as ferragens necessárias.
DECIMA SEGUNDA: - Substituirá, por novos, doze vidros quebrados nos caxilhos (sic) envidraçados.
DECIMA TERCEIRA: - Fará os reparos de que carecem uma porta exterior e os respectivos portaes do compartimento contiguo á sacristia, e pregará os cordões e abas do forro do baptisterio.
DECIMA QUARTA: - Fará, com solução de gesso e colla, a pintura do altar-mór e do lateral, e bem assim, com ouro de boa qualidade, os douramentos dos ornatos e frisos dos mesmos altares.
DECIMA QUINTA: - As obras terão começo no prazo de vinte dias e ficarão concluídas no de cinco mezes e vinte dias, contados ambos os prazos da data deste contrato.
DECIMA SEXTA: - As madeiras empregadas serão de lei, de primeira qualidade, lavradas em cerne e quina viva.
DECIMA SETIMA - A conservação das obras que fazem objeto deste contrato ficará a cargo do arrematante por espaço de um anno a contar da data do recebimento provisório.
DECIMA OITAVA - O arrematante fica sujeito ás disposições dos arts. 115 e 163 do regulamento de 2 Janeiro de 1873, os quaes serão considerados como fazendo parte integrante do presente contrato.
DECIMA NONA - Pelos trabalhos acima especificados receberá o arrematante a quantia de 4:700$000, que lhe será paga em quatro prestações: a 1ª , de três décimos do valor das obras contratadas quando estiverem concluídos mais de três décimos dessas obras; a 2ª, igual á 1ª, quando estiverem concluídos mais de seis décimos; a 3ª, também igual, depois de lavrado o termo de recebimento provisório; e a 4ª, de um decimo, depois de lavrado o termo de recebimento definitivo.
VIGESIMA - O comendador Antonio Augusto Teixeira, na qualidade de fiador do arrematante, obriga-se solidariamente pelo fiel cumprimento e execução deste contrato e se responsabiliza pelo pagamento integral de qualquer multa em que possa incorrer o arrematante, dando para garantia, em penhor á fazenda provincial, a quantia de 1:000$000 em dinheiro corrente. E para firmeza lavrou-se aos 9 dias do mez de Junho de 1882 este termo, que vai assignado pelo diretor das obras publicas, pelo procurador fiscal e pelo arrematante e seu fiador, e escripto por mim, José Joaquim da Cunha Vieira Souto, 2º oficial da administração provincial. – João Maximiano Antunes Gurjão. – Joaquim Antunes de Figueiredo.- Alfredo J. Corrêa Navarro, procurador do arrematante e fiador. Rs.5$000.- Pagou cinco mil réis de emolumentos provinciaes.- Caparica.- Cardoso.
Estava uma estampilha do sello do valor de 5$000, devidamente inutilizada.

FONTE: (LIVRO DE REGISTRO DE PROVISÕES, IHAP,1882, p. 164 a 169)

ANEXO 70 – Pág. 1

FABRICANTES DE AGUARDENTE, LAVRADORES E FAZENDEIROS DE CAFÉ EM ANGRA DOS REIS - 1865

FABRICANTES DE AGUARDENTE	
NOME	**LOCAL**
Angelo de Moura Guimarães	Gipoia
Antonio José da Costa	Tanguá
Bernardo Teixeira da Cunha Lousada	Capotéra
Dr. Carlos Frederico Castrioto	Ilha-Grande
Domingos José Gomes Ribeiro	Bracuhy
Felippe Nery Mendes de Carvalho	
Herdeiros de Bernardo José dos Santos	Frade
Herdeiros do Commendador Antonio José Nogueira	Gratahu
Joaquim José Travassos	+ 3, Japuhiba
João Pedro de Almeida	+ 3, *5, Camorim
João Raymundo da Camara Sobrº	Capotéra
José Marques Nogueira	Retiro
José Soares Ferreira	Monsuaba
José de Souza Breves	+2, * 4
Luiz Antonio de Souza	Gambôa
Manoel José Peixoto	Japuhiba
Manoel Teixeira da Cunha	*5, Jacuecanga
Viuva Alves Dias & Filhos	Gipoia
Viuva Penna Firme & Filho	Frade
LAVRADORES E FAZENDEIROS DE CAFÉ	
NOME	**LOCAL**
Angelo de Moura Guimarães	
D. Anna Maria Almada	
Antonio José da Costa	
Antonio José Ribeiro Barboza	
Bento José Gomes	+ 3
Francisco Pereira de Sá	
Herdeiros de Bernardo José dos Santos	
João José de Oliveira Franca	
João Pedro de Almeida	+3, *5
José Maria dos Reis Trovão	
Manoel José Peixoto	
D. Maria Antonia da Silva	
Paulo José de Magalhães	
Religiosos do Carmo	
Viuva Alves Dias & Filhos	
Viuva Penna Firme & Filho	Frade
Viuva Durães & Filhos	

FONTE: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1865, p. 196 a 201

ANEXO 71 – Pág. 1

JORNAL A VERDADE - 1929

A VERDADE

Orgão semanal dedicado aos interesses do Municipio

Director—ODORES DE FIGUEIREDO *Redactores diversos* *Gerente—JOÃO DE CASTRO FILHO*

ANNO I Cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Domingo, 28 de Julho de 1929 NUM. 9

Progresso de Paraty

O progresso do municipio de Paraty tem que ser processado lentamente. Assim a cousa tem acontecerá sempre aos lugares que já tiveram a sua epoca de fastigio e della desceram por motivos varios explicaveis á luz dos ensinamentos da economia politica.

Os factores da decadencia de Paraty foram assim multiplos e complexos. Talvez o mais importante dentre elles fosse a abolição do captiveiro. Esse facto de tão bello alcance civico, de tão luminosa projecção nas paginas da historia patria, affectou grandemente o surto economico dos pequenos centros agricolas. Assim, Paraty, assim, Angra dos Reis, Mangaratiba e todo o litoral sul fluminense,

Depois desse factor veio a estrada de ferro cortando o sertão e forçando á estagnação os portos de Paraty, Angra etc. Foi o proprio progresso que matou o progresso da região sul fluminense.

O progresso de Paraty, o seu levantamento, além dum pouco de ajuda official, dependerá da boa vontade e do valor dos seus filhos. É o que com mais espaço pretendemos provar.

Esperemos que Paraty renasça de suas ruinas como das proprias cinzas renasceu a Phoenix legendaria!

A NOTA

Paraty é uma terra essencialmente religiosa. A religião catholica impera aqui com todo o seu poderio de seculos. Povo profundamente votado ás cousas divinas com o mais subido enthusiasmo, tem o paratyense o culto profundo por tudo que transpire a incenso dos altares. Dahi a frequencia das festas religiosas em Paraty; dahi o explendor que logram alcançar essas mesmas festas. Indice de atrazo? Não! Indice do progresso da religião, profundamente arraigada na alma do povo paratyense. E eis porque jestejou elle ha dias, Santa Rita, festejará daqui ha dias, São Roque e em seguida outros e outros thaumaturgos da Egreja. Mas o sentimento religioso eleva e edifica e que elle —como um fogo sagrado, se mantenha sempre acceso no coração do povo de Paraty! Assim seja!

VIAJANTE

Do Rio de Janeiro regressou a 26, o nosso amigo Sr. Osias Martins de Almeida, presidente da Camara Municipal.

Para a grippe, constipações, tosse, coqueluche—*Glyco-creosoto iodado*. — Pharmacia Santa Rita —Mangaratiba, E. do Rio.

De Angra dos Reis

(Do correspondente)

Ficou assim constituida a nova directoria da *Caixa Escolar Lopes Trovão:*

Presidente honorario, o Sr José Antonio Maia Vinagre; Presidente, Dr. Braulio Guidão; Vice presidente, D. Guimar da Cunha Ferreira; 1ª Secretaria, D. Palmira Mariano de Oliveira Santos; 2ª Secretaria, D. Maria Lætitia da Silva Santos; 1ª Thesoureira, D. Dyla Drummond; 2ª Thesoureira, D. Elza Saiagoça Santos; 1ª Zeladora, D. Anna Benedicta da Silva Santos; 2ª Zeladora, D. Sylvia Saut'Anna.

—

Conferenciou no dia 16 do corrente com o Sr. Secretario das Finanças deste Estado e no dia 18 com o Sr. Presidente Dr. Manoel Duarte, o Sr. Codrato de Vilhena, chefe politico deste municipio.

—

O Sr. Epiphanio José Esteves, ligue zelador da tradiccional capella do Senhor Bom-Jesus do Bonfim, vai mandar construir na ilha do mesmo nome, uma ponte de cimento armado, afim de melhor facilitar alli o embarque e desembarque; e para isso já iniciou uma suqscripção entre os catholicos e devotos. Acreditamos que os habitantes desta cidade e municipio não negarão seu auxilio á tão justo e piedoso fim.

(Continúa na 4ª pagina)

ANEXO 72 – Pág. 1

FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DE MAMBUCABA - 1865

SUBDELEGADO
Joaquim Alves da Costa
Supplentes
1º Antonio Alves de Oliveira Lara
2º Vago
3º Manoel da Cruz Pereira Marinho
4º João Luiz Gonçalves
5º Antonio Ramos Figueira
6º Vago
ESCRIVÃO
Luciano Francisco Soares
JUIZES DE PAZ
1º João Antonio Sabino Boaventura
2º Manoel da Cruz Pereira Marinho
3º Luiz José de Azevedo
4º Lucio Antonio Barboza
ESCRIVÃO
Luciano Francisco Soares
VIGARIO COLLADO
Rev. Manoel Luiz Coimbra
Sacristão. Francisco Eugenio de Moura
FABRIQUEIRO
Mariano Ferreira Lousada
CORREIO
Agente.- Manoel Pedro Gomes de Castro Junior
Ajudante.- Israel Marques de Freitas
PROFESSOR PUBLICO DE PRIMEIRAS LETRAS, DE MENINOS
Victoriano Marques de Freitas
PROFESSORA DITA DE MENINAS
D. Saturnina Maria de Freitas
PROFESSOR DE MUSICA
Luciano Francisco Soares
CASA DE DETENÇÃO
Detentor.- Manoel Joaquim de Oliveira
CONFERENTE DE GUIAS
Francisco Lino Rebello
PEDESTRE
Ignacio Gabriel dos Santos
NEGOCIANTES DE CAFÉ, COM ARMAZÉNS DE COMMISSÃO
João Caetano da Silva
José Joaquim de Oliveira Reis
Pinto Junior & C
LOJAS DE FAZENDAS
Antonio Caetano de Lima
Antonio Pinto Soares de Oliveira
Delfim Caetano de Lima
Manoel Antonio Leal Bastos

ANEXO 72 – Pág. 2

MACHINISTA
Ignacio During
PINTOR
Francisco Joaquim Gomes de Campos Sobº
NEGOCIANTES DE MOLHADOS E SECCOS
Antonio Caetano de Lima
Antonio Pinto Soares de Oliveira
Antonio Vicente Pereira
Antonio José de Miranda Guimarães
Delfim Caetano de Lima
Fortunato Jacintho Manoel Gomes
Guilhermino Julio Annes Pires
Jeronymo da Silva Mattos
João José Rodrigues
Joaquim José Alves
José Joaquim de Oliveira Reis
Manoel Barboza Peixoto
Manoel Dionysio Fernandes
Pinto Junior & C
Viuva Figueira & Filhos
PADARIA
Francisco Machado Mendes
FERREIROS
José Joaquim de Santa Anna & Filhos
AÇOUGUE
Antonio José Lacomba
ALFAIATES
Antonio José Diniz Sarapico
Antonio José Lacomba & Filhos
Antonio Pedro Borges de Siqueira
Francisco Eugenio de Moura
Isidoro Corrêa da Silva
FOGUETEIRO
Manoel Francisco Moreira
CARPINTEIROS
Gonçalo Ferreira do Valle
Joaquim Francisco de Souzêdo
Manoel Luiz de Souza Ruivo
SAPATEIRO
Antonio Joaquim José Guimarães
FABRICA DE CIGARROS FINOS DE PALHA
Antonio Vicente Pereira
LAVRADORES
D. Antonia Luiza de Magalhães
Antonio Alves de Oliveira Lara
Antonio José da Costa
Antonio Jordão da Silva Vargas
Antonio Manoel Ferreira da Cruz
Diogo Peres de Oliveira Lara
D. Emerenciana Maria Gonçalves
Felippe Nery Mendes de Carvalho

ANEXO 72 – Pág. 3

	Francisco das Chagas Figueira
	Herdeiros de Julio Dufrayer
	Honorio José Gomes dos Santos Pinto
	D. Joaquina Nogueira Barboza
	José Antonio de Lemos
	José Jordão da Silva Vargas
	José Jordão da Silva Vargas Junior
	Lucio Antonio Barboza
	Luiz José de Azeredo
	Marcos José Gomes dos Santos Pinto
	Martiniano Jordão da Silva Vargas
	Miguel Jordão da Silva Vargas
	D. Maria Francisca de Assis Ferreira
	Pedro Jordão da Silva Vargas
	Vicente Jordão da Silva Vargas
Nestes últimos annos têm sido abandonadas as principaes fazendas de café e aguardente desta freguesia, e sahido por isso os escravos, em numero que se póde elevar a mais de 700; todavia o seu commercio não tem diminuído em razão do muito café do centro da provincia, e de S. Paulo, bem como fumo de Minas que exporta.	

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1865, p.196 a 204

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)

Doutorado em Museologia e Patrimônio

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de pesquisa-tese do Doutorado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) com o tema "*A cidade de Paraty como patrimônio integral: atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais".* A pesquisa visa analisar as relações entre os moradores de Paraty e seu entorno com as referencias materiais e não-materiais da memória paratyense.

Se concordar em participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) será solicitado(a) a conceder uma entrevista semi-estruturada, incluindo perguntas iniciais fechadas, para colher seus dados biográficos; e questões abertas sobre ..... Este procedimento de coleta será registrado pelo autor da Tese. Vale ressaltar que a entrevista servirá como fonte documental para a presente tese e outras pesquisas que porventura possam surgir posteriormente sobre o tema.

Informamos que o uso dos dados coletados será estritamente acadêmico. Assim sendo, solicitamos autorização para publicação do conteúdo integral e/ou parcial da entrevista, na referida tese, bem como em eventos acadêmicos e/ou veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional - em suporte digital e/ou impresso.

Rio de Janeiro, ... /..... / .....

Julio Cézar Neto Dantas Doutorando(a), PPG-PMUS	Profa. Dra. Teresa Cristina Scheiner Orientadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

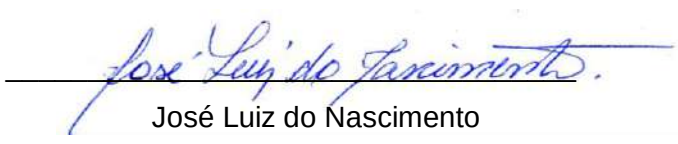
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 17/ 08/ 2020



José Luiz do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

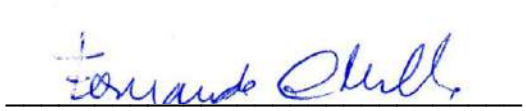
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 05/ 09/ 2020.



Fernando Cesar de Mello

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 11/ 09/ 2020.

Benedita Vieira de Oliveira

Benedita Vieira de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 14/ 09/ 2020.

Maria Thereza Corrêa Ermlich

Maria Thereza Corrêa Ermlich

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 22/ 09/ 2020.

Marco Antonio Gama Corrêa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 29/ 09/ 2020.

Maria José do Carmo Teixeira

Maria José do Carmo Teixeira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 08/ 10/ 2020.

Geisa Panaro Ramiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
TÍTULO DA TESE

A cidade de Paraty como patrimônio integral:

atuação da comunidade local e influências no seu tombamento e na valorização e manutenção de suas representações culturais

Declaro que fui informado(a) sobre os métodos e meios de pesquisa relativos à presente entrevista. Concordo em dar o depoimento solicitado e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso - desde que seja citado o meu nome como entrevistado(a) e que sejam dados os créditos referentes às minhas opiniões e ideias.

Rio de Janeiro, 09/ 10/ 2020.

Maria Inês Netto Cananéa

Maria Inês Netto Cananéa